ENCICLOPÉDIA
DOS
MUNICÍPIOS BRASILEIROS

PLANEJADA E ORIENTADA

por

JURANDYR PIRES FERREIRA

PRESIDENTE DO I. B. G. E.

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DE

VIRGILIO CORREA FILHO e HILDEBRANDO MARTINS

Secr.-Geral do C. N. G. — Secr.-Geral do C. N. E.

SUPERVISÃO GEOGRÁFICA

DE

SPERIDIÃO FAISSOL

Dir. de Geografia

SUPERVISÃO DOS VERBETES

DE

ARTHUR FERREIRA

Inspetor Regional

SUPERVISOR DA EDIÇÃO

DYRNO PIRES FERREIRA

Superintendente do Serviço Gráfico

2 DE JULHO DE 1958

OBRA CONJUNTA DOS CONSELHOS
NACIONAL DE GEOGRAFIA E NACIONAL DE ESTATÍSTICA

DIRETÓRIO CENTRAL

Dr. Alberto I. Erichsen
Dr. Alberto R. Lamego
Dr. Armando M. Madeira
Gen. Aureliano L. de Faria
Prof. C. M. Delgado de Carvalho
Cel. Dionisio de Taunay
Com. E. Bacelar da C. Fernandes
Dr. E. Vilhena de Moraes
Cel. F. Fontoura de Azambuja
Dr. Flávio Vieira
Dr. H. de Barros Lins
Dr. J. F. de Oliveira Junior
Min. J. Guimarães Rosa
Gen. Jacyntho D. M. Lobato
Gen. Jaguaribe de Mattos
Alm. Jorge S. Leite
Dr. Moacyr M. F. Silva
Dr. Murilo Castello Branco
Dr. Pericles M. Carvalho
Prof. Vitor R. Leuzinger

JUNTA EXECUTIVA CENTRAL

Dr. Alberto Martins
Dr. Augusto de Bulhões
Cel. Dionisio de Taunay
Ten.-Cel. Edson de Figueiredo
Dr. Germano Jardim
Dra. Glaucia Weinberg
Dr. H. Guimarães Cova
Dr. Altino Vasconcelos Alves
Cons. José Osvaldo Meira Penna
Dr. Mario P. Carvalho
Dr. Moacyr M. F. Silva
Dr. Nirceu C. Cezar
Dr. Paulo Mourão Rangel
Cap. Mar-e-Guerra Paulo Oliveira
Dr. Rubens D'Almada Horta Porto
Dr. Rubens Gouvêa
Dr. João Eulálio Cezário Alvim
Dr. Thomé Abdon Gonçalves
Dr. Vitor José Silveira

PRESIDENTE DOS CONSELHOS
Prof. Jurandyr Pires Ferreira

Vice-Presidente
Prof. Moacyr Malheiros F. da Silva

Secretário-Geral
Virgílio Corrêa Filho

Secretário-Assistente
Olmar Guimarães de Souza

Secretário-Geral
Hildebrando Martins

Secretário-Assistente
Sylvio de Miranda Ribeiro

Dir. de Doc. e Divulgação
Waldemar Cavalcanti

Chefe do Gabinete da Presidência int.
Walkreuse Correa Meirelles

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

XX VOLUME

RIO DE JANEIRO
1958

PREFÁCIO

SENDO A BAHIA o núcleo formador do Brasil, tem ela especial importância. Guarda, sem dúvida, a tradição secular de seu passado, sob todos os aspectos e na variedade de matizes, desde sua arquitetura, motivo para estudos os mais aprofundados da formação do gôsto no Brasil, até o significado dos embates sociológicos, em razão dos antagonismos criados nas batalhas do período colonial.

Da Bahia, por outro lado, pode-se dizer, como na anedota clássica, que Deus, tendo distribuído as riquezas por tôdas as partes do mundo, o que sobrou, salpicou na Bahia.

Extensos são seus afloramentos de minério e amplos os campos onde se buscam as pedras preciosas. Contudo, a Bahia não as tem em quantidades comerciais capazes de dar expressão de riqueza ao seu potencial de minérios. Uma ou outra exportação de manganês para o exterior e de chumbo para São Paulo se tem realizado, sem, contudo, pesar, como expressão, na balança orçamentária do Estado. Sòmente com o advento do petróleo do Recôncavo, a Bahia passou a alterar os fundamentos econômicos de sua estrutura. O açúcar, o cacau e o côco foram suas esperanças; agora, tôdas as vistas se voltam para o sucesso que vem alcançando a conquista do petróleo. Todo o ambiente baiano hoje se apresenta sôbre o influxo das duas características que lhe alteram a fisionomia: o ouro negro que jorra de seu solo e a energia de Paulo Afonso, que se tornou uma realidade.

Pode-se aferir a grandeza de um povo pelo índice de consumo de energia, e mesmo estipular a escala do padrão de vida, em correspondência com a escala de consumo energético. A Bahia tem assim um futuro promissor com aquelas duas espécies básicas de energia, necessárias à ampliação de sua produtividade por unidade de esfôrço humano. Mas o quadro baiano é ainda o clássico no pórtico de sua transformação econômica: o Sul com os cacaueiros; o Norte com o açúcar e com todo o Vale do São Francisco, semi-abandonado, embora exprimisse uma grande esperança, chamado que foi o grande rio de Mississipe Brasileiro.

Na realidade, o São Francisco não pôde realizar a sua missão de desenvolvimento da interlândia brasileira por duas razões, cada qual mais importante: a 1.ª é que o médio São Francisco nunca foi tratado convenientemente para manter quotas batimétricas necessárias a uma navegação regular; a 2.ª porque interrompida sua navegação entre o baixo e médio São Francisco, pela cachoeira de Paulo Afonso, como que criou um óbice à circulação regular da riqueza de seu vale.

É verdade que se construiu uma estrada de ferro com a intenção de permitir o transbôrdo das mercadorias do baixo para o médio São Francisco. Acontece, entretanto, que nunca o meio de transporte mais nobre pode servir de ligação entre dois trechos de transporte mais pesado. Assim, uma estrada de rodagem não serve nunca como ligação de dois trechos ferroviários, da mesma forma que um trecho ferroviário não serve de ligação a dois estirões de navegação interior. O mesmo êrro cometido no caso de Paulo Afonso repete-se no Tocantins, ao se tentar contornar a cachoeira de Itaboca. Êsses trechos ferroviários estão pràticamente abandonados. O que seria necessário para que o São Francisco realmente realizasse a função que executa, nos Estados Unidos, o Mississipe é um canal para vencer o desnível de Paulo Afonso, com uma escada de eclusas. Além disso, a cota de navegabilidade do rio deveria ser elevada por obras de retenção, como agora se procura, construindo a barragem de Três Marias, que prevê uma cota molhada de navegação no grande rio de pelo menos um metro. O São Francisco recebe afluentes de extraordinária significação como o Paracatú, o rio das Velhas, o Rio Grande, que influem de modo marcante no volume de água de suas descargas. O Rio Grande, pouco antes de sua confluência, atravessa uma passagem na serra do Boqueirão, que, barrada, permitiria grande represamento a montante, de forma a dar uniformidade à sua contribuição no volume das águas do São Francisco. O Paracatú, navegável igualmente como o rio Grande, barrado que fôsse em etapas de seu curso, ofereceria também, além do potencial energético digno de ser destacado, regularidade na sua descarga.

O rio das Velhas — cuja navegação é dos nossos dias —, a partir de Sabará em busca de sua confluência, de modo idêntico oferece expressiva contribuição para manter o mínimo de navegabilidade nas sêcas e tornar o São Francisco realmente o Mississipe brasileiro. Por outro lado, subindo-se pelo Rio Grande, logo depois de furar a serra do Boqueirão, recebe, as águas do Rio Prêto, navegável ainda hoje, apesar das condições de abandono em que se encontram os nossos rios. O Rio Prêto, por sua vez, recebe as águas do Formoso. Êste nasce na lagoa do Veredão que distribui suas águas para o vale do São Francisco e para o Rio do Sono, que vai desaguar no Tocantins. Êste fato geográfico é de uma importância fundamental para o decisivo aproveitamento do Brasil Central.

Diz o anexim popular que "o frete come o legume". Em verdade, o transporte rodoviário, ou mesmo o transporte fluvial, como hoje se efetua no Vale do Tocantins, cria uma situação que torna econômicamente marginais da civilização brasileira aquêles que lá vivem. A ligação do Tocantins pelo Rio do Sono, vencendo as corredeiras da "Hora Apertada" e a cachoeira Velha para atingir a lagoa do Veredão, descendo, em seguida, pelas águas

do rio Formoso, continuando pelo Rio Prêto, atingindo o Branco e indo se lançar na via do São Francisco, seria a solução desde que se a complementasse por uma escada de eclusas, para ligar o estirão médio ao baixo curso dêste rio. Isso permitirá a integração desta faixa exuberante do Brasil Central nos mercados econômicos do mundo contemporâneo, tendo em vista o custo baixo do frete que se obtém no transporte sôbre águas.

Se êsse quadro apresenta a Bahia como canalizadora de um novo campo econômico, é de destacar-se que, mesmo no momento atual, a Bahia tem para o Nordeste o papel de articuladora de seus meios de transporte. Do ponto de vista ferroviário, a Leste Brasileiro liga a Central do Brasil à Great Western, depois da construção do trecho Montes Claros a Condeúba e depois que se inaugurou o tráfego entre Palmeiras dos Índios e Colégio. Pela Leste Brasileiro — a grande Estrada de ferro baiana —, atinge-se Juàzeiro, articulando-se aí com a estrada de ferro Petrolina—Teresina que infelizmente se queda em Paulistana, embora, seguindo pelo Vale do Canindé, muitos e muitos quilômetros de leito já estejam ultimados. Por essa via se ligará São Luís do Maranhão ao extremo Sul do país, como hoje já se permite o transporte ferroviário do Nordeste para os estados do Sul. Por outro lado, em relação ao transporte rodoviário, é ainda na Bahia que se articulam as rêdes, ontem dispersas, fruto de realizações regionais. A estruda de rodagem Rio—Bahia e a que hoje se projeta, a grande litorânea, se vão articular, na Bahia, com a rêde nordestina. É verdade que a ligação do Nordeste com o Sul do país se faz hoje pela Bahia, mas depois de se galgarem as serras que barram a entrada para a hinterlândia brasileira. A ligação ferroviária, por exemplo, vence as serras do Mar e Mantiqueira e depois desce para as chapadas baianas, articulando-se, nas pequenas altitudes da linha litorânea da Great Western. Se é verdade que em mecânica racional se diz que, para ir de um ponto a outro de igual cota, o trabalho é nulo, sabe-se, na realidade, que o que se perde nos atritos desperdiçados das freagens não oferece elemento de recuperação para o gasto geomètricamente crescente do esfôrço de galgar as serras.

Assim, o projeto da ferrovia e agora da rodovia litorânea, além de reduzir amplamente o percurso entre o Nordeste e o Sul do país, permitirá o transporte se realize a custo unitário, expressivamente inferior.

Frontin, *cuja visão penetrante dos problemas lhe valeu o conceito de gênio, sonhou e mesmo iniciou os primeiros passos da construção da grande ferrovia litorânea. Tanto para o Norte como para o Sul, saindo do Rio de Janeiro, deixou quase ultimado o trecho de Mangaratiba a Angra, abandonado depois, sem uma razão justificativa, e atrasando de muito a unificação econômica do litoral brasileiro.*

Chamou-se, com certo sabor, o Brasil de uma civilização de caranguejos, pois que apenas arranha a costa. Há, entretanto razões expressivas de clima e de transportes. Na realidade, a capacidade produtiva do homem funciona em razão de sua condição de máquina térmica, daí, só nas costas, na zona quente do Nordeste é que o rendimento se eleva, em face da brisa permanente que melhora a temperatura do termômetro úmido ou, em outras palavras, melhora a temperatura de confôrto. Por outro lado, as chuvas que se precipitam

nas costas, em razão do embate das massas frias, pela altura das montanhas de barragem da Borborema, contrastam com o Sertão nordestino de uma deficiência pluviométrica que torna as suas terras semi-áridas. É por isso que a ligação rodo-ferroviária por traçados litorâneos terá um papel eminente no intercâmbio econômico das zonas mais produtivas do Brasil.

Não queremos dizer com isso que a ocupação do Sertão brasileiro não deva ser motivo de preocupações profundas, principalmente, no instante em que as nações se debatem pela melhoria do "padrão" de vida de seu povos. Por outro lado, a intensa marcha para a industrialização do Brasil leva-nos, evidentemente, a nos preocupar com a ampliação do mercado interno que encontra no subdesenvolvimento do Nordeste campo para o aumento de sua capacidade de troca. Uma recuperação do Sertão encontra elemento de sucesso nos dois grandes programas que se estão realizando no momento presente na Bahia, com a produção de petróleo, capaz de alimentar uma intensa mecanização da lavoura, e a energia de Paulo Afonso, suficiente para fomentar a criação de um parque industrial regulador do mercado de trabalho. A Bahia tem assim um papel eminente na transformação que se vai realizar na economia nordestina.

Note-se que, fazendo a Bahia parte da região Leste, ela funciona como uma transição entre as civilizações sulina e nordestina e é nela que, por fôrça do destino, se foi achar a maior reserva de petróleo brasileiro.

Apesar, entretanto, de tôda essa mutação revolucionária na estrutura econômica da Bahia, ela guarda o sabor histórico de nossa evolução política, desde o amor à cultura humanística que tem destacado os seus filhos no cenário intelectual do país, apresentando, mesmo, expoentes da eloqüência brasileira, até às tradições bizarras de cultos populares.

Os cultos indo-africanos, seus costumes e suas festas, ficaram um pouco na índole e no sentimento do povo baiano. O "candomblé" e os próprios fetichismos, envolvendo o culto cristão, como a "Medida do Senhor do Bonfim", a lavagem de suas escadarias e tantas outras vieram dar à fisionomia do povo baiano êsse espírito fantasioso e essas superstições e lendas que o moldam, no encanto poético que o caracteriza.

As migrações baianas trouxeram para outras partes do território nacional, principalmente para o Rio de Janeiro, tais crendices, hoje tão desenvolvidas quanto espalhadas. Mas a sua terra, o núcleo onde elas tomaram consistência e até doutrina, foi, sem dúvida, a Bahia. A índole do povo baiano é de uma ingenuidade sentimental que lhe dá um encanto peculiar. Isso não quer dizer que não corra pelo sangue baiano essa dose alta de bravura e até de agressividade, mas no conteúdo da formação sentimental do povo há uma doçura envolvente.

O velho Teixeira Mendes, estudando a composição étnica de nossa raça, encontra as três características da mescla brasileira: a inteligência do branco, o sentimento do negro e a atividade do índio. Sem dúvida, a preponderância da segunda se manifesta no povo baia-

no, onde a tradição da escravatura veio fixar mais essa fantasia dolente da alma, na exteriorização do seu folclore e na forma gongórica de seus poetas.

As duas expressões máximas da intelectualidade baiana foram, sem dúvida, Rui Barbosa e Castro Alves. Rui, orgulho da nacionalidade, cujo brilho da cerebração aparece como expoente de saber, projeta-se no cenário histórico do Brasil como um romântico a lutar pela pureza utópica de nosso regime, nos sonhos desdobrados em suas batalhas políticas. Castro Alves foi o gongórico da poesia brasileira, manifestando, no simbolismo maravilhoso de seu gênio, a exteriorização forte de seus sentimentos humanitários. Rui foi o poeta da vida política brasileira e Castro Alves foi o sociólogo a lutar pela regeneração dos costumes nacionais.

O "Navio Negreiro" ou o "Meeting da Fome" são discursos causticantes numa batalha pelo ideal político. A "Oração aos Moços" de Rui é uma poesia gongórica, cheia desta ingenuidade sã que perfuma a sensibilidade emocional de um povo.

JURANDYR PIRES FERREIRA
PRESIDENTE DO I. B. G. E.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é principalmente um estudo da vida municipal brasileira. A escassa literatura nacional sôbre problemas de administração municipal resume-se a pouco mais de uma dezena de livros de grande estrutura e a escritos esparsos por meia dúzia de revistas especializadas.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, na grande tarefa que se traçou, deliberou oferecer aos estudiosos do assunto, dentro de um trabalho sério e edificante, uma visão panorâmica dos quadros da nossa organização municipal e, dessa necessidade, resultou a "Enciclopédia dos Municípios Brasileiros" brilhantemente realizada por autoridades na matéria, entre nós.

A Enciclopédia, no seu conjunto, realiza o estudo do *homem* e da *terra* do Brasil, sob critérios de zoneamento fisiográfico, segundo planejamento cientìficamente preparado.

O presente volume cuida, dentro do plano em execução, dos municípios baianos. É um estudo sistematizado da história, da geografia, da economia e da sociologia da nossa terra.

Que a história e a geografia sejam uma ciência ou um mero gênero literário, poderá em nossos dias ainda ser assunto de discussão entre amadores ou simples curiosos, não porém entre especialistas ou eruditos, conhecedores do seu ofício e de todos os recursos do método histórico e geográfico.

Incongruência fôra aliás exigir de autores da antiguidade clássica o que nem sequer nos tempos modernos encontramos realizado com perfeição. Pode-se afirmar sem receio de contestação séria que sòmente no século XIX começou a história a ser tratada como verdadeira ciência, com rigoroso método crítico. E os frutos dêsse extraordinário esfôrço, que prossegue cada vez mais seguro e fecundo, afiguram-se, sem qualquer dúvida, num trabalho do porte, da profundidade e do caráter da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros.

Vivemos a época das massas e êste livro, feito sob rigoroso método científico, tem a vantagem de alcançar o duplo objetivo de ser um trabalho para muitas cátedras entregues ao estudo dos povos e das civilizações e de transmitir ao povo, no mesmo passo, uma visão conjunta da vida nacional nos limites dos núcleos municipais que informam a vida brasileira.

O principal objetivo do trabalho do IBGE, no caso particular do lançamento da "Enciclopédia", é proceder a uma revisão de valores com a transmissão de fatos concretos que devem chegar ao conhecimento do povo.

Os nossos economistas não souberam deduzir do passado a única lei social invariável, que se vem manifestando desde o homem primitivo, através de tôda a evolução técnica e econômica, isto é, a lei da transformação da energia pelo homem. Como qualquer fenômeno físico, os fenômenos sociais são mensuráveis sôbre a base das mesmas unidades, tornando-se assim perfeitamente comparáveis no tempo e no espaço.

Fica-se confuso, quando se compara a rapidez das modificações, que impelem a vida econômica atual à lentidão da adaptação, mesmo dos melhores espíritos. O verdadeiro perigo é a formação intelectual; é a herança das maneiras de pensar; é o quadro de hipóteses aceitas *a priori* e de onde, se as idéias são transcendidas pelo seu tempo, podem defluir, *com um rigor lógico absoluto,* erros que aprisionam os homens, para gerações inteiras. Os nossos mestres espirituais têm para conosco responsabilidades esmagadoras. As suas teses amoldaram os nossos cérebros, impregnaram nosso subconsciente. Quando analisamos uma situação, fazemo-lo no quadro dos conceitos recebidos e admitidos, freqüentemente, uma vez por tôdas.

Dir-se-ia que o homem sofre uma limitação a respeito de tudo quanto se refere a fenômenos sociais complicados, raciocinando erradamente por não ter adquirido ainda conhecimento espontâneo de suas leis essenciais...

Enervando-se, recorre, com uma espécie de alegria nervosa, a soluções frustras, primitivas e impulsivas.

Teremos de sentir no bôjo dêste livro a variedade dos problemas econômicos, sociais, políticos e religiosos incidentes sôbre os vários núcleos populacionais do interior. Êle é a grande síntese da vida baiana no setor histórico, no campo geográfico, nas atividades econômicas, na planície demográfica, nos nivelamentos sociais, nos altos e baixos da sua alma popular e emocional, na grandeza do seu passado, na realidade construtiva do presente e na perspectiva do seu futuro.

É o retrato da Bahia. Da civilização fluvial e da civilização oceânica — traços do passado. Por motivos óbvios, as primeiras habitações surgiram à beira dágua, e de água potável, junto de rios ou lagos. Depois veio o curral, a capela, a "casa grande", o engenho. A Sé de palha. O púlpito de Vieira. Garcia d'Avila. As "bandeiras". A penetração interior. A colônia. O Império. A Independência. A abolição. A República. A Federação. A democracia. O verbo de Rui e as lutas pela Liberdade. A intensificação do comércio favoreceu o surto de novas idéias e novas instituições relativamente à moeda, ao crédito, às trocas, à segurança.

Êste livro é sobretudo o ensino da história. No seu aspecto sociológico êle se apura no estudo da vida comunitária e social do homem. Outros são também seus objetivos. Poderia defini-lo, mais pròpriamente, como a história do povo da nossa terra. O seu caráter profundamente sociológico está no estudo que êle faz dos fenômenos originais da sociedade humana — de natureza étnica — conseguintemente dirigido para um objeto essencial — o povo.

Devemos deduzir que o povo é um fato da natureza, visto de cinco lados diversos: como resultante dum instinto natural de associação, como resultante de materiais fornecidos pela família e pela raça, como sujeito no seu ser e no futuro ao determinismo natural de seu terreno de estabelecimento, enfim porque possui uma capacidade de generação determinada. A Enciclopédia estuda o povo sob êsses cinco aspectos; e seu ofício é, destarte, puramente sociológico.

O povo tem seu valor ou sua forma espiritual que se exprime pela língua e na língua. Cada povo manifesta também sua vontade espiritual, um dinamismo por onde se exprime um esfôrço de criação que define sua própria cultura e por onde chega à consciência de si próprio. A *nação* é o resultado dessa consciência; nela devem se identificar o povo, o Estado e o Município.

Dessa verdade fundamental, que deve ficar profundamente em nosso espírito, decorrem conseqüências importantíssimas na ordem social, política, moral, religiosa, jurídica, de acôrdo com as quais devemos orientar a nossa cultura, especialmente, desde já, a cultura das gerações que se vão formando.

O espírito da Bahia é, sem nenhuma dúvida, o espírito do presente volume da "Enciclopédia". À inspiração e informação cristã ela deve todo o dinamismo de sua vida, todos os postulados de sua organização social, todos os traços de sua fisionomia, como tôda a estrutura íntima da sua espiritualidade. Dentro dêsse conceito de civilização irá o leitor encontrar o homem e a terra do Brasil.

O Brasil respira o mesmo ar de espiritualidade que lhe transmitiu a Bahia. O ponto central de sua tradição é a espiritualidade cristã, que se concretiza no respeito e na primazia do homem, na estabilidade das instituições democráticas, no culto da pátria, no amor estremecido da terra — a pátria local, a fazenda, o terreiro, a casa, — na conservação da unidade política, como também no senso agudo da realidade regional — o federalismo, na concepção inveterada dos seus homens-bons, como na sua bondade. Tudo isso faz com que o homem que nasceu na Bahia e que habita as suas terras, com os caracteres raciais e psicológicos típicos locais, seja, no fundo, por nascimento, por formação, por hábito e por espírito, um descendente direto do heróico e

bravo campônio da península ibérica e das Gálias do século XIII, que o Cristianismo plasmou.

O desfile dos municípios brasileiros nas páginas dêste livro é um dos maiores serviços prestados ao Brasil. Reúnem-se aqui o progresso material e o progresso humano. A marcha ascendente da indústria, o domínio crescente do homem sôbre a natureza física; o progresso na ordem material, a matéria aperfeiçoada pelo homem e recebendo do raio do seu gênio um esplendor que a transfigura.

Tudo isso, assim como as grandes artes, os labôres e as afeições, a chicana e a ciência de govêrno, a devoção e a luta, a fé e a filosofia, as ciências e a superstição, a música e a poesia, o ódio e o amor, a austeridade e o humor, de um povo encantador, sentimental e vulcânico se fundiram para criar o Brasil na Bahia e levá-la à perfeição dum Brasil impregnado da alma da Bahia.

Há quem queira fazer do Brasil uma feira de diversões. Há quem queira fazer do brasileiro uma máquina. Êste trabalho vem fazer do Brasil um viveiro de almas. É um trabalho de inteligência, de valoração das fôrças positivas, de revelação da realidade nacional. Um dos maiores serviços prestados pela Enciclopédia está em valorizar as fôrças do espírito e drená-las para a consecução de ideais que não assentem em areia.

Todos os caminhos no Brasil seguem para a Bahia.

Salvador, dezembro de 1957.

ANTÔNIO BALBINO DE CARVALHO FILHO
Governador do Estado da Bahia

MUNICÍPIOS DO ESTADO DA BAHIA

Índice dos Municípios

ACAJUTIBA — BA

Mapa Municipal no 4.º Vol.

HISTÓRICO — Em 1914, o povoado de Cajueiro, hoje cidade de Acajutiba, possuía apenas 20 casas formando a comunidade.

Atraídas pela fertilidade de suas terras, foram ali se fixando várias famílias, concorrendo com o seu trabalho para o progresso e conseqüente evolução da localidade.

Em 1907, surgiram os trilhos da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, ligando o povoado à Capital do Estado, acontecimento que marcou época, trazendo consigo expressivo surto de progresso, principalmente para o comércio local.

A atual cidade de Acajutiba, quando arraial ou povoado de Cajueiro, pertenceu ao extinto município de Vila Rica, êste último criado pela Lei estadual n.º 278, de 26 de agôsto de 1898, com sede no distrito de Bom Jesus, criado pela Lei estadual n.º 245, de 4 de julho de 1898.

Foi o município de Vila Rica extinto pela Lei estadual n.º 442, de 28 de agôsto de 1901, e restaurado pela Lei estadual n.º 983-A, de 4 de agôsto de 1913. Pela Lei estadual n.º 1 236, de 14 de maio de 1918, foi a sede do município de Vila Rica transferida para a povoação de Cajueiro, sendo esta elevada assim à categoria de vila.

Praça Ruy Barbosa, vendo-se a igreja matriz

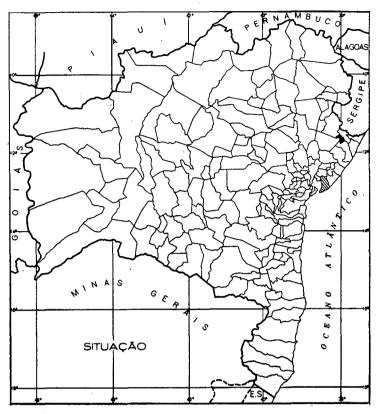
O distrito foi criado pela Lei estadual n.º 1 941, de 22 de abril de 1927, que dividiu em dois, o distrito de Bom Jesus. Pelos Decretos estaduais números 7 455, de 23 de junho de 1931, e 7 479, de 8 de julho do mesmo ano, foi o município de Vila Rica extinto, e anexado ao de Esplanada.

Restaurado anos depois, foi novamente extinto êsse município pelo Decreto n.º 9 673, de 13 de agôsto de 1935, passando o distrito de Cajueiro, desde essa data, a pertencer ao município de Conde.

Em 1937, o distrito de Cajueiro passou ao domínio do município de Esplanada, sendo seu nome, em virtude do Decreto estadual n.º 12 978, de 1.º de junho de 1944, mudado para o de Acajutiba.

Pela Lei estadual n.º 505, de 28 de novembro de 1952, foi criado o município de Acajutiba, constituído de distrito único, com sede na vila dêsse nome e desmembrado do município de Esplanada.

Em 7 de abril de 1955 teve comêço o funcionamento do município.

LOCALIZAÇÃO — O município de Acajutiba localiza-se na Zona Fisiográfica do Litoral Norte. Limita com os municípios de Esplanada, Inhambuque, Itapicuru e Rio Real.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 157 m.

ÁREA — A área do município é de 600 km², aproximadamente.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos do município são os rios Itapicuru e Pequara, que banham as suas terras.

CLIMA — Temperado. Quente no verão e frio no inverno. Geralmente saudável. A temperatura da sede municipal apresentou em 1956, os seguintes dados: máxima — 32ºC, mínima — 17ºC, média — 24ºC. A precipitação no ano atingiu a altura total de 598,8 mm.

RIQUEZAS NATURAIS — O revestimento florístico do Município apresenta exemplares de cedro, vinhático, peroba, jacarandá, pau-d'arco, havendo também plantas medicinais.

De origem mineral há ouro e diamante, inexplorados.

POPULAÇÃO — Em 1950, quando distrito de Esplanada, Acajutiba tinha uma população de 9 643 habitantes, sendo 4 591 homens e 5 052 mulheres; 71% da população localizavam-se no quadro rural. Estima-se que a população do município para 1947 seja de 11 000 pessoas.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Existe apenas a cidade de Acajutiba, com a população de 2 833 pessoas.

OUTRAS AGLOMERAÇÕES — Além da cidade, o município conta ainda com os povoados abaixo, cuja população estimada para 1957, é a seguinte: Pau de Candeia — 400 habitantes e Pajeú — 250 habitantes.

ATIVIDADE ECONÔMICA — De acôrdo com o Recenseamento Geral de 1950, 32,40% das pessoas em idade ativa (10 anos e mais) estão ocupadas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura".

A agricultura é a atividade fundamental à economia do município. O total da produção agrícola foi de 2 082 milhares de cruzeiros, figurando em primeiro lugar o feijão com 1 200 milhares de cruzeiros, seguindo-se a produção de fava, milho, mandioca e amendoim.

Estação da V. F. F. Leste Brasileiro

A fruticultura também tem expressão econômica para o município, com a produção de laranja que atingiu a 225 milhares de cruzeiros, seguindo-se a produção de limão com 200 milhares de cruzeiros e de banana com 45 milhares de cruzeiros.

A produção industrial, em 1955, atingiu a cifra de 2 035 milhares de cruzeiros, destacando-se a produção de farinha de mandioca com 1 000 milhares de cruzeiros, seguindo-se produtos alimentares, aguardente e cerâmica (telhas e tijolos).

O rebanho pecuário é representado estimativamente pelos seguintes números: bovinos — 5 000, eqüinos — 2 000, asininos — 300, muares — 500, suínos — 2 000, ovinos — 2 500, e caprinos — 1 500.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se a cidade de Acajutiba à Capital Federal, à Capital do Estado e às cidades vizinhas pelos seguintes meios de transporte: à Capital Federal — ferrovia, 2 462, e rodovia, 1 792 km; à Capital do Estado — ferrovia, 230 km, e rodovia, 246 km; às cidades vizinhas de Esplanada — rodovia, 21 km, e ferrovia, 21 km, Inhambupe — rodovia, 49 km, Itapicuru — rodovia 50 km e Rio Real — ferrovia, 34 km. É servida pela Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, cuja estação foi inaugurada em 14 de fevereiro de 1910.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio local mantém transações principalmente com as praças de Salvador, Aracaju, Alagoinhas e Esplanada, de onde importa a maioria das mercadorias de consumo local. Existem no município 2 estabelecimentos comerciais atacadistas e 37 varejistas. A feira mais importante é realizada aos sábados na sede municipal, onde são expostos à população os produtos locais.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Acajutiba, situada à margem da estrada da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, apresenta aspecto agradável e topografia relativamente plana. Conta com 12 logradouros públicos, sendo 8 servidos de luz elétrica, contando a iluminação domiciliária com 100 ligações. Tem 700 prédios, destacando-se pelas suas linhas modernas a estação da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro. Funciona na principal artéria da cidade um cinema. Há duas pensões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária à população é prestada por um pôsto oficial de saúde. O município integra o Setor n.º 3, do Departamento Nacional de Endemias Rurais, sediado em Alagoinhas, que também presta assistência à população. Exercem a profissão na cidade um médico e um dentista. Há uma farmácia.

ASSISTÊNCIA SOCIAL — Recentemente, criou-se no município a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, de iniciativa particular. A sede da referida associação é dotada de um consultório médico e de uma farmácia. Além de um facultativo, presta serviços profissionais uma enfermeira.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com os dados do Recenseamento Geral de 1950, a população de 5 anos e mais da cidade de Acajutiba (então sede distrital) era de 2 341, da qual sabiam ler e escrever 825, ou seja, 35,2%.

ENSINO — Em 1956, existiam 15 unidades escolares do ensino fundamental comum, com cêrca de 650 alunos matriculados. Das unidades escolares 6 eram estaduais, 7, municipais e 2, particulares.

CULTOS RELIGIOSOS — O município possui uma igreja do culto católico romano e um templo do culto protestante.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Dentre os festejos realizados no município, sobreleva a festa de Nossa Senhora das Candeias, padroeira local, que tem lugar no dia 2 de fevereiro, quando a cidade amanhece festiva. A população, já pela madrugada, acorda com o espoucar de bombas e foguetes. A mocidade católica, entre cânticos de louvores, percorre as ruas ainda adormecidas, rendendo sincera homenagem à santa milagrosa, e anunciando aos fiéis o raiar de um novo dia, todo dedicado a sua padroeira. É a alvorada, costume tradicional comumente observado nos festejos religiosos da maioria das cidades do interior do Estado.

Praça do Comércio

O dia surge engalanado e alegre! Nas diversas estradas que convergem para a cidade se intensifica o trânsito de cavaleiros: são as famílias dos rurícolas que acorrem ao bimbalhar festivo dos sinos da igreja, chamando o homem à adoração.

À tarde, os andores são carregados pelos fiéis em procissão, através das ruas da cidade. Após, ocorre a bênção do Santíssimo.

À noite, o povo comparece à praça principal, onde se realiza uma animada "feira-chique", com diversos jogos e passatempos em benefício da igreja local. São vendidos doces, refrigerantes, etc.

São ainda comemoradas as datas de 25 de dezembro, 31 de dezembro, respectivamente Natal e Ano-Bom, bem assim as festas profanas do carnaval e "micareta", constando ambas de bailes que se prolongam até alta madrugada.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O município conta 1 321 eleitores inscritos, tendo votado 900 nas eleições de 1954. O número de vereadores é de 8. Exerciam suas atividades, em 1956, 23 funcionários federais, 10 estaduais e 6 municipais.

FINANÇAS PÚBLICAS — A situação financeira do município nos dois anos de sua existência, no que diz respeito à arrecadação federal, estadual e municipal, é representada pelos números constantes da tabela abaixo:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1955 (1)....	—	694	202	141	183
1956.......	—	924	974	240	738

(1) Não há Coletoria Federal no Município.

JUSTIÇA — O município é têrmo judiciário da comarca de Esplanada. Conta com dois cartórios, sendo um do registro civil.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município denominam-se "acajutibenses".

Na área central da cidade, situado nas imediações da atual estação ferroviária, havia, segundo informações de moradores antigos, um frondoso cajueiro, sob cuja sombra protetora os feirantes se abrigavam. Daí se originou o nome Cajueiro, mais tarde mudado para Acajutiba que quer dizer, segundo Teodoro Sampaio, "cultura de cambarás e cajueiro". O Prefeito do município, em exercício, é o Senhor Altino Calazans de Sousa e o Presidente da Câmara Municipal de Vereadores é o Sr. Hostílio Freire de Novais.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística por José de Almeida Costa. — Os serviços estatísticos do município estão a cargo do Chefe da Agência de Estatística de Rio Real, Ezequias de Azevedo Oliveira.)

ALAGOINHAS — BA

Mapa Municipal no 4.º Vol.

HISTÓRICO — Conta a tradição que, em fins do século XVIII, um sacerdote português, cuja identidade a História não guardou, fundou uma capela no sítio em que existe atualmente o município de Alagoinhas, topônimo resultante da existência, na região, de grande número de pequenas lagoas. Estabeleceu-se o padre a 12 km da capela, criando a fazenda "Ladeira", primeiras terras a serem devassadas, embora o arraial se desenvolvesse em tôrno do templo. O que é certo, porém, é que, substituindo-o, o padre José Rodrigues Pontes conseguiu a criação da freguesia de Santo Antônio de Alagoinhas, por Alvará de 7 de novembro de 1816, iniciando-se o povoamento com os imigrantes vindos das zonas limítrofes de Inhambupe, Irará e Santo Amaro.

Tratando-se de ponto obrigatório de passagem dos que se encaminhavam para o Norte, cortada por velha estrada de boiadas, a localidade não tardou em prosperar. Na segunda metade do século XIX, começou o movimento de emancipação do povoado, tentando desligar-se do município de Inhambupe, objetivo alcançado em 16 de junho de 1852, pela Resolução provincial n.º 442, que criou o município de Alagoinhas, instalado no dia 2 de julho do ano seguinte.

Vista da feira pública, realizada na Praça J. J. Seabra

A inauguração, em 13 de fevereiro de 1863, do trecho da Estrada de Ferro Bahia ao São Francisco compreendido entre Pitanga e Alagoinhas, com sua estação terminal localizada a 3 quilômetros da sede municipal, motivou a decadência desta, razão por que a Resolução provincial número 1 013, de 16 de abril de 1868, removeu-a para onde se achava a estação da Estrada de Ferro, hoje denominada Estação de São Francisco. Neste local, em que havia apenas algumas casas, vila de Alagoinhas progrediu ràpidamente, tornando-se cidade em 7 de junho de 1880, pela Lei provincial n.º 1 957.

A comunidade recém-formada não estêve afastada dos acontecimentos de nossa história. Assim é que, fundado em 17 de novembro de 1889, o Centro Republicano Alagoinhense participou das manifestações da época, sendo o primeiro município baiano a hipotecar solidariedade ao movimento vitorioso.

Em 1929, a iluminação, que era feita a querosene desde 1878, passou a ser elétrica, fornecida pela Usina Elétrica Municipal "Saturnino Ribeiro", inaugurada a 7 de setembro daquele ano e desaparecida em 29 de setembro de 1954, quando foi instalada a estação abaixadora da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (C.H.E.S.F.). Em 1930, foi inaugurado o serviço telefônico da Companhia de Energia Elétrica da Bahia.

Segundo o quadro administrativo estabelecido pela Lei 628, de 31 de dezembro de 1953, o município de Alagoinhas é constituído de cinco distritos: Alagoinhas, Araçás, Aramari, Boa União e Riacho da Guia.

LOCALIZAÇÃO — O município de Alagoinhas localiza-se na Zona Fisiográfica do Litoral Norte. Limita com os municípios de Catu, Entre Rios, Inhambupe, Irará, Mata de São João, Pojuca e Santo Amaro. A sede municipal possui as seguintes coordenadas geográficas: 12° 08' 01" de latitude Sul e 38° 25' 24" de longitude W.Gr. Dista da Capital do Estado em linha reta 89 km, no rumo N.N.E.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 132,2128 metros, tomando por base a chapa cravada na soleira da porta principal da igreja matriz da cidade. Na plataforma da Estação da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, mede no entanto, 134,5192 metros .

ÁREA — A área municipal é de 1 449 km².

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos localizados no município são os seguintes: *Lagoas* — Feiticeira, localizada no tabuleiro da Rua do Catu, com o comprimento aproximado de 300 m e a largura de 200 m; Engenho Velho, localizada na Fazenda Engenho Velho, medindo 100 m de comprimento e 50 m de largura; Jeremias, localizada na Fazenda Espinho, medindo 500 m de comprimento e 400 m de largura. *Rios* — Subaúma, Camurugipe, Catu, que banha a cidade de Alagoinhas, Quiricó Grande e Aramari que banha a vila de Aramari e a cidade de Alagoinhas. *Morros* — Chan, localizado no distrito de Aramari, com altitude máxima de 250 m. *Serras* — Dos Frades, localizada no distrito de Aramari, com altitude máxima de 250 m; Maria do Brito, localizada no distrito de Boa União, com altitude máxima de 250 m; Fortaleza, localizada no distrito de Alagoinhas, com altitude máxima de 250 m.

Nas proximidades da vila do Riacho da Guia, existem 7 quedas dágua denominadas "Cachoeira do Subaúma", localizadas no rio Subaúma.

Na vila de Aramari existe uma reprêsa com a capacidade de 2 500 000 litros dágua.

CLIMA — O clima é quente no verão e frio no inverno. A temperatura da sede municipal apresentou, em 1956, os seguintes dados: média das máximas 32,5°C; média das mínimas 18,0°C; média compensada 26,8°C. Registrou-se, em 1955, a precipitação anual de 1 439,8 mm.

RIQUEZAS NATURAIS — O município assenta-se quase totalmente sôbre tabuleiros agrestes de vegetação rasteira, numa proporção aproximada de 70%. Nos distritos de Aramari e Boa União, há terras de massapê com vegetação de capoeira, notando-se em alguns trechos a existência de matas. No distrito de Araçás, varia o revestimento florístico, notando-se a existência de tabuleiros, capoeiras e grandes matas. Há madeira para construção, destacando-se, pela boa qualidade, as seguintes espécies: sucupira, vinhático, putumuju, louro, paraíba e cedro. Extrai-se madeira para lenha, dormentes e carvão vegetal. Existem, em pequeno número, algumas espécies de animais silvestres. De origem mineral, existem apenas pedras para construção e argila para cerâmica.

POPULAÇÃO — A população de Alagoinhas atingia em 1.°-VII-1950, por ocasião do último Recenseamento, 52 007 habitantes, ocupando o 17.° lugar no Estado. Dêste total, 24 795 eram homens e 27 212, mulheres. Quanto à côr, 30 093 eram pardos, 12 357, pretos, 9 449, brancos e 1, amarelo. Predominavam os que se declaravam católicos romanos. Quanto ao estado civil, prevaleciam os solteiros. Os 53% da população localizavam-se no quadro rural.

A estimativa da população do município, para 1957, é de 65 000 habitantes. Quanto à população da cidade de Alagoinhas, foram recenseados, em 1950, 21 283 habitantes, sendo 9 632 homens e 11 651 mulheres, figurando, como a 5.ª cidade do Estado da Bahia em efetivo populacional. A estimativa da população para 1957 é de 30 000 habitantes. De 44 487 pessoas de 5 anos e mais de idade, sendo 21 130 homens e 23 357 mulheres, sabiam ler e escrever 14 630. Dêstes, 7 674 homens e 6 956 mulheres, ou seja, 32,9% do total.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — O município possuía cinco aglomerações urbanas em 1950, com o seguinte efetivo populacional: Alagoinhas com 21 283, Araçás 124, Aramari 2 001, Boa União 751 e Riacho da Guia 437.

OUTRAS AGLOMERAÇÕES — Além da cidade e das vilas, o município possui os principais povoados abaixo, cuja população estimada para 1957 é a seguinte: Quizambu com 600, Olhos d'Água 350, Sauípe 300, e Narandiba 150.

ATIVIDADE ECONÔMICA — De acôrdo com o Recenseamento de 1950, 27% das pessoas em idade ativa (10 anos e mais) estão ocupadas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura", 11%, no ramo "indústrias de transformação", e outros 11%, em "transporte, comunicações e armazenagem". Quanto às culturas, a da laranja e a do fumo representam 72% da produção agrícola. Classifica-se em 1.° lugar no Estado como produtor de laranjas. O município é grande produtor de leite pasteurizado, abastecendo a capital, estando na zona litoral norte da bacia leiteira do Salvador. *Agricultura* — Como já ficou assinalado, Alagoi-

nhas constitui importante centro agropecuário, possuindo a Colônia Avícola n.º 1, a Granja Leiteira-Modêlo, a Fazenda-Modêlo, a Estação de Fruticultura e o Pôsto Florestal Permanente. A produção agrícola foi, em 1955, superior a 36 milhares de cruzeiros, contribuindo com a maior parcela a laranja, a banana, o limão, a mandioca e o fumo em fôlha.

Pecuária — A atividade pecuária tem importante significação econômica para o município. Existiam em 1956, 20 000 cabeças de bovinos, 5 000 de eqüinos, 2 000 de asininos, 3 000 de muares, 10 000 de suínos e 1 000 de ovinos, no valor total aproximado de 50 milhões de cruzeiros. *Indústria* — A produção industrial alcançou, em 1955, o valor de quase 64 000 milhares de cruzeiros. Existiam no referido ano 187 estabelecimentos industriais com 883 operários. Da produção industrial acima, o curtimento de couros e peles contribuiu com o total de quase 20 000 milhares de cruzeiros. O valor da indústria extrativa alcançou quase 10 000 milhares de cruzeiros. Distinguiu-se neste grupo a fabricação de carvão vegetal e a extração de lenha e madeira. A farinha de mandioca é um dos principais produtos manufaturados, com o valor de 1 500 milhares de cruzeiros, existindo cêrca de 300 casas de farinha. *Artesanato* — Como atividade artesanal, existem apenas produtos de cerâmica: louça-de-barro, potes, moringas, viveiros e cachimbos, vendidos pelos próprios fabricantes nas feiras públicas do município.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio local mantém transações permanentes com as praças de Salvador, Aracaju, Maceió, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo, de onde importa a maioria das mercadorias consumidas no município. Existem na sede municipal 15 estabelecimentos atacadistas, 225 varejistas e agências do Banco do Brasil, inaugurada em 24-XI-1941, do Banco Econômico da Bahia, fundada em 11-IV-1947, do Banco da Bahia, funcionando desde .... 10-IX-1951, e da Caixa Econômica Federal. Há um escritório regional e local da Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural. Os saldos do movimento bancário, em 31 de dezembro de 1956, apresentavam as seguintes cifras em milhares de cruzeiros: Caixa em moeda corrente — 7 193; Empréstimos em c/c — 33 041; Títulos descontados — 62 314; Depósitos a vista e a curto prazo — 33 287 e depósitos a prazo — 3 755. O giro comercial atingiu, em 1956, a 256 325 milhares de cruzeiros. A feira mais importante é a realizada aos sábados na sede municipal, que atrai grande número de pessoas dos municípios localizados nas zonas Litoral Norte e Nordeste do Estado. O salário-mínimo é de Cr$ 2 400,00.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade de Alagoinhas liga-se à Capital Federal por ferrovia no percurso de 2 177 km, por via rodoviária na distância de 1 655 km; à Capital do Estado por via férrea no percurso de 123 km, por via rodoviária 136 km; às cidades vizinhas de Catu, ferrovia (30 km) e rodovia (30 km); Entre Rios, ferrovia (54 km) e rodovia (74 km); Inhambupe, rodovia (45 km); Irará, rodovia (60 km); Mata de São João, ferrovia (55 km) e rodovia (109 km); Pojuca, ferrovia (42 km) e rodovia (42 km); Santo Amaro, ferrovia (158 km) e rodovia (131 km). O território do município é atravessado em três direções pela Viação Férrea Federal Leste Brasileiro. É servido pelas emprêsas de ônibus São José, com sede no município de Cícero Dantas, e Santo Antônio, com sede no município de Aracaju. A Cidade e a vila de Riacho da Guia são servidas pela BR-12 que corta o município de norte a sul. Além das estações ferroviárias de São Francisco e Alagoinhas, com sedes nesta cidade, existem ainda as de Narandiba, Aramari, Ouriçanguinhas, Sauípe, tôdas no interior do município. A cidade e as vilas de Aramari, Boa União e Riacho da Guia possuem agência do D.C.T. Funcionam atualmente na cidade uma estação radiotelegráfica da Secretaria da Segurança Pública do Estado, o Centro Telefônico da Companhia Energia Elétrica da Bahia e os serviços telefônicos privativos do D.C.T. e da V.F.F.L.B.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Alagoinhas é considerada a principal cidade da zona. A abundância de água potável de excelente qualidade, extraída do subsolo em qualquer ponto, seu clima saudável, seu comércio desenvolvido e outros fatôres, fazem de Alagoinhas uma cidade concorrida e procurada pelos habitantes da região. É dotada de luz e fôrça abundante fornecida pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco. É centro ferro-rodoviário importante. Da cidade partem estradas em quatro direções. É ligada à Capital do Estado por ferrovia eletrificada. Os trilhos da Leste Brasileiro ligam o município às cidades do Juàzeiro e Aracaju, passando por outras cidades à margem da ferrovia com as quais Alagoinhas mantém transações comerciais. Possui topografia plana e apresenta traçado urbano moderno.

Dos 117 logradouros existentes, 28 são pavimentados, 16 arborizados, e 54, servidos de luz elétrica.

Existem diversos edifícios de linhas modernas distinguindo-se os prédios da Prefeitura Municipal, dos Correios e Telégrafos, do Cine Azi, da Estação Leste Brasileiro, da Loja Maçônica, do Hospital Regional Dantas Bião e dos Ginásios de Alagoinhas e do Santíssimo Sacramento. O total de prédios é de 7 080, dos quais, 2 350 servidos de luz elétrica.

Há três cinemas, inclusive o Cine Azi, um dos principais do Estado, dotado dos mais modernos requisitos de confôrto, dispondo de excelente aparelhagem. Há 4 hotéis e 17 pensões, 3 jornais, 5 tipografias, 2 livrarias, 1 estação radiodifusora e 5 serviços de alto-falantes. Acham-se registrados na repartição competente 189 automóveis e 390 caminhões. Conta com 54 ligações telefônicas. Há 6 enge-

Rua Rodrigues Lima

nheiros, 7 agrônomos e 5 advogados exercendo a profissão no município.

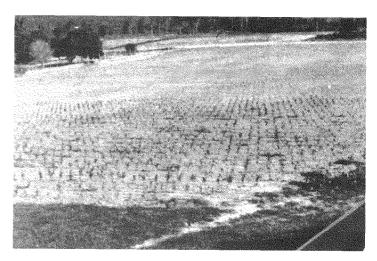
ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O município possui os seguintes estabelecimentos hospitalares: Hospital Regional Dantas Bião, mantido pelo Govêrno do Estado, com capacidade para 82 leitos; Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Alagoinhas, mantido pela Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, com 38 leitos; Maternidade Nossa Senhora de Fátima, mantida por D. Maria da Conceição Jaqueira — entidade particular —, com 23 leitos. Além dêsses estabelecimentos, existem o Pôsto de Higiene, mantido pelo Govêrno do Estado; o Ambulatório Médico Bezerra de Menezes, mantido pela União Espírita; o Pôsto Médico das Oficinas de São Francisco e o Pôsto Médico das Oficinas de Aramari, mantidos pela Viação Férrea Federal Leste Brasileiro; o Pôsto Médico n.º 2, da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários; e o Pôsto de Puericultura, mantido pela Liga Alagoinhense Contra a Mortalidade Infantil. O Departamento Nacional de Endemias Rurais tem no município a sede do seu Setor n.º 3, que compreende 12 municípios da região. Há 1 drogaria e 7 farmácias. Exercem a profissão 13 médicos, 8 dentistas, 3 farmacêuticos.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Operam em Alagoinhas no setor da assistência social e cooperativismo, as instituições abaixo relacionadas: *Associações de Caridade* — Comissão Municipal da Legião Brasileira de Assistência, Rosário da Caridade do Convento São Francisco e Almôço Semanal dos Mendigos; *Associações de Beneficência Mutuária* — Associação Ferroviária de Alagoinhas, Associação Profissional dos Trabalhadores na Indústria de Panificação da Cidade de Alagoinhas, Círculo Operário de Alagoinhas e a Associação Lauro Farani Pedreira de Freitas; *Cooperativas* — Cooperativa de Educação e Cultura Escola Normal e Ginásio de Alagoinhas. *Sindicatos* — Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Construção Civil de Alagoinhas, Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Curtimento de Couros e Peles. *Associações de Classe* — Associação Comercial de Alagoinhas, Associação dos Empregados no Comércio de Alagoinhas, Associação Rural de Alagoinhas, União Bahiana dos Servidores Públicos Civis (Secção de Alagoinhas), Sociedade Unificadora do Professorado Primário Estadual (Sucursal de Alagoinhas) e Conselho de Distrito das Bandeirantes de Alagoinhas.

ALFABETIZAÇÃO — Da população de 5 anos e mais, no total de 44 487, sabiam ler e escrever 14 630, ou seja, 32,9% do total.

ENSINO — Em 1956 existiam 75 unidades escolares do ensino primário fundamental comum, sendo 39 estaduais, 27 municipais e 9 particulares. Lecionavam 120 professôres e a matrícula no início do ano letivo alcançou o total de 4 379 alunos. Os estabelecimentos abaixo relacionados ministram o ensino extraprimário: Colégio Santíssimo Sacramento, mantendo cursos ginasial, pedagógico; Ginásio de Alagoinhas, mantendo cursos ginasial e comercial; Colégio do Convento São Francisco, mantendo curso de filosofia; Academia Bahiana de Alagoinhas de Corte e Alta Costura; Escola de Corte e Costura Alzira Oliveira Santos; Escola de Corte e Costura Nossa Senhora Auxiliadora; Curso de Iniciação Profissional, com os cursos de alfaiataria, sapataria, bordados, crochê e tricô; Escola de Corte e Costura Celina Carapiá; Escola João de Castro, mantendo cursos de corte e costura; Escola de Corte e Costura Nossa Senhora da Purificação; Escola Doméstica Madre Amada, ministrando cursos de corte e costura; Escola Datilográfica Nossa Senhora da Conceição; Escola Datilográfica Dois de Julho; Escola Profissional Ferroviária, mantendo cursos de ajustagem, carpintaria e ferraria; Instituto Industrial Feminino, proporcionando cursos de bordados e rendas; e o Orfanato São Francisco, com os cursos de costura e datilografia.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Editam-se na cidade cinco periódicos: "7 Dias", semanário, "O Nordeste", semanário, "A Pelota", semanário, "A Caneta", e "A Tribuna do Sertão", ambos de periodicidade mensal.

Há três bibliotecas públicas, possuindo mais de 1 000 volumes cada: a Biblioteca Pública Municipal, a Biblioteca Circulante São Francisco e a Biblioteca Pública Doutor Artur Ferreira, esta última da Agência Municipal de Estatística. Tendo menos de 1 000 volumes existem ainda 3 bibliotecas, inclusive estudantis.

Vista parcial da sementeira de citrus

Há 7 associações desportivas, 1 artística e 3 de cultura artística, dançante e recreativa, 1 loja maçônica, 1 câmara júnior e o clube do Rótari. Duas das associações desportivas, oferecem festas dançantes aos seus associados. Funciona na sede municipal a Radioemissora de Alagoinhas, de prefixo ZYN-26 e operando na freqüência de 1 240 kc. Há 3 cinematógrafos.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — A igreja de São Francisco, dos Religiosos Capuchinhos, recentemente construída, é um templo que merece particular atenção. Possui encantadores vitrais, lindos altares de mármore artìsticamente trabalhados, distinta pintura interna com painéis e decorações, e belíssimo piso de azulejo. À Praça que tomou o seu nome, fica localizado o busto do grande patrício Ruy Barbosa. A 2 quilômetros da cidade, à margem direita da estrada de ferro, em direção a Juàzeiro, há um modesto mas expressivo monumento à memora dos Comandantes Brasileiros Souto Maior e Távora, vítimas de terrível desastre de avião, ocorrido em 11 de maio de 1942.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — A 3 quilômetros da cidade existe um populoso bairro denominado "Alagoinhas Velha" (antiga sede do município, instalado em admirável planalto, com água potável de excelente qualidade, dotado de clima sadio que é procurado por grande número de pessoas como estação de cura e repouso. Facultativos de renome, como Doutores Sebastião Cardoso e Maneca Araújo, todos os anos passavam as férias em Alagoinhas Velha, considerando-a como a "Suíça Brasileira", pela excelência do seu clima.

Nas imediações da vila de Riacho da Guia existem 7 quedas dágua, localizadas no rio Subaúma, denominadas "Cachoeira de Subaúma", que pode ser considerada como atração turística.

CULTOS RELIGIOSOS — A freguesia de Alagoinhas foi criada em 7 de novembro de 1816 sob a invocação de Santo Antônio, sendo o seu primeiro vigário o padre José Rodrigues Pontes. Tem o município 4 paróquias: a de Santo Antônio, com sede na cidade de Alagoinhas; a de Jesus, Maria, José, com sede na vila de Boa União; a do Senhor Deus Menino, com sede na vila de Araçás; e a de Nossa Senhora da Conceição, com sede no povoado de Olhos d'Água, tôdas subordinadas à Arquidiocese da Bahia. Conta com 4 igrejas matrizes, 4 igrejas comuns, 17 capelas e 16 associações religiosas do culto católico romano. Há no município 5 templos do culto protestante, 5 templos do culto espírita e 35 centros de "Umbanda e Quibanda" da seita "afro-brasileira", denominados "Camdomblés".

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Comemora-se a festa do padroeiro da cidade, glorioso Santo Antônio, com realizações de trezenas, missa campal às dez horas, procissão à tarde e festejos de largo à noite, animados pelas filarmônicas locais. As mais importantes procissões são: a do "entêrro", na Sexta-feira Santa à tarde, a da Ressureição, na madrugada de Domingo de Páscoa, a de Santo Antônio, no dia 13 de junho à tarde, e a do Senhor dos Passos, no Domingo de Ramos à tarde.

As comemorações de São João e São Pedro são as mesmas de outras cidades, onde blocos de rapazes e môças, organizados à última hora, percorrem as residências mais íntimas, servindo-se do tradicional licor de jenipapo, bem assim, da canjica de milho verde, sendo muito comum a queima de fogos de artifício e a fogueira.

O Natal se resume na celebração da missa do galo, à meia noite. Apesar de quase desaparecido, comemoram-se ainda os Santos Reis, através de conjuntos ou ternos, geralmente organizados sem trajes especiais, no dia 6 de janeiro à noite, iluminados por lanternas de várias côres, com cantorias interessantes, acompanhadas por pandeiros e palmas. Os ternos visitam as lapinhas armadas nas igrejas e residências. Há ainda uma festa muito popular na cidade, a de São Cosme e Damião, em que a população, no dia 27 de setembro, oferece aos visitantes, ou mesmo a parentes e amigos, animado caruru em homenagem aos Santos Gêmeos.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O município contava em 1955 com 14 052 eleitores. Dêstes, votaram apenas 7 605, em outubro de 1954. A Câmara Municipal compõe-se de 12 vereadores.

O município é sede dos seguintes departamentos de Serviços Públicos: 3.ª Residência de Conservação do Departamento de Estradas de Rodagem da Bahia; 1.ª Região de Trânsito; 1.ª Região Fiscal da Diretoria de Fiscalização do Interior; Delegacia de Recrutamento; Delegacia Regional da 3.ª Região, da Secretaria de Segurança Pública; Agência do I.A.P.C.; Agência do I.A.P.E.T.C.; Inspetoria Regional do Departamento dos Correios e Telégrafos; Inspetoria Regional da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro; Pôsto de Subsistência do S.A.P.S.; 4.º Batalhão da Polícia Militar do Estado; e 2.ª Circunscrição Escolar de Secretaria de Educação. Exerciam suas atividades no município, em 1956, 1 254 funcionários: 932 federais, 217 estaduais, 94 municipais e 11 autárquicos.

FINANÇAS PÚBLICAS — Representam-se as finanças do município no quadro seguinte:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	846	4 221	1 818	1 143	1 889
1951	1 446	4 979	2 970	1 888	2 505
1952	1 687	5 839	3 600	2 260	3 661
1953	1 936	6 728	4 601	2 470	4 498
1954	2 199	7 827	4 738	2 964	4 942
1955	2 821	10 829	6 755	3 493	6 667
1956	3 160	12 569	7 029	4 767	7 099

JUSTIÇA — É sede de comarca abrangendo apenas o território do município. Foi têrmo da comarca de Inhambupe, da qual foi primeiro Juiz Municipal o Dr. João Vitor de Carvalho.

A comarca de Alagoinhas foi instalada em 20 de outubro de 1877, pelo Dr. Inácio Acioli de Almeida, seu primeiro Juiz de Direito, tornada de segunda entrância em 1900. Atualmente o é de terceira, sendo constituída por um único têrmo, o município do mesmo nome.

Conta com 10 cartórios, sendo 5 do Registro Civil. O total de feitos julgados, em 1956, foi de 233, assim distribuídos: cível 24, crime 16, e outros 193.

VULTOS ILUSTRES — Dentre os filhos de Alagoinhas, destacou-se no cenário nacional o general-de-exército Aristóteles de Sousa Dantas.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município denominam-se "alagoinhenses". O nome do município originou-se da existência de grande número de pequenas lagoas no local da cidade. O atual Prefeito em exercício é o Sr. Antônio Martins de Carvalho Júnior, e o Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, Sr. José Lúcio dos Santos Silva. O 1.º Intendente foi o Dr. José Ignácio da Costa, que tomou posse no dia 20 de janeiro de 1890. O 1.º Conselho Municipal, instalado no dia 2 de julho de 1853, estava assim constituído: coronel José Joaquim Leal, capitão Manuel Ferreira Canna Brasil, capitão Pedro da Silva Matos, capitão José Moreira de Carvalho Rêgo, padre Estêvão Santos Cerqueira, capitão Francisco da Silva Melo e Andrade e João Batista Benevides.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística Municipal na Bahia por José de Almeida Costa. — Chefe da Agência Municipal de Estatística: Flaviano de Araújo Neves. — Agente de Estatística: Antônio Marques Ferreira.)

ALCOBAÇA — BA

Mapa Municipal na pág. 97 do 6.° Vol.

HISTÓRICO — Os fundadores e primeiros colonizadores do município de Alcobaça foram Antônio Gomes Pereira e Antônio Mendes. Procedentes de Caravelas, estabeleceram-se com os membros de suas famílias à margem esquerda do rio Itanhém, em terrenos pertencentes à sesmaria concedida ao capitão Francisco Martins Pereira, por Alvará de 6 de novembro de 1697. Fundaram aí o povoado de Itanhém, no ano de 1752.

Do arraial que surgia, as primeiras casas de taipa e cobertas com palhas de ouricuri, foram edificadas à margem do rio. Eram circundadas de fortes cêrcas de pau-a-pique (pau-ferro), para garantir a defesa dos moradores contra as feras e os gentios, que habitavam o litoral.

Por Carta régia de 3 de março de 1755, assinada pelo rei de Portugal, D. José I, foi criado o município e elevada sua sede à categoria de vila com o nome de vila de São Bernardo de Alcobaça, a qual foi instalada em 12 de novembro de 1772, pelo Desembargador José Xavier Machado Monteiro, ouvidor e provedor da comarca de Pôrto Seguro.

Os terrenos do novo município foram desmembrados das antigas vilas de Prado e Caravelas, começando seus limites, do lado norte, com a vila do Prado, na ponta das Guaratibas e, do lado sul, com Caravelas, no riacho dos Mangues, na ponta das Baleias.

A Freguesia foi erigida em virtude do Alvará datado de 20 de outubro de 1795, o qual determinava que "as igrejas das grandes aldeias gozariam de tôdas as prerrogativas de paróquia".

Sua elevação à categoria de cidade deu-se por fôrça da Lei estadual n.° 122, de 20 de junho de 1896. Era governador do estado, nessa ocasião, o Conselheiro Luís Viana.

A inauguração solene da cidade foi no dia 22 de agôsto do mesmo ano, tendo presidido aos atos o juiz de Direito, Dr. Clemente Mendes.

Na divisão administrativa do Brasil, concernente a 1911, Alcobaça é formado apenas pelo distrito da sede; porém, na divisão relativa a 1933, figura com os de Alcobaça e Nossa Senhora de Itanhém.

Nas divisões territoriais datadas de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, assim como no quadro anexo ao Decreto-lei estadual número 10 724, de 30 de março de 1938, e no fixado pelo Decreto estadual número .... 11 089, de 30 de novembro de 1938, que vigorou no qüinqüênio 1939-1943, o município permaneceu com os mesmos dois distritos, notando-se, todavia, que, por efeito do Decreto n.° 11 089, já citado, o distrito de Nossa Senhora de Itanhém teve o seu topônimo simplificado para Itanhém.

Pela Lei estadual número 628, de 30 de dezembro de 1953, criaram-se mais cinco distritos no município que passou a ter a seguinte constituição: Alcobaça, Batinga, Cachoeira do Mato, Ibirajá, Itanhém, Itupeva e Medeiros Neto.

LOCALIZAÇÃO — O município de Alcobaça está localizado na Zona Fisiográfica do Extremo Sul, sendo o seu território banhado pelo Oceano Atlântico. Limita com os municípios do Prado e Caravelas e com o Estado de Minas Gerais.

São as seguintes as coordenadas geográficas da sede municipal: 17° 30' de latitude Sul e 39° 12' 30" de longitude W. Gr. Dista da Capital do Estado, em linha reta, 488 quilômetros, no rumo S. S. O.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 6 metros.

ÁREA — A área de Alcobaça é 5 273 km², sendo um dos municípios de grande extensão territorial, no Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O município tem topografia montanhosa no leste e plana no litoral.

Os principais acidentes geográficos do município são: o rio Itanhém, que deságua no Oceano Atlântico, ao norte do farol dos Timbebas, onde se encontram bancos de coral, e por cuja barra o município tem acesso para o mar, os rios Itanhentinga, Água Preta, Água Fria, o córrego Damasinho, o ribeirão das Umbaranas, os córregos Suçuarana, Gameleira, Veseda, Manoel Antônio, os ribeirões do Mato e Palmeiras.

Possui vastas lagoas, sendo as principais a do Gaudêncio, do Amâncio, e a do Ganga.

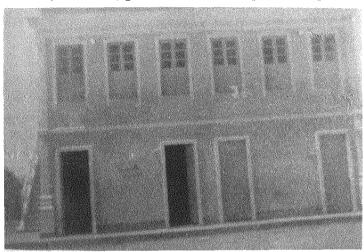
Existem algumas cachoeiras como a Rica e a da Laje, ambas formadas no curso do rio Itanhém.

As terras do município são de três categorias: arenosas, nas partes baixas dos rios Itanhém e Itanhentinga; argilosas, na parte média dos referidos rios; e roxas, nas situadas na parte alta do Itanhém.

CLIMA — O clima é quente na costa e frio e úmido no interior, as regiões pantanosas são insalubres. A temperatura média da cidade é de 26°C.

RIQUEZAS NATURAIS — As suas principais riquezas naturais são: *no reino vegetal*, abundantes matas, onde se encontram muitas variedades de madeira de lei, como pe-

roba, jacarandá, vinhático, pau-ferro, jequitibá, cedro, e muitas outras; as espécies medicinais também são em grande cópia: sabugueiro, canafístula, cardo-santo, araruta, gervão, jaborandi, eucaliptos, etc.; *no reino mineral,* águas marinhas, ametista, crisoberilo, topázio, cristal de rocha, areias monazíticas e ilmenita; o cristal de rocha está sendo explorado; *no reino animal,* o município é dotado de variadissima fauna: anta, onça pintada, suturica, canguçu, gato-do-mato, jaguatirica, veado, capivara, paca, cutia, tatu, tamanduá e macacos. Répteis existem, por exemplo, a surucucu-pico-de-jaca, muito freqüente, uma das mais ferozes e de tamanho desproporcional; jararacuçu, que habita, preferentemente, várzeas e capoeiras, sendo muito venenosa e traiçoeira; a jararaca, muito venenosa e que mora nos terreiros; a caiçaca, pequenina e astuta, que reside nos terrenos marginais do oceano e nas roças velhas.

Há, outrossim, grande variedade de pássaros e peixes.

Edifício da Prefeitura e Agência Municipal de Estatística

POPULAÇÃO — Segundo os resultados do Censo de 1950, a população do município era de 34 358 habitantes, sendo 17 739 do sexo masculino, e 16 619, do feminino, existindo pequena predominância do sexo masculino. Nessa população haviam 16 161 brancos, que era a côr predominante, e 12 849 pretos. Quanto ao estado civil, predominavam os casados, com 10 604, seguidos dos solteiros, cujo total era de 5 982.

Do total da população recenseada em 1950, 94,11% localizavam-se na zona rural. A população estimada para 1957 é de 44 605 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Alcobaça, em 1950, possuía dois aglomerados urbanos: a cidade de Alcobaça (1 300 habitantes, sendo 602 masculinos e 698 femininos) e vila Itanhém (725). Por fôrça da Lei estadual número 628, de 30 de dezembro de 1953, foram criadas mais cinco vilas: Batinga, Cachoeira do Mato, Ibirajá, Medeiros Neto e Itupeva, com população abaixo de 1 000 pessoas cada.

OUTRAS AGLOMERAÇÕES — Além da cidade e vilas, o município possui ainda povoados: de Jardinópolis (420 habitantes), Água Limpa (296 habitantes), Lagoa Dourada (214 habitantes), Salvação (189 habitantes) e Santa Fé (120 hab.).

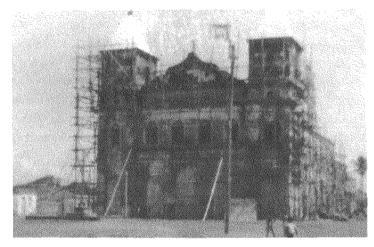
ATIVIDADE ECONÔMICA — Pelos resultados do Censo de 1950, a população do município em idade ativa (10 anos e mais) era de 22 590 pessoas, das quais 11 598 eram do sexo masculino, e 10 992, do feminino. Dessa população, 8 722 pessoas (sendo 8 292 homens e 430 mulheres) se dedicavam ao ramo "agricultura, pecuária e silvicultura", que, depois de "atividades domésticas", era o ramo ocupacional mais numeroso, representando 38,61% da população total em idade ativa.

Agricultura — A atividade fundamental à economia do município é a cultura do cacau, cuja produção, em 1955, alcançou a importância de 14 582 milhares de cruzeiros. As demais culturas agrícolas são: feijão, côco-da-baía, batata-doce, milho, arroz, cana-de-açúcar, banana, mandioca, café, alho e outros produtos. O valor total da produção agrícola, em 1955, alcançou a importância de 24 337 milhares de cruzeiros.

Em 1954, existiam 2 701 propriedades rurais, no valor venal de 956 829 milhares de cruzeiros.

Pecuária — A estimativa da população pecuária do município, em 1956, era a seguinte: bovinos 50 000, eqüinos .. 1 300, asininos 1 800, muares 3 000, suínos 90 000, ovinos 2 300 e caprinos 1 000.

Indústria — O valor da produção industrial, em 1955, foi de 18 161 milhares de cruzeiros, tendo concorrido com maior parcela a madeira beneficiada, cuja produção foi de 8 717 milhares de cruzeiros.

Tôdas as indústrias do município são ainda de feição artesanal e os principais produtos fabricados são aguardente, massas alimentícias, farinha de mandioca, manteiga, rapadura, tamancos, telhas, tijolos. Dos produtos extrativos, os principais são madeira, lenha e pescado. O valor da produção extrativa, em 1955, foi do porte de 11 554 milhares de cruzeiros.

Igreja-Matriz de São Boa Ventura

Funcionam no município uma Associação Rural e um Pôsto Agropecuário mantido pelos governos federal e municipal.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade de Alcobaça liga-se à Capital Federal, à Capital do Estado e às cidades vizinhas pelos seguintes meios de transporte: à Capital Federal, transporte misto (rodoviário, até Caravelas, 30 quilômetros, e aéreo 716 km), à Capital Estadual, misto (rodoviário, até Caravelas, 30 km, e aéreo 544 quilômetros), a Caravelas, rodoviário, 30 km, e ao Prado, rodoviário, 30 quilômetros.

Comunica-se, também, com as cidades mineiras de Águas Formosas, por estrada de rodagem (369 km); Carlos Chagas, rodovia (285 km) e Nanuque, via mista (rodovia, 224 km e ferrovia, 14 km).

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio local mantém transações com as praças de Vitória (Espírito Santo), Carlos Chagas e Nanuque (no Estado de Minas Gerais), Campos (Estado do Rio) e Salvador.

Existem 190 estabelecimentos comerciais varejistas e 4 atacadistas; êstes últimos estão todos localizados na sede municipal, que ainda conta com 19 estabelecimentos varejistas. O giro comercial, em 1956, elevou-se a 79 800 milhares de cruzeiros. O salário-mínimo oficial estabelecido para a região é de 2 000 cruzeiros.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Alcobaça está situada à margem esquerda do rio Itanhém, perto de sua foz. no Atlântico; possui um pequeno pôrto fluvial. A cidade desenvolveu-se, a princípio, na direção do rio para o mar, e suas primitivas ruas foram edificadas paralelamente ao rio. Foram elas a das Flôres, a do Novêlo, a dos Pescadores e a do Pôrto.

A cidade conta, atualmente, 20 logradouros, sendo um arborizado ou ajardinado. O tipo de iluminação da cidade é o termelétrico, inaugurado em 21 de setembro de 1949, cuja rêde se estende a 19 logradouros públicos.

O total de prédios existentes na sede municipal é de 495, dos quais, 87 estão servidos de luz elétrica. Existem na sede municipal dois hotéis, três pensões, uma agência postal-telegráfica do D. C. T., e um cinema.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária é prestada pelo Pôsto Municipal de Saúde e Assistência aos Desvalidos. Essa entidade, contudo, não funcionou no ano de 1956. Foi criada, também, a Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância; todavia, ainda não está funcionando. O município está sob a jurisdição do setor número 10 do Departamento Nacional de Endemias Rurais, sediado na cidade de Ilhéus. Existe uma farmácia na cidade. Três médicos e dois dentistas exercem suas atividades no município.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — As entidades acima citadas destinam-se à prestação de assistência social, sobretudo às classes pobres.

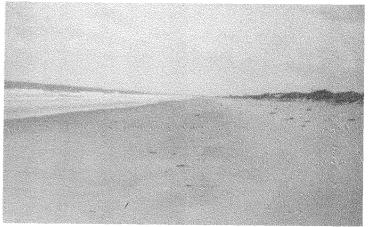
ALFABETIZAÇÃO — Pelos resultados do Censo de 1950, a população de 5 anos e mais era de 28 414 pessoas, sendo 14 613 do sexo masculino e 13 801, do feminino. Dessa população declararam saber ler e escrever 5 030 pessoas, sendo 3 172 homens e 1 858 mulheres, ou seja, 17,70% do total da população de 5 anos e mais. Na cidade havia 1 117 pessoas de 5 anos e mais, das quais sabiam ler e escrever 607, sendo 294 do sexo masculino e 313, do feminino.

ENSINO — Existiam em 1956 no município, 31 unidades do ensino primário-fundamental-comum, sendo 10 estaduais, 20 municipais e uma particular. A matrícula efetiva no citado ano elevou-se a 1 394 alunos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Conta o município duas bibliotecas com menos de mil volumes cada: A Biblioteca Municipal e a Biblioteca Presidente Getúlio Vargas, pertencente à A.M.E., com 193 volumes. Há também dois clubes de futebol nas vilas de Itanhém e Medeiros Neto.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Constitui objetivo de turismo a praia de Alcobaça, considerada uma das mais belas do Estado. É a praia preferida pelos mineiros para o veraneio de todos os anos.

CULTOS RELIGIOSOS — A grande maioria da população do município segue a Religião Católica Apostólica e Romana. A freguesia foi erigida sob a invocação de São Bernardo e está subordinada à diocese de Ilhéus. Foi seu primeiro vigário o benemérito padre José Porfírio. A construção da atual igreja matriz foi iniciada em 1860 e concluída em 1863, sob a orientação do referido sacerdote e com a contribuição do trabalho escravo.

Além da Matriz de São Bernardo, existem ainda, no município, 17 capelas públicas. O número de sacerdotes existentes na Paróquia é de dois. São as seguintes as associações religiosas existentes: Apostolado da Oração, Arqui-confraria de S. S. Rosário, Irmandade de São Bernardo e São João, e Apostolado do Coração de Jesus.

Vista da formosa praia de Alcobaça

O protestantismo conta com um templo do culto "Batista do Novo Acôrdo", na vila de Cachoeira do Mato.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Os festejos religiosos de cunho popular são os presepes, reisados e a festa de São Sebastião, que se realizam entre 25 de dezembro e 20 de janeiro. Nos festejos em homenagem a São Sebastião, promove-se a luta simbólica entre mouros e cristãos, que é travada a espada de madeira e ao som de gaita e caixa.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O município de Alcobaça contava em 1954 com 7 419 eleitores inscritos, dos quais compareceram e votaram no último pleito 4 654. São doze os vereadores em exercício na Câmara local.

O número de funcionários públicos, no município, em 1956, era de 67, assim discriminados: federais 4, estaduais 32, municipais 30 e autárquico 1.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro abaixo apresenta o resultado das finanças públicas no período de 1950 a 1956.

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	742	515	107	684
1951	—	1 605	591	262	491
1952	—	2 744	848	311	758
1953	—	2 537	1 476	661	1 397
1954	—	3 646	1 683	750	1 506
1955	—	4 636	1 789	889	1 869
1956	—	6 205	2 560	1 136	2 231

JUSTIÇA — A comarca de Alcobaça foi criada pela Lei provincial número 1 447, de 4 de setembro de 1874, composta dos têrmos de Alcobaça e Prado, desmembrados da de Caravelas.

Sua instalação solene se verificou às 14 horas do dia 29 de abril de 1876, sendo seu primeiro juiz de Direito o Doutor Francisco Manoel Paraíso Cavalcante. A comarca foi supressa pelo Decreto n.º 264, de 4 de outubro de 1904, e anexada à de Caravelas. Seu último juiz, nessa época, foi o Dr. Afonso Cordilho Costa. Começou o têrmo a funcionar nesse mesmo ano, designado para o pôsto de pretor o Dr. Joaquim Dias Lima.

Com a criação da comarca de Prado, pelo Decreto-lei n.º 175, de 2 de julho de 1949 (ainda não montada), Alcobaça passou a constituir têrmo da mesma. Em virtude, porém, de ainda não estar funcionando a comarca de Prado, os serviços judiciais continuam na dependência da de Caravelas. Possui 12 cartórios, sendo 5 do Registro Civil. Em 1956 foram julgados 16 feitos, sendo 12 no cível e 4 no crime.

VULTOS ILUSTRES — É filho ilustre do município, Antônio Carlos Medeiros Neto que foi Senador Federal.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os nascidos em Alcobaça denominam-se "alcobacenses". O nome do município foi dado pelos seus primeiros habitantes como homenagem a sua terra natal: a cidade de Alcobaça, de Portugal. O prefeito municipal, em exercício é o Sr. Manoel Euclides Medeiros, eleito no último pleito, e o presidente da Câmara Deolisano Rodrigues Sousa, eleito para o período legislativo iniciado em 7 de abril de 1957. O primeiro intendente eleito foi o Sr. José Bernardo do Vale e o primeiro presidente do Conselho Municipal, Dr. José Nunes da Silva.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística por Teófilo Santa Cruz Santos Silva. — Chefe da Agência Municipal de Estatística: Miguel Geraldo Farias Pires.)

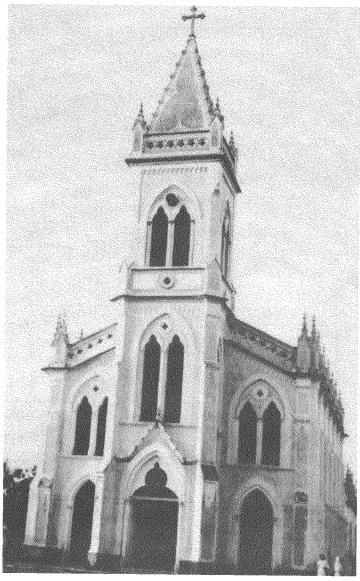
AMARGOSA — BA

Mapa Municipal no 7.º Vol.

HISTÓRICO — Nasceu Amargosa, de uma aldeia de índios de nome baetinga que, com os cariris, dominavam a região. As notícias acêrca da uberdade do solo atraíram a atenção dos povoadores de Santo Antônio de Jesus e Nazaré, que desbravaram as margens do rio Ribeirão e aí se estabeleceram. A princípio, o povoamento encontrou sérios obstáculos, em virtude das febres de mau caráter e das lutas travadas com os cariris e baetingas, que levavam a efeito constantes rapinas e depredações nas propriedades já florescentes de Pedro Paulo, no Cavaco, e de Francisco de Caldas Moreira e Gonçalves Correia Caldas, nos Barreiros. Êstes encontros eram quase sempre bárbaros e mortíferos. A paz só voltou à localidade depois que o Govêrno da Província conseguiu desbaratar a resistência indígena.

A freguesia foi criada pela Resolução número 574, de 30 de junho de 1885, com o nome de Nossa Senhora do Bom Conselho, no govêrno de Álvaro Tibério de Moncorvo e Lima, na qualidade de vice-presidente da Província.

A sede de vila estava desde 1848 na localidade denominada Tapera, sendo daí transferida por fôrça da Resolução Provincial número 1 728, de 21 de abril de 1877, para o local onde se erigiu a vila de Amargosa e o município do mesmo nome. A instalação ocorreu a 15 de fevereiro de 1878. A elevação à categoria de cidade ocorreu por Ato estadual de 9 de junho de 1891.

Até 1911 o município compunha-se dos distritos de Amargosa, Corta Mão, Tartaruga, Corrente e São Roque. Nos quadros do Recenseamento de 1920, aparece com a seguinte composição: Amargosa, Ribeirão, Corta Mão, Tartaruga, Corrente, Brejão e Veados. Na divisão administrativa de 1933, aparece sòmente com os distritos de Amargosa,

Igreja Matriz de Amargosa

Corta Mão, Tartaruga, Corrente e São Roque, situação que foi modificada pelo Decreto estadual número 11 089, de 30 de novembro de 1938, que modificou o topônimo de São Roque para Diógenes Sampaio. Pelo Decreto estadual número 141, de 31 de dezembro de 1943, a denominação de Corrente foi alterada para Itachama.

A Lei estadual n.º 628, de 30 de dezembro de 1953, deu ao município a seguinte composição distrital: Amargosa, Corta Mão, Diógenes Sampaio, Itachama, Nossa Senhora dos Milagres e Tartaruga.

O topônimo Amargosa originou-se, segundo a lenda, de certa qualidade de pombas existentes na Região, cuja carne tinha sabor amargo. A espécie em causa era abundante e constituía motivo de atração para os caçadores. O convite para a caça às formosas pombas era feito do seguinte modo: "vamos às amargosas"? Daí, diz a lenda, se originou o nome do município.

LOCALIZAÇÃO — Localizado na Zona Fisiográfica de Jequié, o território do município está totalmente incluído no "Polígono das Sêcas". Limita com os municípios de Santa Teresinha, São Miguel das Matas, Laje, Ubaíra e Brejões. A cidade, que está situada num planalto, outrora habitado pelos índios "baetingas", possui as seguintes coordenadas geográficas: 13° 01' 49" de latitude Sul e 39° 35' 51" de longitude W. Gr. Dista da Capital do Estado, em linha reta, 114 quilômetros, no rumo O. S. O.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A cidade está a 390 metros acima do nível do mar. A Secção de Nivelamento do Conselho Nacional de Geografia achou a altitude máxima de 526,7 215m e a mínima de 247,7 942 m, em medições que fêz no trecho da rodovia Jequié—Feira de Santana, que passa pelo município.

ÁREA — A área do município é de 570 km².

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — A superfície do município é geralmente montanhosa, apresentando, todavia, vastas planícies cobertas de arbustos e pastagens. O aspecto montanhoso é formado pela serra do Julião, numa curva orográfica, em que se vêem as serras Negra, da Gibóia, do Cavaco, da Coroa, da Tartaruga, dos Milagres, além de outras de menos projeção, como os montes de Jatobá e de Santo Antônio. A cidade demora num planalto, donde se vê a cadeia de montanhas num belo panorama, além dos sulcos em que serpejam as águas dos rios Ribeirão e Corta Mão.

Além dêsses rios, a hidrografia do município tem os da Capivara, o Verde, o Corrente, o Timbó, o Salgado, o Riachão, o Maçaranduba, o da Várzea, o Baetinga, o Barreiros, o Jacuba, o Caco de Cuia e outros menos importantes. Há também a cachoeira do Ribeirão com uma altura de 7 metros e com potência calculada em 60 c. v.

CLIMA — O município possui clima saudável, mormente nos vales dos rios Corta Mão e Capivara. A temperatura da sede municipal apresentou em 1955, os seguintes dados: média das máximas, 32°C, média das mínimas, 16°C e média compensada, 28°C. A precipitação, no mesmo ano, atingiu a altura de 900 mm, segundo o pôsto pluviométrico local.

RIQUEZAS NATURAIS — Os vegetais fazem-se representar pelas madeiras para construção, lenha e carvão, sendo mais avultada a quantidade da que serve para lenha. No reino animal, encontram-se o mel e a cêra de abelha, extraídos nas fazendas por métodos rudimentares. Os minerais apresentam jazidas de manganês, grafita e quartzo, todos inexplorados.

POPULAÇÃO — A população do município, em 1950, era de 27 362 habitantes, sendo 12 894 homens e 14 468 mulheres. Quanto à côr, havia 9 361 brancos, 5 547 pretos e 12 373 pardos. Das pessoas de 15 anos e mais, 8 366 eram solteiros, 6 648 casados, 8 desquitados e 1 270 viúvos. A população em idade ativa (10 anos e mais) era de 19 747 pessoas, sendo 9 057 homens e 10 690 mulheres. Da população em idade ativa, 6 874 dedicavam-se ao ramo "agricultura, pecuária e silvicultura", ou seja, 34,81% dos indivíduos em idade ativa no município.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Na *sede municipal*, segundo o Recenseamento de 1950, existiam 4 744 habitantes, sendo 2 014 homens e 2 730 mulheres. Assim, para cada grupo de 100 homens existia um equivalente de 136 mulheres. A população das vilas era a seguinte: Corta Mão, 360 hab.; Diógenes Sampaio, 127 hab.; Itachama, 143 habitantes e Tartaruga, 512 habitantes.

Em 1953 foi criado o distrito de Nossa Senhora dos Milagres, cuja vila dispõe de população superior a 2 000 habitantes.

OUTRAS AGLOMERAÇÕES — Os povoados mais importantes são: Barreiras (com 235 hab.), Dez Réis (com 200 hab.), Baixa da Areia (com 165 hab.), Acaju (com 130 hab.), Barra da Inveja (com 132 hab.), Cavaco (com 125 hab.), Pilões (com 100 hab.) e Ponto (com 80 habitantes).

ATIVIDADE ECONÔMICA — Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais), 34,8% estão ocupadas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura". O principal produto é o café, cuja produção em 1955 alcançou a quantia de 9 milhões de cruzeiros. A seguir vêm a cana-de-açúcar, a mandioca, e o aipim. Produz também frutas e verduras que abastecem a cidade, sendo o excesso enviado para outros municípios. A indústria é representada por pequenas fábricas de aguardente, carvão vegetal, café torrado e moído, calçados, farinha de mandioca e tapioca, fibra de sisal, rapadura, telhas e tijolos. Existe também a indústria extrativa, com produção de menor importância, de lenha, madeiras, e pó de palha de ouricuri no reino vegetal, e cêra e mel de abelha, no reino animal. O rebanho pecuário é estimado em cêrca de 12 000 bovinos, 5 000 caprinos e 4 000 suínos.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município está ligado à Capital do Estado por estrada de rodagem, num percurso de 306 km e, também, pela Estrada de Ferro de Nazaré, até São Roque, na distância de 129 quilômetros. De São Roque, viaja-se para a Capital por via marítima, 21 mi. A vila de Nossa Senhora dos Milagres é cortada pela rodovia Rio—Bahia (BR-4) pela qual se liga o município à Capital Federal; comunica-se com os municípios vizinhos de Brejões, rodovia (121 km); de Laje, ferrovia (50 km) e Ubaíra, ferrovia (90 km).

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio local mantém transações com as praças de Salvador, São Paulo e Rio de Janeiro, de onde importa a maioria dos produtos que consome. Existem na sede municipal 7 estabelecimentos atacadistas e 41 varejistas. O giro comercial em 1956 foi de 79 950 milhares de cruzeiros. A feira mais importante é a realizada aos sábados, na cidade, a qual atrai grande número de pessoas do interior do município e de municípios vizinhos. Funciona na sede municipal a Agência da Caixa Econômica e a Agência do Banco do Brasil, inaugurada em 10 de julho de 1943. O salário-mínimo em vigor no município é de .. 2 200 cruzeiros.

ASPECTOS URBANOS — Amargosa está edificada em planalto regular, cortada pelo rio Juquiriçá-Mirim, com suas ruas bem delineadas, sendo as principais arborizadas. É das mais belas cidades do interior do Estado. A praça onde está localizado o Jardim Lourival Monte, é, sem dúvida, a mais bonita do interior baiano. Há 41 logradouros, 27 dos quais são pavimentados, 17 arborizados e 28 possuem iluminação elétrica. São em número de 1 719 os prédios, sendo 389 servidos a luz elétrica. O consumo de energia elétrica em 1956 atingiu a 88 271 kWh, sendo 6 456 em iluminação pública e o restante em particular.

Em junho do corrente ano foi inaugurado o serviço de água canalizada. Possui um cinema, com capacidade para 300 pessoas, um hotel e duas pensões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — No município há um hospital pertencente à Santa Casa de Misericórdia, funcionando desde 1892, que dispõe de 15 leitos e de um corpo clínico composto de dois médicos, um farmacêutico, e dois atendentes não diplomados. Foi recentemente inaugurado um hospital regional pertencente ao Ministério da Saúde, que dispõe de 57 leitos. Funciona também um pôsto de higiene mantido pela Secretaria de Saúde e Assistência Social do Estado. O município está sob a jurisdição do Setor número 72 do Departamento de Endemias Rurais, com sede em Santa Inês. Exercem profissão no município 5 médicos, 4 dentistas e 1 farmacêutico.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Existe o Pôsto de Puericultura da Associação de Amparo à Maternidade, mantido pelo Departamento Nacional da Criança. Funcionam as seguintes cooperativas: a Agrícola Mista de Amargosa, cuja finalidade é compra e venda em comum, consumo e crédito, registrada no Departamento de Assistência às cooperativas; a do Grupo Escolar Almeida Sampaio, destinada a vender livros e material didático aos alunos; e uma terceira, particular, funcionando no distrito de Nossa Senhora dos Milagres.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo o Recenseamento de .. 1950, na cidade existiam 4 203 pessoas de cinco e mais anos, das quais 2 141 sabiam ler e escrever. No município a população de 5 anos e mais é de 23 384 pessoas; destas, sabiam ler e escrever, 7 215, que representavam 30,85% do total da população em idade escolar.

ENSINO — Em 1956 funcionaram no município 30 escolas estaduais, 38 municipais e 2 particulares, tôdas do ensino fundamental comum, sendo 31 localizadas no interior. Existe o Ginásio Santa Bernardete, que mantém um curso ginasial e pedagógico, sendo a matrícula inicial, em 1957, de 112 alunos no curso ginasial e 30 no pedagógico. O bispado mantém o seminário menor da "Imaculada Conceição" cuja matrícula inicial no corrente ano foi de 27 alunos.

Há também a Escola Comercial de Amargosa, recentemente fundada, que vem funcionando normalmente e teve, em 1957, a matrícula inicial de 37 alunos. O município é sede da 7.ª Circunscrição Escolar da Secretaria de Educação e Cultura.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existe um jornal de periodicidade quinzenal, denominado "Nova República". Possui três bibliotecas, sendo uma da Agência de Estatística, denominada Mário Barbosa, outra, do Grêmio Pedro Calmon, e a última, do periódico acima citado, nenhuma das quais dispõe de mais de 1 000 volumes.

Funcionam quatro associações culturais, a saber: Filarmônica Carlos Gomes, fundada em 1905; Sociedade Filarmônica 15 de Abril; Associação Cultural e Recreativa de Amargosa e Grêmio Pedro Calmon.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Monumento ao Cristo Redentor: — É constituído por uma estátua de concreto, iniciativa do Govêrno Municipal e de Antônio de Pedro Ferreira; fica localizado na Praça Cônego Francolino e foi inaugurado em 1.º de março de 1939. Monumento ao Dr. Lourival Monte: é composto por um obelisco de granito, iniciativa do Govêrno Municipal e particulares. De autoria de Celso Machado, está localizado no Jardim que tem o nome do homenageado; foi inaugurado em 8 de dezembro de 1940 e possui a seguinte inscrição: "Homenagem Póstuma pelo traço magnífico e indelével da administração do Dr. Lourival Monte 1932-1934. A cidade de Amargosa, engrandecida e grata, perpetua e con-

sagra a sua memória. — Em 1-XII-1940. — Oferta de Amargosa".

CULTOS RELIGIOSOS — O município é sede do bispado de Amargosa, criado pela Bula Papal datada de 20-X-1909, e da paróquia de Nossa Senhora do Bom Conselho, que é composta de 2 matrizes, 7 igrejas, 9 capelas públicas e 2 semi-públicas. Mantém 4 associações religiosas. Funcionam 2 templos não católicos.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Domina, na quase totalidade dos amargosenses, a religião Católica Apostólica Romana. Há generalizado sentimento popular da devoção católica. As tradições locais de ensino religioso são apanágio do catolicismo dos amargosenses.

Realiza-se, anualmente, em 26 de abril, na cidade, a festa em homenagem a Nossa Senhora do Bom Conselho constando de missa oficiada por S. Exa. o Sr. Bispo local, procissão e, à noite, divertimentos populares, quermesses, jôgo de prendas e outras manifestações públicas.

Há no distrito de Nossa Senhora dos Milagres uma igreja, construída entre morros, na qual se venera a Virgem dos Milagres. Em dezembro de cada ano, começam aí a chegar caminhões e outros veículos com romeiros que buscam alívio ou cura miraculosa para seus males. No dia 2 de fevereiro, realiza-se grandiosa festa em homenagem à Padroeira, constante de missa solene, cumprimento de promessas, cânticos religiosos e até demonstração de curas miraculosas. Há também divertimentos populares, constantes de quermesses e outros folguedos patrocinados pelo vigário e por pessoas da sociedade local. Esta festa atrai grande número de forasteiros.

Pelas festas natalinas surge o tradicional "bumba-meu-boi" que, ao som de instrumentos musicais e atabaques, percorre a cidade. Aparece, também, um grupo "marujadas", que entoa cânticos originais e simula manobras navais, que lembram as antigas caravelas do descobrimento do Brasil.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — Em 1956, existiam no município 7 742 eleitores inscritos, tendo votado 3 782 no pleito de outubro de 1955. O legislativo é composto de 12 vereadores. Exerciam a profissão no município 141 funcionários públicos civis, sendo 26 federais, 45 estaduais, 66 municipais e 4 autárquicos.

FINANÇAS PÚBLICAS — Na tabela infra, resumem-se os números relativos à arrecadação pública e despesa efetuada pelo município no setênio 1950-1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	318	1 068	825	367	1 048
1951	383	1 183	951	396	773
1952	344	1 139	1 499	390	565
1953	447	1 996	1 844	809	1 056
1954	510	2 747	2 594	1 061	2 928
1955	662	3 608	2 009	1 235	1 553
1956	803	4 468	2 605	1 463	2 319

JUSTIÇA — A comarca de Amargosa foi criada pela Resolução provincial número 1 726, de 21 de abril de 1877, a mesma que criou o município, e abrangia, também, o têrmo de São Vicente Férrer de Areia, atual Ubaíra.

Nas divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e .. 31-XII-1937, bem como no quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 10 724, de 30-III-1938, o município de Amargosa é têrmo judiciário da comarca de mesmo topônimo, a qual compreendia ainda os têrmos de Brejões. Laje e São Miguel, notando-se todavia, que em 1936 não figura na referida comarca o têrmo de Brejões cujo município se subordina ao têrmo de Amargosa.

Por fôrça do Decreto estadual número 11 089, de 30 de novembro de 1938, a comarca de Amargosa perdeu, para a de Areia, o têrmo de Laje. Assim, no quadro que êsse mesmo Decreto estadual fixou para vigorar no qüinqüênio 1939-1943, a comarca de Amargosa compreende 3 têrmos: Amargosa, Brejões e São Miguel, formados cada qual pelo município de denominação correspondente.

De conformidade com o quadro estabelecido pelo Decreto-lei estadual n.º 141, de 31-XII-1943, e modificado pelo Decreto estadual número 12 978, de 1.º de junho de 1944, o têrmo de São Miguel das Matas (ex-São Miguel) foi transferido para a comarca de Santo Antônio de Jesus, figurando a comarca de Amargosa nesse quadro, composta de dois têrmos apenas. Amargosa e Brejões. Por fôrça da Lei 175, de 2 de julho de 1949, perdeu o têrmo de Brejões que foi elevado a comarca. Entretanto, em vista de ainda não ter sido instalada, os seus serviços judiciários continuam na dependência da comarca de Amargosa.

Existem no município 12 cartórios, sendo 6 do Registro Civil. Foram julgados, em 1956, 177 feitos no cível, e 41, no crime.

VULTOS ILUSTRES — Doutor Pedro Calmon; professor Catedrático de Direito Constitucional da Faculdade Nacional de Direito, e de História do Colégio D. Pedro II, no Rio de Janeiro; grande orador, historiador e publicista. Atualmente é Reitor da Universidade do Brasil, cargo que tem exercido por várias vêzes. Astério Barbosa de Campos; Bacharel em Direito, publicista, redator da "Gazeta de Notícias", do Rio de Janeiro, onde reside, e professor catedrático de Português e Literatura do Instituto de Educação, membro do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia. Teobaldo de Almeida Sampaio, jurista, Bacharel em Direito.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — "Amargosense" é a denominação gentílica dos nascidos no município. Em Amargosa, seu povo bom, progressista e idealista, deu arras de seus bons sentimentos ao construir o belo templo católico, — a catedral—matriz, sob a égide de Nossa Senhora do Bom Conselho, lindíssima igreja, de estilo gótico. Seu soerguimento deve-se à iniciativa, persistência e atividade do piedoso Cônego José Francolino Alves de Oliveira, Vigário da Freguesia, o qual, em trinta e cinco anos, com apoio do povo, realizou grande parte da edificação, que não viu concluída por motivo de sua morte. Contudo, não pereceram o estímulo e próposito dos fiéis para sua conclusão e o coronel Benedito José de Almeida assumiu a honrosa missão do prosseguimento das obras até o final. Ressalta-lhe a beleza, o aspecto externo e o jardim que lhe fica defronte, um dos mais formosos do Estado.

O Prefeito em exercício é o Sr. João Sales e o Presidente da Câmara o Sr. Abílio Augusto Veloso, eleito para o período legislativo iniciado em 7-IV-1957.

O primeiro Intendente que dirigiu o município foi o Sr. Antônio Friandes e a 1.ª Câmara Municipal compunha-se dos seguintes membros: capitão Rosendo Martins dos Santos Júnior — Presidente; ten.-coronel Antônio Heráclito Alves Branco, ten. Aprígio Gustavo da Silva, vereadores. Os suplentes cap. Pocidônio Marinho Falcão Brandão, Zeferino Augusto de Castro, José Antônio de Espírito Santo, ten.-coronel Joaquim Ferreira Costa Galvão, cap. Tito Cerqueira Bastos e José da Silva Pereira Mascarenhas.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística por Anterlino Leite Gaspar. — Chefe da Agência Municipal de Estatística: Manoel Guimarães Passos.)

ANDARAÍ — BA

Mapa Municipal no 8.º Vol.

HISTÓRICO — O território do município foi primitivamente habitado ou visitado pelos índios cariris, sendo resquícios daquela época os nomes indígenas dados a localidades e a acidentes geográficos, como, por exemplo, Andiraí (depois transformado no topônimo Andaraí), Coxó, Orobó, Açuruá, etc.

O descobrimento daquelas terras data de 1845 ou 1846. Deve-se ao ciclo dos minérios a colonização, ali, cabendo ao capitão José de Figueiredo, seus dois filhos, genro e alguns escravos, procedentes de Santa Isabel do Paraguaçu, atual Mucugê. A penetração inicial no território visava a descobrir minas de diamante e de ouro.

Aquêles pioneiros obtiveram grandes resultados na exploração de pedras preciosas; todavia, dez meses depois, acossados pelas febres, retiram-se com destino a Grão-Mogol, onde difundiram a grande fama das minas de Andaraí, o que ocasionou a invasão da região por bandos de garimpeiros, que ali se instalaram. Êsses novos exploradores provinham das minas do Rio das Contas, de Caetité e de Bom Jesus do Rio das Contas.

As pedras preciosas continuavam a surgir em abundância, e os garimpeiros deixavam esgravatados os leitos dos rios e dos riachos, os brejos, as encostas e os cumes das serras. Em compensação criou-se o núcleo demográfico no melhor, mais ativo e afamado garimpo.

Assim, nasceu a povoação de Andaraí, que foi crescendo com a vinda de indivíduos de outras classes. Melhores edificações foram estabelecidas, criou-se o comércio local, indústrias de transformação foram introduzidas; construiu-se a capela.

O povoado continuou a desenvolver-se. A Lei provincial n.º 1 811, de 11 de junho de 1878, criou o distrito de paz de Andaraí e o elevou a sede de paróquia, com território da freguesia de São João do Paraguaçu.

Seis anos depois, a Resolução imperial n.º 2 439, de 15 de maio de 1884, fêz que o povoado Xique-Xique fôsse, também, sede de distrito de paz.

A povoação de Andaraí foi elevada à categoria de vila, pela Resolução provincial n.º 2 444, de 19 de maio do mesmo ano, e o território elevou-se a município do mesmo nome, composto pelos distritos de Andaraí e Xique-Xique, sendo desmembrados de Santa Isabel do Paraguaçu (atual Mucugê). A sua inauguração foi a 14 de julho de 1885.

Não havendo sido conseguida a canonização da freguesia, criada anteriormente, em 18 de maio de 1888, a Lei imperial n.º 2 584 a ratificou sob a invocação de Nossa Senhora da Glória.

O Ato de 28 de abril de 1891, assinado pelo governador José Gonçalves da Silva, concedeu foros de cidade à sede do município. Na divisão administrativa do Brasil fixada em 1911, ficou constituído de dois distritos o de Andaraí (sede) e o de Xique-Xique.

Em 23 de junho de 1927 fêz-se a criação do distrito de Iguaçu, com sede na povoação de Itaetê.

Na divisão administrativa do Brasil, relativa ao ano de 1933, o município ficou constituído dos distritos de Andaraí, Xique-Xique, Iguaçu e Piranhas.

No novo quadro territorial do Estado, para o período de 1939-1943 o distrito de Xique-Xique passou a denominar-se Igatu.

De acôrdo com o Decreto-lei estadual n.º 141, de 31 de dezembro de 1943, e com o Decreto estadual n.º 12 978, de 1.º de junho de 1944, o município ficou compreendido de quatro distritos: — o da sede, o de Igatu, o de Itaetê e o de Piranhas, havendo modificação toponímica no distrito de Iguaçu, que passou a denominar-se Itaetê.

Nas divisões administrativas subseqüentes, tal situação administrativa continuou até a criação de mais um distrito, o de Ubiraitá, com território desmembrado do distrito de Piranhas, em decorrência da Lei 628, de 30 de dezembro de 1953. Todavia a instalação do novo distrito não se verificara até 1.º de agôsto de 1957.

LOCALIZAÇÃO — O município de Andaraí localiza-se na Zona Fisiográfica da Chapada Diamantina. Seu território

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

está inteiramente incluído no "polígono das sêcas". Limita com os municípios da Barra da Estiva, Lençóis, Maracás, Itaberaba, Mucugê e Rui Barbosa.

A sede municipal apresenta as seguintes coordenadas geográficas: 12° 48' 25" latitude Sul, e 41° 19' 38" de longitude W. Gr. Dista da capital do Estado, em linha reta, 293 km, no rumo O.N.O.

ALTITUDE — Medições procedidas pela Secção de Nivelamento do C.N.G. acusam, na cidade, a altitude de .... 408,5759 m, estando a placa respectiva cravada no primeiro degrau da escadaria de acesso à porta principal do Hospital Regional e de 405,0324 m, à direita da porta principal da igreja matriz. Em ponto da estrada de rodagem Lençóis—Itaberaba, a 2 metros da margem direita e a 260 metros aquém do marco quilométrico n.° 97 ou a 21,7 km além da ponte sôbre o rio Utinga, a altitude registrada é de 548,9685 m. No trecho da estrada Mucugê—Andaraí, a 2 metros da margem direita e a 1,43 km além do entroncamento para a localidade Encruzilhada, registra-se a altitude de 948,2819 m.

ÁREA — A área do município é de 3 087 km².

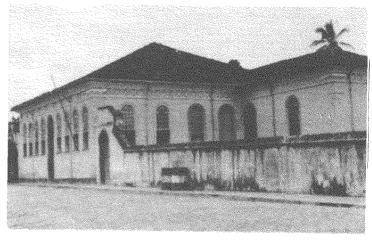
ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O território municipal é montanhoso em parte, e constituído de escarpadas serras, com vales e despenhadeiros, onde se elevam pedras balsáticas, fragmentos e traços de fase eruptiva, determinada, possìvelmente, por grande movimento telúrico. A paisagem ora se alteia, ora se abate, formando saliências e reentrâncias, às vêzes de aspectos deslumbrantes. As serras existentes como a da Chapada, a do Roncador, a do Ramalho e outras — formam a cordilheira do Cincorá, integrante da Chapada Diamantina. A outra parte, a não montanhosa do município, é formada por terrenos argilosos e calcários de ótima qualidade para a agricultura.

O principal rio que banha o município, onde recebe diversos afluentes, é o Paraguaçu, cujos tributários são o rio Prêto, o Santo Antônio, o das Piabas, o da Garapa, o do Roncador e o Una.

Há as seguintes quedas dágua captáveis para a produção de energia elétrica e ainda inaproveitadas: a cachoeira do Ramalho, na serra dêste nome, formada pelo rio Baiano, de altura aproximada de 30 metros, a 4 km da cidade; a cachoeira do Roncador, na serra do mesmo nome, formada pelo rio Roncador, altura aproximada de 20 metros, distando 18 km da Cidade; cachoeira da Invernada, do Limpa Anzol e Pancada Formosa.

Vista parcial da cidade

Contam-se lagoas permanentes, como sejam a Encantada, a Franca, a dos Coqueiros e a Santa Clara.

CLIMA — O clima é ameno. A temperatura, na cidade, apresentou as graduações seguintes: média das máximas 30°C, média das mínimas 20°C, e média compensada 25°C, no ano de 1956, e a precipitação pluviométrica anual foi de 1 187 mm, e o máximo em 24 horas 94,5 mm.

Prefeitura Municipal

RIQUEZAS NATURAIS — A fauna é rica; os rios Paraguaçu, Santo Antônio e as lagoas citadas são piscosas. Há variedade de animais silvestres: onças pintadas, gato canguçu, caititu, veado, paca, capivara e vários outros mamíferos; aves: pombas, legítimas ou galezas e outros columbinos, perdizes, papagaios, periquitos, etc. A flora é riquíssima em madeira de lei, na região das matas, havendo ainda, plantas medicinais. Sobressai o município como centro madeireiro; entretanto, a exportação vem diminuindo.

É grande a riqueza mineral de Andaraí. No solo diamantino ali se encontram também carbonados (estando as jazidas principais situadas a oeste e a sudeste), em aluvião, na cordilheira do Cincorá, nas bacias do Paraguaçu, do Baiano e em outros lugares. Além dêstes minerais, encontram-se ainda ouro, salitre, platina, cristal de rocha e granadas.

POPULAÇÃO — A população do município de Andaraí, conforme o Recenseamento Geral de 1950, totalizava 19 457 habitantes; dêstes, a maioria cabe ao sexo masculino com 9 741 homens e, quanto à côr, 11 342 pardos, seguidos de 5 171 pretos. Quanto à densidade demográfica é ela de 6,3 habitantes por quilômetro quadrado.

Da população, 72% localizavam-se no quadro rural.

No município, segundo a operação censitária citada, para o grupo de 100 homens, existiam 99,7 mulheres; na população de 15 anos e mais, havia predominância de solteiros, no total de 6 203 para 4 652 casados.

A população estimada para 1957 é de 23 764 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — No ano de 1950, existiam quatro aglomerados urbanos, com 28% da população municipal, e assim distribuídos: cidade 3 421; vila de Igatu — 797; vila de Itaetê — 751 e vila de Piranhas — 476 pessoas. Em 1953, surgiu mais um aglomerado urbano com a criação do distrito de Ubiraitá, cuja sede tem uma população estimada em 650 pessoas. Na cidade, a maioria dos

habitantes constituía-se de 1 924 mulheres; para o grupo de 100 homens existiam 128,5 mulheres. A população calculada da cidade para 1957 é de 3 450 habitantes.

OUTRAS AGLOMERAÇÕES — Há ainda cinco povoados abaixo enumerados, cuja população estimada para 1957 é: Redenção 400; Rumo 400; Bandeira de Melo 210; Campo Formoso e Passagem têm menos de 100 pessoas. É digno de registro o crescimento demográfico dos povoados de Lagoinha e Redenção, centros agrícolas, para onde imigram trabalhadores dêste e doutros estados nordestinos, que aí se fixam.

Lagoinha é sede do distrito de Ubiraitá, criado em 1953 e ainda não instalado até 1.º de agôsto de 1957.

ATIVIDADE ECONÔMICA — Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais) 28,5% estavam ocupadas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura", segundo revela o Censo de 1950. No entanto, a partir daquela época, pela adoção de arrendamento de ótimas terras, a agricultura passou a presidir à economia do município, sobretudo nos distritos de Piranhas e Itaetê, contribuindo para que Andaraí progrida, livrando-se da decadência da antiga atividade extrativa mineral, que era a principal base econômica.

A extração e beneficiamento de madeiras, bem assim a de diamantes e carbonados, é praticada; mas vem decaindo, embora o potencial das riquezas naturais permaneça grande, porém já declamando pesquisas científicas e processos mecânicos. É notório que os comerciantes de diamantes e carbonados ou "lavristas", como são chamados, ocultam o valor das suas transações apresentando valores diminutos. Todavia, é evidente a diminuição das atividades de exploração dessa riqueza, que se torna cada vez mais difícil e sem remuneração satisfatória ao garimpeiro.

Agricultura — A atividade fundamental à economia do município, portanto, a partir de 1950, é a agricultura. Na zona agrícola nota-se ativo tráfego de caminhões que transportam a produção; há chegada constante de lavradores que ali se fixam; há aumento de edificações e demográfico nas povoações onde se concentra essa atividade e onde a situação econômica dos agricultores é excelente.

A produção agrícola, no ano de 1955, atingiu 53 560 milhares de cruzeiros; contribuíram com maior parcela a mandioca e o aipim, seguidos do café, da mamona, da cana-de-açúcar, do feijão e do milho. Produz, também abacate, abacaxi, abóbora, arroz, banana, batata-doce, batata-inglêsa, laranja e melancia.

As safras de mamona, feijão e milho, em 1956 e 1957, dadas as grandes produções, com que se apresentam, colocarão o município, por certo, entre os maiores produtores do Estado. Os principais mercados compradores dos produtos agrícolas locais são os estados do Norte, Salvador, Feira de Santana e Itaberaba.

Situa-se no município, no distrito de Itaetê, o Núcleo Colonial de Andaraí, mantido pelo Ministério da Agricultura; acha-se em fase de desenvolvimento.

Em 1954, registravam-se 681 propriedades agropecuárias, com valor declarado de 20 286 milhares de cruzeiros. Um agrônomo exerce a profissão, no município.

Pecuária — A atividade pecuária está-se desenvolvendo, sendo importante para a economia do município. Em 1956, os efetivos do gado constam dos seguintes números: bovinos 22 000 cabeças; suínos 5 000; ovinos 3 700; eqüinos 3 200; caprinos 2 100; muares e asininos 900.

Indústria — A produção industrial, no ano de 1955, elevou-se a 18 076 milhares de cruzeiros, apresentando a atividade extrativa 59% da produção total. Dessa indústria aparece, em primeiro plano, a extração de madeiras, com 7 320 milhares de cruzeiros; a seguir vem a de lenha e o binômio diamantes carbonados, respectivamente, com 2 200 e 638 milhares de cruzeiros. Quanto à indústria de transformação, o ramo dos gêneros alimentares é o principal, com os produtos farinha de mandioca e rapadura, — de preparações rotineiras.

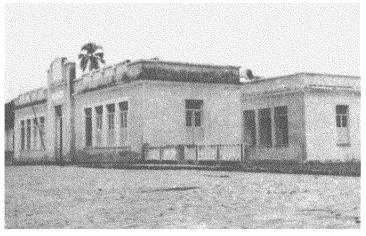
Localiza-se no município a importante serraria "Iguaçu", no distrito de Itaetê.

Os produtos extrativos são exportados para o Rio de Janeiro (DF) e Salvador, principalmente. Os preços dos diamantes baseiam-se no câmbio-dólar e no mercado de Amsterdã, Holanda.

Artesanato — O artesanato é praticado na lapidação de diamantes.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Acha-se em fase de construção a rodovia estadual de ligação da cidade de Andaraí à rodovia federal Bahia—Goiás, que passa a 100 km ao norte do município, cuja rêde rodoviária é intrafegável nos períodos das chuvas do inverno e das trovoadas.

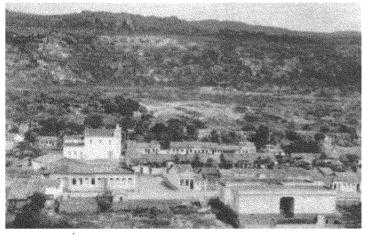
Quanto ao transporte ferroviário, sòmente o distrito de Itaetê é servido pela Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, como ponto final de linha, no trecho Queimadas—Itaetê, com estações localizadas na vila do mesmo nome e no povoado de Bandeira de Melo. Liga-se o município por meios rodoviários com as sedes municipais vizinhas; a saber: Barra da Estiva, 158 km; Lençóis, 73 km; Itaberaba, 180 km; Mucugê, 39 km; Rui Barbosa, 222 km. Por via mista de transporte, rodoviária e ferroviária, liga-se com Maracás, 188 km; Itaberaba, 221 km; e Rui Barbosa, 261 quilômetros. A ligação com a capital do Estado, é por estrada de rodagem, no percurso de 480 km, e por estrada de ferro, a partir de Itaetê, no percurso de 419 km. Até outubro de 1956 foi a cidade servida de linha regular de transporte aéreo.

Com a Capital Federal também o município é ligado pela Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, até Monte

Grupo Escolar Ângelo Costa

Azul (Minas Gerais) na distância de 529 km, e dali pela Estrada de Ferro Central do Brasil, no percurso de 1 355 quilômetros. Por autovia, pela estrada Rio—Bahia, passando por Feira de Santana, o percurso é de 1 930 km para o Rio de Janeiro. Quanto a vias de comunicações, na sede municipal está situada 1 agência postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos, o qual mantém no interior do município repartição idêntica e mais uma agência postal. Data de 26 de julho de 1884, a inauguração da agência postal, e de 24 de julho de 1909, a da telegráfica, na cidade de Andaraí. A Viação Férrea Federal Leste Brasileiro possui, em tráfego mútuo com o Telégrafo Nacional, duas agências telegráficas, nas estações ferroviárias de Itaetê e Bandeira de Melo. A Secretaria da Segurança Pública do Estado mantém uma estação de radiocomunicação, de uso privado, na cidade.

COMÉRCIO E BANCOS — As principais praças com que o comércio local mantém transações são Rio de Janeiro, — para onde exporta pedras preciosas —, Salvador, Itaberaba e Feira de Santana, de onde se importa grande quantidade de produtos consumidos no município e para onde se exportam utilidades de produção local. Em 1955, funcionavam 170 firmas comerciais no município, sendo 23 destas atacadistas e dedicadas, principalmente, ao ramo de cereais e mamona. Havia no ano seguinte 41 firmas comerciais na cidade de Andaraí, inclusive 7 atacadistas. Destas, cinco mantinham negócios de compra e venda de diamantes e carbonados. O giro comercial de todo o município atingiu 49 255 milhares de cruzeiros, contribuindo com maior parcela a atividade comercial de mamona e de cereais, classificando-se êsse movimento como um dos principais da região das Lavras Diamantinas. Em 1956, o comércio de diamantes, segundo registros do órgão federal controlador, consistiu na exportação de 1 416,75 quilates, cujo valor fiscal tributável correspondeu a 1/4 do preço do valor real, que foi o de Cr$ 2 000,00 para a unidade referida. O salário-mínimo oficial é de Cr$ 2 000,00.

Está sediado e operando na cidade de Andaraí o escritório Rural do Banco do Nordeste do Brasil S. A., inaugurado a 26 de outubro de 1955. Também se verifica a ação creditícia da Agência do Banco do Brasil S. A., localizada na cidade de Lençóis.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Andaraí está localizada entre serras, que formam a cordilheira do Cincorá, e é cortada pelo rio Baiano (também chamado Gafanhoto), afluente do Paraguaçu. Contava 50 logradouros públicos, no ano de 1956, dos quais 44 estão pavimentados, e dêstes, 12 são arborizados. Possui 1 204 prédios, sobressaindo o grupo escolar e a igreja-matriz. Há duas pequenas rêdes dágua canalizada de caráter particular, que abastecem 39 prédios. Possui energia elétrica de origem hidráulica e pertencente a entidade particular. Estão servidos de luz 206 prédios. O Consumo anual de energia elevou-se a 87 600 kWh, no ano de 1956. Há um cinema. Estavam registrados na Prefeitura Municipal, em 31 de dezembro do mesmo ano, 12 automóveis e 30 caminhões. Localiza-se, próximo à cidade, o campo de pouso de aviões, com pista de 1 200 m x 50 m, o qual entrou em reparos em outubro de 1956. Há 2 pensões capazes de hospedar 20 pessoas. Exerciam a profissão 3 advogados, em 31 de dezembro de 1956.

Vista parcial aérea da cidade

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A sua situação no município, em 31 de dezembro de 1956, era a seguinte: um hospital regional, concluído pelo Govêrno Federal, com 28 leitos, mas ainda não inaugurado. Na cidade de Andaraí, há o Pôsto Oficial de Saúde, para assistência médica sem internamento, e o de Puericultura, mantido por associação particular, o qual se limita à distribuição de leite às crianças. Há 1 médico na sede municipal. Está também o município sob a jurisdição do 12.º setor do Departamento Nacional de Endemias Rurais sediado em Itaberaba. Das 3 farmácias existentes no município, uma está na cidade.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Existe na sede a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Andaraí, mantenedora de estabelecimento de assistência à infância, além da Associação Beneficente dos Garimpeiros.

Quanto ao cooperativismo, funciona no povoado de Redenção a Sociedade Cooperativa de Melhoramentos e Crédito de Redenção Resp. Ltda., a qual reunia 60 associados, em 31 de dezembro de 1956. Registra-se uma cooperativa escolar, na cidade de Andaraí.

De caráter trabalhista, funciona uma delegacia do Sindicato Nacional dos Garimpeiros, com sede no Distrito Federal, contando 4 associados inscritos no órgão local, em 31 de dezembro de 1956.

ALFABETIZAÇÃO — Da população de 5 anos e mais, 23% sabiam ler e escrever, sendo o total de 3 866 pessoas. A maioria é composta de 2 088 homens, segundo revelam apurações do Recenseamento de 1950.

Na cidade, conforme a mesma fonte e na mesma época, sabiam ler e escrever, na idade de 5 anos e mais, 1 515 pessoas; destas a maioria é do sexo feminino, com 831 almas.

ENSINO — A rêde escolar do ensino primário fundamental comum, no ano de 1956, contava 20 estabelecimentos, com a matrícula efetiva de 827 discentes. Segundo a dependência administrativa, êsse movimento escolar estava assim distribuído: o Estado — 8 escolas, 14 professôres, 450 matrículas; o Município — 11 escolas, com igual número de docentes e 359 discentes; o restante pertence a particulares. O mais importante estabelecimento de ensino é o Grupo Escolar Ângelo Costa, do Estado. Há um curso de ensino de corte e costura, na cidade, e outro, instituído em 1957, no povoado de Lagoinha.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Quatro bibliotecas públicas há, na cidade, com menos de 1 000 volumes, destacando-se a "Marcelo Aroucha", da Agência de Estatística. Contam-se duas associações culturais de caráter recreativo, sobressaindo o "Andaraí Social Recreativo". Quanto à radiodifusão, há dois serviços de alto-falantes, sendo um localizado na cidade.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Pode atrair a curiosidade turística o serviço de extração de pedras preciosas na cordilheira formada pelo conjunto de serras diamantinas, a topografia original, bem como grande número de grutas e lapas formadas, desde os primeiros tempos da mineração e, até hoje, trabalhadas por garimpeiros. Contam-se diversas dessas grutas como sejam: Mão do povo, Pega-Peito, Gafanhoto, Califórnia e Cousa-Boa.

CULTOS RELIGIOSOS — A paróquia, consagrada a Nossa Senhora da Glória, está situada na cidade, contando 1 igreja matriz, e, no município, 7 igrejas comuns e 14 capelas, subordinadas à diocese de Caetité. Estão em andamento providências tendentes a criar uma prelazia na cidade de Andaraí. Do culto não católico existe a igreja "Assembléia de Deus", no povoado de Lagoinha.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Quanto a festas religiosas, a principal é a de Nossa Senhora da Glória, que se celebra no dia 15 de agôsto de cada ano. Verifica-se, então, a afluência de pessoas religiosas de todos os recantos do município. Antecede ao dia 15 novenário sob o patrocínio de um mordomo para cada noite. No dia da festa, há missa solene e sermão alusivo à data. À tarde, as principais ruas são percorridas por importante procissão.

Sôbre folguedos populares, a apresentação pública do "Reis do Boi", constituído de grupo de ambos os sexos, trajados com vestes habituais, porém, usando chapéus enfeitados de fita e de espelhos, cantam versos típicos, acompanhados de orquestras, de zabumbas, tambores, pandeiros, reco-recos, violas, e gaitas de bambu. Realiza-se de dezembro a janeiro e atrai grande número de acompanhantes. No ponto culminante dêste folguedo, aparece um boi, feito com uma armação de varas e cabeça sêca dêste animal; os chifres e o corpo cobertos de panos coloridos; no seu interior um homem a executar as danças ensaiadas. Em tôrno do boi, o grupo dança e entoa cantigas características. Há ainda o "vaqueiro", em traje apropriado, a dominar o animal, que afinal é morto, sendo a sua cabeça oferecida ao dono da casa em que se faz a festa, o qual a devolve ao "vaqueiro". Êsses "Reis do Boi" visitam domicílios de pessoas abastadas, onde angariam recursos para custeio das despesas de organização e funcionamento. Geralmente há distribuição de bebidas alcoólicas.

É feriado municipal o dia 28 de abril, comemorativo da data da elevação da antiga vila à categoria de cidade.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O município conta 3 753 eleitores inscritos, mas só votaram 1 333, nas últimas eleições de 1954. O número de vereadores em exercício é de 8. No ano de 1956, exerciam a profissão, no município de Andaraí, 76 funcionários públicos, distribuídos da seguinte forma: federais 19, estaduais 30, municipais 26 e autárquicos 1. O município é sede da 10.ª Delegacia Regional de Polícia.

FINANÇAS PÚBLICAS — No quadro a seguir, apresentam-se as situações das receitas públicas federal, estadual e municipal, bem assim a despesa do município no período de 1950-1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	155	589	458	178	404
1951	175	648	670	305	812
1952	382	634	765	258	856
1953	247	639	1 072	381	911
1954	285	1 117	1 045	420	863
1955	460	1 701	1 157	491	853
1956	524	2 750	1 683	676	1 820

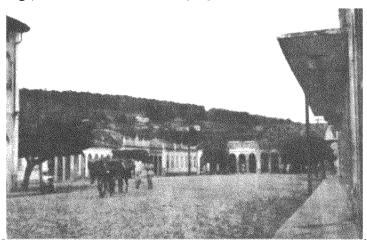
JUSTIÇA — Em 1847, o presidente da província da Bahia dirige-se à Assembléia lembrando-lhe a conveniência de se criar um têrmo na Chapada Diamantina, visto que a atividade da Justiça de então estava sujeita ao longínquo têrmo de Minas do Rio das Contas, e a afluência de milhares de indivíduos para Andaraí haver contribuído para aumentar o número de delitos, surgindo a necessidade de coibi-los.

O têrmo de Andaraí e o seu Conselho de Jurados foram criados por Ato de 22 de março de 1886, do conselheiro Teodoro Machado Freire Pereira da Silva, governador da Província.

A elevação do têrmo de Andaraí à categoria de comarca de 1.ª entrância, desmembrada da de Lavras Diamantinas, deve-se ao Decreto n.º 415, assinado pelo governador Marechal Hermes Ernesto da Fonseca, em 16 de maio de 1890. Por ato de 3 de agôsto de 1892, que reviu a divisão judiciária do Estado, passou a chamar-se "Comarca do Paraguaçu", com sede em Santa Isabel do Paraguaçu, atual Mucugê.

O primeiro juiz de Direito da comarca de Andaraí foi o Dr. Manoel Prates.

A Lei estadual n.º 1 119, de 21 de agôsto de 1915, restabeleceu o nome inicial da comarca de Andaraí.

Nas divisões territoriais datadas de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, assim como no quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 10 724, de 30 de março de 1938, o município de Andaraí é têrmo da comarca do mesmo nome, formada esta pelo têrmo citado e pelo de Mucugê, ex-Santa Isabel do Paraguaçu.

Praça Cel. Aureliano Gondim

Rua da Glória

Pelo Decreto-lei n.º 512, de 18 de junho de 1945, a comarca de Mucugê foi restaurada e desmembrada da de Andaraí.

Nos qüinqüênios seguintes e até 1954-1958 a comarca de Andaraí está formada, ùnicamente, pelo município do mesmo nome.

VULTOS ILUSTRES — Conta-se Herberto Sales, autor de "Cascalho", romance típico da zona diamantina e do município.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os seus naturais denominam-se "andaraienses". O significado do nome do município é de origem indígena. Segundo Teodoro Sampaio, descende de "ANDIRA" (morcêgo) e "Y" (água, rio), "rio dos morcegos". O topônimo inicial foi ANDIRAY. Presume-se que esta designação tenha sido inspirada pela presença dêsses quirópteros, nas grandes lapas existentes e, por outro lado, pela abundância de água. A forma ANDARAÍ, é, pois, um aspecto evolutivo da de andira-y. O Prefeito em exercício, eleito em 1954, é o Sr. José Gomes da Silva e o presidente da Câmara Municipal do período iniciado em 30 de maio de 1957 é o Dr. Edgar Silva. A primeira câmara municipal foi empossada em 14 de junho de 1885, e era composta dos seguintes membros: Dr. Marcionílio José da Costa Farias, presidente; capitão Tranqüilino Rabelo de Lima, capitão Leolindo Maciel, capitão Cornélio de Sousa Lima, capitão José Balduino de Oliveira, major Alfredo Vieira de Azevedo Coutinho, major Brás de Sousa Ribeiro e Gonçalo de Ataíde Pereira, secretário.

É interessante registrar que a população do distrito de Igatu, (ex-Xique-Xique), sòmente se dedica à atividade da mineração e ao comércio de diamantes. Os intermediários dêste ramo de compra e venda são conhecidos e chamados "capangueiros". Sua atividade consiste em adquirir as pedras preciosas dos "garimpeiros" para as levar ao lapidário, ou ao exportador local, geralmente aos sábados, à tarde. O "garimpeiro" é tipo característico dêste município. Não é assalariado; procura, sempre, um "meia-praça", espécie de sociedade embrionária, em que aparece êste fornecendo os mantimentos (o "saco"), espécie de sócio capitalista e êle de sócio industrial. É, pela vida errante, pelos costumes e regime de trabalho "sui generis", um proletário desamparado e que a tradição não permitirá que faça parte de sociedades classistas que o amparem. Como continuador dos antepassados, o "garimpeiro", espírito de aventura em busca de riquezas e dias melhores, espera sempre o "bamburro", ou o machado, que poderá trazer-lhe 40% de lucro, outro tanto para o seu "meia-praça" e o restante para o dono do garimpo que, em segura fiscalização, aguarda o seu "quinto", resultante da exploração do garimpo que organizou, com tanques, reprêsas e regos condutores dágua, com que o garimpeiro trabalha no desmonte de terras onde apanha e lava o cascalho. Êsse trabalhador típico sobe serra, às segundas-feiras, com o seu "saco", o seu clavinote, a sua bateia e o seu "ralo"; desce de lá aos sábados, quando, geralmente, traz o "mocó" — produto de caça na serra — e o "picuá" — tubo comprido de chifre ou de outra matéria resistente, destinado a guardar a pedra preciosa —, com algum diamante, ou com as mãos vazias, neste caso pensando que dias melhores virão. Na serra, ou no garimpo, lá está êle transportando às costas o cascalho para lugar em que está a água, a fim de lavá-lo, com auxílio da "bateia". Se penetra nas grunas ou lapas, seus olhos inquietos revelam a preocupação de encobrir um tesouro. A terra revolvida e desarrumada é devassada e lavada; e quando encontra um "mosquito", — pequeno diamante —, ou quando refulge uma bela pedra de quilates em suas mãos calosas, seu desejo é vê-la transformada em dinheiro, no próximo sábado, quando irá alegremente à cidade, e aí a venderá ao seu "capangueiro". É êle, por índole imprevidente e sonhador, sempre dominado da esperança de que outras gemas virão ter ao seu "picuá". Dissipa com rapidez a pequena "fortuna" que lhe alegrou por instantes a vida de miséria e de luta. Por outro lado, o primitivismo do seu método de trabalho manual e o exíguo resultado que lhe dá, quando lho dá, vão-lhe criando desilusões, sem, contudo, mudar a profissão e o regime de vida, pois se "nasceu no garimpo, nêle há de morrer". A incompetência para outra arte e suas esperanças o amarram aí. Enquanto isto acontece com os "garimpeiros", a situação dos intermediários e comerciantes é próspera e altamente compensadora.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística por José Pereira Tôrres Filho. Agente de Estatística: Benedito Azevedo Pereira.)

ANGICAL — BA

Mapa Municipal no 9.º Vol.

HISTÓRICO — A margem esquerda do rio São Francisco pertencia à província de Pernambuco até o ano de 1828, quando foi anexada à da Bahia. Declarou em carta datada de 1700 o governador de Pernambuco, Dom Fernando de Mascarenhas e Lencastro: — "A Casa da Tôrre, os herdeiros de Antônio Guedes de Brito e Domingos Afonso Sertão são senhores de todo o sertão de Pernambuco". E Borges de Barros, em sua obra "Bandeirantes e Sertanistas", informa: "A colonização da parte ocidental do rio São Francisco, na região que vai de Casa Nova a Remanso, a Pilão Arcado, Barra do Rio Grande, Santa Rita do Rio Prêto, Campo Largo, Angical, Santa Maria da Vitória, Sant'Ana dos Brejos, Barreiras, Correntina, e rio Carinhanha, obedeceu nos séculos 17 e 18 à orientação das Casas da Tôrre e da Ponte". Não resta dúvida, pois, haver-se iniciado o município de Angical sob a égide dessa poderosa tutela feudal.

No comêço do século XIX, as terras que se denominaram Brejo do Angical, em virtude da existência de extensas

matas de angico, circundadas de brejos ou alagadiços, passaram a pertencer aos irmãos Almeida: José Joaquim de Almeida, Joaquim Herculano de Almeida e Manuel Frederico de Almeida, evidenciando-se o primeiro como o principal fundador do município. Descendentes de ilustre família de Portugal, possuíam êles grande quantidade de escravos dedicados à cata de diamantes nos boqueirões da Chapada Diamantina, depois empregados em construção de barragens, na produção da lavoura, mormente a de cereais, e na criação de gado. Suas boiadas atravessavam o rio São Francisco e eram conduzidas para a zona de Lençóis. A prosperidade dêsses pioneiros atingiu o ápice. Desfrutavam, perante o Imperador, de notável prestígio. A opulência que os cervaca permitiu-lhes então construir suntuosas residências, atestadas ainda hoje por suas ruínas. Levantaram em 1810 a primeira igreja, dotando-a de imponentes obras de arte e ornando-a de objetos de ouro e prata. Em 1821, foi erigida a freguesia, com a denominação de Sant'Ana do Sacramento do Angical, pertencente ao bispado de Pernambuco, até 1828.

Com a decretação da Lei Áurea, em 1888, a abolição da escravatura desarticulou completamente a organização econômica dessa família, havendo alguns de seus membros se retirado para o Rio de Janeiro, vendidas suas propriedades. Em 5 de julho de 1890, assinou o então governador do Estado, Marechal Hermes Ernesto da Fonseca, o ato que elevou a freguesia à categoria de vila, sendo esta inaugurada em 2 de janeiro de 1891. O território foi desmembrado do antigo município de Campo Largo, atual Cotegipe.

Por lei municipal de 20 de fevereiro de 1891, Angical teve subordinado, como seu distrito de paz, o de Barreiras. Entretanto, pela Lei estadual n.º 237, de 6 de abril do mesmo ano, desligou-se Barreiras de Angical.

Na divisão administrativa do Brasil referente ao ano de 1911, o município de Angical compunha-se do distrito-sede e dos de Brejo Velho, Missão de Aricobé e Buritizinho. Pelo Decreto n.º 7 472, de 8 de julho de 1931, incorporou-se ao município o território do de Barão de Cotegipe. Na divisão administrativa do Brasil de 1933, constituía-se dos distritos de Angical, Brejo Velho e Santa Helena. Essa constituição permaneceu inalterada até 1953; apenas o topônimo Santa Helena foi mudado para Mariquita.

Pela Lei estadual n.º 628, de 30 de dezembro de 1953, foi restaurado o distrito de Buritizinho, ficando, assim, formado dos distritos de Angical (sede), Brejo Velho, Buritizinho e Mariquita.

Agência de Estatística e Câmara Municipal

LOCALIZAÇÃO — O município de Angical está situado na Zona Fisiográfica de Barreiras e pertence à bacia do São Francisco. Banhado pelo rio Grande na extensão de 35 quilômetros, à cuja margem direita está situada a sede. Limita com os municípios de Cotegipe, Barra, Santana e Barreiras. A sede municipal possui as seguintes coordenadas geográficas: 12° 00' 07" latitude Sul e 44° 41' 42" de longitude W.Gr. Rumo em relação a Salvador: O.N.O. Em relação ao Estado, está situado na parte centro-oeste e dista, em linha reta, 649 quilômetros da Capital.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal está na altitude de 500 metros.

ÁREA — O município de Angical tem a superfície de 5 329 km².

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — A fisionomia do solo municipal é pouco acidentada. O sistema orográfico é formado pela serra do Covil, que lhe serve de limite com o município de Barra; pela do Brejo Grande, linha de limite com o município de Cotegipe e pela serra do Peixinho (ou serra dos Bois), que começa no lugar chamado Peixinho e serve de limite com o município de Santana. Além dessa cadeia, encontram-se as serras da Aldeia e Casa Velha, de cujos pontos mais elevados se destacam o de Saíra, com 1 500 metros de altitude; o Jaguriti, com 1 200 metros; o Morro Vermelho, próximo ao povoado de Buritizinho, com 1 300 metros; a passagem de Pedras, com 1 000 metros, e o Morro do Poço, cujo nome provém de existir grande e natural reservatório de água potável localizado em seu cume.

Nos flancos das serras que serpenteiam pelo município, encontramos o espigão das Umburanas, localizado na Fazenda Umburanas, distrito de Mariquita, com extensão calculada em 24 quilômetros; o do Mundo Novo, na fazenda

Mundo Novo, distrito do Brejo Velho, com 18 quilômetros, e o de Lavariato, localizado na fazenda Brejo Velho, distrito do mesmo nome, com a extensão de 18 quilômetros.

Ainda na sua topografia, Angical apresenta a Gruta do Grã, localizada na fazenda Aldeia, distrito do Brejo Velho, com as seguintes dimensões aproximadas: altura — 5 metros; largura — 50 metros, e extensão — 80 metros. Essa gruta está localizada na serra da Casa Velha e era antigamente denominada "Gruta do Sossêgo". No setor hidrográfico, encontra-se o rio Grande, afluente do São Francisco, que nasce nos limites do Estado de Goiás, banhando 35 quilômetros do território de Angical, e que desemboca à margem esquerda do rio São Francisco, na cidade da Barra. Além dêsse rio, que é o principal, há alguns outros de secundária importância: o riacho Redenção, cujas cabeceiras distam 12 quilômetros da sede municipal e que recebe no seu curso as águas do São Domingos; o Brejão, com 16 quilômetros; o Bom Sucesso, com 16 quilômetros; o Cabeceira e o Taboças, com 10 quilômetros, cada um; o riacho do Brejo da Missão e o Cercado Grande, com 6 quilômetros, cada um. De todos êstes, o rio Grande é o único navegável.

Possui o município de Angical as seguintes lagoas: a de Santa Luzia, nas proximidades do rio Grande, e a 20 quilômetros da sede municipal, com superfície de 800 x 800 metros; a da Arcada, no distrito-sede, com 600 x 600 metros; a do Angu, no distrito-sede, com 600 x 600 metros; a da Porta, no distrito-sede, com, aproximadamente 500 x 500 metros de superfície, e a do Bôlo, ainda na sede, com .... 100 x 90 metros. No distrito de Mariquita (ex-Santa Helena), zona essencialmente lacustre, encontram-se as lagoas: de São João, com 130 x 100 metros; do Juàzeiro, com 9 000 x 5 000 metros; Encantada, com superfície aproximada de 500 x 120 metros; do Mandacaru, com 230 x 70 metros, que serve de marco divisório com o município de Barreiras; Santa Helena, com 200 x 80 metros, de água salgada; e, por fim, as duas lagoas do Mucambo, com .... 500 x 200 e 400 x 300 metros, respectivamente.

Só uma ilha existe, a das Cobras, na fazenda São Sebastião, no rio Grande.

Nota-se ainda no relêvo do município a garganta do Fechado, a do Grã, a Craiada e a do Mamonal, sendo estas cortadas pelos riachos do Mato, do Cantinho, de Daniel, da Aldeia e das Caraíbas.

Apesar de não haver pôrto, pròpriamente dito, possui o município rampas naturais, nas fazendas São Sebastião e Santa Luzia, onde encostam vapôres e barcos para a operação de carga e descarga de volumes.

CLIMA — O clima é variável, ocorrendo, pois, mudanças súbitas de temperatura. Nos distritos de Angical (sede) e Brejo Velho é quente e sêco; ao passo que em Mariquita é mais ameno e, às vêzes, frio. Não sendo o município totalmente insalubre, está sempre sujeito a surtos endêmicos de paludismo. Pode-se dividir o município em duas zonas climáticas: a da baixada, quente, e a da ribeira, fria.

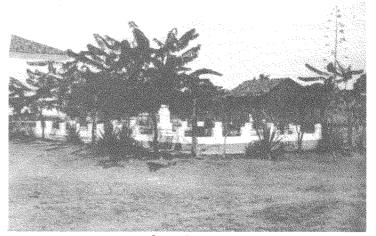
RIQUEZAS NATURAIS — Existem reservas de cristal de rocha, salitre e ferro no município.

Em exploração, por processo rudimentar, há calcários, salitre e pedra para construção.

A flora é exuberante e se encontram madeiras de lei de variadas espécies, como aroeira, pau-d'arco, jatobá, cedro, umburana, pau-brasil, taipoca, putamuju.

A fauna é das mais ricas e variadas. Aparecem onças pintadas suçuaranas (onças-vermelhas) e pretas; símios em grande variedade, desde o mico ao barbudo ou guariba; rapôsas, lontras, gatos, gambás, pacas, cotias, capivaras, tatus, tamanduás, veados, caititus e antas; répteis e insetos em profusão.

Os jacarés rivalizam com a produção pesqueira. As aves que ornamentam os matagais percorrem tôda a escala, dos galináceos às canoras: o jacu, o nambu, a cordoniz, o jaó, a perdiz, o zabelê, os sacós, os frangos-d'água, as garças-brancas e pardas, o papagaio, o periquito, a jandaia, a rôla, o juriti, os pombos, o canário, a coleira, o sofrê, o cardeal, o sabiá e o pintassilgo.

POPULAÇÃO — Em 1950, com a densidade de 5,2 habitantes por quilômetro quadrado, tinha o município 27 956 habitantes, distribuídos em 13 311 homens e 14 645 mulheres, equivalendo a 110 mulheres para cada 100 homens. Quanto à côr, apresentam os números seguintes: 2 637 pretos, 3 359 brancos e 16 938 pardos. Quanto ao estado civil dos habitantes de 5 anos e mais, os casados sobrepujavam os 6 092 solteiros. Havia 1 desquitado e 833 viúvos. A população, na sede municipal, era de 482 homens e 565 mulheres, sendo que, dentre as pessoas de 5 e mais anos, sabiam ler e escrever 222 homens e 254 mulheres.

Praça Santana

Da população de 5 e mais anos, que perfazia a cifra de 23 172 pessoas, são alfabetizadas 4 288 (2 650 homens e 1 638 mulheres), ou seja, 18,5% daquele total. Quanto à localização, a população está distribuída assim: 5,7% no quadro urbano, 0,4% no quadro suburbano e 93,9% no quadro rural.

A população estimada para 1957 é de 32 044 habitantes e a da cidade de 1 100.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Além da Cidade conta o município outros ajuntamentos populacionais, como as vilas do Brejo Velho, com 472 habitantes, Buritizinho, com 275 e Mariquita com 175.

OUTRAS AGLOMERAÇÕES — Verificam-se grupos humanos fixados nos povoados de Tabocas, com 718 hab.; Missão, com 375 hab.; Cantinho, com 288 e São João, com 91 habitantes.

ATIVIDADE ECONÔMICA — Excetuando-se as "atividades domésticas", o ramo da "agricultura, pecuária, silvicultura" é o que ocupa maior número de braços em todo o município. De sua população ativa (10 e mais ancs), no total de 18 877 pessoas, 8 175 (7 464 homens e 711 mulheres) se acham absorvidos no amanho da terra e na criação de animais.

A atividade fundamental à economia do município é a cultura do algodão herbáceo, cuja produção, em 1955, atingiu 378 toneladas.

A produção agrícola, em 1955, alcançou o teto de 6 milhões de cruzeiros. Os principais produtos foram o algodão (2 milhares de cruzeiros), a mandioca (900 mil cruzeiros), e o milho (1 milhão e 200 mil cruzeiros). Segue-se o arroz. A indústria de transformação de produtos agrícolas alcançou índices razoáveis, como os da aguardente e da rapadura, respectivamente, com 373 e 684 milhares de cruzeiros e a farinha-de-mandioca, com 480 mil cruzeiros. Acentuaram-se naquele ano a produção da mamona (45 toneladas), a do fumo (4 e meia toneladas), a da cana-de-açúcar (4 toneladas), a do alho (3 e meia toneladas) e a de bananas (com 60 mil cachos).

Em cultura associada, plantam-se o milho, o feijão, e o algodão; a cana e a mandioca; o arroz e o milho, segundo a natureza do terreno, tendo como principal a primeira na ordem em que as mencionamos.

É de alguma significação a atividade pecuária no município. Em 1955, os rebanhos apresentavam as seguintes cifras: bovinos 22 500 cabeças; caprinos com 6 mil; ovinos 5 mil; e suínos também com 5 mil cabeças. Foram abatidos para o consumo da população municipal, no ano de 1955, 3 185 caprinos, 3 032 ovinos, 2 515 suínos e 1 130 bovinos.

A produção industrial atingiu, em 1955, a casa dos 4 mil milhares de cruzeiros, tendo a indústria extrativa vegetal contribuído, aproximadamente, com a parcela de 600 milhares de cruzeiros. Aguardente, rapadura e farinha de mandioca são os principais produtos fabricados. Em 1955, entraram respectivamente com os seguintes totais: .... Cr$ 373 mil; Cr$ 684 mil e Cr$ 480 mil. Possui o município duas outras pequenas indústrias: a de beneficiamento de algodão e a de xarqueada.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município de Angical liga-se à Capital Federal: por via mista, sendo rodovia — Angical—Barreiras (42 km), aérea — Barreiras—Capital Federal (1 220 km) em tempo normal de 9 horas; vicinal — Angical—Santa Luzia (24 quilômetros), fluvial — Santa Luzia—Barra (278 km), fluvial — Barra—Paratinga—Bom Jesus da Lapa—Carinhanha—Mangá—Matias Cardoso—Januária—São Francisco—São Romão—Pirapora (932 km), em tempo de 242 horas e ferroviária — Pirapora—Belo Horizonte—Capital Federal (1 006 km) em 30 horas de transcurso.

É ligado à Capital do Estado por via fluvial, até Juàzeiro, num percurso de 717 km e daí por ferrovia (Viação Férrea Federal Leste Brasileiro), na distância de 578 km, ou rodovia, com 635 km de percurso.

Liga-se ainda Angical aos municípios vizinhos de: Barra — via mista-Vicinal (24 km) e fluvial de 278 km; Barreiras — rodovia de 42 km; Cotegipe — rodovia de 81 km; e Santana — via Vicinal de 216 km. Duas estradas municipais ligam as localidades de Barreiras a Jupaguá (45 km dentro no município), e baixa da Imbira ao povoado da Missão (24 km). Ainda são usados outros meios de transporte, como sejam o carro de bois, tropas de muares e cavalares, que levam cargas às rampas do rio Grande, nas fazendas Santa Luzia e São Sebastião, lugares êstes usados à guisa de portos, onde fundeiam os navios das emprêsas "Viação Baiana do São Francisco" e "Companhia Indústria e Viação de Pirapora", que trafegam no rio Grande até a cidade de Barreiras, além de outros tipos de embarcações.

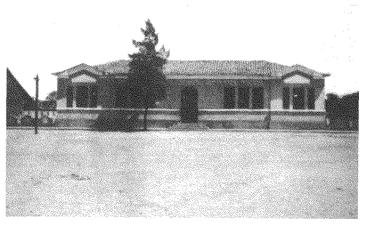
Possui o município uma agência postal-telegráfica, na sede municipal.

Segundo o traçado do sistema rodoviário nacional, Angical será incluído na área de influência da BR-28 — Bahia—Goiás.

COMÉRCIO E BANCOS — As transações comerciais mais freqüentes operam-se com as praças baianas de Salvador, Juàzeiro, Barra e Barreiras bem assim como Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo.

O principal produto de exportação é o algodão em caroço e em pluma. Importa o município: sal, açúcar, trigo, café, soda cáustica, tecidos em geral, calçados, chapéus, ferragens e drogas ou especialidades farmacêuticas. Há dois estabelecimentos comerciais atacadistas e 58 varejistas. O giro comercial, em 1956, foi de 13 milhões e 800 mil cruzeiros. A exportação de produtos agrícolas atingiu um total de Cr$ 2 260 505,00. Dispersas por nove diferentes localidades do município, efetuam-se feiras livres, onde predomina o comércio de mantimentos, que constituem meio de intensivo contacto entre as populações circunvizinhas dos municípios de Barreiras, Cotegipe e Santana, além dos da Barra e do Bom Jesus da Lapa, embora as dêstes em mínima expressão.

As operações bancárias são efetuadas pela agência do Banco do Brasil, em Barreiras. O salário-mínimo em vigor para o município é de 2 000 cruzeiros mensais.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Angical está edificada à margem esquerda do riacho da Redenção ou de São Domingos. Possui 21 logradouros, sem pavimentação, sendo um arborizado. O número de prédios existentes é 310, com iluminação elétrica instalada em 156 dêles e em 12 logradouros públicos. A produção de energia elétrica, em 1956, foi de 6 500 kWh, produzidos por motor "diesel". A cidade possui, entre outros edifícios, a igreja matriz, cons-

Grupo Escolar Dr. Dorival Passos

truída em 1810; o prédio escolar, construído em 1886, a capela, a cadeia pública, a prefeitura municipal, construída em 1941. Há uma coletoria estadual, uma agência do D.C.T. e uma pensão.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária é ministrada por uma Unidade Sanitária do Serviço Especial de Saúde Pública, que presta serviços de clínica médica, pediatria, puericultura e helmintose. Conta um único médico, um técnico de laboratório e duas auxiliares de enfermagem. Ainda presta serviço especializado o Pôsto de Malária, órgão do Departamento Nacional de Endemias Rurais, pertencente ao 11.º Setor, com sede na cidade de Juàzeiro, estando seus serviços a cargo de um guarda-sanitário.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com o Recenseamento de 1950, da população de 23 172 pessoas de 5 anos e mais, 4 288 sabiam ler e escrever (2 650 homens e 1 638 mulheres), ou seja, 18,5% daquele total. Na Cidade, dentre os 917 habitantes maiores de 5 anos, sabiam ler e escrever 222 homens e 254 mulheres.

ENSINO — O ensino primário fundamental foi implantado no município pela "Aula Pública do 1.º Distrito da Paz de Angical", no ano de 1886, sendo o seu primeiro Regente o professor Zacarias Eugênio Carneiro. Depois, se instalaram outros cursos em localidades como vilas do Brejo Velho e de Santa Helena (atual Mariquita). Em 1956, contava o município 24 unidades de ensino fundamental comum, com um corpo docente de 26 professôres e a matrícula efetiva de 1 118 alunos. Conta a cidade de Angical 15 unidades: 6 estaduais e 9 municipais, e mais de 7 cursos supletivos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Há uma biblioteca, a "Marquês de Monte Alegre", da Agência Municipal de Estatística, com o acervo de 300 volumes de obras especializadas e outras distribuídas pelo Instituto Nacional do Livro.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Em homenagem à Bandeira acha-se erguido na Praça da Bandeira, por iniciativa da Prefeitura Municipal, um obelisco de alvenaria, de autoria do brasileiro Artur Alves Ferreira, inaugurado no dia 19 de novembro de 1939. Ainda há, na sede municipal, outro, inaugurado em 1956, em homenagem à memória do professor José Joaquim de Almeida Júnior, pelos relevantes serviços prestados a Angical.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — De modo rigoroso, não há no município de Angical o que se possa considerar atração turística; todavia, há no distrito de Mariquita a Lagoa Encantada, com aproximadamente 500 x 120 metros de superfície, cuja denominação lhe adveio de possuir lindo panorama, localizada no centro da chapada da Ribeira, tendo suas bordas calçadas de pedras quadradas, quase simétricas e de variadas côres, contrastando com a água cristalina e doce. Segundo afirmam os que a conhecem, aquela lagoa tem a propriedade de aplicar descargas elétricas em todos quantos dela se aproximam. Dela fogem os animais, apesar de o choque não ser tal que cause danos. A causa do fenômeno está ainda sem explicação, à falta de alguém que lhe estude a origem.

CULTOS RELIGIOSOS — Possui o município, tão-sòmente, venerações e cultos da religião Católica Romana, cuja paróquia é consagrada a Nossa Senhora Sant'Ana, e está sob a orientação eclesiástica do bispado de São Francisco das Chagas, da cidade da Barra. Sua fundação remonta ao ano de 1810 e conta atualmente com 1 igreja-matriz, 6 igrejas comuns e 17 capelas por todo o território municipal. Em 1956, foram celebrados 912 batizados e cêrca de 1 500 outros ofícios, além de realização de procissões.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — São diversões costumeiras da população as festas populares, as danças e os bailes. Realizam-se periòdicamente, com mais freqüência por ocasião das visitas do padre da Freguesia, casamentos, batizados e outros atos que dão origem aos bailes congratulatórios.

Rua Guilherme Rebelo

Além dos dias santos de guarda e festejos religiosos, como os novenários de São João e São Pedro, comemorados com queima de fogos e com fogueiras, encontram-se, bem zeladas pela tradição, as festas de Nossa Senhora do Rosário e do Divino Espírito Santo. A primeira se realiza no dia 1.º de janeiro, representada pelo "rei" e pela "rainha", seguidos de um cortejo de figuras denominadas "congados" trajadas a caráter e entoando cânticos de estilo africano. Segundo a tradição, os donos de escravos lhes davam nessa ocasião amplas regalias, inclusive a de, na festa de confraternização entre senhores e escravos, serem servidos num grande banquete pelas "sinhàzinhas". Também a segunda apresenta a figura central e alegórica do "imperador", vestido a caráter, seguido de guardas, anjos, e grande cortejo, que o levam à igreja, onde assistem à celebração da Missa. Na oportunidade, faz-se a eleição do seu sucessor, que se há de entronizar no ano seguinte. Tôdas as festas se completam com o cortejo processional que, com andores, estandartes e insígnias da Igreja, percorre as ruas principais da cidade. São também de inteiro cunho popular essas festas, custeados pelos resultados das arrecadações antecipadamente realizadas entre a população.

Prática habitual digna de menção é a troca de santos para fazer chover. O processo consiste no furto da imagem que deve ser, pouco a pouco, banhada em água corrente, até chover. Chovendo, é devolvida a imagem ao seu dono, depois da Páscoa, e em forma festiva, com fogos de artifício

e refeições servidas à caravana, em regozijo pelo regresso do santo, depois dos milagres que operou em benefício de todos.

Além das festas descritas ainda se comemoram, no município, as consagradas a Nossa Senhora Sant'Ana, a Padroeira, em 26 de julho; à Imaculada Conceição, em 8 de dezembro e mais a Santo Antônio e ao Natal de Jesus.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O município conta 4 979 eleitores qualificados, tendo votado 4 639 nas eleições de 1954. A Câmara Municipal funciona com 12 vereadores. Exerciam em 1956 suas atividades profissionais, no município, 4 funcionários federais, 12 estaduais, 14 municipais e 1 autárquico.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro abaixo apresenta o resultado das finanças públicas no período de 1950-1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	217	574	68	560
1951	—	392	451	132	329
1952	—	327	496	88	619
1953	—	336	827	136	878
1954	—	380	670	115	576
1955	—	664	815	167	696
1956	—	795	1 019	193	1 354

NOTA — Não há coletoria federal no município.

JUSTIÇA — Conforme consta do Ato de 3 de agôsto de 1892, que reviu a divisão judiciária do Estado, Angical era têrmo da comarca de Rio Grande, com sede em Santa Rita. Foi extinto e anexado ao de Barreiras, pelo Decreto estadual n.º 264, de 4 de outubro de 1904. Na Lei n.º 280, de 6 de setembro de 1898 era têrmo da comarca da Ribeira, com sede em Barreiras. O Decreto-lei n.º 175, de 2 de julho de 1949, criou a comarca de Angical, de 1.ª entrância, desmembrada da de Barreiras, que, no entanto, ainda não foi instalada.

No município há 7 cartórios, sendo 4 do Registro Civil. No ano de 1956, foram julgados 14 feitos, todos no setor do cível.

VULTOS ILUSTRES — *João Batista de Almeida* — No pôsto de capitão do 4.º regimento de Cavalaria Ligeira, bateu-se com heroísmo e intrepidez nas campanhas do Estado Oriental do Uruguai e Paraguai, sendo condecorado com a Comenda de Cavaleiro da Ordem de São Bento de Aviz e com a medalha da Ordem de Cristo, por mérito militar. Naquelas campanhas — 1874 a 1875 — serviu como ajudante-de-campo do primeiro imperador.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Angical possui reservas de cristal de rocha, salitre e minério de ferro em quase tôdas as suas serras. Quanto à vegetação, existem matas, cerrados, caatingas. As matas cobrem grande área de sua superfície, que, pouco a pouco, se vai desnudando pelas impiedosas derribadas e coivaras. A parte da caatinga alcança aproximadamente 2 500 km^2, e a zona pantanosa (ou "maribus"), provocada pelas enchentes do rio Grande, atinge 80 km^2. Êsses terrenos alagadiços se cobrem de buritizeiros, que são úteis à população pelo óleo extraído do fruto e pela sua massa alimentícia, bem como pelas suas palmas para a cobertura de casas.

Os naturais do município denominam-se "angicalenses".

O prefeito em exercício é o Sr. Durvalmerindo Bandeira Coité, e o presidente da Câmara é o Sr. Odilon Ferreira Oliveira.

O primeiro intendente, em 1891, foi José Joaquim de Almeida e os membros do Conselho foram Martiniano Ferreira Caparosa, José Brás de Souza, Amâncio Antônio dos Santos, Justiniano Alves Jacobina, Manuel Frederico de Almeida e João Rodrigues Pôrto.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística por Antônio Mário dos Santos. Chefe da Agência Municipal de Estatística: Arnaldo Wanderlei de Carvalho.)

ANTAS — BA

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Foram os índios "quiriris" e "caimbés", os primitivos habitantes da região onde hoje se localiza o município de Antas, existindo ainda, nos vizinhos municípios de Ribeira do Pombal e Euclides da Cunha, seus descendentes.

A colonização da região deve-se a elementos da Companhia de Jesus que prestavam assistência espiritual aos seus habitantes, levando para ali as luzes da civilização cristã e atraindo os bandeirantes, muitos dos quais se fixaram e formaram a comunidade de Antas, que, por longo tempo, integrou o município de Cícero Dantas.

Rua Nova

O Decreto estadual número 8 606, de 17 de agôsto de 1933, criou o distrito de Antas, com sede no arraial do mesmo nome, aparecendo na Divisão administrativa de 1933 e nas divisões territoriais de 1936 e 1937 como pertencente a Cícero Dantas. Aparece também com a mesma subordinação no quadro anexo ao Decreto-lei estadual número 10 724, de 30 de março de 1938, pelo qual a sua sede foi elevada à categoria de vila.

Formou-se o município de Antas com o território do ex-distrito de igual nome, desmembrado do município de Cícero Dantas, e pequena parte do território do município de Jeremoabo.

Foi criado o município pela Lei 570, de 13 de agôsto de 1953 e instalado a 7 de abril de 1955. Constitui-se de distrito único.

LOCALIZAÇÃO — O município de Antas localiza-se na Zona Fisiográfica do Nordeste. Limita com os municípios

de Cícero Dantas, Euclides da Cunha e Jeremoabo. Está totalmente incluído no Polígono das Sêcas.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 430 metros.

ÁREA — A área do município é de 450 km², aproximadamente.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — A topografia do município é acidentada. Há um açude público com a capacidade de 600 000 m³.

CLIMA — Temperado. A temperatura da sede municipal apresentou, em 1956, as seguintes graduações: máximas — 33°C, mínima — 17°C e média — 25°C.

RIQUEZAS NATURAIS — É pobre a flora do município, existindo, todavia, lenha e madeira para construção em pequena escala. As estiagens prolongadas e a falta de cursos de água têm concorrido para o empobrecimento da fauna do município, notando-se, no entanto, alguns animais silvestres.

POPULAÇÃO — Em 1950, quando distrito de Cícero Dantas, Antas tinha uma população de 10 917 habitantes, sendo 5 464 homens e 5 453 mulheres; 86% da população localizavam-se no quadro rural. Estima-se que o município conta atualmente 14 000 pessoas.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Como aglomeração urbana existe apenas a cidade de Antas, com a população de 1 547 habitantes, segundo dados do Recenseamento Geral de 1950.

OUTRAS AGLOMERAÇÕES — Além da cidade de Antas, conta ainda o município com os povoados abaixo, cuja população estimada para 1957, é a seguinte: Duas Serras — 350 habitantes, Triunfo — 400 habitantes e Frei Apolônio — 150 habitantes.

ATIVIDADE ECONÔMICA — De acôrdo com o Recenseamento Geral de 1950, 43% das pessoas em idade ativa (10 anos e mais) estão ocupadas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura". A agricultura e a pecuária são as atividades fundamentais à economia do município.

O total da produção agrícola em 1955 foi de 2 690 milhares de cruzeiros, destacando-se a produção de farinha de mandioca com 1 046 milhares de cruzeiros, seguindo-se as de fumo em fôlha, feijão e milho, havendo, no entanto, outros produtos de menor significação econômica.

Houve exportação de gado em pequena escala para os Estados de Pernambuco e Sergipe. O rebanho pecuário do município, em 1955, é representado pelos seguintes números: bovinos — 8 600, eqüinos — 2 300, asininos — 1 500, muares — 2 000, suínos — 5 800, ovinos — 3 600, caprinos — 3 580.

A produção industrial atingiu, em 1955, a cifra de .. 3 958 milhares de cruzeiros, destacando-se a produção de farinha de mandioca e produtos alimentares (pães), seguidos por outros produtos de menor expressão. Na indústria extrativa registrou-se a produção de lenha com a cifra de 96 milhares de cruzeiros.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se a cidade de Antas à Capital Federal, à Capital do Estado e às cidades vizinhas por estrada de rodagem nas seguintes distâncias: à Capital Federal — 1 937 quilômetros; à Capital do Estado 368 km; às cidades vizinhas de Cícero Dantas 33 km, Euclides da Cunha 153 quilômetros, e Jeremoabo — 37 km. É servido por uma emprêsa de ônibus.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio local mantém transações principalmente com as praças de Salvador, Aracaju e Cícero Dantas, de onde importa a maioria das mercadorias consumidas no município. Existem na sede municipal 1 estabelecimento comercial atacadista e 18 varejistas. O giro comercial atingiu, em 1955, a cifra dos 13 300 milhares de cruzeiros.

Rua Dr. Orlando Teixeira

ASPECTOS URBANOS — A cidade apresenta a topografia acidentada. Conta 10 logradouros dos quais 9 iluminados a luz elétrica. Tem 447 prédios, sendo 131 iluminados a luz elétrica. A Praça Dr. Geraldo Góis e a Rua Dr. Orlando Teixeira são as principais artérias da cidade. Existe um cinema. Há uma pensão.

Praça Dr. Geraldo Góis

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária à população é prestada pelo Pôsto de Tracoma, mantido pela Divisão de Organização Sanitária, cuja principal finalidade é a prevenção e cura do tracoma. É um serviço de colaboração do Estado com as Campanhas Federais de Profilaxia da D. O. S. Servem no referido pôsto um médico e dois auxiliares de enfermagem. O município integra o Setor número 5, sediado em Serrinha, do Departamento Nacional de Endemias Rurais, que também presta assistência à população. Exerce a profissão na Cidade um farmacêutico (pratico licenciado) e há uma farmácia.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com os dados do Recenseamento de 1950, a população de 5 anos e mais da cidade de Antas (então sede distrital) era de 1 300 pessoas das quais sabiam ler e escrever 609, ou seja, 47%.

ENSINO — Em 1956, existiam 15 unidades escolares do ensino fundamental comum, com cêrca de 650 alunos matriculados. Das unidades-escolares 6 eram estaduais, e 9 municipais.

CULTOS RELIGIOSOS — O município possui uma igreja, quatro capelas e duas associações religiosas do culto católico.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A festa da padroeira, Nossa Senhora da Conceição, é considerada a mais importante realizada no município.

Pela madrugada do dia 8 de dezembro, a população da cidade acorda com a alvorada, costume tradicional na maioria das cidades do interior, que consiste de passeata através das ruas, ao som de cânticos, espoucar de bombas e de foguetes, despertando o povo para as festas da padroeira. Às primeiras horas da manhã, os sinos da igreja chamam festivamente os fiéis à adoração. À tarde ocorre majestosa procissão, quando o povo carrega em andores ornamentados a imagem da padroeira local. Após o retôrno da procissão, há bênção do Santíssimo. À noite se realiza a parte profana da festa que consiste de animado baile. A população comemora a passagem de Natal, do Ano-Bom e o carnaval, constando os dois primeiros de missas especiais, feiras de largo e bailes; o último consiste de bailes durante os três dias reservados aos festejos.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O município conta 3 250 eleitores inscritos, dos quais, 2 104 votaram nas eleições de 1954. São 8 os vereadores em exercício. Desempenhavam atividades no município, em 1956, 11 funcionários estaduais e 13 municipais.

FINANÇAS PÚBLICAS — A situação financeira do município, no que diz respeito a arrecadação federal, estadual e municipal, é representada pelos números constantes da tabela abaixo:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1955.......	—	1 386	212	179	211
1956.......	—	860	890	193	525

NOTA — Não há coletoria federal no município.

JUSTIÇA — O município de Antas é têrmo judiciário da comarca de Cícero Dantas. Conta 4 cartórios, sendo 1 do Registro Civil.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município denominam-se "antenses".

A origem do nome do município deve-se ao fato de ter existido no local da atual cidade de Antas, uma fazenda com êste nome.

O Prefeito em exercício é o Sr. Pedro Macário de Carvalho, e o Presidente da Câmara Municipal de Vereadores é o Sr. Firmino Matos. Os demais membros da Câmara são: Jonas Felício dos Santos, Paulo Pereira de Castro, Ananias José de Carvalho, Ana Nair Félix do Nascimento, Edson de Carvalho Nilo, Arivaldo de Andrade Nilo e Antônio Ribeiro Santiago.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística por José de Almeida Costa. — Chefe da Agência Municipal de Estatística: Enock Dantas de Souza.)

ARATUÍPE — BA

Mapa Municipal no 4.º Vol.

HISTÓRICO — Diz a tradição que foi Paulo de Argôlo Menezes o primeiro a fazer penetração no território onde hoje está localizado o município de Aratuípe. Em virtude de carta de sesmaria concedida e expedida pelo Govêrno de Portugal, lhe foram doadas as terras em que fundou um aldeamento ao qual deu o nome de Santo Antônio.

Destinava-se o referido aldeamento à catequese de índios. Para lá foram mandados silvícolas da Tôrre de Garcia Dávila, com a finalidade de se oporem à poderosa tribo dos aimorés que habitavam a região, os quais, movendo ataques sucessivos ao engenho de Fernão Cabral e aos de muitos outros, já haviam feito despovoar várias fazendas.

Muitas foram as lutas travadas às margens dos rios Irajaí, Dona e Jaguaripe, entre os aimorés e os índios da Aldeia de Santo Antônio, a qual, graças aos esforços dos jesuítas, prosperou ràpidamente.

Segundo documentos existentes, a progênie de Paulo de Argôlo Menezes, no século XVI, organizou o aldeamento, fazendo construir uma igreja, sob o patrocínio de Santo Antônio, com dependências para moradia do administrador,

do pároco e do farmacêutico. Junto à igreja foi construído um prédio para escola e oficina destinadas aos índios.

Os missionários construíram à esquerda do templo um mosteiro para abstração, cujos pilares cilíndricos, de estilo toscano, serviam de apoio a um pavimento superior, destinado à doutrina e à ciência. Era a aula, o ateneu, a academia dos padres.

Hoje ainda existem as colunas do mosteiro acima referido, que assinalam a origem histórica de Aratuípe, desprovidas de qualquer proteção e expostas a todos os fatôres adversos.

Nessa época, já possuía a aldeia mais de 400 índios que se dedicavam à cultura da mandioca, à caça e à pesca.

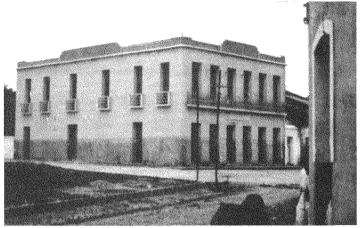
Os nativos ali domesticados prestaram valiosa cooperação às nossas tropas, nas lutas contra o general Madeira, quando da Independência.

A freguesia foi criada pela Resolução provincial número 132, de 2 de julho de 1840. O município, com sede na povoação de Santana da Aldeia e a denominação de Santana de Aratuípe, foi criado por fôrça do Ato de 7 de fevereiro de 1890, sendo o seu território desanexado dos de Nazaré e de Santo Antônio de Jesus. Em 17 de agôsto do mesmo ano de 1890, foi inaugurado com o nome de Aratuípe. Em face do Ato de 9 de julho de 1891, foram concedidos foros de cidade à sede municipal. A sua composição territorial de distrito único só foi alterada pelo Decreto estadual número 10 724, de 30 de março de 1938, quando foi dividido em dois distritos: o da sede — Aratuípe — e o de Maragogipinho.

LOCALIZAÇÃO — O município está situado na Zona Fisiográfica do Recôncavo. Limita com os municípios de Jaguaripe, Laje, Nazaré e Santo Antônio de Jesus. A sede possui as seguintes coordenadas geográficas: 13° 04' 50" de latitude sul e 39° 04' 30" de longitude W.Gr. Dista, em

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

linha reta, da Capital do Estado, 54 km. Rumo de Salvador em direção à sede municipal: O.S.O.

ALTITUDE — A altitude da sede do município é de 60 metros acima do nível do mar.

Prédio da Prefeitura Municipal, em fase de conclusão

ÁREA — A área do município é de 215 quilômetros quadrados, sendo um dos menores do Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — São seus principais rios o da Dona, o Aratuípe, o Onha, o Doce, o Jaguaripe, o Caraípe-Mirim e o Caraípe-Açu. Lagoas Angélica, Maragogipinho, Preta e Vianês. Possui duas quedas de água: a da Ponte e a do rio da Dona. Existe um pequeno açude, denominado reprêsa Santo Antônio, localizado na fazenda Santo Antônio.

CLIMA — Clima quente, porém salubre; na estação invernosa, de abril a julho, apresenta-se úmido devido às chuvas abundantes dessa época. A temperatura estimada, pois não existe pôsto meteorológico no município, é de 30°C a máxima, 18°C a mínima e 24°C a média.

RIQUEZAS NATURAIS — O município é rico em florestas, donde é extraída madeira para construção e lenha. No reino animal se verifica a produção de pescado, que é, na sua maior parte, consumido na cidade, sendo o excedente exportado para o vizinho município de Nazaré. Dispõe, no seu distrito de Maragogipinho, de ótimo barro para cerâmica.

POPULAÇÃO — A população do município, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 6 351 habitantes, sendo 3 104 homens e 3 247 mulheres. Predominava entre êstes habitantes, os de côr preta. Da população do município, 63,93% estavam localizados no quadro rural.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Existiam em 1950 apenas duas aglomerações urbanas: cidade de Aratuípe com 1 432 habitantes e vila Maragogipinho com 859. A população da cidade, estimada para 1.ª de julho de 1957, é de 1 500 habitantes.

ATIVIDADE ECONÔMICA — De acôrdo com o Recenseamento de 1950, 35,91% da sua população em idade ativa (10 anos e mais) estavam ocupados no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura".

A principal atividade é o "artesanato", famoso em todo o Estado, e cuja produção atingiu em 1955 a apreciável quantidade de 50 000 dúzias de artefatos de barro: porrões,

resfriadores, têstos, potes, moringas, vasos, alguidares e jarros são produzidos em olarias que se espalham emaranhadas pelas margens do rio que banha a vila. O ambiente das olarias é sombrio; apenas algumas réstias de sol, atravessando as paredes de bambu cobertas de sapé, ali penetram. Os oleiros trabalham nas "rodas", denominação dada ao tôrno. Rapazinhos amassam o barro transportam peças prontas do tôrno para as armações no centro da oficina; as mulheres tomam conta do forno e da pintura das peças; os aprendizes modelam os "caxixis", denominação dada a pequenos objetos produzidos para aproveitar o espaço que sobra no forno. A louça é classificada em "grossa" e "miuçalha". As moringas, qualificadas como "louça grossa", são fabricadas em diversos tipos e apresentam subdivisões. A princípio os produtores separam-nas, quanto ao tamanho, em "maiores" e "menores". As "maiores" podem ser simplesmente decoradas com arabescos em tauá vermelho ou branco, ou com pintura a frio, utilizada a tinta esmalte, cujo motivo mais usado é o entrelaçamento das bandeiras brasileiras e americanas entre ramos de fôlhas vistosas. As primeiras, mais baratas, são as "moringas comuns"; as segundas, mais caras, são as "moringas de preço". A "miuçalha" não é um artigo preponderante entre os que se produzem com interêsse econômico. Constitui uma manifestação de Arte Popular, indo ao mercado em condições eventuais. Porém, considerada no conjunto da produção local, representa um interessante e valioso processo de aprendizagem. O "caxixi", por exemplo, é um dos artigos mais vendáveis entre as "miuçalhas", mas sem que seja o comércio o objetivo primordial de sua confecção. Dêstes objetivos, o primeiro é a aprendizagem e o segundo o "enchimento de forno". O "caxixi", apesar das imperfeições que apresenta, tem despertado um grande interêsse e a expressão máxima dêsse interêsse é manifestada pela grande ocorrência à "Feira dos Caxixis", em Nazaré, realizada durante tôda Sexta-Feira Santa. Ocorrência tão grande que chegou a originar o dístico pronunciado na mesma: "Quanto povo, chi! Só para comprar caxixi!"

Pecuária — É apreciável o criatório de suínos. Os rios que cortam o município prestam-se, nas suas margens, para êsse criatório.

Indústria — A produção industrial alcançou a casa de 11 milhões de cruzeiros, sobressaindo a produção: de telhas, seguida pela de tijolos, no reino mineral; de rapadura e de mel de engenho, no vegetal; de toucinho salgado, chouriça ou lingüiça, carne de suíno salgada e banha de porco, no animal.

Igreja Matriz

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município liga-se à Capital Federal, à Capital do Estado e às cidades vizinhas pelos seguintes meios de transporte: Capital Federal, rodovia (1 395 km); Capital do Estado, rodovia (280 km) e via mista (rodovia 6 km, ferrovia 31 quilômetros e marítima 21 mi); Jaguaripe, via fluvial (12 mi); Laje, via mista (rodovia 6 km e ferrovia 90 km); Nazaré, rodovia (6 km).

O principal meio para transporte de cargas é a navegação fluvial, feita por barcos a vela, através dos rios que cortam o município. No distrito de Maragogipinho existe um pôrto com profundidade para navios, que atualmente está sendo usado apenas por barcos a vela, pois, há alguns anos, a "Navegação Bahiana" retirou o navio da linha.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio local mantém transações com o de Salvador e o de Nazaré. Existiam na sede municipal, em 1956, 20 estabelecimentos varejistas, tendo o giro comercial atingido 4 300 milhares de cruzeiros. O salário-mínimo em vigor para a região onde está o município é de Cr$ 2 000,00.

ASPECTOS URBANOS — O município fica situado à margem direita do rio Jaguararipe e é atravessado pelo rio Aratuípe, cujas nascentes se encontram dentro do seu território. Oferece poucas particularidades no tocante à sua descrição física. Possui 26 logradouros, sendo oito pavimentados e dois arborizados ou ajardinados; dêsses, 11 possuem iluminação elétrica. Existem 450 prédios na Cidade, dos quais 87 com iluminação elétrica.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O município é integrante do Setor número 1 do Departamento Nacional de Endemias Rurais, com sede em Salvador.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com os dados do Recenseamento de 1950, a população de 5 anos e mais era de 5 342 habitantes, da qual sabiam ler e escrever 1 195, ou seja, 22,37% do total.

ENSINO — Em 1956 funcionavam no município 14 unidades de ensino fundamental comum, sendo 12 estaduais e 2 municipais, com cêrca de 600 alunos matriculados.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Há na cidade duas filarmônicas: A Lira Ceciliana e a Lira Conceição, que, como é comum em cidade do interior, vivem a disputar, entre si, as simpatias e as preferências da sociedade local.

CULTOS RELIGIOSOS — O município é sede da paróquia de Nossa Senhora Santana e mantém uma associação religiosa. Existem também dois templos do culto batista, sendo que um dêles se localiza na vila de Maragogipinho e mantém duas sociedades.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — No dia 7 de abril é celebrada a romaria ao "Bom Jesus dos Navegantes". Inúmeras embarcações de todos os tamanhos e espécies, de várias localidades, con-

Rua Marquês Vitorino

duzem a imagem de "Bom Jesus dos Navegantes" de um a outro pôrto, levando grande acompanhamento de fiéis, na sua maioria "gente do mar", e as filarmônicas locais.

A 13 de junho festeja-se o dia de Santo Antônio. Consiste êsse festejo em missa cantada, procissão e rezas em casas particulares, com foguetes, bombas, licor de jenipapo e saborosos quitutes.

Em 26 de julho realiza-se a festa da padroeira da cidade, Nossa Senhora Santana, que é uma das mais movimentadas pois atrai gente de todos os recantos do município e até de municípios vizinhos. Há missa e procissão, sempre acompanhada pelas bandas locais que se esmeram por distinguir-se uma da outra, tanto no fardamento quanto no repertório.

Existem, também, os folguedos populares "bumba-meu-boi", em fevereiro e julho, "caboclos" e "terno de reis" em janeiro, no dia consagrado aos Reis Magos. Consiste êsse último no seguinte: garôtas, vestidas geralmente de papel, portando lanternas de papel de várias côres, desfilam duas a duas, tendo ao centro três adultos, trajados de Reis Magos, que levam oferendas; entoam todos cantigas próprias em homenagem à data, ao som de música executada com instrumentos de corda e tambores. Os "caboclos" são formados por adultos que trajam tangas feitas de penas e têm o corpo pintado de barro. Desfilam pelas ruas da Cidade, conduzindo arco e flecha.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O município contava 1 383 eleitores, tendo votado, em 1954, mil e setenta e cinco. Existem 8 vereadores em exercício. Funcionários públicos civis havia 3 federais, 2 estaduais, 10 municipais e 1 autárquico.

FINANÇAS PÚBLICAS — A receita arrecadada no município, durante os últimos 7 anos, pela União, pelo Estado e pela própria comuna, bem como a despesa realizada por essa última, no mesmo período, estão indicadas no quadro abaixo:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	119	141	309	49	488
1951	129	148	338	53	182
1952	110	130	393	57	285
1953	120	112	730	54	275
1954	107	137	608	53	1 247
1955	172	231	710	91	477
1956	302	380	1 054	99	1 066

JUSTIÇA — O município é têrmo da comarca de Nazaré; possui dois cartórios do Registro Civil, um do Cível e um Tabelionato.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do lugar denominam-se "aratuipenses". Existe na cidade uma fonte de água potável, que se supõe conter iôdo mas ainda não sofreu análise. Alegam que ela é responsável pela longa vida que alcançam os moradores dali. Apresenta um aspecto "sui generis" no que se refere à situação administrativa, pois a maior parte das autoridades não reside no município, e sim na vizinha cidade de Nazaré.

O atual Prefeito é o Sr. José Alves da Silva e o Presidente da Câmara é o Sr. Vitorioso Bertoldo Moreira. O primeiro intendente foi o Dr. João Martins da Silva. A primeira Câmara de Vereadores compunha-se dos seguintes membros: farmacêutico Deusdedith da Silva Vale, João Alexandrino dos Santos, Capitão João Marcelino dos Santos, Júlio Pinto de Avelar, José Lares de Amorim e Emídio Ladislau de Araújo.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística por Anterlino Leite Gaspar. — Chefe da Agência Municipal de Estatística: Adoniran Minas Novas.)

BAIXA GRANDE — BA

Mapa Municipal no 7.º Vol.

HISTÓRICO — Nas terras da fazenda "Cais", propriedade de D. Ana Ribeiro Soares, foi iniciado o povoamento da atual cidade de Baixa Grande por seu filho Manuel Ribeiro Soares, coronel da Guarda Nacional, homem de elevada instrução e político de renome, residente na vila de Santana do Camisão, atual cidade de Ipirá.

Há notícias de que a mãe do desbravador em causa, para cumprir pagamento de promessas, ordenara a êste erigir, em suas terras, uma capela em louvor de Nossa Senhora da Conceição, o que foi feito.

O local escolhido ficou à margem da estrada real Camisão a Monte Alegre e a Mundo Novo, na época, já movimentada, pouso de tropas e bem próximo da venda "do Lajedo", que antecedera ao povoamento.

Também coube ao c.el Manuel Ribeiro Soares as providências de derrubar matas para o início da povoação e construir as primeiras casas do arraial de Baixa Grande.

Muito contribuíram para o desenvolvimento do aglomerado humano que se instalara João Ribeiro Pamponet e outros chefes de numerosas famílias vindas de Santana do Camisão, uns de nacionalidade brasileira e alguns de origem francesa e judia, precisamente no ano de 1861, bem como a fertilidade das terras, cuja produção abundante passou a ser escoada por intermédio de tropeiros.

No ano de 1872, pela Lei provincial número 1 195, de 26 de abril, o dito arraial foi elevado a freguesia, consagrada a Nossa Senhora da Conceição.

O distrito de Baixa Grande criou-o a mesma Lei que instituiu a freguesia.

Pela Resolução provincial número 2 502, de 17 de julho de 1885, assinada pelo Presidente Dr. José Luís de Almeida Couto, foi criada a vila de Baixa Grande e tam-

bém o município, desmembrado do de Santana do Camisão, atual Ipirá.

O município foi supresso, em virtude da Lei estadual n.º 640, de 12 de maio de 1906, sendo sua sede transferida para a povoação de Santa Luzia do Lajedo, com o topônimo de vila de Capivari.

A Lei estadual n.º 806, de 28 de julho de 1910, restaurou o município de Baixa Grande, desanexando seu território do de Capivari. A medida teve lugar devido à veemência com que os habitantes pugnaram pela reintegração dos seus direitos políticos, cabendo a promulgação do ato ao Dr. Araújo Pinho, então governador do Estado.

Na divisão administrativa do Brasil, concernente a 1911, Baixa Grande é distrito único do município do mesmo nome, reinstalado a 1.º de janeiro de 1912.

De conformidade com os quadros de apuração do Recenseamento Geral de 1.º-IX-1920, o município em aprêço permanece constituído de um só distrito — o de igual topônimo.

Por fôrça do Decreto estadual n.º 7 479, de 8 de julho de 1931, foi, novamente, supresso o município de Baixa Grande, cujo território se incorporou ao de Monte Alegre, — atual Mairi, — sendo criada, naquela localidade, a subprefeitura de Baixa Grande.

Em virtude do Decreto número 8 453, de 31 de maio de 1933, e com território desmembrado do de Monte Alegre, restaurou-se o município de Baixa Grande, novamente reinstalado em 23 de julho do mesmo ano.

Na divisão administrativa referente a 1933 e nas territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, como também no quadro anexo ao Decreto-lei estadual número 10 724, de 30 de março de 1938, o município de Baixa Grande forma-se de um só distrito, — o de igual nome.

O mesmo se verifica no quadro territorial em vigor no qüinqüênio 1939-1943 e fixado pelo Decreto estadual número 11 089, de 30 de novembro de 1938.

Em conseqüência do Decreto-lei estadual número 141, de 31 de dezembro de 1943, que fixou o quadro territorial do Estado, vigente no qüinqüênio 1944-1948, o município de Baixa Grande passou a compor-se de 2 distritos: Baixa Grande e Macajuba, ex-Capivari, êste transferido do extinto município de Capivari.

O Decreto estadual número 12 978, de 1.º de junho de 1944, que retificou o mencionado Decreto-lei número 141, desligou o distrito de Macajuba a fim de reconstituir o município de igual nome, ficando, assim, o município de Baixa Grande, nesse qüinqüênio, constituído, novamente apenas pelo distrito-sede.

Vista aérea da cidade

Nas divisões territoriais seguintes e até a vigente no qüinqüênio 1954-1958, resultante da Lei 628, de 30 de dezembro de 1953, o município é constituído, sòmente, pelo distrito de Baixa Grande.

LOCALIZAÇÃO — O município fica situado na Zona Fisiográfica da Encosta da Chapada Diamantina, estando totalmente incluído no "polígono das sêcas". Limita com os municípios de Ipirá, Macajuba, Mairi e Mundo Novo.

Coordenadas geográficas na sede municipal: 11° 57' e 40" de latitude sul e 40° 10' e 13" de longitude W. Gr. Rumo: O. N. O., partindo da Capital do Estado, da qual dista 203 km, em linha reta.

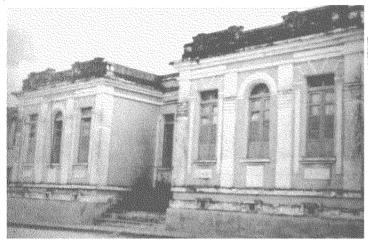
Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Medições últimas, procedidas pelo Conselho Nacional de Geografia, revelaram a altitude de ..... 368, 8925m, na cidade de Baixa Grande, achando-se a chapa cravada no terceiro degrau da escadaria de acesso à porta principal da igreja matriz, na Praça J. J. Seabra; ...... 321,8303 m no piso da ponte de concreto sôbre o rio Paulista, no trecho da estrada de rodagem Baixa Grande — Mundo Novo; 378,6437 m no centro do entroncamento para a sede da fazenda Canavial, de propriedade do Sr. Antônio F. da Silva, no trecho da estrada Baixa Grande — Mundo Novo, a 5,3 quilômetros além da igreja matriz da cidade de Baixa Grande.

ÁREA — A área do município é de 1 337 km².

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Topografia plana no sul e sueste e ligeiramente acidentada no norte e nordeste. O município é constituído por terrenos férteis de matas e, a maioria, para caatingas.

Situa-se no maciço do Atlântico e suas serras fazem parte de ramos da serra da Mantiqueira. *As serras* são de pequena elevação, prestam-se a agricultura e pastagens. As principais são as do Cesto, do Cais, Jataí e do Vento. *Rios* — é o município banhado pelos não perenes Cairu, Jundiá e Paulista. *Açudes* — há 1 público com capacidade para 44 160 m³, e um particular, para 40 172 metros cúbicos.

CLIMA — É salubre e ameno. O máximo da temperatura em 1956, na cidade, foi de 34°C, o mínimo 18°C e a média compensada 26°C.

Prefeitura Municipal

As chuvas são mais acentuadas no período de maio a julho. A precipitação pluviométrica anual, em 1956, foi de 900 mm; a máxima, em 24 horas, 95 mm.

RIQUEZAS NATURAIS — É rico em animais silvestres, como, tatu, veado caatingueiro e gato pintado, e em aves, como, perdiz, codorniz, jacu, zabelê, nambu e periquitos.

A sua flora vem sendo devastada, em razão do desenvolvimento pecuário, sobretudo nas matas; no entanto, são ainda encontradas madeiras para construção, plantas medicinais, de tinturaria, ouricuri para extração de pó, etc.

Com relação a minérios, há cristal de rocha em exploração, e talco, ainda inexplorado.

POPULAÇÃO — Possuía 12 714 habitantes, dêstes, ... 6 320 homens e 6 394 mulheres, segundo o Censo de 1950. Dessa população, predominavam 7 223 pardos e 3 325 brancos.

No total de habitantes, de 15 anos e mais, havia predominância de casados com 3 355 contra 3 036 solteiros. Para um grupo de 100 homens há 101 mulheres.

O quadro rural abrangia 90,75% da população total do município. Está estimada em 15 400 habitantes a população do município para o ano de 1957.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Consiste sòmente na da cidade de Baixa Grande, com 1 175 habitantes; dêstes, 539 eram homens e 636, mulheres, segundo o Censo de 1950. Para um grupo de 100 homens na cidade havia, em 1950, 118 mulheres. O aumento percentual da população da cidade, em dez anos, de 1940 para 1950, foi de 21,72%.

Para o ano de 1957, a população citadina é estimada em 1 350 habitantes.

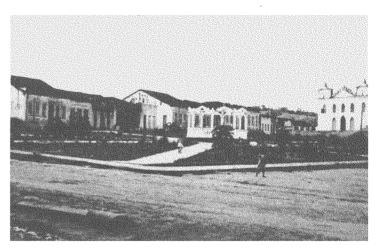
OUTRAS AGLOMERAÇÕES — Conta com os povoados de Viração e de Italegre, sendo principal o primeiro, com a população estimada em 500 habitantes; o segundo possui, aproximadamente, 150 pessoas.

ATIVIDADE ECONÔMICA — Das pessoas em idade ativa — 10 anos e mais — 45,53% estavam ocupadas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura", segundo revelação do Censo de 1950. A atividade fundamental à economia do município é a agricultura.

A pecuária está em fase de evolução, sobressaindo a criação selecionada de gado de raça, havendo pastagens artificiais importantes para engorda.

Agricultura — A fertilidade do solo permite considerável rendimento das culturas, salvo em período anormal da sêca. A produção agrícola, no ano de 1955, foi expressiva e atingiu o valor de 14 786 milhares de cruzeiros. Dentre os produtos colhidos, no referido ano, aparece o feijão como o principal, equivalendo a 37,85% sôbre tôda a produção agrícola, cuja safra apresentou 25 600 sacos de 60 quilos e valor de 5 600 milhares de cruzeiros. A mamona em baga com 1 516 toneladas e valor de 3 032 milhares de cruzeiros aparece no segundo lugar e, no terceiro, o milho em grão com 22 500 sacos de 60 kg por 2 700 milhares de cruzeiros. Cultivam-se ainda abóbora, fumo em fôlha, mandioca, melancia e sisal.

Os principais mercados compradores dos produtos agrícolas do município são Feira de Santana e Salvador, Capital do Estado.

A Inspetoria Regional do Fomento Agrícola do Ministério da Agricultura mantém no município um Pôsto Agropecuário.

Praça J. J. Seabra

Pecuária — Também é propício para as atividades de criação e engorda o solo das propriedades agropecuárias do município. A criação é desenvolvida em campo aberto, e a engorda, em pastagens artificiais, contando-se importantes fazendas nas quais há seleção de gado bovino indu-brasil. gir e guzerate. Os efetivos pecuários estão distribuídos por 24 500 bovinos, 22 000 ovinos, 15 000 suínos, 15 000 caprinos, 5 000 eqüinos, 3 000 asininos e 900 muares.

A pecuária está em fase de acentuado progresso, relativamente ao gado bovino, e constitui importante e crescente atividade.

Indústria — A atividade é rotineira e se desenvolve em tôrno do ramo de produtos alimentares, tendo como principal produção, no ano de 1955, a farinha de mandioca com 24 660 sacos de 60 quilos e valor de 4 439 milhares de cruzeiros, equivalendo a 84,97% sôbre o valor da produção industrial, no município, no total de 5 224 milhares de cruzeiros.

Em segundo plano está a produção de artigos de cerâmica, com 512 milheiros produzidos de telha e tijolos, no valor de 257 milhares de cruzeiros.

Verifica-se ainda atividade rudimentar da Indústria Extrativa, no valor total de 223 280 milhares de cruzeiros, no ano de 1955, sobressaindo como principal produto o pó de palha de ouricuri, com o valor de produção de 88 320 milhares de cruzeiros.

Artesanato — Consiste na fabricação de requeijão nas fazendas, com pequeno movimento.

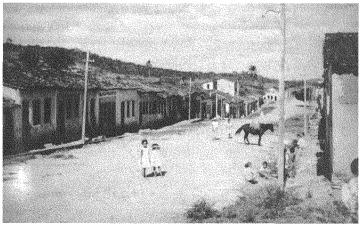
MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Serve ao município a rodovia BA-28 — Xique-Xique a Feira de Santana. É servido por linha de micro-ônibus Mundo Novo—Feira de Santana.

Liga-se por estrada de rodagem com os municípios vizinhos de: Mairi — 34 km; Mundo Novo — 45 km; Ipirá — 52 km e Macajuba — 48 quilômetros. Tem ainda ligação rodoviária com a Capital do Estado no percurso de 295 quilômetros e com a Capital Federal na distância de 1 723 km, via Feira de Santana, onde alcança a Rio—Bahia.

As comunicações são efetuadas pela Agência Postal Telegráfica da cidade e pela Agência Postal do Povoado de Viração, ambas do D.C.T.

COMÉRCIO E BANCOS — No ano de 1956 havia, na cidade, 31 estabelecimentos comerciais varejistas, 3 grossistas e 9 agentes de compra de importantes firmas grossistas.

O giro comercial, no referido ano, elevou-se a 17 175 milhares de cruzeiros, aumentando 35% o valor das vendas, comparado com o ano anterior.

Muito concorre para o movimento do comércio local a sua produção agrícola, exportada em grande quantidade. As principais praças com as quais o comércio local mantém transações são Feira de Santana, Salvador e Aracaju. Destacam-se os seguintes produtos importados: tecidos, gêneros alimentícios manufaturados, farinha de trigo, produtos farmacêuticos, louças e ferragens. O salário-mínimo em vigor para o município é de 2 200 cruzeiros.

Vista da Rua Almirante Protógenes Guimarães

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Baixa Grande está situada entre colinas. Possui 10 logradouros; dêstes, quatro estão totalmente pavimentados, e um, em parte.

A Praça J. J. Seabra, muito bem ajardinada e com moderno coreto, é o principal logradouro da cidade. A Prefeitura Municipal, a Escola Nuclear e o prédio da Agência do Correio e da Agência de Estatística são os edifícios públicos que mais sobressaem.

A iluminação elétrica, em 1956, contava com 106 ligações domiciliárias.

Possui o Cine "5 de Março", inaugurado em 1956, mantido pela Sociedade de igual nome. Há 2 pensões com capacidade para 33 hóspedes. Residem na cidade 1 advogado, 1 farmacêutico licenciado e 1 agrônomo.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária é prestada à população por 1 médico e 1 dentista vindos do Ipirá, aos sábados, o que fazem habitualmente. O município está subordinado ao Setor n.º 2 do Departamento Nacional de Endemias Rurais, com sede em Feira de Santana.

ALFABETIZAÇÃO — Da população de 5 anos e mais, segundo revela o Censo de 1950, 20% sabiam ler e escrever. Dessa população, 1 095 eram homens e 983 mulheres.

ENSINO — No ano de 1956 existiam oito unidades escolares do ensino primário fundamental comum, com cêrca de 429 alunos matriculados. Destaca-se a Escola Nuclear, situada na cidade. Quanto à dependência administrativa, a distribuição era a seguinte: 2 estabelecimentos estaduais com 5 professôras e 236 matrículas, 5 municipais com igual número de professôras e 116 alunos matriculados, e uma particular com 1 professor e 27 matrículas.

Constitui aspiração local construir e fazer funcionar o Ginásio Nossa Senhora da Conceição, cujos estatutos já foram aprovados.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existem duas bibliotecas de caráter público; uma da Prefeitura Municipal, e a outra, a Afonso Celso, da Agência de Estatística. O Clube "5 de Março" é a única sociedade recreativa existente. Há um serviço de alto-falantes mantido pela municipalidade.

CULTOS RELIGIOSOS — É a cidade sede de paróquia consagrada a Nossa Senhora da Conceição. Além da igreja-matriz, há 4 capelas públicas e 2 associações religiosas, bem como 1 templo e 1 salão de culto protestante.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A maior festa religiosa é a celebrada a 8 de dezembro de cada ano, para festejar o dia da Padroeira que é Nossa Senhora da Conceição. Há o novenário, iniciado a 29 de novembro, com término na noite de 7 de dezembro, muito concorrido e com mordomo para cada noite. No dia seguinte é celebrada missa festiva, com sermão alusivo à data e, à tarde, é realizada procissão pelas principais ruas da Cidade.

É habitual a realização de baile, à noite, na sede da sociedade local, no dia da festa da Padroeira.

A população tem como divertimento costumeiro as "corridas de cavalo", realizadas aos domingos, atraindo pessoas dos municípios vizinhos e até de alguns distantes.

Entretanto, a diversão típica que ocorre nos dias santos festivos ou "dias de festa", são os chamados "jogos de argolinhas". Participam dêsses jogos, com grande assistência popular, cavaleiros hábeis, trajados tìpicamente de vaqueiro, que, além do mais, devem possuir destreza e pontaria no manejar uma espécie de lança à feição medieval. Êsses cavaleiros colocam-se a uma distância de 500 metros de um poste, onde se acha dependurada uma argolinha de metal, para onde deverão se lançar, em disparada em suas montarias, de lança em riste, sendo um de cada vez. Aquêle que acerta na argola, tirando-a com a lança, é muito aplaudido, recebendo-a como troféu de vitória.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O município conta 2 822 eleitores inscritos, tendo votado .. 2 090 nas eleições de 1954. São sete os vereadores em exercício.

Em 1956, exerciam atividades no município os funcionários civis seguintes: 5 federais, 15 estaduais, 27 municipais e 1 autárquico.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro abaixo informa a situação das finanças federal, estadual e municipal.

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA PELO MUNICÍPIO (Cr$ 1000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	—	290	311	310	130
1951.......	—	356	442	409	541
1952.......	—	488	503	456	446
1953.......	—	444	830	793	741
1954.......	—	587	714	676	816
1955.......	—	859	797	768	638
1956.......	(1) 76	1 222	1 125	229	917

(1) Coletoria instalada em agôsto de 1956.

JUSTIÇA — Por Ato estadual de 3 de agôsto de 1892, que reviu a divisão judiciária do Estado, Baixa Grande era têrmo da comarca de Camisão, passando a têrmo da de Itaberaba, em virtude da Lei estadual número 280, de 6 de setembro de 1898.

Pelo Decreto estadual número 266, de 4 de outubro de 1904, voltou a ser têrmo de Camisão — que teve seu nome mudado posteriormente para Ipirá — até o ano de 1945, no qual, pelo Decreto-lei n.º 512, de 19 de junho, passou a têrmo da comarca de Mairi, criada pelo mesmo diploma legal.

Atualmente é têrmo componente da comarca de Ipirá. Conta 3 cartórios, sendo 1 de Registro Civil.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município denominam-se "baixa-grandenses". O nome do município é derivado do da cidade, a qual, por estar situada na parte baixa e entre colinas, tomou o nome de "Baixa Grande".

O atual Prefeito escolhido e empossado no último pleito é o Sr. Bianor Pamponet Suzart, e o Presidente da Câmara Municipal, em exercício a 7 de abril de 1957, é o Sr. José Ribeiro Pamponet.

Compilação da Inspetoria Regional de Estatística Municipal da Bahia por José Pereira Tôrres Filho. Chefe da Agência Municipal de Estatística: José Givaldo Lima Melo.

BARRA — BA

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — "Origens — Entre 1670 e 1680, a Casa da Tôrre, cujo chefe era então o 2.º Francisco Dias de Ávila Pereira, assentou uma fazenda de gado no ponto em que o rio Grande deságua no rio de São Francisco.

Situada na foz daquele afluente, foi logo apelidada de Fazenda da Barra do Rio Grande. Para evitar confusão com o rio Grande antes assim batizado no Norte, acrescentou-se-lhe a indicação de *Do Sul*.

Religiosos franciscanos capuchos ou alcantarinos, que não devem ser confundidos com os Capuchinhos, de 1680 a 1690, levantaram ali uma capela que, em honra do fundador da Ordem e homenagem ao então Senhor da Tôrre, ficou sendo de São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande do Sul, nome que perdurou até a elevação a cidade.

Foi, portanto, também aldeamento de gentio manso catequizado pelos Frades. *Pré-história* — O território que viria a ser o município abrangia enorme extensão. Ia do atual Pau da História, à margem esquerda do rio de São Francisco, rumo direito à serra dos Dois Irmãos, continuando pela linha de serras que limitam Piauí e Bahia, descia pelas serras que separam Bahia de Goiás, no oeste, até à nascente do rio da Carinhanha, cujo curso acompanhava, limitando com Minas Gerais, até a foz no rio de São Francisco e, por êste abaixo, até dar novamente no Pau da História.

O São Francisco era o Pará ou Opara dos naturais; o rio Grande era o Iassu. Outros rios teriam a denominação indígena traduzida (rio Prêto, rio Corrente, rio Arrojado, etc.) ou conservariam o nome primitivo (Icatu, Buriti, etc.).

As terras tinham os diversos aspectos sabidos, dos "gerais" do oeste, as matas, as caatingas altas ou ralas, taboleiros, areais, dunas, barrancos e arrecifes das margens, brejos e alagados, até trechos impropriados à vegetação, aqui e ali alteadas em serras.

Sôbre êste chão extensíssimo, flora e fauna de que ainda se econtram os exemplares, dos quadrúpedes e quadrúmanos aos répteis e ofídios; das grandes aves aos minúsculos pássaros; peixes e animais aquáticos.

Os habitantes aborígenes eram de nação tapuia; rodelas, pimenteiras, cariris, aricobes, chicriabus, coripós, um sem-número de denominações, uns, velhos ocupantes, outros, rechassados do norte e do leste no avanço dos desbravadores. Os acoroás ou acroás belicosos, acossados, foram seguindo rumo do poente, até que os remanescentes ficassem aldeados no Arraial da Barra do Rio Grande do Sul. Entendidos dizem que Acoroá ou Acroá significa "comedor de espinha" por serem ictiófagos e pescadores; outros dão à palavra a mesma raiz da bromélia Caroá.

Fora do ouro aluvial encontrado em subafluentes do rio Grande e no rio das Éguas (Correntina), a mineração não tinha tanto com que desafiasse a ambição dos colonizadores, a não ser o sal-gema e o salitre. A imensa terra seria mesmo do ciclo dos Criadores de Gado. Alguma indústria extrativa vegetal seria praticada. Afeitos às ubás e às igaras para transporte, pescaria e guerra, os naturais continuariam com os chegantes a faina navegadora fluvial.

Tudo no município seria ligado aos rios, caminhos naturais, aos pastos nativos, às ilhas, junto dos currais.

As madeiras forneceriam material de construção. A carnaúba seria elemento muito usado, por longos anos, a estípite para esteios e linhas e cercados, e a palha para cobertura de tetos.

Cabe aos geólogos investigar a natureza íntima dos terrenos, como, por exemplo, verificar se era viável que o rio Grande corresse por outro leito que não o atual, por trás da cidade. Importará também aos geógrafos o estudo dos riachos Icatu e Brejo da Serra, nascidos nas mesmas furnas de areias e correndo em sentido divergente, possuindo curso caprichoso e outras particularidades. *Povoação* — Conquistadas as terras, era mister a organização. Os moradores do arraial pediram à Coroa Portuguêsa que se elevasse Barra do Rio Grande do Sul a povoação para melhor defesa contra os acoroás da margem esquerda, e os mocoases, da direita, dos quais muitos ainda eram agressivos. Isto de 1680 a 1690.

Catedral de São Francisco

Cartas régias de novembro e dezembro de 1698 autorizavam a criação pedida, sendo rei Dom Pedro I. O governador Dom João de Lencastro foi incumbido de mandar proceder à instalação das povoações, entre elas, a da Barra.

Assim, em 1699-1700 ficou sendo Povoação de São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande do Sul, como meio-julgado (distrito) da vila do Cabrobó, da Capitania de Pernambuco.

O primeiro juiz meio-ordinário foi o sargento-mor Braz Martins de Rezende, português vindo de São Paulo com Domingos Jorge, vencedor dos Palmares.

A dúvida sôbre se era da Bahia ou de Pernambuco se dirimiu em janeiro de 1715, pela Carta régia que mandava adjudicar à administração pernambucana tôda a margem esquerda do rio de São Francisco, até o rio Carinhanha, continuando, porém, sujeita às justiças da cidade da Bahia até 1734, quando passou para a jurisdição da ouvidoria ou comarca da Jacobina.

Os naturais ainda perturbariam a tranqüilidade da fazenda, tanto que entre 1717 e 1724, o terrível chefe de Carinhanha, Manoel Nunes Viana, veio ao Rio Grande combater contra os acoroás rebelados. Datará de então, talvez, o grande recuo do gentio, cujos descendentes serão os craôs e os xerentes de Goiás. *Povoamento* — Portuguêses, brasileiros filhos de portuguêses, mestiços de branco e índio, índios puros, iriam povoando a região, sob a égide da Casa da Tôrre, cujas sesmarias ficavam só à margem esquerda do rio de São Francisco, da foz do rio Verde de Baixo para cima. Dêste rio para diante, até as nascenças do rio das Velhas era senhora a rival Casa da Ponte.

Dentro da área do município antigo, ficavam as famosas fazendas de Domingos Mafrense (o Sertão), Sobrado Velho ou de baixo e Sobrado de Cima, à beira do grande rio.

Os povoadores vinham do norte (Piauí), do leste (Pernambuco), da margem direita, do sul, como paulistas e mineiros que preferiram ficar na Barra, tais como Braz Rezende, já citado, e João Crisóstomo da Mota, o morador mais rico em 1753.

Apareceriam também elementos holandeses e flamengos (Vanderlei, Hendel), italianos (Mariani, Leoni), quiçá espanhóis (Bueno).

Outros chegariam, como, funcionários públicos, militares, servidores da Casa da Tôrre e por motivos oficiais. O célebre Procurador da Casa, João de Araújo Costa, acusado de truculências e crimes, chegou à então vila já doente e nela morreu logo que atravessou o rio de São Francisco, vindo da Jacobina, parece que antes de 1750.

A introdução do elemento africano foi dos princípios da povoação. Terras apropriadas para o cultivo da cana-de-açúcar aconselhariam o braço escravo negro, dada a resistência do gentio à servidão e sua incapacidade para vida sedentária. Contam que uma só leva de pretos era de seiscentos. Não só a lavoura, mas até o criatório estaria melhor com os pretos.

Certo é que ao raiar do século dezoito, tôda aquela extensão territorial estava virtualmente devassada, o que se verifica da Carta régia de criação da vila, em 1752 e da Ata de Instalação (1753), que citam as várias regiões da jurisdição. Isto não impediu que ainda hoje haja trechos onde o homem civilizado ainda não pôs o pé.

Sobrenomes marcantes vêm dos primórdios. Seria tarefa por demais ingente tentar as genealogias. Manda a verdade que se diga não serem os Marianis a família mais importante, pois só em 1769 há citação dêles em documento. Muitos outros patronímicos havia e os entrelaçamentos por casamentos e afinidades não obliterariam as outras estirpes de evidência.

Em 1800 já não havia índios puros, salvo algum bolsão como a Missão do Aricobé, de 1706, hoje do município de Angical.

Na beira do rio de São Francisco é intensa a mestiçagem. Muitos dos chamados caboclos do sertão não passam de representantes da amálgama de branco, índio e negro. Para o interior, predominam os brancos.

As atividades giravam em tôrno da criação de gado e da lavoura de métodos primitivos. Até a extração do sal-gema era decorrência do beneficiamento de carnes e peixes. Formou-se uma sociedade um tanto heterogênea de vaqueiros, canoeiros, lavradores, fabricantes de rapadura e cachaça, de farinha de mandioca, com homens de armas, negociantes, artistas, mascates, tantos outros misteres que definiam as gentes que se abalançavam ao sertão remoto e rude.

O rio de São Francisco, além de via natural e mais fácil para o trânsito até Bahia e até as Minas Gerais e São Paulo, seria o fornecedor de alimentação aos mineradores e guerreiros.

O que não podia demandar os vários rumos por água, como o gado em pé, e os viajantes que divergiam das margens, seguia pelas muitas estradas abertas ou por simples sendas de tropas.

Poder-se-á citar também a descendência espúria de vigários e religiosos, quase todos portuguêses.

Até gente tida por nobre, ou guindada às alturas pelas posses largas, provinha das liberdades na senzala. Apelidos e alcunhas seriam adotados como sobrenomes, dificultando a árvore genealógica. *Paróquia* — Ignora-se a data da criação da paróquia. Há documento que a supõe já existente em 1700-1701. Os livros de assentamentos mais antigos são de 1730, assinados pelo Dr. Perez da Cruz, que não se diz Vigário.

A 1.º de janeiro de 1734 começa a firmar-se o Vigário José Ciraldes Meirelles.

Era do Bispado de Olinda, criado em 1676 e assim continuou até 1854, até o Paracatu, em Minas Gerais.

Não se sabe também de quando era a segunda igreja, certamente a primeira matriz, derruída por uma inundação. Em 1822, o Ouvidor lamentava estar a vila "sem Casa da Câmara e sem Igreja Paroquial".

Difícil identificar os limites do território da Freguesia, por se não saber de quando foram criadas as paróquias desmembradas, de Campo Largo e Pilão Arcado, com livros do século dezoito.

Fato é, pelos livros de assentamentos, que Santa Rita tinha Capelão nos começos do século dezoito.

Das Missões instaladas no território, tem-se certeza da de Aricobé, de 1706, de Franciscanos. A do Sítio da Gameleira (depois Formosa e Itajuí), jesuíta, deve ter tido vida curta, pois em 1813 era filial de Campo Largo.

O Vigário Dom Pedro de Souza assinou Têrmo de Doação de terras para patrimônio, com o Procurador dos doadores Francisco Dias de Ávila e sua mulher, D. Inácia de Araújo Pereira, em 1743.

A escrituração mais antiga demonstra que os Vigários, desde tempos bem remotos, já saíam à desobriga, não só pelos povoados e capelas filiais, como por fazendas e sítios.

O Vigário Manoel Rodrigues de Almeida instalou, em 1769, as Irmandades de Nossa Senhora do Rosário, esta com capela própria iniciada, e a do Santíssimo Sacramento sediada na matriz, ambas com cemitério próprio. A necrópole do Santíssimo foi paroquial, até 1953.

A primeira Capela do Rosário serviu de matriz até 1829, quando foi benta a igreja do Senhor Bom Jesus da Boa Morte, construída pelo sargento-mor José de Meira Lima, nela sepultado. A igreja do Bom Jesus foi matriz provisória até 1911.

A segunda Capela do Rosário é de 1852, demolida em 1920. A terceira foi inaugurada em 1948.

A irmandade de Senhor Bom Jesus da Boa Morte teve pouca atividade.

Na igreja do Bom Jesus se realizavam as grandes festas religiosas, como a do Padroeiro, a do Divino e a da Conceição. A Semana Santa deu nome à vila, pelo seu esplendor. A festa do Rosário, na sua capela, onde, desde a fundação da Irmandade se tem rezado o têrço nos sábados, era a 2 de fevereiro, por coincidir o dia próprio (7 de outubro) com as novenas do padroeiro.

Em 1850, o Vigário, Cônego José Grigório dos Santos, começou a cuidar da construção de nova matriz. O Presidente da Província aprovou a planta do engenheiro militar Souza Aguiar e a Comissão Construtora, em 1855. A epidemia da varíola retardou a colocação solene da primeira pedra, o que só foi feito a 4 de outubro de 1859, com solenidade, sendo para notar que dos seis padres presentes, só o Vigário não era barrense.

Rua dos Marianis

Em 25 de maio de 1854, o Papa Pio IX, por Decreto Consistorial, fazia passar para o Arcebispado da Bahia as freguesias da Província que ainda obedeciam ao Bispo de Olinda, entre elas, Barra. Passava o território assim, inteiramente, à órbita baiana.

Só em 1873, por esforços do Juiz de Direito, Doutor Tomás Garcês Paranhos Montenegro, e do Vigário, Francisco Marques de Almeida, barrense, se pôs a cumieira.

O Vigário, Cônego Júlio Fiorentini (1893-1895) muito fêz também pela continuação dos serviços da nova matriz. Coube ao Vigário, Frei Sabino Canillas del Carmen, Agostiniano, benzer a igreja a 31 de dezembro de 1910 e cantar missa no templo inaugurado e ainda sem terminar de todo, a 1.º de janeiro de 1911, na impossibilidade de o fazer em outubro de 1910, por causa da varíola.

Os Vigários da Barra eram Forâneos ou da Vara, por ser a freguesia sede de comarca eclesiástica, até 1894.

Os assentamentos acompanham a evolução de povoação, vila, cidade e comarca, como registravam os Párocos,

que eram autoridades signatárias dos Têrmos de Correição e outras Atas Oficiais.

Os Bispos não podiam percorrer as enormes extensões de sua jurisdição e, por isso, mandavam visitadores autorizados.

O primeiro Bispo que viu a vila da Barra foi Dom Frei Tomás de Noronha, carmelita, nomeado por Dom Pedro I para Olinda e que, com autoridade de Administrador, desceu o rio de São Francisco. Lavrou Têrmos de Visita em janeiro de 1825. Tendo o Vigário, Francisco de Paula Negrão, abandonado a freguesia em 1823, inconformado com a Independência, substituído pelo interino José Lúcio do Bonfim, pelo efetivo Manoel Inácio Pereira, o Bispo Noronha lavrou censura e nomeou novo Pároco a João Rodrigues Covas, barrense.

Edifício dos Correios e Telégrafos

Ginásio Santa Eufrásia

O Arcebispo da Bahia, Dom Jerônimo Tomé da Silva, estêve na Paróquia em 1894 e foi o único Arcebispo a visitá-la. Continuariam os visitadores dos quais o último foi Monsenhor Manoel José de Novaes, em 1908.

Criado o Bispado da Barra, em 1913, foi seu primeiro Bispo D. Augusto Álvaro da Silva, empossado a 22 de novembro de 1915, elevando a matriz à categoria de catedral.

O número de capelas filiais é quase o mesmo de 1800. O I.B.G.E. acrescentou apenas as de Santa Luzia (particular) e a de Cristo-Rei (Palácio Episcopal), em 1950, na sede e a de São José na fazenda Pôrto de Palha.

A percorrida anual do Vigário, a desobriga, ainda se faz quase tôda a cavalo. Parte se faz de canoa. O automóvel ainda não pode ir a qualquer parte da freguesia.

Além do "giro" geral, há festas religiosas em alguns sítios.

O melhor do folclore local se prende à religião. Importados do litoral e adaptados ao meio ambiente, os Calumbis do Rosário, a Marujada do Divino e os Bailes Pastoris de Natal fizeram tradição. Os Ternos de Reis, por vêzes alterados até para inconveniências, têm qualquer motivação religiosa. Mesmo os Festejos de São João, pelos clubes chamados de Fortes, de criação absolutamente local, têm relação com a religiosidade. *A Vila* — Os moradores pediram ao Rei de Portugal que se elevasse à vila a velha povoação, em 1752. Carta régia de 5 de dezembro do mesmo ano, de Dom José I, autorizava a criação pedida. O Vice-Rei Conde de Atouguia (o 2.º) mandou o Ouvidor de Jacobina, Doutor Pedro Gonçalves Cordeiro, executar a ordem d'El-Rei, mas êste magistrado, detido por uma inundação ou impedido pelo paludismo, não logrou "ultimar" a instalação.

A 23 de agôsto de 1753, o Ouvidor e Corregedor da Comarca da Jacobina, Doutor Henrique Corrêa Lobato, instalou solenemente a nova vila de São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande do Sul, assistido pelos "homens bons", Vigários e povo. Mandou abrir uma quadra para praça do Pelourinho, fêz medir-se a légua quadrada de terras patrimoniais e redigiu o Código de Posturas.

Ficava a Barra desligada do Julgado de Cabrobó, elevada a município autônomo com os têrmos ou meios-julgados das povoações do Campo Largo e das Salinas (êste transferido depois para o Pilão Arcado) e têrmo-sede até o Rio Carinhanha.

Foi primeiro Juiz Ordinário e Presidente do Senado da Câmara, o capitão-mor Bento Gomes de Lima, rico português, proprietário de terras, elegendo-se os Vereadores e mais Oficiais.

O último juiz-meio-ordinário foi José Ferreira Boltaz. Outro grande proprietário era João Crisóstomo da Mota, o homem mais rico da localidade e com quem se hospedou o Ouvidor.

O novo município já tinha características definidas. Era predominantemente rural. As boas maneiras dos primeiros senhores das terras criaram o ambiente de ordem e paz, privilégio da vila, apesar das ocorrências de crimes e perturbações por outros trechos da extensa jurisdição. Mesmo alguma alteração da ordem na sede, como se lê das Atas de Correição e de outros documentos, não infirmava a regra geral de "terra de paz". Prova disso é terem o município e a paróquia seus arquivos bem conservados, quando outras localidades são-franciscanas tinham a história interrompida pela destruição de preciosos documentos.

Barra tem sido refúgio e asilo de gente expulsa ou corrida de outras terras.

Desde os primeiros tempos, Barra cuidava da instrução. Ainda na Colônia, barrenses começavam os estudos em sua terra, como sacerdotes, acentuando-se a preocupação com as letras no princípio do século dezenove.

A povoação já tinha intenso comércio de víveres com as minas do sul, ficando letra morta a proibição de comunicações com Minas e São Paulo pelo rio de São Francisco, de 1701.

Assim, em 1930, a Revolução não encontrou no município núcleos de jagunçadas, nem chefes de bandos criminosos. Judiciário — Dependentes da Ouvidoria da Bahia, Barra passou a obedecer à comarca de Jacobina, na dualidade de Administração da Capitania de Pernambuco e Justiça da Capitania da Bahia, até 1810.

Da instalação da vila em diante, o Arquivo Municipal conserva os relatos das Correições, dos quais constam entendimentos reveladores de liberdade de expressão, por vêzes em linguagem pitoresca.

Em 1810, sob o govêrno brasileiro do Príncipe Regente Dom João, criou-se a comarca do Sertão de Pernambuco, com sede na vila de Cimbres e estendida até o rio Carinhanha. O último Ouvidor de Jacobina que visitou a vila foi o Doutor José da Silva Magalhães (1804) e o primeiro Ouvidor da nova comarca a chegar foi o Doutor José Marques da Costa (16 de janeiro de 1812). O último Ouvidor da comarca do Sertão de Pernambuco a fazer correição foi o Doutor Antônio Joaquim Coutinho, que foi, parece, o primeiro Ouvidor da comarca do Rio de São Francisco, criada pelo já Rei Dom João VI, em 1820.

Esta nova comarca, sediada na vila da Barra, abrangia os limites do município e mais os têrmos de Campo Largo e Pilão Arcado, elevados a vila pela mesma Carta régia de 1820 e a povoação da Carinhanha. Instalou a nova comarca o Desembargador Doutor João Carlos Leitão, em 21 de novembro de 1822, ignorando a Proclamação da Independência. O instalador fêz um belo discurso, transcrito nas Atas do Município. Sobrevindo a notícia do "Grito do Ipiranga", em dezembro do mesmo ano, o Dezembargador Leitão teve de fugir, ameaçado de desacato por ser português. O então Vigário, Padre Manuel Francisco de Paula Negrão, inconformado com a Independência, abandonou a freguesia.

Coube ao Ouvidor Coutinho comunicar ao Senado da Câmara, em 30 de dezembro de 1822, o novo estado de coisas.

Um aspecto para ser notado nas Correições era a situação dos pobres plantadores nas ilhas do rio, prejudicados pelos grandes criadores de gado. Era vêzo meter bois e cavalos nas roças dos pequenos arrendatários de "lameiros" das margens e das ilhas.

Nas sêcas, pode-se morrer de fome à beira do rio sem vegetação e espraiada em coroas e areais, como se pode morrer de sêde a apenas uma légua do grande caudal. Assim, as margens baixas e as ilhas, com o sedimento de argila do aluvião das enchentes e a umidade restante, eram o refrigério dos animais sem pasto mais longe. *Império* — A 1.º de janeiro de 1823, reunido o Senado da Câmara para a posse do novo Presidente e Juiz Ordinário José Neiva e do Vereador Antônio Vanderlei, o então Juiz-Presidente João de Araújo Costa propôs a aclamação do Imperador e Defensor Perpétuo do Brasil, Dom Pedro I. Apesar de algumas ponderações de notáveis presentes, a aclamação foi feita solenemente e João de Araújo Costa continuou Juiz Ordinário e Presidente.

A comarca do Rio de São Francisco continuou sediada na vila.

Não tardariam as disputas políticas. O município se adaptaria à Constituição do Império.

Em 1827 o Govêrno Imperial fêz passar a comarca para a província de Minas Gerais, fato que o Ouvidor José Gonçalves Gomes registrou em Ata, em 1828. Incorporada à Província da Bahia, em 1829, o mesmo Ouvidor faz constar que era "Comarca do Rio de São Francisco, da Província da Cidade da Bahia", no mesmo ano.

Com as prerrogativas do Ato Adicional de 1834, a comarca passou inteiramente à influência da Bahia. O primeiro deputado barrense à Assembléia Provincial foi João Maurício Vanderlei, depois Barão de Cotegipe (1840); depois José Carlos Mariani (1864); João Augusto Neiva (1882), foi o último.

O município atravessou a Regência sem alteração de monta, pelo que parece. Em 1837, um barrense, João Maurício Vanderlei, recém-formado em Direito, teria advogado uns implicados na Sabinada.

Já estavam em evidência no País os barrenses Joé Mariani (que foi Desembargador da Suprema Côrte de Justiça), José Bento da Cunha de Figueiredo (mais tarde Visconde de Bom Conselho) e Francisco Bonifácio de Abreu, médico (depois Barão da Vila da Barra).

A segunda metade do século dezenove seria mais movimentada.

A Maioridade de Dom Pedro II imprimiria novos rumos à política.

O município de Barra concorreu com gente de armas para combater as insurreições de Pernambuco e a Balaiada do Maranhão, conjuntamente com Campo Largo e Santa Rita, seus satélites.

O Império encontrou o município com características ainda mais definidas, com hegemonia na zona. Os dominadores, da família Mariani, sobrenome que sobrepujou outros com que se entrelaçara, centralizavam o prestígio na sua "casa grande", construção de 1808.

Era notável a influência e fôrça moral de Senhoras, respeitadas até pelo terrível Comendador Militão, do Pilão Arcado.

Vista parcial do cais

Hospital Regional

A Instrução contava com Regentes de Cadeiras Régias ou Imperiais e Mestres de Primeiras Letras, por cuja ação Barra chegou ao mais alto índice de alfabetização naquele meio sertanejo. Outros setores oficiais mereciam atenção do Govêrno Imperial, como o do Fisco, da Higiene, da Polícia e do Correio. A Guarda Nacional teve sua brigada local, com distribuição de patentes e galões.

Em 1849, nomeado médico vacinador, chega à vila o Doutor Abílio Cesar Borges, depois Barão de Macaúbas. Além do clínico que defrontou tremendo surto de varíola, Abílio Borges foi mestre, tendo iniciado em Barra a sua atuação pedagógica. Casou-se com uma barrense e quando se retirou, em 1856, levava um filho também barrense, Abílio César Borges Filho, que foi diplomata.

Sôbre os alicerces do projetado prédio do Colégio do Dr. Abílio, dizem, levantou-se o Hospital de São Pedro.

O grande mestre fêz escola e deixou continuadores, entre êles Joaquim Gonçalves de Oliveira e Maria Joaquina, "professôra Joaquininha" da tradição popular.

A situação religiosa continuava dependente do Bispado de Olinda, como visto.

A comarca teve o território modificado em 1835.

O engenheiro Henrique Guilherme Halfeld, que estêve na vila em 1853 e 1854, deixou referências elogiosas à localidade, onde foi muito bem acolhido, precedido que fôra pelas recomendações de barrenses em evidência na Côrte.

Houve nova alteração da comarca em 1857.

O 1860 foi o ano da grande sêca, de ominosa memória em todo o sertão. O ano de 1863, pelo contrário, registrou chuvas fora do comum, com uma das maiores inundações do rio de São Francisco relembradas pelos moradores, talvez maior que a de 1828.

Na Guerra do Paraguai, muitos barrenses se incorporaram às Fôrças Brasileiras. O chefe dos Serviços de Saúde, Francisco Bonifácio de Abreu, e os médicos militares,

Francisco Romano de Souza e Augusto César Torres, eram barrenses.

Depois da Guerra contra Lopez, a marcha dos acontecimentos no Império teria seus reflexos no município. Antes mesmo, em 1867, as oposições tomaram corpo. Alguns incidentes eleitorais não desmentiriam a tradição ordeira da terra, onde a sanha dos partidos Conservador e Liberal não degeneraria em catástrofe.

O Juiz de Direito Tomás Garcês Paranhos Montenegro foi um homem notável e benemérito na vila (1863-1875). Fundou a Santa Casa da Misericórdia (1871), construiu o Hospital de São Pedro (1872) e, como dito antes, levou as obras da igreja-matriz até à cumieira (1873). É de iniciativa do Dr. Montenegro o Teatro São João.

A navegação fluvial a vapor, no rio de São Francisco, começou com o navio "Saldanha Marinho", armado em Sabará (1872), seguindo-se o "Presidente Dantas", armado em Juàzeiro (1873). Diziam os velhos que foi um dia de festas o encontro dos dois barcos no pôrto de Barra, em 1874. O Juiz Montenegro profetizou o desaparecimento das barcas, o que até hoje se não verificou.

O Juiz Montenegro foi também um dos propugnadores da elevação a cidade, possível capital da projetada Província de São Francisco (1850).

A Lei n.º 1 320, promulgada pelo Vice-presidente da Província, Dr. José Eduardo Freire de Carvalho, em 16 de junho de 1873, fêz da antiga vila a "Cidade Florescente da Barra do Rio Grande", o que foi motivo de instalação solene, sob o mesmo Juiz.

Um ilustre barrense, porém, nunca se conformou com a promoção de sua terra.

Em 1872, tinha havido mais uma alteração da comarca.

O primeiro periódico do sertão foi o "Eco do São Francisco", com tipografia própria, inspiração do Dr. Montenegro e direção de Manuel Inácio Negrão, em 1875.

Juiz de Direito de notável atuação foi o Dr. Luiz Viana, de biografia acidentada, homem muito discutido pelos amigos e pelos adversários (1875-188...). Doou à Municipalidade sua casa de campo, no lugar lagoa do Viana para hospital de variolosos.

Outro Juiz notável foi o Dr. José Manuel Cardoso de Oliveira, fundador do "Grêmio Bibliófilo Barrense", associação cultural, transformada, em 1917, em Biblioteca Municipal, dado o acervo de livros (1887-1889).

A Abolição da Escravatura foi festejada de modo extraordinário, logo chegou a notícia da Lei Áurea, entre o júbilo dos libertos, discursos de abolicionistas velhos ou de última hora, sem faltarem lágrimas de uma das grandes Senhoras de Cativos. *Na República* — Houve pruridos republicanos no município, anteriores ao 15 de novembro. Ainda em 1842, um barrense, Padre João de Oliveira Costa, Vigário de Santa Rita, foi repreendido pelo Bispo de Olinda, por causa de um discurso julgado subversivo, em Campo Largo.

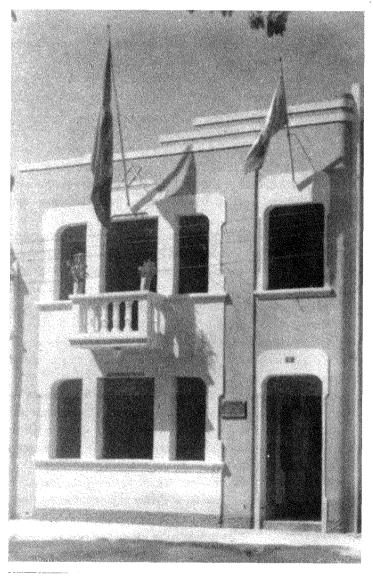
Um barrense, o Barão de Cotegipe, fêz a conhecida profecia de que a Princesa Imperial "perdera o trôno" com a abolição.

Estudantes de Barra se deixaram imbuir de Positivismo Republicano.

Não foi, portanto, grande novidade a adesão à República de 1889, assim se teve notícia segura do fato.

O primeiro Intendente ou Prefeito, ainda talvez Presidente da Câmara foi o coronel Antônio Barreto Guerreiro, provisório.

Continuava a comarca em Barra. O Governador do Estado, Conselheiro Luiz Viana, casado com uma barrense, manteve os Marianis nas posições políticas. A oposição, porém, tentaria tomar estas posições, o que só conseguia parcialmente, até 1930.

Um dos benefícios do Govêrno Luiz Viana foi a escola normal, instalada na cidade em 1894 e fechada pelo Governador Severino Vieira, em 1903, depois de diplomar algumas turmas de professôras. Manteve o Govêrno do Estado as "Escolas Complementares" de curso secundário.

Sede da Sociedade Beneficente dos Artífices

O impulso dado à navegação do rio de São Francisco, pelo Governador José Marcelino, que, em 1908, passou por Barra rumo ao Rio Prêto, onde inaugurou a navegação até o Pôrto de São Marcelo, beneficiou o município. Barra é ponto obrigatório de saída dos rios Grande e Prêto.

O ano de 1906 foi marcado por uma grande inundação.

Deve ser anotada na história do município a atuação do Delegado de Polícia, Quirino Pinto Rabêlo (1894-19...), que coibiu abusos e dominou os remeiros das barcas, apesar de usar, por vêzes, de energia excessiva.

Entre 1891 e 1912, acentuou-se a influência da cidade de Barra, centro de movimento comercial e social, dada a sua posição geográfica no Estado da Bahia, passagem forçada de quem viajasse pelo rio São Francisco no seu curso médio, e, ademais, ponto de trânsito das boiadas de Goiás, Piauí e também do Maranhão.

Foi o período áureo da borracha de maniçoba e outros produtos naturais, com fartura de dinheiro. Afluíam forasteiros de todos os quadrantes e de todos os tipos, animando o comércio.

O atual prédio da Prefeitura é um monumento dessa época de abundância, pois foi construído por Bruno Caldeira, em 1904, para uma grande casa grossista.

Foi também a temporada de grandes festas populares, como o São João, de feitio local, e o Dois de Julho.

O pendor barrense para a Música, pôsto em relêvo pelo Barão de Macaúbas, em Relatório ao Presidente da Província, ainda em 1856, manteve filarmônicas, a "Harpa de Sião", depois "Nove de Setembro" e a "Riachuelo", ainda conjuntos de cordas e orquestras.

As mudanças políticas no Estado tinham reflexos obrigados no município. As oposições tentavam dominar. Havia contendas eleitorais.

Em 1912 começou o declínio da maniçoba. Foi uma derrocada fatal, que, entre outros prejuízos, deixou muitos aventureiros desocupados, para se darem à atividade de jagunços, perturbando o interior da Bahia, provocando expedições militares e tentando alterar a paz barrense tradicional.

Significativa foi a inauguração da Estação Telegráfica, em 1912. Com a extensão das linhas, dois distritos (Icatu e Boqueirão) têm estação telefônica. Atualmente, a Estação da Barra é das principais, coletora de extensa zona.

A imprensa contou com os semanários "Três Rios" (1903), "O Sertanejo", e "A Barra" (1909).

O ano de 1911 foi de chuvas excepcionais pelo sertão.

O "Após Guerra" de 1918 em diante traria modificações.

Em plena Guerra (a 1.ª), tomou posse o Primeiro Bispo de Barra, que animou uma temporada. O Bispado fundou o jornal "Fôlha de Barra" (1916), um Colégio Diocesano (1916), um Colégio de Freiras (1920) e teve outras iniciativas nobilitantes.

No século vinte, muitíssimos barrenses procuraram (e procuram) instruir-se, dando a Barra representantes de tôdas as carreiras de Curso Normal e Superior.

As administrações municipais nem sempre correspondem à expectativa. Mas houve cuidado constante com o urbanismo. Barra é pioneira da construção de cais do pôrto (1907).

É cedo ainda para se historiar a vida do município, de 1925 aos nossos dias. A História precisa de tempo e distância para relatos imparciais.

Apesar de tôdas as deficiências, a cidade de Barra e seu município mantêm algo da importância dos tempos coloniais, do Império e dos começos da República. Se a Comissão do Vale do São Francisco realizar seus planos, Barra não deixará de ser um ponto de referência, na História do Sertão da Bahia. (Histórico escrito em agôsto de 1957, especialmente para a EMB, pelo Padre Heitor Araújo).

A vila foi elevada à categoria de cidade por fôrça da Lei provincial n.º 1 320, de 16 de junho de 1873, passando a denominar-se cidade florescente de Barra do Rio Grande, mais tarde alterada para Barra do Rio Grande e, finalmente, para Barra, pelos Decretos estaduais ns. 7 455, de 23 de junho de 1931, e 7 479, de 8 de julho do mesmo ano.

Segundo a divisão administrativa do Brasil, concernente a 1911, o município de Barra do Rio Grande compunha-se do distrito da sede e dos de Icatu, Brejo do Buriti e Igaraí, enquanto nos quadros de apuração do Recenseamento Geral de 1920, êle figura com os distritos Barra, Icatu, Buriti e Igaraí.

De conformidade com o quadro territorial fixado pelo Decreto estadual n.º 11 089, de 30 de novembro de 1938, para vigorar no qüinqüênio de 1939-1943, Barra continua a formar-se dos mesmos distritos citados.

Em conseqüência, porém, da divisão judiciário-administrativa do Estado, fixada pelo Decreto-lei estadual número 141, de 31 de dezembro de 1943, e modificada pelo Decreto estadual n.º 12 978, de 1.º de junho de 1944, divisão esta que vigorou no qüinqüênio de 1944-1948, o município passou a constituir-se de 5 distritos: Barra, Buritirama (ex-Buriti), Biraba (ex-Icatu), Igarité (ex-Igaraí) e Piragiba.

Por fôrça do Decreto estadual acima referido, criou-se o supracitado distrito de Piragiba, com território desmembrado do de Igarité, ao mesmo tempo em que o distrito de Barra adquiriu parte do território do mesmo distrito de Igarité e cedeu fração de suas terras ao de Biraba.

No quadro da divisão em vigor, fixado pela Lei número 628, de 30 de dezembro de 1953, o município está constituído de cinco distritos: Barra, Buritirama, Ibiraba, Igarité e Piragiba.

LOCALIZAÇÃO — O município de Barra localiza-se na Zona Fisiográfica do Baixo Médio São Francisco, estenden-

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

do-se o seu território, que está parcialmente incluído no Polígono das Sêcas, pela margem esquerda do referido rio. Limita com os municípios de Angical, Bom Jesus da Lapa, Brotas de Macaúbas, Cotegipe, Ibipetuba, Paratinga, Pilão Arcado, Xique-Xique e o estado do Piauí. A sede municipal possui as seguintes coordenadas geográficas: .... 11° 05' 23" de latitude sul e 43° 09' 05" de longitude W.Gr. Rumo em direção à capital do Estado, O.N.O., da qual dista em linha reta, 554 km.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 410 m.

ÁREA — A área é de 18 978 km², sendo um dos municípios de maior área do Estado, ocupando o 4.° lugar em extensão territorial.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O município é pouco acidentado. Suas serras mais importantes são: a do Estreito, pertencente à cadeia de Dois Irmãos, e a do Boqueirão. Banhado pelo rio São Francisco e o seu afluente, o rio Grande. Cêrca de trinta ilhas e ilhotas estão compreendidas no seu território.

CLIMA — O clima é o característico da região são-franciscana: quente com variações súbitas de temperatura. A temperatura na sede municipal apresentou em 1955 os seguintes dados: média das máximas — 35,8°C; média das mínimas — 15,7°C e média compensada — 27,9°C. A precipitação no ano atingiu a altura total de 437,3 mm.

RIQUEZAS NATURAIS — A cêra de carnaúba é a principal riqueza de origem vegetal. A fibra da malva, a borracha (maniçoba e mangabeira), o caroá e as resinas de trapocá, jatobá e angico são também extraídas no município. A pesca, principalmente de surubim, constitui importante riqueza natural. De origem mineral apenas existe a pedra para construção.

POPULAÇÃO — A população, em 1950, era 31 781 habitantes, sendo 15 329 homens e 16 452 mulheres, predominando os de côr parda, que somavam 21 545. Quanto ao estado civil, os casados constituíam a maioria, com 9 090 contra 6 997 solteiros. Os 76,97% da população localizam-se no quadro rural.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Existiam em 1950 cinco aglomerações urbanas com a seguinte população: cidade da Barra — 5 580 hab. e vilas de Buritirama — 347 habitantes, Ibiraba — 575 hab., Igarité — 356 hab. e Piragiba, 456 hab. A população da cidade de Barra estimada para 1.° de julho de 1957 é de 6 800 habitantes.

OUTRAS AGLOMERAÇÕES — Além da cidade e das vilas, o município conta ainda os principais povoados abaixo, cuja população estimada para 1957 é a seguinte: Juá — 300 hab., Curralinho — 250 hab., Ôlho-d'Água — 260 habitantes, Sambaíba — 300 hab., Canudos — 150 hab., Vanderlei — 220 hab., Pôrto da Palha — 90 hab., Pôrto Alegre — 90 hab., Pau d'Arco — 180 hab., Saquinho de Cima — 120 hab., Passagem — 180 hab., Saco — 240 hab., Fazenda Grande — 280 hab., Terrinha — 250 hab. e Muquém — 250 habitantes.

ATIVIDADE ECONÔMICA — De acôrdo com o Recenseamento de 1950, 35,43% das pessoas em idade ativa (10 anos e mais) estão ocupadas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura". A atividade fundamental à economia do município é a extração da cêra da carnaúba, cuja produção se elevou em 1955 a 1 006 milhares de cruzeiros.

Agricultura — A produção agrícola foi em 1955 superior à ordem dos 5 000 milhares de cruzeiros, contribuindo com a maior parcela a cana-de-açúcar, seguindo-se o algodão, o côco-da-baía, o arroz, o feijão, a mandioca e o milho. *Pecuária* — A atividade pecuária tem significação econômica para o município, valendo em 1955 quase 40 milhões de cruzeiros. Destaca-se o gado bovino com 35 000 cabeças, seguindo-se os ovinos e os caprinos com, respectivamente, 7 500 e 6 000 cabeças. *Indústria* — A produção industrial alcançou em 1955 o valor de quase 10 000 milhares de cruzeiros, tendo a indústria extrativa contribuído com a soma de 4 000 milhares de cruzeiros. Destaca-se dentre ela, a extração da cêra da carnaúba, de madeiras e de peixes. A farinha de mandioca e a rapadura são os principais produtos manufaturados, com o valor de 1 800 e 1 300 milhares de cruzeiros, respectivamente, existindo mais de 300 casas de farinha e 200 engenhos de rapadura e aguardente. *Artesanato* — A atividade artesanal é desenvolvida, dela resultando a produção de vários artigos e merecendo relêvo os da cerâmica, da louça-de-barro simples ou brunida: potes, moringas, filtros, talhas e cachipôs. Os bonecos e chiquitos de pano, os santos de madeira, além das rendas, ainda encontradas nas feiras do município, são outras manifestações de trabalho popular.

Funcionam no município um Pôsto Agropecuário e um Pôsto de Criação, mantidos pelo Ministério da Agricultura.

Praça Barão de Cotegipe

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se a cidade de Barra à Capital Federal, à Capital do Estado e às cidades vizinhas pelos seguintes meios de transporte: Capital Federal — aéreo 1 090 km e misto (fluvial 932 km e ferroviário 1 006 km); à Capital do Estado — aéreo 575 km e flúvio-ferroviário 1 017 km; Angical — misto (fluvial 278 km e vicinal 24 km); Bom Jesus da Lapa — aéreo 546 km ou fluvial 310 km; Brotas de Macaúbas — misto (fluvial 73 km e rodovia 108 km); Cotegipe — misto (fluvial 206 km e rodovia 39 km); Ibipetuba — fluvial 212 km ou rodovia 180 km; Paratinga — fluvial 228 km; Pilão Arcado — fluvial 161 km; Xique-Xique — aéreo 147 km e fluvial 79 km. O município é servido pela Real-Aerovias, pelas emprêsas fluviais Viação Baiana do São Francisco, Companhia Indústria e Viação de Pirapora e Navegação Mineira de São Francisco. Pos-

sui 2 portos fluviais e 1 campo de pouso com pista de 1 200 metros.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio local mantém transações com as praças de Juàzeiro, de Salvador, de Belo Horizonte, do Rio e de São Paulo. Existem na sede municipal 6 estabelecimentos comerciais atacadistas, 81 varejistas e 1 agência do Banco do Brasil, instalada em 1.º de fevereiro de 1943. O giro comercial atingiu, em 1956, a 22 225 milhares de cruzeiros. A feira mais importante é a realizada aos sábados na vila de Ibiraba, que atrai grande número de pessoas do vizinho município de Xique-Xique. O salário-mínimo oficial decretado para a 4.ª Sub-Região, e da qual faz parte o Município, é de Cr$ 2 000,00.

ASPECTOS URBANOS — A cidade está situada num vasto terraço à margem do rio Grande, na sua confluência com o São Francisco. Possui um bom cais de atracação para navios e barcos. Conta a cidade 44 logradouros, dos quais 2 parcialmente pavimentados e 8 arborizados. A iluminação pública se estende a 26 logradouros e a domiciliária conta com 387 ligações. A principal artéria é a Rua dos Mariâni, onde se acha situada a maioria das casas comerciais. Logradouros de destaque são também as Praças da Bandeira e do Barão de Cotegipe, nos quais se localizam, entre outros edifícios, a Catedral e o Ginásio Santa Eufrásia, na primeira, e o Palácio Episcopal, na segunda. Funciona 1 cinema e existem 2 hotéis, 3 pensões, 1 agência do D.C.T. e 1 serviço de radiocomunicação da Real Aerovias. A cidade de Barra é considerada a metrópole do médio e alto São Francisco.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária à população é prestada pelo Hospital Regional do S.E.S.P., com 30 leitos disponíveis, 1 pôsto de saúde mantido pelo Estado, 1 pôsto de malária e 1 pôsto de Tracoma do Departamento de Endemias Rurais. Exercem a profissão na cidade 5 médicos, 2 dentistas, 1 farmacêutico e 1 enfermeiro. Existem 3 farmácias.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A Conferência Vicentina de São Francisco de Assis e a Assistência Social da Barra prestam assistência aos pobres. Existem ainda a Sociedade Beneficente dos Artífices Barrenses, de beneficência mutuária, e a Cooperativa Cultural da Barra com a finalidade da manutenção de cursos primário e secundário.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com os dados do Recenseamento de 1950, a população de 5 anos e mais era de 26 341 habitantes, da qual sabiam ler e escrever 4 938 pessoas, ou seja, apenas 18,75%.

ENSINO — Existiam, em 1956, 82 unidades escolares do ensino fundamental comum, tendo a matrícula efetiva atingido cêrca de 3 500 alunos. Das unidades escolares 38 eram estaduais, 36 municipais e 8 particulares, sendo que na cidade funcionavam 18, destacando-se as Escolas Reunidas Conselheiro Luís Viana.

O ensino extra-primário é ministrado por dois estabelecimentos: o Ginásio Dom João Muniz, cuja matrícula inicial, em 1957, alcançou 201 alunos no curso ginasial, e o Santa Eufrásia, que matriculou nos cursos ginasial e pedagógico 195 alunos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existem 4 bibliotecas, sendo 2 estudantis: entretanto sòmente a da Agência Municipal de Estatística tem mais de 1 000 volumes. Circula o jornal "Fôlha da Barra", de periodicidade quinzenal. Está com a sua circulação interrompida o outro periódico: "O Rio São Francisco". Existem ainda 1 sociedade recreativa, o Barra Atlético Clube, e 1 clube de futebol.

CULTOS RELIGIOSOS — É o Município sede de bispado criada por Bula Papal datada de 20 de outubro de 1913. A paróquia é consagrada a São Francisco das Chagas, e por isso a freguesia teve o nome de São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande. Além da igreja matriz, existem 1 igreja comum, 2 capelas e 7 associações religiosas de culto católico e 2 templos de culto não católico.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Como festejos populares atualmente só se realizam os "Reisados", do dia 6 até o fim do mês de janeiro, e as "Rodas de São Gonçalo", em qualquer data do ano. Os primeiros se apresentam com várias denominações: "Reis dos Caboclos", "do Boi", "do Babau", "Terno das Ciganas", "da Rosa", "Rancho das Tabaroas," "das Velhas Alegres", etc. São ensaiados prèviamente, sendo alguns formados exclusivamente de crianças, de rapazes ou de môças, e outros, de elementos de ambos os sexos. Os conjuntos denominados "Reis", geralmente organizados pela plebe, apresentam-se sem exigências de trajes especiais, e as cantorias são acompanhadas de viola, pandeiros, tambor e palmas. Os "Ternos" e "Ranchos", ao contrário, obedecem a certo rigor, apresentando-se com vestes uniformes ou fantasias, e os cânticos têm o acompanhamento feito por orquestras. Os "Reis" exibem-se, de ordinário, sòmente às portas das casas residenciais; mas os "Ternos "e os "Ranchos" primeiramente cantam à porta uma marcha intervalada com bailados, e, depois, no recinto, apresentam várias cantorias, sapateados, danças, etc. As "Rodas de São Gonçalo" são formadas de homens e mulheres, sem imposição de trajes típicos. Apresentam várias modalidades de danças acompanhadas exclusivamente por tambor ou caixa, viola, pandeiro e palmas. Tais festejos são geralmente realizados em paga de promessas a determinado santo, ou no final de novenário. As procissões mais importantes são as denominadas de "Senhor Morto" e de "São Francisco", as quais se realizam anualmente, na cidade, a primeira, no dia de Sexta-Feira da Paixão, e a segunda, em 4 de outubro, dia consagrado ao padroeiro da cidade, São Francisco de Assis.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O município conta 5 875 eleitores inscritos, tendo votado 4 008 nas eleições de 1954. O número de vereadores em exercício é de 12. Exerciam em 1956 suas atividades no município 265 funcionários, assim distribuídos: federais 113, estaduais 87, municipais 65 e autárquicos 17. O município é sede da 23.ª Circunscrição de Inspetoria Escolar da Secretaria da Educação, compreendendo seis municípios da Região. Também está sediada no município a Delegacia Regional de Polícia da 16.ª Região, assim como a 7.ª Circunscrição da 4.ª Região Fiscal do Interior.

FINANÇAS PÚBLICAS — A receita pública no período 1950-1956 é informada pelo quadro abaixo:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA PELO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	354	688	904	213	867
1951	314	634	942	329	980
1952	306	552	930	275	852
1953	332	674	1 217	260	1 362
1954	342	699	1 154	245	1 683
1955	366	1 275	1 364	330	1 193
1956	680	1 286	1 457	229	1 576

JUSTIÇA — O município é sede de comarca de 2.ª entrância, abrangendo esta ùnicamente o território daquele. A comarca do Rio São Francisco, com sede na cidade de Barra, foi criada por Alvará régio datado de 3 de junho de 1820 e pertenceu à Província de Pernambuco. Por fôrça do Decreto de 7 de julho de 1824 foi incorporada à Província de Minas Gerais, voltando à jurisdição da Bahia pelo Decreto de 15 de outubro de 1827. No Ato estadual de 3 de agôsto de 1892 já reaparece a comarca do Rio São Francisco com sede na cidade de Barra do Rio Grande e composta dos Têrmos de Barra do Rio Grande, do Xique-Xique, da Gameleira do Assuruá (atual Gentio do Ouro) e das Brotas de Macaúbas. Pelo Decreto estadual n.º 722, de 20 de agôsto de 1909, a sede da comarca foi mudada temporàriamente para "Santa Rita" (atual Ibipetuba), voltando a ser novamente Barra no ano de 1911. A comarca recebeu o nome de "Barra" pela Lei estadual n.º 1 119, de 21 de agôsto de 1915, que reformou a Lei judiciária. Conta com 11 cartórios, sendo 5 do Registro Civil. O total de feitos julgados em 1956 foi 54, assim distribuídos: cível 36 e crime 18.

VULTOS ILUSTRES — *Barão de Cotegipe* — João Maurício Wanderley nasceu em 23-10-1815 e faleceu em 13-2-1889. Diplomado em Olinda, foi estadista como raros terá tido o Brasil. No parlamento ou nos elevados cargos que ocupou, o seu nome marcou época na história administrativa do segundo Império. Foi juiz municipal e juiz de direito em Santo Amaro. Mais tarde, foi chefe de polícia, presidente da província da Bahia e membro da Assembléia Provincial. Ocupou duas vêzes a pasta da Marinha, e, duas vêzes, a da Fazenda. Eleito várias vêzes para o Senado, presidiu a êle de 1882 a 1885. Foi também ministro dos Estrangeiros. *Barão da Vila da Barra* — Francisco Bonifácio de Abreu nasceu em 29-11-1819 e faleceu em 30-6-1887. Médico e poeta, foi deputado geral em várias legislaturas, lente da Faculdade de Medicina da Côrte e médico do Imperador. Tradutor da Divina Comédia. Foi chefe dos Serviços de Saúde na Guerra do Paraguai. *Conselheiro José Mariani* — (1800-1875), formado em Coimbra, Ministro da Suprema Côrte de Justiça. *José Bento da Cunha Figueirêdo* — (1808-1891), formado pela Faculdade de Direito de Pernambuco, Presidente da Província de Pernambuco, Senador do Império, Visconde de Bom Conselho (Pernambuco). *Conego Francisco Marques de Almeida* — (18...-1885), Vigário Colado, Vigário da Vara, Provisor da Comarca Eclesiástica. *Augusto César Torres* — (1840-1941), formado pela Faculdade de Medicina da Bahia, Major-médico na Guerra do Paraguai, clinicou em sua cidade natal, comemorou seu próprio Centenário de Nascimento em Barreiras. *Pedro Mariani Júnior* — .... (1855-19...), formado pela Faculdade de Direito de São Paulo, Juiz, Desembargador do Tribunal de Justiça da Bahia, Chefe de Polícia, Deputado Federal. *Padre José Soares Portela* — (1854-19...), ordenado no Seminário da Bahia, Vigário de Amargosa, Campo Largo e Barra, Deputado Provincial, Professor da Escola Normal da Barra, Regente de Escola Complementar, Inspetor Escolar. *Arlindo Leoni* — Formado pela Faculdade de Direito de Pernambuco, Juiz de Direito, Deputado e Senador Estadual, Deputado Federal. *Francisco Bonifácio Mariani* — (1882-1927), formado pela Faculdade de Medicina da Bahia, Chefe Político local, Intendente, Clínico e Operador, homem de letras. *Francisco Alexandre de Souza* — Formado pela Faculdade de Direito da Bahia, Juiz, Procurador-Geral do Estado. *Tomaz Garcês Paranhos Montenegro Júnior* — Formado em Direito, Juiz, Dezembargador do Tribunal de Justiça da Bahia.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município denominam-se "barrenses". A origem e significado do nome do município atribui-se ao fato de fazer o rio Grande a sua "BARRA", isto é, desembocar no caudaloso rio São Francisco defronte da cidade. O prefeito em exercício é o Sr. Carlos Simões, e o presidente da Câmara, Gustavo Rocha. O primeiro Intendente Municipal foi Bento Gomes de Lima. A primeira Câmara compunha-se dos seguintes membros: capitão Amaro Machado de Miranda, alferes Maximiniano Pereira Soares, capitão Custódio da Silva Guimarães, capitão Salvador Florêncio e José de Miranda Júnior.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística por Aloísio Alencar de Jesus. — Notícia histórica e dados sôbre vultos ilustres pelo Padre Heitor Araújo. — Chefe da Agência Municipal de Estatística: Joaquim Francisco de Souza.)

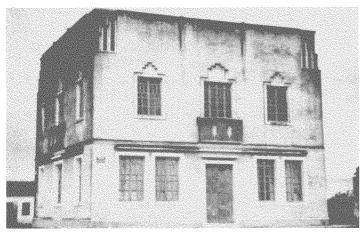
BARRA DA ESTIVA — BA

Mapa Municipal no 8.º Vol.

HISTÓRICO — Nos fins do século XVIII o sertanista Sebastião da Rocha Pinto tomou posse de uma porção de terras, nas margens do rio das Contas, denominando-as Brejo Grande e Fazenda Carneiro, cujos limites abrangiam extensa parte do atual município da Barra da Estiva. Logo após delimitar suas terras, Sebastião da Rocha Pinto faleceu.

Manuel Saldanha da Gama Guedes de Brito, Conde da Ponte, possuidor da imensa sesmaria da Casa da Ponte, reclamou dos herdeiros de Sebastião da Rocha Pinto o direito às terras já delimitadas, forçando-os a lhe comprarem o domínio das citadas fazendas.

Assim acontecendo, surgiram os primeiros habitantes dos lugarejos Geraizinho e Ponte da Pedra, Srs. Francisco Nardes Pires, Fausto Joaquim Caires e outros.

Em 1880, começando a luta pela exploração do solo, denominaram Capão uma faixa de terras que presentemente está localizada no perímetro urbano e suburbano da cidade, onde construíram um cemitério de paus-a-pique, surgindo então as primeiras moradias.

Prefeitura Municipal

A freguesia foi criada pela Resolução provincial número 1 606, de 8 de junho de 1876. Presume-se tenha sido seu primeiro vigário o padre Antônio de Pádua Fôlha.

O Distrito foi criado pela Resolução provincial número 2 443, de 9 de maio de 1884, e o município, com sede na povoação da Fazenda do Gado e a denominação de Jussiape, pelo Ato de 26 de outubro de 1890, tendo sido seu território desmembrado do município de Brejo Grande, que mais tarde passou a denominar-se Ituaçu. O seu funcionamento começou em 20 de maio de 1898.

O Conselho Municipal de Jussiape promulgou uma lei, mudando para o povoado de Barra da Estiva a sede do município, sendo, porém, revogada pela Lei estadual número 351, de 29 de maio de 1900.

A Lei estadual número 726, de 1.º de maio de 1909, criou na povoação da Barra da Estiva um distrito de paz, figurando o município, em 1911, com os distritos de Jussiape, Sincorá e Barra da Estiva.

Por fôrça da Lei estadual número 1 409, de 29 de junho de 1920, a sede municipal foi transferida para o povoado de Barra da Estiva, denominação que se estendeu ao município.

Em virtude da Lei estadual n.º 1 521, de 13 de agôsto de 1921, a sede municipal voltou a localizar-se em Jussiape, retornando para Barra da Estiva em face da de número 1 985, de 15 de junho de 1927, que também elevou a povoação à categoria de cidade.

Na divisão administrativa do Brasil, concernente a 1933, Barra da Estiva constituiu-se do distrito da sede e dos de Jussiape, Jequi e Iracema, assim figurando nas divisões territoriais datadas de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, como também no quadro anexo ao Decreto-lei estadual número 10 724, de 30 de março de 1938.

Verifica-se o mesmo no quadro territorial em vigor no qüinqüênio 1939-1943 fixado pelo Decreto estadual número 11 089, de 30 de novembro de 1938 e também no quadro territorial vigente em 1944-1948, estabelecido pelo Decreto-lei estadual n.º 141, de 31 de dezembro de 1943 e retificado pelo Decreto estadual n.º 12 978, de 1.º de junho de 1944, sendo que, em razão do citado Decreto-lei estadual número 141, o distrito de Iracema passou a chamar-se Iramaía e o nome de Jequi a grafar-se Jiqui.

Por fôrça do Decreto-lei estadual número 628, de 30 de dezembro de 1953, foi alterada a denominação do distrito de Jiqui para Novo Acre, e também criado o distrito de Triunfo do Sincorá, desmembrado de Novo Acre (ex-Jiqui) o qual se inaugurou em 1.º de janeiro de 1955.

Assim, o município possui atualmente cinco distritos: Barra da Estiva, Iramaia, Jussiape, Novo Acre e Triunfo do Sincorá.

LOCALIZAÇÃO — O município pertence à Zona Fisiográfica da Chapada Diamantina, tendo o seu território totalmente incluído no Polígono das Sêcas. Situa-se na parte centro-oeste do Estado e faz parte da bacia hidrográfica do rio das Contas.

Limita com os municípios de Andaraí, Boa Nova, Ituaçu, Maracás, Mucugê e Rio de Contas.

A sede municipal possui as seguintes coordenadas geográficas: 13° 37' 38" de latitude Sul e 41° 19' 37" de longitude W. Gr. Rumo partindo da Capital do Estado — O.S.O., da qual dista em linha reta — 300 quilômetros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 1 031 metros, tomando por referência a chapa cravada na base do marco de Coordenadas Geográficas situado na Praça João Moisés de Oliveira. O Conselho Nacional de Geografia encontrou ainda a altitude máxima de 1 187 metros, a 3 metros da margem direita, 2,1 km além do marco de madeira indicativo da divisa entre os municípios de Ituaçu e Barra da Estiva, 8,8 quilômetros aquém da Praça Dr. João Moisés de Oliveira, e a altitude mínima de 997 metros a 2 metros da margem direita, 60 metros além da passagem pelo leito do rio da Prata, 620 metros aquém da igreja matriz da cidade.

ÁREA — A área do município é de 3 497 km².

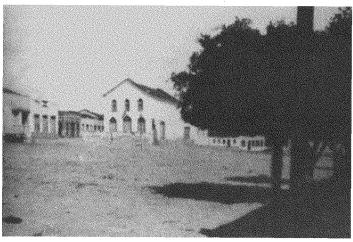
ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O território do município distribui-se em duas bacias: a do rio de Contas e a do Sincorá. Os principais rios são o de Contas, o Sincorá, o

Jequi e o Paraguaçu. O rio Paraguaçu nasce no morro do Ouro, na serra do Cocal, partindo de um simples filête d'água segue para o município de Mucugê e outros municípios num percurso de 580 km até desembocar na Baía de Todos os Santos. É um dos mais importantes rios do Estado, tendo vários fatos históricos se passado em suas águas. Existem as serras do Sincorá, do Cocal, Espigão do Taquari e o morro do Ouro com cêrca de 1 250 metros de altitude. Possui ainda, no distrito de Iramaia, a gruta da Lapinha, com a extensão subterrânea de 2 km, cujo interior é muito interessante. Cachoeiras são: a do rio Jequi no lugar Fundão, distrito de Novo Acre, com altura aproximada de 35 metros e potência de 350 c.v; a do Sincorá, no lugar Trindade, distrito de Triunfo do Sincorá, com altura de 10 metros e potência aproximada de 100 c. v.; e a Grande, no distrito-sede, com a altura de 25 metros e potência aproximada de 40 c.v. Há duas lagoas e nove açudes, um público e oito particulares, com a capacidade total de .... 2 300 000 m^3.

CLIMA — O clima é salubre. A temperatura da sede apresentou em 1956 os seguintes dados: média das máximas — 30°C, média das mínimas — 20°C e média compensada — 25°C. Registram-se chuvas no período de novembro a janeiro.

RIQUEZAS NATURAIS — O solo do município tem como riqueza potencial jazidas minerais de alúmen, cristal de rocha, diamante, ouro e pedra calcária, estando sendo explorados em pequena escala o ouro e o diamante. A vegetação é rasteira, predominando as terras de caatinga. Há ainda no município madeiras para construção (pau-d'Arco, umburana, muçutaipa, louro, peroba, baraúna, quina e pitiar), plantas medicinais (copaíba, ipeca, capeba, jurubeba, batata-de-purga, sabugueiro, catuaba, catinga-de-porco e outros), frutos oleaginosos (mamona e ouricuri) e fibras (carrapicho e malva).

POPULAÇÃO — De acôrdo com o Censo Demográfico de 1950, a população do município era de 23 288 habitantes, sendo 11 019 homens e 12 269 mulheres. Dêsse total foram encontrados 13 481 brancos, 4 403 pretos e 5 384 pardos. Na população de 15 anos e mais existiam 5 487 solteiros, 6 573 casados e 957 viúvos. Como se vê, predominava o sexo feminino e a côr branca.

A densidade demográfica do município era de 6,66 habitantes por km^2. Do total da população, 84,40%, estavam localizados na zona rural.

Praça principal da Vila de Jussiape

Praça Melchiades Caires

A população do município estimada para 1957 é de 24 305 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Conforme o Censo de 1950, o município possuía quatro aglomerações urbanas com as populações seguintes: cidade da Barra da Estiva (710 hab.) e vilas (de Jequi — 395 hab., Iramaia — 1 334 habitantes e Jussiape — 1 193 hab.). Atualmente, o município conta com cinco aglomerações urbanas, por fôrça da criação da vila de Triunfo do Sincorá que tem uma população aproximada de 400 habitantes.

OUTRAS AGLOMERAÇÕES — Conta, além da cidade e vilas, ainda os povoados e populações estimadas seguintes: Cobreiro — 500 hab., Espinho — 350 hab., Lapinha — 200 hab., olhos d'Água do Cruzeiro — 450 hab., Paiol — 300 hab., Passagem de Santana — 150 hab., Pitombeira — 200 hab., Ponto Velho — 150 hab. e Sincorá Velho — 250 habitantes.

ATIVIDADE ECONÔMICA — A população em idade ativa do município (10 anos e mais era em 1950 de 16 137 pessoas, sendo 7 381 homens e 8 756 mulheres. Dessa população, 6 986 (5 654 homens e 1 332 mulheres) dedicavam-se ao ramo "agricultura, pecuária e silvicultura", que é a atividade de maior expressão populacional no município, com o total de 43,29% da população em idade ativa.

Agricultura — A principal atividade econômica do município é a agricultura, que tem no café a sua cultura básica por serem suas terras inteiramente apropriadas à plantação desta rubiácea. A produção agrícola alcançou em 1955 o total de 22 402 milhares de cruzeiros, concorrendo com maior parcela o café, com perto de 17 milhões, seguido do feijão, da mandioca, do algodão, da mamona, do milho, do arroz e da cana-de-açúcar.

Pecuária — Em 1956, existiam no município 1 610 propriedades agropecuárias, cujo valor venal era de 19 263 milhares de cruzeiros. O rebanho existente naquele ano era de 16 000 bovinos, 4 500 eqüinos, 4 200 asininos, 5 000 muares, 6 000 suínos, 4 200 ovinos e 4 000 caprinos.

Indústria — A produção industrial, em 1955, alcançou a cifra de 6 700 milhares de cruzeiros, sendo de mais relêvo a da farinha de mandioca, seguida de massas alimentícias, aguardente, manteiga, requeijão, rapadura e artefatos de couro. A indústria extrativa contribuiu com cêrca de 2 mi-

lhões de cruzeiros provenientes da extração de lenha, madeira para construção, pó de palha de ouricuri, ouro e diamante.

Artesanato — A indústria artesanal merece referência, porquanto existem no município alguns fabricos domésticos como: o de arreios e de outras peças de montaria, o de esteiras de palha, o de cordas, o de chapéus de palha e o de calçados.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade de Barra da Estiva liga-se à Capital Federal (rodovia, 1 419 km ou ferrovia, 1 874 quilômetros), à Capital Estadual (rodovia, 531 km, ou ferrovia, 497 quilômetros), às cidades vizinhas de Andaraí (rodovia, 158 km), Boa Nova (rodovia, 258 quilômetros), Ituaçu (rodovia, 27 quilômetros), Maracás (rodovia, 132 km), Mucugê (rodovia, 108 quilômetros) e Rio de Contas (rodovia, 100 quilômetros).

É o município servido pela Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, cujas linhas têm uma extensão de 67 quilômetros dentro de Barra da Estiva, passando seus comboios pelas vilas de Iramaia e Novo Acre (Jequi) e pela localidade de Lapinha, onde há um ponto de parada feito em 1944. As duas estações das vilas citadas foram inauguradas em 1.º de fevereiro e 22 de novembro de 1921, respectivamente. Existe no município um campo de pouso com pista de 900 x 50 m.

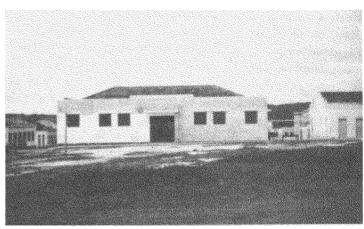
O serviço de comunicação da sede é feito por agência postal-telefônica do D.C.T. Em todo o município existem cinco agências postais, cinco agências telefônicas e três telegráficas, estas da V.F.F.L.B.

Na sede, existia em 1956, o registro de dois automóveis e oito caminhões.

COMÉRCIO E BANCOS — Funcionam na cidade seis estabelecimentos atacadistas e trinta e um varejistas, e, em todo o município, 237 estabelecimentos comerciais que produziram em 1956 o giro comercial de 55 125 milhares de cruzeiros.

O comércio local mantém transações com as praças de Salvador, Vitória da Conquista, Jequié e São Félix. Importa ferragens, tecidos, louças, produtos farmacêuticos, estivas em geral, e outros artigos. Exporta café para Jequié e Salvador. Em 2 000 cruzeiros está fixado o salário-mínimo oficial.

A feira semanal da cidade se realiza aos sábados.

Praça Pedro Rodrigues

Outro aspecto da Praça Melchiades Caires

ASPECTOS URBANOS — A cidade está situada numa encosta suave, em terreno de topografia plana, cortada pelo riacho da Prata, afluente do rio Paraguaçu. Possui dezoito logradouros, sendo um totalmente pavimentado, e quatro, arborizados. Em 1956 existiam 346 prédios. A principal artéria da cidade é a Praça Melquíades Caires. A Agência Postal (D.C.T.) foi inagurada em 20 de maio de 1936.

Funciona na cidade uma pensão com capacidade para trinta hóspedes.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Funciona um pôsto médico correspondente, mantido pelo Govêrno do Estado, na vila de Iramaia, o qual presta assistência à população. O território do município está sob a jurisdição do Setor número 13, com sede em Brumado, do Departamento Nacional de Endemias Rurais, o qual é responsável pela assistência sanitária aos habitantes.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo o Censo de 1950, existia no município o total de 19 672 pessoas de 5 anos e mais, sendo 9 177 homens e 10 495 mulheres. Dessa população sabiam ler e escrever 3 298 pessoas (1 909 homens e .... 1 389 mulheres), ou seja, 16,77% da população de 5 anos e mais.

Na cidade havia 596 pessoas de 5 anos e mais, das quais sabiam ler e escrever 329 sendo 155 homens e 174 mulheres.

ENSINO — Em 1956, funcionaram doze unidades escolares estaduais do ensino primário fundamental comum e 21 municipais, com o total de 1 804 alunos matriculados. Na cidade registraram-se apenas quatro escolas estaduais.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existem duas bibliotecas — a municipal, "Luís Viana", e a "Mário Augusto Teixeira de Freitas", mantidas aquela pela Prefeitura, e esta, pela Agência Municipal de Estatística, respectivamente. Encontram-se no município três associações esportivas e culturais, uma na cidade, outra na vila de Iramaia, e a terceira na vila de Jussiape.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Como atração turística há nas vizinhanças da cidade o morro do Ouro, majestoso e belo, sob o qual existem grutas ainda não exploradas.

CULTOS RELIGIOSOS — O município é sede da paróquia de São Sebastião do Sincorá, cujo orago é o Senhor Bom Jesus. Esta paróquia, uma das mais antigas, está subordinada ao bispado de Caetité. Conta uma igreja, cinco capelas

e sete congregações religiosas, com o total de 260 associados.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — As solenidades ao Senhor Bom Jesus, padroeiro da cidade, em 6 de agôsto, são os principais festejos de caráter religioso. Realizam-se ainda festas religiosas tradicionais nas vilas; a saber: Santo Antônio, em 13 de junho na vila de Iramaia, e Nossa Senhora da Purificação, em 2 de fevereiro, na vila de Jussiape. As festas do Ano-Bom, Reis, São João e Natal são comemoradas com grande brilhantismo. Dos folguedos populares subsistem na cidade "reisado", de 1 a 6 de janeiro, e "presepe", de 25 de dezembro a 6 de janeiro.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — Possuía o município em 1955: 3 997 eleitores dos quais, 1 994 votaram na última eleição. A Câmara Municipal compõe-se atualmente de oito vereadores.

Exerciam atividades no município, em 1956, 41 funcionários públicos, assim distribuídos: 15 federais, 6 estaduais, 19 municipais e 1 autárquico.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro abaixo apresenta o resultado das finanças públicas no período de 1950 a 1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	202	780	514	228	343
1951	247	1 344	797	372	718
1952	283	1 033	776	343	782
1953	239	1 170	1 166	549	654
1954	372	1 525	1 044	465	1 631
1955	286	2 350	1 211	597	865
1956	401	3 222	1 818	736	2 369

JUSTIÇA — Em 3 de junho de 1891, foi publicado o Decreto que criava o têrmo de Barra da Estiva, pertencente à comarca do Brejo Grande (atual Ituaçu). Foi seu primeiro pretor o Dr. Artur Newton de Lemos.

O município continua como têrmo judiciário de 1.ª entrância da comarca de Ituaçu.

Conta 10 cartórios, sendo 5 do Registro Civil. Foram julgados em 1956 onze feitos, sendo dez cíveis e um criminal.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do lugar denominam-se "barrestivenses". O topônimo Barra da Estiva provém de fazer barra, nas proximidades da cidade, o riacho da Prata com o riacho da Estiva.

O atual Prefeito é o Sr. Rodrigo Alves Teixeira Sobrinho, eleito em 3 de outubro de 1954, e o presidente da Câmara, eleito para o período legislativo iniciado em 3 de abril de 1957, é o Sr. Laudelino Marinho Ribeiro.

O primeiro prefeito municipal foi José Joaquim da Silva Júnior, que tomou posse em 20 de maio de 1891.

As primeiras eleições municipais se realizaram no dia 18 de dezembro de 1892. Foram membros da primeira Câmara os Srs.: Francisco Antônio dos Santos, Alfredo José Luís, Antônio de Sousa Guimarães, Antônio Joaquim da Silva, Benedito Francisco Aguiar e Antônio José dos Santos.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística por Luís Gonzaga de Oliveira Brito. — Chefe da Agência Municipal de Estatística — Zofir Oliveira Brasil.)

BARREIRAS — BA

Mapa Municipal no 9.º Vol.

HISTÓRICO — Embora não se conheçam pormenores, é tradição que viajantes do rio Grande, em 1825, tivessem chegado até o pôrto da atual sede municipal, possìvelmente por terem notado os altos barrancos existentes aí, na margem direita do rio.

Êsse primeiro contacto, sem nenhum sentido de colonização, seria limitado exclusivamente ao pôrto, que aliás continuou esquecido, pois é certo não ter havido em decorrência dêle qualquer penetração pelo interior.

As terras do atual município de Barreiras faziam parte da imensa sesmaria de Antônio Guedes de Brito — o conde fundador do Morgado da Casa da Ponte. As que se prestavam para a lavoura e criação foram vendidas no século XVII por descendentes seus a José Alves Martins, Domingos Afonso Serra e outros, ficando devolutas sòmente as chapadas das serras. O segundo dêles, Domingos Afonso Serra, fêz a fazenda Tapera, onde criou gado. Após sua morte, a fazenda foi inventariada e vendida a diversos, quando se presume terem surgido as primeiras moradias.

Sòmente em 1850, em razão do comércio que os primeiros povoadores vindos das margens do São Francisco faziam com os municípios do Norte do Estado de Goiás pelo rio Grande, o lugar, descoberto havia já cinco lustros, e que é o ponto final da navegação daquele rio, veio a ter pequeno impulso.

Por essa ocasião habitava uma casinha junto ao pôrto, em terreno da fazenda Malhada, de propriedade do coronel José Joaquim de Almeida, o barqueiro Plácido Barbosa, tido como o pioneiro do município, que, juntamente com o seu patrão, Francisco José das Chagas, morador a meia légua dali, se ocupava de receber e descarregar as barcas chegadas, cujas mercadorias fazia seguir em tropas de animais para localidades vizinhas do Estado de Goiás ou para as fadas da Ribeira.

Vem a seguir uma fase de progresso, a princípio, e até o ano de 1880, bastante lenta. Nessa época era a povoação um lugarejo com apenas 20 casebres de taipa ou adôbe.

A grande abundância, nas matas locais, da mangabeira, de cuja seiva se faz a borracha, foi fator definitivo de crescimento e de uma nova atividade econômica, pela qual o acanhado povoado pôde progredir mais ràpidamente e obter logo no ano seguinte, 1881, a criação de sua freguesia.

Com mais dez anos de franca prosperidade passou a ser distrito de paz do município de Angical, em virtude de Lei municipal de 20 de fevereiro de 1891. Em seguida ganhou a categoria de vila, a que foi elevado pela Lei estadual n.º 237, de 6 de abril de 1891, que também criou o município respectivo, com território desmembrado do de Angical, abrangendo os distritos de paz e subdelegacia de Barreiras e Várzeas. A vila e o Conselho Municipal começaram a funcionar em 26 de maio de 1891, enquanto o "Forum", em agôsto do mesmo ano. Por êsse tempo era governador do Estado o Dr. José Gonçalves da Silva.

A sede municipal adquiriu foros de cidade pela Lei estadual número 449, de 19 de maio de 1902, investindo-se nessa categoria em 15 de novembro dêsse ano, quando já possuía para mais de 630 casas e 2 500 habitantes.

5 — 24 936

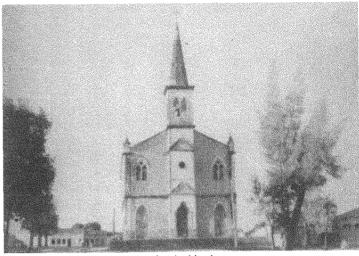
De acôrdo com as divisões administrativas do Brasil referentes a 1911 e 1933, o município de Barreiras compunha-se de quatro distritos: o da sede, o de Santana, o de São Desidério e o de Várzeas.

Nas divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e .. 31-XII-1937, como também no quadro anexo ao Decreto-lei estadual número 10 724, de 30 de março de 1938, o município divide-se nos distritos de Barreiras, Bonfim, Palmares, Rio Branco, Santana, São Desidério, Sítio Grande e Várzeas.

Segundo o quadro territorial em vigor no qüinqüênio 1939-1943, estabelecido pelo Decreto estadual número 11 089, de 30 de novembro de 1938, o município de Barreiras forma-se do distrito-sede e dos de Barrocas (ex-Rio Branco), Boa Sorte (ex-Bonfim), Catão (ex-Santana), São Desidério, Sítio Grande e Várzeas. Dá-se o mesmo no quadro da divisão administrativo-judiciária do Estado, vigente em 1944-1948, fixado pelo Decreto-lei estadual número 141, de 31 de dezembro de 1943, e retificado pelo Decreto estadual número 12 978, de 1.º de junho de 1944, verificando-se, entretanto, que o distrito de Boa Sorte passou a denominar-se Tapiracanga.

Permaneceu com a mesma composição distrital até 1953 quando a Lei estadual 628, de 30 de dezembro, suprimiu o distrito de Barrocas, passando o município a constituir-se dos distritos: Barreiras, Tapiracanga, Catão, São Desidério, Sítio Grande e Várzeas.

LOCALIZAÇÃO — O município está situado no extremo oeste do Estado da Bahia, nos limites com o Estado de Goiás, na zona fisiográfica de Barreiras. Pertence à bacia hidrográfica do São Francisco.

A sede municipal distante em linha reta 678 km, rumo O. N. O., da Capital do Estado, tem a posição indicada pelas seguintes coordenadas geográficas: 12° 08' 48" de latitude Sul e 44° 50' 58" de longitude W. Gr. Faz limites com os municípios de Cotegipe, Angical, Santana e Correntina e com o estado de Goiás.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Igreja Matriz

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 435 metros, sendo de aproximadamente 1 000 metros a da região serrana.

ÁREA — O município de Barreiras mede 29 327 quilômetros quadrados, sendo o de maior extensão territorial do Estado da Bahia, de cuja superfície ocupa 5,21%. Tem área superior à dos estados de Alagoas e Sergipe e à do território de Fernando de Noronha.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O relêvo do município é montanhoso, apresentando extensas serras, em que predominam as grandes alturas, onde são comuns as de 700, 800 e mais metros. A serra das Vertentes, que corre a oeste, nos limites com o Estado de Goiás, e a do Sucesso, dentro do município, são exemplos característicos. É também importante o prolongamento da serra do Boqueirão que penetra o município com os nomes de serras da Água Vermelha, São Desidério, Santana, Canabrava e Ribeira.

O sistema hidrográfico possui numerosos cursos d'água. O rio Grande é o principal. Êle nasce na serra das Vertentes, nos limites com o Estado de Goiás, e atravessa o município de sudoeste para nordeste. É navegável por canoas, barcos e pequenos vapores, da cidade para baixo até uma extensão de 350 quilômetros, ou seja até a sua confluência com o rio São Francisco, na cidade de Barra. Dentre os outros, que são muitos, merecem citação, dos afluentes do rio Grande pela margem esquerda: o rio Branco, que tem suas cabeceiras também em ponto da serra das Vertentes e recebe o rio de Janeiro e outros tributários, entrando no rio Grande, a 4 léguas abaixo da cidade; o rio das Ondas, que nasce na serra das Vertentes, como os anteriores, e, depois de receber os subafluentes Borá e das Pedras, vai igualmente despejar-se no rio Grande, quase em frente à cidade de Barreiras; o rio das Fêmeas, com nascedouro, também, na serra das Vertentes, lança-se no rio Grande acima do Morrão, a 6 léguas da cidade; e o rio Prêto. Os afluentes do rio Grande, pela margem direita, são ribeirões, como o de Pôrto Alegre e o do Arapuá, de menor importância. Entre os rios do município que não são afluentes do Grande, distinguem-se os rios Guará e Angico.

Há algumas cachoeiras: a do Acaba-Vida, a mais importante, com queda de cêrca de 30 metros, cujo potencial continua inaproveitado; a do Sangueiro; a das Pedras e a do Ribeirão, no ribeirão de São Desidério.

CLIMA — Geralmente quente e úmido, sujeito a estios prolongados. Paludoso na beira dos rios Grande e Branco, é, porém, salubre e saudável nos chapadões ou gerais.

RIQUEZAS NATURAIS — A flora é riquíssima em madeiras de lei, possuindo imensas florestas virgens, onde não faltam o cedro, a umburana, o potumuju, o vinhático, o carvalho, o louro, o jacarandá, a sucupira, a peroba, etc., o que valeu ao município, como prêmio, tempos atrás, na Exposição Internacional de Turim, Itália, uma medalha de ouro. Existe também grande variedade de plantas medicinais como a quina, pereira, paratudo, jatobá, angico, pecuìzeiro, ipeca, jaborandi, purga de batata, erva-tostão e muitas outras.

A fauna é ainda variada e numerosa, apesar das caçadas sem regime. A ema já está ficando rara em conseqüência da matança para utilização das penas. Animais como o veado, o caititu, a anta, a jaguatirica, o gato selvagem, a capivara, a onça, o macaco e cobras, são fàcilmente encontrados. A fauna ictiológica é importante pela abundância de peixes.

A mineralogia descobre no subsolo minas de salitre, manganês, pedra-de-cal, ocre ou tabatinga de diversas côres, pedra-ume e outros minérios.

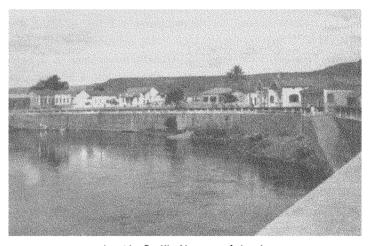
POPULAÇÃO — De acôrdo com o Sexto Recenseamento Geral do País, a população do município, em 1950, era de 35 199 habitantes, compreendendo 16 756 homens e 18 443 mulheres; a cada grupo de 100 homens, portanto, correspondiam 110 mulheres. Quanto à côr, o maior grupo era o de pardos, igual a 23 524. No cômputo da população de 15 anos e mais, os casados tinham a supremacia, em comparação com os solteiros, somando 9 300 o número daqueles. Vivia no quadro rural cêrca de 75,95% da população. A densidade demográfica calculada em relação ao ano de 1950 é de apenas 1,2 habitantes por quilômetro quadrado. A população do município para 1957 foi estimada em 37 347 habitantes, e a da cidade, em 7 310 pessoas.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Em 1950, de acôrdo com o Recenseamento Geral, existiam 7 aglomerações urbanas: cidade de Barreiras (5 802 hab.), vilas de Barrocas (136 hab.), Catão (299 hab.), São Desidério (896 hab.), Sítio Grande (526 hab.) Tapiracanga (524 hab.) e Várzeas (283 hab.). A vila de Barrocas foi extinta em 1953.

OUTRAS AGLOMERAÇÕES — Além da cidade e vilas citadas no item anterior, existem os seguintes principais povoados: Bezerro (235 hab.), Barracão (328 hab.), Boqueirão do Justino (224 hab.), Mucambo (341 hab.), Arraial da Penha (227 hab.), Riacho d'Areia (384 hab.), Boa Esperança (341 hab.), Capivara (280 hab.), Lagoa Clara .. (240 hab.), Tábua (280 hab.), Mozondó (230 hab.), Canabravão (280 hab.), João Rodrigues (270 hab.), Forquilha (400 hab.), Roçado Velho (210 hab.) e Palmeiral (200 habitantes). Outros povoados existem com menor população.

ATIVIDADE ECONÔMICA — De acôrdo com os resultados do Censo de 1950, 30,86% da população em idade ativa (10 anos e mais) dedicavam-se ao ramo "agricultura, pecuária e silvicultura". Atualmente, a atividade econômica mais relevante é a indústria, principalmente, as indústrias têxteis, a do charque e a de couros. Os principais estabelecimentos industriais são a fábrica de tecidos de algodão de Baylon & Filhos, a de algodão beneficiado de Mariano Gonçalves & Cia., a Emprêsa Agro-Pastoril Antônio Balbino. Ltda. e a de solas curtidas de Baylon & Filhos. O montante da produção industrial de 1955, foi igual a 12 704 milhares de cruzeiros, inclusive a pequena contribuição da indústria extrativa, do valor de apenas 190 milhares de cruzeiros. A produção agrícola, naquele ano, foi de 5 000 milhares de cruzeiros, cifra para a qual concorreram como principais fatôres o algodão e o milho. A pecuária, também, constitui importante atividade econômica. Seus maiores rebanhos são o de bovinos (com 40 000 cabeças), o de eqüinos (com 25 000) e o de asininos (com 15 000). Além dêstes, existem, menos numerosos, os de muares, suínos, ovinos e caprinos.

A Inspetoria Regional de Fomento Agrícola do Ministério da Agricultura mantém um pôsto do fomento agropecuário.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A sede municipal liga-se à Capital Federal, à Capital do Estado e às cidades vizinhas pelos seguintes meios de transporte: à Capital Federal por via aérea (1 220 km); à Capital do Estado por via aérea (765 km), e via mista .. (790 quilômetros, fluvial e 578 quilômetros, ferroviária); às cidades vizinhas de Angical, rodoviária (42 km); de Correntina, via vicinal (240 km) e de Cotegipe, via mista (87 quilômetros, rodoviária e 39 quilômetros, vicinal). Liga-se, também, por via rodoviária, às cidades goianas de

Avenida Getúlio Vargas, a beira-rio

Arraias (360 km), São Domingos (270 quilômetros) e Taguatinga (240 km). O município é servido pelas emprêsas de aviação "Nacional Transportes Aéreos", "Consórcio Real-Aerovias" e "Panair do Brasil", e pelas de navegação "Viação Indústria de Pirapora" e "Viação Baiana de São Francisco". Na cidade estão localizados o pôrto fluvial sôbre o rio Grande e um aeroporto internacional com 8 pistas de 2 000 m x 150 m.

COMÉRCIO E BANCOS — A sede municipal dispõe de 3 estabelecimentos do tipo por atacado, e 116, a varejo, que tiveram giro comercial, em 1956, igual a 61 100 milhares de cruzeiros. O intercâmbio comercial ocorre principalmente com as praças de Salvador, Juàzeiro, Belo Horizonte, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo. São importados tecidos, calçados, artigos de armarinho e perfumarias, remédios e drogas, além de gêneros alimentícios e demais artigos do comércio varejista. Há exportação de sacos, fios e tecidos de algodão, charque, óleos de côco e de mamona, cal de pedra, couros e peles inclusive de animais silvestres. O salário-mínimo fixado para a Região, na qual está compreendido o município, é de 2 200 cruzeiros.

Praça Duque de Caxias

Além disso, existem na cidade de Barreiras a Agência do Banco do Brasil, que vem operando desde 15 de março de 1943, e a do Instituto de Fomento Econômico da Bahia, inaugurada a 3 de janeiro de 1957.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Barreiras encontra-se à margem direita do rio Grande, em frente à confluência do rio das Ondas.

A cidade possui 50 logradouros e 1 200 prédios. Dos primeiros, 3 são pavimentados e 10, arborizados ou ajardinados. O serviço de água canalizada estende-se a 3 logradouros e 20 casas, e o de iluminação elétrica, a 50 logradouros e 622 prédios. As principais artérias são a Praça do Dr. José Marcelino e a do Coronel Antônio Balbino. Existem também, na cidade, 2 cinemas, 4 hotéis e pensões e a Agência dos Correios e Telégrafos.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Para a assistência médica geral e de profilaxia, a população recorre ao Pôsto de Higiene do Estado e ao Departamento Nacional de Endemias Rurais que, através da equipe Setor número 11, com sede em Juàzeiro, presta assistência sanitária ao município. Há um hospital geral recém-construído, com 50 leitos; mas ainda não está funcionando. Prestam serviços profissionais 3 médicos, 4 dentistas, 3 farmacêuticos e 1 atendente de enfermagem. Existem 4 farmácias na cidade.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Três entidades desenvolvem atividades assistenciais de classe. São elas a Cooperativa de Consumo Sertanejo Ltda., a Associação de Proteção às Crianças Pobres e a Sociedade Mutuária Amparo da Família.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com o Sexto Recenseamento Geral do Brasil realizado em 1950, a população de 5 anos e mais era, àquela época, de 29 823 habitantes. Sabiam ler e escrever 4 797 pessoas, ou seja, 16,08% da referida população.

ENSINO — O ensino primário fundamental comum, em 1956, era ministrado em 62 estabelecimentos com matrícula efetiva igual a 2 917 alunos. O Estado mantinha 15 escolas, o município, 25, e particulares, 22. O principal estabelecimento de ensino primário é o Grupo Escolar Doutor Costa Borges. O ensino médio, à mesma época, era ministrado no Ginásio Padre Vieira, que mantinha os cursos ginasial e pedagógico, com matrículas de 201 e 35 alunos, respectivamente.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Há na cidade de Barreiras a biblioteca municipal "Mário Barbosa", de pequeno acervo, e a sociedade recreativa "O Dragão Social de Barreiras".

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — *Cachoeira do Acaba-Vida* — A cachoeira do Acaba-Vida é uma queda de 30 metros formada pelo rio de Janeiro, com grande potência disponível, todavia ainda não aproveitada. Dista da sede municipal cêrca de 80 quilômetros.

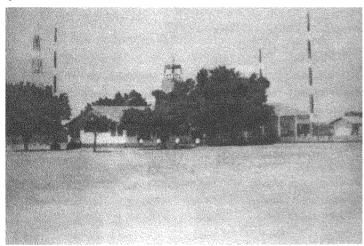
CULTOS RELIGIOSOS — O culto católico é o da grande maioria da população. Sua organização compreende a paróquia de São João Batista, na cidade, que subordina 2 igrejas, uma delas, a matriz, de igual denominação e orago, 34 capelas e 4 congregações e associações religiosas; 1 sacerdote atende aos atos litúrgicos e demais misteres religiosos. Está subordinada à diocese de Barra.

Do culto protestante existem 1 templo e 1 salão, a cargo de 2 ministros e 1 diácono.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — As manifestações religiosas são principalmente católicas. Entre elas, a festa do Padroeiro tem maior preeminência. Realiza-se a 24 de junho, consagrada a São João Batista, e é precedida de novena. Outros festejos religiosos tradicionais, que vêm do século passado são a novena do Bom Jesus, o mês Mariano, a festa do Divino e as novenas dedicadas a Santo Antônio, São João e São Pedro, também rezadas em residências particulares. No interior do município, os fiéis glorificam Nossa Senhora Sant'Ana e Nossa Senhora da Penha, em Catão, Nossa Senhora Aparecida, em São Desidério, Santo Antônio, em Várzeas, Senhor do Bonfim e São Miguel, em Tapiracanga. As procissões mais importantes são a da Virgem Santíssima, em maio, e a do Senhor Morto, na sexta-feira da Paixão.

Prática ritual da região são as trocas de santos entre duas localidades, em anos de estio prolongado. Na fase crítica da sêca, forma-se um cortejo de mulheres, que, em voz alta, vão rezando preces por chuvas, enquanto levam o santo padroeiro para a igreja da outra localidade, de onde tornam com o santo principal, observando os mesmos ri-

tos. A troca só é desfeita quando a graça é alcançada. Atrás da pequena procissão segue uma orquestra de tambores, gaitas e vários instrumentos.

O "mutirão" é a manifestação folclórica que cabe citar. Ocorre por ocasião de derrubadas de matas, limpas de roças, edificação de uma casa na zona rural. É uma espécie de brincadeira útil, que bem caracteriza o companheirismo do rurícola. A pedido de um dêles, reúnem-se os da redondeza para dar sua colaboração gratuita, ou melhor, em troca de farta comida e muita bebida. À noite o "mutirão" continua em animadíssima festa ao som de viola, sanfona, violão, etc. Também se chama a isso "adjutório" e "junta", além de possuir muitos outros nomes.

Vista do aeroporto local

As principais efemérides locais são: 19 de maio — "Dia da Cidade" e 24 de junho — Dia do Padroeiro.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O município possuía em 3-X-1954, 5 953 eleitores inscritos, dos quais 3 407 votaram nas eleições gerais realizadas naquela data. A representação política na Câmara Municipal é de 12 vereadores. O corpo de funcionários civis consta de 10 federais, 9 estaduais, 40 municipais e 1 autárquico.

O município é sede da 8.ª Circunscrição da 4.ª Região Fiscal do Interior da Secretaria da Fazenda.

FINANÇAS PÚBLICAS — A arrecadação da receita federal, estadual e municipal, bem como a despesa do município, apresentaram os seguintes dados para o período ... 1950-1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	431	829	1 437	469	1 481
1951	392	1 379	1 082	469	1 154
1952	754	1 283	1 212	651	1 182
1953	828	1 107	1 953	647	1 798
1954	1 040	1 396	2 818	653	2 688
1955	1 318	2 995	1 998	757	1 845
1955	1 214	3 159	2 056	997	1 942

JUSTIÇA — O município de Barreiras, conforme Ato estadual de 3 de agôsto de 1892, foi inicialmente têrmo judiciário da comarca do Rio Grande, com sede em Santa Rita (atual Ibipetuba). Nesta condição permaneceu até 6 de setembro de 1898, quando a Lei estadual número 280, dessa data, criou a comarca do município com a denominação de Ribeira (primitivo topônimo do atual município de Barreiras), formada pelo têrmo-sede e pelos de Angical e Campo Largo. Sua instalação ocorreu em 1.º de novembro daquele mesmo ano.

Tendo o Decreto estadual número 264, de 4 de outubro de 1904, extinguido o têrmo de Angical, anexando o seu território ao de Barreiras, e em virtude do Decreto estadual número 266, também daquela data, que reviu a divisão judiciária do Estado, a comarca da Ribeira ficou sendo constituída pelos têrmos de Barreiras e Campo Largo. Posteriormente reintegrado o têrmo de Angical, a comarca que pela Lei estadual n.º 1 119, de 21 de agôsto de 1915, passou a denominar-se Barreiras, voltou a ser composta pelos seus primitivos têrmos de Barreiras, Angical e Campo Largo.

Em virtude do Decreto-lei estadual número 519, de 19 de junho de 1945, o têrmo de Cotegipe (Campo Largo) foi desanexado da comarca de Barreiras, passando a constituir a nova comarca de Cotegipe, criada pelo mesmo Decreto-lei estadual.

De acôrdo com o Decreto-lei estadual número 175, de 2 de julho de 1949, também o têrmo de Angical foi desanexado da comarca de Barreiras, passando a constituir a nova comarca de Angical, criada pelo mesmo Decreto-lei estadual, mas até agora ainda não instalada.

Atualmente o município de Barreiras é comarca de 1.ª entrância integrada ùnicamente do seu têrmo-sede, todavia com jurisdição sôbre a comarca ainda não instalada de Angical. Compreende 10 cartórios, sendo 6 do Registro Civil.

VULTOS ILUSTRES — Dr. Antônio Balbino de Carvalho Filho, atual Governador do Estado; Dr. Tarcilo Vieira de Melo, líder da maioria na Câmara Federal; Dr. Geraldo Rocha, Jornalista; e Dr. Francisco Rocha, ex-Deputado Federal.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município são chamados "barreirenses". O topônimo de Barreiras adveio dos grandes barrancos da margem direita do rio Grande, no ponto de acesso ao lugar das primeiras penetrações. Houve um nome primitivo: Ribeira.

É Prefeito do município o Senhor Sabino Piauí Dourado, e presidente da Câmara Municipal o Sr. Gérson de Freitas Lima. O primeiro intendente do Município foi o Sr. Martiniano Ferreira Caparrosa, no período de 1891-1893, e a primeira Câmara, eleita em maio de 1892, tinha por presidente o Sr. Apolinário José de Sousa. Antes do Conselho eleito havia o Conselho Provisório, do qual foi Presidente o Sr. José Brás de Souza.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística Municipal na Bahia por Myron Pereira. — Chefe da Agência Municipal de Estatística: José Mariano de Souza.)

BELMONTE — BA

Mapa Municipal na pág. 87 do 6.º Vol.

HISTÓRICO — Perto da foz do Rio Grande, atual Jequitinhonha, no comêço do século XVIII estavam localizadas aldeias dos índios Botocudos, originados das tribos Manham e Camacam, que ali se fixaram. Os botocudos assim eram denominados por usarem, transpassando o lábio inferior e as orelhas, "batoques" de madeira como adôrno, segundo uns ou como distintivo de sua nação ou raça, segundo outros. Apesar de sumamente ferozes, iniciou-se o povoamento da região pelos colonos provenientes de Portugal e de outras partes do país, sob a direção do padre jesuíta Joseph de Araújo Ferraz, presbítero do hábito de São Pedro, que catequizou os Botocudos e estabeleceu a convivência pacífica dos mesmos com os habitantes civilizados.

Ali fundou o citado padre uma capela sob a invocação de Nossa Senhora da Madre Deus, entre 1708 e 1712, tomando o arraial o nome de São Pedro do Rio Grande. O P.e Ferraz ainda vivia no ano de 1764.

Em 1718, foi criada a freguesia de Nossa Senhora do Carmo pelo Alvará Régio de 11 de abril, sendo seu primeiro vigário o P.e Ferraz.

Foi o povoado elevado à categoria de Vila e criado o município em 1764, com a denominação de Vila de Nossa Senhora do Carmo do Belo Monte, ocorrendo sua instalação a 23 de junho de 1765, pelo Ouvidor de Pôrto Seguro Desembargador da Relação do Pôrto, Tomé Couceiro de Abreu.

Belmonte pertenceu à Capitania de Pôrto Seguro, cujo primeiro donatário foi Pedro de Campos Tourinho. No fim do século XVIII contava 25 casas sendo governado pelo capitão Inácio de Castro.

Quanto à origem do topônimo Belmonte, supõem historiadores haja sido sugerido pelo nome da localidade portuguêsa de igual denominação, em face de instruções do govêrno do Reino dirigidas ao Ouvidor Tomé Couceiro de Abreu e redigidas nos têrmos seguintes: "Ordena também S. Magestade que assim naquelas povoações chamadas Aldeyas que estão já domesticadas, como as que de novo se estabelecerem índios descidos; logo que êstes se desceram no competente número, se vão estabelecendo novas Vilas e se vão abolindo nellas os barbaros e antigos nomes que tiverem; e se lhes vão impondo outros novos de cidades ou vilas deste Reyno".

Todavia, o nome Belmonte não preponderou inicialmente aos nomes dos acidentes primitivos, tendo a localidade possuído os nomes seguintes: vila do Rio Grande de Belmonte, vila de São Pedro de Belmonte e vila do rio Jequitinhonha de Belmonte.

A Vila foi elevada à categoria de Cidade pelo ato número 386, de 23 de maio de 1891 e inaugurou-se na sessão do dia 27 do mesmo mês e ano.

Nas divisões administrativas do Brasil referentes a 1911 e 1933 o município se compunha de dois distritos: Belmonte e Cachoeirinha.

Nas divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e .. 31-XII-1937, como também no quadro anexo do Decreto-lei estadual número 10 724, de 30 de março de 1938, o município divide-se em quatro distritos: Belmonte, Bôca do Córrego, Pedra Branca e Mogiquiçaba. Dá-se o mesmo no quadro territorial em vigor no qüinqüênio 1939-1943, estabelecido pelo Decreto-lei estadual número 11 089, de 30 de novembro de 1938, notando-se, entretanto, que o distrito de Pedra Branca passou a denominar-se Itamarati.

De acôrdo com o quadro da divisão judiciário-administrativa do Estado, em vigência no qüinqüênio 1944-1948, fixado pelo Decreto-lei estadual número 141, de 31 de dezembro de 1943, e modificado pelo Decreto estadual número 12 978, de 1.º de junho de 1944, o município de Belmonte permanece constituído dos mesmos 4 distritos que o formam no quadro vigente no qüinqüênio precedente, verificando-se, todavia, que o distrito de Itamarati mudou novamente de nome, passando a denominar-se Itapebi.

Conservou idêntica composição no quadro estabelecido pela Lei número 628, de 30 de dezembro de 1953, para vigorar no qüinqüênio 1954-1958.

LOCALIZAÇÃO — O município de Belmonte está localizado *na Zona Cacaueira da Bahia*, na parte sul do litoral e limita-se com os municípios de Canavieiras, Santa Cruz Cabrália, Macarani e Potiraguá e Estado de Minas Gerais. O território do município pertence à bacia do rio Jequitinhonha. A sede municipal possui as coordenadas geográficas seguintes: 15° 51' 21" de latitude Sul e 38° 52' 51" de longitude W Gr. Dista da Capital estadual, em linha reta, 345 quilômetros, no rumo S. S. O.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de quatro metros.

ÁREA — A área do município é de 3 290 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O aspecto topográfico do território municipal é, geralmente, acidentado; há inúmeros serrotes, morros, colinas, é recortado de vales. O solo é constituído de rochas do período arqueano, de formação grani-

Vista aérea da cidade

tóide cristalino, de colorido multicor — do cinzento escuro ao avermelhado. A Cidade, todavia, situa-se em imensa planície, sem nenhuma elevação, contrastando, pois, com seu próprio nome Belmonte.

O acidente geográfico mais notável é o rio Jequitinhonha, denominado primitivamente Paticha, pelos indígenas, e Rio Grande, pelos descobridores portuguêses. Teodoro Sampaio, em em seu livro "O Tupi na Geografia Nacional", acha que a palavra venha do linguajar dos índios botocudos, derivado de "jequié-tinhong", que quer dizer "rugido da onça" ou, então, de "jihytynhonnhe", cuja tradução seria: "cofo na água amarrado ou assentado". Nascendo no estado de Minas Gerais, na serra Pedra Redonda, corta o estado da Bahia na extensão de 198 quilômetros, em território do município de Belmonte, e desemboca em frente à Cidade. São seus afluentes em terra do município os pequenos rios seguintes: Palmeira, Jaqueira, Lapinha, São José de Cima, Cariri, Taquares, Jacarandá, Limoeiro, Timiqui, Uba, Riacho Grande, Conceição, Riacho do Freire, Boquete e vários córregos. Em seu curso, forma o Jequitinhonha em território municipal a cachoeira do Salto Grande. Além desta, há as cachoeiras Palmeira e Barracão. As três quedas formam o potencial total de 267 949 c.v.

Há várias ilhas, como sejam: Maraú, Taquara, Andorinhas, Chaves, Maia, Pombas, Coelhos, Grande, Coroa do Capim, Bacorinha, Coroa de Palha, São Francisco, Ubu, do Diogo, Monte Alegre, Coroa Grande, Joaquim Gordo, França, Albino, Vacas, Pêso e outras.

CLIMA — O clima do município é o característico do litoral sul do Estado da Bahia: quente no verão e frio e úmido no inverno.

Não há pôsto meteorológico no município; estima-se, entretanto, que a temperatura, em 1956, tenha sido, na sede municipal, de: máxima — 32°C, mínima 15°C e média — 25°C. As chuvas são muito abundantes, sendo a precipitação máxima em 24 horas de 85 mm.

RIQUEZAS NATURAIS — Existem no município jazidas de ouro, caulim, ametista, mica, pedra calcária e tabatinga, sendo que apenas a de ouro está sendo explorada. O município é rico também em potencial hidráulico, ainda inexplorado, e em suas matas são encontradas variadas espécies de madeira de lei, tais como jacarandá, peroba, cedro, vinhático, etc. Sua maior fonte de riqueza natural é constituída pela grande quantidade e rica variedade de peixes existentes nos seus rios e mares.

POPULAÇÃO — Segundo o Recenseamento de 1950 a população do município era de 33 115 habitantes, sendo 17 653 do sexo masculino e 15 462 do feminino. Os pardos predominavam por grande margem, com 20 774, seguidos dos brancos com 6 334 pessoas. Quanto ao estado civil, predominavam os solteiros com 10 019 pessoas, seguidos dos casados com 8 051. A população do Município, estimada para 1957 é de 37 370. A percentagem da população rural era de 77,672% em 1950.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Existem no município, quatro aglomerações urbanas cuja população em 1950 eram as seguintes: cidade de Belmonte — 5 204; e vilas Itapebi — 1 643; Bôca do Córrego — 295 e Mogiquiçaba — 252.

OUTRAS AGLOMERAÇÕES — Além da Cidade e das Vilas, o Município conta ainda com os povoados seguintes: Itagi — 800 habitantes; Cachoeirinha — 450; Itasul — 434; Santa Maria — 308; União Baiana — 200; Barracão — 140; Engenho de Areia — 130 e Cêpa — 90.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — De acôrdo com os resultados do Censo de 1950, 35,73% da população do município em idade ativa (10 anos e mais) se dedicavam ao ramo "agricultura, pecuária e silvicultura", com um total de 8 206 pessoas, sendo 8 057 homens e 149 mulheres.

Agricultura — A atividade fundamental à economia do município é a cultura do cacau. O valor da produção agrícola do município, em 1955 atingiu a importância de 189 000 milhares de cruzeiros, contribuindo com maior parcela o cacau, com 177 000 milhares de cruzeiros, seguindo-se côco-da-baía, manga, banana, laranja e outros produtos.

Em 1954 existiam no município 3 047 propriedades rurais, no valor venal de 115 000 milhares de cruzeiros.

Indústria — O valor da produção industrial, em 1955, alcançou a importância de 12 000 milhares de cruzeiros, dando maior contribuição o fabrico de pão, com 2 000 milhares de cruzeiros, seguindo-se manteiga, aguardente e farinha de mandioca. A indústria extrativa de maior significação é a piaçaba, cujo valor de produção em 1956, atingiu a importância de 5 000 milhares de cruzeiros, seguindo-se a extração de madeira, de ouro, de lenha e pescado.

Pecuária — O rebanho do município, segundo estimativa, tinha a composição seguinte em 1956: Bovinos — 70 273; eqüinos — 7 500; asininos — 1 500, muares — 7 800; suínos — 38 000; ovinos — 4 600 e caprinos — 2 500.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se o Município à Capital Federal, à Capital do Estado e às cidades vizinhas pelos seguintes meios de transporte: à Capital Federal, aérea — 926 quilômetros; a Salvador, aérea 343 quilômetros e marítima — 172 mi; a Canavieira, aérea e marítima — 30 quilômetros; a Macarani, vicinal — 276 quilômetros; a Pôrto Seguro, aérea — 90 quilômetros, marítima — 81 quilômetros e vicinal — 90 quilômetros; a Santa Cruz Cabrália, marítima — 65 quilômetros e vicinal 72 quilômetros. Liga-se também por via aérea (110 km) à cidade de Salto da Divisa (MG).

É servida pelas seguintes emprêsas de navegação aérea: "Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul", "Real Aerovias Bra-

sil" e Varig. A Cidade possui um bom aeroporto, com pista asfaltada medindo 900 metros; dispõe de balizamento noturno, estação de radio e radiofarol, assim como boa estação para passageiros.

No interior do município existem, ainda, 7 campos de pouso utilizados por pequenos aviões, para o transporte de passageiros. O serviço de táxis aéreos constitui o principal meio de transporte para o interior do município e municípios vizinhos. Possui o município três portos. É servido também pelos vapôres da Navegação Baiana e por barcos particulares. A Cidade dispõe de uma agência postal telegráfica do D.C.T. e três estações radiotelegráficas.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio de Belmonte mantém transação com as praças de Canavieiras, Itabuna, Ilhéus, Salvador e Rio. Seus produtos agrícolas exportáveis, sobretudo o cacau, são escoados através do pôrto de Ilhéus. O giro comercial em 1956 alcançou a cifra de 204 550 milhares de cruzeiros. Existiam no município, no citado ano, três estabelecimentos comerciais atacadistas e 207 varejistas. Funcionam na cidade três agências bancárias e a do Instituto do Fomento Econômico da Bahia, inaugurada em 31 de março de 1953, a do Banco Econômico da Bahia S/A, instalada em 17 de novembro de 1949 e a do Banco da Bahia S/A, fundada em 9 de julho de 1956, e quatro correspondentes de bancos. O salário-mínimo oficial estabelecido para a região onde se situa o município, é de .... Cr$ 2 400,00.

ASPECTOS URBANOS — A Cidade está localizada em uma extrema e aprazível planície entre o rio Jequitinhonha e o Oceano Atlântico. Apresenta um belo aspecto urbanístico, com longas e extremas ruas e avenidas em traçado moderno. É dotada de iluminação elétrica e serviço de esgôto. Possui a Cidade 45 logradouros, dos quais nove totalmente pavimentados e cinco arborizados ou ajardinados. A rêde de iluminação elétrica se estende a 41 logradouros. O número de prédios existentes em 1956 era de 1930, dos quais 428 estavam servidos de luz elétrica. Funcionam na Cidade um hotel — Hotel Lisbôa — e três pensões, um cinema, duas tipografias, uma livraria, cinco associações desportivas (futebol), uma associação atlética, um clube lítero recreativo e duas filarmônicas — a Quinze de Setembro e a Lira Popular. O consumo de energia elétrica na sede municipal em 1955 foi de 157 000 kWh.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária é prestada pelo Hospital do Perpétuo Socorro, Maternidade Nossa Senhora do Carmo, Pôsto de Higiene Estadual, Pôsto de Puericultura Juraci Magalhães e Clínica Médica do IAPETC. Existem 80 leitos disponíveis para internamento de doentes. O município integra o Setor número 10 do Departamento Nacional de Endemias Rurais. Exercem suas atividades profissionais no município 4 médicos, 4 dentistas, 3 farmacêuticos e duas parteiras.

ASSISTÊNCIA SOCIAL — A Santa Casa de Misericórdia e a Confraria São Vicente de Paula prestam assistência aos pobres. Existe a sociedade União Auxiliadora dos Artistas de Belmonte, de beneficência mutuária. Há 4 sindicatos de empregados congregando cêrca de 450 associados.

ALFABETIZAÇÃO — A população de 5 anos e mais no Censo de 1950, era de 28 001 pessoas, das quais sabiam ler e escrever 8 558, sendo 4 984 homens e 3 574 mulheres, ou sejam 31% daquele total.

ENSINO — Em 1956 existiam 29 unidades do ensino primário fundamental comum, sendo 6 estaduais, 21 municipais e 2 particulares. A matrícula efetiva atingiu 1 433 alunos. O grupo escolar Dr. José T. de Freitas é o mais importante estabelecimento do ensino primário.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existem na Cidade três bibliotecas, uma pertencente à Prefeitura Municipal, outra de caráter estudantil e a terceira de propriedade da agência de Estatística "J. Carneiro Felipe". Nenhuma dessas bibliotecas possui mais de 1 000 volumes. A única gazeta existente é o semanário "Boletim Oficial de Belmonte", da Prefeitura Municipal. Já circularam, todavia, os jornais ou revistas seguintes, pela ordem cronológica: Correio do Sul; O Progresso; O Leque; A Lido; O Sul; O Democrata; A Praça; O Clarim; A Evolução; A Alvorada; A Pimenta; A Malagueta; Arauto; A Mira; o Raio; O Espião; A Tesoura; O Lábaro; O Correio do Povo e o Liberal.

CULTOS RELIGIOSOS — A Freguesia foi criada por Alvará, datado de 11 de abril de 1718, do então Arcebispo Primaz Dom Sebastião Monteiro da Vide, sendo consagrada a Nossa Senhora do Carmo. O seu primeiro Vigário foi o Jesuíta Padre José de Araújo Ferraz. A Paróquia está subordinada ao Bispado de Ilhéus. Além da igreja matriz, existem ainda treze Capelas públicas e seis semipúblicas e há um Seminário na Paróquia. Subordinada à Paróquia, funciona a Confraria São Vicente de Paula. O Culto Protestante mantém na Cidade, dois templos: "Templo Evangélico Assembléia de Deus" e "Templo Batista".

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Das festas religiosas as mais importantes celebradas no Município são a da Padroeira, São João, Natal e Semana Santa e demais de liturgia católica. Dos festejos populares, o de maior repercussão é o carnaval que se realiza nos clubes e nas ruas e se caracteriza por bailes e batucadas.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — Em 1954, o município de Belmonte contava com 5 381 eleitores inscritos, tendo comparecido e votado no pleito que se realizou naquele ano 3 973 eleitores. O número de Vereadores

Avenida Marechal Deodoro

em exercício é de doze. O município é sede da 37.ª Circunscrição pertencente à 13.ª Região Fiscal do Interior.

A primeira Câmara deliberativa elegeu-se em 1876, sendo seu presidente o major Fernando da Cunha Melo que, segundo praxe do Império, desempenhava as funções executivas na Vila. Os demais membros eram: Ramiro Fernandes dos Santos, tenente Severino Tiburtino Portela, Manoel Inácio da Conceição, Antônio Joaquim da Silva Bittencourt, Antônio Joaquim da Encarnação e Trajano Rosa de Melo. O último presidente da câmara deliberativa do Império que administrou Belmonte foi o capitão José Antônio da Silva, presidente da câmara que funcionou até 31 de abril de 1890. Com o advento da República, o novo Conselho Municipal elegeu-se a 15 de abril de 1890, sendo escolhidos os cidadãos: bacharel Francisco Ferreira Pinto Lobão (Intendente), Manoel Maria de Andrade (vice-Intendente), Elpídio Paschoal Amâncio da Silva Cameleyir, Eugênio de Santana Amorim. Lícinio Guerreiro da Silva, Antônio Maria de Melo e Manuel Mendes.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro abaixo indica as cifras que no setênio 1950-1956, foram arrecadadas, no município, pela União e pelo Estado, bem como as que, no mesmo período, foram despendidas pela própria Comuna:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	570	3 397	2 220	1 508	2 149
1951	537	4 418	2 323	1 825	2 211
1952	1 292	3 101	2 307	1 808	2 149
1953	2 944	5 222	2 084	1 418	2 244
1954	4 968	8 352	3 300	2 610	3 325
1955	8 008	13 268	6 231	4 370	6 212
1956	2 796	12 335	6 762	4 830	7 430

JUSTIÇA — Por ato de três de agôsto de 1892, o município de Belmonte aparece como têrmo da Comarca de Canavieiras.

A comarca, com a denominação de Belmonte, foi criada pela Lei estadual número 280, de 6 de setembro de 1898, desmembrada da de Canavieiras. Foi extinta pela Lei estadual número 597, de 25 de julho de 1905, e anexada novamente à de Canavieiras; todavia, pelo Decreto-lei número 141, de 31 de dezembro de 1943, a Comarca de Belmonte foi restaurada. Atualmente é Comarca de terceira entrância, constituída pelo têrmo de Belmonte. Os serviços de Justiça do têrmo de Santa Cruz Cabrália e da Comarca de Pôrto Seguro, ambos criados mas ainda não instalados, estão provisòriamente sob a jurisdição da Comarca de Belmonte. O número de feitos julgados em 1955 foi o seguinte: no Cível 7; no Crime 2; outros feitos 45.

VULTOS ILUSTRES — *Salvador Conceição* — exerceu a diplomacia, tendo servido no Itamarati, no exterior. *Eduardo Santos Maia,* nascido na Cidade, Bacharel em direito, magistrado em São Paulo, escreveu e publicou vários livros dentre os quais: "Primeiros Contos", "Marés Mortas", (versos); Florilégios (versos); "Contos da Minha Terra"; Estudos Crímino-Psicológicos"; "Estudos de Sociologia Criminal". *Donatello Gaerrieri,* poeta, nascido em Belmonte a 17 de novembro de 1888. Escreveu romances, dramas etc. Diplomou-se pela Escola Comercial da Bahia, porém não exerceu a profissão.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — As pessoas nascidas em Belmonte denominam-se "belmontenses". O nome do município deriva-se de primitivo equívoco cometido: crendo que a Cidade estava situada no eixo de algum monte, que supunha belo, acharam por bem criar o brasileirismo "Bel-monte", derivativo de belo monte.

O Prefeito Municipal em exercício é o Senhor Adelino Ribeiro da Costa. O Presidente da Câmara é o Senhor Hamilton Inácio de Castro.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística por Teófilo Santa Cruz Santos Silva.)

BOA NOVA — BA

Mapa Municipal no 7.º Vol.

HISTÓRICO — Os primeiros desbravadores da região, no período de 1744 a 1790, foram os bandeirantes André da Rocha Pinto, João da Silva Guimarães e seu genro, capitão-mor João Gonçalves da Costa.

Explorando o curso do rio das Contas, internaram-se por suas terras marginais, desbaratando as tribos indígenas dos mongóis e imborés e fixando-se, finalmente, em Conquista, a 18 léguas do local onde está situada hoje a cidade de Poções.

Já por essa época, em Poções, a 5 léguas da atual cidade de Boa Nova, o Capitão-Mor estabeleceu o seu filho, sargento-mor Raimundo Gonçalves da Costa, que prosseguiu nas conquistas do velho bandeirante, penetrando até as regiões banhadas pelo rio Gongoji e alcançando as terras do rio Novo. Outros irmãos do sargento-mor fixaram-se no local onde está hoje a cidade de Boa Nova. Assim é que Antônio Dias Miranda se estabeleceu no Urubá, a 3 km da atual cidade de Boa Nova; João Dias, na fazenda Manga, a 1 km, e Salustiano Dias, na fazenda Mimoso.

Os primeiros habitantes de Bôca do Mato, hoje cidade de Boa Nova, foram, pois, os filhos e descendentes do intrépido bandeirante João Gonçalves da Costa.

O motivo principal da fixação dêsses bandeirantes aí foi a ambição de descobrirem as lendárias minas auríferas existentes na serra do Timorante, que André da Rocha Pinto explorou por algum tempo, extraindo grande quantidade de ouro, que novamente enterrava por motivo de segurança, enquanto aguardava a volta do filho, que fôra a Ilhéus, à procura de mantimento. Morreu André da Rocha Pinto, deixando apenas um enigmático roteiro sôbre o ouro enterrado, em que dizia "Do cemitério à passagem, nem pra lá nem pra cá, pedra de norte a sul, da estrada me verá".

A exuberante fertilidade dos terrenos de Boa Nova muito concorreu, também, para que se fizesse a primeira aglomeração humana no local Bôca do Mato, circundado de fazendas, cujo proprietário passou a explorar, com ótimos resultados, a agricultura e a pecuária.

O nome de Boa Nova surgiu mais ou menos em 1860, quando ao passar, por essa região, certo frade, que voltando de uma missão na imperial vila de Vitória (hoje Vitória da Conquista), se perdera nas selvas, sendo afinal socorrido por moradores da zona. Em recompensa, o dito frade

Grupo Escolar Monteiro Lobato

ofereceu a um dos moradores uma estampa de Nossa Senhora da Boa Nova, pedindo que se erigisse no local uma capela com a sua invocação. Encarregou-se disto o fazendeiro Antônio Coelho Sampaio, genro de um dos filhos do c.el João Gonçalves da Costa. A capela foi construída no período de 1860 a 1870, posteriormente remodelada e ampliada, sendo hoje a matriz da sede da freguesia de Nossa Senhora de Boa Nova.

O distrito foi criado pela Lei provincial n.º 1 848, datada de 16 de setembro de 1878.

Por fôrça da Lei provincial n.º 1 986, de 26 de junho de 1880, foi criado o município de Poções, com sede no arraial de Poções e território desmembrado do município de Vitória. Sua sede foi transferida para a povoação de Boa Nova, elevada à categoria de vila pela Lei estadual número 522, de 17 de setembro de 1903, que criou o município do mesmo nome e extinguiu o de Poções.

Segundo a divisão administrativa concernente ao ano de 1911, o município de Boa Nova compunha-se de um distrito: o da sede.

Suprimido pela Lei estadual n.º 1 238, de 20 de maio de 1918, que transferiu a sede municipal novamente para Poções, figura Boa Nova, nos quadros de apuração do Recenseamento Geral de 1.º de setembro de 1920, como distrito do município de Poções.

A freguesia foi criada a 20 de dezembro de 1918, conforme portaria do então arcebispo metropolitano de São Salvador da Bahia, primaz do Brasil, Dom Jerônimo Tomé da Silva. Foi seu primeiro vigário o P.e Exupério de Sousa Gomes.

O município de Boa Nova foi restaurado pela Lei estadual n.º 1 468, de 14 de maio de 1921, com sede na vila do mesmo nome, que foi elevada a cidade pela Lei estadual n.º 1 506, de 6 de agôsto de 1921.

Forma-se o município em aprêço, na divisão administrativa do Brasil, relativa a 1933, com três distritos: o da sede e os de Barra do Preguiça e Cajàzeiras.

De acôrdo com as divisões territoriais datadas de .... 31-XII-1936 e 31-XII-1937, bem como o quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 10 724, de 30 de março de 1938, o município constitui-se de sete distritos: Boa Nova, Boa Esperança, Cachoeira do Manuel Roque, Cajàzeiras, Destampina, Japomirim e Monte Alegre.

No quadro territorial vigente no qüinqüênio 1939-1943, estabelecido pelo Decreto estadual n.º 11 089, de 30 de novembro de 1938, o município de Boa Nova permanece composto de sete distritos, que são: Boa Nova, Boa Esperança, Cajàzeiras, Campo Grande (ex-Monte Alegre), Imbuíra (ex-Cachoeira do Manuel Roque), Itagibá (ex-Destampina) e Japomirim, notando-se que, em razão do mesmo Decreto estadual, o distrito de Itagibá constitui-se do território do extinto distrito de Destampina — do município de Itapira (atual Ubaitaba).

Também no quadro da divisão judiciário-administrativa do Estado, fixado pelo Decreto estadual n.º 12 978, de 1.º de junho de 1944, divisão essa que vigora no qüinqüênio 1944-1948, o município figura com os distritos que o compõem no quadro vigente no qüinqüênio precedente, observando-se que os distritos de Campo Grande e Boa Esperança passaram a denominar-se, respectivamente, Catingal e Mirante.

O quadro territorial vigente, estabelecido pela Lei número 628, de 30 de dezembro de 1953, fixa a sua composição em sete distritos: Boa Nova, Cajàzeira, Catingal, Imbuíra, Itajibá, Japomirim e Mirante.

LOCALIZAÇÃO — O município está localizado na Zona Fisiográfica de Conquista e seu território é parcialmente abrangido pelo "polígono das sêcas". Situa-se no sudoeste do Estado.

Limita com os municípios da Barra da Estiva, Ibicuí, Iguaí, Ipiaú, Ituaçu, Jequié, Maracás, Poções e Ubaitaba.

A sede municipal possui as seguintes coordenadas geográficas: 14° 21' 53" de latitude Sul e 40° 11' 01" de longitude W.Gr. Rumo O.S.O., partindo da Capital do Estado da qual dista em linha reta 228 km.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 830 m. A Secção de Nivelamento do C.N.G. fêz medições no trecho da rodovia Rio—Bahia, que passa pelo município, encontrando altitudes variando entre 315,3313 e 561,3076 metros.

ÁREA — A área do município é de 5 742 km².

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O município é bastante acidentado, com terreno montanhoso, intercalado de vales e planícies. Os principais acidentes são: *Serras, na zona da Mata*: — Ventania, Gongoji, Sal, Sapucaia, São Domingos, Rio Prêto, Oiti, Negra, Riachão dos Parentes, Verde, Barbado, Jacutinga, Panela, Acará, Jaguarana, Cabelo, Cágados e Timorante, esta última riquíssima em jazida de ouro; *na zona da caatinga*: Jacutinga, Brejinho, Ouricana, Pipoca, Pelado, Geral e Gentio. *Rios*: — Os principais rios do município são: de Contas que separa o município dos de Ipiaú, Jequié e Ituaçu. Recebe como seu principal afluente o rio Gongoji que corta a zona da mata e constitui, com seus afluentes, depois do rio de Contas, a principal bacia dêste município. Possui ainda rios e riachos seguintes: dos Peixes, Uruba, Monte Belo, São João, Timorante, Piabanha, Tarugo, Parentes, Gentio, Onça, Boqueirão, Valentim, Água Branca, Índios, Rio Prêto, Campos, Jaíba, Inglês, Caiana, Traíras, Vermelho, Água Sumida, Juçara, São Domingos, Sal, Caveira, Olhos d'Água do Sêco Novo, Ribeirão da Cachoeira, Oiti, Cedro, Rio Novo de Félix Rosa, Palmeiras e outros. Os rios de Contas e Gongoji são navegáveis em alguns trechos e nas épocas de cheia. *Grutas*: — Existem grutas dignas de registro na serra do Timorante, acreditando-se tenham sido provenientes de escavações feitas pelos antigos povoadores de Boa Nova, à cata de ouro. *Cachoeiras*: — Conta o município com várias cachoeiras, sendo as principais: cachoeira Grande, no rio Uruba, na fazenda Urubaiana, com 40 metros de altura; cachoeira de Ouro, também no rio Uruba, com 20 metros de altura e cachoeira do rio Vermelho com 60 metros de queda. Tôdas ainda não aproveitadas.

CLIMA — Clima frio e sêco, bastante salubre. A temperatura da sede municipal apresentou em 1956 os seguintes dados: média das máximas 29°C, média das mínimas 13°C e média compensada 22°C. Registram-se chuvas no período de novembro a março.

RIQUEZAS NATURAIS — O município possui várias espécies de minérios, entre os quais se salienta o ouro, na serra do Timorante, já bastante explorado pelos antepassados; ferro, no morro do Pelado, distante 18 km da sede; e amianto existe em tôda a zona da caatinga, sendo Taboal o ponto que contém maior quantidade do aludido minério; malacacheta, existe em grande quantidade; cristais de rocha, na zona da Lagoa da Pedra; magnetite, há com abundância na serra do Pelado. *Ocorrência vegetal*: — Ainda existe boa quantidade de matas, onde se encontram: — *madeiras de lei*: pau-brasil, pau-d'arco amarelo e roxo, baraúna preta e roxa, pau-de-leite, ipê, laranjeira, umburana macho, jacarandá prêto e claro, putumuju amarelo, encarnado e prêto, jequitibá, amargoso, maçaranduba, murta, catuaba, sapucaia, pau-caboclo, bálsamo amarelo e branco, cajàzeira, orelha-de-onça, angico e coração-de-negro; *palmeiras*: — ouricuri, pati, juçara, ticum, ouricurioba e ouricana; *frutos silvestres*: — jabuticaba, jaboti-de-rama, pitanga, cambuí, umbu, oiti, araçá-goiaba, araticum, cabeça-de-negro, guaribu e murta: *fibras*: — caroá, embira-branca, piteira, malva-de-acarrapicho e diversos gravatás: *painas*: — lã de barriguda, malva-paina, tabu, marcela, algodão-de-sêda e capim-paina; *Ervas medicinais*: — jaborandi, alfavaca, manjericão-do-campo, fedegoso, são-caetano, taijá, garapiá, mentrasto, mastruço, alcanfor-do-mato, catinga-de-porco, feto-macho marinheiro, samambaia, guitiroba, salsaparrilha, araroba, carobinha, gambá, purga-de-campo e outras.

POPULAÇÃO — De acôrdo com o Recenseamento de 1950, a população do município era de 54 102 habitantes, sendo 27 138 homens e 26 964 mulheres. Quanto à côr, existiam 14 166 brancos, 8 024 pretos e 31 777 pardos. Das pessoas de 15 anos e mais, existiam 10 622 solteiros, 15 045 casados, 11 desquitados e 1 569 viúvos. Havia predominância do sexo masculino e da côr parda. A densidade demográfica era de 9,42 habitantes por km². Do total da população, 91,99% estavam localizados no quadro rural. A população estimada para 1957 é de 57 265 pessoas.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Conforme o Recenseamento de 1950, o município possuía sete aglomerações urbanas: cidade de Boa Nova (1 457 pessoas) e as vilas de Cajàzeira (327 hab.), Catingal (127 hab.), Imbuíra (749 habitantes), Itajibá (1 079 hab.), Japomirim (328 hab.) e Mirante (265 hab.).

OUTRAS AGLOMERAÇÕES — Além da cidade e das vilas, o município tem ainda os seguintes povoados (com população estimada para 1957): Acaraci (1 385 hab.), Ponto Novo (455 hab.), Valentim (175 hab.) Alto das Piabas (100 hab.), Areião (75 hab.), Farinha (64 hab.) e Recreio (50 hab.).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A população do município em idade ativa (10 anos e mais) era em 1950 de 34 826 pessoas, sendo 17 363 homens e 17 463 mulheres; dessa população, 13 857 (13 467 homens e 390 mulheres) dedicavam-se ao ramo "agricultura, pecuária e silvicultura", que, depois de "atividade doméstica", é o ramo que ocupa maior número de pessoas no município, com 39,79% da população em idade ativa.

Vista da Igreja Matriz e Prefeitura Municipal

Agricultura — A fundamental atividade para a economia do município é a agricultura, cuja produção, em 1955, foi superior a 148 925 milhares de cruzeiros, concorrendo com maior parcela o cacau com 96 000 milhares de cruzeiros e o café com 33 886 milhares de cruzeiros, seguidos de algodão, mandioca, arroz, feijão, abóbora, melancia, banana, milho, mamona, cana-de-açúcar, aipim, laranja, fumo em fôlha, batata-doce, abacaxi, fava, limão e batata-inglêsa.

Pecuária — Existiam no município, em 1956, 2 078 propriedades agropecuárias, cujo valor venal era de 3 260 milhares de cruzeiros. O rebanho existente era o seguinte: 253 000 bovinos, 3 100 eqüinos, 1 500 asininos, 1 600 muares, 13 000 suínos, 9 000 ovinos e 9 000 caprinos.

Indústria — A produção industrial alcançou a cifra de 3 161 milhares de cruzeiros. As indústrias principais são as de manteiga, requeijão, queijo, farinha-de-mandioca, aguardente de cana, massas alimentícias, tábuas, telhas e tijolos.

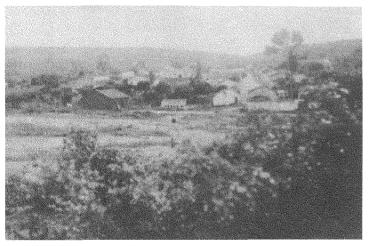
MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade de Boa Nova, liga-se diretamente, por via rodoviária à Capital Federal (1 264 km); à Capital Estadual (463 km); às cidades vizinhas de Barra da Estiva (357 km); Ibicuí (114 km); Iguaí (92 km); Ipiaú (156 km); Ituaçu (333 km); Jequié (84 km); Maracás (172 km); Poções (36 km) e Ubaitaba (168 km). A rodovia Rio—Bahia corta o território do município, passando na vila de Imbuíra.

Estão registrados na sede 3 automóveis e 18 caminhões. O serviço de comunicações é feito na sede pela Agência Postal-telegráfica do D.C.T.

COMÉRCIO E BANCOS — Há na cidade dois estabelecimentos atacadistas e 34 varejistas. O giro comercial, em 1956, foi de 55 075 milhares de cruzeiros. O comércio local mantém transações com as praças de Salvador, Jequié, Ipiaú e Vitória da Conquista. Importa ferragens, louças, tecidos, produtos farmacêuticos, estivas em geral e outros. Exporta cacau, café, algodão, feijão e milho.

O salário-mínimo fixado para a região da qual faz parte o município, é de 2 200 cruzeiros.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Boa Nova está edificada num planalto com excelentes condições topográficas. As ruas são largas e planas. Possui nove logradouros, sendo dois pavimentados, dois arborizados e oito iluminados com luz elétrica. Existem 326 prédios, dos quais, 186 são servidos de luz elétrica. O principal logradouro é a Rua Nossa Senhora de Boa Nova onde estão localizadas a matriz e a Prefeitura Municipal. Funcionam duas pensões com capacidade para doze hóspedes. Existe na sede um cinema com lotação para 200 pessoas.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O Pôsto Médico Correspondente, mantido pelo Estado, presta assistência médica à população local. O município, está na jurisdi-

Vista parcial da cidade

Praça N. S.ª da Boa Nova

ção do Setor n.º 3, sediado em Jequié, do Departamento Nacional de Endemias Rurais. Exercem a profissão, na cidade, um médico, um dentista e um farmacêutico. Funciona na sede uma farmácia.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A Sociedade Beneficente e Cultural de Boa Nova presta assistência social aos pobres da Cidade. Conta 117 sócios e foi fundada em 1955.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo o Recenseamento de 1950, havia no município, da população de 5 anos e mais, o total de 44 112 pessoas, sendo 22 068 homens e 22 044 mulheres. Dessa população, sabiam ler e escrever 5 285 pessoas (3 371 homens e 1 914 mulheres) ou seja, 11,98% da população de 5 anos e mais. Na cidade havia 1 247 pessoas de 5 anos e mais, das quais sabiam ler e escrever 607 pessoas, sendo 319 homens e 288 mulheres.

ENSINO — Em 1956, funcionaram no município 28 unidades escolares do ensino primário, sendo 6 estaduais e 22 municipais, com o total de 1 105 alunos. O principal estabelecimento primário é o grupo escolar Monteiro Lobato.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Funciona na cidade a Biblioteca Pública com menos de mil volumes, mantida pela Agência Municipal de Estatística.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — De interêsse turístico, existem as grutas da serra do Timorante, onde há profundas escavações feitas pelos primeiros exploradores da região à cata de ouro, ali abundante.

CULTOS RELIGIOSOS — O município é sede da paróquia de Nossa Senhora de Boa Nova, subordinada ao bispado de Amargosa. Conta com uma igreja matriz, oito igrejas simples, oito capelas e uma associação religiosa com o total de 230 associados.

Contam-se ainda no município três templos protestantes localizados na vila de Itajibá, no Povoado de Acaraci e na fazenda Nova Alegria.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Os festejos tradicionais são quase todos de caráter religioso. Tem maior relêvo, na sede, a festa da padroeira — Nossa Senhora de Boa Nova, realizada a 8 de setembro, com raro brilho e animação não vulgar; a festas de São João e de Natal. Dos folguedos populares

registra-se o do "bumba-meu-boi" por ocasião da festa do Natal e de Reis, nas ruas da cidade e vilas.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O município, em 1954, tinha 6 140 eleitores dos quais votaram nas últimas eleições 2 519. O número de vereadores em exercício é de 12.

Exerciam suas atividades no município, em 1956, 66 funcionários públicos, assim distribuídos: 6 federais, 23 estaduais, 36 municipais e 1 autárquico.

FINANÇAS PÚBLICAS — No quadro abaixo aparecem os resultados das finanças públicas no período de 1950-1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	227	1 473	1 239	603	1 323
1951.......	308	2 199	919	833	837
1952.......	303	1 900	860	823	744
1953.......	546	2 266	1 554	1 509	1 533
1954.......	809	3 785	1 741	1 690	1 053
1955.......	937	4 056	1 926	1 370	1 454
1956.......	1 302	4 979	2 759	1 723	2 696

JUSTIÇA — Foi criado o têrmo de Boa Nova, pertencente à comarca de Jequié, pela Lei estadual n.º 1 564, de 21 de julho de 1922, sendo instalado em 4 de agôsto do mesmo ano. Foi primeiro juiz municipal o c.el Érico Guimarães.

Segundo o quadro da divisão judiciário-administrativa do Estado, estabelecido pelo Decreto-lei estadual n.º 141, de 31 de dezembro de 1943, e retificado pelo Decreto estadual n.º 12 978, de 1.º de junho de 1944, o município passou a ser têrmo da nova comarca de Djalma Dutra (Poções).

Por fôrça do Decreto-lei estadual n.º 175, de 2 de julho de 1949, foi criada a comarca de Boa Nova, atualmente de 1.ª entrância, abrangendo exclusivamente o território do município.

Possui o município 11 cartórios, sendo sete do Registro civil. Foram julgados, em 1956, 76 feitos, sendo 51 do cível, 15 do crime e 10 de outra natureza.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município denominam-se boa-novenses.

O seu primeiro intendente foi o ten.-cel. Afonso Henrique Pereira de Magalhães, que tomou posse no ano de 1903. A primeira eleição municipal realizou-se em 26 de novembro de 1922, e pela renúncia do então intendente eleito, José H. P. França, assumiu a função o Sr. Dário Celes de Oliveira.

Para o período de 1922 a 1923 compunha-se o primeiro Conselho Municipal dos seguintes membros: major Exupério Alves Pereira, major Dário Meira, c.el Augusto Ferreira Leão, major Inocêncio Mendes e major Augusto Alves de Sousa.

O atual Prefeito é o Sr. Landoaldo Magalhães Silveira e o presidente da Câmara, o Sr. Válter Miranda Lomanto.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística Municipal por Luís Conzaga de Oliveira Brito. — Chefe da Agência Municipal de Estatística — José Barnabé de Santana.)

BOM JESUS DA LAPA — BA

Mapa Municipal no 9.º Vol.

HISTÓRICO — Bom Jesus da Lapa é o resultado do povoamento em tôrno de um cêrro. Há também um rio que mesmo sendo o colossal São Francisco, é porém, no caso, um mero acidente geográfico de somenos importância, que não foi sequer notado pelos primeiros lapenses como fator de colonização. Um vazio de várias centenas de metros, ante a indiferença que ainda hoje persiste, separa-o, ou melhor, isola-o da cidade. O monte concentrou em si tôdas as atenções. Casas reverentes à mística religiosa surgiram a seu pé, voltadas para êle. É o morro da Lapa, com seus muitos encantos e a lendária gruta do santuário.

Teria sido Duarte Coelho, o capitão donatário de Pernambuco, o primeiro a avistar o morro, quando em viagem de exploração, entre os anos de 1543 a 1550.

Os componentes da primeira bandeira organizada em 1553 pelo 1.º governador-geral, Tomé de Sousa, chefiada pelo espanhol Francisco Bruzza Espinosa, da qual também fazia parte o jesuíta Aspilcueta Navarro, chegaram até a conhecer a gruta. E Belchior Dias Moreira, o "Muribeca" deixou sinais de sua passagem nas inscrições que fêz no teto da saleta da "Água do Milagre", desaparecidas no incêndio de 1903, e nas que se conservam ainda hoje, no lado do cêrro, e que teriam sido escritas no ano de 1602.

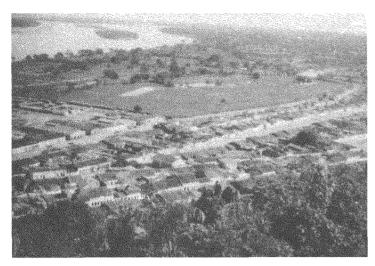
Beneficiário pela Carta régia de 27 de agôsto de 1663 — processo que o rei de Portugal adotava para a formação de núcleos coloniais nos sertões do Brasil — o mestre-de-campo Antônio Guedes de Brito passou a possuir a área compreendida entre o Morro do Chapéu e as nascentes do rio das Velhas.

Para entrar na posse dessas terras, Antônio Guedes de Brito organizou imediatamente uma bandeira de 200 homens e outras tantas pessoas, com a incumbência de fundar fazendas de criação de gado. Uma destas foi a do "Morro", depois chamado Bom Jesus da Lapa, que os indígenas conheciam por "Itaberaba", significando "pedra formosa e resplandecente".

A sesmaria de Antônio Guedes de Brito, com 160 léguas de extensão, era dividida em sítios geralmente de uma légua, muitos dêles aforados à razão de dez mil réis por ano.

Após a morte do Conde da Ponte, repartidos os bens com seus herdeiros, a propriedade de tão vastas dimensões foi sendo vendida de lote em lote, até que, em 1783, caducou, ficando com os sesmeiros apenas as terras aproveitadas, sendo as demais consideradas como devolutas.

Todavia o povoamento do município sòmente tomou impulso com a chegada de Francisco Mendonça Mar, à gruta, em 1691.

A história da gruta é a história fantástica dêsse homem simples que dela fêz seu eremitério e ali viveu durante 13 anos, transformando-se em figura lendária de monge. Sua vida na Bahia começou em 1679, recém-chegado de Portugal, sua pátria, quando tinha a idade de 22 anos. Em Salvador viveu trabalhando como ourives e depois pintor, cêrca de 12 anos. Cumprindo penitência que êle mesmo escolheu, em confissão, despojou-se de todos os bens, que distribuiu em esmolas, e saiu a caminhar sertão aden-

Vista parcial da cidade

tro apenas com a veste do corpo, conduzindo uma imagem do Senhor Bom Jesus, do tamanho de 3 palmos.

Caminhou a pé vários meses até encontrar o morro. Entre êste e o rio São Francisco havia algumas palhoças de índios tapuias. Mais além, distante uma légua, no lugar que até hoje se chama Itaberaba, havia 3 grandes currais pertencentes à sesmaria de Guedes de Brito; outros havia no Curralinho, em Urubu (hoje Paratinga), bem assim uma capela edificada desde 1680, — a capela de Santo Antônio, — ao que se sabe a mais antiga do sertão do Alto São Francisco.

Instalado como queria na caverna mais oculta, no alto do morro, por entre cactos e xique-xique, aí fêz residência única e definitiva.

Mesmo assim escondido, retirado da civilização e do convívio de seus semelhantes, descobriram-no os caçadores de ouro e outros viandantes da região; espalhou-se logo a notícia de que, no sertão da Bahia, estranho homem, levando vida de santo, habitava sòzinho uma linda gruta. Nos dez anos que se seguiram, isto é, de 1691 a 1700, a bandeira de Mathias Cardoso e seu lugar-tenente Padre Antônio Filgueiras, as de João Amaro Maciel, Bartolomeu Bueno Filho, Domingos Rodrigues de Prado e a dos irmãos Bicudo por lá passaram e tiveram a oportunidade de conhecê-lo.

Desde então, alvo da curiosidade, a princípio, e, depois, da mística religiosa, o morro passou a ser ponto de afluência de viajantes, aventureiros e curiosos. Algumas casas foram construídas.

Em 1750, era um arraial de cêrca de 50 casebres de barro e cobertos de palha. Cem anos depois, em 1852, conta o engenheiro austríaco Halfed, em relatório que escreveu sôbre a exploração do rio São Francisco, que o arraial do Bom Jesus da Lapa, tinha 128 casas com 250 habitantes sedentários.

Em 1874, era distrito de paz; possuía delegacia e cêrca de 405 casas habitadas por 1 400 pessoas.

O arraial do "Senhor Bom Jesus da Lapa", como ficou conhecido devido ao santuário instalado na gruta, foi elevado à categoria de vila, com a mesma denominação, pelo Ato estadual de 18 de setembro de 1890, assinado pelo então Governador da Província da Bahia, Dr. Virgílio Clímaco Damásio, que, também, criou o Município respectivo, formado dos distritos da Lapa e Sítio do Mato, por desmembramento de território do município de Urubu (depois Rio Branco e atual Paratinga). Sua instalação ocorreu a 7 de janeiro de 1891.

Segundo a divisão administrativa do Brasil de 1911, Bom Jesus da Lapa é município de distrito único do mesmo nome. A sede foi elevada à categoria de cidade por efeito da Lei estadual número 1 682, de 31 de agôsto de 1923.

Em face dos Decretos estaduais n.os 7 455, de 23 de junho de 1931, e 7 479, de 8 de julho do mesmo ano, seu topônimo, — "Senhor Bom Jesus da Lapa", — passou a ser simplesmente "Lapa". Figurou na divisão administrativa do Brasil de 1933, composto de dois distritos: Lapa e Sítio do Mato.

Por fôrça do Decreto número 9 571, de 22 de junho de 1935, recobrou a denominação de Bom Jesus da Lapa.

Pela Lei n.º 628, de 30 de dezembro de 1953, foi criado o distrito de Gameleira da Lapa, passando o município a constituir-se dos seguintes distritos: Bom Jesus da Lapa, Gameleira da Lapa e Sítio do Mato.

LOCALIZAÇÃO — O município está situado na região centro-oeste do Estado na Zona Fisiográfica do Médio São Francisco, com território totalmente abrangido pelo "polígono das sêcas". A sede municipal está no rumo O. S. O partindo da Capital do Estado, da qual dista, em linha reta, 509 quilômetros, e sua posição é indicada pelas seguintes coordenadas geográficas: 13° 15' 02" de latitude Sul e .. 43° 25' 44" de longitude W. Gr. Limita com os municípios de Paratinga, Macaúbas, Riacho de Santana, Barra, Carinhanha, Santa Maria da Vitória, Santana e Angical.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de ...... 433,8199 metros, segundo se vê na chapa cravada junto à

parede no canto direito da igreja matriz, pelo Conselho Nacional de Geografia.

ÁREA — O município possui uma das maiores áreas do Estado, de cuja superfície ocupa 1,85%. Tem 10 269 km²; é o 11.º município baiano quanto à extensão territorial.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O território do município é quase todo plano, surgindo, de vez em quando, no meio das planícies ou taboleiros alguns montes, de feições típicas, muito interessantes. O principal dêles é o morro da Lapa, com suas inúmeras grutas. Os picos dominantes nos morros do Lajedo e no da Cara Suja. Entre as montanhas citam-se as do Ramalho, da Cara Suja, de Pernambuco, da Jibóia, da Cascavel e do Morão. O principal rio é o São Francisco que percorre 156 quilômetros dentro do município, inteiramente navegáveis por vapôres de calado médio e embarcações menores. O rio Corrente tem o curso de 48 quilômetros no território municipal, igualmente navegáveis; o das Rãs e o Santana, são os seus principais afluentes no município. Outros cursos d'água existentes são os riachos da Pedra Branca e das Cauãs. Existem ainda as lagoas das Piranhas e a Itaberaba. Além dessas, há inúmeras ilhas no rio São Francisco, de jurisdição municipal.

CLIMA — Geralmente quente e sêco. A temperatura na sede municipal, no ano de 1956, apresentou as seguintes variações: média das máximas — 33ºC; média das mínimas — 18ºC e média compensada — 25ºC. A precipitação naquele ano atingiu a altura pluviométrica de 822 mm.

RIQUEZAS NATURAIS — Entre os minerais apenas a fluorita vem sendo explorada. Entretanto, são encontradas em determinados pontos minas de ferro, salitre, manganês, prata e cobre, êste em grande quantidade na serra da Chapada Grande. O salitre existe com abundância no morro da Lapa e noutros lugares, de mistura com terra e sal amoníaco, conforme observou o geólogo e mineralogista norte-americano Orville A. Derby. O carbonato de potassa, que também é encontrado, tempos atrás era extraído em grande escala e utilizado na fabricação da pólvora.

Hospital Regional Carmela Dutra — Mercado Municipal em dia de feira

A flora conta grandes florestas ainda virgens, muito ricas em madeiras de construção, de plantas medicinais e outras de valor econômico.

A fauna é de grande importância pela variedade de que se constitui: garças, caititus, gatos pintados, jaguatiricas, veados, onças, porcos, queixadas e outros espécimes muito encontrados. Na fauna ictiológica, que é grande, os principais representantes são o curimatã, surubim, piau, traíra, bagre e a piranha.

POPULAÇÃO — De acôrdo com o Recenseamento Geral de 1950, a população do município era de 17 432 habitantes, compreendendo 8 126 homens e 9 306 mulheres; assim a cada grupo de 100 homens correspondia cêrca de 115 mulheres. Quanto à côr, o maior grupo era dos pardos, com 11 075 indivíduos. No cômputo da população de 15 anos e mais, os casados eram mais numerosos que os solteiros, viúvos ou desquitados, e somavam 5 571. Viviam no quadro rural 66,17% da população. A densidade demográfica calculada em relação ao ano de 1950 era de apenas 1,7 habitantes por quilômetro quadrado.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Em 1950, existiam duas aglomerações urbanas com as seguintes populações: cidade de Bom Jesus da Lapa — 4 740 hab. e vila de Sítio do Mato — 1 157 habitantes. Em 1953, o município passou a contar mais uma vila, e a de Gameleira da Lapa com cêrca de 1 000 habitantes.

OUTRAS AGLOMERAÇÕES — Além da cidade e vilas citadas há no município um único povoado: o de Boa Vista, com a população de 200 habitantes, estimada em 1957.

ATIVIDADE ECONÔMICA — De acôrdo com o Recenseamento de 1950, 35% da população em idade ativa (10 anos e mais) estavam ocupados no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura". As atividades fundamentais da economia do município são a pesca e a agricultura. Aquela, embora se desenvolva de modo rudimentar, foi, em 1955, a principal fonte de renda, correspondendo seu valor a 2 705 milhares de cruzeiros.

A produção agrícola, cujo valor foi estimado em ...... 5 040 milhares de cruzeiros, teve na batata-doce, arroz, feijão, cana-de-açúcar e milho, os principais produtos. Cultiva-se laranja.

A produção industrial em 1955 atingiu o valor de .... 7 167 milhares de cruzeiros, cabendo a maior parcela à indústria extrativa, que contribuiu com Cr$ 4 977 milhares. Os demais 2 188 milhares de cruzeiros representam produtos manufaturados de pequena expressão econômica.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se a cidade de Bom Jesus da Lapa à Capital Federal, à Capital do Estado e às cidades vizinhas pelos seguintes meios de transporte: À Capital Federal — aéreo 1 090 km; à Capital do Estado, aéreo 509 km, e rodovia, 949 quilômetros; às cidades vizinhas por via fluvial: Barra 310, km Carinhanha, 136 quilômetros; Paratinga, 82 quilômetros; Santa Maria da Vitória, 120 km; por estrada de automóvel: Macaúbas, 282 quilômetros; Riacho de Santana, 72 quilômetros; Santana, misto, 72 km (rodovia) e 24 quilômetros (fluvial).

O município é servido pelas companhias de aviação comercial Transportes Aéreos Nacional e Aerovias Brasil, além das emprêsas de navegação: Viação Baiana do São Francisco, Navegação Mineira do São Francisco e Companhia industrial e Viação de Pirapora. Possui um pôrto fluvial sôbre o rio São Francisco e um campo de pouso, com pista de 1 250 metros de solo cimentado.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio, na sede municipal, tem 3 estabelecimentos atacadistas e 96 a varejo. O giro comercial, em 1956, foi de 25 825 milhares de cruzeiros.

A praça de Bom Jesus da Lapa mantém transações com as de Juàzeiro, Salvador, Pirapora, Januária, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo, exportando peixes secos, couros e peles; importando tecidos, calçados, ferragens, artigos de armarinho, além dos chamados de estiva; secos e molhados. O salário-mínimo decretado para a sub-região, da qual faz parte o município, é de Cr$ 2 000,00.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Bom Jesus da Lapa está edificada ao pé do morro da Lapa. É interessante ver-se como as casas se acotovelam, cerradas junto à vertente norte do morro, deixando a área vazia de poucas centenas de metros, entre elas e o rio São Francisco. Outro fato que não passa despercebido, é estarem as casas, na sua grande maioria, voltadas para o monte como para receber as bênçãos que de lá emanem. É a idéia religiosa que domina os seus habitantes; Lapa é cidade tìpicamente religiosa.

A cidade possui 1 053 prédios. Dos 39 logradouros existentes, 2 são pavimentados e 3 arborizados ou ajardinados. Há serviço de iluminação elétrica, que se estende a 19 logradouros e a 245 casas. Possui, ainda, 1 cinema, 14 hotéis e pensões, e 1 agência postal-telegráfica do D.C.T.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária é prestada à população pelo Hospital Regional Carmela Dutra, que atende também a doentes de outras localidades; pelo Pôsto de Higiene do Estado e Pôsto de Tracoma e Malária, subordinado ao 11.º Setor, sediado em Juàzeiro, do Departamento Nacional de Endemias Rurais. Os leitos disponíveis para internamento de doentes são em número de 48. Prestam serviços profissionais 4 médicos, 1 cirurgião-dentista, 1 dentista prático, 1 farmacêutico prático e 1 enfermeiro diplomado, além de 10 atendentes de enfermagem. Há 2 farmácias.

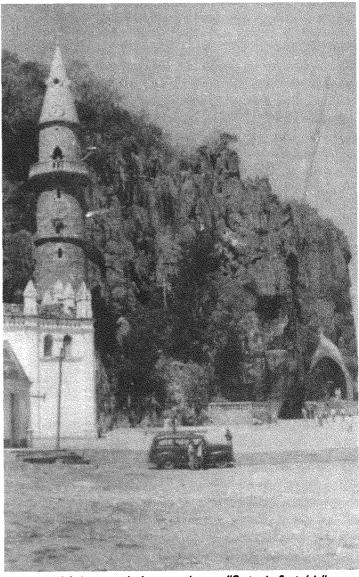
ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com o Recenseamento de 1950, a população de 5 anos e mais era de 14 978 habitantes. Sabiam ler e escrever 3 692 pessoas, ou seja, aproximadamente 25% da população em causa.

ENSINO — O ensino primário fundamental comum, em 1956, era difundido em 28 estabelecimentos com matrícula efetiva de 900 alunos. O Estado mantinha 12 escolas, o município 14 e particulares 2. O ensino médio, na mesma época, era representado por um único estabelecimento de curso ginasial. O município é sede da 24.ª Circunscrição escolar da Secretaria da Educação.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Há, na cidade, 2 pequenas bibliotecas, cada uma com acervo de menos de 1 000 volumes. Conta ainda a população local o "Aero-Clube de Bom Jesus" e a sociedade filarmônica "Euterpe Lapense".

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — *O morro da Lapa e a "Gruta do Santuário"* — O morro tem cêrca de 93 metros de altura, com forma alongada na direção leste-oeste; e contém inúmeras grutas, lapiezes, pontes naturais, enfim tôdas essas formas bizarras que tão bem caracterizam o relêvo cárstico. Essa formação, de idade siluriana, emerge através das camadas de sedimentos quaternários de aluviões trazidas pelo rio São Francisco. Ela é formada de calcário cinzento-escuro da série de Bambuí, que se pode fàcilmente riscar com lâmina de aço, deixando pó branco. Possui fósseis de corais do gênero "Favosites". O calcário é incrustado por massas de calcita, com tonalidades cinzento-escuras até ao branco.

No cume, ostenta um cruzeiro de cimento armado de 12 metros, construído em 1935. No remate dêste, junto ao pára-raios, está um possante farol cuja luz é visível à distância de 30 a 36 quilômetros. Degraus e outros meios de acesso realizados em 1937 permitem atingir todos os pontos do morro.

A par do extasiante aspecto extremo de sua forma, que à distância conveniente, por uma perfeita ilusão ótica, representa uma procissão, onde se destacam padres, romeiros e até cruzes, em disposição especial, duas pedras representam no alto uma cruz com uma estrêla no centro". conforme Manoel de Medeiros Borges, em a "Descrição dos Municípios da Bacia do São Francisco do Estado da Bahia". No morro, curiosa e enorme gruta é objeto de história e muitas lendas. Até 1691 era covil de onças, depois passou a ser habitada por Francisco Mendonça Mar que a tornou famoso eremitério. Tem entrada ao lado poente do morro. Internamente é vasto salão de 38 metros, com um altar dourado do Bom Jesus da Lapa. O teto é entremeado de belos sulcos de calcita cristalizada. Num lado, vê-se uma estalagmite de 1,10 m de altura com 1,60 de circunferência, perfeita pia batismal que assim vem sendo usada desde 1936. Nota-se, ainda, numa das capelas laterais, um autêntico Monte Calvário em cuja abertura o monge colocou o

Vista parcial do morro da Lapa, vendo-se a "Gruta do Santuário"

crucifixo, que trazia, de dimensões proporcionais a ela. Em um canto, escondido, está pendurado um fonolito que serve de sino; produz 5 ou 6 sons diferentes muito agradáveis. Um homem, munido de duas pedras adequadas, toca com muita habilidade êsse sino natural. Na parte externa fêz-se uma fachada caiada.

CULTOS RELIGIOSOS — O culto católico é o da grande maioria da população. A paróquia de Bom Jesus da Lapa, subordinada à diocese de Barra, compreende a igreja matriz, de igual designação e orago, e mais 11 capelas. Atendem aos atos litúrgicos e demais misteres religiosos 3 sacerdotes.

Os cultos não católicos são ministrados em 2 templos protestantes e 2 centros espíritas.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — As manifestações religiosas são, principalmente, católicas. A festa do Bom Jesus da Lapa possui características próprias e originais. Culmina no dia 6 de agôsto, porém desde maio começa a atrair massas enormes de romeiros.

A cidade transforma-se ràpidamente numa Meca de São Francisco; peregrinos vêm de todos os pontos do País, esperançosos de cura milagrosa, ou de merecer uma graça, ou, ainda, para pagamento de algum benefício alcançado.

O número de peregrinos é, muitas vêzes, superior à população normal da cidade. Os hotéis ficam abarrotados; improvisam-se casas de lona e outros materiais leves, para acomodar o excesso de pessoas; por sua vez, tôdas as grutas naturais se povoam. As próprias embarcações, canoas, ajojes, paquêtes e barcos que se comprimem nas barrancas do rio, servem de alojamento durante a estadia de seus passageiros.

Os festejos religiosos estendem-se por cêrca de três meses e se encerram da maneira mais brilhante, com a tradicionalíssima procissão do Senhor Bom Jesus, no dia 2 de agôsto, que todos acompanham com o maior fervor. O espetáculo é majestoso, inédito e indescritível. É bem uma apoteose de fé cristã.

As manifestações folclóricas mais expressivas são os festejos populares denominados "Roda de São Gonçalo" e "Caretada". A "Roda de São Gonçalo" é, preferencialmente, realizada nos dias 20 de janeiro e 31 de outubro. Consiste em danças típicas, ao som de caixas, zabumbas, violas e outros instrumentos rústicos, executadas por um grupo de homens e mulheres diante de um altar armado em louvor a São Gonçalo, para pagamento de alguma graça alcançada. A "Caretada" realiza-se por ocasião da festa dedicada ao Divino Espírito Santo, quando grupos de mascarados, rememorando os tempos antigos, percorrem as principais ruas da cidade.

As principais efemérides locais são: 31 de agôsto — "Dia da Cidade" e 6 de agôsto — "Dia do Padroeiro".

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O município possuía, em 3 de outubro de 1954, 5 758 eleitores inscritos, dos quais, 3 236 votaram nas eleições gerais realizadas naquela data. A representação política à Câmara Municipal é de 8 vereadores. O corpo de funcionários civis consta de 24 federais, 30 estaduais, 19 municipais e 16 autárquicos. O município é sede da Delegacia Regional de Polícia da 17.ª Região, sede da 9.ª Circunscrição da Quarta Região Fiscal do Interior e também do 3.º Distrito da Comissão do Vale do São Francisco.

FINANÇAS PÚBLICAS — A situação da arrecadação no município, bem assim a despesa realizada pela respectiva administração representam-se no quadro infra:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	173	388	598	...	709
1951	117	542	807	...	699
1952	264	626	847	...	779
1953	393	759	1 066	...	1 252
1954	408	890	1 065	...	1 047
1955	292	1 517	1 241	512	1 121
1956	558	1 559	1 699	673	1 292

JUSTIÇA — O município de Bom Jesus da Lapa, conforme Ato estadual de 3 de agôsto de 1892, foi elevado a têrmo judiciário da comarca de Correntina. Nesta situação permaneceu até 6 de setembro de 1898, quando a Lei estadual número 280, daquele ano, transferiu-o para a de Carinhanha. Posteriormente, ainda uma vez, mudou de comarca, passando a integrar a de Urubu em decorrência do Decreto estadual número 266, de 4 de outubro de 1904.

Nas divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, bem como no quadro anexo ao Decreto-lei estadual número 10 724, de 30 de março de 1938, o município é têrmo judiciário da comarca de Rio Branco (ex-Urubu e atual Paratinga), verificando-se o mesmo no quadro territorial estabelecido pelo Decreto estadual número .. 11 089, de 30 de novembro de 1938, para vigorar no qüinqüênio 1939-1943.

A comarca de Bom Jesus da Lapa foi, finalmente, criada em 31 de dezembro de 1943, pelo Decreto estadual número 141, de igual data, constando do quadro da divisão judiciário-administrativa que vigorou no qüinqüênio 1944--1948, integrada dos têrmos de Bom Jesus da Lapa, e Carinhanha.

Por fôrça do Decreto-lei estadual n.º 519, de 19 de junho de 1945, a comarca de Bom Jesus da Lapa perdeu o têrmo de Carinhanha, que passou a constituir a comarca de idêntica denominação, criada pelo mesmo diploma legal.

Atualmente, é comarca de 2.ª entrância formada ùnicamente do têrmo-sede, Bom Jesus da Lapa. Compreende 8 cartórios, sendo 3 do Registro Civil. Durante o ano de 1956 foram julgados 13 feitos, todos êles no cível.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — A sede municipal teria sido, primitivamente, uma aldeia de índios "acoroaces" ou coroados.

Em escavações feitas durante as obras de construção de casas, têm-se encontrado utensílios domésticos empregados pelos indígenas. Êsses objetos são: panelas de barro e alguidares com ossos de esqueleto humano. Em 1935, foram encontrados na gruta, numa massa calcária de aluvião, muitos caramujos ou búzios fossilizados. O geólogo norte-americano Orville A. Derby achou algumas amostras de corais cilificados, dos gêneros "fasites" e "chaetetes", da idade paleozóico-siluriana.

Também, no subsolo da chamada cova da serpente, dentro da gruta, retiraram-se ossos de sêres humanos que remontam a alguns milhares de anos. Parte de crânio examinada na Escola de Ouro Prêto, Minas Gerais, revelou serem da raça páleo-americana, de origem asiática, estudada por Lund.

Os naturais do município são chamados "lapenses". O topônimo atual vem da designação do santuário da gruta, ali existente desde 1691, do qual se originou a sede municipal, igualmente denominada Bom Jesus da Lapa. Primitivamente, o território municipal era constituído da fazenda Morro, pertencente à sesmaria de Antônio Guedes de Brito.

É Prefeito do município o Sr. Antônio Cordeiro de Sousa, e Presidente da Câmara Municipal o Sr. Jovino Fernandes Leite. O primeiro Intendente foi o Sr. Luís Aurélio de Abreu Viana.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística Municipal por Miron Pereira. — Chefe da Agência Municipal de Estatística: José Demóstenes Guimarães.)

BREJÕES — BA

Mapa Municipal no 7.º Vol.

HISTÓRICO — No ano de 1808, partiu de Nazaré uma "bandeira" chefiada pelo português Manuel Rovisco de Rosa Andrade, cujo fito era a abertura de uma estrada, cortando tôda a zona até atingir seu ponto final na região de Nossa Senhora da Vitória, hoje denominada Cidade de Conquista.

Manoel Rovisco encontrou no lugar "Cacimba", ainda hoje conhecido por êsse nome, um seu patrício de nome Manoel Gonçalves Bandeira, que lhe forneceu recursos alimentícios necessários para o prosseguimento da jornada. Em recompensa, pelo auxílio e cordial acolhimento, recebeu a doação de duas ou mais léguas de terra, cuja divisa terminava na Serra João Pedro, onde residia um índio domesticado, cujo nome dera à serra, hoje conhecida por "Serra das Pedrinhas", divisa de Brejões com o de Areia. Prosseguindo sua jornada, sempre em direção ao poente, Manoel Rovisco pernoitou à beira de uma lagoa; aí demorou-se com sua bandeira, apossou-se das terras, demarcando-as e dando-lhes os nomes de "Lagoa da Tiririca" e "Boa Vista", denominações que ainda conservam.

Em 1785, de passagem pela zona, os nordestinos, Estevão Chaves e João Guerra, pernoitaram na margem esquerda do rio Brejões. Animados pela fertilidade do vale e abundância da água, resolveram edificar casa para residência e iniciaram a seguir o plantio do café.

Perseguidos pelas sêcas que assolavam o Nordeste, passavam numerosos grupos de retirantes, os quais influenciados pelos primeiros moradores ali ficavam. Iniciou-se, desta forma, o povoamento da região.

Pela Lei Provincial número 1 976, de 22 de junho de 1880, foi criado o distrito de Brejões, pertencente à freguesia de Areia. Era Presidente da Província Antônio de Araújo de Aragão Bulcão.

Em 1886, vendeu Manoel Rovisco as suas propriedades, então denominadas Lagoa do Morro, Lagoa da Tiririca e Boa Vista, a Caetano Mota Jordão que, no mesmo ano, as vendeu a Manoel Vitório da Silva e Joaquim Dias da Silva. Êstes levaram consigo de Nazaré muitos escravos, iniciando em suas terras o plantio de café.

Em 1924, foi o arraial de Brejões elevado à categoria de vila pela Lei estadual número 1 715, de 24 de julho, assinada pelo governador Francisco Marques de Góis Calmon. A mesma lei criou o município que foi inaugurado a 26 de outubro do mesmo ano.

Quatro anos depois, em 1938, a vila de Brejões recebeu foros de cidade em virtude do Decreto-lei estadual número 10 724, de 30 de março.

Atualmente o município está constituído de dois distritos: Brejões e Nova Itarana.

LOCALIZAÇÃO — O município está localizado na Zona Fisiográfica de Jequié e totalmente incluído no "polígono das sêcas".

Limita com os municípios de Santa Terezinha, ao norte; Santa Inês, ao sul; Ubaíra e Amargosa a leste; e Maracás a oeste.

A sede municipal possui as seguintes coordenadas geográficas: 13° 04' de latitude Sul, e 39° 50' 40" de longitude W. Gr. Rumo da Capital do Estado em direção à sede municipal: O. S. O., da qual dista 132 quilômetros em linha reta.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 240 metros. Levantamento recente registrou 580 metros na parte mais alta da cidade.

ÁREA — A área do município é de 481 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos existentes no município são os seguintes: —

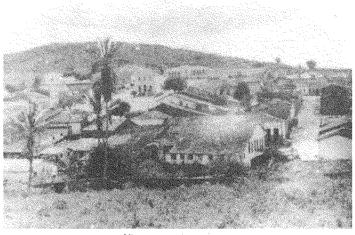
Vista parcial de uma parte da cidade

rios Brejões e Ribeirão, ambos nascidos no território de Brejões, sendo o último periódico, isto é, só recebendo água na época das trovoadas. Há também os riachos: Melo, Chenchen e Santa Bárbara, que sòmente têm água fluente em tempo de chuva, secando logo após às trovoadas. Há a queda d'água "Brejões", com a capacidade de 40 cavalos.

Há um morro, o da Conceição, com 700 m de altura, e lagoa do Morro com 970 metros em cuja vizinhança está situada a firma "Agrícola Pastoril, Industrial Bendengó" e as serras de Baltasar, Purrão, Alegre, Estiva e Cajàzeira.

Existem as lagoas do Morro e dos Veados, com área aproximadamente de 5 000 metros quadrados.

CLIMA — Situado na zona "acatingada", possui clima geralmente sêco e temperado. A cidade, por ser localizada em zona de matas, é de clima frio e, no inverno, pouco úmido. A temperatura máxima observada em 1956 foi de 30°C, a mínima de 11°C, e a média 20°C.

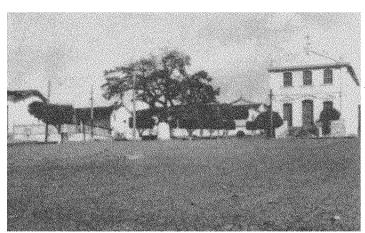
RIQUEZAS NATURAIS — Existem vários minerais inexplorados, podendo ser citados oca e cobre, localizados nas fazendas Barriguda e Morro Bonito; ferro, no lugar Estivas, cujas reservas abrangem a extensão de mais de 12 quilômetros e cujo minério possui teor superior a 20%. Consta, também, a existência de ouro no local denominado Morro Alegre. O talco encontra-se em grande quantidade no local Olhos d'Água. No reino vegetal, o município possui madeira para extração de lenha. Há ouricurizeiro donde é extraído o coquilho e a cêra do mesmo nome.

Vista parcial da cidade

POPULAÇÃO — Segundo revelou o Recenseamento de 1950, a população era de 13 327 habitantes, sendo 6 465 homens e 6 862 mulheres. Os solteiros, somavam 3 912, e os casados, 3 193 pessoas.

Quanto à côr, os pardos eram 8 396 habitantes, os brancos, 2 780 e os pretos, 2 056. Na zona rural, localizavam-se 83,8% da população do município.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Conforme dados do Recenseamento de 1950, existiam duas aglomerações urbanas com a seguinte população: cidade de Brejões — 1 162 habitantes e vila de Veados (atual Nova Itarana) — 999 habitantes.

OUTRAS AGLOMERAÇÕES — Além da cidade e da vila, existem também no município, os seguintes povoados, cuja população estimada para 1956 era a seguinte: Lagoa do Morro — 438 hab.; Olhos d'Água — 162 hab.; Morro da Barra — 120 hab.; Santa Bárbara — 85 hab. e Posse — 70 habitantes.

ATIVIDADE ECONÔMICA — Conforme dados apurados pelo Recenseamento de 1950, 38,25% das pessoas em idade ativa (10 anos e mais) estavam ocupados no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura". A atividade fundamental à economia do município é a agricultura. O café é a principal cultura, da qual o município é um dos maiores produtores do Estado, difundindo-se cada vez mais o plantio da rubiácea, devido sobretudo aos melhoramentos introduzidos na fazenda Lagoa do Morro, pela Companhia Agrícola

Praça Manoel Vitorino

Pastoril Industrial Bendengó. Em 1955, sua produção foi estimada em 11 mil sacos. Cultiva-se ainda fumo em fôlha, mandioca, milho, feijão (êstes últimos plantados em associação com o café), mamona, frutas e legumes.

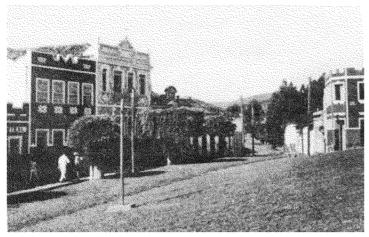
Extrai-se, também, o pó da palha do ouricuri e existem pequenas indústrias de beneficiamento de café e farinha de mandioca.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — Liga-se a cidade de Brejões por estrada de rodagem à Capital Federal, diretamente, num percurso de 1 037 quilômetros; à Capital do Estado, no percurso de 325 km; às cidades vizinhas de Amargosa — 121 km; Maracás — 56 quilômetros; Santa Inês — 38 km; e Ubaíra — 36 quilômetros. Corta o município a Rodovia BR-4.

COMÉRCIO E BANCOS — Existem na sede municipal 5 estabelecimentos atacadistas e 12 varejistas. Mantém transações com o comércio de Salvador, Feira de Santana, Rio de Janeiro e São Paulo. O giro comercial em 1955 atingiu a 39 625 milhares de cruzeiros. O salário-mínimo em vigor para o município é 2 200 cruzeiros.

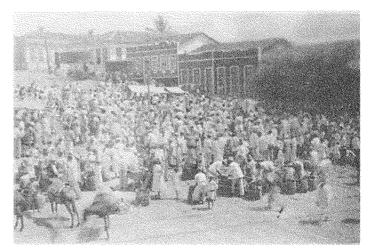
ASPECTOS URBANOS — A cidade de Brejões, edificada à margem direita do rio do mesmo nome, apresenta aspecto atraente. Embora construída em local de elevações, sem plano de urbanismo, possui elegantes praças e largas ruas. Conta 15 logradouros, sendo 8 pavimentados e 3 arborizados. Dêsse total, 14 possuem luz elétrica. Dos 407 prédios existentes na cidade, 145 possuem iluminação elétrica.

O logradouro de destaque é a praça Dr. Manoel Vitorino, onde estão localizados os principais prédios, o comércio, igreja e repartições públicas. Funcionam 1 cinema, 1 hotel e 1 pensão.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária é prestada pelo pôsto correspondente, mantido pelo Govêrno do Estado. Existe, também, um pequeno hospital, na fazenda Lagoa do Morro, para atender aos seus empregados, dispondo de 8 leitos. Clinicam na cidade 2 médicos e 1 dentista licenciado. Há duas casas que vendem produtos farmacêuticos. Faz parte o município do Setor número 7, sediado em Santa Inês, do Departamento de Endemias Rurais.

Outro aspecto da Praça Manoel Vitorino

ALFABETIZAÇÃO — Conforme os dados do Recenseamento de 1950, a população de 5 anos e mais era de 11 220 habitantes, da qual sabiam ler e escrever 1 917 pessoas, ou seja, 17,09%.

ENSINO — Existiam, em 1956, 22 unidades escolares do ensino fundamental comum, tendo a matrícula efetiva atingido a cêrca de 1 000 alunos. Das unidades escolares 6 eram estaduais e 16 municipais. Destacava-se o Grupo Escolar Teobaldo Sampaio.

CULTOS RELIGIOSOS — Existe no município a Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, subordinada ao bispado de Amargosa, fundada em 12 de abril de 1921. Conta 2 igrejas, 4 capelas públicas e 1 semipública. Mantém uma associação religiosa. Existe uma igreja batista, que dispõe de uma associação para seus filiados.

Vista parcial de uma feira-livre

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — O povo de Brejões, quase na sua totalidade, é católico apostólico romano, demonstrando o mais vivo interêsse pelo culto religioso. Destaca-se no município a festa em homenagem à padroeira, Nossa Senhora da Conceição, que é composta de novenário, missa festiva e procissão. É celebrada a 8 de dezembro de cada ano. Comemoram-se ainda as festas em homenagem a São Cristóvão, São Cosme e São Damião e os tradicionais festejos juninos em louvor de São João e São Pedro. As festas do Natal também são concorridas.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — Estavam inscritos, em 1954, 3 998 eleitores, e votaram 2 250 nas eleições. São 8 os vereadores em exercício. Exercem funções no município 46 funcionários públicos civis, sendo 6 federais, 14 estaduais, 25 municipais e 1 autárquico.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro abaixo apresenta o resultado das finanças públicas no período de 1950 a 1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	469	182	165	327
1951	—	541	477	185	388
1952	—	453	521	162	411
1953	—	510	937	212	439
1954	—	952	1 114	376	625
1955	—	1 577	1 054	434	1 175
1956	—	2 167	1 519	697	1 319

A Coletoria Federal foi criada em 1957.

Vista de Nova Itarana

JUSTIÇA — O município de Brejões pertenceu, desde sua formação, à comarca de Amargosa. No entretanto, por fôrça da Lei número 175, de 2 de julho de 1949, foi elevado à categoria de comarca de 1.ª entrância, ainda não instalada. Existem 3 cartórios, sendo 2 do Registro Civil. Foram julgados 12 feitos do cível, em 1956.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município denominam-se brejoenses. A origem do nome de Brejões é a seguinte: em 1842, residiam no lugar denominado Lajedo dois portuguêses. Um dos seus escravos fugiu e, chegando em Morro Alegre, local onde hoje está a cidade, descobriu em terras desmoronadas grande quantidade de ouro. Regressando a Lajedo, o escravo comunicou a seus senhores o ocorrido, dizendo-lhes que o local da descoberta situava-se à margem de um rio onde havia muitos brejos. Daí nasceu o nome de rio Brejões e, conseqüentemente, o topônimo do município.

O Prefeito em exercício é o Sr. Edvaldo Ferreira de Sousa, e o Presidente da Câmara: o Sr. Antônio Galvão Peixoto. O primeiro Intendente foi Artur Costa Ferreira, sendo o Conselho composto dos Srs. Pedro Andrade Galvão, Pedro Hipólito de Miranda, Pe. Salvador Vaz Galvão, Pedro Peraldo da Silva, Guilhermino Oliveira Dias, Silvério Moreira Duque, Clementino Sampaio e Flávio Neves Simões.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística — Anterlino Leite Gaspar. — Chefe da Agência de Estatística — Raimundo Cardoso de Andrade.)

BROTAS DE MACAÚBAS — BA

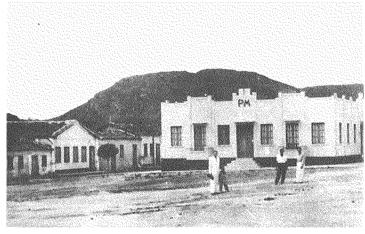
Mapa Municipal no 8.º Vol.

HISTÓRICO — O município de Brotas de Macaúbas, exatamente por causa de sua localização na Zona Fisiográfica da Chapada Diamantina, região mineralógica por excelência, desde priscas eras, despertou e atraiu as ambições dos gananciosos e intrépidos bandeirantes. Com suas terras prenhes de ouro e carbonatos, pois, como nos assegura Manuel Mendes Borges, "o ouro ali é todo de aluvião; é bom afirmar não haver em seu solo, e no de Gameleira, uma área de 1 quilômetro onde não se encontre êsse precioso metal", não é de estranhar que nessa região o pretensioso desbravador Manuel Nunes Viana, o criador dos emboabas, estabelecesse os seus domínios, em 1700, onde se mantinha como verdadeiro Creso, a ponto de o historiador Pedro Calmon alcunhá-lo de "Gerente do Sertão". Pode-se afirmar que o município deve a sua origem ao aparecimento de jazidas carboníferas e auríferas em seu solo, quando das primeiras penetrações, em 1792, pelo português Romão Gramacho, procedente de São Salvador, Capital da Província, o qual denominou êsse novo eldorado Caiam-bola. Segundo o historiógrafo Francisco Borges de Barros, em sua obra "À Margem da História da Bahia", em 1843, o alferes José de Mattos, vindo de outros recantos da mineração diamantina, apanhou diamantes na Chapada Velha, atual distrito de paz do município de Brotas de Macaúbas. Nisso é confirmado pelo contista Olímpio Barbosa, em nota apensa ao seu "Pequeno Album de Lençóis", quando afirma, com certo fundamento, que, "quando o Alferes José de Matos apanhou diamantes na Chapada Velha, já ali era próspera a garimpagem".

Dessa aglomeração humana, nasceu um povoado, iniciado na fazenda de propriedade de Antônio Alves de Oliveira, que, posteriormente, fêz doação de sua herdade à capela aí existente. Pela Lei n.º 256, de 17 de março de 1847, foi o povoado elevado a freguesia, com a denominação de Macaúbas e tendo como padroeira Nossa Senhora das Brotas. O seu primeiro Vigário foi o padre Urbano Pereira da Silva, colado, por Decreto de 31 de maio de 1865, em 15 de agôsto, celebrando na matriz erigida pelo próprio Antônio Alves de Oliveira. Faleceu o padre em 1878, ano em que, a 16 de julho, por Lei provincial n.º 1 817, foi o povoado denominado vila Agrícola de Nossa Senhora de Brotas de Macaúbas, ou, simplesmente, Brotas de Macaúbas, anexando território do de Macaúbas. Sua instalação foi a 20 de junho de 1882. Existe a afirmativa de que, no município de Brotas de Macaúbas, na localidade da Chapada Velha, é que se colheram os primeiros diamantes da província da Bahia. Está, pois, esta linda jóia de oiro e pedrarias, ou êste expoente da lavoura fumageira da Bahia, integralmente localizado, como que a fundir-se e arder, na terrível fornalha do "polígono das sêcas".

Na divisão administrativa de 1911, o município constituiu-se de 4 distritos: — Brotas de Macaúbas, Corrente, Chapada Velha e Jordão, e nos quadros de apuração do Recenseamento Geral (1.º-12-1920) êle figura com os três primeiros dos distritos supracitados, e mais o de Fundão. Em virtude dos Decretos estaduais n.ºs 7 455, de 23 de junho de 1931, e 7 479, de 8 de julho do mesmo ano, tomou o nome de Brotas e absorveu o território do de Oliveira dos Brejinhos, extinto pelo último daqueles decretos.

O município de Brotas permanece, na divisão administrativa do Brasil, referente a 1933, composto de 4 distritos: — o da sede e os de Chapada Velha, Jordão e Barra do Mendes.

Nas divisões territoriais datadas de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937 bem como no quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 10 724, de 30 de março de 1938, pelo qual a vila de Brotas recebeu foros de cidade, o município forma-se de Brotas, Barra do Mendes, Jordão, Morpará e São Francisco, verificando-se o mesmo no quadro territorial vigente no qüinqüênio 1939-1943, estabelecido pelo Decreto estadual n.º 11 089, de 30 de novembro de 1938. Nota-se, todavia, que o distrito de São Francisco passou a denominar-se Saudável, nomenclatura atribuída

Praça Cel. Horácio de Matos

Rua C.el José Campos

pelo Ato municipal n.º 62, de 27 de maio de 1935, do Prefeito, Sr. Nélson Rodrigues Coelho, em obediência ao Decreto federal n.º 311, artigo 10, que coibiu a coexistência da homonímia dos topônimos.

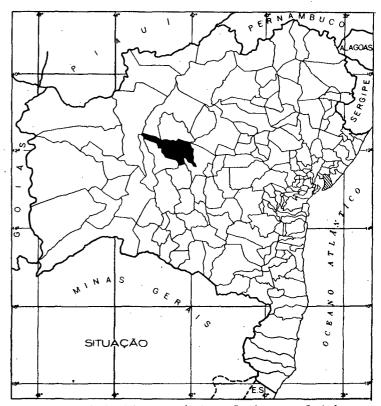
Por fôrça do Decreto-lei estadual n.º 141, de 31 de dezembro de 1943, o município recuperou a antiga denominação de Brotas de Macaúbas, compondo-se, no quadro da divisão judiciário-administrativa do Estado, vigente em 1944-1948, e fixado pelo mesmo Decreto-lei estadual número 141, modificado pelo Decreto estadual n.º 12 978, de 1.º de junho de 1944, dos distritos de Brotas de Macaúbas (ex-Brotas), Barra do Mendes, Ipupiara (ex-Jordão), Morpará e Saudável.

Finalmente, de acôrdo com a Lei estadual n.º 628, de 30 de dezembro de 1953, ora vigente, o município fica composto de 8 distritos: — Brotas de Macaúbas (sede), Barra do Mendes, Ibipetum, Ipupiara, Morpará, Minas do Espírito Santo, Ouricuri do Ouro e Saudável.

É de admitir-se que numa região, onde, desde os primórdios, se mesclaram os insaciáveis anseios pelo ouro, os arroubos desmesurados da bravura, e o ódio indisfarçado da escravidão, a par com a disciplina fanática e a índole muitas vêzes sanguinária das bandeiras aflorassem, como aconteceu no último quartel do século XIX, os vagidos de lutas internas, as querelas, os choques a mão armada, até se consolidarem nos enormes combates e ignominiosas carnificinas que abalaram o município e o caracterizaram, por muito tempo, como um dos mais fortes redutos do banditismo, no Brasil. Daí surgiria mais tarde a figura brava, de herói e de caudilho, de Horácio de Matos, que tem o seu nome ligado à história do município, quiçá à de todo o sertão baiano. Nascido em 18 de março de 1881, na povoação de Chapada Velha, localidade que, pela sua grande influência de garimpagem, veio estabelecer contactos econômicos e sociais com outras circunscrições adjacentes, principalmente com Mucugê e Lençóis, nas quais também vieram a ser descobertas minas de diamantes. Das entabulações comerciais às ingerências da política foi um pulo. E já dos últimos tempos da Monarquia aos primeiros da República, a sanha da politiquice, sempre jocosa, dos partidários Conservadores e Liberais, ali existentes, destilavam a peçonha mortífera dos encontros sanguinolentos entre as hostes de Horácio de Matos e as de seu antagonista, coronel Militão Rodrigues Coelho, que tingiram de rubro e cobriram de crepe a cidade de Campestre e, mais tarde, a de Brotas de Macaúbas e a vila da Barra do Mendes. Êsses fatos tomaram tal vulto que atingiram o govêrno do Estado, na gestão do governador Dr. Antônio Ferrão Muniz de Aragão, tanto quanto na do Dr. José Joaquim Seabra, quando várias expedições policiais foram batidas ou destroçadas e obrigadas a uma capitulação incondicional, repercutindo na Câmara e no Senado Federais, bem como no govêrno da República.

Logo após a Revolução de 1930, porém, foram cambiados para a Capital todos os caudilhos da "política do coronelato" do Interior. Nessa ocasião veio o aguerrido sertanejo Horácio de Matos a encontrar a morte, fria e calculadamente, assassinado por um policial "à paisana", em plena via pública, na cidade do Salvador, no Largo 2 de Julho (atual Praça Duque de Caxias).

E o sol ardente do vale são-franciscano pôde evaporar a poça de sangue e descorar a mancha que embotava a tão notória vila Agrícola de Nossa Senhora de Brotas de Macaúbas, hoje, o progressista município de Brotas de Macaúbas, depois de o govêrno revolucionário de 1930 apreender montões de armas indèbitamente depositadas nas mãos dos "coronéis". Segundo publicação da época, eis, em cifras, o material apresado pelo cap. Otávio Guimarães, só na zona das Lavras Diamantinas: 30 500 fuzis de guerra; 376 quilos de munição; 236 mil cartuchos; 2 fuzis-metralhadoras e duas máquinas para fazer cartuchos.

LOCALIZAÇÃO — O município de Brotas de Macaúbas está localizado na região central do Estado da Bahia e figura dentre os que compõem a bacia do São Francisco. Faz parte da Chapada Diamantina e é irrigado por uma teia de pequenos rios afluentes e subafluentes do São Francisco. A sua parte N.O., onde se encontra o distrito de Morpará, é banhada pelo Nilo brasileiro. A vila do Morpará constitui, assim, o único pôrto fluvial do município. A sede municipal fica localizada em planície cercada por uma cadeia de montanhas, ramificadas da terra da Mangabeira, sendo

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

que esta, com a de Santo Antônio, cortam, como duas linhas paralelas, o município, na direção norte-sul. Totalmente incluído no "polígono das sêcas", limita com os municípios da Barra, Xique-Xique, Gentio do Ouro (ex-Santo Inácio), Seabra, Ibitiara (ex-Bom Sucesso), Oliveira dos Brejinhos e Paratinga (ex-Rio Branco). A sede municipal possui as seguintes coordenadas geográficas: 12° 00' 01" de latitude Sul e 42° 37' 44" de longitude W.Gr. Rumo partindo da Capital do Estado O.N.O., da qual dista em linha reta 439 km.

Vista do Açude de Brotas

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 1 151 metros.

ÁREA — A área é de 6 224 km², colocando-se entre os maiores municípios do Estado, quanto à superfície.

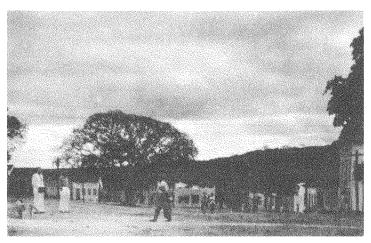
ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O município é de relêvo positivamente acidentado. As suas cadeias e serras ocupam três quartas partes do território, sobressaindo a serra da Mangabeira e a de Santo Antônio, de onde derivam inúmeros contrafortes. Os pontos mais elevados dêsse conjunto orográfico são o pico do Buriti do Ouro e o pico do Morro da Cruz, situados respectivamente nos distritos de Ipupiara e Saudável. Quanto ao sistema potamográfico dêste município, ressalvando-se o São Francisco, que o toca em uma pequena faixa, no seu curso médio-alto, os demais são pequenos rios sem pretensões, salvo o rio Verde, único afluente do São Francisco, nesta região, e que, nascendo na serra do Salitre, é engrossado pelas águas do rio Itaquaraí e do Guaribas, sendo o único rio de regime permanente. Os rios do município não são navegáveis, por serem rios de vertente, não havendo, todavia, cachoeiras, senão pequenos saltos, que não chegam sequer a constituir potencial hidrelétrico.

Conta o município com um reservatório na vila da Barra do Mendes, que é o açude municipal "Dr. Landulfo Alves".

CLIMA — O clima é, em geral, quente e úmido, com variações bruscas de temperatura, mormente no período estival, que atinge os meses de maio a outubro. Uma exceção se faz, entretanto, no distrito de Saudável, que devido ao clima ameno que desfruta, tirou o seu nome dessa causa, ao passo que o distrito de Morpará, por ser um distrito ribeirinho do São Francisco, é, razoàvelmente, insalubre. A temperatura, na sede municipal, apresentou em 1955 os seguintes dados: média das máximas — 28°C; média das mínimas — 15°C; média compensada — 22°C. No período hibernal ocorrem (mui raramente) chuvas copiosas e às vêzes granizo, causando de certo modo prejuízos à lavoura. A precipitação anual é em média da casa de 500 mm.

RIQUEZAS NATURAIS — As grandes minas e jazidas de ouro e diamantes, que nos primeiros tempos enriqueceram tantos, hoje se encontram quase exauridas. Todavia, o solo pródigo, em compensação, oferece grande quantidade de cristal de rocha, que, no momento, é a maior riqueza do município. Ainda se pode classificar neste capítulo a produção de carbonatos. De origem vegetal, encontram-se madeiras, tais como peroba, pau-d'arco e vinhático; em plantas medicinais, contam-se a poaia, pau-d'óleo, umburana e muitas outras. Quanto à fauna, há grande quantidade de onças, veados, caititus, cutias, tatus, etc., e de aves tais, como perdizes, codornizes, zabelês, jacus, papagaios, etc. A pesca para fins comerciais, realiza-se no distrito de Morpará, na confluência do rio Pará-Mirim, com o São Francisco. No açude, a pesca efetua-se tão-sòmente com o fito de produzir alimentação para os habitantes da Vila de Barra do Mendes.

POPULAÇÃO — A população, em 1950, era de 25 342, sendo 12 187 homens e 13 155 mulheres, divididos em 2 546 pretos, 8 967 brancos e 13 788 pardos, êstes, como se vê, em mais quantidade. Quanto ao estado civil, os casados constituíam a maioria de 7 376 contra 5 966 solteiros, além de 1 desquitado e 946 viúvos. Na zona rural se encontravam estabelecidos 77,47% da população do município. A população estimada para 1957 é de 29 000 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Existiam em 1950 quatro aglomerações urbanas: Cidade de Brotas de Macaúbas, 1 083 pessoas e vilas de Ipupiara, 1 456 hab., Morpará, 1 145 hab. e Saudável, 211 habitantes. Em 1953, com a criação de novos distritos, surgiram mais os núcleos urbanos de Ibipetum, Minas do Espírito Santo e Ouricuri do Ouro; a primeira com população perto de 1 000 pessoas, e as duas últimas, com menos de 500 habitantes, cada. A população da cidade estimada para 1.° de julho de 1957 é de 1 200 habitantes.

Praça Dr. João Borges

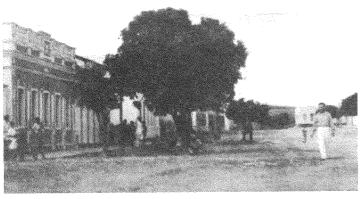
OUTRAS AGLOMERAÇÕES — Além da cidade e das vilas, o município conta com mais 26 povoados, os mais populosos dos quais são: Antari, 265 pessoas, Lagoa de Dentro, 245 hab., Canabrava do Gomes, 240 hab., Mucambo, 230 hab., Feira Nova, 190 hab. Cocal, 180 hab., Caldei-

rão, 180 hab., Mata do Bom Jesus, 160 hab., Pé do Morro, 150 hab. e Santo André 120 habitantes.

ATIVIDADE ECONÔMICA — Apesar de o município de Brotas de Macaúbas estar situado na maior zona mineralógica do Estado, as pessoas em atividade (10 anos e mais) no ramo da indústria extrativa, segundo o Recenseamento de 1950, eram tão-sòmente 197 homens e 17 mulheres. As atividades "agricultura, pecuária e silvicultura" (depois de "Atividades domésticas") eram o ramo que mais ocupava pessoas, atingindo uma cifra de 38,1% da população em idade ativa. A atividade fundamental à economia municipal é a cultura do fumo, cuja produção, em 1955, atingiu a casa dos 12 600 milhares de cruzeiros. Em segundo plano vem a extração do quartzo, quartzo ou cristal de rocha, que subiu no mesmo ano a um milhão de cruzeiros.

Agricultura — A produção agrícola foi superior a 33 milhões de cruzeiros, em 1955, sobressaindo, como dito acima, a produção do fumo em corda. Seguem-se a mandioca, o aipim, o arroz e o café (beneficiado).

Pecuária — Dentre os rebanhos, leva vantagem o do gado bovino, com 16 400 cabeças, seguido dos ovinos e caprinos, com, respectivamente, 10 mil e 3 700 cabeças.

Indústria — No campo da indústria extrativa, apesar de o município de Brotas de Macaúbas não ser um dos exponenciais no Estado, sua contribuição, contudo, não é desprezível. No ano de 1955, a indústria extrativa mineral alcançou uma cota de 1 326 milhares de cruzeiros, destacando-se as produções de cristal de rocha, carbonatos e diamantes. A indústria extrativa animal vem em seguida, sendo principal fator a pesca, seguida da cêra e do mel de abelhas e peles de animais silvestres.

Rua Padre Carrilho

Em sentido geral, a produção industrial alcançou em 1955 o valor de 21 milhões de cruzeiros, aproximadamente.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é apenas cortado por estradas municipais de leito conservado, interligando a sede municipal às sedes dos municípios circunvizinhos e a algumas vilas distritais, sendo a mais importante a estrada Brotas de Macaúbas — Seabra, com 126 quilômetros de percurso, numa pista de rolamento de 2 e meio metros de largura. Liga-se à Capital Federal, via mista (rodovia 108 km, fluvial 859 km e ferroviária 1 006 km ou rodovia 446 km e ferrovia 1 421 km) e à Capital do Estado, rodovia 948 km e via mista (rodovia 108, fluvial 512 km e ferrovia 578). Liga-se ainda aos municípios limítrofes da Barra: via mista: rodovia e fluvial — 181 km; Ibitiara: vicinal — 108 km; Gentio do Ouro: vicinal — 126 km; Oliveira dos Brejinhos: a) rodovia — 90 km; b) vicinal — 72 km; Paratinga: vicinal — 141 km; Seabra: vicinal — 126 km; Xique-Xique: a) rodovia — 178 km; b) vicinal — 178 km. Possui um pôrto fluvial (Morpará) servido por vapôres da Emprêsa Viação Baiana do São Francisco, da Companhia Indústria e Viação de Pirapora e da Navegação Mineira do São Francisco. O município tem um campo de pouso com pista de 1 000 metros.

Rua Joviniano Rosa

Funcionam aí os seguintes serviços de comunicações: agências postais-telegráficas, na sede municipal e no distrito de Morpará, e agências postais nos distritos de Ipupiara, Barra do Mendes e Ibipetum. Tôdas estas são interligadas pelo serviço de telefone "seletivo". Funciona ainda, na sede do município um serviço de alto-falantes.

COMÉRCIO E BANCOS — As transações comerciais do município são feitas com as praças de Oliveira dos Brejinhos, Seabra, Gentio do Ouro, Juàzeiro e Salvador (na Bahia), Belo Horizonte, Rio e São Paulo. Existem, na sede municipal, 14 estabelecimentos varejistas. O giro comercial, em 1956, alcançou 48 milhões de cruzeiros. O salário-mínimo em vigor para o município é de 2 000 cruzeiros.

Não possui o município nenhuma agência bancária, todavia as operações desta ordem são efetuadas através de um correspondente que ali reside.

O município possui dois mercados públicos, um no distrito-sede e outro no de Ipupiara, onde a população se abastece, e mais as feiras semanais, na Barra do Mendes, Ibipetum, Minas do Espírito Santo, Chapada Velha e o Brejo.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Brotas de Macaúbas, com 1 083 almas, sendo 439 homens e 644 mulheres (147 mulheres para cada 100 homens), fica numa planície cercada de montanhas e na altitude de 1 151 metros, com 7 vilas (3 com mais de 1 000 habitantes). Conta a cidade 20 logradouros, dos quais 9 pavimentados e 8 com iluminação pública. Possui a sede 381 prédios, com luz elétrica instalada em 52 dêles, tendo sido o consumo total de energia, em 1955, igual a 9 600 kWh. Existem as seguintes repartições públicas: Prefeitura Municipal, Agência Municipal de Estatística, Agência Postal-telegráfica do D.C.T., Coletoria Federal, Coletoria Estadual e seis unidades escolares. Estão localizadas na sede 9 pensões.

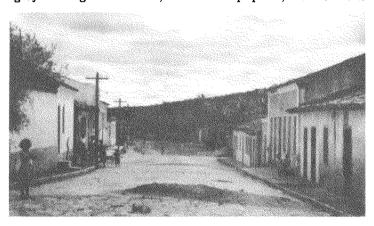
ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A população tem assistência médico-sanitária através do Pôsto de Combate à Malária, localizado no distrito de Morpará, e do Pôsto de Combate ao Tracoma, no distrito-sede, êste com um contingente (em 1956) de 1 médico, 2 enfermeiros, 1 visitador e 4 guardas. Ambos os postos pertencem ao Departamento Nacional de Endemias Rurais, Setor da 11.ª zona, sediada no município de Juàzeiro. Exercem a profissão, na cidade, 1 médico, 3 dentistas, 3 farmacêuticos e 2 enfermeiros. Funcionam 6 farmácias.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com o Recenseamento de 1950, na população de 932 habitantes de 5 e mais anos, a cota dos que sabiam ler e escrever era de 590, sendo 261 homens e 329 mulheres.

ENSINO — Funcionavam 53 unidades escolares do ensino primário fundamental, em 1956, atingindo a matrícula efetiva 1 906 alunos de ambos os sexos. Eram 24 unidades estaduais e 29 municipais, sendo 6 das estaduais localizadas na sede, e as demais, incluindo 8 cursos supletivos, nas vilas e povoados.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — A vida cultural é positivamente exígua. Existem 5 bibliotecas, sendo duas públicas e três de caráter particular. As públicas são a da Prefeitura Municipal, com, aproximadamente, 300 volumes e da Agência Municipal de Estatística, com 605 exemplares.

Demais, promovem-se de quando em quando e eventualmente algumas encenações teatrais, por grupos de amadores, inteligentemente organizadas, mas de modesta expressão técnica, não logrando elevar-se a um movimento cultural.

CULTOS RELIGIOSOS — Do sincretismo religioso primitivo, oriundo das seitas indígenas e dos negros escravos das bandeiras desbravadoras, aos exploradores charlatães do curandeirismo e às práticas dos ritos e liturgias teológicas, todos aí existentes, as primeiras, com a evolução e o aclaramento da inteligência popular, vêm cedendo terreno às religiões, dentre as quais sobreleva a Católica Romana, de quase secular implantação aí. Há uma igreja paroquial, na sede do município, cujo orago é Nossa Senhora de Brotas, além de outras 34 capelas, espalhadas por tôda a área municipal, sendo as principais as das vilas de Morpará, Ipupiara e Barra do Mendes. Todo êste conjunto está eclesiàsticamente subordinado ao bispado da Barra. Segue-se a existência do culto protestante, com a instalação da Igreja Evangélica Batista, na vila de Ipupiara, além de suas duas entidades apêndices: "Sociedade das Senhoras" e "União da Mocidade Batista e Sociedade Juvenil". Finalmente, o Culto Espírita, organizado no Centro Espírita "Olímpio Ribeiro" (dependência residencial), na vila de Barra do Mendes.

Rua C.el José João

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Os atuais festejos populares, sem mais aquêle arrôjo, brilho e entusiasmo de outrora, são o "reisado", na sede e nas vilas distritais. Consiste na formação de grupos de rapazes, de môças e, algumas vêzes, de crianças, antecipadamente ensaiados e que se apresentam, de 6 até o fim de janeiro, nas ruas ou em visitas a casas residenciais, ostentando várias denominações, as mais pitorescas como: "Rancho das Tabaroas", "Rancho do Boi", "Cordão das Flôres", etc. Há também os "reisados" ou "reis", da gente humilde, sem imposição de trajes, que entoam cânticos acompanhados de violas, pandeiros, flautas-de-cana, tambores e palmas das mãos. Há os "presepes", exibições de mostras cenográficas, que se montam nas salas das casas residenciais e naves de igrejas e capelas, onde se dispõe em forma de vales, colinas e prados, uma variedade de miniaturas, — geralmente da estatuária popular em cerâmica, ao lado de pequenas imagens de vultos de agiografia católica, sendo indispensável mesmo a presença da cocheira, com manjedoura, animais e palhas, onde as figuras sagradas de São José e Nossa Senhora, e, em muitos, também, os reis magos, contemplam a inocente efígie do Menino Jesus. Êstes "presepes" ficam assim armados e expostos desde o Natal até às últimas festas de princípio do novo ano.

Outro empreendimento popular conhecido e praticado no município é o chamado "boi", aliás o mesmo denominado em outras regiões do Brasil por "Adjitório", "batalhão", "junta" ou "mutirão", que, a rigor não chega a ser mesmo uma festividade, pois consiste em um ajuntamento de amigos e vizinhos, que se reúnem e, sem qualquer remuneração, ajudam a fazer, por exemplo, uma casa (via de regra, de paredes de barro a sopapo), um roçado, uma plantação ou uma limpa (de roçado).

Os festejos religiosos realizam-se anualmente pela Páscoa, Espírito Santo, 24 de junho e 8 de dezembro.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O govêrno da Comuna é representado por um prefeito e uma câmara municipal composta de 12 vereadores eleitos pelos votos de 5 247 eleitores, no pleito de 1954. Estão em exercício na área municipal 75 funcionários públicos, assim classificados: 22 federais, 29 estaduais (incluindo professôras), 23 municipais e 1 autárquico.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro abaixo apresenta o resultado das finanças públicas.

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	187	734	483	...	391
1951	221	1 129	1 245	...	938
1952	209	944	797	...	1 021
1953	220	1 005	1 131	...	1 248
1954	231	1 649	1 166	...	995
1955	407	2 377	1 238	455	1 199
1956	399	2 287	1 514	713	1 687

JUSTIÇA — Segundo o estabelecido pelo Ato estadual de 3 de agôsto de 1882, Brotas de Macaúbas era têrmo judiciário da comarca do Rio São Francisco, com sede na cidade de Barra do Rio Grande. A comarca de Brotas foi criada pela Lei estadual n.º 280, de 6 de setembro de 1898, composta pelos têrmos de Brotas e Gameleira (do Açuruá). Pelo Decreto estadual n.º 266, de 4 de outubro de 1904, foi extinta, passando Brotas a têrmo da comarca de Macaúbas e Gameleira a fazer parte do têrmo de Xique-Xique. Pela Lei estadual n.º 1 119, de 21 de agôsto de 1915, passou Brotas a têrmo da comarca de Xique-Xique (restaurada por essa mesma lei). Na divisão territorial de 1936, vamos encontrar Brotas, já com a denominaçãc de Brotas de Macaúbas, fazendo parte da comarca da Barra, como têrmo judiciário. Segundo a divisão territorial de 31 de dezembro de 1937, bem como no quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 10 724, de 30 de março de 1938, o município se constitui têrmo de Brotas, subordinado, ainda, à comarca da Barra, verificando-se o mesmo no quadro territorial em vigor no qüinqüênio 1939-1943, estabelecido pelo Decreto estadual n.º 11 089, de 30 de novembro de 1938.

Em face do Decreto-lei estadual n.º 141, de 31 de dezembro de 1943, o têrmo passou a denominar-se Brotas de Macaúbas.

No quadro da divisão judiciário-administrativa do Estado, fixado pelo citado Decreto-lei n.º 141, e modificado pelo Decreto estadual n.º 12 978, de 1.º de junho de 1944, quadro êsse que vigorou no qüinqüênio 1944-1948, o município de Brotas de Macaúbas (ex-Brotas) passou a ser têrmo da comarca de Paratinga. Todavia, em razão do Decreto-lei estadual n.º 519, de 19 de junho de 1945, criou-se a comarca de Brotas de Macaúbas, que ficou constituída, ùnicamente, do têrmo do seu nome. Conta a referida comarca com 20 cartórios, sendo 8 do Registro Civil. Foram julgados apenas 6 feitos em 1956, todos no cível.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município denominam-se brotenses. O prefeito atual é o Sr. Gaudêncio Oliveira e o presidente da Câmara, o Senhor Osvaldo Rosa.

O primeiro Prefeito do município foi o Sr. Antônio Sodré de Araújo Barreto, empossado em 1882.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística por Antônio Mário dos Santos. — Chefe da Agência Municipal de Estatística: Ramilton Pereira da Silva.)

BRUMADO — BA

Mapa Municipal no 8.º Vol.

HISTÓRICO — O município de Brumado situa-se em terras outrora pertencentes à fazenda do Campo Sêco. O padre André Antunes da Maia herdou a fazenda do Campo Sêco de seu pai, João Antunes Moreira, e a vendeu, em 30 de junho de 1749 a José de Sousa Meira.

A fazenda do Campo Sêco foi alienada por 1.462$700, com 232 cabeças de gado vacum, 105 cabeças de gado cavalar e um negro chamado Manuel, de nação Mina. Em 1755, a fazenda do Campo Sêco já pertencia ao Familiar do Santo Ofício, Miguel Lourenço de Almeida. A fazenda Serra das Éguas, hoje célebre pelas jazidas de magnesita, pertencia, em 1764, ao já referido padre André Antunes da Maia. Se o capitão Francisco de Sousa Meira chegou àquela região em fins do século XVIII, naturalmente que a encontrou já com uma paisagem cultural formada pela ação colonizadora de Miguel Lourenço de Almeida e seus antecessores. Após uma rápida estada ali, o capitão Francisco de Sousa Meira tomou novas iniciativas a fim de dar prosseguimento à sua rota para a conquista, em o nosso continente, de um lugar aprazível onde se pudesse fixar satisfatòriamente.

Visando principalmente aos pontos mais acessíveis, em sua passagem, transpôs uma vasta região do território brasileiro, deslocando-se mais para o centro dos sertões do que para o litoral.

Dispunha, como todos os colonizadores da época, de turmas de aventureiros, que empregava nas explorações e pesquisas pelo interior.

O seu maior trabalho era oferecer resistência às tribos selvagens, que, embora se fôssem dispersando à aproximação dos visitantes, costumavam, entretanto, atacá-los à traição.

Esperançosos, continuavam os novos exploradores, gradativamente, conquistando terras pelas encostas da serra das Almas, por onde atingiram a bacia do rio das Contas, cuja nascente, naquela serra, atravessa larga extensão do território da cidade do mesmo nome, outrora — Minas do Rio de Contas.

Presume-se que dali partindo em 1813, os aventureiros atravessaram o rio Brumado, oriundo da mesma serra, margeando pelo seu flanco direito até atingirem a foz do rio do Antônio.

Daquele ponto, galgando o vale do mesmo rio, localizaram uma aldeia de índios ferozes, aos quais ofereceram sério combate nas proximidades do local onde se acha situada atualmente a cidade de Brumado. Deram a êsse ponto a denominação de "Conquista" e aí permaneceram por algum tempo.

Premido, porém, pelas lutas que, de quando em vez, o castigava, dada a impetuosidade devassadora dos indígenas, resolveu o cap. Francisco de Sousa Meira transferir-se com todo o seu séquito de aventureiros para uma posição mais cômoda. Subiu pela margem esquerda do rio do Antônio e se fixou numa área mais ou menos calma, onde fundou uma fazenda, que denominou — Bom Jesus do Campo Sêco.

Prefeitura Municipal

Com o decorrer dos anos e com a evolução natural que se verificou no seio da fazenda, criou-se mais abaixo — aproximadamente três léguas — pela mesma margem do rio, uma pequena povoação que foi tomando vulto, dados os êxitos obtidos pelos esforços titânicos dos aventureiros, que, nesta altura, já se empregavam de corpo e alma nas explorações agrícolas e na pecuária, dando vida à povoação, que seria mais tarde a sede do município de Brumado.

Igreja Matriz

Essa povoação tomou o nome de Bom Jesus dos Meiras e foi erigida em freguesia pela Lei provincial n.º 1 091, de 19 de junho de 1869. Pela Lei provincial n.º 1 756, de 11 de junho de 1877, foi elevada à categoria de vila e criado o município com território desmembrado do de Caetité, ocorrendo sua instalação em 11 de fevereiro do ano seguinte.

Na divisão administrativa do Brasil concernente ao ano de 1911, o município de Bom Jesus dos Meiras — compunha-se de um só distrito — o do mesmo nome.

Por fôrça dos Decretos estaduais n.ºs 7 455, de 23 de junho de 1931, e 7 479, de 8 de julho do mesmo ano, o município passou a denominar-se Brumado, figurando na divisão administrativa do Brasil — relativa ao ano de 1933 — com quatro distritos: Brumado, São Pedro, Santa Bárbara dos Casados e Ôlho d'Água. Êsses mesmos distritos constituíram o município de Brumado na divisão territorial de 31 de dezembro de 1936.

De acôrdo com a divisão territorial de 31 de dezembro de 1937, bem como com o quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 10 724, de 30 de março de 1938, Brumado passou a compor-se de cinco distritos: Brumado, Cristais, Olhos d'Água (anteriormente Ôlho d'Água), Santa Bárbara dos Casados e São Pedro.

No quadro territorial vigente no qüinqüênio 1939-1943, estabelecido pelo Decreto estadual n.º 11 089, de 30 de novembro de 1938, continuou o município com a mesma composição. Entretanto, os distritos de Santa Bárbara dos Casados, Olhos d'Água e São Pedro tiveram mudados seus topônimos para Ubiraçaba, Itaquari e Aracatu, respectivamente.

No quadro da divisão judiciário-administrativa do Estado, fixado pelo Decreto-lei estadual n.º 141, de 31 de dezembro de 1943 e modificado pelo Decreto-lei estadual número 141, de 31 de dezembro de 1943, ainda modificado pelo Decreto estadual n.º 12 978, de 1.º de junho de 1944, divisão essa que vigorou no qüinqüênio precedente, Brumado permanece com os mesmos distritos, notando-se, porém, que o distrito de Cristais passou a ter a denominação de Cristalândia.

Atualmente, de acôrdo com a Lei 628, de 30 de dezembro de 1953, o município está formado administrativamente pelos cinco distritos seguintes: Brumado, Aracatu, Cristalândia, Itaquaraí e Ubiraçaba.

LOCALIZAÇÃO — O município de Brumado se localiza na Zona Fisiográfica da Serra Geral. O seu território está totalmente incluído no Polígono das Sêcas, situando-se no vale do rio de Contas. Limita com os municípios de Caculé, Caetité, Livramento do Brumado, Ituaçu, Poções, Rio de Contas e Tremedal.

A sede municipal possui as seguintes coordenadas geográficas: 14° 12' 14" de latitude Sul e 41° 39' 49" de longitude W.Gr. Fica no rumo O.S.O. partindo da Capital do Estado, da qual dista 352 km, em linha reta.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 413,058 metros, tomando por referência a chapa cravada à esquerda da porta principal da estação ferroviária.

ÁREA — A área é de 4 959 km².

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Território bastante acidentado. Existem os seguintes acidentes geográficos: *Rios* — Cortam o município, em várias direções, os rios de Contas, do Gavião, do Brumado, de São João, do Antônio, e Jataí, os quais não são navegáveis. *Serras* — Linda, do Sítio, Sambambaia, São Domingos Santa Maria, das Éguas e Morro da Pedra Preta, eis os nomes das serras do município.

Existe também uma queda d'água captável para produção de energia elétrica, que ainda não foi aproveitada.

CLIMA — Quente, porém bastante saudável. A temperatura em 1956 apresentou os seguintes dados: média das máximas — 36°C; média das mínimas — 23°C e média compensada — 29°C.

O município é sujeito a longas estiagens, tendo a precipitação pluviométrica atingido em 1956 apenas 74,1 mm.

RIQUEZAS NATURAIS — O território do Brumado é um dos mais ricos em minério, principalmente em todo o subsolo da serra das Éguas, a 6 km da cidade, onde existem jazidas de ferro, esmeralda, opalas, topázios, turmalinas, mármore e grafite, tôdas inexploradas.

Na mesma serra existem jazidas de magnesita e talco, grandemente exploradas pela emprêsa Magnesita, S. A.

De origem vegetal, há madeiras em geral e ouricurizeiros, extraindo-se dêstes a cêra e o pó da palha.

POPULAÇÃO — A população do município recenseada em 1950 era de 36 631 habitantes, sendo 17 709 homens e 18 922 mulheres. Declararam-se brancos 18 828, pretos 3 516 e pardos 14 253. Do total da população, 88,29% se localizam na zona rural.

Dentre os habitantes de 15 anos e mais encontraram-se 7 176 solteiros, 10 982 casados, 2 desquitados e 1 023 viúvos.

A população estimada para 1957 é de 45 629 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Existem no município, conforme o Censo de 1950, cinco aglomerações urbanas com as seguintes populações: cidade de Brumado 3 012 hab. e as vilas de Aracatu 508 hab., Cristalândia 134 hab., Itaquaraí 474 hab. e Ubiraçaba 160 habitantes.

A estimativa da população da cidade para 1957 é de 6 400 habitantes.

OUTRAS AGLOMERAÇÕES — Além da cidade e das vilas, o município conta ainda os povoados seguintes, cujas populações estimadas para 1957 mencionamos: — Malhada da Pedra 600 hab., Catiboaba 500 hab., Umburana 350 habitantes, Laje do Gavião 250 hab., Periqueri 200 hab., Piabanha 120 hab., Bernardo José 110 hab., Samambaia 100 hab., e outros pequenos povoados com menos de 100 habitantes.

ATIVIDADE ECONÔMICA — De acôrdo com o Recenseamento de 1950, 34,21% da população em idade ativa (10 anos e mais) do município dedicam-se ao ramo "agricultura, pecuária e silvicultura".

Praça da Matriz

As atividades fundamentais à economia do município são a indústria extrativa mineral, que alcançou em 1956 o total de 40 milhões de cruzeiros, e a lavoura do algodão, da qual Brumado, cujas terras são propícias ao desenvolvimento da cultura, é um dos maiores produtores do Estado.

Agricultura — A produção agrícola foi superior, em 1955, a 13 milhões de cruzeiros, contribuindo com maior valor o algodão, com 6 588 milhões de cruzeiros, seguido da mandioca brava, do feijão, da cana-de-açúcar e do milho. A Inspetoria Regional de Fomento Agrícola do Ministério da Agricultura mantém no município uma Usina de Beneficiamento de Algodão para atender aos agricultores.

Os principais centros compradores dos produtos agrícolas são: Salvador, São Paulo e Rio de Janeiro.

Pecuária — Existiam no município, em 1956, 1 391 propriedades agropecuárias, com valor venal superior a 7 milhões de cruzeiros. O rebanho existente é estimado em: bovino — 21 600, eqüinos — 5 200, asininos — 6 100, muares — 6 000, suínos — 35 000, ovinos — 22 000 e caprinos — 61 000 cabeças.

Indústria — A produção industrial alcançou em 1955 valor superior a 5 milhões de cruzeiros, sobressaindo o beneficiamento do algodão, seguido do fabrico de aguardente de cana, de massas alimentícias, couros e peles, telhas e tijolos.

Artesanato — Sendo o município grande centro produtor de algodão, é o artesanato da tecelagem manual bastante desenvolvido com o fabrico de rêdes, mantas, coxinilhos, panos e toalhas diversas. Também é de se mencionar o artesanato estacional do doce de umbu.

Em 1868, o cel. Exupério Pinheiro Canguçu montou, na fazenda do Brejo do Campo Sêco, uma siderurgia artesanal. Frederico Guilherme de Virmond entregou em 1868 ao eng.º Hevaux, para exame, amostras de minério de ferro da Serra das Éguas. O resultado acusou um rendimento de 40% a 45% de ferro metálico. Também o eng.º militar brasileiro, Antônio de Sena Madureira, opinou sôbre a fundição do cel. Exupério, em 1870.

Em seu livro *Uma Comunidade Rural do Brasil Antigo*, escreve o historiador e sociólogo campineiro, Licurgo Santos Filho: — "Sôbre peças, instrumentos e artefatos outros fabricados pelos ferreiros do Campo Sêco, de Bom Jesus e de Caetité, lê-se no "Livro de Razão" que êles confeccionaram, em ferro e em aço, foice, cabeção, esporas, rosetas de esporas, pregos, êstes de vários tipos e tamanhos,

como "pregos grandes", "pregos miúdos", "preguinhos", "pregos de engelha" (seriam pregos rugosos, semelhantes ao parafuso?), pregos riparos (pregos para ripas), "pregos soalheiros" (pregos para tábua de assoalho), e mais dobradiças de portas, cravos de ferraduras, ferraduras, guarda-mão e coice de espingarda, alvados de foice ("alvado" é o conjunto ou "raiz" da ferramenta, onde se adapta o cabo; no alvado está compreendido o "olho", que é o vão, pròpriamente dito), fuzis de serra braçal (a "serra braçal", grande serra de aço manejada por braços, exigia o trabalho de dois serradores, um de cada lado; os "fuzis" são pequenos arcos de ferro que prendem a serra à testeira), fuzil de pederneira, fechaduras, espelhos de fechaduras, chaves, "chapa" de cangalha, "espigens" de argola (espigas ou pequenos cravos, grossos numa ponta e delgados noutra, que se empregam para juntar as duas extremidades de uma argola de ferro, penetrando no orifício pela ponta mais fina), estribos, "fusos e veios de roda" de fiar (peça roliça de pau, grossa na base e afinando para a extremidade, o fuso foi usado nos trabalhos de fiação, para torcer e enrolar o fio). A instalação do Brejo seria uma forja do tipo catalão, semelhante às fundições existentes em Minas Gerais na mesma época. Nela tudo foi da iniciativa de Exupério. Utilizando-se da mão-de-obra escrava, êle mesmo fabricou o carvão, extraiu o minério com explosões de dinamite, triturou blocos por meio de pilões, avivou o fogo com o sôpro do fole de couro, e estirou e martelou o metal em ignição com o longo martelo de cauda. Foles e pilões foram movidos não por água, mas a mão. E o carvão local, impuro e não cirandado, dificultou sobremaneira a obtenção de temperatura suficiente para a perfeita ignição". (Capítulo XXI — "A Siderurgia").

De referência ao artesanato têxtil, recorramos ao Senhor Risério Leite:

O município de Brumado, no alto sertão baiano, cristaliza uma grande tradição no campo do artesanato têxtil. Licurgo Santos Filho, em seu livro "Uma Comunidade Rural do Brasil Antigo", ensaio em que estuda a fazenda Brejo do Campo Sêco, localizada em Brumado, revela dados altamente expressivos. Leiamos:

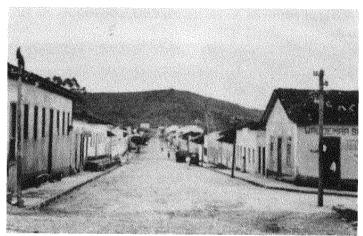
1.º — "Quanto às negras, participaram elas dos trabalhos na engenhoca, na fabricação de farinha, nos serviços domésticos e de costura, e na fiação e tecelagem do algodão, para a confecção do pano que vestiu os escravos. Êsse pano grosseiro de algodão, da manufatura caseira, também forneceu o vestuário quotidiano, de trabalho, dos brancos do Campo Sêco". (Página 36).

2.º — "Todo o serviço de pintura do Sobrado (do Brejo) e dependências foi tratado com o pintor José Antônio Pinto pela importância de 250$000, sendo 90$000 em dinheiro e o restante em pano de algodão a meia pataca a vara". (Página 93). Também o artífice Domingos Pereira, que trabalhou na construção da casa-grande, recebeu salários em pano de algodão a meia pataca a vara". (Página 92).

3.º — "O beneficiamento ou descaroçamento do algodão, para separar a fibra das sementes foi efetuado no Campo Sêco por meio de uma "roda dágua para escaroçar algodão", construída em 1802, e pela qual Pinheiro Pinto pagou a quantia de 39$000. Feito por um mestre-carpinteiro, o descaroçador constava de dois cilindros de madeira que giravam em sentido contrário, impulsionados pela roda dágua". (Página 275). O Brejo do Campo Sêco teve os seguintes senhores: Miguel Lourenço de Almeida (o Familiar do Santo Ofício), Antônio Pinheiro Pinto, Inocêncio José Pinheiro Canguçu e Exupério Pinheiro Canguçu. Tomás da Silva Ribeiro foi quem construiu a roda dágua para descaroçar algodão, ralar mandioca e pisar milho.

4.º — "Entre as "obras que meu sogro Mel. Mathias tem me feito", Pinheiro Pinto lançou no "Livro de Razão", em 1801, 3 rodas de fiar, pelas quais pagou 6$560. Manejadas pelas negras escravas — as fiandeiras — essas três rodas estenderam a fibra do algodão, reduzindo-a ao fio com o qual foi tecido o pano nos teares do Campo Sêco. Posteriormente, em 1803, o mesmo — mestre-carpinteiro construiu mais três outras rodas de fiar, pela importância de 6$000". (Página 287).

5.º — "Ao tempo do último senhor do Brejo (Exupério Pinheiro Canguçu), teares domésticos ali fabricavam pano de algodão para peças de vestuário, cobertas, rêdes, toalhas". (Página 289).

6.º — "Em 1797 a mãe de Pinheiro Pinto teceu uma rêde que foi adquirida por um seu parente, pela quantia de 3$000. Em 1807, um certo José Antônio, morador em Santa Rita, levou uma por 3$200. Em 1811, Antônio de Sousa foi debitado em 2$560 por 1 rêde de dormir, enquanto que outra foi vendida por 4$000. As peças vendidas no Campo Sêco, ali foram tecidas por método manufatureiro ainda com toque indígena". (Página 412).

Rua Izupério Canguçu

O artesanato têxtil de Brumado poderia fornecer mão-de-obra às indústrias de tecidos que viessem a ser instaladas.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade de Brumado liga-se à Capital Federal, à Capital Estadual e às cidades vizinhas, pelos seguintes meios de transporte: à Capital Federal, rodovia 1 346 km e ferrovia 1 599 km; à Capital do Estado, rodovia 684 km e ferrovia 630 km; às cidades vizinhas de Caculé, rodovia 84 km e ferrovia 85 km; Caetité, rodovia 100 km; Condeúba, rodovia 122 km; Ituaçu, rodovia 85 km e ferrovia 65 km; Livramento do Brumado, rodovia 91 km; Poções, rodovia 219 quilômetros; Rio de Contas, rodovia 103 km e Tremedal, rodovia 228 km.

A cidade é servida pela Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, cuja estação foi inaugurada em 11 de fevereiro

de 1946. Existem ainda no município estações desta ferrovia, nas localidades de Umburanas, Catiboaba e Malhada da Pedra.

A emprêsa de ônibus Brasil, Ltda. serve também o município, fazendo a linha Vitória da Conquista—Brumado—Caetité. A rodovia Ilhéus—Goiás corta o município, passando pela cidade.

Existe, ainda, um pequeno campo de pouso para aterrissagem de aviões teco-teco e médios.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio mantém transação com as praças de Salvador, São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro, de onde importa ferragens, louças, produtos farmacêuticos, tecidos, estivas em geral e outros artigos. Exporta para Salvador e Belo Horizonte algodão, magnesita e talco. O salário-mínimo oficial fixado é de Cr$ 2 000,00.

Há na sede 10 estabelecimentos atacadistas e 30 varejistas, tendo o giro comercial atingido em 1956 — 100 850 milhares de cruzeiros.

Na sede municipal funcionam dois estabelecimentos bancários: agência do Banco da Bahia, S. A. e agência do Banco Econômico da Bahia S. A., inauguradas em 13 de outubro de 1954 e 12 de março de 1953, respectivamente.

A feira semanal é realizada na sede, aos sábados.

ASPECTOS URBANOS — A cidade tem formato mais ou menos linear em sentido paralelo à ferrovia e fica situada à margem esquerda do rio do Antônio, afluente do rio Brumado.

Fiandeira — tecelã (trabalho artesanal, típico da região)

Funcionam o Cine Cairu, com lotação de 203 cadeiras, e 11 pensões.

Dos 15 logradouros existentes, 10 estão pavimentados, sendo 8 com pedras irregulares e 2 com paralelepípedos, 1 arborizado e 12 iluminados com luz elétrica. Existem 198 prédios servidos de luz elétrica. O consumo de energia elétrica, para fins de iluminação pública e particular, foi, em 1956, de 50 160 kWh.

A cidade é servida por Agência Postal-telegráfica do D.C.T., e possui uma livraria.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Funcionam o Pôsto de Higiene Estadual e o Ambulatório Médico Doutor B. Menezes, mantido pelo Centro Espírita Fraternidade. O Departamento Nacional de Endemias Rurais tem sediado na cidade o Setor n.º 13 que superintende os serviços sanitários de dez municípios da Região.

Exercem a profissão, na sede, três médicos, dois dentistas e dois farmacêuticos. Existem duas farmácias.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A União Operária Brumadense e os postos acima indicados prestam assistência aos pobres. Existe a Cooperativa Mista de Brumado, Resp. Ltda., de crédito e venda.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com o Recenseamento de 1950, a população de 5 anos e mais é de 30 265, sendo 14 545 homens e 15 720 mulheres. Dessa população sabiam ler e escrever 4 559 pessoas (2 843 homens e 1 716 mulheres), ou seja, 15,06% da população de 5 anos e mais.

ENSINO — Em 1956 funcionaram 24 unidades escolares do ensino fundamental comum, com cêrca de 1 200 alunos matriculados, sendo 13 estaduais e 11 municipais. Salienta-se, dentre os estabelecimentos de ensino primário, o Grupo Escolar Estadual Getúlio Vargas, localizado na sede municipal.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existe uma biblioteca mantida pela Agência Municipal de Estatística, com menos de 1 000 volumes.

CULTOS RELIGIOSOS — A paróquia local tem a invocação de Bom Jesus dos Meiras, cuja freguesia data de 1869, sendo uma das mais antigas subordinadas à Diocese de Caetité. Conta 5 igrejas, 18 capelas e 2 congregações religiosas.

Existem ainda, na cidade, um templo espírita e um templo protestante.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Realizam-se na sede do município as seguintes festas religiosas: Bom Jesus dos Meiras, padroeiro da cidade, em 6 de agôsto; São Sebastião em 20 de janeiro e Santa Teresinha em 3 de outubro. Dos programas constam sempre novenas, missa festiva, procissões e demais atos concernentes à Igreja Católica.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O município contava em 1954 com 6 357 eleitores inscritos, tendo 4 129 votado nas eleições daquele ano. O número de vereadores é de 12.

Em 1956, exerciam atividades no município 34 funcionários assim distribuídos: 6 federais, 10 estaduais, 15 municipais e 3 autárquicos.

É sediada no município a 10.ª Residência do Departamento de Estradas de Rodagem da Bahia, jurisdicionando sete municípios da região. Também é sediada em Brumado uma Residência Agrícola da Inspetoria Regional de Fomento Agrícola do Ministério da Agricultura, que tem por escopo o estudo das atividades relativas à texticultura, inclusive mantendo uma Usina de Beneficiamento de Algodão.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro abaixo apresenta o resultado das finanças no período de 1950-1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICIPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	277	949	645	225	605
1951	341	1 734	844	394	814
1952	464	1 550	1 036	549	1 069
1953	636	1 707	1 450	932	1 608
1954	813	2 086	1 377	881	1 283
1955	732	3 390	1 488	992	1 047
1956	927	4 814	2 247	1 081	1 550

JUSTIÇA — A comarca, com o nome de Bom Jesus dos Meiras, foi criada pela Lei provincial n.º 1 997, de 9 de julho de 1880, compreendendo os têrmos de Bom Jesus dos Meiras (desmembrado da comarca de Caetité) e Brejo Grande (desmembrado da de Maracás).

Pela Resolução provincial n.º 2 378, de 9 de junho de 1883, foi extinta, ficando pertencendo à comarca do Brejo Grande (atual Ituaçu) criada pela mesma Resolução. Foi restaurada pelo Decreto-lei estadual n.º 512, de 19 de junho de 1945, já com o nome de Brumado e na categoria de 1.ª entrância, abrangendo apenas o território do município.

Conta a comarca sete cartórios, sendo cinco do Registro Civil.

Em 1956, foram julgados 40 feitos, sendo 4 criminais, 30 cíveis e 6 de outra natureza.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município chamam-se "brumadenses". O município recebeu o topônimo de Brumado por ser banhado pelo rio dêsse nome.

O Prefeito eleito e empossado no último pleito foi o Sr. Armindo dos Santos Azevedo, o qual continua no exercício do cargo.

O Presidente da Câmara, eleito para o período legislativo que se iniciou em 7 de abril de 1957, é o Sr. Juvento de Sousa Lima.

O primeiro Intendente foi o cel. Exupério Pinheiro Canguçu e a primeira Câmara Municipal compunha-se dos seguintes membros, empossados em 2 de fevereiro de 1878: Exupério Pinheiro Canguçu, Presidente, Horácio Guanas Simões, Sebastião da Silva Leite, Aureliano José Pinheiro, José Germano Alves, Deolino de Sousa Meira e Rodrigo de Sousa Brito.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística por Luiz Gonzaga de Oliveira Brito. — Os capítulos "Histórico" e "Artesanato" contaram com a colaboração de Risério Leite. — Chefe da Agência Municipal de Estatística: Paulo Vasconcelos Ferreira.

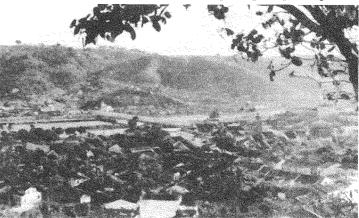
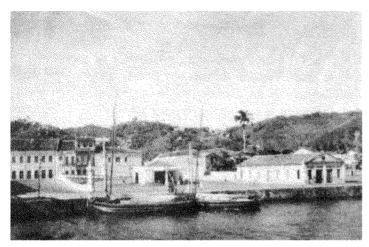
CACHOEIRA — BA

Mapa Municipal no 4.º Vol.

HISTÓRICO — "*Povoamento* — Dentre as incumbências trazidas por Martim Afonso de Sousa quando chegou à Bahia, estava a de desenvolver e incentivar a cultura da cana-de-açúcar e sua indústria, por sinal já aqui iniciadas desde os primeiros tempos do descobrimento. Foi por isso que D. João III autorizara a concessão de sesmarias àqueles que as desejassem cultivar, desde que tivessem posição financeira capaz de possibilitar o aproveitamento das terras que lhes fôssem doadas. O recôncavo baiano, que começava a ser explorado, possuía terras propícias a essa cultura. Foi, por isso, o preferido.

Entre os que formavam a expedição de Martim Afonso de Sousa, estava um fidalgo de nome Paulo Dias Adôrno. Martim Afonso, aqui chegado a 13 de março de 1531, seguiu, depois, para São Vicente. Adôrno, porém, ficou e se instalou como morador. Era homem de posses, tanto que, quando da chegada de Tomé de Sousa, em 1549, foi dos que o esperaram e hospedaram pessoas de sua luzida comitiva.

Pouco tempo depois, resolveu Adôrno adquirir terras no recôncavo, onde fundaria uma fazenda e engenho. Buscou, exatamente, aquelas que ficavam à margem esquerda do Paraguaçu, onde poderiam, sem dificuldades de entrada e de saída, aportar muitas embarcações. Nessa região privilegiada para a cultura da cana-de-açúcar, Adôrno se fixou. Era a sua fazenda, próxima das águas dos riachos "Pitanga" e "Caquende", constituída de casa de residência, senzalas, manga, currais, pasto e engenho. Foi edificada, também, nas proximidades da fazenda, uma capela sob a invocação de Nossa Senhora da Ajuda. Foi assim, com essa propriedade rural do fidalgo luso, que teve início o povoamento da cidade, que começou a crescer para ser, mais tarde, uma das mais tradicionais na história do Brasil".

"*Criação da Vila* — Encravada no vale do Paraguaçu, Cachoeira nasceu quase logo depois do Brasil. A criação da freguesia, no entanto, com a denominação de Nossa Senhora do Rosário do Pôrto da Cachoeira, remonta a 1698. Outros historiadores, dentre os quais Frei Agostinho de Santa Maria, querem haja sido a 18 de fevereiro de 1674, pelo Chantre de Sá, padre Francisco Pereira, Visitador Geral do recôncavo. Pode-se, porém, recuar ao período 1595-1606, para se encontrarem os primeiros sinais de vida da antiga povoação, ou, mesmo, antes, considerando-se o estabelecimento ali, algum tempo depois da passagem por aqui de

Vista de Cachoeira e S. Félix

Pôrto principal da cidade

Martim Afonso de Sousa, do fidalgo Paulo Dias Adôrno, com a sua fazenda. Em Inácio Acioli, nas suas "Memórias Históricas e Políticas da Bahia", anotadas por Braz do Amaral, lê-se, no 2.° volume, págs. 266, nota 24 (edição de 1925), a cópia autêntica do "Têrmo da Criação da Vila da Cachoeira, por ordem de El-rei". Essa cópia encontra-se no livro da Câmara, página 3, verso, e foi autenticada pelo Secretário da Prefeitura da Cachoeira, Antônio Lopes de Carvalho Sobrinho, a 29 de abril de 1891. Pois bem: nessa cópia está: "Aos vinte e nove dias do mês de janeiro de mil seiscentos e noventa e oito anos nesta vila de Nossa Senhora do Rosário do Pôrto da Cachoeira, novamente erigida, nas casas que são de Pascoal Nunes, onde ao presente está pousando o Doutor Estêvão Ferraz de Campos, do Desembarga de S. Majestade, seu Desembargador dos Agravos e Apelações crimes e cíveis na Relação dêste Estado do Brasil, ai por Me foi mandado a mim Escrivão fazer êste têrmo, em o qual se declarou que êle por serviço de S. M. que Deus Guarde, por bem e verdade da Portaria do Senhor Governador Capitão-Geral dêste dito Estado, inclusa no têrmo fôlhas duas havia vindo a êste Pôrto da Cachoeira, onde nele, com bem placito comum consentimento de todos os moradores dele e mais circunvizinhos havia sentado e erigido Vila e para a magnifatura dela e sua melhor conservação lhe mandou fincar em meio de um terraplano que fica fronteiro ao pôrto de mar um pelourinho dos varseões de baixo, uma argola de pescoço no meio dele com três degraus de pau de arco com seus varaes de ferro, e duas algemas em ambas as pontas de pedra ou tijolo ao pé em cujo lugar estará sempre o todo o terraplano que se acha devoluto ficará servindo de praça para o uso público dos moradores dela com declaração que a Casa da Câmara audiência e Cadeia que há de ficar por baixo e novamente se há de edificar será fabricada no mesmo território e lugar da praça da parte de terra, onde fica um altosinho a respeito de ficar a cadeia livre de alguma inundação de águas que pode haver".

E por aí segue o Têrmo, muito extenso para transcrição integral, e que é subscrito por Manoel Luiz da Costa, Escrivão e mais Doutor Estêvão Ferraz de Campos e Manoel Luiz da Costa, novamente.

Quatro anos antes da fundação oficial da vila, isto é, em 1694, uma expedição, seguindo pelo sertão em procura de minas de ouro e prata, acampava na Cachoeira. (Robert Southey, "História do Brasil". 5.° volume, págs. 22).

"*Florescimento* — Local para onde afluíam os ricaços da época, aquêles que até hoje se denominam de "senhores de engenho", a cidade foi prosperando, florescendo, de tal forma que, em 1802, escrevia Vilhena: "Vila da Cachoeira e se faz recomendável e opulenta por ser caixa de todo o Tabaco que se fabrica no seu continente (*sic*) donde se conduz para a cidade e a ela e a Muritiba, vão aportar todos os que descem de Minas e dos Certons". Porque, ao lado de grande centro açucareiro em que se ia transformando, outras culturas ali se desenvolviam, principalmente a do fumo, que se conserva até hoje, como, por sinal, das melhores em todo o interior do Estado.

Salientamos, ainda, que, muito antes dessa afirmativa de Vilhena, ou seja, em 1781, em carta dirigida a Domingos Vandeli, diretor do Jardim Botânico de Lisboa, assim se expressava José da Silva Lisboa: "A vila da Cachoeira não cede em grandeza e riqueza a algumas pequenas cidades de Portugal".

O estabelecimento de Adôrno às margens do Paraguaçu deu lugar a que a então fazenda se expandisse e crescesse para, pouco mais de um século volvido, ser comparada a vila, "em grandeza e riqueza, a algumas cidades de Portugal".

Em 1775, no município da Cachoeira existiam, nas oito freguesias do seu distrito, 3 297 fogos e 26 980 almas. Pelo Censo de 1890 soube-se que a sua população era de 38 136 habitantes. Já o de 1900 acusava 48 342 habitantes, elevando-se êsse número, em 1910, para 50 323. Já em 1920, era êsse o registro: 61 980 habitantes, para 30 200 habitantes em 1940. Aparentemente verifica-se um decréscimo. Mas, na realidade, depois de 1920, houve o desmembramento de outros municípios até então pertencentes ao de Cachoeira, daí a queda aparente na sua população. Tanto assim que, em 1925, era criada a vila de Conceição da Feira, destacada do território cachoeirano. Como quer que seja, a cidade pròpriamente dita floresceu através dos tempos e houve época em que era a sede de uma vasta extensão de terras, abrangendo inúmeras vilas hoje transformadas em cidades autônomas".

"*Histórico Paço Municipal* — De acôrdo com as crônicas do tempo, data de 20 de junho de 1700 o lançamento da primeira pedra do edifício do antigo Conselho da Câmara. Como se vê, dois anos após a fundação da vila por D. João de Lencastro. Câmara e cadeia, na parte térrea, como era uso então. Mas, em 1789, o edifício se encontrava em ruínas ("Anais da Biblioteca Nacional", do Rio de Janeiro, vol. XXXIX, págs. 132). E isso se pode perceber

Prefeitura Municipal

através de um Têrmo de vistoria datado de 9 de junho de 1789, ao qual acompanhava a representação do Senado da Câmara de 18 de junho do referido ano, dirigida à Rainha D. Maria I, solicitando a sua reconstrução e o "estabelecimento de um impôsto de passagem no Peruassu, para desta forma aumentarem as escassas receitas camarárias". (*Apud* Pedro Celestino da Silva). Com as pequenas modificações sofridas, a arquitetura do histórico edifício ainda se apresenta com os sinais dos primeiros tempos de sua construção. Ali ainda funciona a Câmara Municipal e tem sede o govêrno do município. A cadeia, que estava situada na parte térrea, foi, de há muito, transferida para outro prédio".

Vista parcial da cidade

"*As tradicionais igrejas* — Outra cidade do interior baiano não existe que possua número igual de templos como Cachoeira. Senão, vejamos: Nossa Senhora do Amparo, Nossa Senhora da Ajuda, Nossa Senhora da Conceição do Monte, Nossa Senhora dos Remédios, Nossa Senhora do Rosário da Terra Vermelha, Nossa Senhora da Conceição dos Pobres, Santo Antônio do Capueirussu, Nossa Senhora do Monte do Carmo (Convento), Ordem Terceira do Carmo, São João de Deus e Nossa Senhora da Piedade.

Não podemos tratar, nesta notícia, que não é estudo histórico, tão-só uma informação, da vida dêsses templos. Falemos, porém, da Ajuda, por haver sido a primeira erguida em terras cachoeiranas, nos primórdios da existência da povoação. Foi essa igrejinha, aliás, e segundo a tradição, o segundo edifício de pedra e cal erguido no lugar que viria a ser Cachoeira. Como dissemos, nas proximidades da fazenda de Adôrno. A data da sua construção pode ser encontrada entre os anos de 1595-1606. Assim, é a capela da Ajuda, embora hoje muito diferente da sua feição arquitetônica primitiva, um dos mais antigos templos religiosos do interior do Estado. Reza a tradição, não contestada, haver sido o seu fundador, exatamente, aquêle Adôrno. Foi reconstruída em 1665, por outro Adôrno, Rodrigues. Atualmente a sua feição é diferente. Conserva, todavia, remanescentes da sua primitiva construção".

"*Ordem Terceira do Carmo* — De modesta aparência, essa igreja, fundada em fins de 1700, tem o interior cheio de maravilhosas obras de arte, especialmente em entalhes, esculturas e pinturas. O teto é trabalho de Teófilo de Jesus. Obra admirável pela delicadeza de tons, pela expressão e vigor que impressionam, na reprodução de cenas relativas à Ordem a que se filia. As paredes são revestidas, até o meio, por azulejos admiráveis, representando passagens bíblicas".

"*Sem rival até mesmo no Vaticano* — Dentre as preciosidades que encerra a Ordem Terceira do Carmo, existe o altar-mor. Maravilhoso trabalho de talha. Quando, em 1928, visitou a cidade o célebro pintor Antônio Parreiras, percorrendo a Ordem Terceira do Carmo, deteve-se, extasiado, diante do altar-mor. E na presença de testemunhas disse: "Não exagero afirmando que, nem mesmo no Vaticano, como obra de talha, como beleza de ornato, formando um conjunto de linhas estéticas extraordinárias, se encontra coisa melhor do que o altar-mor da Ordem Terceira do Carmo, na Cachoeira".

"*O antigo Seminário de Belém* — Belém é pequeno lugarejo próximo e pertencente a Cachoeira. Foi aí que, em 1686, foi construído, pelos jesuítas, o Seminário que tinha ao lado uma igreja, que ainda hoje existe, com aquela data no frontispício. O seu fundador foi o padre Alexandre de Gusmão. A êsse respeito lembremos Rocha Pita: "Com algumas esmolas, e com o seu laborioso cuidado, fabricou (referia-se ao padre Alexandre de Gusmão) pelo seu desenho suntuosa igreja, a que deu o título de N. S.ª de Belém, e fêz os excelentes artefatos de retábulo, fabricado de fina e manchada tartaruga, e de várias peças da Sacristia, e muitos presépios de diferentes materiais pelas suas mãos".

Vista parcial da Rua Ana Neri, vendo-se a Igreja Matriz, e logo após a residência onde nasceu a grande heroína

7 — 24 936

Hospital da Santa Casa de Misericórdia e respectiva capela

No seu interior existem, ainda algumas sepulturas de personalidades de destaque na região, como a do coronel-de-cavalaria Antônio de Aragão de Menezes, Môço Fidalgo da Casa de Sua Majestade, e de sua mulher, D. Maria de Menezes, fundadores do Seminário. Diz-se, também, que ali foi sepultado D. Fr. Manuel da Ressureição, 3.º Arcebispo do Brasil, falecido a 16 de janeiro de 1691. Acrescente-se, todavia, que José Antônio Caldas, na sua "Notícia Geral desta Capitania da Bahia", de 1759, publicada há pouco tempo na Revista do Instituto Histórico da Bahia (vol. 57) e, posteriormente, em volume, pela Câmara Municipal de Salvador, assevera que o referido Arcebispo está sepultado no Seminário de Belém. Mas não existe, ali, nenhuma lápide. Pode-se admitir que a sua sepultura fôsse no edifício do Seminário, que já desapareceu, e, não, no interior da igreja, como a do coronel-de-cavalaria Antônio de Aragão de Menezes".

Cachoeira e a Independência do Brasil — Cachoeira foi a pioneira no movimento emancipador do Brasil. Dali partiram os primeiros brados de revolta contra a opressão lusitana. Muito antes do 7 de Setembro, exatamente a 25 de junho, que é a data magna da cidade, pela madrugada, uma canhoneira lusa, que fundeara diante da vila para policiá-la. ousou abrir fogo contra a população. O povo reagiu. Figuras de heróis surgiram dentro da massa rebelde contra a ousadia dos portuguêses. Formaram-se batalhões. Houve luta e o sangue generoso dos filhos da cidade ilustre correu pelas ruas antigas. A 28 do mesmo mês, era tomada, de assalto, a canhoneira e presos os seus tripulantes, dos que restavam e haviam escapado à morte na refrega.

Era o primeiro sinal. Estavam lançados os pródomos da nossa emancipação política. Além dêsse movimento, foi fundada na cidade uma junta de Conciliação e Defesa, à guisa de govêrno provisório, por inspiração do maragogipano Antônio Pereira Rebouças, pai do não menos ilustre cachoeirano André Rebouças, e que dela foi secretário. Houve entendimentos entre as vilas próximas, a fim de que as mesmas se fizessem representar na Junta, que ficou assim constituída: Francisco Elesbão Pires de Carvalho e Albuquerque, por Santo Amaro; Francisco Gomes Brandão Montezuma, por Cachoeira; Manoel Gonçalves Maia Bittencourt, por Jaguaripe e Nazaré; Simão Gomes Ferreira Veloso, por Inhambupe; Miguel Calmon, por Abrantes; Manoel da Silva e Souza Coimbra, por Maragogipe, que já dera, como secretário da Junta, a Antônio Pereira Rebouças; João Dantas dos Reis, por Itapicuru e padre Theodoro Dias de Castro, por Valença e Jiquiriçá.

Vieram, mais tarde, os batalhões patrióticos, à frente figuras como a do Barão de Belém, Rodrigo Antônio Falcão Brandão, Maria Quitéria e outros que se imortalizaram na história nacional. Estava lançada a semente, que frutificou até o 2 de julho de 1823, um ano depois, quando definitivamente foram expulsos os portuguêses comandados por Madeira de Melo. Cachoeira tinha dado o primeiro brado que ecoou no coração da Bahia e cuja ressonância é, até hoje, o seu maior título de glória.

Cachoeira, a Heróica, assim denominada pela Lei número 43, de 13 de março de 1837, em virtude dos seus feitos. A antiga vila mandada fundar por D. João de Lencastro, a antiga fazenda de Paulo Dias Adôrno, conquistava o seu maior título. A comarca havia sido criada antes. Em 29 de novembro de 1832".

(Notícia histórica sôbre o município de Cachoeira, escrita especialmente para a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, pelo jornalista Antônio Loureiro de Sousa).

LOCALIZAÇÃO — O município de Cachoeira está situado na Região leste do Estado da Bahia, encravado na Zona Fisiográfica do recôncavo. Partindo da Capital, da qual dista 61 quilômetros em linha reta, o rumo em direção à cidade de Cachoeira é O.N.O. A posição da cidade é indicada pelas seguintes coordenadas geográficas: 12° 36' 36" latitude Sul e 38° 57' 57" de longitude W. Gr. Faz limites com os municípios de Conceição da Feira, Santo Amaro, Maragogipe, Muritiba e São Félix.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Consoante a verificação feita pela Secção de Nivelamento do Conselho Nacional de Geografia, que cravou chapa à esquerda da porta principal da Estação da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, a altitude na sede municipal é de 8,0095 metros.

ÁREA — O município de Cachoeira é um dos vinte menores municípios baianos, justamente o 20.º de menor extensão, com a área de 436 km².

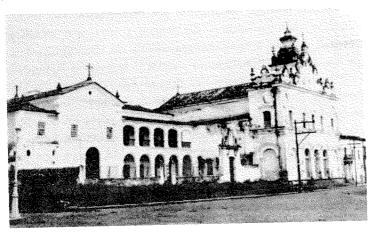
ACIDENTES GEOGRÁFICOS — A potamografia do município é rica em rios e riachos perenes. O rio Paraguaçu aparece em primeiro plano. É o estuário mais considerável de quantos correm no município, não só pelo volume das águas como pela extensão do seu curso e principalmente pela importância econômica que representa. Tem a sua discutida nascente no brejo denominado "Farinha Molhada", no município de Barra da Estiva, embora geógrafos de renome digam-na localizada na serra do Sincorá ou na serra do Cocal para outros, não faltando ainda quem a afirme situada no município de Morro do Chapéu. Logo de início é engrossado pelo riacho Brejões, tomando o nome de "Paraguaçuzinho". Ao atravessar a serra do Sincorá, 28 quilômetros mais abaixo, torna-se, então, conhecido por "Paraguaçu". Corre vários quilômetros em leito pedregulhento, apertado entre altas montanhas, recebendo, nos limites entre os municípios de Conceição da Feira e o de São Gonçalo, seu principal afluente, o rio Jacuípe. Continuando o seu curso, o Paraguaçu toma aspectos diversos, ora se estreitando, ora se ampliando, sempre em curvas, até Bananeiras, onde se acha localizada a importante barragem "Jerry O. Connell", que fornece energia hidrelétrica à Capital do Estado e demais municípios do recôncavo baiano. Dêsse ponto, o rio corre por entre grandes blocos de pedras, até a sua chegada na foz do riacho do Saco. Daí por diante, por grotas e gargantas profundas, forma caldeirões e poços. Um quilômetro antes de alcançar as cidades de Cachoeira e São Félix, o vale do rio se alarga e já o Paraguaçu, sentindo a influência das marés, torna-se melhor navegável, exceto quando sofre a obstrução de "bancos" ou "coroas" de areia e de ilhotas formadas por plantas aquáticas. No Engenho da Ponte, à esquerda, e na Ponta do Sousa, à direita, o rio estreita-se um pouco para logo depois expandir-se num enorme lago d'água salgada, sem nenhum sinal de correnteza: são as bacias do Iguape e do Maragogipe, respectivamente, aquela com uma área de cêrca de 40 quilômetros. A foz do Paraguaçu é outro ponto que oferece controvérsia. Para os antigos, e na opinião de Theodoro Sampaio, ela se dá no "Lagamar do Iguape". Outros, todavia, indicam-na 20 quilômetros abaixo, no lugar "Barra do Paraguaçu", a sudoeste da Baía de Todos os Santos.

Ponte sôbre o rio Paraguassu, ligando as cidades de São Félix e Cachoeira

Outros rios que se seguem em importância são: o rio Acu, que tem êste nome, de origem tupi e que significa "quente", devido à temperatura morna de suas águas, fato que mais se acentua quando recebe o tributário "Quente"; o rio Inhaúma, que nasce nas divisas dos município de Cachoeira e Santo Amaro. Corre quase em linha reta e desemboca no rio Paraguaçu, em frente ao pôrto de São Roque, no município de Maragogipe, depois de um curso de 12 quilômetros não navegáveis; o rio Grande, que nasce em terras do Engenho Velho, no distrito de Iguape, sendo navegável em cêrca de 2 quilômetros, durante as marés altas do Paraguaçu, no qual aflui; o rio Acutinga mais conhecido dos moradores locais pela denominação de "Murutuba", sendo resultante da junção dos riachos Bete e Murutuba. Dentre os riachos, são principais: o riacho Saco, que nasce nas matas da serra do Sororoca; o riacho Acutinguinha, que nasce ao sopé do "Oiteiro do Camelo", no lugar denominado "Toca da Onça", distrito de Iguape, e desemboca no rio Acu, possuindo fôrça hidráulica disponível e aproveitada; o riacho Pitanga, estreito e raso, originando-se nas matas da fazenda Calado, no distrito de Belém da Cachoeira, que corre em leito empedrado e deságua no rio Paraguaçu, atravessando diversos trechos da urbe cachoeirana, após um curso de 9 quilômetros. Abastece de água potável as cidades de Cachoeira e de São Félix; o riacho Caquende, que nasce em terras do Engenho do Rosário, a 10 quilômetros do distrito-sede, cujas águas prestam-se à cura de moléstias de caráter reumático; o riacho Pitanga, raso e estreito, que possui pequenas quedas d'água, que poderiam ser aproveitadas industrialmente, destacando-se as da Pitanga de Baixo e Pitanga de Cima, do Japonês e Tororó, estando as duas primeiras, que se localizam na cidade, sendo aproveitadas para fins industriais. Existem ainda quedas d'água nos lugares Engenho Mutecho, Engenho Destêrro, Fazenda Palma e Fazenda Embiara, formadas, respectivamente, pelos riachos Mutecho, Sucupemba e Jarari, rio Acu e riachos dos Ciganos e Água Comprida.

Praça Dr. Milton, vendo-se a Agência dos Correios e Telégrafos

As lagoas são inúmeras, sobressaindo, pela extensão e profundidade, a "Encantada", situada a quatro quilômetros do distrito-sede. Afora ela, existem as do Destêrro, Fogos, Vargem, Grande e do Fradinho.

Entre as cidades de Cachoeira e São Félix, confronte à ponte D. Pedro II, que faz ligação entre elas, está situada uma ilha de dimensões estimadas em 300 metros de comprimento por 100 de largura. É a ilha do Conde, que se apre-

Igreja do Carmo

senta cultivada apesar do risco de ficar submersa nas grandes cheias do Paraguaçu, o que já ocorreu em 1940. As outras ilhas são: Vitória, Ratão, dos Franceses, Ostras e Capim, tôdas na bacia do Iguape.

O conjunto orográfico do município apresenta duas partes distintas: a mais alta, estendendo-se pelas partes norte, centro e sudeste, tem altitude variando de 150 a 300 metros. A outra, com altitude de 5 a 50 metros, está situada à orla do rio Paraguaçu, especialmente na bacia do Iguape, e nos baixos dos rios Grande e Prata.

As serras do município são ramitificações da serra do Mar, sendo o Oiteiro do Camelo o ponto culminante, com altitude de cêrca de 300 metros. Anotam-se ainda as serras da Boa Vista, da Sororoca, d'Água, do Iguape, de São Francisco, do Inhaúma e da Guaíba, além dos morros Alto do Sabão e do Alamão.

CLIMA — O território do município abrange diferentes zonas que oferecem, sem extremos de temperatura, um regime climático que é quente e úmido na sede municipal, e ameno no interior, sobretudo em Belém da Cachoeira. Dados alusivos à sede municipal dão as seguintes variações de temperatura durante o ano de 1956: média das máximas 31°C; média das mínimas 23°C; e média compensada .. 27°C.

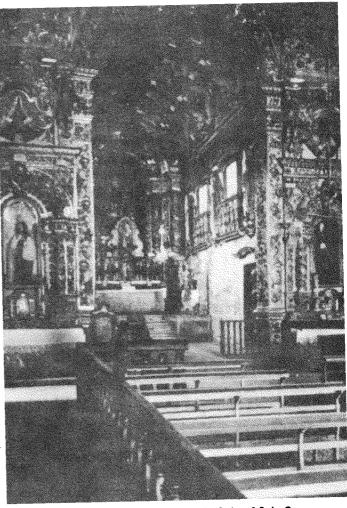
RIQUEZAS NATURAIS — As mais importantes riquezas naturais do município são do reino vegetal. Nas matas existem madeiras de lei e grande variedade de plantas medicinais, além de outras de natureza oleaginosa, têxtil e de tinturaria. A piaçava é nativa e encontrada em abundância nas matas do Alamão, serra de São Francisco e serra da Sororoca.

No subsolo existem jazidas de ferro e manganês inexploradas.

POPULAÇÃO — De acôrdo com o Recenseamento Geral do Brasil, a população do município em 1950 era de 26 979 habitantes, compreendendo 12 487 homens e 14 492 mulheres, havendo 100 homens para 116 mulheres. Quanto à côr, o maior grupo era de pardos com 14 234. No cômputo da população de 15 anos e mais, os solteiros eram mais numerosos que os casados, viúvos e desquitados, somando o seu número 9 615. Viviam no quadro rural 52,50% da população do município. A densidade demográfica em 1950 era de 61,9 habitantes por quilômetro quadrado.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — De acôrdo com o Recenseamento Geral do Brasil de 1950 existiam no município 3 aglomerações urbanas com as seguintes populações: cidade de Cachoeira com 10 825 habitantes e as vilas de Santiago do Iguape com 1 687 e Belém da Cachoeira com 304. No confronto entre os centros urbanos do Estado, a cidade de Cachoeira destaca-se como a 13.ª em população. O seu efetivo populacional foi estimado para 1.º de julho de 1957, em 11 300 pessoas.

OUTRAS AGLOMERAÇÕES — Além da cidade e vilas, existem os seguintes principais povoados cuja população para 1957 é: São Francisco do Paraguaçu 795 habitantes, Capoeiruçu 687 hab., Acutinga 240 hab., Alecrim 219 habitantes, Vitória do Paraguaçu 211 habitantes e Boa Vista 206 habitantes.

ATIVIDADE ECONÔMICA — De acôrdo com os resultados do Recenseamento de 1950, 21,50% da população em idade ativa (10 anos e mais) ocupavam-se no ramo "Agricultura, pecuária e silvicultura". Contudo, são as indústrias de transformação que ocorrem em 61 estabelecimentos principais, dando ocupação a 1 023 pessoas, inclusive 964 operários, e abrangendo cêrca de 30 produtos que constituem a mais importante atividade econômica para o município. O valor da indústria de transformação em 1955 foi de 89 180 milhares de cruzeiros. A indústria do fumo, que se mantém em lugar de destaque, desenvolve-se em 3 estabelecimentos, tendo contribuído com 60 525 milhares de cruzeiros, relativos a 27 186 milheiros de charutos no valor de 39 613 milhares de cruzeiros e 27 883 milheiros de cigarrilhos. A agricultura se faz representar por 21 pro-

Vista parcial interna da igreja da Ordem 3.ª do Carmo

dutos, estimando-se a safra geral em 1955 no valor de 20 429 milhares de cruzeiros. A cana-de-açúcar e o fumo em fôlha foram as culturas de maior significação. Produziram-se 48 200 toneladas de cana e 195 000 quilogramas de fumo que valeram, respectivamente, 7 712 e 3 900 milhares de cruzeiros. O município classificou-se em 1.º lugar no Estado, como produtor de figo. A pecuária é pouco desenvolvida. Os dois principais rebanhos correspondem a 7 000 bovinos e 3 000 suínos.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A sede municipal liga-se à Capital Federal, à Capital do Estado e às cidades vizinhas pelas seguintes vias de transporte: à Capital Federal, ferrovia 2 094 quilômetros e por meio de rodovia 1 665 km; à Capital do Estado por ferrovia 138 km, via rodoviária 169 quilômetros e via marítima 39 milhas; às cidades vizinhas de Conceição da Feira por ferrovia 16 km e rodovia 17 km; à de Maragogipe via fluvial 16 milhas; à de Muritiba por ferrovia 7 quilômetros e rodovia 6 quilômetros; à de Santo Amaro por ferrovia 60 km, rodovia 74 km e via marítima 30 milhas; e à de São Félix por ferrovia e rodovia 1 km cada. A cidade de Cachoeira é estação ferroviária inaugurada em 2 de dezembro de 1876 e pôrto fluvial sôbre o rio Paraguaçu. Servem-na as emprêsas de transporte Viação Férrea Federal Leste Brasileiro que, além da estação de Cachoeira, tem no Município o Pôrto Pedro Gusmão inaugurado em 2 de dezembro de 1876, Navegação Baiana e 5 outras de transporte rodoviário.

COMÉRCIO E BANCOS — A sede municipal é praça bastante ativa, existindo nada menos de 236 estabelecimentos varejistas e 5 atacadistas. O giro comercial do município em 1956 foi de 75 400 milhares de cruzeiros. As transações comerciais se operam com as praças de Salvador, Feira de Santana, São Félix e Muritiba, ocorrendo a importação de tecidos, ferragens, miudezas, produtos farmacêuticos, farinha de trigo, charque, arroz e manteiga, bem assim a exportação da produção industrial do município, como charutos, cigarros, açúcar, papel, papelão, aguardente de cana, farinha de mandioca, além de outras. O salário-mínimo oficial vigente no município é de 2 400 cruzeiros.

A praça conta com 2 agências de estabelecimentos de crédito em atividade: a do Banco da Bahia S. A., instalada em 17 de outubro de 1947, a da Caixa Econômica Federal. Em 1956, o valor dos depósitos nesses estabelecimentos somou 9 036 milhares de cruzeiros.

Igreja da Ajuda

Avenida Ubaldino de Assis

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Cachoeira é ribeirinha do rio Paraguaçu, em cuja margem esquerda se encontra edificada. Confronta com a de São Félix à qual se liga por uma ponte de ferro de 364 metros de comprimento e 9 de largura, construída em 1885, a ponte "D. Pedro II". Apresenta ainda o detalhe de estar cortada em vários pontos pelo riacho Pitanga e os arroios Mangabeira, Três Riachos, Capapina e Pinto.

A cidade compreende 81 logradouros e 2 930 prédios, beneficiados dos seguintes melhoramentos: pavimentação a paralelepípedos e pedras irregulares em 48 logradouros; arborização ou ajardinamento em 14 ruas, avenidas e praças; iluminação elétrica em 71 artérias e .. 1 509 casas; água canalizada em 76 ruas e 1 510 residências e edifícios; a rêde de esgôto em 63 vias públicas e 1 245 domicílios.

A cidade é servida de 3 hotéis e pensões, 1 cinema, 1 Agência Postal-telegráfica do D.C.T. e a rêde telefônica da Cia. de Energia Elétrica da Bahia, que mantém, inclusive, 1 pôsto interurbano.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária é prestada à população principalmente pelos Hospitais "São João de Deus", e "Ana Neri", ambos particulares, pelo Pôsto de Assistência Médica Domiciliar e de Urgência (SAMDU), mantido pelo Govêrno Federal, e pelo Pôsto de Higiene do Estado. Contam os 2 hospitais com um total de 111 leitos para internamento. Para a assistência médica e profilaxia existem o Pôsto de Saúde do Estado, o Pôsto de Assistência Paroquial de Nossa Senhora do Rosário e o Pôsto Médico da Suerdieck, Sociedade Anônima. Todos os estabelecimentos funcionam na cidade de Cachoeira. O município faz parte do setor número 4 sediado em Muritiba do Departamento Nacional de Endemias Rurais. Prestam serviços profissionais 7 médicos, 2 dentistas, 1 farmacêutico e 14 enfermeiros e auxiliares de enfermagem não diplomados. Existem 2 farmácias.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Funcionam na sede municipal o Asilo "Filhas de Ana", mantido pela Congregação do SS. Sacramento com 39 crianças e adolescentes asilados, e as associações de beneficência mutuária Sociedade Caridade dos Operários, Sociedade Monte-Pio dos Artistas Cachoeiranos e Sociedade Beneficente e Recreativa União São Pedro, reunindo 403 sócios, e a Sociedade Cooperativa "Ginásio da Cachoeira", de finalidade educacional.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com o Recenseamento de 1950, a população de 5 anos e mais era de 22 659 habitantes. Sabiam ler e escrever 8 626 pessoas, isto é, ... 38,07% da população em causa.

Igreja Matriz de Cachoeira

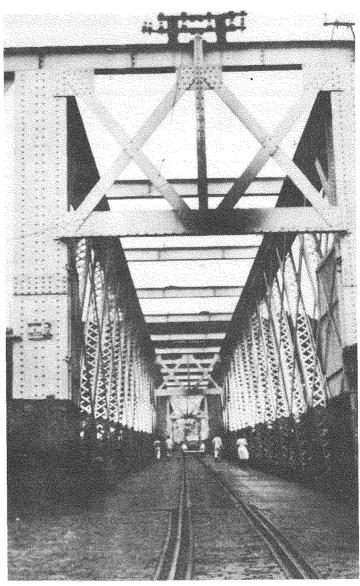
ENSINO — O ensino primário fundamental comum em 1956 era ministrado em 60 estabelecimentos com uma matrícula efetiva de 3 205 alunos e um corpo docente de 89 professôres. O Estado mantinha 34 escolas, o município, 18, e particulares, 8, funcionando na cidade de Cachoeira o Grupo Escolar Ana Néri e mais 25 outras escolas. Existem ainda 2 estabelecimentos de ensino médio: o Ginásio de Cachoeira, estadual, e o Ginásio SS. Sacramento, particular. Em 1956 funcionaram 2 cursos ginasiais e 1 pedagógico, totalizando as matrículas 321 e 20 alunos, respectivamente. As conclusões de curso somaram 45 no ensino ginasial e 10 no ensino normal ou pedagógico.

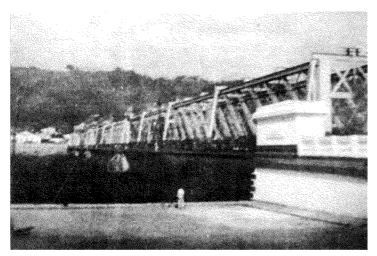
OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existem as bibliotecas "Lírio dos Vales", instalada na Agência Municipal de Estatística, de caráter geral, extensiva ao público, com cêrca de 600 volumes, e a "Castro Alves", escolar, que possui 1 500 livros. Periódico em circulação há o hebdomadário "Cachoeira". As associações esportivas e culturais são em número de 4, tôdas na cidade de Cachoeira, sendo 2 lítero-musicais e 2 desportivas.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Existem tombados na Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional os seguintes bens: *casas* — Praça da Aclamação: Paço Municipal e a de número 4; Rua Ana Néri: as de n.os 1, 2, 4, 7 e 25; Rua Benjamin Constant: as de n.os 1, 2 e 17; Praça Dr. Milton: a de número 23-A; Rua 7 de Setembro: n.º 34; Rua 13 de Maio: n.º 13; Engenho Embira e Vitória. *Chafariz*: da Praça Dr. Milton. *Convento e igreja*: do Carmo e Santo Antônio do Paraguaçu (Santiago do Iguape). *Igrejas*: Ajuda, Carmo (O. 3.ª), e Casa da Ordem, anexa, Misericórdia (ou Hospital S. João de Deus), Pena (capela do Engenho Velho), e ruínas da casa grande, Rosário (matriz) e Seminário Belém. *Jardim*: Misericórdia (ou Hospital São João de Deus). *Cerâmica*: Duas jarras da Praça Dr. Milton; Três jarras do Parque Infantil Dr. Góis Calmon.

CULTOS RELIGIOSOS — O culto católico apostólico romano compreende as paróquias de Nossa Senhora do Rosário de Cachoeira, na cidade, e a de São Tiago do Iguape, na vila de Iguape, que subordinam 2 igrejas matrizes, 9 igrejas comuns, 19 capelas e 10 congregações e associações religiosas. Um sacerdote residente atende os atos litúrgicos e demais misteres religiosos. O culto protestante conta com 3 igrejas, tôdas na sede municipal. O culto espírita é praticado no Centro "Obreiros do Bem", que funciona na cidade de Cachoeira.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — As principais manifestações religiosas ocorrentes na cidade de Cachoeira são as procissões católicas, de longa tradição, realizadas anualmente em louvor e homenagem a Nossa Senhora da Conceição, padroeira da cidade, no dia 8 de dezembro; a do Senhor Morto, na Sexta-feira da Paixão e a dedicada a "Corpus Christi" em data móvel.

Os festejos populares são: "cheganças", "bumba-meu-boi", "ternos", e outros.

Ponte D. Pedro II

Dentre as efemérides cachoeiranas, a do 25 de junho se reveste do maior brilho e imponência. De acôrdo com a Lei número 43, de 13 de março de 1837, a data foi declarada festividade nacional no município. Para a "Heróica Cidade de Cachoeira", o 25 de junho equivale ao 2 de julho da Bahia e ao 7 de setembro do Brasil. A cidade ainda comemora com feriado municipal o dia 8 de

Outro aspecto da ponte D. Pedro II

dezembro, consagrado à sua padroeira, Nossa Senhora da Conceição.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O município possuía, em 1954, 8 450 eleitores inscritos, dos quais, 5 833 votaram nas eleições gerais realizadas naquela data. A representação política à Câmara Municipal e de 12 vereadores. Existem 19 repartições do município, 53 do Estado e 19 da União, nas quais estão lotados 29 funcionários municipais, 86 estaduais, 65 federais e 4 autárquicos. o município é sede da 2.ª Região de Trânsito do Interior, da 3.ª Circunscrição de Ensino do Interior e da 12.ª Circunscrição da Quinta Região Fiscal do Interior.

FINANÇAS PÚBLICAS — A arrecadação das receitas federal, estadual e municipal, bem como a despesa do município apresentaram os seguintes dados para o período 1950-1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	4 187	1 043	1 074	846	1 932
1951.......	4 871	1 412	2 676	1 550	2 626
1952.......	5 323	1 481	1 973	1 121	2 139
1953.......	5 503	1 484	2 591	1 911	2 208
1954.......	12 766	1 808	2 873	2 065	3 184
1955.......	16 869	2 906	2 510	1 250	2 153
1956.......	17 820	4 164	3 296	1 442	3 388

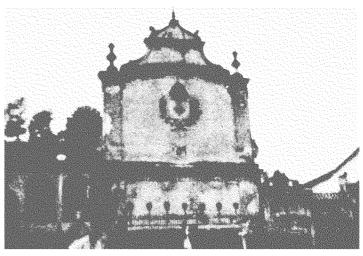
JUSTIÇA — Até a promulgação do Código do Processo, pela Lei de 29 de novembro de 1832, e Resolução do Conselho do Govêrno, de 9 de março de 1833, o território do município estava subordinado à Ouvidoria da Bahia,

Praça Teixeira de Freitas

da qual foi desmembrada por Edital de 18 de maio de 1833. Teve a vila de Cachoeira, pelo Decreto estadual de 24 de outubro de 1833, criada a Vara de Juiz de Direito, com a graduação de comarca, constituída inicialmente pelos têrmos judiciários de Cachoeira e de Maragogipe, abrangendo, cada um dêles, o território do respectivo município. Foi instalada por seu primeiro juiz, o Dr. Albino José Barbosa de Oliveira.

Em virtude da Lei provincial número 2 453, de 20 de junho de 1884, o têrmo de Maragogipe foi desanexado, indo formar a comarca de igual denominação.

Na Lei estadual número 8 523, de 4 de julho de 1933, a comarca de Cachoeira aparece integrada por 2 têrmos: o da sede e o de São Gonçalo, constituídos, por sua vez, o primeiro pelos municípios de Cachoeira, Conceição da Feira e Santo Estêvão, e o segundo pelo município de São Gonçalo dos Campos.

Tendo o Decreto-lei estadual número 141, de 31 de dezembro de 1943, suprimido o município de Conceição da Feira, foi o seu território anexado ao de Cachoeira. Restaurado pelo Decreto estadual número 12 978, de 1.º de junho de 1944, continuou o têrmo subordinado à comarca de Cachoeira, que ficou constituída dos têrmos de Cachoeira e São Gonçalo dos Campos.

Chafariz público (colonial)

Pela Lei estadual número 175, de 2 de julho de 1949, foram criados o têrmo de Conceição da Feira e a comarca de São Gonçalo dos Campos (ex-São Gonçalo), esta desanexada da comarca de Cachoeira.

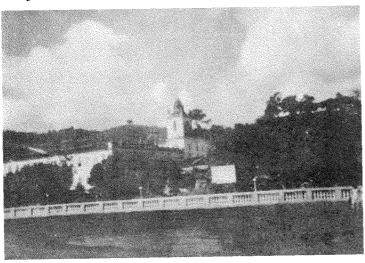
Atualmente, o município é comarca de 3.ª entrância abrangendo os têrmos de Cachoeira e Conceição da Feira. O têrmo de Cachoeira possui 11 cartórios, sendo 3 do registro civil. Em 1956, foram julgados 53 feitos cíveis, 5 criminais e 62 de outra natureza.

VULTOS ILUSTRES — Cachoeira tem sido um celeiro de grandes filhos dados à nação. Vejamos em breves indicações:

Rodrigo Antônio Falcão Brandão, Barão de Belém. Nascido naquela cidade a 7 de abril de 1789. Em 1811, foi nomeado capitão-de-cavalaria da Guarda Nacional. Em 1822, por ocasião da Campanha da Independência, sobressaiu pelos seus cometimentos em favor da nobre causa. Participou da revolução baiana denominada Sabinada. Fa-

leceu a 10 de setembro de 1855, quando do "Cholera morbus", atacado dêsse mal.

Maria Quitéria de Jesus Medeiros — Històricamente pode-se reivindicar para Cachoeira a glória de lhe ter sido berço. Nasceu em 1792 e faleceu a 21 de agôsto de 1853. Participou, efetivamente, das lutas em favor da Independência, havendo sido galardoada pelo Imperador. O seu nascimento ocorreu na fazenda "Serra da Agulha", hoje pertencente à freguesia de Santo Antônio do Tanquinho, então comarca de Cachoeira. Como a grande patriota francesa Renata Bordereau, que se notabilizou na guerra da Vendea, vestindo-se de homem, Maria Quitéria inscreveu-se na história pátria pelo seu destemor.

Manuel Vieira Tosta, Marquês de Muritiba. — Nascido na cidade de Cachoeira a 12 de julho de 1807 e falecido a 22 de fevereiro de 1896. Foi figura das mais salientes na política brasileira e uma das maiores culturas da época.

Santa Casa de Misericórdia

Ana Justina Ferreira Neri — A Florence Nigthingale brasileira, ou a mãe dos Gracchos, como já a chamaram. Nasceu a 13 de outubro de 1814 e faleceu a 20 de maio de 1880. Participou, ativamente, como enfermeira, tal Nigthingale na guerra da Criméa, da guerra do Paraguai. A sua ação em Curupaiti, Humaitá, Assunção, Aquidabam, Corrientes fêz com que se sagrasse na consideração da pátria. O Imperador a condecorou com a medalha de campanha e lhe instituiu uma pensão.

Augusto Teixeira de Freitas — Nascido a 19 de agôsto de 1816 e falecido a 12 de dezembro de 1883. Considerado, justamente, como o maior jurista brasileiro de todos os tempos, assim havido por Clóvis Bevilaqua e Ruy Barbosa. Autor da "Consolidação das Leis Civis", que os maiores vultos do Direito americano consideraram como um monumento. Na cidade onde nasceu, Cachoeira, ainda existe o frontispício da casa em que veio ao mundo, esperando seja restaurada como monumento que é, para mostrar aos contemporâneos e aos pósteros que ali nasceu o maior vulto do Direito brasileiro.

André Pinto Rebouças — Nascido a 13 de janeiro de 1838 e falecido a 9 de maio de 1908. De André Rebouças, filho do não menos ilustre Antônio Pereira Rebouças, que foi Secretário da Junta de Conciliação e Defesa em

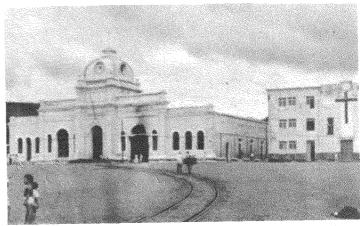
Vista da Rua 25 de Junho

junho de 1822, na Cachoeira, disse justamente Joaquim Nabuco: "Matemático e astrônomo, botânico e zoólogo, industrial e moralista, higienista e filantropo, poeta e filósofo, Rebouças foi, talvez, dos homens nascidos no Brasil, o único universal pelo espírito e pelo coração. Sòmente êle foi capaz de refletir em si, ao mesmo tempo, a universalidade dos conhecimentos e dos sentimentos humanos". ("Minha Formação").

Francisco Prisco de Sousa Paraíso — Nascido a 18 de janeiro de 1840 e falecido a 8 de novembro de 1895. Uma das figuras mais altas da política brasileira, sendo representante sucessivo da Bahia no Parlamento Nacional.

Aristides Augusto Milton — Nascido a 29 de maio de 1848 e falecido a 26 de janeiro de 1904. Político e jornalista de real projeção nacional. Divulgou trabalhos que fizeram época em seu tempo e ainda hoje são consultados como preciosos subsídios para o estudo da história política brasileira.

Manoel Tranquilino Bastos — Nascido a 8 de outubro de 1850 e falecido em 1937. Grande maestro cachoeirano. Considerado, na Alemanha, como uma das figuras mais altas da música universal no seu tempo, embora pouco, ou quase nada, conhecido em sua pátria. Deixou valiosíssimo acervo, infelizmente quase todo inédito em poder de sua família. Cachoeira o tem entre os seus filhos mais eminentes.

Outros nomes, e são tantos, poderiam figurar aqui nesta sinopse de Cachoeira. O limite da notícia o não permite. Mas, não se pode olvidar as figuras de intelectuais, políticos e beneméritos de Alberto Moreira Rabelo, Transíbulo Ferraz, Durval Chagas, Ramiro Chagas, Monsenhor Elpídio Tapiranga, Alexandre Alves Maciel Júnior, o ilus-

Estação da V. F. F. Leste Brasileiro, ao lado Asilo das Filhas de Ana

tre poeta Joaquim Pacheco de Miranda Filho, autor de vários livros de poesias, na época louvados em Portugal e no Brasil, além de outros e outros. (Os dados biográficos foram extraídos do livro "Baianos Ilustres", de Antônio Loureiro de Sousa — Editado na Bahia em 1949 — Edição esgotada).

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do lugar são designados pelo adjetivo gentílico de cachoeirano. O topônimo do município, segundo parecer do Diretório Municipal de Geografia de Cachoeira, datado de 19 de junho de 1942, apreciando uma monografia da autoria de Manoel Augusto Sapucaia, não teria se originado, como crença geral, das obstruções do rio Paraguaçu, mas de "cachão + eira", que significa "corrente de água ou queda de água, salto, catarata, levantando "cachão" ao despenhar-se" (*Sic*).

O Prefeito em exercício é o Sr. Stênio Henrique de Burgos, e o Presidente da Câmara, o Sr. Francelino Cabral Morais. Foi o primeiro Intendente do município o tenente-coronel Manuel Martins Gomes. O primeiro Conselho Municipal foi presidido pelo Dr. Júlio Soares de Pinho e era formado pelos seguintes conselheiros: Álvaro de Sousa Brandão, Zacarias da Nova Milhazes, Francisco Mendes de Magalhães Costa, capitão José Pinheiro de Carvalho, tenente-coronel José Antônio de Sousa Lopes, tenente-coronel Francisco Vieira Tosta, Temístocles Coelho, Blandino Alves da Silva, João de Deus Pires, capitão Manuel Xavier Cabral e vigário Manuel Félix Pereira. No tempo do império, ao ser posta em execução a lei de 1.º de outubro de 1828, que criara as Câmaras Municipais, a de Cachoeira teve como seu primeiro Presidente o Sr. Luís Ferreira da Rocha, no período de 1829-1836.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística, por Myron Pereira. — Chefe da Agência Municipal de Estatística: Oscar Rodrigues da Rocha. — O histórico é da autoria do jornalista Antônio Loureiro de Sousa. — Auxiliar de A.M.E.: Eurípedes Ferreira Pinto.)

CACULÉ — BA

Mapa Municipal no 8.º Vol.

HISTÓRICO — Em 1860, Dona Rosa Prates, proprietária do antigo domínio da fazenda "Jacaré", doou ao Santíssimo Coração de Jesus um terreno, onde deveria ser eregida uma capela sob a invocação dêsse orago. Foi a célula da cidade atual, sede do município do mesmo nome.

Formou-se ali um núcleo populoso tão promissor que, em 1880, era elevado à categoria de distrito de paz por Lei provincial número 2 039, de 23 de julho do mesmo ano.

Possuindo aquela ilustre senhora elevado número de pretos escravos, promoveu o progresso da região pela exploração ampla da agricultura e da pecuária, incentivando o povoamento.

A Lei número 1 365, de 14 de agôsto de 1919, criou com território desmembrado do de Caetité, o município de Caculé, cuja instalação se deu em 1.º de janeiro do ano seguinte. Desta maneira, a vila de Caculé conquistou fôro de cidade.

Pelo Recenseametno Geral de 1920, o município compunha-se dos distritos de Caculé (sede), São Sebastião e Rio do Antônio; enquanto na divisão administrativa do Brasil, relativa ao ano de 1933, êle se integrava do distrito-sede e dos distritos de São Sebastião do Caetité, Rio do Antônio e Ibitira.

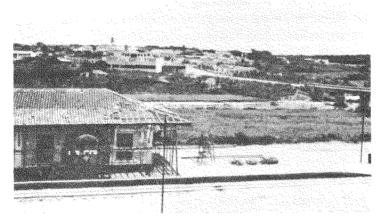
Segundo as divisões territoriais de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, como também no quadro anexo ao Decreto-lei estadual número 10 724, de 30 de março de 1938, Caculé permaneceu constituído dos mesmos distritos citados. Houve entretanto, alteração no topônimo do distrito de São Sebastião do Caetité, que retomou o nome antigo de, apenas, São Sebastião.

Permaneceu com a mesma constituição no quadro estabelecido pelas divisões administrativas de 30 de novembro de 1938 e de 31 de dezembro de 1943 e retificado pelo Decreto número 12 978 de 1.º de junho de 1944. Apenas houve modificação no topônimo de São Sebastião, que passou a denominar-se Ibiassucê.

O município continua com os mesmos distritos referidos no quadro fixado pela Lei estadual 628, de 30 de dezembro de 1953, para vigorar no qüinqüênio 1954-1958.

LOCALIZAÇÃO — Localiza-se na Zona Fisiográfica da Serra Geral. Seu território está totalmente incluído no Polígono das Sêcas e situado na parte centro-oeste do Estado. Limita com os municípios de Caetité, Brumado, Condeúba, Jacaraci e Urandi.

A sede municipal possui as seguintes coordenadas geográficas: 14° 30' 10" de latitude Sul e 42° 13' 21" de longitude W. Gr. Seu rumo partindo da Capital do Estado é O. S. O. e dela dista, em linha reta, 416 quilômetros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Vista da Estação da V. F. F. Leste Brasileiro

ALTITUDE — A altitude da sede é 572,559 metros, no local da chapa cravada à direita da porta principal, na estação da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro. Foi registrada, ainda, pelo Conselho Nacional de Geografia, a altitude *máxima* de 578,598 metros, no trilho da V.F.F.L.B. no seu cruzamento com a estrada de rodagem Urandi—Caculé, distando 1,47 km aquém da estação ferroviária da cidade de Caculé, bem como a altitude mínima de .. 563,357 m no piso da ponte de concreto sôbre o riacho do Camelo, no trecho da estrada Caetité—Brumado, na localidade de Ibitira.

ÁREA — A área do município é de 2 277 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O seu território é pouco acidentado. Registra-se apenas a ramificação da serra das Ametistas e da do Jacaré, que o atravessam. O rio do Antônio, que desce do município de Jacaraci com o nome de Palmeiras, une-se com o seu afluente rio do Salto, nas proximidades das divisas de Caculé, tomando aquela denominação. Deságua no rio de Contas. Existe no município um número considerável de pequenas lagoas periódicas que abastecem as criações nos tempos chuvosos.

CLIMA — O clima é salubre. A temperatura da sede municipal apresentou em 1956 os seguintes dados: média das máximas 30°C; média das mínimas 21°C e média compensada 26°C. A precipitação máxima de chuva, em 24 horas, foi de 53,8 mm.

RIQUEZAS NATURAIS — Possui jazidas exploradas de cristal de rocha e, não explorada, de água-marinha e, também, de ouro. O revestimento florístico é quase todo constituído de caatingas; não obstante, encontram-se várias plantas medicinais e madeiras de construção. Também são encontrados ouricurizeiros, dos quais se extrai o pó e a cêra. Há animais silvestres de pequeno porte; répteis e aves de variadas espécies.

POPULAÇÃO — A população municipal, segundo o Recenseamento de 1950, era de 26 310 habitantes, com a seguinte composição: 12 332 homens e 13 978 mulheres; 7 240 brancos, 2 691 pretos e 16 324 pardos. Das pessoas de 15 anos e mais, existiam 5 116 solteiros, 7 986 casados, 3 desquitados e 821 viúvos. Como se pode verificar, havia inferioridade dos da côr preta. Quanto ao sexo, conforme ocorre em outras partes, predominava o feminino.

Da população total do município, 79,35% localizam-se no quadro rural e a densidade demográfica era de .... 11,55 habitantes por km². Para 1957, a estimativa dá para o município a população de 33 574 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — De acôrdo com o Recenseamento, em 1950, o município possuía 4 aglomerações urbanas com os seguintes números de habitantes: cidade de Caculé 3 880; vila de Ibiassucê 589; de Ibitiara 398 e de Rio do Antônio 566. A estimativa da população da cidade para 1957 é de 8 200 pessoas.

OUTRAS AGLOMERAÇÕES — Além da Cidade e das vilas, há no município, povoados, sendo os principais, com suas populações estimadas para 1957, os seguintes: Jacaré 210 pessoas, Capivara 200 hab., Rio das Antas 180 habitantes, Amargosa 170 hab., Comocoxico 140 habitantes, Mandacaru 130 hab., Santo Antônio 170 hab., Periperi 130 hab., Lajinho 120 hab., Canjica 100 hab. e Santa Clara 90 habitantes.

ATIVIDADE ECONÔMICA — A população em condições de produtividade (de 10 anos e mais) era de 17 692 pessoas; destas, 7 974 eram homens e 9 718, mulheres. Dêste total, 5 301 se dedicavam ao ramo "agricultura, pecuária e silvicultura", constituindo 29,96% da população ativa, que depois de "atividade doméstica" é o ramo que mais ocupa pessoas no município.

Agricultura — A principal atividade econômica é a agricultura, cuja produção em 1955, foi superior a 12 266 milhares de cruzeiros. A maior parcela é representada pela cana-de-açúcar, seguida da mandioca, da laranja, da batata-doce, do milho, do algodão, da mamona e do fumo em fôlha.

Pecuária — Quanto à atividade pastoril, havia no ano de 1956 um rebanho estimado no seguinte número de cabeças: 8 000 bovinos, 3 000 eqüinos, 2 000 asininos, .. 2 000 muares, 18 000 suínos, 7 000 ovinos e 2 200 caprinos. Havia em 1954, 1 640 propriedades rurais no valor venal superior a 9 256 milhares de cruzeiros.

Com o intuito de fomentar a produção agrícola e pecuária, a Inspetoria Regional do Fomento Agrícola mantém no município um Pôsto Agropecuário.

Indústria — A produção industrial alcançou no mesmo ano importância superior a 15 097 milhares de cruzeiros, realçando-se a indústria extrativa principalmente le-

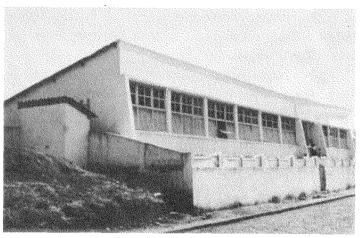
Igreja Matriz

nha e peles de animais silvestres, que contribuiu com .. Cr$ 11 768 milhares. Dos produtos manufaturados a aguardente, a farinha de mandioca e a rapadura ocupam os primeiros lugares no volume da produção industrial.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade liga-se à Capital Federal por ferrovia 1 517 quilômetros e rodovia 1 419 quilômetros; à Capital do Estado, via aérea 454 km ferrovia 714 km e rodovia 759 km; às cidades vizinhas de Brumado, ferrovia 84 km e rodovia 96 quilômetros; por estrada de rodagem com Caetité 71 km, Condeúba 81 km e Jacaraci 63 km; a Urandi, ferrovia 96 quilômetros e rodovia 76 km. O município possui também um campo de pouso de avião com pista de 1 000 x 200 m. A Viação Férrea Federal Leste Brasileiro serve o município, possuindo estação de embarque na cidade e na vila do Rio do Antônio, as quais foram inauguradas em 1.º de maio de 1949. É ainda o município servido por duas importantes rodovias: a Ilhéus—Goiás que passa pela vila de Ibitira e a Brumado—Urandi que corta a cidade e a vila de Rio do Antônio, fazendo ligação com municípios do Estado de Minas Gerais.

O serviço de comunicações é feito pela Agência Postal-telegráfica do D.C.T. e pelo serviço telegráfico da citada estrada de ferro.

COMÉRCIO E BANCOS — Existiam em 1956, na cidade, 8 estabelecimentos atacadistas e 38 varejistas. Em todo o município, 138 estabelecimentos comerciais alcançaram o giro superior a 44 593 milhares de cruzeiros.

O comércio local mantém transação principalmente com as praças de Salvador, Belo Horizonte, Vitória da Conquista e Brumado. Importa tecidos, estivas em geral e outros artigos. Exporta algodão, rapadura, feijão, milho e fumo. O salário-mínimo oficial está fixado em .... Cr$ 2 000,00.

Ginásio Norberto Fernandes

ASPECTOS URBANOS — A cidade está situada num planalto, à margem direita do rio do Antônio. Possui 45 logradouros, 20 dos quais estão pavimentados, 5, arborizados e 25, iluminados a luz elétrica. Estão servidos de luz elétrica 228 prédios. O consumo de energia elétrica para iluminação particular foi de 216 625 kWh, em 1956. Quanto aos meios de hospedagem, existem na cidade um hotel e 13 pensões com capacidade total para 500 hóspedes. Há também um cinema em funcionamento, o Cine-Teatro Engenheiro Dórea.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária é prestada pelo Pôsto Correspondente do Serviço de Saúde do Interior e pelo Setor número 13, sediado em Brumado, do Departamento Nacional de Endemias Rurais.

Exercem a profissão na Cidade 2 médicos, 1 dentista e 4 farmacêuticos. Há 4 farmácias.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Existe apenas a Associação Rural de Caculé congregando 61 associados.

Praça J. J. Seabra

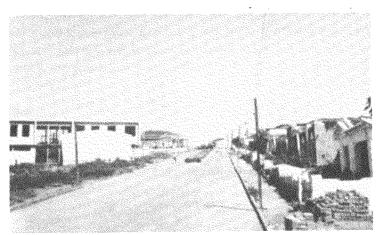
ALFABETIZAÇÃO — Segundo o Recenseamento de 1950, existia no município, de 5 anos e mais, o total de 21 783 pessoas. Dêste número, sabiam ler e escrever 4 630, sendo 2 657 homens e 1 973 mulheres, representando 21% do total. Na sede municipal a quantidade de indivíduos alfabetizados, em 1950, era de 1 399, dêstes, 764 eram homens e 635 mulheres. Todavia, o total de pessoas de 5 anos e mais atingia o número de 3 316.

ENSINO — Em 1956, funcionavam 22 unidades escolares estaduais do ensino fundamental comum, e 10 municipais, com o total de 1 384 alunos. Dentre os estabelecimentos de ensino primário, o Grupo Escolar Estadual Doutor Antônio Muniz é o mais importante.

O ensino secundário é ministrado pelo Ginásio Estadual Norberto Fernandes, cuja matrícula inicial, em .. 1957, foi de 148 alunos, sendo 72 do sexo masculino e 76, do feminino.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Há apenas a biblioteca mantida pela Agência Municipal de Estatística, à disposição de consulentes. Funcionam na cidade as seguintes associações esportivas e culturais: Aeroclube de Caculé, Grêmio Antônio Meireles e Associação Esporte--clube.

CULTOS RELIGIOSOS — A cidade é sede de paróquia e tem por padroeiro o Sagrado Coração de Jesus. Pertence à diocese de Caetité. Possui 1 igreja, 7 capelas e 6 associações religiosas. Existe na cidade um centro espírita.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Das festas religiosas celebradas, têm maior realce a do Sagrado Coração de Jesus, realizada em 7 de setembro, a de Nossa Senhora do Carmo, em 16 de julho, e a de Nossa Senhora das Graças, em 8 de de-

Vista da Avenida Eng.º Castilho

zembro. Existe ainda a tradição das festas do Natal, de Ano--bom, dos Reis e de São João. Nos festejos dos Reis Magos, realizam-se folguedos populares, tais como a "Zabumba" e o "Terno dos Reis". A primeira se constitui de turma de tocadores de pandeiro, pratos, gaita e bombo. Assim percorrem os foliões as ruas locais em infernal algazarra. Os "ternos" são organizados por jovens donzelas de vestidos de chita coloridos, que formam cordões e se exibem graciosamente pelas ruas, cantando canções típicas regionais, de forma e sentido compatíveis com a educação mística do nosso povo.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O município, em 1954, possuía 6 094 eleitores. Votaram nas últimas eleições 2 211 cidadãos.

O número de vereadores em exercício é de 12. Em 1956 exerciam atividades no município 132 funcionários, assim distribuídos: 49 federais, 30 estaduais, 52 municipais e 1 autárquico.

O município é sede da 20.ª Circunscrição Escolar da Secretaria da Educação.

FINANÇAS PÚBLICAS — Em síntese, a arrecadação federal e a estadual, bem como as finanças municipais, representam-se na tabela seguinte:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	69	499	585	325	559
1951	141	600	869	350	1 136
1952	251	529	560	375	501
1953	212	507	941	475	594
1954	219	610	958	725	1 132
1955	307	1 185	1 013	800	1 345
1956	392	1 564	1 313	850	1 379

JUSTIÇA — Nas divisões territoriais datadas de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, bem como no quadro anexo ao Decreto-lei número 10 724, de 30 de março de 1938, o município de Caculé figura como têrmo da comarca de Caetité.

Ocorreu o mesmo no quadro territorial de 1939-1943, estabelecido pelo Decreto número 11 089, de 30 de novembro de 1938 e, também, no quadro da divisão judiciário-administrativa do Estado, vigente em 1944-1948, fixado pelo Decreto-lei estadual número 141, de 31 de dezembro de 1943, modificado pelo Decreto número 12 978, de 1.º de junho de 1944.

Por fôrça do Decreto-lei número 519, de 19 de junho de 1945, foi criada a comarca de 1.ª entrância de Caculé, constituída pelo têrmo único, de idêntico nome, desmembrado da comarca de Caetité. Há na comarca 8 cartórios, sendo 4 do Registro Civil. Foram julgados em 1956, 11 feitos cíveis.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município denominam-se "caculeenses". O atual Prefeito é o Dr. Paulo Maciel Fernandes, eleito e empossado no último pleito, e o Presidente da Câmara, o Sr. Aizete Gonçalves Fauazete, eleito para o período legislativo iniciado em 7-IV-1957. O primeiro Intendente foi o c.el Juvêncio Teixeira Guimarães e o primeiro Conselho Municipal compunha-se dos seguintes membros: major Antônio Correia Neto, presidente, c.el Manuel José Fernandes, cap. Luís Gonçalves de Aguiar, cap. José Manoel Alves, cap. Clemente José Alves, c.el Leonel Antônio de Brito, ten. José Normando da Silva Costa, Hermínio Pereira Prates, Adelino Alves Brito, Leonel Ferreira Faria, José Francisco Matos, Francisco Prates Pinho, Sebastião José Alves, Crescêncio Rodrigues da Cruz, Juscelino da Cruz Prates e Modesto da Silva Prates.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística, por Luís Gonzaga de Oliveira Brito. — Chefe da Agência Municipal de Estatística: Dirceu Pimentel de Araújo.)

CAETITÉ — BA

Mapa Municipal no 8.º Vol.

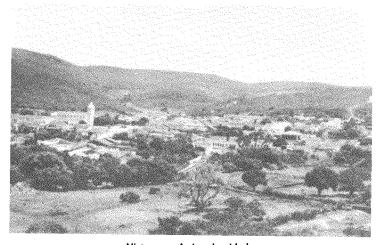
HISTÓRICO — Conforme tradição local, a povoação de "Caetaté" ou "Caiteté" foi originàriamente uma aldeia de índios Caetés, onde, mais tarde, os portuguêses, que para aí vieram a fim de colonizarem a região, construíram suas casas no Sítio dos Caitatés. Nesse lugar surgiram importantes fazendas de criação pertencentes ao capitão Estêvão Pinho, ao Dr. João Calmon, à Dona Joana de Brito e ao padre Miguel de Lima.

Com a exploração aurífera da região, essas terras foram passagem obrigatória das bandeiras do sul para as minas de Rio de Contas e Monte Alto, tornando-se ponto de abastecimento e descanso, pelas suas "pastagens, cereais, boas aguadas e muito gado", surgindo, então, a 12 quilômetros do sítio primitivo, em comêço do século XVIII, em lugar mais amplo e com melhores aguadas, a povoação de Caitaté e que, tempos depois, passou a ter o nome de Caiteté. Suas terras pertenciam à Casa da Tôrre, cujo fundador foi o mestre-de-campo Antônio Guedes de Brito.

Nessa povoação a família Carvalho, proprietária da fazenda do Alegre, construiu, em 1740, uma capela sob a invocação de Santa Ana e doou terras para a criação da freguesia. A capela ficou filiada à matriz de Nossa Senhora do Livramento do Rio de Contas até que, por Alvará Régio de 1754 e Provisão do 8.º Arcebispo do Brasil, Dom José Botelho de Matos, foi o arraial erigido em freguesia com o nome de Santa Ana do Caiteté.

Por Alvará Régio, de 5 de outubro de 1759, as terras foram incorporadas à Coroa e por Provisão do Conselho

Ultramarino de 12 de julho de 1803 foi ordenada a criação da vila.

A criação, porém, só se deu em 1810, por fôrça do Decreto de 26 de fevereiro, tomando a vila o nome de vila Nova do Príncipe e Santa Ana do Caiteté, em honra ao príncipe regente D. João.

Vista panorâmica da cidade

O mesmo Decreto criou o município com território desmembrado do de Jacobina, instalado a 5 de abril do mesmo ano, pelo ouvidor Desembargador Antônio Gabriel Henriques Pessoa.

Não sendo local de mineração, a vila não teve, no passado, evidência política na história pátria, abrigando apenas os que, fugindo às lutas partidárias do Primeiro Reinado e do Império, procuravam refúgio temporário, tendo alguns se fixado na região e constituído as antigas e tradicionais famílias caetiteenses.

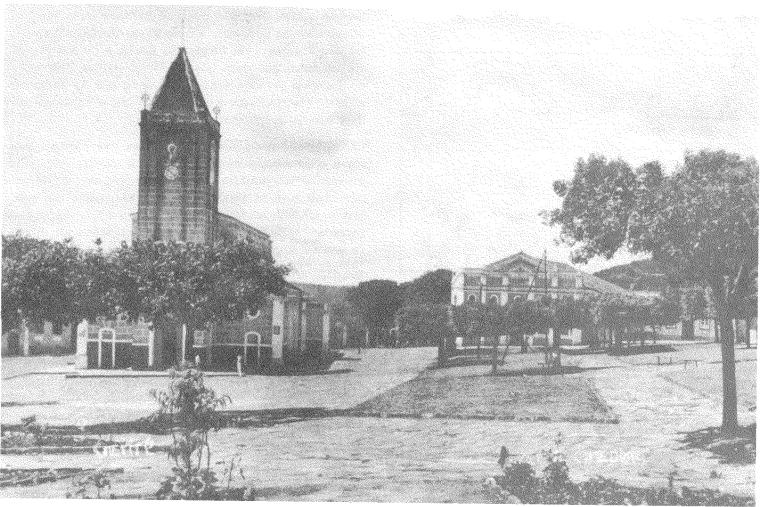
A vila recebeu foros de cidade pela Lei provincial número 995, de 12 de outubro de 1867, com o topônimo de Caetité.

Inicialmente a sua constituição administrativa abrangia 10 distritos: Caetité, Lapa Real, São Sebastião do Caetité, Caculé, Rio do Antônio, Passagem de Areia, Canabrava, Bonito, Santa Luzia e Aroeiras.

De acôrdo com a divisão administrativa do Brasil, relativa ao ano de 1933, cinco são os distritos que constituem o município de Caetité: o da sede e os de Lagoa Real, Bonito, Canabrava dos Caldeiras e Brejinho das Ametistas.

Na divisão territorial datada de 31-XII-1936, o município de que se trata forma-se de seis distritos: os cinco citados na administrativa de 1933 e mais o de Junco Grande, enquanto na divisão territorial de 31-XII-1937 êle abrange cinco distritos: Caetité, Lagoa Real, Canabrava dos Caldeiras, Brejinho das Ametistas e Junco Grande.

Já no quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 10 724, de 30 de março de 1938, o município volta a figurar com os mesmos distritos mencionados na divisão de 31-XII-1936, isto é, Caetité, Lagoa Real, Bonito, Canabrava dos Caldeiras, Junco Grande e Brejinho das Ametistas.

De conformidade com o quadro territorial em vigor no qüinqüênio 1939-1943, estabelecido pelo Decreto estadual n.º 11 089, de 30 de novembro de 1938, compõe-se dos seis seguintes distritos: o da sede e os de Bonito, Brejinho (ex-Brejinho das Ametistas), Caldeiras (ex-Canabrava dos Caldeiras), Lagoa Real e Maniaçu (ex-Junco Grande).

Praça da Catedral

No quadro da divisão judiciário-administrativa do Estado, vigente no qüinqüênio 1944-1948, fixado pelo Decreto-lei estadual n.º 141, de 31 de dezembro de 1943, e modificado pelo Decreto estadual n.º 12 978, de 1.º de junho de 1944, compõe-se dos mesmos distritos que o constituíam no quadro do qüinqüênio precedente, notando-se que o distrito de Brejinho readquiriu seu antigo topônimo de Brejinho das Ametistas e o de Bonito passou a chamar-se Igaporã.

Com a emancipação do distrito de Igaporã, em 1953, ficou o município constituído, de acôrdo com a Lei 628, de 30 de dezembro do mesmo ano, dos seguintes distritos: Caetité, Brejinho das Ametistas, Caldeiras, Lagoa Real e Maniaçu.

Por fôrça, porém, da decisão judicial que considerou inconstitucional a criação do município de Igaporã, o seu território voltou a integrar o município de Caetité, em 7 de fevereiro de 1957, data em que foi executado o mandato judicial.

LOCALIZAÇÃO — O município está situado no Planalto Central, na vertente oriental da Serra do Espinhaço, ao sudoeste do Estado, integrando a Zona Fisiográfica da Serra Geral. O seu território pertence às bacias hidrográficas do rio São Francisco e do de Contas, estando totalmente incluído no Polígono das Sêcas. Limita com os municípios de Macaúbas, Paramirim, Livramento do Brumado, Brumado, Caculé, Urandi, Guanambi e Riacho de Santana. A sede municipal tem as seguintes coordenadas geográficas: 14º 04' 15" de latitude Sul e 42º 29' 11" de longitude W.Gr. Fica no rumo O.S.O., partindo da Capital do Estado, da qual dista em linha reta, 428 quilômetros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 826,0266 metros, de acôrdo com a medição feita pela Secção de Nivelamento do Conselho Nacional de Geografia, tomando por referência o obelisco ao coronel Hermino Silveira, na Praça da Catedral.

Avenida Barão de Caetité

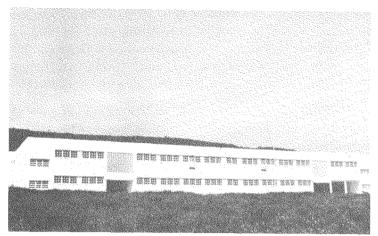
ÁREA — A área do município, segundo os dados do Conselho Nacional de Geografia, era, em 1953, de 3 922 km². Todavia, em face do desmembramento do distrito de Igaporã, o município teve sua área diminuída. Com a extinção porém, do município de Igaporã que voltou à sua jurisdição em 7 de fevereiro de 1957, passou o território a ter novamente aquela extensão.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O município é montanhoso na sua maior parte. Os esgalhos das serras atingem a diversas altitudes, modificando-se em colinas e esplanadas. A Chapada Diamantina atravessa o município de sul para norte, tomando as serras as denominações locais de Juàzeiro, das Ametistas, Cubículo, Santa Bárbara e outras.

Banhado por diversos rios e riachos, periódicos uns e perenes outros, dentre os quais se destacam o rio São João, afluente do rio de Contas e o rio Santo Onofre, afluente do rio São Francisco, rio Alegre, rio Jatobá e rio das Pedras. Há no município duas quedas dágua — das Pedreiras e do Jacaracó — cuja capacidade ainda não foi explorada, além de quatro açudes e várias lagoas que se espalham pelo território do município.

CLIMA — O clima é ameno e salubre, com ventos regulares e constantes, nunca se registrando quedas ou subidas bruscas de temperatura. Em 1955, a temperatura da sede municipal teve as seguintes graduações: média das máximas — 35,8ºC; média das mínimas — 9,8ºC a média compensada — 22,2ºC. A precipitação pluviométrica atingiu, no ano em aprêço, a altura de 631,9 mm.

RIQUEZAS NATURAIS — A flora diversifica-se de acôrdo com a composição do solo. Predomina a macega e o tucum, palmeira rasteira de que se extrai excelente fibra, ao lado de árvores frondosas de madeira de lei, como jacarandá, arueira, pau-d'arco, louro, sucupira e outras espécies, bem assim, plantas medicinais, dentre elas, quina, ruibarbo, alfavaca, caroba, ipeca e outras. Registra-se, também, a existência de ouricurizeiros, cuja extração do pó, entretanto, só é praticada nos anos de crise aguda.

Jazidas de ouro e ametista são encontradas no solo do município porém, sòmente estão sendo exploradas as minas de ametistas, no distrito de Brejinho das Ametistas. A exploração, entretanto, sofreu perdas com uma demanda sôbre a posse das minas e não reabilitou mais o seu ritmo antigo de antes da guerra.

Escola Normal de Caetité

POPULAÇÃO — De acôrdo com os dados do Recenseamento Geral de 1950, a população do município era de 40 624 habitantes, sendo 19 071 homens e 21 553 mulheres. As pessoas de côr branca têm preponderância sôbre os demais, e os casados eram em maior número, quanto ao estado civil. Do total da população, 85,21% localizam-se no quadro rural. A população do município estimada para 1957 é de 35 162 habitantes enquanto para a cidade estimou-se em 4 300 pessoas.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Em 1950, eram seis os aglomerados urbanos, os quais possuíam a seguinte população: Cidade de Caetité (3 616 hab.) e vilas de Brejinhos dos Ametistas (368 hab.), Caldeiras (361 hab.), Igaporã (1 198 hab.), Lagoa Real (329 hab.) e Maniaçu (137 habitantes). Em 1953, a vila de Igaporã foi elevada a sede municipal, sendo o município, entretanto, extinto em princípios de 1957, voltando a pertencer a Caetité.

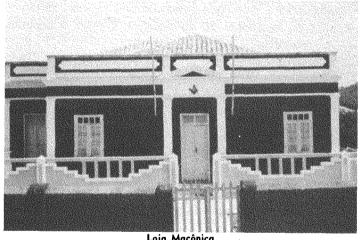
OUTRAS AGLOMERAÇÕES — Além da cidade e das vilas conta o município, ainda, com os principais povoados abaixo, cuja população estimada para 1957 é a seguinte: Pageu do Vento 320 hab.; Santa Luzia — 130 hab.; Espírito Santo — 90 hab.; Jacaré — 80 hab. e Monsenhor Bastos (ex-Santo Antônio da Serra) — 80 habitantes.

ATIVIDADE ECONÔMICA — Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais), 37,98% estão ocupadas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura". O município é agrícola e criador, tendo grande número de pequenas e médias propriedades, sendo pois a agricultura e a pecuária as atividades fundamentais à sua economia.

Casa de Caridade

Agricultura — O valor da produção agrícola atingiu, em 1955, a 23 048 milhares de cruzeiros, destacando-se entre as culturas o algodão, principalmente no distrito de Igaporã, e a mandioca, que valeram, respectivamente, 4 608 e 4 000 milhares de cruzeiros. Cereais, cana-de-açúcar, mamona e frutas, principalmente a manga, são, também, cultivados com intensidade.

Pecuária — Atualmente, pode-se considerar a pecuária mais importante para a economia do município que a agricultura, em vista da ação do Banco do Brasil que vem ampliando o crédito. É o distrito de Igaporã, ainda, zona de criação. A população pecuária estimada em 1955, tinha os seguintes efetivos, em cabeças: bovinos — 20 000, suínos — 12 000, ovinos — 12 000, e caprinos 15 000. Há exportação de gado suíno para o Mundo Novo e Itaberaba. A produção de leite atingiu 250 000 litros, no valor de 875 000 mil cruzeiros. Para o consumo público abateram-se 1 551 cabeças de bovinos, 1 986, de suínos, e 841, de caprinos e ovinos.

Indústria — A produção industrial não tem grande significação econômica para o município. A extração de ametista que já foi uma das maiores fontes de renda, no passado, quando a exploração se fazia pelos alemães, está reduzida, atualmente, a pequena produção que valeu, em 1956, apenas um milhar de cruzeiros. Afora ametista, existe extra-

Loja Maçônica

ção de madeiras em geral, beneficiamento do algodão e fabricação de queijo e manteiga, rapadura, aguardente e farinha de mandioca, cuja produção somou 5 000 milhares de cruzeiros, contribuindo com as maiores parcelas a rapadura e a farinha de mandioca, cujos números de estabelecimentos existentes era de 106 e 80, respectivamente, segundo os dados do Registro Industrial.

Artesanato — É o município considerado o maior centro de tecelagem manual da Zona do Sudoeste, sendo o distrito de Igaporã o grande campo de atividade, por ser desenvolvido produtor de algodão. Vários artigos são fabricados, destacando-se cobertores, pano de calça, rêdes, colchinilhas, etc.

Da ação do Banco do Brasil e da Comissão do Vale do São Francisco muito depende o desenvolvimento econômico do município.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido por rodovias, liga-se diretamente à Capital Federal, à Capital do Estado e às cidades vizinhas

nas seguintes extensões: Capital Federal — 1 936 km; Capital do Estado — 775 km; Brumado — 100 km; Caculé — 81 km; Guanambi — 48; Livramento do Brumado — 132 km; Macaúbas — 181 km; Paramirim — 117 km; Riacho de Santana — 93 km e Urandi — 109 km.

Uma emprêsa rodoviária serve o município.

Existe 1 campo de pouso com pista de 1 100 metros de extensão.

Mercado Público Municipal

A ligação para a Capital do Estado e à Capital Federal faz-se, também, por ferrovia, via Brumado. A rodovia Ilhéus—Goiás serve o município passando pela cidade. Estão registrados no município 10 automóveis, 8 jipes, 1 camioneta e 13 caminhões.

COMÉRCIO E BANCOS — Existem na sede municipal 58 estabelecimentos comerciais varejistas e uma agência do Banco do Brasil, inaugurada em 1.º de março de 1943. O giro comercial atingiu, em 1956, 15 000 milhares de cruzeiros, tendo as transações sido, principalmente com as praças de Belo Horizonte, São Paulo e Salvador, para onde exporta algodão e couros, e ali adquire gêneros e artigos para o consumo dos habitantes.

Aos sábados se realiza uma feira de relativa importância para a Região.

O salário-mínimo fixado para a sub-região da qual faz parte o município é de 2 000 cruzeiros.

ASPECTOS URBANOS — Situa-se a sede na encosta da serra do Espinhaço, entre os morros do Observatório e do Cruzeiro, num amplo e fértil vale, sendo uma das maiores e mais belas cidades do alto sertão baiano. Embora de aspecto antigo, apresenta ruas e praças largas e pavimentadas, destacando-se a Rua Barão de Caetité e as Praças Rodrigues Lima e de Santana, onde estão localizados os edifícios mais importantes e a maioria das casas comerciais.

Conta 53 logradouros, sendo 28 pavimentados — 26 com pedras irregulares e 2 a paralelepípedo — 3 arborizados, 16 com água canalizada e 25 com iluminação elétrica.

Possui 839 prédios, estando 235 servidos de luz elétrica e 142 abastecidos de água canalizada. Dos edifícios públicos merecem ser citados a Catedral, o Paço Municipal — vasto sobrado de estilo colonial —, o Palácio Episcopal e o Teatro Centenário. Há em funcionamento 1 cinema, 1 teatro, e existem 4 hotéis.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária é prestada pelo Pôsto de Higiene do Estado, pelo Abrigo dos Pobres, que mantém 50 leitos para internamento de doentes, e pela equipe do Setor n.º 13, com sede em Brumado, do Departamento de Endemias Rurais. Exercem a profissão 3 médicos, 5 dentistas, 2 farmacêuticos, 1 enfermeiro e 1 parteira. Existem 2 farmácias.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A Associação das Senhoras de Caridade presta assistência a desvalidos e mantém um abrigo para tratamento médico, com internamento, sendo a única entidade no gênero.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com os dados do Censo Demográfico de 1950, a população de 5 anos e mais somava naquele ano 34 473 habitantes, sendo 15 891 homens e 18 582 mulheres; sabiam ler e escrever 7 394 pessoas, ou seja, 21,45%, apenas.

ENSINO — O ensino primário fundamental comum era ministrado, em 1956, por 33 unidades escolares, sendo 1, apenas, mantida pelo govêrno municipal. A matrícula efetiva atingiu cêrca de 1 300 alunos matriculados. Na cidade estão localizados o Grupo Escolar Monsenhor Bastos e a escola normal e ginásio do Estado. A escola normal, fundada em 1926, é um centro de atração cultural e abriga apreciável leva de estudantes procedentes de outros municípios.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Funcionam na cidade três bibliotecas com menos de mil volumes; um jornal — "O Dever", de periodicidade quinzenal e duas sociedades recreativas, o Aeroclube de Caetité e o Clube Social Recreativo de Caetité.

Hospital Regional

CULTOS RELIGIOSOS — O município é sede da Diocese de Caetité, criada pela Bula "Magus aniomarum bonum" do Papa Pio X e datada de 20 de outubro de 1913, sendo instalada com a posse (por procuração passada a Monsenhor Luís Pinto Bastos) do 1.º Bispo Dom Manoel Raimundo de Melo, a 28 de fevereiro de 1915. É sede também de duas paróquias, a de Nossa Senhora Santana, fundada em 1754, e a de Nossa Senhora do Rosário, criada em 1875 na sede no distrito de Caldeiras. Conta atualmente uma Catedral, quatro igrejas, dezenove capelas e onze associações religiosas com o total de 1 539 associados. Funcionam ainda no município um templo protestante e um templo espírita.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A principal festa religiosa do município

Grupo Escolar

é a realizada no dia 26 de julho, consagrada a Nossa Senhora Santana, Padroeira da cidade. Há também o tradicional festejo do 2 de julho, com "Mourama", corrida de argolinhas e drama de assuntos patrióticos. O préstito cívico percorre as ruas da cidade, com as escolas formadas, cavaleiros (entre os quais môças encamizadas que usam anáguas rendadas prêsas ao pescoço) inclusive a "Mourama" e sua princesa, precedido dos carros alegóricos que trazem figuras de personagens da Independência da Bahia e do Brasil. No ponto final do desfile é praxe haver grande número de discursos e declamações de poesias.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O município contava em 1954 com 7 695 eleitores inscritos, dos quais, 3 686 votaram na última eleição. A Câmara de Vereadores está atualmente composta de 12 edis. Em 1956, exerciam atividades no município 93 funcionários públicos, assim distribuídos: 35 federais, 44 estaduais, 13 municipais e 1 autárquico. A cidade é sede da 13.ª Região de Trânsito e da 21.ª Circunscrição Escolar da Secretaria da Educação, 14.ª Região da Delegacia Regional e da 16.ª Circunscrição da 7.ª Região Fiscal.

FINANÇAS PÚBLICAS — Na tabela abaixo, resumem-se os dados sôbre finanças no município:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	220	480	874	362	1 059
1951	288	774	916	307	934
1952	315	683	882	343	683
1953	420	768	1 371	447	1 421
1954	501	912	2 030	377	2 118
1955	647	920	793	429	910
1956	831	1 352	1 389	472	1 369

JUSTIÇA — comarca, desmembrada da de "Minas do Rio de Contas", foi criada pela Lei provincial n.º 518, de 19 de abril de 1855, classificada de 1.ª entrância por Decreto provincial n.º 1 662, de 20 de outubro do mesmo ano e instalada pelo Juiz de Direito Dr. Francisco José Lisboa. Atualmente é comarca de 2.ª entrância. O município conta 14 cartórios, sendo 5 do Registro Civil. Em 1956 foram julgados 9 feitos no cível, 19 no crime e 83 outros. Exercem a profissão na cidade cinco advogados.

VULTOS ILUSTRES — *Dr. Plínio Augusto Xavier de Lima* — Nasceu na cidade de Caetité, no dia 17 de outubro de 1847; era filho do tenente-coronel Antônio Joaquim de Lima e Dona Francelina de Albuquerque Lima. Fêz as primeiras letras na terra natal, aí mesmo iniciando o curso secundário, com o professor Teotônio Soares Barbalho, regente da cadeira pública de latim. Vindo para a capital do Estado, ingressou no "Ginásio Bahiano", de Doutor Abílio Cézar Borges, Barão de Macaúbas, daí seguindo para São Paulo e depois para Pernambuco, doutorando-se em Direito, pela escola daquela província, no dia 29 de novembro de 1871. Antes, em 1867, ano em que se matriculara na Escola de Direito, fundou com Antônio de Castro Alves, Ruy Barbosa e João Batista Regueira Costa, uma sociedade em prol da abolição da escravatura, da qual Castro Alves era o Presidente. Sob o pseudônimo de "Lúcio Luz", publicou no "Correio Pernambucano" uma série de versos e sátiras sôbre acontecimentos políticos e a vida social da época. Voltou à cidade de Caetité, aí falecendo em 17 de abril de 1872 com apenas 20 anos de idade. Não deixou nenhum trabalho impresso. Seus versos foram publicados pelo Dr. Afonso Fraga, pòstumamente, no ano de 1928, em São Paulo. O livro que os continha recebeu o nome de "Pérolas Renascidas". *Professor João Antônio dos Santos Gomes* — Nasceu em Caetité a 10 de maio de 1858, seus pais foram João dos Santos Gomes e Dona Ana Luiza das Neves Gomes. Dotado de grande inteligência, aí mesmo fêz, em pouco tempo, os primeiros estudos. Aos 18 anos dedicou-se ao magistério e a advocacia, nelas pontificando com grande perfeição e inteligência. Com o auxílio do govêrno municipal, adquiriu na cidade de São Félix um prelo, fundando a primeira tipografia de Caetité. Nêle se editou o número inaugural de "O Caetitense", em 1890. Outro jornal, intitulado "A Pena", apareceu no dia 5 de março de 1897, pondo-se logo em defesa da cidade e do município. João Gomes foi também teatrólogo e dramaturgo, tendo escrito várias comédias e um drama. Escreveu também romances e contos baseados na vida sertaneja, tais como: "A vida Campestre", "A origem do nome Caetité", "Pelo Sertão", "O Sampauleiro", "Os Analfabetos", etc. Foi João Gomes, Coletor Estadual e Federal, Secretário e Tesoureiro da Intendência Municipal, cargos êsses desempenhados com a maior probidade e justeza. Foi aposentado no cargo de Secretário da Intendência. Faleceu em Caetité a 29 de abril de 1920. Foi um dos verdadeiros defensores daquela cidade sertaneja, elevando a um alto grau o seu prestígio social. *Cezar Zama* — Aristides Cezar Spínola Zama nasceu a 19 de novembro de 1837 e faleceu a 21 de outubro de 1906. Diplomou-se em medicina e serviu es-

Usina Municipal de Caetité

8 — 24 936

pontâneamente na guerra do Paraguai. Retornando, ingressou na política, sendo eleito deputado provincial em *várias legislaturas* e deputado à Constituinte Republicana. Médico, político, parlamentar, panfletário e orador primoroso, seus discursos marcaram época pelo arrebatamento e pelo entusiasmo comunicativo. Crítico erudito e impiedoso das instituições, oposicionista sarcástico e mordaz. Mediu-se com Ruy Barbosa em polêmicas célebres. Foi notável latinista. *Joaquim Manoel Rodrigues Lima* — (1845-1930). Diplomado pela Faculdade de Medicina de Salvador. Ainda acadêmico, tomou parte na Guerra do Paraguai. Foi deputado provincial, em várias legislaturas. Na República, foi eleito para o Senado Estadual. Em 1892, elegeu-se Governador do Estado. *Joaquim Antônio de Souza Spínola* — (1848-1906): Diplomado pela Faculdade do Recife, foi promotor público, Juiz Municipal, Juiz de Direito de Caetité, de Pôrto Seguro e de São Félix, Conselheiro do Tribunal de Apelação e Revista, e Presidente dêsse Tribunal. Fundou a Revista dos Tribunais.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — A origem do nome de Caetité vem da língua indígena *Ca — ita — eté* que quer dizer Mato da Pedra Real. No primeiro local escolhido para instalação da vila havia enorme pedra granítica emergindo da mata densa. Por êste motivo tomou o sítio aquêle nome. É escrito das seguintes maneiras: Caitité, Caeteté e Caetité, sendo esta última a grafia atual.

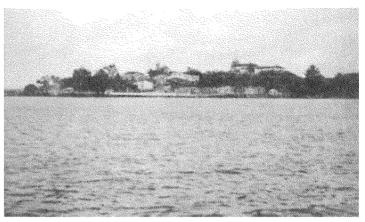
Os naturais do município chamam-se "caetiteenses".

O Prefeito em exercício é o Sr. Adulfo Vieira Domingues, eleito em 3 de outubro de 1954. O Presidente da Câmara é o Sr. José Renério da Silveira Sousa, eleito para o período legislativo iniciado em 7-4-57. O primeiro Administrador do município foi o Sr. Antônio de Sousa Maciel. A primeira Câmara Municipal compunha-se dos seguintes membros: Antônio Caetano Vilas Boas, Juiz Francisco de Brito Gondim, Juiz José Domingos da Silva, Manuel da Silva Pereira e José Joaquim Ribeiro.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística, por Luís Gonzaga de Oliveira Brito. — Chefe da Agência de Estatística: Waldemar Cardoso e Silva.)

CAIRU — BA

Mapa Municipal na pág. 47 do 6.° Vol.

HISTÓRICO — Em 1535 Francisco Romero, lugar-tenente de Jorge de Figueiredo Correia, deu início à colonização da Capitania dos Ilhéus, a braços com terríveis assaltos dos selvagens, notadamente dos aimorés, sem lhes poder oferecer decisiva reação. Homens rijos, talhados à feição dos rochedos de Sagres, plasmados à fúria do mar grosso e fiéis à predestinação heróica do navegador, sentindo o malôgro da colonização, envolvidos em sangue, fogo, desesperos e desastres, dirigem-se com suas famílias ao arquipélago que hoje constitui o município de Cairu. Aí se estabeleceram certamente movidos pela amenidade do clima, franco ancoradouro, aspecto gracioso e dominante da ilha, marcando a primeira penetração do território do município. O local, primeiramente devassado, conserva o nome com que fôra batizado pelos primitivos habitantes — Cairu —, que significa "Casa do Sol". Da penetração resultou povoa-

Rua Visconde de Cairu

mento escasso, havendo os exploradores edificado moradias, sem contudo se fixarem no local por largo tempo, ante a impossibilidade de conterem as constantes arremetidas dos selvagens, donos legítimos da terra, que se recusavam, terminantemente, a reconhecê-los como senhores.

No devassamento do território do município não houve, ao que se saiba, contribuição do elemento negro, cuja influência só começa a se fazer sentida por volta de 1757. Consoante Guimarães Cova, um estudioso das coisas dos municípios da Bahia, era tão grande o número de escravos na então vila de Cairu, que centenas dêles conseguiram tramar um assalto à igreja, por ocasião da missa do galo, para matarem os brancos e ficarem de posse de suas mulheres e filhas.

Em 1669, os colonos portuguêses, tendo à frente Sebastião de Pontes, foram atacados pelos aimorés, tendo na refrega perecido o capitão-mor Manoel Barbosa. Retira-se então Sebastião de Pontes para o rio Una, refugiando-se entre o Morro de São Paulo e Valença, com tôda a população. Em 1750, de volta, consegue estabelecer novos núcleos populacionais, quando, inesperadamente, é atacado novamente por uma tribo do sertão, que incendeia as casas, devasta as roças e trucida os seus proprietários, obrigando ao Governador, General Alexandre de Souza Freire, a mandar vir de São Paulo cabos experimentados neste gênero de guerra, sob o comando de João Amaro que, abrindo luta com os selvagens, conseguiu capturar 400 dêles.

Daí em diante a população, animada pela chegada dos Araújos, Vianas, Pontes de Lima, Góis de Lisboa, Tourinhos, Sá Menezes e outros, começou a crescer e a prosperar. Êstes, certamente unidos aos descendentes dos desbravadores de 1535 e aos colonizadores da Capitania de Ilhéus,

Igreja do Convento de Santo Antônio

iniciam novo povoamento do território do hoje município de Cairu. Os colonizadores acima referidos aí chegaram em 1635 e entre êles, se contava tôda a família do donatário da Capitania de Ilhéus, que fugia aos ataques da esquadra de Lichthardt ao pôrto de Ilhéus.

A freguesia foi criada em 1606 e a Vila em 1610. Cairu foi sede de uma Junta Conservadora das Matas, presidida pelo ouvidor da comarca de Ilhéus. Nas lutas pela Independência e por ocasião da Sabinada, deu um contingente às fôrças legais, mobilizando uma brigada de infantaria sob o comando do coronel José Ferreira da Cunha.

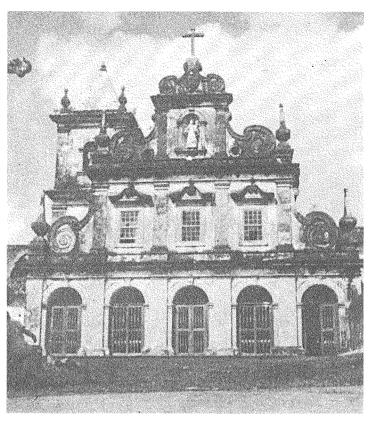
Compõe-se seu território das Ilhas de Tinharé, Velha Boipeba e Cairu. Pela divisão administrativa vigente, o município compõe-se dos distritos de Cairu, Galeão, Gamboa e Velha Boipeba.

LOCALIZAÇÃO —O município de Cairu está localizado na Zona Fisiográfica Cacaueira, formando seu território um arquipélago composto de três ilhas. Entre essas ilhas e o litoral existe um largo braço de mar, onde estão localizados os municípios de Taperoá e Valença, o último um pouco acima, no rio Una, que vem aí desembocar. Limita com os municípios de Valença, Taperoá, Nilo Peçanha e com o Oceano Atlântico. A sede municipal possui as seguintes coordenadas geográficas: 13° 29' 30" de latitude Sul e 38° 03' 50" de longitude W.Gr. Rumo da Capital do Estado em direção à sede municipal, da qual dista em linha reta 78 km, O.S.O.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 4 m.

ÁREA — A área do município é de 324 km².

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos são: montes Cezimbra, Namorados, Bica, Matatuba, Fonte Nova, Tainhenga, Pedrinhas, Outeiro da Praia, Outeiro do Zimbo, São Francisco, Outeiro do Vento, Pigica, Carro, Pedra da Saúde, Farol, Catavento, Piriquitos, Tibiá e Caipora. *Rios*: — Zimbro, Cipó, Caminho da Água, Compitanga, Maria de Maio, Amor, Torrinha, Pratigi, Cantingui, Paiva, Itapitanga, Madim e Cabatan.

Igreja do Convento de São Francisco

CLIMA — O clima se apresenta quente e úmido no verão, soprando ventos frios, no litoral, principalmente à noite. No inverno o clima é frio e úmido. A temperatura em 1956 foi a seguinte: média das máximas: 30,8°C; média das mínimas: 20,5°C e média compensada: 25,4°C.

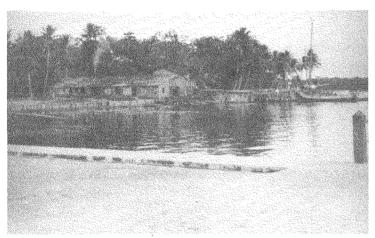
RIQUEZAS NATURAIS — A piaçava é a principal riqueza extrativa vegetal tendo a produção atingido a ...... 3 425 200 quilogramas, em 1955. Produz também coquilho de piaçava, lenha e madeiras para construção. No reino animal há grande quantidade de peixe, que é exportado para a Capital do Estado e para Itabuna. No ano de 1955, a produção de pescado atingiu a 416 594 quilogramas.

POPULAÇÃO — A população, em 1950, era de 5 121 habitantes, sendo 2 557 homens e 2 564 mulheres. Quanto ao estado civil, os solteiros constituíam a maioria com 1 422 para 1 311 casados. Do total da população, 39% localizavam-se no quadro rural.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Existiam em 1950 quatro aglomerações urbanas com a seguinte população: cidade de Cairu, 1 141 hab. e as vilas de Galeão 640 hab., Gamboa 869 hab. e Velha Boipeba 466 habitantes.

OUTRAS AGLOMERAÇÕES — Além da cidade e das vilas, o município conta com os principais povoados abaixo cuja população estimada para 1957 é a seguinte: Tapuias 150 hab., Morro de São Paulo 168 hab., Garapuá 156 habitantes, Canavieiras 109 hab. e São Sebastião 427 habitantes.

ATIVIDADE ECONÔMICA — Segundo revela o Recenseamento de 1950, o ramo ocupacional mais numeroso no

município é o da "indústria extrativa", com 825 pessoas (817 homens e 8 mulheres), representando 23,10% da população ativa. Os que se dedicam à "agricultura, pecuária e silvicultura" constituem apenas 7,42% da mesma população. A atividade fundamental à economia do município é a extração de piaçava e madeira para construção na indústria extrativa. Na agricultura, predomina a plantação de côco-da-baía, que abrange tôda a costa litorânea, colocando-se o município como um dos principais produtores do Estado. A indústria, representada por duas serrarias, roldões de azeite-de-dendê e casas de farinha, tem importância secundária. O artesanato é representado pelo fabrico de cestas, flôres, quebra-luz confeccionados com búzios e conchas, principalmente no povoado do Morro de São Paulo, no distrito de Gamboa.

Vista da serraria

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade de Cairu liga-se à Capital Federal, à Capital do Estado e às cidades vizinhas pelas seguintes vias de transporte: à Capital Federal via mista (aérea 202 km até Salvador e rodoviária 1 700 km); à Capital do Estado — via aérea (202 km), marítima (60 mi) e via mista (marítima 9 mi até Valença, rodoviária 81 km até Santo Antônio de Jesus, ferroviária 65 km até São Roque e marítima 21 mi); Nilo Peçanha — marítima (16 mi); Taperoá — marítima (8 mi); e Valença — marítima (9 mi). Existe um campo de aviação destinado à aterrissagem de pequenos aviões que fazem o serviço de "táxi-aéreo". O pôrto na cidade dá calado a embarcações de pequeno porte.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio local mantém transações com o de Salvador e Valença, donde importa tôdas as suas mercadorias, inclusive o gado abatido, que é enviado, semanalmente, do distrito de Maricoabo. Existem na sede municipal 8 estabelecimentos varejistas, tendo o giro comercial, em 1956, subido a 17 625 milhares de cruzeiros. O salário-mínimo em vigor para o município é 2 200 cruzeiros.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Cairu está localizada na ilha do mesmo nome e se apresenta como um presepe ao visitante que a descortina ao longe. Na sua parte mais alta está o secular convento de Santo Antônio, dos religiosos franciscanos, que enleva e emociona pelo entalhamento soberbo dos altares, em cedro, e pela beleza do seu claustro. Conta com 18 logradouros, sendo 4 pavimentados e 7 dotados de iluminação elétrica. Existem 306 prédios, dos quais, 218 são iluminados. Há uma Agência do Departamento dos Correios e Telégrafos.

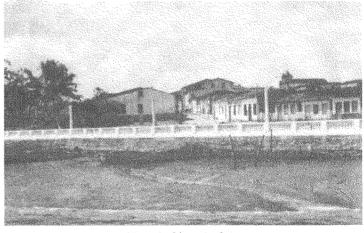
ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Conta com um Pôsto de Saúde, mantido pelo Govêrno do Estado em convênio com o municipal, destinado à clínica médica em geral, que, não funcionou em 1956. O município está subordinado ao Setor n.º 1, com sede em Salvador, do Departamento Nacional de Endemias Rurais.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com os dados do Recenseamento de 1950, a população de 5 anos e mais era de 4 277 pessoas, das quais, 1 916 sabiam ler e escrever, (44,8%).

ENSINO — Existiam, em 1956, 19 unidades escolares do ensino fundamental comum, tendo a matrícula efetiva atingido 689 alunos. Dessas unidades escolares, 12 eram estaduais, 6 municipais e 1 particular. Funcionavam na sede municipal 7 escolas, destacando-se o Grupo Escolar de Cairu.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existem três bibliotecas, com menos de mil volumes: a Paroquial que conta com obras antiquíssimas em diversos idiomas; a Municipal com cêrca de 400 volumes; e a Dr. Rafael Xavier pertencente à Agência Municipal de Estatística. Existe um clube de futebol.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Registram-se no município os seguintes monumentos inscritos nos Livros do Tombo da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: a Igreja e o Convento de Santo Antônio, dos religiosos franciscanos, rica em obras de talhe, e os Fortes do Morro de São Paulo e Grande.

CULTOS RELIGIOSOS — O município é sede da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário, subordinada ao bispado de Ilhéus, uma das mais antigas do Brasil, fundada em 1640. Conta 1 matriz, 6 igrejas e 5 capelas públicas. Existem três sacerdotes na paróquia, a qual tem sete associações religiosas.

Vista do Pôrto de Caim

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Realizam-se na sede municipal, com grande pompa, as festividades de Reis, no dia 6 de janeiro, com a tradicional coroação do "rei negro", solenidade iniciada por licença especial de D. Maria I, rainha de Portugal, conforme registram vários documentos da época. São

Vista de uma parte da cidade

também dignas de registro as festas de Nossa Senhora do Rosário, padroeira da cidade, de Nossa Senhora da Conceição, e de São Benedito. Esta última consiste no seguinte: no dia 8 de dezembro, um quadro do Santo é suspenso em mastro no adro do convento de Santo Antônio, em obediência a uma tradição que vem de longa data. A colocação do quadro significa que vai ser celebrada, naquele ano, a festa de São Benedito, a qual é realizada no dia 26 de dezembro. Nessa ocasião é realizado o folguedo denominado "barquinha", constituído de regular número de rapazes trajados de marinheiro, que puxam em charola um pequeno barco sôbre rodas, pelas ruas da cidade. No barcão vão graciosas senhorinhas, que ao som de músicas e canções alegres, evocando as lutas do mar, seguem até o adro, local onde é descido do mastro o retrato de São Benedito.

No mês de março ou abril — pois é festa móvel — é realizado o festejo denominado "Alarde", que consta do encontro de um grupo trajado de índio, com tangas e enfeites de pluma, carregando arcos e flexas e precedidos por embaixadores nos mesmos trajes, com um grupo de negros que usam uniformes berrantes e possuem também embaixadores e porta-bandeiras. Digladiam-se então os dois grupos, os negros vencendo a princípio, e obrigando os índios a beijarem um quadro de São Benedito, exposto sôbre uma mesa no adro da igreja do Convento de Santo Antônio. Após essa cerimônia, os índios reagem, dominam e prendem os pretos, retirando-se vitoriosos com os prisioneiros. Não se pode fazer um juízo decisivo da origem dêste folguedo, ante a deturpação que o mesmo tem sofrido. Parece, todavia, simbolizar a reação dos aborígines contra os conquistadores de suas terras. Acreditam outros que seja esta festa uma vaga reminiscência da invasão da península ibérica pelos mouros.

Em 26 de dezembro realizam-se ainda as festas dos "congos" e a "chegança". A primeira, de origem africana, é constituída de determinado número de negros, homens e mulheres, conduzindo ganzás, tamborins e atabaques, que cantam por tôda a cidade em louvor aos antigos reis africanos, acompanhados pelos exóticos e ensurdecedores instrumentos, evocando a pátria distante, a agonia e a morte de seus antepassados.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O município conta com 2 040 eleitores, tendo em 3 de outubro de 1954, votado 1 510. São 8 os vereadores em exercício. No ano de 1956, exerciam atividades no município 30 funcionários, assim distribuídos: federais 3, estaduais 3, municipais 23 e autárquicos 1.

FINANÇAS PÚBLICAS — Informa-se no quadro abaixo transcrito a receita pública federal, estadual e municipal no período de 1950-1956.

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	248	390	155	462
1951	—	443	456	185	304
1952	—	420	501	202	576
1953	—	772	873	236	702
1954	—	421	702	208	912
1955	—	1 065	793	268	626
1956	(1) 8	1 008	1 136	316	914

(1) A Coletoria Federal foi criada no fim no ano de 1956.

JUSTIÇA — O município é têrmo da comarca de Valença. Conta com 10 cartórios, sendo 4 do Registro Civil. Foram julgados, em 1956, 18 feitos, todos no cível.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os filhos de Cairu denominam-se cairuenses. No braço do mar, formado pela sua costa e a de Valença, denominado baía de Tinharé, foi onde estêve fundeada a esquadra holandesa, composta de 25 vasos, sob o comando do general Jacon Willeckens e almirante Pedro Petrid, antes do ataque à Capital.

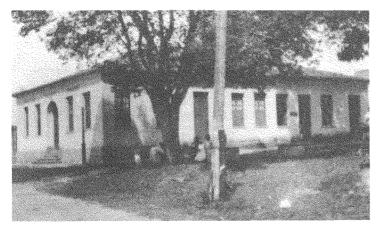
O atual Prefeito do município é o Sr. Mário Passos Meireles, e o Presidente da Câmara, o Sr. Deusdedit Pereira Pacheco.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística por Anterlino Leite Gaspar. — Chefe da Agência Municipal de Estatística: Abel Melgaço de Menezes.)

CAMAÇARI — BA

Mapa Municipal no 4.º Vol.

HISTÓRICO — Em 1549 aportava na Bahia a caravana de Tomé de Sousa, primeiro Governador da Colônia, mandado ao Brasil por D. João III, Rei de Portugal, para lançar as bases da grande província que Cabral em tão boa hora descobrira. Com Tomé de Sousa também viera Garcia d'Ávila que se transformou em pioneiro do bandeirismo em nossa terra. Tendo recebido de D. João III uma grande sesmaria, calculada em cêrca de 60 léguas quadradas, edificou Garcia d'Ávila o tradicional e célebre castelo da Tôrre, que por muito tempo ocupou lugar de relêvo e proeminência nos episódios gloriosos da história pátria, desempenhando, também, papel de realce no devassamento e conseqüente colonização da região, onde está localizado o atual município de Camaçari, pois dali partiram para a nossa hinterlândia as diversas bandeiras precursoras do progresso.

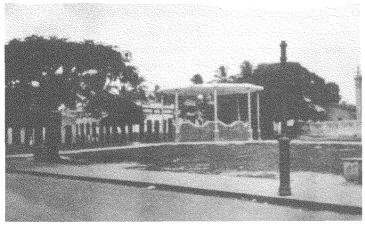
Por morte de Garcia d'Ávila, passou o castelo ao domínio do seu filho Francisco Dias d'Ávila, um dos mais intrépidos e destemidos bandeirantes baianos, que, seguindo a tradição gloriosa do seu genitor, muito concorreu, com o espírito aventureiro e empreendedor, para o desbravamento e colonização dos nossos sertões, através das suas andanças pelas terras da Bahia, naquele tempo virgens e hostis, ha-

Prefeitura Municipal e Agência de Estatística

vendo, inclusive, descoberto as minas do rio Salitre. Francisco d'Ávila casou-se com D. Leonor Marinho, em cuja companhia encontrou por longos anos o estímulo para a continuidade de sua grandiosa obra.

Morto Francisco Dias d'Ávila, passou o castelo para o domínio do filho Garcia d'Ávila Pereira, o qual, na sua penetração, comandando bandeiras vitoriosas, fêz inúmeros descobrimentos, inclusive a conquista dos sertões do Piauí.

Próximo ao castelo da Tôrre foi construído um forte que prestou inestimáveis e relevantes serviços ao Brasil durante a guerra holandesa. O castelo da Tôrre foi por algum tempo quartel-general do Conde Bagnuolo, comandante das tropas luso-espanholas, no combate aos holandeses, quando por sua posição estratégica serviu de pôsto de sinalização, donde as tropas se comunicavam com os vários pontos da costa, inclusive com o farol da Barra.

O município de Camaçari originou-se de uma aldeia indígena situada no litoral, que recebeu dos jesuítas o nome de "Aldeia do Espírito Santo", nascendo daí o povoado onde, entre os anos de 1700 a 1800, com a sua evolução, foram construídos um convento e uma igreja, obras das mais suntuosas dos tempos coloniais.

Por Provisão do Conselho Ultramarino, de 27 de setembro de 1758, o povoado foi elevado à categoria de vila, com a denominação de vila do Espírito Santo da Nova Abrantes, sendo instalada pelo Dr. João Ferreira Bittencourt Sá. A sua capela, nesse mesmo ano, foi elevada a matriz. Em 1846 foi extinto o município pela Resolução provincial n.º 241, de 16 de abril, sendo restabelecido pela Resolução n.º 310, de 3 de junho de 1848, com território desmembrado do município de Mata de São João. A reinstalação deu-se a 10 de janeiro de 1849. A sua primeira composição administrativa abrangia os distritos de Abrantes, Monte Gordo e Ipitanga. A Lei municipal de 22 de março de 1920 criou o distrito de Camaçari, com território desmembrado do de Abrantes, criação essa confirmada pela Lei estadual n.º 1 422, de 4 de agôsto dêsse mesmo ano. A Lei estadual n.º 1 809, de 28 de julho de 1925, modificou-lhe o topônimo para Montenegro e transferiu-lhe a sede para o arraial de Camaçari, elevando-o à categoria de vila. Em razão do Decreto-lei estadual n.º 10 724, de 30 de março de 1938, o município passou a denominar-se Camaçari, constituindo-se dos distritos de Camaçari, Abrantes e Monte Gordo. Pela Lei n.º 628, de 30 de dezembro de 1953, foi criado o distrito de Dias d'Ávila, ficando o município composto de 4 distritos: Camaçari, Abrantes, Monte Gordo e Dias d'Ávila.

Praça Desembargador Montenegro

LOCALIZAÇÃO — O município de Camaçari localiza-se na Zona Fisiográfica do Recôncavo. Limita com os municípios de Mata de São João, Salvador, São Sebastião do Passé e com o Oceano Atlântico. A sede municipal possui as seguintes coordenadas geográficas: 12° 41' 40" de latitude Sul e 38° 19' 50" de longitude W.Gr. Dista da capital do Estado, em linha reta, 35 km, no rumo N.N.E. Grande faixa de suas terras fica no litoral.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 36 m.

ÁREA — A área do município é de 773 km².

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O município é pouco acidentado. Os seus principais acidentes geográficos são os rios Camaçari, Jacuípe, Capivari, Inhaçu, Pojuca e Joanes.

CLIMA — O clima é ameno. A região tem sido escolhida para estação de veraneio, principalmente a cidade de Camaçari e a vila de Dias d'Ávila. Chove abundantemente nos meses de abril a junho, diminuindo de intensidade de julho a outubro e chovendo pouco no período de novembro

a março. A temperatura da sede municipal apresentou, em 1956, as seguintes graduações: média das máximas 30°C; das mínimas 18°C; média compensada 26°C.

RIQUEZAS NATURAIS — A pesca é praticada em todo o litoral, em grande escala, constituindo importante riqueza natural. Há exploração de tabatinga e ocre, sendo encontradas fontes de água mineral.

POPULAÇÃO — A população do município, segundo os dados do Recenseamento Geral de 1950, era de 13 800 habitantes, com a seguinte composição: homens 6 907, mulheres 6 893; brancos 1 525, pretos 4 970, pardos 7 200 e 19 amarelos. Das pessoas de 15 anos e mais, contavam-se 5 971 solteiros, 2 008 casados, 531 viúvos e 5 desquitados. Localizavam-se no quadro rural 67,826% da população.

Aglomerações urbanas — Em 1950, havia três aglomerações urbanas, com a seguinte população: cidade de Camaçari 2 715 habitantes, vilas de Abrantes 564, e Monte Gordo 1 161. A Lei n.º 628, de 30 de dezembro de 1953, elevou à categoria de vila o povoado de Dias d'Ávila, atualmente florescente núcleo urbano. A população da cidade estimada para 1957 é de 4 300 habitantes.

Estação da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro

Outras aglomerações — Além da cidade e das vilas, o município conta, ainda, com os seguintes principais povoados, e respectivas populações estimadas para 1957: Arembepe 900 habitantes; Parafuso 960; Barra da Pojuca 800.

ATIVIDADE ECONÔMICA — De acôrdo com o Recenseamento Geral de 1950, 23% das pessoas em idade ativa (10 anos e mais) estão ocupadas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura". A atividade fundamental à economia do município é a cultura de côco-da-baía, cuja produção, em 1955, atingiu 8 milhões de cruzeiros. A produção agrícola foi superior, em 1955, a 13 milhões de cruzeiros.

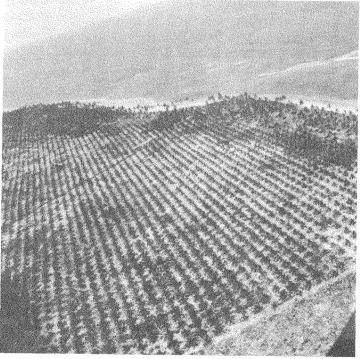
A pecuária, conquanto não seja uma das principais atividades econômicas do município, apresenta o seguinte rebanho: bovinos 2 500 cabeças, eqüinos 300, asininos 1 000, muares 500, suínos 1 500, ovinos 300 e caprinos 50.

A produção industrial alcançou em 1955 o valor de 2 875 milhares de cruzeiros, figurando em primeiro lugar a produção de carvão vegetal, que atingiu a cifra de 745 milhares de cruzeiros, seguindo-se a produção de farinha de mandioca, com 504 milhares de cruzeiros, e as de tijolos, pães, etc.

A pesca também constitui importante atividade econômica.

Vista Aérea da Fazenda Genipabu

A horticultura é bem desenvolvida, contribuindo o município com parte de seus produtos para o abastecimento da capital. Merece ser citada a Colônia Boa União, cuja produção de hortaliças é considerável. A Inspetoria Regional de Fomento Agrícola, na Bahia, mantém na comuna um Campo de Fomento e Multiplicação de sementes de côco.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se a cidade de Camaçari à capital Federal, à capital do Estado e às cidades vizinhas pelos seguintes meios de transporte: à capital Federal — rodovia 1 691 km; à capital do Estado — ferrovia 47 km e rodovia 45 km; às cidades vizinhas de Mata de São João — ferrovia 22 km e rodovia 28 km; São Sebastião do Passé — rodovia 34 km. O município é servido pela Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, estando localizadas no seu território as estações de Parafuso, Dias d'Ávila e da sede municipal, tendo sido

Vista aérea de um coqueiral com ano e meio, pertencente a fazenda Genipabu

esta última inaugurada a 10 de setembro de 1860. Localiza-se na cidade a 1.ª Residência de conservação de estradas de rodagem, pertencente ao govêrno do Estado.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio local mantém transações principalmente com a praça de Salvador, de onde importa a maioria das mercadorias consumidas no município. Existem 48 estabelecimentos comerciais varejistas. O giro comercial atingiu 27 500 milhares de cruzeiros, em 1956 o salário-mínimo local em vigor é de 2 200 cruzeiros. Há uma feira muito desenvolvida, que começa ao meio-dia de sexta-feira e acaba em igual hora de sábado.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Camaçari apresenta topografia regular, levemente acidentada. Tem aspecto agradável, sendo procurada, como estação de repouso, pela salubridade do seu clima. É servida pela Viação Férrea Federal Leste Brasileiro. Conta com 18 logradouros públicos, 3 dos quais são pavimentados e 2 arborizados. A iluminação pública, que é elétrica, estende-se a 10 logradouros, e a domiciliária tem 240 ligações. É mantida pela Emprêsa Elétrica de Camaçari, propriedade do Doutor Mário Beléns Pinto. A principal artéria é a Praça Desembargador Montenegro. Os mais importantes edifícios são o da Prefeitura Municipal e o da estação ferroviária da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, além do prédio escolar, onde funciona a Escola Gonçalo Muniz. Funciona 1 cinema e existem 1 hotel, 6 pensões e uma agência do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária à população é prestada pelo Pôsto de Saúde do Estado. Exercem a profissão, na cidade, 3 médicos; há uma farmácia. O município integra o Setor n.º 1 do Departamento Nacional de Endemias Rurais, com sede em Salvador.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com os dados do Recenseamento Geral de 1950, a população de 5 anos e mais era de 11 688 habitantes, da qual sabiam ler e escrever 3 774 pessoas, ou seja, 32,29% do total.

ENSINO — Havia em 1956, 53 unidades escolares do ensino fundamental comum, tendo a matrícula efetiva atingido 1 748 alunos. Das unidades escolares, 23 eram estaduais e 20 municipais. O município é sede de Inspetoria Escolar da Secretaria da Educação.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Está em circulação o periódico denominado "Fôlha do Subúrbio", de circulação quinzenal. Funciona no distrito-sede uma biblioteca mantida pela Prefeitura Municipal.

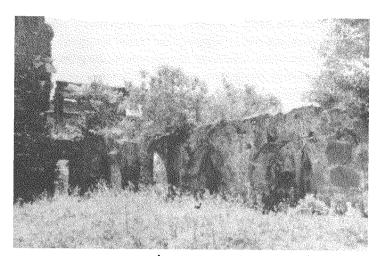
Outra vista do coqueiral na fazenda Genipabu

Ruínas da Casa da Tôrre de Garcia d'Ávila

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Por volta dos anos de 1700 a 1800, foram construídos no município um convento e uma igreja, obras suntuosas dos tempos coloniais. Esta, até hoje, é a matriz da freguesia de Abrantes, servindo de refúgio espiritual aos fiéis. Dêste patrimônio histórico, considerado como objetivo de turismo, apenas resta, sem nenhuma conservação, a igreja desafiando o poder de destruição do tempo. Do convento, que por mais de um século serviu à Câmara de Vereadores, apenas restam algumas paredes em ruínas. Serviu êle, também, de refúgio ao Bispo D. Marcos Teixeira e a desembargadores do Ouvidor-Geral, quando da invasão holandesa.

A vila de Dias d'Ávila tem sido muito visitada devido às propriedades terapêuticas das águas do rio Imbassaí, que são indicadas para a cura de doenças do fígado, intestinos e pele. A vila, por isso, tem experimentado um grande surto de progresso, contando com excelentes e modernas casas residenciais, dotadas algumas delas dos mais exigentes requisitos de confôrto e higiene.

CULTOS RELIGIOSOS — O município é sede da paróquia de Abrantes, sob a invocação de São Tomás de Cantuária. Possui, além da matriz, uma igreja e 6 capelas do do culto Católico Apostólico Romano. Há um templo da igreja evangélica Assembléia de Deus.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — São realizados anualmente, no município, diversos festejos religiosos, sobrelevando-se os seguintes: festas de São Tomás de Cantuária, na cidade, no dia 28 de dezembro; de São Francisco, no dia 20 de fevereiro, realizada no povoado de Arembepe, pelos pescadores locais, que se congregam, oferecendo, do produto da pesca, determinada importância destinada às despesas dos festejos, comumente revestidos de brilho fora do comum; de São Bento, na vila de Monte Gordo, também realizada anualmente; do Divino Espírito Santo, na vila de Abrantes, não havendo data fixada para a sua realização, que varia de ano para ano. É precedida de novenas, havendo no último dia missa festiva e procissão; a tarde, realizam-se corridas de cavalos, danças ao ar livre, festejos êsses que são muito concorridos. É ainda realizado na cidade de Camaçari, no período variável de 5 a 31 de janeiro, o folguedo denominado "rancho-do-boi".

Outro aspecto das ruínas da Casa da Tôrre de Garcia d'Ávila

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O número de vereadores em exercício no município é de 8. Exerciam em 1956 atividades profissionais 44 funcionários federais, 43 estaduais, 40 municipais e 3 autárquicos.

FINANÇAS — O quadro abaixo apresenta os resultados da arrecadação pública e da despesa municipal no setênio 1950-1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal (1)	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	402	550	222	649
1951	—	577	579	248	580
1952	—	572	657	255	602
1953	—	807	1 049	331	964
1954	—	1 012	987	317	1 078
1955	—	1 405	1 295	428	1 281
1956	—	1 903	1 624	524	1 689

(1) Não há Coletoria Federal.

JUSTIÇA — A comarca de Abrantes, formada pelos têrmos de Mata de São João, Abrantes e Conde, foi criada pela Lei provincial n.º 398, de 20 de julho de 1850. Pela Resolução provincial n.º 970, de 30 de abril de 1866, a comarca de Abrantes perdeu o têrmo de Conde, que por essa Lei foi elevado à comarca com o nome de "Conde e Abadia". O Ato estadual de 3 de agôsto de 1892 extinguiu a comarca de Abrantes e criou a de Mata de São João, ficando Abrantes como têrmo dessa comarca, composta pelos têrmos de Abrantes, Mata de São João e Catu. De 1936 a 1938, vamos encontrar o têrmo de Abrantes, que passara a denominar-se Montenegro desde 1925, fazendo parte ainda da comarca de Mata de São João. Em 1938, o têrmo de Montenegro passou a denominar-se Camaçari. Atualmente Camaçari é têrmo da comarca de Salvador.

Tem 7 cartórios, sendo 3 do Registro Civil. O total de feitos julgados, em 1956, foi de 12, assim distribuídos: crimes, 2, e outras espécies, 10.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município denominam-se "camaçarienses". O Prefeito atual é o Senhor José Evaristo de Sousa, e o Presidente da Câmara é o Sr. Moacir Fernandes de Oliveira. O primeiro intendente municipal foi o Tenente-coronel Augusto Lopes Vilas-Boas.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística, por José de Almeida Costa. — Chefe da Agência Municipal de Estatística: Antônio Brito Ribeiro.)

CAMAMU — BA

Mapa Municipal na pág. 55 do 6.º Vol.

HISTÓRICO — O município teve origem em 1560 numa aldeia de índios tupiniquins. No entretanto, é possível que muito antes o homem branco houvesse estabelecido contacto com os indígenas dessa aldeia.

Em novembro de 1561, o padre provincial Luiz da Grã, a pedido de um índio cristão de Ilhéus, chamado Luiz Henrique, transferiu a aldeia mais para o sul do local em que se encontrava, fixando-a no lugar denominado "Passagem do Macamamu" por ser de terras mais férteis e banhado por diversos rios. Nesse local foi fundada uma grande aldeia, congregando índios de outras menores, situadas em lugares distantes e quase inacessíveis, com o nome de "Aldeia de Nossa Senhora da Assunção de Macamamu", ficando presidida por dois religiosos jesuítas, sendo no mesmo ano elevada à categoria de freguesia pelo Bispo D. Pedro Leitão, e filiada à vigararia de Ilhéus.

A 19 de junho de 1631, por solicitação de Lucas Gerardes a Baltazar Ferreira Gavouto, lugar-tenente do 3.º Governador da Capitania de Ilhéus, foi por João de Andrade transformada a Aldeia de Nossa Senhora da Assunção de Macamamu em vila de "Andrada", sendo construída casa de feitoria e nomeados os escrivães de justiça.

Os jesuítas, no entretanto, não se conformaram, e enviaram diversos protestos recorrendo ao judiciário. Após longa demanda, obtiveram sentença favorável dada pela Relação da Bahia em 16 de agôsto de 1644, de teor seguinte: "fôsse a Vila reduzida ao antigo estado de Aldeia e que os Capitães dos donatários não inquietassem ou perturbassem o colégio e pagassem as custas". Apesar desta sentença, há vários documentos que comprovam haver continuado o "estado de Vila". Dentre os citados documentos, encontram-se cartas que foram enviadas no govêrno do general Francisco Barreto de Menezes, em 1657, aos oficiais da Câmara de Camamu. Também Baltazar da Silva Lisboa, referindo-se à vila de Cairu, diz: "esta fôra erecta no tempo do 1.º donatário e que era uma das cinco Vilas de que compunha a "Capitania", das quais fazia parte Camamu".

Sendo a vila bastante próspera, contando já engenhos de cana e casas de farinha, pela situação fisiográfica numa encosta frente à barra franca, que a tornava visível de plano mar, sofreu, no período de 1624 a 1640, diversas incursões por parte dos holandeses, com atos de pirataria.

Em 1634, em uma das visitas que lhe fizeram, os holandeses encontraram tenaz resistência por parte dos aldeados que foram saqueados depois de dominados. No ano de 1637, Lichthardt mandou uma nau à aldeia de Macamamu, a qual ficou fundeada na barra; os macamamuenses, unidos aos índios barcelos, conseguiram "verrumar" a embarcação pondo-a a pique. Lichthardt, enfurecido com o ato dos nativos, invadiu a aldeia, saqueando e incendiando os engenhos de açúcar e as casas de farinha.

Foram tantos os ataques sofridos que os senhores de engenho, com a cooperação dos índios e escravos, entulharam os canais de acesso ao pôrto com enormes pedras.

Tais entulhos assemelhavam-se a uma barragem feita sob águas e ainda hoje existem, sendo visíveis nas entra-

das de Conduru e Tiriri, impedindo a passagem de barcos de maior calado em maré baixa.

Finalmente a antiga aldeia de Nossa Senhora da Assunção de Macamamu foi elevada à categoria de vila com o nome de Camamu, sendo também criado o município com o mesmo nome, por Carta régia de D. Pedro II de Portugal, em 22 de maio de 1693, com as seguintes coordenadas geográficas: 4° 9' 12" do meridiano do Rio de Janeiro e .... 41° 54' do meridiano de Paris, com 5° e 40" de declinação.

Por ocasião do terremoto de Lisboa em 1755, no tempo do Marquês de Pombal, atendendo a um apêlo que lhe foi feito, Camamu remeteu gêneros alimentícios e madeira para reconstrução da cidade.

Pôrto de Gravatá

Em 1782, por ordem da Coroa, o bandeirante João Gonçalves da Costa abriu uma estrada que, atravessando o município, fêz ligação com as estradas dos sertões, na foz do rio Genipapo, afluente do rio de Contas. Esta estrada tomou mais tarde o nome de "estrada das nações", por ser de grande importância para a vida econômica da Província. Sendo Camamu o pôrto mais próximo, foi mais tarde melhorada a estrada conforme se verifica de uma nota publicada no Correio Mercantil, de 17 de agôsto de 1854, que dizia: "Convindo levar a efeito a estrada que está projetada da Vila de Camamu até Minas Novas, Comarca de Minas Gerais, vou comunicar a V. M. que o tenho nomeado para encarregar-se um chefe da inspeção dos trabalhos precisos à abertura da dita estrada, Joaquim Parente Esteves com o vencimento de 2$000 (dois mil reis) por dia útil a principiar da vila de Camamu por ser bom pôrto de mar, devendo cruzar com a que parte de Valença à província de Minas Gerais".

Devido às ricas mercadorias que desciam por essa estrada, criou a Coroa um pôsto para cobrança do "quinto" no lugar denominado "Funis", onde também existiam lavras importantes, sendo êste o primeiro, criado na Bahia.

Em 1819, quando da viagem de Von Martius pelo interior da Bahia, diz êle o seguinte sôbre Camamu: "Êsse lugar é sem dúvida o mais importante e o mais populoso da costa da Bahia, ao sul da Capital. Conta-se na vila para mais de 6 000 pessoas, havendo proporcionalmente muitos brancos e poucos índios".

Grassou no município a cólera-morbo, em 1855, ceifando tantas vidas, que ficou superlotado o cemitério, sendo preciso que se fizessem sepultamentos em redor da igreja matriz.

Quando em 1822 o govêrno provisório lutava com dificuldades para manter o sustento da tropa, solidário com a causa da liberdade, Camamu fêz remessas de gêneros alimentícios através de barcos, valendo-se de seus rios, canais e águas mortas para mais fàcilmente alcançar Cachoeira, onde se encontravam os batalhões.

Por ocasião da guerra do Paraguai, em 1865, Camamu contribuiu com um corpo de voluntários de 65 homens, dos quais se distinguiu Gonçalo Martins da Silva que galgou ao pôsto de coronel na ativa.

A 9 de agôsto de 1875, houve no município uma pequena revolução que tomou o nome de "rompe-lista", conhecida também por "sedição", iniciada quando um grupo de mais de 100 homens exaltados, armados de faca e cacête, invadiu o consistório da igreja-matriz, onde funcionava a junta paroquial de alistamento, e exigiu a entrega das listas, livros e demais papéis, dos quais só conseguiram uma parte por ter o juiz de paz, presidente da referida junta guardado apressadamente a outra parte nos arquivos da Câmara Municipal. A seguir dirigiram-se para a sala contígua, onde estava em audiência o 3.° Juiz de Paz, tenente Calistro José Jorge, e aí rasgaram os papéis, quebraram os móveis, espancaram a fôrça policial composta de 6 soldados e 1 cabo e saíram pelas ruas a fazer tropelias.

O suplente do delegado requisitou fôrças ao chefe de polícia, no que foi atendido, chegando ao pôrto o vapor "Moema" com 22 soldados, sob o comando do tenente José Francisco de São Tiago, retornando imediatamente por ser superior a 400 o número de revoltosos.

No dia 17, quando já eram mais de 800 os revoltos, chega ao pôrto o navio de guerra "Nagé" com grande fôrça de linha, comandada pelo capitão Tamarindo, alferes Genésio, furriel Botafogo e cadete Horácio, conseguindo pacificar a vila.

Vista parcial da parte baixa da cidade

Com o advento da República a Câmara Municipal de Camamu enviou mensagem a 19 de novembro de 1889 ao governador Virgílio Damásio, aderindo e jurando fidelidade ao nôvo regímen, ao tempo em que se congratulava com o govêrno pela proclamação da República, assinando o Dr. Alfredo Martins da Silva, presidente, Manoel Antônio de Oliveira Pinto, secretário e Antônio Aristides de Moraes, José Bernardino Ribeiro da Silva Pirajá, Dionísio Rodrigues de Sena e Procópio Ciríaco Martins da Silva.

A vila foi elevada à categoria de cidade no dia 27 de junho de 1891, por ato do governador José Gonçalves da Silva.

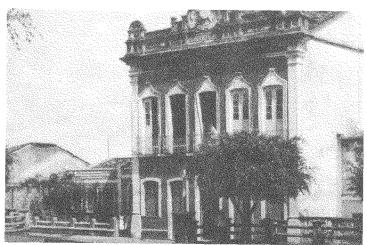
Em 1920, o município era constituído dos seguintes distritos: Camamu, Santa Cruz e Barcelos, Orojó e Alfredo Martins.

Em virtude do Decreto n.º 7 497, de 8 de julho de 1931, o município de Igrapiúna foi extinto, sendo seu território anexado ao de Camamu que, na divisão administrativa do Brasil de 1933, se compõe de 3 distritos: Santa Cruz e Barcelos, Camamu e Orojó.

Segundo a divisão administrativa de 1936 o município constituía-se de dois distritos: Camamu e Barcelos. Por fôrça do Decreto estadual n.º 11 089, de 30 de novembro de 1938, Camamu adquiriu o distrito de Igrapiúna, do recém-extinto município dessa denominação, perdendo seu distrito-sede uma parte do seu território que passou a integrar o novo distrito de Ibirapitanga. Assim, no quadro territorial vigente no qüinqüênio 1939-1943, o município de Camamu se forma dos distrito-sede, Cruzeiro do Sul (ex-Santa Cruz e Barcelos), Ibirapitanga e Igrapiúna. Esta situação perdurou até que foi modificado o topónimo de Cruzeiro do Sul para Tapuia.

De acôrdo com a Lei n.º 628, de 23 de dezembro de 1953, o município ficou constituído dos seguintes distritos: Camamu, Barcelos do Sul, Ibirapitanga, Igrapiúna e Tapuia.

LOCALIZAÇÃO — O município de Camamu localiza-se na Zona Fisiográfica Cacaueira, estendendo-se o seu território do litoral da baía de Camamu até à margem esquerda do rio de Contas. Limita com os municípios de Ituberá, Maraú, Ubaitaba, Ubatã, Ipiaú e a baía de Camamu. A sede municipal fica situada à margem esquerda do estuário do rio Acaraí, na baía de Camamu, e possui as seguintes coordenadas geográficas: 13º 57' 10" de latitude Sul e ......

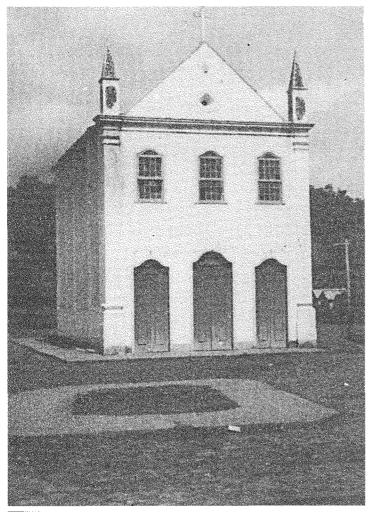
Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Prefeitura Municipal

39º 08' 40" de longitude W.Gr. Seu rumo, partindo da Capital do Estado, é N.N.E., da qual dista 124 quilômetros em linha reta.

ALTITUDE — A sede municipal tem duas altitudes. Na parte baixa é de 6 m, e na alta, de 25 m.

ÁREA — A área é de 1 752 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS: *Orografia* — O município é bastante montanhoso. Desde a costa, a elevação do terreno vai aumentando gradativamente formando pequenas cordilheiras sucessivas e paralelas. As principais serras do município são: a do Cavaco, com 580 metros de altitude, continuação da cordilheira do mar que, ao entrar no município, toma o nome de Indaiá; a Grande; a Pelada de Areia, com 410 metros; a do Ponto, com 370 metros; a da Pedra da Sumaca, com 420 metros, localizada ao norte da serra do Ponto; a Papuãzinha, a Papuã; a de São Gonçalo, com 220 metros; a dos Potes, com 250 metros; a de Patioba, com 110 metros; a de Pau-Brasil, da Jacutinga, do Orojó, das Abóboras, das Tomaques, da Criminosa, do Facão e da Bolacha. *Hidrografia* — O município é cortado por inúmeros rios e ribeirões, dos quais, os mais importantes são os seguintes: rio Cachoeira Grande, que nasce na serra do Papuã ou Aricanguá com o nome de rio da Juliana ou Águas Mortas e corre ao norte entre Camamu e Ituberá, indo desembocar no estuário de Serinhaém, depois de receber os afluentes: Serra Grande, Veados, Braço, Santa Luzia, Índios, Pala, Regão, Vagidos, Cainana e Fachos. É navegável até à altura da Cachoeira Grande. O rio Acaraí, cuja nascente está localizada na serra do Meio, formador da cachoeira do Acaraí; o rio Orojó, que nasce na serra das Três Irmãs e recebe os rios Almoços, Prata, Abóboras e vários ribeirões, formando quase na sua foz a cachoeira de Santa Isabel e indo despejar no estuário de Camamu; o rio Oricó, que nasce na serra do Papuã, no município de Ipiaú, e deságua no rio de Contas; e os rios Igrapiúna, Camocim, Limeira e Pinaré, que deságuam na baía de Camamu. Além dêstes, existem outros menores como o Conduru, o Gravatás, o Barcelos, o Santa Inês e o Dois Riachões.

Existem no município as três lagoas seguintes: Almoços, na chapada da Serra do Cavaco; Fonte Grande, na Estrada das Nações, próxima à fazenda Rebouças; e Enjuosa, na chapada da Enjuosa. *Quedas de água* — As cachoeiras mais importantes são: Cachoeira de Santa Isabel, formada pelo rio Orojó, distando da cidade cêrca de 2 quilômetros,

Igreja de N. S.ª do Bonfim

com 20 metros de altura e grande volume dágua. Cachoeira Grande, formada pelo rio do mesmo nome, situada ao norte do município a 26 quilômetros da sede municipal, na divisa com Ituberá, medindo 18 metros de altura. Cachoeira Acaraí, no rio do mesmo nome, com 10 metros de altura, no povoado de Acaraí, já aproveitada. *Ilhas* — principais são: Pescaria e Maçaranduba, no estuário de Serinhaém; Acaraú, Âmbar, Sapo, Flôres, Coqueiro, Grande e Pequena, na baía de Camamu; Tubarões, Tanque, Mêdo e Mesa, no estuário de Maraú; Quiepe, a única localizada no Oceano Atlântico, em frente à barra, com um farol para guia da navegação. Além das ilhas já citadas, existem os seguintes recifes: Pedra Furada, Cavalo, Serra, Taipaba e Cruz, na baía de Camamu, e o de Sororocuçu, fora da barra.

CLIMA — O clima é agradável, sempre fresco, com ventos gerais do nordeste, constantes quase todo o ano.

RIQUEZAS NATURAIS — *Geologia* — O subsolo é rico em minerais. Jazidas de turfa asfalto, baritina, petróleo, mica, grafite e caulim são encontradas no município. No estuário do rio Maraú o subsolo de Barcelos é exclusivamente de turfa, o mesmo acontecendo em Acaraí. Na região do Conduru existe asfalto.

Em 1854, José Francisco Thomaz do Nascimento, depois de várias explorações, afirmou existirem petróleo e carvão-de-pedra na baía de Camamu, tendo verificado vestígios de nafta transudando pelas fendas das pedreiras, nas margens do rio Acaraí. O solo, argiloso em alguns lugares, tem caulim amarelo.

Em 1939, foi instalada uma sonda para exploração de petróleo na parte sul da ilha Pequena. Tendo jorrado o ouro negro, o engenheiro-chefe afirmou no entanto tratar-se apenas de uma exsudação.

Na parte sul da Ilha Grande de Camamu está instalada uma grande extração de baritina.

Ao norte da serra da Pedra da Sumaca encontra-se grande quantidade de pirita de ferro cravada na rocha. Estas pepitas, de tamanho e de formas variadas, apresentam-se em côr vermelha-amarela, tomando aspecto belíssimo quando cravadas na pedra marmórea. Na serra Pelada da Areia é encontrada areia monazítica.

O município é riquíssimo em florestas onde se acham madeira de lei em côres variadas, das quais as principais são: aderno, jacarandá, peroba rosa, peroba amarela, louros deversos, maçaranduba, pau-brasil, pau roxo, sucupira, pau d'arco, frei gonçalo, camaçari, inhaíba, biriba, pau osso, pau marfim e muitas outras espécies.

A flora medicinal está representada pela quina, araroba, copaíba, pinhão, salsa, quácia, velame, malva, pitanga, pau d'alho, jurubeba, angico, jalapa, jaborandi ipecacuanha, marcela, baunilha e outros.

Existem também plantas fibrosas como embiruçu, embira, biriba, caroá, junco, gravatá de linho, timbó, tabua e guachima.

As palmeiras oleaginosas são representadas pelo coqueiro-da-baía, dendêzeiro, ouricurizeiro, babaçu, indaiá, buri, pati, ticum, piaçava, jussara, ouricana e outras.

Abundam no município as frutas como araçá, goiaba, limão, lima, laranja de caroço, mamão, pitanga, caju, jaca, cajá, grumichama, maçaranduba, ingá, mucugê, bacupari, jambo, pequi, abiu, genipapo, fruta de embira, ata de lima, jabuticaba e fruta-pão.

A fauna é variada e ainda são encontradas as seguintes espécies: anta, caititu, queixada, onças de diversas espécies, gato-do-mato, paca, tatu, cotia, teiú, veado, lontra, sariguê capivara, macacos de diversas espécies, caxixe, tamanduá preguiça, jupará, jacaré, cágado, coelho, etc.

As aves mais comuns são o sabiá, o bicudo, o curió, o canário, a araponga, o periquito, o papagaio, o tucano, a garça, o mutum, o jacu e a jacupemba.

POPULAÇÃO — A população no município em 1950 era de 23 834 habitantes, com uma densidade de 10,71 por quilômetro quadrado. Dessa população, 11 680 eram ho-

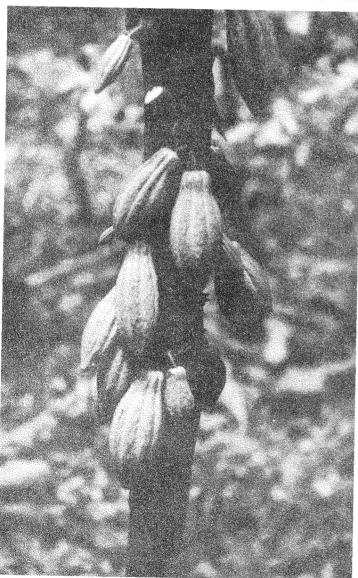
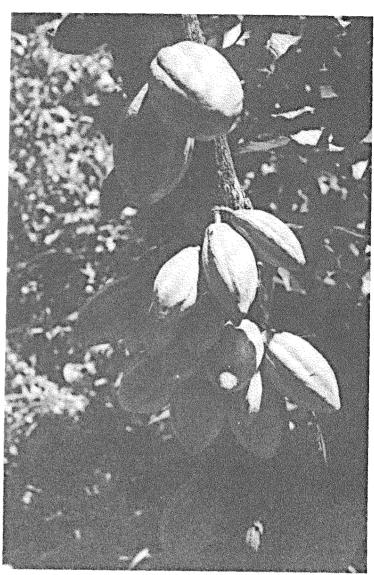
Trabalhadores fazendo a capina dos cacaueiros

mens e 12 154 mulheres, predominando os pardos que somavam 14 449. Quanto ao estado civil, existiam 8 275 solteiros, 4 675 casados, 1 desquitado e 717 viúvos. A população estimada para 1957 é de 25 000 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Existiam em 1950 quatro aglomerações urbanas: a cidade de Camamu com 2 248 habitantes e as vilas de Ibirapitanga com 716 hab., Igrapiúna com 258 hab. e Tapuia com 360 habitantes. Em 1955, foi criada a vila de Barcelos do Sul cuja população é estimada em 780 habitantes.

OUTRAS AGLOMERAÇÕES — Além da cidade e das vilas, conta o município ainda os principais povoados abaixo, cuja população estimada para 1957 é a seguinte: Ilha Grande com 1 211 hab., Cajaíba com 368 hab., Acaraí com 348 habitantes, Novo Horizonte com 328 hab., Ponto do Cristal com 360 hab., Camamuzinho com 320 hab., Timbuca com 220 hab., Âmbar com 164 hab., Rio Santo com 128 habitantes, Travessão com 174 hab., Pinaré com 104 hab., Ponto Alegre com 88 hab. e França com 80 habitantes.

ATIVIDADE ECONÔMICA — O município é essencialmente agrícola; 84,97% da sua população estão localizados na zona rural.

A atividade fundamental à economia do município é a cultura do cacau, cuja produção em 1955 atingiu a 290 000 sacos de 60 quilos, no valor de 348 milhões de cruzeiros.

Cacau do tipo maranhão, propriedade da Fazenda Santa Luzia

Cacau do tipo Pará, de melhor rendimento

Cacau — O cultivo do cacau no município data de 1800, sendo que só depois de 1900 é que foi incentivado. As terras mais apropriadas para o cultivo dêste teobroma estão situadas a S.O. do município, que produziu, em 1956, 1 160 000 arrôbas. Vêm em segundo lugar o azeite de dendê com uma produção de 1 122 380 kg e a piaçava com 483 220 kg. Produz, também, mandioca café, côco-da-baía, cana-de-açúcar, cereais e frutas. Atualmente, a Companhia Firestone está fazendo grandes plantações de maniçoba no distrito de Igrapiúna, para extração da borracha.

O dendêzeiro é nativo no município mas o seu cultivo está interessando às indústrias que se dedicam à extração do óleo, empregado na fabricação do ferro. *Pecuária* — Não existe no município criação em larga escala. Por ser um município marítimo, a pesca é generalizada, apesar dos meios ainda rudimentares. A baía de Camamu é muito piscosa, advindo daí a abundância de peixe. *Indústria* — É rudimentar a indústria no município. Existem cerâmica de telha e tijolos e fabricos do azeite de dendê, onde o chefe da família executa o trabalho de corte e pila do dendê, e as mulheres e os meninos, o de catar, carregar, lavar ou bater e apurar o azeite.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se a cidade de Camamu à Capital Federal, à Capital do Estado, e às cidades vizinhas pelos seguintes meios de transporte: Capital Federal marítimo 69 milhas e rodoviá-

rio 1 700 km; à Capital do Estado marítimo 69 milhas; Ituberá marítimo 25 milhas; Maraú marítimo 15 milhas; Ubaitaba misto (marítimo 25 milhas e rodoviário 303 km); Ubatã vicinal 90 km.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio local mantém transações com as praças de Salvador e de Ilhéus. Existem na cidade 3 estabelecimentos atacadistas e 30 varejistas. O giro comercial, em 1956, foi de 58 925 milhares de cruzeiros e o valor da exportação ultrapassou a casa dos 29 milhões de cruzeiros.

Funciona no município 1 agência bancária da firma Correia Ribeiro e Cia. Ltda. O salário-mínimo oficial é de Cr$ 2 400,00.

ASPECTOS URBANOS — A cidade está situada à margem esquerda do estuário do rio Acaraí. É dividida em dois planos: a cidade baixa, na orla marítima, onde está localizado o comércio, é habitada por pescadores; a parte alta é zona preferida para moradia. Possui um cais para atracação das embarcações e conta com 26 logradouros, dos quais, 2 pavimentados e arborizados, e 8, pavimentados. A iluminação pública se estende a 22 logradouros e 258 casas possuem ligação. Há na cidade 1 125 prédios, 2 pensões, 1 cinema e 1 agência dos Correios e Telégrafos.

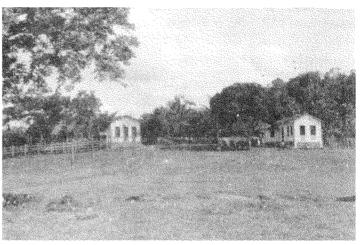
ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A população é servida por 1 pôsto de Saúde do Estado, 3 médicos clínicos residentes e 1 farmácia.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com os dados do Recenseamento de 1950, a população de 5 anos e mais era de 19 810 habitantes, da qual sabiam ler e escrever 4 378, ou seja, 22,10% do total.

ENSINO — Existiam, em 1956, 24 unidades do ensino fundamental comum, tendo a matrícula efetiva atingido 757 alunos. Das unidades escolares, 7 eram estaduais e 17 municipais.

CULTOS RELIGIOSOS — O município de Camamu é dividido em 3 freguesias: a de Nossa Senhora da Assunção, na sede municipal, a de Nossa Senhora das Dores, com sede na vila de Igrapiúna, e a de Nossa Senhora das Candeias, com sede na vila de Barcelos. Tôdas subordinadas ao bispado de Ilhéus.

Na sede do município existem 3 igrejas: a Matriz de Nossa Senhora da Assunção, templo majestoso, e um dos maiores do interior do Estado. O altar-mor representa magnífica coroa. A Igreja de Nossa Senhora do Destêrro, construção muito antiga que serviu de morada aos jesuítas; a Igreja de Nossa Senhora do Amparo, situada na Praça João Pessoa, construída em 1839. Há também uma igreja na vila de Tapuia sob a invocação de São Benedito. São 8 capelas no município assim distribuídas: 2 na Ilha Grande, 1 em Cajaíba, 1 em França, 1 em Acaraí, 1 em Pinaré, 1 no Arraial da Conceição e 1 em Ibirapitanga. Existe na sêde municipal 1 igreja protestante.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Realizam-se os "Ternos de Reis", de 24 de dezembro a 6 de janeiro, o "bumba-meu-boi" e a "burrinha", de dezembro a janeiro e o "Presépio", ensaiado com bastante antecedência por môças e rapazes. Para sua apresentação é armado grande palco no largo de uma das igrejas e feita a encenação do estábulo de Belém, sendo os diálogos cantados em versos, por môças e rapazes vestidos com indumentária da época do nascimento de Jesus.

Sede da Fazenda Funil

A esmola de São Benedito sai no dia 8 de dezembro da sede municipal com acompanhamento de tambores e atabaques e percorre o interior do município angariando donativos. Só retorna no dia 26 de dezembro. As esmolas do Senhor do Bonfim saem em canoas enfeitadas no dia 6 de novembro e só retornam a 30 de dezembro.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O município conta 4 486 eleitores inscritos tendo votado 3 022 na eleição de 1954. São 8 os vereadores em exercício. Exerciam atividades no município 90 funcionários assim distribuídos: federais 8, estaduais 25, municipais 56 e autárquicos 1. Camamu é sede da 30.ª Circunscrição da Décima Região Fiscal do Interior.

FINANÇAS PÚBLICAS — A arrecadação das finanças públicas durante os últimos sete anos foi a seguinte.

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	258	1 648	1 001	332	1 339
1951	334	1 681	812	410	596
1952	353	1 274	831	448	926
1953	441	1 579	1 414	448	921
1954	469	3 418	1 709	448	639
1955	728	4 741	1 144	1 016	664
1956	726	4 382	1 211	1 125	706

JUSTIÇA — A comarca de Camamu foi desmembrada de Ilhéus e formada pelos têrmos de Camamu, Maraú, Barra do Rio de Contas, atual Itacaré, e Barcelos, por fôrça da Resolução provincial n.º 395 de 28 de junho de 1850. Pela Resolução Provincial n.º 2 256, de 8 de agôsto de 1881, perdeu o têrmo de Barra do Rio de Contas (Itacaré) e ganhou o têrmo de Santarém (Ituberá), desmembrado de Taperoá.

Pelo Ato estadual de 22 de fevereiro de 1890, Camamu perdeu o têrmo de Santarém que foi elevado a comarca.

ficando com um só têrmo até 3 de agôsto de 1892, ocasião em que ficou a comarca composta dos têrmos de Santarém, Igrapiúna, Camamu, Barcelos e Maraú, perdendo os têrmos de Santarém e Igrapiúna, que formaram nova comarca, em virtude da Lei estadual n.º 280, de 6 de setembro de 1898. Com a nova reforma judiciária estabelecida pelo Decreto número 266, de 4 de outubro de 1904, foi extinta a comarca de Ituberá (ex-Santarém) passando a constituir têrmo da comarca de Camamu.

Pela Lei estadual 1 119, de 2 de agôsto de 1915, a comarca de Camamu é elevada para 2.ª entrância, passando o têrmo de Ituberá à comarca de Taperoá.

Por Decreto n.º 9 439, de 3 de abril de 1935, foi extinta a comarca de Camamu, que contava com 85 anos, passando a constituir têrmo da comarca de Ituberá, criada pela mesma lei.

Em 19 de junho de 1945, por efeito da Lei n.º 512, foi restaurada a comarca, abrangendo têrmo único, situação que perdurou até então.

VULTOS ILUSTRES — Ramiro Afonso Monteiro (1840--1902). Diplomado pela Faculdade de Medicina da Bahia. da qual foi Diretor. Conselheiro do Imperador Pedro II, foi eleito deputado várias vêzes no regímen monárquico. Escritor e poeta.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município denominam-se "camamuenses". Há várias versões sôbre a origem da palavra "Camamu. Segundo Martins, camamu (*Caa — cama — nu*) *"Arbor murtacea, fruto globoso eduli"*, é uma árvore murtácea de fruto redondo e doce. Já Muchez diz que "Camamu" é uma corrutela de "Macamamu", selvagem da tribo tupiniquim que habitava a região.

Segundo Teodoro Sampaio, Camamu significa "o peito negro, espécie de ave aquática". Outra versão é a de que a denominação "Camamu" quer dizer "água do peito da mulher", isto porque Camamu está localizada no centro da baía do mesmo nome, para onde afluem os rios Maraú, Serinhaém e Camamu, além de outros pequenos riachos. Os silvícolas encontraram semelhança entre o que ocorria com às águas da baía e o que ocorre com o leito no seio materno: "esguichos de leite que reunidos no bico do peito se difundam para diversas parte... "(Cartas de Vilhena, 2.º volume, página 521)".

O Prefeito em exercício é o Dr. Alvaro Ernesto Silva, e o presidente da Câmara, o Sr. Manoel José Pedreira. O primeiro Intendente foi o Dr. Alfredo Martins da Silva. O primeiro Conselho Municipal era composto dos Senhores Manoel Antônio Fernandes, Adriano José de Souza Belém, João Rijo da Fonseca Borges, Manoel Rodrigues de Oliveira, Antônio Manoel Pinheiro e Antônio Delmiro Gonçalves Brasil. O primeiro Juiz de Direito da Comarca foi o Dr. Francisco Primo Coutinho de Castro e o primeiro Promotor Público o Dr. Antônio Dias de Castro Mascarenhas.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística, por José Pirajá Pinheiro com a colaboração de Lúcio Manoel dos Santos Mendonça. — Chefe da Agência Municipal de Estatística: Linaldo Ferreira Alves.)

CAMPO FORMOSO — BA

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — O local onde está situada a cidade de Campo Formoso foi, nos seus primórdios, um aldeamento indígena.

Os missionários da Companhia de Jesus incumbidos da catequese dos silvícolas da Região, prestando aos primeiros habitantes assistência espiritual e orientando-os também na vida secular, contribuíram decisivamente para a prosperidade da povoação que aí se formou.

Em 1682, devido ao aumento da sua população e ao seu progresso, foi o pequeno povoado elevado à categoria de freguesia, com a denominação de Freguesia Velha de Santo Antônio de Jacobina.

Pela Lei provincial de número 2 051, de 28 de julho de 1880, a Freguesia Velha de Santo Antônio de Jacobina foi elevada à categoria de vila, com a denominação de Campo Formoso, desmembrada do município de Senhor do Bonfim. Ocorreu a sua instalação a 22 de julho de 1883.

A sede do município foi elevada à categoria de cidade no dia 1.º de janeiro de 1939, pelo Decreto-lei estadual número 11 089, de 30 de novembro de 1938.

No ano de 1908 ocorreu na Capital da República a grande exposição nacional comemorativa do centenário da abertura dos portos do Brasil ao comércio estrangeiro, fazendo-se representar naquele certame, de modo condigno, o município de Campo Formoso, que deu um atestado vivo de suas incalculáveis riquezas naturais. Dos 971 prêmios distribuídos ao Estado da Bahia, 23 couberam a Campo Formoso.

O município desempenhou papel de destaque na batalha de "Canudos", quando os seus habitantes se distinguiram como os principais fornecedores de víveres para os combatentes, salientando-se, nessa patriótica campanha, o cidadão Anibal Galvão de Oliveira.

Já foram Intendentes e Prefeitos do Município os Senhores José Lopes de Carvalho Filho, José Joaquim da Silva Meireles, Antônio Pereira Guimarães Filho (por dois períodos), Padre Bevenuto Simões de Oliveira, Dr. Raimundo Gonçalves da Cunha e Silva, José Pereira Maia (por dois períodos), José de Freitas Jatobá, Teonílio Góis Souto, Ulisses Gonçalves da Silva (por dois períodos), capitão Arsênio Alves de Sousa, Dr. Adolfo Leitão Guerra,

Escolas Reunidas e a antiquíssima Igreja Matriz

Floriano de Oliveira Régis, Artur de Oliveira Régis e o Dr. Manoel Nunes da Cunha Régis (Prefeito atual).

O município de Campo Formoso compunha-se de um único distrito até 1933, quando foi criado o distrito de Pindobaçu. Por fôrça da Lei número 542, de 4 de março de 1953, foi Pindobaçu desmembrado e elevado à categoria de município.

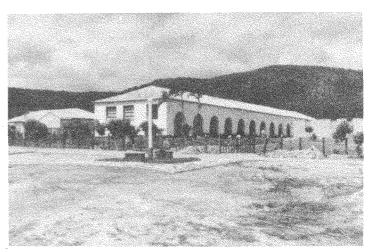
Pela Lei n.º 628, de 30 de dezembro de 1953, ficou o município constituído de três distritos: Campo Formoso, Delfino e Itinga da Serra.

LOCALIZAÇÃO — O município de Campo Formoso localiza-se na Zona Fisiográfica de Senhor do Bonfim, estando o seu território totalmente incluído no Polígono das Sêcas. Fiça situado na região do Vale do São Francisco. Limita com os municípios de Jaguarari, Juàzeiro, Pindobaçu, Saúde, Senhor do Bonfim e Sento Sé. A sede municipal possui as seguintes coordenadas geográficas: .... 10° 30' 13" de latitude Sul e 40° 19' 24" de longitude W. Gr. Rumo da Capital do Estado em direção à sede municipal: N. N. O.; dista em linha reta de Salvador, 322 quilômetros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 580 metros.

ÁREA — A área do município era de 10 216 quilômetros quadrados. Com o desmembramento de Pindobaçu, calcula-se que tenha perdido aproximadamente 1/3 do seu território.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos do município são os rios Itapicuru, Aipim e Salitre; as lagoas Grande, do Alto, Matizaria e da Várzea Nova; as cachoeiras dos Apertados, do Campo Formoso e da Fumaça; as grutas do Convento, Presidente Vargas e Landulfo Alves; e as serras do Teixeira, de Pedras e do Curral Frio. Os demais acidentes são de pequena monta.

Ginásio Augusto Galvão

CLIMA — O clima de Campo Formoso é temperado, com variações bruscas. A temperatura da sede municipal apresentou em 1955 os seguintes dados: máxima — 28°C, mínima — 16°C e média — 25°C.

RIQUEZAS NATURAIS — A sua flora apresenta duas zonas distintas: a caatinga de vegetação rasteira (carrasco), que tem predominância de terras silicosas e sílico-argilosas, e a caatinga de vegetação alta, com predominância de solos de aluvião, numa composição complexa de sílica e húmus, por vêzes revelando terras de massapê. Nessa última zona, dentro das várzeas formadas pelo relêvo das elevações aí muito comuns, é onde melhor se explora a lavoura do município. O revestimento florístico revela ainda alguns exemplares de vinhático, putumuju, cedro, amargoso, baraúna, taipoca, vilão, sucupira, umburana, pau-fava e outros, todos em pequena escala, em virtude da devastação incontrolada das reservas florestais e da falta de reflorestamento.

A fauna apresenta alguns exemplares de emas, siriemas, patos, perdizes, codornizes, pombas de diversas variedades, zabelês, papagaios, periquitos, socós, pica-paus, anuns, tico-ticos, gaviões, sabiás, grande variedade de aves canoras; rapôsas, caititus, veados, tatus, tamanduás, mocós, preás, coelhos, gatos, cágados etc.

A geologia revela a existência de rochas graníticas. Existem jazidas de cristal de rocha, cromo e pedras semipreciosas, em exploração, e manganês e salitre, não explorados.

POPULAÇÃO — A população do município, segundo dados do Recenseamento Geral de 1950, era de 48 092 habitantes, obedecendo à seguinte composição: homens — 23 425, e mulheres — 24 667; brancos — 13 121, pretos — 5 094, e pardos — 29 698. Das pessoas de 15 anos e mais, temos 9 450 solteiros, 14 466 casados, 1 989 viúvos e 40 desquitados. Do total da população, 90,20% se localizam no quadro rural. O município, em 1950, classificou-se no 19.º lugar dentre os mais populosos do Estado.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Existiam, em 1950, duas aglomerações urbanas com a seguinte população: cidade de Campo Formoso — 2 786 hab. e vila de Pindobaçu — 1 928 habitantes. Esta última foi elevada à cate-

goria de cidade e sede do município do mesmo nome, em 1953. Em 1953, foram criadas mais duas vilas: a de Delfino e Itinga da Serra, cuja população aproximada é a seguinte: Delfino — 600 hab. e Itinga da Serra — 1 100 habitantes.

OUTRAS AGLOMERAÇÕES — Além da cidade e das vilas o município conta ainda os principais povoados abaixo, cuja população estimada para 1957 é a seguinte: Brejo das Grotas — 400 hab., Tuiutiba — 650 hab., Caraíbas — 600 hab., Poços — 600 hab., Caldeirão do Mulato — 300 hab., São Tomé — 330 hab., Laje — 350 hab., Lagoa da Roça — 250 hab., Upamirim — 200 hab., Brejo Grande — 300 hab., Brejão da Caatinga — 200 habitantes, Curral da Ponta — 180 hab., Limoeiro — 200 habitantes, Tiquara — 150 habitantes, Pacuí — 140 hab. e Santo Antônio — 80 habitantes.

ATIVIDADE ECONÔMICA — De acôrdo com o Recenseamento Geral de 1950, 37,9% das pessoas em idade ativa (10 anos e mais) estão ocupadas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura".

A atividade fundamental à economia do município é a extração de cristal de rocha, cuja produção em 1955 atingiu a 8 753 milhares de cruzeiros.

Agricultura — A produção agrícola foi superior, em 1955, à ordem dos 18 000 milhares de cruzeiros, contribuindo com maior parcela a mamona em baga, cuja produção atingiu a casa dos 6 000 milhares de cruzeiros, seguindo-se a banana, a mandioca, o fumo em fôlha, a cana-de-açúcar, o feijão, a batata-doce, e outras culturas menores. Cultiva-se ainda o sisal.

Pecuária — A atividade pecuária tem significação para o município, cujo rebanho em 1955 era representado pelos seguintes números: bovinos — 49 000, ovinos — .. 9 000, asininos — 8 000, caprinos — 6 000, suínos — .. 5 000, eqüinos — 2 000 e muares — 500.

Indústria — A produção industrial alcançou, em 1955, o valor de quase 13 000 milhares de cruzeiros, destacando-se a produção de farinha de mandioca, que atingiu a cifra de quase 8 000 milhares de cruzeiros.

Funciona na sede municipal um pôsto da "Defesa Sanitária Animal", que se dedica à vacinação de bovinos, suínos, eqüinos, etc.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se a cidade de Campo Formoso à Capital Federal, à Capital do Estado e às cidades vizinhas pelos seguintes meios de transporte: à Capital Federal — ferrovia ...... 2 238 quilômetros ou rodovia 1 875 quilômetros; à Capital do Estado — ferrovia 471 km, rodovia 435 km; às cidades vizinhas de Jaguarari — ferrovia 58 km, rodovia 57; Juàzeiro — ferrovia 163 km, rodovia 180 quilômetros; Pindobaçu — ferrovia 34 km; Saúde — ferrovia 63 quilômetros; Senhor do Bonfim — ferrovia 32 quilômetros, rodovia 30 km; Sento Sé — rodovia 279 km. O município é servido pela Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, cuja estação ferroviária na sede municipal foi inaugurada a 1.º de março de 1917.

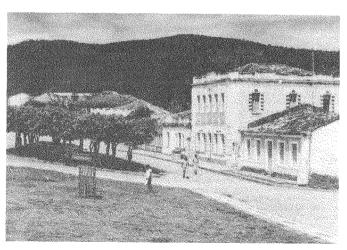
COMÉRCIO E BANCOS — O comércio local mantém transações principalmente com as praças de Salvador, Rio de Janeiro, Feira de Santana, Senhor do Bonfim e Juàzeiro, de onde importa a maioria das mercadorias consumidas no município. Existem 156 estabelecimentos comerciais, varejistas, uma agência do Banco Econômico da Bahia, S. A., e outra do Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais, instalada em 12 de maio de 1956. O giro comercial atingiu, em 1956, a 50 075 milhares de cruzeiros. O salário-mínimo oficial decretado para a 4.ª sub-região e da qual faz parte o município é de Cr$ 2 000,00.

ASPECTOS URBANOS — A cidade está situada em local acidentado. Conta 31 logradouros, dos quais 8 pavimentados e 6 arborizados. A iluminação pública se estende a 17 logradouros, e a domiciliária conta 215 ligações. A Praça Senador Junqueira, onde fica situado o edifício da Prefeitura Municipal, é considerada como uma das principais artérias da cidade. O Ginásio Augusto Galvão está instalado num dos prédios que mais se destacam. Na sede municipal funcionam 2 cinemas e existem 3 pensões e 1 hotel. Uma agência postal-telegráfica do D. C. T. serve a cidade.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária à população é prestada pelos "Postos de Saúde", do Estado, e "Pôsto de Puericultura", êste ultimo mantido pela Associação de Amparo à Maternidade e à Infância. O município está subordinado ao Setor 9 do Departamento Nacional de Endemias Rurais, cuja sede é Senhor do Bonfim. Exercem a profissão na cidade 1 médico, 1 dentista, 1 enfermeiro e 2 farmacêuticos. Existem 2 farmácias.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — O Lar Presbiteriano da Infância presta assistência à infância. Existe, ainda, a Associação Beneficente e Cultural dos Artífices de Campo Formoso, que conta 44 associados inscritos.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com os dados do Recenseamento Geral de 1950, a população de 5 anos e mais era de 39 792 habitantes, da qual, 9 371 sabiam ler e escrever, sendo 5 555 homens e 3 816 mulheres, representando 23,55% do total da população em idade escolar.

ENSINO — Existiam, em 1956, 50 unidades do ensino primário fundamental comum, sendo 20 mantidas pelo Es-

Praça Senador Junqueira

tado, 24 pelo município e 6 por particulares, com cêrca de 2 150 alunos matriculados. Existe ainda o Ginásio Augusto Galvão, com cursos normal e ginasial.

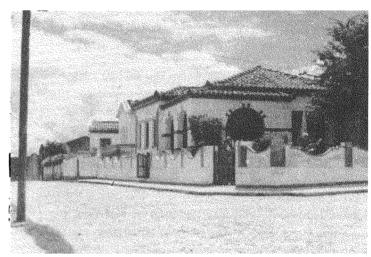
OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existem 5 bibliotecas, sendo que apenas a Monteiro Lobato, mantida pela Prefeitura Municipal, possui mais de 1 000 volumes. Funcionam 2 cinemas, destacando-se o Cine Santo Antônio, de propriedade do Instituto de Beneficência Santo Antônio, 2 sociedades dançantes e recreativas e 2 serviços de alto-falantes.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — O município possui diversas grutas com particularidades interessantes, salientando-se a gruta "dos Abreus", situada à margem do rio Salitre, em cujo interior existem inscrições atribuídas aos índios que habitavam nas suas imediações.

CULTOS RELIGIOSOS — O município é sede da Paroquia de Santo Antônio de Campo Formoso, subordinada à diocese de Senhor do Bonfim. Além da igreja matriz, existem 1 igreja comum, 25 capelas e 7 associações religiosas do culto católico. Conta com 3 templos do culto não católico, subordinados à Igreja Presbiteriana.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Os católicos comemoram, com invulgar brilhantismo, o "mês de Maria", festejando também com pompa religiosa, as trezenas de Santo Antônio, padroeiro da cidade.

Na Semana Santa, a população católica visita em peregrinação certos cruzeiros existentes na cidade, erigidos nas elevações de terreno, cujos cumes são galgados numa reprodução simbólica da piedosa peregrinação de Nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo ao Monte Calvário; no itinerário tradicional, que é rigorosamente obedecido, passam pela igreja da Gameleira (construída pelos jesuítas), onde teve início a formação do povoado. Conta-se que a imagem de Santo Antônio, padroeiro local, insatisfeita com o lugar em que a entronizaram os fiéis na igreja da Gameleira, fugia tôdas as noites para um genipapeiro existente em colina distante mais de um quilômetro. Cortou-se o genipapeiro e no dia seguinte encontrou-se a imagem sôbre o tôco que restava da árvore. O Padre convocou então os habitantes da localidade e fêz-lhes ver que o desejo do Santo era a mudança da povoação para a colina. Com relativa brevidade transferiu-se a povoação para ali e se deu início, imediatamente, à construção de uma capela. Há num lajedo existente entre as duas localidades marca igual a um rastro humano, gravada na pedra, em tamanho natural, que é tida como pegada milagrosa do santo no itinerário de suas fugas noturnas. Os penitentes, na Semana Santa, incluem na sua peregrinação a passagem pelo itinerário do Santo, vindo da Gameleira para a atual matriz de Santo Antônio.

Havia outra comemoração com uma característica bem local: na tradicional queima de Judas, reuniam a essa figura uma outra, a da espôsa do traidor, a quem denominavam Judite. Isto determinou a ausência, entre os filhos de Campo Formoso, dêste nome tão freqüentemente usado em outros municípios. Tal comemoração ficou prejudicada com a nova ordem emanada de S. S. o Papa Pio XII, que proíbe as manifestações de júbilo antes do romper da aurora do domingo da Ressurreição. "Judite" era de construção mecânica, com braços móveis, e o seu corpo girava em tôrno de si mesmo, movido por impulso de fogos de artifícios, tais como, espadas, busca-pés e coriscos, que lhe imprimiam movimentos semelhantes aos de uma dança macabra de execução difícil, terminada a qual, o fogo se propagava a um "gato de espadas" e êste, impulsionado, se dirigia ao Judas, incendiando-o também; o festejo constituía um grande espetáculo pirotécnico, o qual ocorria às 23 horas do sábado de Aleluia, após a solene "leitura dos testamentos".

Rua São Félix (vista parcialmente)

São celebrados com brilhantismo os festejos do Natal, Ano-Bom e Reis.

É comum no município o conjunto denominado "calumbi", constando de pífanos, gaitas e zabumbas, que percorre as ruas da cidade, visitando também residências, onde deleita os presentes com números do seu repertório.

É também tradicional o folguedo denominado "corrida de argolinhas", que consiste na disputa de um prêmio por duas equipes de cavaleiros, montados em corcéis prèviamente adestrados, portando lanças pontiagudas. Investem a tôda brida em direção a uma "argolinha", *para, com a lança, retirá-la do mastro onde se encontra* dependurada, marcando assim um tento que será contado em benefício da sua equipe. A equipe que conseguir maior número de tentos será proclamada vencedora. Após a peleja que é assistida pela maioria da população local, a equipe vitoriosa oferece, via de regra, um baile ao povo, até alta madrugada. Cada equipe tem a sua rainha, jovem bela e ricamente trajada, que incentiva seus "vassalos" à vitória.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O município 9 funcionários federais, 40 estaduais, 14 municipais nas eleições de 1954. O número de vereadores em exercício é de 12. Exerciam, em 1956, suas atividades no município 9 funcionários federais, 40 estaduais, 14 municipais e 1 autárquico.

FINANÇAS PÚBLICAS — A situação financeira do município no último setênio, no que diz respeito a arreca-

dação federal, estadual e municipal, é representada pelos números constantes da tabela abaixo:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA PELO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	245	1 061	956	465	967
1951	339	1 252	871	505	761
1952	488	987	1 015	528	1 131
1953	422	966	1 427	476	1 432
1954	453	1 321	1 394	468	1 370
1955	392	1 998	1 275	574	1 240
1956	556	2 601	1 944	676	1 940

JUSTIÇA — No ato estadual de 3 de agôsto de 1892, Campo Formoso é têrmo da comarca de Bonfim, tendo no entanto sido extinto pelo Decreto número 264, de 4 de outubro de 1904, e anexado ao têrmo de Bonfim da mesma comarca.

O Decreto estadual número 1 369, de 28 de abril de 1914, "por motivo de conveniência pública" transferiu provisòriamente para Campo Formoso a sede da comarca de Bonfim.

A comarca foi criada pelo Decreto-lei n.º 141, de 31 de dezembro de 1943, desmembrada da de Senhor do Bonfim, ficando constituída pelos têrmos da sede e de Saúde. Pela Lei número 175, de 2 de julho de 1949, a comarca de Campo Formoso foi elevada à segunda entrância. Atualmente é composta da sede e Pindobaçu.

Conta 5 cartórios, sendo 2 do registro civil. O total de feitos julgados em 1955 foi de 132, assim distribuídos: cível 115 e crime 17.

VULTOS ILUSTRES — Como vultos ilustres merecem destaque os seguintes: — *José Joaquim da Silva Meireles*, nascido no ano de 1837 e falecido no ano de 1923. Foi Intendente Municipal no período de 1909 a 1912. *Dr. Antônio Gabriel Gonçalves da Silva*, nascido no ano de 1871 e falecido no ano de 1919. Engenheiro-civil e jornalista, tendo sido redator de "O País", do Rio de Janeiro. Conselheiro Municipal várias vêzes. c.el *Antônio Pereira Guimarães Filho*, nascido em 1865 e falecido em 1935. Chefe político de prestígio. Orador. Primeiro Exator Federal no município. Intendente municipal no período de 1904 a 1908. *Padre Bevenuto Simões de Oliveira*, nascido em 1856 e falecido em 1921. Prefeito no período de 1900 a 1904. Destacou-se sobretudo pelo estímulo dado à educação em favor da qual destinava os seus subsídios de administrador operoso. *Doutor Antônio Gonçalves da Cunha e Silva*, nascido em 1877, e falecido em 1945. Formado em Medicina e Farmácia. Grande clínico e cirurgião da Zona. Residia em Senhor do Bonfim, onde faleceu.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município denominam-se campo-formosenses. A origem e significado do nome do lugar atribui-se ao fato de existir nas proximidades da cidade um ribeiro denominado Campo Formoso.

O Prefeito em exercício é o Dr. Manoel Nunes da Cunha Régis, e o Presidente da Câmara é o Senhor Galdino Carvalho Marques.

O primeiro Intendente Municipal foi José Lopes de Carvalho e Silva. A primeira Câmara compunha-se dos seguintes membros: Antônio Alves Guimarães, Joaquim José de Carvalho, Galdino Praxedes de Carvalho, Antônio Vieira Guimarães, Manoel Teixeira Palha, José Lopes de Carvalho e Silva e Guilhermino de Freitas Jatobá.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística, por José de Almeida Costa. — Chefe da Agência Municipal de Estatística: Onaldo Passos Lustosa.)

CANAVIEIRAS — BA

Mapa Municipal na pág. 85 do 6.º Vol.

HISTÓRICO — Os primeiros habitantes do município de Canavieiras foram portuguêses e brasileiros vindos de Ilhéus, por volta da primeira década de 1700, ou pouco mais, fugindo, ao que parece, dos índios patachós que saqueavam a região, ou, simplesmente, em procura de terras mais férteis, que supunham existir mais adiante. A princípio, fixaram-se no lugar denominado "Poxim", pouco freqüentado pelos indígenas, onde erigiram uma capela sob a invocação de São Boaventura, em tôrno da qual o povoamento se formou e cresceu conforme a tradição brasileira. Em 1718, já próspero, o arraial tinha capacidade de para ser a "Freguesia de São Boaventura do Poxim", criada por Alvará datado de 11 de abril daquele ano, sendo arcebispo da Bahia D. Sebastião Monteiro da Vide. Mesmo assim, vindo a saber da ilha situada à margem do rio Pardo — a atual sede —, seus habitantes para lá se mudaram, ficando dêsse modo deserto o ponto inicial da penetração. O novo lugar apresentava realmente condições mais favoráveis, e as terras prestavam-se admiràvelmente ao cultivo da cana-de-açúcar, que teve rápido desenvolvimento na propriedade dos Vieiras, seus primeiros colonizadores. A partir de então e devido a êsse fato, ficou o lugar conhecido pelo nome de Canavieiras. Em 1832, a população pretendeu e conseguiu, por Decreto de 13 de dezembro, que o povoado passasse à categoria de vila, sob o título de "Imperial Vila de Canavieiras", cuja solene instalação ocorreu a 17 de novembro do ano seguinte. A sede adquiriu foros de cidade em virtude de Ato estadual de 25 de maio de 1891. A composição territorial do município permaneceu integral até 6 de março de 1953, em decorrência da Lei estadual número 544, dessa data, teve desmembrado do seu território o distrito de Potiraguá. Entretanto, sua composição interna, no curso dos anos que se seguiram, várias vêzes foi modificada na sua estrutura até chegar à atual formação administrativa. Na divisão administrativa de 1911, Canavieiras figurava com o distrito da sede e o da Boa Vista do Rio Pardo, aparecendo na de 1933 com quatro distritos: Canavieiras, Boa Vista do Jacarandá, Rio de Salsa e Serra da Onça. De acôrdo com as divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31 de dezembro de 1937, bem como com o quadro anexo ao Decreto-lei estadual número 10 724, de 30 de março de 1938, o município de Canavieiras divide-se em cinco distritos: Canavieiras, Boa Vista do Jacarandá, Novo Horizonte, Rio de Salsa e Serra da Onça. Pelo Decreto estadual nú-

mero 11 089, de 30 de março de 1938, Canavieiras perdeu os distritos de Novo Horizonte, Rio de Salsa e Serra da Onça, cujos territórios foram distribuídos pelos seus novos distritos de Mascote, Natal, Ouricana e Vargito. No quadro da divisão territorial judiciário-administrativa do estado da Bahia, estabelecido pelo mencionado Decreto estadual número 11 089, para vigorar no qüinqüênio 1939-1943, o município de Canavieiras apresenta-se com os distritos de Canavieiras, Jacarandá (ex-Boa Vista do Jacarandá), Mascote, Natal, Ouricana e Vargito. Essa situação permanece no quadro territorial fixado pelo Decreto-lei estadual número 141, de 31 de dezembro de 1943, modificado pelo Decreto estadual número 12 978, de 1.º de junho de 1944, para vigorar no qüinqüênio 1944-1948; nesse período, porém, o distrito de Natal teve o seu topônimo alterado para Potiraguá. A divisão administrativa fixada para 1949-1953 ratificou a situação vigorante. Na última divisão territorial do estado da Bahia, estabelecida pela Lei número 628, de 30 de dezembro de 1953, para vigorar em 1954-1958, Canavieiras perdeu o distrito de Potiraguá, que fôra desmembrado do seu território, para formar novo município, mas teve criados dois outros distritos: Pau Brasil e Poxim do Sul, ficando constituído de sete distritos, a saber: Canavieiras (sede), criado em 24 de janeiro de 1823, por deliberação da Câmara de Ilhéus; Jacarandá, criado em 24 de março de 1891, por proposta do então Intendente, Dr. Antônio Salustiano Viana, ao Conselho Municipal; Mascote, criado em 7 de agôsto de 1936, pela Lei municipal número 1; Ouricana, criado em 4 de dezembro de 1938, pelo Ato municipal número 10 (ex-distrito de Paz do Rio de Salsa, que havia sido criado em 26 de abril de 1925, pela Resolução número 539, do Conselho Municipal); Camacã, elevado à categoria de distrito por fôrça da Lei estadual número 628

Prefeitura Municipal

de 30 de dezembro de 1953, a qual transferiu para esta localidade a sede do distrito de Vargito, que havia sido criado pelo Ato municipal número 10, de 4 de dezembro de 1938; Pau-Brasil (ex-Santa Rosa), criado pela Lei estadual número 628, de 30 de dezembro de 1953, e Poxim do Sul, criado pela mesma Lei estadual n.º 628, compreendendo os lugares conhecidos por "Poxim de Dentro" e "Poxim de Fora".

LOCALIZAÇÃO — Geogràficamente situado na parte oriental, banhado pelo Oceano Atlântico, o município de Canavieiras, em relação ao estado da Bahia, situa-se no Sul dêste, na chamada zona cacaueira, de grande importância econômica para o estado e para o país. A sede municipal, distante em linha reta, no S. S. O., partindo da capital do Estado, cêrca de 290 quilômetros, tem sua população indicada pelas seguintes coordenadas geográficas: 15° 40' 48" de latitude sul e 38° 56' 56" de longitude W. Gr. Faz limites com os municípios de Una, Belmonte, Potiraguá, Itapetinga e Itabuna, e com o Oceano Atlântico.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal está a 6 metros acima do nível do mar.

ÁREA — A área, em 1953, antes do desmembramento do distrito de Potiraguá, era de 4 923 km², sendo um dos grandes municípios baianos, àquela época o 37.º quanto à extensão, compreendendo 0,88% da área do Estado. Calcula-se que a área atual seja de 4 238 quilômetros quadrados, aproximadamente.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O principal dêles é o Rio Pardo, que nasce em M. Gerais e penetra no município pelo lugar denominado Cachimbo, percorrendo-o em grande extensão até lançar-se no Atlântico, diante do distrito-sede. É bem navegável por canoas, chatas e lanchas de motor que não calem mais de 60 centímetros, até o local Cachoeirinha, cêrca de 25 quilômetros acima de Jacarandá. Daí para trás, até os limites com o estado de Minas Gerais, as cachoeiras tornam difícil e perigosa a navegação. Afluentes seus são o Cipó e o Salsa. O sistema hidrográfico é opulento e conta ainda com os rios Patipe, Panelas, Panelinha, Água Preta e Pêso. Existem ainda muitos córregos e ribeiros, que ora correm em leitos planos e quietos, ora se elevam e se apertam entre pedras, para se precipitarem abruptamente em cachoeiras e quedas. Entre as cachoeiras, anotam-se as do Funil, Torta, Bode, Sapato, Itã, Sucupira, Travessões, Caldeirões e Pombos. Entre as la-

goas, distinguem-se a do Carlos, a do Rocha e a do Mauri. As serras principais são a do rio Salsa ou três Pontas, do Salôbro, da Onça, do Lapão, das Faltas e Bonita, que é o ponto culminante do município, com cêrca de 500 metros de altitude.

CLIMA — Geralmente quente e úmido, agradável na cidade, pois é beneficiada diretamente pelas marinhas. As noites são agradáveis, as madrugadas frescas e as manhãs, no verão, verdadeiramente tropicais. A temperatura na sede municipal apresentou, em 1956, os seguintes dados: máxima — 29°C, mínima — 17,5°C e média 25,4°C. A precipitação no ano atingiu a altura pluviométrica de 1894 milímetros.

RIQUEZAS NATURAIS — A flora, apesar da devastação das matas, é ainda muito rica em madeira de lei — jacarandá, maçaranduba, cedro, vinhático, mussitaíba, sucupira, louro de várias qualidades, etc. além de outras madeiras próprias para construção, como, jitaí-prêto, jitaí-peba, jitaí-amarelo, pequiroba, peroba, pau-d'arco, jenipapo, etc. Entre as plantas medicinais distinguem-se a janaúba, sassafrás, copaíba, pau-pereira, biciúba, ipecacuanha, salsa e quina. A fauna conta com espécimes demais variados. Entre as aves anota-se a presença de jacutingas, gaviões, papagaios, araras, corujões, periquitos, tucanos, etc. Onças, macacos, cobras (cascavel, jararaca, caninana, jibóia, jararacuçu, sucuri, etc.), veados, além de outros, são animais freqüentes nas matas canavieirenses de Jacaraci e Santa Rosa. Entre os minerais têm sido encontrados o ouro, no ribeirão de Água Fria, e diamantes, na zona de Jacarandá; todavia, ainda inexplorados. Jazidas de turfa e antracito já foram descobertas nos vales dos rios Pardo e Salsa. Existem também o chumbo, o ferro, cristais e diamantes, na serra do Salobro. Além dêsses minérios, são encontrados mármores das mais raras côres, malacachetas, tabatinga, pedra calcária, rochas graníticas, etc.

POPULAÇÃO — Em 1950, a população era de 53 830 habitantes, ocupando o 15.° lugar como um dos mais populosos municípios do Interior, incluindo a do atual município de Potiraguá, naquela época simples distrito com 6 064 pessoas. Eram 28 721 homens e 25 109 mulheres (87 mulheres para cada 100 homens), predominando os de côr parda, que somavam 36 224. Quanto ao estado civil havia na população de "15 anos e mais" 17 238 solteiros e 12 279 casados. Localizavam-se no quadro rural 81,7% da população. A densidade demográfica do município era de 11 habitantes por quilômetro quadrado.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Em 1950, existiam seis aglomerações urbanas com as seguintes populações: cidade de Canavieiras 6 579 habitantes, e vilas de Jacarandá 773, Mascote 694, Ouricana 173, Vargito 143 e Potiraguá 1 828. Esta última é hoje cidade e sede do município do mesmo nome. Em 1953, surgiram mais duas aglomerações urbanas com a elevação das povoações de Pau-Brasil e Poxim do Sul à categoria de vila, tendo a primeira 1 800 habitantes e a segunda 150, aproximadamente. A estimativa da população da cidade para 1957 é de .... 7 400 habitantes.

OUTRAS AGLOMERAÇÕES — Além da cidade e das vilas, o município conta ainda com os seguintes principais povoados, cujas populações, estimadas para 1957, se mencionam: São João do Panelinha 820 habitantes, Jacaraci

Igreja Matriz São Boa Ventura

650, Santa Luzia 630, Pedras 300, Atalaia 250, Amendoeira 220, Leoventura 215, Vadiação 200, Água Preta 180, Cajàzeira e Campinho 150.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — De acôrdo com os resultados do Recenseamento Geral de 1950, 35,56% das pessoas em idade ativa (10 anos e mais) estão ocupados no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura". A atividade fundamental à economia do município é a cultura do cacau, cuja safra, em 1955, valia a expressiva soma de 225 600 milhares de cruzeiros. Segue-se-lhe a extração da piaçaba e da madeira, cujas produções atingiram 7 664 e 7 200 milhares de cruzeiros, respectivamente.

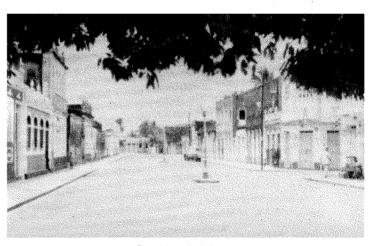
Hospital Regional

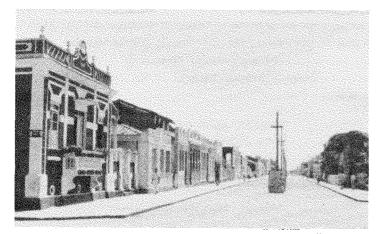
Agricultura — A produção agrícola, em 1955, ultrapassou 234 373 milhares de cruzeiros, que cabem principalmente ao cacau. Valendo cifras infinitamente inferiores, vêm o côco sêco, o feijão, a banana, a laranja, o limão e outros. É significativa a colheita de abacates, ocupando lugar de relêvo com relação à produção total do Estado.

Pecuária — Os rebanhos de maior freqüência são os de: bovinos 25 000, suínos 7 000, muares 6 000. Em menor escala são também criados ovinos, caprinos, eqüinos e asininos.

Indústria — A produção industrial, em 1955, foi do valor de 26 347 milhares de cruzeiros, tendo a indústria extrativa contribuído com a parcela de 18 245 milhares de cruzeiros, ressaindo dela a extração da piaçaba, das madeiras e dos peixes. A farinha de mandioca, o fabrico de massas alimentícias e o de telhas e tijolos de barro são os outros produtos industriais que se seguem na ordem de seu rendimento.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se a cidade de Canavieiras à capital Federal, à capital do Estado e às cidades vizinhas pelos seguintes meios de transporte: à capital Federal, via aérea 984 quilômetros ou rodovia 1 630 km; à capital do Estado, via aérea 330 quilômetros, via marítima 164 milhas ou rodovia 760 quilômetros; às cidades vizinhas de Belmonte, via aérea 30 quilômetros ou via fluvial 16 mi; Itabuna, via aérea 115 km ou rodovia 175 km; Itapetinga, rodovia 385 km; Una, via aérea 95 quilômetros ou rodovia 166 quilômetros, e Potiraguá, 511 km por estrada de rodagem, via Itabuna—Itapetinga. O município é servido pelas emprêsas aéreas Panair do Brasil S. A., Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul e Nacional de Transportes Aéreos, e as emprêsas marítimas Navegação Baiana e Wildberger S. A., além de inúmeras outras individuais de barcos que trafegam com regularidade. Possui 1 pôrto e 1 campo de pouso com pista de 1 200 metros. É cortado pela rodovia Salvador—Espírito Santo (BA-2).

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio é relativamente desenvolvido, contando-se na sede municipal 4 estabelecimentos atacadistas e 135 de vendas a varejo. O giro comercial atingiu, em 1956, a apreciável cifra de 355 550 milhares de cruzeiros, o que coloca a praça na situação de uma das mais ativas do interior do Estado. As transações são feitas principalmente com Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo, de onde é importada a totalidade dos gêneros alimentícios e dos artigos de calçado e vestuário. A exportação de cacau tem destino certo a países estrangeiros, por via dos portos de Ilhéus e Salvador. O salário-mínimo oficialmente fixado é de Cr$ 2 400,00. Existem na cidade de Canavieiras 3 agências bancárias: a do Banco do Brasil Sociedade Anônima, funcionando desde 2 de janeiro de 1941; a do Banco Econômico da Bahia S. A., instalada a 17 de novembro de 1949 e a do Banco da Bahia S. A., cuja inauguração data de 19 de março de 1956. Na vila de Camacã funciona ainda um Escritório do Banco da Bahia, ali instalado em 11 de dezembro de 1955. Essas agências bancárias movimentaram suas contas, em 1956, com as seguintes cifras em milhares de cruzeiros: caixa em moeda corrente 6 003, empréstimos em c/c 55 442, títulos descontados 39 891, depósitos a vista e a curto prazo 26 426, e depósitos a prazo 1 261.

Rua Marechal Deodoro

ASPECTOS URBANOS — A cidade encontra-se edificada à margem esquerda do rio Pardo, a cinco e meio quilômetros da sua foz no Atlântico, em área totalmente plana e arenosa, apresentando ruas longas e paralelas na direção norte-sul e leste-oeste. É pôrto sôbre o rio Pardo, servido regularmente por barcos e navios médios de navegação costeira. Conta, atualmente, com 60 logradouros, dos quais 10 pavimentados e 6 arborizados ou ajardinados. A iluminação pública se estende a 30 logradouros e a domiciliária a 514 prédios dos 2 123 existentes na cidade. Existem 7 pensões ou hotéis, uma agência do Departamento dos Correios e Telégrafos e um serviço de radiocomunicação da Panair do Brasil. A principal artéria é a Rua Coronel Augusto Luís de Carvalho, que apresenta um conjunto harmonioso de

Vista parcial da Avenida C.el Augusto Luiz de Carvalho

boas casas residenciais além do cinema que funciona na cidade. A Rua Dr. Otávio Mangabeira, também, inteiramente pavimentada, distingue-se por ser a via direta de acesso ao aeroporto. Em terrenos que se confrontam nessa rua, acham-se localizados o ginásio municipal, prestes a funcionar, e o Hospital Regional Régis Pacheco. Citam-se, ainda, como logradouros dos mais importantes, a Praça Dr. Eduardo Campos e a Avenida Felinto Melo, onde estão situados o pôrto e o comércio, principalmente de calçados e tecidos. Entre os edifícios, os principais são o Paço Municipal, a Igreja de São Boaventura, o Ginásio Municipal, o Hospital Regional, os Correios e Telégrafos, a Igreja Presbiteriana e a Sociedade Filarmônica Lira do Comércio.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária é prestada à população pelo Hospital Regional Régis Pacheco, mantido pelo Estado e pelo município, bem assim pela Casa de Saúde São Boaventura e Santa Casa de Misericórdia de Canavieiras, que dispõem, em conjunto, de 115 leitos. Também contribuem com inestimáveis serviços o Pôsto de Higiene do Estado e o Pôsto de Puericultura, mantido pela Prefeitura. O Departamento Nacional de Endemias Rurais presta assistência sanitária através do Setor número 10, com sede em Ilhéus, do qual faz parte o território provinciano. A cidade conta com os serviços profissionais de 9 médicos, 3 dentistas, 5 farmacêuticos e 13 enfermeiros (não diplomados). Existem 4 farmácias.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A classe dos operários de Canavieiras dispõe da "Sociedade Beneficente dos Operários de Canavieiras", instituída com objetivos de beneficência, socorro mútuo e instrução moral e cívica. Três sindicatos de empregados existentes congregam cêrca de 178 associados.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com os dados do Recenseamento de 1950, a população de 5 anos e mais era de 45 124 habitantes, da qual sabiam ler e escrever 14 268 pessoas, o que corresponde a 31,62% do total.

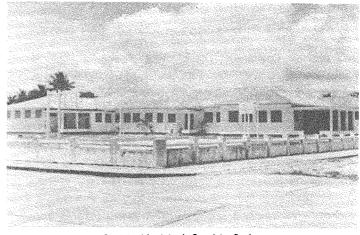
ENSINO — O ensino primário fundamental comum, em 1956, era subministrado em 89 estabelecimentos, que matricularam 3 400 alunos. Das unidades escolares, 74 eram municipais, 8 particulares e 7 estaduais. Dentre as escolas em funcionamento na sede, sobreleva o Grupo Escolar 15 de Outubro, mantido pelo Estado. Do ensino extraprimário existem escolas de dactilografia, de corte e costura e de iniciação musical.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Além da Biblioteca Afrânio Peixoto, com cêrca de 1 200 volumes, existem duas outras, uma escolar e outra localizada na Agência de Estatística. Periódico em circulação existe o "Jornal Oficial", que a Prefeitura edita semanalmente. Existem ainda as sociedades recreativas, a Filarmônica Lira do Comércio, fundada em 1894, o Grupo Musical 2 de Janeiro, o Aeroclube de Canavieiras e o Grêmio Literário Afrânio Peixoto.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Constitui atração turística no município a Lagoa Dourada, no distrito de Jacarandá.

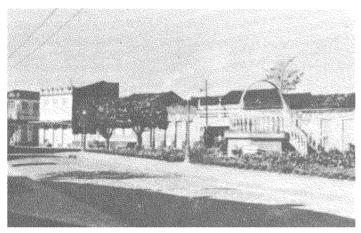
CULTOS RELIGIOSOS — O culto católico tem grande predominância, compreendendo sua organização duas paróquias pertencentes à Diocese de Ilhéus e que subordinam 20 templos e 7 congregações religiosas. A paróquia da sede é consagrada a São Boaventura, padroeiro da comuna, e a de Camacã tem como orago Santo Antônio de Pádua. Os protestantes e os adeptos do espiritismo possuem, respectivamente, 7 igrejas e 1 centro.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — As manifestações religiosas vão desde as procissões católicas até a prática do baixo espiritismo nos candomblés, bastante freqüentados. "Bate-se" candomblé semanalmente, todos os sábados, e mais intensamente durante o mês de setembro, à aproximação do dia 27, consagrado aos gêmeos São Cosme e São Damião. Ostentando um ambiente festivo não comum, que não cessa nem arrefece noite adentro, as casas do "pais (ou mães) de santo" não chegam para os adeptos. Registrados, ou do conhecimento das autoridades, funcionam 5 candomblés.

As procissões católicas mais concorridas são as do "Senhor Morto", na Sexta-Feira da Paixão, a do "Bom Jesus dos Navegantes", em 1.º de janeiro, a de "São Sebastião" em 20 de janeiro, e a de "São Boaventura", dedicada ao padroeiro da cidade, no dia 14 de julho. A festa em louvor a São Sebastião é precedida, no dia 11, do transporte do mastro pelos fiéis para a Capelinha, lugar tradicional dos festejos. O mastro tem sempre cêrca de 12 metros de comprimento, para bem ostentar a imagem do Santo Mártir, totalmente enfeitado de fôlhas. Todos os anos, presente o vigário e o povo em geral, com o comparecimento de um conjunto filarmônico, é o mastro carregado no ombro pelos fiéis desde o pôrto, onde é desembarcado

Ginásio Municipal Osmário Batista

procedente de matas virgens, até o local da festa, distante quase 3 quilômetros.

Os festejos populares denominados "Pastorinhas", "Galo" e "Boi Duro" são tipos de manifestações folclóricas correntes.

"*Pastorinhas* — É uma brincadeira integrada nos festejos juninos, em que dançam e cantam animadamente, ao redor de uma grande fogueira, um grupo de 12 môças em trajes típicos: saia bem rodada com bico ou babados, feita

Praça Dr. Eduardo Campos

de chita estampada de côres vivas, e chapéu de palha com grande laço de fita encarnada pendente. A "tabaroa", como se chama a jovem assim vestida, ostenta ainda, no pescoço, grandes colares. A festa é de invocação a São João e os versos cantados têm letras assim:

"São João me prometeu, ô São João!
de me dar uma capela, ô São João!
ou de prata ou de ouro, ô São João!
ou de outra coisa qualquer, ô São João".

* * *

"Ai São João, São João do Carneirinho!
— Êle é tão bonzinho !
Fale lá com São José, fale lá com São José...
Que é para Êle ajudar...
Dar 20 espigas em cada pé".

* * *

"São João chegou Ioiô!
São João chegou, Iaiá!
Eu tenho uma fogueira p'ra nós dois pular...
Eu tenho uma casinha p'ra nós dois morar!"

"*Boi Duro*". — Festejo por ocasião do dia de Reis. É formado, em geral, de dez figuras, aproximadamente, que vestem compridas camisas, de mangas até o punho, feitas de pano encarnado, profusamente enfeitadas com fitas dos mais variados matizes. Completa o traje um grande chapéu de palha, igualmente ornamentado. A brincadeira gira em tôrno da sua figura principal — o "boi", reprodução completa, em máscaras, do animal, vestida por um dos participantes. Três outras figuras têm ainda relêvo: são o mestre e o contramestre, que tiram as cantigas, e o vaqueiro, montado a cavalo, tangendo o "boi". As demais dançam e acompanham o côro à porta de uma casa prèviamente avisada, onde recebem gratificação em dinheiro e se servem de aguardente ou de outras bebidas alcoólicas, especialmente preparadas para o dia. As modas cantadas refletem minúcias pitorescas do folclore, como se vê a seguir:

"Senhora dona da casa,
Bôca de cravo encarnado...
Eu vi as môças dizer:
Mateus é meu namorado.

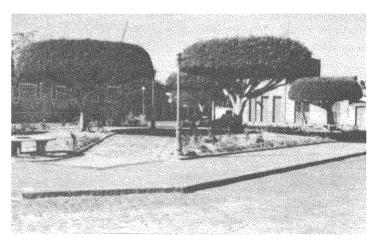
Senhora dona da casa,
Bôca de cravo encarnado...
Eu vi as môças dizer:
Mateus é meu estimado.

Senhora dona da casa,
Viva quem mereceu!
Senhora dona da casa,
Mateus é todo meu".

Outros versos em voga, variando o 2.º em relação à pessoa visada, cujo nome é declarado no último, são cantados, por exemplo, dessa forma:

"Meu boi bonito,
Meu boi arisco...
Faça uma venda bem feita
A meu compadre Francisco".

As efemérides de maior preeminência são: 25 de maio — "dia da cidade"; 14 de julho — "dia do padroeiro"; 1.º de janeiro — "procissão do Bom Jesus dos Navegantes"; Sexta-Feira da Paixão — "procissão do Senhor Morto", e 20 de janeiro — "dia consagrado a São Sebastião".

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O município possuía 11 165 eleitores inscritos em 30 de outubro de 1954, dos quais 6 621 votaram nas eleições gerais realizadas naquela data. A representação política à Câmara Municipal é de 12 vereadores. Tem a comuna 21 fun-

Praça Dr. João Pessoa

cionários federais, 39 estaduais (inclusive pessoal de cartórios), 45 municipais e 5 autárquicos. É sede da 17.ª Região da Inspetoria de Trânsito e da 13.ª Região Fiscal da Divisão de Fiscalização do Interior da Secretaria da Fazenda.

FINANÇAS PÚBLICAS — Abaixo aparecem os dados das finanças públicas, no período 1950-1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA PELO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	1 369	6 719	2 565	1 363	1 988
1951	1 403	8 813	3 664	2 126	2 995
1952	2 248	6 461	3 716	2 026	4 006
1953	2 609	8 119	6 653	2 828	5 648
1954	3 187	19 521	11 357	2 379	3 856
1955	3 622	25 343	16 071	8 674	5 218
1956	3 731	22 368	10 533	6 192	9 584

JUSTIÇA — A comarca de Canavieiras foi criada pela Resolução provincial número 1 311, de 28 de maio de 1873, constituída inicialmente dos têrmos de Canavieiras e Belmonte, tendo sido instalada em 8 de fevereiro de 1874. Antes disso, fôra têrmo das de Ilhéus e Pôrto Seguro. Tendo sido suprimida pelo Decreto número 266, de 4 de outubro de 1904, que, no seu território, criou a de Belmonte, foi todavia logo restaurada com a vigência da Lei estadual número 595, em 25 de julho de 1905, que ainda lhe atribuiu a categoria de 2.ª entrância. Por Decreto número 11 671, de 27 de junho de 1940, passou a ser comarca da 3.ª entrância, em que continua formada pelos têrmos de Canavieiras e Una, abrangendo os territórios dos respectivos municípios. Atualmente a Comarca constitui-se apenas do têrmo de Canavieiras, embora continui a jurisdicionar os serviços de Una, comarca criada e ainda não instalada, e Potiraguá, município desmembrado do seu território. No têrmo de Canavieiras há 14 cartórios, sendo 6 do registro civil. Durante o ano de 1956, foram julgados 153 feitos: 96 cíveis, 8 criminais e 49 de outras naturezas.

VULTOS ILUSTRES — *Coronel Augusto Luís de Carvalho* — nasceu em 29-IX-1850 e faleceu em 5-IX-1914. Foi figura preeminente na vida política local, que, por duas vêzes, exerceu com acentuado zêlo a alta função de Presidente do Conselho.

Dr. João Ribeiro Vargens — nasceu em 1-VI-1880 e faleceu em 28-XII-1944. Formado pela Faculdade de Medicina da Bahia, dedicou porém, à cultura do cacau, que introduziu, contra a crença geral, em terrenos muito além do Baixo-Rio-Pardo, a sua incontida atividade. Exerceu a função de Intendente de 1920 a 1923; mas foi sempre o agricultor intimorato e desbravador de matas para plantar a grande riqueza do município.

Dr. Antônio Salustiano Viana — Natural do município de Cachoeira, onde nasceu em 15 de setembro de 1857, veio para Canavieiras em 1882 ou 1883, quando, recém-formado pela Faculdade de Medicina da Bahia, iniciou clínica particular.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais da região denominam-se canavieirenses. A origem e o significado do topônimo, segundo a tradição, têm, como já frisamos, relação com o nome de família e atividade dos seus primeiros colonizadores — os *Vieiras,* que possuíam grandes plantações de *cana-de-açúcar.* O lugar, devido a isso, teria ficado conhecido como o das "Canas dos Vieiras", aparecendo no subscrito de correspondências a indicação "Canas-Vieiras". Daí até o nome definitivo teria havido uma forma ortográfica intermediária: "Canasvieiras", como aliás ainda dizem pessoas incultas. Finalmente, o uso consagraria, pelo menor esfôrço, a designação hoje oficial de "Canavieiras". O Prefeito em exercício chama-se Licurgo Ferreira Ramos e o Presidente da Câmara, Rochael Mathias Cardoso. O primeiro Intendente foi o engenheiro João de Deus Ramos, em 1912, e a primeira Câmara, eleita em 17 de novembro de 1833, teve como Presidente o capitão Pedro Vitorino da Veiga Ferraz. Eram membros do Conselho os Senhores João Paz David, Antônio Marques Brandão, Inocêncio José da Costa, Manoel Cardoso Marques, João Mendes Barreto e José Felipe de Sousa, empossados em 3 de fevereiro de 1834.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística, por Myron Pereira. — Chefe da Agência Municipal de Estatística: Orlando Maia Sarmento.)

CARAVELAS — BA

Mapa Municipal na pág. 99 do 6.º Vol.

HISTÓRICO — A história de Caravelas começa com a própria História do Brasil a qual, em linhas gerais, acompanha até o ano de 1574.

Descoberto o Brasil, Portugal para cá enviou expedições exploradoras. A segunda dessas expedições, saída do Tejo em 1503, descobriu o arquipélago de Fernando de Noronha, onde naufragou o navio capitânea da esquadra comandada por Gonçalo Coelho, da qual também fazia parte o célebre Américo Vespucci, o "pilôto e marinheiro mais instruído do seu tempo". Dali a frota de explorações, com Américo Vespucci e Gonçalo Coelho, rumou para o sul, costeou a terra até a latitude de 18 graus, e entrou justamente, no pôrto de Caravelas, onde fundou uma feitoria, que deixou fortificada com 12 peças de artilharia e 24 homens, retornou em seguida para Lisboa. Caravelas foi, assim, descoberta em 1503 por Américo Vespucci ou Gonçalo Coelho. Durante o tempo em que o Brasil estêve dividido em capitanias hereditárias, o atual município de Caravelas pertencia ao Pôrto Seguro, doado a Pero de Campos Tourinho, por Carta régia de 27 de maio de 1534. Segundo ocorreu com várias outras, a capitania do Pôrto fracassou, dado o pouco interêsse do seu donatário e sucessores, e pelos incessantes ataques dos índios tupiniquins, que infestavam a região, desde o rio Camamu até o rio Cricaré, — provàvelmente o que hoje se denomina Mucuri. Vendida a Dom João Lencastre, Duque de Aveiro, em 10 de agôsto de 1559, a capitania do Pôrto Seguro reverteu à coroa, no reinado de D. José I.

Data daquela época a omissão da História acêrca da feitoria fundada por Vespucci, ou Gonçalo Coelho, em Caravelas, presumindo-se tenha desaparecido em conseqüência de ataques dos índios.

Sob o Govêrno-Geral do Brasil nova fase de colonização se inicia no Litoral, importantes penetrações são promovidas em busca de metais e pedras preciosas. A primeira expedição que se embrenha pelo sertão, parte do Pôrto Seguro, em 1553. Compõem-na portuguêses, mamelucos,

"mazambos" e índios tupiniquins, sob a chefia do espanhol Francisco Bruzza Espinoza.

A bandeira de Espinoza percorreu o Litoral, desde o Jequitinhonha até São Mateus, no Espírito Santo. Foi êste o primeiro bandeirante que chegou a Caravelas. Depois dêle, em 1572, Sebastião Fernandes Tourinho subiu o rio Doce e retrocedeu ao litoral pelo vale do rio das Caravelas.

Igreja Matriz de Santo Antônio

Todavia, coube a Antônio Dias Adôrno, em 1574, — chefe de uma expedição de 150 portuguêses e 400 índios que se internou pelo sertão à procura de ouro e da já famosa serra das Esmeraldas —, a primazia de reencontrar Caravelas, embora não se negue a Espinoza contacto anterior, quando iniciou sua entrada aos sertões brasileiros, pelo rio das Caravelas, secundado por Sebastião Fernandes Tourinho.

Os bandeirantes que chegaram ao rio Caravelas não fundaram povoação. Sòmente em 1581, diz-se haver um padre francês, — provàvelmente um dos missionários vindos com Manuel da Nóbrega —, fundado a aldeia de Caravelas, onde erigiu pequena igreja, sob a invocação de Santo Antônio do Campo dos Coqueiros. A aldeia foi depois abandonada; mas seus habitantes, por ordem de D. Diogo de Menezes, 9.° Governador-Geral do Brasil, tiveram que regressar às suas residências em 1610, e, assim, Caravelas foi novamente povoada, e definitivamente.

Data daí o progresso acentuado que se manifestou, a ponto de ser visada por um ataque holandês em 1636.

Todavia, a partir de 1694, sob a administração do 32.° Governador-Geral do Brasil, D. João Lencastre, encontrou rumo certo do progresso. Em 1700, estando em franco desenvolvimento, mereceu ser elevada à categoria de vila, com o nome de Santo Antônio do Rio das Caravelas, por Ato do governador Lencastre, confirmado em Alvará real no ano seguinte. De 1702 a 1729, a colonização estendeu-se pelos vales dos rios São Mateus, Mucuri, Doce e Peruípe.

Por Alvará de 18 de janeiro de 1755, a vila de Santo Antônio do Rio das Caravelas, com jurisdição no território imenso que abrangia os dos atuais municípios de Mucuri e Conceição da Barra, êste no Estado do Espírito Santo, elevou-se à categoria de freguesia eclesiástica.

Decorridos 154 anos de sua elevação à categoria de vila, Caravelas alcançou o título de Constitucional Cidade de Caravelas, pela Lei n.° 521, de 23 de abril de 1855, assinada por João Maurício Wanderley, 1.° Ministro do Império e, mais tarde, Barão de Cotegipe.

O município de Caravelas, a princípio, era constituído de único distrito, que permaneceu nas divisões administrativas do Brasil referentes a 1911 e 1933 e nas divisões territoriais de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, como, também, no quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.° 10 724, de 30 de março de 1938.

Por fôrça do Decreto estadual n.° 11 089, de 30 de novembro de 1938, o distrito único ficou dividido em dois: o distrito-sede, ou de Caravelas, e o novo distrito de Juerana, que assim permaneceu no quadro de 1943, a que se relaciona o Decreto estadual n.° 12 978, de 1.° de junho de 1944. Idêntica composição é mantida na divisão administrativa para 1949-1953.

Todavia, na divisão territorial de 1954-1958, baixada pela Lei n.° 628, de 30 de dezembro de 1953, foram criados mais quatro distritos, resultando ficar o município de Caravelas com seis: Caravelas, Ibirapuã, Juerana, Lajedão, Ponta de Areia e Santo Antônio de Barcelona.

LOCALIZAÇÃO — Situa-se seu território na orla do litoral, na Zona Fisiográfica Extremo Sul. A cidade dista, em linha reta, da Capital do Estado cêrca de 510 km, e fica no rumo S.S.O., na direção de Salvador para o município. Sua posição é determinada pelas seguintes coordenadas geográficas: 17° 44' 07" de latitude Sul e ...... 39° 15' 27" de longitude W.Gr.

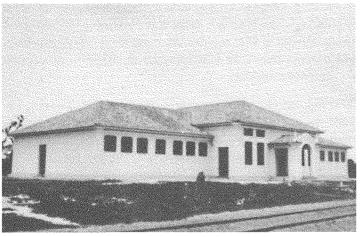
Faz limites com os municípios baianos de Alcobaça e Mucuri, com o Estado de Minas Gerais e com o Oceano Atlântico.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 4 metros apenas, acima do nível do mar. No trecho da estrada de rodagem Nanuque (MG)—São Mateus (ES) que passa no território do município, o C.N.G. registrou a altitude máxima de 140,440 m.

ÁREA — A área do município é de 3 773 km^2.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Formado na sua maior parte de grande planície, o município de Caravelas não apresenta, senão na zona limítrofe com o Estado de Minas Gerais, montanhas. O sistema hidrográfico é modesto, não apresentando cursos d'água de grande extensão. Notam-se os rios Caravelas, Peruípe, Marombá, Pindoba, do Macaco, da Fazenda, e a cachoeira de Santa Clara.

Na encosta, muito recortada, se apresenta a Ponta da Baleia. Mais abaixo, ao largo, está situado o arquipélago dos Abrolhos, em cuja ilha de Santa Bárbara se acha construído um farol com tôrre de 17 metros e que permite perfeita visibilidade de sua luz à distância de 13 milhas. Aquela ilha é a maior de tôdas e mede 15 km de comprimento por 300 metros de largura. As demais ilhas são: Seriba, formada de recifes de coral, cujo nome provém de um arbusto de igual denominação, observado em 1820, pelo almirante Roussin; Guarita, rochedo de 8 metros de altura, em forma de guarita; disso lhe vem o nome. Além destas, há as ilhas Redonda e Sueste. Tôdas elas ricas de peixes, tartarugas, polvos, camarões, lagostins, etc. Várias comissões científicas as têm estudado: Roussin, Mouches, Vital de Oliveira e oficiais dos navios inglêses que, durante a primeira grande guerra mundial, ali estabeleceram estação naval. Êstes últimos classificaram várias espécies novas de peixes, que hoje constam dos museus de Londres.

Hospital de Caravelas

CLIMA — Geralmente quente e úmido, é muito chuvoso no inverno. A temperatura, na sede municipal, apresentou-se em 1956 pelos seguintes dados: média das máximas 32,7°C; média das mínimas 12,2°C; média compensada 28,0°C.

RIQUEZAS NATURAIS — Sem possuir grandes florestas, a flora do município conta, todavia, com madeiras de construção tais como peroba, cedro, pau paraíba, jatobá, plantas medicinais dentre elas a poaia e o eucalipto. As reservas minerais são de pequeno destaque, apenas uma ou outra jazida pequena de manganês e ferro. Também se poderiam citar os grandes reservatórios de adubo milenar, muito ricos em fosfatos de cal, formados nas rochas existentes em tôdas as ilhas dos Abrolhos.

POPULAÇÃO — Em 1950, a população recenseada no município era de 20 820 habitantes, integrada por 10 516 homens e 10 304 mulheres. Quanto à côr, predominavam os pardos, em número de 8 548 pessoas, enquanto os brancos e pretos, somando 12 257, se apresentavam quase iguais, com diferença apenas de 153 em favor dos de côr branca.

A população estimada para o ano de 1957 é de 26 384 habitantes. Quase 84% da população se localizavam no quadro rural, onde viviam 18 169 pessoas. A densidade demográfica em 1950 era de 5,5 habitantes por quilômetro quadrado.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Havia só duas aglomerações urbanas por ocasião do Censo de 1950: a cidade de Caravelas, com 2 651 habitantes e a vila de Juerana com 596. Em 1953 foram criadas as vilas de Santo Antônio de Barcelona, com 150 pessoas, Lajedão, com 600 hab., Ibirapuã (ex-Ibiratinga), com 200 hab. e Ponta de Areia, com 2 800 habitantes.

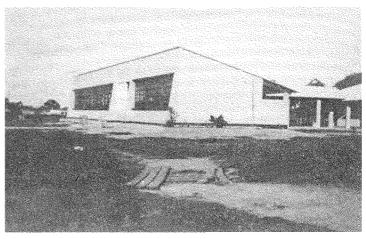
A população da cidade, para 1957, está estimada em 3 100 pessoas.

OUTRAS AGLOMERAÇÕES — Dois outros núcleos de população ainda existem no município de Caravelas, com as seguintes freqüências, estimadas para 1957: povoados de Barra de Caravelas 600 hab. e de Aparaju 300 habitantes.

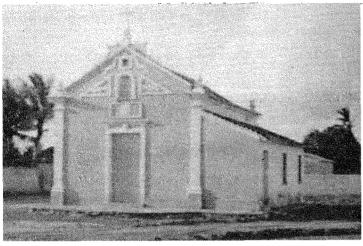
ATIVIDADE ECONÔMICA — De acôrdo com o Recenseamento de 1950, 27,82% das pessoas em idade ativa (10 anos e mais) tinham ocupação no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura", que, afora as "atividades domésticas", é o que emprega mais gente. A principal atividade econômica é o comércio de exportação de madeiras. Estas chegam em larga escala pela Estrada de Ferro Bahia—Minas, procedentes de municípios vizinhos, principalmente de Mucuri.

Agricultura — Em meio a atividades modestas, a agricultura aparece como sendo a de maior significação econômica, sobretudo em face da safra de 1955 que deu uma produção estimada em 10 732 milhares de cruzeiros. A mandioca e o côco sêco, respectivamente com 4 224 e 4 140 milhares de cruzeiros, foram os principais produtos agrícolas. Produz também regular quantidade de bananas. Existiam em 1954, 2 149 propriedades rurais no valor venal de 16 milhões de cruzeiros.

Pecuária — Quanto à pecuária, encontram-se pequenos rebanhos; existiam em 1956 — 19 200 bovinos e 5 100 suínos, além de menores criações de eqüinos, muares, ovinos e caprinos.

Indústria — A produção industrial alcançou o valor de 4 460 milhares de cruzeiros, correspondendo à produção ex-

Grupo Escolar

trativa a parcela maior, de 1 170 milhares de cruzeiros, produzida pela extração de madeiras e pelo pescado.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade está ligada à Capital Federal, à Capital do Estado e às cidades vizinhas pelos seguintes meios de transporte: à Capital Federal por via área no percurso de 716 km e por via marítima 467 mi; à Capital do Estado por via marítima 288 mi e via aérea 540 km; às cidades vizinhas de Alcobaça por via marítima 21 m e rodovia 24 km; de Mucuri por via mista, 21 mi (fluvial) e 30 km (rodovia); de Nanuque (no Estado de Minas Gerais), ferrovia 176 km e rodovia 237 km.

Igreja São Sebastião

O município é servido pelas grandes companhias nacionais de aviação comercial; pela Companhia de Navegação Baiana e pela Estrada de Ferro Bahia—Minas, com estações em Ponta de Areia, Caravelas, Aparaju e Juerana além de três pontos de parada. A referida Estrada de Ferro foi inaugurada em 9 de novembro de 1882. A extensão atual de sua rêde em tráfego é de 587 km sendo 142 no território baiano e 436, no mineiro. As duas estações extremas são Araçuaí (MG) e Ponta de Areia (BA). Possui pôrto fluvial com excelente barra e acessível a navios de regular calado, bem como ótimo aeroporto, servido por duas extensas pistas de 1 500 e 1 250 metros, inteiramente asfaltadas. Uma emprêsa rodoviária com sede na cidade mineira de Nanuque serve o município.

COMÉRCIO E BANCOS — As transações comerciais operam-se principalmente com as praças de Salvador, Vitória, Rio de Janeiro, Nanuque e Belo Horizonte. São importados artigos de vestuário, calçados, ferragens, louças, secos e molhados e outros artigos industriais. Em troca, exportam-se madeiras em grande quantidade. O comércio local é representado por 7 estabelecimentos atacadistas e 16 varejistas. O giro comercial alcançou a cifra de 68 650 milhares de cruzeiros em 1956. A cidade conta ainda com os serviços de duas agências bancárias: a do Banco Econômico da Bahia, inaugurada em 27 de fevereiro de 1953, e a do Banco da Bahia, de funcionamento mais recente, datando de 1.º de agôsto de 1956. Em 2 200 cruzeiros está fixado o salário-mínimo oficial no município.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Caravelas situa-se à margem esquerda do rio do mesmo nome, numa baía muito próxima de sua foz, no Atlântico, sendo pôrto fluvial de grande importância para tôda a Região.

Possui 20 logradouros, dois dos quais inteiramente pavimentados e um, em parte. Além disto, 18 dêles são servidos de iluminação elétrica e dois estão ligados à rêde de esgôto. A principal artéria é a Rua Sete de Setembro, inteiramente pavimentada, onde se acham as repartições públicas, agências bancárias e parte do comércio.

Dos 581 prédios existentes, 490 têm luz elétrica e 53 são servidos pela rêde de esgôto. O consumo de energia elétrica em 1955 atingiu a 71 674 kWh. Possui a cidade cinco hotéis e pensões. Funciona o Cine Talismã com lotação de 360 lugares.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Os serviços de assistência médico-sanitária são prestados à população pelo Pôsto de Higiene do Estado, e mais os ambulatórios do Pôsto da Caixa de Aposentadoria, do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos e do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transporte e Cargas (I.A.P.E.T.C). Há um hospital em construção. Através do Setor n.º 10 sediado em Ilhéus, o Departamento Nacional de Endemias Rurais presta assistência sanitária aos habitantes do município. Exercem serviços profissionais 3 médicos, 1 dentista e 2 farmacêuticos. Existem 2 farmácias.

ASSISTÊNCIA SOCIAL — Três sindicatos de empregados prestam assistência aos seus associados.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo o Recenseamento de 1950, da população de 5 anos e mais, que totalizava 17 300 habitantes, apenas 3 588 sabiam ler e escrever. Isto representava o baixo índice de alfabetização de 20,74% da população em idade escolar.

ENSINO — O ensino primário fundamental comum, em 1956, era ministrado por 39 estabelecimentos, que funcionaram com matrícula de cêrca de 1 200 alunos. Contavam-se entre essas unidades de ensino, 10 escolas estaduais, 23 municipais e 5 particulares. Funciona também um estabelecimento de ensino médio, o Ginásio Santo Antônio, que no início do ano letivo de 1957 matriculou 52 alunos no curso ginasial. O Grupo Escolar Estadual Agripiniano de Barros é o mais importante estabelecimento de ensino público primário do município.

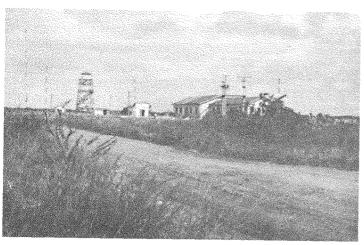
OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Quanto a outros aspectos culturais, há duas bibliotecas com menos de 1 000 volumes cada uma: a Duque de Caxias, a da Agência Municipal de Estatística e a Biblioteca Pública Municipal; um periódico semanal, — "A Tribuna da Fronteira", editado pela primeira vez em 25 de junho de 1956, e mais três sociedades culturais-recreativas, além da Lira Santo Antônio de finalidade artístico-musical. Duas vilas do município possuem cinemas.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Dois monumentos existem na cidade: a imagem esculpida do Cristo Redentor e o busto de bronze, do Doutor Emílio Imbassaí, ambos de iniciativa particular. O primeiro se localiza na Praça Santo Antônio, tendo sido inaugurado em 12 de junho de 1949, e o segundo, de autoria de Heitor Muniz de Oliveira, foi inaugurado em 13 de julho de 1930 e está situado na rua que tem o nome do homenageado.

CULTOS RELIGIOSOS — O culto católico é professado quase pela população total do município e se compõe de uma paróquia com oito templos eclesiàsticamente subordinados à diocese de Ilhéus.

A igreja-matriz é consagrada a Santo Antônio e foi construída pelo jesuíta Antônio do Espírito Santo, sendo inaugurada em 1725. Cogitam as autoridades eclesiásticas da criação de uma sede de bispado no município. O espiritismo não existe organizado e o culto protestante é praticado em 2 templos.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — As manifestações religiosas, que ocorrem freqüentemente, constam sobretudo de procissões católicas, que perduram, através dos tempos, sempre imponentes e muito concorridas. As mais notáveis e tradicionais são a de São Sebastião, em 20 de janeiro; as do "depósito", do "encontro", dos "passos", do "Senhor Morto" e da "ressurreição", na Semana Santa; a de Nossa Senhora de Fátima, em 13 de maio; a do Corpo de Deus, no mês de junho; a do Sagrado Coração, a de Santa Teresinha, em 20 de abril; a de Nossa Senhora do Rosário, em 31 de outubro; a de Nossa Senhora das Graças, em 30 de novembro; a de Nossa Senhora da Conceição, em 8 de dezembro; a de Santa Luzia, em 13 de dezembro e a de Santa Efigênia, em 26 de dezembro. Naquelas datas, há missas solenes, outros atos religiosos consagrados ao culto, além de festejos de caráter secular, realizados a par das solenidades católicas.

Entre as manifestações folclóricas sobressaem os festejos populares: "pastorinhas", "bumba-meu-boi", "fragata" e "côrte". Êste último revive a histórica batalha da Idade Média entre mouros e cristãos, ao tempo do rei samaritano D. José I. É tradição que se mantém em homenagem ao santo mártir e guerreiro São Sebastião, daí realizar-se no dia 20 de janeiro, anualmente. Dois grupos de homens trajados a guerreiros da antigüidade, armados de escudos e espadas de madeira, entram em cena: os "mouros" vestem roupas de côr vermelha e branca, e os "cristãos", pelo trajo, diferem daqueles, vestindo azul e branco. Trava-se então a simulada batalha, longa e renhida, com passagens épicas, cantadas em verso pelos contendores, que, sem saírem do ritmo terçam ao mesmo tempo suas espadas. Conforme a tradição, os "mouros" de início, vencem; porém, na batalha derradeira, são decisivamente derrotados pelos "cristãos". A numerosa assistência acompanha interessada todos os lances, manifestando-se no final em aplausos entusiásticos aos vencedores.

Aeroporto da cidade

A efeméride comemorada com maior relêvo é a de 23 de abril, o Dia da Cidade.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — No Município há 51 funcionários em efetivo exercício, sendo 21 federais, 16 estaduais, 6 municipais e 8 autárquicos. A representação política na Câmara Municipal é de 8 vereadores. O eleitorado inscrito era 4 170 pessoas, tendo votado nas eleições gerais de 1954 apenas 2 644 eleitores. Exerce o cargo de Prefeito o Sr. Moacir de Jesus Siquara. O Presidente da Câmara Legislativa é o Sr. Odorico Guimarães Lopes. O primeiro Intendente foi Manuel F. Alves Cajàzeira, eleito em 1907. O primeiro Presidente da Câmara, Pedro Caetano Costa. O município é sede da 25.ª Circunscrição Escolar da Secretaria da Educação, abrangendo 7 municípios, da 12.ª Região Fiscal da Divisão de Fiscalização do Interior, da Secretaria da Fazenda e da 19.ª Região de Trânsito.

FINANÇAS PÚBLICAS — Durante os últimos sete anos, 1950-1956, a arrecadação pela União, pelo Estado e pelo município representa-se pelas cifras do quadro seguinte, onde se encontram também as referentes à despesa realizada pelo município:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	390	1 839	1 139	765	1 129
1951	538	2 575	1 702	1 191	1 420
1952	857	3 620	2 062	1 373	2 142
1953	1 349	2 366	2 112	1 211	1 970
1954	1 664	3 499	2 518	1 522	2 830
1955	2 183	4 732	2 398	1 417	2 809
1956	2 207	5 771	3 755	2 524	3 355

JUSTIÇA — A comarca de Caravelas foi criada pelo Conselho Geral da Província da Bahia, em 9 de maio de 1833, reunido em sessão extraordinária, em obediência às instruções baixadas pelo Decreto de 13 de dezembro de 1832. Compreendia então os têrmos das vilas do Prado, de Alcobaça, de Caravelas, de Viçosa e do Pôrto Alegre. Sua instituição data de setembro de 1833.

Nas divisões territoriais de 1936 e 1937, bem como no quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 10 724, de 30 de março de 1938, Caravelas compõe-se do têrmo-sede da comarca formada e, ainda, dos têrmos dos municípios do Prado, de Alcobaça e de Mucuri.

Situação idêntica figura no quadro territorial de 1939-1943, fixado pelo Decreto estadual n.º 11 089, de 30 de novembro de 1938, e também na divisão judiciário-administrativa, em vigência no qüinqüênio 1944-1948, estabelecido pelo Decreto-lei n.º 141, de 31 de dezembro de 1943, modificado pelo Decreto n.º 12 978, de 1.º de junho de 1944.

Atualmente, é comarca de 2.ª entrância, formada pelos têrmos de Caravelas e Mucuri. Continua, porém, com jurisdição provisória sôbre seus antigos têrmos do Prado e de Alcobaça, cuja comarca recém-criada no primeiro, e constituída por ambos, ainda não foi implantada.

Há no têrmo do município, 9 cartórios, sendo 5 do Registro Civil. Em 1956 foram julgados 78 feitos cíveis, 76 criminais e 12 de outra natureza.

VULTOS ILUSTRES — O Dr. Emílio Teixeira dos Santos Imbassaí, médico humanitário e educador dos mais de-

dicados, prestou inesquecíveis serviços a Caravelas, sobretudo à população pobre. Faleceu em 16 de outubro de 1903.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — A costa do Município, banhada pelo Oceano Atlântico, é muito sinuosa e recortada, oferecendo espetáculo inédito à altura da barra, onde as águas do oceano se precipitam caudalosas pela terra adentro, formando-se vasto estuário com entrada de, aproximadamente, 1 000 metros de largura, o qual se estreita gradativamente na sua penetração pelo interior do município numa extensão de cêrca de 100 quilômetros, que vai ter ao rio Peruípe.

Os nascidos no município denominam-se caravelenses. O topônimo Caravelas veio da denominação que o uso consagrou para o estuário a cuja margem está situada a cidade. Quando Antônio Dias Adôrno aí chegou em 1574, chamou-lhe rio Santo Antônio, em homenagem ao santo do dia 13 de junho. Havendo fundeado as caravelas de sua frota, êle mesmo se referia depois ao local dizendo "rio das caravelas". Por isso a primitiva denominação foi logo preterida pela de rio Caravelas, da qual adveio o nome do município.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística, por Myron Pereira. — Chefe da Agência Municipal de Estatística: Rui José Peixoto. — Agente de Estatística: Nildon Silva Andrade.)

CARINHANHA — BA

Mapa Municipal no 9.º Vol.

HISTÓRICO — Os habitantes primitivos dêsse território foram os índios caiapós, que tinham aldeia localizada nas terras onde hoje se encontra a cidade de Carinhanha. Viviam os nativos na mais completa harmonia, quando, pelo ano de 1712, presumìvelmente, nêle penetrou pela primeira vez o homem civilizado.

Segundo a tradição local, coube a primazia dessa penetração no território de Carinhanha ao famoso bandeirante Manuel Nunes Viana, vencedor implacável dos paulistas, na Guerra dos Emboabas, no Capão da Traição.

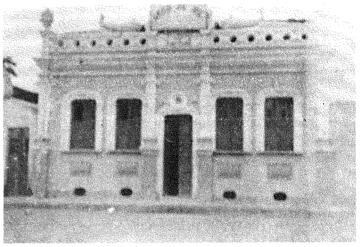
Êsse famoso bandeirante, comandando uma das bandeiras organizadas pelos herdeiros do mestre-de-campo Antônio Guedes de Brito, partiu do litoral baiano, pelo ano de 1711, em busca do rio das Velhas, percorreu itinerário deveras interessante, pois sua bandeira passou pelo frígido Morro do Chapéu, na famosa Chapada Diamantina, sòmente atingindo a margem esquerda do rio São Francisco, um ano após a partida. Alcançando êsse objetivo, rumou em direção sul, vindo atravessar o referido rio perto da confluência do mesmo com o rio Carinhanha ou Carunhenha, ali encontrando um aldeamento de índios caiapós. Houve choque entre os bandeirantes e os nativos, de que resultou prolongada e encarniçada luta. Os caiapós, na ocasião, dominavam tôda a vasta extensão da serra do Ramalho.

Depois de vencida a resistência dos caiapós, Nunes Viana aí estabeleceu a base de operações, para suas grandes e históricas conquistas. Fixou-se definitivamente naquele território, que posteriormente veio a ser centro de intercâmbio entre a Bahia e o Estado de Minas Gerais.

O local primeiramente devassado chamava-se Carunhenha. Essa denominação era controvertida, querendo alguns observadores que fôsse "Carunhannha", isto é, "loca de sapo", nome dado ao rio, depois à Povoação; entretanto, a maioria atribui êsse topônimo indígena à grande cópia de aves de nome carunhenha existentes no lugar em que se estabeleceram os primeiros exploradores, aves essas raramente hoje encontradas nas margens das lagoas.

Data, pois, daquela época o povoamento de Carinhanha, e, conforme foi amplamente descrito, se deduz que a principal corrente do povoamento dêsse município foi de origem nacional, tendo como uma das causas determinantes a procura das minas de ouro do rio das Velhas.

Carinhanha tornou-se grande núcleo demográfico, possuindo, dentre outras benfeitorias, a sua capela para desenvolvimento do Culto Católico Romano. No ano de 1813 lcgrou a categoria de freguesia, sob a invocação de São José de Carinhanha.

Em 1832, foi o "julgado" de São José de Carinhanha, pertencente à comarca do rio São Francisco, elevado à categoria de vila, através do Decreto de 20 de abril daquele ano, sòmente sendo inaugurada a 22 de maio de 1834. O mesmo ato criou o município, com território desanexado do de Barra do Rio Grande.

Ginásio São José

A elevação da vila de Carinhanha à categoria de cidade deu-se por fôrça da Lei estadual n.º 762, de 17 de agôsto de 1909, assinada pelo então governador Dr. João Ferreira de Araujo Pinho.

Sua composição administrativa, que, até 1931, era de distrito único, passou a figurar com seis, em virtude do Decreto n.º 7 479, de 8 de junho do mesmo ano, que lhe incorporou o território do município de Rio Alegre. Manteve-se assim até que, em virtude do Decreto estadual n.º 11 089, de 30 de novembro de 1938, perdeu o território do distrito de Alegre, que foi anexado ao município de Santa Maria da Vitória, voltando a figurar com os distritos de Carinhanha, Côcos, Iuiú, Malhada e Parateca. Atualmente apresenta a mesma constituição distrital.

LOCALIZAÇÃO — O município de Carinhanha localiza-se na Zona Fisiográfica do Médio São Francisco, estando o seu território parcialmente incluído no "polígono das secas". Limita com os municípios de Correntina, Santa Maria da Vitória, Bom Jesus da Lapa, Palma de Monte Alto, e os Estados de Goiás e Minas Gerais. As coordenadas geográficas da sede municipal são as seguintes: 14° 18' 22"

de latitude Sul e 43° 46' 02" de longitude W.Gr. Rumo da Capital do Estado à sede municipal O.S.O., cuja distância, em linha reta, é de 561 km.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 452 metros.

ÁREA — Sua área é de 18 296 km², sendo, portanto, um dos grandes municípios baianos, classificando-se no 5.° lugar, em extensão territorial.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O município é pouco acidentado. Como principais acidentes geográficos podemos mencionar os rios São Francisco, Carinhanha e Verde Grande. A ilha de Carinhanha, formada pelo rio São Francisco, situada entre a cidade e a vila de Malhada, constitui, também um acidente digno de nota. Várias lagoas importantes estão compreendidas no seu território, notadamente as de: Aguapé, Mucambo, Mucambo Grande, Sama, Pau Prêto, Juàzeiro e Grande.

CLIMA — O clima é o característico do médio São Francisco. Apresenta-se quente no verão e frio e úmido no inverno. Em 1955, a temperatura da sede municipal apresentou os seguintes dados: média das máximas — 38°C; média das mínimas — 18°C e média compensada — 22°C.

RIQUEZAS NATURAIS — A flora do município, apesar das devastações pelas derrubadas, constitui ainda grande riqueza natural, pois nela são encontradas madeiras de lei, a saber: vinhático, peroba, taipoca e outras; a maniçoba e a mangabeira, produtoras da borracha; o jatobá, o croá e outras plantas fibrosas. A fauna é rica em animais silvestres, notadamente o gato-do-mato, a onça-suçuarana e outros. O surubim, a curimatá, o pirá, a piranha, o pacu, a corvina, o dourado e outros peixes constituem também importante riqueza natural. O único mineral extraído é a pedra para construção. Entretanto, há no município jazidas de manganês, cristal, salitre e calcários, tôdas porém latentes.

POPULAÇÃO — A população, segundo dados fornecidos pelo Recenseamento de 1950, era de 23 516 habitantes, sendo 11 214 homens e 12 302 mulheres, predominando os de côr parda, que somavam 13 941 pessoas. Em ordem decrescente, as pessoas de côr branca, preta e amarela, somavam, respectivamente, 5 271, 4 284 e 1. Quanto ao estado civil, coube a primazia aos casados, cujo total foi de 6 965 contra 4 735 solteiros. A maior parte da população se localizava no quadro rural, cuja base percentual se elevava a 83,68%.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Segundo dados censitários, existiam em 1950 cinco aglomerações urbanas, com suas populações: cidade de Carinhanha — 1 707 hab., e vilas de Côcos — 986 hab.; Iuiú — 435 hab., Malhada — 476 hab. e Parateca — 234 habitantes. A população da cidade de Carinhanha, estimada para 1.° de julho de 1957 é de: 2 100 habitantes.

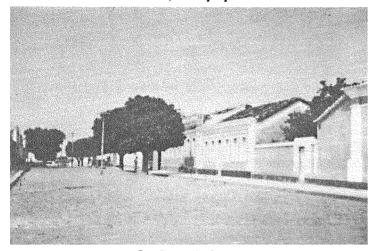
OUTRAS AGLOMERAÇÕES — Além da cidade e das vilas, o município tem nove povoados com populações estimadas para 1957, a saber: Barra de Parateca — 191 hab., Tabuleiro — 282 hab., Ramalho — 711 hab., Sítio do Meio — 156 hab., Setembro — 245 hab., Destêrro — 111 habitantes, Rio Verde — 94 hab., Venda — 72 hab. e Morrinho — 168 habitantes.

ATIVIDADE ECONÔMICA — O Recenseamento de 1950 revelou que 39% das pessoas em idade ativa (10 anos e mais) estavam ocupadas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura".

O principal sustentáculo econômico do município é a agricultura, cuja produção em 1955, se elevou à cifra de 60 477 milhares de cruzeiros, nela sobressaindo o algodão seu principal produto, que concorreu assim com a maior parcela, ou seja, 19 200 milhares de cruzeiros, seguido de outras culturas: batata-doce, cana-de-açúcar, arroz com casca, mamona em baga, milho, feijão, etc.

Também a atividade pecuária é de grande expressão econômica, uma vez que, segundo dados estimativos, a população pecuária, em 1956, compreendia 100 000 cabeças de bovinos, 220 000 de eqüinos, 150 000 de asininos, ... 180 000 de muares, e totais inferiores a 50 000 nos rebanhos de suínos, ovinos e caprinos. Os principais mercados importadores de gado, são: Itaberaba, no Estado da Bahia, e Montes Claros, no de Minas Gerais.

Praça Dr. José Joaquim Seabra

A produção industrial alcançou em 1955 o valor de 6 433 milhares de cruzeiros, cabendo a primazia ao algodão beneficiado, que concorreu com quase 5 000 milhares de cruzeiros. Os demais são produtos manufaturados, tais como: rapadura, farinha, aguardente, etc., cuja produção, individualmente considerada, é de pequena monta.

Rua Duque de Caxias

Por fim, salienta-se aqui a atividade artesanal, que é também desenvolvida, produzindo vários artigos, salientando-se, entre êles, os que são tecidos com fios de algodão: rêdes, toalhas e cortes de panos para roupas, tudo feito à maneira primitiva. Os artigos de cerâmica são também encontrados nas feiras, mormente moringas, potes, talhas e outros objetos.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se diretamente à Capital Federal por via aérea (1 039 quilômetros), à Capital do Estado por via aérea (1 145 quilômetros), às cidades vizinhas, de Bom Jesus da Lapa por via aérea (106 km) e por via fluvial (73 mi); Correntina por estrada de rodagem (210 km); Palmas de Monte Alto por via mista fluvial (2 mi) e rodoviária (9 km); Santa Maria da Vitória por via aérea (115 km), por via fluvial (154 mi) e rodovia (198 km). O município é servido pela emprêsa Real Transportes Aéreos Nacional e pelas emprêsas fluviais Navegação Baiana do São Francisco, Navegação Mineira do São Francisco e Companhia Indústria e Viação de Pirapora. Possui três portos fluviais e um campo de pouso com pista de 1 160 por 65 metros.

COMÉRCIO E BANCOS — O município mantém transações comerciais e bancárias com as praças de Belo Horizonte, Pirapora e Januária, no Estado de Minas Gerais, e Salvador e Juàzeiro no Estado da Bahia. Existem 5 firmas comerciais atacadistas e 40 varejistas. O giro comercial atingiu em 1956, 24 950 milhares de cruzeiros. O salário-mínimo oficial decretado para a subzona da qual faz parte o município é de Cr$ 2 000,00.

ASPECTOS URBANOS — A cidade está situada em uma planície à margem esquerda do São Francisco, a 5 metros acima do nível normal do rio, sendo por isto uma das poucas cidades do São Francisco, que jamais poderá ser inundada. Apesar de pequena, é bem traçada e edificada. A praça principal é a da Matriz, onde estão localizados o ginásio e essa igreja. É calçada a paralelepípedos, ajardinada e dotada de bancos para o público. Conta com 31 logradouros, dos quais pavimentados: 2 a paralelepípedos, 4 a pedras irregulares e 2 arborizados ou ajardinados. Carinhanha é dotada de iluminação pública, cuja rêde elétrica se estende a 24 logradouros, sendo de 165 o número de ligações domiciliárias. Funciona um cinema e um cine-teatro. Na parte concernente à hospedagem, há um hotel e duas pensões com capacidade para 51 hóspedes; possui também 1 agência do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — É de 5 o número de estabelecimentos que prestam assistência médico-sanitária à população, compreendendo 2 postos de combate à malária, 1 pôsto sanitário, 1 pôsto do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP.) e 1 pôsto de puericultura mantido pela Associação de Proteção à Maternidade e à Infância. Há 1 hospital regional ainda por inaugurar. Exercem a profissão na cidade 2 médicos, 1 dentista e 1 farmacêutico. Existem 3 farmácias. O município faz parte do setor n.º 11, sediado em Juàzeiro, do Departamento Nacional de Endemias Rurais.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Em Carinhanha existe apenas uma sociedade de beneficência mutuária, que é a Liga Operária Beneficente de Carinhanha, cujo quadro social, em 31 de dezembro de 1956, era composto de 266 membros.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo dados fornecidos pelo Recenseamento de 1950, a população de 5 anos e mais era de 19 545 habitantes, compreendendo 9 190 homens e 10 355 mulheres; sabiam ler e escrever 3 872 habitantes, sendo 2 322 homens e 1 550 mulheres, representando uma base percentual de 19,8% daquele total.

ENSINO — Em 1956, funcionavam 35 unidades escolares de ensino fundamental comum, compreendendo 24 municipais e 11 estaduais com a matrícula efetiva de cêrca de 1 187 alunos. O ensino extraprimário é ministrado na sede por um estabelecimento, que é o Ginásio São José.

Hospital Regional, onde funciona a Unidade Sanitária do Serviço Especial de Saúde Pública

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Dignas de realce existem 2 bibliotecas, sendo 1 da Prefeitura Municipal, com acervo de 800 volumes, e 1 da Agência Municipal de Estatística, a Biblioteca Teixeira de Freitas, com 300 volumes.

CULTOS RELIGIOSOS — É o município sede da paróquia de São José de Carinhanha, fundada em 1808, e está sob a jurisdição do bispado de Barra. Existe, 1 igreja-matriz, 8 comuns, 3 capelas semipúblicas. Há 4 associações religiosas e 1 templo de culto não católico.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Várias manifestações de cunho religioso ocorrem no município; porém as que mais sobressaem são as festas consagradas a São José, padroeiro da cidade, e a do Divino Espírito Santo. A primeira é ali comemorada, anualmente, a 19 de março, e tem duração de dez dias, começando pelo novenário e encerrando-se com a tradicional procissão. A segunda não se realiza todo ano; entretanto quando a fazem, tem um programa deveras interessante; sua data é móvel e é festejada com procissão e grandes pompas, nela tomando parte várias personagens, que encarnam "imperador", "reis e rainhas", "alferes e mordomos", portando indumentárias típicas ou tradicionais. Também, as conhecidas "cavalhadas, simulando o combate de cristãos e mouros, e os chamados caboclos", são parte integrante dessas festividades que oferecem espetáculo interessante, pelo berrante de suas vestes e desenvoltura de suas coreografias. São três as procissões tradicionais realizadas em Carinhanha: a do seu padroeiro, São José, a do Divino Espírito Santo, ambas já descritas, e a "Procissão do Entêrro", esta realizada anualmente na noite de sexta-feira da Paixão.

Carinhanha tem, outrossim, o seu rito tradicional, que sòmente é observado por ocasião das sêcas prolongadas e se desenrola da seguinte maneira: reúnem-se mulheres e crianças em número nunca inferior a 30, e munidas de latas, baldes, e jarros vão ao rio, apanham água e vão despejá-la aos pés do "cruzeiro", entoando o bendito de São Rafael, cuja letra é a seguinte:

São Rafael, que morreu
La na serra,
Pedi a Nosso Senhor
Que nos dê chuva na terra. (Bis)

Chuva, na terra,
Por esmola...
Dai-nos pão,
Que nos consola.

Molhado o cruzeiro, munem-se todos de garrafa ou litro de vidro branco cheio de água, põem-no à cabeça e vão a um local, situado a nunca menos de seis quilômetros, trocar um santo, com a condição essencial de ser devolvido sòmente depois das chuvas.

Por fim, há a festa popular mais característica do município: é a denominada "reisado". Na fase do ano, entre 1.º e 6 de janeiro, é que se realizam as festas denominadas "rei do boi, "reisado de caixa" e "contradança". O primeiro é um conjunto de pessoas de ambos os sexos, que saem às ruas, dançando e entoando cânticos típicos ao som de caixa e instrumentos de corda; têm por motivo original a presença de uma armação de madeira e papel, em forma de boi, cujos movimentos lhe são dados por uma pessoa que saiba executar as danças tradicionais. O "reisado de caixa" é também um bloco de pessoas que, acompanhadas de viola e caixa, saem às ruas entoando cânticos e executando números de danças típicas. A exemplo dos dois primeiros, a "contradança" é formada também por pessoas de ambos os sexos, que vão às ruas ao som muito ritmado de instrumentos regionais, exibindo-se em números coreográficos interessante, quer pela uniformidade dos movimentos, quer pela cadência das palmas batidas, e, sobretudo, pela colocação dos dançantes, que mudam de posição sem se entrechocarem, nem perderem o ritmo da toada.

Prefeitura Municipal

Pôsto de Puericultura

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — Conta o município 6 150 eleitores inscritos, tendo votado nas eleições de 1954, 3 255 eleitores. A Câmara de Vereadores é composta de 8 membros. Em 1956, exerciam atividades no município 72 funcionários públicos, assim distribuídos: federais 29, estaduais 24, municipais 17 e autárquicos 2.

FINANÇAS PÚBLICAS — As finanças públicas municipais, apresentaram no período de 1950 a 1956 os valores descritos no quadro abaixo:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	139	333	203	244	375
1951	154	573	922	459	780
1952	221	477	880	509	833
1953	245	447	1 128	509	1 058
1954	342	670	1 242	612	929
1955	513	1 136	1 351	393	1 564
1956	456	1 366	1 559	396	1 586

JUSTIÇA — Pela Lei provincial n.º 6, de 2 de maio de 1835, Carinhanha passou a têrmo da comarca de Urubu (Urubu, antigo nome de Rio Branco ou, atualmente, Paratinga).

A comarca de Carinhanha, composta pelos têrmos dêste nome e pelo de Rio das Éguas, foi criada pela Resolução provincial n.º 1 311, de 28 de maio de 1873, que extinguiu a de Monte Alto, criada pela Lei provincial n.º 809, de 11 de junho de 1860, e consta do têrmo do mesmo nome e do de Carinhanha, desmembrado êste da comarca de Urubu.

Foi extinta pela Lei estadual de 3 de agôsto de 1892, que criou a divisão judiciária, passando a têrmo da comarca de Monte Alto, restaurada esta pela Lei provincial número 1 997, de 9 de julho de 1880.

Em 1898, através da Lei estadual n.º 280, de 8 de setembro, foi a comarca de Carinhanha restaurada e constituída pelos têrmos de Carinhanha e Bom Jesus da Lapa. Êste último foi transferido para a de Urubu. Na divisão judiciária de 1904, Carinhanha ficou integrada pelo têrmo do mesmo nome e pelo de Monte Alto (comarca extinta pelo Decreto n.º 266, de 4 de outubro de 1904). A comarca de Monte Alto foi mais uma vez restaurada pela Lei estadual n.º 1 119, de 21 de agôsto de 1915, e esta mesma Lei 1 119 extinguiu a comarca de Carinhanha que passou a têrmo da de Rio Branco (ex-Urubu), onde permaneceu até 1943, quando passou a têrmo da comarca de Bom Jesus da Lapa, criada naquele ano pelo Decreto-lei n.º 141, de 31 de dezembro, retificado pelo Decreto n.º 12 978, de 1.º de junho de 1944.

Por fim, pelo Decreto-lei estadual n.º 512, de 19 de junho de 1945, foi a comarca de Carinhanha mais uma vez restaurada e composta ùnicamente pelo têrmo do mesmo nome. Entretanto, como até o presente não se investiu nessa função jurídica, Carinhanha continua pertencendo, de fato, ao têrmo da comarca de Bom Jesus da Lapa.

Conta 12 cartórios, sendo 5 do Registro Civil. O total de feitos julgados em 1956 foi de 18, todos correspondentes ao cível.

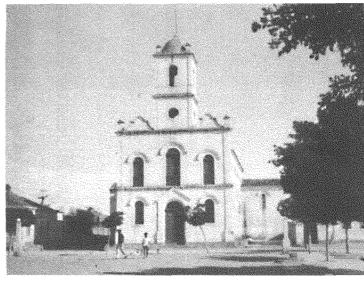
OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os nascidos no município são denominados "carinhanhenses". A origem e significado do nome Carinhanha provém da linguagem indígena *carunhanha,* isto é: "loca de sapo" ou *carunhennha,* espécie de aves que abundavam na região em eras remotas.

O Prefeito em exercício é o Sr. Francisco Lacerda Pinto, e o presidente da Câmara é o Sr. José de Oliveira Lisboa.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística, por Jehovah de Andrade Campos. — Chefe da Agência Municipal de Estatística: Edmar Alves Pinto.)

CASA NOVA — BA

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — A origem histórica de Casa Nova, como de alguns municípios do sertão baiano, é mais fundada na tradição do que mesmo na documentação que, como se sabe, se acha esparsa e perdida nos antigos cartórios da região do São Francisco. Sabe-se, porém, que as terras que margeiam e servem de leito ao riacho da Casa Nova, afluente do rio São Francisco, eram ricas em cloreto de sódio, cujas minas, segundo se presume, foram descobertas em princípio do século XIX. Êsse descobrimento concorreu para que, nas terras da Fazenda "Riacho da Casa Nova", de propriedade do capitão José Manuel Viana, na margem esquerda do rio São Francisco, no ponto de concluência do riacho da Casa Nova, a vinte e cinco léguas abaixo do Remanso, surgisse uma povoação que ràpidamente se tornou conhecida em virtude do progresso e do desenvolvimento do seu comércio, particularmente o de cabotagem, que tinha no sal o mais importante gênero de exportação, sendo seu principal comprador o comércio de Januária, no Estado de Minas Gerais. Também, naquela época, já era grande a afluência de sertanejos procedentes do estado do Piauí, que iam àquele povoado vender suas boiadas e abastecer-se de gêneros de primeira necessidade. A essa altura, a povoação já possuía várias benfeitorias, inclusive a sua capela, erigida sob a invocação de São José, a mando do capitão José Manuel Viana, ainda no princípio da povoação. Todos êsses fatôres concorreram para que, através da Lei provincial número 1 265, de 3 de abril de 1873, fôsse o arraial de "São José do Riacho de Casa Nova" elevado à categoria de freguesia, com o mesmo nome e desligado, portanto, da freguesia de Santo Antônio do Remanso do Pilão Arcado, à qual pertencia a capela. A freguesia de São José conheceu o seu primeiro vigário na pessoa do padre Roberto José da Costa Cerqueira, nomeado por Decreto de 10 de junho de 1874. No ano de 1879, foi a sede da freguesia elevada à categoria de vila, com o nome de "Vila de São José da Casa Nova", por fôrça da Lei provincial número 1 873, de 20 de junho daquele ano, que também criou o município do mesmo nome, com território desmembrado do de Remanso. O seu funcionamento sòmente se verificou a 15 de novembro de 1888. Sua denominação atual provém do Decreto número 7 479, de 8 de julho de 1931, que simplificou para Casa Nova o nome do município. A vila recebeu foros de cidade em virtude do estabelecido pelo Decreto-lei número 10 724, de 20 de março de 1938.

Igreja Matriz

A constituição atual dos distritos municipais, de acôrdo com a Lei estadual número 628, de 30 de dezembro de 1953, em vigor, é a seguinte: Casa Nova, Bem-Bom, Luís Viana, Pau-a-Pique e Sobrado.

LOCALIZAÇÃO — O município de Casa Nova localiza-se na Zona Fisiográfica do Baixo Médio São Francisco, estando o seu território totalmente incluído no "polígono das sêcas". Está situado à margem esquerda do rio São Francisco e limita-se ao norte com os municípios de São Raimundo Nonato e São João do Piauí, do estado do Piauí; ao sul pelos municípios do Juàzeiro e Sento Sé, a leste pelo muni-

cípio de Petrolina, estado de Pernambuco, e ainda Juàzeiro, na Bahia; e a oeste com o município do Remanso. As coordenadas geográficas da sede municipal são as seguintes: 9° 25' 02' de latitude Sul e 41° 08' 08" de longitude W. Gr. Rumo N. N. O. da capital do Estado à sede municipal, da qual dista, em linha reta, 465 quilômetros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 380 metros.

ÁREA — A área é de 9 054 km², o que lhe dá uma posição de relêvo como município de grande extensão territorial no Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O município é bem acidentado. Várias serras estão localizadas no seu território, entre elas as do Chôro, do Poço, de São Miguel, da Mata, da Mandaçaia, do Ouricuri, Branca e da Cachoeira. É banhado na direção oeste-leste, pelo rio São Francisco, que o separa do município de Sento Sé, sendo cortado, nas mais variadas direções, por inúmeros riachos, notadamente os da Casa Nova, do Mocó, do Algodão, do Ouricuri, da Cruz das Almas e outros, os quais, recebendo a contribuição de inúmeros outros riachos (afluentes), vão desembocar no rio São Francisco. Também várias ilhas estão compreendidas no seu território. Além de outras, citam-se as de Bem-Bom, Pau-a-Pique, Urucó, Casa Nova, Santana e Ilha Grande, que estão localizadas no rio São Francisco. A cachoeira do Sobradinho, localizada no Sobradinho — distrito de Sobrado — é também um acidente digno de realce, possuindo mesmo potencial hidráulico, cujo aproveitamento está sendo estudado pelos podêres públicos. Por fim, anotamos a presença de duas lagoas importantes, que são as do Curralinho e a de Picos.

CLIMA — O clima é o típico da região, pois apresenta-se quente no verão e fresco e sêco no inverno. Tomando por base o ano de 1956, foi a seguinte a temperatura registrada na sede municipal: média das máximas, 32°C, média das mínimas, 24°C, e média compensada, 27°C.

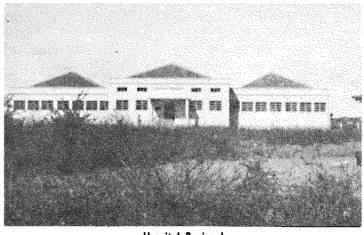
RIQUEZAS NATURAIS — A cêra de carnaúba constitui uma das grandes riquezas naturais de origem vegetal; também o é a fibra de caroá. Várias qualidades de plantas medicinais se encontram na sua flora.

A fauna não é rica; entretanto, nela se encontram espécies de seriema, tatu, ema, caititu e várias outras de animais silvestres. A pesca de surubim, curimatã, dourado, piranha e inúmeras outras qualidades de peixes constitui importante riqueza natural. À exceção da pedra para construção, nada mais existe, de origem mineral, que mereça referência.

POPULAÇÃO — Segundo dados fornecidos pelo Recenseamento Geral de 1950, a população do município, naquele ano, era de 29 073 habitantes, sendo 14 192 homens e 14 881 mulheres, com predomínio dos de côr branca, que somavam 13 459, contra 12 760 de pardos, 2 815 de pretos e 39 não especificados. Quanto ao estado civil, os casados constituem maioria, com 8 831, contra 5 597 solteiros; os viúvos e desquitados somavam 1 176 e 1, respectivamente. A maior concentração demográfica provinciana está localizada na zona rural, cuja base percentual é de 86,3%.

Aglomerações Urbanas — Em 1950, era de cinco o número de aglomerações urbanas, com a seguinte população: cidade de Casa Nova 1 271, habitantes, Bem-Bom 557, Luís Viana 54, Pau-a-Pique 853 e Sobrado 1 262 habitantes.

Outras Aglomerações — Além das cinco aglomerações urbanas acima citadas, o município conta ainda os 8 povoados abaixo, com suas populações, estimadas para 1957: Barra da Cruz 343 habitantes, Jibóia 90, Intãs 285, Lago 230, Ouricuri 235, Pau Branco 180, Poço da Pedra 168 e Queimadas 300.

ATIVIDADE ECONÔMICA — O Recenseamento Geral de 1950 revela-nos que 37,6% das pessoas em idade ativa (10 anos e mais) estão ocupadas no ramo "agricultura, pecuária, silvicultura". A principal atividade econômica local é a criação do gado, pois a população pecuária da Casa Nova foi estimada, em 1956, em 40 000 cabeças de bovinos, 3 000 de ovinos, 63 000 de caprinos, 20 000 de suínos, 6 200 de asininos, 3 100 de eqüinos e 1 330 de muares; êstes dados demonstram a expressão da sua economia nesse ramo de atividade, que é a pecuária. Casa Nova tem

Hospital Regional

como principal importador o estado de Pernambuco, sendo o pôrto de embarque a cidade de Petrolina, naquele estado.

A agricultura figura em segundo lugar como fator econômico, no município. A sua produção, em 1955, elevou-se a 1 662 milhares de cruzeiros, contribuindo a produção de mandioca com maior parcela, ou seja, 560 milhares de cruzeiros, vindo em segundo plano o algodão herbáceo, a batata-doce, a cana-de-açúcar, o feijão, a cebola e outros.

A atividade industrial de maior importância econômica é a indústria extrativa, que tem na cêra de carnaúba o seu principal produto. Em seguida temos a exploração da pesca. Há fabrico rudimentar da rapadura, da farinha de mandioca, da cal, da manteiga e desfibramento de caroá. De origem animal, extraem-se o mel e a cêra de abelha. O artesanato é pouco desenvolvido. A única atividade artesanal na comuna manifesta-se através da fabricação de cordas de fibras de caroá, cujo comércio é feito nas feiras e armazéns. O valor englobado da produção industrial elevou-se, em 1955, à soma de 2 653 milhares de cruzeiros.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município liga-se à capital Federal através de rodovia .... (2 307 km) e por via flúvio-ferroviária (2 302 quilômetros); à capital do Estado, rodovia (663 km), às cidades vizinhas de Juàzeiro, por via fluvial (40 mi), ao Remanso por meio de rodovia (117 km) e por via fluvial (69 mi), e a Sento Sé, por via fluvial (15 mi). Liga-se ainda às cidades de Petrolina (Pe) por via fluvial (75 km); São João do Piauí (PI) por via mista (fluvial 127 km e rodovia 204 quilômetros) e S. Raimundo Nonato (PI) por via rodoviária (230 quilômetros). É servido pelas emprêsas fluviais Viação Baiana do São Francisco, Comissão do Vale do São Francisco (antiga Companhia Indústria e Viação de Pirapora) e Navegação Mineira do São Francisco.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio de Casa Nova mantém transações com as praças de Petrolina, no estado de Pernambuco, e Juàzeiro, no da Bahia, de onde importa os gêneros de primeira necessidade para o seu consumo próprio. Existem no distrito-sede 51 estabelecimentos comerciais varejistas, e no ano de 1956 o giro comercial elevou-se à casa dos 25 225 milhares de cruzeiros. As transações bancárias são efetuadas nos municípios vizinhos, visto que apenas há um correspondente em todo o território de Casa Nova. O salário-mínimo oficial está fixado em 2 000 cruzeiros .

ASPECTOS URBANOS — A sede do município está situada à margem esquerda do rio São Francisco, junto à confluência do riacho da Casa Nova, e apresenta-se com uma topografia bastante acidentada, estando edificada em três elevações, das quais a principal é a do centro, por ser a mais bem urbanizada que correm paralelas ao rio. Entre uma e outra elevações há uma várzea que se comunica com o riacho, sendo a passagem entre as duas partes da cidade efetuada através de alvenaria, em forma de ponte. Nela encontramos as duas artérias principais, que são a Rua Hermógenes Viana e a Praça da Matriz. O traçado urbanístico não obedece à técnica moderna. Possui um bom cais de atracação, que, entretanto, só é utilizado por ocasião das cheias, quando as águas do rio o atingem. Quando estas recuam, o pôrto usual é o da ilha da Casa Nova, onde podem ancorar os barcos de maior calado. Conta a Cidade com 19 logradouros, dos quais 4 arborizados e 14 com iluminação. Esta, no setor domiciliar, abrange o total de 107 prédios dos 342 existentes. Há apenas um cinema, localizado na sede, que funciona periòdicamente, e uma agência do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Algumas entidades prestam assistência médico-sanitária à população, entre elas o Departamento Nacional de Endemias Rurais, através do Setor número 11, que mantém postos localizados na sede e vilas do Sobrado e Pau-a-Pique, o Pôsto de Higiene do Estado e o Pôsto de Puericultura. Existe ainda o Hospital Regional, por inaugurar. Apenas um médico e um farmacêutico exercem a profissão na cidade, que conta com uma farmácia.

Rua Hermógenes Vieira

ASSISTÊNCIA SOCIAL — A Conferência Vicentina socorre os pobres, principalmente prestando assistência a infantes e gestantes.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com as informações censitárias de 1950, a população de 5 anos e mais era de .. 23 811 habitantes, compreendendo 11 514 homens e 12 227 mulheres, dos quais sabiam ler e escrever 6 064, ou seja, .. 25,5% cabendo a primazia ao sexo masculino com 3 528, contra 2 536 do sexo feminino.

Ensino — O número de estabelecimentos que ministram o ensino fundamental comum no município é satisfatório, uma vez que, em 1956, havia 44 escolas, sendo que 17 eram mantidas pelo govêrno do Estado e 27 pelo do município. A matrícula efetiva, naquele ano, atingiu cêrca de 1 600. O Grupo Escolar Conselheiro Luís Viana é o principal estabelecimento de ensino.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Casa Nova carece de outras entidades culturais a não serem as duas bibliotecas, que são a Municipal e a da Associação Cultural da Casa Nova, aquela com um acervo de 1 527 volumes e esta com um de 1 096.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — A Cachoeira do Sobradinho é aspecto natural que constitui motivo de turismo, sendo visitada anualmente por grande número de pessoas.

CULTOS RELIGIOSOS — A Paróquia de São José da Casa Nova está subordinada à Diocese da cidade de Barra;

além da igreja matriz, conta ainda com 16 capelas públicas e 3 semipúblicas.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — Das manifestações religiosas, a que mais sobreleva é a comemorada anualmente em 19 de março, dia consagrado a São José, Padroeiro da Casa Nova, cujo programa, que obedece às normas costumeiras, se encerra com a tradicional procissão e com as festas do largo, que tomam maior vulto e adquirem brilho com a afluência de pessoas procedentes da zona rural. Os festejos populares encontram aí a maior receptividade. São vários os folguedos realizados anualmente, sob as mais diversas denominações: "presepe", "reisado", "terno", "roda de São Gonçalo" e "samba de matuto", numa demonstração viva do folclore dos casa-novenses, quase exatamente o mesmo das populações vizinhas. As três primeiras festas são feitas entre os meses de dezembro e janeiro. Embora diferentes no motivo, nas cantorias, nos trajes e no acompanhamento musical, são tôdas elas formadas por grupos de pessoas de ambos os sexos que percorrem as ruas principais do lugar, sendo que umas se encerram com dança em casa de família, enquanto outras se dissolvem comumente após retornarem ao ponto de origem.

A "roda de São Gonçalo" é realizada em qualquer dia do ano e tem como motivo a paga de promessa que se faz ao glorioso santo. O local é a casa do "agraciado", que reúne pessoas e, com elas, comemora o fato ao ar livre, no terreiro, com danças típicas (espécie de quadrilha) e rodas, ao som de cânticos regionais acompanhados por palmas e instrumentos típicos: a viola, o pandeiro, etc.

O "samba matuto" é realizado samanalmente (aos sábados) em casa de família, e nada mais é do que um grupo de pessoas que sambam durante tôda a noite, ao som dos batuques (pandeiro, tamborim, caixões), entoando cânticos apropriados.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O número de eleitores inscritos no município ascende a 6 236; mas votaram, nas eleições de 1954, apenas 3 409, havendo portanto grande abstenção. A Câmara de Vereadores é composta de 12 edis. Em 1956, era de 91 o número de funcionários públicos que exerciam suas atividades no município, compreendendo 15 federais, 55 estaduais, 20 municipais e 1 autárquico.

FINANÇAS PÚBLICAS — O demonstrativo abaixo apresenta o movimento das finanças públicas locais relativas ao período 1950 — 1956 :

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	201	327	668	125	605
1951.......	259	437	552	132	562
1952.......	265	328	1 021	107	638
1953.......	287	406	929	147	1 234
1954.......	264	656	891	192	763
1955.......	386	1 129	1 073	236	768
1956.......	465	1 268	896	212	777

JUSTIÇA — Pela Lei provincial número 2 682, de 1.° de julho de 1889, que criou a comarca de Remanso do Pilão Arcado, Casa Nova, que era têrmo da comarca do Xique-Xique, passou a têrmo daquela. Uma comarca com o nome de Salinas e com sede em Casa Nova foi criada pela Lei estadual número 28, de 6 de setembro de 1898, composta pelos têrmos de Riacho de Casa Nova, Salinas e Sento Sé. Supressa esta pela Lei número 561, de 30 de agôsto de 1904, aparece Casa Nova, no Decreto número 266, de 4 de outubro do mesmo ano, como têrmo da comarca do Remanso. Restaurada aquela em 1922, foi novamente suprimida em 1928, passando dessa vez a têrmo da comarca de Juàzeiro. Por fim, no quadro da divisão judiciária e administrativa do Estado, fixado pelo Decreto-lei estadual número 141, de 31 de dezembro de 1943, modificado pelo Decreto estadual número 12 978, de 1.° de junho de 1944, o têrmo de Casa Nova passou, juntamente com o têrmo de Sento Sé, a constituir a recém-criada comarca de Casa Nova. Em virtude de haver sido criada a comarca de Sento Sé conforme o Decreto-lei número 519, de 19 de junho de 1945, ficou a de Casa Nova formada apenas pelo têrmo do seu nome, abrangendo conseqüente e ùnicamente o seu território e na categoria de comarca de 1.ª entrância. É de 8 o número de cartórios existentes, sendo que 5 correspondem ao Registro Civil. Os feitos julgados em 1955 corresponderam a 39, compreendendo 30 cíveis, 4 criminais e 5 de outras naturezas:

VULTOS ILUSTRES — *Luís Viana* — (1846-1920) — Diplomado pela Faculdade de Direito do Recife, foi promotor no Xique-Xique. Ingressando na magistratura, foi nomeado Juiz de Direito e transferido mais tarde para Santa Cristina do Pinhal, no Rio Grande do Sul, Tempos depois, ei-lo Juiz de Direito da Mata de São João e posteriormente Juiz de Órfãos em Salvador. Proclamada a República, foi eleito senador constituinte e presidente do Senado. Desembargador do Tribunal de Apelação, foi escolhido seu presidente. Em 1896, foi eleito governador do Estado da Bahia.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os nascidos na comuna são denominados "casa-novenses". O topônimo originou-se do nome da fazenda "Riacho da Casa Nova", local onde nasceu a cidade. O Prefeito em exercício, sufragado no último pleito, é o Sr. Osvaldo Santos. O Legislativo Municipal tem como presidente o Sr. Pedro Braga, eleito para o período iniciado em 7 de abril de 1957.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística, por Jehovah de Andrade Campos. — Chefe da Agência Municipal de Estatística: Gersonito dos Anjos Cerqueira.)

CASTRO ALVES — BA

Mapa Municipal no 5.° Vol.

HISTÓRICO — No princípio do século XVIII, a sesmaria do Aporá foi desmembrada em duas, uma das quais doada a João Evangelista de Castro Tanajura.

O donatário em causa, para colonizá-la, procurou pessoas de recursos nos mais diversos lugares, distribuindo-lhes terras do seu vasto domínio, com a condição de nelas iniciarem plantações, construírem moradias e currais.

Coube ao capitão-mor Antônio Brandão Pereira Marinho Falcão a primeira destas penetrações e estabelecer a construção da casa-sede da fazenda e currais, no local on-

de se ergue a cidade, nascente do rio Jaguaribe, à margem da estrada das boiadas de Minas Gerais para Feira de Santana. Tratou do desbravamento das matas, da plantação de cana-de-açúcar, construção de engenhos e da criação de gado. Estabeleceu, assim, a fazenda "Curralinho".

Não foi fácil ao desbravador a sua missão. Teve êle de suportar grandes combates com os índios "sabujás" e "cariris", descendentes dos tupinambás, que assolavam a povoação nascente e circunvizinhanças. Distava a taba dêsses indígenas cêrca de 10 quilômetros da sede da fazenda "Curralinho", em direção S. O.; mudaram-na para a serra do Guariru, 5 quilômetros adiante, nas nascentes do rio Tocaias, próximo a Pedra Branca, povoado da antiga Gibóia (hoje Santa Teresinha), em face das constantes refregas mantidas contra os indígenas. Nesta tarefa de combate ao gentio, encontrou bons auxiliares no capitão Francisco Rebelo, no alferes Francisco Miguel Fernandes dos Santos (agricultores), em José Marinho Estevam da Cunha (industrial com distilaria no Engenho "Cabeça de Porco"), em José Bobre (da fazenda "Olhos d'Água"), em Francisco José Ferreira do Pindobal, e em outros proprietários, interessados todos na efetiva pacificação da região.

Não há certeza quanto à data do desaparecimento dos gentios citados; no entanto, sabe-se, por tradição, que o seu último chefe "baitinga" dirigiu-se para as matas da zona de Conqüista.

Muito influiu no progresso do povoamento o fato de ser pouso obrigatório de tropeiros que viajavam de São Félix e de outras localidades do recôncavo para as minas do rio das Contas, adjacências e Estado de Minas Gerais. Também facilitou o seu desenvolvimento a existência de "pequenos currais", onde o gado, vindo de Minas Gerais pela estrada das boiadas (Minas Gerais a Feira de Santana), pernoitava no seu trânsito. A influência dos boiadeiros e condutores de gado na evolução do povoado ficou gravada no nome do seu primeiro arruado: Rua dos "Mineiros", hoje Quintino Bocaiúva, edificada quase nos fundos da casa da fazenda "Curralinho".

O território do município foi desbravado pelos colonizadores, com resultados favoráveis, tanto que, em 1818, o sábio Von Martius, no seu livro "Viagem pelo Brasil", registra: "respirando mais livremente em uma região descampada e agradável, cuja vegetação o saudava em traje de primavera, anunciando-lhe a cultura e população sempre crescente — uma grande cidade".

Na capela existente na fazenda, foi criada, pela Resolução provincial número 1 334, de 28 de junho de 1873, a freguesia, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição de Curralinho, com sede no arraial de igual nome e instalação a 8 de dezembro de 1875, tendo sido o seu primeiro Vigário, o P.e Feliciano Cândido Rodrigues.

A citada Lei 1 334, também criou o distrito de Curralinho. Em 13 de agôsto de 1875, foi criada a Freguesia de Santo Antônio do Arguim, instalada a 8 de dezembro de 1875, servindo como primeiro Pároco, também, o Padre Feliciano Cândido Rodrigues.

Pela lei provincial número 1 987, de 26 de junho de 1880, foi o arraial de Nossa Senhora da Conceição de Curralinho elevado à categoria de vila, ocorrendo a instalação solene a 11 de janeiro de 1883, em sessão realizada na residência do coronel Antônio Alexandre de Sousa Ribeiro, presente o Dr. Francisco Maria d'Almeida, Presidente da Câmara Municipal da heróica cidade de Cachoeira, que a presidiu e deu posse aos vereadores da nova vila.

A mesma Lei 1 987, assinada pelo bacharel Antônio de Araújo Aragão Bulcão, criou o município de Curralinho, desmembrado do de Cachoeira, datando sua instalação do dia de instalada a vila, constituído das freguesias de Nossa Senhora da Conceição de Curralinho e Santo Antônio do Arguim.

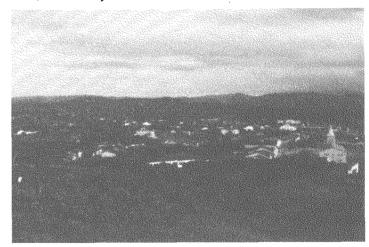
A sede do município obteve foros de Cidade em virtude da Lei estadual número 88, de 22 de junho de 1895.

O topônimo municipal "Curralinho" fôra alterado para Castro Alves, inclusive a sede municipal, por efeito da Lei estadual número 360, de 25 de julho de 1900, como homenagem ao grande poeta baiano.

Na divisão administrativa referente a 1911, o município de Castro Alves figura com três distritos: Castro Alves, Sítio do Meio (criado em 1891) e Santo Antônio do Argoim (antes o topônimo dêste último era então grafado Arguim).

Em razão da Lei estadual número 1 816, de 31 de julho de 1925, Castro Alves adquiriu o distrito de Sururu, hoje Crussaí, desligado do município de Afonso Pena, atual Conceição do Almeida.

Na divisão administrativa de 1933, figura o município de Castro Alves com os quatro seguintes distritos: Castro Alves, Sítio do Meio, Santo Antônio do Argoim e Sururu.

Nas divisões administrativas seguintes, datadas de .. 31-XII-1936 e 31-XII-1937, êle se compõe dos seguintes distritos: Castro Alves, Santo Antônio do Argoim, Sítio do Meio, Sururu e Capela do Coração de Jesus (criado em 25-III-1935).

Vista parcial da cidade

Segundo o quadro anexo ao Decreto-lei estadual número 10 724, de 30 de março de 1938, os distritos componentes do município são os seis seguintes: Castro Alves, Capela do Coração de Jesus, Santo Antônio do Argoim, Sítio do Meio, Sururu e Taboleiro, (criado em 23-X-1935), permanecendo com essa mesma constituição no quadro territorial do Estado, vigente no qüinqüênio 1939-1943, fixado pelo Decreto estadual número 11 089, de 30 de novembro de 1938, apenas com alteração toponímica dos distritos de Santo Antônio do Argoim e Capela do Coração de Jesus, que, passaram a denominar-se, respectivamente, Argoim e Coração de Jesus.

De acôrdo com o quadro da divisão territorial judiciário-administrativa do Estado, fixado pelo Decreto-lei estadual número 141, de 31 de dezembro de 1943, para vigorar no qüinqüênio 1944-1948, e retificado pelo Decreto estadual número 12 978, de 1.º de junho de 1944, o município de Castro Alves é formado pelos distritos de Castro Alves, Argoim, Paratigi (ex-Coração de Jesus), Sítio do Meio, Sururu e Taboleiro do Castro (ex-Taboleiro).

Em 22 de dezembro de 1953, foi criado o distrito de Petim, pela Lei estadual número 423.

Na divisão administrativa baixada com a Lei 628, de 30 de dezembro de 1953, para o qüinqüênio 1954-1958, o município está composto dos sete distritos seguintes: Castro Alves, Argoim, Crussaí (a sede do distrito de Sururu foi transferida para o povoado de São Roque, ficando o distrito com a designação de Crussaí), Paratigi, Petim (ainda não instalado), Sítio do Meio e Tabuleiro do Castro.

LOCALIZAÇÃO — O município fica localizado na Zona Fisiográfica de Feira de Santana, estando o seu território totalmente incluído no "polígono das sêcas".

Limita com os municípios de Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Ipirá, Sapeaçu, Muritiba, Santa Teresinha, Santo Antônio de Jesus e Santo Estêvão.

As coordenadas geográficas da sede municipal são: 12º 45' 36" de latitude Sul e 39º 25' 43" de longitude W. Gr. Rumo em direção da Capital do Estado para o município, O. N. O., e distância em linha reta, 99 quilômetros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 260 metros. O Conselho Nacional de Geografia fêz recentes levantamentos em trecho da estrada de rodagem Jequié—Feira de Santana encontrando altitude variando entre 159,2711 metros a 216,0445 metros.

ÁREA — A área do município é de 2 201 km².

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — A topografia municipal apresenta aspecto montanhoso ao sul e a sudoeste; ligeiramente ondulado nas áreas de caatingas, ao norte e nordeste e planas na zona de transição chamada "beira campo".

Igreja N. S.ª da Conceição

Serras — Há a cadeia da serra do Gariru, ao sul e sudoeste, variando as altitudes de 400 a 500 metros, com os principais picos: Gariru, Caixão, Papagaio, Hermenegilda, Pelado, Bocaina, José Antônio, Pancada, Sururu, Braga, Oiti, e outras. Também a da Serra dos Três Oiteiros, ao norte, com as principais elevações nos picos de Três Oiteiros, Raspador, Arará, Sítio Novo, Morro Grande, etc.

Rios — O principal é o Jaguaripe, cuja nascente está no perímetro urbano da cidade, banha diversos municípios e desemboca no Atlântico. Recebe como tributários, durante o seu percurso no território dêste município, dentre outros os seguintes: Mucambo, Sururu, Barra etc. Outro importante rio é o Paraguaçu, que nasce na Chapada Diamantina, e banha cêrca de 20 quilômetros do território municipal, recebendo, então, diversos afluentes, dentre os quais os rios do Peixe, Poço, Paratigi e Barra.

Cachoeiras — Há duas quedas d'água, nos rios Engenho Novo e Pancada, estimando-se em 175 H.P. o potencial de cada uma; ambas ainda não aproveitadas.

Há um açude público com a capacidade calculada em 120 000 m³.

RIQUEZAS NATURAIS — Há madeiras como peroba, pau d'arco, pitiá, cedro, vinhático e outras. Há também abundância de plantas medicinais. Quanto a ocorrências minerais, encontram-se minas de cobre, jazidas de cristal de rocha, grafita e manganês, inexploradas tôdas.

Abunda o peixe no rio Paraguaçu. Na sua fauna são encontrados o veado, o tatu, o gato-do-mato, periquitos, perdizes, papagaios e outros espécimens.

POPULAÇÃO — De acôrdo com registros do Censo de 1950, a população do município é de 38 912 habitantes; sendo 18 722 homens e 20 190 mulheres. Para cada grupo de 100 homens há equivalência de 108 mulheres. Nessa população predominam os pardos com 21 480 indivíduos, vindo a seguir 10 154 pretos.

Da população de 15 anos e mais, há predominância de 11 032 solteiros, seguindo-se 9 655 casados, 1 419 viúvos e 7 desquitados. Densidade demográfica de 17,8 habitantes por quilômetro quadrado.

A maioria dos habitantes achava-se localizada no quadro rural, representando 80% do total.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Em 1950 existiam seis aglomerações urbanas, com os seguintes números de habitantes: cidade de Castro Alves (com 6 479) e vilas de Argoim (com 467), Paratigi (com 418), Sítio do Meio (com 164), Sururu (com 9) e Taboleiro do Castro (com 136 habitantes). Em 1953, foram criadas as vilas de Crussaí e Petim, tendo a população estimada de, respectivamente, 200 e 250 pessoas. A vila de Sururu foi extinta naquele ano.

OUTRAS AGLOMERAÇÕES — Registram-se doze povoados no município. Com mais de 300 habitantes, aparece apenas o denominado "2 de julho"; com mais de 200 habitantes os de São Roque do Paratigi e Genipapo; com menos de 200 hab., os de Pôrto da Passagem, Salgado e Sítio do Destêrro. Os demais têm população abaixo de 100 habitantes.

ATIVIDADE ECONÔMICA — Do total da população em idade ativa, de 10 anos e mais (censo de 1950), 40% estão ocupados no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura", num total de 10 905 pessoas, das quais 8 705 homens.

Agricultura — A atividade fundamental à economia do município é a agricultura cuja produção, em 1955, foi expressiva, e alcançou a casa dos quarenta milhões de cruzeiros.

Prefeitura Municipal

Aparece como principal produto o fumo em fôlha, com 2 550 toneladas, alcançando a cifra de vinte e oito mil e novecentos milhares de cruzeiros, o que corresponde a 75% do valor total da produção agrícola do município, sendo um dos principais produtores do Estado. Em ordem de valor, o café e a mandioca se colocam no segundo e terceiro lugares com, respectivamente, 4 505 sacos de 60 quilos, por 5 045 milhares de cruzeiros, e 17 400 toneladas de mandioca, no valor de 2 811 milhares de cruzeiros. Produz, ainda, abacate, abacaxi, abóbora, banana, batata, cana-de-açúcar, mamona em baga, sisal, etc.

Situa-se nos arredores da cidade de Castro Alves a Estação Experimental de Tamareiras, para experimentação e fomento da citada cultura. A sua instalação verificou-se em 1939.

Pecuária — A pecuária compreende as atividades de cria "nas caatingas" e engorda na "zona da mata", sobressaindo o gado bovino com 23 000 cabeças. Os demais efetivos pecuários estão assim distribuídos: 15 020 caprinos, ... 14 800 suínos, 3 800 ovinos, 2 420 asininos, 218 muares e 2 160 eqüinos.

Indústria — O valor total da produção industrial, em 1955, atingiu 13 132 milhares de cruzeiros. Sobressai o grupo de gêneros alimentícios com 9 086 milhares de cruzeiros, sendo o principal produto a farinha de mandioca, com 53 790 sacos e valor de 6 520 milhares de cruzeiros.

Produz, ainda, arreios e selas de montaria, bebidas, café torrado e moído, fibra de sisal, calçados, carvão vegetal, sabão, telhas, tijolos e charutos.

Artesanato — Há atividade ligada a "bordados", exercida por cêrca de uma centena de mulheres, e fabricação doméstica de charutos.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade é servida pela Viação Férrea Federal Leste Brasileiro. A estação de Castro Alves foi inaugurada a 23 de dezembro de 1881. O município conta também com as estações de Petim e Genipapo e os pontos de Cruz Medrado e Candeal.

Passa pela cidade a rodovia Bahia—Espírito Santo, através de ramal. Atravessa o município a Rio—Bahia.

A Emprêsa "Sertaneja", de ônibus, tem sede na cidade.

Está ligado aos municípios vizinhos: Conceição do Almeida, rodovia (40 km); Cruz das Almas, ferrovia (47 quilômetros) e rodovia (45 km); Ipirá, rodovia (85 quilômetros); Muritiba, ferrovia (62 km); e rodovia (66 quilômetros); Santa Teresinha, ferrovia (16 quilômetros); e rodovia (16 km); Santo Antônio de Jesus, rodovia (71 quilômetros); Santo Estêvão, rodovia (61 km); Sapeaçu, rodovia (36 km). Com a Capital do Estado, por estrada de ferro (206 km) e por estrada de rodagem (241 km) e com a Capital Federal, ferrovia (2 026 km) e rodovia (1 515 quilômetros). Possui um campo de pouso. De vias de comunicação, a cidade conta apenas com Agência postal-telegráfica do D. C. T. As estações ferroviárias (V.F.F.L.B.) da cidade, de Petim e de Genipapo aceitam telegramas para tôda a rêde e trabalham em tráfego mútuo com o telégrafo nacional.

COMÉRCIO E BANCOS — Em 1955, achavam-se no município 113 estabelecimentos, dos quais dois grossistas, com o giro total de 63 836 milhares de cruzeiros.

Em 1956, na cidade, localizavam-se 88 estabelecimentos retalhistas e 2 grossistas, elevando-se o giro comercial em todo o município, a 86 825 milhares de cruzeiros, o que lhe dá relêvo no comércio do interior do Estado.

O principal produto de comércio é o fumo em fôlha. Encontram-se importantes armazéns de compra, das principais firmas exportadoras do Estado. O município importa tecidos, calçados, drogas e produtos químicos, ferragens, louças, etc. e exporta fumo em fôlha beneficiado, feijão, milho, farinha de mandioca e café.

Mantém o seu comércio relações mais ativas com as praças de Salvador, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Feira de Santana, São Félix e Cruz das Almas.

Antes mesmo da criação da freguesia, por volta de 1873 já se realizava a feira semanal com abundância de gêneros alimentícios, fumo e outros produtos agrícolas. No presente, a referida feira continua aos sábados, com a mesma função de centro distribuidor dos produtos, tanto do município, como dos vizinhos.

Há duas agências bancárias na cidade: a do Banco da Bahia S. A., inaugurada em 1.º de outubro de 1956, e a do Banco Econômico da Bahia S. A., em 4 de julho de 1956. Funciona uma Agência da Caixa Econômica Federal.

O salário-mínimo oficial está fixado em 2 200 cruzeiros.

ASPECTOS URBANOS — A cidade está situada em vasta planície, na encosta da serra do Gariru, rodeada de serrotes. Apresenta prédios públicos importantes, entre êles a Prefeitura Municipal e a Estação da V.F.F.L.B.

As praças Gal. Dionísio Cerqueira, Duque de Caxias e a Avenida Rafael Jambeiro são os principais, dos 70 logradouros. Há 19 ruas calçadas.

O abastecimento d'água está a cargo da Emprêsa Aquária de Castro Alves, desde 1892, do Govêrno Municipal. Há 21 logradouros com canalização e 364 prédios ligados à rêde distribuidora. A capacidade total dos dois reservatórios é de 170 m³. Mantém a Prefeitura lavanderia e banheiros públicos para atender às necessidades das populações residentes em bairros pobres.

Praça São José

Rua Marechal Lemos de Farias

A iluminação elétrica foi inaugurada a 4 de setembro de 1920; conta atualmente 357 ligações e está a cargo da Municipalidade. O total de prédios existentes na cidade é de 2 280.

É servida por Centro-telefônico da Cia. Energia Elétrica da Bahia, desde 3 de dezembro de 1937, sendo 20 o número de aparelhos, no ano de 1956. Foram registrados, em 1956, na Prefeitura Municipal, 14 automóveis e 21 caminhões.

Há 6 pensões com capacidade total para 120 hóspedes, e um cinema com lotação de 374 lugares.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — É prestada à população pelo Pôsto de Higiene do Govêrno Estadual, pelo Pôsto de Puericultura "Dr. Martagão Gesteira", e Maternidade "General J. C. Daltro", estabelecimentos particulares. O Departamento Nacional de Endemias Rurais presta assistência sanitária através do Setor 4, sediado em Muritiba, mantendo ainda um Pôsto de Assistência Médica e Profilaxia de Combate à Filariose. Exercem atividade no município 3 médicos, 2 dentistas, 3 farmacêuticos e 3 enfermeiros.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Castro Alves presta assistência aos pobres.

ALFABETIZAÇÃO — Os resultados do Recenseamento de 1950 revelaram que a população do município, de 5 anos e mais, era de 32 758 pessoas; dessas sabem ler e escrever 6 621 (3 678 homens e 2 943 mulheres), ou seja, aproximadamente 20%.

Na cidade há 5 565 pessoas de 5 anos e mais, das quais sabem ler e escrever 2 594, (1 200 homens e 1 394 mulheres).

ENSINO — Existiam, em 1956, 74 professôres para 63 unidades escolares do ensino primário fundamental comum; dêsse total, 25 estabelecimentos eram estaduais, 36 municipais e 2 particulares. A matrícula efetiva total elevou-se a 2 931, cabendo 1 295 aos estabelecimentos do Estado, 1 495 aos do município, e 141 a particulares.

Destacam-se, na cidade, as Escolas Reunidas "Eugênio Araújo".

Está situado na cidade o Ginásio "São José", particular, com 49 alunos matriculados, em 1956. No início do ano letivo de 1957, foram matriculados 59 alunos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existem três bibliotecas; uma, apenas, com mais de 1 000 volumes, a "Doutor Mário Augusto Teixeira de Freitas", da Agência de Estatística.

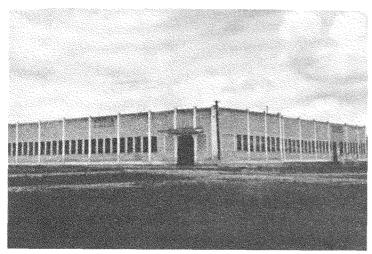
As duas associações culturais do lugar são de finalidades artístico-musical e recreativas: a Sociedade Filarmônica Bonfim, e a Lira Popular. Há um serviço de alto-falantes na sede municipal.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Distando 14 quilômetros da cidade, há a capela de São José, no povoado Genipapo, construída em 1704 pelos jesuítas, com notável serviço de talha e pintura da época.

Existe, também, na praça que tem o nome do homenageado, o busto de bronze, do General Dionísio Cerqueira.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Distante 18 km do centro da cidade encontra-se a represa da "Tucaia", uma realização de vulto que honra a engenharia nacional. As suas águas são utilizadas para o abastecimento da cidade e provêm do "Riacho da Tucaia", um curso d'água perene. As cascatas adiante formadas por êste riacho são de encantador aspecto.

CULTOS RELIGIOSOS — Está situada na sede municipal a paróquia consagrada a Nossa Senhora da Conceição, e, na vila de Argoim, a de Santo Antônio. Ambas estão subordinadas à diocese de Amargosa. Além das 2 igrejas matrizes, existem 5 igrejas e 18 capelas. Do culto não católico, há três templos protestantes e um espírita.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A principal festividade religiosa é a celebração da festa de Nossa Senhora da Conceição, em 8 de dezembro. Consiste em novenário, missa solene, com sermão, e a procissão, à tarde, percorrendo as principais ruas. Quanto a festas populares, a mais importante é a Micareta,

Casa de Saúde e Maternidade

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — Eram 6 942 os eleitores inscritos em 3 de outubro de 1954. Votaram no último pleito 4 311. Conta a municipalidade 12 vereadores em exercício.

Em 1956, a quantidade de funcionários civis, em exercício era a seguinte: 24 federais, 63 estaduais, 51 municipais e 6 autárquicos.

FINANÇAS PÚBLICAS — No período 1950-1956 as finanças públicas estão assim distribuídas:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	207	821	1 370	254	1 429
1951	213	1 317	1 307	448	1 135
1952	386	1 406	1 039	453	1 158
1953	464	1 613	1 527	607	1 434
1954	396	2 349	1 476	667	1 450
1955	430	3 102	2 083	904	2 018
1956	766	4 361	2 551	1 370	2 419

JUSTIÇA — O têrmo foi criado a 1 de junho de 1886, com dois juízes (órfãos e crime).

A criação da comarca data de 6 de setembro de 1898 pela Lei número 280, tendo sido desmembrada da de São Félix e formada por três têrmos: Curralinho, Afonso Pena (atual Conceição do Almeida) e Itaberaba.

O primeiro magistrado foi o Dr. Augusto Vergne de Abreu, de tradicional família baiana.

A Lei 360, de 22 de julho de 1900, mudou o nome da comarca de Curralinho para Castro Alves.

De conformidade com as divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, e o quadro anexo ao Decreto-lei estadual número 10 724, de 30 de março de 1938, a comarca de Castro Alves se constituiu de três têrmos: Castro Alves, Afonso Pena e Santa Teresinha.

Em maio de 1955, o têrmo de Santa Teresinha passou a ser cabeça de comarca do mesmo nome, ficando a comarca constituída dos têrmos de Castro Alves e Conceição do Almeida, e na categoria de 2.ª entrância.

O atual Juiz de Direito é o Dr. Ulisses Caldas Pinto.

Há onze cartórios, sendo seis de Registro Civil. Foram julgados, em 1956, 41 feitos: 21 cíveis, 8 criminais e 12 de outra natureza.

VULTOS ILUSTRES — General Dionísio Evangelista de Castro Cerqueira: nasceu a 2 de abril de 1847, na vila de Curralinho e faleceu a 14 de fevereiro de 1910. Tomou parte em tôdas as Campanhas da Guerra do Paraguai. Foi deputado à Constituinte e ocupou as funções de Ministro do Exterior e, interinamente, da Viação e Guerra. Soldado e político, foi dos mais ilustres do seu tempo.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do lugar denominam-se castro-alvenses.

O significado do nome primitivo do município é explicado pela fundação de "pequenos currais", em que as boiadas em trânsito, pernoitavam. E o de "Castro Alves", em homenagem ao "Cantor dos Escravos", de cujo nascimento êste Município, também reivindica as honras.

O Prefeito Municipal em exercício é o B.el Fernando Wilson Araújo Magalhães, escolhido nas últimas eleições, e o presidente da Câmara, eleito para o período iniciado a 7-IV-57, é o Sr. Pascoal Blumeti.

O primeiro administrador municipal foi o capitão Plácido José de Novais e Albuquerque, que, também, foi o presidente da primeira Câmara de Vereadores, surgida na primeira eleição municipal, realizada a 30 de novembro de 1882, cuja composição fôra a seguinte: cap. Plácido José de Novais e Albuquerque, cap. Aprígio Costa Melo, Doutor Teófilo Lefundes, ten. Ramiro Pereira dos Santos, Ramiro José Sales, Augusto da Silva Maia e Herculano Cândido Brasileiro.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística Municipal na Bahia, por José Pereira Tôrres Filho. — Chefe da Agência Municipal de Estatística: Antônio Teixeira da Silva.)

CATU — BA

Mapa Municipal no 4.º Vol.

HISTÓRICO — Quando Cabral, com sua caravana, aportava às terras do Brasil, trazendo consigo as luzes da civilização cristã, prenúncio de uma nova era para a nossa pátria, viviam no território onde, hoje, está situado o progressista município de Catu os bravos e aguerridos índios patachós e tupiniquins, que mais tarde emigraram para os sertões, fugindo à penetração dos colonos portuguêses.

A área onde foi edificada a cidade de Catu integrava as terras das sesmarias do conde da Ponte, para onde afluiu grande número de colonos. Experimentou a povoação, em 1872, um surto de progresso com a chegada de mais colonos procedentes de outras localidades do Recôncavo, que para ali se transferiram com suas famílias, concorrendo com o seu trabalho para a evolução da comunidade. Em 1787, Frei D. Antônio Correia, então arcebispo da Bahia, a pedido da população, elevou a capela à categoria de freguesia, com a denominação de Santana do Catu. A criação do distrito foi levada a efeito em 1769 ou 1796. Em virtude da Lei provincial n.º 1 053, datada de 26 de junho de 1868, criou-se o município, sob a denominação de Santana do Catu, com território desmembrado da então denominada Vila de São Francisco, investindo-se a nova comuna na sua autonomia em 6 de março de 1877. Na divisão administrativa do Brasil correspondente ao ano de 1911, Santana do Catu compõe-se do distrito-sede e dos de Pojuca e São Miguel. Por efeito

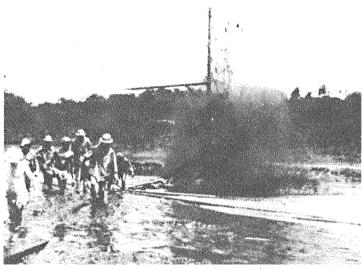
do Decreto estadual n.º 7 455, de 23 de junho de 1931, retificado pelo de n.º 7 479, de 8 de julho do mesmo ano, o distrito e o município de Santana do Catu tiveram o seu nome simplificado para Catu. De acôrdo com a divisão administrativa do Brasil referente a 1933, e com as territoriais datadas de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, como também com o quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 10 724, de 30 de março de 1938, o referido município constitui-se dos distritos de Catu, São Miguel e Sítio Novo. No quadro em vigência no qüinqüênio 1939-1943, estabelecido pelo Decreto estadual número 11 089, de 30 de novembro de 1938, Catu é formado pelo distrito do mesmo nome e pelos de Bela Flor (ex-São Miguel) e Sítio Novo, situação essa que permanece inalterada.

LOCALIZAÇÃO — O município do Catu localiza-se na Zona Fisiográfica do Recôncavo. Limita-se com os municípios de Alagoinhas, Pojuca, Santo Amaro e São Sebastião do Passé. A sede municipal possui as seguintes coordenadas geográficas: 12° 21' 00" de latitude Sul e .. 38° 22' 40" de longitude W.Gr. Rumo da capital do Estado à sede municipal, da qual dista, em linha reta, 67 quilômetros: N.N.E. Fica situada na bacia do rio Pojuca.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 76 metros, tomando-se como referência o centro do piso da ponte de concreto sôbre o rio Una, no trecho da Estrada São Sebastião do Passé—Catu, segundo dados divulgados pelo Conselho Nacional de Geografia.

ÁREA — A área do município, segundo dados divulgados pelo Conselho Nacional de Geografia, é de 459 km².

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos existentes no território provinciano são os seguintes: rios Catu, Pojuca, Pitanga, Quiricòzinho; lagoas: Api, Canta-Galo, Lagoão e Araticum; serras: Canjarana, Gameleira, das Pacas, Ermida, Boipeba e outras de menor altitude.

Recuperação do poço petrolífero AG-25, após ter entrado em erupção em outubro de 1956

CLIMA — Temperado e saudável. A temperatura na sede municipal apresentou, em 1955, os seguintes dados: máxima — 37°C, mínima — 15°C, média — 22°C.

RIQUEZAS NATURAIS — Na variada flora do município, encontram-se exemplares das seguintes plantas medicinais: salsa, caroba, janaúba, jalapa, baunilha, malva, ipecacuanha, caninana, jericó, purga-do-campo, mostarda, alecrim, rícino, etc. Há também dendêzeiros. Encontram-se ainda madeiras de lei, cumprindo salientar a sucupira, o jequitibá, o pau-d'óleo, a fava, o louro e o jatobá.

Na fauna, encontram-se exemplares de veado, paca, cutia, tatu, teiú, rapôsa, gato-do-mato, guará, preá, tamanduá, camaleão, sariguê, preguiça, sagüi, caititu e as seguintes aves: narceja (vulgarmente conhecida por agachadeira ou agachadinha), socó, marreca, parinha, três-potes, araquã, perdiz, codorniz, nhambu, tururim, parari ou arribação, pomba-de-sêca, sabiá, canário, curió, pintassilgo, azulão bigode, brejal, coleiro, caboclinho, guriatã, chorão, sanhaço, anum.

Demonstração da fôrça surgente do petróleo; que jorra naturalmente do subsolo para a superfície

A geologia revela a existência de petróleo, cujas jazidas vêm sendo largamente exploradas, constituindo a principal atividade econômica do município. Há no subsolo, ainda inexplorados, fósforo e manganês.

POPULAÇÃO — A população municipal, segundo dados do Recenseamento Geral de 1950, era de 16 437 habitantes, com a seguinte composição: homens 8 052 e mulheres 8 385; brancos 4 936, pretos 3 215 e pardos 8 146. Das pessoas de 15 anos e mais, temos 5 740 solteiros, 3 447 casados, 629 viúvos e 1 desquitado.

Em Catu, a cada grupo de 100 homens corresponde um de 104 mulheres. Localizam-se no quadro rural 75% da população.

Aglomerações urbanas — Existiam em 1950 três aglomerações urbanas com a seguinte população: cidade de Catu 3 558 habitantes, e vilas de Bela Flor 191 e Sítio Novo 391. Em 1956, o Agente de Estatística recenseou a cidade, encontrando 4 440 habitantes.

Outras Aglomerações — Além da cidade e vilas, o município conta ainda com os principais povoados abaixo, com população estimada para 1957: Pau Lavrado 600 habitantes e Panelas 200.

ATIVIDADE ECONÔMICA — De acôrdo com o Recenseamento Geral de 1950, 30,5% das pessoas em idade ativa estão ocupadas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura".

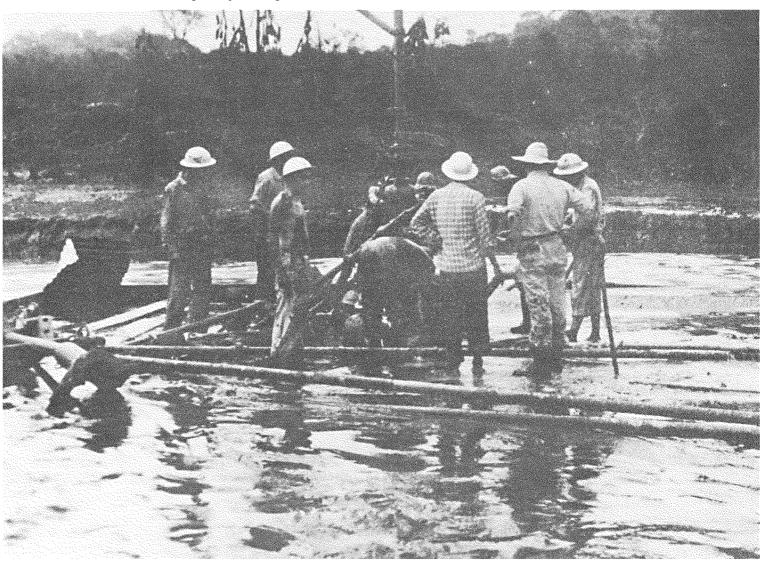
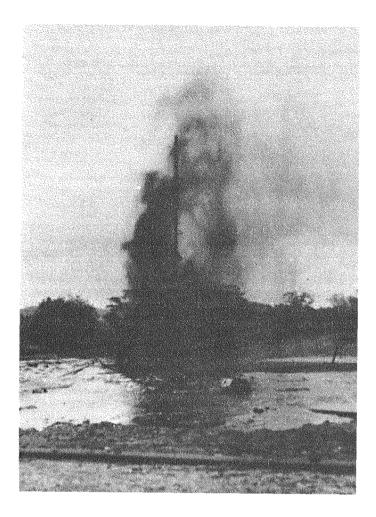
A principal atividade econômica local é a extração petrolífera pela Petrobrás, que conta com mais de duas dezenas de poços em atividade, ocupando considerável número de trabalhadores. A produção de petróleo bruto, em 1955, foi de 13 152 barris de 159 litros; em 1956 atingiu a considerável cifra de 1 110 767 barris, números êsses já superados no primeiro semestre de 1957, com ...... 1 206 851 barris.

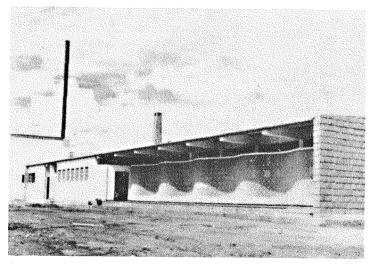
A produção agrícola é desenvolvida e, em 1955, montou à casa de 17 milhões de cruzeiros, figurando como principal produto o fumo em fôlha, com o valor comercial de 3 345 milhares de cruzeiros, seguindo-se o feijão, com 3 143 milhares de cruzeiros, a laranja com aproximadamente 3 100 milhares de cruzeiros, o milho com 3 milhões de cruzeiros, e outros produtos de menor significação.

A indústria contribuiu com 8 478 milhares de cruzeiros, figurando em primeiro plano a produção de farinha de mandioca e carvão vegetal, seguidos de produtos diversos de menor significação econômica.

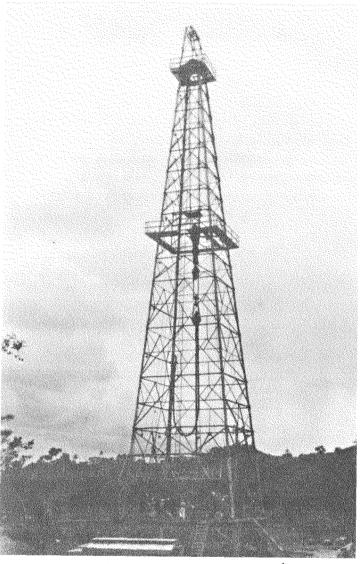
A produção extrativa vegetal atingiu a casa de 1 266 milhares de cruzeiros, colocando-se em primeiro lugar a lenha, com 1 218 milhares de cruzeiros. A comuna produz ainda leite, utilizado no abastecimento da capital do Estado.

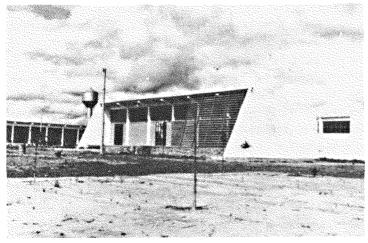
A atividade pecuária tem importância econômica para o município, que possuía, em 1955, o seguinte rebanho: bovino 10 150 cabeças, suíno 3 000, asinino 1 210, eqüino 1 700, muar 600, ovino 260 e caprino 180.

Funciona na sede municipal a Inspetoria Regional de Fomento à Produção Animal, do Ministério da Agricultura.

Outro aspecto da recuperação do poço AG-25 após sua erupção em outubro de 1956

Vista do poço AG-25 quando de sua erupção em outubro de 1956

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se a cidade de Catu à capital Federal, à capital do Estado e às cidades vizinhas pelos seguintes meios de transporte: capital Federal — rodovia 1 674 km; capital do Estado — ferrovia 93 km e rodovia 102 km; Alagoinhas — ferrovia 31 km e rodovia 30 km; Pojuca — rodovia 12 km e ferrovia 11 km; Santo Amaro — rodovia 101 quilômetros; e São Sebastião do Passé — rodovia 31 km. Catu é servido pela Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, cuja estação ferroviária, na sede municipal, foi inaugurada em 13 de fevereiro de 1863, e ainda pela Agência Postal-Telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos e pelo serviço telegráfico da estrada de ferro que o serve.

Refeitório do Campo de Catu, visto de fundo

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio local mantém transações principalmente com as praças de Salvador, de Alagoinhas, de Feira de Santana, de onde importa a maioria das mercadorias que a comuna consome. Existem na na sede municipal 17 estabelecimentos comerciais varejistas. O giro comercial atingiu 34 350 milhares de cruzeiros em 1956. Foram exportadas 17 toneladas de produtos diversos, no montante de 1 317 milhares de cruzeiros. O salário-mínimo oficial decretado para a 2.ª Sub-Região e da qual faz parte o município foi de Cr$ 2 400,00.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Catu está edificada em local muito acidentado e por isso quase todos os seus logradouros são enladeirados. É servida pela Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, que faz circular vários trens

Perfuratriz de grande potência operando no campo de Água Grande

ligando a cidade à capital do Estado e às cidades vizinhas. Conta com 19 logradouros públicos, dos quais 8 pavimentados e 3 arborizados. A iluminação pública estende-se a 19 logradouros, e a domiciliária conta com 73 ligações. A sua principal artéria é a Avenida Padre Cupertino; logradouros de importância são também as Praças Lourenço Oliviere e Duque de Caxias. Merece especial citação, pelas linhas modernas que apresenta, o conjunto de prédios do Acampamento da Petrobrás. Os principais edifícios são o da Prefeitura Municipal, o da igreja-matriz, o do Grupo Escolar e o da estação ferroviária. Conta com 1 317 prédios, 3 pensões, uma agência postal-telegráfica do Departa-

Acampamento Técnico da Petrobrás no Campo de Catu

mento dos Correios e Telégrafos, 2 automóveis e 6 caminhões registrados na repartição competente.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária à população é prestada pelos postos de puericultura da Associação de Proteção à Infância e de Higiene do Estado. O Município integra o sector n.º 1, do Departamento Nacional de Endemias Rurais, com sede em Salvador, que também presta assistência à população. Exercem a profissão na cidade 2 médicos, 2 dentistas, 3 farmacêuticos e 1 veterinário. Há 3 farmácias.

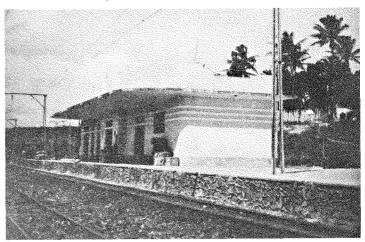
Avenida Padre Cupertino

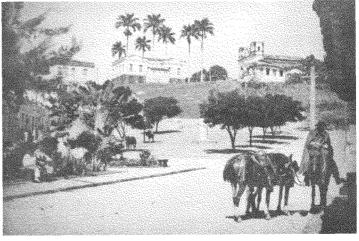
ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A assistência social é prestada por uma associação de caridade, que funciona na sede municipal. A Cooperativa de Consumo dos Funcionários Públicos Civis de Catu Resp. Limitada presta assistência aos seus associados.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com os dados do Recenseamento Geral de 1950, a população de 5 anos e mais era de 13 979. Dessa população sabiam ler e escrever 3 089 pessoas, sendo 1 775 homens e 1 314 mulheres, ou sejam 23%. Na Cidade havia 3 079 pessoas de 5 anos e mais, das quais sabiam ler e escrever 1 449, sendo 704 homens e 745 mulheres.

Ensino — Em 1956 existiam 17 unidades escolares do ensino fundamental comum, mantidas pelo Estado, com 26 professôres e 935 alunos matriculados, e 17 mantidas pelo município, com 17 regentes e 522 matrículas, salientando-se dentre estas últimas a Escola Nuclear "Ana Bitencourt", localizada na sede municipal. O ensino extraprimário é ministrado pelo Curso de Música "Lira Catuense 26 de Junho".

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existe uma biblioteca com menos de 1 000 volumes, e as seguintes sociedades: "Clube Social União e Progresso" e "Lira Catuense 26 de Junho".

CULTOS RELIGIOSOS — É o município sede da paróquia de Santana do Catu, fundada em 1787. Além da igreja matriz, existem 3 capelas e 3 associações religiosas do culto Católico e 4 templos do culto Protestante.

Estação da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — Como manifestações religiosas, realizam-se anualmente no território municipal diversos festejos que passamos a descrever: Mês de Maria, cujas festas se fazem no mês de maio, constando de rezas solenes na igreja matriz, com os "donos da noite", escolhidos entre os representantes das diversas classes sociais, artistas, funcionários públicos, professorado, comerciários, etc., esmerando-se cada grupo para o maior brilhantismo e solenidade da "sua noite". "São João", festejo tradicional na maioria ou totalidade das cidades brasileiras, que se caracteriza por homenagens prestadas ao santo do mesmo nome: armam-se fogueiras em frente das residências, queimam-se fogos de artifício e organizam-se festas dançantes com trajes típicos, geralmente imitação do "matuto", havendo às vêzes a interessante "quadrilha". "São Pedro", conhecido como santo dos viúvos.

Praça Lourenço Oliviere

cujos festejos são idênticos aos do "São João". As festas natalinas são muito bem organizadas pela Igreja e pessoas interessadas, armando-se na principal artéria da cidade, palanques, havendo quermesses, jogos diversos, barracas com doces e outras guloseimas, que constituem o encanto da petizada e até da população adulta, que aflui à praça onde se celebram os festejos, a fim de homenagear o "Menino Deus". Promovem-se com animação os festejos de "Ano Bom", idênticos aos do "Natal". A festa da padroeira da cidade, "Nossa Senhora de Santana", reveste-se todos os anos de grande brilho, realizada sem data fixa, durante os meses de setembro e outubro. As festas da "mi-carême" apresentam bastante animação, não só nas vias públicas, por onde desfilam diversos ternos, grupos ricamente fantasiados, sobressaindo os cordões denominados "Florisbela", "Sempre Viva" e a batucada "A Caravana do Povo", mas também nos clubes, onde se realizam bailes que se prolongam até a madrugada.

Aspecto do acampamento da Petrobrás

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O município conta com 4 110 eleitores inscritos, tendo votado 3 070 no pleito de 1954. O número de vereadores em exercício é de 12. Exerciam, em 1956, suas atividades no município 183 funcionários federais, 31 estaduais, 16 municipais e 1 autárquico. O município é sede da Inspetoria Regional de Fomento à Produção Animal.

FINANÇAS — O quadro abaixo apresenta os resultados da arrecadação pública e da despesa municipal no setênio 1950-1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	288	557	501	242	570
1951.......	378	580	579	317	577
1952.......	304	753	748	254	645
1953.......	874	811	1 109	359	1 111
1954.......	545	1 240	1 329	675	1 240
1955.......	597	1 318	1 195	781	1 330
1956.......	1 139	1 841	1 756	850	1 301

JUSTIÇA — Em 20 de julho de 1850, o município de Catu passou a integrar, como têrmo de Mata de São João, a comarca de Abrantes, criada nessa data pela Lei provincial n.º 398. Com a criação, pelo Ato estadual de 3 de agôsto de 1892, da comarca de Mata de São João, Catu passou a têrmo da referida comarca, transferindo-se, em virtude do estabelecido pela Lei n.º 280, de 6 de setembro de 1898, a têrmo da comarca de Alagoinhas; pelo estabelecido no Decreto n.º 266, de 4 de outubro de 1904, voltou à categoria de têrmo da comarca de Mata de São João, cuja situação permanece inalterada.

Conta com 3 cartórios do Registro Civil. Feito julgado, em 1956, só houve 1, criminal.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município denominam-se "catuenses". O atual Prefeito é o Senhor Odorico Santana Santos e o Presidente da Câmara Municipal é o Senhor Oscar Pereira de Sousa. O primeiro Intendente Municipal foi José Freire de Carvalho (Barão de Pojuca). A primeira Câmara compunha-se dos seguintes membros: Manuel José de Araújo Góis, Sácrates Bittencourt, Paulino de Araújo Góis (Barão de São Miguel), Pedro Ribeiro de Araújo e Manoel Calmon de Araújo Góis (Barão de Camaçari).

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística, por José de Almeida Costa. — Chefe da Agência Municipal de Estatística: Júlio da Cunha Costa.)

CHORROCHÓ — BA

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — A cidade de Chorrochó está localizada nas terras da antiga fazenda pertencente aos condôminos capitão Francisco Alves de Carvalho, José de Sá e Antônio de Sá Araújo.

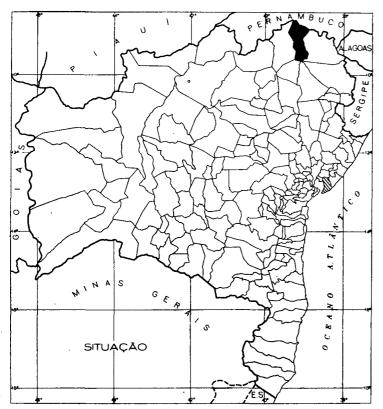
Em 1842, contava apenas 8 casebres cobertos de palha, onde viviam poucas famílias cultivando o solo para a sua manutenção.

Pouco tempo depois, o povoado de Chorrochó, que integrava o município de Curaçá, atraiu moradores de localidades próximas os quais ali se fixaram com suas famílias. Em 1844 ali chegou o fanático Antônio Conselheiro, cujo verdadeiro nome era Antônio Vicente Mendes Maciel, que iniciou a construção de uma igreja, contando com o auxílio material de grande número dos seus seguidores. Essa igreja recebeu, mais tarde, a invocação do Senhor do Bonfim.

Foi o povoado elevado à categoria de vila e sede de distrito pelo Ato de 20 de setembro de 1891 e a município pela Lei n.º 1 371, de 22 de agôsto de 1919. Supresso, voltou à condição de distrito do município de Curaçá, até que, restaurado pela Lei n.º 510, de 12 de dezembro de 1952, foi reinstalado em 7 de abril de 1955.

A sua composição administrativa, de acôrdo com a Lei n.º 628, de 30 de dezembro de 1953, vigente, é de três distritos: Chorrochó, Abaré e Ibó.

LOCALIZAÇÃO — O município de Chorrochó se localiza na Zona Fisiográfica do Sertão do São Francisco, estando totalmente incluído no Polígono das Sêcas. O seu território fica no Vale do São Francisco e é banhado por êsse rio.

Limita com o estado de Pernambuco e com os municípios de Curaçá, Euclides da Cunha, Glória e Uauá. A sede municipal tem as seguintes coordenadas geográficas: 8° 59' 27" de latitude Sul e 39° 54' 41" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 518 m.

ÁREA — A área do município é de 5 200 km², aproximadamente.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O principal acidente geográfico é o rio São Francisco que banha as terras do município. Existem, ainda, os seguintes acidentes geográficos de menor significação: rio Macururé, riachos Poço do Boi, Jequinicó, Santo Antônio, Piambu, do Mulato, das Queimadas, da Vargem e a serra dos Cágados. Há 3 açudes públicos com a capacidade total de 1 686 856 m³.

CLIMA — O clima do município é quente e sêco. A temperatura da sede municipal, apresenta as seguintes graduações: máxima — 35°C, mínima — 16°C, média — 26°C.

RIQUEZAS NATURAIS — O revestimento florístico do município é relativamente pobre, não havendo matas. Existem grandes capoeirões. A caatinga é extensa em alguns pontos. Há em pequena escala espécimes de madeira para construção. A fauna apresenta exemplares de caititu, veados, tatus, emas, siriemas, gato-do-mato e peixe, destacando-se dentre outros o surubi, dourado, curimatá, piau e traíra. Existem jazidas não exploradas de rutilo ametista, ferro.

POPULAÇÃO — Em 1950, quando distrito de Curaçá, Chorrochó tinha uma população de 7 481 habitantes, sendo 3 449 homens e 4 032 mulheres; 95% da população localizavam-se no quadro rural. Estima-se para 1957 uma população de 17 700 pessoas.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Existem três aglomerações urbanas, com a seguinte população: cidade de Chorrochó — 400 hab. e as vilas de Ibó — 251 hab., e Abaré — 500 hab., esta última criada em 1953.

Vista parcial da cidade

OUTRAS AGLOMERAÇÕES — Além da cidade e das vilas, conta ainda o município os povoados abaixo, cuja população estimada para 1957 é a seguinte: Barra do Tarrachil — 320 hab., Icòzeira — 250 hab., Pambu — 200 hab., Várzea da Ema 210 habitantes.

ATIVIDADE ECONÔMICA — A principal atividade econômica do município é a criação de gado, principalmente o caprino e o ovino. A população pecuária está representada pelos números abaixo: bovinos — 26 000, caprinos — 88 600, ovinos — 47 200, suínos — 8 200, asininos — 8 000, muares — 2 500 e eqüinos — 2 000. Cultivam-se mandioca, cana-de-açúcar, algodão, cebola e cereais. Há indústria rudimentar de rapadura, aguardente e farinha de mandioca. A sua atividade artesanal se resume no fabrico de objetos de couro tais como chapéus, gibões, selas e arreios.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se a cidade de Chorrochó à Capital Federal, à Capital Estadual e às cidades vizinhas por meio de estrada de rodagem nas seguintes distâncias: à Capital Federal, 2 020 quilômetros; à Capital do Estado, 581 km; às cidades vizinhas de Curaçá, 120 km; Euclides da Cunha, 185 km; Glória, 117 km; Uauá, 160 km. A rodovia Transnordestina serve de ponto de ligação com várias localidades, inclusive com o Estado de Pernambuco.

Agência Municipal de Estatística

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio local mantém transações principalmente com as praças de Salvador, Recife, Arcoverde e Juàzeiro, de onde se importa a maioria das mercadorias de consumo local. Existem no município 53 estabelecimentos comerciais varejistas. O giro comercial atingiu, em 1955, a 649 milhares de cruzeiros.

ASPECTOS URBANOS — A cidade apresenta topografia relativamente plana. Conta com 4 logradouros e 115 prédios. Tem 1 pensão.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária é prestada pelo Pôsto de Profilaxia localizado na vila de Abaré, que mantém um guarda sanitário. Existe uma farmácia no povoado de Barra do Tarrachil.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com os dados do Recenseamento Geral de 1950, a população de 5 anos e mais da cidade de Chorrochó (então sede distrital), era de apenas 331, dos quais sabiam ler e escrever 297.

ENSINO — Em 1956, existiam 40 unidades do ensino primário fundamental comum, com cêrca de 1 300 alunos matriculados. Das unidades escolares 9 eram estaduais e 31 municipais.

CULTOS RELIGIOSOS — O município é sede da paróquia de Santo Antônio do Abaré, localizada na vila de Abaré. Além da igreja-matriz, existem 2 igrejas comuns, 9 capelas e 4 associações religiosas do culto católico.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — principal festa religiosa é realizada em homenagem ao Senhor do Bonfim, padroeiro da cidade. É antecipada por noites de novenas. A cidade recebe nestes dias visitas de maior parte da população rural que, numa demonstração de fé, acorre à igreja para render sincero tributo ao Senhor do Bonfim. No dia 22 de janeiro, data do encerramento, ocorrem várias solenidades religiosas: missas solenes, procissão, batizados e casamentos. À noite, há leilões e bailes.

A festa de São João é também comemorada pela população no mesmo estilo das demais localidades do Nordeste baiano. Há queima de fogueiras e de fogos de artifício. Os céus se iluminam com balões multicores. Nas casas residenciais são servidos doces, canjica de milho verde, licores, etc. Há também bailes. O Natal é comemorado festivamente pela população, que rende sincera homenagem ao "Menino Deus"; na igreja local celebra-se a tradicional "Missa do Galo".

Nas épocas de sêca, costuma a população do município roubar imagens, para só devolvê-las, em procissão acompanhada de grande número de fiéis, entoando cânticos religiosos, após cairem as chuvas.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — Votaram 1 447 pessoas nas eleições realizadas em 1954. Exerciam suas atividades no município 5 funcionários federais, 8 estaduais, 42 municipais e 1 autárquico. O número de vereadores é de 8.

FINANÇAS PÚBLICAS — A situação financeira, no que diz respeito a arrecadação federal, estadual e municipal, é representada pelos números abaixo:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1955	—	2 834	415	399	378
1956	—	3 389	988	355	1 015

Nota: Não há Coletoria Federal no Município.

JUSTIÇA — O município é têrmo judiciário da comarca de Curaçá. Conta 4 cartórios, sendo 3 do Registro Civil.

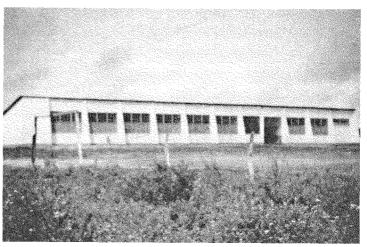
OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município denominam-se "chorrochoenses". Segundo a tradição, os viandantes que passavam pelo povoado de Chorrochó, diziam: "aqui é o chora-chora"; essa expressão por corrutela, passou a dizer-se Chorrochó. O Prefeito em exercício é o Sr. Aurelino da Costa Andrade e o Presidente da Câmara, o Sr. Eliseu Bispo Damasceno.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística, por José de Almeida Costa. — Chefe da Agência Municipal de Estatística: Raphael Ferreira do Valle Filho.)

CÍCERO DANTAS — BA

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Os primitivos habitantes das terras onde está localizado o município de Cícero Dantas foram indígenas, ignorando-se no entanto, o nome da tribo a que pertenciam.

No século XVII, bandeirantes em busca de aventuras, atraídos provàvelmente por sonhados tesouros, embrenharam-se através dos sertões da Bahia, deixando na sua passagem, onde outrora apenas havia matas densas e hostis, pequenas comunidades como a que se formou onde hoje está situada a cidade de Cícero Dantas. Em 1812, o missionário Frei Apolônio Todi construiu, na localidade que recebeu o nome de Bom Conselho, uma capela para ministrar à população os princípios da religião católica. Com a chegada de novos colonos que ali se fixaram com as suas famílias, atraídos pela fertilidade da gleba, que se dedicaram à agricultura e à criação de gado, esteios até os dias atuais da economia do município, o povoado de Bom Conselho experimentou um natural surto de progresso. Padres da

Grupo Escolar

Companhia de Jesus, em missão de catequese, ali permaneceram por muito tempo, ministrando à população os ensinamentos da doutrina cristã.

Por Alvará de 21 de dezembro de 1817, foi criada a freguesia sob o orago de Nossa Senhora do Bom Conselho. O povoado foi elevado à categoria de Vila, com a denominação de Bom Conselho, pela Lei provincial n.º 1 518, de 9 de julho de 1875. A sua instalação ocorreu a 28 de março do ano seguinte. Tomou a denominação de Cícero Dantas pela Lei estadual n.º 583, de 30 de maio de 1905. Por fôrça dos Decretos números 7 455, de 23 de junho de 1931, e 7 479, de 8 de julho do mesmo ano, foi o município extinto e o seu território anexado ao do município de Paripiranga.

Em 27 de maio de 1933, foi restaurado o município por fôrça do Decreto n.º 8 447, e reinstalado em 24 de junho do mesmo ano, ficando constituído dos distritos de Cícero Dantas e Antas. Por fôrça da Lei 570, de 13 de agôsto de 1953, que criou o município de Antas, ficou reduzido o seu território a um único distrito, o de Cícero Dantas.

Pela Lei n.º 628, de 30 de dezembro de 1953, o município ficou constituído dos seguintes distritos: Cícero Dantas, Fátima e São João da Fortaleza.

LOCALIZAÇÃO — Localiza-se o município na Zona Fisiográfica do Nordeste da Bahia, estando o seu território totalmente incluído no "Polígono das Sêcas". Limita-se com os municípios de Jeremoabo, Euclides da Cunha, Ribeira do Pombal e Paripiranga, e com o estado de Sergipe. A sede municipal possui as seguintes coordenadas geográficas: 10° 35' 42" de latitude Sul e 38° 23' 08" de longitude W.Gr. Rumo da capital do Estado, em direção à sede municipal, da qual dista em linha reta 251 km: N.N.E.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal corresponde a de 120 metros.

ÁREA — A área do município de Cícero Dantas era de 1 685 km², porém presentemente é inferior, devido ao desmembramento da faixa que passou a constituir o novo município de Antas.

Igreja Matriz de Cícero Dantas

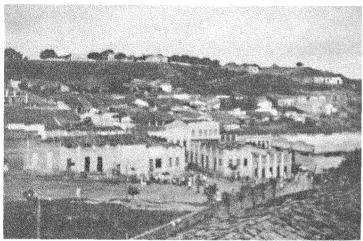
ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Cícero Dantas apresenta algumas elevações, realçando em seu sistema orográfico as serras do Boqueirão, do Rabo de Arraia e Furada. Banham as terras municipais os rios Real, nos limites do estado da Bahia com o de Sergipe, Tubarão e outros de menor importância.

CLIMA — Clima quente no verão e ameno durante o período de inverno. A temperatura na sede municipal apresentou, em 1956, os seguintes dados: média das máximas: 33°C; das mínimas: 17°C e média compensada: 25°C. A precipitação anual atingiu em 1956 a altura total de 915,5 mm.

RIQUEZAS NATURAIS — A flora apresenta exemplares de madeiras de lei. A fauna registra grande variedade de animais silvestres, tais como onças, suçuaranas, jaguatiricas, rapôsas, veados e outras. De origem mineral existe apenas argila para cerâmica.

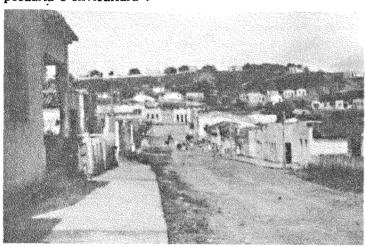
POPULAÇÃO — A população do município de Cícero Dantas, de acôrdo com o Recenseamento Geral de 1950, era de 34 448 habitantes e tinha a seguinte composição: homens 16 829, mulheres 17 619. A maioria absoluta da população era brasileira. Predominava a côr parda. A religião católica era a dominante. No grupo populacional esta-

vam em superioridade as mulheres com um excedente de 800. A densidade demográfica era de 20,444 habitantes por km². Apenas 9% da população localizavam-se nos quadros urbano e suburbano.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — A cidade de Cícero Dantas, em 1950, segundo os resultados do Censo Demográfico, possuía 1 596 habitantes. Dêstes, 745 eram homens e 851 mulheres. Das pessoas de 5 anos e mais, em número de 1 372, sabiam ler e escrever 801, das quais 384

Vista parcial da cidade

eram homens e 417 mulheres. Estima-se que a população da cidade de Cícero Dantas em 1.º de julho de 1957 era de 2 200 habitantes. Existia ainda a vila de Antas, com 1 547 habitantes, que passou a ser sede de município. Em 1953 foram criadas mais duas vilas: Fátima e São João da Fortaleza, com menos de 500 pessoas cada.

OUTRAS AGLOMERAÇÕES — Além da cidade e das vilas, o município possui os seguintes principais povoados, cuja população estimada para 1957 é a seguinte: Caxias 391, Betânio 339 e Duas Serras 280.

ATIVIDADE ECONÔMICA — De acôrdo com o Recenseamento Geral de 1950, 42% das pessoas em idade ativa (10 anos e mais) estavam ocupadas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura".

Avenida Eng.º Orlando Teixeira

A atividade fundamental à economia do município é a agricultura, cuja produção em 1955 atingiu a casa de 4 748 milhares de cruzeiros, representada pela produção de mandioca, fumo em fôlha, feijão, banana, laranja, abacaxi, mamona em baga, abóbora, batata-doce, milho, etc.

A produção industrial em 1955 foi de 5 465 milhares de cruzeiros, ocupando o primeiro lugar a produção de farinha de mandioca, com 2 808 milhares de cruzeiros, seguida por produtos alimentícios (pães), produtos de cerâmica (telhas e tijolos), artefatos de couro, calçados e outros.

A atividade pecuária tem significação econômica para o município, cujo rebanho em 1956 era representado pelos seguintes números: bovinos — 15 100, eqüinos — 3 700, asininos — 1 750, muares — 2 810, suínos — 8 000, ovinos — 6 800 e caprinos — 6 900.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se a cidade de Cícero Dantas à capital Federal, à capital do Estado e às cidades vizinhas pelos seguintes meios de transporte: Capital Federal — rodovia — 1 904 km; capital do Estado — rodovia 333 km; cidades vizinhas de Antas — rodovia 33, Euclides da Cunha — rodovia 120 quilômetros, Paripiranga — rodovia 66 km, Ribeira do Pombal — rodovia 34 km. Liga-se ainda às cidades sergipanas de Poço Verde, via vicinal (20 km) e Simão Dias, rodovia (70 km). É sede da Emprêsa de Transporte São José, que conta com 5 ônibus. Possui uma agência postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio local mantém transações comerciais principalmente com as praças de Salvador, Aracaju e Recife. Exporta os seus produtos em especial para as praças de Salvador, Aracaju, Alagoinhas, Ita-

Vista parcial da cidade, vendo-se a igreja matriz

baiana e outras. Existem no município 4 estabelecimentos comerciais atacadistas e 174 varejistas. Há um escritório do Banco do Nordeste do Brasil, instalado em 6 de agôsto de 1955. O giro comercial em 1956 foi de 18 525 milhares de cruzeiros. O salário-mínimo decretado para a Região onde se situa o município é de Cr$ 2 000,00.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Cícero Dantas está edificada em terreno acidentado. Conta com 13 logradouros públicos, dos quais um pavimentado, um arborizado e doze iluminados com luz elétrica. O principal logradouro é a rua Barão do Rio Branco, onde está localizado grande número de casas comerciais. Conta com 721 prédios, dos quais 164 servidos de luz elétrica. Os principais prédios que embelezam a cidade são os da Igreja Matriz, do Grupo Escolar e da Prefeitura Municipal.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária à população é prestada pelo Pôsto de Higiene do Estado. O município integra o Setor n.º 5 do Departamento Nacional de Endemias Rurais, sediado em Serrinha, que também presta assistência à população. Exercem a sua profissão na cidade dois médicos, um dentista, um enfermeiro e dois farmacêuticos.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com os resultados do Censo Demográfico de 1950, das pessoas de 5 anos e mais, que eram 28 406, 5 980 sabiam ler e escrever; destas, 3 354 eram homens e 2 626 mulheres. A percentagem total das pessoas que sabiam ler e escrever era de 21,052%. Quanto à sede municipal, das 1 372 pessoas de 5 anos e mais, 801 sabiam ler e escrever, das quais 348 eram homens e 417 mulheres.

Vista de um agrimensor em seu labor

ENSINO — Em 1956 funcionavam no território municipal 14 unidades escolares do ensino primário fundamental comum, com matrícula aproximada de 500 alunos. Das unidades escolares, 5 eram estaduais, 7 municipais e duas particulares.

Rua Barão do Rio Branco

Funciona na sede municipal a Biblioteca Duque de Caxias, mantida pela Agência Municipal de Estatística.

CULTOS RELIGIOSOS — O município é sede da Paróquia de N. S.ª do Bom Conselho dos Montes do Boqueirão. É subordinada à Diocese de Senhor do Bonfim. Além da igreja matriz, existem uma igreja comum, 6 capelas e 3 associações religiosas do culto católico.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — Os principais festejos populares realizados na comuna são os de São João, Natal e o da Padroeira. Esta última, comemorada com muitas solenidades, é considerada a melhor festa popular levada a efeito no município. Todos os festejos obedecem às tradições da igreja católica.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O município conta com 5 160 eleitores inscritos, tendo votado 2 898 nas eleições de 1954. O número de vereadores em exercício é de 8.

Exerciam em 1956 as suas atividades 11 funcionários públicos federais, 26 estaduais, 17 municipais e 1 autárquico.

O Prefeito eleito em 3 de outubro de 1954 é o Senhor João Batista de Andrade Sousa e o Presidente da Câmara, sufragado para o período legislativo iniciado em 7-4-1957, é o Senhor Francisco de Oliveira Neto.

FINANÇAS PÚBLICAS — Representam-se as finanças do município no setênio 1950-1956 pelo quadro abaixo:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	192	764	524	211	501
1951	253	830	606	340	541
1952	358	1 490	846	517	907
1953	446	1 940	1 089	496	1 107
1954	533	1 230	1 300	775	1 300
1955	587	1 392	1 102	398	1 250
1956	592	2 613	1 278	284	1 243

JUSTIÇA — A comarca de Bom Conselho foi criada, desmembrando-se da de Jeremoabo e formada pelos têrmos de Bom Conselho e Patrocínio do Coité, pelo Ato estadual de 16 de maio de 1890. A sua sede foi transferida provisòriamente para o têrmo de Patrocínio do Coité pelo Decreto estadual n.º 1 351, de 8 de janeiro de 1914. No quadro estabelecido pela Lei estadual n.º 1 119, de 21 de agôsto de 1915, a comarca de Bom Conselho teve a sua sede mudada para a anterior que aparece com o nome de Cícero Dantas. Foi extinta, aparecendo nas divisões territoriais de 1936 e 1937 e no quadro anexo ao Decreto-lei estadual número 10 724, de 30-III-1938, como têrmo da comarca de Jeremoabo. De acôrdo com os quadros de 1943 e 1944, passou a têrmo da Comarca de Paripiranga. A comarca de Cícero Dantas, desmembrada desta última e composta dos têrmos de Cícero Dantas e Ribeira do Pombal, foi restaurada pelo Decreto-lei estadual n.º 512, de 19 de junho de 1945.

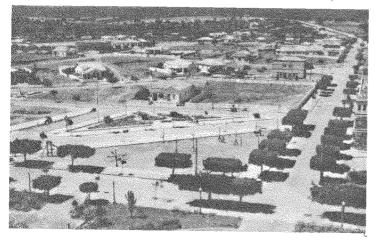
Conta com 8 cartórios, sendo 1 do Registro Civil. O total de feitos julgados em 1956 foi de 105, assim distribuídos: cíveis — 70, criminais — 35.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais da região denominam-se "cicero-dantenses". Na sede municipal há um cinema em funcionamento.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística, por José de Almeida Costa e Robério Azeredo. — Chefe da Agência Municipal de Estatística: Enock de Sousa.)

CIPÓ — BA

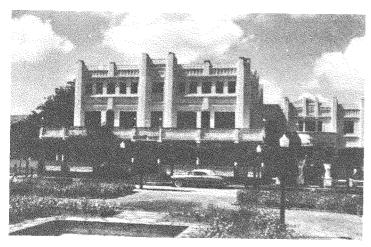
Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Em 1730, o padre Antônio Monteiro Freire, donatário de uma sesmaria no sertão do Itapicuru de Cima, dirigiu uma representação ao Vice-Rei do Brasil, a respeito da utilização das águas termais da região. Só em 1829, porém, o Govêrno da Província mandou construir, pelo capitão-mor João Dantas, um estabelecimento de banhos nas fontes da Missão da Saúde, a um quilômetro da vila de Itapicuru.

Vista parcial da cidade

Em 1833 a Câmara local participava a conclusão das obras.

Já em 1831, a Lei provincial número 186 mandava construir, no lugar denominado Mãe-d'Água de Cipó, uma casa para abrigo dos doentes que procuravam aquelas fontes.

Anos depois, em 1843, a Assembléia mandou construir outra casa, que, tal a primeira, passou a ser chamada "Casa da Nação".

Muito tempo mais tarde as duas casas, abandonadas, ruíram quando de uma das enchentes do rio.

Radiwm Hotel

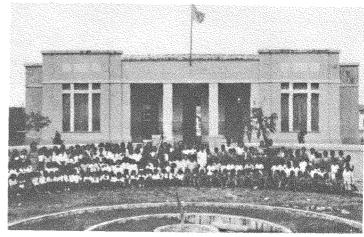
Várias tentativas foram feitas para a construção de um balneário, mas sòmente em 1928 foi concedida permissão para exploração industrial das águas, fato que ocorreu a 19 de março. Esta data assinala o início do progresso de Cipó, que a 8 de julho de 1931 foi elevado à categoria de município, por fôrça do Decreto estadual número 7 479. Em virtude dêsse mesmo Decreto, foram supressos e anexados ao seu território os municípios de Soure, ao qual Cipó pertencia na situação de povoado, Pombal, Tucano e Amparo.

Igreja de N. S.ª da Saúde

Em 27 de maio e 19 de setembro de 1933 e 18 de julho de 1935, pelos Decretos estaduais números 8 447, 8 643 e 9 600, respectivamente, os municípios de Tucano, Pombal, e Soure obtiveram autonomia. O município de Soure, porém, perdeu tôda a área necessária à formação do distrito-sede de Cipó, que juntamente com o território total do município de Amparo, que não logrou emancipação, formou o atual município de Cipó, ficando êste, segundo a divisão administrativa do País, vigente, composto de 3 distritos: Cipó, Ribeira do Amparo e Heliópolis.

Alguns anos depois, o governador do Estado, após verificar o estado de abandono em que permanecia o lugar, mandou concluir a rodovia Alagoinhas—Cipó e efetuar o levantamento semicadastral, com o objetivo de traçar o plano urbanístico da cidade.

A 16 de maio de 1935, Cipó era tornada estância hidromineral.

Segundo a divisão administrativa vigente em 31 de dezembro de 1956, Cipó continua constituído de 3 distritos: Cipó, Ribeira do Amparo e Heliópolis.

Grupo Escolar

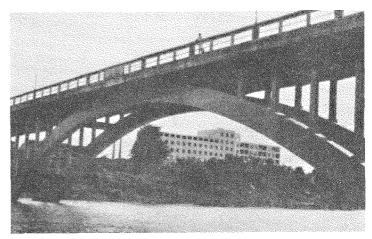
LOCALIZAÇÃO — O município de Cipó está situado na Zona Fisiográfica do Nordeste, totalmente incluído no Polígono das Sêcas. É banhado pelo rio Itapicuru. Limita com os municípios de Cícero Dantas, Itapicuru, Nova Soure, Ribeira do Pombal e Tucano. As coordenadas geográficas da sede municipal são as seguintes: 11° 05' 58" de latitude sul, e 38° 31' 21" de longitude W. Gr. Dista da Capital do Estado, em linha reta, 202 km; rumo de Salvador em direção à sede municipal — N.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Segundo os dados do Conselho Nacional de Geografia, tomando por base o monumento a Juraci Magalhães, na praça do mesmo nome, a altitude da sede municipal é de 131,4874 metros.

ÁREA — A área do município é de 999 quilômetros quadrados.

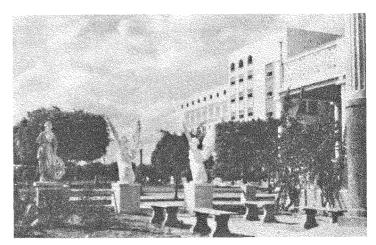
ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos do município, são os seguintes: rio Itapicuru, rio Real, rio Itapicuru-Mirim ou rio Quente, riacho da Ribei-

Vista da Praça Juracy Magalhães

Ponte Getúlio Vargas

ra, riacho Sêco da Baixa do Tubarão, cachoeira do Rio Quente e serra do Cambotá.

CLIMA — O clima é ameno no período de abril a setembro; bastante quente durante os dias de outubro a março, época em que a temperatura atinge o máximo de 37°C. A temperatura da sede municipal apresentou em 1956 os seguintes dados: média das máximas — 39°C; média das mínimas — 9°C; média compensada — 26°C. Precipitação anual — 357 mm.

RIQUEZAS NATURAIS — *De origem mineral* — Água termal terapêutica, pedras e areia para construção; *de origem vegetal* — madeira para construção, lenha, castanha de caju, fibra de caroá, carvão vegetal, ouricuri, paina de sêda; *de origem animal* — animais silvestres e peixes.

POPULAÇÃO — A população do município era, em 1950, por ocasião do Recenseamento Geral, de 19 867 habitantes (9 770 homens e 10 097 mulheres), havendo predominância das pessoas que se declararam de côr parda, em número de 14 151. O grupo de brancos era o segundo em número, com 4 341. O total de pretos ascendia a 1 186. Havia 11 amarelos e 178 pessoas que não declararam a côr. Os estrangeiros

Balneário Caldas

totalizavam 4 pessoas e havia apenas 1 brasileiro naturalizado. Declararam-se católicos romanos, 19 590 indivíduos, 78 protestantes, 23 espíritas; havia 71 pessoas de outras religiões, 101 não declararam que religião professavam e 4 não tinham religião. Do total da população, 87% se localizam no quadro rural.

Piscina Termal

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Existiam, em 1950, três aglomerações urbanas com a seguinte população: cidade de Cipó — 1 769 hab. e vilas de Heliópolis — 420 hab. e Ribeira do Amparo — 411 hab. O efetivo populacional da cidade de Cipó estimado para 1957 é de 2 400 habitantes.

OUTRAS AGLOMERAÇÕES — Além da cidade e das vilas, o município conta os principais povoados abaixo, cuja população estimada para 1957 é a seguinte: Boa Hora — 400 hab., Barrocas — 250 hab., Tijuco — 250 habitantes.

ATIVIDADE ECONÔMICA — De acôrdo com o Recenseamento de 1950, 39,7% das pessoas em idade ativa (10 anos e mais), estão ocupadas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura". Em 1950, contava Cipó 1 685 estabelecimentos agropecuários, dos quais 1 013 com exploração de agricultura — área de 12 414 hectares — (995 exploravam a agricultura em pequena escala), 584 com atividades mistas, numa área de 18 232 hectares (a totalidade com atividade em pequena escala), e 45 dedicados à pecuária, com área de 1 748 hectares (30 em pequena escala).

Hotel Balneário

Da área dêsses estabelecimentos — 32 869 hectares —, cêrca de 20% eram ocupados com lavouras e 20% com pastagens; os restantes 60% eram ocupados com matas, terras incultas e improdutivas.

Os principais produtos agrícolas em 1955 foram os seguintes: côco-da-baía, cana-de-açúcar, mandioca, banana, manga, cebola, arroz com casca, limão e tomate, cuja produção atingiu 2 659 milhares de cruzeiros.

Os principais mercados compradores dos produtos agrícolas de Cipó são Alagoinhas e Salvador. Quanto à pecuária, contava o município, em 1955, 11 300 cabeças de bovinos, 11 000 de ovinos, e 11 000 de caprinos. O valor total do gado é estimado em 41 milhões de cruzeiros, valendo o gado bovino 23 milhões de cruzeiros, o ovino e o caprino, 3 milhões cada um.

Predominam os estabelecimentos agropecuários com menos de 50 hectares, cujo número se elevava a 1 603, com área total de 24 672 hectares; a área total dos 82 estabelecimentos com mais de 50 hectares ascende a 12 112 hectares, ou seja, 37% do total.

Balneário da cidade

A produção extrativa vegetal no município embora variada é modesta; em 1955, atingiu as cifras abaixo em milhares de cruzeiros: caroá — 13, castanha de caju — 30, ouricuri (coquilhos) — 9 e paina — 120.

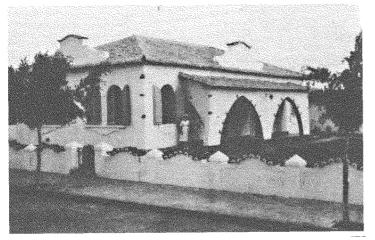
É pequena a produção industrial, tendo atingido, em 1955, apenas a casa dos 2 395 milhares de cruzeiros.

Existe em Cipó elevado número de pessoas que se dedicam ao artesanato, cujas peças são verdadeiros objetos de arte popular. De cerâmica são fabricados cinzeiros, garrafas, moringas, jarros, vasilhames diversos, etc.; de cipó e de palha de ouricuri, fazem-se bôlsas, sacolas várias, cêstas, revestimentos para copos e garrafas e outros utensílios; de algodão, são feitas rêdes, rendas, peças de crochê, etc.; e de caroá, rêdes, "boca-pios", cordas, espanadores, etc.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se a cidade de Cipó à Capital Federal, à Capital do Estado e às cidades vizinhas pelos seguintes meios de transporte: à Capital Federal — rodovia 1 839 quilômetros; à Capital do Estado — rodovia 268; às cidades vizinhas de Cícero

Grande Hotel Caldas

Dantas — rodovia 65 km; Itapicuru — rodovia 52 quilômetros; Nova Soure — rodovia 16 km; Ribeira do Pombal — rodovia 31 km; Tucano — rodovia 62 quilômetros. Liga-se ainda com a cidade sergipana de Tobias Barreto, por rodovia 83 quilômetros. Há um campo de pouso para pequenos aviões. Dispõe de uma agência postal-telegráfica do D.C.T. e de uma estação radiotelegráfica da polícia.

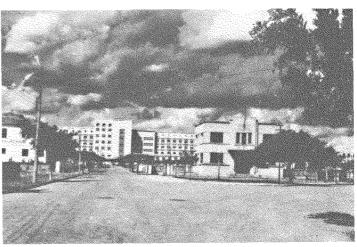
COMÉRCIO E BANCOS — O comércio local mantém transações principalmente com as praças de Alagoinhas, Salvador e Aracaju, de onde importa a maioria dos artigos consumidos no município. Existem na sede municipal 28 estabelecimentos comerciais varejistas e uma agência do Banco Econômico da Bahia S. A., instalada em 17 de fevereiro de 1955. O giro comercial atingiu, em 1955, a 16 900 milhares de cruzeiros. Na cidade, nas vilas e principais povoados, realizam-se feiras semanais de grande importância, visto ser a ocasião em que a população, principalmente a localizada na zona rural, expõe os produtos da lavoura, atraindo os feirantes e comerciantes que ali compram produtos para exportação. O salário-mínimo oficial decretado para a 4.ª Sub-região e da qual faz parte o município é de Cr$ 2 000,00.

Pôsto de Puericultura

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Cipó, estância hidromineral, está situada à margem direita do rio Itapicuru, em plena região das caatingas. Apresenta aspecto moderno, com 22 logradouros públicos, dos quais 6 pavimentados, 13 arborizados, e alguns ajardinados. Seis logradouros são abastecidos de água canalizada, treze servidos de luz elétrica, e três ligados à rêde de esgotos. Merece destaque a Praça Juraci Magalhães, considerada uma das principais artérias. Conta com 582 prédios, dos quais 269 servidos de luz elétrica e 10 abastecidos de água canalizada. Um número considerável de prédios apresenta estilo moderno, destacando-se, pelas suas linhas, o Grande Hotel, um dos mais importantes estabelecimentos de hospedagem do Estado, a Prefeitura Municipal, a Agência dos Correios e Telégrafos, o Quartel da Polícia Militar e o Pôsto de Saúde do Estado. Existem quatro hotéis, quatro pensões, uma agência do Departamento dos Correios e Telégrafos e uma estação radiotelegráfica da Polícia Militar.

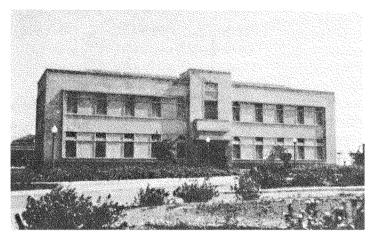
Vista do Mercado Municipal

Pôsto de Higiene

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária à população é prestada pelo Pôsto de Higiene do Estado e pelo Pôsto de Puericultura da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância "Nossa Senhora da Saúde de Cipó". O município integra o Setor número 3, sediado em Alagoinhas, do Departamento Nacional de Endemias Rurais, que também assiste a população. Exercem a profissão na cidade dois médicos e um dentista. Funciona uma farmácia.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Na sede municipal funciona uma associação de caridade.

Rua Pedro II, vendo-se a Agência dos Correios e Telégrafos

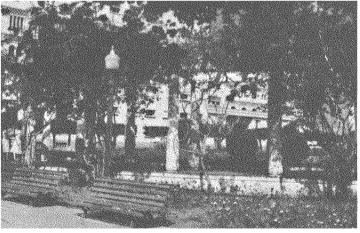
ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com os dados do Recenseamento de 1950, a população de 5 anos e mais era de . . 16 458 habitantes, da qual sabiam ler e escrever 3 489, ou seja, apenas 21,19%.

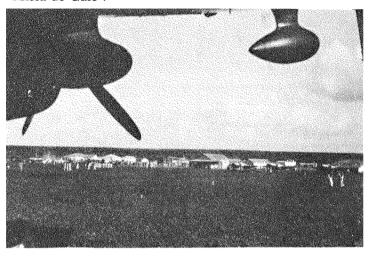
ENSINO — Existiam, em 1956, 18 unidades escolares do ensino fundamental comum, tendo a matrícula efetiva atingido a cêrca de 1 100 alunos. Das unidades escolares, qua-

Prefeitura Municipal

tro eram estaduais e 14 municipais, destacando-se o Grupo Escolar Getúlio Vargas, sediado na cidade.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existem 2 bibliotecas. Sòmente a da Prefeitura Municipal conta mais de 1 000 volumes.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — A cidade de Cipó, pelas condições de que dispõe como estância hidromineral, vem atraindo não só turistas, que constantemente a visitam, como, principalmente, doentes de várias localidades baianas e até de outros Estados que ali procuram lenitivo para os seus males. É considerada estação de cura e repouso. Nascem suas fontes a 10 metros da margem direita do rio Itapicuru. Tais águas, utilizadas em banhos, têm efeito de excitação térmica e poder radioativo, pela influência estimulante de seus sais, traduzindo-se pela baixa de pressão arterial em seus valores máximo e mínimo, verificada nos primeiros dias da cura, e por modificações cutâneas. São indicadas particularmente nas afecções da pele, diátese úrica em tôdas as suas manifestações e doenças do aparelho digestivo. Usadas em injeções hipodermicas, já produziram efeitos diuréticos em cirrose hepática e ascite. Não são engarrafadas, tendo emprêgo apenas para banhos. Com o objetivo de oferecer aos banhistas maior confôrto, foi construído um hotel de luxo, atualmente arrendado, com 90 apartamentos e demais dependências, além de balneário completo de água termal, banheiros para imersão, cabines de inalação, bebedouro, piscina e gabinete médico. A par da iniciativa pública, está a particular, consubstanciada em mais 3 hotéis e 4 pensões.

CULTOS RELIGIOSOS — Há no município a Paróquia Nossa Senhora do Amparo, sediada na vila de Ribeira do Amparo e subordinada ao Arcebispado da Bahia. Além da igreja matriz, conta com 15 capelas, 3 associações religiosas do culto católico e 1 templo do culto protestante.

Galeria para passeio, em forma de ramada e coberta de plantas trepadeiras (pergola)

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Os principais festejos são: Natal, comemorado festivamente pela população que rende sincera homenagem ao Menino Jesus. Na igreja, ocorre a tradicional "Missa do Galo".

Campo de pouso local

São João é comemorado pela população de todo o município, havendo queima de fogos de artifício, e fogueiras. Os céus iluminam-se com balões. Nas casas residenciais são servidos às pessoas amigas, cangica de milho verde, doces, licores, principalmente o de genipapo. Há bailes que se prolongam até a madrugada. No dia 8 de setembro se realiza com brilhantismo, a festa de Nossa Senhora da Saúde, padroeira local, encerrada com procissão através das principais artérias da cidade.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — No município de Cipó, votaram 2 869 eleitores nas eleições de 1954. A Câmara Municipal está composta de 8 vereadores. Em 1956, era 87 o total de funcionários civis em exercício, e assim se qualificavam: 14 federais, 29 estaduais, 43 municipais e 1 autárquico.

Balneário de Caldas

A segurança pública está garantida por 12 policiais militares. Têm sede na cidade de Cipó a 9.ª Região da Inspetoria do Trânsito e a Delegacia Regional de Polícia da 6.ª Região, ambas subordinadas à Secretaria de Segurança Pública do Estado.

Aspecto parcial da volta do rio em tôrno da cidade

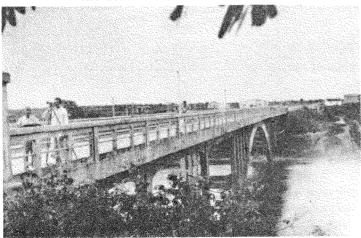
Também estão sediadas em Cipó a 26.ª Circunscrição Escolar do Interior e a 38.ª Circunscrição da Décima Quarta Região Fiscal do Interior.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro abaixo apresenta os resultados da arrecadação pública e da despesa municipal no setênio 1950 — 1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA PELO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	168	361	459	158	512
1951.......	168	471	560	219	765
1952.......	203	747	671	274	626
1953.......	260	458	1 070	281	1 044
1954.......	449	814	1 071	373	1 139
1955.......	354	1 055	1 057	379	1 042
1956.......	543	970	1 537	381	1 544

JUSTIÇA — Desde sua criação, o município foi Têrmo judiciário da comarca de Inhambupe.

De acôrdo com as divisões territoriais datadas de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, bem como no quadro anexo ao Decreto-lei estadual número 10 724, de 30 de março de 1938, os municípios de Cipó e Soure compõem o têrmo de Cipó, subordinado à comarca de Inhambupe, assim continuando até 2 de julho de 1949 quando, por fôrça da Lei estadual número 175, foi Cipó elevado à categoria de comarca de segunda entrância, compreendendo os Têrmos e municípios Cipó e Nova Soure, continuando até hoje com a mesma situação.

Conta 11 cartórios, sendo 3 do Registro Civil. O total de feitos julgados em 1956 foi de 85, assim distribuídos: cível 67 e crime 18.

Ponte sôbre o rio Itapicuru

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município denominam-se "cipoenses".

O nome Cipó ter-se-ia originado da existência de um cipoal numa fonte às margens do rio Itapicuru, onde foi construída a atual cidade.

O Prefeito em exercício em 30-V-1957 é o engenheiro civil Walter Galvão Cidreira e o Presidente da Câmara, eleito para o período legislativo que se iniciou em 30-V-1957, é o Sr. Pedro Ferreira da Silva. O primeiro Prefeito do Município foi o Sr. Petrônio Dantas Fontes.

A primeira Câmara Municipal compunha-se dos seguintes membros: Artur da Silva Rabelo, Amerina Góis, Domingos Castro, Elpídio José da Gama, João Bernadino Reis, José Raimundo da Cruz, Lino Moreira da Cruz e Pedro Gil da Anunciação.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística por José de Almeida Costa. — Chefe da Agência Municipal de Estatística: Antônio Júlio de Castro.)

COARACI — BA

Mapa Municipal na pág. 71 do 6.º Vol.

HISTÓRICO — A área que integra o atual município de Coaraci, anteriormente à data de sua emancipação, pertencia ao município de Ilhéus.

Sabe-se que até o ano de 1919 o território do município era encoberto por matas espêssas e inexploradas; aqui e acolá, podiam-se descortinar poucas e rudimentares plantações de cacaueiros e parca pastagem. A essa época, existia uma só casa no local onde fica a atual cidade de Coaraci; era uma casa de residência e comércio ao mesmo tempo; seus proprietários eram os Srs. Laudelino Monteiro e João Maurício que a edificaram à margem do rio Almada, próximo ao local onde se atravessa a vau para atingir a outra margem no lugar Ribeirão da Lagoa, cujas terras estavam sendo desbravadas. A casa era de linhas modestas e feita de taipa. O local onde então era atravessado a vau forma hoje um hiato entre as ruas Dois de Julho e Presidente Dutra.

Com a chegada, algum tempo mais tarde, àquelas plagas, de um cidadão de nome Manuel Pereira, natural de Santo Amaro, homem trabalhador, meio alfabetizado e possuidor de idéias progressistas, tem início uma fase de melhoramento mais acentuado no rudimentar lugarejo. O Senhor Manuel Pereira lança-se ao trabalho do desbravamento das terras e consegue efetuar uma promissora plantação de cacaueiros à margem esquerda do rio Almada, fronteiriça à atual Avenida Ilhéus. Essa plantação constituiu-se, posteriormente, numa fazenda com a denominação de Berimbau — ainda existente.

A povoação que surgia recebeu o topônimo de Macacos, pelo fato de o ribeirão que a banhava ter essa denominação. Acontece, porém, que seus habitantes sentiam-se melindrados quando, alhures, tinham de fazer declaração de naturalidade: "sou de Macacos" — era a maneira como tinham de responder quando argüidos a respeito. Assim, por inspiração do já citado Manuel Pereira, "Macacos" passou a ser chamada Itacaré do Almada.

Em 1933 foi criado o distrito policial e o de paz, tendo o Sr. Manuel Pereira ocupado as funções de Subdelegado de Polícia.

O distrito foi criado pela Lei estadual número 8 678, de 13 de outubro de 1933, com a denominação simplificada para Itacaré e integrando o município de Ilhéus.

O distrito de Itacaré aparece nas divisões administrativas do Brasil de 1933, 1936 e 1937 e, bem assim, no quadro anexo ao Decreto-lei estadual número 10 724, de 30 de março de 1938, que elevou o arraial-sede do distrito de Itacaré à categoria de vila, com a mesma denominação.

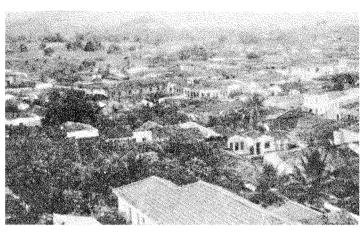
O Decreto estadual número 11 089, de 30 de novembro de 1938, mudou o nome do distrito e o da sua sede para Guaraci que, por sua vez, foi alterado para Coaraci, por fôrça do Decreto-lei estadual número 141, de 31 de dezemzro de 1943, retificado pelo Decreto estadual número .. 12 978, de 1.º de junho de 1944.

A vila de Coaraci foi elevada à categoria de cidade, pela Lei estadual número 515, de 12 de dezembro de 1952. Essa mesma Lei criou o município de Coaraci, com território desmembrado do de Ilhéus, e deu-lhe um único distrito: o da mesma denominação. Um ano mais tarde foi criado o distrito de Almadina (ex-Pouso Alegre) pela Lei estadual número 628, de 30 de dezembro de 1953.

LOCALIZAÇÃO — O município de Coaraci está situado na Zona Cacaueira da Bahia. Limita com Ilhéus, Itabuna, Itajuípe e Poções.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 200 metros.

ÁREA — Tratando-se de município novo, ainda não há dados positivos a respeito da sua extensão territorial, a qual, contudo, está estimada em 284 km².

Vista parcial da cidade

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos do município de Coaraci são: o rio Almada; uma queda d'água, situada nas proximidades da cidade, com potencial que está sendo aproveitado para a produção de energia elétrica; e a serra Corcovado, situada a 18 quilômetros, cujo pico constitui o ponto mais alto do município.

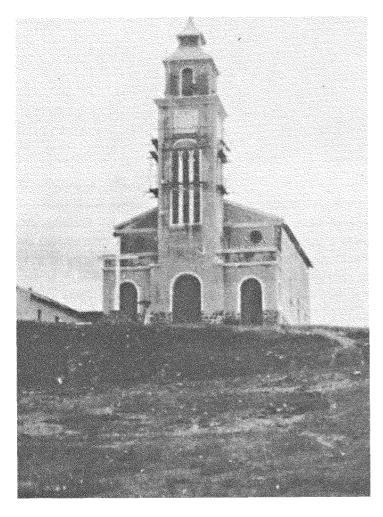
CLIMA — O clima é ameno; quente e sêco no verão e frio e úmido no inverno, como se verifica em quase todos os municípios da região sul da Bahia. A temperatura média é de 24ºC.

RIQUEZAS NATURAIS — A flora coaraciense é muito rica em madeiras de lei, tais como, cedro, peroba, jequitibá, pau-d'arco e outras. Entre os produtos minerais, salienta-se a existência de manganês, sobretudo na fazenda Duas Barras, distante apenas 7 km da cidade.

POPULAÇÃO — Os resultados do Recenseamento Geral de 1950 revelaram que o então distrito de Coaraci (que integrava o município de Ilhéus) possuía uma população de 19 962 habitantes. A estimativa para o ano de 1957 é de 25 000 pessoas.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — A principal aglomeração urbana do município de Coaraci é a sua sede municipal que pelo Censo de 1950 possuía 7 126 habitantes, sendo um dos núcleos urbanos mais populosos do Estado. A segunda aglomeração urbana de maior importância é a vila de Almadina (antigo povoado de Ponso Alegre) com cêrca de 2 000 habitantes.

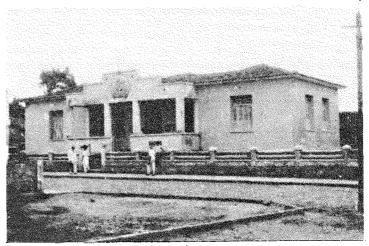
OUTRAS AGLOMERAÇÕES — Existem os povoados de Garganta e Itamotinga, ambos com menos de 1 000 habitantes cada.

ATIVIDADE ECONÔMICA — A principal atividade econômica do município é a cultura do cacau. Cultiva-se também a cana-de-açúcar, a mandioca e o café. Existe uma promissora criação de gado, sobretudo bovino. Há, ainda, pequena indústria de couros e produtos similares, de produtos alimentares e de bebidas. A extração de borracha de seringueira constitui outra atividade econômica de Coaraci, sendo o volume de sua produção, em 1955, estimado em 3 100 quilos no valor global de Cr$ 37 200,00. O valor total da produção industrial do município em 1955 foi de .... Cr$ 227 000,00. O município em 1954 possuía 573 propriedades rurais cujo valor venal era de Cr$ 52 066 200,00.

Igreja Matriz

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade de Coaraci tem ligação rodoviária com tôdas as cidades limítrofes e também com outros centros urbanos. Liga-se à Capital Federal na distância de 1 491 km; Capital do Estado num percurso de 509 quilômetros; com os municípios vizinhos de Ilhéus 71 km, Itabuna 50 quilômetros, Itajuípe 24 km e Poções 340 quilômetros. A extensão total da rêde rodoviária interna do município é de 75 quilômetros.

COMÉRCIO E BANCOS — Coaraci mantém transações comerciais com Itabuna, Ilhéus e outras cidades da zona. Seu cacau é totalmente escoado pelo pôrto de Ilhéus. Possui 21 estabelecimentos atacadistas e 160 varejistas. Conta, também, 3 agências bancárias e 1 correspondente. O valor do giro comercial em 1956 foi de 185 700 milhares de cruzeiros. O salário-mínimo oficial estabelecido para a sub-região onde é localizada é de Cr$ 2 400,00.

ASPECTOS URBANOS — A cidade já conta algumas ruas e praças modernas, assim como bons edifícios e novas residências. Dispõe de 18 ruas calçadas, das quais oito a paralelepípedos e dez a pedras irregulares. A cidade possuía 7 126 habitantes, em 1950. Funcionam uma Agência Postal-telegráfica, um cinema (Cine Glória) e um cine-teatro (Cine-teatro Coaraci). É servida por luz elétrica contando, em 1956, 2 055 ligações domiciliárias. O consumo de energia em 1956 foi de 400 000 kWh. Registram-se 6 241 prédios, dos quais cêrca de 2 055 estão ligados à rêde de esgotos.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária é prestada pela unidade sanitária do Serviço Especial de Saúde Pública (S. E. S. P.), e através do Setor número 10, sediado em Ilhéus, do Departamento Nacional de Endemias Rurais. Há 6 médicos, 4 dentistas, 1 farmacêutico e 4 farmácias.

Prefeitura Municipal

ALFABETIZAÇÃO — Em 1950, a população de 5 anos e mais da cidade de Coaraci (então sede distrital) era de 6 123 pessoas, das quais, 2 435 sabiam ler e escrever.

ENSINO — Em 1956, funcionaram em Coaraci 37 unidades do ensino primário fundamental comum, sendo 7 estaduais, 28 municipais e 2 federais (Campanha de Alfabetização de Adultos). Havia, também, 1 ginásio e 1 Escola Comercial Técnica.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Circula 1 gazeta de periodicidade quinzenal. Existem 7 clubes de cultura física (futebol).

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A mais tradicional festa religiosa de Coaraci é a que se promove no dia 11 de fevereiro de cada ano em louvor a Nossa Senhora de Lourdes, padroeira da cidade. Nesse dia grande número de pessoas se desloca do interior do município para render homenagem à excelsa Padroeira. Do programa consta missa solene e tradicional procissão. Esse dia é considerado feriado municipal. O dia 24

Vista parcial da cidade

de junho é dedicado a São João Batista; os festejos têm início na véspera e caracterizam-se pela queima de fogos de artifício, danças em algumas casas de família, cangica e licores. Em 29 de junho se faz a festa de São Pedro e São Paulo; a sua característica popular se assemelha à de São João, sendo porém os promotores, geralmente, pessoas viúvas ou que tenham o nome de Pedro. Outra festa que ocorre em Coaraci é a dedicada a S. Cosme e S. Damião, a 27 de setembro de cada ano, e que se caracteriza pelo tradicional "caruru". As celebrações da "Semana Santa" também são realizadas, sendo a nota principal das referidas celebrações a Procissão do Senhor Morto.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O primeiro prefeito municipal tomou posse em 7 de abril de 1955, assim como a 1.ª legislatura municipal. O número de Vereadores em exercício, é de 8. Em 1956 contavam-se 93 funcionários públicos, sendo 10 federais, 8 estaduais, 74 municipais e 1 autárquico.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro a seguir transcrito indica as cifras que, no período de 1955-1956, foram arrecadadas no município pela União e pelo Estado, bem como as que, no mesmo período, foram arrecadadas e despendidas pela própria comuna.

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA PELO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal (1)	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1955	—	13 865	4 448	4 065	3 252
1956	—	11 917	5 247	4 318	4 976

(1) Não existe Coletoria Federal no Município.

JUSTIÇA — O têrmo de Coaraci pertence à comarca de Ilhéus.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — A pessoa que nasce em Coaraci chama-se "coaraciense". Segundo o Dr. A. J. de Souza Carneiro, "Coaraci" significa "sol".

O primeiro Prefeito, que é o atual, é o Sr. Aristides Oliveira. É o atual Presidente da Câmara o Sr. João Muniz Cardoso. Nome do primeiro Presidente da Câmara: Antônio Soares Lopes. Compuseram a primeira Câmara os Senhores: Antônio Soares Lopes, Antônio Airton de Carvalho Santos, Antônio Henrique Kruschewsky, Diogenes Mascarenhas de Almeida, Gilberto Lyrio, João Muniz Cardoso, Odilon José de Almeida e Oscar Ciriaco de Araújo.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística por Teófilo Santa Cruz Santos Silva. — Chefe da Agência Municipal de Estatística: José Valter dos Santos.)

CONCEIÇÃO DA FEIRA — BA

Mapa Municipal no 4.º Vol.

HISTÓRICO — Conta a tradição que a primeira penetração em terras do atual município de Conceição da Feira ocorreu em meados do século XVII, por indivíduos vindos não se sabe de onde, que aí se estabeleceram e fundaram um povoado.

O coronel ou mestre-de-campo, Manuel de Araújo de Aragão Correia, proprietário das terras denominadas "Saco", há duas léguas da freguesia sediada na vila de Nossa Senhora do Rosário do Pôrto da Cachoeira, graças ao seu espírito religioso, erigiu, aí, no ano de 1675, uma ermida que dedicou à "Nossa Senhora da Conceição".

Essa ermida, conforme noticiou o padre Antônio Pereira, então vigário da Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, sita na vila acima referida, ficou anexada àquela paróquia, por mandato do Arcebispo da Bahia, D. Sebastião da Vide.

A idéia de fundação de nova capela veio de Manuel Fernandes da Costa e sua mulher, D. Antônia Florinda de São José, que a construíram em terreno doado à Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, segundo escritura lavrada em 6 de outubro de 1830 na então vila de Nossa Senhora do Rosário do Pôrto da Cachoeira, pelo notário José Leonardo Muniz Barreto.

Foi êsse local escolhido para a construção da segunda capela, não só em virtude de estar no entroncamento de duas estradas reais, movimentadas, a do sertão e a do nordeste, mas também pelo fato de possuir ótimas nascentes d'água, até hoje consideradas da melhor qualidade pelo aspecto cristalino, ensejando o pouso de tropas.

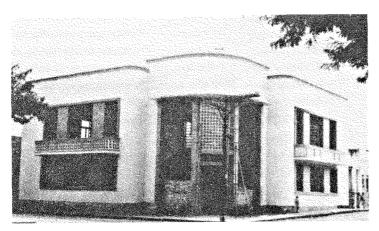
Terminada a construção da capela por Manuel Fernandes da Costa e sua mulher, começou a se desenvolver em redor dela a povoação; apareceram a feira, a casa de negócio e surgiu o arraial "Nossa Senhora da Conceição Nova da Feira".

Considerando que, terminada a construção do segundo templo, a capela inicial estava arruinada, Manoel Fernandes da Costa e sua mulher encaminharam petição ao representante da Província da Bahia, com resultado favorável, dizendo: "estar a mesma Capela com a necessária decência para se celebrarem os ofícios divinos, e ante as suas expontâneas vontades de oferecê-la, como a oferecem ao público para que nela se erija Matriz e Freguezia e Párocho, à vista da população que há e da distância em que está de 2 léguas da freguezia Matriz daquela Cidade de Cachoeira a que pertence, por cuja causa muito padece o povo na falta de pastor espiritual em suas maiores precisões".

Vista parcial da cidade

Foi a capela, consagrada a Nossa Senhora da Conceição, elevada à categoria de freguesia pela Lei provincial número 275, de 25 de maio de 1847, que criou também o distrito de paz de Conceição da Feira, subordinado à vila de Nossa Senhora do Rosário do Pôrto da Cachoeira.

No ano de 1911, o distrito de Conceição da Feira aparece na divisão administrativa do Brasil como componente do município de Cachoeira.

O arraial em causa foi elevado à categoria de vila de Conceição da Feira pela Lei estadual número 1 879, de 23 de julho de 1926, que também criou o município de igual nome, com os limites do seu distrito de paz e território desmembrado da comarca de Cachoeira.

Prefeitura Municipal

A instalação solene do município se deu às treze horas do dia 17 de outubro de 1926, com a presença do Dr. Francisco Marques de Góis Calmon, governador do Estado, do juiz de direito e do promotor público da comarca de Cachoeira, bem como do intendente municipal e do Presidente da Câmara daquela "Heróica Cidade", representantes de muitos municípios baianos, pessoas gradas e grande assistência.

Foi o município, porém, suprimido pelos Decretos estaduais de números 7 455, de 23 de junho de 1931, e 7 479, de 8 de julho do mesmo ano, tendo êste último diploma legal reanexado seu território ao de Cachoeira e criado, em Conceição da Feira, uma subprefeitura.

A restauração do município foi efetuado, com os limites anteriores, pelo Decreto estadual número 7 629, de 16 de setembro de 1931, assinado pelo general Raimundo Rodrigues Barbosa, no exercício interino do cargo de Interventor Federal na Bahia.

De acôrdo com a divisão administrativa de 1933 e as territoriais datadas de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, o município de Conceição da Feira compõe-se de um só distrito — o da sede.

A vila de Conceição da Feira foi elevada à categoria de Cidade do mesmo nome por efeito do Decreto-lei estadual número 10 724, de 30 de março de 1938.

Em conseqüência do Decreto-lei estadual número 141, de 31 de dezembro de 1943, que fixou o quadro da divisão judiciário-administrativa da Bahia vigente no qüinqüênio 1944-1948, foi extinto o município de Conceição da Feira e seu território anexado ao do município de Cachoeira; no entanto, foi restaurado pelo Decreto estadual número 12 978, de 1.º de junho de 1944, que retificou o mencionado quadro, ficando, assim, a comuna de Conceição da Feira, em 1944-1948, composta, apenas, do distrito-sede, ao qual se incorporou parte do de Afligidos, do município de São Gonçalo dos Campos, ex-São Gonçalo.

No qüinqüênio 1954-1958, de acôrdo com a Lei número 628, de 30 de dezembro de 1953, a divisão administrativa do Município permanece inalterada.

LOCALIZAÇÃO — O Município fica localizado na Zona Fisiográfica do Recôncavo e no vale do Paraguaçu. Limita com os municípios de Cachoeira, Muritiba e São Gonçalo dos Campos. As coordenadas geográficas da sede municipal são 12° 30' 30" de latitude sul e 38° 59' 30" de longitude W. Gr. Rumo à sede municipal, a partir da Capital do Estado, O. N. O.: dista de Salvador, em linha reta 69 quilômetros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Medições recentes, feitas pelo Conselho Nacional de Geografia, encontraram 227,2199 m, na cidade de Conceição da Feira, estando a chapa cravada ao lado esquerdo da porta principal da igreja-matriz, na Praça da Bandeira; no entanto, no trecho da rodovia São Gonçalo dos Campos—Conceição da Feira, a 5 metros da margem direita, 150 m além do marco quilométrico número 19, e a 4,9 km além da igreja matriz da cidade de São Gonçalo dos Campos, a altitude registrada é de 210,8060 metros.

ÁREA — A área é de 196 km²; Conceição da Feira é um dos menores municípios do Estado em extensão territorial.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O município tem 3/4 do seu território situados no planalto das chamadas "terras altas do rio Paraguaçu"; nas proximidades, porém, dêsse rio e do Jacuípe, apresenta alguns acidentes. Fazendo parte do maçiço Atlântico, bem próximo da sede municipal, começa a serra da Conceição, seguindo em direção ao rio Paraguaçu, com elevação máxima calculada em 410 metros. O território municipal é banhado pelo rio Paraguaçu, — que recebe o seu mais importante afluente, o rio Jacuípe, — e também, de norte a sul, pelo rio Acutinga, formado pelos riachos Bete

Jardim Público Municipal

e Murutuba. Há pequenas lagoas, destacando-se a do Cambêta e da Mangabeira. Distando nove quilômetros da cidade de Conceição da Feira, localiza-se a barragem "Jerry O' Conell", no rio Paraguaçu, com capacidade de ...... 15 600 H. P., extensão de 359 m e altura de 35 metros, alimentadora da Usina de Bananeiras, da Cia. Energia Elétrica da Bahia.

CLIMA — A temperatura na sede municipal apresentou as seguintes graduações: máxima 32ºC, mínima 17ºC, e média compensada 25ºC.

O clima é subtropical e ameno. A precipitação pluviométrica anual é estimada em 1 200 mm e a máxima em 24 horas, 160 mm. As chuvas são mais intensas no período de abril a. julho.

RIQUEZAS NATURAIS — As lagoas e os rios são piscosos. Há extração de lenha e madeira, embora em pequena escala. De origem mineral, existe em exploração a pedra para construção e consta haver ouro na única serra próxima da sede municipal. A produção extrativa, em 1955, elevou-se a 1 481 milhares de cruzeiros, tendo como principal produto a pedra para construção.

POPULAÇÃO — O município, segundo o Censo de 1950, possuía 10 532 habitantes, dos quais 5 014 do sexo masculino. No total dessa população predominavam 4 708 pardos, seguidos de pretos. Da população de 15 anos e mais, a maioria, 4 376, é constituída de 3 637 solteiros, seguidos de .. 2 058 casados; para cada grupo de 100 homens existe um equivalente de 126 mulheres. No quadro rural, localizam-se 78,67 por cento da população. Para o ano de 1957, a população do município de Conceição da Feira é estimada em 11 000 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — A única aglomeração urbana é a da cidade, com 2 246 habitantes, onde há predominância do sexo feminino com 1 279; encontra-se para um grupo de 100 homens equivalência de 132 mulheres. A população para o ano de 1957 é estimada em 2 400 habitantes.

OUTRAS AGLOMERAÇÕES — Conta ainda o povoado das Onze Mil Virgens, com a população estimada, para o ano de 1957, em 50 pessoas.

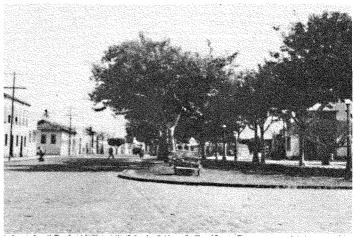
ATIVIDADE ECONÔMICA — A população em idade ativa, de 10 anos e mais, totaliza 7 452 habitantes; dêsses, .. 43,37% se dedicam ao ramo "agricultura, pecuária e silvicultura". A atividade fundamental à economia do município que faz parte da "zona fumageira" do Estado é a agricultura. Em 1955, localizavam-se no município 507 propriedades rurais, no valor de 8 960 milhares de cruzeiros.

Agricultura — A produção agrícola atingiu no ano de 1955, a 9 453 milhares de cruzeiros. A principal cultura é o fumo em fôlha com 345 toneladas no valor de 5 060 milhares de cruzeiros. A seguir, aparecem 8 000 toneladas de mandioca, no valor de 4 000 milhares de cruzeiros, e 15 000 quilos de feijão no valor de 192 milhares de cruzeiros. Cultiva-se, ainda, amendoim, banana, batata-doce, côco, laranja e milho. Os principais mercados compradores de seus produtos agrícolas são Feira de Santana, Salvador, Cachoeira e Santo Amaro. O Instituto Baiano de Fumo mantém campo de demonstração para fomento da cultura fumageira. Há um agrônomo.

Pecuária — A atividade pecuária tem significação econômica havendo, em pequena escala, exportação de gado bovino gordo para Feira de Santana, o seu principal mercado. Do rebanho existente, no ano de 1955, destacam-se 3 000 bovinos, 2 150 suínos e 750 ovinos.

Indústria — A produção industrial, no ano de 1955, elevou-se a 4 220 milhares de cruzeiros e tem no ramo "produtos alimentares" a maior atividade industrial, com 2 798 milhares de cruzeiros, equivalendo a 66% sôbre o valor produzido pela indústria local, aparecendo a farinha de mandioca, de fabricação rotineira, como o principal produto. Em seguida, coloca-se o ramo "material para construção" tendo um mil e oito milhares de cruzeiris de pedra britada como maior contribuinte. No ano de 1956, havia dois estabelecimentos industriais na sede municipal, ocupando mais de 5 pessoas.

Artesanato — A atividade artesanal é representada pelo fabrico de charutos por "charuteiras" domésticas.

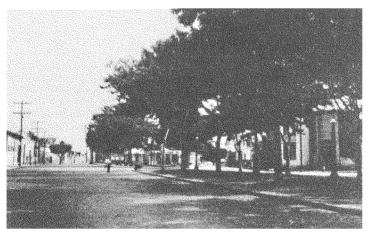
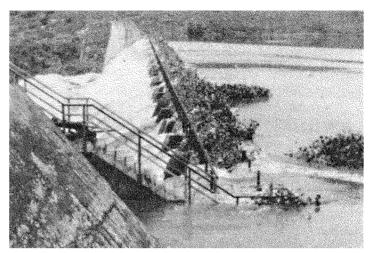
MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade é servida pela estação de "Conceição", inaugurada a 2 de dezembro de 1876, pertencente à Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, no percurso Mapele—Monte Azul e no início do ramal de Feira de Santana. O município é cortado pela estrada tronco Bahia—Espírito Santo, que passa pela sede municipal. A cidade de Conceição da Feira está ligada às sedes municipais vizinhas pelas seguintes vias:

Praça Marechal Deodoro da Fonseca

Cachoeira, ferrovia 16 quilômetros e rodovia 17 km; Muritiba, rodovia 23 km e mista — ferrovia até São Félix 17 quilômetros e rodovia 6 quilômetros; São Gonçalo dos Campos, ferrovia 11 km e rodovia 12 quilômetros. Liga-se diretamente à Capital do Estado, ferrovia 122 km e rodovia 152 quilômetros, e à Capital Federal, ferrovia 2 109 quilômetros e rodovia 1 600 quilômetros.

Funcionam a agência postal-telegráfica, inaugurada a 23 de agôsto de 1892, do Departamento dos Correios e Telégrafos e a da Estação ferroviária referida, que trabalha em tráfego mútuo com o D. C. T. Na cidade registra-se o "Centro Telefônico", interurbano, inaugurado a 9 de outubro de 1929, ligado à rêde da Cia. Energia Elétrica da Bahia.

COMÉRCIO E BANCOS — Os principais centros com que o comércio local mantém transações são: Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, Feira de Santana e Santo Amaro, de onde importa a maioria dos produtos consumidos no município. O comércio de fumo em fôlha é ativo, com agentes compradores de importantes firmas, havendo "trapiches" beneficiadores dêsse produto para fins de escolha, beneficiamento e classificação em diversos tipos. Em 1955 localizavam-se, no município, setenta e um estabelecimentos comerciais; dêsses, dois eram grossistas. No ano seguinte, na sede municipal, havia 51 firmas comerciais, das quais 4 eram atacadistas. O giro comercial, em todo o município, elevou-se a 37 500 milhares de cruzeiros, resultado bastante expressivo. O salário-mínimo oficial está fixado em 2 200 cruzeiros.

ASPECTOS URBANOS — A cidade está situada em planalto, na parte central do território do município, distando 1 quilômetro da serra da Conceição. As ruas estão construídas paralelamente ao curso das estradas e, por isso, são longas e pouco sinuosas. Possui 20 logradouros, dos quais 6 pavimentados e 5 arborizados e ajardinados, sobressaindo a Praça da Bandeira. A cidade tem parte de sua área pavimentada, sendo 25% de paralelepípedos, 10% de pedras irregulares; o restante está sem revestimento. Havia 633 prédios, em 1956.

Há edifícios importantes, como, a igreja-matriz, o Mercado Municipal, o prédio escolar e a Prefeitura Municipal — em fase de acabamento. O fornecimento de energia elétrica, para luz e fôrça, data de 30 de outubro de 1930, está a cargo da Cia. Energia Elétrica da Bahia, e em 31 de dezembro de 1956 contava 272 ligações. Localiza-se na cidade, o Cine "Conceição", com 152 lugares. Havia, em 31 de dezembro de 1956, 21 aparelhos ligados ao Centro Telefônico existente, de caráter urbano e interurbano. Foram registrados na Prefeitura Municipal, no correr daquele ano, 3 automóveis e 7 caminhões. A única pensão existente tem capacidade para hospedar 13 pessoas.

Rua Ruy Barbosa

Barragem de Bananeiras, no rio Paraguaçu, entre os municípios de Muritiba e Conceição da Feira

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O município integra o Setor número 4, sediado em Muritiba, do Departamento Nacional de Endemias Rurais. Funciona na cidade uma farmácia.

ALFABETIZAÇÃO — Do total da população de 5 anos e mais, 22,95% sabem ler e escrever, segundo revela o Censo de 1950. Havia, no referido ano, 1 921 pessoas de 5 anos e mais, das quais, 920 sabiam ler e escrever, constituindo maioria 501 mulheres.

ENSINO — Existiam, no ano de 1956, dezoito unidades escolares do ensino primário fundamental comum ocupando 26 professôres e com matrícula efetiva de 1 119 alunos.

Segundo a dependência administrativa, cabem ao Estado 16 escolas, 24 professôres e 1 012 alunos; ao município 1 escola, 1 professôra e 60 discentes, e o restante à atividade particular. Há um grupo escolar estadual bem aparelhado.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existe a Biblioteca Mário Barbosa, pública, da Agência de Estatística, que possuía 400 volumes no ano de 1956. Há um serviço de alto-falantes.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — A serra da Conceição, localizada próximo da sede municipal, tem 410 m de altitude. De seu cume são avistadas as cidades de São Gonçalo dos Campos, Muritiba e Feira de Santana e, na época das cheias, se pode apreciar a beleza dos vales dos rios Paraguaçu e Jacuípe, situados entre montanhas, estendendo-se por léguas o panorama descortinado.

A Barragem "Jerry O' Conell", conhecida por "Bananeiras", distante 9 km da cidade, com 359 metros de extensão, 31 m de altura e capacidade de 15 600 H.P., localizada no rio Paraguaçu, é digna de ser vista sobretudo na época de enchente. O turbilhão de espuma das águas que despencam oferece espetáculo de rara beleza.

CULTOS RELIGIOSOS — É a cidade sede de Paróquia, consagrada à Nossa Senhora da Conceição, subordinada ao Arcebispado da Bahia, contando a igreja matriz e seis ca-

pelas públicas. Há, ainda, um templo onde se pratica o culto protestante.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A principal festa religiosa é a da Imaculada Conceição, padroeira da cidade. Tem início, com novenário, a 30 de novembro e termina no dia 8 de dezembro de cada ano, com missa solene e pomposa procissão percorrendo as mais importantes ruas da cidade.

O carnaval é bastante animado, sobretudo porque atrai pessoas de outros municípios em grande número; é a principal festa popular.

O dia 23 de junho é feriado municipal comemorativo da data de elevação de Conceição da Feira à categoria de cidade.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O município conta 1 516 eleitores inscritos dos quais votaram nas últimas eleições, no ano de 1954, cêrca de 1 141. Há 8 vereadores em exercício. Encontram-se 89 funcionários civis em exercício, sendo 33 federais, 33 estaduais, 9 municipais e 4 autárquicos.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro abaixo dá a situação das finanças federal, estadual e municipal, no setênio .. 1950-1956.

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	—	452	566	172	685
1951.......	—	555	534	211	454
1952.......	—	393	829	187	587
1953.......	—	486	919	207	722
1954.......	—	556	796	221	771
1955.......	—	1 174	938	321	893
1956.......	252	2 059	1 400	550	1 639

JUSTIÇA — Segundo as divisões territoriais datadas de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, bem como o quadro anexo ao Decreto-lei estadual número 724, de 30 de março de 1938, e o fixado pelo Decreto estadual número 11 089, de 30 de novembro de 1938, para vigorar no qüinqüênio 1937-1943, o município de Conceição da Feira está sob jurisdição da comarca de Cachoeira.

Extinto pelo Decreto-lei estadual número 141, de 31 de dezembro de 1943, que fixou o quadro territorial em vigor no qüinqüênio 1944-1948, Conceição da Feira foi restabelecido pelo Decreto-estadual número 12 978, de 1.º de junho de 1944, continuando, todavia, subordinado à comarca de Cachoeira. Em 2 de julho de 1949, foi criado o têrmo de Conceição da Feira, pela Lei de Organização Judiciária número 175, ocorrendo a instalação a 2 de setembro do mesmo ano. No qüinqüênio 1954-1958 continua o têrmo de Conceição da Feira, subordinado à comarca de Cachoeira. Há 4 cartórios; dêstes, 1 é o do Registro Civil. No ano de 1955, foram julgados 29 feitos, sendo 9 no cível.

VULTOS ILUSTRES — *Inocêncio de Almeida Boaventura* — Nasceu na freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Feira, atual cidade de Conceição da Feira, que, naquela época, ainda fazia parte do município de Cachoeira, no dia 21 de agôsto de 1872. Era filho de Francisco Alves Boaventura e D. Clementina de Almeida Boaventura. Após fazer os primeiros estudos, matriculou-se na Escola de Medicina da Bahia, formando-se em 1896. Dedicou-se largo tempo à clínica, demonstrando grande talento e mostrando-se, também, muito caridoso. Em 1922 ocupou a Intendência Municipal de Cachoeira, cargo no qual se revelou administrador de muito tino, incrementando grandemente o progresso municipal; deixou o cargo em 1925, falecendo no ano seguinte, 1926, aos 25 de junho, na cidade de Cachoeira, deixando grande popularidade ali e nas vizinhanças.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município se denominam "Conceiçoenses". O Prefeito em exercício é o Sr. Hélio Mascarenhas Cardoso e o Presidente da Câmara, eleito para o período iniciado a 7 de abril de 1957, é Reinério Mascarenhas da Costa. O 1.º Intendente foi o Sr. Elpídio Cardoso de Santana. Compuseram o primeiro Conselho Municipal os Srs. José Nilo Vieira, Manoel Sóter Bittencourt, Pedro Pinheiro de Carvalho, Reinaldo Bittencourt, Aristides Cardoso Filho e Corbiniano Ribeiro. O local em que teve início o povoado, traz, hoje, o nome de "Conceição Velha". A cidade é procurada para veraneio, no fim do ano, por pessoas de localidades distantes, sobretudo da Capital do Estado, devido ao excelente clima e à ótima qualidade de sua água.

Na freguesia da Conceição existia a feira mais importante da região e, por isso, os que a ela se reportavam diziam "Conceição da Feira"; essa a origem do topônimo do município.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística, por José Pereira Tôrres Filho. — Chefe da Agência Municipal de Estatística: Osório de Oliveira Bittencourt.)

CONCEIÇÃO DO ALMEIDA — BA

Mapa Municipal no 4.º Vol.

HISTÓRICO — O território do município de Conceição do Almeida pertenceu ao município de São Felipe. No ano de 1872, os primeiros donos do terreno, onde hoje está instalada a sede do município, construíram uma capela sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição, vulgarmente denominada "Capela do Almeida", pelo fato de seus construtores serem membros da tradicional família Almeida Sande. A origem do topônimo deve-se à combinação do nome da padroeira — Conceição com o da família Almeida. Antes de ser município já se denominava Freguesia de Conceição do Almeida.

Logo depois da proclamação da República os chefes políticos dos partidos Liberal e Conservador, existentes na então Freguesia de Conceição do Almeida, uniram-se em um só propósito e deliberaram organizar uma comissão — tendo à frente a figura do coronel José Leandro Gesteira, composta dos Srs. Laurentino E. Mastique, Severiano Pedreira de Almeida, Francisco P. Rocha, Gregório Malaquias de Almeida e padre Elesbão A. Sampaio — para pessoalmente solicitar ao governador do Estado a desanexação da Freguesia do Almeida do domínio de São Felipe. Foi atendido e executado o pedido pelo Ato do govêrno do Estado, datado de 18 de julho de 1890, que criou o município de

12 — 24 936

Conceição do Almeida, verificando-se a sua inauguração a 4 de agôsto do mesmo ano.

Pouco tempo depois, assumiu o govêrno do município, na qualidade de intendente, por aclamação do povo, o coronel José Leandro Gesteira, homem largamente estimado, de grande prestígio político e de apreciável capacidade administrativa.

Naquela época o município compunha-se de 4 distritos, assim denominados: sede (Conceição do Almeida), Comércio, Santana do Rio da Dona e Sururu.

A sede permaneceu na categoria de vila de Conceição do Almeida até 16 de agôsto de 1909. No dia 17, pela Lei estadual número 761, foram concedidos foros de cidade à sede municipal, com o topônimo de Afonso Pena, extensivo êsse nome ao município e ao seu distrito-sede.

Em 1944, por fôrça do Decreto-lei estadual número .. 12 978, de 1.º de junho, foi restaurado o nome primitivo de Conceição do Almeida, e ficou constituído dos seguintes distritos: Conceição do Almeida, Comércio e Rio da Dona.

O antigo distrito de Sururu passou a pertencer ao município de Castro Alves. Esta constituição distrital permanece inalterável no quadro estabelecido pela Lei 628 para o qüinqüênio 1954-1958.

LOCALIZAÇÃO — O município localiza-se na Zona Fisiográfica do Recôncavo. Está situado numa planície, entre os rios Mutum e Cedro, limitando com os municípios de Cruz das Almas, São Felipe, Santo Antônio, Castro Alves e Sapeaçu.

A sede municipal possui as seguintes coordenadas geográficas: 12° 48' 45" de latitude Sul e 39° 15' 20" de longitude W. Gr. Seu rumo, partindo da Capital do Estado é de O. N. O., da qual dista 72 quilômetros, em linha reta.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da cidade é de 190 metros.

Igreja Matriz

ÁREA — É de 276 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos são: *rios* — Araçá ou Pilões, Jaguaripe, Mocambo, Sururu e riacho do Cedro.

Ramificações da Serra do Orobó cortam o município e se estendem até o rio Paraguaçu.

CLIMA — O clima é muito quente no verão e, no inverno, o frio é intenso, conseqüência da situação da cidade em planalto.

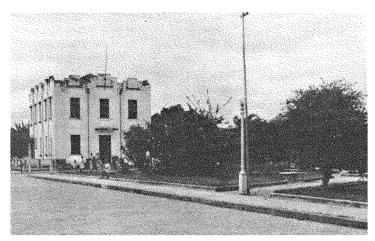
Por falta de pôsto meteorológico, não pode ser dada com precisão a temperatura média que, entretanto, se estima em 29 graus centígrados.

RIQUEZAS NATURAIS — O município não possui riquezas naturais dignas de menção. Registram-se apenas pequenas reservas de lenha.

POPULAÇÃO — A população, conforme revela o Censo de 1950, era de 25 407 habitantes, sendo 12 222 homens e .. 13 185 mulheres. Havia predominância dos indivíduos de côr parda que somavam 11 468. Quanto ao estado civil, os solteiros estavam em maioria com 8 282 contra 5 597 casados. Da população, 90% localizavam-se na zona rural.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — As aglomerações urbanas existentes, conforme revela o Recenseamento de 1950, eram as seguintes: cidade de Conceição do Almeida — .. 2 026 hab., Comércio — 313 hab.; e Rio da Dona — 200 habitantes.

OUTRAS AGLOMERAÇÕES — Além da cidade e vilas, existiam os seguintes povoados, cuja estimativa demográfica para 1956, era a seguinte: Sapatuí — 889 habitantes;

Taboleiro de Meneses — 849 hab.; Pau Cedro — 613 habitantes; Boa Vista — 529 hab.; Riachão — 508 habitantes; Mirante — 485 hab.; Mombaça — 424 hab.; Pastinho — 347 hab.; Coração de Jesus — 354 hab.; Sousa — 305 habitantes; Araçá — 256 hab.; Taboleiro das Lamas — 221 habitantes; Jôgo da Bola — 208 hab., Ponto — 251 habitantes; Água Branca — 185 hab., Fazenda — 183 habitantes; — Cajàzeira — 145 hab.; São José — 160 habitantes e Ramos — 133 habitantes.

Praça Edgard Tupiambá

ATIVIDADE ECONÔMICA — Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais), 43,3% estavam ocupadas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura", conforme revela o Recenseamento de 1950.

A principal atividade econômica é a cultura do fumo, vindo a seguir o café, a mandioca, o amendoim, o feijão, o milho, a batata-doce e as hortaliças. A produção agrícola alcançou em 1955 a cifra de 66 853 milhões de cruzeiros. O criatório e engorda de gado é explorado porém em pequena escala.

Há no município um Campo de Cooperação do Instituto Baiano do Fumo, e outro de Oleoginosos, pertencente ao Departamento da Produção Vegetal da Secretaria de Agricultura do Estado.

A indústria não tem significação econômica, sendo a maior produção a de farinha de mandioca.

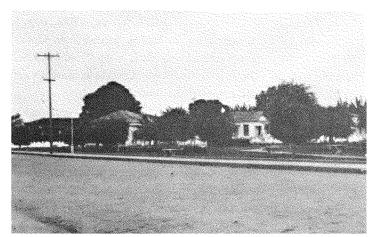
MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — Liga-se a cidade à Capital Federal, à Capital do Estado e às cidades vizinhas por estrada de rodagem nos percursos seguintes: Capital Federal — 1 555 quilômetros; capital do Estado — 215 km; Castro Alves — 40 quilômetros: Santo Antônio de Jesus — 31 km; São Felipe — 15 quilômetros; Sepeaçu — 6 quilômetros; Cruz das Almas — 19 quilômetros.

Rua Araújo Pinho

O município é cortado pela rodovia BR-5 e a ponta dos trilhos da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro já chegou até aí, embora não haja, ainda, trens em tráfego.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio da localidade mantém transações com as praças de Salvador e Cruz das Almas. Contam-se 32 estabelecimentos varejistas. O seu giro, em 1956, foi de 74 275 milhares de cruzeiros. A exportação de fumo em fôlha alcançou, também, em 1955, mais de 50 milhões de cruzeiros. O salário-mínimo fixado para o município é de 2 200 cruzeiros.

ASPECTOS URBANOS — A cidade está situada num planalto, à margem da rodovia BR-5. É ponto terminal da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro que ligará a cidade a Santo Antônio de Jesus e à Capital do Estado. Conta 26 logradouros, sendo 22 pavimentados e 3 arborizados, possuindo os primeiros luz elétrica, estando os 3 últimos ligados à rêde de esgôto.

Há 794 prédios, dos quais 234 estão servidos de iluminação elétrica. O principal logradouro é a Praça Edgard Tupinambá, onde está localizado o paço municipal e os mais destacados armazéns compradores de fumo.

Vista parcial da Praça Dr. Landulfo Alves

Funcionam um cinema, duas pensões e uma Agência do D.C.T., comunica-se com a capital do Estado por meio de telefone.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária é prestada, apenas, às crianças, por intermédio do Pôsto de Puericultura "Maria Amélia Matagão Gesteira", mantido pela Associação de Proteção à Maternidade e à Infância. O município está subordinado ao Setor número 4, situado em Muritiba, do Departamento Nacional de Endemias Rurais.

Exercem profissão na cidade um médico, dois dentistas, um farmacêutico, dois enfermeiros e quatro parteiras.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com os dados do Recenseamento de 1950, a população de 5 anos e mais era de .. 21 439 habitantes, sabendo ler e escrever 4 439 pessoas, ou seja, 20,7% do total referido.

ENSINO — Em 1956, havia 40 unidades escolares do ensino fundamental comum, com a matrícula efetiva de cêrca de 1 754 alunos. Destas unidades escolares, 22 eram es-

Sementeiras de mudas de coqueiro-anão

taduais e 18 municipais, funcionando 9 na cidade, das quais se destaca o Grupo Escolar Dr. José de Almeida, com 5 professôras.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Há uma biblioteca pertencente ao Grupo escolar, com menos de 1 000 volumes; e uma associação cultural.

CULTOS RELIGIOSOS — Registram-se duas paróquias sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição e Nossa Senhora Santana. A primeira foi fundada em 1872, e a segunda, em 1907. A paróquia de Nossa Senhora da Conceição está localizada na sede municipal; a de Nossa Senhora Santana fica na vila do Rio da Dona. Dispõe ambos de uma igreja cada. Há um templo não católico.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Durante o ano, apenas, duas festas religiosas são realizadas no município; uma em homenagem a Nossa Senhora da Conceição, padroeira da cidade, no dia 8 de dezembro; outra em louvor ao Coração de Jesus, festa móvel, realizada no mês de setembro. Ambas são constituídas de novenário, missa solene e procissão.

A principal festa popular da localidade é "a micareta", realizada nos mesmos moldes do carnaval, com carros alegóricos, cordões e batucadas.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O município conta 5 367 eleitores; 2 808 votaram nas últimas eleições em 1954. O número de vereadores, em exercício, é de 12. Exerciam atividades no município 39 funcionários públicos civis, sendo 2 federais, 4 estaduais, 32 municipais e 1 autárquico (1956).

FINANÇAS PÚBLICAS — No quadro infra representam-se os números relativos à arrecadação da União, do Estado e do município, bem assim os referentes à despesa realizada:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	148	835	651	160	794
1951	133	1 190	732	183	561
1952	155	1 086	1 554	203	1 083
1953	180	1 353	1 347	309	1 351
1954	193	1 961	1 379	732	1 918
1955	222	2 967	1 807	1 001	1 098
1956	396	3 966	2 331	1 317	1 370

JUSTIÇA — Pela divisão judiciária estabelecida pelo Ato estadual de 3 de agôsto de 1892, Conceição do Almeida é têrmo da comarca de São Félix. Pela Lei estadual número 280, de 6 de setembro de 1898, passou a têrmo da comarca de Curralinho, que na Lei n.º 1 119, de 21 de agôsto de 1915 apareceu com o nome de Castro Alves e têrmo de Conceição do Almeida, com a designação de Afonso Pena. Conceição do Almeida continua, atualmente, sendo têrmo judiciário da comarca de Castro Alves, de 2.ª entrância. Conta 6 cartórios, sendo 3 do Registro Civil. Foram julgados 53 feitos em 1956, sendo 47 no cível e 6 de outra natureza.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do lugar denominam-se "Almeidenses". O Prefeito em exercício é o Sr. Hugo de Carvalho Rocha, e o presidente da Câmara, o Sr. Antônio Ribeiro Falcão, eleito para o período legislativo iniciado em 30-V-57.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística, por Anterlino Leite Gaspar. — Chefe da Agência Municipal de Estatística: Leônidas Reis Maia.)

CONCEIÇÃO DO COITÉ — BA

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Segundo a tradição, a sede do município de Conceição do Coité, ou seja, a cidade, originou-se da povoação denominada "Coité" ou "Cuité" (ambas as pronúncias eram usadas primitivamente, para qualificarem a localidade), que pertencera ao território do município de Jacobina, inicialmente, e depois ao de Riachão de Jacuípe.

Não tendo sido derivada de projeto especial adredemente criado, infere-se tenha tido a cidade, por comêço de povoação, — a exemplo de tantas outras neste Estado —, a condição e o aspecto de fazenda ou sítio (moradia de uma família).

A capela primitiva foi construída em terras doadas por um benemérito Sr., João Benevides, a Nossa Senhora da Conceição. Em gleba que foi dêle, está edificada a maior parte da cidade. Uma de suas artérias tem o nome do referido benemérito João Benevides. A mencionada capela tomou a categoria de igreja-matriz, em decorrência natural da criação da freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité, por meio da Resolução Provincial número 539, de 9 de maio de 1855.

Segundo alguns, o histórico do município não é de molde a oferecer datas e referências mais precisas ou mais seguras em tôrno dos primórdios ou da penetração primitiva. Apenas a tradição oferece elementos para a formação do conceito mais consentâneo, que é o de terem vindo do município de Serrinha os primeiros povoadores de Conceição do Coité, remanescentes talvez de alguma "bandeira" que ali penetrou na fase colonial. Por outro lado, fontes fidedignas falam da criação da vila de Conceição do Coité, desmembrada do município de Riacho de Jacuípe, em 18 de dezembro de 1890, tendo sido instalada no dia 30 daquele mês e ano.

Simultâneamente, com a criação da freguesia, foi também criado o distrito a 9 de maio de 1855, pela citada Resolução número 539.

Igreja Matriz

Na guerra do Paraguai, segundo a tradição, o Distrito de Paz de Conceição do Coité registrou a participação de filhos seus na luta contra o Ditador Lopez; isto em 1856.

O município passou por uma fase de insustentação, chegando a ser suprimido pelos Decretos estaduais de ns. 7 455, de 23 de junho, e 7 479, de 8 de julho de 1931, voltando conseqüentemente a integrar o território do município de Riachão de Jacuípe.

Atendendo aos apelos e às providências da população citadina de Conceição de Coité, o govêrno do Estado restaurou o município por meio do Decreto número 8 528, de 7 de julho de 1933. Conceição do Coité recuperou assim a sua autonomia político-administrativa, sendo a sede elevada à categoria de cidade pelo Decreto-lei número 10 724 de 30 de março de 1938.

Grupo Escolar Antônio Bahia

Na divisão administrativa de 1933, bem assim nas divisões territoriais de 1936 e 1937, o Município compunha-se de dois distritos: Conceição do Coité e Valente. O mesmo aspecto foi registrado na divisão judiciário-administrativa do Estado para o qüinqüênio 1944-1948.

Origem do topônimo: Houve, nas proximidades do local onde foi edificada a igreja-matriz, uma árvore da família das Bignoniáceas, denominada "coité", dando origem à denominação da localidade. Com a criação da freguesia e a invocação de Nossa Senhora da Conceição, evidentemente o complemento teria que ser "Coité", o que aconteceu realmente, passando o povoado a denominar-se daí por diante "Conceição do Coité".

Coité, segundo o etnógrafo Teodoro Sampaio, "vem do tupi-guarani, significando vasilha ou cuia: a cunca de licurizeiro, a coité, a cuia, etc. da cabaça". O sentido religioso influiu vigorosamente nos tempos primitivos do município, para que êste tomasse a denominação de Conceição do Coité.

Um retrospecto histórico induz a assertiva de que a primitiva aldeia do "Coité" teria começado antes de 1800, usufruindo a influência do povoamento das faixas compreendidas pelos atuais municípios de Serrinha, Riachão do Jacuípe e Feira de Santana.

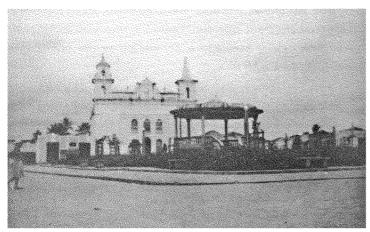
O próprio rio de Jacuípe, caudal que banha um dos flancos do município de Conceição do Coité, deve ter sido um dos atrativos para a fixação primitiva do elemento humano.

De acôrdo com a Lei 628, de 30 de dezembro de 1953, o município passou a ter a seguinte constituição distrital: Conceição do Coité, Valente, Salgadália e Retirolândia.

LOCALIZAÇÃO — É localizado na Zona Fisiográfica do Nordeste, incluído totalmente no Polígono das Sêcas; limita com os municípios de Serrinha, Santaluz e Riachão de Jacuípe. A sede municipal está indicada com as seguintes coordenadas geográficas: latitude Sul 11° 31' 20" e longitude W.Gr. 39° 17' 30". Dista da capital estadual, em linha reta, 178 quilômetros, no rumo N. N. O.

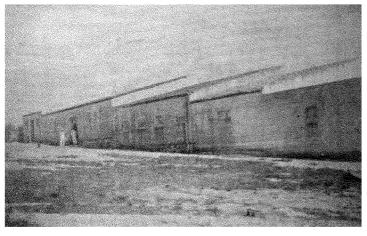
Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da cidade é de 380 metros.

ÁREA — O território do município constitui-se de uma área de 1 789 quilômetros quadrados.

Praça da Bandeira

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O principal acidente geográfico é o rio Jacuípe que banha o extremo oeste do município. Possui vários açudes dentre os quais o Açude Valente com a capacidade de 4 600 000 m³, e Conceição do Coité, com capacidade para 1 263 250 metros cúbicos.

CLIMA — Como todos os municípios localizados na Zona Fisiográfica do Nordeste, êste é também quente no verão, agradável, e por vêzes frio, no inverno. A temperatura na sede municipal apresentou em 1956 os seguintes dados: máximas — 32°C; mínimas — 24°C. A média compensada correspondeu a 28°C. O município está sujeito a estios prolongados ou sêcas, bem como a quedas pluviométricas de elevada altura em uma só oportunidade. Em 1956 a altura anual das chuvas correspondeu a 327 mm.

RIQUEZAS NATURAIS — Possui algumas riquezas naturais, destacando-se na flora madeiras de lei, tais como: baraúna, pau d'arco, e outras menos abundantes e menos resistentes, como a catingueira, a umburana etc. Ainda no reino vegetal, registram-se a fibra de caroá, o coquilho de licurizeiro e o mandacaru, do qual se faz a "ripa" (tábua fina) para construções na zona rural. No reino mineral constata-se a existência do manganês, em estado inexplorado; argila e areia, são extraídas para a confecção de telhas e tijolos para construções. A fauna zoológica e ornitológica está esgotada, em face da devastação dos campos, a cujo fenômeno, conseqüente do trabalho do homem rural pela sobrevivência, adicionam-se as contingências das constantes e tão prolongadas estiagens. Não obstante estas circunstâncias, encontram-se ainda, tamanduás, veados, tatus, micos e gambás. Quanto à ornitológica, preponderam as aves canoras; há pouquíssimas emas, seriamas e perdizes, socós e marrecos; codornizes, inhambus ou chororós e as espécies columbinas, (juritis e rôlas) são menos raras. A fauna ictiológica constitui-se de traíras, jundiás e curimatás nos tanques e açudes, sendo esta última espécie mais escassa.

Usina N. S.ª de Lourdes de beneficiamento de sisal e fabrico de cordas

POPULAÇÃO — A população de Conceição do Coité, segundo os resultados do Recenseamento Geral de 1950, atingiu 38 864 habitantes, dos quais, 19 245 homens e 19 619 mulheres. Como se vê no cômputo total da população municipal, há certo equilíbrio entre os grupos masculino e feminino: apenas 374 homens a menos foram encontrados.

Predominam entre os habitantes os indivíduos de côr parda, que constituíam a maioria de 18 941, em 1950.

A religião católica mantém absoluta liderança no campo das preferências religiosas da população.

A densidade demográfica era de 21 724 habitantes por quilômetro quadrado.

Apenas 6% da população localizavam-se nas zonas urbana e suburbana; 94%, é a parte correspondente aos quais residiam na zona rural.

Rua Ruy Barbosa

AGLOMERAÇÕES URBANAS — A população citadina, constatada pelo Censo Demográfico de 1950, correspondeu a 1 470 habitantes, número êste constituído por duas parcelas de 680 e 790, representando respectivamente, homens e mulheres.

Das pessoas de 5 anos e mais, em número de 1 243, existiam na cidade 676 que sabiam ler e escrever, sendo 340 homens e 336 mulheres. A população estimada para 1.° de julho de 1957 é de 1 800 habitantes.

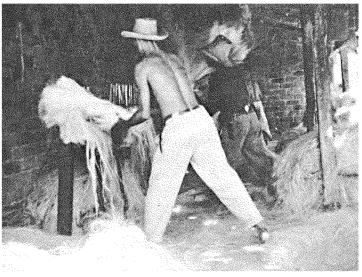
A vila de Valente (sua denominação provém do fato de haver ali um caldeirão onde, nos tempos primitivos, um famoso boi valente era visto e perseguido sem se deixar vencer pelos vaqueiros), segundo o Censo Demográfico de 1950, estava habitada por 796 pessoas. A vila de Retirolândia e a vila de Salgadália, criadas em 1953 e instaladas em 1954, estão incluídas demogràficamente na população recenseada na zona rural, pelo fato de estarem, em 1950, como simples povoados que foram, até o ato de instalação dos respectivos distritos, em 1954.

OUTRAS AGLOMERAÇÕES — Há também quatorze povoados no município, sendo considerados principais: Juàzeiro com 330 habitantes, São Domingos e Itareru, com 160 habitantes cada um, Aroeira com 130 e Bandiaçu com

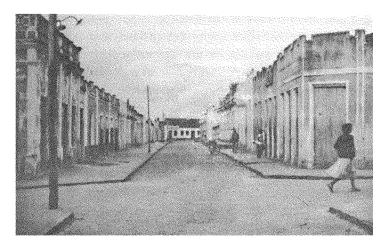
80 habitantes, segundo estimativas da Agência de Estatística.

ATIVIDADE ECONÔMICA — A principal atividade econômica é a cultura do sisal. Êste Município é, sem sombra de dúvida, um dos centros mais destacados na exploração dessa amarilidácea no Estado. A fase experimental da cultura do sisal foi iniciada com o apoio e o incentivo do Agrônomo Landulfo Alves de Almeida, em 1938, quando exercia o Govêrno do Estado, como Interventor Federal.

O município é considerado o maior empório do sisal, liderando neste particular a zona produtora da fibra, tendo apresentado em 1956 uma produção superior a 5 milhões de quilos, valendo cêrca de 30 milhões de cruzeiros. Existem aproximadamente 30 usinas destinadas à indústria da fibra, cabendo mais de dois terços delas ao trabalho preliminar, que é o desfibramento. Pequena parte delas encarrega-se do fabrico de cordas e beneficiamento da fibra depois de sêca. O artesanato apresenta cestas e objetos de uso pessoal.

A agricultura, embora de modesta produção, possibilita mencionar a mamona, a mandioca e cereais entre os principais produtos. Vale ressaltar que a cultura do sisal fêz decrescer o interêsse para outras culturas.

Aspecto do beneficiamento de sisal

No âmbito industrial, as usinas desfibradoras de sisal, a cerâmica (olarias), as panificações e outras também de modesto porte, apresentaram em 1956, uma produção no valor de 40 milhões de cruzeiros, cabendo 50% à indústria sisaleira, o que traduz bem a sua importante posição na economia municipal. A pecuária é numèricamente significativa na região, preponderando os rebanhos de bovinos com 30 mil cabeças, ovinos com 35 mil, suínos com 30 mil, caprinos com 25 mil. O município exporta considerável quantidade de couros e peles.

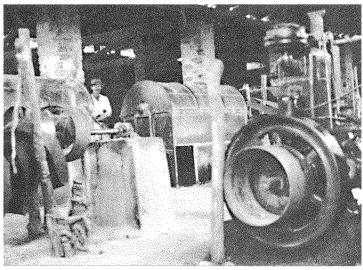
MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade de Conceição do Coité liga-se à Capital Federal, através de rodovia — 1 687 quilômetros; às sedes municipais limítrofes, e à Capital do Estado, por via rodoviária: Serrinha — 38 quilômetros; Santaluz — 36 quilômetros; Riachão do Jacuípe — 36 quilômetros; Capital do Estado, passando por Serrinha e Feira de Santana — 252 quilômetros. O município é também servido pela Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, que passa pela vila de Salgadália, a 19

Rua João Benevides

quilômetros da cidade, cuja estação foi inaugurada em 30 de outubro de 1883. Existe ainda na mesma ferrovia a estação de Itareru inaugurada em 1.º de janeiro de 1956. Dêsse modo, a cidade pode ligar-se com tôdas as localidades já mencionadas, exceto Riachão do Jacuípe, por via rodo-ferroviária.

A cidade e a vila de Salgadália são servidas de Agência Postal do D. C. T. A cidade acha-se ligada à Agência do Telégrafo Nacional em Serrinha, por telefone mantido pelo Departamento Nacional dos Correios e Telégrafos.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio local desenvolve as suas transações preliminarmente com a praça de Serrinha, tanto em relação a assuntos puramente aquisitivo, ou mesmo sôbre a venda de fibra do sisal, como também devido ao fato de estarem ali as várias Agências de Bancos com as quais o município opera. Há, também, intenso movimento comercial com as praças de Feira de Santana, Salvador, São Paulo, Aracaju, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, para as quais exporta produtos manufaturados do sisal, comprando às mesmas praças, inclusive a de Serrinha, outros artigos de que carece.

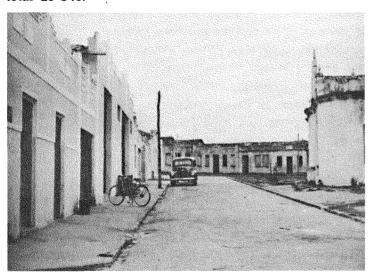
Há 40 estabelecimentos varejistas e 17 atacadistas, em evidente progresso. Existe também um escritório da ANCAR. O giro comercial em 1956 foi de 95 500 milhares de cruzeiros. O salário-mínimo oficial decretado para a 4.ª Sub-região e da qual faz parte o município é de Cr$ 2 000,00.

ASPECTOS URBANOS — Conceição do Coité fica plantada no centro do município, entre a Viação Férrea Fede-

Maquinaria da usina de beneficiamento de sisal

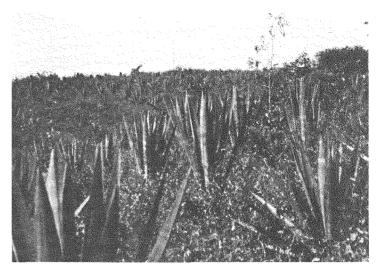
ral Leste Brasileiro e o rio Jacuípe, numa área dominada por trechos de caatingas. Conta 645 prédios. A cidade é limpa e saudável. É servida de luz elétrica a motor diesel, estendendo-se a iluminação pública a 24 logradouros contendo a domiciliária 350 ligações. Os seus edifícios mais importantes são: O prédio escolar, o prédio da Prefeitura, a igreja-matriz e algumas residências. A artéria principal é a Rua Rui Barbosa. Há 16 logradouros pavimentados a paralelepípedos e 5 arborizados ou ajardinados, cabendo ao velho Calixto Mota, o impulso verificado no progresso da cidade, que já se apresenta com aspecto moderno.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Em Conceição do Coité, há um Pôsto do Departamento Nacional de Endemias Rurais, subordinado ao Setor sediado em Serrinha. Clinicam na cidade 2 médicos. Exercem atividade profissional também ali 1 dentista e 2 práticos de farmácia.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Há em funcionamento, a "Cooperativa Agrícola, Mista Nordestina de Responsabilidade Ltda.", órgão destinado ao fomento da produção e auxílio aos lavradores, fundado a 6 de setembro de 1953. Contava 88 associados em 31 de dezembro de 1956.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com os resultados censitários de 1950, das pessoas de 5 anos e mais, num total de 31 388, sabiam ler e escrever 7 178; destas, 4 254 pertencem ao sexo masculino, e 2 294, ao sexo feminino, correspondendo a 23% sôbre a população total de 5 anos e mais, o "quantum" referente aos que sabiam ler e escrever. Na sede municipal, das 1 243 pessoas de 5 anos e mais, 676 sabiam ler e escrever, preponderando também os homens, num total de 340.

Rua M. A. Teixeira de Freitas

ENSINO — Em 1956 funcionaram 49 escolas de ensino primário, sendo 39 municipais e 10 estaduais. Funcionaram também, 12 subvencionadas pelo Govêrno Federal, para alfabetização de adultos. A matrícula aproxima-se da casa dos dois mil alunos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Há duas associações recreativas e educacionais e um cinema intitulado "Cine Glória", fundado em 1956, com capacidade para 200 espectadores. Há também em funcionamento um serviço de alto-falantes.

Plantação de sisal

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Apenas para pessoas interessadas em assuntos ligados ao sisal (plantio, desfibramento, industrialização e artesanato), poderá o município oferecer algum atrativo.

CULTOS RELIGIOSOS — Segundo o recenseamento de 1950, predominava o catolicismo, cujos adeptos representavam 99,05% da população. Conceição do Coité é sede de paróquia, eclesiàsticamente subordinada à Arquidiocese da Bahia e cujo orago é Nossa Senhora da Conceição. Conta com 1 igreja-matriz. Há ainda 17 capelas e 4 associações religiosas católicas. Existem também 2 templos protestantes.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A festa de Nossa Senhora da Conceição é a principal solenidade religiosa.

No meio rural há os "têrmos de reis", às vêzes realizados também na cidade e nas vilas, sendo o único folguedo popular.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — No pleito de 3 de outubro de 1954, votaram 5 400 dos 7 200 eleitores inscritos. Foi eleito Prefeito Municipal o Senhor Teócrito C. da Cunha. Dos 12 Vereadores também eleitos a 3 de outubro de 1954, coube a Presidência da Câmara ao Sr. João Carvalho. O atual Presidente é o Dr. Reginaldo de Faria Mota. O primeiro intendente do município foi o Sr. João Amâncio. Compuseram o primeiro Conselho, o Dr. José Amâncio, padre Marculino Madureira, Sr. Felipe Neri Pastor, Sr. Antônio Félix Araújo, o Professor Florentino Pinto e o Sr. Juvêncio Tavares. Há no Município 136 funcionários públicos dos quais 24 são federais, 45 estaduais, 66 municipais e 1 autárquico.

FINANÇAS PÚBLICAS — O movimento financeiro no período 1950-1956, está assim representado:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	241	847	680	373	690
1951	288	1 391	991	611	907
1952	592	1 435	966	507	1 114
1953 (1)	...	1 393	1 291	371	973
1954 (1)	...	1 382	1 390	458	1 493
1955	509	2 860	1 537	747	1 288
1956	699	4 561	2 528	1 395	2 323

(1) Não foi consignada a receita em virtude de ter a Coletoria permanecido, no período, anexada à de Serrinha.

JUSTIÇA — Segundo o ato que o criou, o município faria parte da comarca de Serrinha, criada em 1.º de abril de 1890. De acôrdo com a divisão judiciária estabelecida pelo Ato estadual de 3 de agôsto de 1892, passou a têrmo da comarca de Feira de Santana. Por fôrça da Lei número 280, de 6 de setembro de 1898, voltou o município a ser têrmo da comarca de Serrinha. Perdendo essa categoria passou a fazer parte da comarca de Alagoinhas. Pela divisão judiciária estabelecida pela Lei estadual número 1 119, de 21 de agôsto de 1915, que restaurou a comarca de Serrinha, Conceição do Coité voltou a ser têrmo dessa comarca. Atualmente continua como têrmo judiciário da comarca de Serrinha e conta com 12 cartórios, sendo 4 do registro civil. Em 1956 foram julgados 9 feitos, todos no cível.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os nascidos no lugar chamam-se coiteenses.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística, por Robério Pinto de Azevedo, e Joaquim Simas Sobrinho. — Chefe da Agência Municipal de Estatística: Manoel Carneiro Rios.)

CONDE — BA

Mapa Municipal no 4.º Vol.

HISTÓRICO — O território onde hoje está situado o município de Conde era habitado primitivamente pelos aguerridos tupinambás.

No govêrno de Mem de Sá, os padres jesuítas, chefiados por Luís da Gran, ali chegaram em missão de catequese, ministrando os ensinamentos da doutrina cristã e pacificando com verdadeiro estoicismo e espírito de sacrifício os valentes índios tupinambás.

Os jesuítas adquiriram, em 1621, vasta área de terras, por sesmaria e concessão de Garcia d'Ávila, as quais lhes foram definitivamente doadas, em testamento, no ano de 1650. Verificou-se então, a aproximação de indígenas de tribos vizinhas, já domesticados, que para ali se transferiram, passando a viver sob a orientação dos referidos padres.

Atraídos pela exuberante fertilidade das terras, fixaram-se na região diversos colonos portuguêses que, utilizando o elemento negro, se dedicaram às culturas da cana-de-açúcar e do fumo e ao criatório de gado, edificando em vários pontos engenhos de açúcar, em cujo mister também foram auxiliados pelos naturais.

A aldeia dos índios tupinambás, mais tarde, com a colonização, foi transformada em povoado, recebendo a denominação de Itapicuru de Baixo.

Em 1702 foi o povoado elevado à categoria de freguesia com a denominação de Nossa Senhora do Monte de Itapicuru da Praia.

Em 17 de dezembro de 1806, foi, a requerimento do povo, elevada à categoria de vila pelo Ouvidor Navarro, com a denominação de vila do Conde, sede do município de igual nome, nessa mesma data criado, em cumprimento das ordens do Conde dos Arcos de cujo título lhe veio a denominação.

Em virtude da Lei estadual número 889, de 10 de junho de 1912, a sede municipal foi transferida para o arraial de Esplanada, conservando, porém, o município o seu primitivo topônimo de Conde.

Por fôrça dos Decretos estaduais números 7 455, de 23 de junho de 1931, e 7 499, de 8 de julho do mesmo ano, foi extinto, passando juntamente com o município de Vila Rica, a constituir o município de Esplanada.

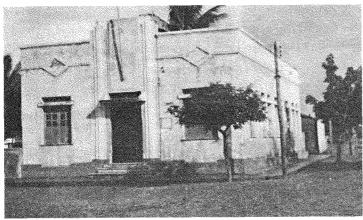
Foi restaurado pelo Decreto número 9 662, de 10 de agôsto de 1935, e reinstalado a 30 do mesmo mês e ano; ao seu território foi, então, acrescido o distrito de Cajueiro, ficando constituído dos distritos de Conde, Cajueiro e Dona Bela.

O Decreto estadual número 10 724, de 30 de março de 1938, desmembrou do seu território o distrito de Cajueiro que passou a constituir território do município de Esplanada, ficando Conde composto de um único distrito, o do mesmo nome.

LOCALIZAÇÃO — O município de Conde se localiza na Zona Fisiográfica do Litoral Norte, sendo banhado em tôda a sua extensão pelo oceano Atlântico. Limita com os municípios de Esplanada, Jandaíra e Rio Real. A sede municipal possui as seguintes coordenadas geográficas: 11° 48' 49" de latitude Sul e 37° 36' 41" de longitude W. Gr. Situa-se no rumo N. N. E., partindo da Capital do Estado, da qual dista, em linha reta, 151 quilômetros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

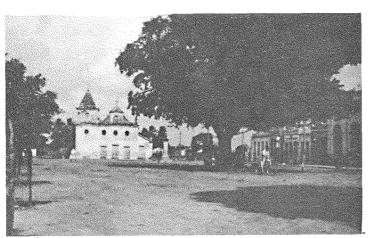
ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 20 metros na parte baixa da cidade, atingindo na zona suburbana a 50 metros.

ÁREA — Segundo os dados do Conselho Nacional de Geografia, a área de Conde é de 934 quilômetros quadrados.

Prefeitura Municipal

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos do município são os seguintes: rios Itapicuru, Inhambupe e Itariri; lagoa do Sítio; serras Lombo de Zé Dias e Alto do Cruzeiro, também denominado Alto da Boa Vista.

CLIMA — Quente no verão e temperado e sêco no inverno. É geralmente salubre. A temperatura da sede municipal apresentou, em 1955, os seguintes dados: máxima 33ºC, mínima 16ºC, média 22ºC.

RIQUEZAS NATURAIS — A flora é rica, ocupando grande área; nota-se a existência de madeiras de lei, tais como: vinhático, cedro, jataí, peroba, jacarandá, sapucaia, pau d'arco, maçaranduba, etc. Nos tabuleiros e serrados predominam os cajueiros, as mangabeiras, a sambaíba, o murici, a piaçabeira, a janaúba. Nos capoeirões encontram-se patioba, ouricuri, etc. Entre as plantas medicinais notam-se exemplares de jalapa, purga do campo, azedinha, fedegoso, capeba, malva, quina, ipeca, marcela, salsa, caroba, jurubeba, etc. A pesca é praticada em todo o litoral. Há mel e cêra de abelha. De origem mineral, há pedras para construção.

POPULAÇÃO — A população, em 1950, era de 14 431 habitantes e tinha a seguinte composição: 6 898 homens e 7 533 mulheres, 2 440 brancos, 2 873 pretos e 9 083 pardos. Das pessoas de 10 anos e mais, em número de 9 963, havia 4 677 homens e 5 286 mulheres. Quanto ao estado civil, os solteiros constituíam maioria com 4 452, seguindo-se os casados com 3 298, os viúvos com 576 e os desquitados com 2. Do total da população, 79,54% localizam-se no quadro rural. A população do município para 1957 está estimada em 14 835.

Aspecto da Praça Severiano Lima, vendo-se ao fundo a igreja do Senhor do Bonfim

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Existia, em 1950, apenas uma aglomeração urbana, a cidade de Conde com 2 953 habitantes. A população da sede estimada para 1957 é de 3 100.

OUTRAS AGLOMERAÇÕES — Além da cidade, o município conta, ainda, com os principais povoados abaixo, cuja população respectiva estimada para 1957 é a seguinte: Sítio — 1 600 hab., Altamira — 600, Barra do Itariri — 300, Gangorito — 300, Poças — 220 e Siribinha — 200 habitantes.

ATIVIDADE ECONÔMICA — De acôrdo com o Recenseamento de 1950, 31,2% das pessoas em idade ativa (10 anos e mais) estão ocupadas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura". A principal fonte de economia para o município é a cultura do côco-da-baía, cuja produção em 1955 atingiu a cifra de 12 000 milhares de cruzeiros. O total da produção agrícola em 1955 foi de 17 490 milhares de cruzeiros. Merecem destaque as culturas de cana-de-açúcar, da mandioca, do arroz, do fumo em fôlha, do café, do feijão, de frutas, da mamona e do milho.

A produção industrial alcançou, em 1955, o valor aproximado de 25 000 milhares de cruzeiros, destacando-se a produção do côco ralado, com quase 10 000 milhares de cruzeiros, seguido da farinha de mandioca, com cêrca de 5 000 milhares de cruzeiros, do açúcar de usina, com cêrca de 5 000 milhares de cruzeiros, do leite de côco, com 2 000 milhares de cruzeiros, e de outros produtos de menor significação.

Vista de um trecho do rio Itapicuru

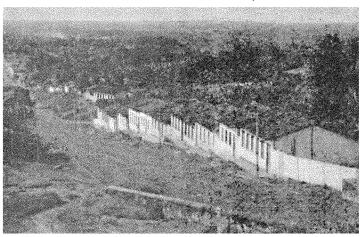
Da indústria extrativa mereceram destaque, em 1955, os seguintes produtos: peixe, lenha, madeira para construção e pedra para construção, com respectivamente 988, 987, 496 e 118 milhares de cruzeiros.

A atividade pecuária também tem significação econômica para o município. Destaca-se o gado bovino com 8 200 cabeças, seguido do suíno, do eqüino, do ovino e do caprino, com, respectivamente, 8 400, 6 650, 5 760 e 2 360 cabeças.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se a cidade de Conde à Capital Federal, à Capital do Estado e às cidades vizinhas pelos seguintes meios de transporte: à Capital Federal — rodovia, 1 817 quilômetros; à Capital do Estado — rodovia, 266 quilômetros; às cidades vizinhas de Esplanada — rodovia, 46 quilômetros; Jandaíra — via mista — rodovia, 51 quilômetros e ferrovia, 54 quilô-

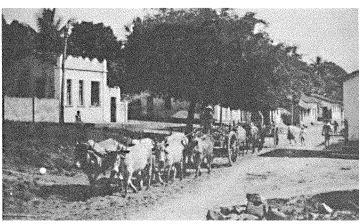
metros; Rio Real — via mista — rodovia, 27 quilômetros e ferrovia, 54 quilômetros. A rodovia BA-6, Ramal de Conde, liga o município à Capital do Estado. A Emprêsa de Transporte Conde leva passageiros da cidade de Conde à de Salvador e vice-versa, em confortáveis ônibus. Há na cidade 1 campo de pouso e 1 agência postal-telegráfica do D.C.T.

COMÉRCIO — O Comércio local mantém transações, principalmente, com as praças de Salvador, São Paulo, Rio de Janeiro, Aracaju e Alagoinhas, de onde importa a maioria das mercadorias consumidas no município. Existem 5 estabelecimentos comerciais atacadistas e 68 varejistas. O giro comercial atingiu, em 1956, a 39 450 milhares de cruzeiros. Ocorre na sede municipal, aos sábados, uma grande feira onde são expostos à população os produtos locais. Em face da exuberância de variados gêneros de primeira necessidade e da facilidade de transporte, dita feira tem atraído o interêsse comercial dos habitantes dos municípios vizinhos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Conde apresenta aspecto aprazível. É cortada pelo rio Itapicuru, que banha grande parte do território municipal. Conta 24 logradouros públicos, dos quais 7 pavimentados e 5 arborizados. A iluminação pública se estende a 20 logradouros e a domiciliária monta a 214 ligações. O principal logradouro é a Praça Se-

Vista parcial de um trecho da cidade

veriano Lima, onde estão localizados os principais estabelecimentos comerciais e onde se realiza a feira semanal. Os principais prédios são os da Prefeitura Municipal, do Mercado Municipal, o prédio escolar e a igreja-matriz. Ao todo são 438 prédios. Funciona na Cidade 1 cinema. Existem 2 pensões e 1 agência do D. C. T.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária à população é prestada pelo Pôsto Médico Correspondente, situado à Rua Major Pedro Mendes, s/n, subordinado à Secretaria de Saúde do Estado, que mantém 1 médico e 1 auxiliar de enfermagem. O município integra o Setor número 3, sediado em Alagoinhas, do Departamento Nacional de Endemias Rurais, que também presta assistência à população. Exercem sua profissão na cidade 1 médico, 2 dentistas e 2 farmacêuticos. Há 1 farmácia.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Funciona no município uma cooperativa que presta assistência aos seus associados.

Aspecto parcial da Rua do Carro

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com os dados do Recenseamento Geral de 1950, a população de 5 anos e mais era de 12 044 habitantes, da qual sabiam ler e escrever 2 592 pessoas, ou seja, 21,52%.

ENSINO — Existiam, em 1956, 30 unidades do ensino fundamental comum, tendo a matrícula efetiva atingido cêrca de 1 200 alunos. Das unidades escolares 11 eram estaduais, 18 municipais e 1 particular.

O ensino extraordinário é ministrado pelo Ginásio Cidade de Conde, que funciona na sede municipal.

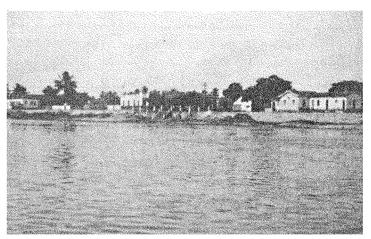
OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existem duas bibliotecas com menos de 1 000 volumes, 1 cinema e 1 serviço de alto-falante.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — A igreja matriz, localizada na zona suburbana, apresenta aspectos dignos de menção. É de construção antiga, estando ligada aos primórdios do município.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — A praia do Sítio, um dos mais destacados povoados, tem atraído inúmeros veranistas. Apresenta aspecto agradável e um magnífico panorama com os seus coqueirais. É verdadeiramente um recanto paradisíaco, que convida ao repouso e à meditação e aproxima o homem do criador, através do contato íntimo com a "irmã natura".

CULTOS RELIGIOSOS — É sede da paróquia de Nossa Senhora do Monte do Itapicuru da Praia, fundada em 1702. É subordinado ao arcebispado da Bahia. Possui 1 igreja-matriz, 1 igreja comum e cinco capelas do culto católico romano.

Vista parcial da margem esquerda do rio Itapicuru

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Os festejos populares realizados no município são os seguintes: reisados, marujadas, bailes pastoris, durante as comemorações religiosas do Natal, Ano-Bom e Reis. São ainda realizadas diversas festas religiosas com grande afluência de fiéis. Anualmente registram-se as tradicionais procissões do Senhor do Bonfim, comumente no dia 15 de janeiro, e de Nossa Senhora do Monte (orago da paróquia), no dia 8 de setembro, conduzidas em andor aos ombros dos fiéis e devotos. As santas imagens percorrem as principais artérias da Cidade, quando durante o trajeto são entoados cânticos e hinos religiosos em louvor ao Cristo-Rei e à Virgem Imaculada. Encerra-se o referido ato de fé com a bênção do Santíssimo Sacramento.

Vista parcial da cidade

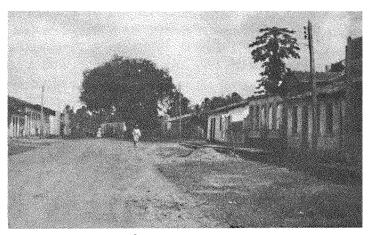
SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O município conta com 3 047 eleitores inscritos, tendo votado .. 2 074 nas eleições de 1954. O número de vereadores é de 8. Exerciam atividades, em 1956, 4 funcionários federais, 37 estaduais, 30 municipais e 1 autárquico.

FINANÇAS — O quadro abaixo apresenta os resultados da arrecadação pública e da despesa municipal no setênio 1950-1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	—	493	430	137	522
1951.......	—	735	458	112	365
1952.......	—	854	1 278	259	1 182
1953.......	—	908	1 050	279	1 039
1954.......	—	1 072	926	315	1 115
1955.......	138	1 608	1 052	393	896
1956.......	373	2 020	1 447	446	1 143

JUSTIÇA — O município de Conde é têrmo da comarca de Esplanada.

A comarca, com o nome de "Conde e Abadia", foi criada pela Resolução provincial número 970, de 30 de abril de 1866. Foi extinta pelo Ato estadual de 3 de agôsto de 1892, que a incorporou, como têrmo, à comarca de Inhambupe.

Foi restaurada com o nome de Conde pela Lei número 280, de 6 de setembro de 1898, composta dos têrmos de Conde e Abadia. Pela Lei estadual número 1 119, de 21 de agôsto de 1915, a sede da comarca de Conde passou para Esplanada, aparecendo com os têrmos de Esplanada e Abadia.

Rua Marechal Floriano

Na divisão territorial datada de 31 de março de 1936, a comarca aparece formada pelo têrmo conjunto de Conde e Esplanada e pelo de Entre Rios.

Foi a comarca de Conde extinta em 1937 e criada a de Esplanada com a mesma composição. Conde permanece na categoria de têrmo judiciário da comarca de Esplanada. Conta com 6 cartórios, sendo 1 do registro civil. O total de feitos julgados em 1956 foi de 8, assim distribuídos — cível 4; crime 2, e outros 2.

VULTOS ILUSTRES — Figura como vulto ilustre o filho do Município, Doutor Severino Vieira, que se destacou no cenário político nacional. Nascido em 1849, faleceu em .. 1917. Diplomado pela Faculdade de Direito de São Paulo, foi Juiz Municipal do têrmo de Conde. Ingressando na política, foi eleito Deputado e depois Senador.

Ocupou a Pasta da Viação. Ascendeu ao Govêrno do Estado em 1901.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município denominam-se "condenses". A criação da vila ocorreu em dezembro de 1806, por ordem do Conde dos Arcos, presumindo-se ter sido aplicado ao município o topônimo de Conde em alusão ao título do seu criador.

O Prefeito em exercício é o Sr. Celso Mendes de Lima, e o Presidente da Câmara é o Sr. João Alves de Sousa.

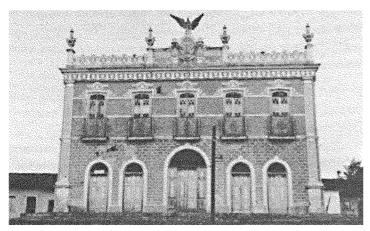
(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística, por José de Almeida Costa. — Chefe da Agência Municipal de Estatística: José Rodrigues dos Santos.)

CONDEÚBA — BA

Mapa Municipal no 8.º Vol.

HISTÓRICO — Nos primórdios do século dezoito, a região de Condeúba circundada pela serra Geral começou a ser explorada pelos portuguêses, que principiavam a conhecer a imensa riqueza existente no subsolo brasileiro.

As margens do rio Gavião, em 1720, eram habitadas e dominadas pelos índios botucudos, que ali encontravam fáceis meios de subsistência na pesca e na caça.

Com a aproximação dos primeiros civilizados, os selvagens procuravam afastar-se da região, tentando antes amedrontá-los com o terror das suas flechas, sem que, todavia nada conseguissem por êsses meios belicosos.

Prefeitura Municipal

Em 1745, formou-se a primeira povoação no local onde hoje fica a sede do município, lugar em que foi erguida uma capela, com a denominação de Santo Antônio da Barra do Sítio de Condeúba. Essa capela foi benta com tôdas as solenidades da Igreja Católica em 30 de junho de 1745, pelo visitador geral, D. João Vasconcelos Pereira, então fiscal da freguesia de Nossa Senhora do Rio Pardo, do Estado de Minas Gerais.

A povoação começou a progredir desde 1800 e a freguesia foi criada pela Lei provincial número 413, de 19 de maio de 1851. O município, com a denominação de Santo Antônio da Barra e território desmembrado do de Caetité, compreendendo os distritos de São Felipe, Laje de São Gonçalo, Currais Velhos e Santa Rosa do Panasco, foi criado pela Lei número 809, de 11 de junho de 1860. Começou a funcionar em 14 de maio do ano seguinte.

Em 7 de maio de 1874, foram criados dois distritos de paz: São Gonçalo das Lajes e Currais Velhos; os já existentes eram São Felipe e Santo Antônio da Barra.

A sede municipal foi concedido fôro de cidade pela Lei provincial número 2 673, de 28 de junho de 1889, que também alterou o topônimo do município para Condeúba, que é de origem indígena, significando fruto de árvore retorcida.

Já sob o regime republicano, aquela organização distrital foi alterada pela Lei municipal número 4, de 16 de fevereiro de 1893, ficando o município com a seguinte constituição: a sede, Candeal, São João do Alípio, São Felipe e Santa Rosa do Panasco.

Na divisão administrativa geral, de 1911, o município de Condeúba ficou composto de cinco distritos: Condeúba (sede), São Felipe, São João do Alípio, Santa Rosa e Candeal. No ano de 1933, em nova divisão territorial, ficou constituído das sete circunscrições distritais seguintes: Condeúba (sede), Bom Jesus do Tremedal, São João do Alípio, Santa Rosa, Caraíbas, Peripá e Candeal.

Até o ano de 1953, antes da vigência da Lei número 628, de 30 de dezembro, o município de Condeúba permaneceu constituído de sete distritos, com modificações toponímicas, apenas em alguns dêles. Assim, pelo Decreto-lei estadual número 10 724, de 30 de março de 1938, Tremedal passou a ser o novo topônimo de Bom-Jesus do Tremedal; em novembro do mesmo ano, pelo Decreto número 11 089, os distritos de Candeal e São João do Alípio passam a denominar-se, respectivamente, Cordeiros e São João; em 1943-1944, Guajeru, Joanina, Mandacaru e Piripá, são as novas denominações impostas aos antigos distritos de Santa Rosa, São João, Cordeiro e Peripá, respectivamente.

Finalmente, pela Lei número 628, o município sofreu diminuição territorial pelo desmembramento dos distritos de Tremedal e Caraíbas e teve fixada sua constituição atual com os distritos de Condeúba (sede), Guajeru, Joanina, Maetinga, Mandacaru e Piripá.

LOCALIZAÇÃO — O município está localizado na Zona Fisiográfica da Serra Geral, e seu território totalmente incluído no "polígono das sêcas". Situa-se no sudoeste do Estado e limita com os municípios de Brumado, Tremedal, Caculé, Jacaraci e o Estado de Minas Gerais.

A sede possui as seguintes coordenadas geográficas: . . 14° 52' 44" de latitude Sul e 41° 58' 37" de longitude W. Gr. Rumo, partindo da Capital do Estado, O. S. O., da qual dista, em linha reta, 411 quilômetros.

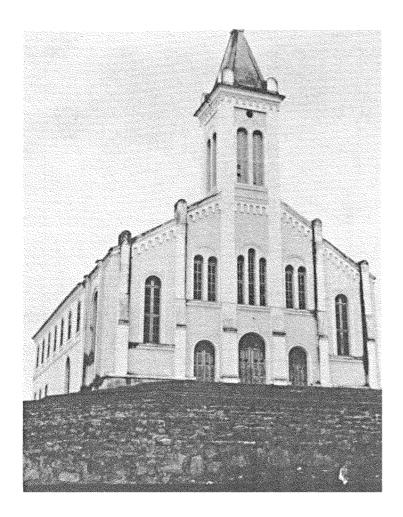
Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A cidade tem a altitude de 680 metros. A Secção de Nivelamento do Conselho Nacional de Geografia levantou a altitude na estrada Brumado—Vitória da Conquista, que passa no território de Condeúba, e encontrou a máxima de 764, 019 metros, no ponto distante cinco metros da margem direita, no lugar Mariana, junto ao marco quilométrico número 389; a mínima, de 396,578 metros, situa-se no ponto a três metros da margem direita e a 980 metros aquém da sede de fazenda Nova Esperança e a . . . . 4,09 quilômetros aquém da ponte sôbre o rio Gavião.

ÁREA — A área do município era de 6 635 km². Em 1953, porém, sofreu desmembramento, estimando-se que tenha perdido pouco mais de um têrço da sua área.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O território municipal é pouco acidentado. As maiores elevações existentes são: *serras* — a das Inhaúmas, a oeste; a Talha e a de São Domin-

gos, ao norte e ao nordeste. Salienta-se em importância o Morro de Condeúba, a sudoeste. As serras são ramificações da do Espinhaço, que, no Estado, toma o nome de serra Geral. Quanto a rios, os mais importantes são: o do Gavião; o Condeúba; o Morrinhos, o do sítio Alegre, o da Gameleira (no último dos quais, a dois quilômetros da nascente, se forma uma bela cascata), o do Peixe, o Candeal; o Ressaca e o Antônio. Existem duas grandes lagoas: a do Boi e a da Tábua. Conta, também, o município cinco açudes, entre os quais o de Champrão com capacidade para 6 000 000 metros cúbicos, construído pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas.

CLIMA — É quente no verão, principalmente de agôsto a dezembro, porém saudável. A temperatura, na sede, apresentou em 1956 os seguintes graus: média das máximas 28°C, média das mínimas 24°C, e média compensada 26°C. O município é muito perseguido pelas sêcas. A precipitação, em 24 horas, foi de 26 mm. Registram-se geralmente chuvas de trovoadas nos meses de agôsto a outubro.

Igreja Matriz

RIQUEZAS NATURAIS — O subsolo do município de Condeúba é riquíssimo em minérios. Está sendo explorado o cristal de rocha. Há, ainda, inexplorados, ametista, caulim, zinco, rutilo, ferro e ouro. Não possuindo flora exuberante, predomina o revestimento de caatingas, onde se encontram, madeiras de construção e outras, como sejam, baraúna, vinhático, pau-ferro, sebastião-de-arruda, jatobá que produz resina preciosa conhecida sob a denominação de goma copal, pau-d'arco, umburana, putumuju, aroeira, etc. Entre as plantas medicinais, encontram-se: vassourinha, velame, pinhão-de-purga, ouricuri, tingui, salsa, baunilha, capeba, quimé, jurema e malva. Os animais são encontrados em abundância, sejam mamíferos, sejam répteis, ou aves.

POPULAÇÃO — Segundo o recenseamento de 1950, havia 70 823 habitantes, sendo 33 958 homens e 36 865 mulheres, cuja composição era de 26 501 brancos, 6 323 pretos e .... 37 869 pardos. Na população de 15 anos e mais, encontravam-se 12 299 solteiros, 21 681 casados, 10 desquitados e 2 087 viúvos. Havia, assim, predominância de mulheres em relação a homens; dos casados relativamente aos solteiros, e dos pardos em confronto com os brancos. A densidade demográfica era de 10,67 habitantes por quilômetro quadrado.

A população estimada para 1957 é de 60 600 habitantes. O decréscimo resulta do desmembramento dos distritos de Tremedal e Caraíbas. Apesar disso ainda é um dos municípios mais populosos do Estado.

Da população do município, 5,4% estavam localizados no quadro urbano; 1,5%, no quadro suburbano e 93,1% no quadro rural. Enorme parte da população é, pois, rural.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — De acôrdo com o Recenseamento de 1950, o município possuía sete aglomerações urbanas, as quais vêm a seguir com a respectiva população: Condeúba (1 440 hab.), vila de Caraíbas (302), Guajeru (519), Joanina (452), Mandacaru (774), Piripá (809) e Tremedal (644). Com a perda por desmembramento, de Tremedal e Caraíbas, e com a criação do distrito de Maetinga, cuja sede tem aproximadamente 500 pessoas, Condeúba ficou com seis núcleos urbanos.

OUTRAS AGLOMERAÇÕES — Além da cidade e das vilas, o município conta, ainda, com cinco aglomerações, a saber: povoado de Carrapato (150 habitantes, estimados para 1957), Lagoa Preta (100 habitantes, idem), Comercinho (70 habitantes, idem), Venda (120 habitantes, idem) e São Felipe (140 habitantes, idem).

ATIVIDADE ECONÔMICA — A população condeubense em idade ativa (10 anos e mais) era de 46 529 pessoas; dêstes 21 581 eram homens, e 24 948, mulheres. Dêsse total, 18 350 pessoas (18 034 homens e 318 mulheres) dedicavam-se ao ramo "agricultura, pecuária e silvicultura", que, depois de "atividades domésticas", é o que mais pessoas ocupa, com 39,4% do total citado da população ativa.

Agricultura — A principal atividade econômica é a agricultura, cuja produção alcançou em 1955 o total de 15 864 milhares de cruzeiros, contribuindo com a maior parcela a cana-de-açúcar, seguida de mandioca, fumo em fôlha, feijão, milho, algodão e aipim.

Pecuária — Havia em 1956, 2 408 propriedades agropecuárias, de valor venal superior a 12 914 milhares de cruzeiros. Os rebanhos existentes eram estimados em 20 000 bovinos, 5 000 eqüinos, 3 000 asininos, 8 000 muares, 15 000 suínos, 25 000 ovinos e 130 000 caprinos.

Indústria — A produção industrial foi superior a 3 313 milhares de cruzeiros: concorreu com maior parcela a indústria extrativa vegetal, (3 003 milhares de cruzeiros), segui-

da da farinha de mandioca, aguardente de cana, rapadura, pão, manteiga, telhas e tijolos.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Condeúba liga-se por estrada de rodagem à Capital Federal no percurso de 1 352 km; à Capital do Estado, idem 692 quilômetros; às cidades vizinhas de Brumado, idem 126 quilômetros; de Caculé, idem, 81 quilômetros; de Jacaraci, idem 60 quilômetros; de Tremedal, idem 80 km, e São João do Paraíso (MG), idem 42 quilômetros.

A estrada de rodagem Ilhéus—Goiás passa pelo município de Condeúba, a 84 quilômetros da cidade.

COMÉRCIO E BANCOS — Há 21 estabelecimentos varejistas na sede e em todo o município, 226, cujo giro comercial, em 1956, foi superior a 29 350 milhares de cruzeiros.

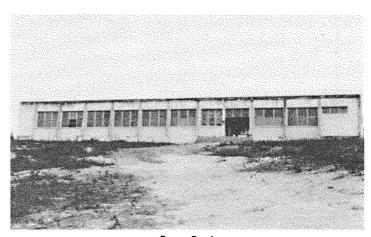
O comércio mantém transações com as praças de Belo Horizonte, Salvador e Vitória da Conquista. Importa ferragens, louças, tecidos, produtos farmacêuticos e estivas, em geral. Exporta feijão, milho, fumo em fôlha e rapadura. Está fixado em 2 000 cruzeiros o salário-mínimo oficial. Existe apenas um correspondente bancário.

ASPECTOS URBANOS — A cidade está situada à margem direita do rio do Gavião, próximo da sua confluência com o rio Condeúba, estando pois sujeita a inundações. Em 1914, um têrço da cidade foi destruído pela enchente, a maior até hoje verificada. Possui 30 logradouros, 15 dos quais pavimentados, 2 arborizados e todos iluminados a luz elétrica. Havia em 1956, 488 prédios, sendo 110 servidos de luz elétrica. A principal artéria é a Praça de Santo Antônio, onde se localiza a igreja-matriz.

Funcionam na sede dois hotéis e uma pensão, com a capacidade total de 60 hóspedes. Há um pequeno cinema.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Funciona um Pôsto Correspondente do Serviço de Saúde do Interior mantido pela Secretaria de Saúde do Estado. A equipe do Setor número 8, com sede em Vitória da Conquista, do Departamento Nacional de Endemias Rurais é responsável pela assistência Sanitária do município. Exercem a profissão na sede um médico, um dentista e um farmacêutico licenciado. Há 6 farmácias ao todo.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo o Recenseamento de 1950, a população de 5 anos e mais era de 58 866 pessoas. Dêsse total sabiam ler e escrever 6 756, sendo 4 795 homens e .. 1 961 mulheres, que representam apenas 11,5% da população daquela cidade. Ao mesmo tempo, na cidade, foram

Segundo ângulo da Praça Santo Antônio

Grupo Escolar

encontradas 1 243 pessoas de 5 anos e mais, das quais sabiam ler e escrever 525, sendo 260 homens e 265 mulheres.

ENSINO — Funcionaram, em 1956, 6 escolas primárias estaduais e 7 municipais, com o total de 484 alunos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existem duas bibliotecas públicas. Uma delas possui mais de 1 000 volumes, a Biblioteca Pública Municipal, mantida pela Prefeitura.

CULTOS RELIGIOSOS — O município é sede da paróquia de Santo Antônio de Condeúba, com subordinação eclesiástica à diocese de Caetité. Possui uma igreja, sete capelas e duas congregações religiosas, com o total de 759 associados.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A maior festa religiosa celebrada é a do respectivo padroeiro, Santo Antônio, a 13 de junho. O programa e executado com excepcionais solenidades, com o apoio total da população, que converge à sede municipal para demonstrar sua fé Católica.

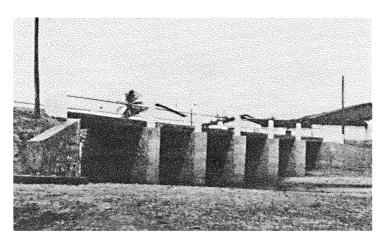
São comemoradas ainda festivamente, com suas características, as tradicionais datas do Natal, São João, Reis e Ano-Bom.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O município possuía em 1954 o total de 4 810 eleitores, dos quais votaram naquele ano 1 892. São 12 os vereadores que compõem a Câmara Municipal.

Em 1956, exerciam atividades no município 38 funcionários públicos, assim distribuídos: 13 federais, 18 estaduais, 6 municipais e 1 autárquico.

FINANÇAS PÚBLICAS — No quadro infra, sintetizam-se as condições da arrecadação da União, do Estado e do município, bem como a despesa realizada no setênio de 1950 a 1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	217	702	512	126	454
1951	202	894	316	255	546
1952	277	748	704	230	692
1953	262	671	928	293	780
1954	369	939	1 133	253	1 312
1955	347	1 442	1 049	305	1 048
1956	481	1 782	1 372	368	991

JUSTIÇA — Em 29 de março de 1862 foi criado o Fôro Civil, ficando pertencente à comarca de Caetité. Pelo De-

Ponte sôbre o rio Gavião na Zona Urbana da Cidade

creto 3 291, de 20 de julho de 1864, foi o município elevado à categoria de têrmo, funcionando como seu primeiro Juiz Municipal o Dr. Joaquim Pereira de Castro Coelho. A Resolução número 1 331, de 28 de maio de 1873, transferiu o têrmo para a comarca de Vitória. Pela Lei provincial número 1 997, de 9 de julho de 1880, foi criada a comarca de Santo Antônio da Barra, compreendendo os têrmos do mesmo nome e o de Almas (atual Jacaraci), sendo classificada na categoria de 1.ª entrância pelo Decreto de 18 de novembro de 1882. Pela Resolução número 2 673, de 28 de junho de 1889, que elevou a vila à categoria de cidade, a comarca também recebeu o nome de Condeúba. No Ato estadual de 3 de agôsto de 1892 que reviu a divisão Judiciária do Estado, a comarca aparece formada pelos têrmos de Condeúba, Vitória e Poções. Já no quadro fixado pela Lei estadual número 280, de 6 de setembro de 1898, compõem-se dos têrmos do mesmo nome e do de Almas. Foi a comarca de Condeúba extinta pelo Decreto estadual número 266, de 4 de outubro de 1904, passando a têrmo da comarca de Conquista (ex-Vitória) restaurada pela Lei número 280. Foi a comarca de Condeúba restabelecida pela Lei estadual número 1 614, de 28 de maio de 1923.

Com a elevação a comarca do têrmo de Jacaraci, passou a comarca de Condeúba a constituir-se do têrmo único do mesmo nome com jurisdição também sôbre o território de Tremedal, município recém-criado.

Existem 10 cartórios, sendo 6 do Registro Civil. Foram julgados, em 1956, 71 feitos assim distribuídos: no cível 56 e no crime 15.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município chamam-se condeubenses.

O Prefeito em exercício, escolhido no último pleito, é o Sr. Políbio Rodrigues de Carvalho, e o Presidente da Câmara, o Sr. Idenorda Silva Nascimento, eleito para o período legislativo iniciado em 7 de abril de 1957.

O primeiro intendente foi o tenente-coronel Olímpio Cordeiro da Silva. A primeira Câmara compunha-se dos seguintes membros: Antônio Joaquim Lopes da Rocha, Joaquim Simões de Oliveira, Heitor Soares de Castro, Antônio Coelho Farias, Bartolomeu José da Silva, Zeferino Pereira de Sousa e José Antônio Tôrres.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística, por Luiz Gonzaga de Oliveira Brito. — Chefe da Agência Municipal de Estatística: José Antônio Ribeiro Filho.)

CORAÇÃO DE MARIA — BA

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Existia na fazenda pertencente a Bento Simões, na primeira metade do século XVIII, um lugar povoado conhecido por "Lages", pelo fato de existir aí água potável abundante.

No ano de 1848, João Manoel da Mota, Macrino Simões Ferreira e Antônio Fidélis de Cerqueira Daltro construíram neste local uma capela coberta de palha e consagrada ao Santíssimo Coração de Maria, que ficou anexada à freguesia do Santíssimo Coração de Jesus do Pedrão, a partir de quando começou o progresso do povoamento.

No meado do ano de 1948, chegou aí o missionário jesuíta Paulo e iniciou a construção da igreja-matriz, com o fim de substituir a capela existente, a qual foi elevada a freguesia e a distrito de paz pela Lei provincial número .. 485, de 6 de junho de 1853, com o nome de SS. Coração de Maria.

O arraial-sede desta freguesia foi elevado a vila pelo Ato estadual n.º 199, de 10-III-1891, que criou o município, formado de um único distrito, com território das freguesias do SS. Coração de Maria, desmembrada do território do município de Purificação dos Campos, atual Irará, e da de Nossa Senhora de Oliveira dos Campinhos, desanexada do município de Santo Amaro da Purificação, hoje Santo Amaro.

A vila e o município na sua instalação, ocorrida em 13 de abril de 1891, tiveram o topônimo de Santíssimo Coração de Maria.

Pela Lei estadual número 181, de 12 de julho de 1897, foi desanexada a freguesia de Nossa Senhora de Oliveira dos Campinhos, que voltou a pertencer a Santo Amaro da Purificação, atual Santo Amaro.

Mais tarde o govêrno estadual sancionou a Lei da Assembléia, de 15 de junho de 1905, devolvendo ao atual município de Irará o distrito de São Simão, hoje Itacava.

O município figurou na divisão administrativa do Brasil relativa a 1911 apenas com um distrito, o da sede municipal.

Pela Lei 1 057, de 19 de agôsto de 1914, o Govêrno estadual restituiu a êste município o distrito de São Simão, Itacava no momento.

A Vila recebeu a categoria de cidade pelo Decreto-lei estadual número 10 724, de 30 de março de 1938.

De acôrdo com os quadros de apuração do Recenseamento Geral de 1920, o município aparece com os distritos

Prefeitura Municipal

da sede e de São Simão, observando-se o mesmo nas divisões administrativas seguintes até o quadro estabelecido pelo Decreto estadual número 11 089, de 30 de novembro de 1938.

Por fôrça do Decreto-lei estadual número 141, de 31 de dezembro de 1943, que fixou o quadro territorial vigente no qüinqüênio 1944-1948, o município foi extinto, sendo o seu território anexado ao do município de Irará.

Mais tarde, em conseqüência do Decreto estadual número 12 978, de 1.º de junho de 1944, que modificou o quadro vigente para o período 1944-1948, foi restabelecido o município com o topônimo de Coração de Maria e composto do distrito dêste nome e do de Itacava, antes denominado São Simão, situação que ainda permanece.

LOCALIZAÇÃO — O município fica localizado na Zona Fisiográfica de Feira de Santana e está parcialmente incluído no Polígono das Sêcas.

Limita com os de Feira de Santana, Irará e Santo Amaro.

As coordenadas geográficas da sede municipal são .. 12° 14' 30" de latitude Sul e 38° 43' 2" de longitude W. Gr.

O rumo a partir da Capital do Estado é N. N. O., da qual dista 78 quilômetros em linha reta.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 267 metros.

ÁREA — A área do município é de 267 km², uma das menores do Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O território é pouco acidentado, apresentando pequeno relêvo na parte sul e sueste, de onde derivam as águas para o rio Pojuca. Nota-se a passagem por êste município da linha divisória que o jecciona, de leste a oeste, em duas zonas de características: o

Igreja Matriz

"recôncavo", com a predominância de massapê e o "taboleiro", de origem arqueana.

A principal serra é a Zabelê, cujo nome é derivado da grande quantidade da ave dêste nome que aí existia.

O rio mais importante é o Pojuca, que recebe, no município, os rios Salgado, Paramirim e Caramugi.

As lagoas conservam água nos estios e as mais importantes são as da Porta, da Pedra e a do Mato.

CLIMA — A temperatura na cidade apresentou, em 1956, as seguintes graduações: máxima 30°C, mínima 20°C e média compensada 25°C.

O clima é subtropical e ameno e a precipitação pluviométrica anual é estimada em 1 200 mm. O máximo em 24 horas foi de 150 mm. As chuvas são mais intensas no período de abril a junho.

RIQUEZAS NATURAIS — Há pequena reserva de matas para extração de madeira e os taboleiros fornecem lenha. À margem do rio Salgado, localizam-se importantes fontes de água medicinal magnesiana-cálcica, em exploração, cuja alcalinidade é das mais elevadas no país.

POPULAÇÃO — A população do município atingia, em 1.º-VII-1950, por ocasião do último Recenseamento, 20,256 habitantes, sendo 9 440 homens e 10 816 mulheres. A densidade demográfica era de 76 habitantes por km² e a população rural correspondia a 95,34% da população total.

A população estimada para o ano de 1957 e de 20 772 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Existiam em 1950 a cidade de Coração de Maria e a vila de Itacava. A primeira com 812 habitantes e a segunda com 132 pessoas. A população da cidade para o ano de 1957 é estimada em 850 habitantes.

OUTRAS AGLOMERAÇÕES — Existe o povoado Retiro, cuja população para 1957 é estimada em 150 habitantes.

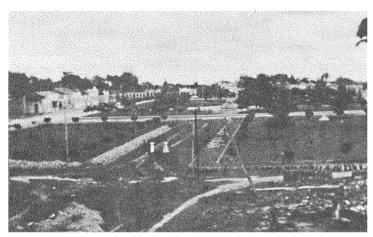
ATIVIDADE ECONÔMICA — A principal atividade da população local está no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura", ocupando 42% das pessoas em idade ativa, consideradas as de 10 anos e mais. A atividade fundamental à economia do município é a agricultura, concorrendo a cultura do fumo em fôlha com 65,57% do valor da produção total, no ano de 1955, colocando-se dentre os dez maiores produtores do Estado. Faz parte da zona fumageira do Estado. Nota-se diminuição da atividade agrícola, de ano para

13 — 24 936

ano, conseqüente da introdução mais acentuada da pecuária, que está localizada nos melhores terrenos e cuja atividade elimina a agricultura, provocando o êxodo rural.

Agricultura — A produção agrícola, no ano de 1955, elevou-se a 28 282 milhares de cruzeiros, aparecendo o fumo em fôlha com 1 125 toneladas e valor de 18 750 milhares de cruzeiros, movimento êsse que o coloca, no referido ano, como oitavo produtor no Estado. A seguir, as maiores atividades agrícolas consistem na produção de 22 000 toneladas de mandioca, no valor de 8 800 milhares de cruzeiros, e na de 75 000 frutos de abacaxi, importando em 188 milhares de cruzeiros. Produz, ainda, abacate, banana, côco, laranja. O seu principal mercado é Feira de Santana.

Pecuária — A atividade em causa, com predominância da engorda de gado vacum, está crescendo e é importante. No ano de 1955, os efetivos principais eram os seguintes: 8 000 bovinos, 3 500 muares, 2 000 suínos e 1 500 eqüinos. Há pequena exportação de bovinos para Feira de Santana.

Indústria — A produção da indústria de transformação elevou-se, no ano de 1955, a 4 695 milhares de cruzeiros, aparecendo, em primeiro lugar, a fabricação rotineira de farinha de mandioca, com 85% do valor total da produção. Em seguida, na ordem de valor, aparece a aguardente ou cachaça com 487 milhares de cruzeiros. Produz, ainda, embora em pequena escala, carvão vegetal, massas alimentícias e produtos cerâmicos. A atividade principal da indústria extrativa resulta da extração de lenha na ordem dos 3 250 milhares de cruzeiros, no ano de 1955.

Vista parcial da cidade

Artesanato — É ativa a fabricação de artigos de barro para uso doméstico por processos rotineiros, na zona rural. Na urbana verifica-se fabrico caseiro de licores, sobressaindo o de maracujá, muito procurado.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município e a cidade estão ligados à rodovia tronco Bahia-Feira, BR-28, via Garcia D'ávila, por variante municipal. Liga-se com as sedes municipais vizinhas através de rodovias; Feira de Santana (43 km), Irará (30 quilômetros) e Santo Amaro (46 quilômetros). Com as Capitais do Estado e a Federal, as ligações são também rodoviárias, distando da primeira 141 km e da segunda 1 619 quilômetros. Localiza-se na cidade uma Agência postal-telegráfica e um centro telefônico interurbano.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio local mantém transações com Feira de Santana e Salvador, de onde importa a maioria dos produtos vendidos no município. Existem 74 firmas comerciais. O giro atingiu 17 740 milhares de cruzeiros em 1956. O salário-mínimo oficial é de 2 200 cruzeiros. Funciona na cidade um escritório da ANCAR, filiado ao Escritório Regional de Alagoinhas.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Coração de Maria está situada no início de vasta planície com cêrca de 3 quilômetros, entre o riacho Ingàzeira e o rio Paramirim. Apesar de ser pequeno o núcleo populacional, um dos menores do Estado, as ruas são alinhadas e sobressaem, como principais, a Praça Araújo Pinho, arborizada e ajardinada, e a Rua Abílio Daltro. Contava, em 1956, 8 logradouros, 3 dos quais, pavimentados a paralelepípedos e pedras irregulares, enquanto que o número de prédios elevava-se a 300, sendo os mais importantes a igreja-matriz, o Mercado Municipal e a Prefeitura. A cidade é servida de energia elétrica para luz e fôrça, fornecida pela Cia. Energia Elétrica da Bahia. Em 1956, 120 prédios estavam ligados à rêde. A Municipalidade mantém o serviço de abastecimento em chafariz público, com uma estação elevatória e manancial captado de poço artesiano. O reservatório tem capacidade para 10 metros cúbicos. Localiza-se na cidade pequeno cinema a partir de 1957. Estão registrados na Prefeitura cinco veículos automóveis e seis caminhões. Há uma pensão com capacidade para oito hóspedes. Exerce profissão e reside na cidade 1 advogado provisionado.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Exerce a profissão 1 médico e há 1 farmácia na sede municipal do Setor número 2 com sede em Feira de Santana, do Departamento Nacional de Endemias Rurais.

ALFABETIZAÇÃO — Da população presente, a contar de 5 anos de idade e mais, 14,4% sabem ler e escrever, conforme revela o Censo de 1950.

ENSINO —A rêde escolar do ensino primário fundamental comum, em 1956, contou com 32 unidades escolares e cêrca de 1 126 alunos foram matriculados. Segundo a dependência administrativa, coube ao Estado manter 15 estabelecimentos, com 21 professôres e 754 matrículas, e ao município 11, com 11 professôres e 372 alunos matriculados. O principal estabelecimento é o Grupo Escolar do Estado, sito na cidade.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existe 1 biblioteca de menos de mil volumes da Agência de Estatística. Há 1 clube recreativo. Funcionam dois serviços de alto-falantes na cidade.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Fontes das águas magnesianas San Juliano, situadas na fazenda Nova Sorte à margem da rodovia BR-28 (Feira—Bahia), no km 9 e a quatro quilômetros do entroncamento da estrada. A alcalinidade destas fontes é superior às de outras fontes naturais do país, não só em bicarbonato (230 mg por litro), como em cálcio (124 mg por litro). Presume-se que estas águas subterrâneas estão em contacto com rochas dolamíticas. Em breve, contará o Estado com mais uma importante estação de cura e repouso neste local. Mesmo sem instalações adequadas, o lugar é muito procurado.

CULTOS RELIGIOSOS — A paróquia consagrada ao Santíssimo Coração de Maria está subordinada à Arquidiocese da Bahia e conta com 1 igreja-matriz e 2 capelas.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A principal festa religiosa é móvel e celebrada em homenagem à padroeira — Santíssimo Coração de Maria. É precedida de novenário, celebração de missa solene com sermão "ao Evangelho" por ilustre orador sacro no dia da festa, ocasião em que há pomposa procissão pelas ruas da cidade.

Aspecto da Praça Araújo Pinho

Dos festejos populares, sobressai a micareta, geralmente noventa dias após o carnaval, sendo importante porque atrai pessoas de todos os municípios da região. Consiste esta festa popular na apresentação de grupos fantasiados e, às vêzes, com máscaras, que se apresentam na via pública ao som de orquestras. É comum a saída de batucadas com trajes característicos e carros alegóricos. Bailes públicos muito concorridos são realizados à noite. A micareta dura três dias.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O município conta com 3 200 eleitores inscritos, tendo votado nas últimas eleições de 1954 cêrca de 1 273. São oito os vereadores em exercício. Exerciam suas atividades, em 1956, 61 funcionários públicos, sendo 4 federais, 36 estaduais, 20 municipais e 1 autárquico.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro abaixo informa a situação das rendas públicas e da despesa municipal.

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	245	389	155	344
1951	—	318	398	148	575
1952	—	432	522	203	500
1953	—	400	828	169	732
1954	—	758	826	290	866
1955	—	1 067	893	348	967
1956	(1) —	1 348	1 473	611	1 330

(1) Não existe Coletoria Federal no Município.

JUSTIÇA — O têrmo foi criado em 28 de março de 1891 com subordinação à comarca de Irará. Em 1904, pela reorganização judiciária do Estado, passou a pertencer à comarca de Santo Amaro, sendo supresso pela Lei estadual número 141, de 31 de dezembro de 1943.

Em virtude do Decreto estadual número 12 798, de 1.º de junho de 1944, o têrmo de Coração de Maria foi restaurado como componente da comarca de Santo Amaro, situação em que ainda permanece. Há 7 cartórios, sendo 2 de registro civil. Em 1956, foram julgados 10 feitos; dêstes, 9 no cível e 1, de outra natureza.

VULTOS ILUSTRES — Três filhos do município se destacaram no cenário nacional: coronel José Félix de Carvalho, ex-senador estadual, Dr. Araújo Pinho, ex-Governador do Estado e o general Anibal Amorim, professor de matemática da Escola Militar do Rio.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município denominam-se marienses. O Prefeito eleito e empossado no último pleito é o engenheiro Hamilton Pereira Daltro, e o Presidente da Câmara Municipal em exercício é o Sr. José Nunes Vilas Boas. O primeiro intendente municipal foi o coronel José Félix de Carvalho.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística Municipal na Bahia, por José Pereira Tôrres Filho. — Chefe da Agência Municipal de Estatística: Eustáquio Oscar de Oliveira.)

CORRENTINA — BA

Mapa Municipal no 9.º Vol.

HISTÓRICO — Sem precisar data, a tradição nos dá a conhecer que o descobrimento das minas de ouro do rio das Éguas, primitivamente chamado rio Rico, em terras de Correntina, se deu no século XVIII. Em 1791, o padre Anacleto Pereira dos Santos explorou aquêles sítios, em busca de ouro.

A êsse tempo, as bandeiras que rumavam para as minas goianas e mato-grossenses faziam caminho através da via fluvial do São Francisco, e pelo território do atual município de Correntina, que, então, ainda integrava o de Carinhanha.

Uma dessas bandeiras, cujo chefe era o baiano Francisco José Teixeira, estando à cata de ouro e pedras preciosas, chegou até aos depósitos auríferos do rio das Éguas e deu início à exploração no ano de 1792.

Dentro em pouco, a notícia da existência do ouro correu terras, fazendo que para lá convergissem muitas pessoas, inclusive vários sertanistas da Bahia.

Surgiu, assim, o primitivo povoado com núcleos de criação para o abastecimento.

Quando já iam adiantados os trabalhos de mineração, o ouvidor de Goiás, supondo estarem essas terras sujeitas à sua jurisdição, consentiu que seus conterrâneos as invadissem. Resultou daí um encontro armado entre os invasores e os primitivos exploradores. Os goianos foram expulsos da região, surgindo, então, conflito de jurisdição entre o ouvidor da Bahia e o de Goiás. Interveio o Conselho Ultramarino, que deu ganho de causa à capitania da Bahia.

Outros mineradores, buscando ouro, vieram explorar o rio Arrojado e o Formoso.

Crescendo com o tempo, a povoação, ora denominada Nossa Senhora da Glória do Rio das Éguas, em 1806 passou à classe de freguesia com o mesmo nome.

Aos 15 de maio de 1866, a Lei provincial n.º 973 criou um município com terras desmembradas do de Carinhanha, e elevou à categoria de vila a povoação, dando-lhe o nome de Vila de Nossa Senhora da Glória do Rio das Éguas, o designando-a para sede do município recém-criado. A sua instalação ocorreu em 13 de maio de 1867. A Resolução n.º 1 960, de 8 de junho de 1880, treze anos após a instalação, suprimiu o município, ao mesmo tempo que transferiu a sede da freguesia e o título de vila para o arraial do Pôrto de Santa Maria da Vitória, criando o município dêsse nome.

Em 14 de maio de 1886, a Resolução provincial número 2 558 revogou a anterior, de n.º 1 960, restaurando o município e fazendo voltar a sede para Rio das Éguas.

Em 1888, aos 4 de maio, a Resolução provincial número 2 579 suprimiu novamente o município. Esta situação perdurou por três anos, até quando o governador Doutor José Gonçalves da Silva, em 5 de maio de 1981, assinou o Ato estadual n.º 319, pelo qual o município foi novamente restaurado, com sede no povoado do Rio das Éguas e o nome de Correntina.

Aos 30 de março de 1938 a vila de Correntina recebeu foros de cidade, por fôrça do Decreto-lei n.º 10 724.

Atualmente, o município está constituído do distrito único de Correntina.

LOCALIZAÇÃO — O município de Correntina está localizado na Zona Fisiográfica de Barreiras, situando-se, portanto, no oeste do Estado. Tem como limites os municípios de Barreiras, Santa Maria da Vitória e Carinhanha e, ainda, o Estado de Goiás. O seu território faz parte da bacia hidrográfica do São Francisco.

A localização da sede municipal é determinada pelas coordenadas geográficas 13° 20' 34" de latitude Sul e .... 44° 38' 10" de longitude W.Gr. Rumo da Capital do Estado à sede municipal, O.S.O. Distância em linha reta entre as mesmas: 635 km.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal tem a altitude de 580 m.

ÁREA — Com uma superfície de 21 253 km² o município de Correntina apresenta-se no Estado como o terceiro em extensão territorial. O seu território representa 3,77% de todo o Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Possui o território aspecto montanhoso, sendo as principais serras que o atravessam a da Ribeira e a da Taquatinga; a última, pertencente ao chamado Espigão-Mestre, serve de limite entre o município e o Estado de Goiás. Assinalam-se ainda a serra do Saco Comprido e a do Vau.

Formando uma vasta rêde hidrográfica, além de riachos e veredas, banham o município os seguintes rios: o Corrente, o das Éguas, o Formoso, o do Meio, o Arrojado, o Pratudo e o Santo Antônio. Nesses cursos, em território municipal, registra-se a existência das seguintes cachoeiras: a Grande, a do Moinho, a de Maria Zumba, a do Jenipapo, a de Jaborandi, a do Saco e a do Bonito. De tôdas essas quedas, com potência superior a 2 000 H.P., só a primeira, situada no rio das Éguas e com a potência de 10 500 H.P. está sendo aproveitada. Moverá uma grande usina, composta de duas unidades, cada uma com a capacidade de 5 000 H.P. Já existe aí uma usina-pilôto em funcionamento.

Existem algumas lagoas e ilhas. Na fazenda Jacaré fica a gruta Pedro Rodrigues, com 12 metros de comprimento, 6 de largura e 5 de altura.

CLIMA — O clima apresenta-se quente no verão e temperado no inverno. Em 1956, na sede municipal, a temperatura manifestou-se com os seguintes valores: média das máximas 33°C, média das mínimas 13°C, média compensada 23°C.

RIQUEZAS NATURAIS — Encontram-se no município várias frutas silvestres como pequi, mangaba, umbu, buriti, puçá, murici, jatobá, cascudo, cagaita, caju, maracujá, pitomba, jenipapo, dendê e outras.

Por sua área constituída de brejos, gerais, capões e cerrados, espalha-se rica e variada flora. Além de madeiras outras de menor importância, citam-se as espécies: cedro, pau-d'arco, jacarandá, itapicuru, baraúna, vinhático e angico. As plantas medicinais estão representadas pela quina, ipecacuanha, jalapa e outras.

Possui fauna rica e variada, onde se caça veado, caititu, queixada, paca, rapôsa, onça, teiú, capivara, gato-do-mato, mocó e outros animais. Encontram-se ainda várias espécies de serpentes como a cascavel, o jararacuçu, a jararaca e a jibóia. Nos rios e lagoas abundam peixes, alguns de tamanho avantajado. Pescam-se o surubim, o dourado, a curimatá, o mandi, a piranha, o piau, a traíra, o cascudo e outros. Habitam os campos muitas aves de tamanhos e espécies diversos; dentre as maiores, salienta-se a ema (da qual se extraem as penas), a seriema, a perdiz, etc. Nos rios e lagoas, os patos, os marrecos, os socós e outras aves aquáticas, enchem de vida o ambiente.

Nos campos existem ainda abelhas silvestres, que dão cêra e mel.

O reino mineral contribui para a riqueza do município com depósitos de ouro, alumínio, prata, diamante, níquel, cristal de rocha, ferro, manganês, salitre e pedra calcária. Há também tabatinga e pedras para construção.

POPULAÇÃO — O Censo de 1950 encontrou no município de Correntina uma população de 20 174 habitantes constituída de 9 157 homens e 11 017 mulheres. Com essa população, a comuna apresentou a fraca densidade de 0,949 habitante por quilômetro quadrado.

Quanto à côr, as pessoas assim se dividem: 3 042 brancos, 2 055 pretos e 15 050 pardos.

O Censo revelou um desiquilíbrio numérico entre o sexo masculino e o feminino: para cada grupo de 100 homens havia um equivalente de 120 mulheres.

A população de 15 anos e mais, em idade casadoura, quanto ao estado civil estava formada de: 4 214 solteiros, 5 837 casados e 634 viúvos.

Rua Góes Calmon

Cachoeira do rio das Éguas

Em 1950, a zona rural absorvia quase tôda a população, senão, vejamos como a mesma se localizava: na zona rural 91,44%, na zona urbana 7,13% e na zona suburbana 1,43%.

Considerando-se constante a taxa de crescimento populacional do município, calculada para o decênio 1940-1950 com base nos censos dêsses anos, temos para 1957 a população estimada de 20 843 habitantes. Há que ponderar, todavia, fatôres desconhecidos, tais como a taxa de nascimentos e de mortalidade, e a imigração, todos êles influentes no crescimento populacional. No ano de 1956 aproximadamente 200 pessoas emigraram.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Em 1950, segundo o Recenseamento, existia apenas um aglomerado urbano: a cidade de Correntina, com uma população de 1 727 habitantes composta de 717 homens e 1 010 mulheres. Essa diferença numérica entre os sexos permitiu calcular que, na cidade, para cada grupo de 100 homens havia um equivalente de 141 mulheres.

OUTRAS AGLOMERAÇÕES — Além da cidade de Correntina, existem no município os povoados seguintes, com as respectivas populações aproximadas: povoado Gatos com 145 habitantes e povoado Macacos com 125 habitantes.

ATIVIDADE ECONÔMICA — Das 13 505 pessoas em idade ativa (10 anos e mais), contadas pelo Censo de 1950, 4 858 homens e 612 mulheres, somando 5 470 pessoas, dedicavam-se ao ramo "agricultura, pecuária e silvicultura". Êste ramo ocupava, então, 40,50% da população em idade ativa do município. *Agricultura* — a agricultura constitui atividade fundamental para a economia de Correntina. O valor da produção agrícola, em 1955, atingiu 10 177 milhares de cruzeiros. Para esta cifra, a cultura do feijão contribuiu com 45,216%, a do arroz com 21,24% e a do milho com 9,90%. Em 1956, êsses produtos tiveram as seguintes colheitas: arroz 15 300 sacos; feijão 14 180 sacos e milho 15 700 sacos.

São culturas importantes a do algodão arbóreo, a do fumo e a da cana. Além dessas, planta-se ainda banana, mandioca, mamona, abóbora, laranja, aipim, limão, manga, lima, fava e melancia. *Pecuária* — Apresentando pecuária muito desenvolvida possui o município uma grande população animal assim constituída: bovinos 18 700 cabeças; eqüinos 8 300 cabeças; asininos 850 cabeças; muares 6 200 cabeças; suínos 21 800 cabeças; ovinos 7 380 cabeças e caprinos 19 700 cabeças. *Indústria* — Existe indústria rudimentar de mandioca, aguardente, rapadura, açúcar mascavo, tijolos e telhas. Em 1955 o valor da produção industrial foi de 2 284 milhares de cruzeiros. Para êste total o beneficiamento de algodão contribuiu com 44,22% e em segundo lugar a farinha de mandioca com 21,28%.

A indústria extrativa constitui atividade de pouca significação econômica para o município. Distingue-se no reino vegetal a extração da fibra e do fruto do buriti, a do fruto do pequi, da casca do angico e da borracha de mangabeira. Do reino animal extraem-se cêra e mel de abelhas e peles de animais silvestres. Do reino mineral: argila e tabatinga.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade de Correntina liga-se à Capital Federal por via mista: a) fluvial 804 km; b) ferrovia 1 006 km; à Capital do Estado, por duas vias 1.ª) aérea 710 km; 2.ª) rodovia 1 177 quilômetros; às cidades limítrofes de Barreiras, rodovia 234 quilômetros, a Carinhanha, rodovia 210 km; a Santa Maria da Vitória, por duas vias: 1.ª) aérea 50 km; 2.ª) rodovia 60 km. Liga-se ainda por estrada de rodagem às vizinhas cidades goianas de Posse 270 km; São Domingos, 276 km e Sítio da Abadia 432 km. Possui um campo de pouso com duas pistas; uma de 592 m x 50 m e outra de 1 020 m x x 50 m. Possui ainda uma agência postal-telegráfica do D.C.T. e uma estação de radiocomunicação. Existe, no rio Arrojado o Pôrto de São José de Correntina, na fazenda São José.

COMÉRCIO E BANCOS — Correntina mantém transações comerciais não só com as cidades baianas vizinhas, mas também com Anápolis e outras praças do Estado de Goiás com as quais realiza negócios importantes para o comércio municipal.

Em 1956, existiam na sede do município 66 estabelecimentos comerciais varejistas. Em todo o município era de 79 o total dêsses estabelecimentos. Numa das praças da cidade, aos sábados, forma-se a feira, que é de grande importância para o intercâmbio comercial entre os rurícolas e os citadinos.

Em 1956, o giro comercial foi de 8 425 milhares de cruzeiros. O salário-mínimo oficial é de Cr$ 2 200,00.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Correntina está situada na margem direita do rio das Éguas. Constitui-se de 42 logradouros, todos êles iluminados elètricamente, onze dos quais pavimentados. Existem na cidade, 486 prédios, sendo que 260 estão servidos por luz elétrica. Funciona

um cinema com capacidade para 290 pessoas. Há 2 hotéis e 2 pensões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária é prestada, no município, por uma unidade sanitária do S.E.S.P. e pelo Departamento Nacional de Endemias Rurais, através de seu Setor, sediado no Juàzeiro, e sob cuja jurisdição está Correntina. Êste Setor mantém na sede municipal o Subposto do Tracoma. Existe ainda uma pequena maternidade particular, com 3 leitos, mantida pela enfermeira Donária da Silva Guerra. Funcionam 3 farmácias. Assistem a população 2 médicos, 2 dentistas, 1 enfermeiro e 1 parteira.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A assistência social é prestada através dos postos de saúde.

ALFABETIZAÇÃO — O Censo de 1950 contou no município de Correntina 16 708 pessoas de 5 anos e mais, sendo 7 432 homens e 9 276 mulheres. Dessa população sabem ler e escrever 1 419 homens e 778 mulheres totalizando 2 197 pessoas. A taxa de alfabetização no município era então 13,15%, dos habitantes de 5 anos e mais.

ENSINO — Em 1956, funcionaram 31 escolas de ensino primário com matrícula efetiva de 1 369 alunos. Dessas unidades escolares 7 eram estaduais; 23 municipais e 1 particular. Há projeto de construção de um seminário menor, subordinado à diocese de Barra, já existindo o terreno para a edificação do mesmo.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existem 2 pequenas bibliotecas não especializadas. Tem sede na Praça Deodoro da Fonseca a Sociedade Filarmônica Erato Correntinense, cuja finalidade é manter a sua banda musical. Milita na cidade um advogado.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Numerosas cachoeiras, algumas delas, como a do rio Formoso e a do rio das Éguas, pela sua beleza, se tornaram pontos de atração turística, no município, principalmente para os habitantes das localidades próximas.

CULTOS RELIGIOSOS — Correntina está esclesiàsticamente subordinada ao bispado da Barra. É sede da paróquia consagrada à padroeira do município, Nossa Senhora da Glória, e cuja criação se verificou no ano de 1808. Além da igreja paroquial, existem 5 capelas. Têm existência também 6 associações religiosas católicas, 1 templo protestante e 1 espírita.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Como festas religiosas de caráter popular, realizam-se no período de 25 de dezembro a 6 de janeiro, numerosos "reisados" e "ternos". Êsses festejos recebem geralmente o nome do organizador. Assim, há o reisado de Balduíno, o terno de Elvira Pinto, o reisado de Ezequiel, o reisado de Claudionor Nascimento, o reisado de Gino, o reisado de Manuel Barbosa e o reisado de Martiniano.

Os reisados compõem-se de um grupo de homens rurícolas, munidos de viola, pandeiro, tambor e gaita. Os alegres grupos vão de casa em casa cantando, com o fim de angariar donativos para posteriores festas: os bailes e sambas, realizados no dia 6 de janeiro.

Os ternos, de feição mais organizada, constituem-se de um grupo de môças ou meninas uniformizadas, que levam lanternas, arcadas e fogos. Êsses grupos se dirigem às residências acompanhados por famílias e cantando hinos em louvor ao Deus Menino. Chegados ao destino, são tratados com bebidas, doces e café.

No período de 25 de dezembro a 6 de janeiro, nas casas de residência, erguem-se presepes e em volta dos mesmos, tôdas as noites, reza-se e cantam-se hinos religiosos.

Dentre as festas religiosas, destaca-se a do Espírito Santo. O seu organizador recebe o título de "imperador" e comparece à missa e à procissão, com vestes especiais complementadas por uma coroa e um cetro.

Na festa de Nossa Senhora do Rosário, há o "rei" e a "rainha", que são os presidentes da mesma. Na solenidade, apresentam-se coroados e com trajes feitos para a ocasião. Além dessas festas religiosas há o Natal, o Mês de Maria e o São João. Esta última perdeu, em colorido, uma vez que a Comissão do Vale do São Francisco, após instalar a rêde elétrica, impede a feitura das tradicionais fogueiras.

Nas épocas de estiagem, grupos de pessoas, inclusive crianças, vagueiam pelos campos, levando uma cruz e uma imagem. Essas pessoas, para pedir chuvas, rezam e entoam cânticos religiosos.

Também é costume, no município, a realização do "mutirão". Consiste em arregimentar grande número de pessoas para executar em um só dia trabalho agrícola que poucas pessoas, normalmente, levariam muito tempo para realizar. O promovedor do "mutirão", como recompensa aos participantes, regala-os com um banquete, e à noite brinda-os com um baile, onde há doces, café e bebidas.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O município de Correntina conta um eleitorado de 3 526 pessoas. Dessas, sòmente 1 966 votaram nas eleições de 1954.

A Câmara Municipal está composta de 8 vereadores.

Em 1956, era de 33 o total de funcionários civis em exercício, assim distribuídos: 7 federais, 11 estaduais, 13 municipais e 3 autárquicos.

A segurança pública é mantida por 2 funcionários civis e 2 militares.

FINANÇAS PÚBLICAS — No quadro abaixo vão os dados númericos que dizem das finanças públicas municipais, nos últimos sete anos:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	170	281	111	306
1951	—	208	489	176	371
1952	—	245	529	100	350
1953	—	268	985	178	1 082
1954	—	372	664	194	879
1955	—	454	1 250	153	1 043
1956	—	547	1 034	170	1 120

NOTA: — No Município não há Coletoria Federal.

JUSTIÇA — Pelo Ato estadual de 3 de agôsto de 1892 foi criada a comarca de Correntina, com sede no Pôrto de Santa Maria e formada pelos têrmos de Santa Maria e Correntina, Bom Jesus da Lapa e Sant'Ana dos Brejos.

Segundo o estabelecido na Lei estadual n.º 561, de 30 de agôsto de 1904, e por fôrça do Decreto estadual n.º 264,

de 4 de outubro do mesmo ano, foi o têrmo de Correntina anexado ao de Sant'Ana dos Brejos, passando a comarca a denominar-se Rio Corrente.

A Lei estadual n.º 1 119, de 21 de agôsto de 1915, restaurou o têrmo de Correntina e anexou-o à comarca de Santa Maria, ex-Rio Corrente.

Pelo Decreto-lei estadual n.º 512, de 19 de junho de 1945, foi restaurada a comarca de Correntina, constituída apenas pelo têrmo dêste nome, desanexado da comarca de Santa Maria, a qual, desde 1945, passou a denominar-se Santa Maria da Vitória. Atualmente continua sendo comarca de 1.ª entrância, embora ainda não tenha entrado em funcionamento, pelo que os seus serviços judiciários estão na dependência da comarca de Santa Maria da Vitória. Existem 4 cartórios, sendo 1 do Registro Civil. Em 1956, foram julgados 10 feitos, 5 no cível e 5 de outra natureza.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os nascidos na comuna são denominados "correntinenses".

O nome do município provém do "rio Correntina", que o corta de leste a oeste e antigamente era chamado "rio das Éguas", porque bandos dêsses animais tinham nêle o bebedouro.

O Prefeito em exercício é o Sr. Elias da França Barbosa. É presidente da Câmara Municipal, no atual período legislativo, o Sr. Pedro Alexandrino Moreira Guerra. O primeiro intendente do município foi o Sr. Severiano Antônio de Magalhães. Os primeiros membros do Conselho Municipal foram os Srs. Antônio Alves Vieira, José Pereira dos Santos, Deolino José de Carvalho, Antônio Rodrigues Viana, Antônio Carlos Paturi e Ernesto da Mota Brochado.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística, por Antônio Passos Gonçalves Peralva. — Chefe da Agência Municipal de Estatística: Deodomir José da Silva.)

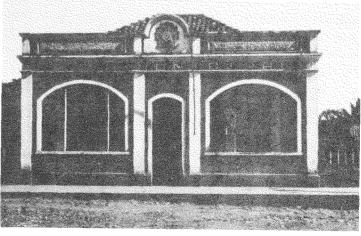
COTEGIPE — BA

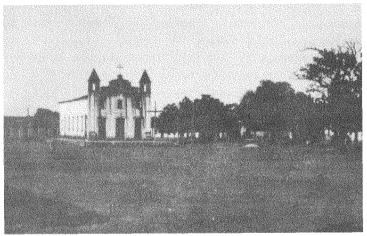
Mapa Municipal no 9.º Vol.

HISTÓRICO — O devassamento inicial do território do município é bem remoto. Sem dúvida alguma, como tôdas as vilas, povoados e freguesias que se fundaram nos sertões da Bahia, originou-se da ação dos sertanistas e bandeirantes que abalaram do litoral para o centro em busca de ouro, diamantes e de lucros na criação e na venda da gadaria. Sabe-se que D. João de Lencastro, o 32.º Governador Geral do Brasil, pelos fins do século XVII, para fazer face às constantes invasões dos acoroazes e mocoazes, erigiu não só o arraial de índios mansos, de que surgiu a atual cidade de Barra, bem como os de Pilão Arcado e Campo Largo. Foi êste último o ponto originário do município de Cotegipe.

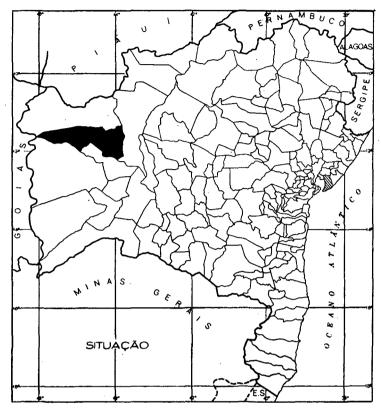
A colonização obedeceu à orientação da Casa da Ponte, vez que as terras eram parte da enorme sesmarias de 160 léguas que ia desde o morro do Chapéu até às nascentes do rio das Velhas, de propriedade de Antônio de Brito, fundador daquele morgado, a quem a Coroa, no intuito de assegurar a ordem nas margens do rio São Francisco, onde bandidos, mamelucos e negros aquilombados traziam as populações em sobressalto matando e roubando, nomeou "Mestre de Campo e Regente do São Francisco"; era êle, Antônio Guedes de Brito, e conde da Ponte, àquela época, o segundo maior proprietário de terras segundo informa Borges de Barros.

A primeira fixação de povoamento em solo do município é devida a portuguêses, italianos e nacionais vindos da capitania de Pernambuco, que ocuparam a margem esquerda do rio Grande, no local Arraial Velho, da primitiva fazenda de criação "Sussuarana" (depois Campo Largo e atual Taguá), a que o coronel José Lopes Coutinho do Bonfim adquiriu àquela capitania por compra de carta de sesmaria. Essa fazenda pertenceu sucessivamente ao capitão-mor João Maurício Vanderlei, ao coronel Clemente Bonifácio de Abreu, ao Barão do Campo Largo, Antônio Mariani Primo e ao Barão de Cotegipe, João Maurício Mariani Vanderlei. Tempos depois, forçados por uma grande cheia, seus habitántes abandonaram o lugar e fixaram-se no "Alto do Umbuzeiro", onde fundaram novo arraial. Aí erigiram uma capela em louvor a Nossa Senhora Santana do Campo Largo, que também era a padroeira do local devastado pela enchente. O novo povoado cresceu e progrediu.

Em princípios do século XIX foi criada a freguesia, sob a invocação de Nossa Senhora Santana, cuja sede foi elevada à cetegoria de vila pelo Alvará Régio de 3 de junho de 1820. Êsse mesmo Alvará criou o município com o nome de Campo Largo e território desmembrado do de Barra do Rio Grande (hoje, Barra). A atual cidade de Cotegipe sòmente surgiu em meados do século XIX. Antes de receber o atual topônimo foi o arraial denominado de Avaí do Brejo Grande, Avaí de Santa Cruz e Barão de Cotegipe. Sua igreja foi erigida no ano de 1885 e consagrada à Veneranda Santa Cruz, pertencente à paróquia de Nossa Senhora de Santana do Campo Largo. Na divisão administrativa do Brasil, relativa a 1911, o município de Campo Largo forma-se do distrito da sede e dos de Cariparé e Avaí do Brejo Grande. Devido ao progresso alcançado pelo distrito de Avaí do Brejo Grande, a Lei estadual n.º 1 772, de 30 de junho de 1925, elevou-o a sede do município, com o nome de Avaí de Santa Cruz, e deu-lhe, na mesma ocasião, a categoria de vila e de primeiro distrito de paz, preterindo a Campo Largo, que ficou rebaixado a segundo. Essa mesma Lei estadual mudou o topônimo para Barão de Cotegipe. Supresso pelos Decretos estaduais n.os 7 455, de 26 de junho de 1931, e 7 479, de 8 de julho do mesmo ano, foi restaurado o município com sede em Jupaguá, e a denominação de Cotegipe, pelo Decreto n.º 8 452, de 31 de maio de 1933, tendo sido desanexado do município de Angical. Reinstalado a 1.º de junho de 1933, figura o muni-

Prefeitura Municipal

cípio de Cotegipe na divisão administrativa do Brasil, concernente a êsse mesmo ano, composto de 3 distritos: o da sede e os de Campo Largo e Gerais de Cariporé. Nas divisões territoriais datadas de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, como também no quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 10 724, de 30 de março de 1938, o município de que se trata subdivide-se nos distritos de Cotegipe, Jupaguá, São José, Riachão das Neves (em 1937 era Riacho das Neves), Cariporé e Campo Largo, assim figurando também no quadro territorial em vigência no qüinqüênio 1939-1943, fixado pelo Decreto estadual n.º 11 089, de 30 de novembro de 1938; nesse último quadro, entretanto, o nome do penúltimo distrito está grafado "Cariparé". A cidade de Cotegipe adquiriu essa categoria por fôrça do Decreto estadual n.º 10 724, de 30 de março de 1938. No quadro territorial vigente em 1944-1948, estabelecido pelo Decreto-lei estadual n.º 141, de 31 de dezembro de 1943, e retificado pelo Decreto estadual n.º 12 978, de 1.º de junho de 1944, o município de Cotegipe permanece constituído de 6 distritos: o da sede e os de Cariparé, Jupaguá, Nupeba (ex-São José), Riachão das Neves e Taguá (ex-Campo Largo). A divisão territorial vigorante em 1949-1953, bem como a relativa ao qüinqüênio 1954-1958, esta baixada pela Lei estadual n.º 628, de 30 de dezembro de 1953, não trouxeram alterações relativamente ao município, que continuou formado dos distritos: Cotegipe, criado pela Lei estadual n.º 1 722, de 30 de junho de 1925, cuja vila, também criada por essa Lei estadual, foi instalada a 7 de agôsto do mesmo ano; Cariparé, criado pelo Decreto

Praça da Bandeira, vendo-se também a igreja matriz

estadual n.º 9 504, de 10 de maio de 1935, e instalado no mesmo mês e ano; Jupaguá, antigo Poço Redondo, criado pelo Decreto estadual n.º 8 820, de 23 de fevereiro de 1934, instalado em 14 de abril do mesmo ano; Nupeba (ex-São José), criado pelo Decreto estadual n.º 8 820, de 23 de fevereiro de 1934, instalado em 16 de abril do mesmo ano; Riachão das Neves, criado também pelo Decreto estadual n.º 8 820, de 23 de fevereiro de 1934, e instalado em 18 de abril de igual ano; e Taguá (ex-Campo Largo), criado ainda pelo referido Decreto estadual n.º 8 820, de 23 de fevereiro de 1934, tendo sido instalado em 21 de abril dêsse mesmo ano.

LOCALIZAÇÃO — O município de Cotegipe está situado no extremo oeste do estado da Bahia, na Zona Fisiográfica de Barreiras. A sede municipal dista, em linha reta, da capital do Estado, 603 km, e tem a sua posição indicada pelas seguintes coordenadas geográficas: 12º 01' 58" de latitude Sul e 44º 15' 27" de longitude W.Gr. Rumo da capital do Estado em direção à sede municipal: O.N.O. Faz limites com os municípios de Barra, Ibipetuba, Barreiras e Angical. O município está situado na Bacia hidrográfica do São Francisco.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 545 m.

ÁREA — O município de Cotegipe mede 12 787 km², sendo o 7.º em extensão territorial do estado da Bahia, de cuja superfície ocupa 2,27%.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O território do município apresenta um relêvo de planalto em que predominam os chapadões ou gerais, sem culminâncias a citar. Existem apenas as serras das Figuras, do Angical, do Brejo Grande e do Covil que é a principal elevação, além dos morros da Juguriti e o do Jardim.

Os cursos d'água que banham o território municipal são: o rio Grande, que entra pelo sul, vindo de Barreiras, percorrendo em seu curso uma extensão de cêrca de 218 quilômetros, todo navegável por pequenos vapôres, barcos, etc.; o rio Branco, afluente do Grande, que serve de limites com o município de Barreiras, com um curso de 330 km, aproximadamente, em parte navegável; o rio Prêto; os córregos de Bom Jesus, do Ribeirão, do Bastardo, do Jatobá, do Saropó, do Saropó do Rêgo; e os riachos do Coité, do Cariparé, das Neves, do Brejão, de Cotegipe e o Canabrava. As lagoas principais são a Encantada e a Grande.

CLIMA — Temperado e salubre, sujeito a estios prolongados. Paludoso nas margens dos rios.

RIQUEZAS NATURAIS — A flora é constituída por imensas florestas ainda virgens, com abundância de madeiras de lei para construção e marcenaria, além de grandes carnaubais. As madeiras são jacarandá, peroba, jatobá, um-

burana, cedro, taipoca, potumuju, pau-d'arco, baraúna, aroeira, vinhático, gonçalo-alves etc. Abundantes são também as plantas medicinais: quina, ipeca, timborana, carobinha, batata-de-teiú, pureza, velame-do-campo, cardo-santo e calunga.

A fauna conta com alguns espécimes de aves e animais silvestres raros. A caça é ativa, principalmente de capivaras e pacas que são encontradas mais fàcilmente. A fauna ictiológica é importante pela abundância de peixes.

Do ponto de vista da mineralogia, o ferro é elemento que entra na composição de quase tôdas as serras do município. Afora isso existe também a pedra calcária e pedra para construção.

POPULAÇÃO — De acôrdo com o Sexto Recenseamento Geral do Brasil, a população do município em 1950 era de 20 190 habitantes, compreendendo 9 717 homens e 10 473 mulheres, havendo para cada grupo de 100 homens um equivalente de 108 mulheres. Quanto à côr, o maior grupo era de pardos, igual a 13 047. No cômputo da população de 15 anos e mais, os casados eram mais numerosos que os solteiros, viúvos ou desquitados, somando o seu número a 5 277. Viviam no quadro rural 84,31% da população municipal. A densidade demográfica, calculada em relação ao ano de 1950, é de apenas 1,58 habitantes por quilômetro quadrado. A população do município em 1957 é estimada em 24 842 habitantes.

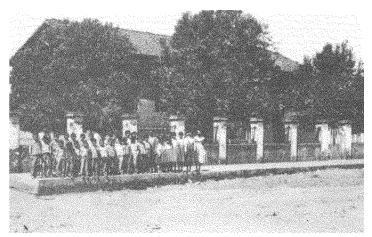
Aglomerações urbanas — De acôrdo com os resultados do VI Recenseamento Geral do Brasil, existiam, em 1950, 6 aglomerações urbanas com as seguintes populações: cidade de Cotegipe 801 habitantes, uma das menores cidades do Estado, e vilas de Cariparé 262, Jupaguá 316, Nupeba 535, Riachão das Neves 971 e Taguá 283. A população da cidade de Cotegipe estimada para 1.º de julho de 1957 é de 900 habitantes.

Outras aglomerações — Além da cidade e vilas citadas no item anterior, existem, com as populações que se citam, os seguintes povoados: Canabrava 350 habitantes, Olhos d'Água 230, Barra do Riacho 130, Riachão do Pintor 300, Monte Alegre 60, Lagoa Vermelha 100 e Macambira 70.

ATIVIDADE ECONÔMICA — De acôrdo com os resultados do VI Recenseamento Geral do Brasil, realizado em 1950, 38,80% da população em idade ativa (10 anos e mais) ocupavam-se àquela época no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura". Ainda hoje a agricultura continua em 1.º lugar como atividade econômica, e em 1955 o seu valor de produção foi de 5 milhões de cruzeiros, para o qual contribuiu com maior parcela o fumo em fôlha e o algodão. A produção industrial é das mais modestas, pouco ultrapassando, no ano de 1955, dos 2 milhões de cruzeiros, dos quais mais da metade devidos ao algodão, que contribuiu com 1 020 milhares de cruzeiros. Outros produtos que se vêm distinguindo ùltimamente são a rapadura, a cêra de carnaúba e o arroz beneficiado.

A pecuária, que é regularmente desenvolvida, tem na população bovina o seu principal rebanho, formado de 27 000 cabeças. As outras espécies são criadas em pequena escala, merecendo serem citados apenas os suínos, caprinos, ovinos e eqüinos.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A sede municipal liga-se à capital Federal — via mista: 39 quilômetros (vicinal), 1 138 km (fluvial) e 1 006 km (ferroviária); à Capital do Estado — via mista: 39 km (vicinal), 89 km (rodoviária) e 765 km (aérea). As duas últimas etapas podem também ser feitas por via fluvial 645 km e ferrovia 578 km ou, ainda, por via fluvial 645 quilômetros e rodovia 670 km; às cidades vizinhas de Angical — via mista: 39 km (vicinal) e 45 km (rodovia); de Barra — via mista: 39 km (vicinal) e 206 km (fluvial); de Barreiras — via mista: 39 km (vicinal) e 87 (rodoviária). A última etapa pode ser feita por via fluvial 145 km; de Ibipetuba — via mista: 39 km (vicinal) e 206 km (fluvial). O município possui 3 pequenos portos sôbre o rio Grande: Jupaguá, Nupeba e Tubuá, servidos por navegação irregular.

COMÉRCIO E BANCOS — A praça comercial da sede municipal possui apenas 20 estabelecimentos, todos varejistas. As transações ocorrem, principalmente, com as praças de Salvador, Belo Horizonte, Juàzeiro e Recife. São importados tecidos, ferragens, louças, artigos de armarinhos e perfumarias, calçados, além de cereais e os artigos ditos "secos e molhados" do comércio de retalho. Em pequena escala são exportados cêra de carnaúba, aguardente, rapadura, algodão beneficiado e cal. Em 1956, o giro comercial foi de 13 475 milhares de cruzeiros. O salário-mínimo oficial, decretado para a 4.ª Sub-região e da qual faz parte o município é de Cr$ 2 000,00.

Grupo Escolar Estadual

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Cotegipe situa-se à margem esquerda do rio Grande, estando edificada em terreno plano de caatingas. É pequena com poucos melhoramentos urbanos. Possui ela 13 logradouros, não pavimentados, e 236 prédios. Há uma pensão e a Agência Postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária está a cargo ùnicamente da equipe do Setor n.º 11, sediado em Juàzeiro, do Departamento Nacional de Endemias Rurais, que tem jurisdição sôbre o município.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com o Recenseamento Geral do Brasil, realizado em 1950, a população de 5 anos e mais era àquela época de 16 729 habitantes. Sabiam ler e escrever 2 929 pessoas, isto é, 17,51% da população em causa.

ENSINO — O ensino primário fundamental comum em 1956 era lecionado em 35 estabelecimentos, com uma matrícula efetiva de 1 268 alunos. O Estado mantinha 12 escolas e o município as 23 restantes. Na sede municipal funciona o Grupo Escolar Barão de Cotegipe, que é a principal unidade de ensino do município.

CULTOS RELIGIOSOS — O culto católico é único na comuna, quer dizer, não existem outras igrejas que não as católicas. Sua organização compreende a paróquia de Nossa Senhora Santana, na vila de Taguá (ex-Campo Largo), que subordina 3 igrejas, uma delas a matriz de igual denominação e orago, 10 capelas e 3 congregações e associações religiosas. O sacerdote tem residência paroquial na cidade de Barreiras.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Dentre as manifestações religiosas, a festa de maior relêvo é a dedicada à padroeira da cidade, que tem lugar nos dias 24 de abril a 3 de maio, com novenas em louvor da Veneranda Santa Cruz. A organização da mesma fica a cargo de uma comissão de "juízes e mordomos", escolhida anualmente dentre as pessoas mais representativas da localidade. O prestígio da festa se faz sentir nas comunidades vizinhas, de onde vêm caravanas. É praxe que se realize durante o dia da data da festa o maior número de casamentos e batizados, após o que se realiza a grande procissão por todos esperada. À noite, de acôrdo com hábito que vem sendo seguido, há um animado baile em casa de um dos juízes.

Outra festa religiosa de grande tradição na cidade de Cotegipe é a do Divino Espírito Santo, ou simplesmente a do Divino. De acôrdo com um costume muito antigo, há inicialmente um sorteio para saber-se qual o imperador do Divino. A êste sorteio concorrem tôdas as pessoas do sexo masculino — adulto ou criança — da cidade e de seus arredores. Na mesma ocasião também são escolhidas as demais autoridades da festa, auxiliares do imperador: alferes da bandeira, caudatário, capitão do mastro e os quatro cavaleiros da chave dourada. A parte financeira é encargo do alferes que recorre, com êxito, à população. No dia da festa, o imperador do Divino, acercado dos quatro cavaleiros da chave dourada que constituem sua guarda de honra, apresenta-se ostentando ricas "vestes reais", com coroa, capa, e demais requisitos. À noite, é obrigatória uma festa dançante de caráter geral, na residência do imperador.

Na mais antiga localidade do município, o primitivo Largo, hoje vila de Taguá, realiza-se o tradicional festejo de Nossa Senhora do Rosário, a 26 de dezembro. Reunida nesse dia na igreja, a irmandade de Nossa Senhora do Rosário responde à chamada nominal que faz o provedor, após o que o vigário dá início à celebração da santa missa. A parte popular pròpriamente dita tem num personagem chamado de "Rei Congo" a sua figura fundamental. É êle quem organiza e dirige a festa. A seu lado estão sempre a "rainha perpétua" e as "rainhas de promessas", bem como a guarda de capitães, além das figuras dançantes. O conjunto assim formado, tendo à frente uma última figura que porta uma grande lança, brinca animadamente pelas ruas ao som de um tambor. Nos três derradeiros dias, os festejos são acompanhados de lautos jantares, ocorrendo no último o grande banquete. Após êste há o baile dos brancos. Os pretos dêle não participam, pois é tradição que nesse dia apresentem-se um último desfile de despedida entoando cânticos afro-brasileiros. Primeiramente se dirigem à igreja, depois à casa do padre e finalmente pelas ruas e casas.

Outros festejos ocorrentes são os dedicados aos Santos Reis, em que os mais pobres se divertem com os ranchos de "babau", "boi mulinha", etc., cantando e sambando com muita animação o "bumba-meu-boi" ao som de violas, tambores e gaitas. Os que participam de uma vida social mais elevada, os "grandes", organizam os ternos que visitam as casas de pessoas de suas relações, numa das quais se realiza o baile de encerramento no dia 6 de janeiro.

Constituem prática ritual da Região as trocas de santos entre duas localidades. Isso acontece por ocasião de uma sêca prolongada. Forma-se então um cortejo de mulheres que, rezando e suplicando a graça de chuvas, levam o santo padroeiro e deixam-no noutra localidade, de lá voltando com outro santo, ainda cantando as mesmas preces. No momento em que as chuvas chegam, novamente se forma o cortejo, agora para desfazer a troca milagrosa. É comum haver acompanhamento de um pequeno conjunto musical.

Ainda se vem mantendo no quadro rural uma manifestação folclórica denominada "mutirão", em que um grupo de trabalhadores, em paga de farta comida e bebida e um animado baile à noite, reúne-se para dar uma ajuda a um companheiro na derrubada de mata, limpa de roça ou cobertura de casa, por exemplo.

As principais efemérides locais são: 3 de maio dia do Padroeiro, e 26 de dezembro — Nossa Senhora do Rosário.

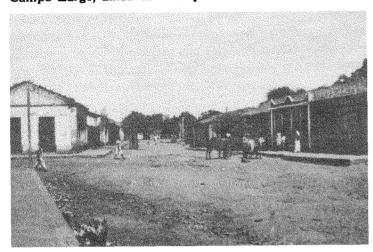
SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O município possuía, em 3 de outubro de 1954, 4 126 eleitores inscritos, dos quais 2 503 votaram nas eleições gerais realizadas naquela data. A representação política à Câmara Municipal é de 8 vereadores. O corpo de funcionários civis consta de 25 federais, 24 estaduais, 41 municipais e 1 autárquico.

FINANÇAS PÚBLICAS — A arrecadação das receitas estadual e municipal, bem como a despesa do município apresentaram os seguintes dados para o período 1950-1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal (*)	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	322	223	83	170
1951	—	507	479	83	136
1952	—	354	455	83	252
1953	—	372	837	127	674
1954	—	391	710	127	299
1955	—	826	1 180	124	1 169
1956	—	801	874	134	1 101

(*) Não há Coletoria Federal no Município.

JUSTIÇA — Com a primitiva denominação de Campo Largo, o território do município foi inicialmente têrmo da comarca de São Francisco. Em virtude da Lei provincial nú-

mero 1 249, de 29 de julho de 1872, passou a ser comarca, formada do têrmo-sede de igual denominação, e do de Santa Rita. A comarca foi extinta e o município reduzido à categoria de têrmo judiciário pelo Ato estadual de 3 de agôsto de 1892, que criou a comarca de Rio Grande, com sede em Santa Rita, constituída pelos têrmos de Santa Rita, Campo Largo, Barreiras e Angical. Na divisão judiciária estabelecida pelo Decreto estadual n.º 266, de 4 de outubro de 1904, a comuna passou a ser têrmo da comarca de Ribeira, com sede em Barreiras. Verifica-se na divisão territorial datada de 31 de dezembro de 1936 que o têrmo de Campo Largo, ainda fazendo parte da comarca de Barrei-

Rua Dr. Mário A. Teixeira de Freitas

ras (ex-Ribeira), teve seu nome mudado para Barão de Cotegipe. Segundo a divisão territorial datada de 31 de dezembro de 1937, bem como o quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 10 724, de 30 de março de 1938, o município em aprêço permanece como têrmo da comarca de Barreiras, têrmo êsse que se denomina, então, Cotegipe, simplesmente. Foi finalmente restaurada, por fôrça do Decreto-lei estadual n.º 512, de 19 de junho de 1945, a comarca de Cotegipe, integrada pelo têrmo único de seu próprio território, tendo sido instalada em 17 de janeiro de 1946. Atualmente é comarca de 1.ª entrância. Compreende 12 cartórios, sendo 7 do Registro Civil.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município são chamados cotegipanos. O topônimo é uma homenagem a um filho de Barra, João Maurício Mariani Vanderlei — o Barão de Cotegipe, figura de estadista e de homem público por demais conhecida, que foi um dos proprietários da fazenda Sussuarana, na qual a comuna teve origem.

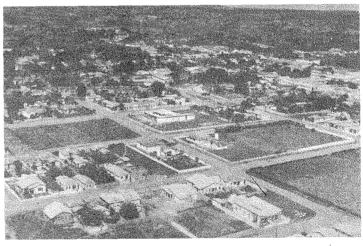
É Prefeito em exercício o Senhor Nelson Carvalho da Cunha e Presidente da Câmara Municipal o Senhor José Bernardino de Sant'Ana. O primeiro prefeito foi o Senhor Otaviano Pereira de Matos, em 1924. O primeiro Conselho do Município teve como Presidente o Senhor Antônio José da Silveira, e conselheiros os Senhores Ursínio Machado de Miranda, Valeriano Rodrigues Pôrto, José Fernandes Teixeira, Antônio de Macedo Pôrto, Ramiro Mariani de Matos, José Anísio Costa e Eduardo Teixeira Maciel.

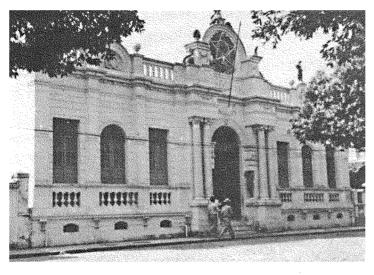
(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística, por Muron Pereira. — Chefe da Agência Municipal de Estatística: Themistocles Mariani Passos.)

CRUZ DAS ALMAS — BA

Mapa Municipal no 4.º Vol.

HISTÓRICO — Os primeiros povoadores do município procederam da Cachoeira, no século XVIII, atraídos pela uberdade do solo. Sabe-se que, dentre os principais pioneiros, se acham as tradicionais famílias Batista de Magalhães e Rocha Passos, brasileiros e descendentes de portuguêses, ambas. Os precursores estabeleceram plantação de cana-de-açúcar, fundaram engenhos e iniciaram a construção do Arraial no grande planalto, à margem da estrada real que, partindo de São Félix para S. O., se dirigia ao rio das Contas e, em seguida, para Minas Gerais e Goiás. A origem do topônimo Cruz das Almas é explicada da maneira seguinte: na antiga estrada de tropas que se dirigia para São Félix, havia em uma encruzilhada grande cruzeiro aos pés do qual eram feitas, freqüentemente, à noite, orações. Viajantes que passavam por aquêle local, situado no planalto em que se ergueu depois a cidade, bem como outras pessoas, quando a êle se referiam, o indicavam pela expressão: "lá, ou ali, na cruz das almas". Essa alusão topográfica, sempre repetida, gerou o nome da cidade e do município. É o que diz a tradição local.

O novo arraial da Cruz das Almas pertencia, então, à freguesia da Cachoeira. A capela existente foi elevada depois à freguesia com o nome de Nossa Senhora do Bom Sucesso da Cruz das Almas, por Alvará régio de 22 de janeiro de 1815. Até o fim do Império, pertencia à freguesia do Outeiro Redondo e o arraial permanecia na obscuridade. Nove anos depois da proclamação da República, obteve independência, graças aos esforços de Manuel Caetano, "o Velho", e de seu continuador, o senador Temístocles da Rocha Passos. Assim, o Arraial foi elevado à categoria de vila e município, ficando autônomo pela Lei estadual número 190 de julho de 1897, com território desmembrado da co-

Vista aérea da cidade

muna de São Félix. Ficou então constituído pelas freguesias de Nossa Senhora do Bom Sucesso da Cruz das Almas e Nossa Senhora da Conceição do Sapé. Realizou-se a inauguração a 1.º de dezembro de 1897. Em 1890, por Ato estadual de 8 de agôsto, Sapé tinha logrado ser município; mas o foi apenas por 17 dias, visto ter sido suprimido por Decreto estadual de 25 do mesmo mês e ano. A vila da Cruz das Almas, sede do município, foi elevada à categoria de cidade pela Lei estadual número 1 537, de 31 de agôsto de 1921.

Prefeitura Municipal

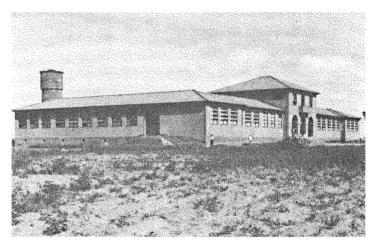
A divisão distrital do município, em 1911, compunha-se de Cruz das Almas, Sapé e Baixa da Palmeira. Tal situação permaneceu até 1953, tendo sofrido modificação apenas nos nomes de dois distritos: Sapé passou a chamar-se Sapeaçu e Baixa da Palmeira veio a ser grafado Baixa do Palmeira, de acôrdo com o Decreto-lei número 141, de 31 de dezembro de 1943. Em 1953, pela Lei estadual número 549, de 27 de abril, Sapeaçu foi desmembrado para, com o distrito de Baixa do Palmeira, constituir município autônomo. Desta maneira, o município de Cruz das Almas, na divisão territorial fixada pela Lei número 628 de 30 de dezembro de 1953, para o qüinqüênio de 1954-1958, ficou constituído de um só distrito.

LOCALIZAÇÃO — O município está localizado na Zona Fisiográfica do Recôncavo e limita com os municípios de Muritiba, São Félix, São Felipe e Sapeaçu.

A sede municipal possui as seguintes coordenadas geográficas: 12° 40' 19" de latitude Sul e 39° 06' 22" de longitude W. Gr. O rumo da capital do Estado para a sede municipal é de O.N.O., da qual dista 71 quilômetros, em linha reta.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A cidade tem a altitude de 220,49 m, número que se acha gravado na chapa colocada à esquerda da porta principal da igreja do Senhor do Bonfim. O ponto básico para o cálculo da altitude situa-se no trecho da Estrada Cruz das Almas—Sapeaçu, a 5 m da margem direita, na saída da cidade, 1,55 km além da igreja do Senhor do Bonfim.

ÁREA — Conforme dados do Conselho Nacional de Geografia, a área do Município era de 269 quilômetros quadrados; no entanto, depois da criação do município de Sapeaçu, em 1953, estima-se que tenha sofrido uma redução de quase 50% de sua área, sendo atualmente um dos municípios de menor extensão territorial do Estado.

Ginásio Alberto Tôrres

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Embora situado na bacia do Paraguaçu, não é importante o sistema hidrográfico do município, pois os seus principais rios são de regimen periódico. Os principais cursos d'água são o Jaguaripe, o Tuins, o Capivari e o Poções.

A orografia é também inexpressiva; o território é plano e, em alguns pontos, apenas ondulado. Quanto ao revestimento florístico, o município não possui áreas com matas ou cobertas de capoeira; as que havia foram devastadas.

CLIMA — É ameno e saudável, com temperatura máxima, em 1956, de 32°C, mínima de 20°C e média compensada de 24,0°C. Cai chuva mais intensa e freqüente no inverno, de maio a julho; ocorrem trovoadas em novembro e dezembro; alcança a água de chuva o total anual de 1 100 mm. A precipitação máxima, em 24 horas é de 160 mm. Não há geadas nem inundações que registrar.

POPULAÇÃO — Segundo dados do Censo Demográfico de 1950, incluídos os habitantes das áreas desmembradas pela Lei número 628, de 30-12-53, — que, hoje, constituem o município de Sapeaçu —, Cruz das Almas possuía 32 376 habitantes, ou seja, 14 934 homens e 17 342 mulheres, cabendo aos brancos 6 053 pessoas, 16 394 aos pardos e 9 812 aos pretos. Da população de 15 anos e mais, 9 978 eram solteiros, 7 340 casados, 1 158 viúvos e 1 desquitado. A densidade demográfica era de 119,99 habitantes por quilômetro quadrado. A distribuição percentual pelo município era: urbana 19,46%; suburbana 8,15% e rural 72,38%.

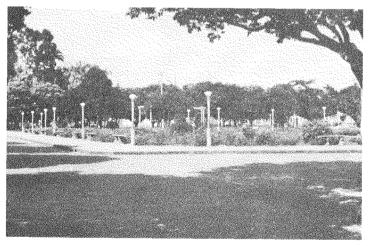
Aspecto parcial da feira

Para 1957, com a área primitiva diminuída, a população está estimada, pelo Departamento Estadual de Estatística, em 22 000 habitantes.

Aglomerações Urbanas — A população da cidade, levantada pelo Censo Demográfico de 1950, era de 6 758 habitantes, sendo 2 850 homens e 3 908 mulheres. O aumento percentual de 1940 para 1950 foi de 36,3%. Dada a expansão nos últimos tempos, estima-se, para 1957, a população da cidade em 9 300 pessoas. As duas outras aglomerações urbanas, Sapeaçu e Baixa do Palmeira, passaram em 1953 a formar novo município.

Outras Aglomerações — Registram-se oito povoados, sendo os principais: Três Bôcas, Poções e Embira, êstes com pouco mais de 100 habitantes; os demais que possuíam menos de cem habitantes são: Má vida, Pombal, Sapucaia, Caminhoá e Tuá.

ATIVIDADE ECONÔMICA — Das pessoas ativas (10 anos e mais), 30,38%, de acôrdo com o Censo de 1950, estavam ocupados no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura", que é a principal atividade econômica. Do total, cinco mil setecentos e trinta e três eram homens e 1 203, mulheres. A cultura e a industrialização do fumo é a principal atividade, sendo a confecção de charutos de grande importância na economia da província.

Agricultura e pecuária — Segundo dados do Departamento Estadual de Estatística, no ano de 1955, a produção agrícola foi expressiva, elevando-se a Cr$ 39 686 000,00, o que corresponde a 0,60% do total do Estado. As principais produções foram: a) fumo em fôlha, com 1 092 000 quilogramas, representando 2,15% do total do Estado, no valor de Cr$ 21 752 000,00; b) laranjas, com 101 000 centos, equivalendo a Cr$ 10 160 000,00; c) bananas, com 48 000 cachos, no valor de Cr$ 1 680 000,00.

Praça Senador Temístocles

A excelência do fumo tornou-o muito valorizado e grandemente procurado, sobretudo para a fabricação de charutos. A produção alcançou naquele ano o preço de .. Cr$ 20,00 por quilograma, enquanto o preço médio do Estado foi de Cr$ 15,00. É importante o plantio da variedade "fumo capeiro". Mantém o Instituto Baiano de Fumo, no município, a Estação Experimental de Fumo, para fins de estudos e fomento da produção fumageira.

A pecuária constitui atividade de menor importância. Os maiores efetivos são de suínos (13 000 cabeças) e bovinos (9 800). Graças ao Instituto Agrônomico do Leste, há fomento à criação de suínos. Para isto, venderam-se espécimes de boas raças, adequadas às condições ambientes.

Também são muito procuradas suas ótimas laranjas. A produção é muito valorizada. Em 1955, enquanto o preço médio do cento, no Estado, era de Cr$ 67,00, naquele município ultrapassou Cr$ 100,00. Todavia, o total da colheita representa apenas 0,60% do Estado.

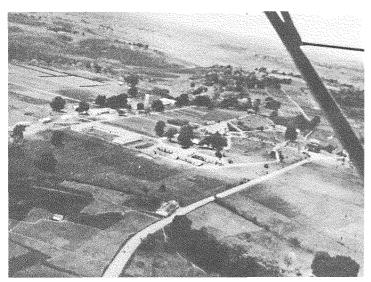
Avenida Alberto Passos

Ainda contribuem para a melhoria da produção agrícola o Instituto Agronômico do Leste e o Campo Agrícola da Esc. Agrônomica da Bahia que, além de outras valiosas iniciativas, promovem a realização anual da "Semana do Fazendeiro", destinada a ministrar ensinamentos técnicos a agricultores e pecuaristas, bem como o curso de treinamento de capatazes.

Indústria — Prepondera a atividade do grupo "indústria do fumo", com 84,7% da produção total, devendo-se isto à circunstância de o município produzir matéria-prima apropriada a ótimos charutos. É importante a organização e funcionamento da fábrica Suerdieck, localizada na cidade, a qual ocupa mais de 600 pessoas, além da produção realizada em domicílio.

Em 1955, registraram-se em Cruz das Almas três indústrias com mais de 5 pessoas, e onze com menor número de operários. A produção industrial totalizou cinqüenta e quatro milhões e trezentos e vinte e dois mil cruzeiros (Cr$ 54 322 000,00), soma bastante expressiva.

Ainda se verifica a produção artesanal de rendas, bordados e charutos.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Passa pela cidade a rodovia BA-1 (Bahia—Espírito Santo). Liga-se com os municípios vizinhos da seguinte maneira: Castro Alves, ferrovia (47 km) e rodovia (45 quilômetros); Muritiba, ferrovia (15 quilômetros) e rodovia (21 quilômetros); São Félix, ferrovia (20 km) e rodovia (26 quilômetros); São Felipe, rodovia (34 quilômetros); Sapeaçu, estrada de rodagem, doze quilômetros. Com a capital do Estado por via aérea (93 km), ferrovia (159 quilômetros) e rodovia (196 quilômetros). Liga-se diretamente à capital Federal por ferrovia — Viação Férrea Federal Leste Brasileiro e Estrada de Ferro Central do Brasil (1 560 quilômetros) e rodovia (1 560). A estação daquela foi inaugurada em 23-XII-1881, a partir de quando está o município servido por transportes ferroviários, ficando a respectiva estação a 6 quilômetros do centro da cidade. Está em fase adiantada a construção de um ramal ferroviário que ligará, na cidade de Santo Antônio de Jesus, a Viação Férrea Federal Leste Brasileiro à Estrada de Ferro de Nazaré. Há um campo de pouso. Duas emprêsas rodoviárias servem ao município.

Vista aérea do Instituto Agronômico do Leste

Para as comunicações, há agência postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos, agência telegráfica da Leste Brasileiro, a 5 quilômetros da cidade, e em tráfego mútuo com o telégrafo nacional, serviço telefônico interurbano que liga a comuna à capital do Estado e a 18 municípios vizinhos. Funciona o serviço telefônico em tráfego mútuo com a Rádio Internacional.

Estavam registrados, em 1956, na Prefeitura, 13 automóveis, 16 jipes, 4 ônibus, 2 camionetas e 52 caminhões.

COMÉRCIO E BANCOS — Com referência a 1956, na sede municipal havia 131 estabelecimentos varejistas e 1 grossista. O giro comercial do município em 1956 atingiu 111 975 milhares de cruzeiros. Há uma agência do Banco Econômico da Bahia S. A., inaugurada em 8-IV-1948.

Importam-se tecidos, medicamentos, louças, gêneros alimentícios, calçados, etc. As praças com que se mantêm transações são as de Salvador, São Paulo, Distrito Federal, Feira de Santana e São Félix. Existem na Cruz das Almas agências compradoras de fumo, que também efetuam escolha e enfardamento. Pertencem elas às principais firmas exportadoras do País.

Edifício sede do Instituto Agronômico do Leste

Os resultados das principais contas bancárias, em 31-XII-1956, foram, em milhares de cruzeiros: Caixa 1 234; Empréstimos c/c 195; Títulos Descontados 8 573; Depósitos a vista e curto prazo 9 226 e Depósitos a prazo 308. O salário-mínimo oficial decretado para a 3.ª Sub-região e da qual faz parte o município é de Cr$ 2 200,00.

ASPECTOS URBANOS — Cidade assentada sôbre planície com praças, ruas e avenidas arborizadas e bem ornadas. Está em fase de acentuado desenvolvimento o interêsse local por construções modernas. Deve-se essa modernização à influência progressista da abertura e funcionamento, na cidade, dos estabelecimentos de ensino superior e médio e, também, à orientação ou à influência técnica do pessoal de nível universitário ali fixado e em atividade docente ou profissional. A cidade possui 51 logradouros, sendo 16 pavimentados, 18 com arborização e 30 servidos de luz elétrica. Há 2 134 prédios, dos quais 1 250 com iluminação elétrica. Em 1956, inaugurou-se o serviço de esgôto, abrangendo 8 logradouros. A rêde telefônica apresenta 50 aparelhos em funcionamento, havendo dois cinemas: "Popular" e "Glória", com capacidade total de 682 lugares. Quanto aos meios de hospedagem, é digno de referência o Hotel do Leste (privativo do Instituto Agronômico de Leste), pelas suas excelentes instalações, condições de comodidade e aprazível localização, sito no subúrbio da cidade. Contam-se ainda quatro pensões.

Vista de uma aula prática sôbre a cultura do fumo

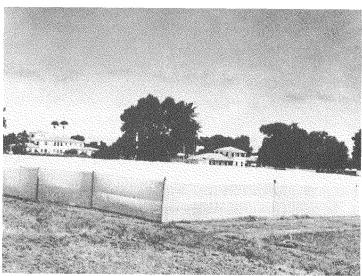
Vista parcial da cultura do fumo capeiro, utilizado especialmente para Capa de charuto

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Há o moderno Hospital Nossa Senhora do Bom Sucesso, mantido pela Irmandade da Santa Casa de Misericórdia Cruzalmense, aparelhado com raios X, farmácia, gabinete dentário, laboratórios de análises clínicas, microbiológica e sorológica, mantendo também ambulatório. Possui 60 leitos, sendo 30 para clínica-médica geral, 15 para cirurgia e 15 para pediatria. Estavam em atividade dois médicos, um técnico operador de raios X e três auxiliares de enfermagem. O município faz parte do setor número 4 do Departamento Nacional de Endemias Rurais, sediado em Muritiba. Também possui um Pôsto Correspondente.

Na Cidade clinicam quatro médicos e três dentistas. Há dois farmacêuticos e três farmácias.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — No tocante à assistência social, há a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, que mantém assistência médico-hospitalar; a Cooperativa Mista da Escola Agronômica da Bahia, com 64 associados. Existe 1 sindicato de empregados, congregando 469 associados.

ALFABETIZAÇÃO — Conforme o Censo Demográfico de 1950, da população de cinco anos e mais, apenas sabiam ler e escrever 28,2%.

Ensino — Em 1956, existiam 38 unidades escolares primárias, no município, com 43 professôres e matrícula efetiva de 2 006 alunos. O Estado mantinha 27 delas com 32 professôres e 1 358 matrículas, e o município, 10 com 10 professôres e 606 matrículas. Particular há uma unidade com 1 professor e 42 alunos matriculados. A primeira escola primária foi criada em 1867.

Experimento de fumo coberto para obtenção de capas para charutos

De ensino médico funciona o Colégio Alberto Tôrres, de propriedade particular, que mantém os cursos ginasial, científico e pedagógico. Seu movimento, em 1956, está assim distribuído: no *ginásio*, corpo docente — 11 membros, 233 matrículas e 10 conclusões de curso; *científico*, corpo docente — 8 membros, 30 matrículas e 7 conclusões de curso; *pedagógico*, corpo docente — 7 membros, 24 matrículas e 11 conclusões de curso. Em 1957, conforme dados do inquérito "Matrícula de Ensino Médio", as matrículas apresentaram o seguinte movimento: ginasial 261, científico 43 e pedagógico 24.

Quanto ao ensino superior, funciona em subúrbio da cidade, em instalações apropriadas, a Escola Agronômica da Bahia, mantida pelo Govêrno Estadual. Em 1956, realizou 70 matrículas e efetuou 15 conclusões de curso.

Cultivo especial de fumo capeiro

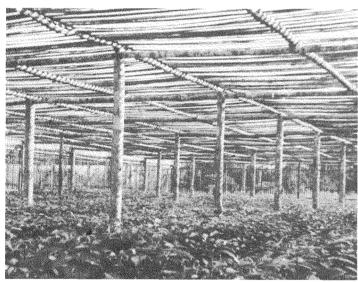
Funciona ainda no município um Centro de Treinamento de Professôres Rurais, da Campanha Nacional de Educação Rural, tendo sede na comuna a Missão Rural do Recôncavo. A cidade é também o maior centro educacional de pesquisas agrícolas do Estado. Nela funciona o Instituto Agronômico de Leste, do Govêrno Federal, que possui aparelhamento adequado.

Cruz das Almas, por seus estabelecimentos de ensino superior e médio, é considerada importante centro de formação cultural e profissional, que abriga considerável quantidade de estudantes de outros municípios baianos e de estados da Federação.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — A imprensa local representa-se pelo órgão "Nossa Terra", de periodicidade semanal, que circula desde 8-VIII-1954. Há uma tipografia e um serviço de alto-falantes.

Possuem bibliotecas as instituições seguintes: Instituto Agronômico de Leste, de uso semipúblico, especializada em assuntos agrícolas, com 2 500 volumes; Escola Agronômica da Bahia, semipública, de assuntos agrícolas, Agência Municipal de Estatística (Biblioteca Rubem Gueiros), de assuntos gerais, com 300 volumes.

As agremiações culturais são três: duas filarmônicas e uma de fins recreativos e desportivos — o Cruz das Almas Clube. Êste sobressai por sua organização; possui prédio próprio construído para seus fins e conta 140 associados. As filarmônicas são: a Sociedade Filarmônica Euterpe Cruzalmense, fundada em 1910, e a Sociedade Filarmônica Lira Guarani, fundada em 1922.

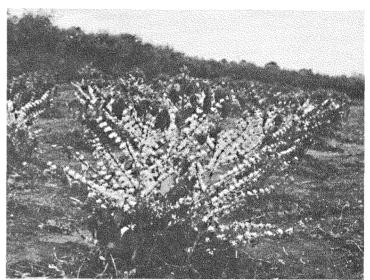
ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Cruz das Almas é muito visitada durante o ano. Cidade florescente, considerada uma das principais do estado da Bahia, caracteriza-se por suas praças, ruas e avenidas regulares, bem ornamentadas, com perfeita arborização e onde se erguem modernas residências. Nos seus subúrbios estão localizados o Instituto Agronômico de Leste, Campo de Experimentação, Pesquisa e Orientação Agrícola do Instituto Baiano do Fumo, Campanha Nacional de Educação Rural e Escola Agronômica da Bahia, tendo anexo o Colégio Alberto Tôrres, funcionando também um Curso das Missões Rurais, para treinamento de professôres e supervisores de Ensino Rural.

Ripados para distribuição de mudas de café

Na parte industrial existe a Fábrica de charutos Suerdieck, onde trabalham cêrca de 600 operários, a Sociedade Agro-fumageira Industrial, pequenas indústrias e grandes armazéns de compras e beneficiamento de *fumo* sua principal e vital lavoura.

CULTOS RELIGIOSOS — Do culto católico apostólico romano, há a paróquia de Nossa Senhora do Bom Sucesso, criada pelo Alvará régio de 22 de janeiro de1815, com sede na cidade. Acha-se subordinada eclesiàsticamente ao Arcebispado da Bahia. Existem uma igreja matriz e sete capelas, que celebraram 1 336 batizados em 1956. A Paróquia abrange apenas o território do município.

De outros cultos existiam 2 templos protestantes e um adventista.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — A principal festa religiosa é a da padroeira Nossa Senhora do Bom Sucesso, realizada em dezembro, constando de novenário, celebração de missa solene e procissão. Além desta, com as mesmas características, há a de Nossa Senhora da Conceição, em 8 de dezembro, assinalando-se ainda os festejos de São João e Santo Antônio, em junho.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — Em 3 de outubro de 1954, estavam inscritos 5 113 eleitores e votaram àquela época apenas 3 161. Foram eleitos e estão em exercício 8 vereadores. O Prefeito municipal é o Doutor Ramiro Elói Passos e o Presidente da Câmara de Vereadores o Dr. Fernando Carvalho Araújo. Os funcionários civis em exercício eram: 88 federais, 95 municipais e 1 autárquico.

Capeiros em floração

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro abaixo dá em síntese a situação das finanças públicas, nos últimos cinco anos, em milhares de cruzeiros:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1952	2 642	2 089	1 960	1 879	1 274
1953	2 920	2 247	2 797	2 697	3 584
1954	6 859	3 214	2 714	2 158	2 690
1955	9 101	4 001	3 319	2 707	3 332
1956	11 322	5 342	4 081	3 347	4 398

JUSTIÇA — Pela Lei estadual número 280, de 6 de setembro de 1898, que reviu a divisão judiciária do Estado, Cruz das Almas é têrmo da comarca de São Félix, sendo mais tarde extinto e anexado ao de São Félix pelo Decreto estadual número 264, de 4 de outubro de 1904. Pela Lei estadual número 1 119, de 21 de agôsto de 1915, Cruz das Almas passou a têrmo da comarca de Cachoeira. Nas divisões territoriais de 1936 e 1937, e no quadro anexo ao Decreto estadual número 10 724, de 30-III-1938, voltou o município a ser têrmo da comarca de São Félix, onde até hoje se encontra.

O primeiro pretor foi o Dr. Alfredo Veloso da Rocha Passos; o atual é o Dr. Orlando Procópio Ferreira.

Há 10 cartórios, sendo 1 de Registro Civil. Em 1956 foram julgados 130 feitos, sendo 121 cíveis e 9 criminais.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município denominam-se cruzalmense. O 1.º Intendente municipal foi o Cônego Antônio da Silveira França, por eleição realizada em 3-X-1897. A 1.ª Câmara de vereadores compunha-se de: Temístocles da Rocha Passos, José Luís de Queirós, Januário Rodrigues Velame, — Francisco

Elói da Silva, Eutímio Ferreira Bráulio, Alfredo Borges de Barros e Dr. Antônio Maria Garcês.

É digna de registro a evolução atingida pelos hábitos e costumes da população. No trabalho, o proletariado é sindicalizado; nas edificações, está havendo modernização. Sente-se o interêsse e o entusiasmo da população pelo progresso da cidade. Nota-se a influência dos técnicos e professôres universitários na implantação de métodos modernos de trabalho, de estudo e de organização da vida urbana e doméstica. O intercâmbio e contacto mantidos pelos técnicos e mestres de nível universitário com a população urbana e com o homem do campo, as excursões à zona rural, os estudos e a convivência no âmbito da sociedade cruzalmense, educam, estimulam e melhoram a mentalidade da classe média imprimindo-lhes tendência para transformação cultural, que se manifesta no bangalô modernizado, na eletrificação do lar, em novos métodos culinários, no desenvolvimento e no aperfeiçoamento intelectual, no aprimoramento dos costumes sociais, na disciplina do trabalho e nas recreações.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística, por José Pereira Tôrres Filho. — Chefe da Agência Municipal de Estatística: Adalberto Damasceno Passos.)

CURAÇÁ — BA

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — A primeira tentativa de penetração da região deve-se ao jesuíta padre Luís da Grã, em 1562, em missão de catequese pelo sertão baiano, quando se aprofundou no interior, alcançando as margens do rio São Francisco e encontrando nas suas andanças vários obstáculos, entre os quais, avultava, pela sua gravidade, a epidemia de bexiga (varíola), que no ano de 1563 dizimou muitas vidas, causando terror e pânico entre os que ali habitavam, principalmente entre os silvícolas.

A bandeira comandada por Belchior Dias também contribuiu para o desbravamento e colonização das terras, penetrando profundamente nos sertões da Bahia e passando por onde mais tarde surgiria a povoação de Pambu, defronte ao município de Cabrobó.

Para sua penetração no interior do Estado, partiu da localidade de Rio Real, em 1593, com destino às serras de Jacobina, passando por Tucano e Queimadas, e, dali rumando a Morro do Chapéu, Remédios, Campestre, até a foz do rio Grande, um dos afluentes do rio São Francisco, onde hoje está situada a cidade da Barra. Desceu por êste, desbravando as terras situadas às suas margens, na ânsia de novas aventuras, e alcançando em seguida o vale do Salitre. Daí, atravessando os campos de "Coraçá" (Curaçá), ruma à serra da Borracha, a qual, pelo bandeirante, é denominada serra do Ouricuri, e onde encontra grande quantidade de salitre. Continuando a penetração, atinge em 1609 as terras do atual Estado de Sergipe.

No segundo quartel do século XVII, o capuchinho frei Martim de Nantes, que passou 5 anos por ali, em seu relatório de 1671, dizia que ao chegar ao aldeamento de Pambu já encontrara uma capela, construída pelos portuguêses e índios, bem como o capelão frei Audierne.

Em 1675, cruzou os sertões da Bahia, passando pelo território de Curaçá, a bandeira de Pedro Barbosa Leal, que, também, contribuiu, com diversos colonos, para povoar essa região.

Havia aí índios *orocuys* (talvez corruptela tapuia de *urucuyús*, que hoje melhor se grafa *urucuiús*), certamente representantes da nação indígena que habitavam a região (os tapuais).

Foi Pambu, portanto, o mais antigo núcleo de povoamento daquelas terras, pois ali é que primeiro chegou a colonização.

Em 1696, passa à ouvidoria de Sergipe e, em 1697, sobe a curato, no tempo do bispo D. João Franco de Oliveira. Note-se de relance, que, por êsse tempo, já o grande desbravador dos sertões, Francisco Dias de Ávila, iniciador do movimento que penetrara a região através dos rios Itapicuru e Vaza-Barris (o *Irapiranga* dos tapuias) chegara à serra da Borracha, dedicando-se à exploração de salitre, para a qual, sua viúva, D. Leonor Pereira Coutinho, continuando sem desfalecimentos a obra do marido, em 1697, concorreu com os recursos necessários. Como prova, podem ser vistas, quase petrificadas, as fornalhas que ali foram construídas, para tal exploração, segundo informa o recém-falecido escritor curaçaense João Matos, em sua magnífica conferência de 18 de julho de 1953, comemorativa do primeiro centenário da cidade de Curaçá.

E continua Pambu a prosperar, elevando-se em 1714 a paróquia, no tempo do arcebispo D. Sebastião Monteiro de Vide; passando em 1722 da ouvidoria de Sergipe para a de Jacobina, então criada, e, em 1743, sendo promovido a julgado.

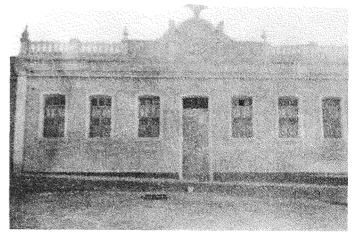
Convém notar, de passagem, que, em 1738, o sesmeiro José Alves de Brito, um dos representantes do movimento desbravador que penetrara pelo Itapicuru, se localizara no riacho "Curaçá".

Em 1744, já possuía Pambu um hospício com a denominação de Nossa Senhora da Piedade, sob a direção do capuchinho italiano frei Romualdo de São Domingos.

No ano de 1770, continuando o movimento vindo pelo Itapicuru, chega à serra da Borracha Antônio Fernandes Lôbo, onde, 13 anos depois, em 1 783, Cristóvão da Rocha Pita veio a descobrir minas de ouro e cobre.

Em 1790, também chega ao riacho da Várzea, onde se localiza, Manuel da Costa e Silva.

Prefeitura Municipal

14 — 24 936

Enquanto Pambu prospera e sobe de categoria, o capitão-mor João Francisco dos Santos, proprietário do sítio Bom Jesus da Boa Morte, (ou Pôrto do Capim Grosso), doa ao seu filho Florêncio Francisco dos Santos essa propriedade por escritura de 20 de janeiro de 1809. Nessa data, fixou residência aí o padre José Antônio de Carvalho Matos, que habitava modesta casa de paredes de taipa e coberta de palhas, adquirida de Florêncio Francisco dos Santos. Nesse sítio é então edificada uma igreja sob a invocação do Bom Jesus da Boa Morte, em redor da qual se estabeleceram os moradores.

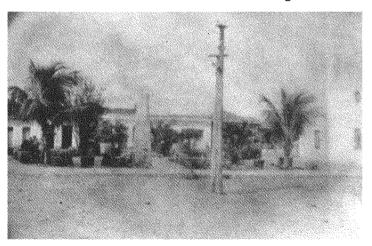
São os primeiros dias da atual cidade de Curaçá, que situada em ponto alto e protegida contra as inundações, desde então começava a merecer as preferências dos residentes em povoações vizinhas, ou por se livrarem das águas do São Francisco, ou por outras circunstâncias.

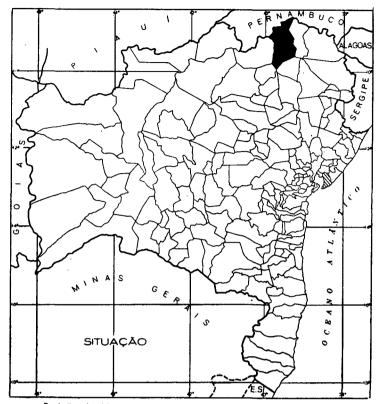
Não obstante ter passado por Lei de 20 de abril de 1832 à categoria de vila; apesar de ter sido inaugurada em 17 de maio de 1834, e ter alcançado a primeira escola municipal em 1835, momento em que passou a ser da comarca de Monte Santo, tendo o seu território desmembrado do de Juàzeiro, o certo é que Pambu perdeu tôdas as suas conquistas históricas em favor do povoado do Bom Jesus da Boa Morte, quando êste, vindo a chamar-se Capim Grosso, absorve a sede da vila, o têrmo e a paróquia de Santo Antônio do Pambu, em razão da transferência de que trata a Lei número 488, de 6 de junho de 1853, quando a província da Bahia era governada pelo Dr. João Maurício Wanderley, Barão de Cotegipe.

Em virtude do Ato número 59, de 10 de julho de 1890, vem a denominar-se Curaçá.

Por fôrça do Decreto-lei Estadual número 10 724, de 30 de março de 1938, a vila recebeu foros de cidade.

A sua composição territorial, de acôrdo com a Lei número 628, de 30 de dezembro de 1953, ficou constituída dos cinco distritos: Curaçá (sede), Barro Vermelho, Patamuté, Poço de Fora e Riacho Sêco.

LOCALIZAÇÃO — O município de Curaçá localiza-se na Zona Fisiográfica do sertão do São Francisco, estendendo-se o seu território, que está totalmente incluído no "polígono das sêcas", pela margem direita do grande rio. Limita com os municípios de Juàzeiro, Jaguarari, Uauá, Euclides da Cunha, Chorrochó e com o Estado de Pernambuco. A sede municipal possui as seguintes coordenadas geográficas: .. 8° 59' 27" de latitude Sul e 39° 54' 41" de longitude W. Gr.

Praça D. Feliciana

Rumo da capital do Estado em direção à sede municipal: N. N. O. Distância em linha reta da capital do Estado: 445 quilômetros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 350 metros.

ÁREA — A área do município é de 10 551 km². Ocupa entre os municípios do Estado o 10.° lugar em extensão territorial. Com o desmembramento do distrito de Chorrochó, o município perdeu aproximadamente um têrço do seu território.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O principal acidente geográfico do município é o caudaloso rio São Francisco, que banha as suas terras. Existe também a gruta de Patamuté. Está localizada a 17 quilômetros da vila de Patamuté, na encosta de um monte, prolongamento da serra do Carpina, qual majestoso templo edificado pela *irmã natura*, que o tempo e a fúria dos elementos não conseguiram destruir. Monumental pelos seus aspectos, mede 120 metros de comprimento por 44 de largura e 22 de altura. Localiza-se no município o açude Brandão com a capacidade de 327 000 metros cúbicos, e o açude Paus Pretos, cuja capacidade é 800 000 metros cúbicos.

CLIMA — O clima do município é quente e sêco, justificando a sua inclusão no "polígono das sêcas". A temperatura da sede municipal apresentou em 1956 as seguintes graduações: média das máximas — 34°C; média das mínimas — 16°C; média compensada — 26°C. A precipitação no ano atingiu a altura total de 298, 7 mm.

RIQUEZAS NATURAIS — O revestimento florístico natural é relativamente pobre, não havendo quase mata. Notam-se grandes capoeirões. A caatinga é extensa em alguns

pontos. Há no município carnaubal, de onde se extrai a cêra de carnaúba, e caroá, em determinadas zonas.

A fauna apresenta exemplares de caititus, veados, tatus, emas, sariemas, gatos-do-mato e peixes, entre êstes distinguindo-se o dourado, o surubim, a curimatá, o piau, a traíra, a piranha, o mandi, etc.

O subsolo contém ainda inexplorados, água mineral, calcita, cobre e cristal de rocha, e, em exploração, salitre, mármore, granada, pedra calcária e pedras para construção. Cristóvão da Rocha Pita, em 1783, descobriu minas de ouro na serra da Borracha, além das de cobre.

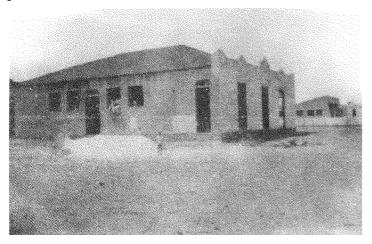
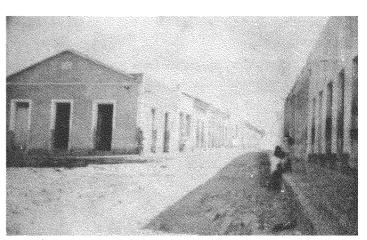
POPULAÇÃO — A população do município, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 27 103 habitantes, sendo 12 709 homens e 14 394 mulheres, predominando os indivíduos de côr parda, com 19 119 pessoas. Para 1957, estima-se uma população de 14 146 habitantes, cujo provável decréscimo é motivado pela emancipação do distrito de Chorrochó, que absorveu grande parte do território do município de Curaçá. Em 1950, 91,189% da população localizavam-se no quadro rural.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Existiam em 1950 cinco aglomerações urbanas a seguir mencionadas com a respectiva população: cidade de Curaçá — 1 046 habitantes, vila de Barro Vermelho — 360 habitantes, vila de Chorrochó, hoje sede do município do mesmo nome — 400 habitantes, vila de Ibó — 251 habitantes, e vila de Patamuté — 331 habitantes.

OUTRAS AGLOMERAÇÕES — Além da cidade e das vilas, o município conta, ainda, com os principais povoados abaixo, cuja população estimada para 1957 é a seguinte: Formosa — 80 habitantes, Pedra Branca — 70 habitantes e Lagoa São José — 60 habitantes.

ATIVIDADE ECONÔMICA — A principal atividade econômica é a pecuária, contando o município com um dos maiores rebanhos de caprinos do Estado e do País. Produz peles que são consideradas de excelente qualidade, até no Exterior, figurando entre as melhores do País.

A população pecuária do município em 1956 apresentava as seguintes cifras: bovinos — 33 000, eqüinos — 3 200, asininos — 9 400, muares — 2 600, suínos — 15 300, ovinos — 43 000 e caprinos — 101 000.

Pelo Censo de 1950, 32% das pessoas em idade ativa (10 anos e mais) estavam ocupadas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura".

Avenida Dr. Pedro dos Santos Tôrres

Rua C.el Jerônimo Coêlho de Aquino

Cultivam-se algodão, mandioca, cana-de-açúcar, cebola e cereais.

A produção agrícola, em 1955, atingiu a cifra de 36 130 milhares de cruzeiros.

A produção industrial é relativamente pequena, tendo atingido, em 1955, a 668 milhares de cruzeiros, limitada à produção de farinha de mandioca, rapadura, cal, cerâmica e produtos de panificação (pães e biscoitos).

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade de Curaçá liga-se à Capital Federal, à Capital do Estado e às cidades vizinhas pelos seguintes meios de transporte: à Capital Federal — rodovia 2 032 quilômetros; à Capital do Estado — rodovia 598 quilômetros; às cidades vizinhas de Chorrochó — rodovia 120 km, Euclides da Cunha — rodovia 245 quilômetros, Jaguarari — rodovia 196 km, Juàzeiro — rodovia 96 quilômetros e fluvial 63 milhas e Uauá — rodovia 132 quilômetros. Liga-se ainda à cidade pernambucana de Santa Maria da Boa Vista, por meio de rodovia, 30 quilômetros.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio local mantém transações principalmente com as praças de Juàzeiro e Salvador. Existem na sede municipal 10 estabelecimentos comerciais varejistas. O giro comercial atingiu, em 1956, .. 10 100 milhares de cruzeiros. O salário-mínimo oficial decretado para a 3.ª Sub-região e da qual faz parte o município é de Cr$ 2 200,00.

ASPECTOS URBANOS — A cidade está situada à margem do rio São Francisco. Possui 22 logradouros públicos, dos quais 2 pavimentados e 3 arborizados. A iluminação pública estende-se a 18 logradouros e a domiciliária conta 80 ligações. Funcionam 1 cinema e 2 pensões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Registra-se a existência de 1 pôsto do Serviço de Endemias Rurais, 1 pôsto de higiene do Estado, 1 albergue, denominado "Albergue São Vicente de Paula" e 1 farmácia, que prestam assistência à população. Um médico e um farmacêutico exercem ali as suas atividades.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Das existentes no município, a principal é a "Sociedade São Vicente de Paula", que mantém um asilo para indigentes, localizado na sede municipal.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com os dados do Recenseamento Geral de 1950, a população de 5 anos e mais era de

22 610 pessoas, da qual sabiam ler e escrever 5 742, ou sejam apenas 25,4%.

ENSINO — Em 1956 funcionavam 22 unidades escolares do ensino primário fundamental comum, com cêrca de 500 alunos matriculados.

CULTOS RELIGIOSOS — O município é sede da Paróquia Senhor do Bonfim da Boa Morte, fundada em 1853 e subordinada à diocese do Senhor do Bonfim. Além da igreja-matriz, existem 5 igrejas comuns, 1 capela e 5 associações religiosas do culto católico romano, e 1 templo do culto protestante.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — O festejo popular atualmente realizado em Curaçá é a "marujada", cuja descrição, segundo informações de moradores locais, consiste no seguinte: Ao amanhecer do dia 31 de dezembro, nota-se na cidade um movimento estranho. O povo prepara-se para os festejos do dia.

Ao longe, descendo o caudaloso São Francisco, observa-se, deslizando suavemente sôbre as águas, um grande barco, que conduz o grupo alegre de homens acostumados ao labor árduo dos que vivem à margem do rio, os quais nesse dia rendem homenagem a São Benedito. É a "marujada", folguedo popular já tradicional no município de Curaçá, e que tanto contribui para o enriquecimento do nosso folclore.

À chegada, os homens desembarcam aos pares, com seus trajes festivos, cantando e dançando, ao som de bem arranjada orquestra. Vão em direção a determinada casa, de onde tomam o "rei e a rainha da festa", seguindo daí para a igreja-matriz, em que assistem aos diversos atos religiosos.

Depois percorrem as diversas ruas da cidade, contagiando a todos com os cânticos festivos que entoam.

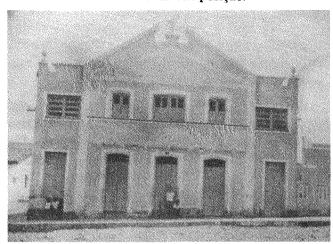
SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — Votaram, nas eleições de 1954, 2 025 eleitores. O número de vereadores é de 8. Em 1956, exerciam atividades 14 funcionários públicos federais, 31 estaduais, 36 municipais e 2 autárquicos.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro abaixo apresenta os resultados da arrecadação pública e da despesa municipal no setênio 1950-1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	110	572	339	197	391
1951	82	760	607	183	586
1952	88	1 029	631	183	606
1953	115	1 608	1 019	273	1 015
1954	114	2 017	1 005	273	991
1955	111	733	740	197	651
1956 (1)	57	594	(1) 1 040	(1) 440	(1) 1 040

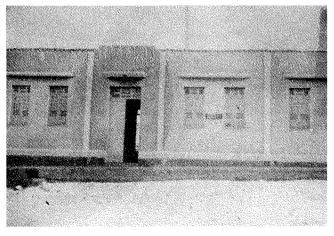
(1) Orçamento.

JUSTIÇA — O município é sede de comarca, abrangendo ùnicamente o seu território.

Nas divisões territoriais datadas de 31 de dezembro de 1936, e 31 de dezembro de 1937, como também no quadro anexo ao Decreto-lei estadual número 10 724, de 30 de março de 1938, o município de Curaçá é têrmo judiciário da comarca de Juàzeiro, situação que permaneceu até que o Decreto-lei estadual número 519, de 19 de junho de 1945, criou a comarca de Curaçá, constituída de um só têrmo, o de mesmo topônimo. Atualmente permanece como comarca de 1.ª entrância e com a mesma composição.

Praça Raul Coêlho

Conta 11 cartórios, sendo 5 do registro civil. O número de feitos julgados em 1956, foi de 241, assim distribuídos: cível 35, crime 2, e outros, 204.

VULTOS ILUSTRES — Dr. Scipião Tôrres, bacharel em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade do Recife, foi o primeiro intendente eleito do município. Exerceu a magistratura no Estado da Bahia e em Pernambuco. Foi deputado estadual nas legislaturas de 1895 a 1899. Advogado, jornalista, orador, escritor e dramaturgo. Entre as suas produções salientam-se as seguintes: O Homem, O Direito e o Crime, obra filosófica prefaciada por Clóvis Beviláqua; O Canto da Louca, drama em três atos. Faleceu na Capital do Estado, em julho de 1904.

Outros filhos ilustres de Curaçá, que, nas ciências, nas letras e na política tanto brilharam para honra do seu modesto torrão sertanejo: Dr. Possídio Nascimento, médico, orador eloqüente, de quem se disse ser a "esmeralda perdida" na selva; Dr. Plínio Magalhães Costa, deputado federal, advogado e tribuno político; Dr. Pedro dos Santos Tôrres; Dr. Salomão de Sousa Dantas, deputado federal; Doutor Artur Lustosa de Aragão, que, depois de militar na imprensa carioca, ocupou o cargo de 2.º Delegado-Auxiliar, nos Governos Antônio Muniz-J. J. Seabra, e que, deixando essa função, se entregou ao esfôrço de, já formado em ciên-

Rua Coronel Pombinho

cias jurídicas, obter formação médica, laureando-se pela Faculdade de Medicina da Bahia, com idade já avançada.

Seria injusto esquecer o nome do recém-falecido João Matos (João Ferreira Matos), grande autodidata e jornalista dos mais temíveis pela seriedade com que examinava os assuntos; autor, entre outras obras inéditas, da "Descrição Histórica e Geográfica do Município de Curaçá" de 1926, a qual mereceu menção honrosa do Dr. Bernardino José de Sousa, Secretário Perpétuo do Instituto Histórico da Bahia, e da "Conferência pronunciada em 18-VII-1953, no primeiro centenário da fundação da cidade de Curaçá".

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município denominam-se "curaçaenses".

O Prefeito atual é o Sr. Virgílio Ribeiro e o Presidente da Câmara é o Dr. Pompílio Possídio Coelho.

O primeiro intendente municipal foi o Dr. Scipião Tôrres, e Conselheiros — o capitão Jerônimo Coelho de Aquino, o capitão — Napoleão Carlos Augusto de Moron, Benedito Jácome Brandão, José Amâncio de Vasconcelos Passos, Francisco Sales da Silva, Leovigildo Benício Xavier e José Alves dos Santos.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística, por José de Almeida Costa com a colaboração de Sebastião Valença, na parte histórica e dos Vultos Ilustres. — Chefe da Agência Municipal de Estatística: Edvaldo Araújo.

ENCRUZILHADA — BA

Mapa Municipal no 7.° Vol.

HISTÓRICO — No ano de 1885, o sertanejo Antônio Carlos Cerqueira, vindo provàvelmente da zona de Condeúba, à procura de um local para melhores negócios, estabeleceu-se às margens do rio Água Preta; instalou, então, uma selaria no encruzamento de estradas do Estado de Minas Gerais para o Sul e Sudoeste da Bahia, a fim de melhor dar saída aos produtos de sua fabricação, por ser êsse cruzamento passagem forçada dos boiadeiros e tropeiros procedentes do Estado de Minas Gerais. Êsse fato deu origem ao nome do atual município de Encruzilhada.

Muito embora localizado em zona pecuária por excelência, o lugarejo que surgiu evoluía, com certa lentidão. Poucos anos depois, isto é, em 1891, é inaugurada uma grande casa de tecidos, sendo seu proprietário o C.el da Guarda Nacional João de Paula Moreira que, mais tarde, viria a ser Intendente Municipal.

O arraial Encruzilhada foi elevado à categoria de vila pela Lei estadual n.° 1 483, de 17 de junho de 1921, que também criou o município, desmembrando-o do de Conquista. Sua instalação ocorreu a 1.° de janeiro de 1922.

O distrito de paz de Encruzilhada foi criado pela Lei municipal n.° 4, aprovada pela Lei estadual n.° 1 708, de 13 de junho de 1924, que criou também o distrito de Campinas (hoje Campinarana).

Nas divisões territoriais de 1936 e 1937 e no quadro anexo ao Decreto-lei estadual que regula o assunto, o município aparece formado pelos distritos de Encruzilhada, Macarani, Campinas e Ribeirão do Salto.

O Decreto-lei estadual n.° 141, de 31 de dezembro de 1943, transferiu a sede municipal para a vila de Macarani, elevando-a à categoria de cidade.

Êsse mesmo decreto mudou o topônimo do município para Macarani.

Vista panorâmica da cidade

A Lei estadual n.° 511, de 12 de dezembro de 1952, restaurou o município com o nome de Encruzilhada o território desmembrado do de Macarani, com sede na vila Encruzilhada que foi elevada à categoria de cidade pela mesma lei de restauração. Ficou constituído de dois distritos: o do mesmo nome e o de Campinarana (ex-Campinas).

LOCALIZAÇÃO — O município está localizado na Zona Fisiográfica de Conquista. Situa-se no Sudoeste do Estado. Limita com os municípios de Itambé, Macarani, Vitória da Conquista e com o Estado de Minas Gerais. A sede municipal possui as seguintes coordenadas geográficas: ...... 15° 35' 50" de latitude Sul e 40° 54' 40" de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 700 m.

Igreja Matriz

ÁREA — A área do município é de 3 410 km² aproximadamente.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — No território municipal, verificam-se os seguintes acidentes geográficos: *Serras* — da Pelada, do Porteirão e das Três Pontas, tôdas contrafortes da serra do Mar e últimas ramificações da serra das Lavras Diamantinas. *Rios* — Água Preta, que passa pela sede do município, atravessa a zona da caatinga e vai desaguar no rio Pardo; ribeirão do Largo, que tem como afluentes o rio do Curral e o de São João e vai desembocar também no rio Pardo; ribeirão do Salto que tem como afluente o rio Laranjeiras e vai desembocar no Jequitinhonha; rio Mangerona e Córrego do Nado. *Açudes* — existem oito açudes particulares.

CLIMA — O clima da cidade é temperado. A temperatura apresentou, em 1956, os seguintes dados: média das máximas — 34°C, média das mínimas — 13°C, e média compensada — 24°C. As chuvas são mais freqüentes no período de outubro a janeiro.

RIQUEZAS NATURAIS — Existem jazidas não exploradas de água marinha, ametista, berilo, columbita, tabatinga e turmalina. Predominam as terras de caatinga e capoeira, sem matas de importância.

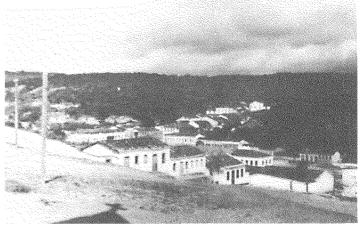
POPULAÇÃO — De acôrdo com o Censo de 1950, os distritos de Encruzilhada e Campinarana, que compõem o atual município, tinham uma população total de 17 377 pessoas, sendo 8 793 homens e 8 584 mulheres. Estima-se que, em 1957, o município tenha uma população de 22 000 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Há dois centros urbanos: a cidade de Encruzilhada com 1 488 habitantes e a vila de Campinarana com 167 pessoas, de acôrdo com os dados do Censo de 1950.

Praça Pedro Ferraz

OUTRAS AGLOMERAÇÕES — Existem ainda os povoados de Ribeirão do Largo com 450 habitantes, Cajàzeiras com 390 e Boa Vista da Tapera com 50.

ATIVIDADE ECONÔMICA — *Agricultura* — A principal atividade para a economia do município é a agricultura, cujo valor da produção, em 1955, foi superior a 65 656 milhares de cruzeiros, concorrendo com maior parcela a mandioca, seguida do aipim, da cana-de-açúcar, do feijão, do arroz, do milho, da laranja, do café beneficiado, da banana, da batata-doce, da batata-inglêsa e da abóbora.
Indústria — A produção industrial, em 1955, foi de 2 933 milhares de cruzeiros, destacando-se em primeiro lugar a indústria da manteiga, seguida da de aguardente de cana, da farinha de mandioca, de massas alimentícias, de telhas e tijolos e de rapadura.
Pecuária — Existiam, em 1956, 731 propriedades agropecuárias cujo valor venal era superior a 9 400 milhares de cruzeiros. O rebanho existente naquela época era de 50 000 bovinos, 4 000 eqüinos, 2 800 asininos, 3 500 muares, 10 000 suínos, 2 800 ovinos e 3 000 caprinos.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade de Encruzilhada liga-se diretamente, por estrada de

Vista panorâmica da cidade

rodagem, à Capital Federal, à Capital do Estado e às cidades vizinhas, nas distâncias seguintes: à Capital Federal — 1 278 km; à Capital do Estado — 660 km; Itambé — 80 km; Macarani — 180 km; e Vitória da Conquista — 132 km. Estão registrados no município nove caminhões e nove automóveis. O serviço de comunicação da sede municipal é feito pela Agência Postal-telegráfica do D.C.T.

COMÉRCIO E BANCOS — Existem na sede municipal dois estabelecimentos atacadistas e vinte e nove varejistas. O giro comercial em 1956 foi de 19 274 milhares de cruzeiros. O comércio local mantém transação com as praças de Belo Horizonte, Salvador e Vitória da Conquista. Importa tecidos, louças, ferragens, calçados, produtos farmacêuticos, estivas em geral e outros. Exporta milho, feijão e arroz.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Encruzilhada está localizada nas margens do rio Água Preta, em terreno bastante acidentado. Possui 18 logradouros, sendo 6 pavimentados e iluminados com luz elétrica. Em 1956, existiam 420 prédios, dos quais 71 eram servidos de luz elétrica. Funciona um hotel com capacidade para 40 hóspedes, e para entretenimento da população local, um cinema com capacidade para 150 espectadores.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica na cidade é prestada pelo Pôsto Médico, mantido pelo Govêrno do Estado. Exerce a profissão na sede municipal um médico e existe uma farmácia. O Departamento Nacional de Endemias Rurais presta assistência através do setor n.º 8, sediado em Vitória da Conquista.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com o Censo de 1956, existia na vila Encruzilhada (naquela época pertencendo ao município de Macarani), da população de 5 anos e mais, um total de 1 274 pessoas, das quais sabiam ler e escrever 193 homens e 209 mulheres.

ENSINO — Em 1956 funcionaram 10 unidades do ensino fundamental comum, sendo 2 estaduais, 8 municipais, tendo a matrícula atingido a 320 alunos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Registra-se na cidade a Associação Esporte Clube de Encruzilhada, instalada em 1949, contando atualmente 128 sócios.

CULTOS RELIGIOSOS — O município é sede da paróquia de Nossa Senhora de Lourdes, instalada em 1924 e subordinada à diocese de Amargosa. Contam-se uma igreja, sete capelas e quatro associações religiosas com 161 associados. O primeiro vigário da freguesia foi o padre Arnaldo Augusto Castro.

Avenida Régis Pacheco, vendo-se em primeiro plano o rio Água Preta

Vista parcial da cidade

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A principal festa religiosa é a celebrada a 31 de maio e consagrada a Nossa Senhora de Lourdes, padroeira da cidade. Neste dia há missa festiva cantada e uma procissão à tarde, com tôda imponência, para encerramento das solenidades. As únicas festas populares ainda conservadas no município são as juninas e do Natal.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O município possuía, em 1954, 1 630 eleitores, dos quais votaram nas últimas eleições 1 001. A Câmara Municipal está atualmente composta de oito representantes. Exerciam suas funções no município, em 1956, 35 funcionários públicos, assim distribuídos: 3 federais, 7 estaduais, 24 municipais e 1 autárquico.

FINANÇAS PÚBLICAS — Na tabela abaixo resumem-se os dados sôbre finanças do município no período 1955-1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal (*)	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1955	—	1 667	447	416	431
1956	—	2 560	1 774	726	1 728

(*) Não há Coletoria Federal no Município.

JUSTIÇA — A Lei estadual n.º 1 560, de 17 de junho de 1922 criou na comarca de Conquista o têrmo de Encruzilhada. O Decreto-lei n.º 141, de 31 de dezembro de 1943, mudou o seu nome para Macarani e colocou-o sob a jurisdição da comarca de Itambé.

Rua Guarinos

A comarca de Macarani, desmembrada da de Itambé, foi criada pelo Decreto-lei estadual n.º 512, de 19 de junho de 1945. Com a restauração do município de Encruzilhada, a comarca de Macarani passou a ser constituída de dois têrmos: Macarani e Encruzilhada, assim permanecendo atualmente.

O município possui dois cartórios do registro civil.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município denominam-se "encruzilhadenses". O atual Prefeito Municipal é o Sr. Nelson Palles de Oliveira, eleito no pleito de 3 outubro de 1954. O Presidente da Câmara é o Sr. Dr. Antônio Fonseca Gesteira, eleito para o período legislativo iniciado em 7 de abril de 1957.

As primeiras eleições municipais foram realizadas em 13 de novembro de 1921, sendo conselheiros municipais os Srs. Augusto Andrade Carvalho, Sílvio Correia dos Santos Melo, Viriato Fernandes de Oliveira Ferraz, Damásio Ferreira da Silva, Honório Francisco de Oliveira, Marcelino Alves de Sousa, João Evangelista Pereira e Gentil dos Santos Flôres.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística, por Luís Gonzaga de Oliveira Brito. — Chefe da Agência Municipal de Estatística: Antônio Manoel de Santana.)

ENTRE RIOS — BA

Mapa Municipal no 4.º Vol.

HISTÓRICO — Os primitivos habitantes das terras onde está localizado o município de Entre Rios foram os índios, ignorando-se, no entanto, a que tribo pertenciam. Com a aproximação dos colonos portuguêses, êles se deslocaram para outras plagas.

A primeira penetração nas terras do atual município ocorreu no século XVI, com a concessão de sesmarias à Casa da Tôrre de Garcia d'Ávila.

Bandeirantes intrépidos, desbravando as terras marginais dos rios Joanes, Inhambupe, Itapicuru e outros, encontraram, em suas andanças, pontos aprazíveis, onde se fixaram, lançando os alicerces do futuro município. Essas terras atraíram pela sua fertilidade, diversos colonos com suas famílias, tendo início, assim, a formação da nova comunidade. A prática da lavoura e o criatório de gado muito concorreram para o seu progresso e conseqüente evolução.

Na povoação foi erguida uma capela, tendo sido, pouco tempo depois, criada a freguesia de Nossa Senhora dos Prazeres do Inhambupe e o distrito do mesmo nome pela Resolução provincial n.º 308, de 1.º de julho de 1848, desmembrada da freguesia do Divino Espírito Santo do Inhambupe a que a capela em aprêço era subordinada.

Foi elevado à categoria de vila pela Lei provincial número 1 178, de 3 de abril de 1872, que criou o município com o nome de Entre Rios, desmembrado do de Inhambupe e território compreendido no distrito de paz de Varas Brancas da freguesia de Aporá. Deu-se sua instalação no dia 23 de agôsto de 1873. Na divisão administrativa do Brasil concernente a 1911, o município de Entre Rios compõe-se ùnicamente do distrito-sede, ao passo que na relativa a 1933 o formam 5 distritos: Entre Rios, Capela da Conceição, Subaúma, Cambuís e Divina Pastôra.

Segundo as divisões territoriais datadas de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, bem como no quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 10 724, de 30 de março de 1938, o município abrange ainda os 5 distritos citados na divisão de 1933, notando-se, contudo, que o distrito de Capela da Conceição passou a denominar-se Conceição, simplesmente.

A vila de Entre Rios recebeu a categoria de cidade em virtude do estabelecido pelo Decreto-lei estadual n.º 10 724, de 30 de março de 1938.

Idêntica constituição distrital figura no quadro territorial em vigência no qüinqüênio 1939-1943, estabelecido pelo Decreto estadual n.º 11 089, de 30 de novembro de 1938, e também no vigente em 1944-1948, fixado pelo Decreto-lei estadual n.º 141, de 31 de dezembro de 1943, e retificado pelo Decreto estadual n.º 12 978, de 1.º de junho de 1944, sendo que, no primeiro dêsses quadros, o topônimo Conceição foi alterado para Pondé e, no segundo, o distrito de Divina Pastôra passou a denominar-se Pastôra apenas, figurando o município com a seguinte constituição: Entre Rios, Cambuís, Pastôra, Pondé e Subaúma.

De acôrdo com a Lei 628, de 30 de setembro de 1953, em vigor, ficou a sua composição administrativa formada dos cinco distritos seguintes: Entre Rios, Cambuís, Ibatuí, Pastôra e Subaúma.

Escolas Reunidas Duque de Caxias

LOCALIZAÇÃO — O município de Entre Rios localiza-se na Zona Fisiográfica do Litoral Norte, sendo parte do seu território banhada pelo Oceano Atlântico. Limita com os municípios de Alagoinhas, Esplanada, Inhambupe e Mata de São João. A sede municipal possui as seguintes coordenadas geográficas: 11° 57' 40" de latitude Sul e 38° 04 ' 10" de longitude W.Gr. Dista da Capital do Estado, em linha reta, 118 quilômetros, sendo o seu rumo N.N.E. a partir da mesma.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 79 m.

ÁREA — A área do município, segundo os dados do Conselho Nacional de Geografia, é de 1 508 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O município apresenta o relêvo relativamente plano. Os seus principais acidentes geográficos são os seguintes: rio Inhambupe e rio Subaúma, ambos impróprios à navegação; lagoas da Porta, do Gambá, Curiçaca e Atola Gado.

CLIMA — Quente no verão e frio no inverno, apresentando-se úmido às margens dos rios. A temperatura da sede municipal apresentou, em 1956, os seguintes dados: máxima — 33°C; média — 28°C; mínima — 24°C.

RIQUEZAS NATURAIS — O revestimento florístico é variado. Existem madeiras de lei, destacando-se as seguintes espécies: baraúna, sucupira, pau-d'arco, biriba, cedro, putumuju. Existem, também, plantas medicinais tais como: quina, capeba, erva-cidreira, etc. A pesca constitui importante riqueza natural. De origem mineral existe o petróleo, que está sendo explorado pela Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobrás), já existindo alguns poços positivos localizados no povoado de Pedras.

POPULAÇÃO — A população do município, segundo dados do Recenseamento Geral de 1950, era de 19 356 habitantes, obedecendo à seguinte composição: homens — 9 378, mulheres — 9 978; brancos — 2 382, pretos — 6 374 e pardos — 10 563. Das pessoas de 15 anos e mais, têm-se 4 893 solteiros, 5 208 casados; 997 viúvos e 29 desquitados. No município, para cada 100 homens há 106 mulheres. Do total da população, 89% se localizavam no quadro rural.

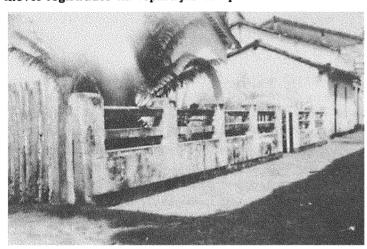
AGLOMERAÇÕES URBANAS — Existiam, em 1950, cinco aglomerações urbanas com a seguinte população respectiva: cidade de Entre Rios — 1 079 hab. e vila de Cambuís — 149, Pastôra — 507, Pondé — 30 e Subaúma — 442 habitantes. A Lei 628, de 30 de dezembro de 1953, elevou à categoria de vila o povoado de Serraria, com a denominação de Ibatuí, para a qual foi transferida a sede do distrito de Pondé.

OUTRAS AGLOMERAÇÕES — Além da cidade e das vilas, o município conta os principais povoados abaixo, com população respectiva estimada para 1957: Lagoa Redonda — 1 000 hab., Sítio do Meio — 800, Pôrto do Sauípe — 550, Pedras — 350, Capianga — 220, Formoso — 200 e Areia — 100 habitantes.

ATIVIDADE ECONÔMICA — De acôrdo com o Recenseamento Geral de 1950, 35,40% das pessoas em idade ativa (10 anos e mais) estavam ocupados no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura". A atividade fundamental à economia do município é a agricultura, cuja produção, se elevou, em 1955, a mais de 11 000 milhares de cruzeiros, contribuindo com maior parcela o fumo em fôlha, com produção superior a 4 000 milhares de cruzeiros, seguindo-se a mandioca com 1 766 milhares de cruzeiros, o milho com 924 milhares de cruzeiros, o côco-da-baía, com 603 milhares de cruzeiros e outros produtos de menor significação econômica. A pecuária tem expressão econômica para o município que possui os seguintes rebanhos: bovinos — 20 000, eqüinos — 2 700, asininos — 800, muares — 1 400, suínos — 5 000, ovinos — 4 000 e caprinos — 500. A produção industrial alcançou, em 1955, o valor de cêrca de 8 000 milhares de cruzeiros, tendo a indústria de farinha de mandioca contribuído com a soma de quase 4 000 milhares de cruzeiros, seguindo-se a cerâmica (telhas e tijolos diversos), com cêrca de 1 500 milhares de cruzeiros, produtos alimentícios (pães e biscoitos diversos), com mais de 1 000 milhares de cruzeiros, e outros de menor significação. A produção extrativa foi também considerável, principalmente na extração de madeiras para construção e lenha, peixes, piaçava e castanha de caju, que atingiu a cifra de quase 350 milhares de cruzeiros.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se Entre Rios à Capital Federal, à Capital do Estado e às cidades vizinhas pelos seguintes meios de transporte: à Capital Federal — rodovia 1 752 quilômetros; à Capital do Estado — ferrovia 176 quilômetros ou rodovia 206 quilômetros; às cidades vizinhas de Alagoinhas — ferrovia 54 quilômetros ou rodovia 73 quilômetros; Esplanada — rodovia 38 quilômetros ou ferrovia 29 quilômetros; Inhambupe — rodovia 67 quilômetros; Mata de São João — ferrovia 108 quilômetros ou rodovia 153 quilômetros. É servida pela agência postal-telegráfica do D.C.T. e pelo telégrafo da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio local mantém transações principalmente com as praças de Salvador e de Alagoinhas de onde importa a maioria das mercadorias consumidas no município. Existem na sede municipal 11 estabelecimentos comerciais varejistas. O giro comercial atingiu, em 1956, a 17 700 milhares de cruzeiros. O município exportou, em 1956, 8 651 milhares de cruzeiros em produtos agrícolas.

ASPECTOS URBANOS — Entre Rios está situada em uma elevação, tendo sido edificada entre os rios Inhambupe e Subaúma, daí se originando o seu nome. Conta com 13 logradouros públicos, dos quais, 1 arborizado. A iluminação pública se estende a 6 logradouros e a domiciliária conta 53 ligações. O seu principal logradouro é a Praça da Matriz, onde se localizam o edifício da Prefeitura Municipal e a igreja-matriz de Nossa Senhora dos Prazeres, padroeira da cidade. Tem 306 prédios, conta com 1 pensão, 1 agência postal-telegráfica do D.C.T., 1 caminhão e 1 automóvel registrados na repartição competente.

Trecho da Praça Barão do Rio Branco

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária à população é prestada pelo Pôsto Médico, subordinado à Secretaria de Saúde. O município integra o setor n.º 3, sediado em Alagoinhas, do Departamento Nacional de Endemias Rurais, que também presta assistência à população. Exercem a profissão, na cidade, 1 médico e 2 dentistas. Há 1 farmácia.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com os dados do Recenseamento Geral de 1950, a população de 5 anos e mais era de 16 276 habitantes. Dessa população sabiam ler e escrever 3 306 pessoas, sendo 1 735 homens e 1 571 mulheres, ou seja, 20,31% do total. A cidade possuía 897 habitantes (386 homens e 511 mulheres), dos quais sabiam ler e escrever 190 homens e 200 mulheres.

ENSINO — Existiam, em 1956, 38 unidades do ensino primário fundamental comum, tendo a matrícula efetiva atingido cêrca de 1 300 alunos. Das unidades escolares, 21 eram estaduais e 17 municipais.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Funcionam 1 biblioteca da Agência Municipal de Estatística com menos de 1 000 volumes, 1 associação de cultura artística e 1 associação dançante e recreativa.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Na igreja-matriz de Nossa Senhora dos Prazeres, pode-se admirar o seu altar-mor trabalhado artìsticamente em cedro, bem assim as portas de frente, em alto relêvo, do referido templo.

CULTOS RELIGIOSOS — É o município sede da paróquia de Nossa Senhora dos Prazeres de Entre Rios, fundada em 1848, e subordinada ao Arcebispado da Bahia. Além da igreja-matriz, existem 4 igrejas comuns e 7 capelas.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Os principais festejos populares são os de Natal e Ano-Bom, que começam de véspera, prolongando-se por tôda a noite e até à tarde do dia seguinte, com grande afluência de populares, inclusive de municípios vizinhos. Procissão tradicional, no município, é a do Senhor Morto, tôdas às sextas-feiras santas, vindo em segundo lugar a procissão da padroeira, Nossa Senhora dos Prazeres, no encerramento do mês mariano. Também na Semana Santa, ocorre a "Procissão do Encontro", realizada à tarde de têrça-feira, com as imagens de Nossa Senhora e Senhor dos Passos que, partindo de lugares diferentes se encontram em determinado lugar, ocasião em que o sacerdote profere emocionante sermão.

Como manifestação folclórica, realiza-se, anualmente, no povoado de Lagoa Redonda, na noite de 31 de dezembro, o festejo denominado "barquinha", que consiste em levar uma barquinha ao rio com acompanhamento de violões. A barquinha desce o rio e o grupo retorna cantando. A fabricação de farinha de mandioca também apresenta interessantes aspectos folclóricos, quando os operários se reúnem para o seu preparo, entoando durante o trabalho os cânticos abaixo:

"Adeus casa-de-farinha,
Peneira de peneirar,
Adeus todos farinheiros,
Adeus roda de ralar.

Tamboreta, cama e mesa,
Cadeira de embalançar;
Branco que não tem negro
É danado prá mandar.

Adeus casa-de-farinha,
Adeus rodete e mancal;
Eu canto devagarinho
Pois não acho a quem louvar.

Quando eu vim de lá de casa
Minha mãe fêz encomenda
Que eu bebesse a caiana
Do alambique ou da venda".

Quando há escassez de chuvas promovem-se festas em devoção a São José, e que consistem em carregar a sua imagem em procissão até o rio mais próximo, molhando-lhe os pés e suplicando-lhe chuvas com rezas alusivas.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O município conta 3 854 eleitores inscritos, tendo votado 2 591 nas eleições de 1954. O número de vereadores é de 8. Em 1956, exerciam atividades no município 8 funcionários federais, 27 estaduais, 47 municipais, e 1 autárquico.

FINANÇAS PÚBLICAS — A situação financeira do município, no que diz respeito às arrecadações federal, estadual

e municipal, é representada pelos números constantes da tabela abaixo:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	159	489	455	186	468
1951	163	650	509	201	461
1952	218	660	562	217	609
1953	237	631	719	260	570
1954	226	830	268	150	337
1955	227	1 054	1 390	550	1 399
1956	210	1 250	1 297	543	1 376

JUSTIÇA — O município é atualmente têrmo da comarca de Esplanada. Já foi sede de comarca desmembrada da de Inhambupe e criada pelo Ato estadual de 16 de maio de 1690. Foi supressa pelo Ato estadual de 3 de agôsto de 1892 que reviu a divisão judiciária do Estado, passando a têrmo da comarca de Alagoinhas. Pela Lei estadual número 280, de 8 de setembro de 1898, passou a têrmo da comarca de Inhambupe. Aparece na divisão territorial de 1936 como têrmo da comarca de Conde, daí passando para a de Esplanada, em 1937. Conta com 9 cartórios, sendo 5 do registro civil. O total de feitos julgados, em 1956, foi de 27, assim distribuídos: no crime 23, e de outra natureza, 4.

VULTOS ILUSTRES — Dr. Aurélio de Almeida Seabra Veloso, grande político e homem público, antigo senador estadual, orgulho da ascendência da família Veloso, uma das maiores e mais respeitáveis do município.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município denominam-se "entrerrienses". A origem e significado do nome Entre Rios devem-se ao fato de a sede municipal ter sido edificada numa elevação de terreno situada entre os rios Inhambupe e Subaúma. O Prefeito atual é o Sr. João de Sousa Becelar, e o Presidente da Câmara Municipal de Vereadores é o Sr. Joaquim Francisco Mendes.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística Municipal, por José de Almeida Costa. — Chefe da Agência Municipal de Estatística: Oscar da Silva Reis.)

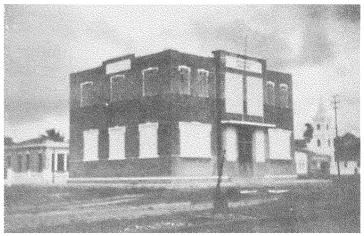
ESPLANADA — BA

Mapa Municipal no 4.° Vol.

HISTÓRICO — Colonos portuguêses, na ânsia incontida de novas aventuras, embrenhavam-se no interior da Bahia e, desbravando florestas virgens e hostis, lançavam por onde passavam sementes de civilização para a formação de pequenas comunidades como a que hoje está representada pela florescente cidade da Esplanada, sede do município do mesmo nome. Teve êste origem num arraial pertencente a Conde, havendo logrado considerável surto de progresso com o advento da estrada de ferro, hoje Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, cujo final de linhas se destinava à vizinha localidade de Timbó, àquela época também pertencente ao município de Conde. Com o crescimento do seu efetivo populacional e o conseqüente aparecimento de grande número de casas, foi o povoado tomando vulto. Em 1904 os frades capuchinhos, em missão de catequese na Região, sob a orientação de frei Gabriel de Gagli, deram início à construção de um convento que foi concluído em 1908. Além de ministrar aos discípulos do Divino Mestre os sãos princípios da Doutrina Cristã, amparava essa instituição a velhice abandonada, abrigando sob seu teto acolhedor e amigo aquêles que, cansados e oprimidos, procuravam alívio para as dores do corpo e atribulações da alma.

Tendo em vista o desenvolvimento do povoado, o govêrno do Estado, pela Lei estadual n.° 889, de 10 de junho de 1912, criou o distrito da Esplanada e para aí transferiu a sede do município de Conde, conservando, todavia, a comuna a antiga denominação de Conde.

A vila de Esplanada, sede do município de Conde, recebeu foros de cidade em face da Lei estadual n.° 1 525, de 19 de agôsto de 1921. Por fôrça dos Decretos estaduais números 7 455, de 23 de junho de 1931, e 7 479, de 8 de julho do mesmo ano, foi conferido ao município o nome de Esplanada, e, em virtude dêsse último decreto, foi ao seu território anexado o do município de Vila Rica e criada, na antiga vila de Conde, uma subprefeitura.

Na divisão administrativa do Brasil relativa a 1933, o município da Esplanada abrange 3 distritos: o da Esplanada, o de Conde e o de Palame. O Decreto n.° 9 662, de 10 de agôsto de 1935, desmembrou do município da Esplanada o território que passou a constituir o de Conde, restaurado pelo mesmo Decreto. Na divisão territorial datada de 31 de dezembro de 1936, o município da Esplanada constitui-se de 2 distritos: o do seu nome e o de Palame. Figura, porém, na divisão territorial de 31 de dezembro de 1937, como também no quadro anexo ao Decreto-lei estadual número 10 724, de 30 de março de 1938, com os distritos da Esplanada, Cajueiro, Dona Bela e Palame. Consoante o quadro territorial que vigorou no qüinqüênio 1939-1943, estabelecido pelo Decreto estadual n.° 11 089, de 30 de novembro de 1938, o município da Esplanada subdivide-se em 3 distritos: Esplanada, Cajueiro e Palame, observando-se o mesmo no quadro vigente no período 1944-1948, fixado pelo Decreto-lei estadual n.° 141, de 31 de dezembro de 1943, e retificado pelo Decreto estadual n.° 12 978, de 1.° de junho de 1944. Êsse último Decreto, porém, alterou o topônimo do distrito de Cajueiro para Acajutiba. O Decreto-lei estadual n.° 505, de 26 de novembro de 1952, instituiu o município de Acajutiba, desmembrada essa localidade de Esplanada, ficando, dêste modo, Esplanada com 2 distritos administrativos: o do seu nome e o de Palame, composição que continua em vigor.

Prefeitura Municipal

LOCALIZAÇÃO — O município de Esplanada localiza-se na Zona Fisiográfica do litoral do norte da Bahia, sendo parte do seu território banhada pelo Atlântico. Limita com os municípios de Acajutiba, Conde, Entre Rios, Inhambupe, Rio Real e com o Oceano Atlântico. A sede municipal possui as seguintes coordenadas geográficas: 11° 47' 45" de latitude Sul e 37° 56' 45" de longitude W.Gr. Dista da capital do Estado, em linha reta, 136 quilômetros. Rumo de Salvador à sede municipal: N.N.E.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 156 m.

ÁREA — A área do município, segundo dados divulgados pelo Conselho Nacional de Geografia, é de 1 599 km².

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Dos principais acidentes geográficos existentes no território municipal são dignos de menção os rios Itapicuru, Inhambupe, Prata e Subaúma.

CLIMA — O clima local é saudável. A temperatura da sede municipal apresentou, em 1955, os seguintes dados: máxima — 34°C, mínima — 24°C, média — 28°C.

RIQUEZAS NATURAIS — No reino vegetal, o município possui diversas espécies de madeiras para construção, tais como: o cedro, o louro, a sucupira, a peroba, a baraúna, o vinhático, etc. Há extração de lenha, de fibras de tucum do látex da mangabeira e da castanha de caju.

A pesca constitui importante riqueza, sendo praticada de preferência no litoral.

POPULAÇÃO — A população do município, em 1950, era de 20 649 habitantes, obedecendo à seguinte composição: 9 833 homens e 10 816 mulheres. Quanto à côr, havia 4 351 brancos, 4 131 pretos e 12 234 pardos. Das pessoas de 10 anos e mais, em número de 14 280, 6 579 eram homens e 7 701 mulheres. Predominavam os católicos romanos, possuindo as demais religiões pequeno número de adeptos. Localizavam-se no quadro rural 67,311% da população do município.

Aglomerações urbanas — Existiam em 1950 três aglomerações urbanas com a seguinte população: cidade de Esplanada 3 278; vilas de Acajutiba 2 833, e do Palame 639. Com a criação do município de Acajutiba, Esplanada perdeu aquêle seu antigo aglomerado humano, que passou a pertencer a outra órbita administrativa. A população da cidade de Esplanada estimada para 1957 é de 3 600 habitantes.

Outras aglomerações — Além da cidade e das vilas, o município conta, ainda, com os principais povoados abaixo, cuja população estimada para 1957 é a seguinte: Timbó — 1 400 habitantes, Boa Vista — 100 e Baixio — 1 100.

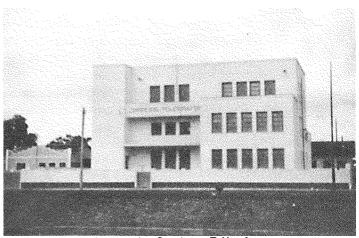
ATIVIDADE ECONÔMICA — De acôrdo com o Recenseamento Geral de 1950, 32,4% das pessoas em idade ativa (10 anos e mais) estão ocupados no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura".

A principal atividade econômica é a cultura do côco-da-baía, do qual é o município um dos maiores produtores do Estado. O total da produção agrícola em 1955 foi de cêrca de 47 000 milhares de cruzeiros, figurando em primeiro lugar o côco-da-baía, com quase 42 000 milhares de cruzeiros, seguido do milho, do feijão, da cana-de-açúcar, da mandioca, da banana, do amendoim e do fumo em fôlha, com as cifras de 2 148, 1 206, 440, 376, 290, 148 e 72 milhares de cruzeiros, respectivamente.

A produção industrial, em 1955, atingiu 3 714 milhares de cruzeiros, figurando em primeiro plano a produção de farinha de mandioca, com quase 1 700 milhares de cruzeiros. Seguem-se produtos alimentares, aguardente, vinhos e vinagres, madeira beneficiada, carvão vegetal, etc., de menor significação para a economia local.

A produção extrativa também representa fonte de economia havendo atingido, em 1955, cêrca de 2 milhões de cruzeiros. Nela tem relêvo a da madeira, lenha e peixes.

É desenvolvido o criatório, possuindo o município, em 1955, o rebanho abaixo discriminado: bovinos — 25 000 cabeças, eqüinos — 1 500, asininos — 1 000, muares — 500, suínos — 4 000, ovinos — 6 000 e caprinos — 1 000.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se a cidade de Esplanada à capital Federal, à capital do Estado e às cidades vizinhas pelos seguintes meios de transporte: Capital Federal, rodovia 1 771 km; capital do Estado, rodovia 220 km e ferrovia 206 km; cidades vizi-

Agência dos Correios e Telégrafos

nhas de Acajutiba, ferrovia 21 km e rodovia 21 km; Conde, rodovia 46 km; Entre Rios, ferrovia 29 km e rodovia 38 km; Inhambupe, rodovia 81 km; Rio Real, ferrovia 54 quilômetros.

Os trilhos da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro atravessam o município, ligando-o à capital do Estado e a diversas cidades. É servida por agência postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos e pelo telégrafo da V.F.F.L.B. Existe 1 campo de pouso do Ministério da Aeronáutica.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio local mantém transações, principalmente, com as praças de Salvador, Aracaju, Alagoinhas e São Paulo, de onde importa a maioria das mercadorias consumidas no município. Existem na sede municipal 1 estabelecimento comercial atacadista e 18 varejistas, cujo giro, em 1956, atingiu 17 425 milhares de cruzeiros. Funciona na sede municipal uma agência do Banco Econômico da Bahia S. A., instalada em 28 de maio de 1955. O salário-mínimo oficial decretado para a 3.ª Sub-região e da qual faz parte o município é de Cr$ 2 200,00.

Gare da V. F. F. Leste Brasileiro

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Esplanada está situada em terreno plano, apresentando aspecto agradável. É cortada pelos trilhos da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, cuja estação da sede municipal foi inaugurada em 30 de março de 1887. Conta com 19 logradouros, dos quais 3 pavimentados e 1 arborizado. A iluminação pública estende-se a 19 logradouros, e a domiciliária conta com 249 ligações. Possui 1 campo de pouso com 3 pistas, utilizado pelos aviões do Correio Aéreo Nacional. A principal artéria da cidade é a Rua João Pessoa, onde estão situados os mais importantes estabelecimentos comerciais. Os principais prédios são os edifícios dos Correios e Telégrafos, Prefeitura Municipal, Convento Nossa Senhora do Rosário da Pompéia e a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade. Funcionam 2 cinemas, 1 hotel, duas pensões e uma agência do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA —A assistência médico-sanitária à população é prestada pelos seguintes estabelecimentos: Hospital São Francisco-São Vicente, mantido pela Santa Casa de Misericórdia, que presta assistência ao público em geral, possuindo 101 leitos, estando seu corpo clínico composto de 1 médico, 1 dentista e 2 auxiliares de enfermagem; o Pôsto de Higiene do Estado, com o corpo clínico de 1 médico, 1 técnico em laboratório, 2 auxiliares de enfermagem e 1 guarda; o Pôsto de Puericultura da Legião Brasileira de Assistência, que mantém ambulatório, lactário, etc., e tem um corpo clínico composto de 1 médico, 1 dentista e 1 auxiliar de enfermagem. O município integra o Setor n.º 3, do Departamento Nacional de Endemias Rurais, sediado em Alagoinhas, que também presta assistência à população. Exercem a profissão na cidade 1 médico, 3 dentistas e 1 farmacêutico. Há uma farmácia.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A assistência social é prestada pela "Confraria de São Vicente de Paula", mais conhecida por "Irmandade de São Vicente", que concede auxílios aos pobres, desvalidos e indigentes. Foi fundada em 1908.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com os dados do Recenseamento Geral de 1950, a população local (de 5 anos e mais) era de 17 481 habitantes, sendo 8 240 homens e 9 241 mulheres, dos quais sabiam ler e escrever 3 171 (1 592 homens e 1 579 mulheres), representando 18,140% da população em idade escolar (5 anos e mais). Na cidade havia 2 830 pessoas de 5 anos e mais (1 223 homens e 1 607 mulheres) das quais sabiam ler e escrever 1 174, sendo 548 homens e 626 mulheres.

ENSINO — Existiam na comuna, em 1956, 11 estabelecimentos do ensino fundamental comum, mantidos pelo Estado, 17 mantidos pelo município e 1 por particular, tendo a matrícula efetiva atingido cêrca de 1 100 alunos. Funcionavam também 9 cursos da Campanha de Alfabetização de Adultos. A principal escola é o "Grupo Escolar Monsenhor B. Pereira", localizado na sede municipal.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Funcionam a "Biblioteca Oscar Carrascosa", da Agência Municipal de Estatística, e a "Biblioteca Municipal", da Prefeitura, ambas com menos de 1 000 volumes e de uso público. Há 2 cinemas e duas associações dançantes e recreativas.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Como particularidade digna de menção, existe na sede municipal o Convento de Nossa Senhora da Pompéia, construído no período de 1904 a 1908 pelo frade Frei Gabriel de Gali que, pelas suas linhas arquitetônicas, apresenta aspectos de rara beleza.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Como objetivo de turismo o município possui belas praias, distinguindo-se a do Baixio, situada no distrito de Palame que, pelos seus imponentes aspectos naturais, tem atraído muitos visitantes, principalmente durante o verão.

CULTOS RELIGIOSOS — O município é sede da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade, que tem a sua igreja matriz na Praça de N. S.ª da Pompéia, na cidade de Esplanada. O seu território é também abrangido pela paróquia de Santana, cuja igreja matriz está situada na vila de Palame, sendo subordinada eclesiàsticamente à paróquia de N. S.ª dos Prazeres, do vizinho município de Entre Rios. Existem, além das igrejas acima mencionadas, 9 capelas públicas e 6 associações religiosas do culto católico.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — Os principais festejos realizados no território municipal são os seguintes: *Natal* — O nascimento de Jesus Cristo é comemorado com a tradicional "Missa do Galo" e presepes es-

palhados pelas casas residenciais e igrejas. As feiras noturnas, com exposição e venda de brinquedos, doces, bebidas, etc., prolongam-se até o amanhecer do dia 25 de dezembro.

São João — É comemorado com queima de fogos de artifícios, de fogueiras e balões. Quase em todos os lares são servidos os visitantes de canjica de milho verde, licores, principalmente o de jenipapo, milho assado, etc.

As procissões mais importantes são as seguintes: "Procissão do Encontro", também conhecida por "Procissão das Dores", "Procissão da Sexta-Feira Santa" e a de "Nosso Senhor do Bonfim", sendo observado o calendário da igreja quanto às datas em que se realizam.

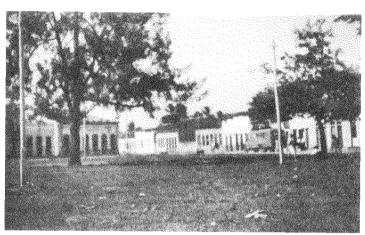
Quando existe grande estiagem e se sente a necessidade de melhores dias para a lavoura, principal atividade econômica do município, a sua população, principalmente nas vilas e povoados, numa demonstração viva de fé, se reúne, como se faz noutros pontos do Estado, percorrendo as diversas ruas, entoando cânticos e rezas que traduzem o desejo de chuvas abundantes. Carregam uma imagem, que é levada ao manancial mais próximo para o clássico "lava-pés", que consiste na lavagem dos pés da imagem. É hábito generalizado entre os habitantes locais, quando da construção de uma casa residencial, ao levantar-se a "cumieira", colocar-se na parte mais alta uma bandeira branca, enfeitando também os "moirões" com palmas. A festa da "cumieira", que não é de todo desconhecida na própria capital do Estado, é geralmente abrilhantada na Esplanada com orquestra, servindo-se aos presentes lauto almôço, consistindo, na maioria dos casos, em saborosa feijoada.

Os festejos carnavalescos limitam-se apenas à realização de festas dançantes nos clubes recreativos.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O município conta 3 362 eleitores inscritos, tendo votado 2 337 no pleito de 1954. O número de vereadores em exercício é de 8. Exerciam em 1956 suas atividades na comuna 22 funcionários federais, 41 estaduais, 27 municipais e 1 autárquico.

FINANÇAS PÚBLICAS — A situação financeira da província no que diz respeito à arrecadação federal, estadual e municipal, é representada pelos números constantes da tabela abaixo:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	418	767	662	465	619
1951	458	983	601	601	508
1952	527	1 211	875	774	931
1953	450	1 168	1 151	1 119	1 338
1954	556	1 307	981	981	932
1955	644	1 045	991	413	786
1956	660	1 254	1 241	347	928

JUSTIÇA — O município é sede de comarca de 3.ª entrância, abrangendo os têrmos de Esplanada, Acajutiba, Conde e Entre Rios. Foi criada em 1898, com o nome de Conde. Na divisão territorial de 31 de dezembro de 1936, o município de Esplanada pertence ao têrmo de Conde, comarca dêste mesmo nome. Segundo a divisão territorial de 31 de dezembro de 1937, o município em aprêço forma com o de Conde o têrmo de Esplanada, e êste e o de Entre Rios, a comarca da Esplanada.

Trecho da Rua João Pessoa

No quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 10 724, de 30 de março de 1938, a comarca de Esplanada figura composta de 3 têrmos: o da sede, o de Conde e o de Entre Rios, formado cada qual pelo município de seu mesmo nome. Observa-se o mesmo no quadro territorial fixado pelo Decreto estadual n.º 11 089, de 30 de novembro de 1938, para vigorar no qüinqüênio 1939-1943, e também no vigente em 1944-1948, estabelecido pelo Decreto-lei estadual n.º 141, de 31 de dezembro de 1943, e retificado pelo Decreto estadual n.º 12 978, de 1.º de junho de 1944.

Tem Esplanada 9 cartórios, sendo 2 do Registro Civil. O total de feitos julgados em 1956 foi de 33, assim distribuídos: cíveis 32 e criminal 1.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município denominam-se esplanadenses. A sede municipal foi edificada em terreno plano, largo e descoberto, o que determinou a origem do nome Esplanada.

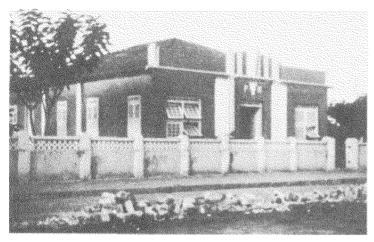
O prefeito em exercício é o Dr. Orlando Batista Lins e o presidente da Câmara Municipal de Vereadores é o Senhor Luís Pinto de Oliveira.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística, por José de Almeida Costa. — Chefe da Agência Municipal de Estatística: Vanderlei da Rocha Vivas.)

EUCLIDES DA CUNHA — BA

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Os primitivos habitantes do município foram os índios caimbés, da tribo dos tupiniquins, que se instalaram inicialmente no aldeamento de Massacará, transferindo-se posteriormente para outro sítio que tomou mais tarde a denominação de fazenda Caimbés. Dedicavam-se à cultura de cereais e de cana-de-açúcar, existindo ainda hoje, no distrito de Massacará, número considerável de seus descendentes, que mantêm os mesmos hábitos e costumes dos seus ancestrais.

O município foi desbravado por colonos oriundos dos municípios circunvizinhos, principalmente de Monte Santo e de Tucano, que ali se fixaram com suas famílias, dedicando-se à lavoura e ao criatório de gado, esteios até hoje da economia municipal. O seu primeiro núcleo populacional foi a Fazenda Cumbe do Major, de propriedade do major Antoninho, senhor de boas glebas e de avultado número de agregados, primeiro desbravador das terras do município.

Prefeitura Municipal

A Fazenda Cumbe do Major abrangia área onde está localizada a atual cidade de Euclides da Cunha.

Os padres jesuítas, em missão de catequese pelo sertão, construíram, no local da atual vila de Massacará, uma capela e um convento; aquela continua de pé até os dias atuais, servindo de refúgio espiritual aos fiéis, porém o convento foi destruído pelos referidos padres, quando o Marquês de Pombal, em 1859, os expulsou do Brasil.

Com a chegada de novos colonos; a fazenda Cumbe experimentou considerável surto de progresso, evidenciado na construção de vários prédios, nascendo daí a povoação onde, no ano de 1888, foi construída pelo padre Vicente Sabino dos Santos uma capela sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição; ficou essa capela subordinada à freguesia de Massacará e ainda hoje permanece de pé, abrigando sob o seu teto acolhedor e amigo aquêles que buscam lenitivo para os males da alma.

A sede da freguesia da Santíssima Trindade de Massacará foi, pela Lei provincial n.º 2 152, de 18 de maio de 1881, transferida para a Capela de Nossa Senhora do Cumbe, sendo assim criada a freguesia do mesmo nome. Foi o povoado sede da freguesia de Nossa Senhora do Cumbe elevado à categoria de vila pela Lei provincial n.º 2 152, de 18 de maio de 1881. O município foi criado pela Lei provincial n.º 253, de 11 de junho de 1898, com território desmembrado do de Monte Santo. Na divisão administrativa referente ao ano de 1911, Cumbe figura composto ùnicamente do distrito-sede. Por fôrça dos Decretos estaduais números 7 455, de 23 de junho de 1931, e 7 479, de 8 de julho do mesmo ano, foi Cumbe supresso e o seu território, em face dêsse último Decreto, incorporado ao do município de Monte Santo. Em virtude do Decreto estadual número 8 642, de 19 de setembro de 1933, o município foi restaurado, ocorrendo sua reinstalação a 10 de outubro do mesmo ano. Na divisão administrativa do Brasil, relativa a 1933, Cumbe figura composto do distrito-sede e do de Canudos, verificando-se o mesmo nas divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, como também no quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 10 724, de 30 de março de 1938. Em razão do Decreto estadual n.º 11 089, de 30 de novembro de 1938, o município e seu distrito-sede passaram a denominar-se Euclides da Cunha, em homenagem ao historiador da Campanha de Canudos, autor de "Os Sertões". De acôrdo com o quadro territorial vigente no qüinqüênio 1939-1943, fixado pelo Decreto n.º 11 089, Euclides da Cunha abrange 2 distritos — o da sede e o de Canudos. Observa-se o mesmo no quadro territorial vigente em 1944-1948, estabelecido pelo Decreto-lei estadual número 141, de 31 de dezembro de 1943, e retificado pelo Decreto estadual n.º 12 978, de 1.º de junho de 1944. Por fôrça da Lei n.º 628, de 30 de dezembro de 1953, ficou o município constituído dos distritos de Euclides da Cunha, Canudos e Massacará.

LOCALIZAÇÃO — O município de Euclides da Cunha localiza-se na Zona Fisiográfica do Nordeste da Bahia, estando o seu território totalmente incluído no Polígono das Sêcas. Limita com os municípios de Tucano, Uauá, Monte Santo, Cícero Dantas, Antas, Chorrochó e Jeremoabo. A sede municipal possui as seguintes coordenadas geográficas: 10° 34' 00" de latitude Sul e 38° 57' 40" de longitude W.Gr. Rumo da capital do Estado em direção à sede municipal, da qual dista em linha reta 266 km: N.N.O.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 452 metros. Nos últimos levantamentos efetuados pelo Conselho Nacional de Geografia, verificou-se no marco quilométrico n.º 225, 6 km além do Grupo Escolar de Euclides da Cunha, a altitude de 523,278 metros.

ÁREA — A área é de 5 349 km², sendo considerado como um dos mais extensos municípios do nordeste baiano.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Avulta o rio Vasa Barris, que corta o município de oeste para leste, numa extensão de 32 km, banhando a histórica vila de Canudos. Apresenta um curso sinuoso por entre as ressequidas chapadas de arenito, caracterizando-se como caudal de curso temporário. No verão baixam as suas águas. Existe o açude Pedregulho, com a capacidade de 518 700 metros cúbicos, estando em construção o Cocorobó, o maior do Estado, com a capacidade avaliada em 220 milhões de metros cúbicos. Banha também as terras do município o rio Limoeiro. Registra-se a existência da serra da Tromba.

CLIMA — O clima do município é quente e sêco nos longos períodos de estio. Durante o inverno é ameno. A temperatura na sede municipal apresentou, em 1956, as seguintes graduações: média das máximas 38°C; das mínimas 18°C e média compensada 34°C. A precipitação anual atingiu a altura de 500 milímetros.

RIQUEZAS NATURAIS — De origem mineral a região possui em seu subsolo jazidas inexploradas de ardósia, calcita, cristal de rocha e salitre, e em exploração, pedra calcária. É extraída argila para fabricação de telhas e tijolos. De origem vegetal registra-se a extração de sisal e lenha; e de animal há mel e cêra de abelha.

Rua Almerindo Rhem

POPULAÇÃO — A população do município, em 1950, era de 25 548 habitantes, sendo 12 572 homens e 12 976 mulheres, predominando os de côr parda que somavam 15 903. Quanto ao estado civil, predominavam os casados com 7 369, contra 5 586 solteiros. Localizavam-se na zona rural 89% da população, estimando-se para 1957 um total de 34 329 habitantes.

Aglomerações urbanas — O município possuía, em 1950, duas aglomerações urbanas que apresentavam os seguintes efetivos populacionais: cidade de Euclides da Cunha — 1 956 habitantes e vila de Canudos — 703. O povoado de Massacará, elevado à categoria de vila pela Lei n.º 628, de 30 de dezembro de 1953, tem sua população estimada em 150 habitantes, calculando-se a da cidade de Euclides da Cunha, para 1957, em 3 700 pessoas.

Outras aglomerações — Além da cidade e das vilas, o município possui os povoados abaixo, cuja população estimada para 1957 é a seguinte: Carnaíbas — 250 habitantes e Aribicé — 150.

ATIVIDADE ECONÔMICA — De acôrdo com o Recenseamento Geral de 1950, 36% das pessoas em idade ativa (10 anos e mais) estavam ocupados no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura".

A atividade fundamental à economia do município é a agricultura, cuja produção, em 1955, em face da sêca, foi de apenas 1 394 milhares de cruzeiros, figurando a mandioca, a banana, a mamona em baga e a batata-doce como principais culturas.

A produção industrial em 1955 atingiu a cifra de 5 701 milhares de cruzeiros, contribuindo com maior parcela a indústria de beneficiamento de sisal, seguida de farinha de mandioca, cal, produtos alimentícios (pães), produtos de cerâmica (telhas e tijolos), calçados, artefatos de couro, e vinho de frutas. A produção extrativa contribuiu em 1955, com cêrca de 300 milhares de cruzeiros, merecendo referência a produção de lenha, com 276 milhares de cruzeiros, seguindo-se a produção de mel e cêra de abelha.

A pecuária tem expressão econômica para o município, que contava, em 1956, com o seguinte rebanho: bovinos — 26 000 cabeças, caprinos — 45 000, ovinos — 30 000, suínos — 30 000, asininos — 3 600 eqüinos — 2 500 e muares — 2 500.

O artesanato é representado pelo fabrico de cestas, cordas e objetos diversos de uso pessoal, confeccionados com fibras de sisal.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se a cidade de Euclides da Cunha por estrada de rodagem à capital Federal, à capital do Estado e às cidades vizinhas nas seguintes distâncias: Capital Federal 1 728 km; capital do Estado 353 km; cidades vizinhas de Cícero Dantas 122 km; Chorrochó 187 km; Jeremoabo 189 km; Monte Santo 36 km; Tucano 57 km; Uauá 108 km. É servida pela Rodovia Transnordestina. Conta o município com 1 campo de pouso, uma agência postal-telegráfica e duas estações radiotelegráficas.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio local mantém transações principalmente com as praças de Salvador, Recife, Serrinha e Juàzeiro, de onde importa a maioria das mercadorias de consumo local. Grande quantidade dos produtos naturais é exportada para os mercados de Salvador, Recife, João Pessoa, Fortaleza e Serrinha. Existem no município 7 estabelecimentos comerciais atacadistas e 167 varejistas, atingindo o giro, em 1956, 31 699 milhares de cruzeiros. O salário-mínimo oficial decretado para a 4.ª Sub-região, onde se inclui o município, é de Cr$ 2 000,00.

Rua Oliveira Brito

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Euclides da Cunha está edificada numa extensa chapada cortada pela Rodovia Transnordestina, que liga o território municipal a diversas localidades. Conta com 19 logradouros públicos iluminados a luz elétrica, na sua maioria amplos, dos quais 4 pavimentados e 3 arborizados. Dos seus 731 prédios, 355 são servidos de luz elétrica, distinguindo-se os prédios da Prefeitura Municipal e da Igreja Matriz. As principais artérias são a Avenida Rui Barbosa e a Rua Oliveira Brito. Funcionam 1 cinema, 1 hotel, 4 pensões, uma agência do Departamento dos Correios e Telégrafos.

Avenida Ruy Barbosa

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária à população é prestada pelo Pôsto de Higiene, subordinado ao Govêrno do Estado. O município integra o Setor n.º 5, sediado em Serrinha, do Departamento Nacional de Endemias Rurais, que também presta assistência à população. Exercem a sua profissão na cidade 3 médicos, 1 dentista e 2 farmacêuticos. Há duas farmácias.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Conta o município com uma Cooperativa de Consumo do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e com a Sociedade Beneficente São Vicente de Paula, as quais prestam assistência aos seus associados e a pessoas pobres.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com os dados do Recenseamento Geral de 1950, a população de 5 anos e mais era de 21 004 habitantes, sendo que sabiam ler e escrever 3 981 pessoas, ou seja, apenas 19%.

Ensino — Existiam, em 1956, 53 unidades escolares do ensino fundamental comum, tendo uma matrícula efetiva superior a 2 000 alunos. Das unidades escolares, 13 eram estaduais, 34 municipais e 6 particulares. Há ainda uma escola, pré-seminário, mantida pelos governos estadual e municipal, que vem atraindo alunos dos municípios vizinhos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Conta o município com duas sociedades dançantes e recreativas, distinguindo-se a Sociedade Recreativa Euclides da Cunha. Tem uma biblioteca mantida pela Agência Municipal de Estatística, com menos de 1 000 volumes. Funciona na sede municipal um cinema.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — A vila de Canudos, neste município, foi o palco onde se desenvolveu a "Campanha de Canudos", tendo como pivô Antônio Francisco Mendes Maciel, vulgo "Antônio Conselheiro". O início das lutas deu-se em 1893, na Fazenda Massetê, no município de Tucano, com o primeiro choque armado entre as fôrças do govêrno e os fanáticos. Aquêle líder religioso, após as suas peregrinações, estabeleceu-se definitivamente no então arraial de Canudos, onde construiu uma igreja para as suas pregações, conseguindo reunir milhares de fanáticos. A turbulenta Canudos chegou a possuir mais de oito mil habitantes. Consciente de que novas investidas seriam efetuadas pelas fôrças do govêrno, Antônio Conselheiro cuidou também de fortificar a sua posição de combate, fazendo do arraial autêntica fortaleza, levantando trincheiras, paredões e muralhas grotescas. Erguia-se nos flancos do rio Vasa Barris uma Verdadeira praça de guerra. Efetivamente, de 1895 a 1897, várias fôrças estaduais e federais foram encaminhadas para o teatro da luta — Canudos — sob o comando de oficiais graduados, onde travaram sangrentos combates com os fanáticos, registrando-se a presença do coronel Moreira Cezar, coronel Tamarindo e do gen. Savaget, além de outros que sofreram sérios reveses, inclusive a perda da própria vida, o que ocorreu com os dois primeiros.

A natureza agressiva da caatinga, o desconhecimento da geografia regional e outros fatôres os mais diversos contribuíram para o martírio, a fome e a morte dos heróicos soldados. Os jagunços, estratègicamente entrincheirados, descarregavam saraivadas de balas e seixos contra os inexperientes granadeiros. Era o homem fanático e ignorante do nordeste, encurralado no seu próprio habitat, desenvolvendo uma epopéia que se ligou à história, como nos conta o brilhante escritor Euclides da Cunha em "Os Sertões". Cêrca de cinco mil vidas foram sacrificadas naqueles rincões da caatinga extenuada. Ali, na curva do rio Vasa Barris, batalhas cruéis tiveram lugar sob o toque de avanços e recuadas e o clamor angustioso e agonizante dos feridos. A campanha que abalou o Brasil encerrou-se em 1897, após o falecimento de Antônio Conselheiro, em conseqüência dos combates, cabendo aos pelotões do General Artur Oscar a vitória final, com a destruição da fortaleza de Canudos e a rendição de alguns míseros guerrilheiros. A vila de Canudos está ameaçada de desaparecer, submersa nas águas do açude Cocorobó, em construção.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — O canhão Krupp, "Peça Vovó", nome irônico empregado pelos jagunços na guerra de Canudos, que está localizado nas imediações da vila de Canudos, constitui atração turística. A vila de Canudos também representa objeto de turismo pelas reminiscências das atividades de Antônio Conselheiro, identificadas nos destroços da antiga igreja, cruzeiro de madeira com perfurações de balas, trincheiras e paredões de pedra.

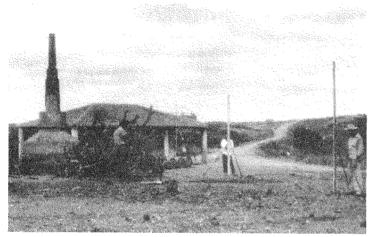
CULTOS RELIGIOSOS — O município é sede de paróquia, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição de Euclides da Cunha, subordinada à Diocese de Senhor do Bonfim. Além da igreja matriz, possui 6 capelas, e 9 associações religiosas do culto católico. Existem 3 templos do culto protestante.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — Os principais festejos realizados no município são os seguintes:

Festa da Padroeira da cidade, Nossa Senhora da Conceição, realizada a 8 de dezembro. Começa com as novenas e encerra-se com uma procissão no dia 8, tendo lugar também festas de rua, após as solenidades religiosas, com animados leilões e quermesses em benefício da igreja local.

Festa da Padroeira de Massacará, Nossa Senhora da Santíssima Trindade. Tem lugar no mês de maio, durante dois dias. É considerada como uma das manifestações mais antigas, levada a efeito no município, constando de missas e procissão solene.

Festa do Padroeiro de Canudos — Santo Antônio — realizada em junho, com as tradicionais trezenas, sendo encerrada solenemente no dia 13, quando tem lugar a procissão, e à noite, festa de rua, com quermesses.

As comemorações do Ano Bom, de Reis, da Semana Santa, de São João, de São Pedro e do Natal são acontecimentos celebrados, via de regra, segundo as tradições da Igreja Católica Apostólica Romana, tendo lugar também as festas de rua. Os festejos do carnaval se têm revestido de brilho e bastante animação, havendo desfile de grupos e de máscaras pelas ruas da cidade. No período de 23 de dezembro a 6 de janeiro, registra-se o folguedo "Reisado", que se constitui de conjuntos denominados "Ternos de Reis", organizados com o concurso de môças e de rapazes, apresentando fantasias em côres. Dançam e cantam ao som de bem arranjada orquestra, exibindo-se de ordinário nas ruas da cidade e às portas de casas residenciais. Os proprietários lhes dão ingresso, servindo a todos, doces, licores, etc. Depois tem lugar a animado baile.

Monumento aos mortos da Campanha de Canudos

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O município conta com 5 200 eleitores inscritos, tendo votado 4 017 no pleito de 1954. O número de vereadores em exercício é de 8. Exerciam, em 1956, as suas atividades na comuna 55 funcionários, assim distribuídos: 14 federais, 34 estaduais, 6 municipais e 1 autárquico.

Para o cargo de Prefeito elegeu-se, em 3-10-1954, o Senhor Antônio Batista de Carvalho. Exerce a função de Presidente da Câmara o Senhor José Camerino de Abreu.

FINANÇAS PÚBLICAS — Representam-se as finanças do município, no setênio 1950-1956, no quadro abaixo:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	468	476	219	534
1951	—	627	533	283	424
1952	—	670	716	363	742
1953	—	645	1 044	411	933
1954	—	807	868	390	804
1955	—	1 250	1 002	334	1 447
1956	103	1 697	1 611	490	1 157

JUSTIÇA — Pela Lei estadual n.º 260, de 6 de setembro de 1898, o município de Cumbe era têrmo da comarca de Monte Santo; em 1938, o têrmo teve o seu nome mudado para Euclides da Cunha. Pelo Decreto-lei estadual n.º 512, de 19 de junho de 1945, passou a têrmo da comarca de Tucano. A comarca de Euclides da Cunha, desmembrada da de Tucano, foi criada pelo Decreto-lei estadual n.º 175, de 2 de julho de 1949, tendo sido instalada em 15 de maio de 1955. Conta com 10 cartórios, sendo 4 do Registro Civil. O total de feitos julgados em 1956 foi de 42, assim distribuídos: cíveis, 19 e criminais 23.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O município de Euclides da Cunha está situado na região mais sêca do Estado, principalmente o distrito de Canudos onde o fenômeno aumenta de intensidade. Os naturais denominam-se euclidenses. O município passou a denominar-se Euclides da Cunha em homenagem ao historiador de "Os Sertões", que descreveu a campanha de Canudos. O primeiro intendente foi Antônio Francisco de Sousa Reis e o primeiro Conselho Municipal compunha-se dos seguintes membros: Arsênio Dias Guimarães, Ernesto Francisco de Sousa Reis, Joaquim de Carvalho Lima, José Joaquim Caldeirão, Raimundo José do Conselho e Luís Martins de Almeida .

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística, por José de Almeida Costa e Robério Azeredo, colaboração do provisionado Durval Pinto. — Chefe da Agência Municipal de Estatística: Viriato Maia Bitencourt.)

FEIRA DE SANTANA — BA

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Originou-se, no comêço do século XVIII, da fazenda Santana dos Olhos d'Água, conhecida por Olhos d'Água, de propriedade do português Domingos Barbosa de Araújo, que construiu uma capela, sob as invocações de São Domingos e Santana, em tôrno da qual surgiu a povoação. Ao redor do templo, construíram-se os casebres de rendeiros e as senzalas. Estas terras, que passariam a constituir o município de Feira de Santana, por morte dos proprietários foram mais tarde julgadas devolutas e incorporadas à Fazenda Nacional. Ali, instituiu-se uma feira, que se tornou um centro de permuta comercial e, por isto, pouso obrigatório de tropas e viajantes que, pela estrada real de Capoeiruçu, provinham do alto sertão da Bahia, de Minas, do Piauí e de Goiás, em demanda do pôrto de Nossa Senhora do Rosário de Cachoeira, à margem do Paraguaçu, onde se localizavam grandes estabelecimentos de tecidos e mercadorias diversas, pertencentes a comerciantes portuguêses.

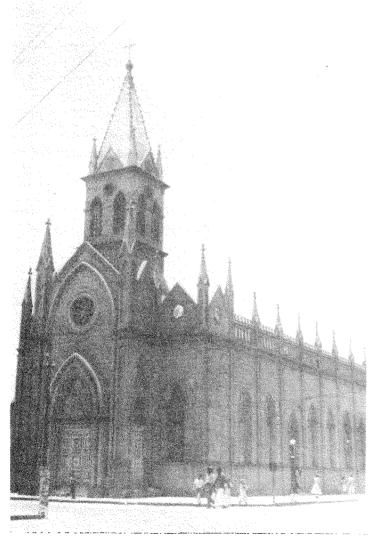
Ainda, na primeira metade do mesmo século, a povoação já era centro de permutas e escambos. Daí à formação do arraial — o arraial de Santana da Feira — foi um passo. Do comércio incipiente originou-se pequena feira-livre, realizada no primeiro dia da semana. O seu desenvolvimento forçou a abertura de ruas adequadas ao trânsito de feirantes de tôda parte. A população cresceu e as lojas foram aparecendo.

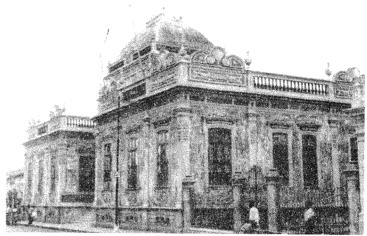
Seu desenvolvimento econômico levou os habitantes a pedirem a criação do município, o que se concretizou pelo Decreto de 13 de novembro de 1832, com território desmembrado do município de Cachoeira. Do território municipal primitivo, em 1833, faziam parte as freguesias de São José das Itapororocas, Santana do Camisão e Santíssimo Coração de Jesus do Pedrão. As duas últimas foram mais tarde desanexadas para constituir território de novos municípios.

Prefeitura Municipal

A Lei provincial n.º 1 320, de 16 de junho de 1873, concedeu foros de cidade à sede municipal, com a denominação de "Cidade Comercial de Feira de Santana".

Os Decretos estaduais números 7 455 e 7 479, de 23 de junho e 8 de agôsto de 1931, respectivamente, simplificaram o nome para Feira. Esta denominação, todavia, mais uma vez foi modificada para o atual topônimo de Feira de Santana, a partir da vigência do Decreto estadual n.º 11 089, de 30 de novembro de 1938.

De acôrdo com a divisão territorial vigente, o município é constituído de onze distritos: Feira de Santana, Anguera, Bonfim da Feira, Humildes, Ipuaçu, Jaguara, Jaíba (ainda não instalado), Maria Quitéria, Pacatu, Tanquinho, e Tiquaruçu.

Igreja Senhor dos Passos

Quanto à criação das freguesias, a de São José das Itapororocas ocorreu em 1696, não sendo a vigararia desde logo canonizada, o que só ocorreu com a instalação da vila, em 1864, tendo sido seu primeiro páróco o P.e Jorge Américo de Carvalho. A capela da Senhora Santana da Vila da Feira foi elevada a freguesia com a mudança para ela da sede da freguesia de São José das Itapororocas. Esta condição, entretanto, foi revogada pela Lei Provincial n.º 921, de 23 de abril de 1860, que restabeleceu a freguesia de São José das Itapororocas. A freguesia de Santa Bárbara, com sede na atual vila de Pacatu, foi criada pela Resolução n.º 742, de 6 de junho de 1859 e teve como primeiro pároco o Padre José da Purificação Menezes. A de Nossa

Escola Normal

Senhora dos Remédios de Gameleira, pela Resolução n.º 288, de 12 de junho de 1847, teve como primeiro pároco o P.e Honorato Afonso da Costa Cirne. A da freguesia do Senhor do Bonfim, na vila de Bonfim da Feira, pela resolução n.º 756, de 16 de junho de 1859, sendo seu primeiro páróco o Padre João Joaquim de Carvalho. A de Nossa Senhora dos Humildes, na vila de Humildes, foi criada pela Resolução n.º 794, de 13 de julho de 1859, exercendo as funções de primeiro páróco o Padre Olímpio Cândido de Barros. As freguesias de Nossa Senhora do Carmo do Bom Despacho, na vila de Jaguara, e a de Santo Antônio, na vila de Tanquinho, foram criadas posteriormente.

A criação dos demais distritos, excetuando-se o da sede municipal, obedeceu à ordem seguinte: Ipuaçu, pela Lei de 18 de maio de 1859; Pacatu, pela Lei de 7 de junho de 1859; Humildes, pela Lei de 13 de junho de 1859; Bonfim da Feira, pela Lei de 25 de outubro de 1859; Maria Quitéria, pela Lei n.º 921, de 23 de abril de 1864; Jaguara, pela Lei n.º 1 795, de 3 de julho de 1877; Tanquinho pela Resolução n.º 1 907, de 28 de julho de 1879; Anguera, pelo Ato da Intendência Municipal de 8 de novembro de 1890; Tiquaruçu, pela Lei n.º 978, de 26 de julho de 1913; Jaíba, pela Lei 628, de 31 de dezembro de 1953 (ainda não instalado).

LOCALIZAÇÃO — Pela importância do seu centro comercial e como cruzamento de valiosas vias de transportes, além de sua situação na fronteira da região do Recôncavo com a dos taboleiros semi-áridos do Nordeste, Feira de Santana dá seu nome a uma das dezesseis Zonas Fisiográficas do Estado, constituindo-se o centro dessa região geo-econômica, que tem a área de 19 728 km².

Está o município situado no "polígono das sêcas" em 96% do seu território, excluindo-se, apenas, a área do distrito de Humildes. Está em direção N.N.O. da capital do Estado, de que dista, em linha reta, 90 km. As coordenadas geográficas são: 12° 15' 24" de latitude Sul e .... 38° 57' 53" de longitude W.Gr., fuso horário de menos 3 horas.

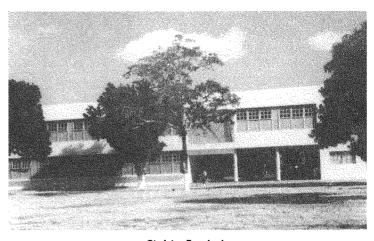
Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Sua altitude é de 234 metros, conforme assinala a placa fincada à direita da porta principal da igreja de Senhor dos Passos, na Avenida do mesmo nome.

ÁREA — A área do município é de 2 087 km².

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — A hidrografia municipal é pobre, sem rios perenes. Todos os rios são afluentes da bacia do Paraguaçu, sendo os principais: Jacuípe, Pojuca, Calandro e Salgado. O sistema de açudagem tem a capacidade de acumulação de 64 000 m³ tendo o maior dêles a capacidade de 10 000 m³. Dos 19 açudes existentes, 6 são públicos. Os acidentes geográficos não estão incluídos em nenhum dos grandes sistemas brasileiros; as serras têm elevações máximas de 200 a 300 metros. As principais são as serras das Agulhas, dos Cágados, de Tanquinho e a Serra Grande.

CLIMA — Subtropical, ameno e sêco, comparando-se aos melhores do País. Em 1956, a temperatura na cidade foi média das máximas — 37,5°C; média das mínimas — 17°,5C e média compensada — 27°,1C. As chuvas de inverno ocorrem de maio a agôsto, com mais intensidade no último mês, atingindo em 1956 a maior pricipitação, em 24 horas, a altura de 158,4 mm. Nas trovoadas de novembro e dezembro, a maior altura, em 24 horas, foi de ..... 181,0 mm.

RIQUEZAS NATURAIS — O município não sendo rico em minerais, possui, entretanto, minas de enxôfre e man-

Ginásio Estadual

ganês inexploradas. Há exploração de pedras para construção e de argila em abundância.

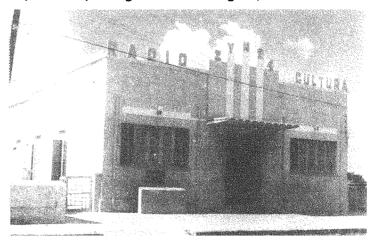
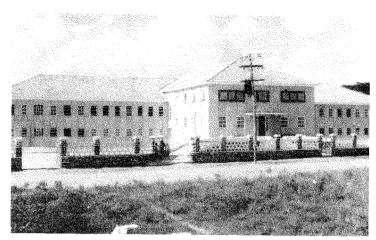
Quanto à produção extrativa vegetal, aparecem, em primeiro plano, a extração de lenha, a produção de carvão vegetal e a extração de madeira.

POPULAÇÃO — Nos Recenseamentos anteriores a 1950, o efetivo demográfico do município foi o seguinte: em 1872, 32 955 habitantes; em 1892, 13 862 habitantes; em 1900, 61 758 habitantes; em 1920, 77 600 habitantes; em 1940, 83 453 habitantes. O Recenseamento de 1950 apurou — 107 205 habitantes. O município de Feira de Santana acupava o 4.° lugar na relação dos municípios mais populosos da Bahia, inclusive o da Capital.

Naquela época apenas 4 dos 150 municípios baianos possuíam mais de 100 000 habitantes. Em confronto com os demais 1 894 municípios, exceto os das Capitais, na data do último Recenseamento sòmente 31 possuíam população maior de que a sua. Dos 107 205 habitantes recenseados, 56 459 eram mulheres e 50 746 homens; 22 697 localizavam-se nos quadros urbanos, 11 580, nos suburbanos, e 72 928, na zona rural, correspondendo ao seguinte porcentual: urbano — 21%, suburbano — 11%, rural — 68%.

Côr — Em Feira de Santana há predominância das pessoas que se declararam de côr parda por ocasião do Recenseamento — 51 991 pessoas; em seguida, vinha o grupo dos pretos, com 36 517 pessoas. Os brancos atingiam 18 467.

Nacionalidade — Em 1950 os estrangeiros somavam apenas 43, e os brasileiros naturalizados, 6.

Religião — Dos seus 107 205 habitantes, 105 543 declararam-se católicos romanos, 866, protestantes, 298, espíritas e 5, israelitas; 72 seguiam outras religiões; 149 não declara-

Rádio Cultura

Hospital D. Pedro I

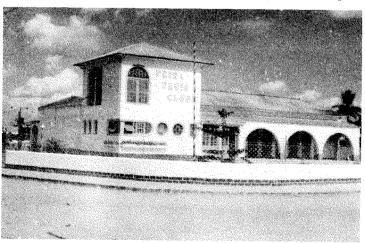
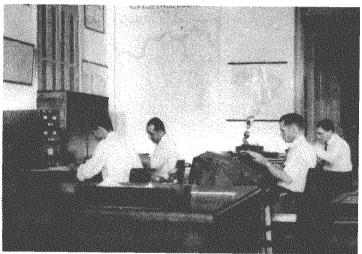
ram a religião que professavam; 272 pessoas não tinham religião.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Em 1950 a cidade de Feira de Santana era a mais populosa do interior do Estado com 26 559 habitantes. Em 1940 ocupava o 4.º lugar. A população da cidade para 1957 é estimada em 35 000 habitantes continuando, assim a ser a cidade mais populosa do interior do Estado da Bahia.

As vilas do município, na data do último censo, apresentavam os seguintes efetivos demográficos: Tanquinho — 1 563 hab., Pacatu — 1 394 hab., Bonfim da Feira — 1 333 hab., Humildes — 1 162 hab., Anguera — 1 105 hab., Jaguara —414 hab., Maria Quitéria — 354 hab., Tiquaruçu — 231 hab. e Ipuaçu — 162 habitantes. O povoado de Fortaleza elevado a vila em 1953, com o nome de Jaíba, tinha uma população de 130 pessoas.

OUTRAS AGLOMERAÇÕES — Há aproximadamente 20 povoados, com pequenas aglomerações humanas, sobressaindo os de Limoeiro e de São Nicolau, com 250 habitantes cada.

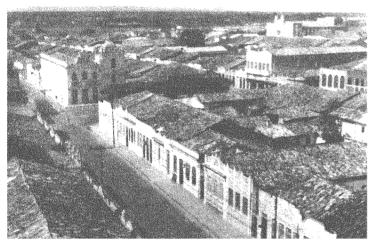
ATIVIDADE ECONÔMICA — A principal atividade se exerce no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura", que segundo o Recenseamento de 1950, ocupava 30% da população em idade ativa (10 anos e mais). Centro econômico importante, exerce a função de entreposto do sertão baiano, sobressaindo na engorda e criação do gado vacum a matança de bovinos para consumo público e fabrico de charque coloca o município nos primeiros lugares do Estado.

Produz fumo em fôlha, tratados em grandes trapiches de escolha e beneficiamento, mandioca, feijão, milho, produtos de cerâmica, cal hidratada, óleo de rícino e calçados. Como produtor de fumo em fôlha é um dos 10 maiores do Estado. Realiza-se na cidade, no primeiro dia útil da semana, importante feira, das mais afamadas do Norte uma das maiores feiras de gado-em-pé do País, cuja origem remonta aos princípios do século XVIII. Fornece gado de corte aos marchantes dos municípios de Salvador, Aracaju, Maceió, Recife e numerosos municípios baianos. Está projetado para setembro próximo o início da construção de grande matadouro-frigorífico, para o que se constituiu uma emprêsa de economia mista — Matadouros Frigoríficos S.A. (MAFRISA). Na feira livre de Santana, além de variados produtos de agricultura, da caça e da pesca encontram-se os mais diversos objetos de cerâmica, fibras, madeira e, sobretudo, artefatos de couros, tais como, malas, calçados, arreios, selas, roupas de couros, chapéus, jalecos e demais apetrechos de uso de vaqueiros. A produção artesanal é abundante e típica. É o principal cruzamento rodoviário do Estado, de onde partem oito rodovias para o Norte, Sudoeste e centro da Bahia. É passagem obrigatória dos veículos que trafegam entre o Norte e o Sul do País.

Feira Tênis Clube

Interior da Agência de Estatística Municipal

Funcionam ali os seguintes órgãos de fomento agropecuário: Campo da 2.ª Região de Fomento Agrícola e Núcleo de Cooperação de Bonfim da Feira, ambos subordinados ao Instituto Baiano do Fumo; Campo de Produção e Sementes de Citrus, Campo de Multiplicações de Sementes de Cereais e Algodão na Fazenda Malhada Grande, Fazenda Central de Criação Cruzeiro do Mocó, Estação de Avicultura e Pôsto de Suinocultura, Núcleos Coloniais Sergio de Carvalho, Barão São Francisco e de Jenipapo, tôdas estas entidades mantidas pelo Govêrno Estadual e Pôsto de Vigilância Sanitária Animal do Departamento Nacional de Produção Animal do Ministério da Agricultura.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Centro rodoviário, o mais importante do Estado, o município é servido por oito estradas de rodagem de primeira categoria, 5 federais e 3 estaduais. Feira de Santana está ligada à Capital do Estado pela BR-28, traçada quase em linha reta, com o percurso de 108 km. Dêstes 108, estão em tráfego cêrca de 50 km já asfaltados. É servida, ainda, pela BA-1 com o percurso de 140 km. Com os municípios vizinhos, as ligações rodoviárias são as seguintes: Coração de Maria (43 km), Irará (54 km), Riachão do Jacuípe (75

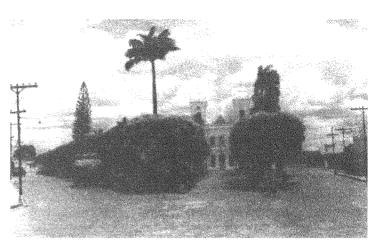
quilômetros), Santo Amaro (47 km), Santo Estêvão (42 quilômetros), São Gonçalo dos Campos (30 km), Serra Preta (53 km) e Serrinha (68 km). A Viação Férrea Federal Leste Brasileiro liga-a às seguintes cidades: Santo Amaro (75 km), São Gonçalo dos Campos (20 km), Salvador (175 km). Com a Capital Federal, liga-se pelas vias rodoviária (1 750 km) e ferroviária (2 140 km).

As comunicações de uso público se fazem pelos serviços afetos ao Departamento dos Correios e Telégrafos, através de 7 agências telegráficas, na cidade desde 1876, e nas seis principais vilas; a vila de Humildes sòmente possui serviço postal. Dispõe, ainda, a cidade da estação telegráfica da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, em tráfego mútuo com o telégrafo nacional, e do serviço de rádio privativo da Secretaria de Segurança Pública do Estado. Pertencente à Cia. de Energia Elétrica da Bahia, há um centro telefônico, que estabelece comunicações com 18 municípios do Estado, inclusive a Capital. Em tráfego mútuo com a Rádio Internacional, comunica-se com os mais adiantados centros do País, como sejam Rio de Janeiro, Distrito Federal, São Paulo, Recife, etc.

Vista parcial norte da cidade

COMÉRCIO E BANCOS — Pelos dados do Censo Comercial de 1950, Feira de Santana, desfruta de posição de relêvo, principalmente em relação ao comércio varejista de que possuía 631 estabelecimentos com 101 milhões de cruzeiros de vendas, colocando-se, no Brasil, em 78.º lugar e em 3.º no interior do Estado. Também foi relevante a posição de seu comércio atacadista, com 45 estabelecimentos e o giro de 59 milhões de cruzeiros, não estando computados noventa milhões de cruzeiros das vendas de gado em pé.

Os dados de 1955 revelam um considerável aumento, conservando o município na sua posição no cenário comercial do Estado, concentrando-se na cidade 95% dos estabelecimentos, sendo 1 048 varejistas e 56 atacadistas. O giro foi de Cr$ 603 189 000,00 cabendo ao comércio de gado Cr$ 199 899 000,00. Os principais mercados com que comercia o município são Distrito Federal, São Paulo, Salvador e Recife.

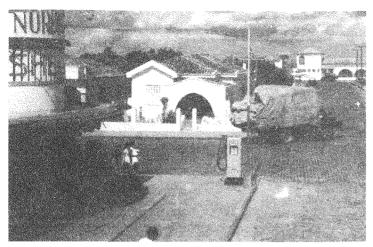
O município exporta gado de corte, produtos alimentícios, produtos de cerâmica, cal hidratada, couros e peles; importa tecidos, louça, ferragens, produtos químicos e farmacêuticos acessórios para automóveis, etc. O salário-mínimo oficial é de Cr$ 2 400,00.

Em 1957, está servido por uma agência da Caixa Econômica Federal e 4 agências de bancos: Banco da Bahia,

Vista da Praça da Matriz

Sociedade Anônima, instalado em 10-8-57, Banco do Brasil, S. A., instalado em 1-3-1919, Banco Econômico da Bahia, S. A. instalado em 1-1-1946 e Banco Mineiro da Produção, instalado em 9-6-1957.

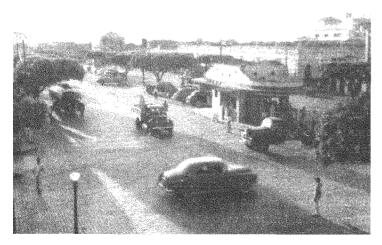
Em 31-12-1956, o movimento bancário apresentava nas suas principais contas os seguintes saldos: empréstimos em C/C — Cr$ 77 785 000,00; títulos descontados — .... Cr$ 123 360 000,00; depósitos a vista — .... Cr$ 86 168 000,00; depósitos a prazo — Cr$ 4 301 000,00.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Feira de Santana está assentada sôbre grande planície, que lhe facilita a expansão dos logradouros; possui invejável posição geográfica que a faz ponto de ligação entre as zonas da mata, do sertão e do litoral; apresenta beleza panorâmica, com largas e extensas ruas e avenidas, dotadas de modernas construções residenciais. Tem aspecto de cidade moderna, em franco desenvolvimento, sendo cognominada "Princesa do Sertão". Está com crescimento demográfico e predial em marcha acelerada para isso contribuindo, também, a atração dos pecuaristas da zona que a elegeram sede de suas residências. Além de atrativo econômico, possui estabelecimentos do ensino ginasial, normal, comercial e científico. Havia em 1956, 154 logradouros, dos quais, 10 avenidas e praças pavimentadas a paralelepípedos, 82 ruas pavimentadas a pedras irregulares e terra melhorada, além de 13 travessas e becos. O abastecimento dágua está a cargo de autarquia municipal a partir de 1956, pelo sistema de captação em poços tubulares. Possui dois reservatórios de aço com a capacidade total de 4 500 m³, e três estações elevatórias. Estão servidos com água canalizada 46 logradouros totalmen-

Vista parcial da Avenida Senhor dos Passos

Vista parcial da Rua Carlos Gomes

te, e parcialmente 19, com cêrca de 1 000 prédios abastecidos em 1956. A cidade é servida de fôrça e luz, procedente da usina hidrelétrica de Bananeiras, da Companhia de Energia Elétrica da Bahia, datando a instalação inicial de 7 de janeiro de 1928, quando contava apenas 446 lâmpadas para a luz pública e 368 prédios ligados. Havia em 1956 4 008 ligações. Nova linha de transmissão de mais oito milhões de watts está sendo construída para ser inaugurada em 1957 a fim de atender com eficiência ao vigoroso progresso local; uma estação abaixadora de 2 500 kWh, está sendo também instalada, de modo a atender às necessidades do consumo de energia.

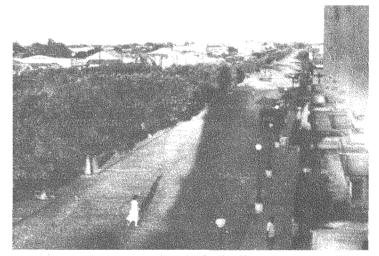
Há três cinemas, com capacidade total de lotação de 1 964 lugares. É servida por centro telefônico da Cia. Energia Elétrica da Bahia, com 220 aparelhos, enquanto as necessidades locais exigem mais de 1 000. Estavam registrados na repartição do trânsito local, em 1956, 383 veículos a motor para passageiros e 561 para carga. O número de hotéis eleva-se a 9, e o de pensões a 57, com a capacidade total para 1 320 hóspedes. Exercem a profissão 31 médicos, 21 dentistas, 22 farmacêuticos, 7 engenheiros, 15 agrônomos, 12 advogados e 1 veterinário.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária é prestada à população através dos Hospitais D. Pedro I, recentemente inaugurado e com modernas instalações, Hospitais São Cristovão e Pro Matre de Tanquinho. Êstes nosocômios dispõem de 158 leitos para internamento. Também prestam assistência à população o Departamento Nacional de Endemias Rurais, através do Setor n.º 2, sediado no município e que aí mantém um Pôsto

Vista da Praça João Pedreira

de Febre Amarela, o Pôsto de Higiene do Estado, sede do 2.º Distrito Sanitário, o ambulatório do IAPETEC, o ambulatório do SESC, o Gabinete Escolar Costa Pinto e o Pôsto Médico Municipal. Recentemente foi inaugurado um Pôsto médico do IAPC, aguardando-se também para breve a inauguração do SAMDU. Existem 19 farmácias, sendo 15 na cidade.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Prestam assistência social 6 associações de caridade, 3 de beneficência mutuária e 3 instituições de asilos e recolhimentos. Estão em atividade 4 cooperativas, com 1 893 associados, 3 sindicatos e diversas associações profissionais.

ALFABETIZAÇÃO — Pelos resultados do Censo de 1950, 29,49% da população de 5 anos e mais sabiam ler e escrever. Das pessoas em idade escolar (7 a 14 anos), 21% estavam matriculados nas escolas primárias.

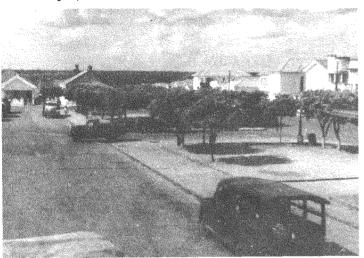
ENSINO — Em 1956, existiam 82 escolas primárias estaduais, 50 municipais e 15 particulares, com 9 682 alunos matriculados. Em 1957, segundo os resultados do inquérito "matrícula inicial do ensino primário", a cargo da Inspetoria Regional de Estatística, foram encontradas 232 escolas, sendo particulares 12, municipais 69 e estaduais 151. Elevou-se a 340 o número de professôres primários locais, 251 dependentes do Estado, 69 do município e 20 particulares. A matrícula total em 1957 atingiu 11 608, cabendo 4,22% aos estabelecimentos particulares, 26,94% aos municipais e 66,84% aos estaduais, com respectivamente, 491, 3 360 e 7 757 alunos matriculados. Em 1956, o município era servido por 3 ginásios, com a matrícula de 1 300 alunos e 167

Vista da Avenida Getúlio Vargas

conclusões de curso; por 2 escolas normais, com a matrícula de 222 alunos e 104 conclusões de curso; 1 escola técnica de comércio, com a matrícula de 81 alunos e 18 conclusões de curso; 1 colégio, com a matrícula de 56 alunos e 4 conclusões de curso; 1 seminário menor, com 56 alunos matriculados e 6 conclusões de curso. Em 1957, passou a funcionar o Ginásio Estadual no turno noturno. A matrícula inicial de todos os estabelecimentos extraprimário elevou-se a 1 333 no curso ginasial, 274 no pedagógico, 35 no científico, 131 no técnico comercial e 62 no seminário.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — A imprensa é representada pelos hebdomadários "Fôlha do Norte" e "O Coruja". As bibliotecas são as seguintes: Pública Municipal, inaugurada a 6 de novembro de 1850, com mais de 5 000 volumes; "Teixeira de Freitas", da Agência Municipal de

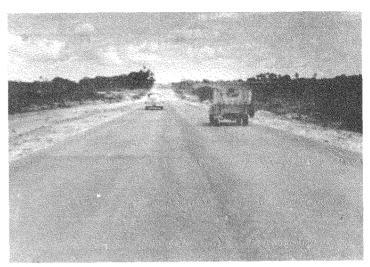
Estatística, com mais de 1 000 volumes; "Pedro Calmon", na vila de Tanquinho, com 2 150 volumes; do Grêmio Estudantil da Escola Normal, com 600 volumes; Seráfica, com mais de 600 volumes; das Filhas de Maria, com mais de 500 volumes, e Infantil, da municipalidade, com mais de 200 livros.

A radiodifusão é representada pela Rádio Sociedade de Feira de Santana, ZYR-3, que opera na freqüência de 970 kc e pela Rádio Cultura de Feira de Santana, ZYN-24, cuja freqüência é de 1 080 kc. Existem ainda mais sete serviços de alto-falantes. São inúmeras as associações culturais, profissionais e recreativas, destacando-se a Associação Bahiana de Medicina Regional de Feira de Santana, a Associação Felinto Bastos, as Sociedades Filarmônicas 25 de março e Euterpe Feirense, a Associação Comercial de Feira de Santana, e o Feira Tênis Clube.

Também tem sede no município a Missão Rural da Região de Feira de Santana, instalada em 1954 pela Campanha Nacional de Educação Rural (Ministério da Educação), que realiza trabalhos de educação de base junto à população rural dos municípios de Feira de Santana, São Gonçalo dos Campos, Santo Amaro e Coração de Maria.

Praça D. Pedro II

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — A 19 de fevereiro de 1832, Feira de Santana firmou-se ao lado da legalidade contra a rebelião federalista de Guanais, surgida em São Félix. As tropas de Feira de Santana eram comandadas por Joaquim Bacelar e Castro. Dizia-se então, que a atitude dos feirenses influiu para que seu arraial fôsse elevado à categoria de vila.

Em novembro e dezembro de 1837, Feira de Santana tomou parte saliente na Sabinada. Em seu território desenrolaram-se algumas lutas. Figuras centrais foram José Carneiro da Silva Rêgo, Vice-Presidente da Sabinada, — Higino Pires Gomes e o alferes Baraúna.

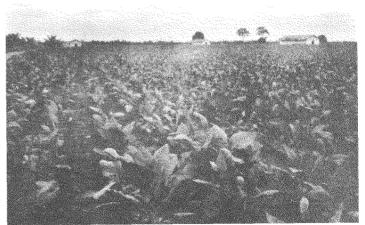
Quanto a monumentos históricos, salienta-se a estátua de bronze e mármore, do Padre Ovídio Alves de São Boaventura, feirense e primeiro pároco, inaugurada a 25 de março de 1892, construída pelo francês André Jacques; destina-se a perpetuar a memória daquele que lançou os fundamentos da catolicidade feirense, onde "catequizou, ensinou, disciplinou, amoldou e aperfeiçoou" as almas. Há também, a estátua do c.el Agostinho Fróes da Mota, inaugurada, em 1955, pela municipalidade para perpetuar a memória dêste outro benemérito feirense.

Trecho da Rodovia Bahia—Feira de Santana

Constituem obra de arte a ponte Rio Branco, sôbre o rio Jacuípe, construída pelo Eng.º Alexandre Góis, bem como a tôrre da igreja dos Remédios, revestida de pratos de Macau.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Constituem motivos turísticos, pelos aspectos econômicos sociais: — a feira de gado, os currais-modêlo, com balança de pesar continuadamente grande quantidade de bovinos; a feira-livre que se realiza às segundas-feiras, pela extraordinária variedade de produtos expostos à venda, muitos dêles de aspectos típicos, e a micareta, a maior festa popular de caráter carnavalesco do interior do Estado, realizada 8 dias após a Páscoa.

CULTOS RELIGIOSOS — No município estão localizadas oito paróquias, assim distribuídas: de Senhora Santana, com sede na cidade; do Senhor do Bonfim, com sede na vila de Humildes; de Nossa Senhora dos Remédios da Gameleira, com sede na vila de Ipuaçu; de Nossa Senhora do Carmo do Bom Despacho, na vila de Jaguara; de São José das Itapororocas, na vila de Maria Quitéria; de Santa Bárbara, na vila de Pacatu; de Santo Antônio, na vila de Tanquinho. O número de igrejas atinge a 12, inclusive as matrizes, e o de capelas a 30. Quanto a outros cultos professados, há 4 templos e 4 salões de cultos evangélicos e seis centros espíritas, sendo um em edifício próprio e cinco em salões.

Pelos resultados do Recenseamento de 1950, eram católicos romanos 98,45% da população.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — É tradicional a "micareta" que se rea-

Campo de cooperação de fumo

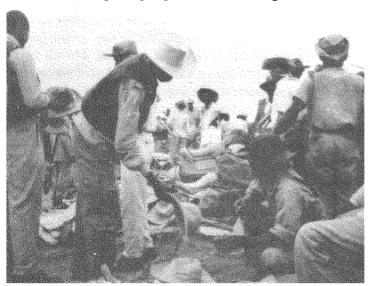
Vista parcial da feira

liza 8 dias após a Páscoa. Atrai considerável massa de gente da capital do Estado e da maioria dos municípios baianos.

Outros folguedos populares mais comuns são o "batuque", o "bumba-meu-boi", os "caboclinhos", o "presepe", o "reisado", o "afoché", e o "terno das pastorinhas".

O Natal é celebrado com missa à meia noite e apresentação de "Ternos de pastorinhas". É importante a festa de Senhora Santana, a padroeira da cidade, no dia 26 de janeiro, com novena e festejos cada noite, quermesses, missa solene e grande procissão. Também são celebrados, solenemente os atos da Semana Santa.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — No último pleito, em 1954, estavam inscritos 22 571 eleitores e votaram 13 128. Encontram-se no município 1 025 funcionários federais, 712 estaduais, 216 municipais e 314 autárquicos. A Câmara Municipal é constituída de 13 vereadores. O Prefeito eleito e em exercício é o Sr. João Marinho Falcão, o Presidente da Câmara é o Dr. Jorge Watt da Silva.

A 1.ª Câmara Municipal foi instalada a 18 de setembro de 1833, sob a presidência do tenente Luís Ferreira da Rocha, presidente da Câmara Municipal da vila de Nossa Senhora do Pôrto de Cachoeira, sendo, então, empossados os seguintes vereadores eleitos: capitão Manoel da Paixão Bacelar e Castro, Reverendo Luís José da Silva Sampaio, Antônio Honorato da Silva Rêgo, Antônio Manoel Vitorino, Joaquim Caribé Meretova, Reverendo Manoel Paulino Moreira, e capitão Joaquim Pereira Mangabeira.

Aspecto da venda de mercadorias de couro, na feira

O primeiro intendente, a partir do período republicano foi Joaquim de Melo Sampaio e o primeiro Presidente da Câmara, o capitão Manoel da Paixão Bacelar e Castro.

Tem sede em Feira de Santana: a 4.ª Região do Serviço de Fiscalização de Trânsito do Interior, a 2.ª Residência de Conservação das Estradas de Rodagem do Departamento de Estradas de Rodagem da Bahia, um Distrito do DNER, a 5.ª Circunscrição de Ensino do Interior, a 10.ª Circunscrição da Quinta Região Fiscal do Interior, a Dele-

Artigos de cerâmica vendidos na feira

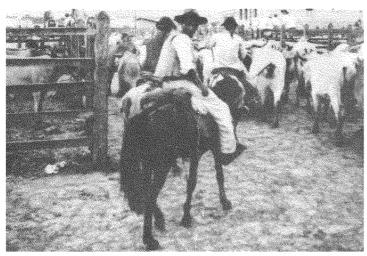
gacia Regional de Polícia da 4.ª Região do Interior e o 1.º Batalhão de Caçadores da Polícia Militar com jurisdição nesse Município e nos de Jequié, Santo Antônio de Jesus, Santo Amaro, Cachoeira, São Félix, Ituberá, Castro Alves, Nazaré e Valença.

FINANÇAS PÚBLICAS — A receita e despesa municipal para 1957 foram fixadas em quinze milhões de cruzeiros, já havendo arrecadado até 31 de maio de 1957 a importância de Cr$ 7 074 004,70. A seguir o quadro septenal da arrecadação federal, estadual e municipal e da despesa realizada pelo Município.

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	2 486	10 641	1 760	1 572	3 524
1951	3 070	14 335	5 852	2 228	6 350
1952	3 866	15 042	6 967	2 546	6 604
1953	4 977	16 381	8 138	3 057	10 135
1954	5 141	21 216	10 769	4 272	10 047
1955	7 211	35 040	13 146	5 663	11 066
1956	9 147	43 069	18 202	7 412	16 429

JUSTIÇA — Feira de Santana constitui comarca de 3.ª entrância, tendo sido criada pela Lei Provincial n.º 532 de 12 de junho de 1855, por desmembramento da de Cachoeira. Era então, formada pelos Têrmos de Feira de Santana e de Camisão, tendo sido seu primeiro juiz de Direito o Dr. Luís Cerqueira Lima.

Na divisão territorial de 31 de dezembro de 1947, a comarca aparece com um só têrmo, o da sede. Consoante o quadro da organização judiciária do Estado, de março de 1938, abrangia dois têrmos: o de Feira de Santana e o de Santo Estêvão. Já no qüinqüênio 1938-1943, a comarca ficou acrescida de mais um têrmo, o de Riachão de Jacuípe. Esta formação judiciária permanece inalterada.

VULTOS ILUSTRES — *Filinto Justiniano Ferreira Bastos* (1856-1939) cursou o Seminário Maior de Santa Tereza, em Salvador, iniciou os seus estudos de direito em São Paulo e diplomou-se pela Faculdade de Direito do Recife. Foi promotor público da comarca de Camisão (hoje Ipirá) e, depois, juiz municipal, juiz de Direito de Caetité, de Caravelas e de Amargosa. Ocupou cargos de juiz de 1.ª entrância e de Conselheiro do Tribunal de Apelação e Revista. Foi professor de Direito Civil e Diretor da Faculdade de Direito da Bahia. Publicou vários trabalhos jurídicos, inclusive o livro, em dois volumes "Lições de Direito Penal". Foi fundador da Academia Baiana de Letras. Era justo, honesto e culto e, por isso, reverenciado pelos seus contemporâneos como exemplo de dignidade humana.

Saída de boiada já vendida, do campo de gado ou curral — modêlo

Mário Barbosa — (1894-1941), bacharel pela Faculdade de Direito da Bahia. Aos 24 anos desempenhou o cargo de Chefe de Polícia no Estado. Exerceu o jornalismo e a advocacia. Foi Procurador da República, Auditor Chefe do Serviço da Justiça Militar, Diretor-Geral da Estatística da Bahia, Chefe do Gabinete do Governador, professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Bahia, Ministro do Tribunal de Contas e outros cargos que constituíram o longo tirocínio dêste abnegado homem público. A sua grande vocação foi porém, a Estatístira. É ronsiderado "O fundador da estatística baiana". Foi membro do Instituto Internacional de Estatística. Deixou numerosos trabalhos publicados, versando, a maior parte, assuntos de natureza econômica ou estatística .

Também é ilustre filho do município o *Padre Ovídio Alves de São Boaventura* (1842-1886), que se distinguiu como grande educador, fundador de escolas e de estabelecimentos de assistência social, entre os quais se destacam o Asilo Nossa Senhora de Lourdes e o Monte Pio dos Artistas Feirenses.

Ainda são dignos de registro o Desembargador *Pedro Francelino* que foi Presidente da Província no Império, e o Dr. *Fernando São Paulo,* nascido na vila de Pacatu, notável cientista e homem de letras, Catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade da Bahia.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município denominam-se "feirenses". A denominação Feira de Santana, prende-se històricamente à feira inicial e à capela em tôrno da qual foram construídas as primeiras casas. Na cidade acha-se instalada uma Agência Municipal de Estatística, órgão do I.B.G.E.; é sede da Itinerância estatística da 3.ª zona, órgão orientador e fiscalizador, que abrange 32 municípios.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística, por José Pereira Tôrres Filho. — Chefe da Agência Municipal de Estatística: Carivaldo Pinheiro Melo. — Servidores lotados na AME: Agente de Estatística: Aurino de Oliveira Bastos e Antônio Macêdo e Estatístico-auxiliar Armando Rodrigues da Silva.)

GENTIO DO OURO — BA

Mapa Municipal no 8.º Vol.

HISTÓRICO — Há muitos anos, ainda nos tempos do Brasil-colônia, em data até hoje desconhecida, — diz a lenda —, dois escravos, seguindo as pegadas de reses desaparecidas, se perderam nas matas e serras do Açuruá. Em uma baixada próxima, estava localizado um grande pântano que, mais tarde, se transformou nos grandes brejos de Gameleira do Açuruá. Com a chegada da noite, resolveram galgar uma elevação do terreno ou subir numa árvore, para ver se conseguiam divisar a vereda por onde tinham vindo. Receosos de algum perigo, andaram mais depressa, apavorados e trêmulos, quando avistaram grande casa, tôda coberta de erva e estragada pelo tempo. Com essa aparição inesperada, os escravos, mais receiosos ainda, tomando-a por coisa misteriosa, fugiram em direção oposta.

Dias depois, em casa de seus senhores, os negros contaram o que viram; ninguém, todavia, acreditou na informação. A história se divulgou e, um dia chegou aos ouvidos de pessoas mais curiosas, que resolveram apurar a veracidade do caso. Para isso, organizaram um grupo de homens, inclusive os tais negros informantes. Muitas horas andou a pequena bandeira e vários rumos foram percorridos sem que encontrassem a casa procurada. Cansados, os membros da comitiva já tinham planejado castigar os pobres negros, quando alguém anunciou que estava vendo algo parecido com a casa. Efetivamente era o que êles desejavam. Ao se aproximarem, ficaram estarrecidos com o que viram: uma grande casa, de construção sólida de tijolo, coberta de telhas, portas e janelas de boa madeira de lei. Depois de limparem o terreno que circulava o imóvel, penetraram-lhe no interior por uma das portas, a qual se desprendeu, caindo ao solo.

Não menor foi a suprêsa ao vislumbrarem que ali ainda existia um engenho de cana-de-açúcar, uma oficina de fa-

zer farinha e uma dezena de quartos, onde se abrigavam os seus primitivos donos.

Quem a construiu? Quem ali habitou? São perguntas a que, até hoje, ninguém soube responder, inclusive nonagenários residentes no local.

Indubitàvelmente, ali estava a marca dos braços robustos dos antigos escravos que acompanharam os primitivos habitantes. Uma infinidade de sinalização em lajedos, nas atuais estradas, evidenciam a penetração de bandeirantes por aquelas serras inóspitas.

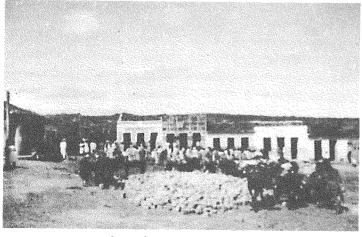
Acredita-se que algum bandeirante tenha se localizado ali e construído a citada casa, tornando-se mais tarde senhor de engenho, ficando a casa conhecida com o nome de "Casa das Antas", em virtude da grande quantidade de excrementos seus ali encontrados. Ainda hoje há residências particulares cobertas com telhas e fechadas com portas e janelas de "Casa das Antas".

Em virtude da fertilidade dos terrenos, próprios para a agricultura, formou-se pequeno núcleo colonizador e, mais tarde, pelo Ato de 9 de julho de 1890, com a denominação de Gameleira do Açuruá, foi criado o novo município, desmembrado do de Xique-Xique, ocorrendo a sua inauguração a 9 de dezembro do mesmo ano. Pela Lei estadual número 1 966, de 17 de junho de 1927, foram criados no município os distritos de Santo Inácio e Guigós (atual Igatu).

Em face da Lei estadual número 2 017, de 2 de agôsto de 1927, passou a chamar-se apenas Açuruá.

Os Decretos estaduais n.os 7 455, de 23 de junho e 7 479, de 8 de julho, ambos de 1931, suprimiram o município, e o de número 8 546, de 15 de julho de 1933, restaurou-o, voltando a funcionar como tal em 9 de agôsto dêsse mesmo ano.

Em virtude do Decreto-lei estadual número 10 724, de 30 de março de 1938, passou a denominar-se Santo Inácio do Açuruá, com sede naquele distrito, até que, por fôrça do Decreto estadual número 11 089, de 30 de novembro de 1938, foi designado Santo Inácio, topônimo mais tarde substituído pelo de Gentio do Ouro, pela Lei número 628, de 30 de dezembro de 1953, que determinou a mudança da sede municipal daquele para êste último local.

A composição administrativa, de acôrdo com a mesma lei, ficou constituída com os seguintes distritos: Gentio do Ouro — sede municipal, Gameleira do Açuruá, Ibipeba, Ibitunane, Iguitu, Itajubaquara e Santo Inácio.

Praça Capitão Modesto Paiva

LOCALIZAÇÃO — O município de Gentio do Ouro está localizado na Zona Fisiográfica da Chapada Diamantina. Totalmente incluído no Polígono das Sêcas, tem parte de seu território banhada pelo rio Verde, cuja infiltração maior se dá no distrito de Iguitu. Limita com os municípios de Xique-Xique, Brotas de Macaúbas, Morro do Chapéu e Irecê.

A sede municipal possui as seguintes coordenadas geográficas: 11° 06' 50" de latitude Sul e 42° 46' 30" de longitude W Gr. Dista da capital do Estado, em linha reta, 473 quilômetros, sendo o seu rumo O. N. O., a partir da mesma.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 473 metros.

ÁREA — Possui o município 4 819 km^2.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os acidentes geográficos mais importantes são os seguintes: Lagoa da Itaparica, localizada na fazenda Itaparica, no distrito de Santo Inácio, medindo 6 por 5 quilômetros e com profundidade que varia de 1 a 2 metros. A referida lagoa serve de limite municipal entre Gentio do Ouro e Xique-Xique. É permanente e a sua produção de peixes, extraordinária. O rio Verde é o maior do município; está localizado no distrito de Iguitu, o qual divide ao meio, com largura variável de 10 a 20 metros, regando grandes áreas de plantação; dirige-se para o município de Xique-Xique, pela fazenda Conceição e deságua no São Francisco. É piscoso e sujeito a enchentes. Outros rios e riachos não periódicos fluem poucos meses no ano.

A serra do Açuruá, pròpriamente dita, tem elevação de 400 metros de altitude. Localizado no distrito de Gentio do Ouro, está o morro do Peito, com a altura aproximada de 250 metros; de sua semelhança com gigantesco peito hu-

mano derivou o seu nome. O morro do Palácio encontra-se no distrito de Gameleira do Açuruá e, possui na sua base uma abertura que dá abrigo a homens e animais, advindo daí o nome "Palácio". Mede aproximadamente 150 metros de altura.

A gruta de Santo Antônio, distando apenas 200 metros da vila de Santo Inácio, é muito interessante; tem 10 metros de comprimento, 2 de altura e 15 de largura, formando amplo salão, tapetado de areia branca e fina.

Das quedas d'água localizadas no município, destacamos: a do rio Pintor, com uma precipitação de mais de 20 metros, no distrito de Santo Inácio; a queda do Brejão, no rio do mesmo nome, distrito de Gentio do Ouro, precipitação de 15 metros de altura; a queda do Riachão, fica no distrito de Gameleira do Açuruá, no rio do mesmo nome, altura aproximada de 15 metros; a queda no rio Escurão, localizada nos limites de Itajubaquara e Gameleira, com precipitação de 15 metros; a queda do Escorrega, localizada no distrito de Gameleira do Açuruá, no rio Coquinhos e com queda lenta de 20 metros, aproximadamente, verificando-se mais abaixo outra com 5 metros. Tôdas são inaproveitadas desde que os rios que as formam não são perenes.

CLIMA — O clima é ameno com variações lentas, sendo por isto muito sadio. A temperatura na sede municipal em 1956 apresentou os seguintes dados: média das máximas 35°C; média das mínimas 15°C e média compensada 20°C.

RIQUEZAS NATURAIS — De origem mineral o cristal de rocha é a sua maior riqueza, vindo em ordem decrescente de importância o diamante, carbonato, ouro, pedra para construção e argila. De origem vegetal há madeira para construção, lenha, babaçu, carnaúba, castanha da índia, maniçoba e mangabeira. De origem animal; cêra e mel de abelha, caças e peixes, sendo a grande fonte de riqueza do município, com o valor de Cr$ 329 600,00, em 1955.

POPULAÇÃO — A população em 1950, era de 15 440 habitantes (7 712 homens e 7 728 mulheres). Predominava a côr parda, no total de 7 391, vindo em seguida os indivíduos de côr branca com 6 023 e, finalmente, os de côr preta com 1 956 pessoas. Quanto ao estado civil, predominava o número dos casados, nas pessoas de 15 anos e mais que somavam 4 604 contra 3 417 solteiros. Da população do município, 74,5% se localizavam na zona rural.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Existiam em 1950, seis aglomerações urbanas no município assim distribuídas: Santo Inácio então sede municipal, 663 habitantes; vila de Gentio do Ouro (atual sede municipal) 1 320 habitantes; Ibipeba 717 habitantes; Ibitunane 281 habitantes; Iguitu 342 habitantes; Itajubaquara 619 hab. De acôrdo com a Lei 628 de 30-XII-1953, elevando o povoado Gameleira do Açuruá à categoria de vila ficou o município acrescido de mais uma aglomeração urbana com população de 530 habitantes.

OUTRAS AGLOMERAÇÕES — Além da cidade e das vilas, há no município os principais povoados cuja população, estimada para 1957, é a seguinte: Lagoa Grande 350 habitantes; Mirorós 250 habitantes; Pituba 1 400 habitantes; Aleixo 200 habitantes, e Riacho 150 habitantes.

ATIVIDADE ECONÔMICA — De acôrdo com o Recenseamento de 1950, 37,2% da população do município estava ocupada em extração de minérios, agricultura, pecuária e silvicultura. A atividade fundamental é a extração de cristal de rocha, cuja produção se elevou, em 1955, a 1 600 milhares de cruzeiros.

A produção agrícola, em 1955, atingiu a importância de 4 370 milhares de cruzeiros, contribuindo com maior parcela a mandioca, vindo, em ordem decrescente, fumo em fôlha, feijão, cana-de-açúcar, arroz, milho e outros de menor importância econômica.

Avenida Diamantina — Vila Santo Antônio

A atividade pecuária tem regular significação na economia do município. Estima-se em 12 000 bovinos, 500 eqüinos, 1 100 asininos, 400 muares, 7 000 suínos, 13 000 ovinos e 12 000 caprinos o rebanho em 1955. Não tem indústria importante, todavia existem pequenas indústrias rudimentares, destacando-se a da farinha de mandioca, que atingiu, em 1955, 2 633 milhares de cruzeiros.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se a cidade de Gentio do Ouro, por estrada de rodagem, à capital do Estado e às cidades vizinhas nas seguintes distâncias: Capital Federal — 2 278 km; Capital do Estado — 894 km; às cidades de Brotas de Macaúbas — 104 km; Irecê — 72 km; Morro do Chapéu — 120 km; Xique-Xique — 96 quilômetros. O município possui quatro pequenos campos de pouso; todavia não tem linha regular de transportes aéreos.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio local tem ligações diretas com o Rio de Janeiro, DF, para onde envia tôda a sua produção de cristal de rocha. Mantém transação comercial com as praças de Juàzeiro, Jacobina, Salvador, Xique-Xique e Ruy Barbosa, das quais importa as mercadorias necessárias a seu abastecimento.

Na sede municipal existem 26 estabelecimentos varejistas e 65 em todo município. O giro comercial, em 1956, atingiu a 9 025 milhares de cruzeiros. O salário-mínimo oficial decretado para a 4.ª sub-região e da qual o município faz parte é de Cr$ 2 000,00.

Aos sábados funcionam feiras-livres na sede municipal e na vila de Ibipeba, e, aos domingos, na vila de Itajubaquara, constando, no entanto, de pequenas aglomerações

de pessoas da zona rural que trazem, para vender, arroz, feijão, farinha de mandioca e frutas.

ASPECTOS URBANOS — A cidade está quase tôda localizada em terreno montanhoso; apenas uma parte é plana. Contam-se 15 logradouros, dos quais, quatro são parcialmente pavimentados com pedras irregulares. A iluminação pública estende-se apenas a seis dêstes logradouros. De um total de 239 prédios, apenas 81 possuem ligação elétrica. Os principais logradouros são: a Rua Modesto Paiva, (antiga Estrêla) e a Praça do Mercado, onde está sendo construída a sede da nova Prefeitura. Funcionam duas pensões, uma Agência Postal-telegráfica do D.C.T., Agência de Estatística e Coletorias Federal e Estadual.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária é prestada à população através do setor número 11, sediado em Juàzeiro, do Departamento Nacional de Endemias Rurais.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com os dados do Recenseamento de 1950, a população de 5 anos e mais era de 12 996 habitantes, assim distribuídos: 6 480 homens e 6 516 mulheres. Sabiam ler e escrever: 3 895 homens e 2 440 mulheres, representando 29,97% da população de 5 anos e mais.

ENSINO — Existiam, em 1956, oito escolas estaduais, onze municipais e três particulares, com matrícula aproximada de 1 000 alunos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Há três bibliotecas, sendo duas na sede e uma no distrito de Santo Inácio, de propriedade do Grêmio Lítero-Teatral "Artur Azevedo"; as duas primeiras pertencem à Prefeitura Municipal, com mais de 1 000 volumes, e à Agência de Estatística. Na vila de Santo Inácio, acha-se um grêmio Lítero-Teatral "Artur Azevedo", que funciona irregularmente, por falta de recursos financeiros, todavia está sendo construído um prédio para sua sede.

Praça da Bandeira — Vila de Santo Inácio

CULTOS RELIGIOSOS — O município pertence à paróquia do Senhor do Bonfim, do vizinho município de Xique-Xique. Na cidade há uma igreja e uma capela; e, no interior, mais quatro igrejas e dez capelas, tôdas da religião católica, a única professada ali.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — Dos festejos populares, atualmente se realizam os "sambas de matuto" que vêm a ser o mesmo que "roda de São Gonçalo", os "pastoris" e os "presepes" em homenagem ao Deus Menino, por ocasião da data de aniversário do seu nascimento.

Rua C.el José Nogueira

Avenida Cotegipe — Vila de Santo Inácio

As "rodas de São Gonçalo" ocorrem em qualquer época do ano, levado a efeito pelo povo mais humilde da região; apresentam-se com qualquer vestimenta, independente de feitio ou côr. Ao cair da noite, em latadas prèviamente armadas nos terreiros das casas, onde se vai realizar o folguedo, começam a aparecer os cabeças da festa e, em seguida, os demais componentes, colocando-se em fila o pessoal que vai dançar. A um sinal convencional do marcador é iniciada a dança e as duas filas seguem paralelas, batendo palmas e cantando.

Os instrumentos que acompanham êsses folguedos são, apenas, um tambor ou caixa e as palmas dos sambistas.

No município também se realizam "ternos de reis" com seus componentes devidamente fardados, empunhando arcos de cipó, ornamentados com papel de sêda colorido, balançando ao centro lanterna "chinesa" com uma vela acesa no seu interior. Os rapazes trajam geralmente calça branca e camisa de côr vermelha ou azul, de acôrdo com as exigências do "terno", e as môças à cigana, tirolesa ou japonêsa. Formam-se duas filas paralelas, uma de rapazes e outra de môças, cada par empunhando um arco forma a aparência de um túnel móvel e multicor. Ao chegarem à casa de alguém prèviamente avisada, e que propositadamente a mantém fechada, cessam o cântico e, em seguida, é iniciada uma cantiga denominada a "abrideira" que tem, além de outras, uma estrofe que diz:

"O' Senhor dono da casa,
Viemos de longe, queremos entrar,
Abra esta porta, dê-nos abrigo,
Queremos comer, brincar e dançar".

A porta se abre e os pares vão entrando e guardando os arcos, que servirão para outro dia. Esta festa dançante se prolonga por tôda a noite.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O município conta 5 733 eleitores inscritos, tendo votado 3 542 nas eleições de 1954. O número de vereadores em exercício é de oito. Em 1956, exerciam atividades 42 funcionários assim distribuídos: federais 12, estaduais 12, municipais 29 e 1 autárquico.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro abaixo apresenta as finanças públicas municipais no período de 1950 a 1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	126	483	...	530
1951	—	165	445	...	268
1952	—	175	466	...	522
1953	—	172	773	...	838
1954	—	294	1 052	...	...
1955	—	497	767	173	816
1956	—	566	910	165	1 110

NOTA. — Não há Coletoria Federal no Município.

JUSTIÇA — Primeiramente Assuruá, hoje Gentio do Ouro, foi têrmo da comarca do Rio São Francisco, nela aparecendo segundo o Ato estadual de 3 de agôsto de 1892. Por fôrça da Lei estadual número 280, de 6 de setembro de 1898 passou a têrmo da comarca de Brotas.

Foi extinto e anexado ao de Xique-Xique, da comarca do Rio São Francisco, pelo Decreto Estadual número 264, de 4 de outubro de 1904. Em 1915, por fôrça da Lei estadual número 1 119, de 21 de agôsto, o têrmo foi restaurado, passando a fazer parte da comarca de Barra, sendo mais tarde desmembrado desta e anexada à comarca de Xique-Xique.

A comarca de Santo Inácio, atual Gentio do Ouro, foi criada pelo Decreto-lei estadual número 412, de 19 de junho de 1945, tendo sido desmembrada da de Xique-Xique.

Atualmente é de 1.ª entrância, constituída do Têrmo do mesmo nome. Ainda não instalada a comarca, continuam os serviços judiciários na dependência da de Xique-Xique. Conta 11 cartórios, sendo 7 do Registro Civil.

Não se verificou nenhum feito nos cartórios durante o ano de 1956.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais da comuna denominam-se "gentienses". A origem e significado do nome do município atribui-se ao fato da descoberta de minas de ouro e à afluência de muita gente para explorá-las. Veio daí o topônimo: Gentio do Ouro.

O Prefeito em exercício é o Sr. Turíbio Celestino Santos, e o Presidente da Câmara, o Sr. Epaminondas José Rocha.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística por Aloísio Alencar de Jesus. — Chefe da Agência Municipal de Estatística: Antônio Carlos Pires Daltro.)

GLÓRIA — BA

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Os primitivos habitantes do município foram os índios das tribos mariquitas e pancarus, cujos descendentes ainda podem ser encontrados na vila de Rodelas, onde vivem aldeados.

Um grupo de bandeirantes portuguêses chefiados por Garcia d'Ávila, desbravando as terras do Interior na ânsia de novas aventuras e obtenção de riquezas, chegam a uma aldeia de silvícolas, aí se estabelecendo. Tal foi o primitivo núcleo da atual cidade de Glória. A essa bandeira, se seguiu a missão religiosa chefiada por padres católicos, levando àquelas paragens inóspitas as primeiras luzes da civilização. Tudo isso aconteceu por volta de 1705. Os colonos ali estabelecidos constituem família e dão, assim, início à efetiva colonização e povoamento do território. São aproveitados na prática da agricultura e no criatório de gado o elemento indígena e o negro, que contribuem de maneira expressiva para o soerguimento e evolução da incipiente localidade. Com o correr do tempo, vão surgindo os primeiros arruados, mal delineados, tortuosos e dispersos, e o primitivo núcleo já assume o aspecto de um tôsco povoado. Data dêsse período o topônimo "Curral dos Bois", com que os seus habitantes o denominaram em decorrência do avultado número de boiadas que para ali afluíam à procura de pouso. Êsses reba-

Obelisco comemorativo ao início da concretagem da barragem da usina de Paulo Afonso

nhos se destinavam a outras localidades; porém, contribuíram de maneira decisiva para o desenvolvimento do comércio local. São necessários novos estabelecimentos comerciais para atender à constante procura de gêneros de primeira necessidade e outros artigos que os adventícios e a população local, que já era numerosa, constantemente reclamavam. Era lento, porém progressivo, o crescimento da comunidade.

Numa piedosa homenagem ao padroeiro local, o primitivo "Curral dos Bois" teve o seu nome substituído pelo de Santo Antônio da Glória, um testemunho de fé dos seus habitantes, que se vinham beneficiando com os ensinamentos da doutrina cristã, ali ministrada por um abnegado grupo de religiosos que, propagando a Fé, zelavam pela manutenção dos bons costumes entre os residentes.

O povoado foi elevado à categoria de vila pela Lei provincial número 160, de 8 de abril de 1842. A Lei provincial número 2 553, de 1.º de maio de 1886, criou o município de Santo Antônio da Glória, com sede em Santo Antônio da Glória do Curral dos Bois e território desmembrado do município de Jeremoabo. Sua instalação verificou-se a 7 de janeiro de 1887. Segundo a divisão administrativa correspondente ao ano de 1911, o município de Santo Antônio da Glória constitui-se de um só distrito — o da sede. Por fôrça dos Decretos estaduais de números 7 455, de 23 de junho, e 7 479, de 8 de julho de 1931, o referido município teve seu nome simplificado para Glória. Na divisão administrativa do Brasil concernente ao ano de 1933, como nas territoriais datadas de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, e no quadro anexo ao Decreto-lei estadual número 10 724, de 30 de março de 1938, o município de Glória figura com os seguintes distritos: Glória, Rodelas e Bonfim. Idêntica composição distrital foi conservada pelo Decreto estadual número 11 089, de 30 de novembro de 1938, que fixou o quadro territorial vigente em 1939-1943, notando-se que, sòmente nesse qüinqüênio, o distrito de Bonfim se denomina Macururé. De acôrdo com o quadro territorial vigente em 1944-1948, estabelecido pelo Decreto-lei estadual n.º 141, de 31-XII-1943, e retificado pelo Decreto estadual número 12 978, de 1.º de junho de 1944, o município de Glória compõe-se dos distritos de Glória, Rodelas e Macururé. Pela Lei estadual número 628, de 30 de dezembro de 1953, foi criado o distrito de Paulo Afonso. Sua instalação verificou-se em 24 de setembro de 1954, ficando o município constituído de quatro distritos: Glória, Rodelas, Macururé e Paulo Afonso.

LOCALIZAÇÃO — O município da Glória está localizado na Zona Fisiográfica do Sertão do São Francisco. Limita-se com os municípios de Jeremoabo, Chorrochó e com os estados de Pernambuco, Alagoas e Sergipe.

A sede municipal possui as seguintes coordenadas geográficas: 9º 11' 26" de latitude Sul e 38º 18' 10" de longitude

Vista panorâmica da Cachoeira de Paulo Afonso

W. Gr. Na vila de Macururé existe marco do I.B.G.E., registrando 9° 10' 25" de latitude Sul e 39° 03' 24" de longitude W. Gr. Situa-se no rumo N.N.E., partindo-se da capital do Estado, da qual dista, em linha reta, 400 quilômetros.

O município é banhado pelo rio São Francisco, em cuja margem está localizada a cidade. A famosa Cachoeira de Paulo Afonso localiza-se no seu território, que está totalmente incluído no "Polígono das Sêcas".

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é 247,002 metros, tomando como referência uma chapa cravada pelo Conselho Nacional de Geografia, na calçada do forum local.

ÁREA — A área é de 7 882 km², estando entre os vinte municípios de maior extensão territorial do Estado.

Igreja de N. S.ª de Fátima

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O município tem o relêvo levemente ondulado, sem, entretanto, apresentar em seu sistema orográfico acidentes dignos de menção. Na parte hidrográfica salientam-se o rio São Francisco e a famosa Cachoeira de Paulo Afonso, onde estão instaladas as

Capela da localidade de Macururé

possantes usinas hidrelétricas da Companhia Hidrelétrica do São Francisco.

CLIMA — O clima é quente e sêco. Chove pouco. A temperatura da sede municipal apresentou em 1956 as seguintes graduações: 36°C — máxima, 22°C — mínima e 34°C — média. Altura total da precipitação no ano foi de, apenas, 123 milímetros.

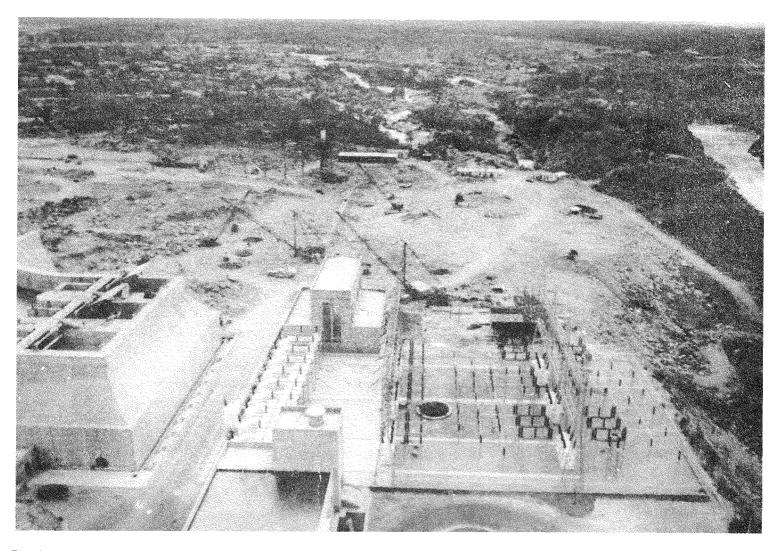
RIQUEZAS NATURAIS — O revestimento florístico natural revela exemplares de baraúna, pau-d'arco, aroeira, caraíba, jurema, jatobá e peroba entre madeira de lei, e as plantas medicinais, velame, caroba, arruda, jurubeba, angico, etc. Há também em quantidade diversos cactos, distinguindo-se xique-xique, cabeça-de-frade e mandacaru.

A fauna apresenta alguns exemplares de onças, caititus, veados, tatus, tamanduás, cágados, emas, seriemas, nhambus, zabelês, gaviões, galos-do-mato, etc.

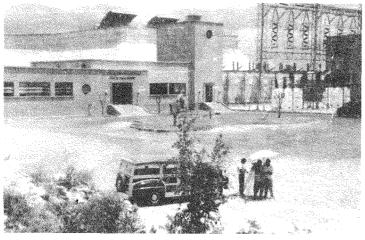
No subsolo há enxôfre, mica e ouro, inexplorados.

POPULAÇÃO — A população do município, segundo os dados do Recenseamento Geral de 1950, era de 27 524 habitantes, obedecendo à seguinte composição: 13 942 homens e 13 582 mulheres; 13 653 brancos, 4 114 pretos e 9 703 pardos; 9 333 casados, 6 474 solteiros, 863 viúvos e 1 desquitado. Acham-se localizados no quadro rural 89,29% da população, sendo a estimada para 1957 de 41 906 habitantes.

Aglomerações Urbanas — Três eram em 1950 os aglomerados urbanos: a cidade de Glória, uma das menos povoadas do Estado, com 863 habitantes, e as vilas de Macururé e de

Estação elevadora da primeira casa de máquinas e trabalhos para a construção de 6 unidades de 60 000 kW cada

Tomada de água, casa dos transformadores, casa de comando, estação elevadora, bôca da chaminé de equilíbrio e trabalhos iniciais da segunda casa de máquinas para seis unidades de 60 000 kW cada uma

Rodelas, com respectivamente, 1 055 e 1 030 pessoas. Com a elevação do povoado de Paulo Afonso a vila, em 1953, ficou o município acrescido de mais um aglomerado urbano. A vila de Paulo Afonso é, atualmente, a mais importante aglomeração do município, estimando-se sua população, incluído o pessoal do acampamento da Companhia Hidrelétrica do São Francisco, em cêrca de 10 000 habitantes.

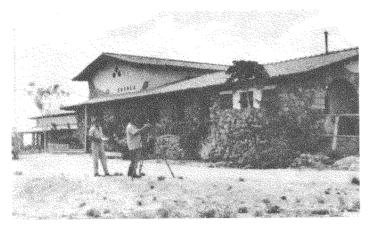
Outras Aglomerações — Conta ainda o município com os povoados abaixo, cuja população estimada para 1957 é a seguinte: Salgado do Melão — 400 habitantes, Juá — 500, Riacho — 400, Penedo — 300, Rio do Sal — 200 e São Francisco — 100.

Usina da C.H.E.S.F. em Paulo Afonso

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Dados do Recenseamento Geral de 1950 demonstram que 22,80% das pessoas em idade ativa (10 anos e mais) estão ocupados no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura". É a principal atividade econômica do município a agricultura, tendo o valor de seus produtos atingido, em 1955, cêrca de 11 913 milhares de cruzeiros distinguindo-se a mandioca e o feijão com, respectivamente, 5 960 e 4 035 milhares de cruzeiros. É também, com relação à produção do Estado, grande produtor de cebola. Cultiva-se ainda algodão, mamona, tomate, milho, cana-de-açúcar, batata-doce, côco-da-baía, arroz, banana, fumo em fôlha, laranja, limão, manga e melão.

A pecuária é desenvolvida e acha-se intimamente ligada à evolução histórica e social do município. As estimativas dos seus atuais rebanhos são: bovinos 10 100 cabeças; eqüinos 1 100; asininos 2 900; muares 600; suínos 7 800; ovinos 5 000; caprinos 19 600.

A indústria é rudimentar, apresentando maior volume a produção de farinha da mandioca.

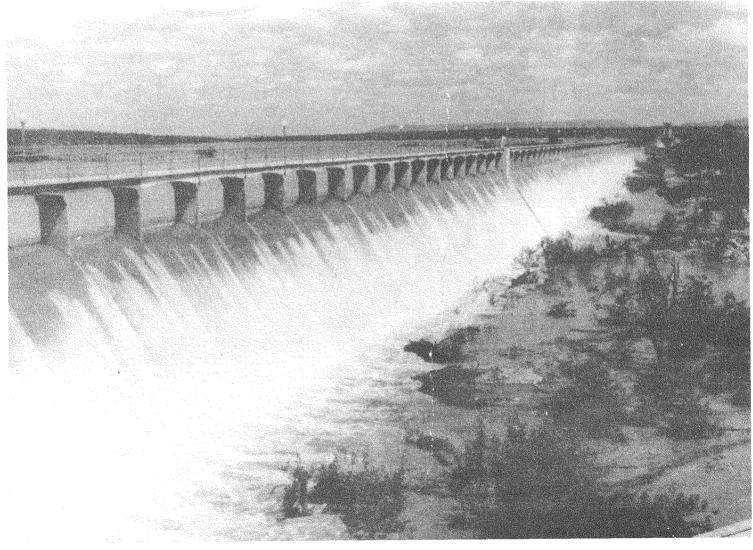
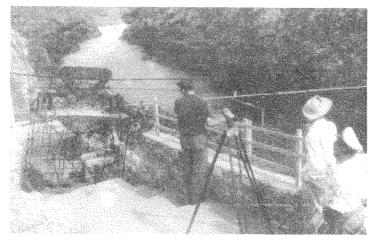
Ocupa singular papel no desenvolvimento econômico da região o aproveitamento do potencial hidrelétrico de Paulo Afonso, o que vem sendo feito pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco, que já fornece energia para Salvador, Recife, Maceió, Aracaju e outras importantes cidades do Nordeste.

É muito difundida a atividade artesanal da tecelagem de artigos de algodão e de lã, entre os quais sobre-

Vila operária e Escola Paulo Afonso

levam as rêdes, as mantas e as estolas. Também com sisal e ráfias, se fabricam bôlsas, chapéus de palha e outros artigos. Em Paulo Afonso funciona a Escola de Artesanato Nossa Senhora de Fátima, que tem contribuído muito para o aprimoramento da fabricação dêsses artigos que se estão exportando para o Rio e São Paulo.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade de Glória liga-se por meio de rodovia à capital Federal — 2 009 quilômetros; à capital do Estado — 662 quilômetros; às cidades vizinhas de Chorrochó — 117 quilômetros; Jeremoabo — 117 km; Água Branca (AL) — 84 quilômetros; Delmiro Gouveia (AL) — 82 quilômetros; Belém de São Francisco (PE) — 132 quilômetros; Floresta (PE) 90 km e Petrolândia (PE) — 18 quilômetros. Possui 1 campo de pouso, na vila de Paulo Afonso, com pista de 810 metros, sendo o serviço aéreo feito pela Real-Aerovias S. A. É servida pela Rodovia Transnordestina.

COMÉRCIO E BANCOS — Há em todo o município 543 estabelecimentos varejistas, sendo 11 na sede municipal e a maioria na vila de Paulo Afonso, uma das mais importantes localidades, onde está concentrado o principal centro comercial da região. Em 1956, o giro comercial atingiu a expressiva quantia de 77,3 milhões de cruzeiros. Há na vila de Paulo Afonso um escritório do Banco da Bahia S.A., inaugurado em 6 de março de 1951. O comércio mantém transações principalmente com as praças de Salvador, Recife, Arcoverde e Aracaju. O salário-mínimo do município está fixado em Cr$ 2 000,00.

ASPECTOS URBANOS — A cidade da Glória tem progredido muito pouco. Situada à margem do rio São Francisco, apresenta topografia plana. Conta com 7 logradouros públicos sem nenhuma pavimentação, sendo 2 servidos de luz elétrica, assim como 53 dos 250 prédios existentes. Há uma pensão, e registrado na repartição competente 1 caminhão contando, entretanto, o município com 22 automóveis, 17 jipes, 4 ônibus, duas ambulâncias, 82 caminhões e 8 motociclos, na vila de Paulo Afonso, pertencendo a maioria à Companhia Hidrelétrica do São Francisco.

Vertedor em carga na Usina de Paulo Afonso

Cachoeira dos Veados em Paulo Afonso

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Conta o município com o Hospital Nair Alves de Sousa, mantido pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco, situado em Paulo Afonso, com 82 leitos, 1 Pôsto de Higiene, mantido pelo Estado; 5 farmácias prestam assistência à população. Três médicos, um dentista, um farmacêutico e vinte e nove enfermeiros exercem as suas atividades na comuna. O território faz parte do Setor número 11, sediado em Juàzeiro, do Departamento Nacional de Endemias Rurais.

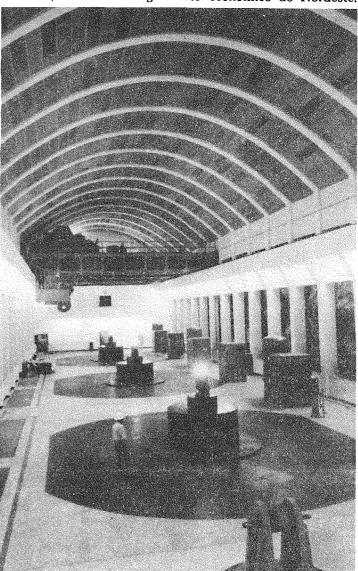
ASSISTÊNCIA SOCIAL — Duas associações de caridade prestam assistência aos pobres.

ALFABETIZAÇÃO — Em 1950, cêrca de 30% da população de 5 anos e mais sabiam ler e escrever, ou seja, 6 999 pessoas: 4 285 homens e 2 714 mulheres.

Ensino — Em 1956, havia 60 unidades do ensino primário fundamental comum, distinguindo-se as Escolas Reunidas de Paulo Afonso com cêrca de 2 400 alunos matriculados. Existe ainda o Ginásio de Paulo Afonso, ministrando curso ginasial, matriculados, no início do ano letivo de 1957, 84 alunos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — — Glória possui três cinemas, um localizado na parte externa do acampamento da Companhia Hidrelétrica e dois de propriedade dos clubes "Paulo Afonso" e "Operário", situados na parte interna do acampamento e reservados aos sócios dêsses grêmios. Possui dois núcleos recreativos e de desenvolvimento físico cultural, sendo o mais importante, pelas instalações de que dispõe, o já mencionado clube "Paulo Afonso".

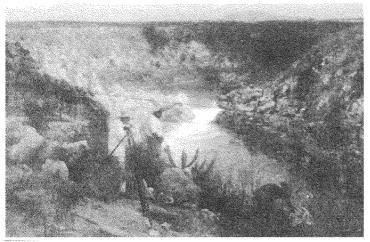
Vista parcial da Cachoeira de Paulo Afonso

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Na vila de Paulo Afonso, um obelisco comemorativo assinala a concretagem da barragem da usina da Hidrelétrica, que figura como marco significativo de uma nova era, a era do soerguimento econômico do Nordeste.

Casa de máquinas, com três unidades de 60 000 kW cada uma

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Como atração turística digna de especial menção, cita-se a cachoeira de Paulo Afonso com os seus gigantescos saltos e que encanta a vista de quantos a visitam. Seu potencial hidráulico está sendo aproveitado pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (C. H. S. F.), com suas usinas instaladas dentro do território do município. Tem sido freqüentemente visitada por turistas, estudiosos e técnicos de várias partes do País e do exterior.

CULTOS RELIGIOSOS — É sede da paróquia de Santo Antônio da Glória, eclesiàsticamente subordinada à Diocese de Senhor do Bonfim. Conta duas igrejas, onze capelas e três associações religiosas do culto católico. Há no território municipal cinco templos de culto não católico.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — As festas religiosas mais importantes

do município são a do Coração de Jesus, que culmina com uma procissão pelas ruas da cidade, no dia 6 de janeiro, e a de Santo Antônio, que consta de trezena, encerrada no dia 13 de junho com imponente procissão, quando a população, demonstrando fé religiosa, presta sincera homenagem ao padroeiro local. São também festejadas as datas de 25 de dezembro — Natal, e 31 de dezembro — Ano Bom.

Outro aspecto da Cachoeira dos Veados em Paulo Afonso

Na vila de Rodelas, os remanescentes dos índios tuchás, descendentes dos mariquitas e pancarus, que cultivam tradições dos seus antepassados, realizam periòdicamente uma dança denominada "Toré", sem dúvida nenhuma, curiosa e atraente manifestação folclórica.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O município da Glória tem 5 514 eleitores, 3 897 dos quais votaram nas eleições de 1954. Os vereadores são 12. Exerciam no município as suas atividades 12 funcionários federais, 53 estaduais, 32 municipais e 46 autárquicos.

FINANÇAS — O quadro abaixo apresenta os resultados da arrecadação pública e da despesa municipal no setênio 1950-1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	—	462	571	93	474
1951.......	—	771	575	232	420
1952.......	224	1 238	766	410	995
1953.......	247	1 726	1 214	488	993
1954.......	444	1 756	1 144	327	917
1955.......	324	3 271	1 984	734	1 815
1956.......	539	3 754	1 790	688	1 723

JUSTIÇA — Nas divisões territoriais datadas de 31 de dezembro de 1937, como também no quadro anexo ao Decreto-lei estadual número 10 724, de 30 de março de 1938, o têrmo de Glória subordina-se à comarca de Jeremoabo. Em virtude do Decreto-lei estadual número 519, de 19 de junho de 1945, foi criada a comarca de Glória, com o têrmo de igual nome, desmembrada da de Jeremoabo. É comarca de 1.ª entrância, abrangendo apenas o seu território, ou seja, o território do município. Conta com 11 cartórios, sendo 4 do registro civil. O total de feitos julgados em 1956 foi de 37, assim distribuídos: cíveis, 34; criminais, 2; e 1 outro.

Proximidades da Cachoeira de Itaparica em Paulo Afonso

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município denominam-se "aglorienses". O Prefeito em exercício, eleito no último pleito, é o Sr. Pedro Sá e o Presidente da Câmara, o Sr. Antônio Justiniano da Fonseca, eleito para o período legislativo iniciado em 7 de abril de 1957.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística, por José de Almeida Costa. — Chefe da Agência Municipal de Estatística: Delsuc Evangelista dos Santos.)

GUANAMBI — BA

Mapa Municipal no 8.º Vol.

HISTÓRICO — Em 1870, deu-se início à povoação do atual território de Guanambi, às margens do rio Carnaíba de Dentro, com a doação de uma parte da fazenda Carnaíba, feita pelo seu proprietário Joaquim Dias Guimarães à freguesia criada nesse mesmo ano sob a invocação de Santo Antônio, e subordinada à paróquia de Monte Alto, em cujo local foi erguida a primeira igreja, tomando o lugar o nome de Beija-Flor.

A partir dessa data foi crescendo a população da nova freguesia, constituída, inicialmente, das famílias de João Pereira da Costa, José Pereira da Silva Castro, Gasparino Pereira da Costa, João Dias Guimarães, Inocêncio Pereira de Oliveira e muitos outros, que intensificaram a exploração da agricultura e da pecuária na Região.

Em 1880, pela Lei provincial n.º 1979, de 23 de junho, foi criado o Distrito de Paz de Beija-Flor, pertencente ao município de Monte Alto.

A sede do arraial de Beija Flor foi elevada à categoria de vila pela Lei estadual n.º 1 364, de 14 de agôsto de 1919, que também criou o município com o nome de Guanambi, com território desmembrado do de Monte Alto. A instalação se verificou a 1.º de janeiro de 1920. Nesse mesmo ano, a Lei municipal n.º 2, de 8 de janeiro, confirmou a criação do distrito-sede de Guanambi (ex-Beija-Flor) ao tempo em que criou para o município o novo distrito de Mucambo. A criação de Mucambo, atualmente denominado Candiba, foi confirmada pela Lei estadual número 2 219, de 20 de agôsto de 1929.

Por fôrça do Decreto estadual n.º 7 479, de 8 de julho de 1931, o território do município de Monte Alto, extinto pelo mesmo decreto, incorporou-se ao de Guanambi,

sendo, entretanto, restaurado pelo Decreto estadual número 8 452, de 31 de maio de 1933. Na divisão administrativa do Brasil, concernente a 1933, o município se compõe dos distritos de Guanambi, Itaguaçu, Mocambo e Gentio.

Segundo o quadro territorial em vigência no qüinqüênio 1939-1943, estabelecido pelo Decreto-lei estadual número 11 089, de 30 de novembro de 1938, o município de Guanambi permanece formado pelos quatro distritos que o constituíam no quadro de 1933, devendo-se notar que o distrito de Gentio teve mudado seu topônimo para Ceraíma.

De acôrdo com o quadro territorial vigente em 1944-1948, fixado pelo Decreto estadual n.º 12 978, de 1.º de junho de 1944, Guanambi subdivide-se ainda nos mesmos quatro distritos: o da sede e os de Candiba (ex-Mucambo) Ceraíma e Mutãs (ex-Itaguaçu), constituição esta que permanece atualmente.

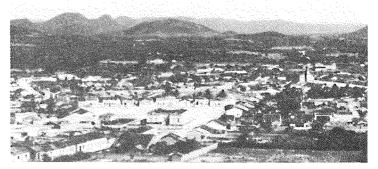
LOCALIZAÇÃO — O município está localizado na Zona Fisiográfica da serra Geral e seu território é totalmente abrangido pelo "Polígono das Sêcas". Situa-se na bacia do São Francisco. Limita com os municípios de Caetité, Palmas de Monte Alto e Urandi.

A sede municipal possui as seguintes coordenadas geográficas: 14º 13' 29" de latitude Sul e 42º 46' 53" de longitude W.Gr. Rumo, partindo da Capital do Estado, ... O.N.O., da qual dista, em linha reta: 464 km.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 525 m.

ÁREA — A área do município é de 1 692 km².

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O território de Guanambi é muito pouco acidentado. Possui alguns desníveis isolados como o contraforte das serras do Espinhaço que o limita com o município de Caetité. É atravessado pelo rio Carnaíba de Dentro, tendo como afluentes os riachos Rega-Fé, Sacouto, Belém, Paço do Magro e Muquém. O rio e os riachos referidos não são perenes, correndo apenas durante as estações chuvosas. Existem quatro lagoas e 5 açudes, êstes com a capacidade total de 620 368 m³.

Vista panorâmica da cidade

CLIMA — Clima quente, mas bastante salubre. A temperatura da sede municipal apresentou em 1956 os seguintes dados: média das máximas — 37ºC, média das mínimas — 26ºC e média compensada — 26ºC. A precipitação durante o ano de 1956 atingiu a altura total de 710 mm.

RIQUEZAS NATURAIS — Predominam os terrenos de capoeira ou de vegetação rasteira. As terras são de comprovada fertilidade para a cultura do algodão. A única ocorrência mineral no município é a pedra calcária em exploração. É pequeno o revestimento florístico, porém ainda são encontradas algumas madeiras de lei para construção.

POPULAÇÃO — De acôrdo com o Censo Demográfico, de 1950, a população do município era de 18 853 habitantes, oferecendo a seguinte composição: 8 986 homens e 9 867 mulheres, sendo 10 398 brancos, 3 571 pretos e 4 869 pardos. Dentre as pessoas de 15 anos e mais existiam: 3 823 solteiros, 5 829 casados, 2 desquitados e 650 viúvos. Havia predominância do sexo feminino e da população de côr branca. A densidade demográfica era de 11 142 habitantes por km². Em 1950, 82,96% da população localizavam-se no quadro rural.

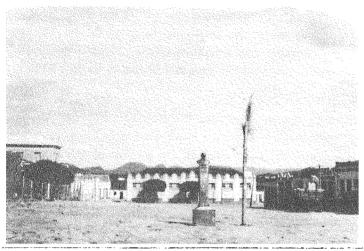
AGLOMERAÇÕES URBANAS — De acôrdo com o Censo de 1950, o município possuía 4 aglomerações urbanas: cidade de Guanambi — 2 077 habitantes e vilas de Candiba — 382 hab., Ceraíma — 185 hab. e Mutãs — 568 habitantes. A população da cidade de Guanambi estimada para 1.º de julho de 1957 é de 2 600 habitantes.

OUTRAS AGLOMERAÇÕES — Além da cidade e vilas, existem ainda os povoados abaixo, cuja população para 1957 está assim estimada: Pilões — 240 habitantes, Lagoa dos Patos — 170 e Morrinho — 90.

ATIVIDADE ECONÔMICA — A população em idade ativa (10 anos e mais) era, de acôrdo com o Censo de 1950, de 12 705 pessoas, sendo 5 796 homens e 6 909 mulheres. Dessa população, 4 559 (4 442 homens e 117 mulheres) dedicavam-se ao ramo "agricultura, pecuária e silvicultura" que, depois da "atividade doméstica", é o ramo ocupacional

mais numeroso no município, com 35,88% do total daquela população.

Agricultura — A fundamental atividade econômica é a agricultura, cuja produção, em 1955, alcançou o valor total de 26 898 milhares de cruzeiros, concorrendo com maior parcela o algodão do qual é um dos principais produtores no Estado, vindo depois o arroz e os demais produtos na seguinte ordem: milho, feijão, melancia, batata-doce, abóbora, banana, côco-da-baía, fava, fumo em fôlha, mandioca, café, cana-de-açúcar, mamona, laranja, aipim e manga.

Indústria — A produção industrial alcançou em 1955 a cifra de 39 397 milhares de cruzeiros, ressaltando-se, em valor, o algodão beneficiado, seguido da carne-de-sol, arroz beneficiado, massas alimentícias, farinha de mandioca, manteiga, óleo de mamona, toucinho salgado, vinho de frutas, sabão massa, telhas, tijolos, rapaduras, aguardente e polvilho ou goma. A indústria extrativa alcançou no mesmo ano o valor total de 105 000 milhares de cruzeiros.

Praça Coronel Cajaíba

Tem alto significado na vida econômica do município o beneficiamento do algodão. Existem montadas várias usinas de importância entre as quais se distinguem a Usina Algodoeira Indústria e Comércio, Ltda., a Usina da Residência Agrícola do Baixio de Guanambi e a Usina Milton Ferreira Domingues.

Pecuária — Existiam, em 1956, 2 176 propriedades agropecuárias, cujo valor venal foi superior a 14 827 milhares de cruzeiros. O rebanho existente no mesmo ano era o seguinte: 45 000 bovinos, 4 000 eqüinos, 1 700 asininos, 3 000 muares, 10 000 suínos, 31 000 ovinos e 28 000 caprinos.

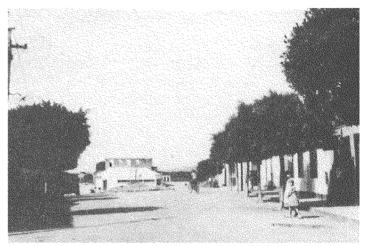
Funciona no município a Residência Agrícola do Baixio de Guanambi, subordinada à Comissão do Vale do São Francisco a qual tem como objetivo o fomento da produção vegetal. Foi inaugurada em 1.º de janeiro de 1942.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se a cidade de Guanambi à Capital Federal, à Capital Estadual e às cidades vizinhas nas seguintes distâncias; por estrada de rodagem: à Capital Federal 1 458 km; à Capital Estadual 832 km; a Caitité, 48 km; a Palma de Monte Alto, 54 km e a Urandi, rodovia 71 km. Possui campo de pouso com pista de 875 metros. Estão registrados 35 automóveis, 22 caminhões e 202 bicicletas. O serviço de comunicações da sede é feito pela Agência Postal-telefônica do D.C.T.

COMÉRCIO E BANCOS — Funciona, na cidade, uma agência do Banco da Bahia S. A., desde 1.º de junho de 1956. Contam-se 137 estabelecimentos varejistas e 190 em todo o município. O giro comercial, em 1956, foi de 80 150 milhares de cruzeiros.

O comércio local mantém transações com as praças de Salvador, Belo Horizonte, São Paulo e Vitória da Conquista. Importa tecidos, ferragens, produtos farmacêuticos e estivas em geral. Exporta algodão, arroz, milho, feijão, fumo em fôlha e côco-da-baía. O salário-mínimo oficial decretado para a 4.ª sub-região e da qual o município faz parte é de Cr$ 2 000,00.

ASPECTOS URBANOS — A cidade está localizada numa planície, possuindo ruas e praças largas. São 57 os logradouros, 22 dos quais pavimentados, 6 arborizados e 39 iluminados com luz elétrica. Contam-se 1 004 prédios, sendo que 262 estão servidos de luz elétrica. As principais artérias são a Rua 2 de Julho e a Praça Coronel Cajaíba. Funcionam na cidade três hotéis e cinco pensões com a capacidade total de 116 hóspedes. Há um cinema que acomoda 212 pessoas.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica é prestada pelo pôsto de Serviço de Saúde do Interior, mantido pelo Govêrno do Estado, e pelo Departamento Nacional de Endemias Rurais, através do Setor n.º 13 sediado em Brumado.

Rua 2 de Julho

Exercem a profissão no município 6 médicos, 2 dentistas, 3 farmacêuticos e 1 veterinário.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A cidade possui a Cooperativa Algodoeira de Guanambi, constituída em 23 de fevereiro de 1935, a qual conta atualmente 307 sócios. Sua principal finalidade é o crédito agrícola.

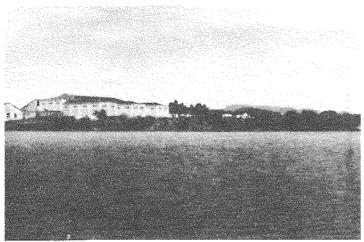
ALFABETIZAÇÃO — Segundo o Censo de 1950, a população de 5 anos e mais era de 15 631, sendo 7 301 homens e 8 330 mulheres. Dêsse total, sabiam ler e escrever 3 013 (1 787 homens e 1 226 mulheres), ou seja, apenas 19,276%. Na cidade havia 1 792 pessoas de 5 anos e mais, das quais sabiam ler e escrever 964, sendo 448 homens e 416 mulheres.

ENSINO — Em 1956, funcionaram 29 unidades escolares do ensino primário, sendo 16 estaduais, 12 municipais e 1 particular, com o total de 1 419 alunos matriculados.

O ensino secundário é ministrado na cidade pelo Ginásio de Guanambi, cuja matrícula inicial, em 1957, foi de 102 alunos, sendo 62 do sexo feminino e 40 do sexo masculino.

Existe ainda uma escola de Corte e Costura.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Funcionam três bibliotecas com menos de 1 000 volumes, e uma Associação Cultural.

CULTOS RELIGIOSOS — O município não é sede de paróquia; no entanto possui 5 igrejas e 3 capelas. Existem também um templo protestante e um espírita.

Usina Algodoeira — Indústria e Comércio

O padroeiro da freguesia é Santo Antônio, tendo sido seu primeiro vigário o P.e José Alexandre.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — As festas do padroeiro da cidade, Santo Antônio, são celebradas em 13 de junho, a de Nossa Senhora das Graças, em 31 de maio e a de São Sebastião, em 20 de janeiro. Tôdas constituem acontecimentos de realce na vida religiosa local. São também mantidas as tradicionais festas juninas e de Natal. No período de dezembro a janeiro de cada ano são armados "presepes" nas residências.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O Município possuía em 1954, 3 804 eleitores, tendo votado nas últimas eleições 980.

A Câmara de Vereadores é composta de 8 edis.

Exerciam atividades, em 1956, 84 funcionários públicos, assim distribuídos: 21 federais, 40 estaduais, 22 municipais e 1 autárquico.

FINANÇAS PÚBLICAS — Eis o quadro financeiro das receitas públicas e da despesa municipal de 1950 a 1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA PELO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	232	628	435	166	563
1951	479	989	655	326	380
1952	342	1 594	654	268	592
1953	241	1 492	1 098	372	1 028
1954	493	1 469	1 472	351	1 515
1955	413	3 269	1 424	623	1 407
1956	905	3 206	1 830	768	1 885

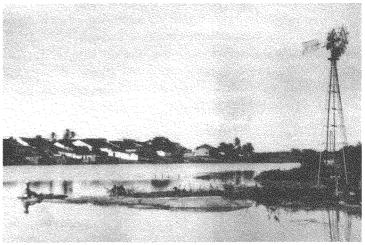
JUSTIÇA — A comarca foi criada pela Lei n.º 2 225, de 14 de dezembro de 1929, tendo sido seu primeiro Juiz de Direito o B.el Afonso Lopes Pontes.

Nas divisões territoriais datadas de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, como, também, no quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 10 724, de 30 de março de 1938, a comarca figura composta pelos têrmos de Guanambi, Monte Alto e Riacho de Santana.

Observa-se o mesmo no quadro territorial em vigor no qüinqüênio 1939-1943, fixado pelo Decreto estadual número 11 089, de 30 de novembro de 1938, e, também, no vigente em 1944-1948, estabelecido pelo Decreto-lei estadual n.º 12 978, de 1.º de junho de 1944. Nota-se, contudo, que, nesse último quadro, o têrmo de Monte Alto teve seu topônimo alterado para Palmas de Monte Alto.

Atualmente a comarca de Guanambi é de segunda entrância, abrangendo também o têrmo de Palmas de Monte Alto.

Existem 14 cartórios, sendo 4 do Registro Civil. Foram julgados em 1956, 95 feitos: 19 no cível, 20 no crime e 56 de outras espécies.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais da cidade denominam-se "guanambienses". O atual Prefeito é o Dr. José Humberto Numes, eleito em 3 de outubro de 1954. O Presidente da Câmara é o Sr. João Farias Cotrim, eleito para o período legislativo iniciado em 7 de abril de 1957.

Açude Municipal

O primeiro intendente municipal foi o c.el Balbino Gabriel de Araújo Cajaíba, empossado em 2 de fevereiro de 1920. Realizaram-se as primeiras eleições, no município, em 22 de julho de 1920. A primeira Câmara Municipal compunha-se dos seguintes membros: Alípio Carlos, Benedito Ferreira Costa, João Exalto de Araújo, José Ladim Lôbo, Antônio Xavier Prates, José Vicente Costa, Gasparino Pereira Costa, Severino Vieira da Silva Neves, José de Lima Castro, Joaquim Chaves, Jonas da Cunha Viana, Antônio Alves Pereira, Hugolino Muniz Queirós, Ovídio Pereira dos Santos, Galdino José da Silva e Antônio Dias Guimarães.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística, por Luís Gonzaga Oliveira Brito. — Chefe da Agência Municipal de Estatística: Gasparino Donato Neto.)

IBICARAÍ — BA

Mapa Municipal na pág. 81 do 6.º Vol.

HISTÓRICO — Teve origem num pequeno roçado pertencente a Calixto Roxo, em terras de Itabuna. Em 1917, Manoel Marques adquiriu o roçado pela importância de Cr$ 400,00 e para lá se transferiu com os seus parentes, fundando um povoado a que deu o nome de Palestra, em razão das cotidianas reuniões que faziam no barracão central, ponto de realização de negócios e de conversas para "matar o tempo".

Por sugestão do Dr. Aurélio Caldas, um dos que mais colaboraram para o desenvolvimento do lugar, foi o topônimo primitivo substituído pelo de Palestina.

Em virtude do seu progresso foi o lugarejo elevado a vila em 1937.

Por fôrça do Decreto-lei n.º 141, de 31 de dezembro de 1943, teve o seu topônimo novamente alterado, dessa vez para o atual de Ibicaraí, expressão tupi que significa "terra sagrada".

Por fôrça da Lei estadual n.º 491, de 22 de outubro de 1952, foi desmembrado de Itabuna e elevado à categoria de município.

Instalado em 7 de abril de 1955, compõe-se de seis distritos: Ibicaraí, Firmino Alves, Floresta Azul, Itaiá, Itororó e Santa Cruz da Vitória.

LOCALIZAÇÃO — Ibicaraí localiza-se fisiogràficamente na Zona Cacaueira, para leste, estendendo-se suas terras ubérrimas ao longo de vasta região da fertilíssima bacia do rio Colônia. Limita com os municípios de Itabuna (do qual foi desmembrado), Coaraci, Itajuípe, Ibicuí, Vitória da Conquista e Itapetinga. A sede municipal possui as seguintes coordenadas geográficas: 14° 52' 02" de latitude Sul e 39° 35' 34" de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 160 m.

ÁREA — O município de Ibicaraí até há pouco tempo integrava o território de Itabuna, do qual foi desmembrado em 1952. A sua área, estimada de acôrdo com os limites que lhe foram dados pela Lei n.º 491, de 22 de outubro de 1952, é de 1 300 km².

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — A aparência geral do território é de terreno freqüentemente ondulado, com profundos vales, gargantas, depressões, escarpas, declives abrutos, muito embora existam grandes áreas relativamente planas. Dos acidentes geográficos mais importantes, mencionam-se as cachoeiras da Pancada Formosa e a da Pancadinha, as quais distam da cidade cêrca de 9 a 12 quilômetros, respectivamente.

Rua Siqueira Campos

Merece menção também a serra Torta, com aproximadamente 130 metros de altura, cujo nome provém de sua posição salientemente inclinada e bipartida. Encontra-se ainda a serra dos Mutuns, nome dado pelo povo em decorrência da grande quantidade de aves do mesmo nome aí existentes.

CLIMA — O clima é temperado. As temperaturas em 1956 foram as seguintes: média das máximas — 34°C; média das mínimas, 18°C; e média compensada, 26°C. A precipitação no ano atingiu a altura média de 1 313 mm.

RIQUEZAS NATURAIS — A madeira é a principal riqueza de origem vegetal, possuindo o município extensas matas com árvores de grande porte entre as quais se pode destacar a peroba, o cedro e o jequitibá. Há grande extração de lenha. De origem mineral, apenas existe a pedra para construção. A pesca constitui também importante riqueza natural.

POPULAÇÃO — De acôrdo com o Censo de 1950, a população do território do atual município de Ibicaraí era de 73 397 habitantes, sendo 37 813 homens e 35 384 mulheres; 84% da população localizavam-se no quadro rural. Estima-se sua população para 1957 em perto de 85 000 pessoas.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Existem 6 aglomerações urbanas com a seguinte população estimada para 1957: cidade de Ibicaraí — 14 000 hab.; vilas de Floresta Azul — 2 250, Santa Cruz da Vitória — 2 410, Itaiá — 954, Firmino Alves — 1 328 e Itororó — 4 568 habitantes.

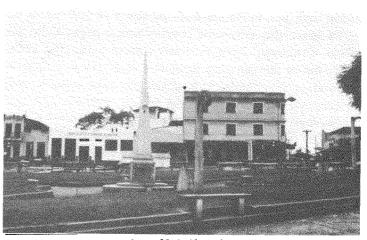
OUTRAS AGLOMERAÇÕES — Além da cidade e das vilas o município conta ainda os povoados seguintes (população estimada para 1956): Cajueiro, 1 102 hab.; Jussara, 129 hab.; Santa Isabel, 328 hab.; Ruinha Saloméia, 428 habitantes; Ponto do Astério, 240 hab.; Rio do Meio, 610 hab. e Itati, 634 habitantes.

ATIVIDADE ECONÔMICA — Município essencialmente agrícola, a maior parte de sua população encontra-se na zona rural. Muito embora haja predominância de atividade agrícola, a pecuária está bastante adiantada. A cultura do cacau é a fonte principal da economia municipal.
Agricultura — A produção agrícola foi superior, em 1955, à ordem dos 166 000 milhares de cruzeiros, contribuindo com a maior parcela o cacau, com mais de 150 000 milhares, seguindo-se o café, a mandioca e a cana-de-açúcar. *Pecuária* — A atividade pecuária tem também grande significação econômica para o município, valendo em 1955 mais de 160 milhões de cruzeiros, destacando-se o gado bovino com cêrca de 63 000 cabeças, seguido do suíno com 40 300, além de 250 búfalos, cuja criação está sendo intensificada em virtude de o referido gado haver encontrado aí meio propício à sua reprodução.
Indústria — A produção industrial alcançou em 1955 o valor de 48 000 milhares de cruzeiros, sobressaindo a farinha de mandioca, que contribuiu com mais de 28 000 milhares de cruzeiros, seguida, em valor, da manteiga e do charque, respectivamente, com 6 000 milhares e 4 000 milhares de cruzeiros. A produção de manteiga em 1955 foi de 120 toneladas e a de requeijão, de 80 toneladas. O município produziu em 1955, 1 080 toneladas de charque.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Rodovias federais e estaduais ligam o município à Capital Federal, à Capital do Estado e às cidades vizinhas nos seguintes percursos: à Capital Federal — 1 500 km; à Capital do Estado — 565 km, a Itabuna 46 km, a Itajuípe 66 km, a Ilhéus 92 km, a Coaraci 94 km, a Ibicuí 167 km.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio local mantém transações com as praças de Itabuna, Ilhéus, Itapetinga, Vitória da Conquista e Salvador. Possui o município 3 agências bancárias, 20 estabelecimentos comerciais atacadistas e 441 varejistas. O giro comercial atingiu no ano de 1956 a quantia de 285 998 milhares de cruzeiros.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Ibicaraí está situada em terrenos planos, sendo cortada pela rodovia Itabuna—Vitória da Conquista.

Praça João Pessoa

Praça 15 de Novembro

Possui rêde geral de esgotos. Existem 35 logradouros, sendo 8 pavimentados e 2 parcialmente ajardinados. A Cidade tem luz elétrica, contando 315 prédios domiciliários ligados à rêde. No município funcionam 2 cinemas, sendo 1 na sede municipal (Cine Glória) e 1 no distrito de Itororó (Cine Itororó). Existem na sede 3 hotéis, 2 pensões e 1 agência do D.C.T.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária é prestada à população pelo Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) e por 1 Pôsto Médico. Exercem a profissão na cidade 8 médicos, 5 dentistas e 2 farmacêuticos. Registram-se 4 farmácias. O município integra o Setor n.º 10, do Departamento Nacional de Endemias Rurais.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A Sociedade dos Amigos das Crianças presta assistência aos pobres. Existem ainda a Sociedade Beneficente dos Artífices de Ibicaraí, a Associação Beneficente e Cultural de Ibicaraí e a Associação Rural dos Agricultores e Pecuaristas do Município de Ibicaraí, com finalidades diversas.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com o Recenseamento Geral de 1950 existiam em Ibicaraí, então sede distrital, 8 020 pessoas de 5 anos e mais, dos quais sabiam ler e escrever 1 906 homens e 1 662 mulheres.

ENSINO — Em 1956, registravam-se 57 unidades escolares do ensino primário fundamental comum, com cêrca de 2 500 alunos matriculados. Das unidades escolares, 4 eram federais, 18 estaduais, 27 municipais e 8 particulares. O ensino extra-primário é ministrado pelo "Ginásio 14 de Agôsto" e pela Escola Comercial de Ibicaraí.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Possui ainda a Cidade 1 Sociedade Recreativa e 1 Filarmônica. Edita-se uma gazeta de periodicidade semanal.

CULTOS RELIGIOSOS — Contam-se 2 paróquias, a de Itororó, sob a invocação de Santo Antônio de Itororó, e a do Senhor Deus Menino de Ibicaraí, ambas subordinadas eclesiàsticamente ao bispado de Ilhéus. Existem 2 igrejas matrizes e 3 igrejas comuns, bem como 3 capelas públicas e 3 semipúblicas. Verifica-se a existência de 8 associações religiosas do culto católico.

Há 7 templos protestantes e 1 do culto espírita.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — Como festejos populares atualmente se realizam os "rei-

sados", que têm início em 6 de janeiro e se prolongam por vários dias. São ensaiados prèviamente e organizados por môças e rapazes. Após os ensaios, saem pelas ruas acompanhados de um conjunto musical e às 22 horas dirigem-se ao local já antecipadamente designado para o baile, onde dançam até as primeiras horas do dia seguinte. As procissões mais importantes são as do "Senhor Morto" e a do padroeiro local, sendo a primeira na Sexta-Feira Santa e a segunda no mês de dezembro. Fazem-se ainda as procissões da Virgem Maria, de Santo Antônio, de Nossa Senhora do Rosário, e do Deus Menino.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O município conta 11 300 eleitores inscritos, tendo votado 4 112 nas eleições de 1954. O número de vereadores em exercício é de 12. Exerciam atividades no município 84 funcionários assim distribuídos: federais 8, estaduais 28, municipais 36, e autárquicos 12.

FINANÇAS PÚPLICAS — O quadro abaixo indica as cifras que, nos anos 1955-1956, foram arrecadadas, no município, pela União e pelo Estado, bem como as que, no mesmo período, foram arrecadadas e despendidas pela própria comuna:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA PELO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1955.......	—	15 542	4 796	4 648	2 782
1956.......	—	15 965	7 310	6 150	3 674

NOTA: — Não há Coletoria Federal no Município.

JUSTIÇA — Ibicaraí é têrmo da comarca de Itabuna. Conta 4 cartórios sendo 2 do Registro Civil.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais da cidade denominam-se "ibicaraienses". O primeiro Prefeito é o Dr. Henrique Pimentel Sampaio. O Presidente da Câmara é o Sr. Francisco Pinto Rabelo. Os vereadores componentes da Câmara são os seguintes: Hastinfilo Berenguer Prado, José da Silva Céu, Agripino Monteiro da Silva, Euclides Rosalino dos Santos, Josias Santos, Eliezer Gomes dos Santos, Francisco Pinto Rabelo, Josafá Alves de Oliveira, Raimundo de Almeida e Silva, João Alves da Silva, Delfino Gomes e Ozias Pinheiro Peixoto.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística, por José Prates Sobrinho. — Chefe da Agência Municipal de Estatística: Bráulio L. Brandão.)

IBICUÍ — BA

Mapa Municipal no 7.º Vol.

HISTÓRICO — As terras que hoje formam o município compunham primitivamente o de Poções e eram denominadas Riacho de Areia. Seus primeiros habitantes, os índios tapajós e camacãs, foram rechaçados heròicamente, em 1782, com a entrada da Bandeira composta de uns setenta homens sob o comando do sargento-mor Raimundo Gonçalves da Costa que, penetrando pelas margens do rio Gongogi e do rio Novo e seus afluentes, passou pela região.

Apossaram-se inicialmente dessas terras o alferes Benedito de Campos, no lugar Triunfo, o ten. José Alexandre do Lago, no lugar Casa Branca, Cassiano José Pinheiro, em Bom Sossêgo e Francisco Vasconcelos Bitencourt, em Mocó, todos nas margens do rio Novo e registrados perante Dom José Diogo de Sá Barreto, juiz preparador do têrmo de Poções, no ano de 1898.

Em 1920, Francisco Ferreira de Almeida construiu a primeira casa no local denominado Guarani, justificando e registrando a posse das terras de Riacho de Areia. Em data de 21 de outubro de 1920, o padre Piton celebrou a primeira missa em Rio Novo de Guarani, na fazenda do Senhor Gesuíno Vieira Lima. A fim de atender às pretensões do município de Itabuna, o Dr. Artur Neiva, então Interventor Federal na Bahia, anexou ao seu território, pelo Decreto n.º 7 481, de 9 de julho de 1931, o distrito de Rio Novo de Guarani, alterando, assim, os limites de Poções. Logo que teve notícias dêsse ato, Poções inteira se levantou sem distinção de classe nem partido, protestando enèrgicamente contra a lesão sofrida em sua soberania, em vista da perda do arraial e de todo o vale do Rio Novo, imensa faixa de terra, e das melhores, que o município possuía. O general Raimundo Rodrigues Barbosa, que assumia interinamente o exercício de Interventor federal na Bahia, atendendo a exposição serena da Comissão que Poções enviou à capital, composta dos Senhores Dr. Odilon Santos, Vicente Sarno, Cônego Piton, Dr. Abílio Moncorco, Olavo Gil da Silva, c.el Manoel Emiliano Moreira de Andrade e Alberto de Castro Araújo, resolveu, pelo Decreto-lei número

Templo Batista

7 581, de 28 de agôsto de 1931, suspender a execução do Decreto do Dr. Artur Neiva. Voltou, a partir dessa data, o arraial de Rio Novo de Guarani a integrar o município de Poções. Por fôrça da Lei estadual n.º 512, de 12 de dezembro de 1952, foi Ibicuí elevado a município. Compunha-se, inicialmente, dos distritos de Ibicuí e Ibitupã (ex-Umburanas).

Atualmente, o município está formado por três distritos: Ibicuí, Ibitupã e Água Doce (êste criado pela Lei estadual n.º 628, de 30 de dezembro de 1953).

LOCALIZAÇÃO — O município está localizado na Zona Fisiográfica de Conquista. Situa-se no sudoeste do Estado. Limita com os municípios de Coaraci, Boa Nova, Ilhéus, Iguaí, Ibicaraí e Poções.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ÁREA — A área de Ibicuí é de 1 100 km², aproximadamente.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O território municipal é pobre em acidentes geográficos, verificando-se apenas os seguintes: *Serras* — da Lontra e das Piabas; *Rios* — Novo, que passa pelo quadro urbano da cidade, e das Traíras; *Cachoeiras* — existem no município cinco quedas d'água, sem exploração.

CLIMA — O clima da sede municipal é temperado e bastante salubre. A temperatura da cidade apresentou, em 1956, os seguintes dados: médias das máximas — 28ºC, das mínimas — 20ºC e média compensada — 24ºC.

RIQUEZAS NATURAIS — Possui o município jazidas de cristal de rocha, que continuam inexploradas. Nas suas matas são encontradas várias espécies de madeiras para construção e diversos representantes de ervas medicinais. O território provinciano é quase todo constituído de terras de primeira qualidade, ótimas para o cultivo do café, da cana-de-açúcar, do cacau e do capim.

POPULAÇÃO — De acôrdo com o Censo Demográfico de 1950, a população local (naquela época distrito do município de Poções) era de 21 996 pessoas, sendo 11 259 do sexo masculino e 10 737 do feminino. Localizavam-se na zona rural 88,48% da população, sendo a estimada para o município em 1957 de 30 700 pessoas.

Aglomerações urbanas — O município possui três aglomerações urbanas: cidade de Ibicuí, com 1 863 habitantes e vilas de Água Doce, com 650 e Ibitupã, com 671 pessoas.

ATIVIDADE ECONÔMICA — Revelou o Censo de 1950 que 38,42% das pessoas em idade ativa (10 anos e mais) estavam ocupadas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura".

Agricultura — A principal atividade para a economia do município é a agricultura, cuja produção, em 1955, foi superior a 70 913 milhares de cruzeiros, concorrendo com maiores parcelas o feijão e o café beneficiado, seguidos de cacau, banana, arroz, aipim, mandioca, milho, fava laranja, batata-doce e abóbora.

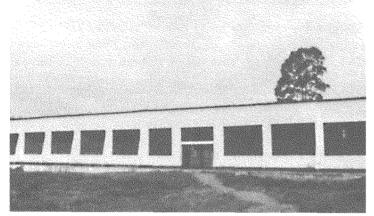
Indústria — A produção industrial alcançou em 1955, a cifra de 5 426 milhares de cruzeiros, distinguindo-se a farinha de mandioca, seguida de aguardente de cana, manteiga, telhas, tijolos, massas alimentícias, artefatos de couro, sola, sabão massa, rapadura e farinha de tapioca. A produção extrativa foi superior a 3 143 milhares de cruzeiros, realçando a extração de lenha e madeira.

Pecuária — Existiam, em 1956, 765 propriedades agropecuárias cujo valor venal era superior a 27 168 milhares de cruzeiros. O rebanho existente naquele ano representava 65 000 bovinos, 2 000 eqüinos, 5 500 asininos, 9 000 muares, 15 000 suínos, 5 200 ovinos e 4 000 caprinos.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade de Ibicuí liga-se diretamente por estrada de rodagem à capital Federal, à capital do Estado e às cidades vizinhas nas seguintes distâncias: Capital Federal 1 300 quilômetros; capital Estadual — 544 km; Boa Nova — 162 quilômetros; Coaraci — 88 km; Ibicaraí — 72 km; Iguaí

Rua da Conquista

— 22 km; Ilhéus — 80 km e Poções — 72 km. Estão registrados no Município 14 automóveis e 2 caminhões. O serviço de comunicações da sede municipal é feito pela Agência Postal-telefônica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

COMÉRCIO E BANCOS — Existem na cidade 84 estabelecimentos varejistas. O giro comercial em 1956 foi de 64 400 milhares de cruzeiros. O comércio local mantém transação com as praças de Salvador, Itabuna, Ilhéus, Jequié, Mundo Novo, Ituberá e Vitória da Conquista. Importa tecidos, ferragens, louças, produtos farmacêuticos, bebidas, estivas em geral e outros. Exporta cacau, café, arroz, feijão, milho e gado em pé. A feira semanal do distrito-sede é realizada aos sábados.

Ginásio São Pedro

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Ibicuí está situada às margens dos rios da Areia e Novo. Possui 18 logradouros, sendo 2 pavimentados e 17 iluminados com luz elétrica. Em 1956, existiam na cidade 605 prédios, dos quais 141 eram servidos de luz elétrica. Funcionam na sede municipal um hotel e duas pensões, com capacidade para 50 hóspedes.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Exercem a sua profissão na cidade um médico e dois dentistas. Funcionam na sede municipal três farmácias. O município integra o Setor n.º 6, sediado em Jequié, do Departamento de Endemias Rurais.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo o Censo Demográfico de 1950, existia na Cidade (naquela época ainda como vila do município de Poções), da população de 5 anos e mais, o total de 1 565 pessoas, das quais sabiam ler e escrever 372 homens e 391 mulheres.

Praça da Matriz

Ensino — Em 1956 funcionaram no município 17 unidades escolares do ensino fundamental comum, sendo duas estaduais, 10 municipais e 5 particulares, com o total de 724 alunos matriculados. O Grupo Escolar Estadual Manoel Novais é o principal estabelecimento de ensino primário. Encontra-se pronto, na cidade, o prédio do Ginásio São Pedro, que será instalado brevemente.

CULTOS RELIGIOSOS — O município é sede da Paróquia de São Pedro, instalada em 18 de março de 1939 e subordinada à diocese de Amargosa. Conta com uma igreja, duas capelas e duas associações religiosas com o total de 126 associados. Há na cidade um templo protestante.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — A principal festa religiosa do município é a celebrada no dia 29 de junho e consagrada a São Pedro, Padroeiro da cidade. Três dias antes da referida data, tôda a cidade é ornamentada. As suas ruas são enfeitadas e feèricamente iluminadas. Instalam-se nas praças barracas, leilões, quermesses, onde são vendidos bilhetes numerados para sorteio de prêmios, cuja renda reverte em benefício da igreja Matriz. No dia 29 pela manhã, é celebrada missa solene e, à tarde, as cerimônias são encerradas com uma imponente procissão. As festas de São João e Natal ainda são conservadas no município.

Praça Régis Pacheco

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — Ibicuí possuía 880 eleitores, dos quais votaram no último pleito 567. A Câmara Municipal é composta atualmente de oito vereadores. Exerciam suas atividades na província em 1956, vinte funcionários públicos, assim distribuídos: 2 federais, 7 estaduais, 10 municipais e 1 autárquico.

FINANÇAS PÚBLICAS — Na tabela abaixo resumem-se os dados sôbre as finanças do município:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal(*)	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1955.......	—	2 972	666	629	496
1956.......	—	1 428	1 885	1 174	1 582

(*) Não há Coletoria Federal no Município.

JUSTIÇA — O território do município é têrmo judiciário da comarca de Poções. Possui três cartórios, sendo dois do Registro Civil.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais da localidade denominam-se "ibicuienses". O topônimo é derivado do tupi-guarani e significa "Areia Fina". O atual Prefeito municipal é o Senhor Deli Feliciano de Arruda, sufragado no pleito de 3 de outubro de 1954; foi êle o primeiro

prefeito escolhido pelo voto popular. A primeira Câmara Municipal estava composta dos Senhores Alcides Sousa, Artur Pires, Francisco José Correia, Ismael Novais Sampaio, Juscelino Morais, Laudelino Pereira, Sátiro Santos e Manoel Rodrigues de Morais. O Presidente da Câmara é o Senhor Artur Pires, eleito para o período legislativo iniciado em 7 de abril de 1957.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística, por Luís Gonzaga de Oliveira Brito. — Chefe da Agência Municipal de Estatística: Geraldo José Alves Silva.)

IBIPETUBA — BA *

Mapa Municipal no 9.º Vol.

HISTÓRICO — Primitivamente compreendia o território municipal o chamado sertão de Pernambuco, região que se estendia do Piauí de Domingos Sertão à Casa Nova de Pimenteiras. Êsse território, atualmente município de Ibipetuba, era povoado por índios guerém, cuja principal aldeia ficava situada na foz do rio Prêto, no lugar Pontal, no serra do Boqueirão. Com a penetração dos exploradores no território, os índios foram-se mudando, sucessivamente, para outros locais dentro no município, onde habitaram, pela última vez, o lugar denominado Aldeia, no distrito de Formosa do rio Prêto. Atualmente, os guerém, já semicivilizados, estão localizados ao norte do estado de Goiás.

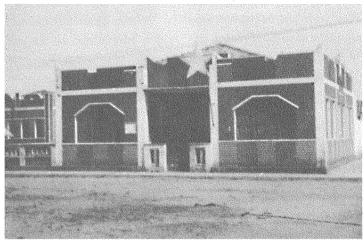
É tradição que nos meados do século XVII (de 1640 a 1650) chegou ao lugar, hoje cidade de Ibipetuba, um casal de portuguêses que se fixaram nas imediações da "Igreja Velha" na Rua do Espírito Santo.

Êste casal, cuja identidade não se conhece, arribou do local deixando, todavia, por esquecimento, uma imagem de Santa Rita de Cássia no casebre onde morou. Tem-se notícia de que um dos novos colonos foi José Pereira de Matos que ali se estabeleceu e fundou, à margem do rio Prêto, a fazenda da "Ribeira do Rio Prêto", que mais tarde passou a chamar-se fazenda Santa Rita, certamente devido à imagem encontrada e para a qual se erigiu pequena capela. Cresceu ràpidamente a povoação, tornando-se o arraial de Santa Rita do Rio Prêto. Pelas Cartas régias de 27 de novembro e de 2 de dezembro de 1698 D. Pedro II, de Portugal, oficializou a fundação da povoação de Santa Rita do Rio Prêto, além das de Paranaguá e Barra.

Bem desenvolvido, o arraial de Santa Rita do Rio Prêto passou a gozar foros de Freguesia, com a criação da Paróquia de Santa Rita de Cássia, no ano de 1804. Foi nomeado primeiro "fabriqueiro" da nova matriz de Santa Rita, Antônio Estácio de Sousa, por Provisão de 8 de agôsto de 1804. O primeiro Vigário foi o padre Francisco Xavier de Figueiredo, substituído, em 1811, pelo padre Manoel Antônio Ribeiro.

O cultivo da cana-de-açúcar e a criação de gado bovino, cavalar e lanígero, já um pouco desenvolvida, constituía a principal atividade da sua população que também se dedicava ao plantio de cereais em escala bastante larga. A vida econômica do território, prosperando de dia para dia, imprimia-lhe maior importância, acentuando, de logo, o esbôço de uma localidade nascente e futurosa, pelas ótimas condições e abundantes recursos naturais de que dispunha, os quais fàcilmente lhe assegurariam desenvolvimento rápido e grande prosperidade. De fato, imenso núcleo de habitantes formou-se na fazenda Santa Rita, em tôrno do monumento religioso, núcleo que deu origem à vila de Santa Rita do Rio Prêto, sede do município do mesmo nome.

O cidadão José da Rocha Medrado, descendente de velhos proprietários da região, grandes serviços prestou ao município, na qualidade de um dos seus mais fortes agricultores e criadores. Obteve vasta área e doou-a mais tarde à municipalidade com a condição de servir gratuitamente a tôdas as pessoas que ali quisessem fixar residência. Desta maneira essa área territorial foi sendo ocupada, aumentando contìnuamente, e dando origem a uma povoação que se desenvolveu célere, ao ponto de ser elevada à categoria de vila, pela Lei provincial número 119, de 26 de março de 1840. Essa mesma lei criou, também, o município, com território desmembrado do de Barra do Rio Grande, que foi inaugurado a 3 de novembro do mesmo ano.

Tornou-se Santa Rita do Rio Prêto o ponto de convergência de "tropas" de grande parte do Piauí, norte de Goiás e sul do Maranhão. Ali buscavam produtos de importação. A vila adquiriu movimento considerável, enfileirando-se entre os mais importantes centros da zona são-franciscana.

Prefeitura Municipal

Na divisão administrativa do Brasil concernente a 1911, o município de Santa Rita do Rio Prêto figura apenas com o distrito-sede. Depois foi acrescido do distrito de Formosa e assim aparece no quadro de apuração do Recenseamento Geral de 1.º de setembro de 1920.

Pelos decretos estaduais n.os 7 455, de 23 de junho de 1931, e 7 749, de 23 de julho do mesmo ano, o município sofreu alteração toponímica e passou a denominar-se Rio Prêto. Na divisão administrativa do Brasil relativa a 1933, compôs-se de 3 distritos: Rio Prêto (sede), Formosa e Mansidão. Naquela época o município perdeu o território do Jalapão, que passou a pertencer ao Estado de Goiás com a denominação de município de Pôrto Nacional.

Em 1943, em virtude do Decreto-lei estadual número 141, de 31 de dezembro, o município do Rio Prêto teve mudado o seu topônimo para "Ibipetuba".

No quadro territorial que êsse mesmo decreto fixou para o período de 1944-1948, o município de Ibipetuba (ex-

* Passou a denominar-se Santa Rita de Cássia pela Lei Estadual n.º 912, de 30 de abril de 1957.

-Rio Prêto) abrangia ainda 3 distritos: Ibipetuba (sede) Itajuí (ex-Formosa) e Mansidão.

De acôrdo com a lei 628, de 30 de dezembro de 1953, o município ficou constituído dos distritos de Ibipetuba (sede), Formosa do Rio Prêto (ex-Itajuí) e Mansidão.

Em suma, o nome originário de Santa Rita do Rio Prêto, proveniente do culto consagrado a Santa Rita de Cássia, ou Santa Rita dos Impossíveis, como também foi regionalmente cognominada desde a origem da povoação, e o nome de "Rio Prêto", dado ao rio que banha o município, foram abandonados e substituídos pelo têrmo "Ibipetuba", que significa "banco de areia".

Os principais povoadores do território foram, depois dos índios guerém, o casal lendário e anônimo de portuguêses, o índio Francisco Rodelas, nomeado capitão em 1674, o capitão-mor Ângelo Custódio da Rocha Medrado e seus descendentes: o capitão João de Araújo Costa, natural de Olinda, Pernambuco, e o Visconde de Garcia D'Ávila.

LOCALIZAÇÃO — Está localizado o município de Ibipetuba na zona fisiográfica de Barreiras sendo parcialmente incluído no "polígono das sêcas". Situa-se na parte mais ocidental do Estado, à margem esquerda do Rio Prêto, que lhe demarca os extremos com suas nascentes e foz, ficando a cidade a 96 km de sua desembocadura, no Boqueirão. Faz parte da bacia hidrográfica do São Francisco. Limita ao norte com os Estados de Piauí e Maranhão; ao sul com os municípios baianos de Barreiras e Cotegipe; a leste com o município de Barras e a oeste com o Estado de Goiás. As coordenadas geográficas da sede municipal são: .... 11° 00' 31,5" de latitude sul e 44° 31' 24,3" de longitude W. Gr. Rumo da Capital do Estado em direção à sede municipal, da qual dista em linha reta 658 quilômetros, O. N. O.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Ibipetuba acha-se a 435 metros de altitude.

ÁREA — O município se estende por uma área de 24 365 quilômetros quadrados, perfazendo 4,33% da superfície total do Estado, sendo o 2.° de maior extensão territorial.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Na sua maior parte a topografia do município é pouco acidentada, tendo vastas e quase infindas regiões planas. Porém ao norte, a leste e a oeste há três cadeias de montanhas bem distintas: a do Jalapão, a que se estende da Serra do Piauí e a que tem origem na serra da Tabatinga. Por sua vez, o sistema acima dá origem às seguintes serras: Rio Prêto, Boqueirão, Mansidão e Santo Antônio. Nestas serras encontram-se os picos e morros: do Morcêgo, no distrito de Ibipetuba, com altura aproximada de 300 metros; morro da Boa Vista, no lugar Serra, distrito de Ibipetuba, com aproximadamente 200 metros; morro da Camisa, no lugar Mundo Novo, com aproximadamente 300 metros; morro Pelado, no lugar Morrinhos, distrito de Formosa do Rio Prêto (ex-Itajuí), com 200 metros de altura.

Entre Ibipetuba e Cotegipe encontra-se "uma grande travessia de imensos gerais que se estendem pelo poente, em vastidão que o vulgo crê sem fim porque ainda não se conseguiu explorar, apesar das tentativas dos vaqueiros".

Dos rios existentes, o mais importante é o Prêto, afluente do São Francisco, que nasce nas fraldas da serra da Tabatinga, corta na direção nordeste vasta extensão territorial, num percurso de 450 quilômetros e banha, pela esquerda, os distritos de Ibipetuba, Formosa do Rio Prêto e Mansidão e os povoados de São Marcelo e Pontal. É navegável em 364 quilômetros de seu curso. Tem 80 metros de largura e 3 metros de profundidade. Recebe como afluente os rios Sapão, do Ouro, Riachão e Pajeú, além dos riachos Timbó e Canabrava. Dos afluentes acima o principal é o rio Sapão, localizado no povoado de São Marcelo, distrito de Formosa do Rio Prêto, com uma extensão de 200 quilômetros, largura de 10 metros e profundidade de 5 metros. É todo navegável. Quanto a quedas de água, possui a do rio Prêto, denominada Cachoeira, no local Cachoeira, distrito de Formosa do Rio Prêto, com a altura de, aproximadamente, 5 metros; a do rio do Ouro, no lugar Queda Dágua, distrito de Formosa, com 2 metros de altura; a queda de água do rio Riachão, com altura aproximada de 2 metros, situada no distrito de Formosa do Rio Prêto. Não são aproveitadas as quedas de água acima e desconhecem-se os seus potenciais hidráulicos.

No setor lacustre o município apresenta a lagoa do Tanque, localizada no lugar Tanque, distrito de Ibipetuba, com 500 metros de comprimento por 330 de largura; lagoa dos Campos, no lugar do mesmo nome, no distrito-sede, com as dimensões de 800 metros de comprimento por 600 de largura; lagoa do Peixe, no lugar Bebedouro, distrito-sede, medindo 900 metros de comprimento por 500 metros de largura. Ainda no distrito de Ibipetuba (sede) encontram-se as lagoas do Cercado, que é de regime perene, na localidade de Cercado, medindo 300 metros de comprimento por 300 metros de largura; a lagoa dos Retirantes, no lugar Descoberta, com 500 metros de comprimento e 300 metros de largura; e a lagoa do Monte Alegre, tendo de compri-

do 500 metros, contra 400 metros de largura e 2 metros de profundidade. No distrito de Mansidão encontra-se a lagoa do Peixe, no lugar Campinas de Fora, com 900 por 500 metros; e a dos Cupins, na localidade do mesmo nome, com as dimensões de 500 m de comprimento por 300 m de largura, de regime periódico; a lagoa da Chapada e a Lagoa, a primeira no povoado de São Marcelo e a segunda no local Lagoa, medindo, respectivamente, 500 por 300, e 250 por 200 metros, ambas no distrito de Formosa do Rio Prêto (ex-Itajuí).

Três portos são encontrados no rio Prêto: o de Ibipetuba, na sede municipal; o de Formosa, no distrito de Formosa do Rio Prêto e o de Boqueirão, no povoado de Pontal no distrito de Mansidão. O rio Prêto acha-se pontilhado de ilhas tais como: Grande, do Braço Escuro, Ilhota Francisco José, Contendas, Correnteza, Pinhões, Porcos, Pequi, enseada, São João, Barro Vermelho, Barra do Riacho Ilirinha, João Soares, Bôca da Caatinga, Pôrto Grande, Barra do Meio, Criminosa, Alberto, Cantinho, Buriti Cortado, Formigueiro, Barracão, Canção do Fogo, Graúna, Umburanas, Brejão, Salgado, Limoeiro, Estreito, das Cobras, do Pontal, Estreito Grande, das Crioulas, Caracu, do Braço, e dos Dois Braços. De tôdas elas a maior é a ilha Grande, na sede municipal.

CLIMA — O clima de Ibipetuba é variado como o de tôda a zona são-franciscana. É sêco nas partes oeste e noroeste do município. Nas vertentes do rio Prêto, onde há pontos mais elevados, a temperatura baixa sensìvelmente no inverno, ocorrendo, às vêzes, queda de geada. Registraram-se as seguintes médias de temperatura na sede municipal em 1956: média das máximas 33°C; das mínimas 16,2°C; compensada de 25,4°C. A precipitação total no ano foi de 1 042,6 mm.

RIQUEZAS NATURAIS — O município é de solo fértil; os seus recursos naturais são abundantes. Na mineralogia há areia para construção, tabatinga de vários matizes, argila e quartzo hialino. O reino vegetal é exuberante. Possui flora das mais ricas e variadas, onde se encontram juàzeiro, pau-ferro, jatobá, pau-brasil, jacarandá, sucupira, pau-d'arco, sapucaia, jequitibá, gonçalo-alves, aroeira, louros em diversos tipos, cedro, vinhático, baraúna, aderno, angelim, corduru, oiticica, angico. Das plantas medicinais, mencionam-se: copaíba, jalapa, mamona, baunilha, e pequi. Contam-se, ainda, plantas industriais: timbó, mangabeira, maniçoba, buriti, caroá e murici.

Rua Castro Alves, vendo-se ainda a igreja matriz

A fauna não é menos importante, existindo animais silvestres como gato, veado, onça, caititu, queixadas, antas, capivaras, guará, etc. As aves são de espécies múltiplas: araras de plumagens as mais diversificadas, papagaios, periquitos, tucanos, garças e emas, etc.

Os jacarés pululam, em contraposição à escassez de peixes, atribuída pelo vulgo à clareza e correnteza das águas bem assim à pouca profundidade dos rios, que não permitem o necessário abrigo propício à proliferação.

POPULAÇÃO — Segundo o levantamento censitário de 1950, o município contava uma população de 19 990 habitantes, divididos em 9 571 homens e 10 419 mulheres; quanto à côr havia 10 958 pardos, 5 508 brancos e 3 499 pretos. A densidade demográfica é de 0,836 habitantes por quilômetro quadrado. Consoante o estado civil, predominavam os casados com 5 474 indivíduos contra 4 575 solteiros e 1 056 viúvos, equivalendo 10 mulheres a cada grupo de 100 homens. Do total da população, 83% habitam a zona rural. Estima-se a população para 1957 em 22 500 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Em 1950 existiam três agrupamentos populacionais no Município: Ibipetuba (sede) com 1 702 habitantes; Itajuí com 1 130 e Mansidão com 538.

OUTRAS AGLOMERAÇÕES — Aroreiras — 233 habitantes; Monte Alegre — 110 habitantes; São Marcelo — 36 habitantes e Pontal — 20 habitantes, são os povoados que formam outros tantos centros de aglomeração humana, no município.

ATIVIDADE ECONÔMICA — Constitui atividade econômica principal o ramo "agricultura, pecuária e silvicultura", dentro dêste destacando-se o cultivo de cana-de-açúcar. "Diz-se que a cana produz sem carecer de renôvo por mais de quinze anos consecutivos".

Agricultura — A produção de cana atingiu, em 1955, 2 mil toneladas. Além dela, são cultivados fumo, mandioca e cereais, tendo a produção agrícola, em 1955, alcançado a cifra dos 3 milhões e 200 mil cruzeiros, contribuindo com maiores parcelas a cana-de-açúcar, o milho, o feijão, e o arroz (com casca).

Pecuária — É de alguma significação a atividade pecuária em Ibipetuba; contavam os seus rebanhos, em 1956, 70 mil cabeças de gado caprino, 20 mil de bovinos e 15 mil de suínos.

Indústria — A indústria extrativa mineral pouco tem contribuído para a economia municipal, apresentando-se, sem grande realce, a exploração da tabatinga e do salitre. Já a indústria extrativa vegetal proporciona grandes quotas à vida financeira, com as produções de borracha de mangabeira e maniçoba, baga de timbó, buriti, fibras de caroá e tucum, resina de jatobá, cêra de carnaúba e especialmente a produção de madeira, que contribuiu com a parcela de 1 050 milhares de cruzeiros, em 1955. Na indústria extrativa animal há produção de cêra e mel de abelhas, penas de ema, liderando, entretanto, a de peles de animais silvestres.

Há no município duas usinas de beneficiamento de arroz, milho e algodão, e fábricas de banha de porco, de aguardente, de rapadura e de farinha de mandioca.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade de Ibipetuba comunica-se com a Capital Federal — a) via aérea (em duas etapas) 1.ª: Ibipetuba—Barreiras; 2.ª Barreiras—Capital Federal, fazendo nesta segunda etapa um percurso de 1 220 quilômetros em 4 horas e 20 minutos; b) via mista (fluvial-ferroviária) fluvial, num percurso de 1 144 km até Pirapora, no tempo normal de 238 horas; a etapa ferroviária é de 1 006 quilômetros no itinerário de Pirapora—Belo Horizonte—Capital Federal. Liga-se ainda a cidade, por via terrestre, às cidades de Corrente e Curimatá, no Piauí e às de Dianópolis e Pôrto Nacional, em Goiás. Mantém ligação com a Capital do Estado por via aérea, em duas etapas — 1.ª Ibipetuba—Barra e 2.ª Barra—Salvador, com 575 quilômetros; via mista (fluvial-ferroviária), a fluvial de 651 quilômetros com o itinerário Ibipetuba—Barra—Juàzeiro, em tempo de 129 horas; a ferroviária de 578 quilômetros com o itinerário Juàzeiro—Salvador, em tempo normal de 24 horas. Também se liga aos municípios limítrofes de Barra — a) fluvial, 212 quilômetros; b) rodoviária, 196 quilômetros e c) vicinal, 192 quilômetros; de Cotegipe: a) vicinal, 150 quilômetros; b) mista (vicinal fluvial), 245 quilômetros.

Quanto à navegação fluvial, trafegam no rio Prêto, até vila Formosa do Rio Prêto, o vapor "Jansen Melo" da Viação Baiana do São Francisco, cuja linha se inaugurou em 1903, e vem efetuando uma viagem por mês com início na cidade de Juàzeiro. Há também o tráfego de barcas a motor, "paquêtes", barcas a vela e balsas.

Os meios de comunicação do município constam de duas estações postais-telegráficas do D. C. T., uma na sede e outra na vila Formosa do Rio Prêto.

Há 2 campos de pouso, um localizado na cidade de Ibipetuba, com pista de 1 000 metros, e outro na vila Formosa do Rio Prêto, com pista de 500 metros de comprido. Ambas as pistas são de barro prensado.

Em 1956, estavam registrados na Prefeitura local 5 automóveis, 4 caminhões e 40 bicicletas.

Há um serviço de alto-falantes de propriedade da paróquia, na sede municipal.

COMÉRCIO E BANCOS — O movimento comercial de Ibipetuba é ainda de proporções modestas. Efetuam-se transações comerciais com as praças de Salvador, Juàzeiro, Barra, Xique-Xique, Recife e Caruaru (Pernambuco), Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo.

O município importa tecidos, miudezas, ferragens, medicamentos e produtos farmacêuticos, sal, café, açúcar e querosene, e exporta aguardente, cêra de carnaúba, borracha, farinha de mandioca, fibras vegetais, frutas, peles de animais silvestres, penas de ema e madeiras de múltiplas espécies.

Com os seus 2 estabelecimentos comerciais atacadistas e 65 varejistas, o município alcançou, em 1956, um giro comercial da casa dos 17 650 milhares de cruzeiros.

Não há agência bancária. As transações são efetuadas através do correspondente do Banco do Brasil S. A., nas cidades da Barra ou Juàzeiro.

Rua Elídio Santana

ASPECTOS URBANOS — A cidade está localizada na parte central do município, à margem esquerda do rio Prêto, a uma altitude de 435 metros. Possui uma população de 1 453 almas. Conta 40 logradouros, dos quais 6 são arborizados. Estão edificados 566 prédios, sendo 186 servidos por iluminação elétrica, inaugurada em 1908, e que ilumina também 18 logradouros. A produção total de energia elétrica, no ano de 1956, foi de 3 050 kWh. Na cidade há 2 farmácias e 1 agência do D.C.T. Exercem a profissão em Ibipetuba, 1 médico, 1 advogado provisionado e 2 farmacêuticos.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A população é clìnicamente atendida pelos seguintes serviços: Pôsto Médico do Serviço Especial de Saúde Pública, e dois postos de Malária do Departamento Nacional de Endemias Rurais, instalados na sede municipal e na vila de Formosa do Rio Prêto. Também se efetua a assistência médica pela "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância", entidade particular, ali instalada. Nessas instituições prestam os seus serviços 2 enfermeiras práticas, 1 assistente social e mais um auxiliar, bem assim 2 guardas sanitários.

ASSISTÊNCIA SOCIAL — A Associação Beneficente União dos Operários de Ibipetuba e a Sociedade da Fogueira de Santa Rita, fundadas, respectivamente, em 1955 e 1956, são entidades que têm por finalidade zelar e socorrer, social e financeiramente, aos seus filiados.

ALFABETIZAÇÃO — Conforme foi computado pelo Recenseamento de 1950, dos 16 431 habitantes de 5 e mais anos de idade, distribuídos em 7 831 homens e 8 600 mulheres, sabiam ler e escrever: 1 875 homens e 1 475 mulheres, que representavam 20,4% dessa população.

ENSINO — Apesar de ainda deficiente a situação educacional no município, Ibipetuba contava, em 1956, 47 unidades de ensino primário fundamental, sendo 8 estaduais, 20 municipais, 5 particulares e mais 14 cursos supletivos. A matrícula efetiva, naquele ano, foi de 1 171 alunos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existem apenas as bibliotecas do Grupo Escolar Severino Vieira e a Biblioteca Mário Barbosa da Agência Municipal de Estatística, com 450 volumes.

CULTOS RELIGIOSOS — A religião que se implantou, desde os primórdios da fundação do povoado, foi a Católica Apostólica Romana. Embora tenha sido o povoado elevado

à categoria de freguesia em 1804, o Capelão, Padre Francisco Xavier de Figueiredo, desde 1792 oficiava na sua igreja.

A paróquia é subalterna à Diocese de Barra. Constitui-se de Matriz, erigida em 1804, localizada na sede municipal, cujo orago é Santa Rita de Cássia; da Igreja do Sagrado Coração de Jesus, na vila de Formosa do Rio Prêto; da capela de S. Gonçalo, na vila de Mansidão, e de 5 outras capelas, esparsas pelo município.

Além da religião católica romana, funciona, também, a protestante, com início datado de 1901, quando ergueu o seu templo, na cidade, a Igreja Batista.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Das manifestações religiosas, já tradicionais, contam-se as festas, com procissões, de Santa Rita de Cássia, no dia 22 de maio, e as do Divino Espírito Santo, Corpus Christi, Sagrado Coração de Jesus e Nossa Senhora do Rosário, em datas móveis, realizadas na sede municipal. Em Formosa do Rio Prêto realiza-se também, em data móvel, a procissão do Sagrado Coração de Jesus; a de São Gonçalo ocorre em 29 de julho, na vila de Mansidão.

Por ocasião das comemorações do Espírito Santo fazem-se as "marujadas" também conhecidas por "chegada", festejo que é, aliás, uma das modalidades dessa manifestação popular de origem portuguêsa.

Rua Siqueira Campos

As "congadas", tipo de festa que se originou nos tempos da escravidão, consiste num desfile, pelas ruas, contendo, infalivelmente, as figuras do Rei, Rainha, e outras, todos entoando cânticos. São levadas a efeito quando das comemorações da festa de Nossa Senhora do Rosário.

Ainda se verificam as festas juninas, com queima de fogos de artifício e fogueiras enfeitadas de frutas, bolos, brevidades, doces etc. A 28 de junho, sob os auspícios da Sociedade da Fogueira de Santa Rita, é tradicional a divertida fogueira de Santa Rita, abrilhantada com a queima de fogos de artifícios. Realizam-se os "reisados", no mês de janeiro, constituídos pelo desfile de "ternos" e "ranchos", que a cada ano recebem denominações pitorescas e variadas tais como: "reis dos caboclos", do "bêbe", do "urso", do "temeroso", do "negro fugido", "rancho das ciganas", "da rosa", das "mulatas", das "barulhentas", das "baianinhas", das "cerejeiras", das "hortências" das "camponesas", etc. Os "ranchos" e "ternos" são formados por crianças e môças e os "reis", por homens ou crianças, cada um com seus trajes típicos, cânticos, músicas e estandartes apropriados. Os "ranchos" e os "ternos" são ensaiados e acompanhados por orquestras regionais, cujo desfile pelas ruas é interrompido a cada momento à porta das casas, onde os cânticos e marchas se intervalam por bailados. Encerram-se sempre no interior das residências, onde ingressa todo o cortejo e parte do povo acompanhante. Ali o estandarte é entregue ao dono da casa ou a uma pessoa de sua família, que o devolve, depois, acompanhado de uma dádiva em dinheiro ou de algum objeto. Os "ternos", ordinàriamente, portam arcos de sarrafo ou bambu ornamentados, donde pendem lanternas de papel fino colorido, tendo no interior uma vela que bruxoleia, dando ao conjunto um aspecto feérico, na obscuridade da noite.

Os "reis", geralmente, se exibem nas ruas, dançam nas portas das casas residenciais e, apenas em alguns casos, como no "reis dos caboclos", usam traje típico; as cantorias e as danças de origem afro-ameríndia são acompanhadas a viola, pandeiro, tambor e palmas. Sumàriamente, todos êstes conjuntos relembram as passagens bíblicas da visitação dos Reis do Oriente ao Menino Jesus.

Realizam-se também as "rodas de São Gonçalo", em qualquer época do ano, como pagamento de promessas feitas a qualquer santo. Consiste a "roda de São Gonçalo" no agrupamento de mulheres que se exibem em danças variadas. Essas danças na sua "origem negra representavam um culto à Fecundidade", conforme Carlos Ott. "Foi justamente o tipo de dança de roda que predominou entre as danças pelo negro implantadas nas terras brasileiras" ... Empunhando arcos enfeitados de flôres, sai para o centro, cada mulher de sua vez, onde sapateia, remexe os quadris e canta, acompanhada em côro pelos circunstantes, ao som de viola, pandeiro e tambor.

Além das comemorações das datas nacionais, é festejada com relêvo a data histórica baiana do 2 de julho. A data da fundação municipal é 26 de março.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — No município foram inscritos 3 369 eleitores, tendo comparecido às urnas, em 1954, 2 602. A Câmara Municipal é composta de 8 membros. Existem em exercício 97 funcionários públicos civis, assim distribuídos: 20 federais, 34 estaduais (inclusive 13 do judiciário), 42 municipais e 1 autárquico.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro abaixo indica as cifras que no setênio 1950-1956, foram arrecadadas, no município, pela União e pelo Estado, bem como as que, no mesmo período, foram arrecadadas e despendidas pela própria comuna.

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	...	242	350	82	304
1951	115	351	446	110	522
1952	108	257	585	132	461
1953	70	244	1 228	99	1 216
1954	78	315	812	81	1 020
1955	95	546	1 017	113	1 033
1956	53	669	1 135	137	1 133

JUSTIÇA — Antes de criado o município, Santa Rita do Rio Prêto contava com um juizado de paz, subordinado à

17 — 24 936

comarca do Alto Sertão do São Francisco da Província de Pernambuco.

Com a divisão da comarca de São Francisco em duas, pelo Decreto de 28 de junho de 1872, dando lugar à criação da nova comarca de Rio Grande, com sede em Campo Largo, o têrmo de Santa Rita do Rio Prêto foi a ela anexado.

Transferida a sede da comarca para Santa Rita do Rio Prêto, pelo Ato de 3 de agôsto de 1892, aí permaneceu até a publicação do Decreto estadual número 266, de 4 de outubro de 1904, que a extinguiu, passando Santa Rita do Rio Prêto a ser têrmo da comarca do Rio São Francisco sediada na cidade de Barra do Rio Grande.

Mais uma vez foi transferida a sede da comarca para Santa Rita do Rio Prêto, por fôrça do Decreto estadual número 722, de 20 de agôsto de 1909. Todavia, retornou para a cidade da Barra, em 1911. Em face do Decreto-lei estadual número 512, de 19 de junho de 1945, a comarca de Santa Rita do Rio Prêto foi restaurada, com o nome de Ibipetuba, e desmembrada da de Barra.

Conta 11 cartórios, sendo 3 do Registro Civil. O total dos feitos julgados, em 1956, foi de 26 assim discriminados: 8 no cível, 4 no crime e mais 14 em outros.

VULTOS ILUSTRES — Com desvanecido orgulho, Ibipetuba cita entre os seus ilustres filhos os nomes de: *Jónatas de Matos Milhomens* — Jurista de nomeada, tendo ocupado vários dos relevantes cargos da Magistratura, como agora, nas funções de Juiz do Distrito Federal. Conta a bibliografia jurídica do País com várias obras dêste douto publicista. *Frei D. Luís Maria Palha* — Devotado Sacerdote que muito bem tem sabido levar aos rincões mais bravios do sertão brasileiro as palavras santificadoras dos Evangelhos. Tantas são as virtudes que já lhe grangearam o título de Primeiro Bispo Dominicano Brasileiro, com o de Prelado de Conceição do Araguaia, no Estado do Pará.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O subsolo de Ibipetuba possui, ainda que não exploradas, jazidas minerais que no futuro serão das mais rendosas fontes de riqueza. Em diversos lugares do município encontram-se salinas e salitre; a mica e o quartzo hialino afloram em vários pontos; gemas preciosas, como o diamante, aparecem, por vêzes, no fundo das correntes, aguçando a cobiça dos exploradores e atestando a sua real existência; a tabatinga ou oca abunda em variegadas tonalidades; fontes minerais e termais existem, também, ainda que não estudadas e classificadas.

O solo de terras de côr escura, além das grandes áreas arenosas (gerais), é de uma fertilidade incomensurável.

Os naturais do município são denominados de "rio-pretenses", "santa-ritenses", "ibipetubanos" e "ibipetubenses".

A constituição da primeira Câmara supõe-se tenha sido realizada no ano de 1842 e os membros eleitos foram: José da Rocha Medrado, Vitor Modesto da Silva, Antônio Correia da Silva, Benedito Rodrigues de Araújo, Joaquim Muniz Pereira Serpa e outros, tendo como Presidente Sulpício da Rocha Medrado (Intendente).

O Prefeito em exercício é o Sr. Joaquim Dias, e o Presidente da Câmara é o Sr. Joaquim Augusto da Silva Celeiro em 1956.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística por Antônio Mário dos Santos. — Chefe da Agência Municipal de Estatística: Júlio Francisco de Moura.)

IBITIARA — BA

Mapa Municipal no 8.º Vol.

HISTÓRICO — A história dêste município teve o seu início em fins do século dezessete, quando os portuguêses nêle penetraram pela primeira vez, à procura de ouro, encontradiço naquela grande e vasta região. Com a penetração dos exploradores portuguêses, outras expedições começaram a afluir, com o mesmo objetivo, que outro não era senão a busca do precioso metal. Entretanto êsses aventureiros, vendo que as suas terras muito se prestavam ao desenvolvimento da agricultura e pecuária, ali começaram a se fixar, formando uma pequena povoação, que tomou o nome de Remédios do Rio de Contas, com território anexado ao município de Minas do Rio de Contas.

A origem do nome "Remédio do Rio de Contas", segundo a tradição local, deve-se ao seguinte motivo: Quando nesse lugar os portuguêses nêle penetraram com o pensamento voltado ùnicamente para o ouro, esqueceram-se, ou pouco se preocuparam com a existência de água no local. Finda a provisão do precioso líquido, empenharam-se com afinco (portuguêses e escravos africanos) em busca do líquido de que tanto precisavam. Após uma busca insana e sem o êxito almejado, resolveram por fim acampar. Na esperança de encontrar o que com enorme esfôrço buscavam, alguns componentes do grupo se afastaram do acampamento sem destino certo, quando em dado momento os que ficaram acampados foram tomados de grande surprêsa, ao ouvirem os gritos de um de seus companheiros, que cheio de alegria gritava: "Achei, achei o Remédio!..." Realmente, havia descoberto um riacho, de água pura e saudável, que logo batizaram com o nome de Riacho dos Remédios.

O povoado de Remédios do Rio de Contas, que a essa altura já possuía uma capela para a prática do culto católico apostólico romano, foi elevado à freguesia, com o nome de "Nossa Senhora dos Remédios", fato confirmado pela Lei provincial número 1 719, de 12 de abril de 1877, ficando a mesma filiada à freguesia do Senhor Bom Jesus do Rio de Contas, pertencente ao município de Minas do Rio de Contas. Posteriormente, quando foi criado o município de Bom Jesus do Rio de Contas, pela Lei provincial número 1 813, de 11 de julho de 1878, foram a freguesia e povoação de Nossa Senhora dos Remédios anexadas a êste, fato que se concretizou através da Lei provincial número 2 348, de 27 de julho de 1882, que o desmembrou do município de Minas do Rio de Contas, e, como dito acima, anexou-o ao de Bom Jesus do Rio de Contas. Mais tarde, através da Lei estadual número 90, de 20 de fevereiro de 1891, foram a povoação e sede da freguesia de Nossa Senhora dos Remédios elevadas à categoria de vila, com o nome de vila dos Remédios do Rio de Contas, verificando-

-se a sua instalação a 11 de junho do mesmo ano. A mesma Lei número 90 criou também o município de Remédios, com território desmembrado do de Bom Jesus do Rio de Contas. Posteriormente, já em 1909, a Lei estadual número 736, de 26 de junho, deu à vila e ao município o nome único de Remédios. A Lei estadual número 1 658, de 18 de junho de 1925, elevou o arraial de Bom Sucesso, sendo seu território incorporado ao de Macaúbas, fato que perdurou até 1934, quando o Decreto número 8 830, de 2 de março daquele ano, o restaurou.

Em conseqüência do Decreto-lei estadual número 141, de 31 de dezembro de 1943, o município de Bom Sucesso tomou a denominação atual de Ibitiara. De acôrdo com o quadro territorial vigente, fixado pela Lei número 628, de 30 de dezembro de 1953, ficou o município constituído de quatro distritos, que são: Ibitiara, Ibipitanga, Olhos-d'Água do Sêco (criado pela citada Lei) e Remédios.

LOCALIZAÇÃO — O município acha-se localizado na Zona Fisiográfica da Chapada Diamantina, estando o seu território totalmente incluído no "Polígono das Sêcas". Limita com os seguintes municípios: Oliveira dos Brejinhos, Brotas de Macaúbas, Seabra, Paramirim, Piatã e Macaúbas. As coordenadas geográficas da sede municipal são: ...... 12° 39' 09" de latitude Sul e 42° 13' 12" de longitude W. Gr. Partindo-se da capital do Estado, da qual dista em linha reta 386 quilômetros, fica no rumo O. N. O.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 990 metros.

ÁREA — É um dos municípios de regular extensão territorial, vez que a sua área é de 3 777 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Possui topografia bastante acidentada, pelas ramificações da Chapada Diamantina, sendo conseqüentemente atravessado pela serra da Mangabeira e cortado nas mais variadas direções pelas serras: Fogo Caetano, Macacos, Santa Quitéria, Macamba e Branca. Vários rios banham o seu território, distinguindo-se os rios Paramirim, Remédios e Rio da Caixa. No rio Remédios há três cachoeiras: Gaguinho, Roncador e Cachoeira de Baixo, com potencial hidráulico inexplorado. Os rios acima mencionados têm como afluentes inúmeros córregos, ramificando-se por todo o município. Como acidentes geográficos, também merecem citação algumas lagoas, notadamente Tapera, Porcos, Juàzeiro e Dionísio.

CLIMA — O clima é temperado e saudável, com variações bruscas de temperatura. Em 1956, a temperatura da sede municipal apresentou os seguintes dados: média das máximas — 30°C; das mínimas — 18°C e média compensada — 25°C.

RIQUEZAS NATURAIS — À exceção da mineralogia, a comuna é relativamente pobre em riquezas naturais vez que na sua flora, salvo a existência de poucas espécies de madeira de lei, nada mais existe que mereça distinção. Na fauna podemos anotar a existência de animais silvestres característicos da região, e peixes, cuja extração é feita para consumo interno. O município é rico, entretanto, em mineralogia, pois o ouro e o cristal de rocha constituem as principais reservas naturais do seu território.

POPULAÇÃO — Segundo os dados censitários de 1950, a população total, naquele ano, era de 22 799 habitantes, sendo 10 280 homens e 12 519 mulheres, predominando os de côr parda com 11 078, vindo em seguida os brancos e pretos. Quanto ao estado civil, a primazia coube aos casados, com um total de 6 954 contra 4 966 solteiros, 908 viúvos e 1 desquitado. A zona rural congrega quase tôda a população, vez que ali se concentram 93,10%. O município tem a sua população estimada em 26 mil habitantes, para o ano de 1957.

Aglomerações Urbanas — Além da sede municipal que, em 1950, contava com 856 habitantes, sendo 353 homens e 503 mulheres, existem mais duas aglomerações urbanas, concentradas nas vilas de Ibipitanga e Remédios, com 453 e 264 residentes, respectivamente. Em 1953, com a criação do distrito de Olhos-d'Água do Sêco, surgiu mais um núcleo urbano, a vila do mesmo nome, com aproximadamente 500 pessoas.

Outras Aglomerações — Possui o município, além da cidade e vilas, dezesseis outras povoações, que são as seguintes, com os respectivos números de habitantes estimados para 1957: Aguada — 136, Alagadiço — 180, Cachoeira — 50, Caimbongo — 132, Canabrava — 308, Caraíbas — 104, Data — 84, Lagoa de Baixo — 192, Nos Convém — 140, Santa Quitéria — 263, Tamburil — 85, Brejo Luísa de Brito — 138, Mercês — 255, Novo Horizonte — 310, Olhos-d'Água do Serafim — 336 e Tatu — 230.

ATIVIDADE ECONÔMICA — Três são as principais atividades econômicas do município, seguidas naturalmente de outras de menor importância. Em primeiro plano figura

a agricultura, cuja produção, em 1955, foi superior à ordem dos 5 000 milhares de cruzeiros, contribuindo com a maior parcela o milho, somando mais de 1 300 milhares de cruzeiros, seguindo-se a cana-de-açúcar, o feijão, a mandioca e o arroz com casca.

Apesar de região bastante rica em minérios, a sua produção vem em segundo plano, pois tomando por base o ano de 1955, vemos que esta não foi além dos 2 milhões de cruzeiros, concorrendo com a maior parcela a produção do cristal de rocha, que somou 1 881 milhares de cruzeiros, cabendo o restante à produção aurífera, demonstrando, assim, que, na produção mineralógica, o ouro figura ainda em segundo plano.

Rua do Correio

A atividade pecuária é de grande expressão econômica local cuja população foi, em 1955, estimada em 81 800 cabeças. Ibitiara é exportador de gado e tem como principais importadores os municípios de Mundo Novo, Rui Barbosa, Baixa Grande e Feira de Santana.

A produção industrial é inexpressiva, resumindo-se a pequenas manufaturas de rapadura, queijo e manteiga.

Merecem ser aqui mencionadas a indústria extrativa vegetal e a animal, que, em 1955, atingiram a soma dos 46 e 111 milhares de cruzeiros respectivamente. Por fim, salienta-se que a atividade artesanal é desenvolvida no município, pois a indústria de tecelagem constitui bem difundida atividade, motivo por que se vêem nas feiras livres peças de panos para roupas, cobertores, toalhas e rêdes, tecidas com fios de algodão do próprio município e fiados em pequenos teares manuais.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se por via rodoviária à capital Federal (1 728 km); à capital do Estado (766 km) e rodo-ferroviária (913 km); às cidades vizinhas de Brotas de Macaúbas (120 km); Macaúbas (108 km); Oliveira dos Brejinhos (120 km); Paramirim (108 km); Piatã (159 km) e Seabra (96 km).

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio local mantém transações comerciais com os municípios limítrofes de Brotas de Macaúbas, Macaúbas, Oliveira dos Brejinhos e Piatã, e com as praças de Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. O comércio é pouco desenvolvido, pois o número de estabelecimentos comerciais varejistas é de 19. As transações bancárias são efetuadas nos municípios vizinhos, que as possuem.

ASPECTOS URBANOS — A cidade é edificada em terreno montanhoso, sendo por conseguinte incrustada entre as elevações, notando-se entretanto nas ditas elevações que ficam para o lado este a presença de casas recém-construídas, oferecendo um testemunho do seu progresso. O aspecto urbanístico é agradável, possuindo mesmo boas casas residenciais. O logradouro mais importante é a praça denominada Praça da Feira. O distrito-sede é cortado por um grande açude, na direção norte-sul. A população transita de um para o outro lado, através de uma boa ponte de concreto e madeira. É de 14 o número total de logradouros, sendo 6 parcialmente pavimentados a pedras irregulares.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O município faz parte do Setor número 11, do Departamento de Endemias Rurais, sediado em Juàzeiro, contando o comércio farmacêutico com estabelecimentos.

ALFABETIZAÇÃO — O índice de alfabetização é baixo, pois segundo o Recenseamento Geral de 1950, da população de 5 anos e mais que somava 19 216 habitantes, compreendendo 8 488 homens e 10 728 mulheres, só sabiam ler e escrever, apenas, 3 951 pessoas, cabendo a primazia ao sexo masculino, com 2 523, contra 1 428 feminino, representando uma base percentual de 21%.

Ensino — Em 1956, existiam no município 27 unidades escolares do ensino fundamental comum, das quais 21 eram mantidas pelo Govêrno do município e 6 pelo Govêrno estadual. A matrícula efetiva naquele ano foi expressiva, tendo atingido a casa dos 1 062 alunos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — O desenvolvimento cultural do município é diminuto, pois sòmente existe a Biblioteca Dr. M. A. Teixeira de Freitas, da Agência Municipal de Estatística.

CULTOS RELIGIOSOS — A Paróquia de Nossa Senhora dos Remédios de Ibitiara, fundada em 12 de abril de 1877, está sob a jurisdição de Bispado de Caetité, sendo composta de uma igreja matriz, invocando o nome da padroeira Nossa Senhora dos Remédios, e nove capelas públicas. Os demais cultos religiosos são pouco difundidos.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — Das manifestações religiosas, a de mais realce é a que se realiza no mês de agôsto, em louvor à padroeira da cidade, Nossa Senhora dos Remédios. O programa de festividade em louvor à padroeira obedece à rotina de tradição, o qual, via de regra, consiste no novenário, procissão seguida de bênção, em cujo ato é feita pelo celebrante a leitura da chapa eleita com os nomes dos diretores da festa para o ano seguinte. A bandeira comemorativa é entregue aos novos festeiros, com muita pompa, cujo programa consiste numa passeata, abrilhantada por grande acompanhamento e fogos de artifícios. Outras manifestações de cunho religioso são ali realizadas, sem obediência às datas fixadas pelo calendário, vêz que

há intervalo de vários anos entre uma festa e outra da mesma natureza. Entretanto, nos meses de maio, junho e outubro são realizadas anualmente novenas e rezas em louvor a São João e Nossa Senhora do Rosário, tudo porém sem brilho e tradição.

Quanto às manifestações de cunho folclórico, mais nenhuma é comemorada.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — Conta o município com 4 524 eleitores inscritos, tendo votado 3 244 no pleito de 1954. O legislativo municipal é composto de 7 membros. Em 1956, exerciam atividades no município 32 funcionários públicos, compreendendo 9 federais, 16 estaduais, 6 municipais e 1 autárquico.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro abaixo apresenta o resultado das finanças públicas no período de 1950 a 1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	80	286	330	85	446
1951	19	388	379	110	286
1952	105	385	450	122	565
1953	153	392	825	128	676
1954	161	479	855	134	686
1955	183	872	779	169	933
1956	100	865	927	212	914

JUSTIÇA — No Ato estadual de 3 de agôsto de 1892, aparece o têrmo de Remédios na comarca de Minas do Rio de Contas, fato que perdurou até o ano de 1898, quando através do Decreto estadual número 280, de 6 de setembro daquele ano, foi o têrmo de Remédios desmembrado da comarca de Minas do Rio de Contas, e anexado à comarca de Macaúbas. Pelo Decreto estadual número 264, de 4 de outubro de 1904, foi o têrmo de Remédios extinto e anexado ao de Bom Jesus do Rio de Contas, da comarca de Rio de Contas. Através da Lei estadual número 1 119, de 21 de agôsto de 1915, reaparece o têrmo de Remédios, ligado à comarca de Macaúbas. Com o novo nome de Bom Sucesso, o têrmo aparece ainda ligado à mesma comarca de Macaúbas. Por fim, já em 1943, através da Lei estadual número 141, de 31 de dezembro daquele ano, foi o seu topônimo mudado para Ibitiara, sendo, através do Decreto lei estadual número 512, de 19 de junho de 1945, criada a comarca de Ibitiara, a qual, entretanto, ainda não foi instalada, permanecendo sob a jurisdição ainda da comarca de Macaúbas. Conta com 7 cartórios, dos quais 4 são do Registro Civil.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os filhos do município denominam-se "ibitiarenses". O município conheceu o seu primeiro Intendente na pessoa do Senhor Francisco de Assis de Abreu, empossado que foi no dia 11 de junho de 1891, dia de sua instalação como município de Remédios, sendo então governador da Bahia o Doutor Manuel Vitorino. O atual Prefeito é o Senhor Graciano Xavier Gomes, e o Presidente da Câmara José Martins Barbosa.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística, por Jehovah de Andrade Campos. — Chefe da Agência Municipal de Estatística: Wilson Castorino de Abreu.)

IGUAÍ — BA

Mapa Municipal no 7.º Vol.

HISTÓRICO — Até o ano 1928, o território que atualmente compõe o município de Iguaí fazia parte do município de Poções. Era constituído, na maior parte de sua extensão, por matas virgens, e contava uma pequena população rural. Poucas eram as propriedades agrícolas, destacando-se entre elas a fazenda Iracema, do Sr. José Cândido da Silva, a qual fazia divisa com a do Sr. Ramiro Engrácio de Matos, um dos antigos proprietários, residente onde hoje está localizada a maior parte da cidade de Iguaí.

Em 22 de maio de 1929, Fulgêncio Alves Teixeira, vindo do município de Rio de Contas, chefiando uma caravana de uns quarenta homens, inclusive pessoas de sua família, chegou nesta zona, com o intuito de iniciar o desbravamento das terras incultas. Pouco tempo depois vinha também Bráulio Clementino Novais, trazendo a sua prole e animado de semelhante intento.

No dia 26 de maio de 1929, reuniram-se alguns moradores rurais, na residência de Fulgêncio Alves Teixeira, em visita de cordialidade, e, em meio a palestra amistosa e longa, foi ventilada a idéia da formação de um núcleo urbano, tendo sido unânimemente aprovada por todos os presentes.

De logo Manoel Pires da Silva, cidadão dotado de alto espírito evolutivo, concordou que fôsse a futura povoação formada em terrenos da fazenda Iracema, de sua propriedade, podendo ser escolhido local que oferecesse as melhores condições possíveis. Foram eleitas as terras que ficavam nas proximidades do rio Gongogi.

Após acôrdo entre os interessados, foram iniciados os trabalhos de medição, pelo agrimensor Valeriano Souza, sob a orientação e administração de Fulgêncio Alves Teixeira, em 21 de setembro de 1929, tendo começo a construção de casas de sopapo e adôbe para residências e comércio, cuja inauguração oficial se deu nos princípios do ano de 1930.

A povoação chamou-se primitivamente "Comercinho do Major Fulgêncio", por ter sido êle o pioneiro na orientação e administração da mesma. Mais tarde passou a chamar-se "Lavrinhas", por ser a maioria da população de pessoas vindas da zona das Lavras Diamantinas.

Prefeitura Municipal e Agência de Estatística

Decorrido algum tempo e em virtude de ficar a povoação distante poucos metros das margens do rio Gongogi, onde os indígenas, primitivos habitantes da região, se abasteciam de água potável, foi-lhe dado o nome de "Iguaí", vocábulo tupi-guarani que quer dizer — fonte de beber água.

O Decreto estadual n.º 8 021, de 15 de março de 1932, criou o distrito de Iguaí com sede no arraial do mesmo nome, abrangendo os distritos policiais de Água Fria, Boa Vista e Biporanga e pertencendo ao município de Poções.

Por fôrça da Lei estadual n.º 513, de 12 de dezembro de 1952, foi elevada à categoria de cidade a vila de Iguaí e criado o município do mesmo nome com território desmembrado do de Poções e constituído de distrito único, o da sede. Posteriormente, foi criado o distrito de Ponto Chique, pela Lei estadual n.º 628, de 30 de dezembro de 1953.

LOCALIZAÇÃO — *O município está localizado na Zona* Fisiográfica de Conquista. Situa-se no sudoeste do Estado. Limita com os municípios de Boa Nova, Ibicuí e Poções.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ÁREA — Sua área é de 856 km², aproximadamente.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O território municipal é pouco acidentado, verificando-se apenas as seguintes variações do terreno: *Serra* — A dos Índios, que serve de limites com Boa Nova; — *Rios* — Prêto, Gongogi, Riachão, Gambiriba e Riachão dos Índios; *Cachoeiras* — cachoeira do rio Gongogi a 1 km da cidade; cachoeira Grande, no rio Prêto, distante da sede, 6 km, e a cachoeira do Riachão dos Índios, no povoado de Altamira, distante da sede municipal 30 km.

CLIMA — Seu clima é temperado e bastante saudável. A temperatura, em 1956, teve as médias seguintes: média das máximas — 28ºC, das mínimas — 20ºC e compensada — 24ºC.

RIQUEZAS NATURAIS — Ocorrência mineral: tabatinga, inexplorada. Na flora são encontradas madeiras de lei para construção e ervas medicinais. Os rios são bastante piscosos, alimentando com o produto das suas águas a população ribeirinha. Todo o território é constituído de terras de primeira qualidade, ótimas para o cultivo de café, cacau e capim.

POPULAÇÃO — De acôrdo com o Censo Demográfico de 1950, a população do município (naquela época, distrito de Poções) era de 21 116 habitantes, sendo 10 472 homens e 10 644 mulheres. A população estimada para 1957 é de 25 000 pessoas.

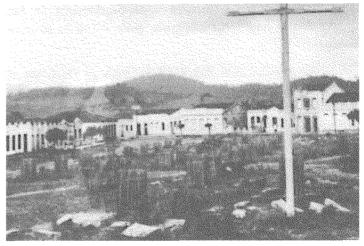
AGLOMERAÇÕES URBANAS — Duas são as aglomerações urbanas: cidade de Iguaí, com 2 165 pessoas, e vila de Ponto Chique, com 700 habitantes, aproximadamente.

OUTRAS AGLOMERAÇÕES — Além da cidade e da vila o município possui três povoados, cuja população estimada para 1957, está assim distribuída: Ibiporanga — 200 hab. Altamira — 280 hab. e Palmeiras — 250.

ATIVIDADE ECONÔMICA — *Agricultura* — A principal atividade para a economia local é a agricultura, cujo valor de produção em 1955 foi superior a 32 803 milhares de cruzeiros, concorrendo com maior parcela o café beneficiado, seguido do feijão, da mandioca, do arroz, da cana-de-açúcar, do aipim, da batata-doce, do milho, da laranja, do cacau, da banana e da batata-inglêsa.

Indústria — A produção industrial em 1955 alcançou a cifra de 5 955 milhares de cruzeiros, destacando-se a farinha de mandioca, seguida de manteiga, aguardente de cana, rapadura, artefatos de couro, requeijão, tábuas, massas alimentícias, telhas e tijolos. A produção extrativa alcançou, naquele mesmo ano, o total de 382 milhares de cruzeiros, com extração de argila e madeira.

Pecuária — Existiam no município 1 446 propriedades agropecuárias, cujo valor venal, em 1955, era superior a 54 005 milhares de cruzeiros. O rebanho existente naquele ano era de 130 000 bovinos, 1 600 eqüinos, 1 200 asininos, 2 000 muares, 6 000 suínos, 800 ovinos e 500 caprinos.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade de Iguaí liga-se por estrada de rodagem à Capital Federal, à Capital do Estado e às cidades vizinhas, nas seguintes distâncias: à Capital Federal — 1 366 km; Capital do Estado — 362 km; Boa Nova — 110 km; Poções — 56 km e Ibicuí 22 km. Estavam registrados no município

Praça Manoel Novaes

quatro caminhões, quatro jipes e uma camioneta. O serviço de comunicação da sede municipal é feito pela Agência Postal-telegráfica do D.C.T.

COMÉRCIO E BANCOS — Existem na sede municipal três estabelecimentos atacadistas e oitenta e seis varejistas. O giro comercial em 1956 foi de 20 650 milhares de cruzeiros. O comércio local mantém transação com as praças de São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Feira de Santana e Poções. Importa tecidos, ferragens, louças, produtos farmacêuticos, bebidas, estivas em geral e outros. Exporta café, feijão, milho, arroz, cacau, e gado em pé.

Funciona na cidade uma Agência do Banco Econômico da Bahia, instalada em 20 de abril de 1955. A feira semanal na sede municipal, é realizada aos sábados. O salário-mínimo oficial decretado para a 4.ª sub-região e da qual faz parte o município é de Cr$ 2 000,00.

ASPECTOS URBANOS — Iguaí está situada na margem direita do rio Gongogi. Possui 27 logradouros, sendo 2 pavimentados, 1 arborizado e 23 iluminados com luz elétrica. Em 1956 existiam 578 prédios, dos quais, 216 eram servidos de luz elétrica. Funcionam dois hotéis e uma pensão com capacidade para 50 hóspedes. Há um cinema que acomoda 220 espectadores.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica é prestada pela Casa de Saúde, mantida pelo Doutor José Augusto Hart Madureira, e pelo Departamento Nacional de Endemias Rurais, através do Setor n.º 6, sediado em Jequié. Exercem a profissão na cidade três médicos e dois dentistas. Funcionam na sede municipal três farmácias.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com o Censo de 1950, existia em Iguaí, (naquela época ainda como vila do município de Poções), da população de 5 anos e mais, o total de 1 842 pessoas, das quais sabiam ler e escrever 377 homens e 298 mulheres.

ENSINO — Em 1956, funcionaram no município 14 unidades escolares do ensino fundamental comum, sendo 4 estaduais, 7 municipais e 3 particulares, com o total de 583 alunos matriculados.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Registra-se a existência da Associação Operária de Iguaí, com finalidade esportiva, e da Associação Cultural, com finalidade recreativa.

CULTOS RELIGIOSOS — O município é sede da paróquia de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, instalada em

Rua Manoel Pires

Rua Ruy Barbosa

1945 e subordinada à diocese de Amargosa. Conta uma igreja, duas capelas e duas associações religiosas com o total de 448 associados. Acha-se na cidade também um templo protestante.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — A festa da padroeira da cidade, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, tem início no dia 1.º de setembro com a novena. No dia 8, pela manhã, ocorre a missa solene, assistida por um grande número de fiéis, havendo, logo após, a realização de casamentos e batizados de pessoas residentes na zona rural. À tarde, os festejos são encerrados com uma procissão, na qual desfilam pelas ruas vários andores caprichosamente ornamentados e acompanhados por grande multidão.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O município possuía 1 588 eleitores, dos quais 1 561, votaram nas últimas eleições. A Câmara Municipal está composta de oito vereadores. Exerciam funções no município, em 1956, 9 funcionários públicos assim distribuídos: 2 federais, 2 estaduais, 4 municipais e 1 autárquico.

FINANÇAS PÚBLICAS — Na tabela abaixo, resumem-se os dados sôbre as finanças, no período 1955 a 1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal (*)	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1955	—	1 776	629	598	420
1956	—	2 043	1 474	743	1 265

(*) Não há Coletoria Federal no Município.

JUSTIÇA — O município é têrmo da comarca de Poções. Possui três cartórios, sendo um do Registro Civil.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município, denominam-se "iguaienses". O primeiro Prefeito Municipal é o Sr. Carlos Ribeiro Freire, eleito no pleito de 3 de outubro de 1954. A primeira Câmara Municipal está composta dos seguintes nomes: Arlindo Silva, Edvaldo Ribeiro Freire, José Pereira Carvalho, Misael Sena e Silva, Osvaldo da Silva Freitas, Milton Gomes de Novais, Alcebíades Brito e Edominário José dos Santos. O Presidente da Câmara é o Sr. Arlindo Silva, eleito para o período legislativo iniciado a 7 de abril do corrente ano.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística, por Luís Gonzaga de Oliveira Brito. — Chefe da Agência Municipal de Estatística: Djalma Gomes da Silva.)

ILHÉUS — BA

Mapa Municipal na pág. 77 do 6.º Vol.

HISTÓRICO — Quando D. João III, em 1534, dividiu o Brasil em Capitanias Hereditárias, coube ao fidalgo português Jorge de Figueiredo Correia, por Carta régia de 25 de abril daquele ano, assinada em Évora, a capitania de Ilhéus.

Desta maneira, teve início a história do município que mantém ainda hoje o nome da velha capitania.

A carta de doação reza textualmente que a capitania ficava "quase no meio do continente brasileiro". Sua extensão de 50 léguas em tôdas as direções, tinha as divisas descritas da maneira seguinte: "Começarão na ponta da baia de Todos os Santos da banda do sul, e correrão ao longo da costa pelo dito sul, quanto couber nas ditas cinqüenta léguas, as quais cinqüenta léguas se estenderão e serão de largo ao longe da costa, e entrarão na mesma largura pelo sertão e terra firme a dentro quanto puder entrar e fôr de minha conquista, em tôdas as ilhas que houver até dez léguas ao mar na fronteira".

Conforme a carta de doação do feudo a Jorge de Figueiredo Correia, el-rei houve por bem premiar os bons serviços do escrivão da sua fazenda, seu historiógrafo e fidalgo da Côrte. A doação foi feita "para sempre do juro e herdado, e para seus filhos, netos, herdeiros e sucessores assim descendentes, como transversais e colaterais" com os títulos de governador o capitão delas. Podia pôr ouvidores, exercer o poder de justiça com alçadas até morte natural nos peões e tinha direito à metade da dízima do pescado e redízima do que à Ordem de Cristo e ao soberano tocasse. Foram-lhe concedidos direitos de fundar vilas, contanto que as distâncias entre elas não fossem inferior a seis léguas.

Apesar de tantos privilégios, o fidalgo donatário não quis vir tomar posse das magníficas terras, revestidas de portentosas florestas, fartamente chovidas, fartamente regadas do cursos fluviais, caudalosos e perenes; de clima propício, águas ricas em variedades de peixes que a magnanimidade de el-rei lhe houve por bem doar. Preferindo a vida na côrte, mandou um seu lugar-tenente, o espanhol Francisco Romero, cuja armada lançou âncora em 29 de junho de 1535 na extremidade boreal da ilha de Tinharé, junto a um morro, que foi batizado com o nome de São Paulo. Aí, Romero lançou imediatamene os fundamentos de uma vila.

Havendo observado, porém, que o local escolhido apresentava más condições, Romero, com três navios, velejou rumo ao sul e se estabeleceu na foz do rio Ilhéus, onde fundou nova povoação, que denominou vila de São Jorge, situada precisamente no cimo do atual morro de São Sebastião. Foram então construídas paliçadas para defesa contra os ataques dos nativos e habitações de madeira e cobertas de palhas de palmeiras, abundantes na costa. Não houve,

Vista parcial da cidade, vendo-se o pôrto, a catedral e a principal avenida

inicialmente, planejamento para construir-se a povoação. As ruas eram tortuosas. Ao centro, erigiu-se uma capelinha dedicada a São Jorge, topônimo da vila. Logo que foi estabelecida a sede da capitania de São Jorge dos Ilhéus, Romero iniciou o trabalho de colonização das terras, plantando as primeiras lavouras. A princípio lutou com grandes obstáculos, sobretudo os criados pela reação dos índios tupiniquins, com quem firmou depois duradoira amizade, o que atraiu progresso para a capitania com a montagem de engenhos de açúcar, incremento da população e fixação de várias famílias portuguêsas e de outras capitanias. Essas iniciativas foram ajudadas pela catequese dos íncolas, em 1592, encabeçada pelo Padre Manuel da Nóbrega.

A Jorge de Figueiredo Correia sucedeu seu filho Jerônimo Alarcão, na qualidade de donatário da capitania, em 1552. Êste, com anuência real, vendeu-a a Lucas Giraldes por 4 825 cruzados. Anos mais tarde, Giraldes, contraindo dívidas com a condessa D. Helena de Castro, viu-se obrigado a entregar a Capitania à família Castro, que a manteve em seu poder até 1761. Nesse ano, D. José I incorporou-a aos bens do Coroa, mediante compra ao então donatário D. Antônio de Castro.

Em 1556, foi criada a freguesia de São Jorge dos Ilhéus pelo bispo primaz, D. Pero Fernandes Sardinha, que, mais tarde, teve morte trágica nos baixios do D. Rodrigo em mãos dos selváticos Caetés.

Em fins do século XVI, Ilhéus sofreu ataque de corsários franceses, que foram repelidos por fôrças comandadas pelo mameluco Antônio Fernandes, o "Catuçadas".

Mais tarde, em 1723, os jesuítas construíram uma igreja e um colégio no local.

No ano de 1736 foi criado o Distrito Militar de Ilhéus.

O povo de Ilhéus não ficou alheio aos acontecimentos que se desenrolaram na província da Bahia em 1823, por ocasião das lutas em prol da libertação nacional. Ilhéus tornou-se naquela época um dos pontos mais importantes para o suprimento de gêneros alimentícios e de munições destinadas aos intimeratos batalhadores compatrícios. Organizaram-se vários contingentes de tropas que seguiram por terra para Maragogipe e Cachoeira, centros de resistência às hostes do gen. Madeira. Os morros que circundavam a vila foram guarnecidos de pessoal armado e construídos fortes, na bôca da Barra, sôbre os arrecifes do morro Pernambucano e do Unhão, no ângulo que dá para a bôca da barra, e, também, o encoradoiro da vila.

A vila foi elevada à categoria de cidade pela Lei número 2 187, de 28 de junho de 1881, investindo-se nela em 14 de agôsto do mesmo ano.

Na divisão administrativa do Brasil referente a 1911, o município compõe-se de um único distrito: Ilhéus.

Nos quadros de apuração do Recenseamento Geral de 1.º-IX-1920, subdivide-se nos seguintes distritos: Ilhéus,

na orla marítima. O pôrto de Ilhéus é o principal exportador de cacau do mundo

Vista aérea parcial da cidade

Aritaguá, Cachoeira de Itabuna, Castelo Novo, Banco do Pedro, e Pontal.

Segundo a divisão administrativa do Brasil relativa a 1933, forma-se dos distritos de Ilhéus, Pontal, Olivença, Japu, Cachoeira de Itabuna, Aritaguá, Castelo Novo, Rio do Braço, Limoeiro, Água Preta, Pirangi, Pimenteira, Banco Central, União Queimada, Itacaré e Itapitanga.

A mesma situação permanece nas divisões territoriais seguintes até a vigência do anexo ao Decreto-lei estadual número 10 724, de 30 de março de 1936.

De acôrdo com o quadro territorial que vigorou no qüinqüênio 1939-1943, fixado pelo Decreto estadual número 11 089, de 30 de novembro de 1938, o município de Ilhéus permanece integrado pelos mesmos distritos citados na divisão administrativa do Brasil em 1943, com as alterações toponímicas que se mencionam: Ilhéus, Aritaguá, Água Preta, Banco Central, Castelo Novo, Guaraci (ex-Itacaré), Itapitanga, Japu, Morro Redondo (ex-Limoeiro), Olivença, Pimenteira, Pirangi, Pontal, Primavera (ex-Cachoeira do Itabuna), Rio do Braço e União Queimada.

Consoante o quadro territorial de 1944-1948, estabelecido pelo Decreto-lei estadual n.º 141, de 31 de dezembro de 1943, e ratificado pelo Decreto estadual n.º 12 978, de 1.º de junho de 1944, o município tem a composição distrital seguinte: Ilhéus, Aritaguá, Banco Central (ex-Primavera), Banco da Vitória, Barro Prêto (ex-Morro Redondo), Castelo Novo, Coaraci (ex-Guaraci), Itajuípe (ex-Pirangi), Itapitanga, Japu, Olivença, Pimenteira, Pontal dos Ilhéus (ex-Pontal), Rio do Braço, União Queimada e Uruçuca (ex-Água Preta).

No quadro da divisão territorial atualmente em vigor, fixado pela Lei n.º 628, de 30 de dezembro de 1953, a constituição distrital do município é a seguinte: Ilhéus, Banco Central, Banco da Vitória, Aritaguá, Castelo Novo, Inema, Itapitanga, Coutos, Japu, Olivença, Pimenteira e Rio do Braço. Em 1952, foi efetuado o último desmembramento do município de Ilhéus, com a emancipação dos distritos de Coaraci, Itajuípe e Uruçuca.

Ligação asfáltica Ilhéus — Itabuna, sinalizada de acôrdo com as especificações da ONU. Extensão 32 km.

LOCALIZAÇÃO — O município está localizado na zona cacaueira. A cidade situa-se na foz dos rios Cachoeira e Almada, em terrenos de Altiplanos que lhe oferecem variedade de clima e original aspecto. A parte mais importante da cidade estende-se pela baixada, na orla marítima. Suas coordenadas geográficas são: 14° 47' 55" de latitude Sul e 39° 02' 01" de longitude W.Gr. Seu rumo, partindo da Capital do Estado, da qual dista 201 quilômetros, é S.S.O.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é: mínima 3 metros e máxima 45,60 metros.

ÁREA — Segundo o Conselho Nacional de Geografia, a área do município de Ilhéus, até 1952, era de 3 524 km². Entretanto, com o desmembramento para os municípios de Coaraci, Itajuípe e Uruçuca, estima-se a área atual em 2 495 km².

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes orográficos são: ao norte, a serra Grande, que se estende para leste e faz junção com a serra Guaitaracas; a oeste, a serra de Potumuju, a do Queimado e a dos Vinháticos; e ao sul, a de Guaitaracas (ou Baitaracas). Estas serras pertencem ao sistema orográfico da serra dos Aimorés. Quanto à nesografia, merecem menção os "ilhéus" ou ilhotes que, do seio das águas, afloram defronte da cidade e que deram origem ao topônimo Ilhéus. São êles: "Ilhéu", ao norte, distando três quilômetros da costa e cinco da entrada da barra; mais para o sul, os de Itaipim e Itapitanga; a Pedra da Rapa, em frente à cidade e dela distante apenas um quilômetro. No extremo oeste da baía de Ilhéus, está a ilha fluvial Mutucugê, no rio Cachoeira. O território de Ilhéus é banhado por vários rios, alguns parcialmente navegáveis por pequenas embarcações. Quatro são os principais: o Santana, que nasce nas fraldas da serra de Guaitaracas e se lança no lugar Coroa Grande depois de cortar o município de sul a norte; o Fundão, que tem nascente nas fraldas do Morro das Piaçaveiras e se lança no largo da Coroa Grande, depois de atravessar o município de norte a sul; o cachoeira de Itabuna, nascente na serra do Itaraca, no município de Vitória da Conquista, que, reunindo suas águas às dos rios Fundão e Santana, forma a excelente barra e ancoradouro de Ilhéus. Corta o município em tôda a sua extensão de oeste para leste; o Almada, que nasce na serra dos Vinháticos e conflui com o rio Itaípe. A lagoa principal é a de Itaípe, situada a trinta e quatro quilômetros da cidade e a vinte do litoral, com a largura de seis quilômetros em qualquer sentido e recebe os ribeirões Caldeiras, Lagoa-Pequena, Serra Pilheira, Inhambupe, Taquaril e outros. Essa lagoa é muito piscosa e possui grande quantidade de pedra calcária. Dentre as cachoeiras, merecem citação as seguintes: Bonita, de Santana, e de São João (no distrito de Japu), do Cais e Itabuna (no distrito de Banco da Vitória), do Almada e do Sequeiro Grande (respectivamente, nos distritos de Castelo Novo e Rio do Braço).

O pôrto de Ilhéus é o segundo em importância econômica do Estado e o maior exportador de cacau no mundo.

CLIMA — O clima de Ilhéus, ameno e salubre, é quente no verão e úmido no inverno. Em 1956, a temperatura média das máximas observadas foi de 29,8°C; a média das mínimas 19,0°C, e a média compensada 23,5°C. A máxima atingida foi de 37,8°C e a mínima 11,8°C. As chuvas são abundantes. No ano de 1956 a precipitação total foi de ...... 2 025 mm.

Prefeitura Municipal

RIQUEZAS NATURAIS — Dentre as riquezas minerais podem ser citadas: ouro, pedras de construção, calcário e argila. Há indícios da ocorrência de betume e asfalto no lugar Gururupe, perto de Castelo Novo.

A flora e a fauna ilheenses são muito ricas. Os vegetais são representados, sobretudo, pelas madeiras de lei: jacarandá, putumuju, vinhático, cedro vermelho e cedro branco, tapinhoã, pau-d'arco, peroba, louro. Quanto aos animais, existem: porcos-do-mato, tamanduás, veados, rapôsas, macacos, lontras, jacarés, mutuns, jucutingas, macucos, papagaios, periquitos, gaviões, tucanos, garças, socós-bois, patos, martins-pescadores, japus, sabiás, pêgas, curiós, canários, brejais, abelhas uruçus e jataís. Entre os peixes há os comuns às costas marítimas brasileiras.

POPULAÇÃO — O Recenseamento de 1950 revelou que o município de Ilhéus tinha a população de 134 240 habitantes, sendo 71 199 homens e 63 041 mulheres. A densidade demográfica era de 37,26 por km^2. Dos habitantes, 62,63% localizavam-se no quadro rural. No Brasil apenas 17 municípios tinham população superior à de Ilhéus.

A população recenseada tinha a composição seguinte: 31 050 brancos, 26 713 pretos, 76 125 pardos, 2 amarelos e 350 de côr não especificada. Segundo o estado civil, a população, de 15 anos e mais apresentava a composição seguinte: 46 017 eram solteiros, 30 191 casados, 98 desquitados e 4 088 viúvos.

A população de 10 anos e mais (em idade ativa) era de 95 762 habitantes, sendo que 29 063 se dedicavam ao ramo "agricultura, pecuária e silvicultura", o que representa 30,34% daquele total, percentagem essa superada ùnicamente pelas "atividades domésticas". A população estimada para 1957 é de 100 000 habitantes, estando entre os quatro municípios mais populosos do Estado.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — A principal aglomeração urbana é a da cidade de Ilhéus, cuja população em 1950 era de 22 593 habitantes. Estima-se a população da cidade para 1957 em 37 000 habitantes.

À data do Recenseamento de 1950, Ilhéus possuía mais as seguintes vilas — Aritaguá, com 410 habitantes; Banco Central, 646; Banco da Vitória, 937; Barro Prêto, 1 064; Castelo Novo, 403; Coaraci, 7 126; Itajuípe, 5 339; Itapitanga, 2 373; Japu, 37; Olivença, 386; Pimenteira, 326; Pontal dos Ilhéus, 4 855; Rio do Braço, 269; União Queimada, 97 e Uruçuca, 3 300.

Coaraci, Itajuípe e Uruçuca emanciparam-se em 1952, passando a serem sedes de municípios.

Dois outros aglomerados urbanos surgiram em 1953, com a criação dos distritos de Coutos e Inema.

OUTRAS AGLOMERAÇÕES — Além da cidade e vilas, Ilhéus possui os seguintes povoados: Banco do Pedro, com 678 habitantes; Cafundó, 680; Iguape, 620; Itamutinga, 850; Mariajape, 351; Ruinha Três Braços, 450; Sambaituba, 650; Itaípe, 312. Os dados referentes aos povoados são estimativas calculadas para 1957.

ATIVIDADE ECONÔMICA — A principal atividade econômica é a cultura do cacau, em que Ilhéus é o principal produtor da Região. Produz, também, côco-da-baía e mandioca.

Em face da sua extraordinária significação para o município, para o Estado e, quiçá, para o País, merece o cacau especial resumo histórico acêrca de sua origem, do seu valor econômico, do seu uso e de sua aplicação.

Originário do México, foi cientìficamente classificado pelo célebre naturalista sueco C. Lineu (1707-1778), pela expressão "teobroma cacau" (em grafia atual), cujo pri-

Vista parcial da Cidade Nova, vendo-se o Colégio Municipal Eusínio Lavigne

Estátua do Cristo Redentor, vendo-se ao fundo Pontal de Ilhéus

meiro têrmo, — "teobroma" — significa "manjar celeste" ou "alimento divino".

O cacau comum, (teobroma cacau L.), era cultivado, desde tempos remotos, no México. Ali, quando ocorreu a conquista espanhola, a moeda corrente eram "pipas de ouro em pó" e "sacos cheios de sementes de cacau". Desta maneira, com êste produto pagavam-se impostos naquele País.

Quando os espanhóis venceram o imperador Montezuma, apoderaram-se de 40 000 cargas de bagas de cacau, equivalentes a mais de 500 000 quilogramas. Os mexicanos tomavam o cacau liquefeito a que davam o nome de "chocolath", têrmo que se adaptou a quase tôdas as línguas. Era diferente do nosso, o "chocolath" primitivo. Compunha-se de fubá de milho e cacau, moídos entre duas pedras. Sua composição apresentava-se como uma papa que, depois de fervida, temperava-se com uma pimenta especial. Era bebida de elevado preço, sendo seu uso circunscrito às camadas sociais mais elevadas e aos guerreiros. O imperador Montezuma fazia uso diário — vinte áureas taças por dia — do precioso alimento. Era adoçado com mel ou sumo de piteira.

Trecho da Avenida Soares Lopes

As religiosas de Guaxaco fabricavam um delicioso "chocolath" adoçado com açúcar e aromatizado com canela e baunilha. Assim, seu uso espalhou-se por tôda a América espanhola, e, na Espanha foi essa bebida aperfeiçoada, sendo até hoje considerada a bebida nacional por excelência.

Os colonos não permitiam que se exportasse cacau para o exterior, para onde só deveria ser enviado o "chocolath" já fabricado. Não lograram êxito em seus intuitos e, assim, já em 15 de julho de 1657 o "Public Advertiser" declarava que, na Inglaterra — Avenida Queend's Head — havia um estabelecimento que produzia chocolate. "Excelente bebida da Índia chamada chocolate, à venda, já preparada ou por fazer, a preços módicos" era anunciada. Certo cidadão, de nome Antônio Carlotti, natural de Florença, a introduziu na Itália. Na França, foi adotado o chocolate pela infanta D. Maria Teresa de Áustria, após seu casamento com Luís XIV.

No comêço do século XVIII, o chocolate era alimento conhecido em quase todo o mundo.

Além do Brasil, o cacau é produzido na Costa do Ouro, Equador, Venezuela, Nigéria, Bolívia, Peru, México, Java, Filipinas, Jamaica e alguns outros países. O Brasil é o segundo produtor do mundo, e a Bahia, o maior do Brasil.

Outros aspectos da rodovia Ilhéus—Itabuna

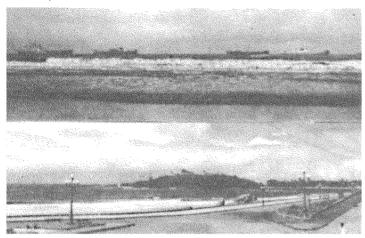
O gênero "teobroma" consta de nove espécies; mas apenas duas, têm importância econômica: "teobroma cacau" e "teobroma pentagona". Delas é universalmente conhecido e cultivado o "teobroma cacau", que se subdivide em quinze variedades. No Brasil, são duas as espécies cultivadas: "cacau comum", de porte robusto, mas pouco produtivo e "cacau pará", de menor porte, porém, muito mais produtivo. No recôncavo baiano inicia-se o cultivo do "cacau branco".

Em terras de Ilhéus, segundo alguns investigadores da história local, a cultura do cacau teria sido iniciada em 1746 por Antônio Dias Ribeiro. Êsse pioneiro teria obtido sementes do colono francês, Luís Francisco Warneau, plantando-as, em seguida, na fazenda "Cubículo", situada nas margens do Rio Pardo, hoje integrante do município de Canavieiras.

Agricultura — Em 1956, produziu o município 351 191 sacos de sessenta quilogramas de cacau, no valor de ...... Cr$ 316 078 mil, 46 615 centos de côco-da-baía, no valor

de Cr$ 18 600 milhares e 1 162 toneladas de mandioca, no valor de Cr$ 493 800 mil.

Havia 3 958 propriedades agrícolas no ano de 1956, cujo valor venal foi estimado em Cr$ 488 265 milhares.

Ilhéus produz, ainda, abacaxi, cana-de-açúcar, milho, arroz, café, laranja, banana, aipim, manga, tangerina, batata-doce, etc.

Dupla vista da Barra de Ilhéus

Indústria — A indústria ilheense é ainda de pequena importância econômica para o município. No ramo industrial sobressai a "Cacau Industrial, S. A.", que fabrica torta e manteiga de cacau. Há ainda fábricas de aguardente, vinhos de fruta, vassouras de piaçava, geléia de cacau, artefatos de borracha, azeite-de-dendê, biscoitos e bolachas, doces diversos, beneficiamento de piaçava, torrefação de café, beneficiamento de madeiras, fábricas de telhas e tijolos.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Possui comunicação rodoviária para todos os distritos do município, bem como para os municípios vizinhos, para a Capital Federal e Capital do Estado.

O transporte ferroviário é feito pela Estrada de Ferro de Ilhéus, que liga a cidade às de Itabuna, Itajuípe, Uruçuca e Ubaitaba. Tem a ferrovia 129 quilômetros em tráfego e presta valiosos serviços à zona, ligando os centros produtores ao pôrto de Ilhéus.

O transporte aéreo é também muito intenso e feito por várias emprêsas de aviação. Possui um aeroporto em adiantada fase de asfaltamento, no arrabalde do Pontal.

O transporte marítimo é feito por navios do Lóide Brasileiro, da Navegação Baiana e por navios estrangeiros de quase tôdas as bandeiras.

Liga-se à Capital Federal por via aérea (1 000 quilômetros); por via marítima (618 milhas) e rodovia (1 535 km); à Capital do Estado por via aérea (230 km); marítima (120 milhas) e rodovia (550 km); às cidades vizinhas de: Coaraci, rodovia com 77 km; Ibicuí, rodovia 452 quilômetros; Itabuna, via aérea 8 km, rodovia 30 e ferrovia 59 km; Itacaré, via aérea 40 km; marítima 57 milhas; Itajuípe, ferrovia 60 km e rodovia 52 km; Una, via aérea 40 quilômetros, marítima 28 milhas e rodovia 163 km; Uruçuca, ferrovia 56 km e rodovia 65 km.

COMÉRCIO E BANCOS — A cidade de Ilhéus é uma das principais praças comerciais do Estado. O seu pôrto é dos mais importantes exportadores de cacau do mundo. Exporta seus produtos para os Estados Unidos, França, Inglaterra, Alemanha, Bélgica, Rio de Janeiro, São Paulo, etc. Além do cacau, exporta piaçava, banha de cacau, côco-da-baía e importa alguns gêneros de primeira necessidade, tecidos, medicamentos, ferragens, louças, etc.

Possui 70 estabelecimentos comerciais atacadistas e 601 varejistas. O giro comercial, em 1956, foi de 2 740 milhões de cruzeiros. O salário-mínimo fixado para a sub-região da qual faz parte o município é de 2 700 cruzeiros. É intenso o movimento bancário, havendo na cidade quatro matrizes de bancos e cinco agências, além da Caixa Econômica Federal. As Agências bancárias são: do Banco do Brasil, funcionando desde 16-3-1917; do Banco da Bahia, fundado em 5-4-1948; a do Banco Econômico da Bahia, inaugurada em 26-4-1950; a do Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais, que iniciou suas atividades em .... 18-8-1950 e a do Instituto de Fomento Econômico da Bahia, inaugurada em 26-10-1953. O movimento bancário no município, apresentou os seguintes saldos em Cr$ 1 000, em 31 de dezembro de 1956: Caixa em moeda corrente .... 34 338; empréstimos em C/C 127 146; empréstimos hipotecários 490; títulos descontados 219 883; depósitos a vista e a curto prazo 282 797 e depósitos a prazo 16 902.

ASPECTOS URBANOS — A cidade está situada na orla do Oceano Atlântico, à margem esquerda da pequena baía formada pelo rio Cachoeira de Itabuna, que lhe serve de ancoradouro. O cais do pôrto foi inaugurado em 7 de setembro de 1920. Tem ao sul o marco do Unhão e ao norte o de Nossa Senhora da Vitória. Está construída parte em terrenos baixos e parte em elevações, o que lhe dá belas perspectivas. É cognominada a "Capital do Cacau". Outros a denominam "Princesa do Sul".

A cidade possui serviço telegráfico, inaugurado em 1876, telefônico e estação de radiocomunicação. A Radional liga Ilhéus ao mundo. Conta com os aprazíveis bairros do Pontal, do Alto da Conquista, do Malhado e de outros. Possui 181 logradouros, modernas praças e avenidas. Dentre as avenidas, é digna de referência a Avenida Dr. Soares Lopes, que se estende à beira-mar. As principais praças são:

Avenida Soares Lopes

Dr. J. J. Seabra, onde está situado o belíssimo edifício da Prefeitura Municipal; São Jorge, onde fica a Catedral do mesmo nome; D. Eduardo, onde se ergue a monumental Catedral de São Sebastião; Coronel Pessoa; Castro Alves; Conselheiro Luís Viana; Coronel Firmino Alves; e Conselheiro Rui Barbosa. As principais ruas são: Marquês de Paranaguá, centro comercial; Conselheiro Saraiva; Conselheiro Dantas; D. Pedro II, onde comparece a fina flor

Vista panorâmica da cidade

social ilheense; e muitas outras artérias de menor expressão. Possui a cidade rêde geral de esgotos e água encanada, que abastece 2 129 edifícios. As ligações elétricas são em número de 4 612. Há cinco cinemas na cidade.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Funcionam na cidade de Ilhéus, com o total de 98 leitos, uma maternidade, uma casa de saúde e quatro ambulatórios. Os principais estabelecimentos hospitalares são: Hospital São José, Maternidade Santa Isabel e Casa de Saúde São Jorge. Dispõe de banco de sangue e de quinze farmácias. O município está incluído entre os que compõem o Setor n.º 10 — Sul da Bahia — do Departamento Nacional de Endemias Rurais. Clinicam 33 médicos, 24 dentistas. Há 6 farmacêuticos e 23 parteiras.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Quanto à assistência social, a cidade goza de relêvo especial. As principais entidades empregadoras mantêm serviços de assistência para os seus servidores. Entre os principais, citam-se os seguintes: Pôsto Médico da Estrada de Ferro de Ilhéus; Policlínica dos Pescadores; Pôsto Médico "Herval Soledade", da Prefeitura Municipal; Ambulatório da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Serviços Públicos da Bahia e Sergipe; Pôsto de Puericultura da Associação Santa Isabel; Ambulatório do I.A.P.E.T.C.; Pôsto do Departamento Nacional de Endemias Rurais; Pôsto Odontológico "Américo Barreiras", da Prefeitura Municipal; Fundação Fernando Kaufmann, que presta assistência médica e pecuniária e serve de dispensário aos empregados da "Cacau Industrial Comercial, S. A."; Sociedade União Protetora dos Artistas e Operários de Ilhéus; Pôsto Médico "Ariston Cardoso", mantido pelo cidadão dêste nome. Também prestam assistência social as seguintes instituições: Orfanato D. Eduardo, Orfanato Dona Cordolina Loup dos Reis, Abrigo São Vicente de Paula, Sociedade José Anchieta, Ordem das Religiosas Ursulinas, Cruzada do Bem pelo Bem, Santa Casa de Misericórdia, Associação Santa Isabel das Senhoras de Caridade, e Sociedade União Protetora dos Artistas e Operários de Ilhéus. Existem 5 cooperativas.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com o Censo de 1950, das pessoas de cinco e mais anos (113 487) declararam saber ler e escrever 41 750, sendo 23 920 do sexo masculino e 17 830 do feminino, total que corresponde a 36,8% da população daquela idade.

ENSINO — Do ensino fundamental comum funcionaram em 1956, 46 escolas estaduais, 65 municipais, 40 particulares e 6 supletivas da Campanha de Educação de Adultos. Do ensino médio, funcionaram 1 normal, 2 ginásios e 1 escola técnica de comércio. Existiam, ainda, 12 cursos de música, 16 cursos de corte e costura, 2 cursos de línguas estrangeiras, 1 de formação de reservistas das fôrças armadas e 1 de formação de soldados.

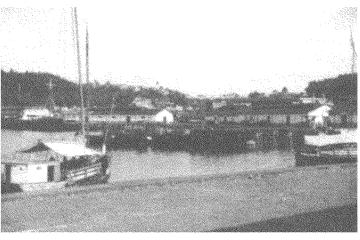
Entre os estabelecimentos de ensino primário destaca-se o grupo Escolar Estadual General Osório. Os que mantêm cursos de ensino médio são: Instituto Municipal de Educação E. Lavigne, Escola Normal e Ginásio Nossa Senhora da Piedade, Escola Técnica de Comércio de Ilhéus e Seminário Menor São Jorge.

Em 1956 a matrícula do ensino primário atingiu cêrca de 7 000, funcionando 212 professôres e a matrícula do ensino médio foi de quase 1 000 alunos.

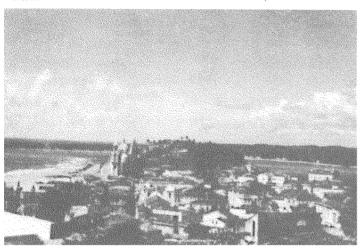
OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — A cidade tem um jornal diário, o "Diário da Tarde", um jornal oficial, que circula três vêzes por semana e um quinzenário "A Voz de Ilhéus", órgão da Diocese, fundado em 24 de setembro de 1944. Funcionam na sede duas bibliotecas franqueadas ao público: a da Associação Comercial, inaugurada em 1935, com 2 500 volumes, e a "Mário Barbosa, da Agência de Estatística, inaugurada em 1947, atualmente com 1 978 volumes. O "Clube Social de Ilhéus", o "Clube dos Comerciários", o "Bancários Atlético Clube" e o "Clube Social do Pontal" são as principais entidades sociais existentes. Conta, ainda, com a Sociedade Filarmônica Santa Cecília, o Instituto Histórico de Ilhéus e a Banda de Música do Batalhão Policial. Há nove associações que se dedicam à prática do futebol e três, do remo. São quatro as cooperativas existentes.

No exercício da profissão contam-se 6 agrônomos, 10 engenheiros e 30 advogados.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Dentre os monumentos históricos de Ilhéus merecem ser distinguidos o edifício da Catedral de São Jorge e o da Prefeitura Municipal.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Constituem interêsses turísticos a estátua do Cristo Redentor, na entrada da barra da cidade; o belíssimo edifício que se está construindo para a Catedral de São Sebastião, iniciado pelo virtuosíssimo e pranteado bispo D. Eduardo; o Convento e Escola Normal da Piedade; o belo estádio "Mário Pessoa"; o "Viaduto Catalão"; o Alto da Conquista, pelo panorama que dali se descortina; e as belas praias do Malhado e do Pontal. No

Pôrto da cidade

distrito de Castelo Novo, há a célebre Lagoa de Itaípe (ou Encantada), onde a lenda diz ocorrer o fenômeno da ilha flutuante, que muda de posição de acôrdo com o vento reinante.

Na vila de Olivença existe água de alto valor medicinal, aplicada, sobretudo, para cura de moléstias do aparelho digestivo. Há ali modesto balneário, o Tororomba, muito visitado por habitantes de Ilhéus e dos municípios vizinhos.

Vista panorâmica da cidade

CULTOS RELIGIOSOS — Ilhéus é sede de Bispado. A Diocese foi criada por Bula papal de 20 de outubro de 1913. O primeiro bispo foi D. Manoel Antônio de Paiva. Existem duas paróquias no município. A de São Jorge foi fundada em 1556 e conta: a matriz, 7 igrejas, 9 capelas públicas e 3 semipúblicas e 8 sacerdotes. Funcionam na paróquia de São Jorge as seguintes associações religiosas: Apostolado da Oração, Ordem Terceira de São Francisco, Devoção de Santo Antônio, Pia União das Filhas de Maria, Congregação Mariana de São Jorge, Associação Santa Isabel, Sociedade São Vicente de Paula, Sociedade de São José, Pia Obra das Vocações Sacerdotais, Congregação da Doutrina Cristã e Ordem das Ursulinas. A de São João Batista, no Pontal, fundada em 1916, além da matriz, conta com 1 igreja e 3 capelas públicas, funcionando um sacerdote na paróquia. As associações religiosas existentes são: Apostolado da Oração, Cruzada Eucarística, etc.

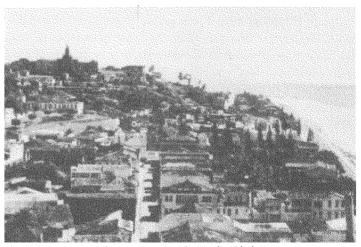
O culto protestante tem 9 igrejas no município assim discriminadas: 5 igrejas batistas, 1 adventista, 1 das Testemunhas de Jeová, 1 presbiteriana e 1 da Assembléia de Deus. O culto espírita tem o "Grupo Espírita Amantes da Fé".

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — As principais festas religiosas celebradas em Ilhéus são: Santo Antônio, São João e São Pedro, Natal, Ano-bom, Reis Magos e São Sebastião. Entre as festas profanas, o carnaval é a mais importante, festejado, sobretudo, nos clubes sociais e, também, nas ruas. As exibições de batucadas, grupo de "caboclos", e "cordões" são freqüentes e numerosos no carnaval. Constitui festejo caracterìsticamente popular, em que tomam parte pescadores, carregadores e braçais, o realizado anualmente, em 20 de janeiro, na vila de Olivença, quando se comemora a data da padroeira da localidade, Nossa Senhora da Escada. O folguedo denomina-se "puxada do mastro". O ritual característico é mantido pela tradição, e resume-se no seguinte: a população, reunida em ponto convencionado, sai em peregrinação até local distante de seis a oito quilômetros e dali arrastam pesado mastro, recorrendo às vêzes, a uma centena de homens, e o põem em lugar donde fôra retirado outro mastro. Colocam-no sôbre pedestal e em seu tôpo hasteiam o estandarte de Nossa Senhora da Escada. Segundo tradição local, deixando-se de mudar o mastro, a população sofrerá grande calamidade.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — Em 1954, o município contava 24 000 eleitores inscritos, tendo votado no pleito que se realizou naquele ano cêrca de .... 20 000 eleitores. São 12 os vereadores em exercício. Em 1956, exerciam atividade no município 1 530 funcionários, assim distribuídos: federais 165, estaduais 235, municipais 295 e autárquicos 835. Há alfândega, Mesa de Rendas Federais e Recebedoria de Rendas Estaduais. O município é sede, entre outros, dos seguintes departamentos de Serviço Público: Delegacia Regional da 11.ª Região, 10.ª Região de Trânsito, Setor 10 do Departamento de Endemias Rurais, 9.ª Circunscrição Escolar e 10.ª Região Fiscal.

FINANÇAS PÚBLICAS — Os dados abaixo informam sôbre as finanças públicas do município:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	6 481	61 318	15 370	14 136	18 676
1951.......	8 581	64 287	19 595	16 368	23 989
1952.......	10 738	43 424	17 189	12 940	25 945
1953.......	15 998	80 802	26 888	19 575	32 759
1954.......	22 060	177 582	42 278	34 221	40 384
1955.......	23 538	140 693	52 412	33 402	61 180
1956.......	31 294	140 320	47 067	34 003	49 935

JUSTIÇA — Ilhéus é sede de comarca de 3.ª entrância, integrada pelos têrmos de Ilhéus, Itajuípe, Coaraci e Uruçuca. Foi criada em 1760, no dia 2 de abril, pelo marquês

Outra vista panorâmica da cidade

do Lavradio, último vice-rei da Bahia. Possui 32 cartórios, sendo 12 do Registro Civil.

Nas divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e .... 31-12-1937, como também no quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 10 724, de 30 de março de 1938, figura a comarca de Ilhéus formada pelos têrmos da sede e de Una.

A mesma situação permaneceu nos qüinqüênios seguintes. No quadro territorial vigente em 1944-1948, fixado pelo Decreto-lei estadual n.º 141, de 31 de dezembro de 1943 e retificado pelo Decreto estadual n.º 12 978, de 1.º de junho de 1944, o município de Ilhéus aparece como têrmo único da comarca do mesmo nome.

O total de feitos julgados em 1956 foi de 795, assim distribuídos: cível 140, crime 42 e outros 613.

VULTOS ILUSTRES — *Comendador Domingos Fernandes da Silva*: Nasceu em Ilhéus, onde se tornou famoso por seu desprendimento, caráter ilibado e raras virtudes. É chamado o "reformador da velha Igreja da Vitória", por haver financiado a sua remodelação. Ocupou durante anos o pôsto de vice-presidente do Conselho Municipal.

Coronel Manuel Misael da Silva Tavares: Foi o maior fazendeiro do sul da Bahia em sua época. O mais abastado dos agricultores de cacau nasceu em 16 de dezembro de 1867. Era comerciante matriculado e de largo porte, desde 1894, conforme diploma da Junta Comercial do Estado. Foi tenente-coronel comandante do 6.º Batalhão de Artilharia de Posição da Guarda Nacional, da Comarca de Amargosa (decreto de 16 de janeiro de 1905) e, depois, coronel comandante da 4.ª Brigada de Cavalaria da Guarda Nacional da Comarca de Ilhéus, pelo decreto de 17 de abril de 1905. Foi presidente da Assembléia-Geral da Associação Comercial de Ilhéus e provedor, reeleito várias vêzes, da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Santos Passos.

Coronel Ramiro Ildefonso de Araújo Castro: Nasceu em Ilhéus a 14 de março de 1864. Fêz o curso de humanidades, dedicando-se em seguida à lavoura e ao comércio. Foi juiz de paz, conselheiro municipal, presidente do Conselho e deputado estadual. Ocupou, ainda, outros cargos públicos.

Coronel Domingos Adâmi de Sá: Nasceu na cidade de Ilhéus; foi eleito intendente em 1903 e considerado um dos maiores governantes do município. Construiu o edifício da Prefeitura, inaugurado em 22 de dezembro de 1907.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — As pessoas que nascem em Ilhéus chamam-se ilheenses. (Há divergências nessa designação). Com base, porém, em raízes etimológicas do topônimo, o correto adjetivo gentílico dos nascidos em Ilhéus é "ilheuense". Entretanto, a forma "ilheense" é a que foi registrada no Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguêsa.

O atual Prefeito é o Sr. Herval Soledade, e o presidente da Câmara é o Sr. Mário Alfredo dos Santos. O primeiro intendente foi o Dr. João Batista de Sá Oliveira, e o primeiro presidente da Câmara, o major Ciristiano Alexandre Homem d'El-Rei. A posse do primeiro intendente e do primeiro conselho municipal efetuou-se em 21 de abril de 1890.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística por Teófilo Santa Cruz Santos Silva. — Chefe da Agência Municipal de Estatística: José Prates Sobrinho. — Agente de Estatística: Duque Gonçalves Novais.)

INHAMBUPE — BA

Mapa Municipal no 4.º Vol.

HISTÓRICO — No período de 1572 a 1582, governos de Luís de Brito e Almeida e Lourenço da Veiga, desenvolveu-se pelo interior do Estado a catequese dos índios dirigida pelo jesuíta José de Anchieta. Há menção de que êste ilustre sacerdote encontrou uma taba de índios à margem esquerda de um braço do rio Inhambupe, denominado rio Inhambupe de Cima, desconhecendo-se no entanto o nome da tribo a que pertenciam. Localizava-se ela na colina onde hoje está edificado o cemitério da cidade, e tem atualmente o nome de Praça Anchieta. Posteriormente, os jesuítas já estabelecidos com um colégio em Água Fria, enviaram o português Alexandre Vaz Gouveia para apropriar-se do lugar colonizado pelo Padre Anchieta. O fidalgo português Gouveia, que deixou muitos descendentes no município, instalou-se no sítio em lide, construindo habitações e a capela de Nossa Senhora da Conceição, forçando a retirada dos indígenas e substituindo-os por seus colonos. Nessa época, o local da atual cidade era uma ilha cercada pelos braços dos rios Inhambupe de Cima, à esquerda, entulhado logo depois pelas areias descidas da colina do cemitério, e Inhambupe de Baixo, à direita, hoje o leito do atual rio Inhambupe.

Por ocasião da primeira invasão holandesa à Bahia, em 1624, um marechal da Casa da Tôrre dos Garcia d'Ávila, de nome Guilherme, seguira em direção ao norte de suas terras indo dar com o povoado de Gouveia, do outro lado da ilha. Regressando e, sob o pretexto de ter ali descoberto minas de salitre, pediu ao Governador-Geral, Diogo de Mendonça Furtado, a posse de uma sesmaria de seis léguas das terras compreendidas entre os rios Inhambupe e Subaúma. Concedida a posse da sesmaria, foi iniciada a povoação do lugar onde se estabeleceu e edificou as primeiras casas do Inhambupe no local hoje denominado Alto da Gameleira. Erigiu depois uma igreja sob a invocação do Divino Espírito Santo de Inhambupe, em tôrno da qual foram surgindo casas, contribuindo para a formação e conseqüente evolução da nova comunidade.

A fertilidade das terras, apropriadas à lavoura, e também ao criatório de gado, atraiu novos colonos que ali se instalaram com suas famílias, concorrendo com o seu trabalho para o crescimento do arraial no que foram ajudados pelo elemento negro, que emprestou valiosa contribuição ao progresso do município. Edificada nos terrenos da Casa da Tôrre de Garcia d'Ávila, a que era subordinada a região onde está hoje Inhambupe, passou a capela a pertencer à freguesia de Santo Amaro de Ipitanga, a que estava sujeita a Casa da Tôrre. Com o desenvolvimento da Capela do Espírito Santo do Inhambupe, os jesuítas de Água Fria obtiveram de D. Sebastião Monteiro da Vide, em 1718, fôsse a mesma desmembrada de Santo Amaro de Ipitanga e passasse a pertencer à freguesia de Água Fria, vila bastante florescente criada em 1710 e notável pelo colégio e domínio dos Padres Jesuítas ali sediados. A Casa da Tôrre de Garcia d'Ávila protestou contra a pretensão dos jesuítas, sem resultados, no entanto. Mais tarde, foi a Capela elevada à categoria de Paróquia ficando, porém, o povoado de Inhambupe de Cima subordinado a Água Fria até 1727, quando Vasco Fernandes Cézar de Menezes, pela Resolu-

ção de 24 de abril, elevou a povoação à categoria de vila, continuando subordinada e administrada por Água Fria. Os moradores locais enviaram protestos a El-Rei que, em 26 de junho de 1801, por Carta régia, mandou instalar a vila de Inhambupe de Cima, o que foi feito solenemente a 13 de março de 1802. Em 1816, pelo Alvará régio de 7 de novembro, foi criada a freguesia de Inhambupe, que se desmembrou nessa data da de Água Fria e ficou constituída em Paróquia de Inhambupe.

Em virtude da Lei estadual número 134, de 6 de agôsto de 1806, foram concedidos foros de cidade à sede do município de Inhambupe, que na divisão administrativa de 1911, se subdividia em 17 distritos: o da sede e os de Aporá, Calumbi, Mulungu, Caueira, Recreio, Tanquinho, Gibóia, Encantado, Serra, Lagoa, Barreiro, Jacu, Curralinho, Caetitu, Junco e Bebedouro.

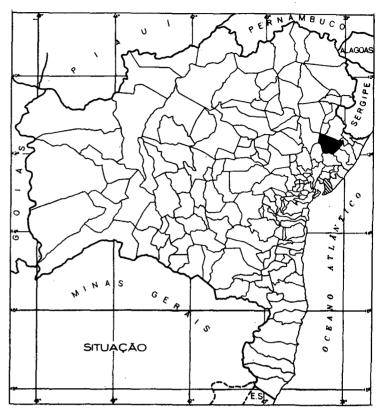
Em conseqüência do Decreto número 7 479, de 8 de julho de 1931, parte do município de Itapicuru, situada à margem direita do rio dêsse nome, foi anexada a Inhambupe, que, na divisão administrativa de 1933, abrange 4 distritos: Inhambupe, Itapororocas, Aporá e Sátiro Dias.

Nos divisões territoriais de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, como também no quadro anexo ao Decreto-lei estadual número 10 724, de 30 de março de 1938, o município de Inhambupe compõe-se de 5 distritos: Inhambupe, Itapororocas, Aporá, Sátiro Dias e Serra do Aporá.

De conformidade com o Decreto estadual número .... 11 089, de 30 de novembro de 1938, o território do extinto distrito de Itapororocas foi anexado ao distrito-sede, aparecendo o município com a seguinte composição: Inhambupe, Aporá, Itamira (ex-Serra do Aporá) e Sátiro Dias, constituição esta que não mais sofreu alterações, permanecendo o município com o mesmo número de distritos.

Praça Cônego Maximiano

Em 19 de junho de 1822, o município aderiu à causa da Independência, enviando a Cachoeira o seu primeiro contingente com cêrca de 100 homens. Por ocasião da guerra do Paraguai, vários contingentes de voluntários, filhos de Inhambupe, seguiram para o campo de batalha.

LOCALIZAÇÃO — O município de Inhambupe localiza-se na Zona Fisiográfica do Litoral Norte. Limita com os municípios de Acajutiba, Alagoinhas, Entre Rios, Esplanada, Irará, Itapicuru, Nova Soure e Serrinha. A sede municipal possui as seguintes coordenadas geográficas: 11° 47' 06" de latitude Sul e 38° 21' 36" de longitude W. Gr. Dista da Capital do Estado, em linha reta, 126 km, sendo o seu rumo N. N. E.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 179,718 metros na chapa cravada à direita da porta principal da igreja-matriz pelo Conselho Nacional de Geografia.

ÁREA — A área do município é de 2 197 km².

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O território é pouco acidentado. Os seus principais acidentes geográficos são: rio Inhambupe, a cachoeira do Alecrim no rio Inhambupe, com a capacidade estimada de 50 H. P. e a lagoa Sêca, com 900 metros de comprimento e 400 de largura.

CLIMA — Sêco no verão e temperado no inverno é geralmente saudável. A temperatura da sede municipal apresentou, em 1955, os seguintes dados: máxima 35°C, mínima 17°C e média 26°C.

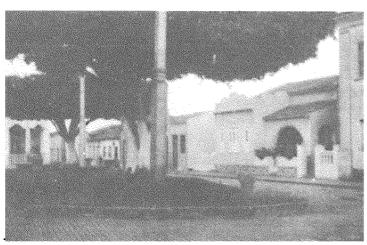
RIQUEZAS NATURAIS — De origem vegetal, o município tem diversas espécies de madeiras para construção, tais como cedro, louro, sucupira, vinhático, peroba, baraúna. Há também fibras de gravatá e caroá. Entre as plantas medicinais: bupe, milhomes, ipeca, alecrim, fedegoso, etc. De origem mineral apenas existe pedra calcária.

POPULAÇÃO — A população do Município, em 1950, era de 41 461 habitantes, sendo 19 783 homens e 21 678 mulheres; 6 995 eram de côr branca, 7 082 de côr preta, e .. 27 317 de côr parda. Da população de 15 anos e mais, ... 9 032 eram solteiros, 12068 casados, 1 535 viúvos e 2 desquitados. Para cada 100 homens, existia uma proporção de 110 mulheres. A população rural representava 86,5% da população total. Da população de 5 anos e mais, 6 845 pessoas sabiam ler e escrever, equivalendo a 19,8% do total. A população em idade ativa (10 anos e mais) era de 27 873

(12 983 homens e 14 890 mulheres) da qual 12 072 (9 954 homens e 2 118 mulheres), dedicavam-se ao ramo "agricultura, pecuária e silvicultura", que é o ramo que ocupa maior número de pessoas no município. A população da cidade era de 3 245 pessoas, sendo 1 444 homens e 1 801 mulheres. A cada 100 homens correspondia um total de 125 mulheres. A população estimada para 1.º de junho de 1957 era de 3 800 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Existiam, em 1950, 4 aglomerações urbanas com a seguinte população: cidade de Inhambupe — 3 245 habitantes, e vilas de Aporá — 866, Itamira — 628 e Sátiro Dias — 847 habitantes.

OUTRAS AGLOMERAÇÕES — Além da cidade e das vilas, o município conta os principais povoados abaixo, cuja população estimada para 1957 é a seguinte: Mimoso 500 habitantes, Estiva 300 habitantes, Lagoa Comprida 300 habitantes, Nambis 150 habitantes e Boa Vista 100 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — De acôrdo com o Recenseamento de 1950, 43,31% das pessoas em idade ativa (10 anos e mais) estavam ocupadas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura". A agricultura é a principal atividade econômica, merecendo destaque a cultura de fumo em fôlha, cuja produção, em 1955, atingiu 10 270 milhares de cruzeiros, seguindo-se a produção de milho com 531 milhares de cruzeiros, feijão com 337 milhares de cruzeiros, cana-de-açúcar com 330 milhares de cruzeiros e outras culturas de menor significação econômica. O total da produção agrícola foi, em 1955, de quase 20 000 milhares de cruzeiros. A fruticultura ocupa lugar de relêvo na economia municipal, destacando-se a produção de banana, com cêrca de .. 3 700 milhares de cruzeiros e a de laranja com 561 milhares de cruzeiros. A produção industrial alcançou, em 1955, .. 8 000 milhares de cruzeiros, merecendo destaque a produção de farinha de mandioca com 2 850 milhares de cruzeiros, seguindo-se produtos alimentícios (pães e biscoitos) com quase 2 000 milhares de cruzeiros e produtos de cerâmica (telhas e tijolos) com quase 1 000 milhares de cruzeiros.

Outro aspecto da Praça Maximiano

A produção extrativa também contribuiu com parcela considerável, principalmente na produção de lenha, que atingiu cêrca de 6 000 milhares de cruzeiros e de madeiras para construção com 600 milhares de cruzeiros.

A atividade pecuária é bastante desenvolvida no município, que conta com o seguinte rebanho: bovinos 31 700, eqüinos 3 910, asininos 1 600, muares 1 800, suínos 10 600, ovinos 6 000 e caprinos 3 200. Inhambupe está incluído entre os municípios que compõem a bacia leiteira de Salvador, na zona Litoral Norte.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se a cidade de Inhambupe à Capital Federal, à Capital do Estado e às cidades vizinhas por via rodoviária: à Capital Federal — 1 728 km; à Capital do Estado — 177 quilômetros; às cidades vizinhas de Acajutiba — 48 km, Alagoinhas — 44 km, Entre Rios — 67 quilômetros, Esplanada — 81 quilômetros, Irará 100 quilômetros, Itapicuru — 65 quilômetros, Nova Soure — 75 km e Serrinha 160 quilômetros. É servida por uma Agência postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telegráfos e pela rodovia BA-6.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio local mantém transações principalmente com as praças de São Paulo, Aracaju, Salvador, Feira de Santana e Alagoinhas. Existem no município 1 estabelecimento comercial atacadista e 280 varejistas. O giro comercial atingiu, em 1956, 32 025 milhares de cruzeiros. O salário-mínimo em vigor é de 2 000 cruzeiros. Funciona na sede municipal um escritório da ANCAR, estendendo as suas atividades a todo o município através de assistência e crédito supervisionado ao homem do campo.

ASPECTOS URBANOS — A cidade está situada sôbre uma espécie de "plateau" em cuja planura ficam os seus principais logradouros. Conta 42 logradouros, dos quais 7 pavimentados e 8 arborizados. A iluminação pública beneficia todos os logradouros existentes e conta a iluminação domiciliária com 203 ligações. A principal artéria da cidade é a Praça Cônego Maximiano, onde está situada a igreja-matriz. Os principais prédios são a Prefeitura Municipal, a igreja-matriz e o ginásio "Dr. Luís Coelho". Conta 342 prédios. Funciona 1 cinema e existem 1 hotel, 3 pensões, 1 agência do D. C. T. Um automóvel e 7 caminhões foram registrados na repartição competente.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária à população é prestada pelo Pôsto Médico subordinado à Secretaria de Saúde do Estado, que mantém 1 clínico e 1 enfermeiro. O município integra o Setor número 3, sediado em Alagoinhas, do Departamento Nacional de Endemias Rurais, que também presta assistência à população. Exercem a profissão na cidade, 1 médico e 1 dentista. Há 4 farmácias.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com os dados do Recenseamento de 1950, a população do município, de 5 anos e mais, era de 34 523. Desta população, sabiam ler e escrever 6 845 pessoas, sendo 3 880 homens e 2 965 mulheres, representando apenas 19,83%. Na cidade havia 2 790 habitantes, sabendo ler e escrever apenas 1 326 (637 homens e 689 mulheres).

ENSINO — Existiam, em 1956, 37 unidades escolares do ensino fundamental comum tendo a matrícula efetiva atingido cêrca de 1 500 alunos. Das unidades escolares, 12 eram estaduais e 25 municipais, destacando-se a Escolas Reunidas "Sátiro Dias", localizada na sede municipal. O ensino

extraprimário é ministrado pelo Ginásio "Dr. Luís Coelho", havendo ainda na sede municipal as escolas de corte e costura "São Francisco" e "D. João Bosco".

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existem 2 bibliotecas com menos de 1 000 volumes, 1 cinema e 1 serviço de alto-falante. Funcionam ainda as seguintes associações esportivas e culturais: Sociedade de Cultura Artística Inhambupense, Sociedade Dínamo Esporte Clube, Grêmio Cenegista Castro Alves, Esporte Clube Arsenal e o Esporte Clube Cruz Vermelha.

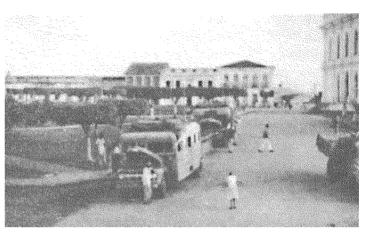
CULTOS RELIGIOSOS — O município tem duas paróquias: a de Nossa Senhora da Conceição de Aporá, com sede na Vila de Aporá, e a do Divino Espírito Santo, com sede na cidade de Inhambupe, subordinadas ao Arcebispado da Bahia. Possui 2 igrejas, 18 capelas e 8 associações religiosas do culto católico romano.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Os principais festejos realizados no município são: *Natal.* — O nascimento de Jesus Cristo é comemorado com a tradicional "missa do galo", presepes nas casas residenciais e igrejas e feira noturna com brinquedos, doces e bebidas, prolongando-se até o amanhecer do dia seguinte. — *São João.* — Outra data que merece a atenção pública é a de São João — 24 de junho —, quando o céu se enfeita de balões multicores e fogos de artifício. Na cidade, vilas e principais povoados, turmas de môças e rapazes festejam o dia, visitando os lares, onde é encontrada farta mesa com licores, predominando o de genipapo, amendoim cosido, canjica de milho verde, laranja, bolos, etc. *Micareta.* — Não participando dos festejos levados a efeito pelo carnaval, a cidade, no entanto, comemora efusivamente a micareta com dois dias de brincadeiras momescas, havendo blocos, máscaras, ternos, etc. *Procissão.* — Duas são tradicionais e se revestem de intenso brilho religioso: a de 8 de dezembro, em homenagem a Nossa Senhora da Conceição, padroeira local, e a do Divino Espírito Santo, realizada em 19 de maio.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O município conta com 9 295 eleitores inscritos, tendo votado apenas 5 464 nas eleições de 1954. O número de vereadores é de 12. Exerciam atividades no município 14 funcionários federais, 41 estaduais, 85 municipais e 1 autárquico.

FINANÇAS — O quadro abaixo apresenta os resultados da arrecadação pública e da despesa municipal no setênio 1950-1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	294	771	799	241	782
1951	479	1 172	643	281	635
1952	642	1 327	831	323	856
1953	516	1 199	1 168	365	853
1954	204	1 204	2 209	325	1 138
1955	431	2 044	1 141	419	858
1956	485	2 952	1 145	525	964

JUSTIÇA — O município é sede da comarca criada pela Lei provincial número 51, de 21 de março de 1837. Na divisão territorial datada de 31 de dezembro de 1936 a co-

Praça da Bandeira

marca de Inhambupe é formada pelos têrmos de Inhambupe, Itapicuru e Cipó, passando a abranger também o têrmo de Pombal nas de 1937 e 1938, situação que permaneceu inalterada até 1945, quando, por fôrça do Decreto-lei estadual número 519, de 19 de junho de 1945, foi desanexado da comarca de Inhambupe o têrmo de Ribeira do Pombal, transferido para a recém-criada comarca de Cícero Dantas, e o de Itapicuru para a dêste nome. Atualmente o município é comarca da 3.ª entrância, abrangendo seu próprio território.

Conta com 10 cartórios, sendo 4 do registro civil. O total de feitos julgados, em 1956, foi de 101, assim distribuídos: cível 78 e crime 23.

VULTOS ILUSTRES — Destacaram-se no cenário político nacional os seguintes filhos do município: *Dr. Sátiro de Oliveira Dias,* nascido na cidade de Inhambupe, no dia 12 de janeiro de 1844. Era filho do casal Cláudio José Dias e Dona Umbelina de Oliveira Dias. Fêz os cursos de humanidade no "Ginásio Bahiano". Matriculou-se na Escola de Medicina da Bahia em 1863, interrompendo porém o curso por fôrça da guerra do Paraguai, no 4.° ano, seguindo como voluntário no Corpo de Saúde. Voltou à Bahia, em 1869, com o pôsto de 1.° Cirurgião e condecorado com a "Ordem da Rosa". Matriculou-se novamente na Escola de Medicina, doutorando-se em 1870. Dedicou-se à política, fazendo parte do "Partido Liberal", sendo eleito para a Assembléia provincial nos períodos de 1878-79 e de 1882-83. Foi colaborador brilhante do "Diário da Bahia", quando o jornal estava sob a direção dos Drs. Pedro Leão Veloso e Manoel Pinto de Sousa Dantas. Foi Presidente das Províncias: do Amazonas (26-VI-1880 a 15-V-1881), Rio Grande do Norte (1.°-VI-1881 a 12-VI-1882) e Ceará (21-VIII-1883 a 11-VI-1884). Em 1895, já de volta à Bahia, foi Secretário do Interior do govêrno Luís Viana, e em 1889, Diretor-Geral do Ensino. Eleito Deputado à Assembléia Constituinte do Estado, cooperou eficazmente na organização da Constituição estadual republicana, tendo sido também seu Vice-Presidente. Foi Presidente da 1.ª Assembléia legislativa republicana. Aposentou-se em 1899, sendo porém, eleito Deputado federal no período de 1900 a 1905, e depois, foi nomeado Delegado fiscal do "Ginásio Carneiro Ribeiro", exercendo êsse cargo até o ano de 1911. Faleceu em ...... 19-VII-1913, na cidade de Salvador, depois de uma existência profícua, em favor de sua terra natal e do Brasil. *Manoel Pinto de Sousa Dantas,* nascido na fazenda "Ita-

pororocas", município de Inhambupe, no dia 21-II-1830. Casou-se com Dona Amália Josefina Barata; teve um filho que recebeu o nome de Rodolfo Epifânio de Sousa Dantas. Diplomado em Direito pela Escola de Direito de Olinda, Pernambuco, em novembro de 1851. Voltando à Bahia, nesse mesmo ano, foi eleito Deputado provincial. Foi também Procurador da Fazenda do Estado, Juiz de Órfãos na Capital e na cidade de Santo Amaro, Juiz de Direito em Sergipe e Chefe de Polícia no Maranhão. Foi Presidente das Províncias de: Alagoas (em 1859) e na Bahia (em 1865). No Gabinete formado no Rio de Janeiro pelo Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcelos em 3-VIII-1866, ocupou a pasta da Agricultura. Foi reeleito diversas vêzes Deputado provincial e depois geral, e eleito Senador do Império em 1878. Ocupou a pasta da Justiça em 1880, e tendo o Gabinete organizado em 6-VI-1884, ocupou a pasta da Fazenda. Com a demissão, em 1888, do Gabinete de 1884 e a conseqüente dissolução da Câmara, voltou à Bahia, reorganizando a imprensa baiana, tornando o seu jornal, "Diário da Bahia", o paladino liberal, defendendo os interêsses do povo contra o Govêrno. Foi prêso várias vêzes, porém, a popularidade que continuara a gozar o fêz ser eleito Deputado Geral nas fôrças oposicionistas ao Govêrno. Foi Presidente do "Banco do Brasil" no período republicano e Provedor da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro. Foi Conselheiro do Estado e também, condecorado com a "Ordem de Cristo" e a "Ordem da Águia Branca", esta, da Rússia. Faleceu no Rio de Janeiro em 29-I-1894. Projetaram-se ainda no cenário nacional os Drs. *Luís Antônio Ferreira Coelho e João Veloso,* respectivamente, médico e político de projeção e estadista.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município denominam-se "inhambupenses". A denominação Inhambupe deriva de seu homófono indígena que significa *a grande ilha que parecia formar o rio,* onde está localizada a cidade. O rio era apelidado pelos indígenas de *"Bupe".*

O Prefeito é o Sr. Parmenio Bacelar, e o Presidente da Câmara de Vereadores, o Sr. Pedro da Silva Oliveira.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística por José de Almeida Costa. — Chefe da Agência Municipal de Estatística: José Franklin de Lacerda.)

IPIAÚ — BA

Mapa Municipal na pág. 59 do 6.º Vol.

HISTÓRICO — Região de grandes matas e privilegiada pela sua boa situação física, foi, até o início do século vinte, habitada por índios tapuias. Nessa época, com o desbravamento impôsto pela civilização nas zonas centrais do Estado, começaram a surgir os seus primeiros exploradores que, na maioria, se constituíam de aventureiros. Com o impulsionamento fomentado pelos municípios de Camamu e Jequié, centros comerciais mais próximos, alguns povoados foram surgindo, como os de Barra do Rocha e Dois Irmãos (hoje Ubatã), começando, então, a afluência de grandes fazendeiros, que iniciavam o cultivo do cacau. Em fins de 1913, após os acontecimentos políticos de Ubaíra (Areia), instalou-se na região o Sr. Raimundo dos Santos — que os moradores locais apelidaram de Raimundo Crente, — e se apossou dos terrenos devolutos que hoje formam o distrito-sede de Ipiaú. Dando expansão aos seus negócios, comprou pelo preço de 70$000 (setenta mil réis) tôda a área de terras que hoje compreende a vila de Ibirataia (ex-Tesouras). Nessa época, as áreas recém-adquiridas pelo Senhor Raimundo dos Santos eram ainda pràticamente desabitadas, vez que, nestas existiam apenas alguns caçadores arranchados, e, naquelas, um casebre de palha habitado por duas mulheres e outro onde residia um foragido, procedente do município de Castro Alves. Apesar das grandes possibilidades econômicas da região, todo o cacau cultivado ainda não atingia a casa das 100 arrôbas, as quais, via de regra, eram compradas pelo Sr. Raimundo Santos, que hàbilmente comercializava o produto.

Abriram-se caminhos de tropas para dar escoamento ao cacau, e começaram a surgir então as primeiras casas. Devido a uma briga entre as duas mulheres acima citadas, tendo uma atirado uma acha de lenha em brasa na outra, os que por ali transitavam começaram a designar o lugar de "rapa-tição", que passou a ser, o primitivo topônimo.

Por essa época, apareceu em "Rapa-tição" o italiano José Miraglia, que adquiriu ao Sr. Raimundo boa parte de terras pelo preço de 70$000, começando, de logo, a construir novas habitações. Surgiu, então, o povoado pròpriamente dito.

Observando o crescimento do lugar, Raimundo Santos foi a Camamu entender-se com o Gonçalo Martins no sentido de se criar em "Rapa-tição" um distrito de paz, com o nome de Rio Novo, que julgou oportuno, devido ao rio Água Branca, que fôra descoberto na ocasião da formação do povoado. Assim, em 1916, pela Lei municipal número 90 de 1.º de junho, aprovada pela Lei estadual número 1 156 de 1.º de agôsto do mesmo ano, "Rapa-tição" passou a ser distrito de paz, porém, com o nome oficial de Alfredo Martins, incorporado ao município de Camamu.

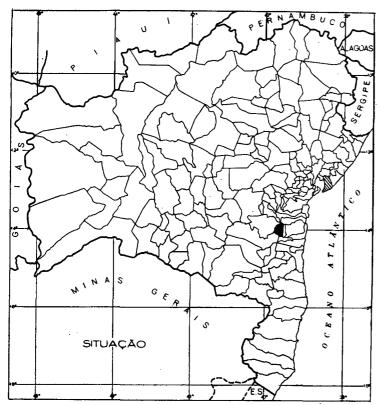
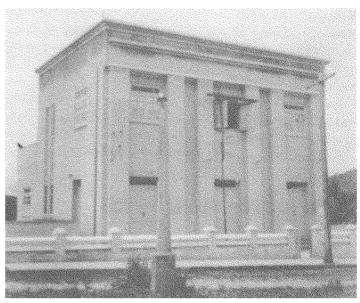
Com a afluência vertiginosa dos aventureiros e a ganância desenfreada dos fazendeiros já radicados, começaram então os atritos peculiares às zonas do cacau que, via de regra, eram pela posse indevida e arbitrária das propriedades tomadas dos posseiros humildes pelos grandes proprietários, em desrespeito às leis, usando, nesses ardis, a fôrça do famoso rifle "papo-amarelo" ou "repetição", com perda de vidas úteis à coletividade.

Com o crescimento vertiginoso do distrito de Alfredo Martins, tornava-se cada vez mais difícil a sua administração devido à distância entre o distrito-sede e Camamu e a dificuldade de transporte que impossibilitava uma perfeita gestão. Sentindo os reflexos acima descritos, a sua população, que ao tempo já possuía jornal de circulação interna, começou a se movimentar em prol da emancipação de sua vida e, em 1924, em reunião conjunta, foi feito o pedido e encaminhamento ao Senador Frederico Costa, com uma ata cujo original se encontra nos arquivos da Prefeitura local. Nada se conseguiu, porém, nessa ocasião. Decorridos seis anos dêsse movimento emancipacionista, passou a sede do distrito à categoria de subprefeitura, com o nome de Rio Novo, pelo Decreto estadual número 7 139, de 17 de dezembro de 1930, ainda subordinada ao município de Ca-

mamu. Um ano mais tarde, pelo Decreto estadual número 7 455, de 23 de junho de 1931, o território do distrito do Rio Novo foi desmembrado do município de Camamu e anexado ao de Jequié, fato êsse confirmado pelo Decreto estadual número 7 479, de 8 de julho de 1931, que criou no município de Jequié a subprefeitura de Rio Novo, dividida mais tarde em 3 distritos pelo Decreto estadual número 8 249, de 31 dezembro de 1932: Rio Novo, Tesouras e Barra do Rocha.

Nessa fase preparatória para a consolidação futura da sua emancipação, Rio Novo conheceu 3 subprefeitos, nas pessoas dos Srs.: Osório Cordeiro da Silva, Leonel Dias de Andrade e Antônio de Sá, os quais regeram seus destinos nas datas de 7 de julho a 14 de novembro de 1931; 5 de novembro de 1931 a 31 de agôsto de 1932; e 1.º de setembro de 1932 a 1.º de fevereiro de 1933, respectivamente, até que, finalmente, pela Lei estadual número 8 725 de 2 de dezembro de 1933, foi o arraial, sede da subprefeitura do Rio Novo, elevado à categoria de vila e criado o município do mesmo nome, com território desmembrado do de Jequié, constituído dos distritos de Rio Novo, Tesouras, Barra do Rocha e Dois Irmãos, que, 10 anos após, por fôrça do Decreto-lei estadual número 141, de 31-XII-1943, passaram a denominar-se, respectivamente: Ipiaú (que na língua tupi quer dizer Rio Novo), Ibirataia, Barra do Rocha e Ubatã.

Por fim, já em 1952, com o desmembramento do distrito de Ubatã, elevado à categoria de município pela Lei número 514, de 13 de dezembro de 1952, ficou reduzido a três distritos, até que a Lei número 628, de 30 de dezembro de 1953, fixou a sua divisão administrativa novamente em quatro distritos: Ipiaú, Barra do Rocha, Ibirataia e Algodão.

LOCALIZAÇÃO — O município de Ipiaú está localizado na Zona Fisiográfica denominada "Cacaureira", limitando ao norte com os municípios de Nilo Peçanha e Ituberá; ao sul,

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Agência dos Correios e Telégrafos

com os de Boa Nova e Ubaitaba; a leste, com o de Ubatã (recentemente desmembrado); e a oeste, com os municípios de Jequié e Boa Nova. A sede do município possui as seguintes coordenadas geográficas: 14° 08' 20" de latitude Sul e 39° 44' 02" de longitude W. Gr.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal, segundo chapa cravada pelo Conselho Nacional de Geografia, na base do monumento a Rui Barbosa, na Praça do mesmo nome, é de 135,3438 m.

ÁREA — A área total do município era de 1 048 km², ficando, entretanto, reduzida a 800 quilômetros quadrados, aproximadamente, em virtude da perda sofrida com o desmembramento do município de Ubatã.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O território municipal possui uma topografia acidentada e é cortado na direção norte-sul pelo rio Água Branca, que desemboca no rio de Contas e serve de limite do município pela parte sul. No extremo norte, servindo de limite com os municípios de Nilo Peçanha e Ituberá, destacam-se as serras Geral e Gandu na parte central. Além das citadas, existem ainda as de Juá, Boi, União, Tororó e Burundangas.

CLIMA — Ipiaú não possui pôsto meteorológico. O seu clima é o típico da região cacaueira: quente no verão e frio no inverno.

RIQUEZAS NATURAIS — À exceção de algumas espécies de madeiras de lei e plantas medicinais, nada mais existe na sua flora que constitua riquezas naturais.

A fauna é inexpressiva. Possui, entretanto, algumas espécies de animais silvestres e peixes, como sejam: traíra, acari, piau, etc. O município é pobre em minérios. Constitui a sua única extração mineral a pedra para construção.

POPULAÇÃO — A população total de Ipiaú, segundo dados fornecidos pelo Recenseamento de 1950, era de 48 056 habitantes, sendo 24 086 homens e 23 970 mulheres e tinha a seguinte discriminação: 13 765 brancos, 9 898 pretos, 24 339 pardos e 54 não declarados. Da população de 15 anos e mais, declararam-se solteiros 13 220, casados 12 484, viúvos 1 503 e desquitado 1, o que perfaz um total de 27 208.

A população da sede era de 6 981 habitantes, sendo 3 260 homens e 3 721 mulheres. A cada 100 homens, correspondia um total de 99 mulheres. O quadro urbano concentrava 16,9% da população e no quadro rural encontravam-se .. 72,2%. Na população de 5 anos e mais (39 773), 19 806 eram homens e 19 697 mulheres. Dêstes, 10 007 declararam saber ler e escrever, sendo 5 759 homens e 4 248 mulheres.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Segundo os dados censitários de 1950 existiam no município quatro aglomerações urbanas: a cidade de Ipiaú com 6 981 habitantes e as Vilas de Ubatã (hoje desmembrada) 2 503 hab., Ibirataia 2 916 habitantes e Barra do Rocha, 960 habitantes. Em 1953, o povoado de Algodão foi elevado a vila, tendo uma população aproximada de 1 100 pessoas. A população da cidade de Ipiaú estimada para 1.º de julho de 1957 é de 11 000 habitantes.

Feira à Rua Virgílio Damásio

OUTRAS AGLOMERAÇÕES — Além da sede e das vilas, conta ainda o município com os povoados abaixo, com a respectiva população estimada para 1957: Comissão, 460 e Tesourinha, 350 habitantes.

ATIVIDADE ECONÔMICA — A mais importante atividade econômica é a produção agrícola que, em 1955, se elevou à expressiva soma de 81 800 milhares de cruzeiros, sendo que dêsse montante, 72 000 milhares de cruzeiros correspondem à produção do cacau, seu principal produto. Dos demais produtos agrícolas menciona-se a produção de café, mandioca, fumo em fôlha e batata-doce. Depois do cacau, a colheita de café é a mais importante.

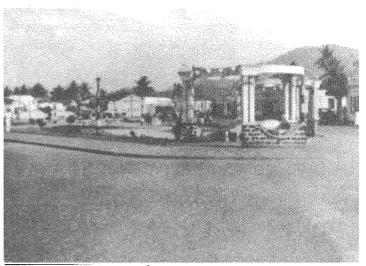
Em segundo plano, vem a produção extrativa vegetal cujo montante, em 1955, atingiu 658 milhares de cruzeiros, figurando em primeiro lugar a extração da lenha, cujo valor montou em 640 milhares de cruzeiros.

A população pecuária é expressiva, contando com um efetivo de 14 000 bovinos, 30 000 suínos, 4 000 eqüinos, .. 1 500 asininos e efetivos inferiores a 1 000 cabeças nos rebanhos de muares, ovinos e caprinos.

A produção industrial se elevou, em 1955, à importância de 18 424 milhares de cruzeiros, cabendo à farinha de mandioca 10 800 milhares de cruzeiros.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Ipiaú comunica-se com a Capital Federal, Capital do Estado e municípios limítrofes, via rodoviária que é a sua principal via de transporte; à Capital da República — 1 395 quilômetros; à Capital do Estado — 423 quilômetros; às cidades vizinhas de Boa Nova — 158 quilômetros; Ituberá — 124 quilômetros; Jequié — 74 quilômetros; Nilo Peçanha — 205 km; Ubaitaba — 100 quilômetros; e Ubatã — 44 quilômetros. A cidade possui um campo de pouso, ainda não inaugurado oficialmente.

COMÉRCIO E BANCOS — Operam, no município, 302 estabelecimentos comerciais varejistas, 32 atacadistas e as agências bancárias seguintes: Agência do Banco do Brasil, instalada em outubro de 1954, do Banco da Bahia, instalada em novembro de 1948, do Banco Econômico da Bahia, instalada em 19 de janeiro de 1949, Agência do Instituto de Fomento Econômico da Bahia, instalada em 1.º de fevereiro de 1949 e ainda Escritório do Banco da Bahia, na vila de Ibirataia, instalado em 28 de setembro de 1956. O giro comercial atingiu, em 1956, a soma de 258 175 milhares de cruzeiros. O comércio mantém transações com as praças de Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo, as quais, via de regra, são efetuadas através dos municípios de Jequié e de Ilhéus. O salário-mínimo oficial decretado para a 2.ª sub-região, e da qual faz parte o município é de Cr$ 2 400,00.

ASPECTOS URBANOS — Ipiaú está localizada à margem esquerda do rio de Contas, apresentando topografia plana na parte sul, e ligeiramente acidentada na parte oeste. Apresenta aspecto agradável, com ruas e praças bem traçadas. Possui 46 logradouros, sendo 12 pavimentados a paralelepípedos e pedras irregulares e 1 ajardinado e arborizado. É dotada da rêde de esgôto servindo a 12 logradouros, com um total de 362 ligações domiciliares e de rêde elétrica, que se estende a 24 logradouros, com um total de 410 ligações domiciliares. Há 2 458 prédios. Funcionam 2 cinemas, 5 hotéis e 3 pensões.

Vista parcial da Praça Ruy Barbosa

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Possui 1 hospital particular com denominação de "Casa de Saúde e Maternidade São José" e 2 postos: o Pôsto de Combate à Bouba e o Pôsto de Higiene mantido pela Secretaria de Saúde. O município faz parte do setor número 6, sediado em Jequié, do Departamento Nacional de Endemias Rurais. Exercem a profissão na cidade 11 médicos, 5 dentistas, 2 farmacêuticos e 1 enfermeiro.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com os dados do Censo de 1950, a população municipal de 5 anos e mais era de

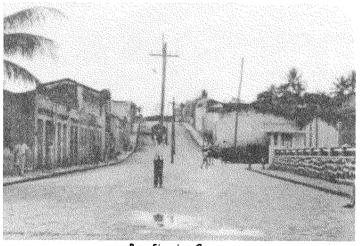
39 735 habitantes, sendo 19 806 homens e 19 976 mulheres. Dêstes, apenas 10 007 (25,2%) sabiam ler e escrever, sendo: 5 759 homens e 4 248 mulheres. Na sede municipal, da população de 5 anos e mais (6 009 pessoas) sabiam ler e escrever 2 768, sendo 1 442 homens e 1 326 mulheres.

ENSINO — Em 1956, registravam-se no município, 48 unidades escolares do ensino primário fundamental comum, sendo 34 municipais, 11 estaduais e 3 particulares, com uma matrícula efetiva total de 2 436 alunos. Possui também o Ginásio de Rio Novo que ministra os cursos ginasial e pedagógico.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Edita-se o jornal Rio Novo, semanário de regular circulação no interior. Funcionam 4 bibliotecas, sendo 2 públicas, a "Teixeira de Freitas" e a "Cosme de Farias", com mais de 600 volumes cada, pertencentes à Agência Municipal de Estatística e à Prefeitura Municipal, respectivamente. Contam-se também, 1 livraria e várias associações culturais onde se destaca o "Rio Novo Tenis Clube".

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — O único monumento existente em Ipiaú, é o dedicado à liberdade, erigido na Praça Rui Barbosa.

CULTOS RELIGIOSOS — A paróquia de Ipiaú está sob a jurisdição do Bispado de Ilhéus. Existem no Município 7 templos católicos: 1 igreja-matriz sob a invocação de São Roque do Rio Novo e 6 capelas. O culto protestante conta 6 igrejas batistas e 1 adventista.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Das manifestações religiosas, a que mais sobressai é a que se comemora anualmente a 16 de agôsto, dia consagrado ao padroeiro da cidade, São Roque. A essas festividades afluem milhares de pessoas procedentes da zona rural e mesmo de municípios circunvizinhos. O programa

Rua Siqueira Campos

consta de procissão e festas de largo. Anualmente se comemoram ali as festas natalinas, quando são dançados o "bumba-meu-boi" e o "reisado". Por ocasião do Natal, blocos de rapazes e môças saem às ruas entoando cânticos regionais ao som de violas, harmônicas e pandeiros, não faltando o ponto original, que é a presença do "bumba-meu-boi". O "reisado", também freqüente, é realizado com blocos de pessoas de ambos os sexos também chamados "ternos", que, tìpicamente vestidas, portando lanternas e ornamentos outros, saem às ruas entoando cânticos ao som de instrumentos de corda e sôpro, fazendo paradas às portas das famílias, dirigindo-se em seguida a um presepe onde fazem suas reverências ao Menino Jesus e aos Reis Magos, retornando, por fim, a uma das casas familiares, onde estacionam para dançar.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — Em 1956 contava o município 8 062 eleitores inscritos. Votaram 7 091 pessoas nas últimas eleições. São 12 os vereadores em exercício. Em 1956, exerciam atividades ali 180 funcionários públicos, assim distribuídos: federais 17, estaduais 57, municipais 85 e autárquicos 21. O município é sede da 29.ª Circunscrição da 10.ª Região Fiscal do Interior.

FINANÇAS PÚBLICAS — No quadro abaixo informa-se o movimento das finanças públicas do município, referente ao período 1950-1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	1 035	3 440	2 636	2 065	3 701
1951	1 417	6 485	3 360	2 739	2 905
1952	1 505	5 545	3 211	3 168	3 137
1953	1 736	9 352	5 008	4 993	4 043
1954	2 569	19 097	9 295	7 901	5 909
1955	3 385	17 034	7 429	6 023	11 754
1956	4 062	12 877	8 336	7 796	8 482

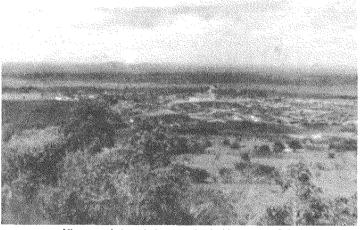
JUSTIÇA — O município é sede de comarca instalada em 1945 e criada por fôrça do Decreto-lei estadual número 512, de 19 de junho daquele ano. A princípio foi têrmo da comarca de Jequié, passando, em 1938, de acôrdo com o Decreto estadual 10 724 de 30 de março, a têrmo da de Ubaitaba. Voltou a pertencer à comarca de Jequié, por fôrça do Decreto estadual número 12 978, de 1.º de junho de 1944, permanecendo nessa condição, até a data em que foi elevada à categoria de comarca. Atualmente é de 2.ª entrância, compreendendo os têrmos de Ipiaú e Ubatã. Possui 12 cartórios sendo 4 do Registro Civil. O número de feitos julgados, em 1956, elevou-se a 241, sendo: 178 no cível e 63 no crime.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os filhos do município denominam-se "ipiauenses". A denominação Ipiaú tem origem na língua tupi e quer dizer Rio Novo. O prefeito em exercício é o Dr. Salvador da Mata, e o Presidente da Câmara, o Dr. Manuel Pinto. O primeiro Intendente municipal foi o Sr. Antônio de Sá. A primeira Câmara compunha-se dos seguintes membros: Farm. Licurgo de Araújo (presidente), Anibal Azevedo (vice-presidente), Dr. Antônio Araponga (1.º secretário), Sr. Antônio Mota Bittencourt (2.º secretário), Dr. Antônio Fontana Júnior e Senhores Francelino Gualberto, Nelson Costa Ribeiro e Edson de Melo Cabral. O primeiro prefeito foi o Sr. Leonel Dias de Andrade, eleito juntamente com a primeira Câmara, em 1936.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística por Jehovah de Andrade Campos. — Chefe da Agência Municipal de Estatística: Antônio Queiroz de Souza.)

IPIRÁ — BA

Mapa Municipal no 5.º Vol

HISTÓRICO — Foi, primitivamente, uma aldeia de índios denominada "Camisão", habitada por gentios de uma das ramificações da tribo tupi. Ao seu território são feitas referências desde o princípio do século XVII, quando tiveram lugar os primeiros encontros dos portuguêses com os índios, após êstes lhes haverem oferecido forte resistência. O aldeamento indígena fôra arrasado em 28 de julho de 1673 pelo Capitão-mor Braz Roriz de Arcão, a mando de Afonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça, então Governador da Província. Após a retirada, os indígenas organizaram emboscada e, à noite, derrubaram a capela de Santana do Camisão, apossaram-se do sino e conduziram-no para as proximidades do local onde o município de Ipirá confina atualmente com o de Santo Estêvão, vindo a ser encontrado, muito depois, por pessoas que desbravavam matas para a atividade agrícola. Êste sino contém, na parte interna e em alto relêvo, a data e a inscrição alusivas à época inicial em que foi tentada a catequese da aldeia, acreditando-se que o fato de ter o sino servido para chamar os silvícolas para os atos religiosos motivou o seu apropriamento. Com a rendição dos silvícolas, os herdeiros de João Peixoto Viegas, proprietários da sesmaria, abrangendo terras entre os rios Jacuípe e Paraguaçu, intensificaram o povoamento dessas terras. Gaspar de Araújo Pinto, administrador da sesmaria, constituiu diversas fazendas, dentre essas a da Ponta da Serra do Camisão, em agôsto de 1757, que se desenvolveu ràpidamente, pelo fato de ser ponto de parada obrigatória das tropas que demandavam às lavras diamantinas, cedo se transformando a fazenda em arraial muito povoado. A freguesia de Santa Anna do Camisão foi criada em 1755, com subordinação à de Sant'Ana de Feira. Foi o arraial em causa elevado à categoria de vila, com a denominação de vila de Santana do Camisão, pela Resolução provincial n.º 520, de 20 de abril de 1855, sancionada pelo Presidente João Maurício Vanderlei. Desmembrado de Feira de Santana, a criação do município de Santana do Camisão resultou do ato de criação da vila, tendo sido instalado a 3 de março de 1856. A 15 de outubro de 1867 foi criada a freguesia de Nossa Senhora do Bom Conselho de Serra Preta. Segundo a divisão administrativa de 1911, o município de Santana do Camisão compõe-se de dois distritos: o da sede e o de Serra Preta. Pelo Decreto estadual n.º 7 521, de 20 de julho de 1931, o Interventor Federal Artur Neiva, atendendo a apêlo que em

Vista geral da cidade, tomada de Norte para Sul

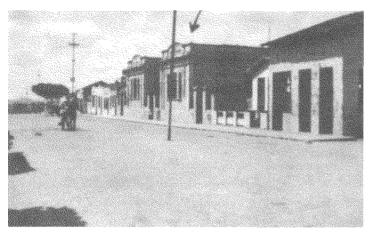
longa representação foi dirigido ao govêrno estadual, mudou o topônimo para Ipirá, extensivo ao distrito da sede. Na divisão administrativa relativa a 1933, Ipirá aparece constituído de dois distritos: o da sede e o de Serra Preta, continuando a mesma situação até 1937, quando, pela Lei estadual 1 205, de 31 de setembro de 1937, foi criado o distrito de Pintadas, ocorrendo sua instalação a 1.º de janeiro de 1939. A composição do município permaneceu inalterada até que, pela Lei estadual n.º 604, de 1.º de dezembro de 1953, o distrito de Serra Preta foi desmembrado para constituir o município de igual nome. Pela composição administrativa vigente, dois são os distritos: Ipirá e Pintadas.

LOCALIZAÇÃO — Está localizado na Zona Fisiográfica de Feira de Santana e totalmente incluído no "polígono das sêcas". Limita com os municípios de Baixa Grande, Castro Alves, Itaberaba, Riachão de Jacuípe, Mairi, Rui Barbosa, Macajuba, Santo Estêvão e Serra Preta. As coordenadas geográficas da sede municipal são: 12° 09' 25" de latitude Sul e 39° 44' 30" de longitude W.Gr. Dista da capital do Estado, em linha reta, 157 km, no rumo O.N.O.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Na cidade de Ipirá é de 328,4317 m, segundo indica uma chapa cravada ao lado direito da porta principal da igreja matriz pelo Conselho Nacional de Geografia.

ÁREA — De acôrdo com o Conselho Nacional de Geografia, a área era de 3 541 km². Em face da emancipação do distrito de Serra Preta, estima-se a área atual em 3 094 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O município está situado na bacia do Paraguaçu. É banhado pelos rios Capivari, Jacuípe, Paratigi e Peixe, não perenes. A topografia local é plana na maior extensão, sobretudo nas caatingas.

Vista parcial da Avenida Dr. Cézar Cabral

As serras existentes são as de Camisão, Cágados e Melancieira, tôdas ramificações da Serra Preta. O revestimento florístico compreende matas, caatingas e capoeiras.

CLIMA — Salubre e ameno com a temperatura máxima de 34°C, mínima de 18°C e média de 26°C. A precipitação pluviométrica anual é estimada em 950 mm e a diária em 78,10 mm. As trovoadas ocorrem de dezembro a janeiro. O inverno é incerto.

RIQUEZAS NATURAIS — A região é rica em animais silvestres, mencionando-se a existência de veado, gato-pintado, paca, cutia e inúmeras aves, principalmente, papagaio, perdiz, ema e araponga. Há, de origem vegetal, anjico, ouricuri, caroá, macambira, gravatá e plantas medicinais. De origem mineral observa-se a ocorrência de apatita e tabatinga, esta explorada.

POPULAÇÃO — Ipirá contava, por ocasião do Recenseamento Geral de 1950, com 53 291 habitantes, todos brasileiros natos, sendo 25 823 homens e 27 468 mulheres. Quanto à côr, 31 479 eram pardos, 11 312 brancos e 10 500 pretos. De 15 anos e mais, havia 12 101 solteiros, 14 590 casados, 33 desquitados e 1 386 viúvos. Para 100 homens existiam 106 mulheres. A comuna é essencialmente rural, com 95% da população localizada nessa zona, 4% residente na cidade e 1% nas vilas. A estimativa populacional para 1957 é de 44 281 habitantes. Explicável o decréscimo em face do desmembramento do distrito de Serra Preta, a partir de 7 de abril de 1955. O município classifica-se dentre os 20 mais populosos do Estado.

Aglomerações urbanas — A população da cidade, encontrada no Censo de 1950, foi de 2 232 habitantes, sendo 934 homens e 1 298 mulheres. No distrito-sede, para 100 homens havia 139 mulheres. Estima-se em 3 100 pessoas a população para 1957. Em 1950, os efetivos demográficos das duas vilas eram os seguintes: Serra Preta, desmembrada em 1953, 413 habitantes, e Pintadas 220.

Outras aglomerações — Contam-se três povoados, em 1957, sendo Malhador o mais importante, com cêrca de 250 habitantes; Umburanas e Pau Ferro possuem 150 e 80, respectivamente.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Consoante o Recenseamento Geral de 1950, das pessoas em idade ativa (10 anos e mais), 40,43% estão ocupados no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura", no total de 13 513 homens e 646 mulheres. A fôrça econômica está na pecuária, através do criatório de ovinos e caprinos, que está disseminado pela quase totalidade da população rural.

Agricultura — Não é muito desenvolvida, apesar do solo fértil, em virtude das prolongadas estiagens. Está sendo intensificada a plantação do sisal. A produção agrícola atingiu, em 1955, a soma dos 13 500 milhares de cruzeiros. A principal produção é de fumo em fôlha, com 509 mil quilogramas anuais e valor de 5 430 milhares de cruzeiros, representando 40,25% do total do levantamento agrícola. Seguiram-se, na ordem de valor, no segundo e terceiro lugares, 5 780 sacos de 60 kg de feijão e 8 900 de milho em grão, correspondendo a 3 638 e 1 725 milhares de cruzeiros respectivamente. Um Campo de Experimentação do Fomento Agrícola Federal está situado no município. Há na cidade um Pôsto de Ensilagem, da Inspetoria Regional de Fomento Agrícola na Bahia, órgão do Ministério da Agricultura. O número de propriedades rurais, em 1954, era de 3 610, no valor de 34 494 milhares de cruzeiros, pelas declarações ao órgão fiscal do Estado.

Pecuária — Constituindo a principal atividade econômica do município, é de grande relêvo o criatório de ovinos e caprinos, sendo típica a criação feita "na caatinga", "no aberto", ou "na larga", isto é, "as criações" vivem sôltas, pastando em grandes áreas, sem necessidade dos criadores possuírem terras. É esta a tradição local, apoiada pelo Código de Postura Municipal. O caprino resiste muito bem à inclemência da sêca. Os efetivos pecuários estão assim distribuídos: 50 000 caprinos, 30 000 ovinos, 25 000 suínos, 20 000 bovinos, 3 400 muares, 2 500 asininos e 2 200 eqüinos. O valor da produção atinge, aproximadamente, 150 milhões de cruzeiros. A preferência, na atividade pecuária, é pelo "criatório", isto é, criação de caprinos e ovinos. O município situa-se entre os primeiros do Estado na criação de pequeno porte.

Indústria — O principal ramo de indústria é o de couros e peles, em forma artesanal, descrito abaixo. A seguir, aparece o ramo de produtos alimentares. A produção industrial, em 1955, elevou-se a 3 800 milhares de cruzeiros.

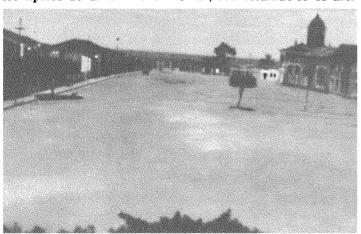
Artesanato — É característico da economia local, proporcionado pela existência e fácil aquisição de couros e peles. A atividade artesanal típica consiste na confecção de vestimenta de couro, sobressaindo-se o "uniforme de vaqueiro", chamado pelos fabricantes pelo nome de "linforme de couro". É secular a produção de artefatos de couro na chamada Zona do Rio do Peixe, tendo como centros artesanais mais ativos os povoados de Malhador e Umburanas. Calcula-se que cêrca de 1 000 pessoas dediquem-se ao artesanato do couro na zona referida. A produção é quase tôda vendida em Feira de Santana. Encarregam-se os artesões de Ipirá de tôdas as fases do trabalho, desde o curtimento do couro até o acabamento do produto. Para curtir, usam de sistema tradicional: o "curtume do rio" e a "loca". O couro é inicialmente tratado nos "curtumes do rio" — buracos cavados em suas margens ou mesmo no leito (quando sêco), onde as peles são colocadas para o primeiro beneficiamento, em banho de angico, cinza e soda (a soda só vem sendo usada ùltimamente e assim mesmo por alguns apenas). Completada esta primeira fase do curtimento, as peles vão para o segundo tipo de curtume: nas "locas", depressão aberta num barranco, são colocadas as peles, embebidas na mesma so-

lução e cobertas por palmas e gravetos; e depois são estiradas sôbre uma laje para completar o beneficiamento. No rio do Peixe, podemos contar, entre grandes e pequenos, uns trinta curtumes — havendo quinze dos maiores."

Como vestimenta de couro, utilização inteligente dos recursos locais do homem contra as intempéries e as dificuldades do mato, distinguem-se: o "chapéu de couro", geralmente feito de couro de veado-mateiro; o "jaleco", tipo de colête feito de couro de carneiro, com lã deixada na parte interna e com a frente sempre enfeitada por aplicações decorativas de couro de côr e arabescos; o "guarda-peito" ou "peitoral", protetor do tórax, usado sob o jaleco para os serviços de campo: o "gibão", espécie de casaco curto, até abaixo da cintura, de mangas compridas, justo e sem gola; as "perneiras" são também muito usadas, desde o tornozelo até as coxas; os sapatos, de preferência confeccionados em couro de veado, são inteiramente fechados; as luvas não possuem dedos e resumem-se num pedaço de couro arredondado, no tamanho da mão, tendo na face interna duas alças, uma para enfiar o dedo polegar e na outra os demais dedos. Ao lado da vestimenta de couro, são produzidos arreios e selas para montaria. Êsse tipo de produção artesanal, em 1955, elevou-se a 1 465 milhares de cruzeiros, equivalentes a 39% da produção industrial do município. É o principal produtor de roupas e apetrechos de couro para vaqueiros, no Estado.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade de Ipirá liga-se com as cidades vizinhas, via rodoviária, do seguinte modo: Baixa Grande (52 km), Castro Alves (85 km), Itaberaba (78 km), Macajuba (100 km), Mairi (86 km), Riachão de Jacuípe (101 km) e Serra Preta (53 quilômetros). À capital Federal e à capital do Estado, também por via rodoviária, no percurso de 1 677 e 243 km, respectivamente. Conta o município com uma Agência postal-telegráfica na sede municipal.

COMÉRCIO E BANCOS — No distrito-sede há 76 estabelecimentos comerciais varejistas e 6 grossistas; o giro comercial do município elevou-se a 35 175 milhares de cruzeiros, em 1956.

Os principais artigos importados são gêneros alimentícios, tecidos em geral, ferragem, miudezas etc.; representam a exportação artigos de couro para vaqueiros, fumo, couros e peles, feijão e milho. O comércio mantém transações mais ativas com as praças de Salvador, Feira de Santana, Rio e Itaberaba. É de grande significação a feira-livre realizada às quartas-feiras, onde são encontrados os produtos típicos de uma feira do sertão, sobressaindo-se os artefatos de couro e cereais. Há uma agência do Banco Econômico da Bahia S. A. na sede municipal, funcionando desde 16 de fevereiro de 1955. O salário-mínimo em vigor para o município é de 2 200 cruzeiros.

Vista parcial da Praça da Bandeira

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Ipirá está situada numa planície, na encosta da serra do Camisão. O aspecto urbano é moderno. Dos seus logradouros, distinguem-se a Rua Cézar Cabral e a Praça da Bandeira, com ajardinamento digno de registro. Os principais prédios são a Prefeitura Municipal e o Grupo Escolar. Há 24 logradouros, dos quais 5 são arborizados e 1 ajardinado. A cargo da municipalidade está a iluminação, possuindo-a 196 prédios. Um moderno cinema de 320 lugares serve à cidade. Estão registrados na Prefeitura Municipal 2 automóveis e 29 caminhões, havendo 5 pensões com capacidade para 26 hóspedes. Residem na cidade, onde exercem suas profissões, 2 médicos, 2 dentistas, 1 advogado e 1 farmacêutico.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Há a Casa de Saúde Santa Helena, particular, com laboratório de análises clínicas. É procurada por doentes de outras localidades. Possui 10 leitos, sendo 4 para cirurgia, 3 para obstetrícia e os restantes para clínica médica geral. Existem, ainda, 1 Pôsto de Puericultura particular e 1 Pôsto de Higiene estadual. O município está subordinado ao Setor número 2 do Departamento Nacional de Endemias Rurais, cuja sede é Feira de Santana.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Registra-se a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Ipirá.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo o Censo de 1950, sabem ler e escrever 17,4% da população de 5 anos e mais.

Ensino — Em 1956, existiam 30 escolas primárias no município, com 39 professôres e matrícula efetiva de 1 405 alunos. Segundo a dependência administrativa, coube ao Estado a seguinte situação: 1 grupo escolar, 6 escolas isoladas, 16 professôres, 611 alunos matriculados; ao município, 23 escolas, 23 professôres e 794 alunos matriculados. O município é sede da 15.ª Circunscrição Escolar, do ensino primário do Govêrno Estadual.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Há 2 bibliotecas: a "Eugênio Gomes", mantida pela Prefeitura, com mais de 1 000 volumes e uma das mais bem organizadas do Estado, e a "Bulhões de Carvalho", da Agência de Estatística. Existem uma sociedade cultural, de finalidade artística e 1 serviço de alto-falante.

CULTO RELIGIOSO — Subordinada à Arquidiocese da Bahia, a invocação da única paróquia é Nossa Senhora Santana. Há uma igreja matriz e 6 capelas públicas.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro abaixo informa a situação das finanças públicas nos últimos cinco anos, em milhares de cruzeiros.

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1952	239	863	816	292	1 014
1953	307	748	1 162	294	1 205
1954	331	1 081	1 162	352	1 151
1955	339	1 974	1 369	375	1 270
1956	413	2 117	1 885	719	1 728

VULTO ILUSTRE — Eugênio Gomes, literato, ex-Diretor do Instituto Nacional do Livro.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — É tradicional a romaria feita pela população católica ao morro das Almas, onde há capela, em redor da qual os devotos, em penitência, acendem velas, na quarta e sexta-feira da Paixão. É celebrada, festivamente, a 26 de julho de cada ano, a festa de Nossa Senhora Santana, padroeira local. Consta de missa solene e procissão.

Quanto a festividade no meio rurícola, os ipiraenses festejam a "bata do feijão", a "buia do milho", a "amarra ou manocação do fumo", quando as condições climatéricas permitem grandes safras. No curso dos trabalhos, os camponeses entoam interessantes cânticos:

Marruá urrô
No pé da ladeira
No pé da ladeira
Marruá urrô

Já no final, a despedida é cantada assim;

Adeus feijão,
Se Deus quiser.
Até para o ano
Quando Deus nos der.

O mesmo verso serve para as despedidas relacionadas com outros cereais, bastando a substituição do nome.

Na ocasião da derrubada das matas ou caatingas, para o preparo ou amanho da terra destinada às plantações e, também, na época do plantio, costumam realizar o "boi", que é um grande ajuntamento de agricultores para realização de trabalhos em auxílio de outrem. Munidos de foices ou enxadas, dependendo da natureza da missão, começam o trabalho logo ao amanhecer. Não param durante o dia e também entoam cantigas em duas vozes, ora em louvor a si próprios, ora em desafio aos companheiros, predominando os versos improvisados. Ao cair da noite, todos se dirigem para a sede da fazenda, onde leitões, perus, galinhas, ovinos e caprinos foram abatidos para êste fim e, aí, são servidos com grande camaradagem, não faltando as bebidas características. À noite, cantam rodas no "terreiro", quando môças e rapazes improvisam versos como êstes:

"Ó rosa espera
Dá um beijo só
Ó dá um beijo por favor,
O dá um beijo só"

Olha a rolinha, siu, siu,
Caiu no laço meu bem
Dacá um beijo siu, siu,
E um abraço assim também.

O côco também é cantado a duas vozes, em ritmo lento e entrecortado por versos de improviso. Formando um círculo, pares de ambos os sexos, de pé ou sentados, fazem louvores ou lançam desafios em versos.

Das manifestações folclóricas ainda se verificam os seguintes folguedos: "burrinha", durante as festas de carnaval, "reisado", durante o mês de janeiro e "corrida de argolinha" ou "festa do vaqueiro", no dia 26 de junho. Destas, a da "burrinha" é variação do "bumba-meu-boi", em que o boi é substituído por uma burra, com acompanhamento de grupo fantasiado. A "corrida da argolinha" ou "festa do vaqueiro" consiste na apresentação pública de vaqueiros com trajes encourados novos, montados nos melhores cavalos de campo, para disputarem, um de cada vez, com o animal em disparada, a tirada de uma argola pendurada com o braço. Ao local acorre grande assistência, à semelhança dos prélios esportivos. Os vencedores são considerados heróis e costumam celebrar a vitória com festas dançantes.

Vista parcial da Praça São José

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — Em 3 de outubro de 1954, estavam inscritos 8 768 eleitores, e votando nas eleições 5 014. Vereadores em exercício, 12. Em 1956 o número de funcionários públicos em exercício, no município, era o seguinte: 13 federais, 32 estaduais, 51 municipais e 1 autárquico.

JUSTIÇA — Pela Resolução provincial n.º 1 311, de 28 de maio de 1873, foi criada a comarca, desmembrada da de Feira de Santana, composta pelos têrmos de Camisão e Monte Alegre. Nas divisões territoriais dos anos de 1936 e 1937, bem como no quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 10 724, de 30 de março de 1938, a comarca de Ipirá aparece composta dos Têrmos de Ipirá e Baixa Grande, formados pelos municípios de nomes respectivos. Atualmente é comarca de 2.ª entrância, compreendendo os têrmos de Ipirá e Baixa Grande, e com jurisdição também sôbre o município de Serra Preta, desmembrado do seu território, mas ainda não elevado a têrmo.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais da região denominam-se "piraenses". A origem do primitivo nome da comuna está ligada à aldeia Camisão, não encontrando apoio na documentação histórica a versão popular de que, por ter vivido "o homem do camisão", daí se tenha originado o topônimo inicial. O nome Ipirá é de composição tupi, significando "cabeça de peixe". Foi dado pelo saudoso etnólogo Bernardino José de Souza. O Prefeito em exercício é o Sr. Edison Pires de Cerqueira e o Presidente da Câmara Municipal o cirurgião-dentista Elofilo Marques.

O 1.º Conselho Municipal foi o seguinte: Emídio Batista Pedreira, Presidente, José Gabriel de Oliveira, Norberto Moreira de Souza, Luís Fernandes de Azevedo Brandão, Manoel Trajano Gomes e Alexandre Gramacho Sampaio.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística, por José Pereira Tôrres Filho. Colaboração de Silvestre Carneiro da Silva. — Chefe da Agência Municipal de Estatística: Manoel Augusto Sapucaia.)

IRARÁ — BA

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Com a chegada ao Brasil, dos Padres da Companhia de Jesus, nos meados do século XVI, êstes, com objetivo da catequese dos silvícolas, internaram-se pelos sertões da Bahia e, dentre outros lugares, chegaram ao território do atual município, onde encontraram uma aldeia tapuia, no ano de 1562, que veio a se chamar mais tarde Água Fria, e na qual passaram a residir e construíram uma igreja, sob orago de São João Batista.

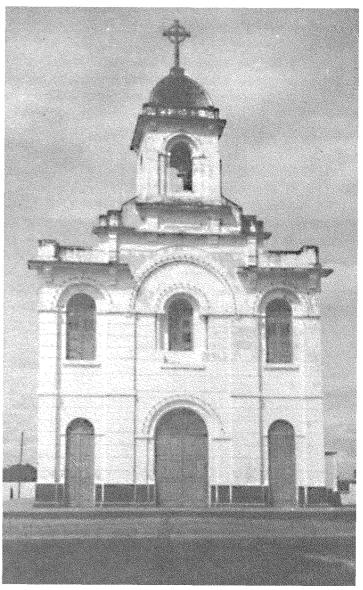
Aquelas terras faziam parte da sesmaria de Garcia D'Ávila, e a criação de gado e o estabelecimento de currais concorreram para o desbravamento do território, a partir de 1673, quando o sertanista João Peixoto Viegas incorporou terras e campos, inclusive os de Água Fria, conforme Carta régia de 9 de julho daquele ano.

Além destas penetrações, houve mais duas correntes de povoamento, uma, em direção ao oeste pela serra de Irará, na miragem do ouro e das pedras preciosas, e outra, para leste, na caça do aborígine, varando as matas de Ouriçangas. Estas bandeiras deixaram uma igreja tradicional em Bento Simões e um templo católico notável no arraial de Caroba, ambos monumentos marcantes dessa época.

Outras doações em sesmarias foram feitas a Diogo Alves e Campos e a Antônio Homem da Fonseca Correia, êste último em meados do ano 1717, quando se registraram as primeiras explorações das terras no centro do atual município. Aí, Correia construiu uma capela dedicada a Nossa Senhora da Purificação oferecendo-a a seu filho, Pe. Antônio Homem da Fonsêca Correia, e, próximo da mesma, uma casa da fazenda em local onde hoje se acha edificada a sede municipal e por onde passava a estrada real ligando o sertão ao pôrto de Cachoeira. É lendária a notícia de que a construção do templo referido se dera por gratidão à Virgem que fôra vista por um vaqueiro, quando em perseguição a uma rês brava e fugida, a qual, com o aparecimento da Virgem, se tornara mansa. Em tôrno desta capela começou o povoamento.

A igreja existente no arraial de Água Fria foi elevada à categoria de freguesia no ano de 1718 pelo Alvará régio de 11 de abril, quando era Arcebispo da Bahia D. Sebastião Monteiro da Vide, com o nome de São João Batista de Água Fria, a partir de quando data a criação do distrito, subordinado a Cachoeira.

O arraial-sede da freguesia foi elevado à categoria de vila e de município, no ano de 1727, com o topônimo de São João de Água Fria, sendo uma das primeiras criadas na Bahia, cujos limites confinavam com os das vilas de Cachoeira e Jacobina e com a cidade do Salvador.

Em 1832, Purificação dos Campos, já arraial, se encontrava em fase de maior desenvolvimento econômico do que a vila de Água Fria, concorrendo para isto a movimentação da estrada que unia o pôrto de Cachoeira com o Sertão e que passava pelo arraial. Pertencendo a capela de Purificação dos Campos ao têrmo da vila de Cachoeira, com a sede da comarca na Capital da Província, difícil e penosa se tornava a administração da Justiça e a Assembléia provincial não desejava criar mais uma vila nesta zona, razão por que a Regência, em nome do Imperador D. Pedro II, sancionou e mandou executar a Resolução de 10 de junho de 1832, que transfere a sede da vila de São João Batista de Água Fria para o arraial de Purificação dos Campos, com o título de vila de Nossa Senhora da Purificação dos Campos. Contudo, êste diploma legal não foi cumprido, em face de tenaz oposição da Câmara de Vereadores daquela vila, o que só se verificou dez anos depois, em face da Lei provincial n.º 173, de 27 de maio de 1842, que criou o município e a vila com o nome de Purificação dos Campos e extinguiu o município de São João Batista de Água Fria, anexando o seu território, como distrito, ao município recém-criado. Na sua formação inicial, o município de Purificação dos Campos ficou formado do território das freguesias de São João Batista de Água Fria, de Purificação dos Campos e S. S. Coração de Jesus do Pedrão, esta última desmembrada do município de Feira de Santana. O mesmo diploma que criou o município de Purificação dos Campos e extinguiu o de São João Batista de Água Fria transferiu desta a cadeira de latim, que passou a ser lecionada na nova sede.

Igreja Matriz

Pela Resolução provincial n.º 191, de 1.º de maio de 1843, a sede da freguesia de São João Batista de Água Fria foi transferida para a capela filial das Ouriçangas. Pela Lei provincial n.º 489, de 6 de junho de 1853, é criada nova freguesia sob orago do Santíssimo Coração de Maria, desmembrada da de Pedrão.

Do território dêste município, a Lei 1 609 desmembrou o município de Serrinha em 13 de junho de 1867.

No ano de 1891 o município de Purificação dos Campos perde a freguesia do Santíssimo Coração de Maria, que passou a constituir a vila e município dêsse nome, por fôrça do Ato estadual n.º 199, de 10 de março.

A vila de Purificação dos Campos foi elevada à categoria de cidade, com o nome de Irará, pela Lei estadual n.º 100, de 8 de agôsto de 1895, nome que se estendeu ao município, sendo intendente o comendador José Félix Manoel Gouveia.

Em 1905, a Lei estadual de 15 de junho incorporou ao município de Irará terras de São Simão, integrantes do município do Santíssimo Coração de Maria.

Pela divisão administrativa do Brasil referente a 1911, o município compunha-se de seis distritos: Irará, Conceição de Bento Simões, Pedrão, Água Fria, Quaresma e Ouriçangas, verificando-se alteração no nome do distrito de São João Batista de Água Fria. Em 1914, a Lei estadual número 1 057, de 19 de agôsto, criou o distrito de São Simão, com terras do município de Irará e o incorporou ao município de Coração de Maria.

Na divisão territorial de 31 de dezembro de 1937, bem como no quadro anexo ao Decreto-lei estadual número 10 724, de 30 de março de 1938, Irará forma-se ainda dos mesmos distritos, com a alteração do topônimo do distrito de Quaresma que passou a se denominar Santanópolis. A situação permaneceu sem alteração no qüinqüênio 1939--1943, tendo sido apenas mudado o nome do distrito de Conceição de Bento Simões para Bento Simões.

No quadro territorial vigente para 1944-1948, fixado pelo Decreto-lei estadual n.º 141, de 31 de dezembro de 1943 e retificado pelo Decreto estadual n.º 12 978, de 1.º de junho de 1944, Irará se apresenta subdividido em 7 distritos: Irará, Água Fria, Bento Simões, Ouriçangas, Pedrão, Santanópolis e Pataíba, êste último criado pela Lei 141 acima citada, com território desmembrado do de Água Fria.

Vista parcial da cidade

Nas divisões administrativas seguintes não houve alterações territoriais, até que a Lei 628, de 30 de dezembro de 1953, que fixou a divisão administrativa para o qüinqüênio 1954-1958, criou o distrito de Boa Esperança, passando o município a ter a seguinte constituição: Irará, Água Fria, Bento Simões, Boa Espera, Ouriçangas, Pataíba, Pedrão e Santanópolis.

LOCALIZAÇÃO — O município de Irará localiza-se na Zona Fisiográfica de Feira de Santana e está parcialmente incluído no Polígono das Sêcas.

Limita com os municípios de Alagoinhas, Coração de Maria, Inhambupe, Santo Amaro e Serrinha.

A sede municipal apresenta as seguintes coordenadas geográficas: 12° 02' 20" de latitude Sul e 38° 46' 20" de longitude W.Gr. Está no rumo N.N.O. partindo da Capital do Estado de onde dista, em linha reta, 99 km.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 365 m.

ÁREA — A área do Município é de 1 617 km².

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O município é cortado pela linha divisória do recôncavo com o nordeste baiano, dividindo o território municipal de leste para sul. De acôrdo com a vegetação, as denominações locais dadas aos terrenos são taboleiros, caatinga e massapê, sobressaindo o último, nos limites do recôncavo, pela fertilidade do solo.

O território municipal é, em maioria, plano e apresenta ondulações ao sul e ao oeste. Há morros nos distritos de Ouriçangas, Pedrão e Bento Simões. A principal serra é a de Irará, com pontos culminantes nos morros Urubu e Periquito, de onde parte o declive formador dos extensos taboleiros de Água Fria, de origem arqueana. As elevações máximas são calculadas em 400 metros.

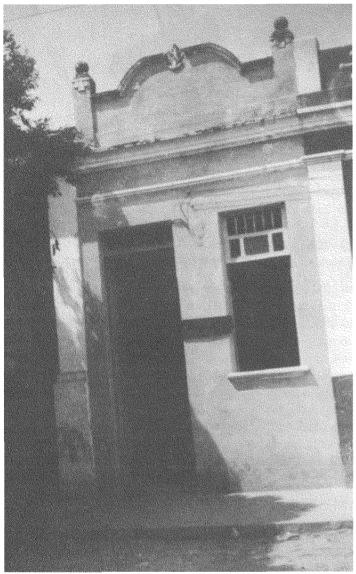
Banham o território municipal os rios Inhambupe, Salgado, Vermelho, Camorogi, Paracatu, Paramirim e Sêco, os quatro últimos com nascentes neste município.

Das lagoas existentes, as principais são: a de Cabaças, com três quilômetros e meio, e a de Iaçu, com um quilômetro e meio.

Contam-se 2 açudes públicos com capacidade total de 1 200 000 metros cúbicos e um pequeno de propriedade particular.

CLIMA — O clima é subtropical e saudável. A temperatura da sede municipal em 1956 apresentou as graduações seguintes: 30°C máxima, 18°C mínima e média compensa-

da 23ºC. A precipitação pluviométrica anual de 1956 elevou-se a 1 089,8 mm, com a máxima de 95 mm em 24 horas.

RIQUEZAS NATURAIS — Há extração de lenha e madeiras, no entanto já se acham esgotadas as reservas. Registra-se a existência de mangabeira, de onde se extrai borracha, ouricurizeiras e plantas medicinais.

Sede da Agência de Estatística Municipal

F. Borges de Barros informa no Dicionário Geográfico e Histórico da Bahia, editado em 1923, que o município é rico em pedras preciosas na serra de Irará, onde houve início de exploração de minerais em 1898 e o Dr. Francisco Viana acha que aí há prata, ouro e pedras preciosas. Ùltimamente está sendo pesquisado e foi descoberto, por iniciativa particular novo campo petrolífero no município de Irará, conforme informa Oscar Cordeiro, o descobridor do petróleo em Lobato.

POPULAÇÃO — A população do município em 1950, era de 46 711 pessoas, com a densidade demográfica de 28,9 habitantes por quilômetro quadrado e 91% dos habitantes localizados no quadro rural. Quanto ao sexo, predominava o feminino com 24 988 pessoas. Quanto à côr, a maioria era formada de 29 124 pardos seguidos de 11 669 pretos.

No total dos habitantes recenseados em 1950, a partir da idade de 15 anos, encontra-se para um grupo de 100 homens 115 mulheres.

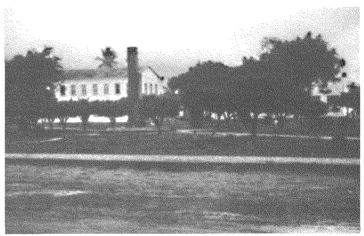
AGLOMERAÇÕES URBANAS — No ano de 1950 existiam cinco aglomerações urbanas com os seguintes efetivos: cidade de Irará — 1 574 hab., vilas de Água Fria — 354 habitantes, Bento Simões — 228 hab., Ouriçangas — 724 habitantes, Pataíba — 241 hab., Pedrão — 665 hab. e Santanópolis — 314 habitantes. Em 1953 foi criada a vila de Boa Espera, ainda não instalada, com aproximadamente 200 pessoas. A população da cidade para 1957 é estimada em 1 650 habitantes.

OUTRAS AGLOMERAÇÕES — Além da cidade e das vilas, o município conta os principais povoados que se seguem com população estimada para 1957: Barra — 270 habitantes, Iraí — 210 hab., Caroba e Espanto — 110 habitantes cada, Santo Antônio e Rodeador 45 cada.

ATIVIDADE ECONÔMICA — Do total das pessoas em idade ativa (de 10 anos e mais) 43,07% estão ocupados no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura", segundo as apurações do Censo de 1950. A atividade fundamental à economia do município é a agricultura, sendo a cultura do fumo em fôlha a predominante. Revelou o Censo Agrícola de 1950 que Irará era em volume o primeiro produtor de fumo em fôlha, com 1 853 toneladas produzidas nos 2 737 estabelecimentos dedicados à sua cultura. Em 1955, dita produção no município foi a maior do Estado. Na sede municipal encontram-se 5 armazéns de compras em grosso e beneficiamento de fumo, havendo 4 no interior do município.

No ano de 1954, existiam registrados nos órgãos fiscais do Estado, com declarações dadas pelos proprietários, 2 281 propriedades rurais no valor de 34 265 milhares de cruzeiros.

Agricultura — A produção agrícola do ano de 1955 elevou-se a 114 135 milhares de cruzeiros, contribuindo a cultura do fumo em fôlha com 7 500 milhares de cruzeiros. Em seguida, vem a produção de mandioca com .... 30 000 milhares de cruzeiros. Produz ainda abacate, abacaxi, abóbora, amendoim, banana, batata-doce, café beneficiado, côco, laranja, limão, mamona em baga e sisal. Os principais centros compradores dos produtos agrícolas do município são: Salvador, Feira de Santana e Alagoinha. Dois agrônomos exercem a profissão na cidade. O Instituto Baiano do Fumo mantém o Campo de Cooperação e Fomento à Cultura do Fumo e o Departamento de Produção Vegetal, da Secretaria da Agricultura, do Govêrno Estadual, possui a Residência Agrícola de Irará para fomento de produção. Situa-se na sede do município um Escritório Regional da ANCAR.

Pecuária — A atividade pecuária de criação, em pastos naturais, é a preponderante, seguida da de invernadas

Vista da Praça Pedro Nogueira

para engorda de bovinos, sobressaindo a fazenda Ouricurizeral. Os efetivos pecuários para o ano de 1956 estão estimados nos seguintes números de cabeças: bovinos .... 39 000, suínos 15 000, ovinos e eqüinos 10 000 cada, caprinos 1 060, asininos 6 000 e muares 3 000.

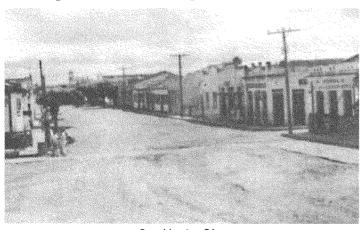
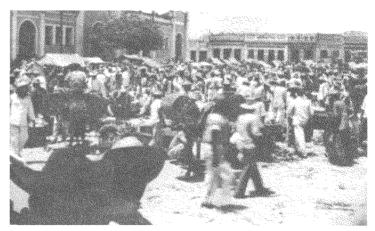
O principal mercado de compra e venda do gado bovino é Feira de Santana.

Indústria — A produção industrial no ano de 1955 elevou-se a 36 604 milhares de cruzeiros, cabendo ao ramo das indústrias de transformação 35 723 milhares de cruzeiros e o restante às indústrias extrativas.

Os principais produtos fabricados foram farinha de mandioca, por processo rotineiro, no valor de 30 000 milhares de cruzeiros, aguardente ou cachaça, e massas alimentícias. Produz, ainda, artefatos de barro, calçado, carvão vegetal, farinha de tapioca, fibra de sisal, ladrilhos, telhas e tijolos de barro, manteiga, requeijão, sabão massa e bebidas.

Artesanato — A atividade artesanal é representada pelo fabrico doméstico de manteiga, requeijão e louças de barro.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Ao norte do município passa a Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, no trecho São Francisco—Juàzeiro, possuindo as estações de Água Fria, inaugurada em 18 de novembro de 1880 e Iraí, com inauguração em 24 de fevereiro de 1896, bem como os pontos de parada de Catana, inaugurado em 1.º de novembro de 1948 e Cipó, inaugurado em 24 de fevereiro de 1896. Acha-se em construção um ramal ferroviário ligando Alagoinhas—Irará—Feira de Santana. Situa-se na cidade de Irará uma emprêsa rodoviária para passageiros. Está sendo construída, também, a rodovia federal ligando Alagoinhas—Irará—Feira de Santana. Comunica-se a cidade de Irará com as sedes municipais vizinhas, por estradas de rodagem e ferrovia, cujas distâncias em km são as seguintes: Alagoinhas, via mista (rodovia, 24 quilômetros e ferrovia, 65 km); e também por via mista a Inhambupe (rodovia, 68 e ferrovia, 67); por estrada de rodagem, Coração de Maria (30 km), Feira de Santana (54 quilômetros), Santo Amaro (82 km) e Serrinha (67 km). Com a Capital Estadual liga-se por meio de rodovia (171 km) e com a Capital Federal, via rodoviária (1 630 km).

As comunicações são feitas por 2 agências postais-telegráficas e 4 postais do Departamento dos Correios e Telégrafos, estando uma agência postal-telegráfica sita na cidade de Irará, onde também se encontra o Serviço de Rádio da Secretaria de Segurança Pública. As estações ferroviárias de Iraí e Água Fria possuem telégrafo, que funciona em tráfego mútuo com o Telégrafo Nacional.

Rua Moreira Rêgo

Vista parcial da feira livre

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio local mantém transações principalmente com as praças de Salvador, Feira de Santana e Alagoinhas. No ano de 1956 operavam 4 estabelecimentos grossistas e 23 varejistas. O salário-mínimo está fixado em Cr$ 2 000,00. O giro comercial em 1956 foi de 59 550 milhares de cruzeiros.

Está situada na cidade de Irará uma Agência da Caixa Econômica Federal.

ASPECTOS URBANOS — Irará está edificada em vasta planície perto da serra de mesmo nome, passando no seu subúrbio o rio Paramirim. Possui 20 logradouros, sendo 1 pavimentado e 4 arborizados. Em 1956, contava 789 prédios, dêles os principais são o Mercado Municipal e o Grupo Escolar Juraci Magalhães. A energia elétrica é fornecida pela Companhia Energia Elétrica da Bahia, e todos os 20 logradouros são servidos de luz pública. É de 140 o número de prédios ligados à rêde elétrica. Funciona o Cine São José para 280 pessoas. Estavam registrados na Prefeitura Municipal, em 1956, 9 automóveis e 14 caminhões. Há 1 hotel e 3 pensões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica com internamento é prestada pela maternidade particular "Dr. Deraldo Miranda". O Departamento Nacional de Endemias Rurais, através do setor n.º 2, sediado em Feira de Santana, presta assistência sanitária. Existem ainda os seguintes estabelecimentos: Pôsto de Puericultura, e Abrigo dos Pobres, ambos mantidos por associações locais, com 1 pôsto correspondente. Na vila de Pedrão, funciona o Abrigo dos Pobres. No exercício da profissão há 2 médicos, 1 dentista, 1 farmacêutico e 1 parteira. Existem 4 farmácias, sendo 2 na cidade.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Assistência inteiramente gratuita, aos pobres e necessitados, é prestada pelas seguintes sociedades: Associação de Puericultura de Irará, Sociedade Protetora da Velhice e Infância Desamparada e Irmandade São Vicente de Paula de Pedrão. Os estabelecimentos assistenciais são: Abrigo dos Pobres e Casa de Jesus, Maria e José, na sede municipal e Abrigo dos Pobres na vila de Pedrão.

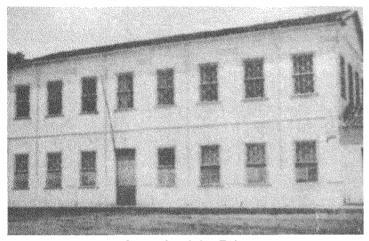
ALFABETIZAÇÃO — Com base nos resultados do Recenseamento de 1950, a população de 5 anos e mais, no município, era de 38 857, sabendo ler e escrever 7 035, (18,1%).

ENSINO — Em 1956, existiam 65 unidades escolares com 2 649 alunos matriculados. O principal estabelecimento de

ensino primário fundamental comum é o Grupo Escolar Juraci Magalhães, mantido pelo Estado.

O ensino ginasial é ministrado pelo Ginásio São Judas Tadeu, entidade particular. Em 1956, êsse estabelecimento possuía 45 alunos matriculados. Em 1957, a matrícula inicial é de 56 alunos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existem três bibliotecas públicas com menos de 1 000 volumes cada, e destas, a principal é a Marcelo Aroucha, da Agência Municipal de Estatística. Como associação cultural mais importante, registra-se a Sociedade Lítero-Musical 25 de dezembro. Funciona um serviço de alto-falante.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Irará tomou parte ativa nas lutas pela Independência Nacional no solo baiano, em 1822, nos campos da Cachoeira e Pirajá através dos 40 vaqueiros encourados e armados de lanças que saíram do Pedrão chefiados pelo pernambucano frei José Maria Braines. Êstes guerreiros ficaram conhecidos na História por "Encourados do Pedrão" ou "Guerrilha dos Couraças".

Ginásio São Judas Tadeu

O prédio em que se acha instalado o Ginásio São Judas Tadeu foi a primitiva sede da fazenda, em tôrno da qual surgiu o arraial primitivo e a primeira casa. São consideradas obras de arte e monumentos históricos, datando as suas construções do século XVII, as seguintes igrejas: de Nossa Senhora do Livramento, no povoado de Caroba; de São João, na vila de Água Fria; de Nossa Senhora da Conceição, na vila de Bento Simões.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Os templos construídos no século XVII, que pela arquitetura e pelas obras em talha, constituem atrações para visitas, são: Igreja Nossa Senhora do Livramento, no povoado Caroba; Igreja de São Judas Tadeu, na vila de Água Fria, Igreja de Nossa Senhora da Conceição, na vila de Bento Simões.

CULTOS RELIGIOSOS — O município é sede de três paróquias, tôdas subordinadas à Arquidiocese da Bahia, assim distribuídas: a do Sagrado Coração de Jesus, no Pedrão, desde 1802; a de Nossa Senhora da Purificação dos Campos, na cidade de Irará, desde 1842 e a de Nossa Senhora da Conceição, na vila de Ouriçanga, a partir de 1843, quando se deu a transferência da sede da existente na vila de Água Fria. Contam-se 3 igrejas-matrizes e 16 capelas. Do culto não católico funciona 1 Centro Espírita.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Além de outras festas comuns da Igreja Católica, a principal solenidade religiosa é a da padroeira da cidade em 2 de fevereiro. A festa de Nossa Senhora da Purificação é organizada por uma comissão de 12 membros, nomeada pelo Vigário local, dentre as pessoas de maior projeção social e econômica. Há novena, missa festiva e pregação sacra no dia da festa, saindo imponente procissão, à tarde, pelas principais ruas da cidade.

Na sede do município, a diversão mais animada é o carnaval. O folguedo conhecido por "burrinha", uma das variações do "bumba-meu-boi", em que o boi é substituído por uma burra, ocorre no mês de fevereiro.

Na zona rural, são comuns o "bumba-meu-boi", a "chegança", e os "reis".

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O município contava 9 406 eleitores inscritos, e, dêstes, 6 251 votaram nas eleições de 1954. São 12 os vereadores em exercício. No ano de 1956, exerceram atividades 102 funcionários públicos civis, assim distribuídos: 12 federais, 38 estaduais, 35 municipais e 17 autárquicos.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro abaixo dá o demonstrativo da arrecadação pública e da despesa realizada pelo município no período 1950-1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	337	834	630	331	665
1951	436	883	762	363	705
1952	652	1 102	1 114	472	1 114
1953	913	1 187	1 203	436	1 203
1954	877	1 671	1 081	482	1 077
1955	957	2 495	1 167	599	1 084
1956	1 159	3 445	2 272	1 274	1 432

JUSTIÇA — O município foi, a princípio, têrmo de Cachoeira da comarca da Capital da Província e depois têrmo da comarca de Inhambupe, a partir de 21 de março de 1837, em face da Lei provincial n.º 51, quando a sede municipal era em Água Fria. Depois passou a ser têrmo da comarca de Alagoinhas. A comarca foi criada com o nome de Purificação pela Lei provincial n.º 1 997, de 9 de julho de 1880, formada pelos têrmos de Purificação e Serrinha, perdendo êste último têrmo pelo Ato estadual de 1.º de abril de 1890, que criou a comarca de Serrinha. A comarca de Purificação foi extinta, passando a têrmo da comarca de Serrinha pelo Ato estadual de 3 de agôsto de 1892. Pela Lei estadual n.º 100, de 8 de agôsto de 1895, seu nome foi mudado para Irará. Com êsse nome, foi a comarca restaurada pela Lei estadual n.º 280, de 6 de setembro de 1898, composta dos têrmos de Irará e Coração de Maria, êste último extinto e anexado a Santo Amaro pelo Decreto estadual n.º 264, de 4 de janeiro de 1904. A comarca de Irará foi novamente extinta pelo Decreto estadual n.º 266, de 4 de outubro de 1906, passando a têrmo da comarca de Alagoinhas. Foi desmembrada desta e novamente restaurada pelo Decreto-lei estadual n.º 175, de 2 de julho de 1949, formado de têrmo único, situação em que ainda permanece. No ano de 1956, foram julgados 77 feitos, sendo 1 no cível e 76 de outras naturezas. Existem 11 cartórios, sendo 7 do Registro Civil.

19 — 24 936

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município denominam-se iraraenses. O significado do topônimo Irará, de origem indígena, é "nascido da luz ou do dia". Irará é alteração de arará (ara-rá), segundo Teodoro Sampaio.

O Prefeito em exercício é o Dr. Clodoaldo de Oliveira Campos, e o Presidente da Câmara o Sr. Policarpo Alves Bruni. O primeiro Administrador do município foi José Moreira de Carvalho Rêgo, 1.º Presidente da Câmara Municipal. Para muitos, o primeiro administrador foi Manoel de Jesus e Araújo, persistindo, pois, a divergência.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística por José Pereira Tôrres Filho. — Chefe da Agência Municipal de Estatística: Isbel Ribeiro Alves.)

IRECÊ — BA

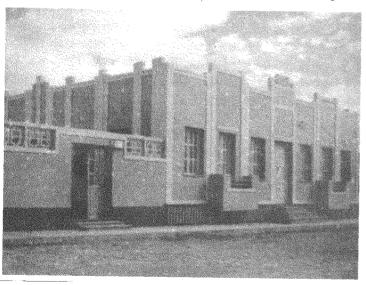
Mapa Municipal no 8.º Vol.

HISTÓRICO — No fim do século XIX, quando inclemente sêca assolou o sertão baiano, diversas pessoas do município de Macaúbas, atingidas pelo flagelo, retiraram-se em busca de outras terras, alcançando o lugar denominado Mundo Novo (hoje vila de América Dourada). Chefiavam a "expedição" os anciões Martiniano Marques Dourado e Clemente Marques Dourado, descendentes de portuguêses.

A feracidade das novas terras ofereceram, desde logo, compensadoras safras de milho, feijão, algodão e outros gêneros.

Em 1871, o lugar primitivo já era bastante povoado e foi fundado o então núcleo de América Dourada, topônimo originário do sobrenome da numerosa família Dourado, descendentes dos dois anciões acima referidos.

A penetração nas matas motivou a criação de outros lugarejos como Canal e Rochedo, hoje vila de Ibititá, cujo nome decorre da grande quantidade de rochas encontrada em suas cercanias. Os descendentes dos Dourados espalharam-se por tôda a região.

Em 1887, outra grande sêca devassou o interior provocando novas retiradas. Uma delas sob a chefia de Hermógenes Santana, Sabino, Antônio Alves de Andrade e Deoclides José de Sena, depois de vários dias de sofrimento, alimentando-se com mel de abelha silvestre, alcançaram um "oásis", incrustado numa faixa de terreno alagadiço e circulado por grandes árvores.

Prefeitura Municipal e Agência de Estatística Municipal

Por coincidência o descanso foi feito sob a fronde de uma grande e multi-secular carnaíba, que originou o nome do arraial que aí veio a se formar. Assim começou o povoamento do local onde hoje assenta a cidade de Irecê.

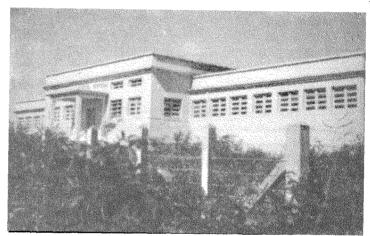
O novo núcleo passou a chamar-se "Caraíba", corrutela de "carnaíba". Com as periódicas faltas dágua, os tanques cavados iam secando, o que proporcionava apreensões entre aquela gente perseguida pela sêca. Um curioso, porém, perfurou o solo e encontrou água, fato que veio garantir o florescimento do arraial.

Mais tarde, João José da Silva Dourado, fazendeiro em Macaúbas, comprou grande área de terras ao então Conde da Ponte, fazendo crescer mais ainda o prestígio da família Dourado que até hoje vigora no município.

Em 1900, vieram de América Dourada José Alves Mor, Aristides Rodrigues Moitinho e outros.

Novo impulso tomou o local com a chegada de outros fazendeiros.

A Aristides Rodrigues Moitinho se atribui a verdadeira fundação de "Caraíbas", que antes não passava de um aglomerado de agricultores.

Com o apoio unânime do povo, sobressaindo Justiniano Dourado, Melquíades Moitinho, Febrônio Alves Barreto, Aurélio José Marques e outros, conseguiram os habitantes uma subdelegacia para o arraial de Caraíbas, então pertencente ao município de Morro do Chapéu, a qual foi criada pelo Decreto estadual número 380, de 5 de março de 1906, sendo o seu primeiro titular Aristides Moitinho, já com o pôsto de major da Guarda Nacional.

Hospital Regional

Quatro anos mais tarde foi criado o distrito de paz de Caraíbas com sede no arraial do mesmo nome, pelo Decreto Estadual número 781, de 13 de junho de 1910.

A produção de algodão originou o aparecimento da primeira usina de beneficiamento, por sinal muito rudimentar, que consistia apenas em uma tôsca máquina de madeira ali mesmo fabricada. O aumento da produção, porém, forçou os agricultores a adquirirem melhor aparelhagem, o que se verificou anos mais tarde.

Em 1915, foi criado o distrito de América Dourada pelo Decreto estadual número 1 090, de 22 de julho, ocorrendo a sua instalação no mesmo ano.

Por algum tempo, a região foi palco de lutas a mão armada, provocadas pelos bandos denominados "mandio-

cas" e "mosquitos", obrigando os fazendeiros e suas famílias a se refugiarem em localidades próximas.

Sendo Governador Francisco Marques de Góis Calmon, por Decreto estadual número 1 896, de 2 de março de 1926, foi criado o município com o nome de Irecê, desmembrado do território de Morro do Chapéu, ficando sob sua jurisdição o distrito de América Dourada.

Verificou-se a sua instalação no dia 3 de outubro do mesmo ano.

Um ano depois, a 4 de julho de 1927, pela Lei estadual número 1 975, foi criado o distrito de Rochedo posteriormente denominado Ibititá.

Pelo Decreto Estadual número 7 455, de 23 de junho de 1931, retificado pelo de n.º 7 479, de 8 de junho de 1931, foi o município de Irecê supresso e anexado ao de Morro do Chapéu, sendo criado pelo último dêles uma subprefeitura, em Irecê.

Dois anos mais tarde, foi o município restaurado pelo Decreto estadual número 8 452, de 31 de maio de 1933, sendo reinstalado no dia 9 de julho do mesmo ano.

Atualmente e de acôrdo com a Lei 628, de 30 de dezembro de 1953, Irecê está constituído dos seguintes distritos: Irecê, América Dourada, Gabriel, Ibititá e Lapão.

A origem do nome Irecê deve-se ao ilustre indianista Teodoro Sampaio. IRECÊ, segundo o grande tupinólogo, significa "sôbre águas" ou "rio subterrâneo".

O município teve a sua paróquia criada em 24 de setembro de 1939, com a designação de Paróquia de São Domingos de Gusmão.

LOCALIZAÇÃO — Irecê está localizado na Zona Fisiográfica da Chapada Diamantina, incluído totalmente no "polígono das sêcas". É também um dos municípios baianos pertencentes à bacia do São Francisco. Limita com os municípios de Gentio do Ouro (ex-Santo Inácio), Xique-Xique e Morro do Chapéu.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Grupo Escolar Teotônio Marques Dourado Filho

A sede municipal possui as seguintes coordenadas geográficas: 11º 20' de latitude Sul e 41º 52' 10" de longitude W. Gr. Dista da capital do Estado em linha reta 397 quilômetros, sendo o rumo O. N. O., a partir da mesma.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 721,465 metros conforme chapa cravada pelo Conselho Nacional de Geografia no primeiro degrau da escadaria que dá acesso à porta principal da Prefeitura, à Praça Teotônio Marques Dourado Filho.

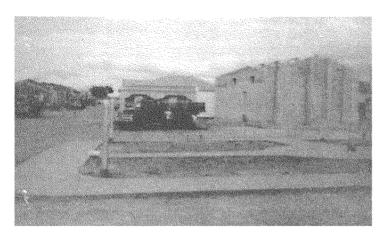
ÁREA — Sua área é de 4 614 metros quadrados.

ACIDENTES GFOGRÁFICOS — O curso d'água mais importante é o rio denominado Jacaré, muito conhecido com o nome de Vereda de Romão Gramacho, que é caudaloso no inverno, cessando de correr durante as estiagens e ficando apenas grandes poços que abastecem os animais e a população. Tem largura superior a 30 m e corta os povoados de Alto da Cruz, Jaguara e as vilas de América Dourada e Ibititá. Existe no município, nas fronteiras com Morro do Chapéu, a célebre gruta dos Brejões, considerada pelo cientista Padre Torrand como uma das maravilhas do mundo.

CLIMA — É temperado e sem variações bruscas de temperatura. Na sede municipal, em 1956, observaram-se as seguintes temperaturas: média das máximas — 31ºC, média das mínimas — 23ºC, e média compensada — 28ºC. A precipitação pluviométrica durante o ano foi de 536,5 mm.

RIQUEZAS NATURAIS — Mineral — Existem cristal de rocha, no distrito de Rochedo, salitre, galena, chumbo e arsênico que não estão sendo explorados. A pedra calcária é abundante em todo o município.

A flora apresenta-se muito reduzida e já bastante devassada. Uma pequena área do município possui carnaubeira e caroá.

POPULAÇÃO — O município de Irecê, segundo o Recenseamento de 1950, possuía 21 514 habitantes assim distribuídos: 10 828 homens e 10 686 mulheres. Segundo a côr: 11 359 brancos, 2 709 pretos e 7 410 pardos. A população de 15 anos e mais apresentava a seguinte composição: 4 108 solteiros, 6 528 casados, 4 desquitados e 537 viúvos. Estavam localizados na zona rural 88% da população. A estimativa populacional para 1957 é de 25 000 habitantes.

Praça Teotônio Marques Dourado e Rua Aristides Rodrigues Moitinho

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Em 1950, o município possuía 3 aglomerações urbanas: Irecê, com 1 455 habitantes (734 homens e 721 mulheres) e as vilas de América Dourada e Ibititá, com 475 e 658 habitantes, respectivamente. Pela criação dos distritos de Lapão e Gabriel, segundo a Lei 628, de 30 de dezembro de 1953, passou o município a ter mais 2 aglomerações urbanas com as populações respectivas de 1 034 e 1 930 habitantes, aproximadamente. A população da cidade de Irecê estimada para 1957 é de 2 200 habitantes.

OUTRAS AGLOMERAÇÕES — O município possui os seguintes povoados, cuja população estimada para 1957 é: Angical 445 habitantes, Gameleira 539, Canal 360, Tanquinho 590, Jaguaraci 120, Curralinho 158, Ilha 115, Soares 318, Ipanema 270, Conquista 250, Prevenido 385, Água Nova 279, Canção 849, Alto da Cruz 450, Lagoa dos Patos 548, Recife 431, Lagoa do Gaudêncio 270, Lagoa da Pedra 325, Lagedão 241, Porcos do Moisés 270, Lagoa do Pau D'arco 309 e Achado com 301 habitantes.

ATIVIDADE ECONÔMICA — A população em idade ativa, de 10 anos e mais, era de 14 136 habitantes sendo 7 084 homens e 7 052 mulheres. Ocupados no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura" encontravam-se 34% da população.

O valor da produção agrícola, em 1956, atingiu 63 805 milhares de cruzeiros, contribuindo o feijão com 24 000, o algodão com 17 500, o milho com 10 800, a cana-de-açúcar com 3 600, a mandioca com 2 700, a mamona com 2 200 e o fumo em fôlha com 1 800. Foi estimada em mais de 1 milhão de sacos a produção de feijão e milho na safra 1956-1957. A Comissão do Vale do São Francisco mantém, em Irecê uma residência agrícola que dispõe de tratores e maquinaria agrícola, sendo a assistência aos agricultores prestada por agrônomo residente.

Pecuária — A pecuária tem relativa repercussão na vida econômica local. O efetivo pecuário é o seguinte: 9 000 bovinos, 11 000 caprinos, 8 000 ovinos e 11 000 suínos.

Indústria — O beneficiamento do algodão constitui importante atividade industrial que, em 1956, produzia 52 217 arrôbas de pluma. Vêm, em seguida, a produção de farinha de mandioca, rapadura, cal, produtos de panificação e outros que alcançaram a cifra de 7 108 milhares de cruzeiros. Existem ainda pequenos fabricos de manteiga, casas de farinha, algumas destas movidas a gasolina. Com exceção das usinas de desfibramento de algodão, as demais são rudimentares.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade liga-se por via rodoviária à Capital Federal (1 959 quilômetros), à Capital do Estado (525 km) e às cidades vizinhas de Gentio do Ouro (72 km), Morro do Chapéu (90 quilômetros) e Xique-Xique (127 quilômetros). Existe um campo de pouso com uma pista para pequenos aviões. Registrados na Repartição competente, contam-se 65 caminhões, 5 jipes, 17 tratores, 6 automóveis, 1 jipão, 2 camionetas, 2 motocicletas e 520 bicicletas. Três Agências postais-telegráficas existem localizadas em Irecê, Lapão e América Dourada. A cidade também é beneficiada pelo serviço de radiocomunicação da Comissão do Vale do São Francisco. As estradas são carroçáveis e, conseqüentemente, impraticáveis nos períodos de chuvas abundantes.

COMÉRCIO E BANCOS — Existem na sede municipal 25 estabelecimentos varejistas. O giro comercial durante o ano de 1956 foi de 57 625 milhares de cruzeiros. O salário-mínimo oficial no município é de Cr$ 2 000,00.

O comércio local mantém transações com Salvador, Jacobina e os Estados do Norte, escoando-se para êstes grande parte da produção de feijão.

Em janeiro de 1957, houve dias em que saíram 30 caminhões carregados de feijão para Campina Grande (PB), Petrolina (PE), Crato (CE) e outras cidades do Nordeste. Funciona na cidade uma Agência do Banco da Bahia, S. A., inaugurada em 26 de julho de 1956.

ASPECTOS URBANOS — A topografia, por motivo das bifurcações da Chapada Diamantina, apresenta-se acidentada. A cidade se compõe de 11 ruas das quais, uma é pavimentada parcialmente com pedras irregulares, e uma, ajardinada. São servidos com energia elétrica 9 logradouros. A zona urbana possui 175 prédios, dos quais 61 são servidos com energia elétrica. Registram-se 8 pensões, 1 cinema 2 serviços de alto-falantes e 1 clube recreativo.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária é prestada por um Pôsto e através do setor número 11, sediado em Juàzeiro, do Departamento Nacional de Endemias Rurais. Existe na cidade 1 farmácia e 2 médicos exercem a profissão.

ALFABETIZAÇÃO — A população de cinco anos e mais, em 1950, era de 17 551 pessoas, sendo 8 833 homens e 8 718

Feira-livre de Vila de Gabriel

mulheres. Sabiam ler e escrever 3 909 homens e 2 736 mulheres, totalizando 6 645, ou seja, 38% da população total de 5 anos e mais.

ENSINO — Em 1956, existiam 42 unidades escolares, 21 estaduais e 21 municipais, do ensino primário fundamental comum, com uma matrícula de 1860 alunos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Funcionam duas bibliotecas, sendo uma de propriedade da Prefeitura e, a outra, com a denominação "Mário Barbosa", pertencente à Agência de Estatística. Há um cinema localizado na sede, com capacidade para 60 espectadores.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Constituem atrações turísticas as grutas feitas pelos indígenas no morro do Caitité, junto à vila de Ibititá, denominadas "Casas de Caboclo"; a celebre gruta dos Brejões, localizada na divisa dêste com o município do morro do Chapéu; e a existente na vila do Lapão.

CULTOS RELIGIOSOS — O município é sede de paróquia criada em 24 de setembro de 1939 sob a invocação de São Domingos de Gusmão, subordinada eclesiàsticamente à diocese de Senhor do Bonfim, sediada na cidade do mesmo nome. O Vigário atual é o Rev.mo P.e José Mendes. A paróquia compreende 1 igreja-matriz, 15 capelas, com 3 associações religiosas. O culto não católico é representado por igrejas presbiterianas nos povoados do Canal, Gameleira dos Crentes e vila do Lapão.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — As festas religiosas católicas são constituídas de missa festiva, procissão, novenas e leilões.

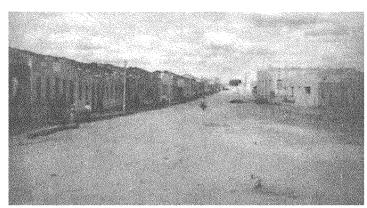
SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — Votaram, em 1954, 1 244 eleitores. A Câmara Municipal é composta de 8 vereadores. Exercem atividades no município 167 funcionários sendo 40 federais, 27 estaduais, 99 municipais e 1 autárquico.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro abaixo representa o movimento e arrecadação das repartições federais e estaduais, inclusive a despesa e receita municipal no período 1950-1956.

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	464	...	...	...
1951	—	644	504	...	455
1952	—	526	547	225	534
1953	—	708	1 169	390	1 281
1954	—	971	950	379	929
1955	—	1 829	1 334	837	803
1956	233	2 758	...	...	...

A Coletoria Federal foi instalada em junho de 1956.

JUSTIÇA — Conforme o decreto que o criou, o município passou a têrmo de comarca de Morro do Chapéu, nela permanecendo até o ano de 1945, quando, pelo Decreto-lei estadual número 512, de 19 de junho, foi criada a comarca de Irecê, desmembrada da de Morro do Chapéu.

Existem 10 cartórios sendo 5 do registro civil. O total de feitos cíveis julgados no ano de 1956 foi de 7.

Rua Aristides Rodrigues Moitinho

VULTOS ILUSTRES — Sem repercussão no cenário nacional mas com relevantes serviços à formação do município, existem alguns vultos, destacando-se Martiniano Marques Dourado, Clemente Marques Dourado e Aristides Rodrigues Moitinho.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O adjetivo pátrio dos naturais do município é irecesenses. O Prefeito é o Sr. Deraldo da Silva Dourado, e o Presidente da Câmara, o Sr. Renério Justiniano Dourado. O primeiro Intendente municipal foi o Sr. Aristides Rodrigues Moitinho, e o primeiro Conselho Municipal teve a seguinte constituição: Renério Justiniano Dourado, Agnelo Pereira Nunes, Emílio Moreira de Vasconcelos, Alberto Marques Dourado, Manoel Augusto de Castro Dourado, Joaquim Augusto de Castro Dourado, Justiniano de Castro Dourado e Abílio da Silva Dourado.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística por Aloísio Alencar de Jesus. — Chefe da Agência de Estatística: Décio Souza.

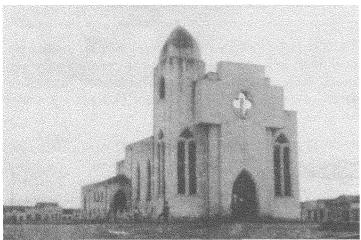
ITABERABA — BA

Mapa Municipal no 7.° Vol.

HISTÓRICO — Ao território do atual município são feitas referências desde o século XVII, quando os diversos Governadores mandavam fazer entradas contra os selvagens que, anualmente, desciam sôbre os estabelecimetnos portuguêses do recôncavo. As passagens das bandeiras que viajaram margeando o rio Paraguaçu deixaram vestígios de fortim, à sua margem direita. É tradição oral a existência da tribo dos maricás, aldeada outrora na serra do Orobó, que sustentou lutas constantes com as bandeiras vindas para combatê-la e, afinal, sendo os indígenas vencidos, retiraram-se êstes para as matas do Sul dêste Estado.

Atribuem-se como fatôres ou causas determinantes do povoamento do município: 1.°) a concessão de sesmarias, como as do capitão-mor Manuel Rodrigues Cajado e Antônio Guedes de Brito, a do último compreendida entre os rios Capivari, Piranhas e as serras do Orobó, e do Tupim, desde 1768; 2.°) as entradas com a presunção da existência de ouro na serra do Orobó, cujo significado de "ouro bom" é tradição oral, estando a riqueza do subsolo ligada à história de Robério Dias.

Em 1806, houve compra ao capitão-mor Manoel Rodrigues Cajado, da fazenda "São Simão", a qual em 1809

passou a Antônio de Figueiredo Mascarenhas que, no centro da sua propriedade, edificou uma casa de oração, consagrada a Nossa Senhora do Rosário, local em que hoje se encontra a cidade de Itaberaba. Aí se formou povoação em tôrno da capela e, em 1817, já era um arraial — Orobó, — pertencente ao município de Cachoeira. Ao povoado que se formou e cresceu em razão da capela, foram dadas honras de paróquia pela Resolução provincial número 195, de 18 de maio de 1843, com a denominação de freguesia de Nossa Senhora do Rosário do Orobó, "antes no âmbito da Freguesia de Santana do Camisão", ficando, por êste ato, criado o distrito de paz.

Igreja Matriz

Foi o arraial de Orobó elevado à categoria de vila pela Resolução provincial número 1 715, de 26 de março de 1877, que criou o município do mesmo nome, com território desmembrado do de Camisão, sendo instalado a 30 de junho daquele ano.

A vila de Orobó foi elevada à categoria de cidade com o nome de Itaberaba, pela Lei estadual número 176, de 25 de junho de 1897, topônimo que se estendeu ao município.

Da divisão administrativa referente a 1911, o município de Itaberaba é composto pelos distritos seguintes: Itaberaba e Orobó Grande.

O Conselho Municipal, com a Lei 47, criou o distrito de paz de Boa Vista, merecendo aprovação pela Lei número 1 470, em 16 de maio de 1921.

A criação do distrito de paz de Ibiquera deve-se à Lei estadual número 8 570, de 29 de julho de 1933.

Na divisão administrativa relativa a 1933, o município em causa figura composto dos distritos de Itaberaba, Boa Vista e Ibiquera, assim permanecendo nas divisões territoriais de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, bem assim no quadro anexo ao Decreto-lei estadual número 10 724, de 30 de março de 1938, a partir de quando Boa Vista e Ibiquera foram elevados à categoria de vila.

Outrossim, no quadro territorial em vigor no qüinqüênio 1939-1943, estabelecido pelo Decreto estadual número 11 089, de 30 de novembro de 1938, Itaberaba aparece formado pelos 3 distritos citados na divisão administrativa precedente observando-se o mesmo no quadro territorial vigente em 1944-1948, fixado pelo Decreto-lei estadual número 12 978, de 1.º de junho de 1944, devendo-se notar, todavia, que neste quadro o distrito de Boa Vista passou a denominar-se Tupim. Nas divisões territoriais seguintes, a situação administrativa municipal permanece inalterada até que a Lei 628, de 30 de dezembro de 1953, que fixou o quadro administrativo do Estado para o qüinqüênio 1954-1958, criou o distrito de Brejo Novo, ficando assim, neste qüinqüênio o município de que se trata, constituído dos seguintes distritos: Itaberaba, Brejo Novo, Ibiquera e Tupim.

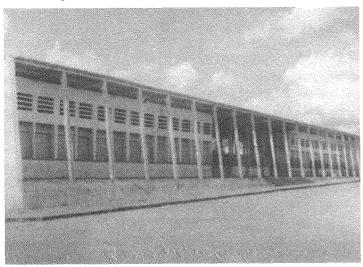
LOCALIZAÇÃO — O município de Itaberaba localiza-se na Zona Fisiográfica da Encosta da Chapada Diamantina e está totalmente incluído no Polígono das Sêcas, fazendo parte o seu território do vale do rio Paraguaçu. Limita com os municípios de Andaraí, Maracás, Rui Barbosa, Ipirá e Santa Terezinha.

A sede municipal apresenta as seguintes coordenadas geográficas — 12° 32' 03" de latitude sul e 40° 18' 21" de longitude W. Gr. Está no rumo O. N. O., partindo da Capital do Estado, de onde dista em linha reta 192 quilômetros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Medição recente do Conselho Nacional de Geografia na cidade de Itaberaba registrou a altitude de 265,8776 metros, tomando por referência a chapa cravada à esquerda da porta principal da igreja-matriz, sita na Praça do Rosário, bem como 219,4169 metros de altitude no centro do piso da ponte de concreto sôbre o rio Capivari no trecho da estrada de rodagem Itaberaba — Ipirá, divisa entre os dois municípios citados. Também foram encontradas as altitudes seguintes: 311,8019 metros, no centro do entroncamento para a cidade de Andaraí, no trecho rodoviário Lençóis — Itaberaba, na confrontação do marco quilométrico número 23; 528,5516 metros, no centro do entroncamento para a cidade de Rui Barbosa, em trecho da mesma rodovia e 531,6987 metros no centro da soleira da porta principal da cidade da localidade de Amparo.

ÁREA — A área é de 6 191 km².

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — A topografia do município é acidentada pelos contrafortes da Chapada Diamantina, podendo-se considerar o seu território dividido em duas partes distintas: uma que se localiza no nascente, com a denominação de caatingas, de terreno arenoso e pouco acidentado, apresentando planícies onde poucas elevações se verificam em forma de morros; outra sita ao poente e ao norte, montanhosa, com freqüentes elevações bem sensíveis, com o terreno sílico-argiloso, úmido e coberto de matas. As serras principais são Orobó, Pau de Cedro, Serra Grande, Santa Brígida, Covocó, Cristal, do Óleo e outras, tôdas ramificações da cordilheira do Orobó. O morro mais importante é o da Lapinha e o pico, o de Itaberaba, que deu nome ao município e à cidade.

Mercado Público Municipal

O rio Paraguaçu, o que mais sobressai, banha o território do município e recebe os afluentes Piranhas, Tupim e Capivari, havendo ainda os seguintes rios — Saracura, Canoa, Ribeira, Brejo e Vazante que formam o rio Piranhas, e, finalmente, o Santa Isabel.

As lagoas destacadas são a de Capivari, a de Santo Antônio e a do Boi. Registra-se, no município, a existência de 2 açudes públicos com capacidade de 15 046 590 metros cúbicos, e 6 particulares para 10 250 000 metros cúbicos, dentre êstes, sobressaindo pela extensão, o açude público Juraci Magalhães, construído em 1932.

CLIMA — O clima é quente. A temperatura no ano de 1956, na sede municipal, apresentou as graduações seguintes: máxima 34.°C, mínima, — 17°C e média compensada — 27.°C. A precipitação pluviométrica do ano de 1956 aproximou-se de 700 mm, e a máxima, em 24 horas, de 58,7 milímetros.

RIQUEZAS NATURAIS — A flora apresenta matas ricas em madeira de lei, como cedro, jacarandá branco, peroba, gonçalo alves, ipê, pau-roxo e outras espécies, havendo nas caatingas abundância de lenha, plantas medicinais e oleaginosas. A fauna é variada e copiosa e contém, dentre outros, os seguintes animais silvestres: a suçuarana, o gato-do-mato, o caititu, o veado, o teiú, o tamanduá, a cutia, o gambá, o ouriço-caixeiro, o guará, a capivara, a paca, o macaco, a rapôsa, etc.; algumas espécies de aves: papagaio, siriema, juriti, nambu, perdiz, codorniz, zabelê, araponga e jacu. É o rio Paraguaçu piscoso bem como os açudes.

As riquezas naturais existentes são: amianto, carbonado, diamante, cristal de rocha, estanho, ferro, manganês inexplorado e tabatinga, pedra calcária e pedra para construção, em exploração.

POPULAÇÃO — Segundo os dados apurados pelo censo de 1950, a população do município naquele ano era de 56 990 pessoas, com a densidade demográfica de 9,2 hab./km^2 e 84% dos habitantes localizavam-se na zona rural. Quanto ao sexo, predominavam, então, as mulheres e, quanto à côr, 37 937 pardos eram seguidos de 10 013 brancos.

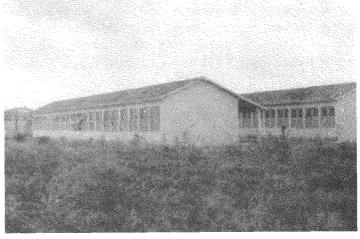
Do total de habitantes recenseados em 1950, com idade igual ou superior a 15 anos, a maioria é formada por 14 820 casados. Considerando-se tôdas as idades encontra-se para um grupo de 100 homens a proporção de 102 mulheres.

Estima-se a população do município para o ano de 1957 em 79 000 habitantes, sendo um dos mais populosos do Estado.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Existiam, em 1950, três aglomerações urbanas, segundo revelações feitas pelo Censo daquele ano, com os seguintes números de habitantes: cidade de Itaberaba — 5 896 hab., Vila de Ibiquera — 2 109 hab. e Vila de Tupim — 1 339 habitantes. Em 1953, surgiu mais um núcleo urbano, a vila de Brejo Novo, com perto de 500 pessoas.

Da população citadina, prepondera o sexo feminino com a maioria de 3 100 mulheres. A população itaberabense em 1957 é estimada em 7 000 habitantes.

OUTRAS AGLOMERAÇÕES — Além da cidade e das vilas, o município possui povoados, sendo os seguintes os principais com as populações estimadas para o ano de 1957: Iguapé — 340 habitantes, Itaíba — 220, Alagoas — 200, Amparo — 260, Ipueira — 130, Santa Quitéria e Jamari, com menos de 100 habitantes cada.

ATIVIDADE ECONÔMICA — Do total das pessoas em idade ativa, assim consideradas as de 10 anos e mais, 34% estão ocupados no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura", segundo apurou o Censo de 1950. É grande centro engordador de gado bovino e criador, bem como celeiro agrícola do Estado, ocupando um lugar de destaque na produção de mamona, de feijão e de abacaxi, no ano de 1955, em que o rendimento das culturas foi prejudicado pela sêca. A atividade fundamental à economia do município, entretanto, é a pecuária.

Vista parcial do Ginásio Itaberaba

Vista parcial da cidade tomada de Norte para Sul

No ano de 1954, as repartições fiscais do Estado registram 2 327 propriedades agropecuárias no valor venal de 85 807 milhares de cruzeiros.

Agricultura — A produção agrícola, no ano de 1955, foi expressiva e elevou-se a 45 184 milhares de cruzeiros. A principal cultura, em ordem de valor, foi a mandioca com a produção de 11 112 toneladas por 13 334 milhares de cruzeiros. A esta segue-se, em importância, a mamona, que tomou no ano seguinte notável incremento em face do alto preço, e o feijão cujas produções, em milhares de cruzeiros, foram, respectivamente, 8 803 e 4 485. Produz ainda abacate, abacaxi, abóbora, aipim, algodão herbáceo, banana, batata-doce, café, fumo em fôlha, laranja, manga, melancia e milho. Entre os principais centros compradores de produtos agrícolas do município, estão Salvador, Feira de Santana, Estados de Pernambuco e da Paraíba.

Situa-se no município o Campo de Experimentação da Inspetoria Regional de Fomento Agrícola da Bahia, dependência do Ministério da Agricultura. Um agrônomo exerce função relacionada com assistência à agricultura.

Pecuária — A atividade pecuária é desenvolvida, contando-se importantes fazendas de pastos artificiais destinados a engorda de gado bovino e sôltas para a criação. Dentre as raças preferidas, contam-se gir, nelore, guzerate e indu-brasil. No entanto, ainda, há no município o gado regional, chamado pé-duro. Os efetivos pecuários, no ano de 1956, aparecem dentre os principais do Estado e em quantidade de cabeças, são os seguintes: bovinos 108 600, caprinos .... 52 400, ovinos, 41 200 e suínos 37 600, e são avaliados em 493 040 milhares de cruzeiros. Em seguida, aparecem .. 16 100 eqüinos, 12 000 asininos e 9 000 muares.

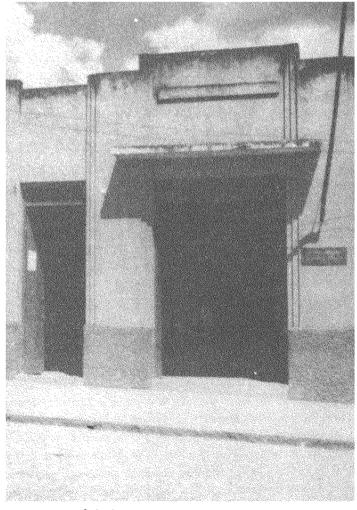
A venda do gado gordo é feita para o abate no município e, também na maior parte, no tradicional mercado de Feira de Santana, no ano de 1955, foram abatidos para consumo 5 555 bovinos, 3 116 suínos, 2 629 ovinos e 5 134 caprinos.

Destinado a empréstimos e revenda de reprodutores a pecuaristas registrados na Repartição competente, o Ministério da Agricultura mantém um Pôsto de Criação e um Pôsto de Vigilância Sanitária Animal, sob a direção de um agrônomo.

Indústria — A produção industrial no ano de 1955, elevou-se a 24 083 milhares de cruzeiros, tendo a indústria de transformação contribuído com 58% do valor total. Os 52% restantes pertencem ao ramo das atividades extrativas. A produção da indústria de transformação, no citado ano, foi de 13 525 milhares de cruzeiros e o principal ramo está no grupo de produtos alimentares, aparecendo a farinha de mandioca, de fabrico rotineiro, em primeiro lugar, com .. 8 334 milhares de cruzeiros, seguindo-se na ordem de importância massas alimentícias e manteiga, respectivamente com 2 164 e 1 148 milhares de cruzeiros produzidos. Também se destacou a indústria de madeiras. Produz também carvão vegetal, farinha de milho, fibra de sisal, malas, telhas e tijolos.

A indústria extrativa, no mesmo ano, obteve produção de 295 000 quilos de pó de palha de ouricuri, no valor de 6 490 milhares de cruzeiros, sendo esta a sua principal atividade, seguida das extrações de lenha e madeira, respectivamente com 1 395 e 1 256 milhares de cruzeiros.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade está situada na linha centro—sul, do trecho Iaçu-Senhor do Bonfim, da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, possuindo a Estação de Itaberaba, inaugurada a 1.° de outubro de 1926. Ainda há no interior do município, as estações de Itaíba e de Capivara, a primeira inaugurada em 4 de setembro de 1928 e a segunda em 15 de dezembro de 1951.

É o município servido pela rodovia-tronco federal Bahia—Goiás, que passa Itaberaba, de onde parte o ramal destinado a Rui Barbosa. Também se liga à referida estrada-tronco o ramal Ibiquera, do Govêrno Federal. Está em fase de construção a rodovia estadual Itaberaba—Paraguaçu.

Sede da Agência Municipal de Estatística

A cidade é servida pela emprêsa "Santana", de transporte de passageiros.

Liga-se diretamente à Capital Federal por ferrovia, 1 961 km e por estrada de rodagem 1 477 km; à Capital do Estado as distâncias em quilômetros são: estrada de ferro, 748, e rodovia, 321; às cidades vizinhas por estrada de rodagem, em quilômetro, as distâncias são: Andaraí — 184, Ipirá — 78, Maracás — 130, Rui Barbosa — 40, Santa Teresinha — 119, por ferrovia — 108.

Localizam-se na cidade de Itaberaba a sede de Distrito do Departamento Nacional de Rodagem e a 5.ª Residência de Conservação do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem do Estado da Bahia.

Possui campo de pouso com pista de 720 m x 50 m.

COMÉRCIO E BANCOS — As principais praças com as quais o comércio local mantém transações são: Salvador e Feira de Santana. O comércio de cereais é ativo. No ano de 1955 registravam-se em todo o município 235 firmas comerciais. No ano de 1956, a cidade de Itaberaba contava 57 estabelecimentos comerciais e, dêstes 3 eram grossistas. Verificou-se nesse ano uma elevação no valor do giro comercial que foi de 117 575 milhares de cruzeiros.

A rêde bancária compreende as seguintes agências: Banco Econômico da Bahia, instalado em 16 de setembro de 1944; Banco do Brasil, instalado em 28 de julho de 1947; e Banco da Bahia, instalado em 14 de setembro de 1956.

Os saldos das principais contas bancárias, em ...... 31-XII-56, acusavam as seguintes cifras, em mil cruzeiros: caixa em moeda corrente — 6 632, empréstimo em c/c — 71 933, títulos descontados — 29 160, depósito a vista e a curto prazo — 16 423 e depósitos a prazo 3 825. O salário-mínimo decretado para a 3.ª sub-região e da qual faz parte o município é de Cr$ 2 200,00.

ASPECTOS URBANOS — A cidade está edificada numa pequena elevação à margem do rio Piranhas e próximo ao açude Juraci Magalhães. Está em franco desenvolvimento, graças ao fato de ser centro pecuário ativo e entreposto de produtos agrícolas vindos do sertão, como Seabra e Andaraí.

Contam-se 65 logradouros, dos quais, 15 são pavimentados e 5 arborizados ou ajardinados, bem dispostos e sobressaindo as Braças Silvani e J. J. Seabra, onde se acha localizada a maior parte do comércio, a Praça do Rosário e a Avenida Rio Branco.

Há prédios importantes como a Prefeitura, o Mercado Municipal, o Ginásio de Itaberaba, o Hospital, a Agência do Banco do Brasil e a Estação Ferroviária.

A cargo do Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, está em fase de construção o serviço de abastecimento de água da cidade, aproveitando-se o rio Paraguaçu.

A energia elétrica está sendo distribuída pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, enquanto a Municipalidade reorganiza a sua usina e reforma a rêde. No entanto, 25 logradouros se acham iluminados com luz elétrica e 290 eram os prédios servidos, em 1956.

Há o Cine-Teatro Itaberaba, com lotação de 306 lugares.

Estavam registrados na Prefeitura Municipal, em 1956, oito automóveis e trinta e nove caminhões.

Existem 7 pensões com capacidade de hospedar 100 pessoas.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Em todo o município a assistência médica à população é prestada pelos estabelecimentos seguintes, sediados na cidade: Pôsto de Higiene Estadual, Pôsto de Puericultura, da Municipalidade, Abrigo "Casa dos Pobres", e Associação São Vicente de Paula, os dois últimos mantidos por entidades particulares.

Três médicos, 4 dentistas e 3 farmacêuticos exercem a profissão. Existem 3 farmácias, tôdas localizadas na cidade.

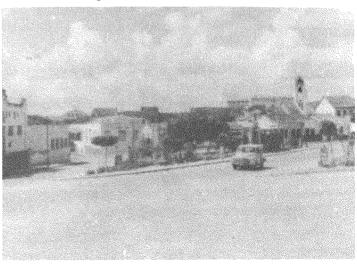
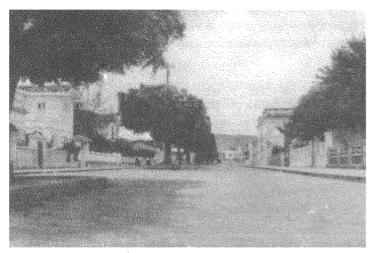
O município é sede do Setor número 12 do Departamento Naiconal de Endemias Rurais.

Está pronto, aguardando material para funcionamento, importante Hospital construído há 2 anos, pelo Govêrno da União.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Duas associações de caridade prestam assistência aos pobres, através da Casa dos Pobres e do Asilo São Vicente de Paula.

O cooperativismo tem atuação marcante por intermédio das importantes associações seguintes, tôdas sediadas na sede municipal: Cooperativa Mista dos Agricultores do Município de Itaberaba, Resp. Ltda., de caráter protetor da produção, com financiamento de safras; e a Cooperativa Cultural de Itaberaba Resp. Ltda., de âmbito educacional. Ambas agrupavam, a 31 de dezembro de 1956, 411 associados.

ALFABETIZAÇÃO — Com base nos resultados do Recenseamento de 1950, a população de 5 anos e mais, no município, era de 46 905 habitantes, sabendo ler e escrever apenas 17%. No referido ano, na cidade de Itaberaba, dentro dos limites de idade assinalados, sabiam ler e escrever 2 389 pessoas.

ENSINO — A rêde escolar do ensino primário fundamental comum, em todo o município, no ano de 1956, contava com 33 unidades escolares e 1 699 alunos matriculados. Segundo a dependência administrativa, a distribuição do ensino em causa é a seguinte: Govêrno Estadual — 13 estabelecimentos, 24 professôres e 842 alunos. Govêrno Municipal —, 18 estabelecimentos, 18 professôres e 730 alunos. O restante pertence ao âmbito da atividade particular.

Vista parcial da Praça Dr. J. J. Seabra

Aspecto parcial da Avenida Rio Branco

O principal estabelecimento de ensino primário fundamental comum é o Grupo Escolar Dr. Castro Cincorá, sito na cidade.

O ensino ginasial é ministrado pelo Ginásio de Itaberaba, mantido por cooperativa, o qual, em 1956, contou 94 alunos matriculados. Há interêsse da municipalidade na instalação de curso pedagógico anexo ao ginásio.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Há no município a biblioteca pública, com menos de mil volumes, da Agência de Estatística. Existem 9 associações culturais, das quais, cinco são desportivas, uma literária, uma artística (mantenedora da Sociedade Filarmônica Lira Itaberabense) e duas recreativas, das quais a mais importante é o Clube Social de Itaberaba. Contam-se uma livraria e uma tipografia. Funciona um serviço de alto-falantes.

ATRAÇÃO TURÍSTICA — Distando da sede municipal 102 km, pela rodovia Bahia—Goiás, existe a gruta conhecida por "Lapinha". Quando nela se penetra, tem-se a impressão de grande templo ou sala imensa. Possui três entradas dando acesso a diversos salões, num dos quais se encontra um altar, onde são celebrados atos religiosos.

A 30 quilômetros da cidade, localiza-se um bloco de granito, de forma oblonga, erguido na parte leste do município e no meio da caatinga, denominado "Pedra de Itaberaba", em cujas cavidades se encontram inscrições religiosas, acreditando-se que as mesmas tenham sido feitas pelos índios ou bandeirantes de então, quando devassavam os sertões.

Segundo Teodoro Sampaio, o nome Itaberaba, dado primitivamente a êsse bloco granítico, significa — "pedra reluzente".

CULTOS RELIGIOSOS — É sede da paróquia consagrada a Nossa Senhora do Rosário, desde 1843, quando era Governador o 17.º Arcebispo Primaz do Brasil, D. Romualdo Antônio de Seixas, Marquês de Santa Cruz. O Decreto de 10 de junho de 1844 nomeou primeiro Vigário o Padre Manoel Ferreira Pacheco. Atualmente, a Paróquia está subordinada ao Arcebispado da Bahia e conta 1 igreja-matriz e 23 capelas. Do culto não católico há salão e um templo, onde são praticados o culto protestante.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A festividade religiosa que se realiza com mais entusiasmo é a de Nossa Senhora do Rosário, destinada a cultuar a padroeira, sendo precedida de novena. Celebra-se missa solene, em 21 de outubro de cada ano, e à tarde realiza-se importante procissão. Tal festa apresenta aspecto típico sobressaindo a presença dos vaqueiros encourados que montados, percorrem as ruas da cidade, de manhã, entoando cânticos de aboios e executando acrobacias; à tarde, acompanham êles a procissão, encourados e a cavalo.

Também surge, na mesma época, o festejo popular "bumba-meu-boi", apresentando na via pública grupos de ambos os sexos trajados caracteristicamente e acompanhados de orquestras com instrumentos típicos. Cantam versos em tôrno de um boi artificial enfeitado, embaixo do qual se encontra um indivíduo para executar os movimentos. Visitam residências e angariam dádivas destinadas ao custeio das despesas.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O município conta 10 139 eleitores inscritos. Apenas 3 416 dêles votaram nas últimas eleições de 1954. Contam-se 12 vereadores em exercício. No ano de 1956, exerciam atividades 153 funcionários públicos civis. Dêstes 36 eram federais, 74 estaduais, 42 municipais e 1 autárquico. Está sediada em Itaberaba a 13.ª Circunscrição da 6.ª Região Fiscal do Interior.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro abaixo dá o demonstrativo da arrecadação pública e da despesa realizada pela Municipalidade no período indicado.

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	573	2 079	1 138	701	820
1951	755	2 471	1 627	993	1 669
1952	692	1 937	1 245	720	780
1953	635	2 087	2 161	876	4 626
1954	769	2 701	1 987	1 141	1 703
1955	1 006	5 104	2 654	1 741	3 231
1956	1 518	7 021	4 198	2 720	3 065

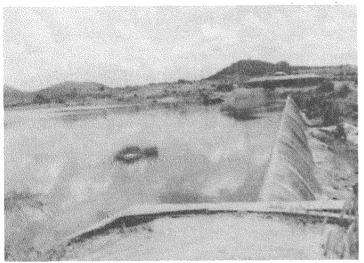
JUSTIÇA — Na sua fundação, o município foi têrmo componente da comarca de Camisão. Com o nome de Orobó, foi criada a comarca, desmembrada da de Camisão, pelo Ato de 10 de fevereiro de 1890, composta pelos têrmos do mesmo nome e o de Baixa Grande. Foi extinta dois anos depois pelo Ato estadual de 3 de agôsto de 1892, ficando Orobó como têrmo da comarca de Maracás.

Foi restaurado com o nome de Itaberaba, pela Lei estadual número 280, de 6 de setembro de 1898, composta pelos têrmos do mesmo nome, Baixa Grande e Maracás. Foi novamente extinta pelo Decreto estadual número 266, de 4 de outubro de 1904, ficando como têrmo da comarca de Curralinho (atual Castro Alves). Foi novamente restaurada, desmembrada desta última, pela Lei estadual número 1 119, de 21 de agôsto de 1915, composta pelos têrmos de Itaberaba e Orobó, atual Rui Barbosa.

Por fôrça do Decreto-lei estadual número 519, de 19 de junho de 1945, a comarca de Itaberaba perdeu o têrmo de Rui Barbosa, passando a constituir-se de têrmo único e na categoria de 3.ª entrância.

No ano de 1956, havia 6 cartórios, dos quais 3 eram do Registro Civil. Foram julgados 61 feitos, sendo 60 no cível e 1 do crime.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município denominam-se itaberabenses. O topônimo Itaberaba significa "pedra reluzente" e provém da existência de enorme bloco de granito situado próximo à cidade.

O Prefeito é o Sr. Justiniano Jacobina de Brito, e o Presidente da Câmara Municipal, o Sr. Antônio Augusto Saraiva o primeiro Intendente do município foi o Sr. Viriato Dias Sampaio. A primeira Câmara de Vereadores instalou-se a 30 de junho de 1877 por convocação do Presidente ten.-cel. Franklin de Menezes Fraga, sendo empossada pelo Juiz Municipal da Vila de Santana do Camisão. Eram seus membros, além do Presidente, os Srs. Bernardo José das Neves, Francisco Gil Dias de Andrade, Marcolino de Queirós Pinto, Jesuíno Gonçalves dos Santos, Caetano de Oliveira Fraga e Cirilo Pereira de Oliveira. Presidiu a reunião o ten.-cel. Franklin de Menezes Fraga.

Açude Juracy Magalhães

Constitui aspecto curioso da vida local, comum às regiões de atividade de criação e engorda do gado bovino, a presença dos "vaqueiros" com os seus trajos típicos, "o gibão" e o "chapéu de couro", e montados nos cavalos de campo, preparados e arreiados caracteristicamente. Têm êstes vaqueiros costumes primitivos, fumam cachimbos de barro ou cigarros feitos de palha de milho e fumo de corda e, às vêzes, o apagam por economia, conservando o tôco atrás da orêlha para servir mais tarde. Apelidam-se uns aos outros de "fortunato". Na ocasião em que exercendo a profissão, ou dirigindo e transportando o gado, cantam em voz alta versos ligados ao assunto, conhecidos por "aboios". Eis as letras de alguns dêles:

Ê boião
Ê boi de guia,
Ôlêe noviê
Eu vou prá Feira de Santana
Ôlêe, vou vendê minha boiada.

Eu encontrê Mariquinha
Tôda afrita, apaixonada,
Ê Mariquinha,
Qui tu tem,
Não vejo nada
Eu tô caçando remédio
Prá curá cabeça inchada.

Você me chama boiadeiro
Eu não sou boiadeiro não
Sou cantadô de boiada
Boiadeiro é meu patrão.

De lá de baxo
Me mandarum
Um lencinho de piôiô
Mandaram me perguntá
Se eu sabia pescar ôiô.

Pesca, pesca, pescadô
De lado Su.
Pesca aquela minina
Qui tá montada no zebu

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística Municipal por José Pereira Tôrres Filho. — Chefe da Agência Municipal de Estatística: Arsilto José Couto.)

ITABUNA — BA

Mapa Municipal na pág. 79 do 6.º Vol.

HISTÓRICO — O povoamento do sítio onde se ergue hoje a cidade de Itabuna começou em meados do século passado com a penetração de numerosas famílias sergipanas, que ali fixaram moradia. Até 1873, era simples pouso de tropeiros. Depois, surgiu o povoamento de Tabocas e um aglomerado de casas no lugar denominado Burundanga, em tôrno do estabelecimento comercial de José Firmino Alves, pioneiro da povoação, considerado o fundador de Itabuna. Ali chegou êle em 1867, com apenas 14 anos de idade, em companhia de seus pais e avô materno. Era natural de vila Cristina, estado de Sergipe, onde nasceu a 25 de setembro de 1852, sendo filho de José Alves e Maria do Carmo Oliveira Alves.

Tabocas integrava o 3.º distrito de Ilhéus com sede no lugar denominado Cachoeira de Itabuna. Em face do crescente progresso da povoação, seus habitantes passaram a alimentar aspirações de autonomia. Por isso, em 10 de maio de 1897, dirigiram ao Conselho de Ilhéus memorial assinado por Henrique Berbert Junior, Manuel Misael da Silva Tavares, Ramiro Ildefonso de Araújo Castro, Plínio Cardoso do Nascimento, José Fulgêncio Teixeira, José Fir-

Rua J. J. Seabra

Edifício do Banco Econômico da Bahia

mino Alves, Manuel Pereira Né, Henrique Felipe Wensk, José do Nascimento Moreira, Domingos Pereira da Silva, Hermínio de Figueiredo Rocha, Pedro Prudente da Costa e Teodolino João Berbert, solicitando-lhe emancipação. Apesar das razões formuladas no memorial, o pedido não mereceu acolhimento. Oito anos mais tarde, quando a povoação já contava cêrca de 15 000 habitantes e arrecadava quantia superior a 10 contos de réis, foi dirigida mensagem ao Govêrno do Estado, subscrita por um têrço do eleitorado, solicitando a criação do município. José Firmino Alves, que foi o primeiro signatário da mensagem, comprometeu-se a doar edifícios para a Intendência, para a Cadeia e para o Tribunal do Júri, sendo concedida, finalmente, a emancipação político-administrativa pela Lei n.º 692, de 13 de setembro de 1906. Criados o município de Itabuna e a vila, a instalação ocorreu a 1.º de janeiro de 1908. Seu primeiro intendente foi o engenheiro Olinto Batista Leone. A vila foi elevada à categoria de cidade pela Lei número 807, de 28 de julho de 1910, investindo-se em sua nova qualidade em 21 de agôsto do mesmo ano. Em 1908, ainda por iniciativa de Firmino Alves, já fôra criado o Curato de São José de Itabuna, desmembrado da freguesia de Santa Cruz de Ilhéus, tendo sido designado Monsenhor Moisés Gonçalves do Couto para dirigir a nova circunscrição eclesiástica. Na divisão administrativa de 1911, Itabuna aparece como distrito único. Em 1933, é integrado dos distritos de Itabuna, Conceição das Ferradas, Macuco e Palestina. De acôrdo com as divisões territoriais de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, e, segundo consta do quadro anexo ao Decreto-lei n.º 10 724, de 30 de março de 1938, o município compunha-se dos distritos de Itabuna, Conceição das Ferradas, Itapuí, Itaúna, Jussari, Macuco e Palestina. A situação permaneceu inalterada no quadro territorial referente ao qüinqüênio de 1939-1943, estabelecido pelo Decreto n.º 11 089, de 30 de novembro de 1938, salvo quanto ao do distrito de Conceição das Ferradas que passou a chamar-se Ferradas, simplesmente. Pelo Decreto-lei n.º 141, de 31 de dezembro de 1943, retificado pelo Decreto n.º 12 978, de 1.º de junho de 1944, Itabuna subdivide-se nos sete distritos seguintes: Itabuna, Buerarema (ex-Macuco), Ferradas, Ibicaraí (ex-Palestina), Itapé (ex-Itaúna), Itororó (ex-Itapuí), e Jussari. Esta mesma composição vigorou até 1952. Na divisão territorial vigente, o município constitui-se de seis distritos: Itabuna, Buerarema, Ferradas, Itaguira, Itapé e Jussari, êste ainda sem função. O distrito de Ibicaraí passou a constituir-se município independente.

LOCALIZAÇÃO — Itabuna situa-se na Zona Fisiográfica do Estado denominada Cacaueira, no sul da Bahia. Limita-se com os municípios de Ilhéus, Itajuípe, Ibicaraí, Itapetinga, Canavieiras e Una. A sede municipal, à margem do rio Cachoeira, possui as seguintes coordenadas geográficas: 14º 47' 21" de latitude Sul e 39º 16' 36" de longitude W.Gr. Dista, da capital do Estado, 221 km em linha reta, no rumo S.S.O.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 55,2039 metros, sendo o ponto de referência a chapa cravada pelo C.N.G. à esquerda da porta principal da igreja de São José.

Vista panorâmica da cidade

O Conselho Nacional de Geografia fêz ainda levantamentos no interior do município, encontrando altitudes que variavam de 52,7109 a 330,9985 metros.

ÁREA — A área atual do município, após o desmembramento de Ibicaraí, é calculada em 2 731 km^2.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — No sistema orográfico municipal distinguem-se apenas as serras do Macuco e da Piabanha, sendo esta a de maior altitude. O principal curso d'água que banha Itabuna é o rio Cachoeira, com a extensão, dentro do município, de 110 km e largura média de 40 metros. Não é navegável e está sujeito a enchentes periódicas. Tem à sua margem direita as vilas de Itapé e Ferradas, o povoado de Palha e a cidade de Itabuna. Seus afluentes principais são o rio Piabanha e o ribeirão dos Cachorros, os quais têm suas nascentes e todo o seu curso dentro do território municipal.

Quedas d'água — Há sòmente a do riacho do Robalo, que mede 13 metros de altura, com volume de 600 litros de água por segundo, aproximadamente, e está situada no distrito de Buerarema.

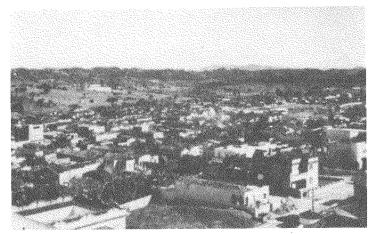
CLIMA — O clima é variável. No verão a temperatura máxima atinge 38°C. No inverno a atmosfera apresenta-se muito saturada de umidade devido às chuvas abundantes dessa época, quando se verifica uma queda até 12°C. Não ocorrem inundações pròpriamente ditas; todavia registram-se com freqüência grandes cheias nos rios do município, especialmente no Cachoeira, que banha a cidade. Essas cheias se verificam nos meses de outubro a dezembro.

RIQUEZAS NATURAIS — Em diversos pontos do município encontram-se matas de admirável opulência na variedade de madeiras de lei, como seja: vinhático, cedro, braúna, gonçalo-alves, jacarandá, jequitibá, maçaranduba, pau-brasil, pau-paraíba, pau-ferro, pau-rosa, pau-d'arco, pequi, peroba-branca, peroba-rosa, peroba-amarela, sapucaia e jatobá. A flora é rica, também, em espécies medicinais: pau-ferro, batata-de-purga, ipecacuanha, jurubeba, caroba, manjericão, etc., além das fibras nativas, como gravatá, imbaúba, tabua, tucum, uacima. Entre as oleaginosas se encontram a castanha-de-sapucaia, o catolé, o côco-de-tucum, dendê, gergelim, ouricuri, pequi, etc.

Quanto aos minerais, só se sabe da existência de granito, areia e argila.

A fauna local é abundante em variedades de animais para caça e outros de pequeno porte, tais como o tatu, a paca, o teiú, o gambá, o quati, o tamanduá-bandeira, o ouriço-cacheiro, a cutia, o jupará (pequeno animal da família dos símios, que se alimenta, principalmente, de frutos do cacaueiro, causando estragos à lavoura) e mais os seguintes animais: gato-do-mato, rapôsa, sagüi (sagüim ou sauim), guaxinim, etc. Aves e pássaros: macuco, frango-d'água, paturi, martim-pescador, jacu, pomba-d'água, saracura, nhambu, juriti, codorna, perdiz, anu (ou anum), periquito, gavião, papagaio, tucano, sabiá, curió, azulão, papa-capim, colibri, gorinhatá, sete-côres, bigode, sangue-de-boi, rôla, chorão, sanhaço, japu, andorinha, etc. Peixes: robalo, pratibu, acari, apaíre, piau e grande quantidade de pitu (saboroso crustáceo, encontrado no rio Cachoeira).

POPULAÇÃO — A população municipal, em 1950, incluídos os habitantes do atual município de Ibicaraí, era de 147 730, sendo 76 307 homens e 71 423 mulheres.

Quanto à côr eram: 45 874 brancos, 22 050 pretos, 79 135 pardos e o restante de côr não declarada; quanto

Vista parcial da cidade

ao estado civil, da população de 15 e mais anos: 40 609 solteiros, 36 895 casados, 99 desquitados e 4 302 viúvos. Localizavam-se no quadro rural 69% dos residentes. Em 1950, o município de Itabuna era o mais populoso do Estado, depois da capital.

Aglomerações urbanas — Conforme o Recenseamento Geral de 1950, o número de habitantes da cidade era de 25 351, correspondendo a 35 000 a estimativa para 1957.

Pela ordem decrescente de habitantes, as vilas são as seguintes: Buerarema (3 485); Itapé (2 978); Jussari (1 214); Ferradas (713); Itaguira, vila recém-criada, tem aproximadamente 2 300 pessoas.

Outras aglomerações — Os povoados, com população estimada para 1957, são os seguintes, com respectivos habitantes: São José (950); Estiva (700); Areia Branca (650); Entroncamento de Itapé (500); Mutuns (350) e Itamaracá (300).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O principal ramo de atividade da comuna é a cultura do cacau. Estima-se que 70% da população em idade ativa se dedicam às atividades rurais, a principal das quais é aquela cultura.

Tratando-se de município genuìnamente cacaueiro, a sua lavoura representa a principal fonte de economia. Cultiva-se também o café e a cana-de-açúcar.

Pecuária — O total de propriedades rurais é de 4 222. Há criação de gado em certas áreas. O efetivo pecuário é de 140 000 cabeças de bovinos e 105 000 de suínos.

Indústria — A atividade industrial é de reduzida importância, embora ofereçam o município e a região vizinha ótimas condições para desenvolvimento industrial. Não falta mercado consumidor, não falta matéria-prima, nem mão-de-obra. Espera-se que a energia elétrica da cachoeira do Funil, cujas obras estão em andamento, promova um surto industrial à altura das possibilidades da rica zona cacaueira. A produção industrial, incipiente, destina-se ao consumo interno no próprio município. Essas indústrias se limitam à extração de pedras para construção, ao beneficiamento de madeiras existentes no território municipal, a negócios de padaria, de olaria, a fabrico de artefatos de cimento e marmorite, ao fabrico de sabão, de bebidas e de móveis de madeira, etc. Em 1956, havia 91 estabelecimentos industriais, cuja produção ascendeu ao valor de 70 365 milhares de cruzeiros.

Iniciativa que poderá abrir caminho para florescente indústria está na fábrica "Helvitia", pertencente a "Cacau Industrial e Comercial, S. A.", prestes a entrar em atividade e destinada à industrialização do cacau.

Artesanato — Inicia-se o ensino da manufaturação de diversos objetos: tapêtes, rêdes de dormir, chapéus, toalhas, cobertas e cobertores, cêstos de vários tipos e muitos outros objetos. O estabelecimento de aprendizado pertence à Ação Fraternal de Itabuna, a maior organização educacional do sul do Estado. Há excelente mercado, matéria-prima em abundância e mão-de-obra.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade de Itabuna liga-se à capital Federal por via aérea (999 km), via rodoviária (1 500 km), seguindo o itinerário ItambéVitória da Conquista—Teófilo Otoni—Governador Valadares—Rio de Janeiro, e via marítima (618 mi), partindo do pôrto de Ilhéus. A capital do Estado liga-se por via aérea (235 km), via rodoviária (519 km) e via marítima (250 km), partindo do pôrto de Ilhéus. Com as cidades vizinhas a ligação é feita pelos meios seguintes: Ilhéus, 28 km de estrada asfaltada e 59 km em ferrovia; Itajuípe, 20 km em rodovia e 35 km em ferrovia; Ibicaraí, 48 km em rodovia; Itapetinga, 180 km em rodovia; Una, 121 km em rodovia.

Servem ao município a Cruzeiro do Sul e Consórcio Real-Aerovias-Nacional. Possui um aeroporto pertencente ao Aeroclube local, com pista de 1 200 por 45 metros, a qual está sendo ampliada a fim de receber revestimento asfáltico.

Há também um campo de pouso na Fazenda Pau Brasil, no distrito de Itaguira, para pequenos aviões tipo "teco-teco".

Itabuna é servida pelas emprêsas de transportes seguintes: Viação Sul-Baiano, S. A., Emprêsa Boa Esperança, Emprêsa Brasil de Transportes, Emprêsa Melhoramentos de Itapetinga, S. A., Emprêsa Santo Antônio, tôdas de passageiros; Rodoviária Estrêla do Norte, Inter-Brasil de Transportes e Agência de Transportes S.O.S., para carga.

Em 31-12-1956, o número de veículos registrados era: 108 automóveis, 310 caminhões, 50 jipes, 2 ônibus (exclusive os ônibus da Cia. Viação Sul-Baiano, S. A., em número de 32, servindo a vários municípios da zona), 25 motocicletas, 15 camionetas e 250 bicicletas.

Conta a cidade com Agência Postal-telegráfica, Serviço Radiotelegráfico da Secretaria de Segurança Pública do Estado, Serviço Radiotelegráfico do Aeroporto AC, e 7 estações de radioamadores. Há serviço telefônico. O núme-

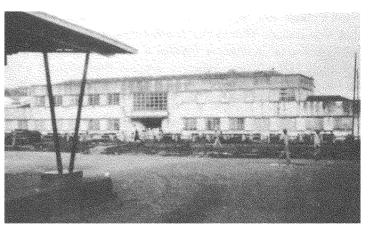
Praça João Pessoa

ro de aparelhos montados é de 135 apenas. Encontra-se quase pronto para inaugurar-se completo serviço de telefone automático, com extensão de linhas à vizinha cidade de Ilhéus.

COMÉRCIO E BANCOS — O movimento comercial de Itabuna é dos mais importantes do interior baiano e o seu desenvolvimento bancário dos mais promissores. Há 25 estabelecimentos atacadistas e 876 varejistas. Funcionam na cidade as matrizes do Banco Rural de Itabuna e da Casa Bancária Nicodemos Barreto Ltda., e as agências do Banco do Brasil, desde 26-9-1927, Banco da Bahia, a partir de 22-11-948, Banco Econômico da Bahia, inaugurada em .. 16-4-1948, Instituto de Fomento Econômico da Bahia, fundada a 26-10-1953, Banco de Ilhéus, instalada em 1955 e Banco de Crédito Popular da Bahia, funcionando desde 28-8-1956. O Banco da Bahia instalou também uma agência na vila de Buerarema. O movimento bancário, em .... 31-12-1956, apresentava as cifras seguintes, em milhares de cruzeiros; caixa em moeda corrente — 14 694; Empréstimos em c/c — 92 124; Empréstimos hipotecários — 169; Títulos descontados — 203 729; Depósitos a vista e a curto prazo — 132 721 e Depósitos a prazo — 41 655.

O giro comercial foi, em 1956, de 1 032 062 milhares de cruzeiros. A praça de Itabuna mantém comércio com Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte.

O volume de sua exportação de cacau ascende a .... 300 000 sacos anuais. Exporta também madeiras, couros salgados, café, leite e outros produtos. Importa tecidos, calçados, louças e vidros, ferragens, material para eletricidade, cimento, farinha de trigo, produtos farmacêuticos, arroz, sal, alimentos em conserva e gêneros alimentícios. O salário-mínimo em vigor no município é de 2 700 cruzeiros.

ASPECTOS URBANOS — A cidade fica situada no extremo leste do município, quase na linha divisória com Ilhéus. É banhada pelo rio Cachoeira, que a atravessa na direção sul-norte. Está construída em terreno relativamente plano. Seu aspecto é de urbe moderna, com largas e extensas avenidas, e feição de rápido e franco desenvolvimento. Possui 75 logradouros pavimentados e 8 arborizados. A principal artéria é a Avenida Sete de Setembro, que mede cêrca de dois mil metros de extensão. Aí se localizam os principais estabelecimentos comerciais. Entre os vários edifícios modernos, que embelezam a cidade, distinguem-se o importante "Edifício Comendador José Firmino Alves", de 4 pavimentos, propriedade do Banco Econômico da Bahia, onde funciona a agência local, e o edifício da igreja Matriz de São José. O número total de logradouros existentes é de 141, com mais de 7 000 prédios. A Cidade possui serviço de água encanada, que serve a 3 600 prédios, distribuídos por 74 logradouros. A extensão total das linhas distribuidoras atinge 9 500 metros, sendo que a capacidade total do reservatório é de mil metros cúbicos. É bom o serviço de esgôto sanitário e pluvial, cuja rêde mede 4 951 m de extensão e o emissário 1 438 metros. Cêrca de 1 191 prédios são providos de esgotos. O serviço de iluminação é feito por uma usina termelétrica, que serve a 95 logradouros, com 5 416 focos na via pública. O número de consumidores particulares que usam medidores eleva-se a 4 000 e a "forfait" a 740. O consumo total com iluminação e fôrça, em 1956, foi de 3 851 660 kWh. A cidade conta com três cinemas. Outros três se localizam no interior do município. Estão sendo construídos no distrito-sede dois teatros, com capacidade para 1 200 espectadores cada um. Quanto aos meios de hospedagem, há oito hotéis e 28 pensões.

Santa Casa de Misericórdia

Hospital do S.E.S.P.

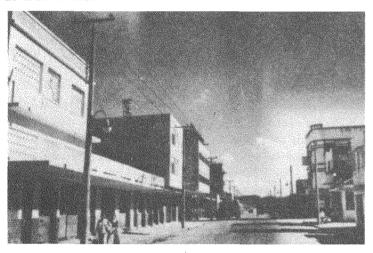
Residem no município 34 médicos, 25 dentistas, 11 farmacêuticos, 25 advogados, 17 engenheiros civis e 10 agrônomos.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Funcionam no município 3 hospitais com 167 leitos. Há 2 postos médicos, sendo um na cidade e outro na vila de Buerarema, e ambos do Serviço Especial de Saúde Pública (S.E.S.P.). Conta ainda a cidade com 4 ambulatórios pertencentes a entidades autárquicas federais e particulares. A assistência à maternidade é prestada nos três hospitais, onde existem 29 leitos para êsse fim, e pelo S.E.S.P.; à infância é ministrada nos mesmos nosocômios, contando-se com 34 berços. A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Itabuna, que mantém o Pôsto de Puericultura "Isolina Guimarães" e duas unidades sanitárias do S.E.S.P., presta ampla assistência à infância itabunense. Existem na sede municipal 15 farmácias.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Prestam relevantes serviços sociais à comunidade, especialmente à indigência, as seguintes entidades: a Associação das Senhoras de Caridade de Itabuna, que mantém a Casa dos Mendigos; a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, mantenedora do Hospital Santa Cruz; a Sociedade São Vicente de Paula, que presta assistência alimentar aos pobres; a Sociedade Beneficente São João Batista, que presta assistência funerária a indigentes; o pequeno Abrigo Fran-

cisco Benício dos Santos, que dá asilo a velhinhas desvalidas; a Sociedade Monte Pio dos Artistas, que concede auxílio funerário e assistência médica e escolar, e a Ação Fraternal de Itabuna, que mantém secções destinadas à assistência escolar e profissional a alunos pobres.

Existem as seguintes organizações de classe: Sindicato dos Empregados no Comércio do Município de Itabuna, Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários de Itabuna e Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Construção Civil de Itabuna.

O Cooperativismo é representado por sete instituições existentes na província, sendo seis na cidade e uma na vila de Buerarema.

Trecho da Rua 7 de Setembro

O Pôsto Agropecuário de Itabuna, situado na vila de Itaguira, presta assistência técnica a agricultores e pecuaristas do município, prepara campos de cooperação e distribui sementes aos lavradores.

Na vila de Jussari existem a "Estação Experimental de Jussari" mantida pelo Instituto Agronômico do Leste, que também presta assistência técnica a agricultores e distribui mudas e sementes.

ALFABETIZAÇÃO — Os resultados do Censo de 1950 revelaram que 39% da população presente de 10 anos e mais sabiam ler e escrever, ou seja, em números absolutos, 38 746 pessoas.

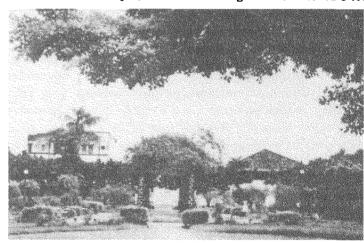
Ensino — Em 1956, o número de unidades de ensino primário elevava-se a 142, inclusive 7 classes da Campanha de Alfabetização de Adultos. Dêsse total, 89 unidades estão localizadas na cidade. Existem aí 3 estabelecimentos, que ministram curso ginasial, e 1 funciona na vila de Buerarema. Funcionam ainda duas escolas normais, uma escola técnica de comércio e uma de aprendizado artístico-industrial em moldes de artesanato.

Em 1957, a matrícula inicial em todo o território do município atingiu os algarismos seguintes: ensino primário — 2 788 do sexo masculino e 3 041 do feminino; curso ginasial — 259 do sexo masculino e 206 do feminino; curso normal — apenas 51 do feminino; ensino técnico comercial — 277 homens e 74 mulheres.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Circulam na cidade os seguintes órgãos: "O Intransigente" e o "Diário de Itabuna", ambos de periodicidade diária, Voz de Itabuna, bissemanário, que pretende ser transformado, também, em órgão diário, em 1958, e os hebdomadários "A Terra" e "Jornal Oficial de Itabuna". A cidade conta com 5 tipografias, sendo as principais a Gráfica Popular e a Época; quatro casas comerciais dispõem de secções para o comércio de livros, especialmente didáticos. Dispõe de uma estação de radiodifusão ZYN-28 Rádio-Clube de Itabuna, S. A., com a freqüência de 1 530 kc, transmissor de 1 000 watts, operando reduzido a 250 watts. Calcula-se haver no município de Itabuna cêrca de 4 000 aparelhos rádio-receptores. Funciona na cidade a Biblioteca Bernadete Sinai Neves, pública e escolar, com cêrca de 2 335 volumes catalogados. Há, ainda, duas semipúblicas: a Biblioteca Guilherme Bittencourt, da Agência Municipal de Estatística, com cêrca de 800 volumes de assuntos diversos, e a Biblioteca da Associação Comercial de Itabuna, com 400 volumes. Além destas, há outras menores, privativas de organizações culturais e profissionais. As principais agremiações culturais existentes no município de Itabuna são: o Grêmio Literário Artur de Sales, o Centro Cultural Herbert Parentes Fortes, o Aeroclube de Itabuna. A Filarmônica Amantes da Lira e a Euterpe Itabunense estão localizadas na cidade, e a Lira de Macuco, na vila de Buerarema.

Os mais importantes clubes recreativos são o Itabuna Clube e o Grapiúna Tênis Clube, ambos sediados na cidade, e o Líder Social Clube, na vila de Buerarema.

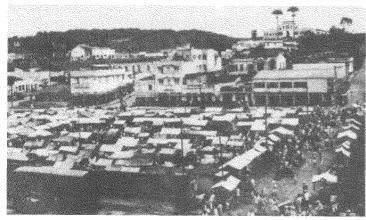
MONUMENTOS HISTÓRICOS E ARTÍSTICOS — *Herma do comendador José Firmino Alves*. Homenagem ao fundador da cidade, situada na Praça de Santo Antônio. A construção foi iniciativa da imprensa local e do Govêrno municipal. Inaugurou-se em 1-1-944. Foi autor da obra o arquiteto Antenor Diógenes Rebouças.

Monólito — Homenagem ao Operário, situado na Praça do Trabalho, bairro do Pontalzinho, representa iniciativa do Govêrno municipal, tendo sido inaugurado em 25-12-947.

Praça Arlindo Leone

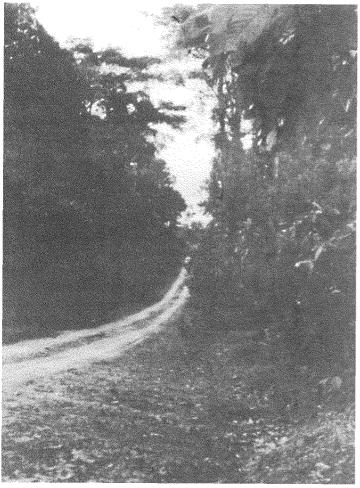
OBJETIVOS DE TURISMO — Constituem objetivos de turismo:

Cultura do cacau. — Fazenda Progresso, de propriedade de Nicodemos Barreto. Dista 4 quilômetros do centro da cidade.

Fábrica "Helvitia", em construção. Destina-se a fábrica ao beneficiamento do cacau e pertence à firma Cacau Industrial e Comercial S. A.

Edifício da Matriz de São José — Imponente obra arquitetônica moderna situada na Praça Tiradentes. Na tôrre do referido edifício, existe um mirante de onde se descortina encantadora vista panorâmica da cidade.

Vista de uma feira, realizada semanalmente

CULTOS RELIGIOSOS — No município há 3 paróquias: a de São José e a de Santa Maria Goretti, no distrito-sede, e a de Santana, em Buerarema. Além das igrejas matrizes, existem ainda na cidade 4 capelas, uma dependendo de acabamento. Há 10 templos não católicos, sendo 6 no interior do município. Existem ainda 6 centros espíritas.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A festa de São José, padroeiro da cidade, realizada a 19 de março, constitui a mais importante comemoração religiosa itabunense. O programa da festividade consta, geralmente, de missa solene, com panegírico do Padroeiro e tradicional procissão que percorre as principais ruas da cidade. As solenidades encerram-se com bênção do Santíssimo Sacramento. Seguem-se, então, festejos populares na praça fronteiriça à Matriz. Outra manifestação da população rural é a romaria realizada anualmente à cidade do Bom Jesus da Lapa. Caracteriza-se por peregrinações

Estrada para a fazenda Morro Redondo, atravessando o Canal

a pé ou a cavalo, em longas caminhadas, e em caminhões ornamentados até aquela cidade da região do S. Francisco.

A festa da Imaculada Conceição, em 8 de dezembro, é outra data religiosa festejada pela população de Itabuna. Os dias de São João e São Pedro, respectivamente, 24 e 29 de junho, são datas que o povo festeja com efusiva alegria. Não faltam as tradicionais fogueiras, a queima de fogos, canjica, pamonha, milho assado e licores. O "pula-fogueira" ainda é usual, embora perdendo cada ano a graça e a animação de que gozava entre os habitantes citadinos. Tal diversão consta de um salto através da fogueira semi-apagada, realizado por um par. É tradição na zona rural que aquêles que pularem a fogueira ficam sendo compadres e não poderão unir-se pelo matrimônio.

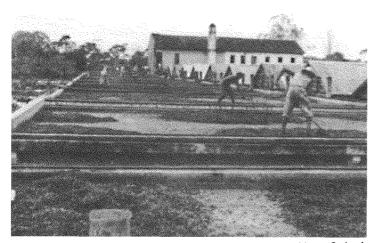
Festejam-se ainda as trezenas de Santo Antônio, dedicadas ao santo taumaturgo. As comemorações de Santo Antônio assemelham-se aos joaninos, notadamente pela queima intensiva de fogos de artifícios.

Vista de uma fazenda típica de cacau da zona cacaueira do Estado

O Natal e a Semana Santa, como em tôda parte, são também festejados pela Igreja com solenidades apropriadas. A população católica participa intensa e contritamente das comemorações, especialmente da "missa do galo", celebrada à meia-noite do dia 24 de dezembro. Na Semana Santa é concorridíssima a procissão do Senhor Morto.

Quanto às manifestações profanas, salienta-se o carnaval, festejado, como nas demais cidades, com cordões, fantasias, bailes, etc. As populares, como "bumba-meu-boi", "capoeiradas" e "marujadas", vão deixando de despertar interêsse na população. Mesmo assim, vez por outra, o povo procura reabilitar êsses folguedos, numa tentativa saudosista de restauração dos tempos passados, realizando exibições durante os festejos populares.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — Em 1954, o número de eleitores inscritos era de 15 463, tendo votado 11 259 no pleito daquele ano. O atual Prefeito é o engenheiro civil Sr. Francisco Ferreira da Silva e o Presidente da Câmara Municipal, o Sr. Paulo da Silva Ribeiro. O Legislativo é composto de 12 vereadores. Exercem suas funções no município 40 servidores federais, 51 estaduais, 177 municipais e 65 autárquicos. Militam no fôro de Itabuna 3 juízes, 2 promotores públicos e 25 advogados. É sede das 28.ª, 29.ª e 30.ª Zonas eleitorais do Estado.

20 — 24 936

Aspecto da secagem do cacau em "barcaças", na fazenda Morro Redondo

Foi seu primeiro Intendente o engenheiro civil Olinto Batista Leone e o primeiro Conselho estava assim constituído: Firmino Ribeiro de Oliveira (presidente), Tertuliano Guedes de Pinho (vice-presidente), Antônio Batista de Oliveira (1.º secretário), Adolfo Maron (2.º secretário), Antônio Gonçalves Brandão, Gavino Henrique Loup e Américo Primitivo dos Santos.

Estão localizados na cidade os seguintes serviços públicos e entidades: Pôsto do Serviço de Identificação do Ministério do Trabalho; Subinspetoria de Trânsito da 12.ª Região; sede da 2.ª Delegacia de Recrutamento da 18.ª C.R., abrangendo 10 municípios da Zona; residência do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem; 8.ª Residência do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem; 31.ª Circunscrição da Undécima Região Fiscal do Interior, pertencente à Secretaria da Fazenda; Pôsto Agropecuário da Secção de Fomento Agrícola na Bahia, órgão do Ministério da Agricultura; 12.ª Região de Trânsito e Delegacia Regional da 9.ª Região, da Secretaria de Segurança Pública; Pôsto de Vigilância Sanitária do Departamento Nacional de Produção Animal do Ministério da Agricultura; 29.ª Circunscrição Escolar do Interior da Secretaria de Educação e Assistência Social; Rotary Clube de Itabuna; Loja Maçônica Areópago Itabunense; Lions Clube de Itabuna; Frente Itabunense de Ação Renovadora; Movimento de Ação da Juventude Itabunense; Federação das Bandeirantes de Itabuna (secção regional) e Tiro-de-Guerra n.º 126.

FINANÇAS PÚBLICAS — A receita municipal, inclusive auxílios e quotas, atingiu a soma de 38 637 mil cruzeiros, em 1956. A despesa geral efetuada foi de 39 877 mil cruzeiros. A arrecadação federal, estadual e municipal é apresentada no quadro abaixo:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	3 291	19 891	10 900	7 261	10 483
1951	4 879	25 929	11 639	9 141	10 518
1952	4 757	18 244	10 563	7 689	8 855
1953	6 647	29 640	23 100	13 442	19 768
1954	9 172	49 587	23 584	23 840	23 584
1955	15 882	71 444	35 545	29 784	44 492
1956	17 998	73 099	38 637	30 203	39 877

JUSTIÇA — O têrmo judicial de Itabuna foi criado no ano de 1906. Seu primeiro juiz preparador foi o Dr. Venceslau Unapetinga de Sousa Guimarães. Em 1915, pela Lei n.º 1 119, de 21 de agôsto, foi elevado à categoria de comarca, sendo seu primeiro Juiz de Direito o Dr. Henrique Auxêncio da Silva. Pelo Decreto n.º 8 507, de 27 de junho de 1933, a comarca de Itabuna foi elevada de segunda para terceira entrância, abrangendo os têrmos de Itabuna e Ibicaraí. Na divisão territorial de 1936-1937, bem como no quadro de 1938, aparece Itabuna como têrmo único. Tal situação permaneceu inalterada na divisão administrativa de 1939-1943 e na de 1944-1948. Funcionam no município 25 cartórios, sendo 5 do Registro Civil. Em 1956, foram julgados 457 feitos, assim discriminados: cíveis 390, criminais 32 e outros 35.

VULTOS ILUSTRES — Os vultos ilustres nascidos no município são os seguintes: o arquiteto Antenor Diógenes Rebouças, a pintora Maria Célia Amado Calmon, o escritor Jorge Amado e o poeta Telmo Padilha.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município chamam-se itabunenses. O nome de Itabuna é originário da combinação das palavras indígenas "ita" (pedra) e "una" (preta). O motivo do topônimo atribui-se ao fato de o rio Cachoeira, que banha a cidade, ter ali o seu leito todo pedregoso e de pedras pretas. Em virtude das suas inúmeras e pequenas *quedas* e *corredeiras*, chama-se-lhe Cachoeira, e daí o nome por que é conhecido: Cachoeira de Itabuna.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística, por Teófilo Santa Cruz Santos Silva. — Chefe da Agência Municipal de Estatística: Lourivaldo Ferreira de Oliveira. — Agente de Estatística: Fernando Costa. — Auxiliar de Agência: Caetano Primitivo Cerqueira.)

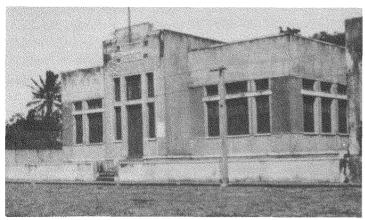
ITACARÉ — BA

Mapa Municipal na pág. 67 do 6.º Vol.

HISTÓRICO — A cidade de Itacaré teve origem numa aldeia de índios, onde o insigne padre jesuíta, Luís da Grã, erigiu uma capela sob a invocação de São Miguel, batizando a povoação com o topônimo São Miguel da Barra do Rio das Contas.

Em 1718, o arcebispo primaz, Dom Sebastião Monteiro da Vide, elevou aquela capela à categoria de freguesia, com a mesma denominação.

Em 1732, a povoação de São Miguel da Barra do Rio das Contas foi elevada à categoria de vila e a município, em 27 de janeiro, por ordem de D. Ana Maria Ataíde e Castro, condessa de Resende e donatária da capitania de Ilhéus, à qual pertenciam as terras de Itacaré.

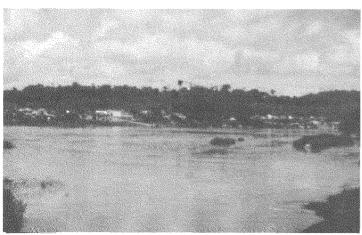
Pela Lei estadual n.º 1 074, de 28 de abril de 1915, o distrito de Tabocas teve seu nome mudado para Itapira. Em 1930, foi a sede do distrito de Itapira elevada à categoria de subprefeitura, pelo Decreto estadual n.º 7 140, de 17 de dezembro dêsse ano. Pelos Decretos estaduais números 7 455, de 23 de junho de 1931, e 7 479, de 8 de julho do mesmo ano, o arraial-sede da subprefeitura foi elevado à categoria de vila, sendo para aí transferida a sede do município da Barra do Rio das Contas, cujo topônimo foi mudado para Itapira. A transferência da sede do município

Grupo Escolar

para a vila de Itapira foi confirmada pelo Decreto estadual n.º 7 624, de 16 de setembro de 1931.

Pelo Decreto estadual n.º 7 605, de 12 de setembro de 1931 ficou dividido o município de Itapira em 4 distritos: Itapira (sede), Itajaí, Piraúna e Barra do Rio das Contas, tendo êsse Decreto sido revogado pelo de n.º 7 849, de 16 de dezembro do mesmo ano.

Pelo Decreto estadual n.º 7 850, de 16 de dezembro de 1931, a sede do Município voltou a ser a vila da Barra do Rio das Contas, com o nome, porém, de Itacaré. O mesmo decreto restabeleceu a subprefeitura de Itapira e dividiu o município em 4 distritos: Itacaré (sede), Itapira, Caculé e Gongogi, nome êste que foi mudado para Itajaí, pelo Decreto estadual n.º 7 996, de 12 de janeiro de 1932, tendo sua sede sido transferida para o arraial de Itumirim, pelo Decreto estadual n.º 8 062, de 18 de maio de 1932.

Na divisão administrativa do Brasil, concernente a 1933, o município apresenta-se subdividido em 2 distritos: Itacaré (sede) e Caculé. Já nas divisões territoriais de 31 de dezembro de 1936 e de 1937, bem assim no quadro anexo ao Decreto estadual n.º 10 724, de 30 de março de 1938, figura o município com os distritos de Itacaré (sede), Coronel Soares e São Miguel.

De conformidade com o quadro territorial estabelecido pelo Decreto estadual n.º 11 089, de 30 de novembro de 1938, o município mantinha a mesma composição anterior, com alterações toponímicas nos distritos de São Miguel e Coronel Soares, que passaram a denominar-se Itaipava e Poço Central, respectivamente. Tal formação distrital permaneceu até 1953. Apenas o distrito de Itaipava mudou novamente de nome, no quadro territorial de 1944-1948, passando a chamar-se Poiri.

Vista parcial da Vila de Poiri

A formação administrativa vigente, de acôrdo com a Lei estadual n.º 628, de 30 de dezembro de 1953, é de cinco distritos: Itacaré, Laje do Banco, Poço Central, Poiri e Taboquinhas.

LOCALIZAÇÃO — O município de Itacaré está localizado na zona cacaueira do Estado, limitando com os municípios de Ilhéus, Maraú e Ubaitaba e com o Oceano Atlântico. As coordenadas geográficas da sede municipal são as seguintes: 14° 16' 30" de latitude Sul e 38° 59' 41" de longitude W.Gr. Seu rumo em direção à Capital do Estado é S.S.O., e a distância, em linha reta, 148 km.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 3,80 m.

ÁREA — O município de Itacaré tem área de 1 222 km².

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — A topografia do município é bastante acidentada; os principais acidentes geográficos são: o rio de Contas, que atravessa o seu território, numa extensão de 72 km, banhando as vilas de Poiri e Taboquinhas, os povoados de Aldeia, Rua de Palha, Água Fria e Itati bem como a cidade, e que tem, em média, 300 metros de largura e 3 de profundidade, sendo navegável da cidade à vila de Taboquinhas, por lanchas de motor e canoas, e sòmente por canoas do lugar Banco do Pari até a confluência do rio Gongogi. Há a lagoa de Santo Amaro, localizada na fazenda Pontal, com 200 m de comprimento, 18 metros de largura e 1,70 metros de profundidade, distando 2 km da cidade; a lagoa do Poço, localizada na fazenda Poço, distrito de Itacaré, com 100 m de comprimento, 32 metros de largura e 1,80 m de profundidade. Também conta o município algumas cachoeiras e quedas como sejam a do Adôrno, formada pelo rio Engenho e localizada na fazenda Adôrno (distrito de Itacaré), com 8 metros de altura, aproximadamente; a do rio Pinheiro, localizada na fazenda Pinheiro (distrito de Itacaré), com 8 metros de altura, apro-

ximadamente; a do rio Jeribucaçu, a mais importante, situada no distrito de Itacaré, com 12 metros de altura, e parte de cujo potencial foi aproveitada para o fornecimento de energia elétrica à sede municipal; a do São João (distrito de Taboquinhas), com 5 metros de altura, aproveitada para o fornecimento de energia elétrica à vila de Taboquinhas.

As serras principais são: a do Poço da Caça, situada no distrito de Poço Central, que mede aproximadamente 507 metros de altura, e a de Paulo Afonso, situada no distrito de Poço Central, com altitude aproximada de 450 metros.

CLIMA — O clima de Itacaré é característico da zona: quente no verão, frio e úmido no inverno. Em 1956, a sede municipal apresentou as seguintes temperaturas: média das máximas 32ºC, das mínimas 17ºC e média compensada 26ºC.

RIQUEZAS NATURAIS — As principais riqüezas naturais do município são: a extração de madeira, cuja produção, em 1955, alcançou a importância de 768 milhares de cruzeiros, e a pesca que, naquele ano, teve produção no valor de 837 milhares de cruzeiros. Constituem também riqueza natural as quedas de água do município, cujo potencial é calculado em 1 133 c.v.

POPULAÇÃO — O Censo de 1950 revelou que a população do município de Itacaré era de 23 117 habitantes, sendo 12 434 homens e 10 683 mulheres. Nessa população, se registrou sensível preponderância da côr parda com 14 444 pessoas, seguida dos pretos com 5 901; quanto ao estado civil, predominaram os solteiros com 8 262, seguidos dos casados com 4 556. A população do município estimada para 1957 é de 23 396 habitantes. Da população total, 85% localizavam-se na zona rural.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Em 1950, o município possuía 3 aglomerados urbanos cujas populações citamos entre parênteses, como segue: — cidade de Itacaré (1 645), vilas de Poço Central (410) e Poiri (1 408). Em 1953, por fôrça da Lei n.º 628, de 30 de dezembro, o povoado da Laje do Banco e o de Taboquinhas foram elevados à categoria de vila, cuja população urbana, todavia, não está calculada. A população da cidade de Itacaré estimada para 1.º de julho de 1957 é de 1 700 habitantes.

OUTRAS AGLOMERAÇÕES — Além da cidade e das vilas, possui o município os povoados seguintes: Água Fria (246 habitantes), Rua de Palha (122), Cascata (112), Itati (83) e Aldeia (69).

ATIVIDADE ECONÔMICA — De acôrdo com o Censo Econômico de 1950, existiam no município de Itacaré .... 16 025 pessoas em idade ativa (10 anos e mais) sendo 8 792 homens e 7 233 mulheres. Dessa população, 6 348 pessoas se dedicavam ao ramo "agricultura, pecuária e silvicultura", sendo 6 125 do sexo masculino e 223 do feminino; é o ramo de atividade de maior freqüência profissional, superando o de "atividade doméstica". As pessoas ocupadas naquele ramo representam 39,6% da população em idade ativa no município.

A atividade fundamental à economia do município é a cultura do cacau, cuja produção, em 1955, se elevou a Cr$ 84 000 000,00.

Na agricultura, o valor da produção, em 1955, foi aproximadamente de 89 430 milhares de cruzeiros, tendo o cacau contribuído com a maior parcela. Segue-se a cultura do côco-da-baía, a da banana, a da mandioca, a da laranja, a do abacate, a do milho, a do feijão e a de outras espécies.

O número de propriedades rurais, em 1954, era de 1 584, no valor venal de 76 303 milhares de cruzeiros.

Na pecuária, estimam-se os rebanhos do município, em 1956, nas cifras seguintes: bovinos 11 600; eqüinos 1 800; asininos 1 600; muares 3 050; suínos 13 000; ovinos 1 100 e caprinos 1 200.

O valor da produção industrial, em 1955, atingiu a importância de 3 206 milhares de cruzeiros, tendo o fabrico de farinha de mandioca contribuído com a maior parcela.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade de Itacaré liga-se à Capital Federal, à Capital do Estado e às cidades vizinhas, pelos meios de transporte seguintes: à Capital Federal por via aérea (1 315 km) e marítima (649 mi); à Capital Estadual por via marítima (108 mi); a Ilhéus, marítima (31 mi); a Maraú por duas vias: 1.ª) mista (vicinal 12 km e marítima, 10 mi); 2.ª) vicinal (24 km); a Ubaitaba por duas vias: 1.ª) fluvial (54 mi); 2.ª) vicinal (60 km). A sede do município possui campo de pouso, utilizado por pequenos aviões, tipo teco-teco, para passageiros e transporte de pescado com destino a Itabuna. Verifica-se a existência de um pôrto, utilizado por embarcações de pequeno calado.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio local mantém transações com as praças de Ilhéus, Itabuna, Ubaitaba, Maraú e Salvador. Há na sede municipal 43 estabelecimentos comerciais varejistas e 1 atacadista, 1 agência bancária e 1 correspondente. O giro comercial, em 1956, foi de 81 975 milhares de cruzeiros. O salário-mínimo oficial é de .... Cr$ 2 400,00, no município.

ASPECTOS URBANOS — A cidade ergue-se à foz do rio das Contas, localizando-se em excelente posição e de bela topografia.

Possui vasto ancoradouro, onde poderá ser construído bom pôrto.

Conta 37 logradouros, 20 dos quais, pavimentados e 6, arborizados. A iluminação pública estende-se a 18 ruas. Encontram-se 1 480 prédios, dos quais, 226 são servidos de iluminação elétrica, cujo consumo, em 1956, foi de ...... 22 000 kWh. Funcionam na cidade 1 cinema, 7 pensões, 1 farmácia e 1 agência postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos. Há 3 advogados.

Parte da Vila de Poiri

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária à população é prestada pelo Pôsto de Higiene do Estado, e através do setor n.º 10 do Departamento Nacional de Endemias Rurais, com sede na cidade de Ilhéus. Exerce a profissão na cidade 1 médico. Funciona 1 farmácia.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Existe um sindicato.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com o Recenseamento de 1950, a população de 5 anos e mais, naquela época, era de 19 231 pessoas, sendo 10 455 homens e 8 776 mulheres. Dessa população, 4 229 indivíduos sabiam ler e escrever, sendo 2 595 homens e 1 634 mulheres, representando .... 21,99% da população de 5 anos e mais.

ENSINO — Em 1956 existiam, no município, 22 unidades do ensino primário fundamental comum, sendo 6 estaduais e 16 municipais, além de 6 classes da Campanha de Educação de Adultos. A matrícula efetiva elevou-se a 996 alunos.

Dentre as escolas estaduais, destaca-se a "Escolas Reunidas Aurelino Leal".

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existem 2 bibliotecas na cidade, sendo uma da Prefeitura Municipal e outra da Agência de Estatística, ambas públicas. Uma e outra com menos de 1 000 volumes.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — A igreja-matriz e a casa onde nasceu o grande brasileiro, Dr. Aurelino Leal, são os prédios mais importantes.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — As praias de Itacaré oferecem excelente atração turística aos visitantes.

CULTOS RELIGIOSOS — A Paróquia é consagrada a São Miguel e subordinada ao bispado de Ilhéus. Além da igreja-matriz, há 3 capelas públicas e 7 semipúblicas. Há 1 sacerdote e 3 associações religiosas católicas.

Na cidade funciona também um centro espírita.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — As principais festas litúrgicas celebradas em Itacaré são a de São Miguel, padroeiro local, que se realiza a 29 de setembro, o Natal e São João.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O município, em 1954, contava 2 024 eleitores, tendo comparecido e votado, no pleito realizado naquele ano, 1 476 pessoas.

São 8 os vereadores em exercício.

Em 1956, exerciam atividades no município 20 funcionários federais, 18 estaduais, 21 municipais e 1 autárquico.

FINANÇAS PÚBLICAS — Na tabela infra, apresentam-se as cifras relativas a arrecadação federal, estadual e municipal, bem como a despesa realizada pelo município:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	127	2 573	1 095	932	1 120
1951.......	190	2 626	1 212	1 120	812
1952.......	170	1 948	980	878	754
1953.......	152	1 994	1 566	1 417	985
1954.......	240	5 444	2 247	2 058	2 364
1955.......	606	6 948	3 319	2 655	1 567
1956.......	456	6 166	3 592	2 568	1 933

JUSTIÇA — A comarca foi criada com o nome de Barra do Rio das Contas, pela Lei provincial n.º 2 256, de 8 de agôsto de 1881, desmembrada de Camamu. Era composta pelo município e por Maraú e Barcelos. Foi suprimida pela Lei provincial n.º 2 337, de 22 de julho de 1882, com a revogação da Lei que a criou.

Pelo Ato estadual de 3 de agôsto de 1892, passou a têrmo da comarca de Ilhéus, nessa condição permanecendo até o ano de 1923, quando, pela Lei estadual n.º 1 638, de 13 de agôsto, foi restaurada.

Pelo Decreto estadual n.º 7 624, de 16 de setembro de 1931, a sede da comarca foi transferida para a vila de Itapira, voltando à sede primitiva por fôrça do Decreto estadual n.º 7 850, de 16 de dezembro de 1931, que lhe deu o topônimo atual de Itacaré.

Atualmente é comarca de 2.ª entrância. Funcionam 11 cartórios, sendo 5 do Registro Civil. O número de feitos julgados em 1956 foi o seguinte: no cível 26; no crime 4; noutras espécies 11.

VULTOS ILUSTRES — O Dr. Aurelino de Araújo Leal nasceu na cidade de Itacaré em 4 de agôsto de 1877 e morreu em 9 de junho de 1924. Distinguiu-se como grande jurista e político. Entre outros cargos, exerceu a importante função de Chefe de Polícia do Distrito Federal no Govêrno Wenceslau Braz e Delfim Moreira. Estudou no Colégio Florêncio, em Salvador e bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Bahia, em 1894. Foi Promotor Público em Amargosa, onde dirigiu o jornal "A Lide". Advogou mais tarde em Nazaré, onde dirigiu o jornal "O Regenerador". Deputado Estadual em 1898. Dirigiu a Penitenciária do Estado em 1899. Exerceu as funções de Chefe de Polícia e de Secretário-Geral do Estado no Govêrno José Marcelino. Em 1907, foi candidato a deputado federal mas teve o seu nome depurado no reconhecimento. Nessa época, foi redator-chefe do Diário da Bahia. Foi o primeiro representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União. Em 1923, foi Interventor Federal no Estado do Rio. Era professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, da Faculdade de Filosofia e Letras e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Instituto da Ordem dos Advogados do Rio de Janeiro. Em 1924, foi eleito deputado federal pela Bahia e escolhido líder da bancada, membro da Comissão de Finanças e relator do Orçamento da Fazenda. É grande a sua obra jornalística e forense, tendo deixado trabalhos importantes sôbre Direito.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — A pessoa natural de Itacaré denomina-se itacareense.

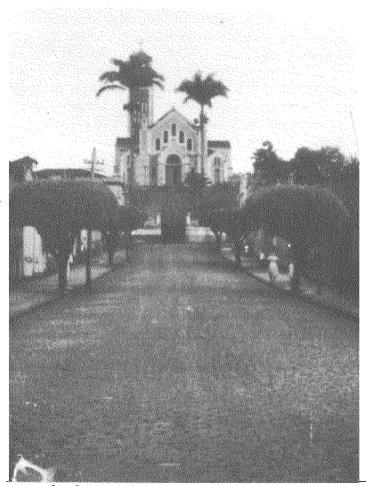
O Prefeito em exercício é o Sr. Delmúrio Vieira dos Santos e o presidente da Câmara, o Sr. Ataíde Magalhães Setúbal. O primeiro Prefeito municipal foi Joaquim Vieira Duarte, (de 1.º-1-1890 a 31-12-1893). Os demais membros que compuseram o primeiro Conselho foram: Lodônio Ferreira de Almeida, José Antônio dos Santos Filho, Venâncio Lopes da Silva, Matias Pinto, Joaquim Pereira de Sousa e João Coutinho de Oliveira.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística por Teófilo Santa Cruz Santos Silva. — Chefe da Agência Municipal de Estatística: João Cravo.)

ITAJUÍPE — BA

Mapa Municipal na pág. 75 do 6.º Vol.

HISTÓRICO — Em 1918, surgiu no território do município de Ilhéus o povoado de Pirangi que se transformou na moderna cidade de Itajuípe. Dentre os primeiros moradores de Pirangi, distinguem-se os Senhores Manoel Bibiano da Silveira, Gabino Kruschewsky, Manoel Portela, Aurino Carlos Ameno, Tomaz de Aquino Souza, Manoel Inácio de Andrade e João Dias da Silva.

Pelo Decreto estadual número 7 137, de 17 de dezembro de 1930, foi criada a subprefeitura de Pirangi, mantida pelo Decreto estadual número 7 489, de 9 de julho de 1931. O distrito de paz de Pirangi foi criado pelo Decreto estadual número 7 994, de 17 de fevereiro de 1932, que para aí transferiu a sede do distrito de Ouro Prêto. Na divisão administrativa do Brasil, referente a 1933, Pirangi aparece como distrito do município de Ilhéus. A mesma situação continua nas divisões territoriais referentes a 1936 e 1937, bem como no quadro anexo ao Decreto estadual número 10 724, de 30 de março de 1938, e no quadro fixado pelo Decreto número 11 089, de 30 de novembro do mesmo ano. O distrito de Pirangi teve o seu nome mudado para Itajuípe, que é o atual pelo Decreto-lei estadual número 141, de 31 de dezembro de 1943, retificado pelo Decreto estadual número 12 978, de 1.º de junho de 1944. O município de Itajuípe, com sede na vila do mesmo nome, foi criado pela Lei estadual número 507, de 12 de dezembro de 1952. Todo o território de que é formado o atual município foi desmembrado do de Ilhéus. Compõe-se de três distritos: Itajuípe, Bandeira do Almada (ex-União Queimada) e Barro Prêto.

Rua Coração de Jesus, vendo-se ao fundo a igreja Matriz

LOCALIZAÇÃO — O município de Itajuípe localiza-se na Zona Cacaueira do Estado e limita-se com Ilhéus, Itabuna, Ibicaraí e Coaraci.

As coordenadas geográficas da sede municipal são as seguintes: 14° 28' 52" de latitude Sul e 39°08' 25" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 82,431 metros.

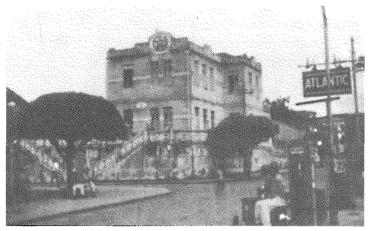
ÁREA — Em se tratando de município novo, sua área ainda não foi levantada; calcula-se, todavia, que a extensão aproximada é de 557 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — A topografia da região é acidentada. O principal rio que banha o seu território é o Almada. Existem duas quedas d'água.

CLIMA — O clima é o característico da Zona Cacaueira: quente no verão e úmido no inverno. O regime das chuvas é muito abundante. Em 1956, a temperatura na sede municipal apresentou as seguintes características: média das máximas — 36°C; das mínimas — 15°C e média compensada — 27°C.

RIQUEZAS NATURAIS — Dentre as riquezas de origem natural, citam-se a extração de argila, a borracha de seringueira e a lenha. O valor da produção extrativa em 1955 foi de 175 350 milhares de cruzeiros.

POPULAÇÃO — Segundo o Recenseamento Geral de 1950, o então distrito de Itajuípe, integrante do município de Ilhéus, possuía uma população de 20 755 pessoas.

Aglomerações Urbanas — O município de Itajuípe possui três aglomerações urbanas, cuja população é a seguinte: cidade de Itajuípe — 5 339 habitantes; vilas Bandeira do Almada 5 967 e Barro Prêto 1 064.

Prefeitura Municipal

Outras Aglomerações — Além da cidade e das vilas, existe o povoado de União Queimada, ex-vila do município de Ilhéus. Tem aproximadamente 150 pessoas.

ATIVIDADE ECONÔMICA — A principal atividade econômica do município é a cultura cacaueira, que constitui a base fundamental de sua economia. O valor total da produção agrícola do município em 1955 elevou-se a 265 215 milhares de cruzeiros, tendo o cacau contribuído com a parcela mais ponderável, ou seja, 262 842 milhares de cruzeiros, equivalendo dizer que Itajuípe é quase monocultor do cacau e um dos principais produtores do Estado. Além dêsse produto, cultiva-se, em pequena escala, mandioca, café, cana-de-açúcar, laranja, banana, aipim, feijão, milho e outros produtos. Em 1954, existiam 403 propriedades rurais, no valor venal de 98 403 milhares de cruzeiros.

Pecuária — Conquanto não seja pecuarista, o município de Itajuípe possui um rebanho com a composição seguinte: bovinos — 2 600 cabeças; suínos — 300; ovinos — 200 e caprinos — 200.

Indústria — O município possui pequenas indústrias de feição artesanal, tais como fabricos de aguardente, arreios, selas para montaria, massas alimentícias, calçados, telhas e tijolos. O valor da produção industrial do município, em 1955, foi de 4 027 milhares de cruzeiros, distinguindo-se o fabrico de pão, cujo valor de produção no ano citado foi de 1 649 milhares de cruzeiros.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade de Itajuípe liga-se à capital Federal, à capital Estadual e às cidades vizinhas pelos meios de transporte seguintes: capital Federal — rodovia, 1 492 quilômetros; capital Estadual — rodovia, 486 quilômetros; Ilhéus — rodovia, 48 quilômetros e ferrovia, 60 quilômetros; Itabuna — rodovia, 20 quilômetros e ferrovia, 33 quilômetros; Ibicaraí — rodovia, 66 quilômetros; Coaraci — rodovia, 24 quilômetros; Uruçuca — rodovia, 22 quilômetros e ferrovia, 25 quilômetros.

O município é servido por 15 quilômetros de rodovia federal, 11 estadual e 32 municipal. Duas emprêsas rodoviárias servem à comarca que também é cortada pela Estrada de Ferro de Ilhéus.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio local mantém transações com as praças de Itabuna, Ilhéus, Salvador e Rio de Janeiro. Existem na sede municipal seis estabelecimentos comerciais atacadistas e 167 varejistas. O giro comercial em 1956 elevou-se a 196 766 milhares de cruzeiros. Operam na cidade cinco agências bancárias existindo, ainda, dois correspondentes de bancos e uma agência da Caixa Econômica Federal.

O salário-mínimo oficial estabelecido para a região onde está localizado o município é de Cr$ 2 400,00.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Itajuípe ergue-se à margem do rio Almada. Conta com 51 logradouros, dos quais 29 estão pavimentados e 4 arborizados ou ajardinados. A rêde de iluminação elétrica se estende a 45 logradouros e a de esgôto, a 24. O distrito-sede possui um total de .. 1 637 prédios, dos quais 950 estão servidos de luz elétrica e 382 ligados à rêde de esgotos. O consumo de eletricidade na sede municipal em 1955 foi de 48 960 kWh.

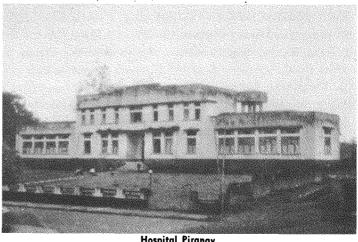
Funciona na cidade sete pensões, dois cinemas (Cine Glória e Cine-teatro Pirangi), oito farmácias e três periódicos ("O Paladino", "Alvorada" e "Mercúrio", êste do Grêmio Estudantil Carneiro Ribeiro).

O município utiliza-se dos serviços postais telegráficos do Departamento dos Correios e Telégrafos, funcionando na sede municipal uma Agência Postal-telegráfica instalada no ano de 1924.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária à população é prestada pelo Hospital Pirangi, que dispõe de 60 leitos; o seu corpo clínico compõe-se de cinco médicos (sendo um radiologista, um laboratorista e três de clínica geral), um dentista, um auxiliar de raios X e seis auxiliares de enfermagem não diplomados. Outrossim, a Unidade Sanitária do Serviço Especial de Saúde Pública (S.E.S.P.) e o Pôsto de Puericultura Santa Eufrosina (mantido pela Associação de Proteção à Maternidade e à Infância) prestam assistência à população itajuipense. O município integra o Setor número 10, sediado em Ilhéus, do Departamento de Endemias Rurais.

Exercem a profissão na cidade sete médicos, dois dentistas e dois farmacêuticos.

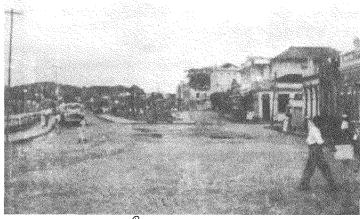
ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A assistência social é prestada pela Associação de Proteção à Maternidade e à Infância e outras entidades locais. Existe também a Associação Aliança dos Artistas e Operários de Pirangi, de fins de beneficência mutuária.

Funciona na cidade uma Agência da Cooperativa Mista dos Agrários de Ilhéus, Resp. Ltda.

Hospital Pirangy

ALFABETIZAÇÃO — Em 1950, a cidade de Itajuípe, então sede distrital de Ilhéus, tinha 4 643 pessoas de 5 anos e mais, das quais sabiam ler e escrever 1 269 homens e . . 1 204 mulheres.

ENSINO — Em 1956 funcionaram no município 36 unidades de ensino primário fundamental comum, sendo 15 estaduais, 20 municipais e uma particular, além de duas classes da Campanha de Alfabetização de Adultos. Funcionam, ainda, 1 Ginásio e uma Escola Técnica de Comércio, na sede municipal.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Funcionam na cidade duas bibliotecas estudantis e a da Prefeitura Municipal, não possuindo nenhuma, porém, mais de mil volumes; existem, ainda, uma tipografia, uma livraria e uma sociedade musical (Filarmônica Primeiro de Janeiro).

CULTOS RELIGIOSOS — A maioria da população do município segue a Religião Católica Apostólica Romana. A Paróquia dedicada ao Sagrado Coração de Jesus foi instalada em 1924 e pertence ao Bispado de Ilhéus. Além da Igreja Matriz, cuja inauguração data de 25 de março de 1925, existem, ainda, uma igreja comum, quatro capelas públicas e quinze semipúblicas. A Paróquia dispõe de três sacerdotes, os quais exercem os serviços paroquiais nos municípios de Itajuípe, Coaraci e parte de Ilhéus. Possui a Paróquia as seguintes associações religiosas: Apostalado da Oração, Congregação Mariana, Pia União das Filhas de Maria, Pia União de Santo Antônio e Cruzada Eucarística.

Praça Régis Pacheco

Funciona, também, na sede municipal, uma igreja de Culto Protestante (Igreja Batista de Itajuípe) e um centro espírita (Centro Espírita Luz e Caridade).

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — As principais festas religiosas são Natal, *Corpus Christi*, Sexta-Feira Santa, São Sebastião, Santo Antônio, Nossa Senhora da Conceição e Sagrado Coração de Jesus, Padroeiro da Freguesia. Entre as festas profanas, distinguem-se os bailes de carnaval e "mi-carême". De 20 de dezembro a 7 de janeiro são armados os presepes, em homenagem ao Menino Deus.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O município conta com oito vereadores em sua Câmara Municipal. Em 1956 exerciam suas atividades na comarca 97 funcionários públicos, sendo 12 federais, 21 estaduais, 57 municipais e 7 autárquicos.

FINANÇAS PÚBLICAS — No quadro abaixo transcrito indicam-se as cifras arrecadadas, no período 1955-1956, pela União e pelo Estado, bem como as que no mesmo período foram arrecadadas e despendidas pela própria comuna.

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1955	2 229	15 183	6 217	5 842	6 966
1956	2 142	11 518	6 779	5 555	6 525

O município é sede da 32.ª Circunscrição da Undécima Região Fiscal do Interior.

JUSTIÇA — O município de Itajuípe, desde sua criação, é têrmo judiciário da comarca de Ilhéus. Possui seis cartórios, sendo três do Registro Civil.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — A pessoa natural de Itajuípe denomina-se itajuipense. O Prefeito Municipal em exercício é o Senhor Firmo Bernadino dos Santos. A primeira Câmara Municipal teve a composição seguinte: Bacharel Francelino Gonçalves de Queirós Neto, João Deway Guimarães, José Paulino de Freitas, Manoel Agostinho de Santana, Domingos Chaves, Aristarcho Guilherme Weyll, Álvaro Farias Machado e Nelson Belo dos Santos.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística, por Teófilo Santa Cruz Santos Silva. — Chefe da Agência Municipal de Estatística: Juvenal Rodrigues de Sena.)

ITAMBÉ — BA

Mapa Municipal no 7.º Vol.

HISTÓRICO — A primeira penetração em território do atual município de Itambé data de 1752 quando a Coroa, desejando promover abertura de estradas para o litoral, encarregou para êsse fim a João Gonçalves da Costa, a quem ofereceu grande zona para colonização. Resultou daí a abertura da estrada Ilhéus—Conquista, à margem da qual se encontra a atual cidade de Itambé.

Quando em 1890 uma grande sêca assolou o alto sertão baiano, fazendo perecer muita gente por falta de recursos naturais, inúmeras famílias rumaram em procura da costa, tendo conseguido escapar depois de muitas semanas de viagem periclitante. Encontraram uma região que julgaram ideal para começar nova vida, e aí se instalaram. Surgiu, então, a povoação de Verruga.

Destas famílias se destacaram, pelo trabalho árduo e profícuo em prol da agricultura e da pecuária, a de Manoel Balbino da Paixão, que se afazendou na barra do Rio Verruga, a de Manoel Raimundo da Fonseca, proprietário da Fazenda Santa Maria, e a de Estêvam Gonçalves de Oliveira que se localizou em uma pequena faixa de terra onde hoje está localizada a cidade de Itambé.

As suas terras, que eram de ótima qualidade para a lavoura e para a pecuária, constituíam um incentivo à produção, atraindo inúmeros colonos. O povoado cresceu e progrediu ràpidamente.

A povoação de "Verruga" aparece nos quadros do Recenseamento Geral do Brasil de 1920, integrando o município de Conquista.

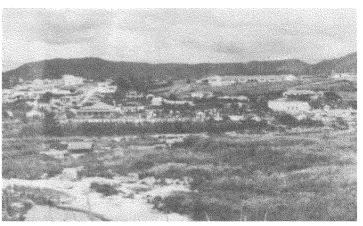
O município e o distrito foram criados pela Lei estadual número 2 042, de 12 de agôsto de 1927, aquêle com território desmembrado do município de Conquista, sede no povoado de Verruga e a denominação atual.

Instalado a 1.º de janeiro de 1928, figura o município de Itambé, na divisão administrativa do Brasil, referente a 1933, composto ùnicamente do distrito da sede, verificando-se o mesmo nas divisões territoriais datadas de .... 31-XII-1936 e 31-XII-1937, como também no quadro anexo ao Decreto-lei estadual número 10 724, de 30 de março de 1938.

Por fôrça do Decreto estadual número 11 089, de 30 de novembro de 1938, o município de Itambé adquiriu o distrito de Itatinga, do município de Conquista. Assim, no quadro territorial em vigor no qüinqüênio 1939-1943, estabelecido pelo citado Decreto estadual número 11 089, Itambé aparece constituído por dois distritos: o da sede e o de Itatinga, observando-se o mesmo no quadro vigente em 1944-1948, fixado pelo Decreto-lei estadual número 141, de 31 de dezembro de 1943, e retificado pelo Decreto estadual número 12 978, de 1.º de junho de 1944, notando-se, todavia, que, nesse quadro, o segundo distrito teve mudado seu topônimo para Itapetinga.

Com a criação do município de Itapetinga, pela Lei estadual número 508, de 12-XII-1952, ficou o de Itambé novamente constituído por um único distrito, o de idêntico nome, até 1953 quando, pela Lei estadual número 628, de 30 de dezembro de 1953, foi criado o distrito de Catolèzinho.

LOCALIZAÇÃO — O município está localizado na Zona Fisiográfica de Conquista e situa-se na parte Sudoeste do Estado. Limita com os municípios de Encruzilhada, Itapetinga, Macarani e Vitória da Conquista.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Vista panorâmica da cidade

A sede municipal possui as seguintes coordenadas geográficas: 15° 14' 38" de latitude Sul e 40° 37' 19" de longitude W. Gr. Rumo da Capital do Estado em direção à sede municipal, da qual dista, em linha reta, 325 quilômetros, O. S. O.

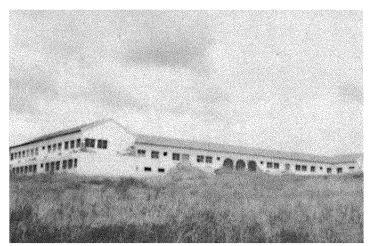
ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 323,200 metros tomando-se como referência a chapa cravada na base do obelisco localizado na Praça da Bandeira. Foram ainda encontradas pelo Conselho Nacional de Geografia as altitudes: máxima, "de 387,3968 metros, a 2 metros da margem direita da estrada Vitória da Conquista-Itambé, no lugar "Barro Vermelho", em terrenos do Senhor Joaquim Sales, 336 m aquém do marco quilométrico número 255, 16,3 quilômetros aquém da Praça da Bandeira na cidade de Itambé"; e mínima "de 275,7840 m no centro e entrada do pontilhão de concreto sôbre o córrego Cachoeira, divisa entre os municípios de Itambé e Itapetinga, no trecho da estrada Itambé—Itapetinga".

ÁREA — Em vista do desmembramento do distrito de Itapetinga, calcula-se tenha ficado o município com uma área de, aproximadamente, 1 400 quilômetros quadrados.

CLIMA — O clima é quente no verão, temperado no inverno, e saudável em qualquer período. A temperatura da sede municipal em 1956 apresentou os seguintes dados: média das máximas — 37°C, média das mínimas — 16°C e média compensada — 27°C. A precipitação em 1956 alcançou a altura total de 16 mm em 24 horas. As chuvas são abundantes no período de outubro a março.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Dois terços da área do município são totalmente acidentados. Os seus principais acidentes geográficos são: *Serra* — A serra de Periperi que separa o município de Itambé do de Vitória da Conquista. *Pico* — Couro D'Anta, com a altitude de 300 metros. *Rios* — Passam pelo território do Município os rios: Pardo, Verruga, José Jacinto, Catolèzinho, Catulé Grande e Onça de Colônia. Com exceção. *Cachoeiras* — Existe no município uma pequena queda dágua, de oito metros de altura, formada pelo córrego Santa Maria, não sendo ainda aproveitada. *Açudes* — Há apenas dois açudes particulares.

RIQUEZAS NATURAIS — *Ocorrência mineral* — água marinha, ametista, cristal de rocha (inexplorados), berilo, mica e columbita (exploradas). *Ocorrência vegetal.* Em sua flora encontram-se madeiras de lei como: cedro, ipê, pau

d'arco, putumuju, jacarandá, baraúna e outras. *Ocorrência animal* — Na fauna do município são encontradas várias espécies de animais como veado, caititu, tatu, preá, cutia, rapôsa e outros. As aves são encontradas também em grande quantidade. Os rios Catulé Grande e Pardo são bastante piscosos, alimentando com o produto das suas águas as populações ribeirinhas.

Ginásio Gilberto Viana

POPULAÇÃO — De acôrdo com o Censo Demográfico de 1950, a população do município era de 46 030 habitantes, sendo 23 436 homens e 22 594 mulheres. Nessa população havia 14 181 brancos, 5 519 pretos e 26 224 pardos. Dentre as pessoas de 15 anos e mais existiam 9 287 solteiros, 13 339 casados, 46 desquitados e 1 197 viúvos. Havia, como se vê, predominância do sexo masculino, da côr parda e dos casados. A densidade demográfica era em 1950 de 16 242 habitantes por quilômetro quadrado. A população do município estimada para 1957 é de 24 660 apenas, em vista do desmembramento de Itapetinga. Do total da população encontrada em 1950 73% localizavam-se no quadro rural.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — De acôrdo com o Censo de 1950, o município possuía 2 aglomerações urbanas com a seguinte população: cidade de Itambé — 4 541 hab. e vila de Itapetinga — 7 887 habitantes. Esta última foi desmembrada passando a constituir-se município. Em 1953 foi criado o distrito de Catolèzinho, cuja sede, o ex-povoado de Cassilândia, possuía na época do Censo 1 577 pessoas.

OUTRAS AGLOMERAÇÕES — Além da cidade e da vila, existem os povoados abaixo cuja população estimada para 1957 é a seguinte: Bandeira — 1 300 habitantes, Sapucaia 410 habitantes, Palmares — 250 habitantes e Garrafão — 94 pessoas.

ATIVIDADE ECONÔMICA — A população do município em idade ativa (10 anos e mais) era, de acôrdo com o Censo de 1950, de 30 368 pessoas, sendo 15 439 homens e .... 14 929 mulheres. Dessa população 8 860 (8 657 homens e 203 mulheres) dedicavam-se ao ramo "agricultura, pecuária e silvicultura" que depois de "atividades domésticas" é o ramo ocupacional que maior número de indivíduos congrega no município com 29,175% do total daquela população.

Agricultura — O valor da produção agrícola em 1955 alcançou o total de 8 004 milhares de cruzeiros, destacando-se com maior parcela a mandioca seguida do arroz, do feijão, do milho, do café beneficiado, da cana-de-açúcar, do aipim, da laranja, da banana e do amendoim.

Funciona no município o Pôsto Zootécnico de Itambé, instalado em 1954 e mantido pelo Departamento da Produção Animal, cuja finalidade é o fomento à produção animal. Há também em funcionamento o Pôsto Agropecuário de Itambé, instalado em 1951, mantido pelo Ministério da Agricultura, que tem por finalidade o fomento à agricultura e à pecuária.

Pecuária — A fundamental atividade para a economia local é a pecuária. Existiam no município, em 1956, 512 propriedades agropecuárias cujo valor venal era superior a .. 26 764 milhares de cruzeiros. O rebanho existente naquele ano era de 100 000 bovinos, 2 000 eqüinos, 1 500 asininos, 2 000 muares, 25 000 suínos, 2 000 ovinos e 500 caprinos.

Indústria — A produção industrial alcançou em 1955 o total de 15 281 milhares de cruzeiros, concorrendo com a maior parcela a indústria da manteiga, seguida das de farinha de mandioca, cal, massas alimentícias, artefatos de couro, tijolos, aguardente de cana, café moído, polvilho ou goma, ladrilho de barro e telhas. A produção extrativa foi superior a 3 749 milhares de cruzeiros, destacando-se, na mineral, a extração de columbita e, na vegetal, a extração de lenha para fogão.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade de Itambé liga-se à Capital Federal, à Capital do Estado e às cidades vizinhas, pelas seguintes vias: à Capital Federal, rodovia — 1 249 quilômetros e aérea — 1 311 quilômetros; à Capital do Estado — rodovia, 590 quilômetros e aérea — 325 quilômetros; Encruzilhada, rodovia — 194 quilômetros; Itapetinga, rodovia 50 quilômetros; Macarani, rodovia — 75 quilômetros; e Vitória da Conquista, rodovia — 62 quilômetros. A rodovia estadual Ilhéus—Goiás serve o município, passando pela cidade. Estão registrados na Prefeitura do Município oito automóveis e nove caminhões. O serviço de comunicações da sede municipal é feito pela Agência-telegráfica do D. C. T.

Praça da Bandeira

COMÉRCIO E BANCOS — Existem na cidade 11 estabelecimentos atacadistas e 26 varejistas. O giro comercial em 1956 foi de 99 100 milhares de cruzeiros.

Funciona na cidade uma Agência do Banco do Brasil S. A., uma Agência do Banco da Bahia S. A., e uma Agência do Banco Econômico da Bahia S.A., instaladas em 4-IV-1947, 28-III-1950 e 5-V-1948, respectivamente.

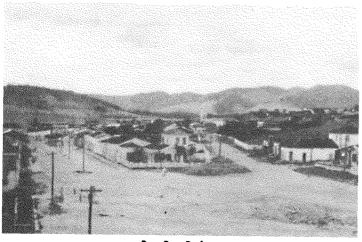
O comércio local mantém transação com as praças de Salvador, Belo Horizonte, Rio, São Paulo, Vitória da Conquista, Itabuna, Ilhéus, Feira de Santana e Mundo Novo. Importa tecidos, ferragens, louças, produtos farmacêuticos, estivas em geral e outros. Exporta arroz, café, feijão e milho para Itabuna e Ibicaraí e gado em pé para Feira de Santana, Itabuna e Mundo Novo.

ASPECTOS URBANOS — A cidade está edificada à margem do rio Verruga e se estende para leste, onde o terreno é pouco mais elevado do que aquêle em que se acham situadas as principais e mais movimentadas ruas da cidade. Possui a sede municipal 26 logradouros, sendo 12 pavimentados, 1 arborizado, 20 iluminados com luz elétrica e 8 ligados à rêde de esgotos. Havia, em 1956 na cidade, 1 480 prédios, dos quais, 345 servidos de luz elétrica, e 230 ligados à rêde de esgotos. Funcionam na cidade 4 hotéis e 5 pensões, com capacidade para 88 hóspedes.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica é prestada na cidade pelo Pôsto de Higiene e pelo Hospital Regional de Itambé, êste contando 25 leitos. Tôdas duas entidades são mantidas pelo Govêrno Estadual. Exercem a profissão na cidade quatro médicos, dois dentistas e um farmacêutico. Funcionam na sede municipal duas farmácias. O município faz parte do Setor número 8, sediado em Vitória da Conquista, do Departamento Nacional de Endemias Rurais.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo o Censo de 1950, a população de 5 anos e mais totalizava 38 099 pessoas, sendo .. 19 409 homens e 18 690 mulheres. Dessa população, sabiam ler e escrever 8 670 (5 154 homens e 3 616 mulheres), ou seja, 23% daquela população. Em face do desmembramento sofrido pelo município estima-se para 1957 uma população de 25 000 pessoas.

ENSINO — Em 1956 funcionaram no município 16 unidades escolares do ensino fundamental comum, sendo 9 estaduais, 6 municipais e 1 particular, com o total de 552 alunos matriculados. O ensino secundário é ministrado pelo Ginásio Gilberto Viana cuja matrícula inicial, em 1957, foi de 93 alunos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Funciona na cidade a Biblioteca Municipal Dr. Mário Augusto Teixeira de Freitas, mantida pela Agência Municipal de Estatística, com menos de 1 000 volumes. Há também na sede municipal: o jornal "A Voz do Povo", de periodicidade quinzenal; um cinema, com capacidade para 475 pessoas e o Clube Social de Itambé, cuja finalidade é recreativa.

Rua Ruy Barbosa

Vista parcial da cidade

CULTOS RELIGIOSOS — O município é sede de paróquia de São Sebastião, instalada em 28 de novembro de 1935, tendo sido seu primeiro Vigário o Padre Nestor Passos da Silva. É subordinada à diocese de Amargosa. Conta a Paróquia com uma igreja, três capelas e três associações religiosas com o total de 172 associados. Há na sede municipal dois templos protestantes e um espírita.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A principal festa religiosa é a de São Sebastião, padroeiro da cidade, celebrada em 20 de janeiro, em cuja oportunidade ocorre missa solene cantada, havendo durante todo o dia nas ruas da cidade barraquinhas, quermesses, prisões figuradas, leilões e pescarias de brindes, cuja renda é sempre revertida em benefício da paróquia. A solenidade é encerrada com uma procissão, à tarde, acompanhada por grande multidão de fiéis que percorrem as principais artérias da cidade entoando hinos ao Santo padroeiro, As tradicionais festas de São João, Natal e Reis, ainda são mantidas, verificando-se nesta última a realização do folguedo popular denominado "reisado" composto de um grupo de homens que trajam vestimentas típicas e percorrem as ruas da cidade tocando instrumentos preparados por êles mesmos: gaita de bambu, pandeiro, chucalho, bombo e sanfona.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O município possuía, em 1954, 19 426 eleitores, dos quais, 7 957 votaram no último pleito. Oito edis integram a Câmara Municipal. Exerciam atividade no município, em 1956, 89 funcionários públicos assim distribuídos: 15 federais, 33 estaduais, 38 municipais e 3 autárquicos.

FINANÇAS PÚBLICAS — Na tabela abaixo, resumem-se os dados sôbre finanças do município:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	3 759	1 223	819	1 294
1951	—	4 524	1 501	1 096	1 347
1952	—	5 152	1 806	1 338	1 588
1953	—	6 234	2 742	1 840	2 187
1954	—	7 483	2 915	1 478	3 010
1955	—	3 876	1 767	895	2 648
1956	1 633	6 995	2 796	1 698	2 161

JUSTIÇA — Desde sua criação Itambé foi têrmo da comarca de Vitória da Conquista. Nessa condição ficou até o ano de 1943, quando pelo Decreto-lei estadual número 141, de 31 de dezembro, foi criada a comarca de Itambé desmembrada daquela e formada pelos têrmos de Itambé e Macarani. Com a criação da comarca de Macarani, em 1945, ficou a comarca de Itambé composta apenas do têrmo do mesmo nome. Com a criação do município de Itapetinga passou a comarca a ter novamente dois têrmos: Itambé e Itapetinga.

Conta 7 cartórios, sendo 1 do Registro Civil. Em 1956 foram julgados 212 feitos no cível e 37 no crime.

Praça do Hospital

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município denominam-se itambenses.

O Prefeito é o Sr. Coriolando José Fagundes, eleito em 3 de outubro de 1954. O Presidente da Câmara é o Sr. Antônio Marques Martins e Silva, eleito para o período legislativo iniciado em 7 de abril de 1957.

O primeiro Intendente municipal foi o Senhor Higino dos Santos Melo, empossado em 1.º de janeiro de 1928. As primeiras eleições foram realizadas em 13 de novembro de 1927, sendo os membros da primeira Câmara Municipal os Srs.: Floriano Ferras dos Santos, Presidente; Gentil Flôres, Vice-Presidente; Rodrigo Magalhães Silva, Primeiro Secretário; Rogaciano Nolasco das Neves, Segundo Secretário; Cícero de Oliveira Santos, Júlio Ferraz de Oliveira, Henrique Antônio de Brito e José Galdino da Luz, Conselheiros.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística por Luís Gonzaga de Oliveira Brito. — Chefe da Agência Municipal de Estatística: Eliel Fonsêca Simões.)

ITAPARICA — BA

Mapa Municipal no 4.º Vol.

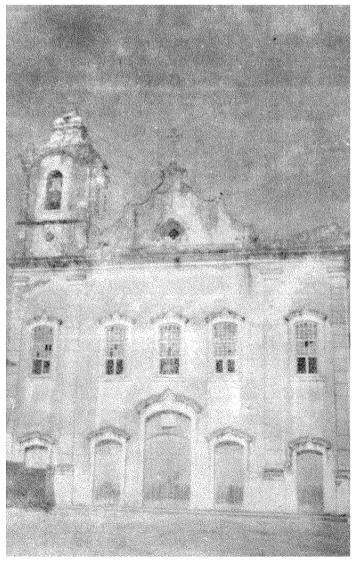
HISTÓRICO — Itaparica, nome de *origem tupi*, significa, segundo Teodoro Sampaio, "cêrca feita de pedras". Em 1552, no govêrno Tomé de Sousa, as terras da ilha foram dadas em sesmaria ao 1.º Conde da Castanheira. Com a morte do fidalgo, que foi figura dominante na Côrte de D. João III, passaram aquelas terras ao seu filho, o 2.º Conde, o qual obteve a primeira confirmação de posse em 15 de novembro de 1575, e a segunda, em 4 de abril de 1593.

Ditas terras, posteriomente foram transmitidas a Dom Manuel de Ataíde que foi o 3.º donatário, sendo o 4.º, Dom João.

Anos depois da morte de D. João de Ataíde, foi requerida a sucessão das mesmas terras pelo Marquês de Cascais, D. Luís Álvares, que a obteve em 25 de novembro de 1706. Por morte dos novos donatários, o govêrno da Metrópole mandou incorporar os seus bens à Coroa, por aviso de 6 de abril de 1763.

Não se conformando com a incorporação, os sucessores dos falecidos marqueses protestaram e conseguiram que o Erário, por ordem de 23 de janeiro de 1788, mandasse entregar à Marquesa de Niza não só o referido morgado como os emolumentos da sua renda existentes em depósito. Proclamada a Independência foram as terras da Casa de Niza seqüestradas e reentregues depois, à sua proprietária, por sentença baseada no Tratado de 29 de agôsto de 1826. Em agôsto de 1839 os sucessores de Niza venderam o seu morgado ao capitão Tomás da Silva Paranhos, que, por sua morte, o deixou aos barões da Várzea. Hoje o domínio direto dessas terras pertence à União, por fôrça do Decreto de n.º 9 760, de 5 de setembro de 1946.

Em 1559, os índios do Paraguaçu atacam a ilha e matam alguns dos seus habitantes. Em represália, Mem de Sá invade as terras sublevadas, destruindo aldeias que tentaram resistir ao choque das suas armas.

Luís da Gran com os seus companheiros de catequese, Antônio Pires e Luís Rodrigues, aportam à ilha e levantam,

Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento

no alto de uma colina, o primeiro povoado e a primeira igreja, esta sob a invocação do Senhor da Vera Cruz, elevada à freguesia em 1563, pelo 2.° Bispo da Bahia, D. Pedro Leitão.

João Fidalgo iniciou a criação de gado vindo das ilhas de Cabo Verde e instalou, em 1564, o primeiro engenho de açúcar. O português Francisco Nunes foi um dos primeiros colonizadores da ilha, fazendo suas plantações nas terras da igreja de Vera Cruz, fundando, em 1566, à margem do Tiquaraçu, uma casa de farinha e um engenho de açúcar, que veio a ser o 2.° a instalar-se na ilha.

Hotel Itaparica

Em 1637, os holandeses, sob o comando de Carlos de Tourlon, incendeiam, na ilha, 2 engenhos: o da Boa Vista, em Vera Cruz, e o de Gaspar de Azevedo, nas terras do Papa-Peixe.

Em 8 de fevereiro de 1647, Siegsmundt Van Schkoppe, a fim de vingar a derrota dos flamengos em Penedo, assalta, inopinadamente, a ilha, com os seus dois mil e quinhentos homens de guerra. Senhor da ilha, Van Schokoppe levanta um forte com quatro redutos, no mesmo ponto em que, mais tarde, é edificada a Fortaleza de São Lourenço.

O padre José de Andrade e Sá foi o iniciador da cultura do trigo em Mar Grande, doando em 22 de julho de 1689 a Fazenda Nossa Senhora da Penha e França à Companhia de Jesus. Nas Mercês ainda se encontram as ruínas do moinho construído em 1606 e destinado ao beneficiamento do trigo que se cultivava nas terras do Mar Grande.

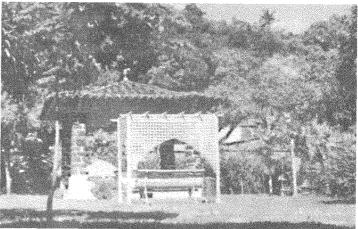
Pela Resolução régia de 2 de dezembro de 1814 foi criado o distrito que teve por sede a primitiva povoação da "Ponta das Baleias" e, por Alvará de 19 de janeiro de 1815, foi o arraial da "Ponta das Baleias" elevado à freguesia.

Em 1822 e 1823, em Itaparica, descreveu-se uma das mais belas páginas da história pátria. A botica de Batista Massa era o ponto de reunião dos defensores da causa da Independência. Denunciados pelo português João de Campos ao general Madeira, êste prometeu vingar-se.

Vários combates foram feridos no solo itaparicano, dentre os quais, vale citar os seguintes: na madrugada de 10 de julho a povoação é atacada violentamente pelas tropas portuguêsas comandadas por Joaquim José Ferreira. Os objetivos mais visados pelos lusitanos foram a botica de Batista Massa e a igreja de São Lourenço; as casas apontadas por João de Campos não escaparam à cólera dos invasores. Em 13 de outubro, o brigue "Audaz" e mais onze canhoneiras, transportando grande número de soldados, são repelidos, ao primeiro tiro da esquadra, pelas trincheiras de Pôrto Santo e Manguinhos. A barca "10 de Fevereiro" é destroçada pelos voluntários de Gameleira; depois de várias tentativas, sempre repelidas pela guarnição da costa, retiraram-se os invasores.

Ao amanhecer do dia 7 de janeiro de 1823, aparecem os brigues e atacam as fortificações de terra. A fortaleza de "São Lourenço" e as baterias da "Quitanda" e "Fonte da Bica" respondem galhardamente ao tiroteio, enquanto o fogo irrompe por todo o litoral.

A barca "Constituição" é destroçada pelos defensores da praia do "Convento"; dois brigues são destruídos pela esquadra improvisada por João das Botas. Os invasores sentem-se perdidos diante da resistência dos itaparicanos; tentam um desembarque nas praias do Mucambo, sendo repelidos pela tropa do major Rodrigues. Planejam um assalto ao aquartelamento de "Amoreiras" e são destroçados pelos voluntários de Barros Galvão. O fogo vai se alastrando dos alagadiços da "Barra Grande" até à crista do "Balaústre". Os lusitanos tentam resistir e não conseguem, terminando a peleja ao cair da noite, contando os invasores com a perda de 200 homens entre mortos e feridos.

Destacaram-se pelas suas atuações em favor da causa da Independência e por atos de heroísmo, os seguintes: Batista Massa, Sousa Lima, Luís Pedrosa, José Joaquim Salustiano Ferreira, João das Botas, Barros Galvão e Maria Felipa de Oliveira — a heroína que lutou bravamente, na praia do "Convento", em 7 de janeiro de 1823.

Balneário e Parque Itágua

Pelo Decreto de 25 de outubro de 1831, foi o município emancipado, sendo oficialmente instalada a sua Câmara no antigo solar de Antônio Pimenta, em 4 de agôsto de 1833, tendo como primeiro presidente o coronel João Antunes Guimarães. A sua elevação à categoria de cidade deu-se por fôrça do ato estadual de 31 de outubro de 1890, achando-se interinamente no Govêrno da Bahia, o notável itaparicano Virgílio Clímaco Damásio.

LOCALIZAÇÃO — Localiza-se o município, como integrante da "zona do recôncavo", na parte S.O. da baía de Todos os Santos. Abrange no seu maior comprimento, de N.N.E. a S.E.O., 36 km, tendo a largura de 21 km. Compreende a ilha do mesmo nome, que limita com o Oceano Atlântico, e uma parte do continente que limita ao norte com o município de Maragojipe, ao sul com o de Jaguaripe, a leste com o Oceano Atlântico e a oeste com os municípios acima citados. A sede municipal possui as seguintes coorde-

nadas geográficas: 12° 52' 45" de latitude Sul e 38° 45' 09" de longitude W.Gr. Rumo da Capital em direção à sede municipal, da qual dista, em linha reta, 22 km, O.N.O.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 2 metros acima do nível do mar.

ÁREA — Sua área é de 269 km², ou seja, 0,05% sôbre o total do Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — *Hidrografia* — os principais rios são: Jacaré, Gameleira, da Penha, Vera Cruz, Campinas, e São Simão; as lagoas: do Lessa, Grande, Pequena e Cavala. *Orografia* — os principais morros: do Balaústre, Outeiro Grande, Conceição, Manganês, Matarandiba e São João. Diversas ilhas localizam-se na contracosta da Ilha, são elas: das Carapebas, Matarandiba, São Gonçalo, da Cal e das Canas.

CLIMA — O clima do município é temperado e muito salubre. As chuvas registram-se no período de abril a agôsto. No verão ocorrem chuvas com trovoadas, nos meses de novembro e dezembro. A temperatura da sede municipal apresentou em 1956 os seguintes dados: média das máximas — 28°C, média das mínimas — 22°C e média compensada — 25,6°C. A precipitação pluvial no ano atingiu a altura total de 2 129,2 mm. O pôsto meteorológico de Itaparica foi instalado em 1935 e se localiza no Alto de Santo Antônio.

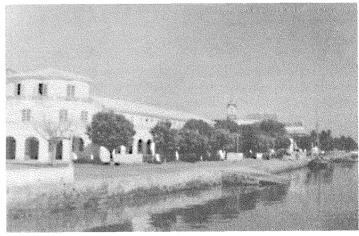
RIQUEZAS NATURAIS — O petróleo é a principal riqueza natural de origem mineral; jorrou, pela primeira vez, a 22 de agôsto de 1942, no poço aberto na antiga roça do padre João da Costa, numa quantidade de 75 mil litros diários. Vem em seguida a água mineral, com fonte no centro urbano da cidade. Há, também, sal cujas reservas estão no distrito de Salinas da Margarida, e asfalto, ainda inexplorado. De origem vegetal, destacam-se os seguintes: coquilhos-de-dendê, piaçava e lenha para carvão. O peixe representa a maior riqueza de origem animal.

POPULAÇÃO — A população, em 1950, era de 21 433 habitantes, sendo 10 363 homens e 11 070 mulheres, predominando os de côr parda que somavam 12 989. Quanto ao estado civil, os solteiros constituíam a maioria com 8 254 contra 3 581 casados. Do total da população, 59,72% localizavam-se no quadro rural, enquanto 25,16%, na zona urbana, e 14,12% na suburbana. Da população de 5 anos e mais 48,86% sabiam ler e escrever, sendo que dêstes 4 270 eram do sexo masculino e 4 514 do sexo feminino. A população estimada para 1957 é de 22 910 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Existiam, em 1950, seis aglomerações urbanas com a seguinte população: cidade de Itaparica — 2 603 habitantes, e vilas de Salinas da Margarida — 2 016 hab., Mar Grande — 1 172 hab., Jiribatuba — 1 134 hab., Vera Cruz de Itaparica — 942 hab. e Cacha Pregos — 767 habitantes.

OUTRAS AGLOMERAÇÕES — Além da cidade e das vilas, o município conta os 26 povoados seguintes: Ponta de Areia, Amoreiras, Manguinho, Pôrto Santo, Misericórdia, Gameleira, Pôrto do Sobrado, Jaburu, Ilhota, Gamboa, Serrão, Barra do Gil, Coroa, Barra do Pote, Conceição de Vera Cruz, Barra Grande, Tairu, Campinas, Ponta Grossa, Aratuba, Matarandiba, Catu, Berlinque, Dendê ou Pôrto da Telha, Conceição de Salinas e Encarnação. Dêstes, apenas os povoados de Amoreiras, Jaburu, Conceição de Salinas e Encarnação possuíam população superior a 1 000 pessoas.

ATIVIDADE ECONÔMICA — De acôrdo com o Recenseamento de 1950, 14,17% das pessoas em idade ativa — 10 anos e mais — dedicavam-se ao ramo "Indústrias Extrativas", vindo em seguida o ramo "agricultura, pecuária e silvicultura" com 6,428% da população em idade ativa. A atividade fundamental à economia do município é no setor mineral, a exploração do petróleo. Em 1955 foram extraídos 79 958 barris de 159 litros; em 1956, 47 467 e no 1.° semestre de 1957, 3 827. Em seguida vem o sal com a produção, em 1956, de 3 680 000 quilos, e a água mineral com 948 874 litros. No reino animal, a pesca produziu 9 336 milhares de cruzeiros, em 1955.

Indústria — A principal indústria é a têxtil, com a produção, em 1955, de 2 153 826 sacos de algodão no valor de 33 491 milhares de cruzeiros, e a de tecidos de algodão cru, com 152 310 metros no valor de 1 569 milhares de cruzeiros;

Hotel Icaraí

Igreja São Lourenço

em seguida vem a água mineral gaseificada com a produção de 3 178 milhares de cruzeiros; de menor importância, citam-se a indústria de produtos alimentares e as de cal, óleo de dendê, tijolos, tapêtes e capachos e outras, que totalizaram, em 1955, 46 195 milhares de cruzeiros.

Agricultura — A produção agrícola, em 1955, foi superior a 15 000 milhares de cruzeiros, sendo os principais produtos: côco-da-baía, mandioca e manga.

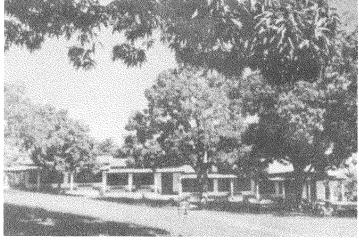
Pecuária — É inexpressiva a população pecuária local: bovinos 4 000 cabeças, eqüinos — 1 550, asininos — 1 200, suínos — 4 500 e os demais com menos de 1 000 cabeças.

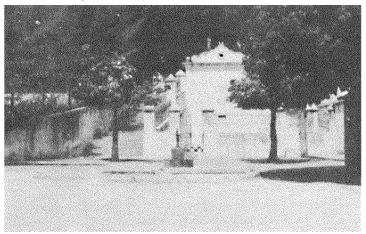
Artesanato — A atividade artesanal é desenvolvida em pequena escala valendo citar, apenas, as rêdes de pescar, balaios e cestos.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se o município de Itaparica à Capital Estadual por via marítima num percurso de 12 milhas e tempo de 1h 30 m; à Capital Federal, via Salvador, num percurso de 12 milhas até Salvador e 759 milhas de Salvador à Capital Federal; a Jaguaribe, via marítima — 26 milhas; Maragojipe, via marítima — 16 milhas (por saveiro); ao distrito de Salinas da Margarida, via marítima — 6 milhas por lancha a motor; ao distrito de Mar Grande, via rodoviária no percurso de 14 km. A inauguração do serviço de navegação a vapor, entre o município e a Capital, deu-se a 2 de dezembro de 1878. Além dos navios da Navegação Baiana, o município é servido por lanchas a motor que fazem a linha regular entre a Capital e os distritos de Mar Grande e Salinas da Margarida. É ligado ao distrito de Mar Grande por uma estrada com a extensão de 14 quilômetros, atualmente em estado precário, mas que, segundo se diz, será pavimentada pela Petrobrás.

Quanto aos meios de comunicações possui os seguintes: Uma estação radiotelegráfica do D.C.T., instalada na cidade em 1.º de janeiro de 1920; três agências postais, uma em Mar Grande, outra em Salinas da Margarida, e a terceira em Cacha Pregos; serviço de rádio da Polícia e da Petrobrás, ambos na cidade e de uso privativo; uma estação radiotelegráfica da Marinha de Guerra, instalada em Salinas da Margarida, também de uso privativo.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio local mantém transações com as seguintes praças: Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Pôrto Alegre e Recife, via Salvador, e Nazaré, Maragojipe e outros municípios do recôncavo. Dos Estados sulinos e de Pernambuco importa tecidos, ferragens, material elétrico, produtos farmacêuticos e gêneros de primeira necessidade; dos municípios vizinhos importa farinha de mandioca, louças de barro, frutas e outros produtos que são expostos à venda aos sábados, numa pequena feira, no cais do pôrto, à Avenida 25 de Outubro, local de atracação dos saveiros vindos de outras localidades. Há três estabelecimentos atacadistas e 110 varejistas. O giro comercial, em 1956, atingiu 23 100 milhares de cruzeiros. O salário-mínimo oficial fixado é de 2 400 cruzeiros.

ASPECTOS URBANOS — A cidade está situada no extremo norte da ilha de Itaparica. Possui bom cais de atracação para navios de calado médio; há serviço de luz elétrica, de água canalizada, e esgotos pluviais. Seu aspecto é tradicional e moderno, simultâneamente. Logo ao chegar, o visitante tem a impressão de estar numa cidade muito antiga pelas suas ruas estreitas e o seu casario antiquado. Todavia, à proporção que vai se afastando do pôrto de desembarque vai encontrando novas ruas, largas, pavimentadas e arborizadas. Os logradouros tradicionais são: Rua Direita, hoje Luís da Grã; dos Patos, hoje Ernesto Carneiro; do Canal, hoje Brigadeiro Lima; Largo da Glória e Largo da Quitanda. As ruas modernas são: Boulevard, Avenidas 25 de outubro, Régis Pacheco, Juraci Magalhães, Antônio Calmon Frei Itaparica, Praça Monção Filho, Rua Nova, e outras, cujo traçado atende ao plano de urbanismo que não chegou a ser concluído em vista de campanhas contra o mesmo, movidas em defesa da beleza tradicional da cidade. Estas

Casas de banho, sitas no Parque Itágua

ruas são arborizadas e ornadas por belíssimos palacetes e bangalôs modernos, alguns de valor superior a um milhão de cruzeiros. São casas construídas exclusivamente para veraneio dos abastados residentes na Capital do Estado e que ali vão passar dois ou três meses no máximo, deixando-as vazias o resto do ano. Possui 55 logradouros, dos quais 35 pavimentados, 5 arborizados, 22 servidos de água canalizada, 42 iluminados com luz elétrica, e 16 ligados à rêde de esgôto. Há 669 prédios, sendo 456 servidos de luz elétrica, 150 abastecidos de água encanada e 210 ligados à rêde de esgôto.

Vista da Fonte da Bica

Possui a cidade dois hotéis modernos e confortáveis que oferecem aos seus clientes o máximo de confôrto e higiene. Um se localiza num recanto pitoresco, e o outro, perto do pôrto de desembarque. O primeiro foi construído pelo Govêrno do Estado e é arrendado a uma emprêsa particular, funcionando sòmente no verão. O segundo é explorado por emprêsa particular e funciona o ano inteiro. Possui 4 pensões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária à população é prestada por um Pôsto de Higiene do Estado, instalado em 1940, quando era Interventor Landulfo Alves; um Pôsto de Puericultura que presta assistência à gestante e à infância e um Pôsto do S.E.S.I. O Setor n.º 1, sediado em Salvador, do Departamento Nacional de Endemias Rurais, presta assistência sanitária. Exercem a profissão na cidade 3 médicos, um dentista, uma enfermeira e 3 auxiliares de enfermagem. Há 1 farmácia na cidade.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Recentemente foi fundada uma Associação Rural.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com os dados do Recenseamento de 1950, a população de 5 anos e mais era de 17 976 habitantes, da qual, sabiam ler e escrever 8 784 pessoas, sendo 4 270 homens e 4 514 mulheres que representavam 48,87% da população em idade escolar.

ENSINO — Existiam, em 1956, 54 unidades escolares do ensino fundamental comum e 62 professôras lecionavam no município. A matrícula efetiva foi de 2 967 alunos. Cogita-se na fundação de um ginásio e de uma escola técnica de comércio. A professôra Felicidade Perpétua foi quem regeu a primeira escola do sexo feminino criada na ilha, em 24 de outubro de 1849.

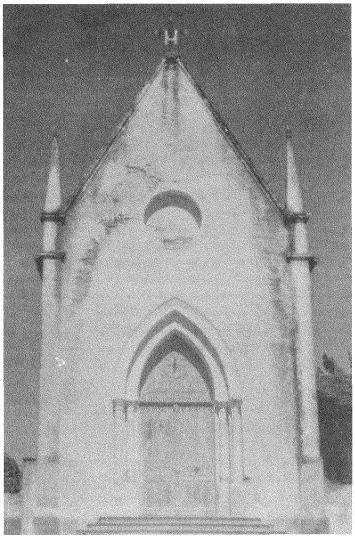
OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Possui duas bibliotecas sendo uma da Agência Municipal de Estatística e outra da municipalidade, ambas com número inferior a mil volumes. Circula o jornal "A Voz de Itaparica", de periodicidade quinzenal. Há uma emissora de radiodifusão, cujo prefixo é ZYN-23, operando em 1 010 kc, ouvida na Capital e demais cidades do recôncavo. Em 12 de outubro de 1879 circulou o primeiro jornal editado na ilha, denominado "O Insular". Há um clube recreativo, o Iate Clube de Itaparica, e em Mar Grande o "Clube dos Vinte". Funciona um cinema na cidade, com capacidade para 200 pessoas.

No interior do município há mais dois cinemas.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Os monumentos históricos existentes no município são os seguintes: Fortaleza de São Lourenço — em 1647, quando do assalto à ilha pelas tropas flamengas, Siegsmundt Van Schkoppe levanta um forte no mesmo local onde depois foi edificada a Fortaleza de São Lourenço, cujas obras foram iniciadas em 1711, por D. Lourenço de Almeida, e concluídas em 1715, pelo Vice-Rei, D. Pedro Antônio de Noronha, 2.º Conde de Vila Verde e 1.º Marquês de Angeja; Igreja de S. Lourenço, de construção barroca, de cal e pedra, iniciativa dos jesuítas, data de 1610 e está localizada na Rua Padre Tôrres. Está tombada ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; a Igreja do Santíssimo Sacramento e Igreja do Senhor da Vera Cruz. Existe, também, um monumento levantado em homenagem aos heróis de Itaparica que lutaram na passagem do Funil

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Itaparica possui várias atrações turísticas; suas praias cheias de coqueiros, de onde se descortinam os mais belos panoramas; suas igrejas, suas lendas e o seu passado histórico, seu folclore e a sua famosa Fonte da Bica, onde jorra uma das melhores águas minerais do Brasil, aconselhada pelos médicos aos portadores de doenças do aparelho digestivo e circulatório, do fígado, dos rins, de polinevrite, de beribéri e outras.

Fortaleza de São Lourenço

CULTOS RELIGIOSOS — Há quatro paróquias no município subordinadas ao Arcebispado de Salvador, com a seguinte denominação: Santíssimo Sacramento, localizada na cidade cuja matriz foi construída pelo Cônego Cerqueira Tôrres, nos fins do século XVIII; Senhor da Vera Cruz, localizada no distrito de Vera Cruz de Itaparica, a primeira construída na ilha e uma das primeiras edificadas no Brasil, pois sua construção data de 1560; Senhor Santo Amaro, localizada em Jiribatuba; e Nossa Senhora do Carmo, em Sa-

Capela de N. S.ª da Piedade

linas da Margarida. Além dessas, existem as seguintes igrejas: Nossa Senhora da Piedade e São Lourenço, na cidade, uma no distrito de Mar Grande, uma na Fazenda Penha e uma no povoado de Encarnação; 26 capelas localizam-se nos diversos povoados do interior do município. Há seis irmandades religiosas que prestam assistência aos seus irmãos. A mais antiga é a do Santíssimo Sacramento, instituída em 21 de outubro de 1794, que, além da atividade religiosa, zela pela necrópole da cidade. Verifica-se a existência de cinco templos protestantes espalhados pelo município.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Das festas religiosas, as mais brilhantes são: o Natal, com a tradicional "Missa do Galo" realizada à meia-noite ao ar livre ou no interior das igrejas. Nas residências familiares, de acôrdo com os recursos de cada uma, armam-se os presepes e as árvores de Natal. O dia de Reis, 6 de janeiro, é também comemorado com a mesma alegria do Natal, sendo neste dia desarmados os presepes e as árvores que ficaram expostos à visitação pública, nos dias decorridos de 25 de dezembro a de 6 janeiro. Durante a Semana Santa a população do município na sua quase totalidade, católica, respeita os ritos ditados pela Igreja. O sábado de aleluia é comemorado com júbilo pelos habitantes, que queimam "Judas" à meia-noite, soltam fogos de artifícios e realizam bailes carnavalescos. No dia seguinte fazem-se várias diversões para a criançada, tais como: "pau-de-sebo", "quebra-pote", brincadeiras que ocorrem em quase tôdas as festas do interior do Estado. No mês de junho são realizadas as trezenas de Santo Antônio, com início no dia 1.°. Rara é a casa que não festeja o Santo casamenteiro. Armam-se altares e cantam-se as rezas dedicadas ao Santo, após as quais passa-se a brincadeiras a que não falta o licor de jenipapo. O São João é comemorado na noite de 23 para 24 de junho, quando a cidade se enche de fogueiras e fogos são soltados em profusão. Nas residências em ar festivo, há sempre o licor de jenipapo, a canjica de milho verde e o milho assado na fogueira para ofertar aos visitantes. A festa de São Pedro é semelhante, porém com menos brilho, realizando-a quase só os viúvos. A festa de São Lourenço, padroeiro da cidade, ocorre em agôsto. As solenidades religiosas consistem de missa e procissão, e os festejos populares de quermesses, sorteios, música em palanque no largo da igreja, etc.

A festa do dia 2 de fevereiro, consagrada a "Yemanjá" ou "Mãe dágua", consiste no seguinte: da praia do povoado de Amoreiras, para onde muita gente se desloca a fim de assistir à festa, parte uma procissão marítima em direção ao local onde se presume resida a Sereia; essa procissão é composta de muitos saveiros que conduzem enorme multidão a entoar as canções dedicadas à padroeira dos pescadores que neste dia recebe uma enorme quantidade de presentes. São presentes valiosos, jóias, dinheiro, flôres, perfumes, fitas, jogados no mar, ofertados a Janaína. À noite ocorrem os sambas, os candomblés e os bailes. Esta é a festa folclórica de maior realce na Ilha de Itaparica.

O dia 7 de janeiro, data magna do município, é comemorado com muito civismo. Desperta a cidade sob uma salva de tiros e de foguetes. Depois da missa solene, realiza-se uma passeata cívica conduzindo o carro do caboclo, e durante o seu percurso são proferidos discursos pelas autoridades locais e populares. À noite são promovidos bailes pelas associações recreativas.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — Em dezembro de 1937 foi criada pelo interventor Antônio Fernandes Dantas a Estância Hidromineral de Itaparica, sendo o seu Prefeito nomeado pelo Govêrno do Estado. O atual Prefeito é o Sr. Engenheiro Civil Admilson Santos Rodrigues. O número de vereadores em exercício é de oito, e o Presidente da Câmara, atualmente, é o Sr. José da Anunciação do Sacramento. O primeiro Intendente Municipal foi o capitão Guilherme Ramos. O primeiro presidente da Câmara Municipal de Itaparica foi o coronel João Antunes Guimarães. Em 1956 exerciam atividades no município 15

Vista parcial da fachada de uma casa residencial

21 — 24 936

Avenida Ruy Barbosa

funcionários federais, 66 estaduais, 66 municipais e um autárquico.

FINANÇAS PÚBLICAS — Nos últimos sete anos a arrecadação para os cofres da União, do Estado e do município, bem assim a despesa realizada pela municipalidade, foi a seguinte:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	1 113	432	469	...	544
1951.......	1 549	474	846	...	888
1952.......	1 578	428	926	...	1 070
1953.......	2 050	586	1 292	...	1 052
1954.......	2 347	612	1 404	...	1 537
1955.......	3 055	806	1 490	416	791
1956.......	2 340	1 458	2 144	772	2 062

JUSTIÇA — A Lei estadual de 14 de janeiro de 1890 criou a comarca de Itaparica, composta pelos têrmos de Itaparica e Jaguaripe, que foi extinta pelo Ato estadual de 3 de agôsto de 1892 e anexada, como Têrmo, à comarca de Maragojipe. Restaurada pela Lei estadual n.º 280, de 6 de setembro de 1898, com a mesma composição primitiva, foi novamente extinta, voltando a têrmo de Maragojipe. De acôrdo com a divisão territorial de 31-12-1937 e no quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 10 724, de 30-3-1938, Itaparica deixou de ser têrmo da comarca de Maragojipe, passando a têrmo da comarca da Capital, continuando atualmente nessa mesma categoria.

A sua formação administrativa vigente, de acôrdo com a Lei n.º 628, de 30 de dezembro de 1953, está constituída dos distritos de Itaparica, Salinas da Margarida, Mar Grande, Vera Cruz de Itaparica, Jiribatuba e Cacha Pregos (cujo significado é: engano dos peixes). Cacha do verbo cachar (enganar) e Pregos, espécie de peixe. Possui 16 cartórios, sendo 6 de Registro Civil. Foram julgados 21 feitos, em 1956, todos no cível.

VULTOS ILUSTRES — Itaparica tem servido de berço a inúmeros vultos ilustres, principalmente representantes do clero, dentre os quais se destacam os seguintes: frei Manuel de Santa Maria Itaparica, padre Pereira de Sousa, cônego Fonsêca Lima, cônego Cajueiro de Campos, frei Antônio da Virgem Maria Itaparica, cônego Bernardino de Sousa, cônego Oliveira Dias e Monsenhor Flaviano Osório; nas letras destacaram-se: *Ernesto Carneiro Ribeiro,* nascido a 12 de setembro de 1839 e falecido a 13 de novembro de 1920, diplomou-se pela Faculdade de Medicina da Bahia, foi grande mestre e educador de várias gerações. Professor de Gramática Filosófica, cadeira que regeu durante 31 anos. Autor de vários livros, destacando-se "Serões Gramaticais". *Xavier Marques,* nascido a 3 de dezembro de 1861 e falecido em 30 de outubro de 1942. Poeta, ensaista, romancista e jornalista de nomeada; autor de vários livros, destacando-se "Sargento Pedro" e "Jana e Joel", o primeiro premiado pela Academia Brasileira de Letras, onde ingressou mais tarde sucedendo a Inglês de Sousa. Foi eleito deputado federal pela Bahia. *Virgílio Clímaco Damásio,* nascido em 21 de janeiro de 1832 e falecido em 21 de novembro de 1913. Formado pela Faculdade de Medicina da Bahia, onde foi professor de Medicina Legal. Foi vice-governador e interinamente governador da Bahia, eleito mais tarde Senador Federal. Nasceram, também, em Itaparica, os seguintes vultos ilustres: Dr. Malaquias Álvares dos Santos, Doutor Luís Álvares dos Santos, professor Guilherme Baldoino Embiruçu, Dr. Elias José Pedrosa, professor Manuel José Pinto e Ubaldo Osório, escritor e historiador da Ilha, que tiveram atuação destacada no campo de atividade a que se dedicaram.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município denominam-se itaparicanos. Há outra versão quanto a origem e significado do nome do município além da citada no início dêste trabalho. — Ubaldo Osório informa: "Os nossos descobridores ao aportarem às terras em cujas colinas se havia de levantar, mais tarde, a encantadora cidade do Salvador, julgaram, olhando as águas esmeraldinas do gôlfo, estivessem na foz de um grande rio.

Lembraram-se do Tejo formoso e, na topografia da terra encontrada, viram Lisboa diante dos seus olhos maravilhados.

Contemplando, embevecidos, a ilha fronteira, recordaram-se, talvez, da Caparica de Portugal situada a cavaleiro da cidade "das ribas silenciosas e das variações sutis". E daí o nome que a saudade evocara e que, na sua língua, o povoador primitivo, não soube repetir, Taparica, é recordação e é saudade".

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística Municipal por Nelson Rêgo Coppieters, Chefe da Agência Municipal de Estatística.)

ITAPETINGA — BA

Mapa Municipal no 7.º Vol.

HISTÓRICO — As origens do atual município de Itapetinga prendem-se à história de Vitória da Conquista. O primeiro homem civilizado a desbravar o solo itapetinguense foi o Sr. Bernardino Francisco de Souza que, em 1912, fêz uma derribada nas matas virgens da região, tendo construído uma casa para sua residência à margem direita do rio Catolé, precisamente no local hoje denominado "Fazenda Astrolina".

No ano de 1923, o Sr. Augusto de Carvalho, então proprietário das terras da região, separou dentro da mata bruta uma área de 10 hectares onde construiu um núcleo de povoamento a que denominou Itatinga, devido à grande quantidade de pedras brancas existentes na zona. Êste to-

pônimo deriva do tupi-guarani — *Ita* — pedra e *tinga* — branca.

Com sede no arraial de Itatinga, pertencente ao município de Vitória da Conquista, foi criado o distrito de Itatinga, por fôrça do Decreto estadual n.º 8 499, de 22 de junho de 1933.

O distrito aparece na divisão territorial administrativa do Brasil de 1933, nas divisões territoriais de 1936 e 1937, assim como no quadro anexo ao Decreto-lei estadual número 10 724, de 30 de março de 1938, pelo qual teve sua sede elevada à categoria de vila, como parte integrante do município de Vitória da Conquista.

Pelo Decreto estadual n.º 11 089, de 30 de novembro de 1938, foi o distrito de Itatinga desmembrado do município de Conquista e anexado ao de Itambé.

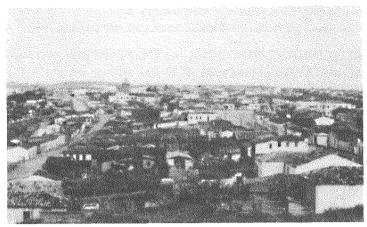
O Decreto-lei estadual n.º 141, de 31 de dezembro de 1943, modificado pelo Decreto estadual n.º 12 978, de 1.º de junho de 1944, mudou o seu topônimo para Itapetinga.

A vila foi elevada à categoria de cidade pela Lei estadual n.º 508, de 12 de dezembro de 1952, que criou o município de Itapetinga, desmembrando-o do de Itambé. Foi instalado em 7 de abril de 1955.

De acôrdo com a Lei 628, de 30 de dezembro de 1953, o município constituiu-se de dois distritos: Itapetinga e Bandeira do Colônia.

LOCALIZAÇÃO — Itapetinga está situado no Sudoeste do Estado, na Zona Fisiográfica de Conquista e limita com os municípios de Itambé, Ibicaraí, Macarani, Potiraguá, Canavieiras e Itabuna.

A sede municipal possui as coordenadas geográficas seguintes: 15º 18' 14" de latitude Sul e 40º 12' 10" de longitude W.Gr. Dista 334 km da Capital do Estado, em linha reta.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Vista panorâmica da cidade

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de ...... 268,970 metros.

ÁREA — A área aproximada do município é de 1 200 km².

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — A topografia do Município de Itapetinga é levemente acidentada. Banham o município os seguintes cursos dágua: Pardo, Catolé, Duas Barras e Colônia. No lugar "Couro d'Anta" o rio Pardo estreita-se consideràvelmente na extensão de quase um quilômetro, no leito em declive, tomando as suas águas grande velocidade, assemelhando-se a uma cachoeira.

CLIMA — O clima do município é quente e sêco no verão e frio e úmido no inverno. A sede municipal apresentou em 1956 a seguinte temperatura: média das máximas 34ºC, média das mínimas 20ºC e média compensada 27ºC.

RIQUEZAS NATURAIS — As principais riquezas naturais são: *de origem mineral* — pedra calcária, pedra para construção, cristal de rocha, berilo e tabatinga; *de origem vegetal* — madeiras de lei como, peroba, ipê, cedro, jequitibá, vinhático, jacarandá, putumuju, jatobá, aroeira e outras espécies; *de origem animal* — paca, cotia, veado, tatu, canguçu, capivara, suçuarana, caititu, perdiz, inhambu, papagaio, jacupema, araquã, patos silvestres, crumatá, piabanha, cari, traíra, piau e outros.

O valor da produção extrativa do município, em 1955, atingiu a importância de 1 675 000 cruzeiros, destacando-se a extração de madeira, cujo valor foi de 1 500 000 cruzeiros.

POPULAÇÃO — De acôrdo com os resultados do Recenseamento de 1950, a população do então distrito de Itapetinga era de 26 725 pessoas sendo 13 687 do sexo masculino e 13 038 do feminino; 70,49% da população localizavam-se no quadro rural. A estimativa da população do município para 1957 é de 39 000 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Em 1950, a vila de Itapetinga, hoje cidade do mesmo nome, possuía uma população de 7 887 habitantes. Classificando-se em 17.º lugar dentre os aglomerados urbanos mais populosos do Estado. De acôrdo com a Lei n.º 628, de 30 de dezembro de 1953, o povoado de Bandeira do Colônia foi elevado à categoria de vila, ficando o município com dois aglomerados urbanos.

OUTRAS AGLOMERAÇÕES — Além da cidade e da vila de Bandeira do Colônia, existe o florescente povoado de Palmares, tendo perto de 1 500 habitantes, várias casas

comerciais, uma capela e três escolas primárias. Há ainda o pequeno povoado de Palmeirinha com 50 pessoas.

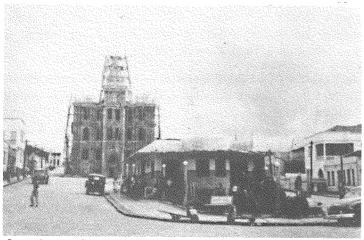
ATIVIDADE ECONÔMICA — De acôrdo com os resultados do Recenseamento de 1950, das pessoas em idade ativa (10 anos e mais) em Itapetinga 29,18% estavam ocupadas em atividades concernentes ao ramo "agricultura, pecuária e silvicultura".

Pecuária — A atividade fundamental à economia do município é a pecuária, sendo Itapetinga um dos mais prósperos e importantes centros criadores de gado vacum do Estado da Bahia. A composição dos seus rebanhos em 1956, baseada em estimativa, era a seguinte: bovinos — 300 000; eqüinos — 6 500; asininos — 3 000; muares — 3 000; suínos — 60 000; ovinos — 1 000 e caprinos — 3 000.

Agricultura — Cultiva-se mandioca, feijão, milho e arroz. O valor da produção agrícola de Itapetinga, em 1955, foi de 2 676 milhares de cruzeiros, destacando-se a mandioca que contribuiu com 1 750 milhares de cruzeiros. Funciona na cidade 1 Associação Rural. Existiam, em Itapetinga, em 1954, 606 propriedades rurais no valor venal de .... Cr$ 111 464 900,00. Há na sede municipal um parque, denominado "Landulfo Alves", destinado a realizações bienais de exposições agropecuárias.

Indústria — A produção industrial de Itapetinga, em 1955, alcançou a importância de 30 221 milhares de cruzeiros tendo a produção de manteiga concorrido com maior parcela, representada por 11 818 milhares de cruzeiros, seguida do fabrico de arreios e selas para montaria que contribuiu com a importância de 2 867 milhares de cruzeiros. Os demais produtos industriais fabricados no município são: pão, calçados, cal, pranchões, tijolos, charque, telhas, sabão, artefatos de couro, café torrado ou moído, massas alimentícias, farinhas diversas, ladrilhos de cimento, malas de couro, manilhas de barro, queijo, vinhos de fruta, etc. A produção extrativa contribuiu em 1955 com a quantia de 1 675 milhares de cruzeiros.

Artesanato — A atividade artesanal é muito desenvolvida, bastando salientar que a maioria dos produtos que se fabricam no Município é de origem artesanal.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade de Itapetinga liga-se à Capital Federal, à Capital Estadual e às cidades vizinhas pelos meios de transporte seguintes: Capital Federal — aéreo, 1 597 km e rodoviário, 1 276 km; à Capital do Estado — aéreo, 334 km e rodovia, 660 km; Ibicaraí — rodovia, 105 km; Itambé — rodovia, 51 km; Itabuna — rodovia, 153 km; Canavieiras rodovia, 312 km; Macarani — rodovia, 51 km e Potiraguá — rodovia, 72 km.

Praça Augusto Carvalho, vendo-se ao fundo, templo Batista em construção

Vista parcial da cidade

A sede municipal é servida pela Companhia Real de Transportes Aéreos que efetua três pousos semanais no campo local. Têm sede na cidade 2 emprêsas de transporte rodoviário (Emprêsa de Transporte e Melhoramentos de Itapetinga S. A. e Emprêsa Senhor do Bonfim) e 8 agências de emprêsas transportadoras. O município é servido pela rodovia Ilhéus—Bom Jesus da Lapa.

Funciona na sede municipal 1 Agência Postal-telegráfica do D.C.T., 1 Pôsto da Inspetoria do Trânsito e 1 Pôsto da Polícia Rodoviária do Estado.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio local mantém transações com as praças de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Salvador, Itabuna, Ilhéus e Vitória da Conquista. Existem na sede municipal 88 estabelecimentos comerciais varejistas e 12 atacadistas; 1 Agência do Banco da Bahia S. A., instalada em 28 de março de 1950; 1 Agência do Banco Econômico da Bahia S. A., instalada em 6 de dezembro de 1950; 1 Agência do Banco de Crédito Popular da Bahia S. A., instalada em 5 de abril de 1957; e 1 escritório do Banco do Brasil. O giro comercial em 1956 alcançou a importância de 191 325 milhares de cruzeiros. O salário-mínimo oficial, decretado para a 2.ª sub-região, à qual pertence o município é de Cr$ 2 400,00.

ASPECTOS URBANOS — Existem na cidade de Itapetinga 64 logradouros, dos quais, 13 estão pavimentados e 8 arborizados ou ajardinados. A rêde de iluminação elétrica estende-se a 43 logradouros. A de esgotos serve a 22 logradouros.

Dos prédios existentes, 926 estão servidos de luz elétrica e 412 ligados à rêde de esgotos.

Funcionam na cidade de Itapetinga 8 hotéis, 11 pensões, 1 cinema, (Cine-Teatro Fênix), 1 Agência Postal-telegráfica do D.C.T., 7 farmácias e 1 hospital.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária à população é prestada pela Casa de Saúde e Maternidade Santa Maria, entidade particular, por dois postos de saúde mantidos pela Secretaria de Saúde Pública do Estado, e por um Pôsto Médico mantido pela Sociedade Beneficente dos Artistas e Operários de Itapetinga. O Departamento Nacional de Endemias Rurais, através do Setor n.º 8, sediado em Vitória da Conquista, também serve

Vista panorâmica da Praça Augusto Carvalho

à população. Exercem a profissão na cidade 7 médicos, 6 dentistas, 1 farmacêutico e 2 veterinários. Contam-se 7 farmácias e, ainda, 1 Laboratório de Análises Clínicas, 1 Aparelho de Raios X e 1 Aparelho de Ondas Curtas, para tratamento.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A assistência social é prestada pela Casa de Saúde e Maternidade de Santa Maria, pela Associação Cultural Itapetinguense, pela Sociedade Beneficente dos Artistas e Operários de Itapetinga, pela Associação de Proteção à Maternidade e à Infância e pela Associação das Senhoras de Caridade de Itapetinga.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com o Censo de 1950, 22,76% da população de 5 anos e mais sabiam ler e escrever.

ENSINO — Em 1956 existiam em Itapetinga 21 unidades escolares do ensino primário fundamental comum, com cêrca de 1 300 alunos matriculados. Mantidos pela Associação Cultural Itapetinguense, funcionam na cidade 1 ginásio, 1 escola normal e 1 escola profissional para menores abandonados.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Itapetinga possui 1 biblioteca denominada Dr. Orlando Bahia, dispondo de 730 volumes, de propriedade da Associação Cultural Itapetinguense que mantém, ainda, 1 Clube Social. Há 1 aeroclube, Rotari Clube e 1 tipografia.

CULTOS RELIGIOSOS — A maioria da população do município professa a Religião Católica Romana. A paróquia foi criada em 2 de fevereiro de 1954 sob a invocação de São José e está subordinada ao bispado de Amargosa. Além da igreja-matriz de São José existem 2 capelas públicas e 1 semipública; reside na Paróquia 1 sacerdote. São as seguintes as associações religiosas existentes: Apostolado da Oração, Congregação Mariana, Pia União das Filhas de Maria, Cruzada Eucarística Infantil, Irmandade do Coração de Jesus. O Culto Protestante mantém 3 igrejas na cidade — Congregação da Igreja Batista de Itambé, Igreja Batista de Itapetinga e Igreja Presbiteriana de Itapetinga.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — As festas religiosas de caráter popular mais importantes são: Natal, Santo Antônio, São João, São Pedro, São José e a Semana Santa.

Entre as solenidades profanas, destacam-se os bailes carnavalescos. Dos folguedos populares, os que mais se distinguem são: bumba-meu-boi, reisados, pastorinhas e corridas de argolinhas.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — Nas eleições de 1954 votaram no município 4 330 eleitores. O Legislativo local é integrado por 12 vereadores. Em 1956 exerciam atividades no município 54 funcionários públicos, sendo 6 federais, 15 estaduais, 32 municipais e 1 autárquico. Tem sede ali a 18.ª Região da Inspetoria de Trânsito da Secretaria de Segurança Pública e também a 7.ª Residência de Conservação das Estradas de Rodagem, do Departamento de Estradas de Rodagem da Bahia.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro abaixo transcrito indica as cifras que, no período 1955-1956, foram arrecadadas, no município, pela União e pelo Estado, bem como as que, no mesmo período, a própria comuna arrecadou e despendeu:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1955......	—	7 805	2 134	1 834	1 079
1956......	—	10 405	5 349	2 837	5 507

Não há Coletoria Federal no município.

JUSTIÇA — Itapetinga é têrmo judiciário da comarca de Itambé, desde a sua criação. Conta 2 cartórios, sendo 1 do Registro Civil. O número dos feitos julgados em 1956 foi de 25: 20 no cível, 3 no crime e 2 de outra categoria.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município denominam-se itapetinguenses. O Prefeito Municipal em exercício é o Sr. Juvino Oliveira, e o Presidente da Câmara de Vereadores é o Sr. Américo Nogueira de Sousa. A primeira Câmara Municipal teve a composição seguinte: Américo Nogueira de Sousa, Flávio Everaldino Figueira, José Silveira, Vespasiano da Silva Dias, Ismael Cruz Lima, Natanael Pereira dos Reis, Cordélia de Sousa Araújo, Nohemias Coutinho, Propércio Alves Bothelho, Rosalvo Coelho dos Santos, Manoel Francisco de Almeida e Joel de Sousa Gomes.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística por Teófilo Santa Cruz Santos Silva. — Chefe da Agência Municipal de Estatística: Manoel Vitor Figueiredo.)

ITAPICURU — BA

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Em 1648, num arraial situado a 6 quilômetros do lugar onde se encontra a cidade de Itapicuru, desbravadores da Região, entre os quais se encontrava um de nome Manoel Barbosa de Matos, erigiram uma pequena capela dedicada a Nossa Senhora de Nazaré, elevada a curato em 1680 e à freguesia em 1898, com a denominação de Nossa Senhora de Nazaré do Itapicuru de Cima, pelo arcebispo D. João Franco de Oliveira. O arraial foi elevado à categoria de vila, sendo na mesma ocasião criado, também, o município com o nome de Itapicuru de Cima, por Decreto de 28 de abril de 1872, do Vice-Rei Vasco Fernan-

des Cézar de Menezes, Conde de Sabugosa. Em 1820, os habitantes da vila de Itapicuru de Cima fizeram uma petição solicitando a mudança da sede para o lugar Missão de Nossa Senhora da Saúde, antes uma aldeia de índios fundada por franciscanos em 1639. Deferida a petição, passou a vila para a nova sede em virtude de Decreto de 25 de outubro de 1831, continuando, porém, a sede da freguesia no antigo local, ainda hoje denominado "Vila Velha". Mais tarde, pela Resolução provincial número 751, de 18 de junho de 1859, foi a Missão de Saúde, nova sede do município de Itapicuru de Cima, elevada à capela curada. Em 1869, o P.e Antônio Agripino da Silva, vigário da freguesia, continuou a construção da nova igreja para onde foram transferidas as imagens. Finalmente, pela Resolução provincial número 1 171, de 8 de março de 1872, a sede da freguesia de Nossa Senhora de Nazaré do Itapicuru de Cima passou para a nova vila, ficando a antiga como capela curada. O município de Itapicuru foi extinto pelos Decretos estaduais números 7 455, de 23 de junho, e 7 479, de 8 de julho, ambos do ano de 1931, sendo parte do seu território anexada ao município de Inhambupe e parte ao de Rio Real. Mais tarde foi criada, com sede na vila de Itapicuru, uma subprefeitura, pelo Decreto estadual número 8 233, de 27 de dezembro de 1932. Restaurado pelo Decreto estadual número 8 447, de 27 de maio de 1933, ocorreu sua nova instalação a 24 de junho do mesmo ano. Na divisão administrativa de 1933, o município abrangia os distritos de Itapicuru, Bom Jesus e Sambaíba. Com a extinção do município de Vila Rica, ocorrida em face do Decreto estadual número 9 673, de 13 de agôsto de 1935, foi o seu território incorporado ao município de Itapicuru. A vila foi elevada à categoria de cidade pelo Decreto estadual número 10 724, de 30 de março de 1938. A divisão administrativa do município permaneceu inalterada até que passou a abranger o distrito de Nova Olinda, criado pelo Decreto estadual número 11 089, de 30 de novembro de 1938 que alterou, também, a denominação de Bom Jesus para Crisópolis. A denominação de Nova Olindina foi mudada para Olindina, em face do Decreto estadual número 141, de 31 de dezembro de 1943, retificado pelo de número 12 978, de 1.º de junho de 1944. Em 1952, parte do território do distrito de Crisópolis foi desmembrada para formar o município de Acajutiba, criado pela Lei estadual número 505, de 28 de novembro de 1952.

A composição administrativa atual é de quatro distritos: Itapicuru, Crisópolis, Olindina e Sambaíba.

Praça da Bandeira

LOCALIZAÇÃO — O município de Itapicuru está localizado na Zona Fisiográfica do Nordeste da Bahia, com território totalmente incluído no "Polígono das Sêcas". Limita com os municípios de Tobias Barreto (Sergipe), Inhambupe, Nova Soure, Rio Real, Acajutiba e Cipó. A sede municipal possui as seguintes coordenadas geográficas: 11° 18' 38" de latitude Sul e 38° 13' 28" de longitude W. Gr. Dista da capital do Estado, em linha reta, 178 quilômetros, no rumo N. N. E.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 140 m, sendo encontrada pelo Conselho Nacional de Geografia a máxima de 253 m, a 9,1 km aquém da capela da localidade de Sambaíba.

ÁREA — A área do município é de 2 887 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Como acidente geográfico importante, cita-se o rio Itapicuru-Açu (o maior curso d'água do Nordeste da Bahia), cujas águas possuem excepcionais propriedades terapêuticas em virtude da presença de cloro, magnésio e sulfato de cálcio.

CLIMA — O clima é quente no verão e agradável no inverno. A temperatura na sede municipal apresentou, em 1956, os seguintes dados: média das máximas 35°C, das mínimas 18°C e média compensada 28°C. A altura anual das chuvas, em 1956, alcançou 693 mm. O município está sujeito aos rigores das estiagens. Possui clima muito salubre e vários balneários sôbre o rio Itapicuru-Açu, que atraem grande número de visitantes.

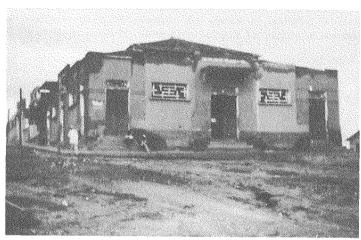
RIQUEZAS NATURAIS — Como riqueza mineral, pode-se mencionar o aproveitamento das águas sulfatadas e magnesianas do rio Itapicuru, utilizadas para banhos e para consumo público, com grande efeito terapêutico sôbre as mo-

léstias da pele e do aparelho digestivo. No reino mineral registram-se ocorrências de argila e pedra calcária, ambas exploradas.

POPULAÇÃO — A população em 1950 era de 32 060 habitantes, sendo 15 639 homens e 16 421 mulheres, predominando os de côr parda com 17 353. Quanto ao estado civil, os casados constituíam a maioria, com 9 247 contra 7 373 solteiros. Localizavam-se no quadro rural 88% da população. Para 1957, estimam-se os residentes em 37 000 almas.

Aglomerações Urbanas — Existiam, em 1950, quatro aglomerações urbanas com a seguinte população: cidade de Itapicuru com 752 habitantes, Olindina com 1 828, Crisópolis com 702, e Sambaíba com 584. À época do Censo, Itapicuru classificou-se no 12.º lugar dentre as cidades de menor população, no Estado.

Outras Aglomerações — O município conta ainda com vários povoados dentre os quais os abaixo, cuja população estimada para 1957 é a seguinte: Canabrava 200 pessoas, Gangu 160, Lagoa Redonda 150 e Vila Velha 135.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — De acôrdo com o Recenseamento de 1950, 44% das pessoas em idade ativa (10 anos e mais), estão ocupadas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura". Distinguiam-se como atividades principais as produções de sisal, arroz, feijão e milho, atingindo em 1956, o valor de dois milhões de cruzeiros.

Mercado Municipal

Pecuária — A pecuária constitui atividade importante com um efetivo de 35 mil cabeças de bovinos, 25 mil de suínos e 23 mil de ovinos, correspondendo a mais de 20 milhões de cruzeiros.

Indústria — A produção industrial alcançou, em 1955, mais de 5 milhões de cruzeiros, tendo a indústria de produtos alimentícios correspondido a mais de 70% daquele total.

Artesanato — Fabricam-se objetos de uso pessoal com tecido de fibra do sisal.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade de Itapicuru liga-se à capital do Estado e aos municípios vizinhos pelos seguintes meios: via rodoviária: Capital do Estado 244 quilômetros; Tobias Barreto (Sergipe) 30 km; Inhambupe 654 km; Nova Soure 36 quilômetros; Rio Real 42 quilômetros; Acajutiba (rodo-ferroviária) 75 km e Cipó 52 km. À capital Federal liga-se por via rodoviária (2 019 quilômetros).

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio de Itapicuru é feito com as praças de Salvador, Alagoinha, Aracaju e a vila de Paulo Afonso, no município de Glória. Na cidade existem 12 casas comerciais varejistas, com um giro que, em 1956, atingiu 54 100 milhares de cruzeiros. O salário-mínimo oficial decretado para a 4.ª Sub-região e da qual faz parte o município é de Cr$ 2 000,00. Há em Itapicuru um escritório local da Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural (A. N. C. A. R.).

ASPECTOS URBANOS — A cidade está situada no tôpo de uma pequena elevação distante 6 quilômetros da margem do rio Itapicuru-Açu. Itapicuru é cidade balneária muito procurada por veranistas, em virtude das propriedades das suas águas na cura das moléstias da pele e do aparelho digestivo. Conta com 10 logradouros, sendo 1 pavimentado a paralelepípedo. A iluminação pública se estende a 8 artérias e a domiciliária conta com 102 ligações. Na cidade existem 221 prédios, sobressaindo-se os edifícios da Igreja Matriz, do Grupo Escolar e da Cadeia Pública. Há ainda 1 cinema, duas pensões e uma agência postal-telegráfica.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A população é assistida por um pôsto de Higiene mantido pela Prefeitura e pelo Departamento Nacional de Endemias Rurais através do Setor número 3, sediado na cidade de Alagoinhas.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com os dados do Recenseamento Geral de 1950, a população de 5 anos e mais era de 26 738 habitantes, da qual sabiam ler e escrever 5 042 pessoas (19%).

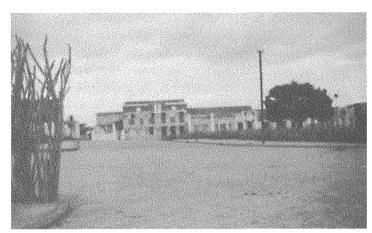
Ensino — Existiam, em 1956, 28 unidades escolares do ensino primário fundamental comum, tendo a matrícula efetiva atingido cêrca de 1 200 alunos. Das unidades escolares, 16 eram estaduais e 12 municipais.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Existe na praça central um busto do Dr. João da Costa Pinto Dantas, filho do Barão de Jeremoabo, homenagem dos amigos da família do extinto.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Os balneários no rio Itapicuru constituem objetivos de turismo em virtude das propriedades terapêuticas de suas águas. Situado a 1 quilômetro da cidade existe um balneário, na fonte denominada "Termal Fervente do Itapicuru", cuja vazão é superior a . . 1 200 000 litros em 24 horas, alcançando o líquido a temperatura de 33ºC. As águas têm as mesmas propriedades das de Caldas de Cipó.

CULTO RELIGIOSO — O município tem como invocação a Paróquia de Nossa Senhora de Nazaré do Itapicuru, pertencente à Arquidiocese da Bahia, contando com 16 capelas.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — As manifestações populares e folclóricas são registradas nos festejos de Natal, S. João e carnaval. A festa de Nossa Senhora de Nazaré é uma das mais populares.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — Itapicuru contava com 6500 eleitores inscritos, tendo votado . . 4 013 no pleito de 1954. A Câmara é composta de 12 ve-

Outro aspecto da Praça da Bandeira

readores. Em 1956, exerciam suas atividades no município 49 funcionários, assim distribuídos: 6 federais, 36 estaduais, 6 municipais e 1 autárquico.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro abaixo informa as receitas federal, estadual e municipal no período 1950-1956, e a despesa do município para igual período:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	210	429	796	255	997
1951.......	261	695	697	345	709
1952.......	330	1 072	924	347	751
1953.......	413	1 184	1 117	311	1 161
1954.......	367	1 268	1 040	263	1 005
1955.......	290	2 240	1 245	362	1 320
1956.......	412	3 180	(1) 1 137	458	1 240

(1) Orçada.

JUSTIÇA — Desde sua criação, o município de Itapicuru pertenceu à Ouvidoria de Sergipe da capitania da Bahia, passando em 1774 a pertencer à Ouvidoria da Bahia. Quanto à criação da comarca, presume-se que haja ocorrido antes de 1837, pois neste ano foi desmembrada da comarca de Itapicuru de Cima a de Inhambupe, em face da Lei Provincial número 51, de 21 de março de 1837. Pela Lei estadual número 1 119, de 21 de agôsto de 1915, foi a sede da comarca mudada para o têrmo de Barracão (atual Rio Real). Em 1923, pela Lei estadual número 1 662, de 29 de agôsto, o têrmo de Barracão foi desmembrado da comarca de Itapicuru. Pelo Decreto estadual número 8 104, de 19 de julho de 1932, a comarca de Itapicuru foi extinta, sendo anexada à de Barracão (Rio Real), de onde passou a constituir têrmo da comarca de Inhambupe até 1945, quando, pelo Decreto-lei número 512, de 19 de junho, foi restaurada, constituindo-se atualmente de têrmo único. Conta com 13 cartórios, sendo 4 do Registro Civil. O total de feitos julgados em 1956 foi de 66, sendo 59 no cível, 3 no criminal e 4 de outras espécies.

VULTOS ILUSTRES — *Ana Ribeiro de Góis Bittencourt* (1843-1930) — Escritora brilhante e grande romancista. Publicou, entre outras, as seguintes obras: "A Filha de Judite", "O Anjo do Perdão", "Helena", "Lúcia", "Dulce e Alma", "Sonhos de Josefina", "A Primeira Justiça".

José Dantas dos Imperiais Itapicuru — 1.º *Barão do Rio Real* — Nasceu no Engenho Camuciatá, município de Itapicuru, no dia 19 de março de 1798. Era filho do capitão-mor das ordenanças João d'Antas dos Imperiais Itapicuru, e Dona Francisca Xavier de Sousa Dantas. Ainda jovem, ajudou seu pai nas lutas a favor da emancipação política da Bahia, ganhando em virtude disso, a patente de sargento-mor das ordenanças. Foi Juiz Ordinário, Juiz de Órfãos, 2.º Suplente de Delegado de Polícia, 1.º Suplente de Juiz Municipal e de Órfãos, Diretor dos Índios, Coletor das Rendas, Coletor das Rendas do Império, Vereador e Presidente da Câmara Municipal (1833 e 1862) e Juiz de Paz (1849 a 1862). Em 26-V-1840, foi nomeado Coronel-Comandante Superior da Guarda Nacional de Itapicuru e, finalmente, a 14 de setembro de 1859, recebeu, por Decreto Imperial, o título de Barão do Rio Real, do qual foi o primeiro titular. Era Cavalheiro da Ordem do Cruzeiro e Comendador das Ordens da Rosa e de Cristo. Residia quase que todo o tempo na fazenda "Catu", de sua propriedade, situada no município de Itapicuru. Faleceu na cidade do Salvador, em 10 de novembro de 1862.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município denominam-se itapicuruenses. Itapicuru, segundo Teodoro Sampaio, significa "a lage formada de cascalhos ou seixos; a lage áspera, cheia de caroços ou protuberâncias". O Prefeito em exercício é o Sr. Joaquim Batista Barreto Filho e o Presidente da Câmara eleito em 7 de abril de 1957, é o Sr. Antônio Moreira Caldas.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística, a cargo de Robério Azerêdo, melhorada por Antônio Peralva. — Chefe da Agência Municipal de Estatística: Antônio Marques da Silva.)

ITAQUARA — BA

Mapa Municipal no 7.º Vol.

HISTÓRICO — A história de Itaquara não se remonta a eras longínquas, pois o seu início data de pouco mais de um século. Os primórdios da vida social, com o primeiro agrupamento de casas rústicas, presumìvelmente, são de após a abertura da grande estrada "pedestre", ou "real", nome que o vulgo chamava às nossas primitivas vias de comunicações. Essa grande estrada que, partindo do litoral, *demandava a antiga cidade de Vitória da Conquista e se* comunicava com o Norte de Minas foi aberta por destemidos e esforçados sertanistas, capitaneados pelo ousado bandeirante Manuel de Sousa Santos e seus filhos, capitão Manuel Estêves de Sousa Santos, apelidado "Capitãozinho", e alferes João de Sousa Santos. Essa estrada, de traçado admirável, parecia obra de técnicos e era de extrema necessidade, tanto assim que, chegando a sua existência ao conhecimento do Govêrno Colonial, já estabelecido em nosso país, com a fuga da Côrte lusa para as nossas plagas, açoitada pelas hostes napoleônicas, isso precisamente na primeira década do século passado, baixou D. João VI, então reinante, um decreto que concedeu àqueles desbravadores a sesmaria de uma vasta região, em que se achavam as terras do Poço do Facão, Vazante, Santana e Casca, as quais formam hoje três municípios. Essa doação foi feita como um prêmio para aquêles operosos desbravadores dos nossos sertões adustos e construtores de tão importante e utilíssima ar-

téria de comunicação, que facilitaria o intercâmbio comercial entre diferentes zonas do nosso estado. Os beneficiários estabeleceram-se desde logo, talvez antes mesmo, um pouco abaixo da atual cidade de Itaquara, no lugar denominado Santana, com fazendas de cultura e criatório de gado sôlto. Ainda há pouco se lia em um velho eixo de bolandeira, de fabrico de farinha de mandioca, uma semi-apagada inscrição de 1811. Ali viveu até o último quartel de sua existência o velho chefe da família, cuja casa ainda existe. Sucedeu-lhe o filho Manuel Estêves, o "Capitãozinho", que a vendeu, por sua vez, em 1858, ao comendador José Rodrigues da Costa, que restabeleceu o referido criatório de gado, entregando-o a vaqueiros mediante regime de parceria (sortes). O Comendador era senhor de latifúndios, nas zonas canavieiras de Nazaré e de São Miguel, onde fôra o precursor da cultura neste último município. A dita estrada, uma vez aberta, entrou logo em fase de intensa atividade; eram tropas carregadas que subiam para o Alto Sertão, levando tôda sorte de mercadoria, como também de lá desciam os produtos da terra, como algodão, farinha, couros, cereais e gado de várias espécies, vindos até do norte de Minas em procura do litoral baiano. Então, em todo o percurso, ao longo da referida estrada, existiam os pontos de pouso (rancharias), para o pernoite e descanso dos viandantes e alimárias, sendo que muitos dêles se desenvolveram e se transformaram em vilas e cidades: Itaquara foi um dêsses pontos.

O começo da formação da cidade deve-se ao velho Brandão de Moura, que, vindo de São Felipe, se estabelecera no lugar chamado "Barriguda", com boa fazenda. Depois veio, de Santo Antônio de Jesus, com numerosa família, Reinaldo de Almeida, que se estabeleceu junto à atual cidade, sendo êste o fator preponderante de sua fundação. Em seguida, oriundos do mesmo local, elegeram Vicente de Almeida, Reinaldo Sampaio e irmãos, acompanhados das respectivas famílias, os quais construíram as primeiras edificações. Após isso, com a vinda de novos habitantes, foi criado um pequeno povoado com a denominação de "Caldeirão", nome dado aos buracos feitos nas pedras, para captação da água da chuva, com que era mitigada a sêde dos moradores e viajantes.

Um dia chega, com a sua maleta, um jovem e futuroso negociante ambulante, que simpatiza com o lugar. Inteligente, vê possibilidade de negócio e estabelece-se com pequena casa comercial. É Diogo Espínola de Andrade. Não se engana no prognóstico: dá-se bem, estende o negócio, afeiçoa-se a uma filha do velho Reinaldo de Almeida e casa-se com ela, constituindo família. Compra fazenda, negocia também com gado, realiza intercâmbio de mercadorias com Minas. Cresce-lhe tanto o nome que já começa a aparecer no topônimo "Caldeirão do Diogo". Surge então a idéia de se erigir uma capela para o culto divino; o material é fornecido por Diogo, sendo a capela construída. Esta foi depois ampliada e é a mesma que hoje existe sob a invocação de Nossa Senhora da Natividade.

Em 1913, foi elevado o povoado do Caldeirão à categoria de distrito de paz, pertencendo ao antigo município de Areia, atual Ubaíra, isso por haverem aí chegado os trilhos da Estrada de Ferro de Nazaré. Nessa ocasião, foi construída a estação da ferrovia, que permaneceu com seu ponto terminal na localidade, durante vários meses, o que muito contribuiu para o seu desenvolvimento. Como distrito administrativo foi classificado pela Lei municipal número 203, de 22 de julho de 1918, subordinado ao município de Areia; depois, com a criação do município de Santa Inês, desmembrado do primeiro, passou a pertencer ao novo município, com direito a representação no Conselho Municipal, sendo dotado de alguns melhoramentos. Pela Lei estadual número 1 873, de 17 de julho de 1926, quando governador do Estado o Dr. Francisco Marques de Góis Calmon, foi criado o atual município, com a denominação de Itaquara, e território desmembrado do de Santa Inês. Instalado em 3 de outubro de 1926, foi extinto pelo Decreto-lei estadual número 141, de 31 de dezembro de 1943, e incorporado ao município de Santa Inês, sendo restaurado pelo Decreto estadual número 12 978, de 1.° de junho de 1944.

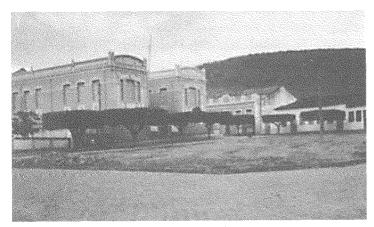
A sua formação administrativa, que não sofreu alteração desde a sua criação, é de distrito único. Itaquara.

LOCALIZAÇÃO — O município de Itaquara, que está situado na Zona Fisiográfica de Jequié, totalmente incluído no "Polígono das Sêcas", limita com os municípios de Santa Inês, Nilo Peçanha e Jaguaquara. A cidade é cortada pelo rio Casca que forma na zona urbana uma grande lagoa. A sede municipal possui as seguintes coordenadas geográficas: 13° 27' 50" de latitude Sul e 39° 55' 50" de longitude W. Gr. Dista da capital do Estado, em linha reta, 155 quilômetros, no rumo S. S. O.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude do município é de 562 metros.

ÁREA — A área territorial é de 206 quilômetros quadrados, uma das menores do Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos do município são as serras Alegre, Rio Prêto,

Praça Barbosa de Souza

Jequitibá, Arroz, Santana, Limoeiro, Quebra-Costela, Morro do Sal e Flores. Banham o território municipal os seguintes rios e riachos: o rio Piabanha, que nasce na serra do Ouro Fino, município de Jaguaquara e divide Itaquara de Nilo Peçanha, desembocando no rio Prêto ou dos Trapaços, que nasce no lugar chamado Pé de Serra, município de Jaguaquara e desemboca no rio das Almas, no município de Taperoá, sendo seus principais afluentes locais os riachos da Água Branca, dos Caetanos e do Sobrado. Existem também as lagoas do Curral (com 60x60 metros), Grande (com 300 x 120), dos Cavalos (com 30 x 25), de Santana (com 80 x 50), do Jegue (com 100 x 80) e as da Água de Passarinho, do Mocó e do Arroz, com menores dimensões.

CLIMA — Temperado no verão e bastante frio no inverno, manifesta-se salubre, a despeito da proximidade do rio Prêto e da lagoa que está localizada no fundo da cidade. A temperatura média é de 21°C.

RIQUEZAS NATURAIS — Itaquara possui reservas de cristal de rocha, mica e sal, sendo êste o único que se está explorando. Avulta, entretanto, como principal riqueza, a grande reserva de ouricurizeiros, donde é extraído o pó, mediante raspagem da fôlha, para a produção de cêra. Além disso, possui florestas, havendo extração de lenha, de dormentes e de madeira para serraria.

POPULAÇÃO — A população, em 1950, era de 8 415 habitantes, sendo 4 092 homens e 4 323 mulheres, com predomínio das pessoas de côr parda, que atingiam 3 700. Da população de 15 anos e mais existiam, 2 447 solteiros, 2 078 casados e 348 viúvos. Estavam localizados na quadro rural 79,28% da população do município.

Aglomeração urbana — Sòmente a cidade de Itaquara, com 1 744 habitantes.

Outras Aglomerações — Existem na comuna os seguintes povoados, cuja população, estimada para 1957, também se menciona: Água de Passarinho 100 habitantes, Agência Velha 78, Alto do Silva 80 e Penão 45.

ATIVIDADE ECONÔMICA — Conforme dados do Recenseamento Geral de 1950, 49,62% da população em idade ativa (10 anos e mais) dedicavam-se ao ramo "agricultura, pecuária e silvicultura", que supera até a cifra da rubrica "atividades domésticas". A atividade fundamental à economia do município é a agricultura, cuja produção, em 1955, alcançou o total de 10 897 milhares de cruzeiros, distinguindo-se o café, que atingiu 9 500 milhares de cruzeiros, seguindo-se a *laranja*, o *fumo em fôlha*, o *feijão*, a *mamona em baga* e a mandioca. Cultivam-se também, em pequena escala, abacate, abacaxi, abóbora, aipim, banana, batata-doce, cana-de-açúcar, lima, limão, melancia, milho, tangerina e uva.

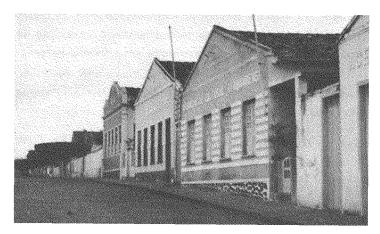
Os estabelecimentos industriais existentes são de pequena expressão, salientando-se, entretanto, a indústria extrativa do pó de palha de ouricuri.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Itaquara liga-se diretamente à capital Federal, à capital do Estado e às cidades vizinhas pelos seguintes meios de transporte: Capital Federal, rodoviário (1 403 quilômetros), capital do Estado, rodoviário (349 quilômetros) ou ferroviário (376 quilômetros), Jaguaquara, ferroviário (10 quilômetros) e rodoviário (11 km), Santa Inês, ferroviário (27 km) e rodoviário (26 quilômetros), Nilo Peçanha, vicinal (192 quilômetros). O município é servido pela Estrada de Ferro de Nazaré.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio local mantém transações com as praças de Salvador, Santa Inês, Jaguaquara e Distrito Federal, que são os principais compradores dos produtos agrícolas da comuna. As mercadorias consumidas internamente são importadas de Jequié, de Salvador e do Distrito Federal. Existem 138 estabelecimentos retalhistas e 2 grossistas, sendo que, dos primeiros, 26 estão localizados na sede municipal, incluídos os atacadistas. O giro comercial atingiu, em 1956, 37 milhões de cruzeiros. Há uma agência do Banco da Bahia, inaugurada em 4 de julho de 1953, e correspondentes do Banco do Brasil e do Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais. O salário-mínimo fixado é de 2 000 cruzeiros.

ASPECTOS URBANOS — A cidade está situada num vale aberto e quase plano, à margem da Estrada de Ferro de Nazaré, sendo cortada pelos rios Casca e Baitinga, que, depois de represados, formam uma pequena lagoa. Conta com 19 logradouros, sendo 9 pavimentados e 4 arborizados. Dêsses, 16 possuem luz elétrica e 9 água canalizada. Existem 524 prédios, sendo 169 iluminados a energia elétrica e 71 abastecidos de água encanada. Há um clube social, uma pensão, uma agência do Departamento dos Correios e Telégrafos e um cinema, atualmente fechado.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O município de Itaquara está sob a jurisdição do Setor número 7 do Departamento de Endemias Rurais, sediado em Santa Inês. Além

Rua Sete de Setembro

Trecho da Avenida Liberdade

dos serviços de Assistência-sanitária comuns mantém o citado setor um Pôsto Especializado de Esquistossomose.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Existe no município uma cooperativa escolar, que conta com 126 associados, destinando-se à venda de livros e material escolar.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com os dados do Recenseamento Geral de 1950, a população de 5 anos e mais era de 7 186 pessoas, sendo 3 467 homens e 3 719 mulheres, das quais sabiam ler e escrever 1 626, isto é, 22,63% daquele número.

Ensino — Havia, em 1956, 15 unidades de ensino primário fundamental comum, sendo uma estadual e 14 municipais, das quais uma estava localizada na sede municipal, atingindo a matrícula efetiva 636 alunos. O principal estabelecimento de ensino primário é o Grupo Escolar Estadual João Pessoa.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existem três bibliotecas públicas: uma, pertencente à Agência de Estatística, denomina-se "Mário Barbosa" e tem 212 volumes; outra, da Associação Cultural Itaquarense, tem 220 volumes; e a última é da Prefeitura Municipal. Denomina-se "Pedro Calmon" e tem aproximadamente 100 volumes. Há ainda uma associação cultural.

CULTOS RELIGIOSOS — Existem no município uma igreja do culto católico e três templos do culto protestante.

MANIFESTAÇÃO FOLCLÓRICA — Atualmente, de festejos populares, só se realiza o "bumba-meu-boi", que ocorre no período compreendido entre os fins de dezembro e

Trecho da Praça Sete de Setembro

princípios de janeiro. Um grupo de pessoas acompanha a figura central do festejo que, carregando às costas uma reprodução, em madeira e pano, do "boi", sai dançando, ao som de música apropriada, de casa em casa, para angariar donativos.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — Tem o município 2 071 eleitores inscritos, havendo votado .. 1 235 no último pleito. O número de vereadores em exercício é de 8. Em 1956, exerciam suas atividades na província 61 funcionários, sendo 2 federais, 25 estaduais, 33 municipais e 1 autárquico.

FINANÇAS PÚBLICAS — As finanças públicas no último setênio acham-se discriminadas no demonstrativo abaixo:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	171	660	616	248	616
1951.......	286	606	538	272	500
1952.......	287	561	618	178	537
1953.......	296	715	1 463	218	534
1954.......	379	1 271	1 217	291	1 015
1955.......	460	1 168	980	406	2 062
1956.......	558	1 942	1 317	429	1 532

JUSTIÇA — O município é atualmente têrmo de 2.ª entrância, pertencente à comarca de Jaguaquara. Segundo as divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, bem como o quadro anexo ao Decreto-lei estadual número 10 724, de 30 de março de 1938, o município de Itaquara era têrmo judiciário da comarca de Maracás.

Por fôrça do Decreto-lei estadual número 141, de 31 de dezembro de 1943, o têrmo e o município de Itaquara foram extintos, sendo restaurados pelo Decreto estadual número 12 978, de 1.º de junho de 1944. Dêsse modo, no quadro que o primeiro Decreto estabeleceu e o segundo retificou, quadro êsse que vigorou no qüinqüênio 1944 a 1948, o município de Itaquara continua a figurar, ainda, na qualidade de têrmo da comarca de Maracás, transferindo-se, por efeito do Decreto-lei estadual número 519, de 19 de junho de 1945, para a comarca de Jaguaquara, recém-criada, conforme já mencionado acima. Existem 4 cartórios, sendo um do Registro Civil e, em 1956, foram julgados 24 feitos, todos cíveis.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município denominam-se itaquarenses. O prefeito atual é o Senhor Pedro Petrolino Chaves e o presidente da Câmara de Vereadores, o Senhor Renato Amaral. O primeiro intendente municipal foi o Senhor Abílio Montanha da Silva. O primeiro Conselho Municipal se compunha dos seguintes membros: Aurélio Cardoso de Almeida, Dr. Raimundo Pedreira de Cerqueira, Máximo de Sousa Quadros, Antônio José de Aragão, Manuel Domingos da Silva, João de Brito Gondim, Vivaldo Brandão de Moura e Almerindo Carivaldo de Almeida.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística, por Anterlino Leite Gaspar. — Chefe da Agência Municipal de Estatística: Álvaro Barreto Nunes.)

ITIRUÇU — BA

Mapa Municipal no 7.º Vol.

HISTÓRICO — A primeira penetração no território do município data mais ou menos de 1823, quando, perseguido pela Guerra dos "Mata Marotos", José Antônio Braga, de nacionalidade portuguêsa, ocupou grande área dessa região, tendo regularizado sua posse pela Lei de terras, em 1854.

Sucedendo a José Antônio Braga, surgiram os exploradores Salustiano de Barros, José Norberto de Barros, Guilherme do Eirado Silva e João de Sousa Brandão, os quais, trabalhando com afinco na exploração da agricultura e da pecuária, transformaram o local denominado Tiririca da Fazenda Morro Grande em núcleo populacional desenvolvido, onde edificaram uma capela, com a invocação de Santo Antônio. Posteriormente conseguiram fôsse a povoação elevada a distrito de Paz do município de Jaguaquara, conforme Lei municipal número 8, de 18 de fevereiro de 1922, referendada pela Lei estadual número 1 567, de 2 de agôsto do mesmo ano.

Aos esforços dos colonizadores acima referidos juntou-se o trabalho dinâmico de José Inácio Pinto e reunidos proporcionaram ao povoado de Tiririca e às suas imediações, grande surto de progresso que muito concorreu para a sua elevação à categoria de arraial.

Foi o arraial elevado a sede de subprefeitura de Itiruçu, pelo Decreto estadual número 8 476, de 9 de junho de 1933.

O município de Itiruçu foi criado pelo Decreto número 9 599, de 18 de julho de 1935, com território desmembrado do de Jaguaquara, ocorrendo sua instalação a 18 de agôsto dêsse mesmo ano.

Nas divisões territoriais datadas de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, bem como no quadro anexo ao Decreto-lei estadual número 10 724, de 30 de março de 1938, o município de Itiruçu figura composto de um só distrito, o de mesmo nome, observando-se o mesmo no quadro territorial em vigor no qüinqüênio 1939-1943, fixado pelo Decreto estadual número 11 089, de 30 de novembro de 1938.

Em virtude do Decreto-lei estadual número 141, de 31 de dezembro de 1943, o município foi suprimido, sendo seu território anexado ao de Jaguaquara. Restaurou-o, porém, o Decreto estadual número 12 978, de 1.º de junho

Prefeitura Municipal

de 1944. No quadro territorial estabelecido pelo primeiro dêsses decretos, e modificado pelo segundo, o município de Itiruçu continua formado ùnicamente pelo distrito-sede.

De acôrdo com a Lei estadual número 628, de 30 de dezembro de 1953, a sua formação administrativa, continua inalterável.

LOCALIZAÇÃO — O município está localizado na Zona Fisiográfica de Jequié e seu território é parcialmente abrangido pelo "polígono das sêcas". Limita com os municípios de Jaguaquara, Jequié e Maracás. A sede municipal possui as seguintes coordenadas geográficas: 13° 29' 30" de latitude sul e 40° 07' 30" de longitude W. Gr. Rumo da Capital do Estado em direção à sede municipal, da qual dista, em linha reta, 179 quilômetros, O.S.O.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 820,498 metros, tomando por referência a chapa cravada no 4.º degrau de acesso à porta principal da igreja-matriz. Ademais foram encontradas pelo Conselho Nacional de Geografia as altitudes: máxima de 843,8006 m, no tôpo do Marco da Triangulação do CNG no vértice de Ituruçu; e mínima de 744,2610, a 3 m da margem direita da estrada de rodagem Jaguaquara—Itiruçu, 960 m aquém de um Pôsto Agropecuário do Ministério da Agricultura, 6,2 km além do cruzamento com a rodovia Rio—Bahia.

ÁREA — A área municipal é de 293 quilômetros quadrados, sendo Itiruçu um dos menores municípios do Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O seu território é pouco irregular, verificando-se apenas os acidentes geográficos seguintes: *Serras* — da Tiririca, da Queimada, da Pedra, de São Gonçalo, da Boa Esperança e do Salobo; *Morros* — Grande e do Tigre, distante seis quilômetros da sede municipal; *Rios* — não há rios no município, apenas existe o

Igreja Matriz

Riacho do Baixão; *Lagoas* — Grande e da Tiririca, a primeira no povoado de Upabussu, com 600 metros de circunferência, e a segunda, na sede municipal, com 500 metros.

CLIMA — O clima da cidade é dos mais agradáveis da região. A temperatura da sede municipal apresentou em 1956 os seguintes dados: média das máximas — 20ºC, das mínimas — 13ºC e média compensada — 16ºC. As chuvas de inverno são registradas nos meses de junho a agôsto, e trovoadas, de novembro a fevereiro.

RIQUEZAS NATURAIS — Ocorrências minerais: cristal de rocha e ferro, inexplorados, e pedra para construção, explorada.

POPULAÇÃO — De acôrdo com o Censo Demográfico de 1950, a população do município era de 6 951 habitantes, sendo 3 395 homens e 3 556 mulheres, 1 635 brancos, 1 951 pretos, 12 amarelos e 3 348 pardos. Dentre as pessoas de 15 anos e mais, existiam 2 124 solteiros, 1 696 casados, 1 desquitado e 293 viúvos. Havia predominância do sexo masculino, da côr parda, e dos solteiros. A densidade demográfica era de 23,724 pessoas por km². A população do município estimada para 1957 é de 7 889 habitantes. Do total da população encontrada em 1950, 76,68% se localizavam na zona rural.

Segundo ainda o Censo de 1950, a população da cidade era de 1 621 pessoas, sendo 732 homens e 889 mulheres. A população estimada para 1957 é de 1 900 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Pelo Censo de 1950, o município possuía apenas uma aglomeração urbana: a cidade de Itiruçu, com a população de 1 621 habitantes.

OUTRAS AGLOMERAÇÕES — Além da cidade, existem ainda no município os povoados abaixo, cuja população estimada para 1957 está assim distribuída: Upabussu — 685 habitantes, Vargens — 220 hab. e Pati — 50 habitantes.

ATIVIDADE ECONÔMICA — A população em idade ativa (10 anos e mais) era, segundo o Censo de 1950, de .... 5 014 pessoas, sendo 2 443 homens e 2 571 mulheres. Dessa população, 1 645 (1 623 homens e 22 mulheres) dedicavam-se ao ramo "agricultura, pecuária e silvicultura", que depois de "atividades domésticas" é o ramo ocupacional mais populoso, com 32,81% do total daquela população.

Agricultura — A atividade fundamental à economia do município é a agricultura, cuja produção, em 1955, foi superior a 37 716 milhares de cruzeiros, concorrendo com maior parcela o café beneficiado, seguido da mandioca, do repôlho, do feijão, do tomate, da couve, da batata-inglêsa, do fumo em fôlha, da ervilha, da laranja, da mamona, do trigo, da banana, do milho, da batata-doce, do abacaxi, da abóbora, do pêssego e do aipim. Funciona em Itiruçu a Colônia Agrícola da Batéia, mantida pelo Ministério da Agricultura, que produziu, em 1956, 1 132 toneladas de produtos agrícolas, no valor superior a 10 190 milhares de cruzeiros.

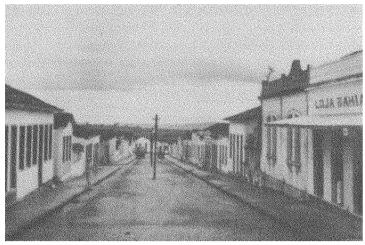
Indústria — A produção industrial, em 1955, alcançou a cifra de 3 256 milhares de cruzeiros, destacando-se com maior valor a farinha de mandioca, seguida de massas alimentícias, artefatos de couro, sabão, tábuas, tijolos, doces diversos, manteiga e farinha de tapioca.

Pecuária — Em 1956 contavam-se 258 propriedades agropecuárias, cujo valor venal era superior a 7 810 milhares de cruzeiros. O rebanho naquele ano constava de 3 900 bovinos, 650 eqüinos, 520 asininos, 670 muares, 1 200 suínos, 420 ovinos e 190 caprinos.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade de Itiruçu liga-se diretamente à Capital Federal, à Capital Estadual e às cidades vizinhas por meio de estrada de rodagem: Capital Federal — 1 394 quilômetros; Capital do Estado — 432 km; Jaguaquara — 19 km; Jequié — 54 quilômetros; e Maracás — 42 quilômetros. Estão registrados no município 2 automóveis e 11 caminhões. O serviço de comunicação da sede municipal é feito pela agência postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

COMÉRCIO E BANCOS — Verifica-se a existência de 29 estabelecimentos atacadistas e 52 varejistas. O giro comercial em 1956 foi de 49 825 milhares de cruzeiros. O comércio local mantém transação com as praças de Salvador, Jaguaquara, Jequié, Maracás, Itabuna e Ilhéus. Importa tecidos, louças, ferragens, produtos farmacêuticos, estivas em geral e outros. Exporta café, feijão, mamona, fumo, bata-

tinha, e hortaliças. A feira da sede municipal é realizada aos sábados.

ASPECTOS URBANOS — A cidade está situada num planalto com praças e ruas largas. Possui vinte logradouros; 4 são pavimentados, 2 arborizados e vinte e um iluminados elètricamente. Existiam 636 prédios, dos quais, 205 eram servidos de luz elétrica. A principal artéria da cidade é a Praça Duque de Caxias, onde está localizada a igreja-matriz, a Prefeitura Municipal e o prédio escolar. Funcionam duas pensões, com capacidade para 35 hóspedes. Há um cinema com cadeiras para 120 expectadores.

Rua Presidente Vargas

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária é prestada pelo Pôsto Médico, mantido pelo Govêrno do Estado e pela equipe do Setor número 7, sediado em Santa Inês, do Departamento de Endemias Rurais.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo o Censo de 1950, a população em idade escolar (5 anos e mais), era de 5 956, sendo 2 893 homens e 3 063 mulheres. Dessa população, sabiam ler e escrever 1 367 (786 homens e 581 mulheres), ou seja, 22,95% da população em idade escolar.

Na cidade havia 1 420 pessoas de 5 anos e mais, sendo 628 homens e 792 mulheres, dentre as quais sabiam ler e escrever 344 homens e 297 mulheres.

ENSINO — Em 1956 funcionaram no município 11 unidades escolares do ensino fundamental comum, 1 estadual, 8 municipais e 2 particulares, com 467 alunos matriculados.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Funcionam em Itiruçu duas bibliotecas: a Biblioteca Pública A. R. Cerqueira Lima, mantida pela Agência Municipal de Estatística, e a Biblioteca Municipal, mantida pela Prefeitura. Cada uma possui menos de 1 000 volumes. A sociedade tiruçuense conta com uma associação cultural — a Sociedade Lítero-Recreativa de Itiruçu, fundada em 1956, que possui 96 sócios.

CULTOS RELIGIOSOS — O município não é sede de Paróquia. Existe uma igreja, tendo por orago Santo Antônio, e 2 capelas. Do culto não católico há 1 templo protestante.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A principal *festa religiosa* do município é celebrada em 13 de junho, consagrada a Santo Antônio, padroeiro da cidade. A solenidade, após missa festiva, é encerrada, à tarde, com procissão, quando andores artìsticamente ornamentados percorrem as ruas sob cânticos religiosos e ao espoucar de foguetes.

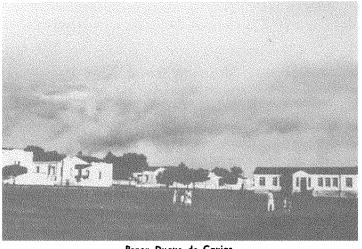
Festejos populares — O "bumba-meu-boi", folguedo popular realizado no período natalino, consiste na construção de um boi, em madeira e papel, sob cuja carcaça fica um personagem para executar os movimentos, os quais são orientados por outra figura — o vaqueiro — com verdadeiras exibições típicas, nas praças públicas ou em frente de alguma residência de cidadão de destaque social. É sempre cercado por considerável turba local; "*mulinha de ouro*" — outra interessante brincadeira popular; assemelha-se bastante ao "bumba-meu-boi", seguindo-lhe o mesmo ritmo e modos, e às vêzes, até se apresentam em conjunto. Ainda nas quadras natalinas verifica-se a presença de "ranchos" ou "ternos de reis", que percorrem a cidade, visitando algumas residências, onde entoam chulas, sambas, batuques, emboladas, etc. Mas se na residência visitada existir um presepe armado, o que aliás é freqüente, os cânticos, então, tomam um sentido religioso.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — Em 1954 votaram 1 287 eleitores. A Câmara Municipal está atualmente composta de oito edis. Exerciam funções no Município, em 1956, 49 funcionários públicos, assim distribuídos: 6 federais, 17 estaduais, 25 municipais e 1 autárquico.

FINANÇAS PÚBLICAS — Na tabela abaixo, resumem-se os dados sôbre finanças do município:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	560	422	...	173
1951	—	724	490	192	181
1952	—	611	523	195	171
1953	—	794	925	252	686
1954	—	1 164	866	333	1 909
1955	—	1 924	924	347	789
1956	—	3 118	1 420	536	1 548

Não há coletoria federal no município.

JUSTIÇA — Nas divisões territoriais datadas de ...... 31-XII-1936 e 31-XII-1937, bem como no quadro anexo ao Decreto-lei estadual número 10 724, de 30 de março de 1938, o município aparece subordinado ao têrmo de

Praça Duque de Caxias

Jaguaquara, da comarca de Maracás, acontecendo o mesmo no quadro territorial em vigor no qüinqüênio 1939-1943, estabelecido pelo Decreto estadual número 11 089, de 30 de novembro de 1938.

Por fôrça do Decreto-lei estadual número 141, de 31 de dezembro de 1943, o município foi extinto, sendo restaurado, todavia, pelo Decreto estadual número 12 978, de 1.º de junho de 1944. Assim, no quadro territorial vigente em 1944-1948, fixado pelo primeiro dêsses decretos, e modificado pelo segundo, o município de Itiruçu permanece sob a jurisdição do têrmo de Jaguaquara, da comarca de Maracás.

Em conseqüência do Decreto-lei estadual número 519, de 19 de junho de 1945, o município passou a têrmo judiciário da comarca de Jaguaquara, criado pelo mesmo Decreto-lei estadual, continuando assim até hoje.

Possui quatro cartórios, sendo um do Registro Civil. Foram julgados em 1956 cinco feitos.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O gentílico dos habitantes é itiruçuenses. A denominação Itiruçu é originária do tupi-guarani e significa "Morro Grande". O atual Prefeito Municipal é o Sr. Adolfo Elias de Andrade, eleito em de 3 outubro de 1954. O Presidente da Câmara é o Sr. Manuel Lindolfo de Cerqueira, eleito para o período legislativo iniciado em 7 de abril de 1957. As funções de primeiro Prefeito couberam ao Sr. José Inácio Pinto. A primeira Câmara Municipal foi composta dos seguintes Senhores: Artur Narciso Gomes, Jovino Gomes, Flávio Alves, Ângelo Cezarino, Antônio de Sousa Leal, Alcebíades José da Cunha, Ludivico Catuna de Farias e José Agapito de Oliveira.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística por Luís Gonzaga de Oliveira Brito. — Agente Municipal de Estatística: Lourival do Espírito Santo Figuerêdo.)

ITIÚBA — BA

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Antes da colonização da região que atualmente é ocupada pelo município de Itiúba, era o território habitado por tribos indígenas. Dêsses aborígines não se tem notícia exata quanto à denominação e demais aspectos. Há, todavia, tradição popular de que, entre as tribos, haveria a dos Cariacás. Quanto à origem do belo nome da serra, de que se originou o topônimo, há opiniões controvertidas: uns pretendem que se tenha derivado da expressão tupi-guarani: tu-yba, que significa "abelha dourada" (cf. Teodoro Sampaio), de onde a corrutela Itiúba; outros, todavia, opinam que o têrmo provém da palavra itaúba, que, em indígena, significa "água da pedra".

Com o início do povoamento, os índios primitivos se afastaram. Os domínios da Casa da Tôrre, de Dias d'Ávila — elemento colonizador —, atingiam o divisor de águas da serra da Itiúba. Há notícias, ainda, de que os primeiros povoadores civilizados teriam procedido de Inhambupe, Alagoinhas e Cachoeira. Consta que, pelos fins do século XVII, a região em foco fazia parte da freguesia velha de Santo Antônio de Jacobina. A primitiva povoação, na aba da serra, constituía a capela de São Gonçalo de Amarante de Itiúba, cujo nome consta de registros demarcatórios de comarcas vizinhas. Transformada depois em "julgado", teria sido incorporada ao arraial do Senhor do Bonfim da Tapera, pelos idos de 1697. O fato consta de Carta régia assinada por D. Fernando José, de Portugal, em 8 de julho de 1697, e dirigida ao ouvidor de Jacobina. Isto quanto ao antigo "julgado" de São Gonçalo de Amarante da Serra da Itiúba, que, pela Resolução n.º 1 005, de 16 de março de 1868, do Presidente da província da Bahia, Miguel Nascentes de Azambuja, foi elevada à categoria de freguesia subordinada, então, ao município de Vila Nova da Rainha. Depois, em 1884, pela Resolução provincial n.º 2 454, de 20 de junho, se transferiu sua subordinação para o novo município de Vila Bela de Santo Antônio das Queimadas, êste desmembrado da Vila Nova da Rainha. Por outro lado, pelos idos de 1860, no sopé da serra, mais abaixo de São Gonçalo de Amarante da Serra da Itiúba, havia uma fazenda denominada Salgada, de propriedade de João Gomes e D. Carolina Gomes da Silva. Essa fazenda cresceu, povoou-se, expandiu-se e prosperou. Teria pertencido, também, em caráter sucessório ou não, à família Simões de Freitas. Essa família teria dado impulso bastante para transformar aquela fazenda em núcleo sócio-populacional, que a transformaria mais tarde na atual cidade da Itiúba, transferidos para ali os elementos administrativos, judiciários,

Igreja Matriz

religiosos, etc. de São Gonçalo de Amarante da Serra da Itiúba.

Em 1882, o núcleo demográfico da fazenda Salgada foi elevado à categoria de Arraial da Itiúba, para ali se transferindo a sede do "julgado" de São Gonçalo de Amarante da Serra da Itiúba, que, segundo alguns, teria sido em afastados dias refúgio de criminosos. Já em 1884, elevado à freguesia, o Arraial recebia o primeiro padre residente — Firmino de Sousa Estrêla — e prosperou sobretudo por sua mais acessível posição geográfica e pela chegada dos trilhos ferroviários em 15 de abril de 1887. Até 1930, Itiúba foi parte integrante do município de Queimadas. Pelo Decreto estadual n.º 8 526, de 6 de julho de 1933, foi elevada à categoria de subprefeitura. O povoado tinha até então a categoria de arraial. Pelo Decreto n.º 9 322, de 18 de janeiro de 1935, dois fatos capitais se realizaram: a) é criado o município da Itiúba, com território desmembrado de Queimadas; b) a sede, que era arraial, é elevada à categoria de vila.

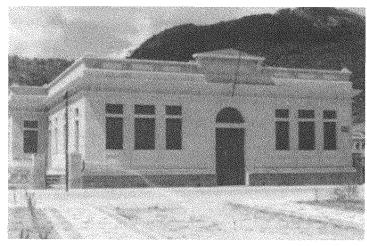
Constitui-se de distrito único.

LOCALIZAÇÃO — Acha-se o município em plena Zona Fisiográfica do Nordeste Baiano e encrava seu território no "Polígono das Sêcas". Possui topografia acidentada; situa-se no contraforte da serra que lhe deu o nome. Limita-se com Queimadas, Campo Formoso, Monte Santo e Senhor do Bonfim.

As coordenadas geográficas da cidade são: 41° 41' 58" de latitude Sul e 39° 51' 07" de longitude W.Gr.

Em relação à capital do Estado, Itiúba dista 278 quilômetros em linha reta e está, a partir da mesma, no rumo N.N.O.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede tem a altitude de 373,3638 metros, segundo chapa cravada no lado direito da porta principal

Prefeitura Municipal

da estação ferroviária. Nas cabeças da serra da Itiúba a altitude alcança 680 metros.

ÁREA — A área municipal, tendo em vista levantamentos do Conselho Nacional de Geografia, é de 1 570 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Avulta, como acidente geográfico, a grandiosa serra da Itiúba. O rio mais importante, de águas perenes, é o Itapicuru-Açu. Outros rios menores banham o município: o Jacurici, o Cariacá e o Itapicuru-Mirim.

Há o açude Jacurici, que possui a capacidade de 156 milhões de m³, sendo o maior do Estado.

CLIMA — O município desfruta de clima sêco e saudável, de excepcionais propriedades terapêuticas.

A temperatura, na sede municipal, apresentou em 1956 os dados seguintes: média das máximas 28°C; das mínimas 14°C, sendo de 18°C a média compensada.

RIQUEZAS NATURAIS — A flora do município é representada por algumas madeiras de lei, tais como a baraúna, o cedro, o angico a peroba e o amargoso. Nas vastas caatingas medram as cactáceas. Na fauna sobressaem os macacos, as jaguatiricas, os veados e outros animais de menor porte. Ainda existem na fauna ictiológica peixes, como seja, traíras, jundiás e curimatãs. Há ofídios: cascavéis, jaracuçus, etc. Seu subsolo encerra riquezas naturais inexploradas — pirita, enxôfre, columbita, etc.

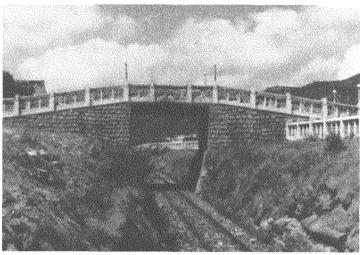
POPULAÇÃO — Segundo o Recenseamento Geral, em 1950, era a população municipal de 19 477 habitantes, com a seguinte composição: homens 9 408 e mulheres 10 069; brancos 5 351, pardos 13 132; pretos 969 e 1 amarelo. Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 10 618, eram solteiros 4 310, sendo 5 672 casados, 632 viúvos e 4 desquitados. Tôda a população era de nacionalidade brasileira. Quanto à religião, dominavam os que se declararam católicos; as outras religiões quase não tinham adeptos.

A densidade demográfica atingia pouco mais de 12 habitantes por km². Há predominância dos elementos pardos sôbre as demais côres. Em 1957 segundo cálculo do D.E.E., a população do município está estimada em mais de 22 335 pessoas.

Aglomerações urbanas — A única aglomeração é a sede municipal, que, em 1950, possuía 2 139 habitantes, sendo 1 140 mulheres e 999 homens. Das pessoas de 5 anos e mais,

em número de 1 821, sabiam ler e escrever 945; destas, 496 eram homens e 449 mulheres.

Outras aglomerações — Além da cidade, o município conta ainda com os seguintes principais povoados e respectivos números de habitantes estimados para 1957: Bela Vista 400, Cacimbas 110, Camandaroba 800, Itapicuru 350, Jacurici 400, Pedra Sôlta 210, Ponta Baixa 350, Picos 300, Serra da Itiúba 600 e Umbuzeiro 200.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A atividade principal do município é a cultura do sisal e a extração de sua fibra. O plantio do vegetal é recente; foi iniciado há seis anos. Em regra, os homens trabalham no corte e as mulheres e os menores no transporte, do campo para o local de beneficiamento. As condições da sêca da região não prejudicam o desenvolvimento dessa atividade econômica. Em 1956, o seu valor foi superior a oito milhões de cruzeiros. Cultivam-se ainda o feijão, o milho, a mandioca, o café, a batata-doce, a mamona, as árvores frutíferas e outros vegetais comestíveis. Vem a seguir a extração do coquilho do aricurizeiro (ou licurizeiro).

Viaduto Dr. Lauro de Freitas

A pecuária entra também como importante fator econômico. Conta o município com rebanhos de caprinos, calculados em 40 mil cabeças; ovinos, em 30 mil e bovinos, em 15 mil. Os rebanhos de muares, asininos e eqüinos não têm significação econômica.

A atividade industrial consiste na fabricação de farinha de mandioca. Revelou o Registro Industrial, em 1956, possuir o município 17 estabelecimentos industriais, com uma produção de 3 milhões de cruzeiros.

O artesanato é representado através da produção, em pequena escala, de objetos de sisal, como seja, bôlsas, cêstas e sandálias.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — Itiúba é servida pela Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, cujos trilhos muito contribuíram para seu desenvolvimento. As estações, pontos e paradas, no município, são: Itiúba (na sede), Tertuliano Sampaio e Jacuruci (onde foi embarcado em 1887 o célebre meteorólito do Bendengó) e Picos.

Acha-se a cidade ligada às sedes municipais limítrofes pelos meios de transporte seguintes: pela ferrovia com Bonfim, na extensão de 53 km, com Campo Formoso, no percurso de 74 km e com Queimadas, na distância de 43 km; com Monte Santo, por estrada de rodagem, no percurso de 84 km. Com a capital do Estado, liga-se Itiúba por ferrovia e por estrada de rodagem, nas distâncias, respectivas, de 473 e 532 quilômetros.

Há pequeno campo de pouso no povoado de Camandaroba, a 18 km da cidade. Quanto a comunicações, possui agência postal-telegráfica e o serviço telegráfico da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio local mantém costumes e hábitos antigos. É comum, em dias feriados ou santificados, casas comerciais permanecerem de portas abertas. Os donos dos estabelecimentos e seus familiares, em regra, permanecem no balcão. É aliás generalizada essa praxe nas cidades sertanejas, onde a classe caixeiral ainda não tem organização apreciável, predominando nos balcões os proprietários e seus filhos.

As atividades do comércio ligam-se à exportação de cereais, sisal, mamona, peles, couros e ovos. As transações são feitas com a capital do Estado, Juàzeiro, São Paulo, Aracaju e municípios limítrofes. Na sede municipal, há 98 estabelecimentos comerciais varejistas e 12 atacadistas, com um giro que em 1956 alcançou quase 22 milhões de cruzeiros. Não há agência de banco nem de casa bancária. O salário-mínimo oficial é de 2 000 cruzeiros.

ASPECTOS URBANOS — Possui aspectos topográficos de realce, salientados por sua situação na aba da serra do seu nome. A cidade está dividida em 23 logradouros, alguns calçados a paralelepípedos. Conta 618 prédios e cêrca de 2 400 habitantes. É preferida por pessoas de outros municípios como ponto de veraneio, para cura e repouso, em virtude da salubridade do seu clima. É servida de luz elétrica, estendendo-se a iluminação pública a 18 logradouros e a 328 domicílios. Possui um cinema em funcionamento.

Entre os edifícios principais, distingue-se a Igreja Matriz, o Correio e Telégrafo, o Pôsto de Higiene, a Prefeitura Municipal e a Sociedade 2 de Julho.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Tem o município um pôsto de higiene, na cidade, e outro de enfermagem, na zona rural, com sede em Urubu. Conta com os serviços profissionais de 1 médico, 1 dentista, 1 enfermeiro e 1 farmacêutico. Há duas farmácias. O município está subordinado ao Setor n.º 9, sediado em Senhor do Bonfim, do Departamento Nacional de Endemias Rurais.

ALFABETIZAÇÃO — Revelou o Censo Demográfico de 1950 que Itiúba apresentava 16 108 pessoas de 5 anos e mais. Dêste número, apenas sabiam ler e escrever 3 663, sendo 2 134 homens e 1 529 mulheres, representando .... 22,74% do total. No distrito-sede, existiam 1 821 habitantes de 5 anos e mais, sendo alfabetizados 945; dêstes, 496 eram homens e 449, mulheres.

Ensino — Em 1956, funcionavam no município 35 escolas do ensino primário, com cêrca de 1 400 alunos matriculados. Localizava-se na cidade o Grupo Escolar Estadual Dr. Góis Calmon. As demais escolas estão situadas na zona rural.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existe apenas a Biblioteca Franklin Roosevelt, da Agência Municipal de Estatística, com menos de 1 000 volumes.

22 — 24 936

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — No povoado de Jacurici, há um obelisco comemorativo do embarque para o Rio de Janeiro, em 1887, do famoso meteorólito do Bendengó, a que os íncolas chamavam de "cuitá", corruptela de "cui-r-á", que significa "pedaço de ferro caído". Êsse meteorólito foi encontrado por Joaquim da Mata Botelho, em 1784. Pesa 7 614 kg, mede 2,15 metros no maior comprimento, e 1,50 na maior largura. Sua composição é de 91% de ferro, 5,71% de níquel, e outros minerais. A primeira tentativa de retirá-lo das margens do riacho Bendengó (afluente do Vasa Barris) foi em 1785. Em 1887, o Comandante José Carlos de Carvalho, a mando da Sociedade de Geografia, trouxe-o de Jacurici para Queimadas de onde, por estrada de ferro, o transportaram para Salvador e daí para o Museu Nacional, onde se encontra.

Avenida Getúlio Vargas

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — O obelisco ao meteorólito do Bendengó, a serra da Itiúba, o açude Jacurici, são pontos turísticos interessantes, ao lado da excelência do clima da cidade.

CULTOS RELIGIOSOS — O município é sede da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, subordinada à Diocese de Senhor do Bonfim. Conta, além da matriz, com uma igreja e 12 capelas. Do culto não católico existe 1 templo protestante.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — Corre a lenda de que um carneiro de ouro perlustra em noites escuras os cimos da serra Itiúba, como visão fantástica das riquezas minerais existentes ali. Também as aparições misteriosas do sobrado do Padre Severo povoam a mente dos habitantes da Itiúba. O folguedo "burrinha", que percorre as ruas nas festividades do carnaval, inscreve-se como uma das manifestações típicas do folclore local.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O município possui 4 700 eleitores inscritos, mas, no pleito de 1954, votaram 2 353 pessoas apenas. O primeiro subprefeito de Itiúba foi o atual chefe do Executivo, Sr. Belarmino Pinto de Azerêdo, cuja primeira investidura se deu em 1935. O primeiro corpo de vereadores era composto dos Srs. Antônio Simões de Carvalho, Ramiro da Silva Pimentel, Augusto S. Moura, Pedro B. Carvalho, Rogério B. Pitanga, José Félix Cruz, Pedro B. Correia e João Avelino da Silva.

FINANÇAS PÚBLICAS — A arrecadação fiscal no município, pelos órgãos da União federal, do Estado e do município, bem assim a despesa efetuada pelo último representam-se no quadro seguinte:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	414	453	148	449
1951	—	675	506	202	508
1952	—	434	568	296	503
1953	—	500	883	178	751
1954	—	510	720	184	752
1955	—	662	926	259	900
1956	(*) 109	1 094	1 281	319	956

(*) Renda a partir do mês em que foi criada a Coletoria.

JUSTIÇA — Desde sua criação, ficou o município de Itiúba anexado ao Têrmo de Queimadas, da comarca de Bonfim, sendo em 1937, criado na referida comarca, o têrmo de Itiúba. Com a criação da comarca de Queimadas, desmembrada da de Bonfim, pelo Decreto-lei n.º 175, de 2 de julho de 1949, passou Itiúba a dela ser têrmo, situação em que se encontra até a presente data.

Conta com 6 cartórios, sendo 1 do Registro Civil. O número de feitos julgados em 1956 ascendeu a 21, assim distribuídos: cíveis 14, criminais 6 e 1 outro.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os filhos do município denominam-se itiubenses. O prefeito em exercício é o Sr. Belarmino Pinto de Azerêdo, sufragado no último pleito. O presidente da Câmara, eleito para o período legislativo iniciado em 7 de abril de 1957, é o Sr. Odilon Freitas. A primeira Câmara teve como componentes os seguintes vereadores: Sr. Antônio Simões de Carvalho — presidente — e Srs. Ramiro da Silva Pimentel, Augusto Soares de Moura, Pedro Batista Carvalhal, Rogério Bento Pitanga, José Felix da Cruz, Pedro Bento Correia e Jão Avelino da Silva.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística, a cargo de Robério Pinto Azerêdo. — Chefe da Agência Municipal de Estatística: Sandoval M. Manciola.)

ITUAÇU — BA

Mapa Municipal no 8.º Vol.

HISTÓRICO — Até os fins do século XVII, habitavam nas margens do rio das Contas os índios maracaiares e os tapajós, cujas aldeias se localizavam no lugar posteriormente denominado Brejo Grande, sítio onde se encontra a cidade de Ituaçu.

Em 1720, exploradores portuguêses e brasileiros que já haviam penetrado em grande parte do território inexplorado da Bahia, tomavam como rota mais freqüente para as suas entradas o curso dos rios, principalmente o do rio das Contas, em cujas margens se espalhavam jazidas de minérios altamente valiosos.

Seguindo essa rota, comandados pelo explorador André da Rocha Pinto, foram ter às terras dos silvícolas tapajós e maracaiares, aos quais dominaram depois de renhido e feroz combate. Estabeleceram-se afinal, na região, e chamaram-na Brejo Grande.

Após a morte do bravo bandeirante André da Rocha Pinto, em 1732, o seu filho Sebastião da Rocha Pinto mandou edificar as primeiras casas que iniciaram o povoado.

A partir de 1780, foi intensificado o povoamento do Brejo Grande. Atraídos pela fertilidade do solo, portuguêses e brasileiros começaram a devastar as matas e a formar fazendas para a cultura agrícola e a exploração da pecuária.

Surgiram então as fazendas Ribeirão, Riachão, Palmeiras, Angico, Bicudo e outras, tôdas adquiridas por compra de terrenos que pertenciam ao Conde da Ponte.

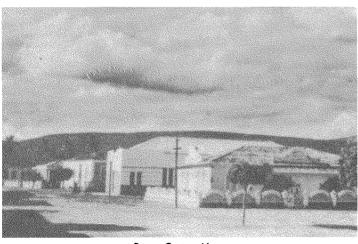
O município começou a obter capacidade para a vida política e administrativa em face da Lei de 15 de outubro de 1827, que criou o distrito judiciário com sede no Brejo Grande.

Foi erigida por essa época uma capela filial da freguesia de São Sebastião do Sincorá.

Criou-se o distrito pela Lei provincial n.º 882, de 10 de abril de 1862, e o município, com a denominação Brejo Grande ou Vila Agrícola de Nossa Senhora do Alívio do Brejo Grande, pela Lei n.º 988, de 9 de outubro de 1867, tendo-se desanexado o seu território do município de Santa Isabel de Paraguaçu, atualmente Mucugê. Pôsto em funcionamento em 20 de fevereiro do ano seguinte, teve sua sede elevada à categoria de cidade, com a denominação de Ituaçu, pela Lei estadual n.º 216, de 26 de agôsto de 1897. Nessa mesma data o município passou a denominar-se Ituaçu. Foi seu primeiro vigário o religioso Franciscano José Carlos de Figueiredo.

Na divisão administrativa do Brasil relativa a 1911, Ituaçu forma-se com um distrito apenas — o do mesmo nome, enquanto nos quadros de apuração do Recenseamento Geral de 1.º-IX-1920, êle se apresenta constituído de três distritos: Ituaçu, Várzea Queimada e Caraíbas.

Segundo a divisão administrativa do Brasil, referente a 1933, o município de Ituaçu permanece integrado por 3 distritos (Ituaçu· Caraíbas e Suçuarana), observando-se que, na divisão territorial de 31-XII-1936, abrange o mesmo número de distritos: Ituaçu, Caraíbas e Laços.

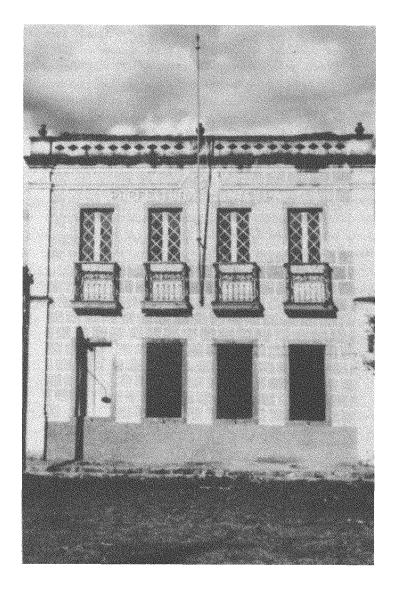
De acôrdo com a divisão territorial datada de ...... 31-XII-1937, bem como o quadro anexado ao Decreto-lei estadual n.º 10 724, de 30 de março de 1938, o município compõe-se dos distritos de Ituaçu, Caraíbas e São Sebastião, aparecendo no quadro territorial em vigor no qüinqüênio 1939-1943, estabelecido pelo Decreto estadual n.º 11 089, de 30 de novembro de 1938, com os distritos de Ituaçu, Caraibuna (ex-Caraíbas), Laços (ex-São Sebastião) e Sussuarana, êste último criado com território desmembrado do de Laços. Idêntica divisão distrital observa-se no quadro territorial vigente no qüinqüênio 1944-1948, fixado pelo Decreto-lei estadual n.º 141, de 31 de dezembro de 1943, e retificado pelo Decreto estadual n.º 12 978, de 1.º de junho de 1944. Atualmente, por fôrça da Lei estadual número 628, de 30 de dezembro de 1953, está o município composto administrativamente de cinco distritos: Ituaçu, Caraibuna, Contendas do Sincorá, Sussuarana e Tanhaçu (cuja vila pâssou a ser a sede do ex-distrito de Laços).

Praça Castro Alves

LOCALIZAÇÃO — O Município está localizado na Zona Fisiográfica da Chapada Diamantina, e seu território está totalmente incluído no "polígono das sêcas". Situa-se na parte centro-oeste do Estado. Limita com os municípios da Barra da Estiva Boa Nova, Brumado, Poções e Rio de Contas. A sede municipal possui as seguintes coordenadas geográficas: 13º 48' 56" de latitude Sul e 41º 17' 52" de longitude W.Gr. Rumo, partindo da Capital do Estado para o município — O.S.O., distância, em linha reta, 302 quilômetros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 520,840 metros, segundo dados divulgados pelo Conselho Nacional de Geografia, tomando-se como referência a chapa cravada no tôpo do marco de coordenadas geográficas, ao lado do Pôsto de Puericultura. Foram ainda encontradas pelo mesmo Conselho a altitude máxima de 544,613 m, na pista do campo de aviação da cidade, e a mínima de 333,734 m, na chapa cravada na entrada da "Ponte Engenheiro Américo Simas" da V.F.F.L.B., sôbre o rio de Contas.

ÁREA — A área do município é de 2 957 km².

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O município tem vários acidentes geográficos, entre os quais se destacam: — *Serras*: São João, Escura, do Buendo, da Chapada, tôdas pertencentes à cadeia da serra do Sincorá, que, por sua vez,

Prefeitura Municipal

faz parte da cordilheira da Chapada Diamantina; *Picos*: Existem os do Morro Santa Bárbara, do Morro do Ouro e do Morro Florêncio, todos com altitude aproximada de 300 m; *Rios*: O território está situado entre duas bacias hidrográficas, a do rio das Contas e a do seu afluente, o rio Sincorá. O rio das Contas, que é o principal, banha o território do município de norte a sul, contornando-o a leste, donde segue em busca do Atlântico, indo tingi-lo na cidade de Itacaré; em território do município recebe o rio de Contas, pela margem direita, os afluentes Gavião, Brumado, Ribeirão da Furna, e, pela margem esquerda, o Sincorá e o Ourives. Conta ainda Ituaçu o rio Mato Grosso que, vindo do sul, passa pela cidade, num percurso de 42 km, e vai desaguar no rio Ourives; *Lagoas*: Há 2 grandes lagoas — a Formosa e a Mangabeira, com a capacidade total de .... 6 800 000 m^3, situadas ambas a 3 km da cidade; *Grutas*: Verificam-se as grutas da Mangabeira, do Bode e do Incó, tendo a primeira e principal uma extensão subterrânea de 5 quilômetros; *Cachoeiras*: Conta o município a cachoeira das Moendas e a do rio Mato Grosso, cujos potenciais ainda não foram aproveitados.

CLIMA — O clima é quente, porém saudável. A temperatura da sede municipal apresentou em 1956 os seguintes dados: média das máximas 32°C; mínimas 15°C; e média compensada 21°C. A precipitação no ano de 1956 atingiu a altura total de 990 mm.

RIQUEZAS NATURAIS — As terras de Ituaçu prestam-se, com ótimos resultados, à lavoura de quase todos os produtos agrícolas. A vegetação tem a característica predominante de *geral* a *caatinga*, existindo ainda matas importantes, onde são encontradas madeiras de lei, plantas medicinais e de tinturaria. Nas suas matas, há animais de diversas espécies, não faltando a onça e o gato-do-mato, que são encontrados em abundância. *Ocorrências minerais*: de origem mineral existem jazidas de alúmen, diamante, amianto, ouro, salitre e pedra calcária, sendo explorada apenas esta última.

POPULAÇÃO — De acôrdo com o Recenseamento de 1950, a população do município era de 30 037 habitantes, oferecendo a seguinte composição: 14 172 homens e 15 865 mulheres. Foram encontrados 15 171 brancos, 3 092 pretos e 11 740 pardos. Entre as pessoas de 15 anos e mais existiam: 6 620 solteiros, 8 560 casados, 2 desquitados e 1 054 viúvos. Havia, como se nota, predominância do sexo feminino e da população branca. A densidade demográfica era de 10,158 habitantes por quilômetro quadrado. Estimativas de população para 1957 consignam 34 272 pessoas. Da população encontrada em 1950, 92,53% localizavam-se na zona rural.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — O município possuía quatro aglomerações urbanas com a seguinte população: cidade de Ituaçu — 1 373 hab. e vilas de Caraibuna — 236, Laços — 443 e Suçuarana — 191. Atualmente conta mais as aglomerações urbanas de Contendas do Sincorá, cuja população é estimada em 1 500 habitantes e Tanhaçu (que passou a ser a sede do ex-distrito de Laços), com aproximadamente 1 000 pessoas.

OUTRAS AGLOMERAÇÕES — Além da cidade e das vilas, existem os povoados seguintes com estimativa populacional para 1957: Várzea — 600, Ourives — 450, Sincorá — 234, Mangabeira — 217, Palmeiras — 197, Pastinho — 180, Cal — 130 e Francisco Sousa — 40.

ATIVIDADE ECONÔMICA — A população em idade ativa (10 anos e mais) era, de acôrdo com o último Recenseamento, de 20 356 pessoas, sendo 9 252 homens e 11 104 mulheres. Dessa população, 8 440 (7 214 homens e 1 226 mulheres) dedicavam-se ao ramo "agricultura, pecuária e silvicultura", que, depois da "atividade doméstica", é o ramo ocupacional de maior freqüência, no município, com .... 41,46% do total daquela população.

Agricultura — A fundamental atividade para a economia do município é a agricultura, cuja produção, em 1955, alcançou o valor total de 56 422 milhares de cruzeiros. Concorreu com maior parcela a cana-de-açúcar, vindo em seguida o algodão, a mandioca, o arroz, o café, a batata-doce, a mamona e o feijão.

Pecuária — Existiam, em 1956, 1 792 propriedades agropecuárias, cujo valor venal foi superior a 21 260 milhares de cruzeiros. O rebanho existente no mesmo ano somava: 22 896 bovinos, 1 000 eqüinos, 1 500 asininos, 1 700 muares, 18 000 suínos, 14 900 ovinos e 13 050 caprinos.

Indústria — A produção industrial alcançou, em 1955, a cifra de 11 605 milhares de cruzeiros, distinguindo-se com maior valor: farinha de mandioca, seguida de cal, massas

alimentícias, manteiga, aguardente, rapadura e artefatos de couro.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se a cidade de Ituaçu à Capital Federal, à Capital do Estado e às cidades vizinhas pelas seguintes vias: à Capital Federal, rodovia (1 431 km) e ferrovia (1 665 km); à Capital do Estado, rodovia (558 km) e ferrovia (566 km); a Barra da Estiva, rodovia (27 km); Boa Nova, rodovia (333 km); a Brumado, via mista (rodovia, 27 km e ferrovia, 65 km); a Poções, rodovia (304 km); ao Rio das Contas, rodovia (154 km). Possui um campo de pouso e duas pistas de 900 x 110 m cada uma.

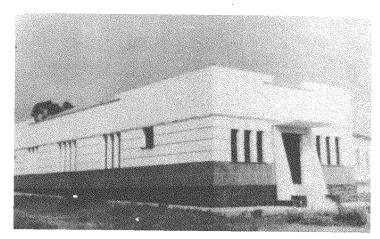
A Viação Férrea Federal Leste Brasileiro serve o município, passando pelas vilas de Contendas, Tanhaçu e pelos povoados de Sincorá e Ourives. A estação de Sincorá foi inaugurada em 15 de junho de 1927 e a de Contendas, em 2 de julho de 1928. Tem postos, ainda nos lugares denominados Eng.º L. Boaventura e Tocador. Estão registrados seis caminhões, três jipes e uma camioneta. O serviço de comunicações da sede é feito por agência postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

COMÉRCIO E BANCOS — Existem 13 estabelecimentos varejistas na cidade e 148 em todo município, os quais realizaram em 1956 o giro comercial de 38 950 milhares de cruzeiros.

O comércio local mantém transações com as praças de Salvador, Brumado, Jequié, Vitória da Conquista e Feira de Santana. Importa tecidos, ferragens, produtos farmacêuticos e estivas em geral. Exporta algodão para Salvador e gado em pé para Feira de Santana. O salário-mínimo é de 2 000 cruzeiros.

ASPECTOS URBANOS — Ituaçu está localizada em grande vale guarnecido por elevadas montanhas ao norte, a leste e a oeste. A topografia é plana, com ruas e praças largas. Possui vinte logradouros, sendo um arborizado, três servidos de água canalizada e todos iluminados com luz elétrica. Existem na cidade 330 prédios, sendo 100 servidos de luz elétrica. A principal artéria é a Praça Castro Alves, onde estão o Pôsto de Puericultura, o Forum, a Agência Postal-Telegráfica e o prédio da Congregação Mariana. Funcionam três pensões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica é prestada pelo Pôsto de Puericultura mantido pela L.B.A. e pelo Pôsto do Serviço de Saúde do Interior. Existe um Hospital Regional que não está em atividade. O

Hospital Regional

Edifício da Congregação Mariana

Departamento Nacional de Endemias Rurais presta assistência sanitária através do Setor n.º 13, sediado na cidade de Brumado, do qual faz parte o território do município. Exercem a profissão na sede municipal dois médicos, um dentista e um farmacêutico. Conta-se uma farmácia em funcionamento.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A Conferência de São Vicente de Paula e a Congregação Mariana São Luís prestam assistência aos pobres.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo o Recenseamento de 1950, a população de 5 anos e mais era de 25 074 pessoas, sendo 11 650 homens e 13 424 mulheres. Dêsse total, sabiam ler e escrever 5 148 pessoas (2 918 homens e 2 230 mulheres), ou seja, apenas 20,53%. Na cidade havia 1 168 pessoas de 5 anos e mais, das quais, sabiam ler e escrever 592 (270 homens e 322 mulheres).

ENSINO — Em 1956, funcionavam 19 escolas primárias estaduais, 14 municipais e uma particular, com o total de 1 400 alunos matriculados. O Grupo Escolar Estadual J. M. Rodrigues Lima é o principal estabelecimento de ensino primário.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existem duas bibliotecas, uma delas possuindo 2 100 volumes, a Biblioteca Municipal, mantida pela Prefeitura.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Estão situadas a 4 km da cidade três grutas denominadas do Bode, do Icó e da Mangabeira. Esta última é considerada a caverna mais importante do Estado, quiçá do País. Mede uma extensão subterrânea de 5 km, em cujo interior se encontram salões espaçosos, adornados de estalactites e estalagmites de variados e belíssimos formatos, verdadeira obra-prima da natureza. Esta gruta está cadastrada no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

CULTOS RELIGIOSOS — O município é sede de paróquia desde 1862, sob a invocação de Nossa Senhora do Alívio e está subordinada ao bispado de Caetité. Possui 1 igreja, 14 capelas e 7 congregações religiosas com 797 associados.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — São celebradas as festas da Padroeira, consagrada a Nossa Senhora dos Alívios, em 15 de agôsto, e do Sagrado Coração de Jesus, em 3 de setembro, realizada na Gruta da Mangabeira. Esta última tem relêvo especial pela grande afluência de fiéis

Praça Barão de Cincorá

de tôdas as partes do Estado que, em média de 20 000, vão em romaria à gruta, de 7 de agôsto a 3 de setembro, em homenagem ao Sagrado Coração de Jesus.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O município possuía 11 074 eleitores, em 1954, tendo votado nas últimas eleições 9 630. A Câmara de Vereadores está atualmente composta de 12 edis.

Exerciam suas atividades no município 50 funcionários públicos, assim distribuídos: 18 federais, 10 estaduais, 12 municipais e 1 autárquico.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro abaixo apresenta o resultado das finanças públicas no período 1950 a 1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	153	579	498	474	563
1951.......	144	1 045	599	276	500
1952.......	188	864	617	239	625
1953.......	211	963	1 084	294	1 057
1954.......	240	1 269	998	305	1 071
1955.......	284	2 084	1 126	561	921
1956.......	383	2 526	1 752	771	1 763

JUSTIÇA — A comarca foi criada pela Lei n.º 2 378, de 9 de junho de 1883, sendo o seu primeiro juiz o B.el Cândido César da Silva Leão.

O Decreto n.º 267, de 4 de outubro de 1904, que deu nova divisão judiciária ao Estado da Bahia, extinguiu a comarca de Ituaçu, que passou a pertencer à de Maracás.

Restaurada pela Lei n.º 1 119, de 21 de agôsto de 1915, e restabelecida em 2 de fevereiro do ano seguinte, foi a comarca novamente extinta por Decreto de outubro de 1932, passando a têrmo da de Brumado.

Restabeleceu-a, porém, o Decreto n.º 8 261, de 2 de janeiro de 1933, iniciando-se o novo funcionamento em 24 dêsse mês.

Nas divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, como também no quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 12 724, de 30 de março de 1938, figura a comarca com os têrmos de Ituaçu, Barra da Estiva e Brumado.

Atualmente, Ituaçu é comarca de 1.ª entrância, abrangendo também o têrmo de Barra da Estiva.

Existem no município 11 cartórios, sendo 5 do Registro Civil. Em 1956 foram julgados 99 feitos: 51 cíveis, 10 criminais e 38 de outra natureza.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Aos naturais do município aplica-se o gentílico "ituaçuenses". A denominação Ituaçu vem do tupi-guarani e quer dizer "brejo grande". O atual Prefeito é o Sr. João Batista de Sousa, e o presidente da Câmara, o Sr. José Carlos dos Anjos. Foi primeiro intedente municipal o Dr. Francisco Gomes de Oliveira Júnior, que tomou posse em 8 de março de 1890. Compôs-se a primeira Câmara Legislativa dos seguintes membros: José Pires de Oliveira Júnior, Presidente; Joaquim Lourenço da Silva, Joaquim Antônio de Oliveira Pinto, Manoel Ricardo de Oliveira Gomes, Bernardino de Sousa, Francisco de Brito Gondim e José Antônio da Silva.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística, por Luiz Gonzaga de Oliveira Brito. — Chefe da Agência Municipal de Estatística: Esmeraldo Ribeiro da Silva Brandão.)

ITUBERÁ — BA

Mapa Municipal na pág. 53 do 6.º Vol.

HISTÓRICO — O município de Ituberá, que primitivamente tinha o nome de Santarém, surgiu do desenvolvimento de uma pequena aldeia indígena. Para êsse remoto período da sua história não há documentação que possa servir de roteiro seguro à recomposição dos fatos; todavia, segundo a tradição, em época anterior à segunda metade do século XVIII, a aldeia contava com pouco menos de cem palhoças habitadas por cêrca de trezentos índios, alguns portuguêses e mamelucos. Tudo faz crer que o nome Santarém lhe foi pôsto por êsses aventureiros portuguêses, numa saudosa homenagem ao rincão da pátria distante.

A 27 de dezembro de 1758, por instruções fornecidas pelo Marquês de Pombal a Tomé Couceiros de Abreu, que na ocasião exercia a função de 1.º Ouvidor de Pôrto Seguro, foi criada a vila de Santarém, instalada, juntamente com a freguesia, pelo ouvidor Luís Freire de Veras, nessa mesma data.

Vista parcial da cidade

Seus primitivos habitantes dedicavam-se exclusivamente ao plantio da mandioca, o suficiente para o sustento. Mais tarde, os portuguêses aí residentes, que constituíam uma pequena minoria, introduziram o cultivo do café e do cacau, lavouras que, infelizmente, não tomaram incremento em virtude de serem julgadas imprestáveis pelos indígenas.

Com a penetração de bandeiras na parte sul da Bahia, tôda a mercadoria destinada aos desbravadores embarcada em Salvador destinava-se ao pôrto de Santarém de onde era distribuída em lombo de animais, que freqüentemente compunham as afamadas tropas de dezenas de burros acompanhando u'a "mula" que, vistosamente arreada, seguia à frente dos outros animais. Essa mula, cheia de guizos e sinetas, denominava-se "madrinha" da tropa. Conduzidas por tropeiros, homens rudes e destemidos, as tropas faziam a ligação do centro com o litoral, no caso, Santarém. Êsse fato, sem dúvida, incrementou fortemente o desenvolvimento da localidade, até então pouco conhecida e fadada a desaparecer.

Em 1909, na data de 14 de agôsto, em virtude da Lei Estadual n.º 759, a vila de Santarém recebeu a categoria de cidade. Já na divisão administrativa do Brasil relativa ao ano de 1911, aparece o município compreendendo apenas o distrito-sede.

Por ocasião do IV Recenseamento Geral da República em 1920, o município de Santarém aparece constituído por quatro distritos: Santarém, Capela, Serinhém e Gandu, permanecendo apenas o primeiro e o último na divisão administrativa concernente ao ano de 1933.

O município continua formado por dois distritos, denominados Santarém e Gandu, nas divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, no quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 10 724, de 30 de março de 1938, bem como no fixado pelo Decreto estadual n.º 11 089, de 30 de novembro de 1938, para vigorar no qüinqüênio 1939-1943.

Por fôrça do Decreto-lei estadual n.º 141, de 31 de dezembro de 1943, que fixou o quadro territorial vigente em 1944-1948, o município teve o seu topônimo trocado para Serinhaém, mas permanece formado por dois distritos, agora denominados Serinhaém e Gandu.

O Decreto estadual n.º 12 978, de 1.º de junho de 1944, que retificou o Decreto-lei anterior, mudou novamente a toponímia do município, que passou a chamar-se Ituberá, juntamente com o distrito-sede, mantendo, entretanto, a mesma divisão distrital.

De acôrdo com a Lei n.º 628, de 30 de dezembro de 1953, ficou o município constituído de cinco distritos, que conserva até então, sendo êles: Ituberá, Gandu, Itamari, Nova Ibiá e Piraí do Norte.

Prefeitura Municipal

Com a abertura da rodovia BA-2, atual BR-5, cortando o território municipal, o comércio, que era feito por via marítima através do pôrto de Ituberá, foi desviado para a rodovia. Êsse fato abalou a economia municipal e forçou o êxodo de muitos dos seus habitantes, resultando numa fase de decadência para Ituberá. No ano de 1950, no entanto, com a criação da Sociedade Anônima Ituberá Comércio e Indústria, seguida pela Esso Standard do Brasil, que aí montou um terminal para o abastecimento de gasolina ao sul do Estado, e com as plantações de dendê e mamona, efetuadas no parque industrial da firma Indústrias Reunidas Matarazzo, a cidade ressurgiu, reencetando uma nova marcha de progresso.

LOCALIZAÇÃO — O município de Ituberá, localiza-se na Zona Fisiográfica Cacaueira, estendendo-se o seu território pelo litoral. Limita com os municípios de Nilo Peçanha ao norte; Oceano Atlântico a leste; Camamu, ao sul e a oeste. A sede municipal possui as seguintes coordenadas geográficas: 13° 43' 55" de latitude Sul e 30° 08' 50" de longitude W.Gr. Seu rumo, partindo da Capital do Estado, é S.S.O., na distância de 105 quilômetros em linha reta.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 20 metros na parte mais alta da cidade. A Secção de Nivelamento do C.N.G. determinou para o município as altitudes máxima de 206,7845 m e mínima de 146,5022 m.

ÁREA — A área municipal é de 996 km².

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais são: *Rios;* Serinhaém, localizado no distrito-sede, navegável por pequenas embarcações; *Riachos*: Jacaré, Santarém, Jabotica-ba, Tanaranga, Papagaio, do Peixe, Água Preta e Gandu; *Lagoas*: São Brás, no distrito de Ituberá; *Quedas d'água*: Castro Alves, no rio Serinhaém, com a altura de 28 metros; Cascata Rio do Barro, localizada no rio do mesmo nome,

Pôrto Cairu

com potência de 60 cavalos de fôrça; Pancada Grande, com 88 metros de altura, sendo aproveitada para iluminação do município.

O sistema orográfico é ramificação da Cordilheira do Mar.

CLIMA — No verão o clima, apesar de quente, é úmido. No inverno, a umidade aumenta bastante, sendo, no entanto, salubre, e a temperatura máxima pode ser estimada em 30°C, a mínima em 16°C e a média em 22°C. Não existe pôsto meteorológico no município.

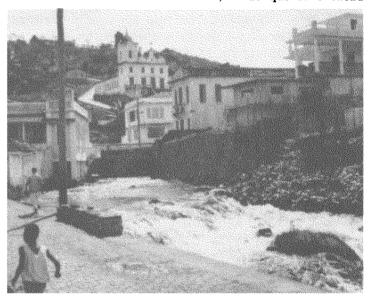
RIQUEZAS NATURAIS — Ituberá possui reservas de ferro e argila para cerâmica no distrito de Gandu, as primeiras, inexploradas. Há madeiras de lei e para construção, destacando-se pela quantidade: peroba, cedro, louro e vinhático; ainda são encontradas, em pequena quantidade, embora, o jacarandá e o pau-brasil. Dendêzeiros e piaçaveiras nascem na zona litorânea em abundância. No reino animal, o município é rico em pescado.

POPULAÇÃO — A população, em 1950, era de 27 290 habitantes, distribuídos em 13 828 homens e 13 462 mulheres, predominando os de côr parda que somavam 11 989. Quanto ao estado civil, os solteiros constituíam a maioria com 7 546 contra 7 042 casados. Do total da população, 85% se localizam no quadro rural.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Existiam, em 1950, duas aglomerações urbanas com a seguinte população: cidade de Ituberá — 2 143 hab. e vila de Gandu — 2 057 habitantes. No entanto, com a promulgação da Lei número 628, de 30 de dezembro de 1953, foram criados mais os distritos de Itamari, Nova Ibiá e Piraí do Norte, cujas sedes contavam com as seguintes populações: 697, 415 e 660, respectivamente.

Cascata Castro Alves

OUTRAS AGLOMERAÇÕES — Além da cidade e das vilas, o município conta os principais povoados abaixo, cuja população estimada para 1957 é a seguinte: Rio do Campo — 290 hab., Pescaria — 158 hab., Água Preta — 140 hab., Itaberoê — 135 hab., Pé de Serra — 80 hab., Paó — 80 habitantes, Laje Preta — 75 hab. e Finca — 60 habitantes.

ATIVIDADE ECONÔMICA — Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais), 31% estão ocupados no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura". A atividade principal do município é a cultura de cacau, vindo em seguida café, mandioca e fumo. Há extração em grande escala de madeiras de lei, destinadas a serragem para fabrico de tábuas e ripões. Extrai-se, também, piaçava, beneficia-se madeira, e são produzidos azeite-de-dendê, farinha de mandioca e aguardente. A produção agrícola em 1955 ultrapassava a casa dos 108 milhões de cruzeiros, sendo que só o cacau

Outro aspecto da Cascata Castro Alves

alcançou a mais de 90 milhões. A produção industrial foi de 11 509 milhares de cruzeiros. Funciona no município o Núcleo Colonial de Ituberá, destinado à cultura de hortaliças por imigrantes estrangeiros.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — Liga-se a cidade de Ituberá à Capital Federal, Capital do Estado, e às vizinhas, pelos seguintes meios de transporte: Capital Federal — rodovia, 1 507 km; Capital do Estado — aérea, 130 km — marítima, 81 mi e rodovia, 423 km. Camamu — marítima, 21 mi; Ipiaú — rodovia, 126 km; Nilo Peçanha — marítima, 24 mi e rodovia, 24 km e Ubatã — rodovia, 139 km. Possui um campo onde pousam pequenos aviões.

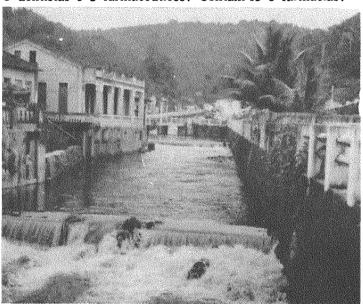
COMÉRCIO E BANCOS — O comércio local mantém transações com Salvador e, ùltimamente, também com Valença.

Existem na sede municipal 2 estabelecimentos atacadistas e 68 varejistas, tendo o giro comercial em 1956 alcançado 197 375 milhares de cruzeiros. Funciona na cida-

de uma agência do Banco Econômico da Bahia. O salário-mínimo fixado para o município é de 2 400 cruzeiros.

ASPECTOS URBANOS — Situa-se a cidade na margem esquerda do rio Serinhaém. Possui moderno cais de atracação para navios e barcos. Conta com 31 logradouros, sendo 3 pavimentados e 2 arborizados; dêstes, 28 possuem água canalizada, 31, luz elétrica e 15 estão ligados à rêde de esgotos. Na zona urbana e suburbana, existem 430 prédios, sendo que 270 possuem água canalizada, e 80, esgotos pluviais.

Funciona 1 cinema e verifica-se a existência de 1 hotel, 9 pensões e 1 agência do D.C.T.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Presta assistência médica à população apenas o Pôsto de Higiene mantido pelo Govêrno Estadual. O município integra o Setor n.º 1, sediado em Salvador, do Departamento Nacional de Endemias Rurais. Exercem profissão em Ituberá 6 médicos, 3 dentistas e 3 farmacêuticos. Contam-se 6 farmácias.

Aspecto da Cascata Castro Alves, vista em extensão

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com os dados apresentados pelo Recenseamento de 1950, a população de 5 anos e mais era de 23 049 habitantes, da qual sabiam ler e escrever 4 557 pessoas, ou seja, 20%.

ENSINO — Funcionavam, em 1956, 33 unidades escolares do ensino fundamental comum, tendo a matrícula efetiva atingido a soma de 1 628 alunos. Das unidades escolares, 10 eram estaduais e 25, municipais, 9 delas situadas na cidade, destacando-se o Grupo Escolar Presidente Roosevelt.

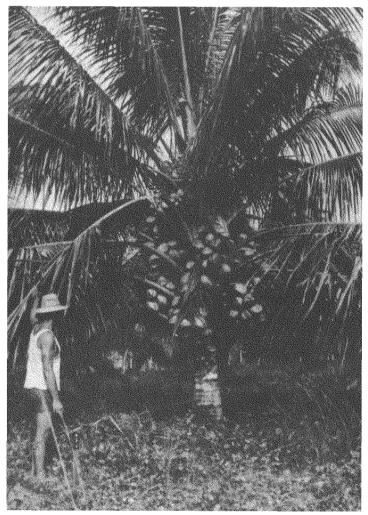
OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Consigna-se a existência da Biblioteca Rui Barbosa, pertencente à Prefeitura Municipal, com 1 808 volumes. Existem, ademais, 1 sociedade recreativa e 5 clubes de futebol.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Edificou-se um monumento constituído por obelisco, iniciativa da Prefeitura Municipal, inaugurado a 1.º de janeiro de 1930 em homenagem a Rui Barbosa. A Igreja Paroquial, edificada pelos jesuítas, no terceiro quartel do século XVIII, é considerada histórica.

Viveiro de coqueiro anão, para exportação

CULTOS RELIGIOSOS — O município é sede da paróquia de Santo André. Conta 5 igrejas e 6 capelas públicas. Mantém 6 associações religiosas. Está subordinado ao bispado de Ilhéus. Contam-se 4 igrejas batistas.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — Na igreja erigida em homenagem a Santo André, localizada em um morro com acima de 500 metros de altitude, é onde anualmente se celebra uma festa regional em homenagem ao santo referido, que é padroeiro da cidade. Consta a solenidade de missa, procissão e passeio ao morro. Ali são armados "botequins", para a venda de comestíveis.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O município conta 6 231 eleitores inscritos, tendo votado nas últimas eleições 4 684. São 12 os vereadores em exercício.

Coqueiro anão com 5 anos

Em atividade no município, em 1956, havia 67 funcionários públicos civis, sendo 8 federais, 12 estaduais, 46 municipais e 1 autárquico.

Ituberá é sede da 14.ª Região de Trânsito, com jurisdição sôbre 6 municípios.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro abaixo apresenta o resultado das finanças públicas municipais no período 1950 a 1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	265	1 922	1 364	1 333	1 194
1951.......	471	2 922	1 454	1 452	1 556
1952.......	504	3 417	2 498	1 962	2 411
1953.......	934	4 573	5 278	1 218	5 302
1954.......	888	6 942	4 908	2 000	2 500
1955.......	1 351	10 322	4 819	3 918	2 650
1956.......	1 680	11 088	5 367	3 911	3 154

JUSTIÇA — A partir da Resolução provincial n.º 1 311 de 28 de maio de 1873, Santarém passou a têrmo da comarca de Taperoá, criada por essa Lei. Pela Lei provincial n.º 2 256, de 8 de agôsto de 1881, a têrmo da de Camamu. Foi a comarca de Santarém criada pela Lei estadual de 22 de fevereiro de 1890, desmembrada da de Camamu, sendo porém extinta e anexada a esta última pelo Ato estadual de 3 de agôsto de 1892. Restaurada pela Lei estadual n.º 280, de 6 de setembro de 1898, foi novamente extinta e anexada à de Camamu pelo Decreto estadual número 266, de 4 de outubro de 1904. Passou depois a têrmo da comarca de Taperoá, pela Lei estadual n.º 1 119 de 21 de agôsto de 1915 voltando a ser têrmo da de Camamu, de acôrdo com a Lei estadual n.º 2 225, de 14 de setembro de 1929. Restaurada, novamente, pelo Decreto estadual n.º 9 439, de 3 de abril de 1935, constituiu-se com o têrmo do mesmo nome e o de Camamu, cuja Comarca foi extinta pelo mesmo decreto. Pelo Decreto estadual número 11 089, de 30 de novembro de 1938, a comarca de Santarém passou a abranger o têrmo de Nilo Peçanha. De acôrdo com os Decretos estaduais n.º 141, de 31-12-1943, e 12 978, de 1.º-6-1944, teve a comarca, respectivamente, os nomes de Serinhaém e Ituberá. No Decreto-lei estadual n.º 512, de 19 de junho de 1945, perde a comarca de Ituberá o têrmo de Nilo Peçanha que passou a fazer parte da comarca restaurada de Taperoá.

Atualmente é de 3.ª entrância abrangendo apenas o território do município. Conta 11 cartórios, sendo 5 do Registro Civil. Em 1956 foram julgados 25 feitos no civil e 29 de outra natureza.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município denominam-se ituberenses. O Prefeito em exercício é o Sr. Nestor Lopes da Silva, e o Presidente da Câmara, o Sr. Florentino Botelho Filho.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística por Anterlino Leite Gaspar. — Chefe da Agência Municipal de Estatística: Aristôfanes Lisbôa.)

JACARACI — BA

Mapa Municipal no 8.º Vol.

HISTÓRICO — O município teve sua origem no povoado denominado "Almas", pertencente ao município de Caetité, onde, nos princípios do século XIX, foi erguida uma capela, que ficou como filial da freguesia de "Nossa Senhora do Rosário do Gentio".

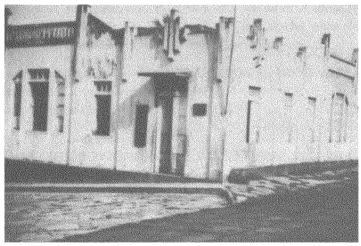
Foi criado o distrito em 1857, pela Lei provincial número 657, de 16 de dezembro, e o município, com a denominação de Boa Viagem e Almas e território desmembrado do de Caetité, em 1880, pela Lei provincial número 1 958, de 7 de junho, ocorrendo sua instalação a 25 de abril de 1885.

Em virtude da Lei estadual número 464, de 19 de agôsto de 1902, o município e o seu distrito-sede passaram a denominar-se Jacaraci, figurando aquêle, na divisão administrativa do Brasil, referente a 1911, composto de 1 distrito apenas — o do mesmo nome.

Segundo a divisão administrativa do Brasil, relativa ao ano de 1933, o município de que se trata subdivide-se em dois distritos, — o da sede e o de Rio das Palmeiras, verificando-se o mesmo nas divisões territoriais de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, como também no quadro anexo ao Decreto-lei estadual número 10 724, de 30 de março de 1938.

De conformidade com o quadro territorial em vigor no qüinqüênio 1939-1943, estabelecido pelo Decreto-lei estadual número 11 089, de 30 de novembro de 1938, Jacaraci compõe-se de três distritos: o da sede e o de Tabajara, criado com território desmembrado do de Jacaraci, e Tamandaré (ex-Rio das Palmeiras), verificando-se o mesmo no quadro territorial vigente em 1944-1948, fixado pelo Decreto-lei estadual número 141, de 31 de dezembro de 1943, e retificado pelo Decreto estadual número .... 12 978, de 1.º de junho de 1944. De acôrdo com êsse último quadro, entretanto, os distritos de Tabajara e Tamandaré passaram a denominar-se, respectivamente, Mortugaba e Paiol.

De acôrdo com a Lei estadual número 628, de 30 de dezembro de 1953, o município está composto dos seguintes distritos: Jacaraci, Mortugaba, Paiol, Irundiara e Licínio de Almeida.

LOCALIZAÇÃO — O município está localizado na Zona Fisiográfica da Serra Geral e está totalmente incluído no

Prefeitura Municipal

Polígono das Sêcas. Jacaraci é um dos 42 municípios baianos pertencentes à bacia do São Francisco. Limita com os municípios de Caculé, Condeúba, Urandi e com o Estado de Minas Gerais.

A sede municipal possui as seguintes coordenadas geográficas: 14° 50' 37" de latitude Sul e 42° 25' 52" de longitude W. Gr. Rumo da Capital do Estado em direção à sede municipal, da qual dista em linha reta 448 quilômetros, O.S.O.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 622 m. Foram ainda encontradas pelo Conselho Nacional de Geografia as altitudes máximas de 898,3318 m a 3 m da margem esquerda da estrada Urandi—Caculé no lugar "Saco da Onça", em terreno do Sr. Cristóvão Timóteo e na frente da residência do Senhor João Lucas, 1,3 km além do cruzamento com os trilhos da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro; e mínima de 715,7197 m a 2 m da margem direita da estrada Urandi—Caculé no lugar Ôlho d'Água, em terreno do Sr. Genésio Fernandes, 263 m aquém de um cruzamento com os trilhos da V. F. F. L. B. e 10,67 quilômetros além da Estação de Palmeiras.

ÁREA — A área do município é de 2 264 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — A topografia é acidentada pelos contrafortes da Serra Geral e elevações da Chapada Diamantina, destacando-se as Serras das Almas, do Cubículo, do Capão, da Serragem e o Morro do Chapéu. O território municipal é banhado pelos rios Paiol, Jacaraci, Junco, Verde Pequeno, Gavião e riacho dos Cavalos. Registram-se ainda a gruta do Morro do Chapéu e a Cachoeira do Rio Gavião cuja potência hidráulica continua inexplorada.

CLIMA — O clima é temperado, frio apenas de abril a agôsto. A temperatura durante o ano de 1956 apresentou os seguintes dados aproximados: média das máximas .. 32°C, média das mínimas 21°C e média compensada .. 26°C.

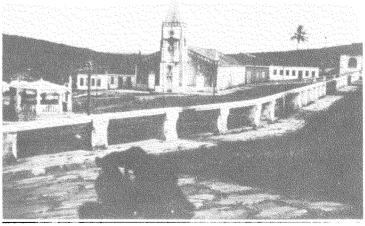
RIQUEZAS NATURAIS — Possui jazidas de ouro no Morro do Chapéu, águas marinhas e manganês, sendo explorada apenas esta última. Predominam no seu território as terras de capoeira e vegetação rasteira, onde são encontradas plantas medicinais e de fibras.

POPULAÇÃO — De acôrdo com o Recenseamento de .. 1950, a população do município era de 26 129 habitantes, apresentando a seguinte composição: 12 301 homens e 13 828 mulheres. Foram encontrados 11 383 brancos, ... 3 274 pretos e 11 446 pardos. Dentre as pessoas de 15 anos e mais, existiam: 7 960 casados, 5 465 solteiros, 6 desquitados e 918 viúvos. Havia, como se nota, predominância do sexo feminino, da côr parda e dos casados. A densidade demográfica municipal era de 11,541 habitantes por quilômetro quadrado. A população estimada para 1957 é de 32 080 habitantes. Do total da população encontrada em 1950, 93,73% localizavam-se na zona rural.

Segundo ainda o Censo de 1950, a população da cidade era de 876 pessoas, sendo 411 homens e 465 mulheres.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — De acôrdo com o Recenseamento de 1950, o município possuía três aglomerações urbanas a saber: cidade de Jacaraci com 876 habitantes e vilas de Mortugaba, com 634 habitantes e Paiol com 128 habitantes. Atualmente conta cinco aglomerações urbanas: as acima indicadas e mais as vilas de Irundiara e Licínio de Almeida com população de menos de 500 habitantes, cada. A população da cidade de Jacaraci estimada para 1.° de julho de 1957 é de 900 habitantes.

OUTRAS AGLOMERAÇÕES — Além da cidade e vilas, existem ainda os povoados abaixo, cuja população para 1957 está assim estimada: Brejinho — 152 habitantes, Saco da Onça — 140 hab. e São José — 120 habitantes.

ATIVIDADE ECONÔMICA — A população em idade ativa (10 anos e mais) era, de acôrdo com o último Recenseamento, de 18 032 pessoas, sendo 8 132 homens e 9 900 mulheres. Dessa população, 7 357 (5 512 homens e 1 845 mulheres) dedicavam-se ao ramo "agricultura, pecuária e silvicultura" que, depois de "atividade doméstica", é o ramo

Praça N. S.ª da Boa Viagem

ocupacional mais numeroso, com 40,80% do total daquela população.

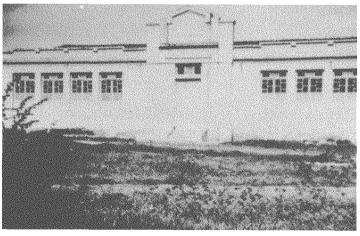
A fundamental atividade para a economia do município é a *agricultura*, cujo valor de produção em 1955 alcançou o total de 20 972 milhares de cruzeiros, concorrendo com maior parcela a mandioca, vindo em seguida o fumo em fôlha, o feijão, a cana-de-açúcar, o arroz, o café, a fava, o milho, o aipim, a batata-doce, a mamona, a laranja, a banana, a manga e o marmelo.

Pecuária — Existiam no município, em 1956, 3 001 propriedades agropecuárias, cujo valor venal foi superior a 21 994 milhares de cruzeiros. O rebanho existente no mesmo ano era o seguinte: 18 000 bovinos, 7 000 eqüinos, 500 asininos, 4 000 muares, 10 000 suínos, 1 500 ovinos e 3 000 caprinos.

Indústria — A produção industrial alcançou, em 1955, a cifra de 11 544 milhares de cruzeiros, destacando-se, com maior valor, a farinha de mandioca, seguida de rapadura, polvilho ou goma, aguardente de cana, telhas, tijolos e manteiga. A produção extrativa foi superior a 3 854 milhares de cruzeiros.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade de Jacaraci liga-se à Capital Federal, à Capital do Estado e às cidades vizinhas, por estradas de rodagem diretamente: à Capital Federal — 1 412 km; à Capital do Estado — 752 km; à Caculé — 63 quilômetros; Condeúba — 60 km e Urandi — 42 quilômetros. O município é servido pela Viação Férrea Federal Leste Brasileiro que tem estação na vila de Licínio de Almeida e nas localidades de Palmeiras e Engenheiro Omar Carneiro, as quais foram inauguradas em 7 de setembro de 1951. Estão registrados quatro caminhões, duas camionetas e dois jipes. O serviço de comunicação da cidade é feito pela Agência Postal-telegráfica do D. C. T.

COMÉRCIO E BANCOS — Existem 15 estabelecimentos varejistas na sede e 92 em todo o município. O giro comercial em 1956, foi de 11 525 milhares de cruzeiros.

O comércio local mantém transações com as praças de Montes Claros, Belo Horizonte, São Paulo, Vitória da Conquista e Salvador. Importa tecidos, ferragens, louças, produtos farmacêuticos e estivas em geral. Exporta fumo em fôlha, feijão, milho, café e arroz. O salário-mínimo oficial decretado para a 3.ª sub-região, da qual faz parte o município é de Cr$ 2 200,00.

Grupo Escolar

Rua 2 de Julho

ASPECTOS URBANOS — A cidade possui 37 logradouros, sendo seis pavimentados, 11 arborizados e 20 iluminados com luz elétrica. Existiam na sede, em 1956, 226 prédios, dos quais, 35 eram servidos de luz elétrica. A principal artéria é a Praça Nossa Senhora da Boa Viagem, onde está localizada a igreja-matriz. Funciona uma pensão.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O município integra o Setor número 8, sediado em Vitória da Conquista, do Departamento Nacional de Endemias Rurais.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo o Recenseamento de 1950 a população de 5 anos e mais era de 22 038, sendo 10 196 homens e 11 842 mulheres. Dêsse total sabiam ler e escrever 2 976 (1 908 homens e 1 068 mulheres), ou seja, apenas 13,50% da população de cinco anos e mais. Na cidade havia 738 pessoas de 5 anos e mais, das quais sabiam ler e escrever 336 homens e 402 mulheres.

ENSINO — Em 1956 funcionaram 19 unidades escolares do ensino primário, sendo 11 estaduais e 8 municipais, com o total de 650 alunos.

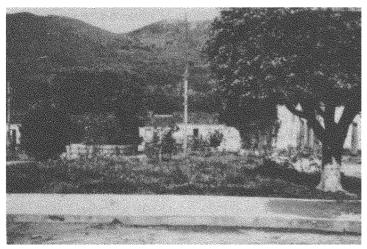
OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Funciona na cidade uma biblioteca mantida pela Agência Municipal de Estatística, com menos de 1 000 volumes.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Como aspecto turístico, existem no município a gruta do Morro do Chapéu, a leste da cidade, com um percurso subterrâneo de cêrca de 100 metros, tendo ao fundo um espaçoso vão no qual se encontra uma fonte natural de água cristalina e perene; a "Bôca do Impossível", garganta formada pelo rio Verde Pequeno que deslisa por um corte natural e profundo, na Serra Geral, cujas paredes medem aproximadamente 30 metros de altura, 40 de comprimento e 3 de largura.

CULTOS RELIGIOSOS — O município é sede da Paróquia de Nossa Senhora da Boa Viagem, que está subordinada à diocese de Caetité. Conta 1 igreja, 7 capelas e 3 associações religiosas com 425 associados. Existe ainda um templo espírita, na cidade, e um templo protestante, na vila de Licínio de Almeida.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — São realizadas as festas da padroeira, Nossa Senhora da Boa Viagem, do Divino Espírito Santo, de São João e do Natal. As duas primeiras têm relêvo todo especial, porque contam com o apoio

irrestrito da massa católica local, que aproveita a oportunidade para demonstrar a sua fé em tôda a plenitude, acompanhando com especial reverência todos os atos religiosos que se realizam naquelas datas.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — Nas eleições de 1954 votaram 1 390 eleitores. A Câmara de Vereadores está atualmente composta de 8 edis. Exerciam funções no município 85 funcionários públicos, assim distribuídos: 35 federais, 21 estaduais, 28 municipais e 1 autárquico.

Praça 7 de Julho

FINANÇAS PÚBLICAS — Registram-se, no quadro abaixo, as cifras que, no setênio 1950-1956, arrecadaram, no município de Jacaraci, a União e o Estado, bem como as que, no mesmo período a própria comuna arrecadou e dispendeu.

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA PELO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	198	352	447	135	138
1951.......	103	330	565	135	418
1952.......	93	323	491	132	617
1953.......	106	277	876	266	413
1954.......	123	398	662	189	481
1955.......	126	645	813	296	595
1956.......	266	1 049	1 004	263	836

JUSTIÇA — Foi criado o têrmo de Almas (Jacaraci) subordinado à comarca de Santo Antônio da Barra (atual Condeúba) pela Lei provincial número 1 997, de 9 de julho de 1880. Passou a ser têrmo da comarca de Caetité pelo Ato estadual de 3 de agôsto de 1892. Pela Lei estadual número 464 teve seu nome mudado para Jacaraci e foi anexado à comarca de Condeúba pela Lei estadual número 264, de 11 de outubro de 1904. Por fôrça da Lei estadual número 1 119, de 21 de agôsto de 1915, aparece o têrmo de Jacaraci como componente da comarca de Maracás. Voltou a ser têrmo da comarca de Condeúba pela Lei estadual número 1 614, de 28 de maio de 1923.

Todavia, em face do Decreto-lei estadual número 519, de 19 de junho de 1945, criou-se a comarca de Jacaraci, formada pelos têrmos de Jacaraci e Urandi.

Atualmente é comarca de 1.ª entrância, jurisdicionando também os serviços da de Urandi ainda não instalada.

Existem 10 cartórios, sendo 5 do Registro Civil. Foram julgados em 1956, 43 feitos, sendo 32 no cível, 2 no crime e 9 outros.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O gentílico dos habitantes é "jacaracienses". A denominação Jacaraci adveio do nome de um rio em cujas margens se encontra um barro chamado "jacaracica". O atual Prefeito Municipal é o Senhor Iomar David Domingues e o Presidente da Câmara Mozart David.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística, por Luís Gonzaga de Oliveira Brito. — Agente Municipal de Estatística: Valdemar José de Santana.)

JACOBINA — BA

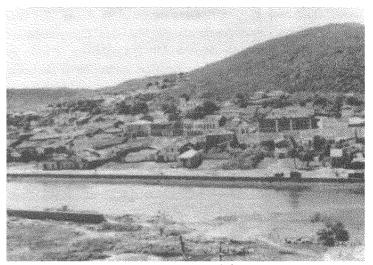
Mapa Municipal no 7.º Vol.

HISTÓRICO — A corrida de bandeirantes paulistas e portuguêses às minas de ouro descobertas em terras do município, ao que se diz por Robério Dias, foi a origem, em princípios do século XVII, da corrente inicial do devassamento e povoação de Jacobina.

A grande notícia fêz afluir ao lugar numerosos e heterogêneos contingentes humanos, vindos de recantos longínquos, para aí se aglomerarem, sedentos de ouro fácil.

Um dos primeiros a chegar foi Belchior Dias Moreira, o "Muribeca". Depois dêle, por volta de 1652, quando a mineração já ocupava 700 bateias, ali apareceu Antônio de Brito Correia e depois os Guedes de Brito, êstes acompanhados de muitos colonos e escravos, iniciando-se, também, por essa época, as atividades suplementares de criação de gado e culturas agrícolas essenciais.

À proporção que novas levas de braços chegavam para o garimpo, o arruado à margem do Itapicuru-Mirim ia crescendo rápida mas desorganizadamente, reunindo uma população inicial bastante densa e heterogênea. Por isso mesmo, a par da fortuna fácil, proliferavam os vícios e os desmandos com seus cortejos de roubos, assaltos e assassínios.

Prosseguia a exploração aurífera em escala tão crescente e fora do contrôle oficial, que o govêrno da metrópole, para melhor garantir a arrecadação do seu dízimo, mandou, por Provisão do Conselho Ultramarino, de 13 de maio de 1726, que o governador da Província criasse duas casas

Vista parcial da cidade

de fundição, sendo uma em Jacobina e a outra no rio das Contas, aquela instalada em 5 de janeiro de 1727. O resultado foi surpreendente e auspicioso, arrecadando-se, apenas na de Jacobina, em dois anos, não obstante a difícil fiscalização sôbre uma atividade dessa natureza, cêrca de 3 841 libras de ouro.

Outro aspecto parcial da cidade

Entrementes, superando aquêles fatôres sociais negativos, o progresso opulento que emanava das minas adquiria forma e a Coroa portuguêsa promoveu, por Carta régia de D. João V, datada de 5 de agôsto de 1720, o barulhento arraial à categoria de vila com o nome de "Vila de Santo Antônio de Jacobina", integrada pelas freguesias de Santo Antônio de Pambu e Santo Antônio do Urubu, ficando igualmente criado o município. O lugar escolhido para a vila recém-criada foi a chamada Missão de Nossa Senhora das Neves do Saí, aldeia indígena fundada por franciscanos em 1697, onde veio a ser instalada a 2 de junho de 1722, em solenidade presidida pelo coronel Pedro Barbosa Leal, na qualidade de representante do vice--rei e do governador da Província, Vasco Fernandes Cézar.

Por estar situada em lugar distante das minas, foi a sede da vila mudada a 15 de fevereiro de 1724 para a Missão do Bom Jesus da Glória, outra aldeia de índios, também fundada por franciscanos, em 1706, para a catequese dos "paiaiás", e que ali construíram a igreja e o convento do Bom Jesus da Glória.

A vila de Jacobina estendia-se por cêrca de 300 léguas, em terras de propriedade da Casa da Ponte, dos Guedes de Brito, abrangendo desde Rio das Contas, Monte Alto (atual Palmas de Monte Alto), Cachoeira, e indo até os limites com o Estado de Sergipe incluindo a cachoeira de Paulo Afonso.

É de ressaltar-se, — em que pese a diferença de categoria entre freguesia e vila, aquela normalmente conquistada em primeiro lugar — que a criação da freguesia de Santo Antônio de Jacobina, provida em 1758, pelo padre José de Sousa Monteiro, sòmente se deu em 1752, portanto, bastante posterior à vila, que já era desde 1720. Todavia, a igreja data de 1705, tendo sido construída em virtude do Alvará régio de 7 de maio daquele ano, a expensas de Antônio da Silva Pimentel, que ainda pagava a côngrua do Pároco.

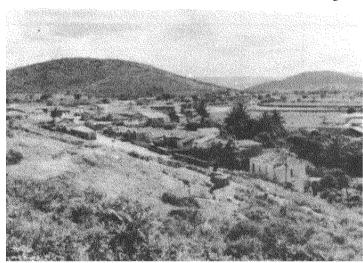
Em 1837, pela Lei provincial número 49, de 15 de março, o território do município foi acrescido das terras de Mundo Novo, atribuindo-se a èosé Carlos da Mota o primeiro contacto com elas.

A partir do ano de 1848, a notícia da descoberta de diamantes na Chapada determinou o êxodo de grande número de mineiros, sempre ávidos de novas aventuras.

Seguiu-se então uma prolongada fase de paradeiro de que adveio o declínio das atividades locais, causa da maior demora para a elevação à categoria de cidade, que só foi conseguida em 1880 pela Lei provincial número 2 049, de 28 de julho, que lhe valeu o título de "Agrícola Cidade de Santo Antônio de Jacobina". Sua instalação ocorreu a 11 de janeiro de 1893, no govêrno do Dr. Joaquim Manoel Rodrigues Lima.

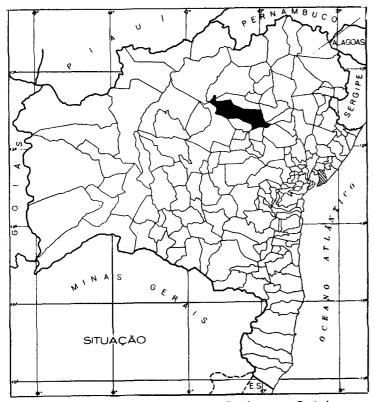
As terras onde se encontra localizada a cidade pertenceram a Antônio Guedes de Brito, Antônio da Silva Pimentel, João Peixoto Veigas e Romão Gramacho Falcão.

Como fatos históricos importantes, sobressaem a proclamação do Conselho Municipal, por ocasião da Abolição da Escravatura, apoiando o ato, e a atitude da Câmara Municipal, reunindo-se extraordinàriamente a 21 de outubro de 1822, e prestando fidelidade a Pedro I pela Proclamação da Independência, antes mesmo do pronunciamento da Capital da Província da Bahia.

De acôrdo com a divisão territorial vigente, o município compõe-se dos seguintes distritos: Jacobina, criado em 1677; Itapeipu, criado no decênio 1920-1930, possìvelmente no ano de 1928 e Caatinga do Moura, criado pelo Decreto-lei estadual número 141, de 31 de dezembro de 1943, com território municipal; Itaitu, criado igual-

Vista parcial aérea da cidade

mente pelo Decreto-lei estadual número 141, de 31 de dezembro de 1943; São José de Jacuípe (ex-São José), criado pela Lei estadual número 628, de 30 de dezembro de 1953, com território desmembrado de Itapeipu; Serrolândia (ex-Serrote), criado pela Lei estadual número 628, de 30 de dezembro de 1953, também com território do de Itapeipu; Caém, criado no decênio 1920-1930, possìvelmente em 1928; e Várzea Nova, criado pela Lei estadual número 628, de 30 de dezembro de 1953, com território tirado do da sede.

LOCALIZAÇÃO — O município de Jacobina está situado na região centro do Estado da Bahia, dentro da chamada

Zona Fisiográfica da Encosta da Chapada Diamantina, e totalmente incluído no "polígono das sêcas". Faz limites com os municípios de Saúde, Morro do Chapéu, Miguel Calmon, Riachão de Jacuípe, Queimadas, Santaluz e Sento Sé. Pertence à bacia do São Francisco. A sede municipal, dista em linha reta, no rumo O.N.O. da Capital do Estado, 281 quilômetros e tem a posição indicada pelas seguintes coordenadas geográficas: 11° 11' 08" de latitude Sul e 40° 31' de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Consoante a verificação feita pela Secção de Nivelamento da Divisão de Cartografia, do Conselho Nacional de Geografia, que cravou chapa no Pôsto Meteorológico do Ministério da Agricultura, à Praça 2 de Julho, a altitude na sede municipal é de 465,9543 metros.

ÁREA — Sua área mede 6 765 km², sendo o 22.° de maior extensão no Estado da ahia, de cuja superfície ocupa 1,20%.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O território municipal apresenta relêvo bastante acidentado na parte central, onde chega a ser montanhoso. Noutros trechos, é formado por planaltos e planícies ou por extensas áreas de caatingas. No conjunto orográfico, são mais importantes as serras Agreste, Água Branca, do Tombador, Água Fria, Azul, do Alexandrino, dos Algodões, das Almas, Andrequicé, Angico, da Bananeira, do Barbosa, das Figuras, Bom Jardim, do Batista, Cabeceira, Cabeça de Negro, do Caboclo, Caém, Cafundó, Canta-Galo, Queimada, Grande, Rainha, Jacobina, Quebra-Focinho, dos Pinhões, Santa Cruz, São Domingos, do Vento, Xique-Xique e da Babilônia. Os picos dominantes atingem a altura de 500 metros na serra da Bananeira e de 400 metros nas serras de Santo Antônio e do Tombador.

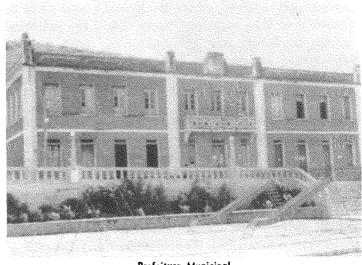
Quanto à hidrografia, o território se distribui por duas grandes bacias: a do São Francisco e a do Itapicuru, servindo a serra de Jacobina de divisor de águas. À bacia do Itapicuru vão ter os principais rios. O maior de todos é o Itapicuru-Mirim, que nasce na serra do Tombador, dentro no município, correndo de oeste para leste, passando na cidade de Jacobina, onde conflui com o rio do Ouro. Além dêste, possui o Itapicuru-Mirim os seguintes afluentes: Canavieiras, Barra, Genipapo, Bagres, Taboleiro, Angico, Catuabo, Cabeceira, Ôlho d'Água, Pau-Ferro, Caatinga do Moura, Mutuca, Caém, da Barra do Arlindo, Sapucaia, Timbó e o rio Jacuípe, êste servindo de limites com os municípios de Riachão de Jacuípe e Mairi.

Ainda faz parte do sistema hidrográfico a lagoa de Antônio Sobrinho, que possui uma superfície de aproximadamente 6 quilômetros quadrados. Registra-se a existência da cachoeira do rio do Ouro, distante 3 quilômetros da sede municipal, cuja potência, ainda desconhecida, está sendo aproveitada na produção de energia elétrica; das cachoeiras da Serra Azul, com uma queda de 22 metros; de Pau Sêco e do Itapicuru-Mirim, ainda inaproveitadas.

O açude Rio do Peixe construído pelo D.N.O.C.S., tem uma capacidade de 8 300 000 metros cúbicos.

CLIMA — O clima é em geral quente. O município está sujeito a estiagens nas caatingas, apresentando, porém, períodos de chuvas regulares nas zonas de grotas. A vila de Catinga do Moura possui ótimo clima e água excelente, recomendando-se o lugar como estância climática para o tratamento de doenças do aparelho digestivo.

A sede municipal apresentou em 1956 as seguintes variações de temperatura: média das máximas 31°C, das mínimas, 18,6°C e média compensada 24,6°C. A precipitação pluviométrica no referido ano na sede municipal atingiu 555 mm.

RIQUEZAS NATURAIS — O subsolo é muito rico de minérios. O ouro, por exemplo, vem sendo ininterruptamente explorado desde os primórdios do século XVII, estendendo-se a imensa cordilheira aurífera por cêrca de 26 léguas, ao longo do município e dos de Miguel Calmon, Saúde e Campo Formoso, indo terminar no de Senhor do Bonfim. Possui ainda minas de ametista, salitre e silíco. Em depósito existem amianto, talco, mica, cristal de rocha, óxido de ferro, oca, tabatinga, cobre, ferro, manganês e urânio

Prefeitura Municipal

Agência dos Correios e Telégrafos

(com um teor de 2 a 20 vêzes superior aos das minas da União Sul-Africana).

A flora é ainda rica em reservas florestais. As madeiras mais importantes são: jacarandá, peroba, pau-d'arco, vinhático, sucupira, maçaranduba, cedro, louros diversos, etc. Entre as plantas medicinais anotam-se: sarça, japecanga, pau-de-rato, umburanas, jaborandi e muitas outras. O angico, o babaçu, o ouricuri e o caroá constituem outras riquezas vegetais.

A fauna silvestre, apesar da devastação que sofrem as matas, possui rica variedade de aves, onças pintadas, jaguatiricas, caititus e porcos do mato.

POPULAÇÃO — De acôrdo com o Recenseamento de 1950 a população era de 61 681 habitantes, compreendendo 30 058 homens e 31 623 mulheres, havendo para 100 homens uma proporção de 105 mulheres. No confronto dos municípios baianos mais populosos à data do Censo Demográfico de 1950, Jacobina aparece como o 11.º colocado. Quanto à côr, o maior grupo era de brancos com 15 369. No cômputo da população de 15 anos e mais, os casados eram mais numerosos que os solteiros, viúvos e desquitados, somando o seu número 17 954. Viviam no quadro rural 83,50% da população do município. A densidade demográfica em relação ao ano de 1950 era de 9,12 habitantes por quilômetro quadrado. Estima-se a população para 1957 em 69 000 habitantes.

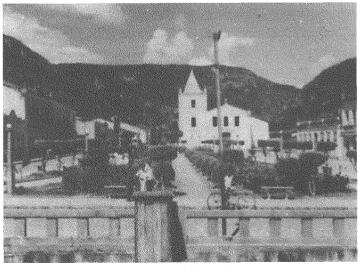
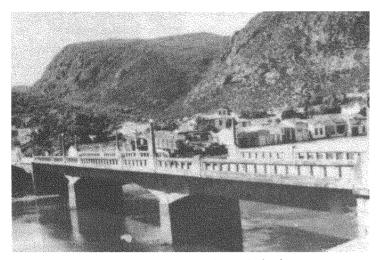
AGLOMERAÇÕES URBANAS — De acôrdo com o Recenseamento de 1950, existiam no município as seguintes aglomerações urbanas: cidade de Jacobina com 7 224 habitantes e as vilas seguintes: Caém com 1 204 habitantes, Catinga do Moura com 860 habitantes, Itaitu com 628 habitantes e Itapeipu com 540 habitantes. Em 1953 foram criadas as vilas de São José de Jacuípe, Serrolândia e Várzea Nova.

OUTRAS AGLOMERAÇÕES — Além da cidade e vilas, existem os seguintes principais povoados cuja população estimada para 157 era: Umburanas — 630 habitantes, Itapicuru — 612, Alagadiço — 522, Junco — 402, Cachoeira Grande 386, Gonçalos — 380, Ouro Branco — 377, Ôlhos d'Água — 348, Pé de Serra — 348, Roçado — 299, Pias — 294, Cafelândia — 270, Barbosa — 260, Barracão Velho — 243, Tabus — 220 e Jaboticaba — 208 habitantes.

ATIVIDADE ECONÔMICA — De acôrdo com os resultados do Recenseamento de 1950, 34,59% da população em idade ativa (10 anos e mais) ocupavam-se àquela época no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura". Conta o município com amplas possibilidades econômicas que vêm sendo exploradas de um modo geral, sem monopólio de qualquer atividade ou ramo. A agricultura é praticada em tôdas as espécies, embora a mamona, de que o município é o principal produtor do Estado, ocupe a maior área e mereça cuidados especiais. O valor da produção agrícola em 1955 foi de 107 mil milhares de cruzeiros, cabendo à mamona 46 mil milhares de cruzeiros. Produz mamona, mandioca, aipim, café, cebola, banana, fumo em fôlha, milho, alho, algodão, marmelo, cana-de-açúcar e outros produtos. As indústrias de transformação ocorrem em 67 estabelecimentos principais, cujo valor de produção em 1955 foi de 49 000 milhares de cruzeiros. A produção de fibra de sisal foi de 9 755 milhares de cruzeiros, correspondentes ao volume físico de 2 795 toneladas. As indústrias extrativas fornecem os seguintes produtos de origem mineral: o ouro, a ametista, o salitre e o silício; de origem vegetal: a casca de angico, o coquilho de babaçu, a fibra de caroá, a lenha, a madeira, o coquilho e o pó de ouricuri; e de natureza animal: a cêra e o mel de abelha, peixes e peles de animais silvestres. O valor dos produtos extrativos totalizou, em 1955, 32 082 mil milhares de cruzeiros, sendo os mais importantes o ouro, o coquilho de babaçu e o coquilho de ouricuri.

A pecuária no município está em grande relêvo. Os rebanhos são numerosos, estimando-se o efetivo pecuário em 69 000 bovinos, 50 000 suínos, 50 000 ovinos, 40 000 caprinos, 19 000 eqüinos, 18 000 muares e 16 000 asininos. O comércio de gado em pé é intenso, havendo exportação para Feira de Santana, Salvador, bem assim para Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. A produção de queijo, manteiga e requeijão, em 1955, ascendeu a quase 8 000 milhares de cruzeiros.

É digna de registro a criação em larga escala do gado selecionado para corte, tendo o município várias vêzes alcançado prêmios e menções honrosas nas exposições pecuárias a que tem concorrido.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A sede municipal liga-se à Capital Federal, à Capital do Estado e às cidades vizinhas pelos seguintes meios de trans-

Vista da Praça Castro Alves

Ponte Juracy Magalhães, sôbre o rio Itapicuru

porte: à Capital Federal, via rodoviária (1 798 km) e ferrovia (2 150 km); à Capital do Estado, via rodoviária .. (364 quilômetros) e ferrovia (567 quilômetros); às cidades vizinhas de Mairi, rodovia (90 km), Miguel Calmon, rodovia (36 km) e ferrovia (32 quilômetros), Morro do Chapéu, rodovia (132 quilômetros), Queimadas, ferrovia (215 quilômetros), Riachão do Jacuípe, rodovia (147 quilômetros) e Santaluz, rodovia (235 km) e ferrovia (261 quilômetros). Jacobina é estação ferroviária servida pela Viação Férrea Federal Leste Brasileiro desde 27 de junho de 1920. Além disso possui 1 campo de pouso com pista de 900 metros a ser transformado brevemente em aeroporto, estando adiantadas as obras de construção da estação de passageiros e aumento da pista.

COMÉRCIO E BANCOS — A sede municipal é praça comercial bastante ativa onde desenvolvem negócios cêrca de 132 estabelecimentos, dos quais 9 atacadistas. No município em geral existem 300 estabelecimentos mercantis, totalizando o giro comercial, em 1956, um valor de 183 675 milhares de cruzeiros. As transações se operam com as praças de Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e cidades circunvizinhas, ocorrendo a importação de tecidos, ferragens, louças, artigos de armarinho, perfumes, medicamentos, além dos artigos ditos estivas e secos e molhados, e a exportação de ouro, mamona, algodão beneficiado, fibra de sisal, queijos, coquilho de babaçu e coquilho de ouricuri. O salário-mínimo oficial vigente é de 2 000 cruzeiros.

A cidade conta as seguintes agências de estabelecimentos de crédito: do Banco da Bahia, instalada em 14 de setembro de 1951, do Banco Econômico da Bahia, instalada em 19 de março de 1953 e da Caixa Econômica Federal. No interior existem nada menos de 16 correspondentes de bancos e casas bancárias.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Jacobina encontra-se edificada em terras da bacia do rio Itapicuru, dividida pelo Itapicuru-Mirim em duas porções. Conserva ainda hoje na parte primitiva, que fica à margem esquerda do rio, o traçado antigo com que se formou. É também cortada pelo rio do Ouro. Está circundada de serras.

A urbe compreende 72 logradouros e 2 887 prédios com os seguintes melhoramentos: pavimentação a paralelepípedos ou pedras irregulares em 51 artérias; arborização ou ajardinamento em 5 ruas, praças e avenidas; e iluminação elétrica em 30 logradouros com 798 ligações.

A cidade de Jacobina é sede de vários Serviços Regionais como a Residência da Comissão do Vale do São Francisco, Pôsto Regional de Trânsito da 6.ª Região e a 5.ª Circunscrição da Segunda Região Fiscal do Interior, da Secretaria da Fazenda.

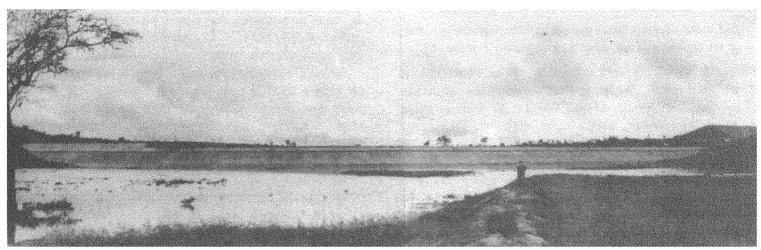
A cidade oferece aos que a visitam relativo confôrto em 7 hotéis e pensões. Possui 2 cinemas e agência postal-telegráfica do D. C. T.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Os serviços de assistência médico-sanitária são prestados à população principalmente pelo Hospital "Antônio Teixeira Sobrinho", mantido por entidade particular, que possui 27 leitos para internamento e 28 berços e caminhas. A população ainda recorre a dois outros estabelecimentos: o Pôsto de Saúde do Estado e o Pôsto mantido pela Liga Jacobinense de Proteção à Maternidade e à Infância. Prestam serviços profissionais 6 médicos, 4 dentistas, 3 farmacêuticos e 1 enfermeiro. Existem 4 farmácias.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Funcionam na cidade 3 estabelecimentos de assistência social, 2 cooperativas e 1 associação de beneficência mutuária. As cooperativas são a Cooperativa Mista Agropecuária de Jacobina Resp. Ltda. e a Sociedade Cooperativa de Educação e Cultura que, conjuntamente, totalizavam 774 sócios em 1956. A Sociedade União dos Artistas Jacobinenses é a entidade de beneficência mutuária existente.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com o Recenseamento de 1950, a população de 5 anos e mais era, àquela época,

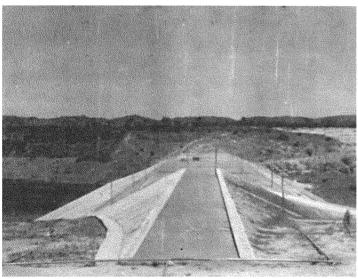
Açude Serrote

23 — 24 936

de 50 790 habitantes. Sabiam ler e escrever 13 983 pessoas, isto é, 27,53% da população em causa.

ENSINO — O ensino primário fundamental comum em 1956 era lecionado em 85 estabelecimentos com uma matrícula efetiva de 4 809 alunos. O Estado mantinha 44 escolas, o município 6, e particulares 35, funcionando na cidade de Jacobina o Grupo Escolar "Luís A. Fonseca" e mais 18 outras escolas.

Além dêsses estabelecimentos, existe ainda o Ginásio "Deocleciano B. Castro", mantido pelo Govêrno do Estado, que funcionou em 1956 com matrícula de 275 alunos no curso ginasial e de 80 no curso pedagógico.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Há na cidade de Jacobina, além da Biblioteca Municipal que possui acervo de mais de mil volumes, uma outra denominada "Dr. Justiniano C. Jacobina Vieira", instalada na Agência Municipal de Estatística, já registrada no Instituto Nacional do Livro. Circula o jornal "Vanguarda", de periodicidade semanal. As associações esportivas e culturais são em número de 6 na cidade de Jacobina, tôdas tendo por principal finalidade a prática de esportes, notadamente o futebol.

CULTOS RELIGIOSOS — O culto católico apostólico romano é o da maioria da população. Compreende as paróquias de Santo Antônio de Pádua de Jacobina, na Cidade, e a de Riachão de Jacobina, na vila de Itaitu, as quais subordinam 2 igrejas-matrizes, 3 outras igrejas, 36 capelas e 4 congregações e associações religiosas. Dois sacerdotes residentes atendem aos misteres religiosos.

Açude público Serrote, vista geral da Barragem

O culto não católico conta 5 igrejas protestantes, sendo 2 na cidade e 3 no interior, e 1 centro espírita.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — As manifestações religiosas locais são as seguintes: Festa da Missão, em 1.º de janeiro; Festa de Santo Antônio, em 13 de junho; Festa do Divino Espírito Santo, em datas móveis entre maio e junho; Festa de São Benedito, em 21 de maio, e Festa de Nossa Senhora da Conceição, a 8 de dezembro, tôdas na cidade. No interior ocorre, dentre outras, a de São Roque, em 16 de agôsto, na vila de Itaitu.

Os festejos populares mais importantes são: a Marujada, tradicional grupo de origem portuguêsa, que se exibe no pátio da igreja-matriz por ocasião da Festa de Nossa Senhora da Conceição, no dia 8 de dezembro; o reisado, no dia 6 de janeiro; os pastoris, em 21 de setembro; a dança da quadrilha, no São João; o São João da roça, também durante as festas juninas; a queima do Judas, no sábado de Aleluia; e finalmente a queima da fogueira, que completa com a dança da quadrilha os festejos dedicados a São João e a São Pedro.

As principais efemérides locais são: 28 de julho, dia da cidade, e 13 de junho, dia do padroeiro.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O município possuía 10 114 eleitores em 1954, dos quais, .. 6 684 votaram nas eleições gerais realizadas naquele ano. A representação política na Câmara Municipal é de 12 vereadores. O corpo de funcionários civis consta de 81 federais, 135 estaduais, 41 municipais e 6 autárquicos.

FINANÇAS PÚBLICAS — A arrecadação das receitas federal, estadual e municipal, bem como a despesa do município são vistas pelo quadro abaixo, para o período .. 1950-1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	725	1 913	1 324	729	759
1951.......	991	2 394	1 626	977	1 450
1952.......	1 410	2 688	1 636	1 037	1 733
1953.......	1 421	3 163	2 165	1 185	2 086
1954.......	1 574	3 925	2 594	1 489	2 331
1955.......	1 920	4 591	3 620	2 295	3 387
1956.......	2 684	9 337	4 168	2 791	4 352

JUSTIÇA — O município de Jacobina tem autonomia judiciária desde 10 de dezembro de 1734 quando, por Resolução provincial de igual data foi criada a Ouvidoria de Jacobina, no govêrno de Vasco Fernandes Cézar de Menezes, instalada um ano e meio depois, em razão da Carta régia de 3 de julho de 1742. Foi seu primeiro ouvidor o Dr. Manoel da Fonseca Brandão, nomeado pelo vice-rei e governador da Província Vasco Fernandes Cézar de Menezes.

Por fôrça da Lei provincial de 29 de novembro de .. 1932, a ouvidoria foi transformada em juizado de direito, tendo sido seu primeiro juiz o bacharel Manoel Espínola.

A ouvidoria durou até quando foi criada a comarca de Jacobina, em data que não se pode precisar. Em virtude do Decreto estadual número 8 433, de 23 de maio de 1933, a comarca de Jacobina passou a ter sede no têrmo de Saúde, onde permaneceu por alguns meses. O retôrno à antiga sede se deu em face do Decreto estadual número 8 671, de 6 de outubro de 1933.

Nas divisões territoriais do Estado relativas aos anos de 1936 e 1937, a comarca de Jacobina aparece formada pelos têrmos judiciários de Saúde e Djalma Dutra (atual Miguel Calmon). Em conseqüência dos Decretos-leis números 141, de 31 de dezembro de 1943, e 175, de 3 de julho de 1949, o têrmo de Saúde foi transferido para a comarca de Campo Formoso e o têrmo de Djalma Dutra foi desanexado para formar a comarca de Miguel Calmon.

Atualmente o município é comarca da 3.ª entrância constituída apenas pelo têrmo de Jacobina, que subordina 16 cartórios sendo 8 do registro civil. Em 1956, foram jul-

gados 111 feitos cíveis e 54 criminais. É Juiz de Direito o Dr. Virgílio Melo.

VULTOS ILUSTRES — Dentre os filhos ilustres de Jacobina, teve atuação destacada no cenário nacional José Joaquim de Almeida e Araújo Correia de Lacerda, que foi Ministro dos Negócios de D. João VI. São também lembradas as figuras do Dr. Luís Ancelmo da Fonseca, escritor e professor da Faculdade de Medicina da Bahia; o bacharel F. Justiniano César Jacobina, que exerceu a magistratura no Estado de São Paulo, onde também desempenhou as funções de Chefe de Polícia; e o jornalista e escritor Afonso Costa.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município são chamados "jacobinenses". Segundo a opinião autorizada de Teodoro Sampaio, o topônimo atual vem do vocábulo indígena "jacoabina" (ou "jacuabina") tal como o grafavam antigamente, significando "campo aberto" ou "campo vasto sem elevação".

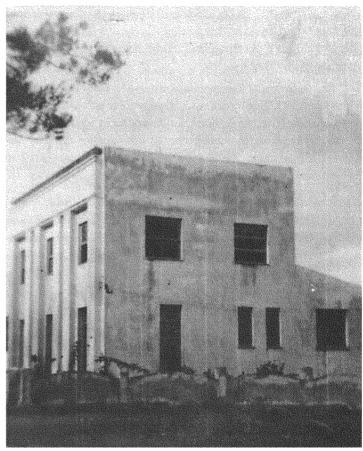
Há, todavia, uma lenda a respeito, que se reporta à existência de um casal de índios: êle chamado "Iaco" e ela "Bina". Consoante a mesma lenda, o casal indígena recebia amigàvelmente em troca de presentes, brancos aventureiros que hospedava em sua palhoça. Usando da influência que tinha na taba, conseguia o casal vencer a hostilidade de outros índios em relação aos seus hóspedes que, na verdade, apenas estavam interessados em obter informes acêrca das ricas minas de ouro da região. Conclui, então, a lenda que, após morrerem os dois índios, muito velhos, o local ficou sendo conhecido como o de "Iaco e Bina", cuja grafia, no decorrer do tempo, teria passado pelas formas ortográficas: Iacobina, Iacoabina, Jacuabina, Jacoabina e finalmente Jacobina.

É Prefeito em exercício o Dr. Orlando Oliveira Pires, e Presidente da Câmara, o Sr. Reinaldo Jacobina Vieira. O primeiro Prefeito municipal foi o Sr. Antônio Manoel Alves de Mesquita, em 1893, precedido na chefia do executivo por uma junta de 5 membros nomeados pelo Governador para o período 1890-1892. As primeiras eleições municipais foram realizadas em fins do ano de 1892.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística na Bahia, por Myron Pereira. — Chefe da Agência Municipal de Estatística: Hildebrando Sousa Ribeiro.)

JAGUAQUARA — BA

Mapa Municipal no 7.° Vol.

HISTÓRICO — O município de Jaguaquara originou-se de uma fazenda conhecida como "Cova da Onça", de propriedade do Sr. Manoel Coelho Lima, que foi o seu primeiro proprietário e um dos desbravadores da região, até aquela época inexplorada. Com o desenvolvimento do núcleo inicial, em virtude da chegada de novos habitantes, as terras foram valorizadas e o proprietário da fazenda "Cova da Onça", em tôrno da qual gravitavam as novas residências edificadas, vendeu-a à firma Pinho Avelar & Cia., que a passou, a seguir, ao Sr. Guilherme Martins do Eirado Silva. Por essa época, porém, a fazenda aludida era apenas um marco na história de uma localidade que havia experimentado grande expansão tanto em área como em população. Em menos de oito anos passara de três casas, de uma fazenda particular, a um povoado de mais de oitocentas moradias. Ocorrera aí, sem dúvida, radical transformação. Era conhecida ainda como "Cova da Onça" e o seu território fazia parte do município de Areia, atual Ubaíra. O povoado recebeu a denominação de "Casca", sendo desprezada a designação anterior de "Cova da Onça", oriunda da primitiva fazenda existente no local. Mais tarde, a Resolução n.° 251, de 17 de junho de 1898, dividiu em dois o distrito de paz de Casca, pertencente ao têrmo de Areia: Pé de Serra e Santa Inês.

Agência dos Correios e Telégrafos

A Lei estadual n.° 1 192, de 4 de junho de 1917, transferiu a sede do distrito de Pé de Serra para uma povoação que então se projetava e que veio a chamar-se Jaguaquara. Foi criado, assim, o distrito de Jaguaquara, cujo nome provém de versão feita para a língua tupi, segundo Teodoro Sampaio, do primitivo nome do núcleo inicial: *Jaguar*, onça; *quara*, cova.

O distrito de Jaguaquara figura entre os componentes do município de Areia, nos quadros de apuração do Recenseamento Geral de 1.°-9-1920.

A Lei estadual n.° 1 472, de 18 de maio de 1921, desanexou território do município de Areia, para constituir o novo município de Jaguaquara, cuja instalação se verificou a 2 de agôsto dêsse ano.

A sede do município que, em virtude da Lei anterior, recebera a categoria de vila, foi elevada à de cidade pela de n.° 1 673, de 30 de agôsto de 1923.

Na divisão administrativa pertinente ao ano de 1933 são os distritos de Jaguaquara, Itiruçu e Rio Prêto que constituem o Município.

Apenas o primeiro e o último dêsses distritos compõem o município em aprêço nas divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937, bem como no quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 10 724, de 30 de março de 1938.

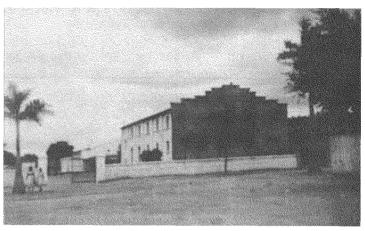
No qüinqüênio 1939-1943, cujo quadro territorial foi estabelecido pelo Decreto estadual n.º 11 089, de 30 de novembro de 1938, o município de Jaguaquara se divide ainda em dois distritos denominados Jaguaquara e Ipiaúna (ex-Rio Prêto).

Tendo o Decreto-lei estadual n.º 141, de 31 de dezembro de 1943, extinto o município de Itiruçu, êste foi anexado, na qualidade de distrito, ao município de Jaguaquara, que se compõe, no quadro fixado por aquêle Decreto-lei, para vigorar no qüinqüênio 1944-1948, dos seguintes distritos: Jaguaquara, Apuarema, Ipiúna e Itiruçu, sendo que o 2.º dêsses distritos foi criado com território desanexado do de Ipiúna.

No entanto, o Decreto estadual n.º 12 978, de 1.º de junho de 1944, que retificou o Decreto-lei n.º 141, restabeleceu o município de Itiruçu, cujo território foi desanexado do de Jaguaquara, que ficou constituído apenas de três distritos: Jaguaquara, Apuarema e Ipiúna. Essa composição foi confirmada pela Lei n.º 628, de 30 de dezembro de 1953, até agora em vigor.

LOCALIZAÇÃO — O município de Jaguaquara localiza-se na Zona Fisiográfica de Jequié e está parcialmente incluído no Polígono das Sêcas. A cidade está edificada em sua maior parte nos terrenos baixos e o restante na encosta da elevação que lhe fica adjacente. Limita com os municípios de Santa Inês, Jequié, Itaquara, Nilo Peçanha, Itiruçu e Maracás.

As coordenadas geográficas da sede municipal são as seguintes: 13° 31' 48" de latitude Sul e 39° 58' 15" de longitude W.Gr. Seu rumo, partindo da Capital do Estado, é O.S.O., da qual dista em linha reta 164 km.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Auditório do Ginásio Taylor Egídio

ALTITUDE — A altitude da sede do município é de 620 metros.

ÁREA — O território municipal mede 930 km².

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos são: rios das Almas, Penedo, Santa Luzia, Cachoeira e Ouro Fino. Quedas d'água de Ouro Fino, Santa Luzia, Penedo e Alma, sem aproveitamento. Serras de Jacutinga, Piabanha e Casca.

CLIMA — O clima é úmido no inverno e quente no verão. A temperatura na sede municipal apresentou, em 1955, os seguintes dados: média das máximas 26°C, média das mínimas 18°C e média compensada 22°C. A precipitação no ano alcançou a 311,7 mm.

RIQUEZAS NATURAIS — As riquezas naturais de maior evidência no município são: no reino mineral: manganês, cristal de rocha e argila, os dois primeiros, inexplorados; no vegetal: madeiras e ouricurizeiros.

POPULAÇÃO — A população do município, segundo o Censo de 1950, era de 19 116 habitantes, sendo 9 243 homens e 9 873 mulheres, predominando os de côr parda que eram 10 406. Os solteiros constituíam a maioria com 5 173 contra 4 889 casados. A cada 100 homens, correspondia um número de 107 mulheres. Do total da população, 77,4% se localizavam no quadro rural.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Existiam, em 1950, três aglomerações urbanas, com a seguinte população: cidade de Jaguaquara 3 426 e vilas de Apuarema 613 e Ipiúna 277.

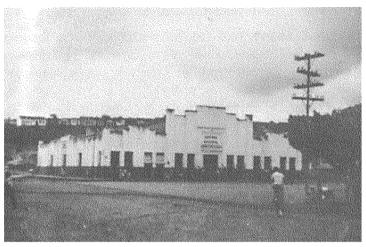
OUTRAS AGLOMERAÇÕES — Além da cidade e vilas, existem também no município os seguintes povoados, cuja população estimada para 1957 é a seguinte: Alto da Serra — 378 hab., Ouro Fino — 386 hab., Catinga — 295 hab., Jesus do Alegre — 275 hab., Sempre Viva — 143 hab., Sete Portas — 157 hab., Santo Estevão — 174 hab. e Areial do Silva — 131 habitantes.

ATIVIDADE ECONÔMICA — Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais) 32,16% estão ocupados no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura".

A principal atividade é a lavoura do café, cuja produção, em 1955, foi além de 13 milhões de cruzeiros. A seguir, vêm a mandioca com mais de 7 milhões, o cacau, aipim, o feijão, a laranja, a batatinha, a cana-de-çúcar, o fumo em fôlha, a mamona, e a batata-doce. Produz ainda

hortaliças em grande quantidade no Núcleo Colonial, mantido por italianos, que abastece o município, as cidades vizinhas e a Capital. Existe ainda a cultura do trigo, figurando Jaguaquara como um dos principais produtores do Estado.

Pecuária — A atividade pecuária é importante com a engorda de gado para corte. A estimativa da população pecuária em 1956 era de 19 712 cabeças. Há na cidade um Pôsto Agropecuário da Inspetoria Regional do Fomento Agrícola da Bahia. Existem indústrias rudimentares de farinha de mandioca, telha e tijolo, e beneficiamento de café.

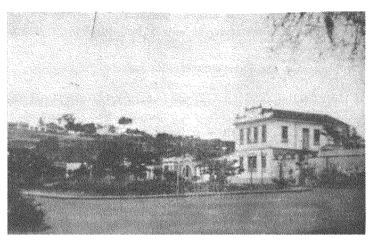
MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se a cidade de Jaguaquara à Capital Federal, à Capital do Estado e às cidades vizinhas pelos seguintes meios de transporte: Capital Federal — rodovia, 1 392 km; Capital do Estado — rodovia, 360 km, ou mista (ferrovia, 226 km e marítima, 21 mi); cidades vizinhas: Itaquara — ferrovia, 10 km e rodovia, 11 km; Itiruçu — rodovia, 19 km; Jequié — ferrovia, 64 km e rodovia, 51 km; Maracás — rodovia, 61 km; Nilo Peçanha — vicinal, 210 km e Santa Inês — ferrovia, 37 km e rodovia, 37 km.

Mercado Público Municipal

O município é servido pela rodovia BR-4 e pela Estrada de Ferro de Nazaré.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio local mantém transações com as praças de Salvador, Nazaré, Jequié e Feira de Santana. Existem 81 estabelecimentos varejistas e 6 atacadistas, sendo o giro comercial, em 1956, de 64 275 milhares de cruzeiros. Funciona na cidade uma agência do Banco Econômico da Bahia. O salário-mínimo em vigor para o município é de 2 200 cruzeiros.

ASPECTOS URBANOS — A cidade está localizada à margem da Estrada de Ferro de Nazaré, apresentando logradouros bem cuidados e magnífica paisagem. Conta 30 logradouros, dos quais, 21 com água canalizada, 8 ligados à rêde de esgotos, 6 pavimentados e 3 arborizados.

Há 1 072 prédios; 208 dêles possuem água encanada e 76 estão ligados à rêde de esgotos. Funcionam 2 cinemas, o Cine Pirajá e o do Ginásio "Taylor Egídio", 2 pensões e 1 Agência do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Conta o município com um pôsto de saúde mantido pelo Govêrno do Estado. Está subordinado ao Setor n.º 7 do Departamento

Praça Dr. J. J. Seabra

Nacional de Endemias Rurais, com sede em Santa Inês. Exercem profissão na cidade, 3 médicos, 3 dentistas e 1 parteira.

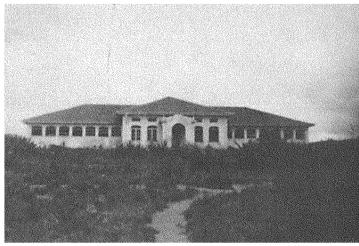
ALFABETIZAÇÃO — Conforme revela o Recenseamento de 1950, a população de 5 anos e mais era de 16 220 habitantes, dos quais sabiam ler e escrever apenas 3 385, ... (20,9%) sendo 1 912 homens e 1 473 mulheres.

ENSINO — No ano de 1956, contava o município com 29 estabelecimentos do ensino primário geral, sendo 8 estaduais, 18 municipais e 3 particulares, com a matrícula efetiva de 1 422 alunos, destacando-se o Grupo Escolar Carneiro Ribeiro.

O ensino extraprimário é ministrado pelo "Ginásio Taylor Egídio", que mantém curso ginasial e pedagógico. O referido estabelecimento de ensino é preferido pelos habitantes da região e até de outros Estados, tendo sua matrícula inicial alcançado em 1957 a 331 alunos no ginasial e 40 no pedagógico. O Ginásio goza de grande influência cultural na zona do sudoeste baiano.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existem as seguintes bibliotecas: Pública Municipal, com 1 139 volumes, e "Dr. Artur Ferreira", da Agência de Estatística, com 360 volumes.

Circulam dois jornais religiosos pertencentes à Igreja Batista e de periodicidade bimestral. Funcionam na cidade duas tipografias.

CULTOS RELIGIOSOS — Jaguaquara é sede da paróquia de Nossa Senhora Auxiliadora, fundada em 1923, subordinada ao bispado de Amargosa. Além da matriz, exis-

Hospital em final de construção

tem mais 2 igrejas, 13 capelas públicas e 1 semipública. O culto católico mantém 4 associações religiosas e conta com 2 sacerdotes.

Funciona também a Igreja Batista de Jaguaquara.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Os festejos populares mais comuns são: bailes públicos, carnaval e o bumba-meu-boi. O carnaval, sem o entusiasmo próprio das grandes cidades, consiste em pequenos blocos fantasiados, e bailes. O bumba-meu-boi é folguedo levado a efeito nos meses de dezembro e janeiro. O boi é feito de madeira, coberto de pano pintado, com chifres, e carregado por um dos componentes do bloco, que o faz dançar de casa em casa.

As procissões mais comuns são: de Nossa Senhora Auxiliadora, no dia 24 de maio; do Coração de Jesus, em outubro; do Senhor Morto, na sexta-feira santa; de Nossa Senhora das Graças, a 27 de novembro, de Nossa Senhora da Conceição, a 8 de dezembro, de Corpo de Deus e Procissão do Encontro, a primeira em dezembro e a segunda antes da sexta-feira santa.

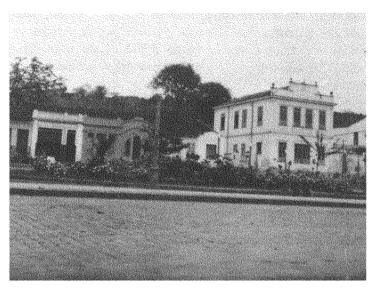
SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — Conta o município 6 518 eleitores inscritos, tendo votado 3 600 nas eleições de 1954. São 8 os vereadores em exercício.

Em 1956, exerciam atividades no município 83 funcionários assim distribuídos: federais 7, estaduais 24, municipais 51 e autárquico 1.

FINANÇAS PÚBLICAS — A situação das finanças públicas municipais é informada no quadro abaixo:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	226	781	564	342	587
1951.......	305	1 098	725	477	574
1952.......	319	1 180	936	533	915
1953.......	481	1 420	1 943	622	1 627
1954.......	485	1 694	948	748	1 821
1955.......	685	2 887	1 508	799	1 582
1956.......	851	3 276	1 941	935	1 611

JUSTIÇA — O município foi têrmo judiciário da comarca de Maracás até que pelo Decreto-lei estadual n.º 141, de 31 de dezembro de 1943, passou a constituir têrmo da comarca de Jiquié. Por fôrça do Decreto estadual n.º 12 978, de 1.º de junho de 1944, que retificou o Decreto-lei anterior, voltou à jurisdição da comarca de Maracás.

Ladeira D. Pedro II

Praça Dr. J. J. Seabra, destacando-se o edifício da Prefeitura Municipal

O Decreto-lei estadual n.º 519, de 19 de junho de 1945, criou a comarca de Jaguaquara formada pelos têrmos de Jaguaquara, Itaquara e Itiruçu, desligados da comarca de Maracás. Atualmente o Município é comarca de 2.ª entrância permanecendo com os mesmos têrmos.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município denominam-se jaguaquarenses. O topônimo Jaguaquara significa "toca da onça", do tupi-guarani, *Jaguar* (onça) e *ara* (toca, pedra).

O Prefeito em exercício é o Sr. Lourival Rosa de Sena, e o Presidente da Câmara, o Sr. Teófilo Almeida.

Foi primeiro Intendente Guilherme Martins do Eirado e Silva e compuseram a primeira Câmara os seguintes membros: tenente-coronel Álvaro Nascimento e Silva, Alírio Pereira Ribeiro, major Manoel Freire Maia Bitencourt, Agenor Vaz Trindade, Louro Mota, Everaldo de Souza Santos, Antônio Francisco Cafèzeiro e Serapião Guanais Mineiro.

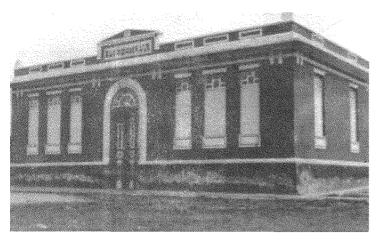
(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística, por Anterlino Leite Gaspar. — Chefe da Agência Municipal de Estatística: Orlando Euclides de Araújo.)

JAGUARARI — BA

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Com o descobrimento das terras do Brasil, partiram para o seu interior várias bandeiras, levando ao gentio as luzes da civilização cristã, marcando para a nova terra o início de uma era de trabalho.

Destemidos aventureiros, na ânsia incontida de novos descobrimentos, embrenhavam-se através das densas matas dos sertões da Bahia, em demanda às margens do rio São Francisco, ou à procura das minas de ouro de Jacobina. Essas minas atraíam grande número de colonos que, fixando-se na região, constituíam família e faziam surgir das florestas virgens pequenas comunidades.

Os primitivos habitantes da região onde está situado o município de Jaguarari, que por muito tempo pertenceu ao município de Senhor do Bonfim, foram, entre outros, os índios patachós, cujo aldeamento era localizado nas imediações do arraial de Missão do Saí, hoje povoado do mesmo nome, pertencente ao município de Senhor do Bonfim.

Prefeitura Municipal

A área onde foi edificada a cidade integrava, no século XVII, as terras da fazenda denominada Sítio Jaguarari, de propriedade de Vitor de Tal, Teodoro José Bonfim, Margarida de Barros e José Manoel da Paixão, que ali construíram as primeiras moradias.

Com a chegada de colonos oriundos de outras localidades vizinhas, atraídos pela fertilidade das terras, nasceu a povoação, surgindo as primeiras ruas, sem, no entanto, obedecer a qualquer plano urbanístico.

Em 1888, devido ao crescimento progressivo do povoado, para lá foram designados os frades João e Lourenço, que exerciam o piedoso sacerdócio na região; partiram êles do convento de Nossa Senhora das Neves, no arraial de Missão do Saí, para levar o confôrto da religião à população de Jaguarari, através da obra missionária e de assistência social.

O povoado de Jaguarari, pela Lei municipal n.º 11, de 23 de outubro de 1893, integrava o município de Senhor do Bonfim, como sede de distrito.

Na divisão administrativa do Brasil de 1911, o município de Bonfim aparece formado pelos distritos do mesmo nome e Jaguarari.

Foi o povoado de Jaguarari elevado à categoria de vila pela Lei estadual n.º 1 905, de 6 de agôsto de 1926, que criou, com território desmembrado do de Bonfim, o município de Jaguarari. Sua instalação ocorreu a 3 de outubro do mesmo ano.

O Decreto estadual n.º 7 202, de 16 de janeiro de 1931, suprimiu e anexou ao de Bonfim o município de Jaguarari, e o Decreto estadual n.º 7 203, da mesma data, criou no município de Bonfim, com sede em Jaguarari, uma subprefeitura.

Foi o município de Jaguarari restaurado, com território desmembrado do de Bonfim, pelo Decreto estadual número 8 545, de 15 de julho de 1933, sendo reinstalado a 9 de agôsto do mesmo ano.

Na divisão administrativa do Brasil de 1933, o município de Jaguarari aparece formado apenas por um distrito o do mesmo nome.

Com a criação do distrito de Catuni, em 1935, o município, nas divisões territoriais de 1936 e 1937, e no quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 10 724, de 30 de março de 1938, aparece formado pelos distritos de Jaguarari e Catuni. Êste último, pelo Decreto estadual n.º 11 089, de 30 de novembro de 1938, foi anexado ao distrito-sede, voltando, assim, o município a constituir-se de um único distrito.

Foi o município novamente suprimido pelo Decreto-lei estadual n.º 141, de 31 de dezembro de 1943, sendo o seu território anexado ao de Senhor do Bonfim (ex-Bonfim). Restabeleceu-o, porém, o Decreto estadual n.º 12 978, de 1.º de junho de 1944, desmembrando-o do município de Senhor do Bonfim.

Apresenta-se atualmente constituído por dois distritos: Jaguarari e Juacema, êste último criado pela Lei estadual n.º 628, de 30 de dezembro de 1953.

LOCALIZAÇÃO — O município de Jaguarari pertence à bacia do São Francisco e localiza-se na Zona Fisiográfica de Senhor do Bonfim, estando totalmente incluído no Polígono das Sêcas. Limita com os municípios de Campo Formoso, Curaçá, Juàzeiro, Senhor do Bonfim e Uauá. A sede municipal possui as seguintes coordenadas geográficas: 10º 15' 37" de latitude Sul e 40º 11' 44" de longitude W.Gr. Rumo da Capital do Estado em direção à sede municipal, da qual dista em linha reta 336 km, N.N.O.

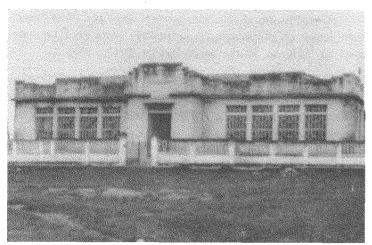
Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal mede 660,869 metros.

ÁREA — A área do município, segundo os dados do Conselho Nacional de Geografia, é de 3 021 km².

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O seu sistema orográfico apresenta as seguintes serras: do Brejinho, do Morgado, do Tororó, do Gado Bravo, da Melancia, da Catita e do Januário, apresentando o relêvo muito ondulado. Existem poucos rios e ribeiros, destacando-se os rios Jaguarari e Catuni.

CLIMA — Jaguarari está situado numa região de clima quente, onde chove relativamente pouco. A temperatura da sede municipal apresentou, em 1956, as seguintes graduações: máxima — 36ºC, mínima — 16ºC e média — 22ºC.

RIQUEZAS NATURAIS — O revestimento florístico natural revela a existência de exemplares de cedro, vinhático, putumuju, amargoso, maçaranduba, baraúna, vilão, taipoca, sucupira, umburana, oiti e pau-fava, todos em pequena escala. Extraem-se fibras de sisal cascas de angico e coquilhos de ouricuri.

Escolas Reunidas Floriano Peixoto

Na fauna encontram-se patos, emas, siriemas, perdizes, codornizes, pombas de diversas variedades, zabelês, inhambus, socós, papagaios, periquitos, pica-paus, anuns, tico-ticos, gaviões, sabiás e grande variedade de aves canoras; caititus, veados, tatus, tamanduás, mocós, preás, coelhos, gatos, cágados, etc.

A geologia revela rochas graníticas. Possui o município um subsolo rico de jazidas inexploradas de cobre, manganês, chumbo e cristal de rocha.

POPULAÇÃO — A população do município de Jaguarari, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 14 635 habitantes, com a seguinte composição: homens — 6 962 e mulheres — 7 673; brancos — 4 206, pretos — 401 e 10 000 pardos. Das pessoas de 15 anos e mais, há 3 237 solteiros, 4 255 casados, 565 viúvos e 2 desquitados, totalizando 8 059. Predominavam os que se declaravam católicos romanos. Como se pode observar, há maioria de pardos e brancos, notando-se também superioridade da população feminina. Quanto ao estado civil, predominam os casados. Segundo estimativas, a população do município, para 1957, é de 16 946 habitantes. O Recenseamento Geral de 1950 encontrou na cidade de Jaguarari uma população de 1 662 habitantes, sendo 771 homens e 891 mulheres.

O município possuía, em 1950, 12 308 pessoas de 5 anos e mais de idade, sendo 5 779 homens e 6 529 mulheres. Dessa população, sabiam ler e escrever 2 887 (1 503 homens e 1 384 mulheres), ou seja, 23,456% do total. A população do município tem seus 10,63% localizados na zona urbana, 0,72% na zona suburbana e 88,65% na zona rural.

Na cidade, da população de 5 anos e mais, sabem ler e escrever 495 pessoas, sendo 222 homens e 272 mulheres, cifra relativamente pequena para uma população de 1 395 indivíduos de 5 anos e mais de idade.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Segundo os dados do Recenseamento Geral de 1950, o município de Jaguarari possuía apenas uma aglomeração urbana, a da sede, com 1 662 habitantes. A Lei 628, de 30 de dezembro de 1953, elevou à categoria de vila, com o topônimo de Juacema, o povoado de Itumirim, cuja população estimada para 1957 é de 1 200 habitantes.

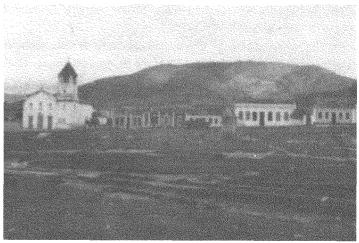
OUTRAS AGLOMERAÇÕES — Além da cidade e da vila, o município conta os seguintes povoados com a seguinte população estimada para 1957: Catuni — 800, Santa Rosa — 350 e Barrinha — 120.

ATIVIDADE ECONÔMICA — De acôrdo com o Recenseamento Geral de 1950, 34,15% das pessoas em idade ativa (10 anos e mais) estão ocupadas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura".

A atividade fundamental à economia do município é a agricultura, cuja produção atingiu 2 274 milhares de cruzeiros, em 1955, contribuindo com maior parcela o café, seguido da mamona em baga, de frutas, da cana-de-açúcar, da mandioca, do feijão, do milho, da batata-doce, etc.

A pecuária também é considerada como atividade importante, destacando-se o gado bovino com 20 000 cabeças, vindo em seguida o caprino e o ovino, respectivamente com 20 000 e 10 000 cabeças.

A produção industrial alcançou, em 1955, a casa de 1 089 milhares de cruzeiros, tendo a indústria extrativa contribuído com a soma de 544 milhares de cruzeiros.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se à Capital Federal, à Capital do Estado e às cidades vizinhas, pelos seguintes meios de transporte: à Capital Federal — ferrovia, 2 299 km e rodovia, 1 864 km; à Capital do Estado — ferrovia, 466 km e rodovia, 429 km; às cidades vizinhas de Campo Formoso — ferrovia, 58 km e rodovia, 57 km; Curaçá — rodovia, 196 km; Juàzeiro — ferrovia, 104 km e rodovia, 100 km; Senhor do Bonfim — ferrovia, 27 km e rodovia, 27 km; Uauá — rodovia, 140 km. É servido pela Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, cuja estação na Cidade foi inaugurada a 2 de julho de 1894.

Vista parcial da Praça Dr. José Gonçalves

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio local mantém transações comerciais principalmente com as praças de Salvador, Juàzeiro e Senhor do Bonfim. Existem no município 7 estabelecimentos atacadistas e 84 varejistas. O giro comercial atingiu a 11 675 milhares de cruzeiros em 1955. O salário-mínimo em vigor é de 2 000 cruzeiros. A feira da cidade, onde são expostos à população os diversos produtos do município, é realizada aos sábados.

ASPECTOS URBANOS — A cidade está situada na margem da estrada da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro,

Matriz de Santa Rosa

em terreno pouco acidentado. Conta 12 logradouros públicos, dos quais um arborizado e dois pavimentados. A iluminação pública se estende a 9 logradouros e a domiciliária consigna 131 ligações. Cinco logradouros são servidos de água canalizada. A principal artéria é a Praça Dr. José Gonçalves. O Grupo Escolar e a Prefeitura Municipal são os principais edifícios da cidade. Encontram-se um cinema, uma pensão e uma agência do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária à população é prestada por um médico e um farmacêutico. O município integra o Setor n.º 9 do Departamento Nacional de Endemias Rurais, cuja sede é Senhor do Bonfim. Existem 3 farmácias.

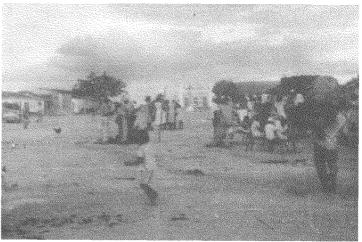
ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com os dados do Recenseamento Geral de 1950, a população de 5 anos e mais era de 12 308 pessoas, das quais sabiam ler e escrever 2 887, ou seja, 23,456% do total.

ENSINO — Funcionavam, em 1956, 21 unidades escolares do ensino primário fundamental comum, com cêrca de 900 alunos matriculados.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Conta-se uma biblioteca com menos de 1 000 volumes.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Na fazenda Caraíba, estão hàbilmente gravadas em uma grande pedra, com tinta encarnada, algumas letras que têm resistido através dos anos à ação destruidora do tempo, não se conhecendo, no entanto, a origem da curiosa e interessante gravação. Notam-se, também, na fazenda Curralinho, no lugar denominado "Rastro da Ema", diversos rastros de ema, gravados em uma laje ali existente, dando aos visitantes a nítida impressão de que apenas momentos antes por ali passara a ave, tal a perfeição e nitidez do rastro deixado.

CULTOS RELIGIOSOS — O município é sede da paróquia de São João Batista, fundada a 2 de fevereiro de 1938. É subordinada à Diocese de Senhor do Bonfim. Além da igreja-matriz, há uma igreja comum, seis capelas e dez associações religiosas do culto católico, com cêrca de 1 000 associados. Há dois templos do culto protestante.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — Como festejos populares, atualmente são realizados no município os seguintes: *Reisado* — consistindo na reunião de pessoas, formando terrenos, que se dirigem à porta de determinada casa de família, onde entoam cânticos em louvores a Jesus e Maria, terminando com uma saudação ao dono da casa, a quem se pede a abertura da porta que até então é mantida fechada. Festejos desta natureza são sempre acompanhados de harmônica, violões, pandeiros, etc., com que, logo após, se inicia a festa dançante, que se prolonga até alta madrugada. O período do "Reisado" é de 25 de dezembro a 31 de janeiro. *Calumbi* — grupo musical, constando de pífanos, gaitas e zabumbas, que percorre as ruas e visitam as casas residenciais. *Corrida de argolinhas* — é a disputa de um prêmio por duas equipes de cavaleiros, cavalgando corcéis prèviamente adestrados e portando lanças pontiagudas; cada cavaleiro investindo a tôda brida em direção a uma argola pequena pendente de um mastro, procura retirá-la dali, e se o consegue, marca um tento que será contado em benefício da sua equipe. A parte que fizer maior número de tentos será proclamada vencedora.

Vista da cidade de Santa Rosa

Após a peleja, a equipe vitoriosa oferece ao povo um baile que se prolonga até alta madrugada. *Roda de S. Gonçalo* — cerimônia religiosa, realizada ao som de caixas, zabumbas, violas e outros instrumentos rústicos, em que um grupo faz rodeios diante de um altar armado no pátio de uma casa em louvor a São Gonçalo. Realiza-se quase sempre, em cumprimento de promessa feita.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O município conta 3 272 eleitores inscritos, tendo votado 1 734 cidadãos nas eleições de 1954. Totalizam 8 os vereadores. Em 1956 havia no Município 12 funcionários federais, 23 estaduais, 27 municipais e 2 autárquicos.

FINANÇAS — O quadro abaixo apresenta os resultados da arrecadação pública e da despesa municipal no setênio 1950-1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	—	222	331	124	233
1951.......	—	315	406	140	386
1952.......	—	277	407	108	371
1953.......	—	217	376	64	401
1954.......	—	344	657	107	538
1955.......	—	416	682	185	855
1956 (1)....	74	630	903	215	707

(1) A Coletoria Federal foi instalada em 1956.

JUSTIÇA — Na Lei estadual n.º 2 225, de 14 de setembro de 1929, que reviu a divisão judiciária, o município de Jaguarari aparece como têrmo da comarca de Bonfim.

Outro aspecto de Santa Rosa

Foi extinto em 1931, sendo restaurado em 1933, novamente extinto em 1943 e finalmente restaurado em 1944. O município figura atualmente como têrmo da comarca de Senhor do Bonfim.

Conta com 4 cartórios, sendo 1 do Registro Civil. O total de feitos julgados, em 1956, foi de 43 — cível 39 e crime 4.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município denominam-se jaguararienses.

O nome Jaguarari é de origem indígena e significa "onça pequena" (jaguar — onça, *ari* — pequena). O Prefeito em exercício é o Sr. Adelmar Oliveira, e o Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, o Sr. Egídio Maurício da Conceição.

Desempenhou funções de primeiro Intendente Municipal o Sr. Francisco Gonçalves Ferreira. A primeira Câmara compunha-se dos seguintes membros: Francisco José da Conceição, Vital Teixeira de Carvalho, Francisco Ferreira da Silva, Napoleão Newton de Alencar, Onofre de Sousa, Manoel Negreiro Filho e José Tibúrcio de Sousa Filho.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística, por José de Almeida Costa. — Chefe da Agência Municipal de Estatística: Edvaldo Teixeira Cajuí.)

JAGUARIPE — BA

Mapa Municipal no 4.º Vol.

HISTÓRICO — Jaguaripe é um dos municípios mais velhos da Bahia. Nasceu da criação da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda, pelo bispo D. Constantino Barradas, em 1613, a instância do capelão de Santo Amaro do Catu de Itaparica, padre Baltazar Marinho que foi o seu primeiro vigário. A vila foi instalada a 15 de dezembro de 1697, por ordem de D. João de Lencastro, em execução de Alvará régio datado de 27 de dezembro de 1693. Depois de uma existência útil e proveitosa para a capitania e para o Império, de 2 séculos e 2 anos como vila, a localidade foi elevada à categoria de cidade, pela Lei n.º 296, de 12 de maio de 1899.

Jaguaripe também auxiliou poderosamente a causa da Independência, fornecendo avultado número de filhos seus, que constituíram 6 batalhões e a única companhia de artilheiros. Os distritos que mais concorreram para êsse gesto de patriotismo foram a sede, Nazaré (hoje cidade), Aldeia (hoje cidade de Aratuípe), Pirajuia e Barreiras de Jacuruna. Coube ao c.el Salvador Pereira da Costa a incumbência de organizar êsses batalhões que, entregues ao comando do tenente-coronel José da Silva Freire, muito se distinguiram pela bravura que demonstraram no ataque ao povoado de Funil, em 29 de junho de 1822.

Foi o município supresso e anexado ao de Aratuípe pelo Decreto n.º 7 479, de 8 de julho de 1931. Os seus filhos, em protesto, cobriam tôda a cidade de luto. No dia em que os dirigentes de Aratuípe aportaram à cidade, com o intento de empossar-se, foram recebidos por uma "onda" desenfreada que os impediu de saltar. Foi o município restabelecido pelo Decreto Estadual 7 582, de 31 de agôsto do mesmo ano, assinado pelo general Raimundo Reis Barbosa, então Interventor Federal do Estado. Em sinal de gratidão, os jaguaripenses fizeram colocar no edifício do Paço Municipal o retrato do ilustre militar.

A sua composição administrativa, de acôrdo com a Lei n.º 628, de 30 de dezembro de 1953, é de cinco distritos: Jaguaripe, Camassandi, Cunhangi, Jacuruna e Pirajuia.

LOCALIZAÇÃO — Jaguaripe está localizado na Zona Fisiográfica do Recôncavo e tem os seguintes limites: ao norte, Nazaré e Maragogipe; ao sul, Valença; a leste, Itaparica e Oceano Atlântico; e a oeste, Laje e Aratuípe.

Igreja Matriz

A sede municipal possui as seguintes coordenadas geográficas: 13° 06' 40" de latitude Sul e 38° 53' 10" de longitude W.Gr. Rumo da capital do Estado, em direção à sede municipal, da qual dista em linha reta 43 km: O.S.O.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altura da sede municipal é de 6 metros, acima do nível do mar.

ÁREA — A área é de 792 km².

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos são: rios — Jaguaripe, Jiquiriçá, da Dona, Misericórdia, Camassandi, Jacuruna e Grande. O terreno é montanhoso, possuindo alguns planaltos à beira dos rios Jaguaripe e da Dona. Seu sistema orográfico é ramificação das serras do Cariri e do Galo. Existem, também, quedas d'água nos rios Jiquiriçá, Camassandi e da Dona.

CLIMA — O clima é salubre, apresentando-se muito quente no verão e úmido no inverno. Não existe pôsto meteorológico na comuna, podendo porém a sua temperatura ser estimada nas seguintes médias: das máximas, 30°C; das mínimas, 18°C; compensada, 24°C.

RIQUEZAS NATURAIS — No reino mineral o município possui reservas de grafite e manganês, porém inexploradas. Conta com argila, excelente para o fabrico de tijolos e telhas. No reino vegetal existe coquilho-de-dendê, madeiras e piaçava e no animal, peixes e mariscos.

POPULAÇÃO — A população, em 1950, era de 10 403 habitantes, sendo 5 245 homens e 5 158 mulheres, predominando os de côr parda que somavam 5 371. Quanto ao estado civil, os solteiros constituíam a maioria com 4 142 contra 1 451 casados. Localizavam-se no quadro rural .... 71,35% da população do município.

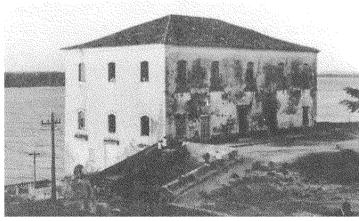
Aglomerações urbanas — Existiam em 1950 cinco aglomerações urbanas, com os respectivos números de habitantes: cidade de Jaguaripe — 1 006, e vilas de Camassandi — 1 141, Cunhangi — 62, Jacuruna — 375 e Pirajuia — 394.

Outras aglomerações — Além da cidade e das vilas, o município conta ainda com os principais povoados abaixo, cuja população estimada para 1957 é a seguinte: São Bernardo — 406 habitantes, Mutá — 675, Cações — 412, Prazeres — 76 e Jiquiriçá — 48.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Segundo o Censo de 1950, 25,73% das pessoas em idade ativa (10 anos e mais) estão ocupadas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura". A extração de madeira e piaçaba é a principal atividade. Cultivam-se mandioca, cana-de-açúcar, banana e côco-da-baía, tendo a produção agrícola, em 1955, atingido mais de 2 milhões de cruzeiros. Existe indústria rudimentar de aguardente, farinha de mandioca, olaria e azeite-de-dendê.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se a cidade de Jaguaripe à capital Federal, à capital do Estado e cidades vizinhas, pelos seguintes meios de transporte: Capital Federal — misto (marítimo 41 mi e rodoviário 2 234 km); capital do Estado — marítimo 41 mi; Aratuípe — marítimo 12 mi: Itaparica — marítimo 26 mi; Laje — misto (fluvial 15 mi e ferroviário 90 km); Maragogipe — marítimo 48 mi; Nazaré — fluvial 15 mi; Valença — misto (fluvial 15 mi, ferroviário 34 km e rodoviário 81 quilômetros). O município possui pôrto fluvial, localizado na cidade, onde atracam navios da Companhia Navegação Baiana.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio local mantém transações com a capital do Estado e com o município de Nazaré. Conta a sede municipal com 21 estabelecimentos varejistas e seu giro comercial foi, em 1956, de 9 725 milhares de cruzeiros. A exportação alcançou 1 748 milhares de cruzeiros. O salário-mínimo estabelecido para a região onde está situado o município é de 2 200 cruzeiros.

ASPECTOS URBANOS — A cidade está situada sôbre a margem direita do rio que tem o seu nome, a duas léguas acima da sua foz, no oceano, e sôbre a esquerda do rio da Dona, principal afluente daquele, a um quilômetro acima do ponto de confluência. Possui magnífico pôrto, fundo e acessível às grandes embarcações. Conta com 27 logradouros, sendo 3 pavimentados, 1 ajardinado e 22 iluminados a luz elétrica, assim como o são 139 dos 284 prédios existentes.

Prefeitura Municipal

Funcionam na cidade um cinema, uma pensão e uma agência do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Há no município um pôsto médico pertencente à Prefeitura e uma farmácia. O primeiro destina-se a tratamentos, em geral, que é prestado por um enfermeiro diplomado. Exercem a sua profissão na cidade um farmacêutico e um enfermeiro.

ALFABETIZAÇÃO — Conforme dados do Recenseamento Geral de 1950, a população de 5 anos e mais era de 8 624 habitantes, dos quais sabiam ler e escrever 1 820, ou seja, apenas 21,10% daquele total.

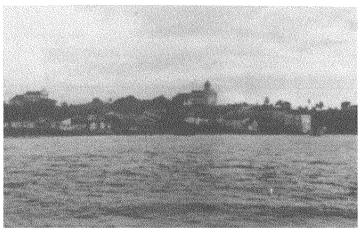
Ensino — Existiam em 1956, 18 unidades do ensino primário fundamental comum, tendo a matrícula efetiva atingido 613 alunos. Das unidades escolares, 17 eram estaduais e uma municipal. Um meio de difusão cultural também existente é a Biblioteca Municipal, com menos de 1 000 volumes.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Existem, registrados no livro do Tombo da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a Igreja da Ajuda e o Paço Municipal, obras de real valor histórico.

CULTOS RELIGIOSOS — O município é sede das paróquias de Nossa Senhora da Ajuda, fundada em 1864, e de São Gonçalo e Senhor do Bonfim, fundadas em 1832. A primeira conta com duas igrejas e duas capelas públicas e a segunda com uma igreja e 3 capelas públicas. Existe uma igreja batista, localizada no distrito de Cunhangi.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — A festa religiosa de maior pompa no município é a realizada, anualmente, em homenagem a Nossa Senhora da Ajuda, no dia. 18 de dezembro, compreendendo novena, alvorada, missa festiva, sermão e, à tarde, procissão que percorre as principais ruas da cidade, recolhendo-se às 18 horas à igreja Matriz.

As festas populares mais comuns são: carnaval e São João. Realçam na primeira cordões e máscaras; na segunda, grupos formados de senhoras, senhorinhas, rapazes e garotos, entoando cantigas populares, visitam as casas de família, onde lhes são servidos licor, cangica e doces.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — Conta o município com 2 304 eleitores inscritos, tendo votado 1 570 no pleito de 1954. São 8 os vereadores na atual legislatura. Exerciam, em 1956, suas atividades na comuna

Vista parcial da cidade

Praça da Bandeira

37 funcionários públicos civis, sendo 9 federais, 14 estaduais, 13 municipais e 1 autárquico.

FINANÇAS PÚBLICAS — Indicam-se, no quadro abaixo, as cifras que no setênio 1950-1956 foram arrecadadas no município, pela União e pelo Estado, bem como as que, no mesmo período, a própria comarca arrecadou e despendeu.

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	145	216	439	83	463
1951	104	254	474	167	470
1952	92	207	533	171	520
1953	165	235	910	158	580
1954	181	284	894	129	945
1955	201	510	863	191	1 343
1956	246	652	1 018	185	537

JUSTIÇA — O Ato estadual de 14 de janeiro de 1890 classificou Jaguaripe como têrmo da comarca de Itaparica, passando para a comarca de Nazaré pelo Ato de 3 de agôsto de 1892. Voltou a pertencer à comarca de Itaparica pela Lei estadual n.º 280, de 6 de setembro de 1898. Por fôrça do Decreto estadual n.º 266, de 4 de outubro de 1904, passou novamente a têrmo da comarca de Nazaré, onde permaneceu até o ano de 1931, quando foram extintos o têrmo e o município. Restaurado no mesmo ano, continuou como têrmo da comarca de Nazaré, na qual permanece até a presente data. Conta o têrmo com 7 cartórios, sendo 5 do Registro Civil.

VULTOS ILUSTRES — Dentre os filhos ilustres do município, deve ser citado Francisco Muniz Barreto, nascido em 10-3-1804 e falecido em 2-6-1868. Foi um dos nossos primeiros improvisadores, colocando-se entre os grandes repentistas da língua portuguêsa. Cursou a Universidade de Coimbra, abandonando porém o curso para alistar-se como cadete nas fôrças armadas, de onde se demitiu ao retornar da campanha. Poeta primoroso, deixou, entretanto, poucos trabalhos escritos.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município chamam-se jaguaripenses. O topônimo significa "rio da onça". O Prefeito em exercício é o Senhor José Teobaldo Teixeira e o Presidente da Câmara é o Senhor Nestor Paula Carvalho.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística, por Anterlino Leite Gaspar. — Chefe da Agência Municipal de Estatística: Eliseu Soares de Queirós Correia.)

JANDAÍRA — BA

Mapa Municipal no 4.º Vol.

HISTÓRICO — O território que hoje constitui o município de Jandaíra fazia parte da sesmaria doada, por Carta régia de 23 de janeiro de 1573, ao Governador-geral, D. Luís de Brito e Almeida. Os seus primitivos habitantes foram indígenas, ignorando-se no entanto a tribo a que pertenciam. O povoamento deve-se a colonos portuguêses, que ali se estabeleceram, utilizando o elemento negro na prática da agricultura e no criatório de gado, alicerces até hoje da economia do município, nascendo do trabalho produtivo e perseverante a povoação de Abadia.

No século XVII foi construída no povoado uma capela sob a invocação de Nossa Senhora de Abadia, elevada à categoria de freguesia pelo Alvará régio de 11 de abril de 1718, pelo arcebispo D. Sebastião da Vide. O povoado foi elevado à categoria de vila pelo Vice-rei Vasco Fernandes César de Menezes, com o nome de Abadia, em execução à Ordem régia de 28 de abril de 1728. Por fôrça da Lei provincial número 1 985, de 26 de junho de 1880, a sua sede foi transferida para o arraial de Cachoeira, e pela Lei estadual número 287, de 6 de setembro de 1898, para a povoação de Cepa Forte. Em virtude da Lei estadual número 481, de 7 de maio de 1903, a sua sede voltou a localizar-se em Cachoeira, tomando o município o nome de Cachoeira da Abadia. Em face da Lei número 2 045, de 17 de agôsto de 1927, o topônimo foi mudado para Jandaíra, que significa "Abelha de mel, a melífera". Supresso pelos Decretos números 7 455, de 23 de junho de 1931, e 7 479, de 8 de julho do mesmo ano, foi restaurado pelo de número 8 703, de 16 de novembro de 1933, com território desmembrado do município de Rio Real, ao qual havia sido anexado. Novamente suprimido pelo Decreto-lei número 141, de 31 de dezembro de 1943, voltou a ser restaurado pelo Decreto número 12 978, de 1.º de julho de 1944. De acôrdo com a Lei número 628, de 30 de dezembro de 1953, ficou constituído de quatro distritos: Jandaíra, Abadia, Itanhi e Mangue Sêco.

Prefeitura Municipal

LOCALIZAÇÃO — O município de Jandaíra localiza-se na Zona Fisiográfica do Litoral Norte, sendo banhado pelo oceano Atlântico. Limita-se com o estado de Sergipe e com os municípios de Conde e Rio Real.

A sede municipal possui as seguintes coordenadas geográficas: 11° 34' 13" de latitude Sul e 37° 48' 44" de longitude W. Gr. Dista da capital do Estado, em linha reta, 165 quilômetros, no rumo N. N. E.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 110 metros.

ÁREA — A área do município é de 708 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O município é banhado pelo oceano Atlântico e pelos rios Real, Itapicuru, Branco e Marcanaí. Possui poucas lagoas, distinguindo-se as seguintes: da Pindoba e Escura. O seu sistema orográfico apresenta as seguintes principais elevações: Morro do Urubu, Monte Alegre, Outeiro Grande, da Jaqueira e da Vila de Abadia.

CLIMA — Temperado e relativamente saudável.

RIQUEZAS NATURAIS — O revestimento florístico do município é rico, notando-se a existência de madeiras de lei, tais como: cedro, jataí, vinhático, jacarandá e outros. Há também plantas medicinais, notando-se exemplares de jalapa, fedegoso, purga-do-campo, marcela, jurubeba, etc.

Há exploração de sal marinho.

A pesca é praticada pela população, principalmente do litoral.

POPULAÇÃO — A população do município, em 1950, era de 5 306 habitantes, sendo 2 582 homens e 2 724 mulheres, predominando os de côr branca, que somavam 2 681. Quanto ao estado civil, os solteiros constituíam maioria, com .. 1 523, seguidos pelos casados com 1 333, viúvos com 260 e desquitados com apenas 11. Aproximadamente 61% da população localizam-se no quadro rural.

Aglomerações urbanas — Existiam, em 1950, quatro aglomerações urbanas, com os respectivos números de habitan-

tes: cidade de Jandaíra — 684; vilas de Abadia — 689, Itanhi — 442 e Mangue Sêco — 235. A população da cidade estimada para 1957 é de 700 habitantes.

Outras Aglomerações — Além da cidade e das vilas, o município conta, ainda, com os principais povoados abaixo, com a população estimada para 1957: Coqueiro 500 e Ponte — 450.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — De acôrdo com o Recenseamento Geral de 1950, 38% das pessoas em idade ativa (10 anos e mais) estão ocupadas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura".

A atividade fundamental à economia do município é a cultura de côco-da-baía, cuja produção, em 1955, se elevou a 9 750 milhares de cruzeiros. O total da produção agrícola foi de 11 306 milhares de cruzeiros, distinguindo-se, depois do côco-da-baía, mandioca, frutas, cana-de-açúcar, arroz com casca, milho, café, batata-doce e abóboras.

A atividade pecuária tem significação econômica para o município, cujo rebanho é representado pelos seguintes números: bovinos — 11 000, eqüinos — 2 000, asininos — 1 000, muares — 1 500, suínos — 2 000, ovinos — 800 e caprinos — 200.

Praça da Bandeira

É pequena a produção industrial, alcançando, em .. 1955, apenas a casa dos 1 691 milhares de cruzeiros. Ocupa a liderança nesse setor a produção de farinha de mandioca, com cêrca de 1 080 milhares de cruzeiros, seguindo-se a manteiga, a aguardente, o sal refinado e outros produtos de pequena expressão econômica.

A produção extrativa contribuiu com cêrca de 461 milhares de cruzeiros, realçando a produção de peixes, que atingiu a cifra de 375 milhares de cruzeiros, seguindo-se sal, madeiras para construção e lenha.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se a cidade de Jandaíra à capital Federal, à capital do Estado e às cidades vizinhas de Conde e Rio Real, pelos seguintes meios de transporte: Capital Federal — rodoviário 1 859 quilômetros; capital do Estado — rodoviário 308 quilômetros; Conde — via mista — rodoviário 70 quilômetros e ferroviário, 54 quilômetros; Rio Real — rodoviário, 24 quilômetros. Possui uma Agência Postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio local mantém transações principalmente com as praças de Salvador, Aracaju, Alagoinhas e Rio Real, de onde importa a maioria das mercadorias consumidas pelo município. Conta a sede municipal com seis estabelecimentos comerciais varejistas. O giro comercial, atingiu em 1955, a importância de 5 225 milhares de cruzeiros. O salário-mínimo em vigor para o município é de 2 000 cruzeiros.

ASPECTOS URBANOS — A topografia da sede distrital é plana, o que concorre para lhe dar um aspecto agradável. A sede municipal conta com um total de dezoito logradouros, nove dos quais já se acham beneficiados pela iluminação pública, sendo que esta se estende também a 56 dos 256 prédios existentes na cidade. Ainda aí encontramos uma pensão. Os principais logradouros são a Rua Padre Avelino e a Praça da Bandeira. O Pôsto de Higiene, o Grupo Escolar, o Mercado Municipal e a Prefeitura sobressaem-se como os principais prédios da localidade.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária à população é prestada pelo Pôsto de Higiene, mantido pelo Govêrno do Estado, contando no momento com apenas um auxiliar de enfermagem. O município integra o Setor número 3, sediado em Alagoinhas, do Departamento Nacional de Endemias Rurais, que também presta assistência à população. Há uma farmácia na sede municipal.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com os dados do Recenseamento Geral de 1950, a população de 5 anos e mais era de 4 441 habitantes, 2 124 homens e 2 317 mulheres; dêstes sabiam ler e escrever 1 116, sendo 555 homens e 561 mulheres, ou seja, 25% do total.

Ensino — Contava o município, em 1956, com 11 unidades escolares do ensino primário fundamental comum, tendo a matrícula efetiva atingido 427 alunos. Dessas unidades, 5 eram estaduais e 6 municipais. Funciona na sede municipal uma biblioteca pública, mantida pela Agência Municipal de Estatística.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — A praia de Mangue Sêco, pelos aspectos naturais de beleza que apresenta, constitui uma atração turística, sendo visitada com freqüência, principalmente durante o verão.

CULTO RELIGIOSO — O município é sede da Paróquia de Nossa Senhora de Abadia, subordinada à Arquidiocese de Salvador. Além da igreja Matriz, existem seis capelas e três associações religiosas do culto católico apostólico romano.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Os principais festejos realizados no município são os seguintes: São João, constando de queima de fogos, fogueiras, havendo também balões multicores enfeitando os céus. Nas residências, são servidos doces, canjica de milho verde, milho assado, licores diversos, predominando o de jenipapo. Em algumas casas, são realizados bailes, prolongando-se até a madrugada.

São Pedro, que se assemelha ao São João, havendo no entanto menor intensidade nos festejos.

Natal, consistindo da tradicional "missa do galo", na praça principal, onde são armadas barracas para quermesses e venda de doces.

Há também o festejo folclórico denominado de "reisado", que se realiza no período de 24 de dezembro a 6 de janeiro. Consta de ternos, integrados de rapazes e môças, trajando fantasias coloridas, lembrando os Reis Magos. Dançam e cantam ao som de música, exibindo-se, via de regra, pelas ruas da cidade e às portas de casas residenciais, de cuja visita seus proprietários são prèviamente avisados. Cantam à porta, saudando o dono da casa, o que novamente fazem, entoando hinos, já no interior da residência. Há depois um baile que se prolonga até a madrugada do dia imediato.

Rua Pedro Avelino, vendo-se o Mercado Municipal

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O município conta 1 224 eleitores inscritos, tendo votado 613 no pleito de 1954.

São 8 os vereadores na atual legislatura.

Exerciam suas atividades no município, em 1956, 2 funcionários federais, 17 estaduais, 30 municipais e 1 autárquico.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro abaixo apresenta os resultados da arrecadação pública e da despesa municipal no setênio 1950-1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	16	143	645	...	643
1951.......	20	195	367	...	403
1952.......	34	222	428	...	391
1953.......	109	267	752	...	803
1954.......	71	262	625	...	613
1955.......	90	311	657	116	558
1956.......	0	400	985	124	1 054

JUSTIÇA — A princípio, ficou Abadia subordinada à ouvidoria de Sergipe, sendo dela desligada em 1774, passando à jurisdição da ouvidoria da Bahia. Pela Resolução provincial número 51, de 21 de março de 1837, passou a têrmo da comarca de Inhambupe, e depois a têrmo da de Conde e Abadia, criada pela Resolução provincial número 970, de 30 de abril de 1866. Daí, pelo Ato estadual de 3 de agôsto de 1892, passou novamente a têrmo da de Inhambupe. Pela Lei estadual número 280, de 6 de setembro de 1898, voltou a ser têrmo da comarca de Conde. Pelo Decreto estadual número 6 683, de 21 de fevereiro de 1930, a sede do têrmo de Jandaíra foi mudada provisòriamente para o arraial de Cachoeira, voltando a ser outra vez no local primitivo, pelo Decreto estadual número 6 851, de 21 de junho do mesmo ano. Passou Jandaíra a ser têrmo da comarca de Barracão, pelo Decreto estadual número 9 415, de 18 de março de 1935. Na divisão territorial do Brasil de 1937, a comarca de Barracão aparece com o nome de Rio Real, continuando Abadia como têrmo dela, porém aparecendo com o nome de Jandaíra. Foi o têrmo de Jandaíra extinto em 1943 pelo Decreto-lei estadual número 141, de 31 de dezembro, sendo restaurado pelo Decreto estadual número 12 978, de 1.º de junho de 1944, continuando como têrmo da comarca de Rio Real, da qual é têrmo até a presente data.

Conta com 3 cartórios, sendo um do Registro Civil. O total de feitos julgados, em 1956, foi de 2, ambos no cartório do crime.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município denominam-se jandairenses.

O Prefeito em exercício é o Senhor Horácio de Faria e o Presidente da Câmara é o Senhor Plácido de Faria.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística, por José de Almeida Costa. — Chefe da Agência Municipal de Estatística: Philadelfo Pereira das Neves Júnior.)

JEQUIÉ — BA

Mapa Municipal no 7.º Vol.

HISTÓRICO — O território ocupado pelo atual município de Jequié originou-se da antiga Fazenda Borda da Mata, fundada por um dos inconfidentes de 1789, José de Sá Bitencourt, natural de Caeté, da então província de Minas Gerais, e bacharel em Ciências Naturais pela Universidade de Coimbra. Refugiado na Bahia, após o fracasso da inconfidência, graças aos seus largos conhecimentos intelectuais e espírito tenazmente empreendedor, assumiu a direção da Inspetoria de Minas da província da Bahia, com o ordenado e a patente de coronel, conforme notícia do prof. Emerson Pinto de Araújo, em seu trabalho "Dados sôbre o Município de Jequié".

Incumbido da abertura de uma estrada de ligação entre Camamu e Monte Alto, teve ensejo de percorrer a região onde hoje está o município de Jequié, naquela época, coberta de matas inexploradas, algodoais nativos e maniçoba, às margens do rio de Contas. A exuberância das matas a prognosticar o seu grande futuro foi bastante para atrair José de Sá Bitencourt que, em sociedade com um irmão, adquiriu grande parte dos terrenos, comprando-os ao capitão-mor João Gonçalves da Costa, "pela quantia de dez mil cruzados, sendo metade a dinheiro e metade por uma letra ou escrito de obrigação". Mais tarde, como prêmio aos serviços prestados na direção da Inspetoria, foi-lhe doada uma sesmaria em continuação às terras que ali comprara. Da junção de tôdas essas terras é que se formou a Fazenda Borda da Mata, em cujos terrenos ainda infestados pelos índios cotoxós, mandou construir grande sobrado — ainda hoje existente — a três léguas da atual cidade de Jequié. A fazenda, conhecida mais tarde por "Sobrado".

Vista panorâmica da cidade

prosperou ràpidamente, não só pela exploração do algodão e da borracha como também pela pecuária.

Por volta de 1813, José de Sá Bitencourt regressou a Caeté, onde faleceu em 1828. Borda da Mata, por essa época, abrangia terras compreendidas no território dos atuais municípios de Camamu, Ipiaú, Jequié, Jaguaquara, Maracás e Boa Nova. Na divisão entre os herdeiros, coube a José de Sá Bitencourt e Câmara a fazenda Jequié ou Barra de Jequié, à margem do rio de Contas.

Com a morte de José de Sá Bitencourt e o conseqüente desmembramento de "Borda da Mata", a fazenda "Sobrado" entrou em decadência. A fazenda "Jequié", de José Bitencourt e Câmara, também não prosperou. Todavia, na foz do Jequièzinho, formou-se, aos poucos, um pequeno povoado para onde acorreram os indígenas restantes no local e negros escravos, importados por José de Sá Bitencourt para o cultivo das suas terras. O primeiro registro de nascimento feito em Jequié foi de um filho de escravos. A facilidade de comunicação com as localidades circunvizinhas muito contribuiu para que a pequena povoação passasse a ser freqüentada pelos viajantes e tropas como favorável ponto de pouso, surgindo daí as primeiras rancharias e pequenas casas de comércio. Mais tarde, Joaquim Fernandes da Silva, que adquirira de Bitencourt e Câmara a fazenda "Barra de Jequié", dá novo impulso ao povoado, abrindo estradas, loteando e vendendo terras da fazenda. Cresceu o arraial e, logo, erigiu-se a primeira igrejinha — marco de fé e de progresso. Evoluindo sempre, pouco depois passou à categoria de distrito de Maracás, pela Lei ou Resolução provincial número 2 078, de 13 de agôsto de 1880, como distrito de Jequié. Em 2 de março de 1890, começou a funcionar na sacristia da igreja do distrito de Jequié a junta de alistamento eleitoral, e em 29 de abril de 1894 era empossado Antônio de Souza Brito Gondim, seu primeiro administrador.

A Lei estadual número 180, de 10 de julho de 1897, criou o município de Jequié, desmembrado do de Maracás. Urbano de Souza Brito Gondim, o primeiro Intendente do Município, foi escolhido no pleito municipal de outubro do mesmo ano.

Em 19 de janeiro de 1899, deu-se a criação da freguesia, sendo seu primeiro Vigário o Cônego Jacinto Hilário Ribeiro Sanches.

Em 2 de julho de 1908, ocorreram, no Paço Municipal, as solenidades de recepção de nove medalhas e um diploma, ganhos pelo município na Exposição Nacional daquele ano.

A sede municipal foi elevada à categoria de cidade pela Lei estadual número 779, de 13 de junho de 1910.

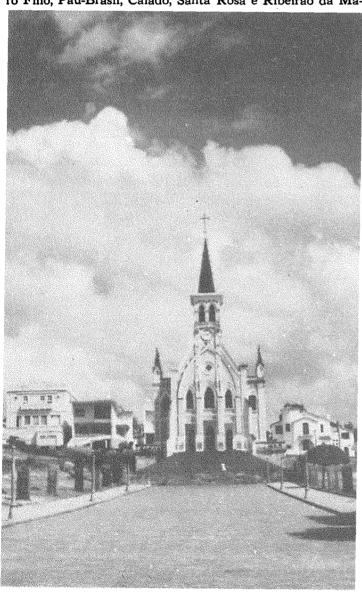
Na divisão administrativa do Brasil, de 1911, o município de Jequié, compõe-se de distrito único. Nos quadros de apuração do Recenseamento de 1920, os seus distritos componentes são: Jequié, Rio Branco e Baeta. Já na divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município compreende os seguintes distritos: Jequié, Baixão, Rio Branco, Jitaúna, Boaçu, Aiquara e Itagi. A situação permaneceu inalterada até 1954, com a mudança apenas do topônimo Rio Branco para Itajuru, ocorrida por fôrça do Decreto estadual número 11 089, de 30 de novembro de 1938. Segundo o quadro da divisão territorial vigente, o município compõe-se de 9 distritos: Jequié, Aiquara, Baixão, Boaçu, Itagi, Itaibó, Itajuru, Jitaúna e Oriente Novo.

LOCALIZAÇÃO — O município de Jequié está localizado no sudoeste do Estado, integrando-se na Zona Fisiográfica de Jequié. Parte do seu território inclui-se no Polígono das Sêcas. Limita com os municípios de Boa Nova, Ipiaú, Itiruçu, Jaguaquara, Maracás e Nilo Peçanha. A sede municipal possui as seguintes coordenadas geográficas: 13º 51' 50" de latitude Sul e 40º 04' 54" de longitude W. Gr. Seu rumo é O. S. O., em relação à Capital do Estado da qual dista, em linha reta, 189 km. A cidade está localizada à margem do rio de Contas. Em tôrno do "centro", se dispõem vários bairros: Campo do América, Jequièzinho, Joaquim Romão e Mandacaru, êste último recentemente desmembrado pelo Decreto municipal número 259, de 9 de março de 1937, do distrito de Boaçu, onde figurava como povoado, passando a constituir um bairro da cidade, situado na margem direita do rio de Contas.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de ...... 215,713 m, segundo referência em chapa cravada no primeiro degrau à esquerda da porta principal da igreja-matriz. O Conselho Nacional de Geografia encontrou ainda a altitude máxima de 376,993 m no trecho da estrada Jequié—Feira de Santana, a 4 m da margem direita, 320 m além de um pontilhão sôbre o Córrego Mutum, 12,6 km, aquém do cruzamento com a estrada Itiruçu—Jaguaquara; e a mínima de 147,573 m na Estrada Jequié—Ipiaú, 2 m da margem direita, em terreno do Senhor Edízio Muniz, 80 m aquém de um pontilhão sôbre o Córrego de Pedras, divisa entre os municípios de Jequié e Ipiaú.

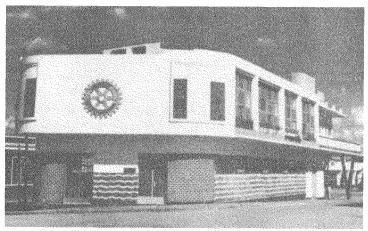
ÁREA — A área do município é de 3 840 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos são: *Morros* — Morro do Tabocal, no distrito de Jequié, altura 400 m. *Serras* — Alto da Serra com 720 metros, serra Nevada com 680 metros, serra do Pelado com 700 metros, localizadas nos limites de Jequié com Jaguaquara e Serra da Casca. *Rios* — O município é banhado pelos seguintes rios: de Contas, que atravessa o seu território na direção de oeste para leste, sendo navegável em parte; Prêto do Costa; Prêto do Crisciúma; Pedras; Preguiça; Branco; Jequièzinho. *Riachos* — Santa Rita, Provisão, Ouro Fino, Pau-Brasil, Calado, Santa Rosa e Ribeirão da Mata. *Cachoeiras* — de Criciúna, formada pelo Rio Prêto do Criciúna, localizada no distrito de Jitaúna, altura 30 metros, potência 150 H.P., inexplorada. Cachoeira do Calado, formada pelo Riacho Calado, no distrito de Jequié, altura 20 m, potência 150 H.P., inexplorada. Cachoeira do Rio Prêto do Costa, no distrito de Jitaúna, altura 20 m, potência 120 H. P., explorada pela Emprêsa de Abastecimento de Água de Jequié e Usina Hidrelétrica de Jitaúna. Cachoeira da Preguiça, formada pelo rio da Preguiça, no distrito de Aiquara, altura 8 m, potência 80 H. P., inexplorada. Cachoeira do Rio Branco, formada pelo riacho do Rio Branco, no distrito de Itajuru, altura 7,50 m, potência .... 50 H. P., explorada pela firma particular Waldomiro Borges de Sousa. Cachoeira do Rio das Pedras, localizada no distrito de Itagi, altura 22 m, potência aproximada 150 H.P., explorada pela Usina Hidrelétrica Santa Teresinha, do serviço de Luz e Fôrça da Vila de Itagi. *Açudes* — açudes das Fazendas Provisão, no distrito de Jequié, Graciosa, distrito de Boaçu, Santa Rosa, distrito de Baixão, e o açude do Govêrno Estadual localizado em Baixão.

Igreja Matriz

CLIMA — O clima é quente no verão, principalmente na zona de caatinga, e frio no inverno. Clima variável porém saudável. É periòdicamente assolado pela sêca. A estiagem costuma prolongar-se de setembro a dezembro e as chuvas caem, ordinàriamente, de janeiro a março. A temperatura da sede municipal apresentou, em 1956, os seguintes dados: média das máximas 36°C, média das mínimas 12°C e média compensada 24°C. Precipitação máxima observada em 24 horas: 56,8 mm.

RIQUEZAS NATURAIS — Há no município jazidas inexploradas de amianto, alúmen, cristal de rocha, cromo, ferro, grafite e manganês. Flora: ainda que em pequena quantidade, em conseqüência da devastação das matas para a lavoura e pastagem, o território de Jequié possui excelente flora onde se encontram vários tipos de plantas medicinais, alimentícias, de tinturaria, para lenha, carvão, construções e outros fins industriais, tais como: angico, pinhão, pequi, araroba, pau-ferro, velame, sapucaia, malva, gameleira, juàzeiro, pau-d'alho, ipecacuanha, quina, jalapa, ouricuri, maniçoba; frutos alimentícios, frutos oleaginosos e fibras diversas. Fauna: — Mamíferos: veado, caititu, paca, macaco, tatu, tamanduá, cutia, capivara, rato de espinho, rato d'água, preá, preguiça, rapôsa, onça, etc.; aves: papagaio, periquito, pato, marreco, saracura, socós de várias espécies, nambu, codorniz, perdiz, jacu, columbina, araponga, sabiá, gavião e tôdas as aves das zonas temperadas. Quelônios: cágado. Peixes: existem nos rios do município, principalmente nos de Contas e Preguiça, várias espécies de peixe, por exemplo: acari, curimatá, piau, pitu, traíra, etc.

POPULAÇÃO — A população do município, segundo o Censo demográfico de 1950, era de 90 155 habitantes, assim distribuídos: 43 620 homens e 46 535 mulheres. Nessa população foram encontrados 23 881 brancos, 17 740 pretos e 48 249 pardos. Dentre as pessoas de 15 anos e mais, encontraram-se 23 998 solteiros, 23 582 casados, 13 desquitados e 3 728 viúvos. Como se observa nos dados acima, havia predominância do sexo feminino, dos solteiros e da côr parda. A distribuição territorial dos habitantes dá 70% da po-

24 — 24 936

Sede própria do "Rotary Club"

pulação para a zona rural. A densidade demográfica era de 24 habitantes por quilômetro quadrado. Segundo ainda o Censo de 1950, a população da cidade somava 20 652 habitantes, sendo 9 334 homens e 11 318 mulheres, figurando entre as mais populosas do Estado. A população estimada para 1957 em todo o município é de 94 000 habitantes. A população citadina estimada para 1957 alcança 30 000 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — De acôrdo com o Censo de 1950, o município possui 7 aglomerações urbanas com a seguinte população: Jequié — 20 652 hab., Aiquara — 1 091 hab., Baixão — 196 hab., Boaçu — 187 hab., Itagi — 2 250 habitantes, Itajuru — 455 hab., e Jitaúna — 2 001 habitantes. A *Lei número 628, de 30 de dezembro de 1953,* criou mais duas vilas no município — Itaibé e Oriente Novo, ficando assim Jequié com 9 aglomerações urbanas.

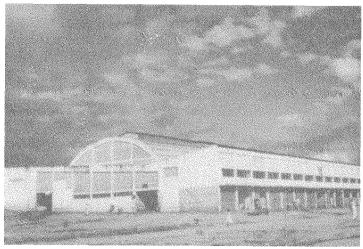
OUTRAS AGLOMERAÇÕES — Além da cidade e das vilas, o município conta os povoados abaixo, cuja população estimada para 1957 está assim distribuída: Barra Avenida — 800 hab., Santa Teresinha — 552 hab., Cachoeirinha — 520 hab., Curral Novo — 340 hab., Pau-Brasil — 320 habitantes, Iraci — 280 habitantes, Água Vermelha — 280 habitantes, Baixa Alegre — 270 habitantes e km 4, da Rio—Bahia, 110 pessoas.

ATIVIDADE ECONÔMICA — A população em idade ativa (10 anos e mais) era, de acôrdo com o Censo Demográfico de 1950, de 63 149 pessoas, sendo 29 979 homens e 33 170 mulheres. Dessa população, 16 804 dedicavam-se ao ramo "agricultura, pecuária e silvicultura" que, depois de "atividades domésticas", é o mais numeroso com 26,6% do total daquela população. Incrementando as atividades econômicas do município, funcionam as seguintes instituições: Pôsto Zootécnico de Jequié, Pôsto Agropecuário de Jequié, Pôsto de Defesa Vegetal e Animal do Instituto Biológico da Bahia, Divisão Agrícola do Sul e Cooperativa Pastoril de Jequié.

Agricultura — É fundamental a atividade agrícola para a economia do município, ocupando o 2.º plano depois da pecuária, que é a predominante. O valor da produção agrícola, em 1956, foi superior a 140 milhões de cruzeiros, concorrendo com a maior parcela o cacau, produto básico em Jequié, vindo a seguir o café, a mandioca, o feijão, a mamona e banana.

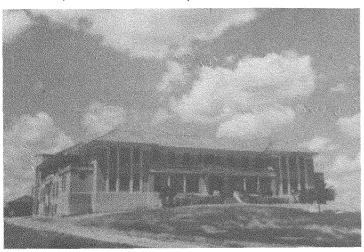
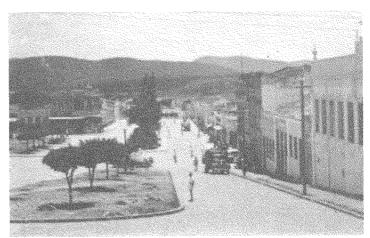
Indústria — A produção industrial alcançou, em 1956, a cifra de 62 milhões de cruzeiros. A maior produção é de farinha de mandioca, massas alimentícias, couros e solas, calçados, telhas e tijolos, arreios e selas, charque, madeira beneficiada, artefatos de cimento, malas, bebidas, manteiga, queijo, sabão, etc.

Pecuária — Em 1956, existiam 3 555 propriedades agropecuárias, cujo valor venal era superior a 272 milhões de cruzeiros. Estima-se o rebanho existente em 75 000 bovinos, 22 000 suínos, 15 000 muares, 12 000 caprinos, 12 000 ovinos, 10 000 asininos e 8 000 eqüinos, num valor total superior a 400 milhões de cruzeiros aproximadamente.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade de Jequié liga-se à Capital Federal, à Capital Estadual e às cidades vizinhas pelas seguintes vias: à Capital Federal — aérea, 1 070 km, e rodoviária, 1 371 km, através da Rio-Bahia. À Capital do Estado — aérea, 190 km, rodovia 379 km, e via mista — a) ferroviária, 290 km e b) marítima, 21 mi. Cidades vizinhas: Boa Nova — rodovia, 84 km; Ipiaú — rodovia, 74 km; Itiruçu — rodovia, 55 quilômetros; Jaguaquara — rodovia, 54 quilômetros e ferrovia, 65 km; Maracás — rodovia, 97 km e Nilo Peçanha — rodovia, 216 km. A Estrada de Ferro de Nazaré serve o município, ligando esta cidade ao pôrto de São Roque, no município de Maragogipe. Estão registrados 62 automóveis, 167 caminhões, 146 jipes, 33 ônibus, 64 camionetas e 255 veículos não especificados. O número estimado de veículos em tráfego diário na sede municipal é de 2 trens, 600 automóveis e caminhões e 2 aviões comerciais. A cidade é servida pelo Consórcio Real-Aerovias-Nacional e pelas emprêsas rodoviárias de passageiros Brasil de Transporte, Expresso Jequié, Expresso Aiquara e Nossa Senhora do Amparo, (esta última servindo as zonas urbanas e suburbanas). As emprêsas rodoviárias transportaram 592 483 pessoas em suas diversas linhas no ano de 1956.

Mercado Público Municipal

A rodovia Rio—Bahia corta o município passando pela cidade. O Aeroporto local possui uma pista de 1 100 x 150 metros. A cidade conta com Agência Postal-telegráfica, Serviço Telegráfico da Estrada de Ferro de Nazaré, Estação Radiotelegráfica da Polícia do Estado e diversas estações de radioamadores locais; está em fase de incorporação a Companhia Telefônica de Jequié, com a previsão inicial de 200 aparelhos e capital subscrito de Cr$ 4 000 000,00.

COMÉRCIO E BANCOS — Existem na sede municipal 76 estabelecimentos atacadistas e 304 varejistas. O total para o município é de 756 estabelecimentos. O giro comercial, em 1956, foi superior a 600 milhões de cruzeiros. O comércio local mantém transações com as praças de Salvador, São Paulo, Pôrto Alegre, Rio de Janeiro, Recife e Belo Horizonte, além de inúmeras cidades desta Região e do Estado da Bahia. Importa tecidos, ferragens, calçados, estivas, produtos alimentícios, miudezas, louças, vidros, etc. Exporta cacau, café, couros e solas beneficiadas, artefatos de couro, farinha de mandioca, mamona, gado em pé, fumo em fôlha, algodão, etc. No moderníssimo e melhor mercado do interior do Estado, realiza-se, diàriamente, porém com maior movimentação às quartas, sextas-feiras e sábados, importante feira onde são encontrados todos os víveres de primeira necessidade. Na sede municipal funcionam 5 estabelecimentos bancários: Agência do Banco do Brasil, instalada em 1.º de setembro de 1923, Agência da Caixa Econômica Federal da Bahia, instalada em 8 de setembro de 1936, Agência do Banco Econômico da Bahia, instalada em 29 de setembro de 1944, Agência do Banco da Bahia, instalada em 9 de janeiro de 1955 e Agência do Banco de Crédito Popular da Bahia, instalada em 9 de julho de 1956. O salário-mínimo oficial decretado para a 2.ª sub-região e da qual o município faz parte é de Cr$ 2 400,00.

ASPECTOS URBANOS — Jequié apresenta agradável aspecto urbano. Logradouros na maior parte calçados, ajardinados e limpos. Possui serviços de água canalizada, esgôto e de luz e fôrça. Está entre as mais belas e progressistas cidades do Estado. Conta 118 logradouros: 36 pavimentados a paralelepípedos, 7 ajardinados, 9 arborizados, 74 servidos de água canalizada, 80 iluminados com luz elétrica e 74 ligados à rêde de esgôto. Em 1956, existiam 6 007 prédios, dos quais, 1 977 eram servidos de luz elétrica, 1 948 abastecidos de água canalizada e 3 310 ligados à rêde de esgôto. Dentre os principais logradouros, destaca-se a Praça Rui Barbosa, onde está o busto dêsse ínclito brasileiro, um jardim e um parque infantil; a Praça Castro Alves, onde estão localizadas a igreja-matriz, a Casa Paroquial e o Grupo Escolar Castro Alves; a Praça Luiz Viana, onde se encontra o majestoso Edifício próprio do "Rotary Clube" de Jequié; e a Praça da Bandeira, na qual está o imponente Mercado Municipal, as Ruas Dois de Julho, João Mangabeira e Sete de Setembro, onde estão as principais casas comerciais, a Rua Alves Pereira, a Rua da Itália e a Avenida

Hospital Estadual Prado Valadares

Vista parcial da Praça Ruy Barbosa e da Avenida Alves Pereira

Rio Branco. Funcionam 20 hotéis e pensões com capacidade para 519 hóspedes. Há dois cinemas modernos e em pleno funcionamento: Cine-Teatro Jequié (cinemascope) e Cine-Teatro Bonfim, com capacidade total para 1 758 espectadores.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Funciona em Jequié o Hospital Regional Prado Valadares, com 165 leitos. Há, ainda, a Casa de Saúde Santa Helena, Maternidade e Casa de Saúde Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, Pôsto de Higiene de Jequié, Pôsto de Puericultura, Pôsto Médico da Caixa de Pensão da Ferrovia Leste Brasileiro, Pôsto Odontológico "Antônio de Pádua", Pôsto Municipal "Dr. José Alves Pereira", Sede do Setor número 6 do Departamento de Endemias Rurais, Ambulatório do .... I.A.P.E.T.C. e Ambulatório do I.A.P.C. Exercem a profissão na cidade 26 médicos, 21 dentistas e 7 farmacêuticos. Há 12 farmácias.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Registra-se a existência das seguintes entidades: Sociedade Beneficente Pão dos Pobres, Ação Social de Amparo, Associação Jequiense de Amparo ao Menor, e Cooperativa Pastoril de Jequié. Encontram-se devidamente organizados e funcionando os seguinte sindicatos: dos Trabalhadores na Indústria de Artefatos e Couros de Jequié; dos Empregados no Comércio; dos Condutores de Veículos Rodoviários de Jequié e Conquista, e Sindicato dos Panificadores de Jequié.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo o Censo de 1950, da "população de 5 anos e mais", havia 17 761 habitantes (9 769 homens e 7 992 mulheres) que sabiam ler e escrever, ou seja, 23,4%.

ENSINO — Em 1956, funcionaram no município 106 unidades escolares do ensino primário, sendo 34 estaduais, 47 municipais, 14 particulares e 11 supletivas (Campanha de Educação de Adultos) com o total de 5 478 alunos matriculados. Do curso secundário, há os seguintes estabelecimentos: Ginásio Estadual "Régis Pacheco" e Ginásio de Jequié, cuja matrícula inicial em 1957 foi de 467 e 349 alunos, respectivamente. Funcionam, ainda, a Escola Normal de Jequié, Escola Técnica de Comércio de Jequié e o Curso Básico da mesma Escola, com matrícula inicial de 112, 79 e 157, respectivamente. Registram-se mais 13 cursos outros de música, pintura, arte culinária, costumes e bordados, datilografia, etc. com um total de 742 alunos ma-

Outro aspecto da Praça Rui Barbosa com a Avenida Pereira

triculados. A Missão Rural de Jequié-Ipiaú, mantida pelo Ministério da Educação (Campanha Nacional de Educação Rural) proporciona educação de base a comunidades rurais dos distritos de Jitaúna e Itajuru.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existem na cidade 3 tipografias e 2 livrarias. Entre as bibliotecas, devem ser citadas: a Municipal, mantida pela Prefeitura, a "Castro Alves", do Sindicato dos Empregados no Comércio de Jequié, e a "Bulhões de Carvalho", da Agência Municipal de Estatística, tôdas possuindo mais de 1 000 volumes. Existem ainda a Estação Radiodifusora ZYN-27, Rádio Baiana de Jequié, 3 serviços de alto-falantes, 1 estação de radiocomunicação da Secretaria de Segurança Pública do Estado, 1 estação de radiocomunicação da Real Aerovias e 4 estações de radioamadores. Dentre as associações culturais, destacam-se: o Rotary Club de Jequié, com uma imponente sede própria; o Jequié Tênis Clube; o Núcleo Odontológico de Jequié; a Associação Baiana de Medicina Regional de Jequié; a Associação Jequieense de Imprensa; a Associação Cultural de Jequié; a Filarmônica Amantes da Lira; a Sociedade Filarmônica 1.º de Novembro; o Lyons Clube de Jequié; a Liga Jequieense de Desportos Terrestres; a Liga Jequieense de Basquetebol; a Associação Atlética Banco do Brasil; o Museu Regional de Jequié; as Bandeirantes do Brasil; o Tiro-de-Guerra 128; e a Legião Brasileira de Assistência. A imprensa é representada pelos seguintes periódicos: "Jequié", "O Labor", semanários; "Notícias", "A Tribuna", e "Debate", quinzenários, além de outros boletins e folhetos de periodicidade mensal ou irregular.

CULTOS RELIGIOSOS — Há no município 3 paróquias: a de Santo Antônio na sede, fundada em 19 de janeiro de 1898, a de São José, em Itagi, fundava em 17 de fevereiro de 1939, e a de Nossa Senhora da Conceição, da vila de Jitaúna, fundada em 15 de abril de 1939. Contam-se 3 igrejas-matrizes, 29 capelas e 1 santuário. Existem ainda na cidade 5 templos protestantes e 1 templo espírita.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A tradicional e principal festa religiosa é a que se realiza a 13 de junho na sede do município em louvor de Santo Antônio, padroeiro da cidade, constando do seguinte programa: *novena, missa solene, batizados, procissão, quermesses e outras expressões festivas de motivo popular.* Também são realizadas com imponência as festas do Sagrado Coração de Jesus, de Nossa Senhora da Conceição, do Natal, de Ano-Bom, de São João, São José, esta na vila de Itagi, e de Nossa Senhora da Conceição, na vila de Jitaúna. Comemora-se a Semana Santa. O Caruru de São Cosme e São Damião é costume tradicional em Jequié. Realiza-se em vários lares principalmente nos meses de setembro a novembro. É um misto de fé religiosa e expressão *profana onde há rezas, farta distribuição de comidas regionais* — farófia-de-dendê, vatapá, acarajé, abará, milho cozido, etc. —. Há muito entusiasmo, queima de fogos e o tradicional batuque, ao som do qual as pessoas presentes, especialmente as crianças, fazem a "roda" característica, batendo palmas e tambores e entoando canções típicas em louvor a São Cosme e São Damião.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — Em 1954, o município contava 20 450 eleitores, dos quais, 10 277 votaram nas últimas eleições. A Câmara de Vereadores está atualmente composta de 12 edis. Exerciam funções no município 604 funcionários públicos assim distribuídos: 125 federais, 240 estaduais, 184 municipais e 55 autárquicos. A cidade é sede da 5.ª Região da Inspetoria de Trânsito da Delegacia Regional de Polícia da 8.ª Região, e da 10.ª Circunscrição Escolar do Interior e da 19.ª Circunscrição da Oitava Região Fiscal do Interior.

FINANÇAS PÚBLICAS — As finanças públicas são informadas pelo quadro abaixo:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	1 801	6 249	3 258	2 666	2 466
1951	3 500	9 501	4 669	3 922	5 210
1952	2 765	8 720	6 551	5 941	8 537
1953	3 797	10 600	7 772	7 298	10 522
1954	3 916	17 276	13 858	12 923	12 985
1955	7 463	24 231	17 091	14 924	17 476
1956	10 220	26 001	17 888	11 605	18 017

JUSTIÇA — Data de 19 de fevereiro de 1916 a criação da comarca de Jequié que, nas divisões territoriais de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, compreendia os Têrmos judiciários de Jequié (abrangendo o município de mesmo nome e o de Rio Novo), Boa Nova e Poções. No quadro territorial vigente no qüinqüênio 1944-1948, fixado pelo Decreto-lei número 141, se compõe dos Têrmos de Jequié e Jaguaquara, êste transferido da comarca de Ma-

Jardim da Praça Rui Barbosa

racás. O Decreto estadual número 12 978, de 1.º de junho de 1944, que retificou o Decreto lei número 141, reanexou à comarca de Jequié o têrmo de Ipiaú e transferiu o de Jaguaquara para a de Maracás. Todavia, em obediência ao Decreto-lei estadual número 519, de 19 de junho de 1945, a comarca de Jequié ficou restrita apenas ao têrmo-sede, passando o de Ipiaú, a compor a comarca dêsse nome. É atualmente comarca de 3.ª entrância e consta de duas Varas: uma Cível e outra Criminal. Existem 19 cartórios, sendo 9 do registro civil. Em 1956, foram julgados 219 feitos. Exercem a profissão na cidade 8 advogados.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município dizem-se jequieenses. O Prefeito é o B.el Ademar Nunes Vieira, e o Presidente da Câmara Municipal, o Sr. Urbano de Almeida Neto. Desempenhou as funções de primeiro Intendente Municipal o Senhor Urbano de Souza Brito Gondim.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística, por Luiz Gonzaga de Oliveira Brito. — Chefe da Agência Municipal de Estatística: Etelvino Tôrres de Oliveira; Auxiliares: Raimundo Brito Ribeiro, Walter Bastos de Almeida e Nilton Cabral Valadares.)

JEREMOABO — BA

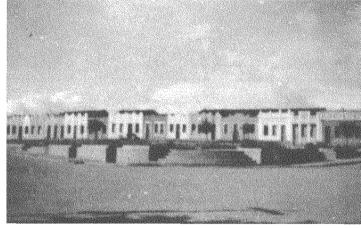
Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — A região de Jeremoabo, palavra indígena que significa "plantação de abóbora", foi povoada primitivamente pelos aborígines muongorus e cariacás, ramo dos tupinambás.

Garcia d'Ávila, chegado à Bahia com Tomé de Sousa, rico, temperamento forte de bandeirante, exerceu notável influência no desbravamento do nordeste baiano, capturando índios e fundando currais para a criação de gado bovino. Do rei D. João III recebeu grande sesmaria, calculada em sessenta léguas quadradas, que abrangia as terras que percorrera com suas bandeiras. Grandes divergências surgiram entre Garcia d'Ávila e os missionários, que se opunham à escravização dos índios, por aquêle praticada, em busca de braços para os trabalhos agrícolas, pois ainda não satisfaziam às necessidades do campo e escasso número de pretos importados da África. Em represália aos missionários, o Senhor da Casa da Tôrre incendiou Jeremoabo, reconstruindo-a depois em face da intervenção do Papa ou do próprio Govêrno Colonial.

Igreja Matriz

No primeiro quartel do século XVII, há notícias de que uma religiosa fundou aldeamento em derredor da ermida de Nossa Senhora de Brotas. Os padres João de Barros e Jacob Roland promoveram a catequese dos índios de Jeremoabo e da região vizinha. Encontra-se na igreja matriz da atual cidade uma cruz paroquial de prata portuguêsa, com a inscrição: "Igreja de Nossa Senhora de Brotas". Ali, às margens do rio Vermelho, ainda se encontram os alicerces da velha capela da missão jesuítica seiscentista.

Em 1688, foi expedida a patente do primeiro capitão-mor da aldeia dos Muongorus de Jeremoabo em favor de Sebastião Dias e com referência ao cabo Domingos Rodrigues de Carvalho, que dominara pelas armas a ferocidade dos indígenas. No mesmo ano, outra patente de "capitão" dêsses índios foi expedida em favor de Inácio Dias. A catequese dos índios foi mantida pelos missionários franciscanos, em 1702, que "disciplinaram aquêles lugares, tornando-se mais eficazes que as ameaças do Govêrno". Jeremoabo aparece já em 1698 com a categoria de "julgado". Segundo comenta Euclides da Cunha, era aquela localidade "incomparàvelmente mais animada do que hoje (1897); o humilde lugarejo desviara para si, não raro, a atenção de João Lancastro, Governador Geral do Brasil, principalmente quando se exacerbavam as rivalidades dos chefes dos índios, munidos com patentes, perfeitamente legais, de capitães".

Praça C.el Antônio Lourenço

Em 1778, por iniciativa do citado 32.º Governador Geral do Brasil, criou-se a freguesia, na qualidade de têrmo de Itapicuru. O Alvará de criação da paróquia foi assinado por D. João V. Sob o regime de povoado a jurisdição civil possuía os mesmos limites paroquiais. Segundo informação dirigida à Côrte pelo padre Januário de Sousa Pereira, Vigário da freguesia de São João Batista de Jeremoabo do Sertão de Cima, havia na sede 32 casas e 252 habitantes, sendo cinco brancos e os demais negros. De Jeremoabo desmembraram-se outras povoações, antigas aldeias de índios, para constituírem outras freguesias e, depois, transformaram-se em municípios, como seja: Monte Santo, em 1790; Cícero Dantas, em 1817; Tucano, em 1837; Ribeira do Pombal, em 1837; Santo Antônio da Glória, em 1840, e outros. Vê-se assim que Jeremoabo foi o centro colonizador mais importante do nordeste baiano; do seu amplo território de então nasceram vários dos atuais municípios. Freguesia até 1831, foi, pelo Decreto de 25 de outubro daquele ano, elevada à categoria de vila e, depois à de cidade, pelo Decreto n.º 1 775, de 6 de junho de 1925.

Por fôrça da Lei n.º 628, de 30 de dezembro de 1953, sua composição administrativa passou a ser de seis distritos: sede (Jeremoabo), Canché, Iguaba, Santa Brígida, Sítio do Quinto e Voturuna.

LOCALIZAÇÃO — O município de Jeremoabo está localizado na Zona Fisiográfica do Nordeste, totalmente incluído no "Polígono das Sêcas". Limita com Antas, Euclides da Cunha, Glória, Paripiranga e o Estado de Sergipe. A sede municipal possui as seguintes coordenadas geográficas: .. 10° 04' 29" de latitude Sul e 38° 21' 02" de longitude W.Gr. Da capital do Estado em direção à sede municipal, o rumo é N.N.E.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de ...... 275,1442 m, segundo chapa cravada pelo Conselho Nacional de Geografia no lado esquerdo do 1.º degrau da pôrta principal da igreja Matriz.

ÁREA — A área do território municipal, segundo dados do Conselho Nacional de Geografia, é de 8 383 km², figurando no 16.º lugar entre os municípios de maior área do Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Do ponto de vista hidrográfico, o município é banhado pelos rios Vasa Barris e Salina, ambos de águas não perenes. Seu sistema orográfico inclui as serras do Cavaleiro, Encantada, Canabrava, Negra e do Caruru.

CLIMA — Situa-se numa região de clima sêco e quente, onde chove pouco, o que justifica a sua total inscrição no "Polígono das Sêcas". A temperatura, em 1956, atingiu a máxima de 38°C e a mínima de 20°C, sendo a média de 22°C.

RIQUEZAS NATURAIS — Encravado em região muito sêca, de clima inclemente, o revestimento florístico consta de caatingas. Há, todavia, exemplares de cedro, umburana, aroeira, arapiraca, caraíba e outras espécies. Os cactos abundam em todo o município, distinguindo-se o xiquexique, a cabeça-de-frade e o mandacaru. O xiquexique presta-se a boa forragem para o gado bovino, contribuindo para salvar, em parte, os rebanhos nas sêcas prolongadas. Há mangabeiras — não aproveitadas, na extração do látex para borracha —, caroàzeiros e também ouricurizeiros.

No subsolo, possui manganês e salitre ainda inexplorados.

A fauna revela a existência de várias espécies, tais como: caititu, veado, tatu, tamanduá, cágado. Dentre os peixes sobressaem a traíra, o jundiá, o piau e a curimatá.

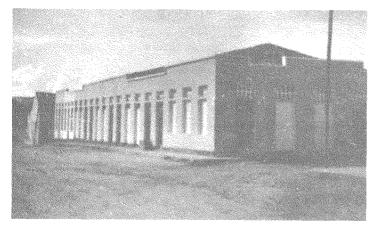
POPULAÇÃO — A população do município, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 27 937 habitantes: 13 610 homens e 14 327 mulheres. Comparando, para cada 100 homens correspondiam 105,3 mulheres. Havia na cidade 2 185 pessoas, sendo 943 do sexo masculino e 1 242 do feminino ou seja, para cada 100 homens, 131,7 mulheres. Segundo a côr, eram 16 277 pardos, 8 966 brancos e 2 670 pretos.

A população de 15 anos e mais idade era de 14 723, sendo 8 528 casados, 5 414 solteiros, 779 viúvos e 1 desquitado. De 5 anos e mais contavam-se 23 164 habitantes; dêstes, sabiam ler e escrever 3 029, ou seja, 13% daquela freqüência. Na sede municipal havia 1 880 pessoas de 5 anos e mais, totalizando 903 alfabetizados.

Quanto à idade econômicamente produtiva, isto é, de 10 e mais anos, a população do município era, em 1950, de 18 658 pessoas: 8 950 do sexo masculino e 9 708 do feminino. Ali, 7 098 pessoas (6 789 homens e 309 mulheres) se dedicavam ao ramo "agricultura, pecuária e silvicultura". Vinham, todavia, em proporção inferior às que se dedicavam às "atividades domésticas", ramo que ocupa maior número de habitantes. A população do município é estimada, para 1957, em 37 000 pessoas, com um acréscimo aproximado, pois, de 9 000 pessoas.

Aglomerações urbanas — Segundo os dados do Recenseamento Geral de 1950, o município possuía quatro aglomerações urbanas: a cidade de Jeremoabo, com 2 185 habitantes, a vila de Canché com 102 habitantes, a vila de Iguaba com 485 habitantes, e Votoruna com 633. Menor número de moradores há nas vilas de Santa Brígida e Sítio Grande, elevadas a essa categoria pela Lei n.º 628, de 1953.

Outras Aglomerações — Jeremoabo possui ainda os povoados de: Marancó (364 habitantes), Malhada Nova (223), Minuim (284) e Cipó de Leite (235).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A pecuária é a mais importante atividade econômica do município, que possui o considerável rebanho de 96 500 cabeças de bovinos; 8 400 eqüinos; 8 700 asininos; 12 600 muares; 20 000 suínos; 46 000 ovinos e 52 000 caprinos. Também é grande produtor de cereais. A produção agrícola, em 1955, atingiu a cifra de 4 783 milhares de cruzeiros. Cultivam-se, além de cereais, algodão, côco-da-baía, cana-de-açúcar, mamona e mandioca. Há indústria rudimentar de farinha de mandioca, rapadura, tijolos, telhas e utensílios domésticos de argila, cuja produção atingiu em 1955 o importe de 3 373 mil cruzeiros. Existe no município um Núcleo Colonial.

Mercado Municipal

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade liga-se à capital Federal por estrada rodoviária, no percurso de 1 954 quilômetros; com Salvador e cidades limítrofes comunica-se também por estradas de rodagem. As distâncias são as seguintes: Jeremoabo—Salvador 403 quilômetros; para Antas 37 km; Euclides da Cunha 181 km; Glória 88 km e Jeremoabo-Paripiranga 125 km. Liga-se ainda por estrada de rodagem às cidades sergipanas de Frei Paulo (236 km), Nossa Senhora da Glória (165 km) e Pôrto da Fôlha (292 km).

COMÉRCIO E BANCOS — Há na sede municipal 24 estabelecimentos comerciais varejistas, cujo giro comercial atingiu 2 350 mil cruzeiros. O comércio mantém transações, principalmente, com as praças de Salvador, Recife, Feira de Santana, Jequié, Vitória da Conquista e Juàzeiro. O salário-mínimo oficial é de 2 000 cruzeiros.

ASPECTOS URBANOS — Topografia plana; amplas praças e ruas de traçado regular. A cidade possui 14 logradouros públicos, dos quais cinco são pavimentados. Oito dêles são servidos de luz elétrica. Os principais logradouros são a Praça Coronel Antônio Lourenço e a Rua Abdon Afonso. Tem 453 prédios, dos quais 274 são servidos de luz elétrica. Há 1 cinema, 3 hotéis e uma pensão, três automóveis e 9 caminhões são os veículos registrados na repartição competente. Funciona no distrito-sede um serviço de alto-falante.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Um pôsto de Saúde do Estado, uma farmácia, 1 médico e 2 dentistas prestam assistência à população. O município faz parte do Setor n.º 5, sediado em Serrinha, do Departamento de Endemias Rurais.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A associação de Caridade presta assistência aos pobres.

ALFABETIZAÇÃO — Em 1950, 13,08% da população de 5 e mais anos sabiam ler e escrever.

Ensino — Em 1956, havia 30 unidades escolares do ensino primário fundamental comum, com cêrca de 1 200 alunos matriculados.

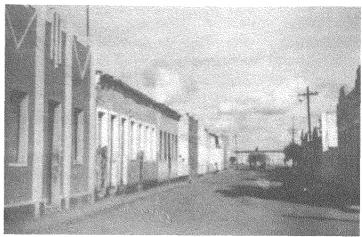
OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existem as bibliotecas Mário Augusto Teixeira de Freitas, Duque de Caxias e a Municipal, tôdas com menos de 1 000 volumes.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Há nas adjacências da cidade, na serra do Cavaleiro, uma capela construída no local denominado "Monte Calvário". Aquela ermida é freqüentemente visitada pelo povo em peregrinação nos dias da Semana Santa. Corre versão da lenda popular de que, em tempo remoto, naquela serra, um vaqueiro cavalgava valente corcel em busca de touro que tresmalhara do rebanho, que ali pastava. Ao avistar o animal procurado, o cavaleiro esporeou o ginete que, em vertiginosa disparada, vencendo obstáculos qual furacão, perseguiu o fugitivo. Todavia, antes de alcançar seu objetivo — captura do bovino —, terrível cilada o aguardava: escuro e disfarçado precipício, onde a morte fatal esperava o herói e o seu inseparável companheiro de labor. Êste, na desabalada carreira, arrojou-se no despenhadeiro para a final jornada no mundo ignorado, pleno de mistérios...

Diz-se que o touro pertenceria à amada do intrépido vaqueiro, que, por seu sacrifício, foi homenageado com a denominação que se deu ao local: serra do "Cavaleiro".

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Aspectos interessantes possui o município, sendo alguns acidentes geográficos considerados objeto de turismo. Os principais são: a serra do Cavaleiro, a pedra do Frade, as nascentes do rio Jeremoabo, a serra Canabrava e a igreja Matriz, de construção antiga.

CULTOS RELIGIOSOS — O município é sede da Paróquia de São João Batista de Jeremoabo, eclesiàsticamente subordinada à Diocese do Senhor do Bonfim. Há no território municipal uma igreja, 16 capelas e 6 Congregações e Associações Religiosas Católicas. Existe também 1 templo protestante.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Das festividades religiosas, a mais importante é a Procissão do Senhor Morto, realizada anualmente na cidade, na Sexta-Feira da Paixão. Os festejos populares, comumente observados no município, são "reisados" e "roda de São Gonçalo". Os "reisados" ocorrem no mês de janeiro, a partir do dia 6. Grupos exibem-se ordinàriamente diante das casas residenciais; primeiramente, à porta, cantam marchas, intercaladas de bailados; depois, no recinto, se entoam vários cânticos enquanto dançam. As "rodas de São Gonçalo" são formadas de homens e mulheres, sem exigência de trajes apropriados, apresentando várias espécies de danças acompanhadas de tambor ou caixa, viola, pandeiros e palmas.

Rua Abdon Afonso

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — No município, em 1954, havia 3 950 eleitores, tendo votado 2 282 pessoas no pleito do mesmo ano. Há 12 vereadores. Em 1956, exerciam suas atividades na comuna 13 funcionários federais, 24 estaduais, 17 municipais e 1 autárquico.

FINANÇAS PÚBLICAS — Retratam-se no quadro infra os números totais das finanças no município:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	189	501	239	239	252
1951.......	264	763	351	351	396
1952.......	166	862	486	417	984
1953.......	198	1 351	1 178	481	1 035
1954.......	258	1 603	1 534	489	1 392
1955.......	271	992	1 358	435	1 519
1956.......	135	682	1 257	251	1 606

JUSTIÇA — Pela Resolução provincial n.º 650, de 14 de dezembro de 1857, Jeremoabo constituiu têrmo da comarca de Monte Santo. Foi elevado à comarca, desmembrado da de Monte Santo, pela Resolução provincial n.º 1 311, de 28 de maio de 1873, condição esta que ainda mantém. Conta 12 cartórios, sendo 6 do Registro Civil. O total de feitos julgados em 1956 foi de 39, assim distribuídos: 18 de natureza cível, 10 criminais e 11 de outras espécies.

VULTO ILUSTRE — Na história de Jeremoabo figura o nome de seu ilustre filho, Dr. Cícero Dantas Martins, detentor do título de "Barão de Jeremoabo", que se projetou no cenário político nacional. Foi Deputado Estadual e Senador da República.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município denominam-se jeremoabenses. Jeremoabo significa "plantação de abóboras", de que havia grande cultura, mantida pelos índios que ali habitavam. O Prefeito em exercício é o Sr. Manoel de Carvalho Santana e o Presidente da Câmara é o Dr. Marcos de Sá Ferreira.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística, por José de Almeida Costa. — Colaboração do Pe. Renato Galvão, na parte histórica. — Chefe da Agência Municipal de Estatística: Dourival Brandão.)

JIQUIRIÇÁ — BA

Mapa Municipal no 7.º Vol.

HISTÓRICO — O município de Jiquiriçá teve origem no local conhecido por "Velhas", situado no município de São Vicente Férrer d'Areia, onde já havia uma capela sob a invocação do Senhor do Bonfim da Capela Nova. Foram seus primeiros habitantes, "Ana Onça" e o seu marido de quem não se conhece o nome.

O povoado foi iniciado em 1860 por brasileiros, na sua maior parte tropeiros que conduziam cargas dos sertões de Vitória da Conquista para os municípios de Nazaré e Aratuípe, e que ali faziam pousada. A agricultura foi, desde o início do município, o fator básico de sua economia e o que mais contribuiu para o seu povoamento.

Foi elevado a categoria de freguesia, com o nome de Senhor do Bonfim da Capela Nova, pela Lei provincial n.º 1 847, de 16 de setembro de 1878.

A freguesia foi elevada à categoria de vila pelo Ato estadual de 31 de janeiro de 1891 que criou o município de Capela Nova do Jiquiriçá, com os mesmos limites da freguesia, desmembrando-o do de Areia. Foi instalado a 20 de fevereiro do mesmo ano.

Em virtude da Lei estadual n.º 570, de 15 de setembro de 1904, foi o nome do município simplificado para Jequiriçá.

Do seu território foi desmembrado o distrito de Mutum que passou a constituir o município de Mutuípe, criado pela Lei estadual n.º 1 882, de 26 de julho de 1926.

Pelo Decreto-lei estadual n.º 141, de 31 de dezembro de 1943, foi o município de Jequiriçá extinto e anexado ao de Mutuípe, sendo restaurado pelo Decreto estadual número 12 978, de 1.º de junho de 1944, passando a ser grafado Jiquiriçá.

Sua composição administrativa, de acôrdo com a Lei n.º 628, de 30 de dezembro de 1953, em vigor, é de distrito único: Jiquiriçá.

LOCALIZAÇÃO — O município localiza-se na Zona Fisiográfica de Jequié, limitando com os municípios de Laje, Mutuípe, Taperoá e Ubaíra. A sede municipal possui as seguintes coordenadas geográficas: 13° 14' 40" de latitude Sul e 39° 35' 50" de longitude W.Gr. Rumo da Capital do Estado em direção à sede municipal, da qual dista em linha reta 116 km, O.S.O.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 256 m.

ÁREA — A área é de 262 km². O município está enquadrado dentre os de menor extensão territorial do Estado.

Prefeitura Municipal

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Existe a Serra Pelada. onde está situado o pico dominante do município com a altitude aproximada de 400 metros. Os principais rios são: Velhas, Bom Jesus, Jiquiriçá e Boqueirão.

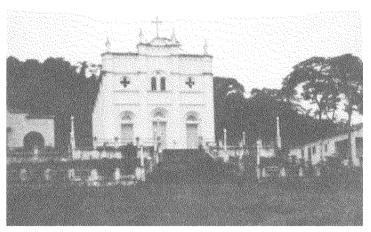
CLIMA — O clima é úmido no inverno, sendo constantes as chuvas. No verão o calor é intenso alcançando a temperatura máxima de 36°C, na época fria baixa a temperatura a 14°C, (dados estimados devido à falta de pôsto meteorológico no município).

RIQUEZAS NATURAIS — O município possui reservas de mata e capoeira, donde se extrai lenha e madeira em pequena escala, para construção e para consumo interno.

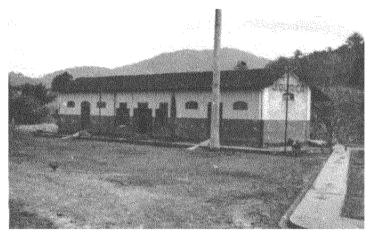
POPULAÇÃO — A população em 1950 era de 7 762 habitantes, sendo 3 741 homens e 4 021 mulheres, predominando os de côr parda que somavam a 3 026. Quanto ao estado civil, os solteiros constituíam a maioria com 2 180 contra 976 casados. 87,85% da população localizavam-se no quadro rural.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Existe apenas a cidade de Jiquiriçá, com 943 habitantes.

OUTRAS AGLOMERAÇÕES — O povoado de Prazeres, com 190 habitantes, é o principal aglomerado depois da cidade.

ATIVIDADE ECONÔMICA — A principal atividade econômica do município é a agricultura, representada pelo café, seguido da cana-de-açúcar e do fumo em fôlha. Produz, também, aipim, cacau, banana, laranja e feijão. O café, que alcançou, em 1955, a quantia de 4 625 milhares de cruzeiros, é cultivado na quase totalidade nas fazendas, principalmente em áreas mais baixas, terras úmidas e de sapé, nos córregos e boqueirões mais protegidos do sol e dos ventos. No setor industrial, o município conta com pequenos estabelecimentos que se dedicam à fabricação de aguardente, açúcar mascavo, rapadura, farinha de mandioca e outros de pequena importância. Sua produção industrial total em 1955 foi de 5 955 milhares de cruzeiros.

Igreja Matriz

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se a cidade de Jiquiriçá à Capital Federal, à Capital do Estado e às cidades vizinhas pelos seguintes meios de transporte: Capital Federal — via mista (ferroviária, 142 km e rodoviária, 1 339 km); à Capital do Estado — via mista (ferroviária, 149 km, marítima 21 mi ou ferroviária, 84 km e rodoviária, 246 km); Laje — ferroviária, 28 km; Mutuípe — ferroviária 11 km; Taperoá — via mista (ferrovia 84 quilômetros, rodovia 81 km e marítima 12 mi); Ubaíra — ferrovia, 13 km. O município é servido pela Estrada de Ferro de Nazaré.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio local mantém transações com as praças de Salvador, Santo Antônio de Jesus e Nazaré, donde importa quase tôdas as mercadorias para consumo no município. Existem na sede municipal 35 estabelecimentos varejistas e 2 atacadistas. O giro comercial em 1956 foi de 9 725 milhões de cruzeiros. O salário-mínimo estabelecido para a sub-região que compreende o município é de 2 200 cruzeiros.

Estação da Estrada de Ferro de Nazaré

ASPECTOS URBANOS — A cidade se estende paralelamente ao rio Jiquiriçá, apertada entre êste e os morros do lado direito, formando um longo corredor, com mais de dois quilômetros de extensão, com construções de ambos os lados. Possui estação da Estrada de Ferro de Nazaré, por onde circulam diàriamente vários trens. Há 16 logradouros, dos quais, 4 pavimentados, 2 arborizados e 12 com luz elétrica. O total de prédios é 332 e, dêsses, 150 possuem iluminação elétrica. Funciona uma agência do Departamento dos Correios e Telégrafos e uma pensão.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Há um pôsto médico, mantido pela Prefeitura Municipal, e 2 farmácias. Dois médicos exercem a profissão na localidade. O Departamento de Endemias Rurais presta assistência sanitária através do Setor 7, sediado em Santa Inês.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com os dados do Recenseamento de 1950, a população de 5 anos e mais era de 6 611 habitantes, da qual sabiam ler e escrever 890 (499

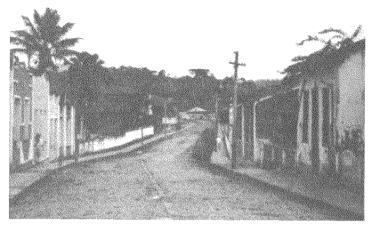
homens e 391 mulheres), ou seja, 13,46% da população em idade escolar (5 anos e mais).

ENSINO — Existiam, em 1956, 19 unidades escolares do ensino fundamental comum, tendo a matrícula efetiva atingido 700 alunos. Das unidades escolares, 11 eram estaduais e 8 municipais, sendo que na cidade funcionavam 3, destacando-se as Escolas Reunidas Pedro Veiga.

CULTOS RELIGIOSOS — O município é sede da Paróquia do Senhor do Bonfim, fundada em 1878, que conta com 1 igreja, 1 capela pública e 6 semipúblicas. Está subordinado ao bispado de Amargosa e possui duas associações religiosas.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — Dos festejos religiosos o mais importante é o realizado em homenagem ao Senhor do Bonfim, padroeiro local. Desde os primórdios da fundação da freguesia, o povo cultua, com devoção especial, o Senhor do Bonfim, celebrando sua festa anualmente em 5 de janeiro. As solenidades têm início com uma novena, e cada mordomo se esmera por dar maior ornamentação e brilho à sua noite. No sábado, à tarde, ocorre a tradicional lavagem da igreja, ainda com o cunho folclórico de outrora. Mulheres em trajes de chita, "baianas", crioulas em trajes típicos, carregam água, em potes de barro, do rio Jiquiriçá para a lavagem do templo. Burricos transportam água em barris coloridos. Enquanto umas mulheres despejam a água, outras, cantarolando canções em voga, entregam-se à alegre tarefa de esfregar o piso com vassouras. Terminada a lavação, grupos alegres descem as escadarias da igreja e dissolvem-se pelas ruas em manifestações de alegria. O São João é festa típica da cidade; em tôdas as calçadas ardem fogueiras e, nos lares, humildes ou abastados, é aguardada com ansiedade a meia-noite para os tradicionais jogos dos namorados, — o da clara de ôvo boiando no copo dágua formando a figura do futuro consorte; o dos papeisinhos enrolados e jogados na água de uma bacia, os quais desvendam, pela madrugada, o nome do eleito ou eleita de cada um. Festa que já teve também os seus áureos tempos foi a de Reis, com os seus "ternos", realizada no dia 6 de janeiro ou no domingo seguinte. Môças e rapazes fantasiados organizavam uma charola repleta de lanternas coloridas, que saía pelas ruas ao som de orquestra e, mais recentemente, de um "jazz".

Rua Vicente Veiga

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — Existiam no município 2 137 eleitores inscritos, dos quais 1 631 votaram em 1954. São oito os vereadores em exercício. Em 1956, desempenhavam atividades ali 39 funcionários públicos, sendo 3 federais, 15 estaduais, 20 municipais e 1 autárquico.

Rua 7 de Setembro

FINANÇAS PÚBLICAS — No quadro abaixo se mostram as cifras que no setênio 1950-1956, foram arrecadadas no município, pela União e pelo Estado, bem assim as que, no mesmo período, foram arrecadadas e despendidas pela própria comuna:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	108	214	324	...	430
1951	81	262	362	106	267
1952	104	263	1 011	105	1 036
1953	129	362	851	185	713
1954	162	438	723	188	795
1955	213	452	708	163	336
1956	165	783	1 199	300	840

JUSTIÇA — No Ato estadual de 3 de agôsto de 1892, aparece o município de Capela Nova do Jequiriçá como têrmo da comarca de Amargosa, passando a têrmo da de Areia, com o nome de Jequiriçá, pelo Decreto estadual número 266, de 4 de outubro de 1904. Nessa condição permaneceu até que, pelo Decreto-lei estadual n.º 141, foi extinto, sendo restaurado pelo Decreto estadual 12 978, continuando a pertencer à mesma comarca que aparece, entretanto, com o nome de Abuíra. Atualmente Jiquiriçá continua como têrmo da comarca de Ubaíra. Existem 3 cartórios, sendo 1 do Registro Civil. Em 1956 foram julgados 9 feitos no cível.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O adjetivo pátrio dos habitantes é jiquiriçaenses. O Prefeito em exercício é o Sr. Lourival Jacobina de Brito, e o Presidente da Câmara, o Sr. Pedro Ferreira Leal Filho. Funcionou como primeiro Intendente Municipal o Dr. Martinho Francisco das Chagas. Eram integrantes da primeira Câmara os seguintes Srs.: Permínio Fernandes Barreto, presidente; Felipe Reale, vice-presidente; Francisco Joaquim da Silva, secretário; Firmino Rodrigues Araújo e Antônio Rodrigues dos Santos.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística Municipal, por Anterlino Leite Gaspar. — Chefe da Agência Municipal de Estatística: Gilberto Júlio dos Santos.)

JUÀZEIRO — BA

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Juàzeiro, "Capital do baixo médio São Francisco", surgiu pelos fins do século XVII no "ponto da passagem" de cruzamento das duas velhas estradas interiores: a fluvial, representada pelo rio São Francisco, e os caminhos terrestres das bandeiras. A fluvial "abrindo aos exploradores duas entradas únicas, à nascente e à foz, levando os homens do Sul ao encontro dos homens do Norte"; a segunda, "os caminhos das bandeiras paulistas de Domingos Sertão, das baianas de Garcia d'Ávila, das pernambucanas de Francisco Caldas e os portuguêses de Manoel Nunes". Era, pois, porta de entrada aos sertões do Piauí, do Maranhão, de Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Recôncavo e outras regiões da Bahia, Minas Gerais, Goiás, São Paulo...

Além de "ponto de passagem", no cruzamento de velhas e famosas estradas, "Juàzeiro estava encravado na extensa zona de criação de gado que, no dizer de Euclides da Cunha, já no alvorecer do século XVIII, ia das raias setentrionais de Minas Gerais a Goiás, ao Piauí, aos extremos do Maranhão e Ceará pelo ocidente e norte, e às serranias das lavras baianas, a leste". Esta circunstância aliada à primeira contribuíam para tornar Juàzeiro centro comercial de grande influência.

Segundo tradição local, o ponto exato onde o cruzamento das "duas velhas estradas" ocorria era denominado "Passagem do Juàzeiro", posteriormente denominado "Juàzeiro Velho". Naquele sítio, pois, no ano de 1706, estabeleceu-se aldeamento de índios tupiniquins com a fundação de uma missão dos religiosos franciscanos, que ali, como "em todo trato de terras do Maranhão à Bahia, patenteia sobretudo um lento esfôrço de penetração no âmago das terras sertanejas, das fraldas da Ibiapaba às de Itiúba, que completa de algum modo a movimentação febril das bandeiras".

A fundação missionária da "Passagem do Juàzeiro", em 1706, ocorreu, pois, "quando os colonos europeus, entre 1674 e 1700, segundo Martius, se espalharam da Bahia para a província do Piauí e, mais tarde, no princípio do século passado (XVIII), começaram a viajar de Minas Gerais pelo rio São Francisco abaixo; diversas missões foram fundadas à margem dêsse rio pelos franciscanos da Bahia"...

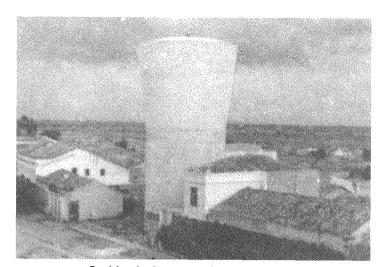
Quatro anos depois, construíram os franciscanos um convento, próximo à "Passagem do Juàzeiro", cujo local exato pode ser ainda identificado: à Rua do Hôrto, na zona suburbana da cidade. Edificaram também um templo, onde entronizaram uma imagem da Virgem Santíssima que, segundo lenda local e corrente, teria sido encontrada por um indígena, ao pastorear gado, em uma grota nas imediações. A imagem foi entronizada sob a invocação de Nossa Senhora das Grotas. Ao local deu-se o topônimo Nossa Senhora das Grotas do Juàzeiro. Assim, fundou-se o núcleo que deu nascimento ao Juàzeiro de hoje que centralizou, desde então, o desenvolvimento da região, cujo povoamento se formou de colonos portuguêses, de silvícolas do braço escravo e de brasileiros oriundos das três raças.

O trabalho pastoril sobretudo, o cultivo de gêneros alimentícios, entre os quais a cana, e o comércio, foram as atividades econômicas que asseguraram o povoamento da Região que tem como sede a cidade em aprêço.

Sessenta anos depois, em 1766, a aldeia do Juàzeiro foi elevada à categoria de julgado, pelo Conde de Azambuja. Em 1833, pela Resolução do Conselho Provincial de 9 de maio, foi promovida à vila, tendo a mesma Resolução criado o município com território desmembrado do de Sento Sé. Sua elevação à categoria de cidade realizou-se no ano de 1878, por Lei n.º 1 814, de 15 de julho, assinada pelo Presidente da Província, Barão Homem de Melo.

A composição distrital sofreu as seguintes modificações: em 1911, se compunha dos distritos de Juàzeiro, Caraibinha, Curaçá Pequeno e Salitre; em 1920, Juàzeiro, Rancharia, Curaçá Pequeno e Salitre; em 1933, Juàzeiro, Caraibinhas, Pedra Branca e Junco; em 1936, os constantes em 1933 e mais o de Massaroca; em 1939, os distritos de Caraibinhas e Pedra Branca passaram a denominar-se Itamotinga e Jurema, respectivamente; em 1944, o distrito de Jurema passou a designar-se Juremal e, finalmente, em 1953, de acôrdo com a Lei 628, de 30 de dezembro, o município ficou constituído dos distritos de Juàzeiro, Carnaíba do Sertão, Itamotinga, Junco, Juremal e Massaroca.

LOCALIZAÇÃO — O município de Juàzeiro situa-se na Zona Fisiográfica do Baixo Médio São Francisco e inclui-se no "Polígono das Sêcas". Limita com os municípios do Campo Formoso, da Casa Nova, Curaçá, Jaguarari, Sento Sé e, pelo rio São Francisco, separa-se do Estado de Pernambuco. A sede municipal possui as seguintes coordenadas geográficas: 9º 24' 38" de latitude Sul e 40º 30' 26" de longitude W.Gr. O rumo da Capital do Estado para o município é N.N.O. e a distância em linha reta à mesma é de 430 km. O município é banhado pelo rio São Francisco, em cuja margem fica a cidade no "cotovêlo" que forma ao fletir de oeste para leste, rumo ao Atlântico. Uma ponte sôbre o rio São Francisco irmana a cidade à de Petrolina, no vizinho Estado de Pernambuco.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Depósito de água para abastecer a cidade

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 370,869 metros, tomando por referência a chapa cravada na extremidade da ponte sôbre o rio São Francisco. A chapa cravada à direita da porta principal da igreja-matriz registra 368,323 metros.

ÁREA — A área municipal é de 6 976 km², uma das mais extensas do Estado, ocupando o 20.º lugar.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes são os rios São Francisco e o Salitre. No rio Salitre existe a famosa cachoeira do Sobrado, com potência calculada em 61 H.P. e ainda inaproveitada. O vale do referido rio, desde que amplamente irrigadas as terras marginais, tem grandes possibilidades para o desenvolvimento de lavouras de subsistência. Entre as serras, a principal é a do Mulato, cujo ponto mais alto atinge 800 metros de altura. Existem ainda no território do município várias lagoas e alguns açudes públicos e particulares.

CLIMA — O clima é quente e sêco. A temperatura, na sede, apresentou, em 1956, os seguintes dados: média das máximas 34ºC; das mínimas 16ºC; média compensada 26ºC. Chove pouco. Registrou-se em 1955 a precipitação máxima de 83,4% mm, em 24 horas, e a de 392 mm no ano. Entretanto, a cidade está sujeita às inundações periódicas do rio São Francisco.

RIQUEZAS NATURAIS — A inclemência do clima, ajudada pelo machado impiedoso, devastou as reservas florestais do município, através de contínua e imprevidente derribada das matas. Hoje seus campos são cobertos apenas de baixa vegetação, as "caatingas", encontrando-se, todavia, alguma quantidade de baraúnas, aroeiras, pau-ferro, jatobá, caraíba e outras árvores que se prestam para construção. Também se encontram plantas medicinais, principalmente o angico. Os cactos abundam em todo o município, destacando-se xiquexique, mandacaru, palmatória, que constituem boa forragem para os bovinos na época das sêcas. Existem ainda a maniçoba, que dá borracha, o caroá, a carnaúba, que são fonte econômica dos habitantes locais.

Possui no subsolo riquezas minerais inexploradas, tais como: cristal de rocha, cobre, manganês, mármore, salitre e ametista. Em exploração, há calcários.

Na fauna têm relêvo os peixes de várias espécies, sendo os mais importantes: o surubi, o dourado, o pirá, o mandim, a curimatá. Quanto a mamíferos, há caititus, veados, rapôsas e outros de menor tamanho. Aves: há emas, siriemas, nambus, várias columbinas e outras.

POPULAÇÃO — Segundo apurou Aroldo de Azevedo, quando Spix e Martius visitaram Juàzeiro, haveria aproximadamente 50 casas e uns 200 habitantes. "Já em meado do século XIX, sua população seria de uns 1 320 habitantes que viviam em 334 casas".

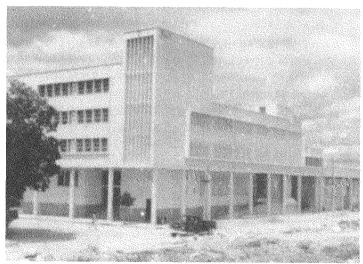
Conforme o Recenseamento de 1950, havia 34 416 habitantes, que apresentavam a composição seguinte: .... 16 045 homens; 18 371 mulheres. Quanto à côr, eram brancos 10 440 indivíduos; e pretos, apenas 4 274, enquanto predominavam os de côr parda com 19 634 pessoas; havia uma pessoa de côr amarela. Predominavam os que se declararam católicos romanos; as outras religiões possuíam adeptos em pequena quantidade. Havia superioridade da população feminina, em número. Quanto ao estado civil, os casados são mais numerosos.

A estimativa da população para 1957 é de 41 935 habitantes. Em Juàzeiro, foram recenseados, em 1950, 15 896 habitantes, sendo 6 847 homens e 9 049 mulheres. É a 8.ª cidade do Estado da Bahia, em população. A estimativa da população para 1957 é de 20 100 habitantes.

Das pessoas de 5 anos e mais, num total de 29 190, sendo 13 461 homens e 15 729 mulheres, sabiam ler e escrever 11 145; distribuíam-se em 5 648 homens e 5 497 mulheres, representando 38,18% do total. Da população total, 48,59% estão localizados no quadro rural.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — O município possuía cinco aglomerações urbanas que, recenseadas em 1950, apresentavam a situação seguinte: cidade do Juàzeiro — 15 896 habitantes; as vilas de Itamotinga — 339, Junco — 362, Juremal — 639 e Massaroca — 436 habitantes. Em 1953 surgiu mais um aglomerado urbano com a elevação à vila do povoado de Carnaíba que tem uma população aproximada de 1 200 pessoas.

OUTRAS AGLOMERAÇÕES — Contam-se, ainda os povoados de Lagoa com 700 hab.; Abóboras — 350; Rancharia — 400; Maniçoba — 300; Saco do Meio — 600 habitantes. Êsses são considerados os principais, relativamente a população.

ATIVIDADE ECONÔMICA — A atividade econômica que mais se destaca é a comercial, cujo giro, em 1956, atingiu a cifra de Cr$ 157 450 mil, contribuindo com boa par-

Agência dos Correios e Telégrafos

Ponte Presidente Dutra (interestadual, ligando Bahia a Pernambuco)

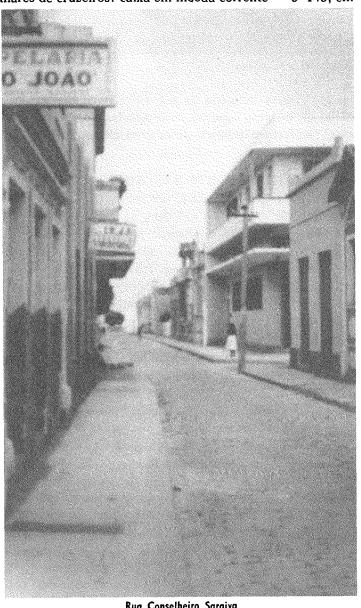
cela o movimento do comércio grossista. Juàzeiro, pôrto extremo da navegação a jusante do rio São Francisco, ocupa lugar de extraordinária influência na economia da região. Na agricultura ocupa lugar de precedência o cultivo da cebola de que é um dos principais produtores, o arroz, a cana-de-açúcar, a mamona, o algodão e as plantas frutíferas, cuja produção total atingiu Cr$ 7 578 mil, em 1955. Em menor escala vem a produção de mandioca, café, feijão, tomate e hortaliças. Há em Juàzeiro excelente área denominada Salitre que representa expressão econômica; pela sua exuberante fertilidade, aquelas terras constituem verdadeiro oásis no meio da região sêca, cujo regime de chuvas é incerto. Cultivam-se no Salitre os produtos de que se abastece grande parte da população. Até a cidreira é produzida em pequena escala e as uvas comparam-se às melhores colhidas no sul do País. Nessa área a Divisão de Águas do Ministério da Agricultura mantém um Campo de Irrigação. O número de propriedades rurais em 1954 totalizava 1 473 no valor venal de 23 milhões de cruzeiros.

A pecuária é representada pela seguinte população estimada: bovinos — 28 000, eqüinos — 4 000, asininos — 8 000, muares — 4 000, suínos — 13 000, ovinos — 20 000 e caprinos — 60 000.

No aspecto industrial, em 1955, o resultado atingiu Cr$ 15 540 mil, assim distribuídos: extrativa mineral — Cr$ 2 520 mil; extrativa vegetal — Cr$ 2 621 mil; indústria mobiliária — Cr$ 1 271 mil; indústria de couros, peles e similares — Cr$ 2 250 mil; indústria de produtos alimentria mobiliária — Cr$ 1 271 mil; indústria de couros, peles indústrias outras — 1 866. Há possibilidade de desenvolvimento para a indústria da cal, em virtude das grandes jazidas de calcário, especialmente nas localidades de Carnaíba, Juremal e Massorica, situadas na margem da Estrada de Ferro.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Juàzeiro liga-se à Capital Federal por ferrovia no percurso de 2 401 km, por estrada de rodagem, na distância de 1 996 quilômetros; à Capital do Estado por via férrea no percurso de 570 km; por estrada de rodagem, 531 km; às cidades vizinhas de Campo Formoso, ferrovia 163 km e rodovia, 180 km; Casa Nova, via fluvial, 40 mi; Curaçá, rodovia, 100 e via fluvial, 117 km; Jaguarari, ferrovia, 104 km e rodovia, 100 km; e Sento Sé, por via fluvial, 55 mi e rodoviária, 144 km. Comunica-se com a cidade fronteiriça de Petrolina (PE) no percurso de apenas 1/2 km por ferrovia ou rodovia e com a cidade piauiense de Paulistana, por estrada de ferro, na distância de 204 km. É atravessado o seu território pela Viação Férrea Federal Leste Brasileiro. Servem-no as emprêsas de navegação fluvial: Companhia Indústria e Viação de Pirapora, Navegação Mineira do São Francisco e Viação Baiana do São Francisco; esta última com sede no município, foi inaugurada em 10 de junho de 1898. Quanto ao transporte aéreo, utiliza-se do aeroporto da vizinha cidade pernambucana de Petrolina, que é servida por linhas regulares da Cruzeiro do Sul, Lóide Nacional e Real Aerovias, distando da Capital Federal 1 709 km e, de Salvador, 465 km. Frui, também dos serviços do Correio Aéreo Nacional. Com a construção, pelo Govêrno Federal, da ponte rodoviária e ferroviária ligando

Juàzeiro a Petrolina (PE), a cidade teve facilitada sua comunicação com várias outras dos Estados de Pernambuco, Piauí, Ceará, Paraíba, Maranhão, etc., conseqüência de maior afluência de veículos motorizados que por ela transitam. A estação da atual Viação Férrea Federal Leste Brasileiro começou a funcionar em 24 de fevereiro de 1896; o início da construção da antiga Estrada de Ferro Bahia a São Francisco se deu em 1858. Existem ainda as estações ferroviárias de Teodoro Sampaio, Carnaíba e Juremal, inauguradas na mesma data, e Massaroca, em 20 de julho de 1946. O serviço de comunicações postais teve comêço em 21 de maio de 1836 com a inauguração da "Administração dos Correios da Vila de Juàzeiro" sendo seu primeiro agente José Tibúrcio Pereira de Melo. Depois, foi instalado o serviço telegráfico, que funciona hoje conjugado com aquêle. Conta a cidade uma estação radiotelegráfica da Secretaria da Segurança Pública do Estado.

COMÉRCIO E BANCOS — Há na sede 21 estabelecimentos comerciais atacadistas; 454 varejistas; 4 agências bancárias e agência da Caixa Econômica Federal. A agência do Banco do Brasil foi inaugurada em 3 de novembro de 1924; a do Instituto de Fomento Econômico da Bahia, em 25 de agôsto de 1947; a do Banco da Bahia, em 3 de janeiro de 1948 e a do Banco Econômico, em 2 de janeiro de 1948. O movimento bancário, em 1956, foi o seguinte em milhares de cruzeiros: caixa em moeda corrente — 5 145; empréstimos em c/c — 2 655; empréstimos hipotecários 15; títulos descontados — 58 689; depósitos a vista e a curto prazo — 36 564 e depósitos a prazo — 2 041. A agência da Caixa Econômica Federal fêz depósitos no valor de Cr$ 5 524 302,50 e teve 3 927 cadernetas em circulação. O comércio mantém transações com as praças de Salvador, São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Belo Horizonte, Campina Grande, Pirapora, Januária, Barreiras, Barra e outras de menor importância, ribeirinhas ou não.

Rua Conselheiro Saraiva

Teodoro Sampaio já afirmava: "a cidade de Juàzeiro é com razão considerada o empório do sertão do São Francisco. A sua zona de influência comercial que, por um lado, atinge Cabrobó, a 203 quilômetros rio abaixo, por outro lado, Januária, 1 054 quilômetros, rio acima, afetando ainda os sertões do Piauí, por Oeiras, e Paranguá, e os de Goiás por Palmas e Natividade, é, sem dúvida, uma das mais vastas do Brasil". Isto em 1879.

Sua atividade comercial inspirou o dito ao povo juàzeirense: "O Juàzeiro é a cidade dos negócios; Sento Sé é a da nobreza; Carinhanha, a da fome e São Romão, a da preguiça".

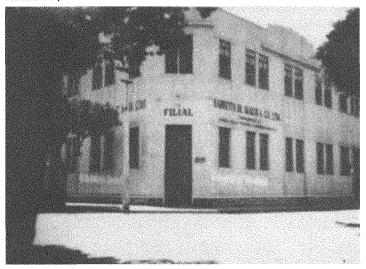
O salário-mínimo oficial está fixado em .... Cr$ 2 400,00.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Juàzeiro fica situada à margem direita do rio São Francisco, liga-se por uma excelente ponte à vizinha cidade de Petrolina, no Estado de Pernambuco, com ela mantendo permanente comércio por meio de linha regular de ônibus e veículos de carga. É a mais importante cidade ribeirinha da Região. Apresenta aspectos urbanos modernos e agradáveis, possui topografia plana. Os logradouros apresentam traçado regular e são geralmente planos; são em número de 67, totalmente servidos de luz elétrica, sendo 46 abastecidos de água canalizada. A pavimentação, tôda de paralelepípedo, abrange 43 logradouros, sendo que dêstes, 6 são parcialmente pavimentados. As 26 ruas arborizadas embelezam e suavizam o clima da cidade, que possui também alguns jardins.

Vários edifícios de linhas modernas assinalam a evolução e crescente desenvolvimento urbano; distinguem-se os prédios: do Departamento dos Correios e Telégrafos — considerado um dos maiores do Estado, — da Prefeitura Municipal, da Loja Maçônica, e do Hospital Regional do S.E.S.P. O número total de edifícios é de 4 600, sendo que 1 300 são servidos de luz elétrica, e 751 abastecidos de água canalizada.

O cais do pôrto, o maior da região, estende-se ao longo de uma das principais artérias da cidade; nêle se atracam navios e outras embarcações motorizadas ou de vela, que constantemente visitam o pôrto, fazendo o transporte de mercadorias e passageiros.

Há dois cinemas em funcionamento: o Cine-Teatro São Francisco, inaugurado em 1938, com capacidade para 925 pessoas, e o Cine Glória, inaugurado em 1951, com lotação de 424 lugares. Acham-se registrados na Prefeitura Municipal 55 automóveis e 150 caminhões. Registram-se 6 engenheiros e 4 advogados. Três tipografias e 1 livraria funcionam na cidade.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O município possui os estabelecimentos hospitalares abaixo relacionados: Hospital Regional de Juàzeiro, mantido pelo S.E.S.P. com capacidade para 60 leitos; Hospital Dr. José Inácio, mantido pela Santa Casa da Misericórdia, com 12 leitos; Maternidade São José da Santa Casa, com 25 leitos; Pro-Matre de Juàzeiro, particular, com 9 leitos. Além dêstes com internamento de doentes, existem o Pôsto de Higiene Estadual, uma unidade sanitária do S.E.S.P. e um ambu-

Edifício São João

latório da Associação Assistencial. O Departamento de Endemias Rurais tem no município a sede do seu Setor número 11 que compreende 35 municípios da Região, inclusive um de Alagoas e cinco de Pernambuco. O citado setor mantém um Pôsto especializado de vacinação antiamarílica. Na localidade de Carnaíba, recomendada pela excelência do seu clima para tratamento de doenças pulmonares, há um sanatório construído por iniciativa privada, o qual, entretanto, se acha provisòriamente fechado.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A assistência social é praticada pela Santa Casa de Misericórdia, pela Pro-Matre e pela Associação Assistencial de Juàzeiro, além de três associações de beneficência mutuária, entre as quais a Sociedade Beneficente dos Artífices Juazeirenses, fundada em 1928, e o Centro Operário.

Existem, uma cooperativa que mantém estabelecimento de ensino secundário e três sindicatos de empregados que congregam 771 associados.

ALFABETIZAÇÃO — Pelo Censo de 1950, 38,18% da população de 5 anos e mais sabem ler e escrever, ou seja, 29 190 pessoas.

ENSINO — Em 1956 existiam 139 unidades escolares do ensino primário fundamental comum, sendo 72 estaduais, 65 municipais e 2 particulares. Lecionaram 176 professôras e a matrícula alcançou o total de 4 730 alunos. Dentre os estabelecimentos de ensino primário salientam-se as Escolas Reunidas Dr. José Inácio. A primeira escola primária foi criada em 16 de junho de 1832, tendo como regente o professor Manoel de Melo Afonso.

Dois estabelecimentos existem que ministram ensino extraprimário: o Ginásio de Juàzeiro, particular, mantendo cursos ginasial, pedagógico e comercial, e o Ginásio Ruy Barbosa, do Govêrno Estadual, com apenas o curso ginasial. A matrícula dêstes estabelecimentos no início do ano letivo de 1957 foi de 356 alunos.

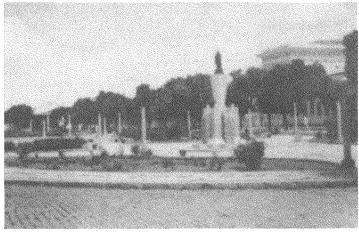
OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Editam-se três periódicos: "O Juàzeiro", semanário, que circulou pela primeira vez em 1.º-1-1932; "Voz do São Francisco", também semanário, e o "Juàzeiro Espírita", mensário. O primeiro jornal lançado em Juàzeiro foi "O Sertanejo" que apareceu em 15-9-1895.

Há quatro bibliotecas públicas, com mais de 1 000 volumes cada: a do Clube Comercial; as das Lojas Maçônicas "Harmonia e Amor" e "Segrêdo, Fôrça, União" e a Biblioteca Ruy Barbosa, da Prefeitura Municipal. Com menos de 1 000 volumes existem ainda 5 outras, inclusive 3 estudantis.

Verifica-se a existência de 7 associações de cultura física, 3 literárias e artísticas e 3 dançantes e recreativas. Algumas dessas associações têm mais de 50 anos de existência. O Clube Comercial de Juàzeiro foi fundado em .... 21-5-1893; a Sociedade Filarmônica 28 de Setembro, em 1897 e a Sociedade Apolo Juazeirense, no ano de 1901.

Opera a Rádio Juàzeiro Limitada, prefixo ZYN-21, inaugurada em 12 de julho de 1953, na freqüência de .... 1 250 kc.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Na Praça Dr. Cordeiro de Miranda, um dos principais logradouros de Juàzeiro, ergue-se um obelisco comemorativo da fundação da cidade, ostentando inscrições alusivas ao fato. O monumento, de iniciativa municipal, foi construído por Antônio Maria de Andrade e inaugurado em 14 de julho de 1929.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Na Cidade, a região portuária oferece variados motivos de turismo, e de observações de costumes econômicos e sociais, bem assim manifestações folclóricas, que se externam geralmente nas feiras-livres, ocorrendo abundantemente nas atividades dos "barranqueiros" e demais tipos peculiares à região, os quais se concentram ou freqüentam, assìduamente, aquela cidade são-franciscana. A antiga ilha do Fogo constitui interessante objeto de turismo, e é procurada pelos habitantes de Juàzeiro e de Petrolina para passeios, pique-niques e outros divertimentos. Hoje, está a ilha com função diferente: sôbre ela passa a grande ponte que une as duas "cidades gêmeas" — Juàzei-

Praça da Bandeira

ro e Petrolina, esta em Pernambuco. Aliás, juntas, constituem conjunto de curiosidades turísticas.

Fora da cidade, existe a Cachoeira do Sobrado, localizada no rio Salitre, afluente do "rio da unidade nacional", o São Francisco.

CULTOS RELIGIOSOS — A freguesia de Nossa Senhora das Grotas foi criada pela Lei provincial n.º 114, de 26 de março de 1840, sendo seu primeiro vigário o padre Caetano de Araújo Mato-Grosso. A atual paróquia se acha subordinada eclesiàsticamente à diocese de Barra e tem 1 igreja, 11 capelas e 12 associações religiosas sob a assistência espiritual de 4 sacerdotes.

Do culto não católico existem 6 templos protestantes e 6 espíritas.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — São realizadas no município as seguintes festas religiosas: em 8 de setembro, a da padroeira da cidade, "Nossa Senhora das Grotas"; em 31 de outubro, a de Nossa Senhora do Rosário; em 8 de dezembro, a de Nossa Senhora da Conceição; e em 21 de junho, a do Espírito Santo. Constam de novenas, missas e procissões, além das festividades seculares.

O principal festejo popular é a tradicional festa dos "Congos" realizada anualmente, em 31 de outubro, na oportunidade da celebração das solenidades religiosas dedicadas à Nossa Senhora do Rosário. Os "Congos" saem à rua acompanhando os festejos religiosos. Trajam roupas vistosas, variáveis cada ano, constantes, quase sempre, de calças brancas com frisos em côres, blusa semelhante às dos marinheiros, de côres variadas. Cêrca de sessenta dias, antes das festas já os "Congos" se reúnem para ensaios públicos, que se realizam à noite. Constitui isto divertimento muito apreciado pelo povo.

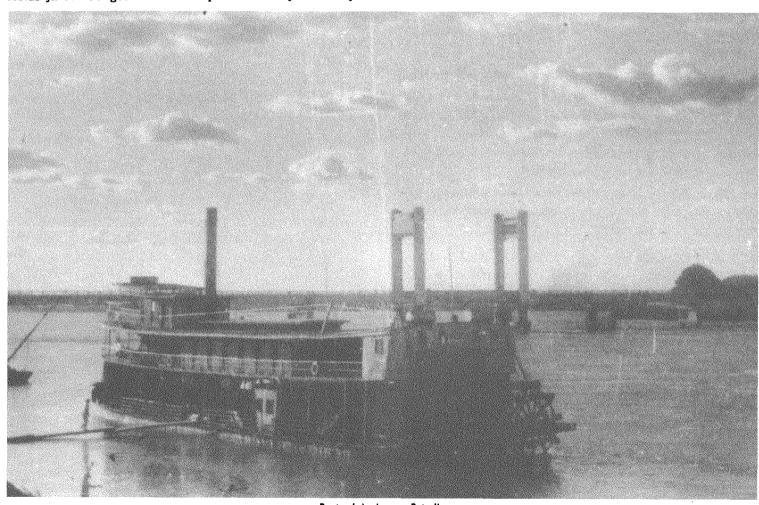
SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O município contava em 1955 com 11 992 eleitores. Dêstes, votaram apenas 7 626, em outubro de 1955. A Câmara Municipal compõe-se de 12 vereadores.

O município é sede dos seguintes departamentos de Serviços Públicos: 9.ª Residência do Departamento de Estradas de Rodagem da Bahia; 16.ª Circunscrição Escolar da Secretaria de Educação; 3.ª Região Fiscal da Diretoria de Fiscalização do Interior; e 11.ª Região de Trânsito.

Exerciam atividades no município, em 1956, 1 277 funcionários, assim distribuídos: 449 federais, 738 estaduais, 63 municipais, 227 autárquicos.

FINANÇAS PÚBLICAS — Representam-se as finanças do município no quadro seguinte:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	1 115	2 881	3 612	2 159	2 209
1951	1 539	3 616	2 581	1 624	2 796
1952	1 564	3 164	2 630	1 549	2 545
1953	1 690	3 558	3 342	1 940	3 141
1954	1 692	5 632	2 692	1 714	3 183
1955	2 178	6 584	4 592	3 325	4 580
1956	2 675	8 517	5 701	3 087	4 962

JUSTIÇA — É sede da comarca, que abrange apenas o território municipal. Tendo sido criada pela Lei número 650, de 14 de dezembro de 1857, foi modificada pelo Decreto número 267, em 4 de outubro de 1904. Segundo a

Ponte Juàzeiro — Petrolina

Lei de 31 de dezembro de 1936, foi elevada à 2.ª entrância, constituída dos têrmos do Juàzeiro, Curaçá, São José da Casa Nova e Sento Sé. Pela Lei número 141, de 31 de dezembro de 1943, retiraram-lhe, os têrmos da Casa Nova e Sento Sé, que constituíram a comarca de Casa Nova. A 19 de junho de 1945, pelo Decreto lei n.º 519, foi subtraído o têrmo de Curaçá, que formou a comarca do mesmo nome, ficando, então, Juàzeiro com um único têrmo.

A 2 de julho de 1949, a comarca foi elevada à 3.ª entrância, pelo Decreto estadual n.º 175.

O primeiro Juiz Municipal foi o Sr. Francisco Martins Duarte, empossado a 14 de junho de 1834, e a 18 do mesmo mês e ano tomou posse o primeiro Juiz de Órfãos, Antônio da Cunha Barbosa. Funcionou como primeiro Promotor Público o capitão Manoel do Nascimento Pereira, empossado a 9 de janeiro de 1835.

VULTOS ILUSTRES — Os filhos de Juàzeiro que se distinguiram foram: Dr. *José Inácio da Silva*, diplomado pela Faculdade de Medicina da Bahia, em 1879, exerceu por longos anos sua profissão, nobre e humanitàriamente; realizou grande obra de assistência social. Foi deputado estadual, no período de 1887 a 1889; reeleito para o período seguinte, exerceu o mandato até 1894, quando foi escolhido representante do povo na Câmara Federal, cujo mandato desempenhou até 1896. De 1897 a 1902 dedicou-se à medicina em Juàzeiro. Em 1903 foi eleito senador federal, cujo mandato exerceu até 1905, sendo, em seguida reeleito deputado federal para o triênio de 1906 a 1908.

Joaquim Luís de Queirós — Jornalista e poeta, conquistou para Juàzeiro foros de cidade culta, por suas produções literárias. Seu soneto "Metamorfose", divulgado amplamente pela imprensa baiana, foi traduzido e publicado em uma revista literária de Paris.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Aos naturais do lugar se aplica o gentílico "juazeirenses". Seus primitivos habitantes foram os índios tupiniquins. O atual Prefeito Municipal em exercício é o Sr. José Padilha de Sousa, e o Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, o Dr. João da Silva Reis. A formação da 1.ª Câmara Municipal ocorreu em 11 de junho de 1834; eram seus membros: João Evangelista de Melo, João Francisco Régis, Antônio Martins Duarte, Eugênio Nunes da Silva, Adeodato Ferreira Campos e o capitão-mor Antônio Joaquim da Costa, sendo seu primeiro presidente o padre Francisco de Paula Pita.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística, por José de Almeida Costa. — Chefe da Agência Municipal de Estatística: Paulo Bispo de Carvalho. — Auxiliar de Agência: Adolfo Almeida.)

LAJE — BA

Mapa Municipal no 7.º Vol.

HISTÓRICO — A ausência de documentos que indiquem de maneira concreta e precisa as origens históricas do município faz-nos recorrer à tradição corrente entre os mais antigos moradores locais. Afirmam êles que uma enchente, desviando o curso do rio Jiquiriçá, provocou total destruição de uma povoaçãozinha existente na sua margem direita. Os principais habitantes do local sinistrado, reunidos, edificaram uma capela sob a invocação de Nossa Senhora das Dores e teve, assim, início uma nova povoação, situada agora na margem esquerda do rio e um pouco abaixo da cachoeira do Estouro, local que colocava o incipiente núcleo a salvo dos rigores e surprêsas de enchentes periódicas. Em virtude da existência de enormes lajedos, nas proximidades, o povoado tomou a denominação de Nova Laje.

Prefeitura Municipal

Os fatos acima mencionados, são, provàvelmente anteriores a 1850, porquanto sòmente a 2 de maio de 1864, pela Lei provincial número 929, foi a povoação elevada à categoria de freguesia, subordinada eclesiàsticamente à freguesia de São Miguel e sob a denominação de Nossa Senhora das Dores de Nova Laje, topônimo que evocava simultâneamente a padroeira e uma peculiaridade do seu território.

Em 1870, pela Resolução provincial número 1 100, de 9 de abril, a sede da freguesia foi transferida para a capela de Nossa Senhora da Conceição do Cariri, localidade próxima; porém, pouco depois, em 1884, a sede da freguesia retorna a Laje, agora sob a designação de Nossa Senhora da Conceição do Cariri de Nova Laje, nome êsse que as autoridades eclesiásticas ainda conservam para a paróquia atual.

Com a criação da vila de Aratuípe, em 1899, foi a freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Cariri de Nova Laje anexada ao seu território, dêle fazendo parte até 1905. Nesse ponto convém esclarecer que, antes da criação de Aratuípe, o território do atual município de Laje integrava o do hoje município de Jiquiriçá que, por sua vez fôra desmembrado do de Nazaré.

Em 1901, os trilhos da Estrada de Ferro de Nazaré alcançavam o Quilômetro 86, sendo aí edificada a estação de

25 — 24 936

Laje. Êsse acontecimento, como seria de esperar-se, deu grande impulso à povoação, aumentando consideràvelmente o número de habitações, que se concentravam em tôrno da referida estação, hoje centro da cidade.

Em virtude dêsse melhoramento, e graças aos esforços de José Augusto Sampaio e dos senadores estaduais João Martins da Silva e Frederico Costa, viu-se o distrito de Nova Laje elevado à categoria de município, através da Lei estadual número 595, de 20 de junho de 1905. A administração do município iniciou-se a 1.º de janeiro do ano seguinte, sendo o seu primeiro intendente o Sr. Leonel Caldas Brito, que já exercia a freguesia da Junta Distrital.

No ano de 1914, ocorre outra enchente do rio Jiquiriçá e, pela segunda vez, sofre a cidade os seus rigores. Destruída parcialmente, a reconstrução a que doravante se vai proceder restringe a área edificável, à margem esquerda do rio, a salvo de futuras cheias.

Um melhoramento de vulto é introduzido na cidade no ano de 1927: trata-se da inauguração da energia elétrica, que se faz festivamente no dia 2 de julho daquele ano. Foi o pioneiro dêsse grande melhoramento o Sr. João Freire de Assis, que firmou com a Prefeitura Municipal o contrato de concessionário daquele importante serviço de utilidade pública. Atualmente essa usina está encampada pela Prefeitura.

Até 1932, Laje compunha-se apenas do distrito-sede — Nova Laje; porém, em 1933, foram criados os distritos de Capão e Engenheiro Pontes, nos lugares denominados Capela de São João e Toca, respectivamente. O atual distrito de Engenheiro Pontes teve, também, antes da atual denominação, o topônimo de "Pontes". Esta última denominação foi-lhe dada em homenagem ao Engenheiro Frederico Pontes, encarregado da construção do trecho ferroviário que por ali passa. Êsses Distritos fazem parte ainda da atual divisão territorial com os mesmos topônimos.

Na vigência do qüinqüênio 1939-1943, da Divisão Territorial fixada pelo Decreto estadual número 11 089, de 30-11-1938, acontecendo o mesmo na de 1944-1948 estabelecida pelo Decreto estadual número 141, de 31-XII-1943 e ratificado pelo Decreto estadual número 12 978, de .... 1-VI-1944, permanecem os nomes dos citados distritos, devendo-se observar a mudança da grafia do topônimo da sede municipal, que passou a escrever-se LAJE em vez de LAGE, como erradamente se escrevia antes.

No quadro da divisão em vigor, Laje conta com os seguintes distritos: Laje, Engenheiro Pontes e Capão, de acôrdo com a Lei número 628, de 30 de dezembro de 1953.

LOCALIZAÇÃO — O município localiza-se na Zona Fisiográfica de Jequié, limitando com os de São Miguel das Matas, Santo Antônio de Jesus, Aratuípe, Valença, Jiquiriçá, Ubaíra, Amargosa, Mutuípe e Jaguaripe. A sede municipal possui as seguintes coordenadas geográficas: 13° 11' 20" de latitude Sul e 39° 29' de longitude W. Gr. Rumo O.S.O., da Capital do Estado para a sede municipal, distando em linha reta, 86 quilômetros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da cidade é de 165 metros. O C. N. G. fêz levantamentos em trecho da estrada Santo Antônio de Jesus—Gandu, que passa pelo município, encontrando as altitudes máximas de 233,2 414 m e a mínima de 139,7 454 m.

ÁREA — A área do município é de 468 km².

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O território municipal é bastante irregular, podendo-se estimar em um têrço a porção acidentada de sua área. Os principais acidentes geográficos são as montanhas de Areia Fina, Esconsa, Alto Sêco, Capão e Cavada; as serras de Areia Fina, do Frio e Bom Jardim; os rios Jiquiriçá, Riachão, Corta-Mão e, da Dona, todos êles sujeitos a eventuais enchentes.

Vários dos seus rios e riachos possuem cachoeiras, sendo as principais: Itapissuma, Pedro Farias, Esconso, Branco, Banco, Sete e Estouro.

CLIMA — É de clima saudável, sujeito, porém, a estiagens periódicas, que se verificam na época mais quente do ano, de outubro a fevereiro. Cabe assinalar também a existência de abundantes chuvas no inverno.

Em 1956, registraram-se as seguintes temperaturas: média das máximas 28°C, média das mínimas 22°C e média compensada 24°C. Nesse mesmo ano, a precipitação máxima observada atingiu, em 24 horas, 24 mm.

RIQUEZAS NATURAIS — Os recursos minerais do município são principalmente: argila, utilizada em pequenas atividades cerâmicas; pedra para construção, e areia lavada. Esta última não vem sendo explorada. No reino vegetal,

cabe mencionar castanha de caju, coquilho de dendê, lenha e madeira para construção. Cêra e mel de abelha, peixes e peles de animais silvestres são os recursos animais existentes, porém pouco explorados.

POPULAÇÃO — A população do município, segundo o VI Recenseamento Geral, em 1950, atingia 11 646 habitantes, dos quais 5 634 homens e 6 012 mulheres. O grupo de côr predominante é o pardo, que abrange 48% do total da população. O quadro rural abriga 87% da população municipal que, na sua maioria, se dedicam a atividades agrícolas.

Igreja Matriz

O crescimento populacional observado é muito lento, pois, em 1940 contava 11 565 habitantes. É provável que êsse reduzido incremento numérico, no decênio, encontre explicação no avultado contingente de naturais do município que emigra.

Na hipótese de que se mantenha constante a taxa média geométrica do incremento anual verificado entre 1940 e 1950, podemos estimar para 1957 a população em 11 700 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Em 1950, o núcleo urbano mais populoso era a sede municipal, que contava .. 1 326 pessoas. As sedes distritais, vilas do Capão e Engenheiro Pontes, incluíam nas suas zonas urbana e suburbana, reunidas, apenas 125 e 78 habitantes, respectivamente.

OUTRAS AGLOMERAÇÕES — Além da cidade e vilas já citadas, o município conta com os povoados de Ponto, do Jiquiriçá, Papa-Gente e Itaparica. O primeiro, que é o mais habitado, tendo 125 pessoas; os demais: 65, 50 e 35 habitantes, respectivamente.

ATIVIDADE ECONÔMICA — De acôrdo com os resultados do Recenseamento de 1950 a atividade econômica preponderante no município é a agrícola; 45% da sua população ativa se dedicavam ao ramo "agricultura, pecuária e silvicultura". Êste grupo superava mesmo, naquele ano, as "atividades domésticas".

A maior fonte de renda da lavoura provém da mandioca e do café, merecendo relêvo especial as culturas de fumo e cacau, sendo êste último ainda em escala reduzida.

A rigor o município não dispõe de indústria, pois os estabelecimentos existentes empregam meios rudimentares, só merecendo a classificação de "indústria caseira", como o é, o fabrico de farinha de mandioca, realizado através de numerosas "casas de farinha".

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se a cidade de Laje à Capital da República, à Capital do Estado e às cidades vizinhas pelos seguintes meios de transporte: à Capital Federal — rodovia (1 579 quilômetros); à Capital do Estado — rodovia (291 km), a Amargosa — ferrovia (50 km), a Aratuípe — via mista (ferrovia, 90 quilômetros e rodovia, 6 quilômetros); a Jaguaripe — via mista (ferrovia, 90 km e fluvial, 15 mi); a Jiquiriçá ferrovia (28 km), Mutuípe — ferrovia (17 quilômetros), a Santo Antônio de Jesus — ferrovia (56 km), e rodovia (45 quilômetros), a São Miguel das Matas — ferrovia (20 quilômetros), Ubaíra — ferrovia (41 quilômetros) e a Valença — rodovia (57 km). O município é servido pela Estrada de Ferro de Nazaré, Auto Viação Amparo, e Emprêsa Brasil de Transportes.

COMÉRCIO E BANCOS — Há no município 7 estabelecimentos atacadistas e 63 varejistas, sendo o valor do giro comercial em 1956 de 29 100 milhares de cruzeiros. Salvador, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Santo Antônio de Jesus, Nazaré, Jequié são as principais praças com que o comércio mantém transações. O salário-mínimo fixado oficialmente é de 2 200 cruzeiros.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Laje tem a topografia bastante acidentada. Está localizada no vale do rio Jiquiriçá e entre duas serras, de forma que o seu crescimento só pode efetuar-se no sentido longitudinal, pois, entre as duas serras, haverá apenas a largura aproximada de 550 metros, contando o leito do rio.

Centro Comercial da cidade

Possui 20 logradouros, sendo 10 pavimentados e 2 ajardinados. Dêsses, 16 são iluminados a eletricidade e 4 possuem rêde de esgotos.

Há na cidade 373 prédios; os servidos por energia elétrica são apenas 152 e, ligados à rêde de esgotos 31.

Registra-se a existência de um cinema, uma pensão, uma agência postal e serviço de radiocomunicação da Prefeitura Municipal.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — É prestada por intermédio de um pôsto mantido pela prefeitura local. Verifica-se também a existência de uma farmácia. Exercem profissão na cidade 1 médico, 1 dentista e 1 farmacêutico.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com os dados do Recenseamento de 1950, a população de 5 anos e mais é de 9 709 habitantes, sendo 4 662 homens e 5 047 mulheres. Dêsses, sabem ler e escrever 1 720 pessoas (941 homens e 779 mulheres), ou seja, 18% da população de 5 anos e mais.

Mercado Municipal

ENSINO — Havia, em 1956, seis escolas estaduais, 14 municipais e 13 outras mantidas por convênio firmado entre o município e o Estado, tendo a matrícula atingido cêrca de 1 233 alunos. Trata-se de unidades escolares de ensino fundamental comum, ocupando 38 professôres primários.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Há no município 3 bibliotecas: a "Dr. M. A. Teixeira de Freitas", pertencente à Agência de Estatística; a "Isaias Alves", da Prefeitura Municipal e a Biblioteca da Igreja Batista.

CULTOS RELIGIOSOS — O município é sede da paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Cariri de Nova Laje, contando com 1 matriz e 7 igrejas. Contam-se 2 associações religiosas e 1 igreja batista.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — As festas mais comuns da religião católica, no município, são: cerimônias da semana santa, mês mariano, festa do Sagrado Coração de Jesus, de Nossa Senhora do Rosário. A festa da padroeira — Nossa Senhora da Conceição —, que se realiza em 8 de dezembro, consta de missa festiva, procissão e brincadeiras de largo com quermesse, etc. São também tradicionais as festas juninas, com fogueiras, canjicas, licores, fogos e balões.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O município conta com 3 123 eleitores, tendo votado na última eleição (1954) 2 092 pessoas. A Câmara de Vereadores é composta de 8 edis.

Em 1956, exerciam atividade no município 2 funcionários federais, 19 estaduais, 42 municipais e 2 autárquicos.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro abaixo apresenta o resultado das finanças públicas no período 1950 a 1956.

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	159	448	399	165	410
1951	252	577	474	225	318
1952	267	584	511	212	628
1953	303	1 259	1 100	318	892
1954	405	1 001	1 108	449	1 324
1955	301	1 107	818	272	879
1956	308	1 481	1 255	382	1 074

JUSTIÇA — O têrmo de Laje foi constituído pela Lei estadual número 1 001, de 18 de agôsto de 1913, aparecendo como têrmo da comarca de Amargosa na Lei estadual 1 119, de 21 de agôsto de 1915. Pelo Decreto estadual número 11 089, de 30 de novembro de 1938, passou a fazer parte da comarca de Areia. Pelo Decreto-lei estadual número 141, de 31 de dezembro de 1945, foi o têrmo de Laje desmembrado da comarca de Areia (atual Ubaíra), passando então a fazer parte da de Santo Antônio de Jesus, situação em que ainda perdura.

Conta o têrmo 6 cartórios, sendo 2 do Registro Civil. Em 1956 foram julgados 13 feitos no cível, 5 no crime e 4 de outra natureza.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do município recebem o gentílico "lajista".

Rui José de Almeida é o nome do Prefeito em exercício, escolhido e empossado no último pleito. O Presidente da Câmara da atual legislatura é o Sr. Hamilton Souza Sampaio.

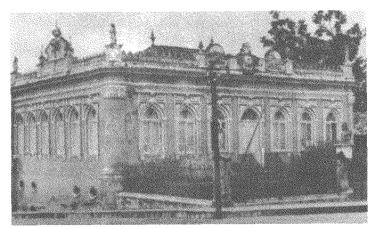
Exerceu a função de primeiro intendente o Senhor Leonel de Caldas Brito e os membros do primeiro Conselho Municipal (janeiro de 1906) eram: João Alexandre Peixoto — presidente, José Augusto Sampaio — vice-presidente, Gustavo Santos — secretário, Euclides Lemos, Antônio Pelegrine, Antônio Martins e Aragão, Marcelino Aragão e Antônio Praxedes de Andrade.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística, por Anterlino Leite Gaspar. — Chefe da Agência Municipal de Estatística — Amado de Lima Santos.)

LENÇÓIS — BA

Mapa Municipal no 8.° Vol.

HISTÓRICO — Tem-se notícia de que o povoamento inicial dêste município ocorreu em 1844, nas margens do riacho São João, afluente do rio Santo Antônio, num planalto de "gerais" denominado "campos de São João", por uma gente composta de criadores de gado. Êstes adquiriram tratos de terras do sargento-mor Francisco José da Rocha Medrado, proprietário de vasta extensão territorial do interior da Província naquela época. O primeiro colonizador a instalar-se ali foi o tenente Manoel Lourenço Pinto, antes do meado do século XIX.

No entanto, o fator decisivo de colonização, povoamento e conseqüente criação do município liga-se ao ciclo das

Prefeitura Municipal

atividades mineradoras de diamantes, que Spix e Martius descobriram na serra do Sincorá, em 1822, ao percorrerem o interior da Província, na segunda metade de 1845, quando garimpeiros emigrados de Tijuco e de outros pontos de Minas Gerais e de Santa Isabel do Paraguaçu descobriram, no leito do córrego que divide a sede do Município em duas partes, diamantes tão bons e com tanta abundância que fêz incentivar a procura de novos garimpos onde o trabalho de extração de pedras preciosas fôsse mais aconselhável. Como era natural, a notícia do descobrimento correu célere e, dentro de curto período, grande quantidade de garimpeiros se deslocam para as margens daquele riacho diamantino, onde começam a procurar pedras preciosas nos cascalhos que afloram nas partes descobertas do seu leito, ou se entregaram ao trabalho de "cateamento" ou cavadura de buracos, conhecidos por "catas", abertos nas suas rampas, conforme a linguagem dos garimpos.

É tradição que a ganância dos garimpeiros no trabalho de procura de jazidas ou "serviços ricos" não permitia que êstes cuidassem do problema de suas habitações, contentando-se em se instalarem nas tocas, grutas ou grunas, nas casas cobertas de palha ou de capim da serra, sustentadas de simples esteios. O crescimento vertiginoso da população, decorrente dos lucros auferidos pela atividade extrativa, trouxe pessoas outras para exercerem artes e ofícios, negociantes de vários ramos, bem como gente de tôdas as classes atraídas pela fama da riqueza divulgada em tôdas as direções. Na época, foi natural a falta de moradia para tanta gente, de vez que não havia material de construção no local. Para contornar a situação, muitos começaram por improvisar casas com paredes e cobertura de pano branco de algodão grosso, tecido êste usado para as vestes dos garimpeiros. Tais casas tanto serviam para negócios quanto para moradias e, em pouco tempo, havia grande número delas, aparentando, à distância, lençóis brancos estendidos.

Esta fase das casas de paredes e cobertura de pano passou rápida, dando lugar ao início das construções de taipa e cobertas de telha, quando começa a se verificar a afluencia de pessoas abastadas, vindas do recôncavo, do litoral, do alto sertão da Bahia e da Província de Minas Gerais. Dentre os que deram grande concurso à formação inicial do município, salienta-se o Comendador Antônio Botelho de Andrade, natural de inas Gerais, mas vindo de Chapada, cujas caravanas históricas apresentavam nas suas viagens características principescas, tal o vulto da grande bagagem, a quantidade do rebanho de animais empregados, bem como o número de escravos e a criadagem que ocupava, além dos membros da família e acompanhantes.

Não tardou a elevação do povoado à categoria de distrito, o que se verificou a 28 de maio de 1852, com a Lei provincial número 428, que cria três distritos na freguesia de Santa Isabel do Paraguaçu, o da vila de Santa Isabel do Paraguaçu, o de Andaraí e o de Lençóis de Roncador.

Pela Lei provincial número 604, de 18 de dezembro de 1856, sancionada por João Lins Vieira Cansanção, Presidente da Província da Bahia, o distrito dos Lençóis é desmembrado do município de Santa Isabel do Paraguaçu, ficando a freguesia e a povoação daquele nome elevada à categoria de vila com a denominação de "Comercial Vila dos Lençóis". Êste mesmo diploma legal também criou o município de Lençóis e no seu artigo 2.°, estabelece que a freguesia e esta comuna têm por limite os dos distritos Policiais de Lençóis e Pedra Cravada.

Em 15 de julho de 1857, a Comercial Vila dos Lençóis, ainda não instalada, passou a ser sede da Repartição dos Terrenos Diamantinos, transferida de Santa Isabel do Paraguaçu, tendo como Delegado o Dr. João Borges Ferraz e dando-se a primeira hasta pública e arrematação de lotes de diamantes a 20 do mesmo mês e ano.

As instalações da vila e do município datam de 12 de abril de 1858, com a presença do major Francisco Antônio de Athaíde, Presidente da Câmara do Município do qual foi desmembrado. A Comercial Vila dos Lençóis, após ingentes esforços de personalidades de então aí residentes, foi elevada à categoria de cidade com o topônimo Lençóis, pela Lei Provincial número 946, de 20 de maio de 1864, pelo Presidente Desembargador Antônio Joaquim da Silva Gomes.

No ano de 1888 os quadros administrativos dêste município estão formados pelos distritos seguintes: Lençóis, Pedra Cravada e Campestre, tendo esta última povoação sido elevada à categoria de vila e município, pela Lei Provincial de 14 de maio de 1889, ano em que se verifica a criação do distrito de Palmeiras.

No ano de 1890, há o desmembramento dêste último distrito para formar o território do município de Palmeiras, cuja povoação é elevada à categoria de vila por Ato de 23 de dezembro.

Com a descoberta de diamantes no Cabo da Boa Esperança, baixaram os preços das pedras preciosas na Europa, refletindo repentinamente no comércio local e no de tôda a zona das Lavras Diamantinas a sua decadência.

Por muito tempo permaneceu a divisão administrativa interdistrital inalterada, até que nos quadros de apuração do Recenseamento de 1920 aparece o município de Lençóis formado dos distritos de Lençóis e de Estiva, êste criado anteriormente e abrangendo o território do distrito de Pedra Cravada já extinto.

Na divisão administrativa referente a 1933, o município compõe-se de dois distritos: Lençóis e Afrânio Peixoto (ex-Estiva).

O território dêste município foi acrescido com a área do ex-município de Wagner, extinto pelo Decreto estadual número 9 344, de 28 de janeiro de 1935.

Nas divisões territoriais datadas de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, bem como no quadro

anexo ao Decreto-lei estadual número 10 724, de 30 de março de 1938, compõem o município os distritos de Lençóis, Afrânio Peixoto e Itacira, sendo êste último formado com território do ex-distrito de Wagner, cuja sede passa a povoado do mesmo nome, com sede no de Ponte Nova, elevado à categoria de vila com o nome de Itacira.

No quadro territorial fixado pelo Decreto estadual número 11 089, de 30 de novembro de 1938, para o qüinqüênio 1939-1943, e no seguinte para o de 1944-1948, resultante êste último do Decreto-lei estadual n.º 141, de 31 de dezembro de 1943, retificado pelo Decreto estadual número 12 978, de 1.º de junho de 1944, o município é formado ainda dos distritos de Lençóis, Afrânio Peixoto e Itacira, situação que permanece inalterada.

LOCALIZAÇÃO — O município de Lençóis localiza-se na Zona Fisiográfica da Chapada Diamantina e o seu território está totalmente incluído no Polígono das Sêcas. Limita com os municípios de Andaraí, Rui Barbosa, Palmeiras, Seabra e Utinga.

A sede municipal apresenta as seguintes coordenadas geográficas: 12º 33' 47" de latitude Sul e 41º 23' 17" de longitude W. Gr. O rumo a partir da Capital do Estado é O.N.O., e a distância, em linha reta, 302 quilômetros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A Secção de Nivelamento do Conselho Nacional de Geografia, em medições recentes, encontrou as seguintes altitudes: 394, 5552 m na cidade de Lençóis, estando a chapa cravada no centro da soleira da porta principal da igreja-matriz; 340,6960 m no centro do piso da ponte de concreto armado e madeira sôbre o rio Utinga, no trecho de estrada Andaraí—Lençóis; 455,0627 m no centro do entroncamento para a localidade de Caatinga, no trecho de estrada Lençóis—Itaberaba.

ÁREA — A área do município é de 1 636 km².

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — A topografia do município apresenta três aspectos: o montanhoso, formado pelas serras da cordilheira do Sincorá, composta de montanhas rochosas que integram a Chapada Diamantina, zona mineralògicamente das mais interessantes do país e pertencente ao Maciço Atlântico; o plano, formado de serrados e clareiras, de vegetação baixa, contígua aos "gerais", onde sobressai o capim nativo resistente às estiagens, próprio para a criação do gado vacum, asinino e cavalar; e o das matas, localizado nos vales dos rios Utinga e Santo Antônio e nos capões das encostas das serras, onde o clima é frio, prestando-se òtimamente para a agricultura, inclusive para a cultura de frutas européias.

O município é banhado pelos rios Lençóis, Santo Antônio, Lapão, Bicas, Mosquitos, Roncador, Mugujêzinho, São José, Ribeirão, Capivara, Caldeirões, todos ligados à bacia do Paraguaçu e muitos dêstes nascidos em território do município. É importante registrar que o rio Lençóis, na sede municipal, se despenha da serra do Sincorá, em declive acentuado, correndo sôbre leito de pedra semelhante a um plano inclinado. Suas águas, quando vistas da cidade, dão a impressão de panos brancos estendidos, daí surgindo, segundo versão popular, a origem do topônimo Lençóis.

Dentre as lagoas existentes, sobressai a Bonita, distante 7 km da cidade, perene e apresentando lindo panorama no cimo da serra do Sincorá.

Situam-se no território municipal as cachoeiras seguintes: Mosquito, no rio do mesmo nome, com desnível de 73 metros, descarga de 103 metros cúbicos por segundo e potências calculadas de 74 kW e 100 H. P.; Santo Antônio, no rio dêste nome, com desnível de 22,60 m, descarga de .. 1,410 metros cúbicos por segundo e potências calculadas de 313 kW e 425 H. P.; Cachoeira Alta, na fazenda Santarém, situada no rio Utinga, com dados desconhecidos.

CLIMA — O clima é subtropical e ameno. A temperatura na sede municipal, no ano de 1956, apresentou as seguintes graduações: máxima de 33ºC, mínima de 15,3ºC e média compensada de 24ºC. A precipitação pluviométrica anual em 1956 foi de 1 022 mm.

RIQUEZAS NATURAIS — A flora sobressai pela abundância de madeira de lei das mais variadas espécies, constituída de matas ainda virgens onde há lenha em grande quantidade, plantas medicinais e oleaginosas. A fauna é rica. Os rios e lagoas são piscosos. Há imensa variedade de animais silvestres, como as onças preta, pintada e suçuarana, o gato-do-mato, o caititu, o veado, a paca, a capivara, etc. e aves como perdizes, pombas verdadeiras, papagaios, araquans, etc. O seu solo é rico em minas de diamantes e carbonados, umas esgotadas e outras em exploração. Registra-se, ainda, a existência de minas inexploradas de ouro, prata, cobre. ferro, chumbo, salitre, mercúrio e antimônio.

POPULAÇÃO — A população do município, de acôrdo com o Recenseamento de 1950, era de 9 896 habitantes e a densidade demográfica, de 6 hab./km². Predominava o sexo feminino com 5 052. Quanto à côr, existiam 6 519 pardos contra 1 755 brancos. Da sua população total, 50% localizavam-se no quadro rural. Para um grupo de cada 100 homens corresponde um total de 104 mulheres.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Existiam em 1950 três aglomerações urbanas com as seguintes populações: cidade de Lençóis com 3 007 habitantes e as vilas de Afrânio Peixoto (ex-Estiva) com 577 e Itacira com 1 348. Na cidade contavam-se 1 654 pessoas do sexo feminino contra 1 353 do masculino. A cada 100 homens correspondia um número de 122 mulheres na cidade.

OUTRAS AGLOMERAÇÕES — Além de Lençóis e das vilas existem doze povoados, cuja população para 1957 está assim estimada: Wagner 580 hab., São Sebastião de Utinga — 250 habitantes, Bonito — 230 habitantes, Piçarras e Várzea dos Bois — 110 habitantes cada, Gravada e Pé da Serra — 80 habitantes cada, Mulungu — 60 habitantes e Santo Antônio das Cavadas, Iramaia e Pôrto com 200 habitantes cada um.

ATIVIDADE ECONÔMICA — Conforme os resultados do Censo de 1950, existiam 7 316 pessoas ativas, consideradas as de 10 anos e mais. Dêsse total, subtraídas aquelas com atividades domésticas não remuneradas, atividades escolares discentes, inativas e as não declaradas, resultam 3 205. Foram encontradas 1 437 pessoas ativas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura", constituindo 20%, seguindo-se 15% das que se ocupavam nas "indústrias extrativas". A agricultura é a atividade fundamental à economia do município, seguindo-se a de extração de pedras preciosas. A dificuldade de minerar diamantes e carbonados por processos manuais faz com que esta atividade esteja em decadência mas, mesmo assim, é em Lençóis que ela se encontra mais ativa em tôda a Região das Lavras Diamantinas. No ano de 1954, havia 393 propriedades agropecuárias, com valor total de 5 344 milhares de cruzeiros declarado pelos proprietários às repartições fiscais do Estado.

Agricultura — A produção agrícola, no ano de 1955, atingiu 5 019 milhares de cruzeiros, colocando-se nos três primeiros lugares, a cana-de-açúcar, o arroz com casca e o café. O município produz ainda feijão, mamona, uva, mandioca, milho e outros produtos. No ano de 1955, por incentivo da Carteira Agrícola do Banco do Brasil, foram iniciados grandes plantios de mandioca obtendo-se boa produção nos anos seguintes que, infelizmente, não pôde obter mercado por falta de transporte, causando prejuízos vultosos aos agricultores.

Foi iniciada a irrigação do fertilíssimo vale do rio Utinga, aspiração máxima do povo dêste município, estando os trabalhos em fase de desmatamento e saneamento a cargo do Ministério da Agricultura, que mantém na fazenda Lagoa, distrito de Itacira, o Pôsto Agropecuário de Lençóis.

Pecuária — Predomina a exploração em pequena escala. Os efetivos pecuários em 1955, estavam estimados nas seguintes cabeças: bovinos 5 000, eqüinos 1 600, asininos 600, muares 1 000, suínos 800, ovinos 500 e caprinos 400.

Indústria — A produção industrial é representada pelas atividades extrativas e de transformação. No ano de 1955 a produção subiu a 8 699 milhares de cruzeiros. O volume físico da produção foi de 6 000 metros cúbicos de madeiras, e 1 318 quilates de diamantes no valor de 1 977 milhares de cruzeiros. A indústria de transformação é representada pela produção de farinha de mandioca e de aguardente.

Agência dos Correios e Telégrafos

Em 1955, existiam 5 estabelecimentos industriais ocupando 5 e mais pessoas.

Artesanato — Lençóis foi o maior centro de lapidação da chapada Diamantina. Devido à escassez do diamante, esta atividade artesanal está em franca decadência. Assim mesmo, existem ainda 3 oficinas de lapidação movidas a roda-dágua, adotando o sistema conhecido como "lapidação holandesa".

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Passa pelo município a estrada de rodagem federal Bahia—Goiás. Lençóis liga-se às cidades vizinhas por via rodoviária nas distâncias seguintes: Andaraí — (73 km), Itaberaba (142 km), Palmeiras (54 km), Ruy Barbosa (124 quilômetros), Seabra (84 quilômetros) e Utinga (98 quilômetros). Com a Capital do Estado, via rodoviária, na distância de 463 quilômetros. Com a Capital Federal, partindo da sede do município, via mista: a) rodovia, até Montes Claros (MG) 776 quilômetros; b) ferrovia, (1 116 km) e via rodoviária (1 704 quilômetros).

Servem o município 3 Agências postais-telegráficas do Departamento dos Correios e Telégrafos, sendo uma na cidade de Lençóis. Situa-se na vila de Itacira uma estação radioamadora, instalada em 1957, perfixo PYX-6 G Q, do Sr. Élson Castro.

COMÉRCIO E BANCOS — As principais praças com que o comércio local mantém transações são Distrito Federal, Salvador, Belo Horizonte, Recife e São Paulo. Os lotes de diamantes e carbonados são vendidos para o Distrito Federal. Até 1956 houve exportação direta para a Europa e E.E.U.U. Na ano de 1955, existiam em todo o município de Lençóis 47 firmas comerciais, sendo 2 grossistas. Em 1956 existiam na cidade de Lençóis 2 estabelecimentos comerciais atacadistas e 32 varejistas. O giro comercial em

1956 em todo o município foi de 13 000 milhares de cruzeiros, apenas. O salário-mínimo oficial é de Cr$ 2 000,00.

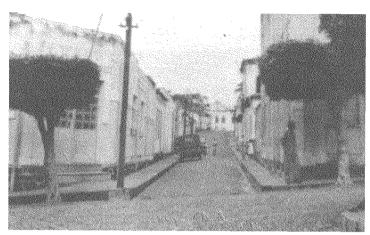
Está sediada em Lençóis uma agência do Banco do Brasil, inaugurada a 19 de janeiro de 1944.

ASPECTOS URBANOS — A cidade está localizada numa aba da cordilheira do Sincorá, em terreno montanhoso, com casario de estilo antigo, inclusive sobrados dos tempos coloniais, nos vales dos rios São José e Lençóis, passando o último pelo centro urbano. Contava no ano de 1956, 948 prédios nos seus 53 logradouros públicos, dos quais quase todos pavimentados e 4 arborizados ou ajardinados. Os principais prédios públicos são: o dos Correios e Telégrafos, o do Mercado Municipal, o da Prefeitura e o prédio escolar. Os logradouros mais importantes são as Avenidas Sete de Setembro, Rui Barbosa e Senhor dos Passos. O abastecimento d'água está a cargo da Municipalidade. Há distribuição domiciliar para 49 prédios a cargo de emprêsa particular. A cidade é servida de energia elétrica em todos os 53 logradouros, sendo que 233 prédios estão ligados à rêde elétrica. A municipalidade mantém rêde de esgôto que serve 420 dos 948 prédios existentes. Estavam registrados na Prefeitura Municipal, em 1956, 5 automóveis e 1 caminhão. Funcionam 4 pensões. Reside 1 advogado na cidade.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Localizam-se na cidade os seguintes estabelecimentos: Pôsto de Higiene, mantido pelo Govêrno estadual; Centro de Puericultura, mantido por entidade particular. Na vila de Itacira está situado o "Grace Memorial Hospital", a cargo da Missão Presbiteriana Brasil Central, de clínica geral, cirúrgica, obstétrica e outras, com modernas instalações e 41 leitos. A atuação extraordinária dêste hospital tem irradiado benefícios a tôda a Região das Lavras Diamantinas. Lençóis faz parte do Setor número 12, sediado em Itaberaba, do Departamento Nacional de Endemias Rurais. No Município inteiro situam-se 2 farmácias, sendo 1 na sede, onde reside 1 dos 2 médicos que clinicam ali. Exercem a profissão 2 farmacêuticos, residindo 1 na cidade de Lençóis.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Contam-se três associações de beneficência mutuária: a Sociedade União dos Mineiros, fundada em 1927; a Sociedade Beneficente dos Artistas, fundada em 1907; e a Sociedade Beneficente Socorros Mútuos, fundada em 1889.

Estão sediadas em Lençóis a Cooperativa Mista dos Lavradores e Criadores de Lençóis Resp. Ltda. que possui

Vista panorâmica da cidade

Rua Miguel Calmon

importante maquinaria doada pelo Ministério da Agricultura para a fabricação de farinha de mandioca, e a Cooperativa de Melhoramentos e Crédito Rural Resp. Ltda., fundada em 1956.

ALFABETIZAÇÃO — Os resultados censitários de 1950 revelam que 38% da população de 5 anos e mais do município sabem ler e escrever. Na cidade de Lençóis, dos 2 634 indivíduos de 5 anos e mais, 1 460 sabiam ler e escrever e a maioria era constituída por pessoas do sexo feminino.

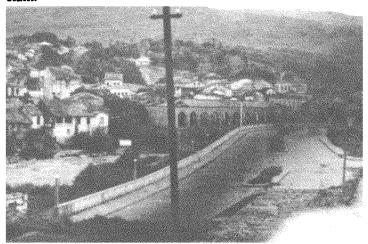
ENSINO — A rêde escolar do ensino fundamental comum, no ano de 1956, contava com 19 unidades escolares e a matrícula efetiva somou 853 alunos. Segundo a dependência administrativa, o movimento escolar estava assim distribuído: Estado, 16 estabelecimentos escolares empregando 23 professôras com 767 discentes; município, 3 escolas, igual número de professôres e 86 alunos matriculados. O principal estabelecimento de ensino primário é o Grupo Escolar César Zama, cujo nome evoca as ligações íntimas dêsse notável orador e político com o município de Lençóis.

Situa-se na cidade o Ginásio Afrânio Peixoto, com 89 alunos matriculados no ano de 1956. A partir de 1957 foi iniciado o curso pedagógico.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Circula o jornal "A Bandeira", de periodicidade mensal. O primeiro órgão de imprensa apareceu no cidade de Lençóis, entre 1889 e 1900. Há 3 bibliotecas, sendo as mais importantes as seguintes: a estudantil "Abelardo Andréia", com 1 500 volumes, pertencente ao Ginásio "Afrânio Peixoto", a "29 de Maio", com menos de 1 000 volumes e a da Agência de Estatística. Existem as seguintes sociedades culturais: Sociedade Filarmônica Lira Popular, fundada em 1895 e o Centro de Ação Social. Em todo o município situam-se 10 pensões. Na sede municipal está localizado 1 serviço de alto-falante.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — A população de Lençóis viveu no seu primeiro século período de verdadeiro luxo, que ascendia às raias da ostentação máxima. Suas festas cívicas e familiares eram estonteantes no custo e no brilho. Era uma norma de fidalguia entre os abastados garimpeiros revesarem-se semanalmente em festas e banquetes. Lembra-se que, naquela época, era comum o contato dos principais negociantes, pedristas e mineiros abastados de Lençóis, com as grandes cidades

do Velho Mundo, tais como Paris, Londres, Amsterdam e outras, onde alguns dêstes chegaram a educar os filhos.

Desde o início da garimpagem, Lençóis se tornou, em pouco tempo, o mais importante centro das Lavras Diamantinas. De 1892 até 1930, ficou sendo o quartel-general de grupos armados para atuação em tôda a zona, obedientes a chefes poderosos que não podiam ser contrariados. Inúmeros foram os vexames e emoções decorrentes de agitações políticas na monarquia, com as quedas e revesamentos dos Partidos Liberal e Conservador, e na república, quando caprichos individuais e regionais insuflados ou apaniguados pelos Governos ocasionaram crimes e choques armados entre chefes políticos. A êsses elementos armados chamava-se "jagunços", que tinham apelidos especiais, como "mocòzeiros" e "bôcas vermelhas", conforme o grupo a que pertenciam.

Vista panorâmica da cidade

Lençóis, por ocasião da Guerra do Paraguai, forneceu um luzidio contingente de voluntários formado da fina flor da mocidade lençolense, sob o comando de Herculano Martins da Rocha, que ascendeu ao pôsto de tenente-coronel, por atos de bravura.

Já no começo da República, Lençóis forneceu voluntários para formar o 5.º Corpo de Polícia destinado a combater os fanáticos chefiados por Antônio Conselheiro, em Canudos.

Há documento que comprova haver sido realizada uma festa na cidade de Lençóis a 2 de julho de 1888, promovida por cidadãos que se assinaram como republicanos.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — As serras da cordilheira do Sincorá apresentam particularidades dignas de nota, como a gruta das areias coloridas, distando 1 quilômetro da cidade de Lençóis e conhecida pelo nome de "Salão". No seu interior, a rocha é arenosa, apresentando areias de 36 côres diferentes; a gruta do Lapão e a gruta Toca dos Noivos, a 15 quilômetros da cidade. Há ainda, digno de nota, o Garimpo do Veneno, distante 9 km, de onde se avista tôda a cidade e onde se acha um tanque dágua denominado Musambé, de grande capacidade; o Garimpo Ribeirão do Inferno, distando da cidade 6 km, situado no cimo da serra, no rio Ribeirão, com bonitas cascatas, e onde se podem apreciar garimpos antigos do tempo da escravidão e garimpos novos em funcionamento. Apresenta êste garimpo panorama de grandes "grunas" e beleza natural extraordinária. Finalmente, é digna de menção a lagoa Bonita, a 7 quilômetros da cidade, perene, piscosa e apresentando lindo panorama.

CULTOS RELIGIOSOS — A única paróquia existente é sediada na cidade de Lençóis e consagrada à Nossa Senhora da Conceição dos Lençóis, subordinada ao bispado de Caiteté. Conta 1 igreja e 10 capelas. O primeiro Pároco foi o padre João Peixoto de Miranda Veras. Do culto não católico, conta-se a igreja presbiteriana de Itacira, na vila dêste nome.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — Todos os anos realiza-se a imponente procissão do Senhor Bom Jesus dos Passos, no dia 2 de fevereiro, com grande acompanhamento de pessoas locais, das cidades vizinhas, e romeiros procedentes de outros Estados, em cumprimento de votos e promessas. A festa consiste em missa solene com sermão, precedida de novena e terminando com a procissão. É infalível o aparecimento da "marujada", guardando hábitos tradicionais. Existem ainda o reisado e o presepe.

A festa popular mais animada é a Micareme, no segundo domingo de Páscoa, com apresentação de cordões fantasiados e acompanhados de orquestras e batucadas. Dura três dias e termina com animados bailes.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O município conta 1 970 eleitores inscritos tendo votado 1 154 nas eleições de 1954. São 8 os vereadores em exercício. No ano de 1956, exerciam a profissão 74 funcionários públicos civis, assim distribuídos: federais 15, estaduais 36, municipais 22, e autárquico 1. Tem sede em Lençóis a 18.ª Circunscrição Escolar da Secretaria da Educação e a 40.ª Circunscrição da Décima Quinta Região Fiscal do Interior.

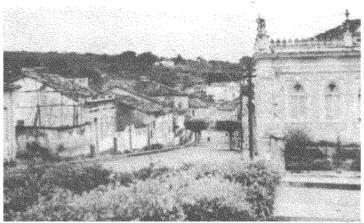
FINANÇAS PÚBLICAS — As receitas federal, estadual e municipal, no período abaixo indicado, bem como a despesa do município apresentaram os seguintes dados:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	111	507	619	159	507
1951	147	411	531	201	499
1952	224	479	533	216	643
1953	273	574	920	267	539
1954	348	492	795	278	695
1955	359	560	905	353	805
1956	390	808	1 185	433	961

JUSTIÇA — A criação da comarca com o nome de Lavras Diamantinas, e sede em Lençóis, deu-se pela Lei provincial número 1 149 de 18 de abril de 1871, desmembrada da de Minas do Rio de Contas, constituída inicialmente dos têrmos de Lençóis e Brejo Grande (atual Ituaçu).

Na divisão territorial datada de 31 de dezembro de 1936, o município de Lençóis é sede da comarca de Lavras Diamantinas, acrescida dos têrmos de Palmeiras e Seabra.

O têrmo e comarca de Lavras Diamantinas passaram a denominar-se Lençóis na divisão territorial datada de 31 de dezembro de 1937.

Pelo Decreto-lei estadual número 519, de 19 de junho de 1945, os têrmos de Palmeiras e Seabra foram elevados à categoria de comarcas dos mesmos nomes, ficando a comarca de Lençóis constituída de um único têrmo de

Avenida 7 de Setembro

igual denominação, situação que ainda permanece. Atualmente é comarca de 2.ª entrância. O primeiro Juiz Municipal de Lençóis foi o Dr. Américo Pinto Barreto. A comarca compreende 7 cartórios sendo 3 do Registro Civil. Em 1956, foram julgados 5 feitos no cível e 8 de outra natureza.

VULTOS ILUSTRES — *Afrânio Peixoto* — Júlio Afrânio Peixoto (17-XII-1876 — 12-I-1947). — Professor, ensaísta, romancista, orador e cientista, conquistou lugar de relêvo nas letras nacionais. Diplomado pela Faculdade de Medicina da Bahia, ensinou Medicina Legal e Higiene na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Membro da Academia Brasileira de Letras. Em 1926, foi eleito Deputado federal pela Bahia. Conta 34 obras publicadas, o que constitui apreciável domínio no campo intelectual. Sua obra literária e científica é imensa e grandiosa. Foi polígrafo inexcedível. Tratou de poesia, medicina, romance, história, crítica, sociologia, higiene, folclore e leis. *Urbano Duarte* — (1855) Formado em Medicina, literato e humorista. Foi membro da Academia Brasileira de Letras. Em dezembro de 1955, o Ginásio Afrânio Peixoto celebrou a "Semana da Educação", em homenagem ao seu centenário. *José Botelho Benjamin* Nasceu em 25-III-1859 e faleceu em 27-III-1922. Filho de israelita, estudou no colégio São João e doutorou-se pela Faculdade de Direito de Recife, em 1879. Voltando para a Bahia foi promotor público, Juiz municipal e Juiz de Direito. Nomeado Conselheiro do Tribunal Superior de Justiça, após brilhante concurso. Publicou "Breve Notícia sôbre o Estado da Bahia".

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do Município denominam-se "lençóisenses". A origem e significado da denominação Lençóis, segundo uns, origina-se da aparência de panos brancos estendidos que as águas do rio Lençóis dão quando se despenham sôbre leito de pedra semelhante a um plano inclinado. Segundo outros, origina-se da visão que tiveram os garimpeiros ao chegarem. Divisaram êles do alto da serra os acampamentos de toldos brancos dos garimpos em funcionamento, com a aparência de uma "cidade de lençóis". Esta última é a versão aceita pelo brilhante Afrânio Peixoto, filho do local.

O Prefeito em exercício, eleito em 1954, é o Sr. Joaquim Pereira de Macedo e o Presidente da Câmara Municipal, eleito para o período iniciado a 7 de abril de 1957, é o Senhor Cosmi de Andrade Sá. O primeiro Intendente, a contar do período monárquico, foi o major Antônio Gomes Calmon e, a partir da República, foi o Dr. Júlio da Gama. Foi instalada a primeira Câmara Municipal no dia 12 de abril de 1858 com os vereadores Leocádio da Silva Brandão e Baldoino Sésostris de Cerqueira, tendo sido esta sessão presidida pelo major Francisco Antônio de Athaíde, Presidente da Câmara Municipal de Santa Isabel do Paraguaçu.

Continua a constituir aspecto curioso da vida local, comum à região das Lavras Diamantinas, a presença do "garimpeiro", com os seus ranchos, as suas espingardas, os seus ralos e outros instrumentos peculiares à profissão e utilizados na cata do diamante e do carbonado desde os tempos iniciais do ciclo da mineração. Aos sábados, à tarde, é movimentada a chegada dos garimpeiros vindos das serras. Em 1895, foi encontrado no garimpo do Brejo da Lama um carbonado pesando 3 167,5 quilates, um dos maiores que se conhecem.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística, por José P. Tôrres Filho. — Chefe da Agência de Estatística: Álvaro Gesteira Costa.)

LIVRAMENTO DO BRUMADO — BA

Mapa Municipal no 8.º Vol.

HISTÓRICO — O primeiro núcleo populacional teve início em 1715 com a chegada de paulistas na região, em procura de ouro. Os padres jesuítas, que também se deslocaram para aí no mesmo ano, construíram uma capela sob a invocação de Nossa Senhora do Livramento. Em virtude da mineração de ouro, o arraial primitivo teve rápido crescimento, tendo sido elevado à categoria de vila pela Resolução datada de 9 de fevereiro de 1724, do 4.º vice-rei do Brasil, Vasco Fernandes César de Meneses, conde de Sabugosa, com o nome de "Nossa Senhora do Livramento das Minas do rio de Contas". O município foi pôsto a funcionar por Pedro Barbosa Leal, no mesmo ano.

Em 1724, por ordem do conde de Gálveas foi a sede transferida para um ponto situado duas léguas acima, local onde hoje está a cidade de Rio das Contas, sofrendo a primeira sede, hoje cidade de Livramento do Brumado, sério decréscimo de população, com essa transferência.

Apesar disso, a antiga vila, que desceu à categoria de simples povoação denominada Vila Velha, conseguiu prosperar.

Pela Resolução provincial número 1 004, de 16 de março de 1868, assinada pelo presidente da Província José Bonifácio Nascente de Azambuja, foi a capela de Nossa Senhora do Livramento de Vila Velha elevada à categoria de freguesia, sendo seu primeiro Vigário o Côn. Dr. Tibério Severino Rio de Contas.

O arraial de Vila Velha foi novamente elevado à categoria de vila pela Resolução provincial número 1 994, de 3 de julho de 1880, que restaurou o município, desta vez com o nome de Vila Nova do Brumado e com território desmembrado de Minas do Rio das Contas. Por motivo ignorado, o município não chegou a ser instalado.

Novamente foi o citado arraial elevado à vila pela Lei estadual número 1 496, de 26 de julho de 1921, que restaurou o município com a denominação de Vila Velha, desmem-

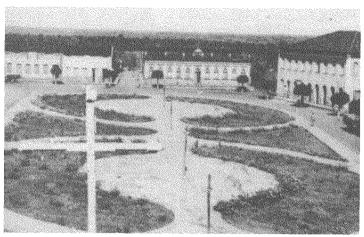
brado do de Rio das Contas, começando a funcionar em 6 de outubro do mesmo ano.

Pela Lei estadual número 1 612, de 25 de maio de 1923, o município teve o nome mudado para "Livramento", recebendo foros de cidade pela Lei estadual número 1 918, de 13 de agôsto de 1926. Foi o município suprimido e anexado ao do Rio das Contas pelo Decreto estadual número 7 455, de 23 de junho de 1931, sendo restaurado logo em seguida pelo Decreto estadual número 7 479, de 8 de julho do mesmo ano. Finalmente, pelo Decreto-lei estadual número 141, de 31 de dezembro de 1943, o município recebeu o nome de Livramento do Brumado.

Atualmente o município possui 5 distritos: Livramento do Brumado, D. Basílio (ex-Ibirocaim criado pela Lei estadual número 1 923, de 13-VIII-1926, com o nome de Curralinho); Itanagé (criado pela Lei estadual número 2 187, de 17-VII-1929); Iguatemi (criado pelo Decreto estadual número 8 763, de 29-XII-1933); e São Timóteo (criado pela Lei estadual número 628, de 30-XII-1953).

Em 3 de maio de 1896, foi inaugurada uma estação telefônica na sede. O telégrafo foi montado em 1923. A Agência Postal da cidade foi criada no ano de 1890.

LOCALIZAÇÃO — O município localiza-se na Zona Fisiográfica da Serra Geral, estando com o seu território totalmente incluído no "polígono das sêcas". Situa-se na parte centroeste do Estado. Limita com os municípios do Brumado, Caetité, Paramirim e Rio das Contas. A sede municipal possui as seguintes coordenadas geográficas: 13° 39' 13" de latitude Sul e 41° 50'37" de longitude W. Gr. Rumo O.S.O., partindo da Capital do Estado, da qual dista, em linha reta, 353 quilômetros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Igreja Matriz

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 500 metros, conforme marco do Conselho Nacional de Geografia situado na Praça da Bandeira.

ÁREA — A área é de 1 785 km².

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O território municipal é bastante acidentado pela presença da Chapada Diamantina. Os acidentes geográficos de maior relêvo são: *serras*: a das Almas, onde se localizam os picos da Bicuda, com 1 400 metros de altura e o das Almas com 1 836 metros, considerado o mais alto do Nordeste do País, servindo de limites entre êste município e os de Rio das Contas e Paramirim; a dos Quatis, a do Quebra, a de São Domingos e a da Maravilha. *Rios*: o Brumado, que nasce na serra das Almas, no município do Rio das Contas, atravessa o município e vai desembocar no rio das Contas, no lugar "Barra do Marcela"; têm curso, sòmente no território dêste município os rios Taquaraí e o Pau-d'Arco, que deságua no rio Brumado. *Cachoeiras*: — possui o município a cachoeira do rio Brumado, considerada uma das mais importantes da região, cuja queda principal mede 153 metros de altura, com 202 metros de desnível, acima da queda o que representa um desnível total de 355 metros. A descarga mínima, no rigor da sêca, é de 1 metro cúbico por segundo. Está calculada sua potência num mínimo de 8 520 H.P. práticos. Possui ainda várias lagoas, entre as quais sobressaem a do Timóteo, a da Várzea Grande e a do Barbosa.

CLIMA — Temperado e bastante saudável. A temperatura da sede apresentou em 1956 os seguintes dados: média das máximas 30°C, média das mínimas 18°C e média compensada 24°C. Verificam-se chuvas abundantes no período de outubro a dezembro.

RIQUEZAS NATURAIS — O território do município é rico em minérios (ouro, cassiterita, galena, ferro e cristal de rocha). A maior parte está localizada na serra das Almas, onde já houve exploração, com ótimo resultado; presentemente há apenas extração de galena.

O solo é constituído de vegetação rasteira, própria das terras de caatinga.

POPULAÇÃO — A população do município, segundo o Recenseamento de 1950, era de 26 898 habitantes, obedecendo à seguinte composição: 12 450 homens e 14 448 mulheres;

14 988 brancos, 3 209 pretos e 8 606 pardos. Das pessoas de 15 anos e mais existiam 5 863 solteiros, 8 210 casados, 5 desquitados e 974 viúvos, totalizando 15 052. Quanto à religião, o maior número era dos que se declararam católicos romanos. Como se verifica, havia predominância dos brancos e superioridade do sexo feminino. Quanto ao estado civil, predominavam os casados. A densidade do município era de 15,1 habitantes por quilômetro quadrado. Para cada grupo de 100 homens havia um total de 116 mulheres. A população do município, estimada para 1957, é de 32 500 habitantes.

Segundo ainda os dados do Recenseamento de 1950, a população da cidade do Livramento do Brumado era de 1 292 habitantes, sendo 541 homens e 751 mulheres. Proporcionalmente, 139 mulheres para cada 100 homens.

O município, em 1950, possuía 22 547 pessoas de 5 anos e mais de idade, sendo 10 249 homens e 12 298 mulheres, sabendo ler e escrever 4 732 pessoas (2 648 homens e 2 084 mulheres), ou seja, 21% do total. Localizam-se no quadro rural, 92% da população. Na cidade sabiam ler e escrever 691 pessoas (305 homens e 386 mulheres) da população de 5 anos e mais. Estimativa da população da sede para 1957: 1 800 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Segundo o Recenseamento de 1950, o município possuía 4 aglomerados urbanos com a seguinte população: cidade de Livramento do Brumado — 1 292 habitantes, Ibirocaim (atualmente Dom Basílio) — 426 habitantes, Iguatemi — 182 habitantes e Itanagé — 267 habitantes. De acôrdo com a Lei estadual número 628, de 30 de dezembro de 1953, foi criado mais o distrito de São Timóteo, cuja sede tem menos de 500 pessoas.

OUTRAS AGLOMERAÇÕES — Além da cidade e vilas, o município conta ainda com os principais povoados: Várzea Grande — 200 hab., Taquari — 190 hab., Tabimos — 270 hab., Passa-Quatro — 186 habitantes, Passagem — 150 hab., Barbosa — 165 hab., Várzea — 150 habitantes, Lagoa Nova 145 hab., Serra — 135 habitantes, Jatobá — 135 habitantes, Barrinha — 140 habitantes, Caatinga Sêca — 140 hab., Tabuleiro — 100 hab., Nado — 95 habitantes, Cachoeirinha — 70 habitantes, Mucambo — 70 habitantes e Tamboril — 115 hab.

ATIVIDADE ECONÔMICA — A população em idade ativa (10 anos e mais), em 1950, era de 18 490 pessoas sendo 8 189 homens e 10 301 mulheres. Dessa população, 7 182 (6 409 homens e 773 mulheres) dedicavam-se ao ramo "agricultura, pecuária e silvicultura".

Agricultura — A principal atividade do município é a agricultura, que em 1955 alcançou o valor de 10 549 milhares de cruzeiros, primando o arroz com 3 000 milhares, do qual é grande produtor no Estado, seguindo o feijão, o algodão, a mandioca, o milho, o côco-da-baía, a cana-de-açúcar, a banana, a laranja e o fumo em fôlha.

Pecuária — Em 1956 existiam 1894 propriedades agropecuárias, cujo valor venal alcançou a cifra de 20 683 milhares de cruzeiros. Os rebanhos existentes no mesmo ano eram os seguintes: bovinos — 25 000, eqüinos — 4 500, asininos — 1 500, muares — 1 500, suínos — 8 000, ovinos — 30 000 e caprinos — 32 000.

Praça da Bandeira

Praça da Bandeira vista de outro ângulo

Existe no município uma emprêsa com o objetivo de aproveitar as águas dos rios para irrigação, e distribuí-las entre os agricultores. Essa emprêsa é uma sociedade por quotas e a água tem por medida a "telha". Assim, terá o agricultor tantas "telhas" dágua para sua irrigação quantas quotas haja subscrito.

Existe, ainda, um pôsto agropecuário, que não está em atividade. A feira principal é realizada na sede do município, aos sábados.

Indústria — A produção industrial alcançou em 1955 a cifra de 12 727 milhares de cruzeiros, assim distribuída: indústria extrativa vegetal, 2 927 milhares de cruzeiros; indústria de arroz beneficiado, 6 386 milhares de cruzeiros; indústrias diversas, 3 414 milhares de cruzeiros.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade liga-se à Capital Federal, por via rodoviária (1 401 quilômetros) e por via mista (rodovia 80 km e ferrovia 1 599 quilômetros); à Capital Estadual, por via rodoviária (775 km) e via mista (rodovia 80 km e ferrovia 635 quilômetros) e via aérea (390 quilômetros); às cidades vizinhas do Brumado, rodovia (80 quilômetros), a Caetité, rodovia (132 km), a Paramirim, rodovia (82 km) e Rio das Contas, rodovia (12 quilômetros). Há no município 1 campo de pouso com pista de 1 000 metros. Foram registrados 3 jipes e 18 caminhões. O serviço de comunicação é feito pela Agência Postal-telegráfica do Departamento Nacional dos Correios e Telégrafos.

COMÉRCIO E BANCOS — Existem na cidade 45 estabelecimentos varejistas e em todo o município 143, cujo giro comercial, em 1956, foi superior a 20 000 milhares de cruzeiros. O comércio mantém transações com as praças de Belo Horizonte, Montes Claros (MG), Vitória da Conquista, Jequié, Brumado e Caetité. Importa ferragens, louças, tecidos, produtos farmacêuticos e outros. Exporta arroz, feijão, milho, farinha de mandioca e côco-da-baía.

ASPECTOS URBANOS — A cidade está situada no vale do Livramento, ao pé da Serra das Almas. Possui 31 logradouros, sendo 11 pavimentados e 6 arborizados. Em 1956, havia 404 prédios, dos quais 134 eram servidos de luz elétrica. A cidade é servida por luz e fôrça hidráulica. A principal artéria da cidade é a Praça da Bandeira, onde estão localizadas a igreja-matriz, a Prefeitura Municipal e demais repartições públicas. Funcionam 3 pensões e 1 cinema.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O Pôsto de Puericultura, mantido pela Associação dos Amigos de Livramento, presta assistência à população local. Exercem a profissão na cidade 2 médicos, 1 dentista e 3 farmacêuticos. Há na sede 3 farmácias.

O município integra o Setor número 13, sediado em Brumado, do Departamento Nacional de Endemias Rurais.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A Cooperativa Mista de Livramento de Responsabilidade Ltda., cuja finalidade é o crédito agrícola e popular, é o mais importante estabelecimento da Zona, no gênero. Existiam nessa sociedade, em 31-XII-56, 382 sócios e houve, neste mesmo ano, o movimento de 115 empréstimos em valor superior a 1 888 milhares de cruzeiros. Existem ainda, na cidade, a Cooperativa de Educação e a Cooperativa Escolar Tiradentes, com fins educativos.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com o Recenseamento de 1950, 21% da população de 5 anos e mais sabiam ler e escrever.

ENSINO — Em 1956, funcionaram 38 escolas primárias estaduais, 10 municipais e 6 particulares com o total de 1 280 alunos, sendo 596 do sexo masculino e 684 do feminino. Há 1 estabelecimento de ensino secundário, o Ginásio de Livramento, cuja matrícula inicial, em 1957, foi de 172 alunos, assim distribuídos: 67 masculinos e 65 femininos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existem na cidade: 1 jornal, "O Lampião", de periodicidade bimensal, e 4 bibliotecas, sendo 2 com mais de 1 000 volumes — a Biblioteca Dr. Hermes Lima e a Biblioteca Municipal de Livramento, mantidas pela Agência Municipal de Estatística e pela Prefeitura Municipal, respectivamente.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Como objetivo turístico, existe a cachoeira do rio Brumado, distante da sede apenas 6 quilômetros, a qual, surgindo do alto da serra das Almas, empresta à paisagem local aspecto de extraordinária beleza.

CULTOS RELIGIOSOS — O município é sede da paróquia de Nossa Senhora do Livramento, com subordinação eclesiástica do bispado de Caetité. Conta com 1 igreja, 27 capelas e 6 associações religiosas com o total de 998 associados.

Praça Senador Tanajura

Cachoeira de Livramento do Rio de Contas, na Serra das Almas

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — Além das festas populares do Natal, Ano-Bom e Reis, realizam-se na paróquia as seguintes: em 19 de março, a de São José; em 31 de maio, a de Maria Santíssima; em 3 de junho, a de Nossa Senhora de Fátima e, em 15 de agôsto, a de Nossa Senhora do Livramento. Esta última se distingue por ser a festa da padroeira, sendo realizada com muita pompa e brilhantismo, Dos folguedos populares, a cidade conserva ainda a tradição do "bumba-meu-boi" realizado em 14 de agôsto, e a "quadrilha caipira", que tem lugar na noite de São João.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O município contava 4 514 eleitores, tendo votado 2 284 nas eleições de 1954. São 12 os vereadores em exercício. Em 7 de setembro de 1956, foi criada a 101.ª zona eleitoral com sede na cidade. Exerciam atividade no município, em 1956, 99 funcionários públicos, assim distribuídos: 8 federais, 54 estaduais, 26 municipais e 1 autárquico.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro abaixo apresenta o resultado das finanças públicas municipais no período de 1950 a 1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	—	425	472	198	565
1951.......	—	552	469	174	540
1952.......	—	542	562	178	557
1953.......	—	562	958	238	847
1954.......	—	839	824	287	1 219
1955.......	—	1 134	1 065	374	950
1956.......	131	1 584	1 343	389	1 311

JUSTIÇA — Com o nome de Vila Velha o Município passou, pela Lei estadual número 1 560, de 17 de julho de 1922, a têrmo judiciário da comarca de Rio das Contas. Em 1923, pela Lei estadual número 1 612, recebeu o têrmo o nome de Livramento. Nessa categoria de têrmo permaneceu até o ano de 1931 quando foi suprimido, sendo restaurado na mesma categoria no mesmo ano.

Em face do Decreto-lei estadual número 141, de 31 de dezembro de 1943, o têrmo e o município tiveram sua denominação alterada para Livramento do Brumado.

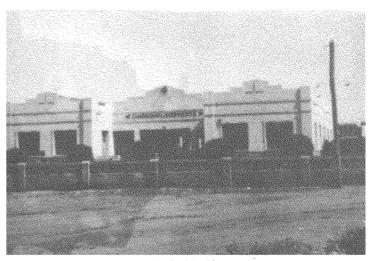
A comarca de Livramento do Brumado, desmembrada da de Rio de Contas, foi criada pelo Decreto-lei estadual número 175, de 2 de julho de 1949, sòmente sendo instalada em 15 maio de 1955.

O primeiro juiz de direito foi o B.el Manuel Batista Viana.

Existem 16 cartórios, sendo 5 do Registro Civil. Foram julgados, em 1956, 243 feitos, assim distribuídos: cível 144, crime 27 e outros 72.

VULTOS ILUSTRES — *Dom Frei Basílio Pereira* — Filho de Manoel Alves Pereira Filho e Dona Maria Alves de Oliveira, nasceu D. Basílio, na fazenda "Várzea Funda", no atual Distrito de Dom Basílio (antes Ibirocaim, ex-Curralinho), no dia 27 de abril de 1871. Aos 15 anos entrou para o Seminário de Santa Teresa, na cidade de Salvador, onde foi ordenado em 27 de outubro de 1895. Em 17 de setembro de 1920 entrou para a Comunidade Franciscana, tendo feito profissão simples em 18 de setembro de 1921 e profissão solene no dia 18 de setembro de 1924. Pelo voto de obediência, teve de aceitar a Diocese de Manaus, para

a qual tinha sido eleito em 1.º de maio de 1925, sendo sagrado Bispo em Roma, aos 25 dias de outubro do mesmo ano. Em 1941, já velho e doente pediu para sair da referida Diocese, vindo para a Bahia, passando a viver no Convento de São Francisco, onde faleceu no dia 29 de setembro de 1948. Era Bispo Resignatário de Manaus e titular de Lipari.

Dr. Joaquim Augusto Tanajura — Filho do Dr. José Aquino Tanajura e Dona Antônia Francisca de Castro Tanajura, nasceu Joaquim Augusto Tanajura na localidade de "Bom Jardim de São José", no dia 31 de outubro de 1878. Fêz seus primeiros estudos na cidade de Livramento e em Rio de Contas; desta última seguiu para a Capital do Estado, onde colou grau em medicina no dia 8 de dezembro de 1900, doutorando-se em 15 de dezembro dêsse mesmo ano, defendendo a tese: "Letalidade infantil e suas causas". Foi um dos fundadores da "Liga Baiana contra a Mortalidade Infantil". Militou no jornalismo, escrevendo para o "Diário da Bahia". Em 1906 foi eleito Deputado Federal. No Rio de Janeiro foi médico da Polícia. Fêz parte da "Comissão Rondon", tendo-a acompanhado aos sertões de Mato Grosso. Foi Secretário-Geral da Comissão Mista de Limites entre o Brasil, Peru e Colômbia. Residiu algum tempo em Pôrto Velho, tendo sido Superintendente Municipal, jornalista e médico nessa localidade. Posteriormente mudou-se para Manaus, aí exercendo os cargos de Prefeito, Presidente do Conselho e Deputado estadual. Pelos serviços prestados na Comissão de Limites, foi condecorado pelo Cônsul do Peru em Manaus, indo para o Paraná, onde trabalhou como médico da Polícia. Transferindo-se para o Rio de Janeiro, faleceu em viagem, em São Paulo, no "Instituto Paulista", no dia 19 de junho de 1941.

Cine Livramento

Prédio do Ginásio Livramento

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Aos naturais do município aplica-se o gentílico livramentenses. O atual Prefeito é o Sr. José Meira Tanajura, e o presidente da Câmara, o Sr. João Pontes Simões. O primeiro intendente foi Ursino de Sousa Meira Júnior e o primeiro conselho municipal compunha-se dos seguintes membros: Gil Cambuí (presidente), Manuel Pedro de Lima, Gentil de Castro Vilasboas, Tibério Ferreira Pessoa, Gonçalo Pereira Silva, Antônio Cândido de Castro, Manuel Pires Gonçalves Aguiar e Augusto Silvério de Alcântara.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística, por Luís Gonzaga de Oliveira Brito. — Chefe da Agência de Estatística: Rodrigo Alves Meira.)

Índice Geral

Índice dos Municípios

CONFECÇÃO GRÁFICA

Sob a direção de:

Antônio Maria Coelho,
Petrônio Cezar Coutinho,
Acácio da Cunha Figueiredo,
Mário Batista de Abreu,
José Corrêa Neves e
Elio Ricaldone.

Com a colaboração de:

Antônio Buss, Seno Eyng, Nerval Dutra, Ovídio Rodrigues Costa, Francisco A. M. Bessa, Walkyrio W. Morgado, Mário G. Cavalieri, Heinzelman Almeida, João Brand, Walter Odilon, Venício Coutinho, Nilson Vicente, Valdemiro Joaquim Fernandes, Luiz Borges da Silva, Antônio Bernardino da Silva, Joaquim Soares Moreira, Manoel Pereira de Melo, Vicente Basile, José Paixão Filho, Jussieu Leite, Acrisio Lopes, Francisco Lopes, Pedro Murga, Carlos Alfeld, Manoel Neto Araújo, Hilton Fróis Ribeiro, Eudes Vieira, Sílvio Brand, Lourival Fernandes, Sebastião Cassia, Armindo Fiães, Walter Schöpke, Manoel Ferreira de Figueiredo, Zenir Ferreira Lopes, Walter Freitas Nunes, Pedro de Castro Biancovilli, Laudo de Oliveira, José Fagundes do Amaral, Arnaldo V. Reis, Luiz C. Campos, Antônio Gama, José Batista de Abreu, Waldir Rangel, Jayme Santiago Maphêo, Antônio Ferreira Gabri, Marcílio Mazzola, Manoel Gomes Neto, Augusto Gimenez, Reginaldo de Sousa Leal, Mário Freitas, Valdemar Lopes, Manoel Cordilha, Florisvaldo Araújo, Laurentino de Oliveira, José Maria da Silva, Raimundo Pires Seixas, Levy de Menezes, Jayr Calhau, Álvaro F. Órphão, Ivo José Ferreira, Geraldo Gonçalves de Souza, Maria Yára Branco, Leonardo Eyng, Darcy Vieira Cardoso, Edjalme Pierret de Souza, Miguel Paixão, Eduardo Dias, João de Almeida Guimarães, Armando W. Cruz, Joaquim G. M. Gonçalves e José Cândido de Araújo.

ACABOU-SE DE IMPRIMIR ÊSTE VIGÉSIMO VOLUME DA "ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS", EM 2 DE JULHO DE 1958, NAS OFICINAS DO SERVIÇO GRÁFICO DO I.B.G.E., EM LUCAS, DF—BRASIL.